

ELSEVIER

ENCICLOPÉDIA
DE GUERRAS E REVOLUÇÕES

VOLUME I

1901 - 1919

A ÉPOCA DOS IMPERIALISMOS E DA GRANDE GUERRA (1914-1919)

FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA DA SILVA
SABRINA MEDEIROS
ALEXANDER MARTINS VIANNA
ORGANIZADORES

CAMPUS

ENCICLOPÉDIA DE GUERRAS E REVOLUÇÕES

VOLUME I

FRANCISCO SILVA

ELSEVIER

CAMPUS

Enciclopédia De Guerras E Revoluções

© 2015, Elsevier Editora Ltda.
Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Copidesque: Edna da Silva Cavalcanti Revisão Gráfica: Irênio Silveira Chaves Editoração Eletrônica: Arte & Ideia Produção Digital: Freitas Bastos Elsevier Editora Ltda.
Conhecimento sem Fronteiras Rua Sete de Setembro, 111 – 16º andar 20050-006 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – Brasil Rua Quintana, 753 – 8º andar 04569-011 – Brooklin – São Paulo – SP – Brasil Serviço de Atendimento ao Cliente 0800-0265340
atendimento1@elsevier.com
ISBN 978-85-352-7522-3

Nota: Muito zelo e técnica foram empregados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de digitação, impressão ou dúvida conceitual. Em qualquer das hipóteses, solicitamos a comunicação ao nosso Serviço de Atendimento ao Cliente, para que possamos esclarecer ou encaminhar a questão.
Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoas ou bens, originados do uso desta publicação.

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ
S578e
Silva, Francisco
Enciclopédia de guerras e revoluções : vol. I : 1901-1919: a época dos imperialismos e da Grande Guerra (1914-1919) / Francisco Silva. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
24 cm.
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-352-7522-3
1. Revoltas - História. 2. Revoluções - História. 3. Guerras - História. I. Título.
14-17065 CDD: 900 CDU: 94



*P*rofessor titular de História Moderna e Contemporânea da UFRJ
e do departamento de História da UCAM.
Foi o fundador do Laboratório de Estudos Presente e da Rede Brasil de Estudos do Tempo Presente.
Professor-Emérito de Estratégia Internacional da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro.

Mestre em História pela UFRJ e doutora em Ciências políticas pelo IUPERJ.
Professora do Programa de Pós-Graduação em Assuntos Marítimos da Escola de Guerra Naval e junto a Junta Interamericana de Defesa, em Washington, Estados Unidos.

Mestre em História Moderna e doutor em História, ambos pela UFRJ. Pesquisador de História Social da Cultura e Professor Adjunto de História Moderna e Contemporânea da UFFRJ.

A guerra é, pois, um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade.
CLAUSEWITZ, DA GUERRA

APRESENTAÇÃO

Apresentamos aos leitores a edição atualizada e ampliada da obra original publicada em 2004. Em face do grande interesse despertado, resolvemos ampliar e atualizar os verbetes originais, convidando seus autores, e alguns novos colaboradores, para apresentarem uma versão maior, mais elaborada e mais prática da *Enciclopédia de Guerras e Revoluções*. Para tal, optamos pela configuração de três volumes, autônomos, compreendendo as temáticas referentes aos seguintes momentos históricos:

1901-1919: A Época dos Imperialismos e da Grande Guerra (1914-1919)

1919-1945: A Época dos Fascismos, das Ditaduras e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

1945-2014: A Época da Guerra Fria (1945-1991) e da Nova Ordem Mundial

O volume que ora apresentamos ao público compreende o alvorecer do século XX com seus profundos conflitos e crises decorrentes da expansão dos movimentos nacionalistas, da concorrência interimperialista e da corrida armamentista, culminando na terrível guerra, então denominada “Grande Guerra” e que, mais tarde (em face da eclosão de uma “segunda” Guerra Mundial em 1939) seria classicamente denominada “Primeira Guerra Mundial”.

Optamos pela reunião dos verbetes que apresentavam ideias, movimentos, fatos e personagens que moldaram este início de século, tanto no campo da política e da economia, quanto das artes e das ciências. Nosso critério, tomando a palavra “revolução” no seu sentido maios amplo, de movimento, mudança e transformação, foi destacar os marcos, que de formas variadas, foram determinantes para sua época e para o futuro.

O “quadro maior” do período estudado – digamos, desde a Guerra dos Boers, em 1899-1902 até o Tratado de Versalhes, em 1919 – foram as intensas rivalidades entre as grandes potências, em especial entre os grandes impérios europeus e suas dimensões coloniais, a busca, pelas nações que chegaram tarde à corrida pelo controle mundial (Alemanha, Itália, Japão), por um lugar dominante no cenário político global, gerando impasses e tremendos conflitos com aquelas que

já possuíam um lugar assegurado na partilha do mundo (Inglaterra, França, Rússia). Assim, os pequenos conflitos – mas nem por isso menos brutais – encaixam-se, a posteriori, numa escalada que levará o mundo a uma terrível carnificina em 1914.

Um dos frutos mais importantes deste conflito e das tensões sociais preexistentes – as revoluções socialistas, em especial entre 1917 e 1919 – sacudiu a Europa e ecoou por todo mundo. As revoluções proletárias na Rússia, na Alemanha, na Áustria e na Hungria – e os anos "vermelhos" de 1917 e 1918, desde os Estados Unidos até o Brasil, das quais somente a revolução russa, bolchevique, sobreviveria –, passariam a ser, desde então, um elemento central da ordem mundial. A construção do socialismo real em um só país, não previsto por seus fundadores da forma que viria a se dar, se tornaria o núcleo de uma profunda discussão teórica e política sobre a natureza do próprio socialismo, e acabaria, depois de 1945, a levar o mundo a outro grave e profundo conflito – a Guerra Fria.

Um século depois, e ainda com um forte debate aberto, nos debruçamos sobre esta época da história e vemos os seus ecos – na Bósnia, no Iraque, no Conflito Israel-Palestino ou na Ucrânia – como uma pesada herança do alvorecer do século XX.

Esperamos que a leitura seja agradável, útil e um primeiro passo para o aprofundamento das temáticas.

FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA DA SILVA
Professor Titular de História Moderna e Contemporânea — UFRJ/UCAM

OS AUTORES DA COLEÇÃO

ACHILLE LOLLO
Diretor das revistas Nação Brasil e Conjuntura Internacional – UNICAM

AILTON DE SOUZA GOMES
Doutor em Física
Instituto de Macromoléculas Professora Eloisa Mano – UFRJ

ALBERTO COSTA MATTOS NETO
Bacharel em História – UFRJ

ALBERTO DA COSTA E SILVA

Diplomata de Carreira
Ex-subsecretário-geral e inspetor-geral do Ministério das Relações Exteriores

ALBERTO RIBEIRO DA SILVA MOBY
Doutor em História
Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro

ALESSANDRO BANDEIRA DUARTE
Mestrando em Filosofia – PUC-RIO

ALEX MOREIRA ANDRADE
Mestrando em História – PPGHIS-UFRJ

ALEXANDER MARTINS VIANNA
Mestre em História
Laboratório de Estudos do Tempo Presente – TEMPO
Fundação Educacional Duque de Caxias – FEUDUC

ALEXANDER WILHELM ARMIN KELLNER

Doutor em Paleontologia
Departamento de Geologia e Paleontologia Museu Nacional – UFRJ

ALEXANDRE ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Doutor em Matemática – UERJ

ALEXANDRE BUSKO VALIM
Mestrando em História Social – UFF

ALEXANDRE DOS SANTOS

Produtor da Rede Globo
Mestre em Relações Internacionais Jornalista

ALFREDO MARQUES DE OLIVEIRA
Doutor em Física – Conselho Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF)

ALICE HELGA WERNER
Doutora em História Social
Departamento de Economia – UFF

AMARA SILVA DE SOUZA ROCHA
Doutoranda em História – PPGHIS-UFRJ

AMÉLIA KIMIKO NOMA
Departamento de Fundamentos da Educação – UEM

ANA CRISTINA AUGUSTO DE SOUSA
Mestranda em Ciências Sociais – UFRJ

ANA CUNHA
Coordenadora do Projeto “Choro: Do Quintal ao Municipal”
(MIS Editorial/Secretaria de Estado de Cultura/FAPERJ)
ANDRÉ LOURENÇO

Historiador
Mestre em Antropologia – Museu Nacional (UFRJ)
ANDRÉ LUIZ SOARES BRANCO
Pesquisador do TEMPO/UFRJ

ANDRÉ NOVAES
Escola de Comando e Estado-Maior – ECEME
Ministério de Defesa do Brasil

ANDRÉ RICARDO MACIEL BOTELHO
Pesquisador – TEMPO
Mestre em História Comparada – UFRJ

ANDRÉ VIANNA DANTAS
História – UFRJ

ANDRÉA ÁLVARES DA CUNHA
História – UFF

ANDRÉA BARBOSA OSÓRIO
Mestre em História Social da Cultura – PUC-RIO

ANDREAS L. DOESWIJK

Faculdad de Humanidades
Universidad Nacional del Comahue-Neuquén (Argentina)
ANDREIA CRISTINA LOPES FRAZÃO DA SILVA Doutora em História
Departamento de História – UFRJ

ANGELA ANCORA DA LUZ
Doutora em História
Departamento de História e Teoria da Arte Escola de Belas Artes – UFRJ

ÂNGELA MARIA FREIRE LIMA E SOUZA

Doutora em Biologia
Instituto de Biologia – UFBA

ANGELA MENDES DE ALMEIDA
Doutora em História – CPDA – UFRRJ

ÂNGELA PENALVA

Doutora em Economia
Faculdade de Ciências Econômicas – UERJ

ANGELO PRIORI
Doutor em História
Departamento de História – UEM

ANGELO SEGRILLO
Doutor em História – História – UFF

ANITA LEOCÁDIA PRESTES
Doutora em História
Departamento de História – UFRJ

ANTONIO CARLOS MARQUES

Doutor em Biologia
Departamento de Zoologia, Instituto de Biociências – USP

ANTÔNIO CELSO ALVES PEREIRA
Doutor em Ciências Jurídicas
Departamento de Ciência Política – UFRJ
Professor de Direito Internacional – UERJ

ANTÔNIO FERNANDO DE ARAÚJO SÁ
Doutor em História
Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe

ANTONIO GELONEZE NETO
Matemático

ANTONIO R. SANTANA
Doutor em Engenharia de Produção
Departamento de Engenharia e Transportes Escola da Engenharia da UFRJ

ANTÔNIO TORRES MONTENEGRO
Doutor em História
Departamento de História – UFPE

ARTHUR ITUASSÚ
Mestre em Relações Internacionais Instituto de Comunicação – PUC-RIO

ARUÃ SILVA DE LIMA
Doutor em História – UFAL, Campus do Sertão

AUGUSTO MACHADO DOS SANTOS REIS

Sociedade Torre de Vigia

BERNARDO BORGES BUARQUE DE HOLLANDA Mestre em História Social da Cultura – PUC-RIO

BERNARDO KOCHER
Doutor em História
Departamento de História – UFF

BIANCA CRISTINA VIEIRA PEREIRA
Mestre em Sociologia – IUPERJ

BLUMA GUENTHER SOARES
Doutora em Física
Instituto de Macromoléculas Professora Eloisa Mano – UFRJ

BRENT HARRIS
Doutor em História
Deparment of History – University of the Western Cape (África do Sul)

BRIGITTE BOISSELIE
Doutora em História
Clonaid (França)

CARLOS ALBERTO BARÃO
Doutor em História

CARLOS ALBERTO PEIXOTO MARTINS
Ciências Contábeis – UCAM

CARLOS GILBERTO WERNECK AGOSTINO
Historiador e Pesquisador do Laboratório de Estudos do Tempo Presente – TEMPO

CARLOS LEONARDO BAHIENSE DA SILVA Doutor em História, Pesquisador do Laboratório de Estudos do Tempo Presente – TEMPO

CARLOS LUNGARZO
Doutor em Física
Conselho Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF)
CARLOS ROBERTO F. NOGUEIRA
Doutor em História
Departamento de História – USP

CELSO BRANCO
Pesquisador do Laboratório de Estudos do Tempo Presente – TEMPO

CÉSAR AUGUSTO BARCELLOS GUAZZELLI Doutor em História
Departamento de História – UFRGS

CHARBEL EL-HANI

Doutor em Biologia
Instituto de Biologia – UFBA

CHARLES PEREIRA PENNAFORTE
Mestre em Geografia – Facultad de Geografía da Universidad de La Habana (Cuba)

CHRISTIANO BRITTO MONTEIRO DOS SANTOS
Pesquisador do Laboratório de Estudos do Tempo Presente – TEMPO

CIRO FLAMARION CARDOSO
Doutor em História, professor titular em História Antiga Departamento de História – UFF

CLARA DE GÓES
Doutora em História
Departamento de História – UFRJ

CLARA MARIZE FIREMAND OLIVEIRA
Doutora em Física
Instituto de Macromoléculas Professora Eloisa Mano – UFRJ

CLÁUDIA SANTIAGO FRAGA PORTILHO
Mestre em História – UFRJ

CLAUDIA WASSERMAN
Doutora em História
Departamento de História – UFRGS

CLÁUDIO BESERRA DE VASCONCELOS
Mestre em História – UFRJ

CLÁUDIO LENZ

Professor Titular
LASER – Laboratório de Superespectroscopia do Rio de Janeiro Instituto de Física – UFRJ

CLEBER DE DEUS
Doutorando em Ciências Sociais – IUPERJ

CLILTON SILVA DA PAZ
Pesquisador do Laboratório de Estudos do Tempo Presente – TEMPO

CLÓVIS BRIGAGÃO
Doutor em Ciência Política
Centro de Estudos das Américas – UNICAM

CRISTIANE ROSE DUARTE
Escola de Arquitetura – UFRJ

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA
Doutoranda em Ciências Sociais – IUPERJ

CRISTINA TRISTÃO DE ANDRADE
Doutora em Física
Instituto de Macromoléculas Professora Eloisa Mano – UFRJ

DANIEL CHAVES
Doutor em História – UFAP

DANIEL DE ALBUQUERQUE BAHIENSE
História – UFRJ

DANIEL LINS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Filosofia Universidade Federal do Ceará

DANIELLA POPPIUS BRICHTA
Mestre em Ciências Sociais – IUPERJ

DARC COSTA
Doutor em Engenharia – COPPE
Diretor do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra

DARLAN FERREIRA MONTENEGRO
Ciências Sociais – UFRJ

DIOGO MEYER

Doutor em Biologia
Departamento de Biologia Integrativa – Universidade da Califórnia
ELGION L. S. LORETO

Doutor em Biologia
Departamento de Biologia – Universidade Federal de Santa Maria
ELI NAPOLEÃO DE LIMA
Doutora em História – CPDA – UFRRJ

ELIAS ALFAMA
Professor Licencial – Cabo Verde

ÉLIO GARCIA DUARTE
Doutor em Ciências Sociais
Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia – Universidade Federal de Goiás

ELISABETH ERMEL DA COSTA MONTEIRO
Doutora em Física
Instituto de Macromoléculas Professora Eloisa Mano – UFRJ

ELIZABETE FERNANDES LUCAS
Doutora em Física
Instituto de Macromoléculas Professora Eloisa Mano – UFRJ

ELOISA BIASOTTO MANO
Doutora em Física
Instituto de Macromoléculas Professora Eloisa Mano – UFRJ

ENEIDA DE MORAES MARCÍLIO CERQUEIRA Professora Titular de Biologia
Universidade Estadual de Feira de Santana

EVERARDO ROCHA
Departamento de Comunicação Social – PUC-RIO

FABIANA NEGROMONTE SANDE
História – UFRJ

FÁBIO LEITE

Economista
Secretário executivo da Câmara Temática de Impactos Econômicos e Sociais do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas
FÁBIO MERÇON
Doutor em Engenharia Química (COPPE/UFRJ) Departamento de Tecnologia dos Processos Bioquímicos do Instituto de Química – UERJ

FÁBIO MURUCI DOS SANTOS
Doutor em História – UFES

FELIPE DUARTE BALOCCO
Doutor em História – PPGHIS/UFRJ

FELIPE VILARES CONTE
Bacharel em História – UFRJ

FERNANDA GUIMARÃES CORREIA
História – UFRJ
Mestre em Ciências Políticas – UFRJ

FERNANDA M.B. COUTINHO
Departamento de Processos Industriais do Instituto de Química da UERJ

FERNANDO CARDIM DE CARVALHO

Doutor em Economia
Instituto de Economia – UFRJ

FERNANDO JOSÉ SANTORO MOREIRA

Doutor em Filosofia
Departamento de Filosofia – UFRJ

FLÁVIO LIMONCIC
Doutor em História – UNIRIO

FLÁVIO SILVA FARIA

Doutor em Biologia
Departamento de Genética – Instituto de Biologia – UFRJ

FRANCISCO CARLOS PALOMANES MARTINHO
Doutor em História – USP

FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA DA SILVA Professor Titular de História Moderna e Contemporânea – UFRJ/UCAM

FRANCISCO CARUSO
Pesquisador Titular do Conselho Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF)
FRANCISCO CÉSAR ALVES FERRAZ
Doutor em História

Universidade Estadual de Londrina
FRANCISCO M. SALZANO
Titular em Biologia Genética
Departamento de Genética – UFRGS

FRANCISCO PONTES DE MIRANDA FERREIRA Mestre em História Social da Cultura – PUC-RIO

FRANCISCO ROGIDO FINS
Mestre em História – PPGHIS-UFRJ

FRANKLIN TREIN

Doutor em Filosofia
Departamento de Filosofia – UFRJ

FREDERICO ALEXANDRE DE MORAES HECKER
Doutor em História
Departamento de História – UNESP

FREDERICO GUILHERME CUNHA LOPES DE OLIVEIRA História – UFRJ

FREDERICO OLIVEIRA COELHO
Doutor em História – PUC

GERSON ROBERTO NEUMANN
Doutor – Lateinamerika Institut (Universidade Livre de Berlin)

GISELE DOS REIS CRUZ
Mestre em Ciência Política – UFF

GISELE FONSECA CHAGAS
História – UFRJ

HUGO SUPPO
Doutor em História
Departamento de História – UERJ

HUMBERTO MACHADO
Mestre em Filosofia – UFRJ

IAN LAW
Department of Sociology and Social Policy – University of Leeds (Grã-Bretanha)

IGNACIO GODINHO DELGADO
Departamento de História – Universidade Federal de Juiz de Fora

INGRID SARTI
Doutora em Ciência Política
Programa de Pós-graduação de Ciência Política – UFRJ

ISABELLE CRISTINA VIEIRA PEREIRA
Pesquisadora do Laboratório de Estudos do Tempo Presente – TEMPO

JAILEILA DE ARAÚJO MENEZES
Mestre em Psicologia – UFRJ

JAMES GREEN
Doutor em História
Universidade da Califórnia

JANICE MCLAUGHLIN
Department of Sociology and Social Policy – University of Newcastle (Grã-Bretanha)

JAYME BUARQUE DE HOLLANDA
Instituto Nacional de Eficiência Energética (INEE)

JEAN MACCOLE TAVARES SANTOS
Mestre em História – PPGHIS-UFRJ

JEANNE CRISTINA MENEZES CRESPO
História – UFRJ

JEAN-YVES CAMUS
Doutor em Ciência Política
CERA – Centre Européen de Recherches et d'Action sur le Racisme et Antisémitisme (França)

JESSIE JANE VIEIRA DE SOUZA
Doutora em História
Departamento de História – UFRJ
Jie-Hyun Lim
Department of History – Hanyang University (Coreia do Sul)
JOÃO BÔSCO HORA GÓIS
Doutor em Serviço Social
Escola de Serviço Social – UFF

JOÃO FÁBIO BERTONHA
Doutor em História
Departamento de História – UEM

JOÃO PINTO FURTADO
Doutor em História
Departamento de História – UFMG

JOÃO PLATENIK PITILLO
Professor do Ensino Médio

JOÃO VICENTE GANZAROLLI DE OLIVEIRA Doutor em História da Arte
Departamento de História e Teoria da Arte – Escola de Belas-Artes – UFRJ

JORGE SILVA RIQUER
Doutor em História
Instituto de Investigações Dr. José Maria Luis Mora (México)
JOSÉ ANTÔNIO RIBAS SOARES
PUC-RIO

JOSÉ AUGUSTO ABREU DE MOURA
CMG-RRm – Escola de Guerra Naval

JOSÉ CARLOS LIMA DE SOUZA
Mestre – UFF

JOSÉ HENRIQUE FERNANDEZ
Doutor em Física
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)
JOSÉ HENRIQUE ROLLO GONÇALVES
Mestre em História
Departamento de História – UEM

JOSÉ MARIA GOMES DE SOUZA NETO
Doutor em História – Universidade de Pernambuco
JOSÉ RICARDO RAMALHO
Doutor em Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – UFRJ

JOSINEI LOPES DA SILVA
Mestre em História – UNESP (Campus de Assis)

JOZIMAR PAES DE ALMEIDA
Departamento de História – Universidade Estadual de Londrina

JULIA WAGNER PEREIRA
História – UFRJ

JULIANO BORGES

IUPERJ

KAREN PUPP SPINASSÉ
Doutora – Universidade Técnica de Berlim
KARL SCHURSTER SOUZA LEÃO
Doutor em História – Universidade de Pernambuco

KEILA GRINBERG
Doutora em História
Departamento de História – UNIRIO

LAVÍNIA SCHÜLER-FACCINI
Departamento de Genética – UFRGS
Instituto de Biociências

LEANDRO KONDER

Doutor em Filosofia
Departamento de Educação – PUC-RIO

LEILA LÉA YUAN VISCONTE
Instituto de Macromoléculas Professora Eloisa Mano – UFRJ

LEONARDO MONTANHOLI DOS SANTOS

Procurador Federal

LEONILDO SILVEIRA CAMPOS
Professor da Pós-Graduação em Ciências da Religião Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)

LIA VALLS PEREIRA
Fundação Getulio Vargas

LÍLIA MARIA DE AZEVEDO MOREIRA
Instituto de Biologia – UFBA

LUANDA ANTUNES
Doutoranda em Ciências Sociais – IUPERJ

LÚCIA CANELLA MASELLI
Pesquisadora, Rede de Ensino do Rio de Janeiro
LÚCIA MARIA DE BAÈRE NAEGELI
Pesquisadora, Rede de Ensino do Rio de Janeiro
LUCÍLIA DE ALMEIDA NEVES
Professora Titular de História e do Mestrado de Ciências Sociais – PUC-MG

LUÍS CARLOS FRIDMAN
Doutor em Ciências Sociais
Departamento de Sociologia – UFF

LUÍS EDMUNDO DE SOUZA MORAES
Doutor em História
Departamento de História – UFRRJ

LUÍS GUILHERME LUTTERBACH
LASER – Laboratório de Super Espectroscopia do Rio de Janeiro Instituto de Física – UFRJ

LUIZ BERNARDO LEITE ARAÚJO
Doutorando em Ciências Sociais – IUPERJ

LUIZ CARLOS RIBEIRO SANTANA
Mestre em História – PPGHIS-UFRJ

LUIZ FRANCISCO TENÓRIO PERRONE

ANATEL

LUIZ GUILHERME
LASER – Laboratório de Superespectroscopia do Rio de Janeiro Instituto de Física – UFRJ

LYZ ELIZABETH AMORIM MELO DUARTE
Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia Universidade Federal de Goiás

MALCOLM HARRISON
Department of Sociology and Social Policy – University of Leeds (Grã-Bretanha)

MARCEL TERRUSSE

Movimento Raeliano

MARCELO BADARÓ MATTOS
Doutor em História
Departamento de História – UFF

MARCELO HERMES LIMA
Departamento de Biologia Celular – UnB
Grupo de Pesquisa de Radicais de Oxigênio

MARCELO MARTINS WERNECK
DEL/EE-PEB/COPPE – UFRJ

MÁRCIA MARIA MENENDES MOTTA
Doutora em História
Departamento de História – UFF

MARCIO SCALERCIO
Doutor em História – IRI-PUC

MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS CASANOVA Departamento de Filosofia – UERJ

MARCO AURÉLIO SANTANA
Doutor em Ciências Sociais
Departamento de Filosofia e Ciências Sociais – UNIRIO

MARCOS LOPES DIAS
Instituto de Macromoléculas Professora Eloisa Mano – UFRJ

MARCOS MOUTTA DE FARIAS
Mestre em História – PPGHC-UFRJ

MARCOS NAPOLITANO
Doutor em História/USP

MARCUS DEZEMONE
Mestre em História Social – UFF

MARCUS VINÍCIUS GIRALDES SILVA
Direito – UFRJ

MARIA CONCEIÇÃO PINTO DE GÓES
Doutora em História
Departamento de História – UFRJ

MARIA CRISTINA CARDOSO
História – UFRJ

MARIA DE FÁTIMA VIEIRA MARQUES
Instituto de Macromoléculas Professora Eloisa Mano – UFRJ

MARIA GUIMARÃES

Museu de Zoologia de Vertebrados
Universidade da Califórnia (EUA)

MARIA IZILDA SANTOS DE MATOS
Doutora em História
Departamento de História – PUC-SP

MARIA LUISA NABINGER DE ALMEIDA
Doutora em História
Departamento de História – UNIRIO

MARIA PAULA NASCIMENTO ARAÚJO
Doutora em História
Departamento de História – UFRJ

MARIA RITA GUINANCIO COELHO
Instituto de Macromoléculas Professora Eloisa Mano – UFRJ

MARIA YEDDA LINHARES
Professora emérita de História Moderna e Contemporânea – UFRJ

MARÍLIA COUTINHO
Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior – USP

MARINA DE ASSIS MOURA
Mestranda em Medicina Veterinária – UFF

MARIO CLÉBER MARTINS LANNA JR.
Doutor em História – Fundação João Pinheiro – Minas Gerais
MARIO RIZO ZELEDÓN
Instituto de Historia de Nicaragua y Centroamerica Universidad Centroamerica (Nicarágua)
MÁRIO SÉRGIO IGNACIO BRUM
História – UFF

MARTA ROSA BORIN
Doutora em História
Associação Brasileira de História das Religiões
MARTA SKINNER DE LOURENÇO

Doutora em Economia
Faculdade de Ciências Econômicas – UERJ

MARTIN ALMADA

Advogado dos Direitos Civis
Tribunal Ético Contra la Impunidad (Paraguai)

MARTIN SCHUSTER
Doutor – Centro de Pesquisas sobre o Anti-semitismo da Universidade Técnica de Berlim
MAURÍCIO DA SILVA DRUMOND COSTA
Doutor em História – UFRJ

MAURÍCIO LIMEIRA DOS SANTOS
Pesquisador do Laboratório de Estudos do Tempo Presente – TEMPO

MERCEDES DE FIGUEIREDO FERNANDES
História – UFF

MÉRI FROTSCHER
Departamento de História – UNIOESTE

MILTON FEFERMAN
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFRJ
Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – UFRJ

MIRIAM GOMES SARAIVA
Departamento de História – UERJ

MIRIAM TAVARES DE BRITO SOUZA
Instituto de Biologia – UFBA

MÔNICA GRIN
Doutora em Ciências Sociais
Departamento de História – UFRJ

MONICA LEITE LESSA
Doutora em História
Departamento de História – UERJ

MONTGOMERY MIRANDA
Doutor em História – UERJ

NATÁLIA DOS REIS CRUZ
Doutora em História Social – UFF

OTACÍLIO RIBEIRO LESSA
Pesquisador, Rede de Ensino do Rio de Janeiro
PATRÍCIA TEIXEIRA SANTOS
Doutora em História – UFRJ
Fundação Educacional Duque de Caxias – FEUDUC

PAULA FACCINI DE BASTOS CRUZ
Pesquisadora do Laboratório de Estudos do Tempo Presente – TEMPO

PAULO FAGUNDES VIZENTINI
Professor Titular de História Contemporânea Departamento de História – UFRGS

PAULO GABRIEL HILU DA ROCHA PINTO
Doutor em Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política – UFF

PAULO GEIGER
Fundador e consultor geral do Centro de História e Cultura Judaica do Rio de Janeiro

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA
Doutor em Ciências Sociais
Conselheiro da Embaixada do Brasil nos Estados Unidos

PIEDADE EPSTEIN GRINBERG
Diretora do Solar Grandjean de Montigny Centro Cultural – PUC-RIO

RAFAEL PINHEIRO ARAÚJO
Doutor em História – UniLasalle e UFRRJ

RAUL FERREIRA LANDIM

Doutor em Filosofia
Departamento de Filosofia – UFRJ

REGINA CÉLIA REIS NUNES
Instituto de Macromoléculas Professora Eloisa Mano – UFRJ

REGINALDO REIS
Almirante – Marinha do Brasil
Centro de Estudos Políticos e Estratégicos da Escola de Guerra Naval

RENATO ZAMORA FLORES
Instituto de Física – UFRGS

RICARDO CRAVO ALVIN
Musicólogo – Fundador do Museu da Imagem e do Som

RICARDO PEREIRA CABRAL
Doutor em História – Escola de Guerra Naval

RICARDO PINTO DOS SANTOS
Doutor em História – UFRJ

ROBERTO A. PIMENTEL JR
Pesquisador – Professor de Física do CAP-UFRJ

ROBERTO CHARLES FEITOSA DE OLIVEIRA Doutor em Filosofia
Departamento de Filosofia e Ciências Sociais – UNIRIO

RODRIGO CAPAZ
LASER – Laboratório de Superespectroscopia do Rio de Janeiro Instituto de Física – UFRJ

RODRIGO FARIAS DE SOUZA
Doutor em História – Universidade de Pernambuco e IUPERJ

ROMUALDO PESSOA CAMPOS FILHO
Instituto de Estudos Sócio-Ambientais Universidade Federal de Goiás

RÔMULO ALCÂNTARA
Major – Exército Brasileiro

ROSÂNGELA OLIVEIRA DIAS
Doutora em História – UFRJ

RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO

Historiador
Pesquisador de História do Brasil

SABRINA EVANGELISTA MEDEIROS
Doutora em Ciências Políticas – IUPERJ

Professora da EGN

SAMANTHA VIZ QUADRAT
Doutora em História/UFF

SANDRA DE CÁSSIA ARAÚJO PELEGRINI Departamento de História – UEM

SÉRGIO AUGUSTO MUNIZ MANGUEIRA
Sociologia – UFF

SÉRGIO EDUARDO MARTINS PEREIRA
Ciências Sociais – UFRJ

SÉRGIO MURILLO PINTO
Doutor em História Social – UFF

SHU CHANG SHENG
Doutor em História
Pesquisador do Laboratório de Estudos do Tempo Presente – TEMPO

SIDNEI MUNHOZ
Doutor em História
Departamento de História – UEM

SIGURD JENNERJAHN
Doutorando em Antropologia Urbana Europa-Universität Viadrina, Frankfurt an der Oder (Alemanha)

SILVIA OROZ
Cineasta e cinéfila
Pesquisadora do Laboratório de Estudos do Tempo Presente – TEMPO

SÔNIA FLEURY
Doutora em Ciências Sociais
Fundação Getulio Vargas

STEPHEN GRANT BAINES

Doutor em Antropologia
Instituto de Ciências Sociais – UnB

SUSIE VIEIRA
Professor Adjunto de Genética da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e da União Metropolitana deEducação e Cultura (UNIME)
TANIA ZENTENO-SAVIN
Centro de Investigaciones Biológica del Noroeste (México)
TANJA BÜTER
Historiadora Assistente Científica no Museu Técnico Alemão (Berlim)
TATIANA DA SILVA BULHÕES
Pesquisadora do Laboratório de Estudos do Tempo Presente – TEMPO

TATIANA MARTINS P. DO COUTTO
Centro de Estudos das Américas – UNICAM

TAYNAH LOPES DE SOUZA
Mestre – IRI/PUC-RIO

TEÓFILO TOSTES DANIEL
Comunicação Social – UFRJ

THIAGO MONTEIRO BERNARDO
Mestre em História – UFRJ

VALÉRIA LIMA GUIMARÃES
Mestre em História – UFRJ

VALÉRIA MARQUES LOBO
Departamento de História – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

VANDERLEI VAZELESK RIBEIRO
Doutor em História – UFRRJ

VÂNIA POLLY
Mestre em História – SENAI-CETIQT

VICENTE SAUL MOREIRA DOS SANTOS
História – UFRJ

VICTOR ANDRADE DE MELO
Doutor em Educação Física – UFRJ

VINÍCIUS REZENDE MARINHO
Biomedicina – UNIRIO

VITOR ACSELRAD
História – UFRJ

VITOR DA CUNHA SILVEIRA
Administração – UFRJ

VIVIAN DOMINGUEZ UGÁ
Mestre – IUPERJ

WAGNER PINHEIRO PEREIRA
Departamento de História – USP

WASHINGTON LUÍS DE ASSIS PINHEIRO
História – UERJ

WILLIAM REIS MEIRELLES
Departamento de História – Universidade Estadual de Londrina
WILLIAMS DA SILVA GONÇALVES
Doutor em História – Departamento de História – UERJ

WILSON AMENDOEIRA
Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro
WILSON MENDONÇA

Professor Titular de Filosofia
Departamento de Filosofia – UFRJ

ZECA LINHARES
Mestre em História
Fotógrafo

ZHOU SHI XIU
Doutor em História
Department of History – Hubei University (China)

INTRODUÇÃO

PROFESSOR TITULAR DE HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA
LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO TEMPO PRESENTE/TEMPO
Universidade do Brasil/UFRJ

Ao buscarmos a especificidade das guerras e dos conflitos do século XX, um traço marcante que diferencie tais conflitos daqueles travados nos séculos anteriores, poderíamos destacar cinco pontos fundamentais: 1) o alto poder destrutivo das guerras do século XX em decorrência da junção de novas estratégias e meios técnicos avançados disponibilizados pela industrialização pesada das grandes sociedades no Ocidente e, mais tarde, generalizada em todo o planeta, muitas vezes transbordando diretamente para o genocídio; 2) a vasta variedade de tipos de conflito, com a multiplicação de formas de se travar combates, quase sempre em decorrência de novos meios técnicos, mas, também, em decorrência de novas estratégias e novos mecanismos de gestão e organização militar, sobretudo no âmbito das chamadas "Revoluções em Assuntos Militares"; 3) a imbricação entre guerra e revolução de forma mais estreita do que em qualquer outro período da História, fazendo com que um número elevado de conflitos tenha se iniciado, ou redundado, em revoluções; 4) as guerras do século XX, as principais ao menos, podem facilmente ser organizadas em torno de um só eixo de rivalidades entre potências navais – Inglaterra, Japão, Estados Unidos – e potências continentais – Alemanha, Rússia/URSS, China –, tanto entre si quanto em forma de arranjos de geometria mais ou menos variável, mas fácil de identificar em grandes blocos. Mesmo as guerras "isoladas" em relação a este conflito maior, tais como os conflitos no Oriente Médio, na Ásia Central e no Sudoeste Asiático, e mais tarde na África, poderiam ser alinhadas em forma de conflitos menores ou subordinados ao grande conflito maior entre as potências marítimas (nas fímbrias do mundo) e as potências continentais (no coração do mundo),1 conforme as expressões de Nicholas Spykman (1893-1942), talvez o geopolítico mais influente do século XX, e, por fim, 5) a ampla incorporação da opinião pública, nas democracias de massa do Ocidente principalmente, no debate central sobre a legitimidade ou ilegitimidade das guerras, muito especialmente depois da Segunda Guerra Mundial.

Assim, os conflitos do século estariam marcados pelos conceitos de intensidade, variedade e unidade.

Da mesma forma podemos afirmar que o século XX não foi mais nem menos violento em matéria de guerras e revoluções do que os séculos anteriores (e mesmo o século em curso, vistos os sinais até agora emitidos). O século XX guarda sua originalidade, em termos de guerras e revoluções, no seu potencial, extensão e intensidade: nunca as guerras foram tão destrutivas e generalizadas, nunca populações civis foram tão extensamente massacradas e nações inteiras declaradas inimigas e voltadas ao genocídio (como hereros, armênios, judeus e tutsis, por exemplo). Mesmo aí a originalidade do incrível poder destrutivo das guerras no século XX não se explica por uma maior vigência da violência ou do ódio nas relações humanas, e sim pelo explosivo encontro entre a guerra e o imenso potencial econômico e tecnológico oriundo dos avanços tecnológicos do século XX. Assim, os modernos fuzis e as metralhadoras desempenharam um papel-chave na aniquilação de hereros (na África do Sudoeste alemão, atual Namíbia) e armênios, e os trens tiveram um papel fundamental para viabilizar o holocausto. Nos séculos anteriores as guerras foram limitadas pela dimensão dos cofres reais, pela limitação dos meios técnicos, em especial dos transportes, e pela capacidade logística dos exércitos. Assim, o tamanho de um exército, a equipagem de uma armada ou a dimensão de uma fortaleza dependiam diretamente da saúde financeira do reino ou da dinastia e, no mais, dos estudos técnicos conseguidos com tais meios financeiros. A criação de uma frota, sua formação e equipagem, em Portugal ao final do Medievo, dependeram, por exemplo, claramente, dos investimentos iniciais do Infante Henrique, da disponibilização das rendas da Ordem de Cristo e da conversão do Castelo de Sagres em corte renascentista de sábios. Da mesma forma, a transformação da França em potência continental no século XVII dependeu largamente das reformas de Vauban (1633-1707) na engenharia militar e de Colbert (1619-1683) na engenharia financeira. A duração e o imenso potencial destrutivo da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) só foram possíveis graças, de um lado, ao aperfeiçoamento da artilharia – que tornou as fortalezas largamente inúteis – e, por outro lado, à melhor administração financeira, que permitiu aos Estados mais modernos e bem administrados – tais como a França e a Suécia – manterem-se bem mais tempo mobilizados e capazes de infringir danos constantes aos seus adversários.

Ao seu tempo, no século XVII, a Guerra dos Trinta Anos foi o mais devastador conflito bélico já travado na História, com amplos exércitos em movimento, cercos de cidades inteiras, e destruição de vilas, aldeias e campos, com o despovoamento de amplas regiões da Alemanha, Polônia e Tchéquia. Muitos historiadores chegam a afirmar que a Alemanha teria perdido a primazia econômica mundial exatamente aí, em face das tremendas destruições impostas

ao seu território. Da mesma forma, as Guerras Napoleônicas, entre 1800 e 1814, mobilizaram milhares de homens, com combates estendendo-se por toda a Europa, daí para os confins da selva amazônica, na Guiana, no Rio da Prata, nos desertos do Egito e da Palestina até os confins dos Mares do Sul pela posse de entrepostos comerciais nas Índias.

Ao mesmo tempo, a incrível expansão das guerras e sua intensidade nos séculos XVIII e XIX permitem a retomada da sua análise teórica (onde já figuravam nomes como Homero, Tucídides, Maquiavel), com o surgimento dos mais importantes teóricos do pensamento estratégico, como Jomini (1779-1869), Suvarov (1729-1800) e Clausewitz (1780-1831). Alguns dos seus ensinamentos – além de um fantástico arsenal de conceitos ainda não superados – mantiveram-se atuais até os nossos dias, alimentando formas de combate praticadas ao longo de todo o século XX. As suas análises sobre a mobilidade e as operações rápidas de deslocamento militar, envolvimento, retirada, desbordamento de tropas e de pontos fortificados foram praticadas em nível de excelência desde a Guerra Austro-Prussiana (1866) ou a Guerra Franco-Prussiana (1870/1871) até a Segunda Guerra do Iraque, em 2003.2

Contudo, faltavam alguns meios técnicos e suportes econômicos capazes de dar a dimensão definitivamente moderna às guerras do século XIX. Dois conflitos fundamentais darão conta da imensamente importante, e bastante terrível, junção, de um lado, entre guerra e grande indústria, e, de outro lado, dos novos meios de gestão científica, o fato decisivo da história das guerras no século XIX, continuado e ampliado infinitamente no século XX, chave para entender o conceito de Revolução em Assuntos Militares (a chamada R.A.M.), vigente ao final do século XX.

De um lado, a Guerra de Secessão dos Estados Unidos, entre 1861 e 1864, e, de outro, a Guerra Franco-Prussiana, de 1870-1871, desempenharam o papel-chave de reunir o pensamento estratégico renovado e o potencial industrial liberado pela grande indústria desde a Revolução Industrial, abrindo caminho para a guerra total do século XX, em que o conjunto dos recursos da sociedade é disponibilizado para o esforço de guerra, anulando as diferenças entre civis e militares, entre frente de combate e retaguarda. O imenso potencial de destruição liberado pela junção das modernas técnicas de guerra e de organização de tropas, como já utilizadas nas Guerras Napoleônicas e sistematizadas por Clausewitz, com o potencial técnico e econômico da Revolução Industrial, com a disponibilização de novos recursos técnicos impensados anteriormente, tornar-se-iam assim o cerne de uma ampla Revolução em Assuntos Militares, que faria sua aparição nos primeiros conflitos de massa do século XX, como a Guerra dos Boers, entre 1899 e 1902, e a Guerra Nipo-Russa, de 1905.3

Assim, a extensão e a intensidade das guerras no século XX são diretamente um produto do desenvolvimento da chamada “arte da guerra” do século XIX – tal como Clausewitz ensinara e, em especial, da junção entre guerra e Revolução Industrial, inicialmente, e em seguida das revoluções tecnológicas do século XX, sendo muitas vezes a própria guerra – ou sua ameaça – um motor suficiente para a expansão dos meios tecnológicos disponíveis, como no caso da corrida espacial depois do início dos anos 1960, originando o que Dwight D. Eisenhower (1890-1969) denominou Complexo Industrial-Militar.4

Ao mesmo tempo, as formas alternativas da arte da guerra, que chegaram ao seu apogeu na Guerra da Argélia, no fim dos anos 1950, ou na Guerra do Vietnã, entre 1965-1975, com as operações de retaguarda e no interior das linhas inimigas, a guerra de guerrilhas, a sabotagem e a guerra de propaganda de base nacionalista e/ou subversiva, surgiram pela primeira vez em escala nacional – como no caso do enfrentamento guerrillero espanhol contra as tropas francesas de Napoleão – também no século XIX. Coube ao século XX aperfeiçoar seus ensinamentos, trazer a nova tecnologia disponível para o interior de tais conflitos, denominados “conflitos de baixa intensidade”, desenhando assim o perfil dos principais conflitos do século passado. As novas formas de guerra do século XX produziram também seus “teóricos”, como no caso da grande guerra de movimento mecanizada, a Blitzkrieg de Guderian (1888-1953) ou como no caso dos discípulos “revolucionários” de Clausewitz – enquanto pensadores políticos da guerra: John Conolly, o pensador da insurreição urbana irlandesa, modelo de todas as insurreições e combates urbanos; T.E. Lawrence (1888-1935), o pensador da guerra de movimento no deserto; e Mao Zedong (1893-1976) e Vo Nguyên Giap (1910-2013), os pensadores do cerco das cidades pelos camponeses pobres e explorados do Terceiro Mundo. Em todos esses pensadores, por grandes que sejam as distinções, a presença dos conceitos clausewitzianos unificava as suas estratégias, em especial a convicção de que a política define os objetivos da guerra. Isso sem falar nos grandes pensadores da Guerra Nuclear, do “Equilíbrio do Terror”, o verdadeiramente original pensamento estratégico do século XX.

Assim, também em termos bélicos, o século XIX projetou-se sobre o século XX, trazendo seus ensinamentos e mostrando-se uma fonte inesgotável de exemplos.

Contudo, por mais espetaculares que fossem os avanços técnico-militares do século XIX e da organização militar até a Guerra dos Boers, a Guerra Nipo-Russa e a Guerra Ítalo-Turca (introdução da aviação militar), só em 1914 o verdadeiro perfil da guerra moderna faria sua aparição completa.5

Para muitos, a Grande Guerra foi o marco decisivo da guerra moderna, a mãe de todas as batalhas, que marcaria o século XX e, já agora podemos infelizmente

dizer, também o século XXI. Claro, a Guerra de Secessão Americana (1861-1864) foi, sem dúvida, a primeira guerra de massas da história, na qual a mobilização total dos recursos de uma sociedade foi colocada à disposição da máquina de guerra visando atingir os fins estratégicos que garantiriam a vitória. Contudo, mesmo frente ao morticínio e à imensa dor, a Guerra de Secessão foi circunscrita a um país, meio-continente, um só povo. Neste sentido, o então impressionante desenvolvimento industrial americano não poderia ser comparado ao poder industrial de nações como o Império Alemão ou Britânico, a República Francesa, e mesmo os próprios Estados Unidos e o Império do Sol Nascente, na Ásia, nas vésperas da Grande Guerra, em 1914, e, consequentemente, ao tremendo impacto decorrente do choque de tais potências entre 1914 e 1918. Assim, a Grande Guerra garante para si a glória duvidosa de abrir um novo capítulo na história da humanidade: a moderna guerra total.

Da mesma forma, seria o ponto de partida da única guerra verdadeira do século XX: a longa guerra que se estenderia de 1914 até 1991, com pausas e retomadas de hostilidades, repetindo no século XX o terrível evento contínuo da Guerra dos Trinta Anos, do século XVII.

Em 1914, para além dos recursos materiais e humanos investidos, procurava-se ainda reverter os principais ensinamentos – a própria doutrina militar – das últimas grandes guerras europeias: as guerras napoleônicas. Convencidos do mérito das políticas defensivas, otimizadas pela moderna engenharia de casamatas, trincheiras e bastiões, ao lado da excelência das novas armas de tiro, em especial as metralhadoras, todos os principais países envolvidos desenvolveram técnicas defensivas, como no caso da França, e com o fracasso do célebre Plano Schlieffen caíram na terrível armadilha da Guerra de Trincheiras, uma guerra de posições, consumidora de homens e recursos. Entrincheirar-se por entre casamatas, com campos minados e redes de arame farpado pareceu, para os generais de 1914, uma fórmula ideal para evitar os desastres da Guerra Franco-Prussiana de 1870-1871, quando exércitos alemães, em rápidos movimentos, envolveram e paralisaram as defesas francesas, abrindo caminho para Paris. Ainda uma vez tratava-se de optar entre Jomini ou Clausewitz.6

Assim, desde os seus primeiros dias, a Grande Guerra tornou-se uma guerra de posições, travada em trincheiras, de grandes desgastes, enterrando exércitos inteiros no lamaçal, sob o frio, a fome, as doenças e a desesperança. As metralhadoras e os gases venenosos, inaugurando o uso das armas químicas, devastavam milhares de homens de uma só vez. São os fatos que alimentam páginas heroicas da literatura pacifista de todos os tempos, tais como em Dalton Trumbo (Uma Arma para Johnny); Ernest Hemingway (Adeus às Armas); Erich

Maria Remarque (Nada de Novo no Front) ou Bruno Vogel (Alf), fazendo com que a guerra gere num grupo importante de homens a valorização da paz.7 Mas a Grande Guerra geraria também os seus amantes, defensores da violência como a única forma de regeneração de toda a sociedade, tais como Ernst Jünger, Adolf Hitler, Julius Evola ou Benito Mussolini. Foi em verdade uma guerra dura, suja, cruel, e a vitória que dela emergiu foi marcada por recriminação, humilhação e frustração, abrindo caminho para novos tempos de barbárie: os fascismos na Itália e na Alemanha, e, em seguida, a Segunda Guerra Mundial.

Por esta razão, para muitos, a Grande Guerra não terminou em 1918: parte de uma longa guerra do Estado-Nação,8 teria sido apenas uma pausa, para que os beligerantes, exaustos, pudessem se recuperar, reorganizar as forças, realinhar as alianças estratégicas, para a retomada do conflito de 1939 até 1945. Mesmo então, a vitória de 1945 não teria encerrado a Grande Guerra do século XX, retomada em 1947, agora sob a forma da Guerra Fria, e estendendo-se até 1990, com o Tratado de Paris – reunificação das duas Alemanhas – e o colapso da URSS. Assim, a Primeira Guerra Mundial poderia ser vista como a Grande Guerra do Século XX, uma longa guerra provocada pela irrupção do Estado-Nação competitivo no cenário das relações internacionais, pontilhada de pausas eventuais – uma paz armada e precária – e retomadas cíclicas das hostilidades, como o Japão contra a China, desde 1931, ou a Itália contra a Etiópia, em 1936, além da destruição das democracias indefesas, como a Áustria e a então Tcheco-Eslováquia, frente à Alemanha de Hitler, em 1938. Estaríamos, então, diante de uma nova Guerra dos Trinta Anos do século XX, em alusão àquela outra Guerra dos Trinta Anos que, no século XVII (1618-1648), destruiu a Europa e espalhou o pânico e a dor por todo o continente e suas dependências coloniais.

É neste sentido que a Primeira Guerra Mundial seria a mãe de todas as batalhas do nosso século, o ponto de partida para o longo conflito do século XX. Até 1914 a Europa e, consequentemente, o mundo haviam conhecido uma relativa paz – armada, tensa e instável, é verdade – decorrente dos arranjos organizados pelo Congresso de Viena em 1815. Produto da genialidade conservadora de Klemens von Metternich (1773-1859), a Europa conhecera uma arquitetura política especial, o Concerto das Nações, quando um delicado sistema de poderes e contrapoderes equilibrara as relações internacionais. A destruição de tal sistema, em 1914, transformaria o século XX num imenso campo de batalha pela hegemonia mundial.9

Assim, não podemos minimizar, de forma alguma, o impacto causado pela Primeira Guerra Mundial, mesmo em pontos remotos do planeta, fora dos eixos geoestratégicos centrais do mundo. Mesmo a paz precária negociada em 1919 surgiu como paradigma para todas as tentativas posteriores: pretendeu-se a

criação de um sistema de segurança coletiva, capaz de criar um mundo mais seguro para todos, que viesse a substituir o Concerto das Nações destruído em 1914.

Nesse sentido – a busca de uma nova e duradoura arquitetura mundial –, a postura do Presidente Woodrow Wilson (1856-1924) foi fundamental. Pela primeira vez os Estados Unidos rompiam doutrinariamente com os sagrados princípios dos Pais Fundadores contrários ao envolvimento do país nos conflitos – mesquinharias dinásticas e colonialistas, aos olhos do americano médio – da velha Europa. O poderio crescente do Império Continental Alemão – causa do colapso do Concerto das Nações – desafiara o equilíbrio mundial de poder, e corria-se o risco de as potências anglo-saxãs, baseadas no poder naval, na autoadministração, no controle do comércio marítimo mundial, serem sujeitadas por um poder continental baseado em imensos exércitos de terra, em forte centralismo autoritário e na concentração industrial.10 Por isso os Estados Unidos decidiram pela guerra. Esta deveria então ser uma guerra para acabar com todas as guerras, culminando numa paz administrada a partir de um tribunal universal de povos, a Sociedade das Nações. Eram retomados, nos chamados princípios wilsonianos, o otimismo humanista de Kant e sua esperança em uma Paz Perpétua, repetindo, em relação ao anseio por paz, o que já vinha acontecendo no tocante à guerra: a projeção das expectativas do século XIX sobre o século XX.

É assim que a chamada à guerra feita a todos os povos deveria ser, também, a chamada para a construção das bases da Nova Ordem Mundial a emergir do conflito. Seguiram-se conferências mundiais de paz, em Haia, e tratados de banimento perpétuo da guerra, como no Pacto Briand/Kellog, de 1928.

Menos de 10 anos depois o mundo estaria novamente imerso em uma das etapas bélicas da Longa guerra do século XX, já conhecendo as agressões do Japão contra a China, em 1931, e da Itália contra a Etiópia, em 1935.

A percepção, por parte de populações de todo o mundo, de que a guerra vinha se tornando um fenômeno total, com a crescente indistinção entre front e retaguarda – portanto, entre civis e militares – é, em grande parte, a razão da crescente incorporação da opinião pública ao longo do século XX no debate decisório sobre a guerra e a paz. Talvez a Primeira Guerra Mundial tenha sido o último grande conflito em que os gabinetes ministeriais, os Estados-Maiores e as chancelarias tenham, de fato, tido a liberdade absoluta para decidir a guerra. Já na Segunda Guerra Mundial, o povo dos Estados Unidos, por exemplo, resistiu até o momento do ataque japonês contra Pearl Harbor a aceitar a guerra como inevitável, malgrado o desejo evidente de Roosevelt de envolver-se, desde o início, no conflito. Mesmo a Alemanha nazista, firme até a última batalha, ouviu

em silêncio revelador o Führer anunciar a guerra, que teve que ser precedida de imensa barragem de propaganda contra os pérfidos poloneses (em verdade, vítimas da Alemanha). As guerras coloniais do Ocidente, depois de 1945, foram incrivelmente impopulares e seus governos tiveram de incluí-las, numa operação de difícil sucesso, no âmbito da luta mundial contra o comunismo para obter algum respaldo doméstico. Sem dúvida, foi a Guerra do Vietnã (1965-1975) onde a opinião pública desempenhou o papel mais marcante, deslegitimizando as razões de sucessivos governos norte-americanos. Neste sentido, o papel da imprensa, em especial da televisão, muitas vezes praticando o chamado jornalismo investigativo, foi verdadeiramente revolucionário, colocando em cheque a propaganda de guerra oficial. Mais tarde, mesmo na URSS, a Guerra do Afeganistão (1979-1989) desempenhou o mesmo papel, embora sem os aspectos espetaculares da cobertura midiática norte-americana. Apesar de toda a censura existente, ao menos no início do conflito – com Gorbachev o conflito foi debatido à exaustão – formou-se, rapidamente, uma opinião pública adversa à política oficial do Kremlin. Da mesma forma, a Guerra do Iraque, de 1991, com sua cobertura ao vivo, via satélite e com emissoras a cabo transmitindo de forma contínua, trouxe a guerra para o cotidiano de todos, universalizando a repúdio da opinião publica, como expresso nas ruas de todo o mundo em 2003 ante a iminência do ataque norte-americano ao Iraque. Esta nova exigência de transparência em uma decisão tal crucial e dolorosa, embora em si não marque um repúdio genérico contra a guerra, marca claramente os limites que os governos nacionais hoje enfrentam para tomar tal decisão. A punição do Partido Popular, nas eleições espanholas de 2004, é um sinal evidente da impossibilidade de se fazer uma guerra contra a vontade da opinião publica. Os ensinamentos do Vietnã e do Iraque apontam para importantes inovações, além do reconhecimento do papel central da opinião pública, no deslanchar de uma guerra. A noção de guerra justa, e mesmo necessária e inevitável, prende-se cada vez mais a justificativas comprováveis e sérias envolvendo direitos humanos e razões humanitárias, como se comprova nos casos de Kosovo, do Timor Leste e, talvez, do Haiti. As justificativas buscadas em torno da existência de regimes fora da lei – como Coreia do Norte ou Irã – ou da existência de armas de destruição em massa ficaram seriamente prejudicadas depois da Guerra do Iraque de 2003 e da incapacidade de os governos envolvidos provarem suas razões para ir à guerra. Da mesma forma, os serviços de inteligência, tais como a CIA nos Estados Unidos, a MI6 na Inglaterra e o CNI na Espanha, sofreram imenso desgaste em virtude de suas manipulações políticas e mesmo partidárias para justificar a guerra, gerando desconfiança e insegurança por parte da opinião pública frente aos organismos de segurança. Ao mesmo tempo, a evolução da

mídia, ainda uma vez de forma especial da televisão, criou situações de embaraço, com a supressão da ação independente e do engajamento militar de grande número de jornalistas (embebed press), como no caso do Iraque, em 2003. A fusão de empresas de origens diferentes, como mídia e indústria armamentista, como é o caso de um número significativo de cadeias de televisão norte-americanas, acaba por criar uma espessa nuvem de desconfiança sobre a qualidade das informações, gerando questões fundamentais sobre o debate de ética profissional, acesso a uma informação de qualidade e segurança. Muito especialmente, a chamada Guerra contra o Terrorismo, depois do 11 de Setembro de 2001, impõe uma série de constrangimentos bastante complexos, como o debate em torno da publicização de vídeos de notórios terroristas, como Osama bin Laden. A tentativa dos Estados Unidos de criar uma agência de notícias no Pentágono foi, felizmente, abandonada. Contudo, o privilégio da informação para determinados jornalistas e cadeias de notícias, ao lado do sistemático boicote a pessoas e cadeias consideradas adversas, como a pública advertência do comando militar americano contra as televisões Al-Jazzira e Al-Arabya (retiradas do Iraque em favor de cadeias americanas favoráveis ao governo) tendem a fazer com que a massificação da informação não represente, de forma alguma, qualidade de informação.

Outro aspecto lamentável da tentativa de limitar a informação sobre a guerra tem sido o assassinato contínuo de jornalistas, seja na Bósnia, no Iraque ou no Paquistão, uma constante dos grandes conflitos do século XX.

Finalizando a caracterização dos conflitos do século XX e aceitando, em princípio, o caráter geral, linear e causal de todas as grandes guerras do século como produto do rompimento do Concerto das Nações, em 1914, e estendendo-se até 1991 – o que explicaria o caráter historicamente breve do século XX (com a duração circunscrita entre 1914 e 1991), devemos reconhecer a imensa variedade de conflitos do século passado.

A variedade de meios técnicos alcançada no século XX, bem como a complexidade de sua política – em especial pela junção da guerra com as revoluções e do colapso dos impérios construídos pela Europa no século XIX – acabaram por gerar um imenso número de conflitos com características novas e técnicas específicas. Talvez seja esse, ao lado da expansão técnica do potencial das guerras no século XX, o principal traço novo da guerra no século passado: a grande diversidade.

Para uma análise mais detalhada sobre esta característica, a extrema diversificação e a ampliação do fenômeno da guerra no século XX, poderíamos, pelo recurso mínimo de alguns dos principais eventos do século XX, nomear as seguintes formas de guerras a partir de seus traços gerais do caráter político de

suas motivações e causas (não se trata, portanto, de modalidades de combates):
• *Guerras Assimétricas*: trata-se, a partir do final do século XX, de uma tentativa de organização de um conjunto de formas de enfrentamento não convencional visando confrontar um poder militar, técnico e econômico superior. Trata-se, assim, de uma escolha estratégica por parte de um Estado, organização ou partido dos meios de combate capazes de infringir um grande dano a um poder superior, sendo por isso mesmo considerada a forma por excelência da luta do fraco e pobre contra o forte. De forma pontual, o desastre americano na Somália, em 1993, tem sido apontado como uma forma típica de combate assimétrico.
• *A Guerra Clássica ou Convencional*, como foi boa parte – mas não exclusivamente – da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais, além da Guerra Indo-Paquistanesa de 1970-1971 ou a Guerra Árabe-Israelense, no Sinai, em 1967, em que o movimento de tropas, a ação da artilharia e os blindados de exércitos profissionais desempenhariam o papel central nos combates.
• *A Guerra Antiguerrilhas*, como praticada pelos Estados Unidos no Vietnã, em 1965-1975; pelos ingleses contra a rebelião Mau-Mau, no Quênia, entre 1952 e 1956 ou, ainda, na Colômbia, depois de 1980, e marcada pelo misto de operações bélicas, operações policiais e de inteligência, algumas vezes acompanhada de movimentos de reforma política e/ou social.
• *A Guerra Anti-insurrecional*, como a luta dos franceses na Argélia, no final dos anos 1950, ou dos britânicos na Irlanda do Norte, depois de 1970, marcada, ao contrário da modalidade anterior, pelo pleno domínio das operações policiais, embora utilizando contingentes e meios militares largamente ancorados nos ensinamentos de manutenção da lei e da ordem.
• *A Guerra Civil*, como foi o caso no Congo, em 1960-1961, ou na Espanha, entre 1936-1939, quando uma facção, partido ou grupo político decide-se pelo desafio aberto e militar ao poder estabelecido. Não deve ser confundida com uma Guerra de Secessão, posto que a parte que desencadeia a guerra não quer abandonar a unidade política preexistente, mas, em verdade, dominá-la.
• *A Guerra Colonial ou Guerra Imperialista*, um empreendimento clássico de conquista das potências imperialistas europeias na Ásia e na África, como foi o caso da Guerra dos Boers, de 1899-1902; a repressão à Revolta dos Boxers, em 1901, na China. Constitui-se largamente na principal atividade bélica dos estados europeus no século XIX e começo do século XX.
• *A Guerra de Anexação* (ou *de Expansão* ou *de Conquista*), como a praticada pela Itália fascista contra a Etiópia, em 1935; ou do Iraque contra o Kuwait, em 1990; pode ser subsumida, em alguns casos, a uma típica Guerra Colonial, mas em outros casos trata-se de uma guerra de recomposição de territórios ou ampliação contígua do mesmo, como a guerra entre Somália e Etiópia, pela

região de Ogaden, em 1977.
• *A Guerra de Desgaste* (ou *Fustigamento*), como a praticada pelos egípcios ao longo do Canal de Suez contra Israel, após 1967, ou pelos chineses, no Estreito de Quemoy e Matsu contra Formosa, depois de 1949, visando levar o adversário ao esgotamento material e psicológico.
• *A Guerra de Guerrilhas* ou *Guerra Irregular*, a forma clássica de uma guerra assimétrica, como praticada no Vietnã entre 1965 e 1975 ou no Afeganistão entre 1979 e 1989; também assume a forma de Guerras de Libertação Popular, como no caso de Cuba, no final dos anos 1950, ou da Nicarágua, durante mais de 40 anos. Nesses casos, a Guerra de Libertação Popular se confunde plenamente com uma revolução popular.
• *A Guerra de Independência* ou *de Libertação Nacional* pode reunir uma série de outras formas de fazer a guerra, notadamente combinando meios assimétricos e assumindo a forma de insurreição e/ou guerrilhas, como foi o caso na Argélia, nas colônias portuguesas de Guiné-Bissau, Angola ou Moçambique contra Portugal. Algumas vezes temos Guerras de Libertação Nacional dominantemente nacionalistas, sem o caráter de classe das Guerras de Libertação Popular, quase sempre imbuídas de pensamento marxista, como foi o caso da Guerra de Libertação do Timor Leste contra a Indonésia, depois de 1975.
• *A Guerra de Intervenção* se dá quando um ou mais Estados procuram intervir num conflito interno de um terceiro Estado, visando a manutenção ou alteração do status quo, como foi o caso da Índia, ao intervir na Guerra Civil paquistanesa de 1970-1971, permitindo a independência de Bangladesh; ou a intervenção do Vietnã, no conflito interno do Cambodja, contra o Khmer Vermelho, em 1979. Ao final do século XX, sob pressão de organizações humanitárias, irá evoluir um pretenso direito de ingerência, sustentando a possibilidade de um Estado, ou uma coalizão de Estados, intervir em outro Estado em defesa dos Direitos Humanos, da ecologia ou contra crimes transnacionais, tais como o terrorismo ou o narcotráfico. A atuação americana na Bósnia e em Kosovo, em 1999, pautou-se por tal pretensão – embora sem um claro mandato da ONU, enquanto a invasão do Afeganistão, em 2001, deu-se sob a égide da ONU e em nome da luta contra o terrorismo implantado em um Estado fora da lei ou Rogue State.
• *A Guerra de Propaganda* (também chamada de Guerra de Ondas, em virtude de sua transmissão por meio de ondas eletromagnéticas) foi parte fundamental de praticamente todos os conflitos do século, como os meios usados pela Sérvia contra o Império Austro-Húngaro, em nome do Pan-Eslavismo pouco antes de 1914; o uso da BBC, durante a Segunda Guerra Mundial, como eixo de resistência contra o III Reich; o uso das Rádios Europa Livre e Liberdade, pelos Estados Unidos contra os países do Pacto de Varsóvia, ou da Rádio de Beijing,

em apoio aos Movimentos de Libertação Nacional. O fotojornalismo também desempenhou papel central na construção da imagem da guerra, como foi o caso dos fotógrafos americanos na Guerra do Pacífico, entre 1942 e 1945. A televisão complementou e às vezes substituiu o rádio, como no caso das emissões da República Federal Alemã contra a Alemanha Oriental ou dos noticiários da CNN quando das guerras contra o Iraque, em 1991, colocando sob o foco da crítica o papel de uma imprensa "engajada", inclusive com a incorporação às fileiras dos combatentes (denominada embebed press), como no Iraque em 2003; muitas estações de televisão, como na Sérvia em 1999 em virtude da Guerra do Kosovo, tornaram-se alvo de ataques dos Estados Unidos, e jornalistas, como na Bósnia e no Iraque, passaram a ser considerados alvos de guerra, enquanto outros colocaram a questão do patriotismo acima da ética profissional.

• *A Guerra de Secessão*, em que uma região, um povo ou uma província procuram separar-se de uma unidade política maior, como foi o caso de Biafra, entre 1967 e 1970; da Eritreia, contra a Etiópia, entre 1991 e 2001.

• *As Guerras Dinásticas*, praticamente em extinção no século XX, em função da desaparição das próprias monarquias, mas ainda presente, por exemplo, no Nepal, entre 2001 e 2002.

• *A Guerra Econômica* pode aparecer como um fenômeno em si, como a disputa entre França e Itália no início do século XX ou entre o Brasil e a França (a chamada Guerra da Lagosta no início dos anos 1960) ou a Guerra do Bacalhau, no âmbito europeu, ou acompanhar conflitos reais, levando ao bloqueio e à sabotagem da economia do adversário.

• *A Guerra Eletrônica* é uma nova modalidade de guerra, decorrente exatamente do desenvolvimento tecnológico dos Estados, em especial da microeletrônica, visando "cegar e ensurdecer" o adversário pelo "desligamento" de suas conexões. Em face do avanço tecnológico, grande parte da panóplia militar depende largamente de componentes eletrônicos ultrassensíveis, e assim armas ou meios que atinjam satélites, estações de comando, cabos e redes de comunicação tornaram-se alvos preferenciais. Algumas armas, como as bombas de grafite, foram desenvolvidas pelos Estados Unidos visando exatamente "apagar" as comunicações adversárias; na Guerra do Kosovo, em 1999, e no Iraque, em 2003, os Estados Unidos declararam estações de eletricidade e centros de comunicação alvos preferenciais. Os efeitos, aparentemente "limpos", podem ser extremamente danosos para a população civil, no sentido em que priva-se inúmeras pessoas de água potável, transportes, comunicações, além de "desligar" hospitais e escolas.

• *A Guerra Encoberta* ou *Guerra Subversiva* trata-se, na verdade, de uma etapa inicial da Guerra de Libertação Nacional ou da Guerra de Guerrilhas, visando a

derrubada de um regime utilizando-se de técnicas dissolventes, desde a propaganda até a sabotagem econômica dos meios do regime adversário. Pode ter ou não a participação de uma força estatal externa, como no caso da ajuda do Vietnã do Norte à Frente de Libertação Nacional (Vietcong) no início da guerra, em 1965; pode ter caráter exclusivamente nacional e popular, como no levante sandinista contra o regime de Somoza, na Nicarágua, a partir de 1934.

• *A Guerra Fria* denomina-se um fenômeno específico, o conflito controlado entre a URSS e os Estados Unidos entre 1947 e 1991, culminando com a dissolução da URSS. Entretanto, inúmeros especialistas vislumbram o mesmo padrão de conflito nas relações entre a China Popular e os Estados Unidos, ao longo dos anos 1990, surgindo, pois, a possibilidade de tornar-se uma modalidade de conflito entre países que dispõem de grande potencial de destruição e, por isso mesmo, paralisados em sua estratégia de enfrentamento. A Guerra Fria proporcionaria o surgimento dos textos verdadeiramente novos sobre o pensamento bélico no século XX, obrigando o estrategista a sempre considerar a possibilidade de uma Guerra Convencional, localizada e/ou limitada, "escalar" em direção a uma Guerra Nuclear Generalizada.

• *A Guerra Cinza* ou *Gris* diz-se da modalidade bélica dirigida exclusivamente contra as comunicações navais de um adversário, sendo, portanto, um sucedâneo específico da Guerra Eletrônica. Aparentemente, durante a Guerra Fria travaram-se inúmeros embates do gênero, em especial entre submarinos da URSS, dos Estados Unidos, do Reino Unido, da Noruega, da Coreia do Sul e do Japão, em especial, nos mares árticos e no Extremo Oriente. O filme Caçada ao Outubro Vermelho11 é uma emanação desta guerra oculta subjacente à Guerra Fria.

• *A Guerra Insurrecional*, ou *Guerra Subversiva*, ocorre em forma de levante ou insurreição contra um poder estabelecido, considerado hostil, opressivo ou injusto, podendo ser exclusivamente subversiva, quando os insurretos são civis, ou explicitamente insurrecional, quando o levante é militar. Talvez os melhores exemplos ocorram em países latino-americanos, como Peru, em face do Sendero Luminoso ou do Movimento Tupac Amaru; as Guerrilhas de Chiapas, no México, em especial sob sua forma subversiva. Contudo, os movimentos propriamente insurrecionais, com levantes militares, podem ser mais bem exemplificados nos casos das jovens repúblicas africanas, como Congo, Serra Leoa ou Costa do Marfim.

• *A Guerra Justa*. Ao contrário do sentido religioso típico dos séculos XVI e XVII na Europa, a moderna Guerra Justa seria aquela travada por um Estado ou coligação de Estados visando a cessação de uma agressão, como no caso da Guerra da Coreia, em 1950, ou do Iraque, em 1991.

• *A Guerra Limitada* ou *Guerra Localizada*, ou *Guerras de Baixa Intensidade*,

são os conflitos típicos da época da Guerra Fria, quando as grandes potências procuravam circunscrever os conflitos regionais, sua extensão em termos de atores envolvidos bem como de danos causados, visando evitar o transbordamento das atividades bélicas e sua ascensão aos extremos (no caso, uma Guerra Nuclear Generalizada), tais como foram as guerras árabe-israelenses; da mesma forma, inúmeras guerras de libertação nacional, como a Guerra Civil Angolana, entre 1975 e 2001, opondo os contendores da Guerra Fria através de partes interpostas, como Cuba (pelo bloco socialista) e África do Sul (pelo bloco ocidental), foram limitadas, (visando) evitando o seu transbordamento e transformação em uma guerra generalizada. No seu conjunto, a maioria das guerras localizadas no período da Guerra Fria (1947-1991) foram guerras voluntariamente limitadas, sob monitoramento das então duas grandes potências, visando exatamente evitar o princípio clausewitziano de ascensão aos extremos (a Guerra Nuclear).

• *A Guerra Nuclear*, sem dúvida a forma mais completa e apocalíptica da guerra no século XX e parte fundamental da Guerra Fria, nunca tendo sido travada (no caso de Hiroshima e Nagasaki, apenas uma das partes possuía a arma atômica, não sendo, portanto, uma guerra no sentido clássico). A Guerra Nuclear poderia ser travada de formas diferentes, conforme evoluiu o pensamento estratégico entre 1945 e 2001, e mesmo depois. Poderíamos ter uma Guerra Nuclear Generalizada, quando ambas as partes em conflito lançariam mão de uma estratégia de ataques anticidades, ou uma Guerra Nuclear Controlada, ou Tática ou Limitada, quando seriam utilizados meios táticos do tipo ofensivo antitropas, ao lado de armamento convencional, limitando os desgastes decorrentes do uso dos artefatos atômicos. Teríamos ainda a Guerra Nuclear Limitada ao Mar, em que os alvos e as armas seriam o poder naval adversário, poupando as cidades e os santuários de cada um dos contendores; durante os dias iniciais da Crise de Cuba, de 1962, este tipo de guerra nuclear foi visualizado. Teríamos ainda, em termos de planos estratégicos, a possibilidade de uma Guerra Nuclear Sublimizada, em que os adversários, visando evitar a destruição mútua, operariam meios estratégicos de forma controlada, desde demonstrações em áreas indefesas e não danosas do adversário até um ataque previamente comunicado e limitado. Evidentemente, haveria uma possibilidade permanente de "Escalada" entre ambas as formas de conflito, transformando uma Guerra Nuclear Controlada em uma Guerra Nuclear Generalizada.

• *A Guerra Preventiva* é uma forma de agir de um Estado que considera a evolução possível de uma ameaça exterior inevitável e capaz, com o tempo, de potencializar sua capacidade de dano. Assim, uma ação prévia teria o mérito de impedir uma capacidade específica que estaria sendo adotada por um adversário,

e que numa guerra futura inevitável seja desfavoravelmente utilizada. Nesse sentido, a ameaça é potencial, não imediata, mas considerada possível dentro de um prazo previsto. Os especialistas dão como exemplo clássico o ataque de Israel contra a usina nuclear do Iraque, um potencial elemento que poderia produzir um desequilíbrio relativo de forças na região do Oriente Médio. Após a publicação da Doutrina de Segurança Nacional dos Estados Unidos, em setembro de 2002, as Forças Armadas de vários Estados – como Israel, Federação Russa e Índia, além, é claro, dos próprios Estados Unidos – passaram a distinguir uma situação próxima da Guerra Preventiva, embora com traços específicos notáveis: trata-se da Guerra Preemptiva (ver a seguir). Para a realização de uma guerra preventiva é necessário um extremo preparo prévio, com as medidas de sigilo daí decorrentes, além de uma inteligência militar competente, visando estabelecer o ponto de gravidade do adversário a ser atingido, evitando um contra-ataque fulminante.

• *A Guerra Preemptiva* faz parte, desde 2002, da Doutrina de Segurança dos Estados Unidos, sendo claramente um elemento agressivo de modalidade de guerra. Trata-se de reconhecer a possibilidade de um ataque iminente, visando reduzir o potencial bélico do inimigo, de quem é retirado o elemento surpresa, baseando-se largamente em sistemas sofisticados de informação e alerta prévio, subordinando-se, portanto, a um amplo sistema de inteligência. Os maiores planos, mesmo antes de sua formulação teórica em 2002, de guerra preemptiva foram realizados pelo Estado-Maior alemão entre 1905 e 1911, visando tolher a crescente capacidade bélica da França. São, como atos iniciais, um exemplo de Guerra Preemptiva o ataque de Hitler contra a URSS em 22 de junho de 1941, e do Japão Imperial contra os Estados Unidos em 7 de dezembro de 1941, em face do temor de ambas as potências no crescimento do poder de seus adversários; também é um exemplo de guerra preemptiva o ataque de Israel contra os países árabes na Guerra dos Seis Dias, em 1967. Mais modernamente, a chamada Doutrina Rumsfeld, dos Estados Unidos, defende o uso da guerra preemptiva como um meio hábil para enfrentar o terrorismo internacional.

• *A Guerra Programada*, modelo teórico e conceitual de guerra, que é prevista através da evolução tecnológica dos Jogos de Guerra, com uso extenso de softwares e de meios informatizados, visa prever, em cenários variados, o desenrolar dos conflitos. Talvez a única guerra em que tais meios tenham sido efetivamente utilizados tenha sido a Segunda Guerra do Iraque, em 2003, visualizada como parte fundamental da moderna Revolução em Assuntos Militares e, principalmente, capaz de superar o chamado conceito de fricção, conforme formulado por Clausewitz (que estabelece um imponderável em todas as guerras, desde variações climáticas até a pressão psicológica sobre as tropas

no teatro de operações), no âmbito da Doutrina Rumsfeld. Contudo, os resultados da Guerra do Iraque, em 2003, deixam claro que a fricção em combate é absolutamente não previsível e que cobra, ainda que num mundo cada vez mais sofisticado tecnologicamente, um alto preço.

• *Guerras sem Fim* ou *Guerras Inúteis*. Trata-se de uma denominação vaga, amplamente utilizada para definir uma série de conflitos que após a Guerra Fria – com a perda de seus padrinhos ideológicos, os Estados Unidos e a URSS, tornaram-se indistintos, generalizados e acabaram por pulverizar os atores militares em diversas facções extremamente personalísticas, muitas vezes beirando o banditismo e a criminalidade pura e simples. São os casos africanos, em especial na Serra Leoa, na Libéria, no Sudão e na Somália, os exemplos mais evidentes. Na maioria dos casos envolve, ainda, a exploração de recursos naturais (diamantes, ouro, petróleo) por parte de senhores da guerra locais, com conexões com os grandes centros financeiros. Muitas vezes descambam para o puro genocídio, fazem o uso maciço de minas terrestres, de sequestros e soldados-crianças.

De todos esses conflitos nenhum marcou tanto o século XX quanto aquele que nunca aconteceu: a Guerra Nuclear. Para muitos homens comuns, na América ou na Rússia, como também em Berlim, Tóquio, Paris ou Roma, a guerra atômica – considerada a guerra por excelência – foi uma realidade muito próxima, expressa no relógio do fim do mundo, este emblema mantido por uma organização de físicos mostrando que restavam apenas alguns poucos minutos antes da meia-noite final. Desde sua aparição, a arma atômica – usada e testada nas cidades de Hiroshima e Nagasaki – assumiram o papel de “arma absoluta”, conforme a expressão do estrategista Bernard Brodie (The Absolute Weapon, 1946), criando condições novas e insuperáveis. Coube a Brodie (1910-1978) enunciar as condições novas que o novo armamento criava: “... não existem meios eficazes de se defender contra a bomba e a possibilidade de que venham a existir é extremamente distante”.12 Praticamente, toda discussão estratégica maior, depois de Hiroshima, flutuou em torno do axioma formulado por Brodie: a insuperabilidade da Guerra Nuclear. Todos os demais estrategistas, políticos e historiadores debateram-se com o tema: como praticar uma guerra que seria certamente a última de todas as guerras? Retornando ao princípio básico de Clausewitz sobre a continuidade entre a política e a guerra, a Guerra Nuclear constituía-se num paradoxo, já que nenhum objetivo político decorreria dela, posto que a destruição total dos contendores não permitiria que nenhuma parte usufruísse da vitória. Assim, constituía-se o chamado “Equilíbrio do Terror” ou a Condição MAD (Mútua Destruição Assegurada). Estrategistas e cientistas nucleares correram, durante a segunda metade do século, em busca de uma

resposta aceitável para todos. Buscaram-se estratégias que permitissem uma guerra nuclear limitada, sob controle, uma espécie de duelo que poderia ser esgrimido com uma letal elegância... contudo, ainda uma vez, o Conceito da Fricção de Clausewitz – a Lei de Murphy dos estrategistas – impunha-se: qualquer passo em falso representaria uma escalada – a ascensão aos extremos, como diria Clausewitz, lançando o planeta na guerra atômica generalizada. Da mesma forma, os cientistas procuraram nanonizar, miniaturizar, os artefatos nucleares visando torná-los mais hábeis, palatáveis, superando a paralisia nuclear que alcançara ambos os adversários durante a Guerra Fria. Assim, surgiram morteiros e obuses nucleares, além de minibombas atômicas, num cenário delirante, próximo da ficção política presente no filme Dr. Frantástico (Dr. Strangelove, de Stanley Kubric).13 Por fim, em sua última fase, os Estados Unidos propuseram formas de fissão nuclear controlada, como a Bomba de Nêutrons, capaz de eliminar a maior parte do desgaste físico – embora não o desgaste em vidas humanas – como uma forma de tornar a Guerra Nuclear possível e tolerável. Este era, sem dúvida, o desafio: vencer o paradoxo de ser tão poderoso que não mais possuía a liberdade de fazer a guerra, como descobriu o General MacArthur, durante a Guerra da Coreia.

Coube aos Estados Unidos o maior avanço em direção aos meios técnicos e ao pensamento estratégico de forma a viabilizar a Guerra Nuclear. Além das pesquisas científicas, com a produção de uma tecnologia de ponta que cimentaria a aliança anunciada no século XIX entre guerra e grande indústria, os americanos produziram um pensamento estratégico que viabilizaria a Guerra Nuclear. Primeiro Albert Wohlstetter (1913-1997) e depois Herman Kahn (1922-1983) incumbiram-se de “pensar o impensável”: como fazer a Guerra Atômica e sobreviver a ela? Este era um passo político terrivelmente perigoso. Apenas o Axioma de Brodie, acima formulado, era uma garantia de que as negociações, por trás de todas as ameaças, seriam a melhor saída frente aos impasses políticos da Guerra Fria. A perigosa e altamente duvidosa crença de que seria possível sobreviver, como Estado civilizado, a uma guerra atômica banalizava o risco até então considerado insuperável da mútua destruição.

As condições específicas dos Estados Unidos – rica e poderosa democracia industrial – impuseram as suas características de fazer a guerra, inclusive a Guerra Nuclear. A necessidade de garantir o consenso interno e, ao mesmo tempo, manter um mínimo de transparência se constituirá sempre no que Clausewitz denominou ponto de gravidade: aí reside toda a fragilidade do poderio americano, como ficou claro na aceitação do impasse na Coreia, em 1953, e da derrota no Vietnã em 1974 e como começou a se repetir no Iraque em 2003. Uma grande democracia avaliaria sempre a dimensão do dano que poderia

sofrer para alcançar determinados objetivos, estabelecendo o patamar do realizável. Assim, frente a dois inimigos poderosos, a URSS e a China Popular, capazes de infringir um dano imenso em termos de enfrentamento convencional na Europa, no Oriente Médio ou no Extremo Oriente, estrategistas e políticos americanos entenderam que não seria aceitável uma hecatombe para manter, por meios tradicionais, tais regiões sob controle americano. Caberia então, em face da impossibilidade absoluta da Guerra Nuclear, refluir sobre os oceanos, refugiar-se em sua insularidade inatacável e abandonar às potências continentais o coração do mundo. Ora, a alternativa buscada foi travar uma Guerra Nuclear limitada tanto sobre um território previamente delimitado – a escalada geográfica controlada, santuarizando tacitamente as metrópoles, quanto aos meios tecnológicos de ataque disponíveis. A dissuasão implícita no Axioma de Brodie – a inexistência de meios de superar as consequências da Guerra Atômica – implicava a plena consciência de todas as potências dotadas de força nuclear de que havia uma decisão de bater, de bater primeiro e de bater maciçamente por parte dos Estados Unidos. O frio horror do último quartel do século XX residia na superação da dissuasão como pensamento dominante dos estrategistas em Washington. Uma Guerra Nuclear Limitada foi seriamente visualizada, programada e transformada, em si mesma, numa outra forma de dissuasão: agora não mais como uma dissuasão contra a Guerra Nuclear, e sim contra uma Guerra Convencional encetada por soviéticos e/ou chineses,14 e frente à qual os americanos não possuíam meios capazes para deter.

Por fim, coube ao homem considerado por décadas a própria encarnação do mítico Dr. Mabuse, o gênio do mal imaginado por Fritz Lang, a formulação mais completa da viabilidade da Guerra Atômica: “... uma guerra termonuclear será provavelmente para o atacado uma catástrofe sem precedentes. Conforme o curso dos acontecimentos militares isto poderia ser, ou não, uma catástrofe sem precedentes para o agressor e, em todo caso, para alguns neutros. Mas uma ‘catástrofe sem precedentes’ está longe de ser uma ‘catástrofe ilimitada’. Mais importante ainda: estudos sérios mostram que os limites da amplitude da catástrofe dependem estreitamente das disposições que serão tomadas e da forma de condução da guerra”.15

Assim, na chamada Segunda Guerra Fria, depois de 1979, as novas estratégias nucleares aproximaram a humanidade da destruição total, baseando-se meramente em um exercício intelectual altamente duvidoso.16

Do lado soviético nunca houve dúvida de que as opções colocadas eram apenas duas: a Guerra Convencional (onde possuíam larga superioridade nas operações terrestres e grandes deficiências no tocante ao domínio aéreo e naval) ou a Guerra Nuclear Total. Da mesma forma que os Estados Unidos, a natureza e a

história da URSS, e, claro, da Rússia, impunham as suas características de pensar e fazer a guerra. Um país vasto, aberto, de amplas planícies e espaços vazios garantia sua defesa num hiperbólico potencial terrestre, na multiplicação de divisões blindadas e de infantaria mecanizada, chegando a possuir, em 1975, 42 mil carros de assalto, 27 mil peças de artilharia e 4,8 milhões de homens em armas.17

A outra forma possível de pensar a guerra era, para um país destruído pela guerra imposta por potências contíguas duas vezes no espaço de uma só geração, a Guerra Nuclear Total. Para os marechais Vassili Sokolovski (1897-1968) e Nikolai Ogarkov (1917-1994) a Guerra Nuclear seria sempre uma guerra total, e a estratégia soviética – sob a ameaça de ver sua superioridade em guerra terrestre ser vitrificada por forças atômicas táticas num teatro de operações europeu – insistia que o uso, mesmo que inicialmente limitado, do poder atômico acarretaria a escalada clausewitziana. Para o Estado-Maior soviético ao tempo de Sokolovski (1962), a noção de guerra total era a pedra sobre a qual se erguia todo o edifício estratégico soviético. Assim, numa concepção marcada por classicismo, os soviéticos asseguravam que o objetivo da guerra (desarmar o adversário para obrigá-lo a aceitar a nossa vontade, conforme Clausewitz) impunha, em face da guerra moderna (a junção entre meios militares e poder técnico-econômico), a indistinção entre forças militares e estruturas internas do país adversário, do que decorria que a resposta da estratégia militar soviética era que ambos os objetivos (forças inimigas e estruturas internas) deveriam ser atingidos simultaneamente.18 Nesse sentido, os soviéticos não hesitaram em desenvolver meios estratégicos de uma dimensão capaz de assombrar seus adversários e demonstrar sua prontidão para o uso: chegaram a possuir, em 1975, 1.618 mísseis balísticos intercontinentais (contra 1.054 dos Estados Unidos) e 12 mil mísseis estratégicos solo/ar da classe SAM, sem contar os mísseis em submarinos e o sistema de defesa ABM.19 Mesmo com todo este potencial, os soviéticos não descuidaram em produzir meios mecanizados, de rápida mobilização e penetração em profundidade, visando uma projeção de forças num cenário convencional contíguo acompanhado do uso de armas estratégicas num cenário mais distante. Assim, dois cenários básicos se definiam para o Estado-Maior soviético: 1) na Europa: a possibilidade de uso de armas atômicas contra os Estados Unidos (frota e bases, depois contra o próprio coração americano), enquanto projeta sua força convencional em profundidade contra a Alemanha Ocidental e a França; Itália e Áustria e Turquia (Grupo de Exércitos do Centro e do Sul); 2) ataque atômico contra a China Popular acompanhado de uma penetração em profundidade na Mandchúria e no Xinjiang. Por sua vez o Marechal Ogarkov advertia claramente para a impossibilidade de limitar a

Guerra Nuclear e para a inexistência de santuários: “... o emprego dos meios modernos de destruição pode facilmente levar a que, desde o início do conflito, as operações militares ampliem-se para todos os continentes do globo. Em tal turbilhão da guerra deslanchada pelo Imperialismo, numerosas centenas de milhões de homens serão implicados inelutavelmente”.20

O fim da Guerra Fria, com o Tratado de Paris de 1990 – a plena recuperação da soberania nacional alemã, encerrando de jure a Segunda Guerra Mundial – e o fim da URSS, em 1991 – mesmo ano da Primeira Guerra do Iraque – afastaram o risco imediato da aniquilação nuclear. Terminaria, assim, a Longa Guerra do Estado-Nação no século XX, o mais longo conflito da História, como quer Philip Bobbit. Ou, ainda, conforme Nicholas Spykman, terminaria a longa guerra entre o poder naval e o poder continental, entre as potências das fímbrias da terra e as potências do coração do mundo, com a retirada dos russos para o interior da Ásia e a vitória dos anglo-americanos que avançam pela Ásia Central, ocupando territórios e dominando nações que nem mesmo o poderoso imperialismo britânico, no século XIX, sonhou conquistar. Assim, por um lapso de tempo, entre 1991 e 2001, os ponteiros do relógio do fim dos tempos afastaram-se da Meia-Noite atômica, deixando vislumbrar um mundo novo, uma nova ordem mundial, baseada na supremacia branca, anglo-saxã e capitalista. De qualquer forma, com o fim da Guerra Fria terminava também o século XX, breve e violento, como o descreveu Eric Hobsbawm.21

Antes mesmo de raiar o novo século e o novo milênio, contudo, um novo conflito de proporções mundiais fazia sua aparição em cena. Já em 1993, no estrondo da primeira bomba contra o World Trade Center, em Nova York, surgia a face do novo conflito, assimétrico, entre o poder ocidental – conquistador, modernizador e homogeneizador – e as elites militantes de sociedades tradicionais, profundamente tocadas pelo novo imperialismo (ou poder imperial). Para muitos estavam dadas as condições de uma nova guerra mundial, a Guerra Internacional contra o Terrorismo, largamente ancorada em um esquema explicativo culturalista, muitas vezes beirando o racismo cultural, opondo agora civilizações rivais. Para muitos, como Samuel Huntington, o conflito aí iniciado seria de um tipo novo, opondo culturas ou civilizações mundiais, criando uma das mais profundas divisões que o mundo poderia conhecer: o choque de civilizações!

Outros afirmam, como o estrategista Zbgniew Brzezinsky desde 1997, a permanência essencial dos termos do mesmo conflito que atormentara o século XX: no alvorecer do século XXI, quando a principal potência naval, os Estados Unidos, avança sobre os espaços vazios da Europa Oriental e da Ásia Central, ocupando os espaços deixados vazios pelo recuo do Império Soviético, criavam-

se as condições para um novo ciclo de enfrentamento entre as potências que dominam as fímbrias – agora organizadas no que Brzezinsky denomina Arco das Crises – e os novos poderes que surgem na Ásia, tais como a nova Rússia, a China Popular e a Índia.

De qualquer forma, a esperança de que a nova ordem mundial oriunda do fim da Guerra Fria em 1991 poderia trazer uma gestão multilateral do mundo, com a pacificação dos conflitos e a gestão organizada dos grandes fluxos comerciais e financeiros, deixou de ser uma expectativa realista a partir, de um lado, da vitória dos neoconservadores de George Bush, e a assunção, por parte dos Estados Unidos, em 2001, do unilateralismo, como uma política de poder e, por outro lado, com os terríveis atentados de 11 de setembro de 2001.22

Notas

1. Ver SPYKMAN, Nicholas. Estados Unidos frente el mundo. México: Fondo de Cultura, 1944.
2. Abre-se aqui uma imensa discussão sobre a natureza da RAM (Revoluções em Assuntos Militares), como defini-las e caracterizá-las. Para muitos estudiosos, como Krepinevitch e os russos em geral, para haver RAM há que haver alguma inovação tecnológica, o que faria com que a Guerra de Secessão Americana e a Primeira Guerra Mundial fossem de fato os primeiros grandes momentos de revolução em assuntos militares. Krepinevitch relaciona 10 RAMs desde o início da Guerra dos 100 Anos, o que abre outra discussão: seria "revolução" ou "evolução"? Para outros autores, como a influente think-tanker americana RAND Corporation, é possível haver RAM sem inovações tecnológicas, residindo a ênfase nos esforços de organização e gestão das Organizações Militares, como a mobilização nacional inaugurada com a Revolução Francesa. Para uma discussão, ver: COUTEAU-BEGARIE, Hervé. Traité de Stratégie. Institut de Stratégie Comparée/Sorbonne, Paris, 1999; e HOWARD, Michael. War in Europe History. Oxford: Oxford University Press, 1986.
3. Ver os seguintes artigos: BOND, Brian. Une Révolution dans l'armement, p. 10-18; WEEKS, John. De nouveaux progrès techniques, p. 76-86; e BIDWELL, Shelford. Le bilan technique de la guerre, p. 132-136, todos in: BONDS, Roy (ed.). Histoire de la guerre terrestre. Bruxelas: Henri Proost Ed., 1983.
4. No ano 2001 os 10 maiores produtores de armas do mundo eram: Lockheed Martin, Boeing, Raytheon, BAE, General Dynamics, Northrop, EADS, Thales, United Techno e TRW.
5. Ver TOWNSHEND, Charles. Modern War. Oxford: Oxford University Press, 1997.
6. MURRAY, W. e MILLET, A. Military Innovation in the Interwar Period. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
7. Ver ACKERMAN, Peter e DUVALL, Jack. A Force More Powerful. A century of nonviolent conflict. Houndmills: Palgrave, 2000.
8. BOBBITT, Philip. A guerra e a paz na história moderna. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2003.
9. Ver TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Europa ou o concerto das nações. Rio de Janeiro: UFRJ (tese de titular), 1994.
10. Ver HILDEBRAND, Klaus. Deutsche Aussenpolitik, 1871-1918. Munique: Oldenbourg Verlag, 1989.
11. Caçada ao Outubro Vermelho, direção de John MacTierman, EUA, 1989.
12. BRODIE, Bernard. The Absolute Weapon. Nova York: University Press, 1946, p. 48.
13. Dr. Fantástico (Dr. Stangelove or How I Learned to Stop Worrying and love the bomb), direção de Stanley Kubrick, Inglaterra, 1963. Para uma discussão sobre cinema e a ameaça nuclear, ver TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Stanley Kubrick: o cinema do tempo presente. In: Idem. História e Imagem. Rio de Janeiro: Laboratório de Estudos do Tempo Presente/UFRJ, 2000, p. 41-51.
14. WOHLSTETTER, Albert. The Delicate Balance of Terror. In: Foreign Affairs, v. 97/1, 1959.
15. KHAN, Herman. On Thermonuclear War. Princeton: Princeton University Press, 1960, p. 123.
16. O horror nuclear foi várias vezes motivo da ficção política cinematográfica, ensejando uma vasta produção fílmica, da qual podemos destacar: O Dia em que a Terra Parou (The Day the Earth Stood Still), direção de Robert Wise, EUA, 1951; A Hora Final (On the Beach), direção de Stanley Kramer, EUA, 1959; Limite de Segurança (Fail Safe), direção Sidney Lumet, EUA, 1964; O Dia Seguinte (The Day After), direção de Nicholas Meyer, EUA, 1983, e Herança Nuclear (The Testament), direção de Lynne Littman, EUA, 1983.
17. MARRIOTT, John. L'équilibre de la terreur. In: BONDS, Ray. Op. cit., p. 236.
18. SOKOLOVSKY, V. Stratégie Militaire Soviétique. Paris: Ed. De L'Herne, 1983.
19. MARRIOTT, John. L'équilibre de la terreur. In: BONDS, Ray. Op. cit., p. 237.
20. OGARKOV, Nicolai. Toujours prêt à defendre la patrie. In: Stratégique. Paris: Fondation pour les Études de Défense Nationale, 1982.
21. HOBSBAWM, Eric. A Era dos Extremos. O breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
22. Para uma discussão sobre o caráter do novo conflito mundial, ver: HEISBOURG, François.

Hyperterrorisme: la nouvelle guerre. Paris: Odile Jacob, 2003; HUNTINGTON, Samuel. O choque de civilizações. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996; DEL VALLE, Alexander. As Guerras contra a Europa. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003; ZORGBIBE, Ch. L'Avenir de la Sécurité Internationale. Paris: Presse de Sciences Po, 2003.

SUMÁRIO

Capa
Folha de Rosto
Copyright
Os Organizadores
Epígrafe
Apresentação
Os Autores da Coleção
Introdução

A
B
C
D
E
F
G
H
I
J
K
L
M
N
O
P
Q
R
S
T
V

AFL-CIO (American Federation of Labor – Congress of Industrial Organizations) Central sindical norte-americana fundada em 1955 como resultado da união entre a American Federation of Labor e o Congress of Industrial Organizations. A AFL foi criada em 1886, momento em que os EUA viviam um processo de acirramento do conflito social e várias organizações de trabalhadores, em sua maioria de vida efêmera, foram fundadas. Seu objetivo era o de congregar organizações de trabalhadores qualificados em torno de especialidades profissionais e lutar pelo chamado "sindicalismo pão com manteiga", ou seja, melhorar as condições de vida dos trabalhadores sem questionar a ordem social vigente. Consequentemente, manteve em seus primeiros anos uma relação tensa com o Partido Socialista e uma posição de cautela com o Estado, cujo Poder Judiciário teve um papel central na desarticulação do movimento sindical no período. Em 1920, a federação já possuía cerca de 4 milhões de filiados, em sua grande maioria composta de trabalhadores brancos, do sexo masculino, e pertencentes a sindicatos profissionais.

O tipo de organização sindical da AFL logo começaria a ser questionado pelas transformações que a sociedade americana viveu na virada do século XIX para o XX. A imigração e a generalização da produção em massa e de métodos de organização do trabalho como o fordismo, baseado na desabilitação profissional, vinham colocar o desafio, que a AFL não soube ou não teve como responder, de organizar os trabalhadores desqualificados e de primeira geração nos EUA. Recolocava-se, assim, a tensão entre o sindicalismo profissional da AFL e o sindicalismo industrial, que só encontraria na década de 1930 uma organização capaz de institucionalizá-lo, o CIO.

O CIO nasceu como resultado de uma dissidência da AFL, justamente nos sindicatos que representavam trabalhadores de setores que vinham sofrendo processos de desabilitação profissional. Em 1935, tais sindicatos, como o United Mine Workers, o Amalgamated Clothing Workers e o International Ladies Garment Workers Union, fundariam primeiro o Committee for Industrial Organizations, ainda nos quadros da AFL, e depois o Congress of Industrial Organizations, já como entidade autônoma.

No entanto, as divergências entre a AFL e o CIO não se restringiam ao pefil sindical, mas diziam respeito também a questões relativas à regulação estatal da economia. O CIO unia-se ao segundo New Deal na percepção, por ambos

partilhada, de que a demanda agregada, em uma economia tal como a americana, crescentemente oligopolizada e voltada para a produção em massa, deveria ser garantida não só pela elevação do poder de compra da classe trabalhadora, por intermédio da luta sindical, mas também pela ação do Estado, por seus papéis regulatórios keynesianos. A AFL, diferentemente, mantinha-se fiel aos princípios da negociação coletiva entre patrões e empregados como melhor forma de se elevar a demanda e manter o crescimento econômico.

A articulação entre o CIO e o New Deal iria consolidar-se a partir da ação da National Labor Relations Board (NLRB), criada pela Lei Wagner de 1935. Tal lei constituía as bases legais do poder sindical americano, ao obrigar o patronato a negociar com os sindicatos e ao tornar livre a organização destes. A NLRB, cujo objetivo era administrar a Lei e organizar eleições de representantes sindicais, acabaria por ser acusada pela AFL de sistematicamente beneficiar os sindicatos industriais em detrimento dos profissionais. Consequentemente, a federação chegaria a aliar-se a republicanos e democratas conservadores, assim como a líderes empresariais, na tentativa de modificar a lei, o que só se revelaria possível no pós-Segunda Guerra. Em fins da década de 1930, a NLRB teve de fato um papel importante na organização de vários sindicatos industriais, como o United Auto Workers (UAW-CIO), que logo se transformaria em uma das principais organizações sindicais do país.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, o CIO iria avançar em suas formulações políticas e passar a defender uma concepção social-democrata de pacto social, baseado na articulação entre poder sindical, estatal e empresarial em estruturas tripartites. Durante o conflito, várias dessas agências foram criadas para regular os preços, os salários, as horas de trabalho e a produção industrial, como a Office of Price Administration (OPA), a War Production Board (WPB) e a War Labor Board (WLB). Seriam elas, portanto, a base do redesenho da economia americana do pós-guerra, o cerne de uma nova ordem corporativa em que o trabalho organizado implementaria, ao lado do capital e do Estado, um crescimento econômico planejado para evitar ou minimizar as crises econômicas. Para o CIO, tal planejamento deveria basear-se na incorporação constante dos ganhos de produtividade do trabalho aos salários, de forma a manter aquecida a demanda e, assim, estimular a produção de bens e serviços e a geração de novos empregos. No entanto, após a morte de Roosevelt, o fim da guerra e a ascensão ao poder de Harry Truman, vários dos quadros mais reformistas do New Deal deixariam o governo e, umas após outras, as agências tripartites foram sendo desmontadas.

Em resposta a uma situação em que não só os ganhos materiais, simbólicos e institucionais do New Deal apresentavam-se em perigo, como também seu

próprio papel estava em xeque, setores do CIO, liderados pelo UAW, iniciaram uma onda de greves, em 1946, na qual a palavra de ordem era a elevação dos níveis salariais para evitar uma recessão ocasionada pelo processo de reconversão industrial. O UAW, em particular, buscava elevar o nível salarial dos trabalhadores do setor automobilístico sem repassar os custos para o preço dos automóveis. A negativa da General Motors em aceitar uma intromissão sindical no que considerava seu poder corporativo inalienável, a precificação de seus produtos e a delimitação de sua margem de lucros, levou a greve a uma derrota histórica. Mas esta não seria a única derrota do CIO no período. As greves de 1946 teriam ainda como resultado um clima político extremamente desfavorável aos sindicatos, dado que coube a estes, e não a problemas de reconversão de uma economia de guerra para uma economia civil, a culpa pela inflação do pós-guerra. Em tal cenário, os republicanos anti-New Deal seriam os vitoriosos nas eleições parlamentares de 1946, em cuja legislatura seria aprovada a Lei Taft-Hartley, de 1947, que sob diversos aspectos retirava dos sindicatos os recursos políticos que eles haviam conquistado sob a Lei Wagner.

Politicamente enfraquecido, o CIO abandonaria então seu projeto social-democrata e partiria para a tradicional negociação coletiva por empresas, nos moldes praticados pela AFL. Por outro lado, embora desgastado, ele havia acumulado recursos políticos e econômicos suficientes para causar interrupções significativas no processo produtivo das grandes corporações. A greve da GM, por exemplo, durara mais de 100 dias. Tais recursos fizeram com que as grandes empresas buscassem construir um novo acomodamento com o movimento sindical, base do Tratado de Detroit, de 1950.

Baseado em um novo consenso keynesiano, os acordos de Detroit entre o UAW e a GM, Ford e Chrysler previam aumentos salariais anuais além de um acréscimo de 2% relativo aos ganhos da produtividade do trabalho, associados a programas de bem-estar, planos de aposentadoria e outros benefícios, construindo um sistema de welfare privado. O UAW, por seu lado, comprometia-se a combater greves não autorizadas e consentia no pleno poder das companhias de “dirigir” seus negócios, abrindo mão, por exemplo, de discutir inovações tecnológicas. Neste tipo de acordo, que da indústria automotiva se espalharia por diversos setores industriais, caberia ao Estado, além de implementar alguns programas de bem-estar, estabelecer um frágil arcabouço de regulação do trabalho, executar as políticas monetária e fiscal, implementar programas de obras públicas e estimular as indústrias aeroespacial e militar.

Em tal cenário, a AFL e o CIO acabariam por fundir-se em 1955. É bom lembrar que, se o CIO havia conquistado alguns dos setores industriais mais importantes da economia que se consolidara durante a guerra, incluindo o complexo

industrial-militar, a AFL ainda era a maior federação de trabalhadores dos EUA. Dos 14 milhões de trabalhadores americanos sindicalizados no pós-guerra, 60% eram a ela ligados. Diante de tal quadro, em que projetos de reforma social-democratas revelavam-se inviáveis e a Lei Taft-Hartley dificultava ações sindicais politicamente mais agressivas, o CIO viu na união com a AFL a possibilidade de potencializar suas finanças e sua capacidade organizativa. A AFL, por seu lado, via em tal união a possibilidade de incorporar um importante segmento do movimento sindical à sua esfera de influência.

Do ponto de vista econômico, a fusão tornou efetivamente possível a incorporação dos trabalhadores sindicalizados americanos ao mundo do consumo, processo favorecido pela conjuntura então vivida pela economia americana: embora com algumas oscilações, ela crescia em um ambiente internacional de fraca concorrência, dado que o Japão e a Europa passavam ainda por processos de reconstrução nacional após o conflito mundial. O mercado interno americano era, portanto, controlado pelas próprias empresas americanas, que não precisavam preocupar-se sistematicamente com os preços e a qualidade de seus produtos, podendo pagar salários mais altos a seus funcionários. Politicamente, no entanto, o sindicalismo americano pagaria um preço elevado por tal incorporação. A rigor, após a exclusão dos comunistas do CIO, em função das tensões da Guerra Fria, e do abandono por parte deste de projetos social-democratas, não mais havia claras divisões ideológicas entre as duas centrais. A fusão da AFL com o CIO fez parte assim do grande consenso americano do pós-Segunda Guerra Mundial e, como tal, levou o movimento sindical a posições crescentemente conservadoras, tanto política quanto social e culturalmente. A AFL-CIO tornava-se, aos seus próprios olhos e aos olhos de outros segmentos sociais, apenas mais um grupo de interesses da tradição pluralista norte-americana, interessado na manutenção de uma ordem social que lhe trazia ganhos materiais e simbólicos.

Tal preço seria cobrado em breve, em forma de isolamento político. De um lado, tendo sido incapaz de incorporar organicamente a mão de obra negra, largamente não sindicalizada, deixando-a, portanto, fora dos benefícios negociados com as grandes empresas, a AFL-CIO não foi capaz de fazer frente adequadamente à explosão racial iniciada ainda na década de 1950; de outro, os grandes movimentos sociais da década de 1960, como os de emancipação das mulheres, contra a Guerra do Vietnã, a New Left, a contracultura etc., muitas vezes chegaram mesmo a se opor a ela abertamente, por sua identificação com a sociedade de consumo e com posições políticas como a defesa da Guerra do Vietnã, só questionada mais sistematicamente a partir da presidência de Richard Nixon.

A partir de meados da década de 1960, a AFL-CIO viu-se também diante de novos desafios colocados pela economia americana, que conhecia pela primeira vez a associação entre queda do ritmo de crescimento e inflação, acompanhada por mudanças importantes no cenário internacional, como a penetração comercial e industrial japonesa no mercado americano. Na década de 1980, a nova ofensiva empresarial, política e cultural contra o trabalho organizado e o frágil Estado de Bem-Estar americano, liderada pelo governo Ronald Reagan, colocou o movimento sindical em uma posição essencialmente reativa. O advento da globalização produtiva e financeira, liderada por corporações que transcendem largamente os marcos legais e regulatórios dos estados nacionais, assim como as novas formas de organização da produção poupadoras de mão de obra, representaram novos elementos de fragilização do movimento sindical americano. Da luta pela democracia industrial nas décadas de 1920 e 1930 à incorporação ao mundo do consumo nas décadas de 1950 e 1960, passando pela tentativa de construção de um acordo nacional social-democrata no pós-guerra, o movimento sindical americano, a partir de 1970, iria caracterizar-se pela defesa da manutenção de empregos de qualidade cada vez pior, principalmente no cada vez mais importante, e largamente desorganizado, setor terciário.

Em 1995, com a eleição de John Sweeney para sua presidência, a AFL-CIO iniciou uma nova fase de ofensiva organizacional e política, buscando criar pontes com movimentos sociais até então apartados do, ou fracamente articulados ao movimento sindical, como os dos negros, das mulheres, o ambiental etc., bem como de construção de estratégias globais de luta, envolvendo articulações com sindicatos de outros países. Se esta nova ofensiva será capaz de reunir recursos políticos para, no dizer do próprio Sweeney, combater o poder corporativo irresponsável, é uma questão em aberto. O que parece claro é que o desafio colocado, hoje, ao movimento sindical americano, é muito maior do que o enfrentado em seu momento de maior combatividade, na década de 1930. Naquele momento, tratava-se de construir um novo pacto social nacional; hoje, trata-se de contribuir para a construção de um compromisso muito mais abrangente, no qual o trabalho, os trabalhadores e os sindicatos possivelmente terão um estatuto bastante diferenciado do que gozaram durante o século XX.

Referências

BOYLE, Kevin. The UAW and the Heyday of American Liberalism, 1945-1968. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 1995.

FORBATH, William. Law and the Shaping of the American Labor Movement. Cambridge e Londres: Harvard University Press, 1991.

FRASER, Steve e GERSTLE, Gary (eds.). The Rise and Fall of the New Deal Order, 1930-1980. Princeton: Princeton University Press, 1989.

FRASER, Steve. Labor will rule. Sidney Hillman and the Rise of American Labor. Cornell e Ithaca: Cornell University Press, 1991.
FRASER, Steven e FREEMAN, Joshua (eds.). Labor, Intellectuals, and the Social Reconstruction of Amertica. Boston e Nova York: Houghton Mifflin Company, 1997.
LICHTENSTEIN, Nelson. Walter Reuther, the most dangerous man in Detroit. Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 1995.
TOMLINS, Christopher. The State and the Unions. Labor Relations, Law, and the Organized Labor Movement in America, 1880-1960. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

FLÁVIO LIMONCIC

ÁFRICA, CONFLITOS INTERIMPERIALISTAS NA Os franceses aceleram sua expansão para o sul, redirecionando o eixo Argélia/Senegal em dois vetores: de um lado, diretamente para o sul em direção à África Equatorial, buscando a Bacia do Rio Congo, principalmente através da ação do Coronel Brazza (1852-1905), onde criaram a África Equatorial Francesa em 1910 (com o Gabão e o Congo), buscando atingir o Nilo através do Congo (pensava-se que o Rio Ubangui, afluente ao norte do Rio Congo, ou o Rio Lualaba, afluente ao sul, dariam acesso ao Rio Nilo, o que era, evidentemente hoje, um erro geográfico). Por outro lado, se dirigiriam para o leste, buscando, a partir do Mali, atravessar o Níger e Tchad, então denominado de Sudão francês. Daí atingiriam o Nilo, no Sudão propriamente dito, pretendendo a junção com a colônia francesa de Djibouti, entre o Mar Vermelho e o Oceano Índico, onde já possuíam algumas ilhas e o imenso território da Ilha de Madagascar, ocupado desde 1885. O projeto equatorial francês não encontrará maior resistência, atingindo rapidamente a Bacia do Congo e a foz do mesmo rio, na altura de Cabinda, estancando apenas em face da imensa colônia belga do Congo – em verdade, do Rei Leopoldo II. Será o Congresso de Berlin, em 1884-1885, que estabelecerá os limites sul da expansão imperial francesa na África. Ao mesmo tempo, nas suas resoluções o Congresso de Berlim reconhecia o Estado do Congo, governado autonomamente por Leopoldo II, rei da Bélgica – imenso território de floresta equatorial englobando a Bacia do Congo até a Região dos Grandes Lagos (Vitória, Tanganica e Malawi junto aos atuais Ruianda e Burundi) e a colônia portuguesa de Angola (com o enclave de Cabinda contornando a foz do Rio Congo). Tratava-se de um imenso território rico em ouro, diamantes, cobre, fibras vegetais, peles, marfim *etc.* O Rei Leopoldo, associado a importantes interesses comerciais britânicos e franceses, aproveitou-se da intensa rivalidade entre as grandes potências para viabilizar o “Estado Livre” do Congo, ao qual – como premissa de sua própria existência – todas as potências teriam livre acesso. Assim, a pequena Bélgica, e seu ambicioso rei, só conseguiram manter o

controle sobre uma região tão ampla e rica como a Bacia do Congo (englobando as terras altas de Ruanda e Burundi) em virtude das rivalidades europeias, em razão das quais nenhum dos concorrentes europeus confiava nos demais, em especial nos interesses dos alemães em estabelecer-se na região, ameaçando simultaneamente as fontes do Nilo e a África Equatorial Francesa. Em troca do reconhecimento do Estado do Congo, sob controle de Leopoldo II, os belgas tiveram que aceitar a política de "Portas Abertas", admitindo a navegação e o comércio internacional no Rio Congo para todas as nações europeias. Da mesma forma, capitais francesas e belgas associar-se-iam rapidamente para a exploração das riquezas minerais do país, conformando, um pouco mais tarde, a empresa Union Minière, que passa a exercer o verdadeiro controle sobre o cobre, o ouro e os diamantes do Congo. Na direção leste, contudo, a expansão francesa deparou-se com a forte projeção de força do império britânico, que fazia a subida do Rio Nilo, estabelecendo uma longa linha férrea paralela ao rio como principal ferramenta de dominação do rico e estratégico Vale do Nilo. Ambas as frentes imperialistas encontrar-se-iam na junção dos dois Nilos, em Fachoda, no Sudão. Estavam em jogo, aí, em 1898, dois ambiciosos projetos geopolíticos: a travessia francesa da África no sentido Atlântico/Índico ou a travessia britânica da África no sentido Alexandria/Cidade do Cabo, através de uma longa ferrovia, que deveria ligar o Cairo à Cidade do Cabo, idealizada por Cecil Rhodes (1853-1902). Os dois países, levados à beira de um conflito, resolveram negociar uma partilha do continente em áreas de interesses, em grande parte em função da postura pacificadora do ministro francês Delcassé (1898-1905). As negociações franco-britânicas conduziriam à formação da Entente Cordiale, em 1904, um amplo acordo de cooperação entre a França e a Inglaterra, que definiria as relações internacionais na Europa até depois da Segunda Guerra Mundial (ao menos até o afastamento da Inglaterra do Mercado Comum Europeu por Charles De Gaulle nos anos 1960).

Do confronto ao entendimento. A Grã-Bretanha pôde, assim, consolidar seu projeto de criação de um imenso eixo vertical cortando o continente africano no sentido norte/sul acompanhando a linha do Nilo e dos Grandes Lagos, através do Condomínio Anglo-Egípcio sobre o Sudão, estabelecido em 1898. Abriam-se os acessos às terras altas, povoadas por pastores e camponeses, do Quênia, daí voltando-se para a ocupação de Zanzibar, Uganda e da Niassalândia (atual Malawi). Toda a região fazia parte de um próspero sultanato marítimo centrado originalmente em Omã – na costa da Arábia – e depois em Zanzibar, no litoral índico da África. Era daí que o sultão controlava uma imensa rede de comerciantes árabes que havia se estabelecido nas margens do Índico, sujeitando todo o comércio entre o Mar Vermelho, o Golfo Pérsico e a África Oriental. A

miscigenação racial e cultural entre árabes e bantos formara uma civilização original centrada sobre o idioma swahili, o comércio marítimo – inclusive de escravos – e a religião islâmica e a navegação marítima. Para os ingleses era fundamental aniquilar qualquer poder naval autônomo na área do Oceano Índico, claramente em virtude da busca de segurança para o fluxo comercial com as Índias, além, é claro, de assumir o controle de um lucrativo comércio que se expandia na área do Oceano Índico. Entre 1885 e 1898 toda a área entre o litoral índico e os Grandes Lagos, no interior do continente, será colocada sob domínio britânico, que procurarão valorizar a região introduzindo a propriedade privada, com grandes plantações de café, cana-de-açúcar, algodão e chá, com um típico sistema de plantation, causando grande dano aos sistemas tradicionais de pastoreio nativo em áreas coletivas tribais. Portugal aproveitará o enfraquecimento da civilização swahili no Índico para avançar na conquista do norte de Moçambique, aprofundando inclusive a evangelização em face da religião islâmica. Completando a projeção de força britânica sobre o continente, os ingleses, sob a inspiração do milionário aventureiro Cecil Rhodes, procurarão expandir sua colônia da Cidade do Cabo em direção às Repúblicas Boers do Transvaal e Orange, originando a Guerra dos Boers (1899-1902), o que permitirá a ocupação de todo o sul da África, com suas fabulosas minas de ouro e diamantes, além das vastas planícies agriculturáveis. Daí, os ingleses dirigir-se-iam para o Vale do Rio Zambeze, procurando atingir os Grandes Lagos pelo sul, ocupando os planaltos da Botswana, Rhodesia (hoje Zimbabwe) e da Zâmbia, realizando, enfim, a junção com a frente norte já estabelecida em Zanzibar e no Quênia. Os três vastos países passam a ser administrados pela “Companhia Britânica da África do Sul”, fundada por Cecil Rhodes, e voltada para a exploração de diamantes, ouro, cobre – supervalorizado na época com a expansão da indústria elétrica e de motores –, além de outros minerais estratégicos.

Os imperialismos menores. A realização do projeto britânico, idealizado por Rhodes, de criar um domínio tão extenso, do Cairo até a Cidade do Cabo, acaba por frustrar um outro projeto geoestrátégico, desta feita formulado por Portugal, interessado em unir – através da savana centro-africana e do Vale do Rio Zambese – suas colônias de Angola e Moçambique. Tratava-se, assim, de colocar em comunicação o Oceano Atlântico diretamente com o Oceano Índico, facilitando os contatos com as colônias portuguesas de Goa e Diu, na Índia, e Macau, na China. Contudo, as condições financeiras de Portugal, bem como suas sucessivas crises políticas no início do século XX, impediram a concretização do projeto luso. A bem da verdade, Portugal não possuía quaisquer condições de reação contra os ingleses, dependendo dos mesmos para financiar sua presença

na África. Além disso, era difícil para Portugal, enfraquecido, evitar que os alemães ocupassem Angola e Moçambique. Durante bom tempo os alemães almejaram expandir suas colônias da Namíbia, então o Sudoeste Africano Alemão, com a anexação de Angola, além de estender a colônia de Tanganica – atual Tanzânia – com anexação de Moçambique. Somente o medo dos ingleses em permitir um aumento da presença germânica na África – já desafiadora através do projeto alemão de construção de uma frota de alto-mar pelo Almirante Tirpitz, em 1912 – impediu a transferência das colônias portuguesas. A Alemanha foi, ainda, frustrada em seus intentos expansionistas no Marrocos pela ação dos franceses, em íntima aliança com a Inglaterra, e ao mesmo tempo na África austral. Considerado como um alvo inicialmente fácil, o Morrocos acabou por gerar duas crises sucessivas entre alemães e franceses. Desde o Incidente de Fachoda, em 1898, entre ingleses e franceses, estes teriam conseguido colocar o Marrocos em sua área de interesses, compensando a Espanha – também interessada no país – com o domínio de uma longa franja atlântica do litoral ocidental africano, o Sahara Ocidental (anexado pelo Marrocos em 1975). Os alemães não reconheceram, contudo, a soberania francesa sobre o Marrocos, causando uma grave crise europeia entre 1905 e 1906 (Primeira Crise do Marrocos ou Crise de Tanger). Pela Conferência de Algeciras, em 1906, onde a Entente Cordiale de 1904 – a nova aliança franco-britânica – dá mostras de funcionar perfeitamente, a França vê seus direitos exclusivos sobre o país reconhecidos. Contudo, em 1911, a Alemanha voltará a exigir uma participação na exploração do Marrocos, enviando uma canhoneira para Agadir (Crise de Agadir ou Segunda Crise do Marrocos), o que acaba sendo resolvido através da cessão de um território francês junto ao Congo para os alemães. A Alemanha, por fim, perderá todas as suas colônias africanas (e nos demais continentes) nas estipulações do Tratado de Versalhes, ao final da Primeira Guerra Mundial. Outro país que teve seus planos frustrados, em razão das atividades da Entente Cordiale na África, foi a Itália. O projeto estratégico italiano visava, sob a grandiloquência da recriação do domínio romano sobre o Mediterrâneo, estabelecer um Mare Nostrum na região, formando pontos de apoio por todo o Mediterrâneo e adjacências. Contava com a fragilidade do Império Turco para ocupar suas províncias africanas, como a Tunísia e a Líbia – as então províncias otomanas da Cirenaica e Tripolitânia –, além dos arquipélagos gregos sob ocupação turca (Creta, Dodecanesos). Buscavam, ainda, estabelecer-se em um rico e populoso país, a Etiópia (ou Abissínia), onde já ocupavam, na região denominada Chifre da África, na confluência entre o Mar Vermelho, o Golfo Pérsico e o Oceano Índico, a Eritreia e a Somália. Contudo, a invasão lançada contra os etíopes redunda em amplo fracasso, sendo os italianos derrotados na

Batalha de Ádua, em 1896 – primeira grande derrota de um país europeu frente a um “povo de cor”. Contrariados, e humilhados, no Chifre da África, os italianos lançaram tentativas de ocupar a Tunísia, onde também serão expulsos pelos franceses. Por fim, assinam com a França o Tratado Secreto de 1900, no qual renunciam aos territórios tunisianos em troca da Cirenaica e Tripolitânia (hoje Líbia). Em 1911, aproveitando-se da debilidade turca, lançam uma ofensiva no norte da África (Guerra Ítalo-Turca, 1911), apropriando-se de amplas regiões entre a Tunísia e o Egito. Mais tarde, já sob o regime fascista de Mussolini, os italianos renovaram o projeto de um império africano, lançando um brutal e fulminante ataque contra a Etiópia, finalmente conquistada em 1936 (Conquista da Etiópia, 1935-1936). A Itália perderá, ao final da Segunda Guerra Mundial, todas as suas colônias africanas, ensejando nos desertos da Líbia uma das mais fulgurantes campanhas militares da Segunda Guerra Mundial.

Resistências locais. A penetração ocidental e a partilha da África não serão processos históricos jogados exclusivamente pelas potências europeias. As forças políticas locais, organizadas de formas extremamente diferenciadas – da organização tribal dos hotentotes do Sudoeste Africano Alemão até o Império do Negus da Etiópia – reagiram, na medida dos seus meios, contra a conquista europeia. Desde o final do século XIX até os anos 1970 (ou mesmo até os anos 1990, se considerarmos o regime de Apartheid uma decorrência do colonialismo ocidental) as populações africanas lutaram intensamente contra a dominação colonial. Para consolidarem seu domínio sobre o continente, os ingleses tiveram que enfrentar duas grandes revoltas: no Sudão, organizada por Mohammad Ahmed, a Revolta do Mahdi, entre 1881-1898, que foi capaz de impor duras derrotas às tropas coloniais britânicas; lutaram ainda na Somália, contra Mohammed Hassan (1899-1920), o chamdo mulá louco, e na África do Sul, a Guerra dos Zulus, em 1879, onde a população banto original do país resistiu longamente contra a presença branca. Em Madagascar uma ampla resistência nacional foi organizada contra os franceses entre 1894 e 1897, com levantes sucessivos nos anos de 1905, 1915, 1929 e 1947, com mais de 120 mil mortos, só neste último levante. Os alemães, por sua vez, tiveram que enfrentar um amplo levante em sua colônia do Sudoeste Africano, a Revolta dos Hereros e Hotentotes, entre 1905 e 1907, resultando no massacre de 90% da população nativa do território. Por toda a África, nas colônias portuguesas, no Congo belga, no Quênia ou no Tchad, populações nativas foram expulsas de suas terras, obrigadas a formas de trabalho compulsório em grandes plantações e em obras públicas de interesse colonial, como fortes, portos e ferrovias. Além disso, os missionários cristãos impunham normas e idiomas ocidentais, aceleravam a desintegração das hierarquias tradicionais de linhagens, como no caso de

Ruanda, da Costa do Marfim ou da Rodésia, com consequências futuras terríveis para o destino do continente.

Referências

BARNETT, Thomas. The Pentagon´s New Map. Nova York: Berkley Books, 2004.
BRZEZINSKI, Zbigniew. Second Chance. Nova York: Basic Books, 2005.
FERGUSON, Niall. Empire. Londres: Allan Lane, 2002.
HOBSBAWM, Eric. A era dos impérios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
PRIMAKOv, EVGUENI. Au Coeur du Pouvoir. Paris: Syrtes, 2001.
TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. *et al.* Atlântico, a história de um oceano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
WESSELING, Henri. Le Partage de l´Afrique. Paris: Folio, 1991.

ÁFRICA, IMPERIALISMO NA O desenho político do mapa africano, no alvorecer do século XX, está praticamente definido a partir das rivalidades interimperialistas desenvolvidas entre Grã-Bretanha, França, Itália, Alemanha e Portugal, os principais jogadores no cenário diplomático continental desde 1880. Excetuando-se a Libéria – criada a partir de 1821 pela American Colonization Society, visando estabelecer na África ex-escravos negros americanos – e o milenar reino da Etiópia (ou Abissínia), todo o continente havia sido repartido entre as principais potências europeias. A mais antiga presença branca no continente era portuguesa, restrita, até o século XIX, a algumas feitorias e presídios no litoral da Guiné, de Angola e de Moçambique e que se limitava a praticar um comércio aleatório, além do tráfico negreiro durante os séculos XVI-XIX. A partir do final do século XIX, em particular depois da derrota francesa frente aos alemães em 1871, a França – principalmente sob a influência de Jules Ferry (1832-1893), grande incentivador das conquistas coloniais e ministro da III República Francesa durante longo tempo – passa a desenvolver um amplo projeto de poder a ser implantado na África (como também na Ásia). Em grande parte, e com apoio interessado de Bismarck (1815-1898) – então chanceler do Império Alemão – tal projeto visava desviar a atenção francesa das questões europeias e de uma possível “revanche” contra a derrota frente aos alemães em 1871. Tratava-se de compensar os franceses pela perda da Alsácia-Lorena e da humilhação sofrida através da construção de um império que devolvesse aos franceses sua noção de orgulho nacional. Além de desviar a atenção de Paris do centro das questões europeias, ainda tinha o mérito de, muito possivelmente, envolver a França em um conflito com a Grã-Bretanha, o que faria da Alemanha o árbitro das questões mundiais. O ponto de partida de tal império será a Argélia, onde desde 1830 a França tinha interesses especiais.

O Imperialismo Francês. O eixo estratégico inicial da penetração francesa na África se dá no sentido norte/sul, Argélia/Senegal, procurando reunir as possessões mediterrâneas da França aos seus fortes estabelecidos no litoral do Senegal, submetendo ao seu domínio os vastos territórios da chamada África Ocidental, como o Sahara – que será futuramente anexado à Argélia francesa –, a Mauritânia e o Mali. Alguns enfrentamentos com ingleses – estabelecidos junto ao Rio Gâmbia – e com portugueses – estabelecidos na Guiné-Bissau – marcarão os primeiros choques interimperialistas na região ocidental da África. Aos poucos, a exploração de fibras e óleos vegetais, no momento do arranque da Revolução Industrial no país, bem como a implantação do sistema de plantations, com culturas de amendoim e cacau, compensavam amplamente os esforços desenvolvidos pelo Estado francês para ocupar a região. A conquista do confrontante atlântico da África pela França implicava, contudo, tensões crescentes em duas direções: em face ao Marrocos, que acabava envolvido pela África Ocidental Francesa, e em direção ao Nilo, através dos Rios Volta e Níger até o Lago Tchad (hoje Burkina Fasso, Níger e Tchad). O envolvimento do Marrocos, um reino autônomo só nominalmente e formalmente sujeito ao ImpérioTurco, colocava a França diretamente em choque com a Alemanha imperial, que via no país uma última esperança de estabelecer uma colônia própria em um importante país mediterrâneo. Cabe destacar aqui que naquele momento Bismarck já havia sido afastado da política alemã pelo jovem Imperador Guilherme II (reinado entre 1888-1918). A deposição de Bismarck, em 1890, abriria uma nova fase (o chamado “Neue Kurs”, ou “Novo Curso”) na política externa alemã. Guilherme II assumia claramente uma vigorosa política de expansão colonial alemã, renunciando à convivência pacífica com a Grã-Bretanha. Para Otto von Bismarck, a “amizade britânica” valia mais do que qualquer colônia. Assim, visando isolar a França, a Alemanha deveria renunciar à expansão colonial. Guilherme II abandonou a prudente política do Príncipe Bismarck e iniciou a construção de uma grande frota de alto-mar (Projeto do Almirante Tirptiz) o que, no longo prazo, iria provocar inevitável choque com a Grã-Bretanha. Da mesma forma, o ímpeto francês em direção ao Nilo colocava-os numa situação de enfrentamento direto com os ingleses, fortemente estabelecidos em torno do Canal de Suez. Tal situação era típica do final do século XIX e representava bem o isolamento francês em face da Alemanha e da Grã-Bretanha após a derrota de 1871.

A ofensiva britânica. Os ingleses haviam estabelecido suas bases de ocupação da África a partir de três pontos estratégicos: o próprio Canal de Suez (ocupado pelos ingleses desde 1888, quando através da “Convenção de Constantinopla”, do mesmo ano, são estabelecidas suas regras de funcionamento), facilitando a

chamada rota curta para as Índias, através do Mar Vermelho e do Oceano Índico, abrindo, assim, o Egito e todo o Nilo à dominação britânica. Um segundo ponto da penetração britânica foi a área entre o Golfo de Benin e o Rio Níger, onde se estabeleceram desde 1880 e de onde se partiria para a dominação da área tropical africana. O terceiro ponto de apoio formou-se em torno da Cidade do Cabo, onde os ingleses haviam se estabelecido em 1795, parte fundamental da chamada longa rota para as Índias (Atlântico/Cidade do Cabo/Golfo Pérsico/Cingapura e depois em direção a Hong-Kong e/ou Austrália). A razão inicial para os britânicos interessarem-se pela África prendia-se ao controle e à segurança das rotas para as Índias. Assim, o Canal de Suez, de um lado, e a Cidade do Cabo, de outro (ao lado de várias ilhas do Atlântico e pontos-chaves no litoral africano), representavam parte fundamental da estratégica rota de acesso às Índias, centro nevrálgico de todo o Império Britânico. O projeto britânico de ocupação da África mostrava-se, assim, bem mais orgânico e coerente do que o avanço francês e integrava-se, plenamente, a um projeto imperial de longo alcance, valorizando Alexandria, Suez, Somália e Áden como pontos de apoio e acesso ao Império das Índias. Assim, no quadro mais geral da política colonial britânica, a África ocupava um papel de monta na estratégia de ocupação das fímbrias da Ilha do Mundo, conforme a geopolítica de Mackinder (e mais tarde retomada por Nicholas Spykman como a teoria de domínio sobre as “rimlands” [ou fímbrias] do mundo). Qualquer hegemonia estranha no continente negro, em especial ao longo do Nilo, poderia representar um risco para outras áreas vitais do império, como o Golfo Pérsico, Áden, as Índias, Cingapura, Hong-Kong e mesmo a Austrália. Enquanto um potencial econômico em si, somente após 1880 o imperialismo europeu, em seu conjunto, começa realmente a se interessar pelos recursos naturais da África, colocando em prática uma política que vá além da exploração predatória do litoral. Assim, a primeira vaga do imperialismo moderno, francesa e britânica, explicava-se bem mais através das noções de prestígio, orgulho nacional e de imperiosidades geoestratégicas (argumento da Escola Geopolítica de Mackinder/Spykman ou da Escola Histórica Alemã, com Wolfgang Mommsen e, mais tarde, consolidado por Karl Haushofer). Somente depois daquela data os interesses econômicos, em matérias-primas e de mercados – além da alocação de excessos populacionais e empregos remunerativos para amplas camadas sociais ociosas e/ou subempregadas na metrópole – passam a caracterizar o imperialismo em seu classicismo (argumento da Escola Marxista, com Hobson/Lenin/Hobsbawm). Deve-se, desta forma, procurar uma certa reconciliação entre os argumentos de ambas as vertentes explicativas, evitando excluir, in limine, qualquer das explicações em presença. Mesmo os argumentos de Johan Schumpeter, acerca do papel da

tradição e das classes sociais arcaizantes no processo de geração da “atitude” imperialista, possuem sentido na análise do imperialismo na África. Dependendo da fase expansiva do imperialismo na África, e de sua localização geográfica, os argumentos geopolíticos e os argumentos puramente econômicos podem ser, ambos, plenamente cabíveis para explicar a rapidez da ocupação europeia do continente negro. De qualquer forma, com a crescente expansão industrial europeia, a rivalidade franco-britânica amplia-se rapidamente a partir de 1880.

Referências

BARNETT, Thomas. The Pentagon´s New Map. Nova York: Berkley Books, 2004.
FERGUSON, Niall. Empire. Londres: Allan Lane, 2002.
FERRO, Marc. Le Choc de L´Islam. Paris: Odile Jacob, 2002.
HOBSBAWM, ERIC. A era dos impérios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
POLLACK, Kenneth. Arabs at War. Nebraska: Nebraska University Press, 2004.
TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. *et al.* Atlântico, a história de um oceano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
WESSELING, Henri. Le Partage de l´Afrique. Paris: Folio, 1991.

AGÊNCIA JUDAICA Órgão fundado por Chaim Weizmann (1874-1952), em Zurique, em 1920. O seu objetivo era organizar a migração de judeus para a Palestina e reunir recursos para a compra de terras onde seriam instaladas colônias judaicas. Em 1929, transferiu seus escritórios para Jerusalém, na Palestina, que vivia sob mandato britânico. Estes escritórios foram fechados e seus dirigentes colocados em campos de concentração ingleses. A partir de 1948, com a criação do Estado de Israel, voltou à legalidade e mantém escritórios em Nova York e Jerusalém.

Referências

COOK, Chris. Diccionario de terminos historicos. Madri: Alianza Editorial, 1993.
THEIMER, Walter. Diccionario de politica mundial. Buenos Aires: Miguel A. Collia, 1958.

RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO

ALGECIRAS, CONFERÊNCIA DE Nesta cidade da Espanha realizou-se uma conferência, em janeiro/abril de 1906, para discutir questões sobre o Marrocos, disputado pela França e pela Alemanha. Em 31 de março de 1905, o Kaiser Guilherme II (1859-1941) chegou a Tânger, porto marroquino, onde pronunciou discursos que afirmavam a soberania do sultão Moulay Abd-el-Aziz e o interesse alemão em estar em pé de igualdade com a França no Marrocos. O objetivo alemão era quebrar o isolamento diplomático em que vinha sendo colocada

Berlim devido à ativa política externa francesa. Com tal objetivo, os alemães conseguiram que o sultão solicitasse uma conferência internacional em Algeciras. Nela estavam presentes os representantes do Marrocos, dos EUA e de 11 países europeus. Decidiu-se a criação de um banco marroquino, em que a França teria papel preponderante, e a organização de uma polícia portuária feita por franceses. Ao contar unicamente com o apoio da Áustria-Hungria – contrastando com o posicionamento da Inglaterra, da Rússia e da Itália, que se voltaram em favor da França –, o governo alemão comprovou o que suspeitava: o seu isolamento diplomático rompia com o equilíbrio europeu. A conferência de Algeciras serviu também para confirmar a independência de Marrocos, mas sob o protetorado da França e da Espanha.

Referências

COOK, Chris. Diccionario de terminos historicos. Madri: Alianza Editorial, 1993.
THEIMER, Walter. Diccionario de politica mundial. Buenos Aires: Miguel A. Collia, 1958.

RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO

AMERICAN WAY OF LIFE Embora o conceito de American way of life, tal qual compreendido nos dias de hoje, tenha provavelmente surgido na década de 1920, a ideia de que os americanos possuem um modo distinto de viver é bem anterior. Ainda no século XIX, o francês Alexis de Tocqueville chamava a atenção, em seu clássico A democracia na América, para o caráter diferenciado da sociedade americana em relação às sociedades europeias, visão que se tornaria estruturante de toda uma corrente historiográfica marcada pela ideia da excepcionalidade histórica do país. Em tal visão, os EUA teriam se beneficiado da ausência de um passado feudal e de uma fronteira aberta, tanto física quanto econômico-social, ensejando o livre desenvolvimento da economia de mercado e a ausência de conflitos sociais, em um ambiente de liberdade e igualdade. Esta visão, é quase desnecessário afirmar, possui uma dimensão política e cultural nitidamente conservadora, profundamente marcada na memória social americana. Assim, no que se refere ao período colonial, a herança percebida como autenticamente americana é a dos puritanos da Nova Inglaterra e não a dos escravocratas da Virginia, e mesmo os grandes virginianos, como George Washington e Thomas Jefferson, são lembrados menos pelos escravos que possuíram do que pela defesa que fizeram das causas da independência e da liberdade.

Na década de 1920, a especificidade norte-americana começaria a ganhar novos contornos. Se até então ela tinha por base a ideia de uma América rural com forte ética protestante do trabalho, na década de 1920 uma nova cultura urbana,

marcada pelo consumo e pelo divertimento, iria se consolidar. Uma quantidade aparentemente inesgotável de novidades para o lar, como aspiradores de pó, máquinas de lavar, rádios e ferros elétricos, começava a fazer parte da vida de um número crescente de famílias de classe média e mesmo alguns trabalhadores podiam ter acesso a divertimentos como parques de diversões e cinemas. A propaganda gerava novas necessidades de consumo e os automóveis possibilitavam uma mobilidade até então insuspeita, levando ao lazer familiar no campo e a acampamentos em parques nacionais. Mudanças na indústria automotiva, aliás, refletiam este novo estilo de vida. Até a década de 1920, o Modelo T, que não sofrera alterações aparentes desde o princípio de sua fabricação, garantia à Ford Motor Company o primeiro lugar entre as montadoras americanas. Para o ascético Ford, o automóvel deveria ser apenas um meio de locomoção, destituído de acessórios desnecessários e luxos supérfluos. Na década de 1920, contudo, a General Motors iria se consolidar como a principal montadora americana, a partir de uma concepção completamente diferente do automóvel. Mais do que um meio de locomoção, o automóvel passava a ser visto como sinal de distinção social, e, assim, a montadora começou a fabricar carros com diferentes tipos de acessórios, até chegar à concepção da troca anual de modelo e de modelos diferenciados por faixa etária e posição social. Henry Ford, portanto, apesar de ter desenvolvido o que passou a ser por muitos denominado “sistema americano” e por outros de fordismo, a produção padronizada em massa articulada ao consumo de massa, não chegou a perceber todas as virtualidades de sua criação, enquanto a paisagem urbana americana tornava-se coalhada de automóveis e criava museus ao ar livre onde estes eram proibidos de circular, como forma de enaltecer a América rural, branca, anglo-saxã e protestante. O American way of life que se gestava identificava-se, portanto, a uma sociedade de classe média urbana e branca vivendo em abundância em um mundo de consumo e conforto, do qual estavam largamente excluídos os negros, tanto os que haviam permanecido no Sul quanto os que haviam migrado para as grandes cidades industriais do Norte e Meio-Oeste durante a Primeira Guerra Mundial, os hispânicos do Texas, do Novo México e do Arizona, e mesmo a população trabalhadora branca, em boa parte imigrante.

Contudo, foi somente na década de 1950 que o American way of life consolidou-se, já em um cenário bastante distinto do vivido na década de 1920.

Ao contrário do pós-Primeira Guerra Mundial, quando, marcado por posições isolacionistas, o Congresso americano havia votado contra a entrada do país na Liga das Nações, no pós-Segunda Guerra os EUA assumiram uma postura claramente intervencionista em assuntos internacionais, nos quadros da Guerra

Fria. Neste cenário, ao invés de marcar o caráter único da civilização americana, o American way of life foi oferecido ao mundo através do cinema, da propaganda, de programas de televisão e rádio, investimentos de grandes empresas e teorias sociológicas da modernização, como um modelo de sociedade, governo e economia capaz de garantir liberdade, abundância e conforto a todos os povos, em contraposição ao totalitarismo soviético.

Mas neste momento o American way tinha também uma importante dimensão interna. Durante a guerra, milhões de homens e mulheres tiveram suas vidas profundamente afetadas por um conflito que lhes era apresentado, por Hollywood e pela propaganda oficial, como uma defesa da civilização americana contra a tirania nazifascista, isto é, como a defesa de uma democracia pluralista, capaz de proporcionar abundância, liberdade e conforto para todos os que por ela lutavam. A participação americana no conflito, percebida, portanto, como uma defesa do American way of life, teve um poderoso papel unificador em uma sociedade que, apenas alguns anos antes, estava dilacerada pela Grande Depressão e por agudos conflitos sociais, raciais e de classe. Com o fim do conflito, milhões de pessoas que voltavam à vida civil o faziam portanto, com novas expectativas. O governo Harry Truman, que propunha aos americanos um Fair Deal, retribuiu-as em parte, investindo na formação universitária dos veteranos e financiando a construção de casas de subúrbio. No entanto, foi graças à dura luta sindical que os trabalhadores americanos, sobretudo os brancos, incorporaram-se ao padrão de consumo e afluência atribuídos à classe média, processo possível, em boa medida, graças ao vigoroso crescimento da economia americana no pós-guerra. Tal crescimento, que se prolongaria até meados da década de 1960, representou a idade de ouro do capitalismo norte-americano. Nos 20 anos anteriores, os americanos haviam passado por uma Depressão e por uma Guerra Mundial e, na década de 1950, julgavam-se no direito de realizar todos os sonhos de consumo apenas indicados na década de 1920. Os principais ícones associados ao American way of life nasceram, pois, marcados em sua maioria pelo princípio do consumo rápido, padronizado e descartável, como o fast-food do pioneiro McDonald’s, a revista Playboy e os motéis de beira de estrada. Produzia-se comida, mulheres e motéis em série para um consumo de massa, como Ford havia produzido o automóvel, que aliás era um dos estruturadores do novo modo de vida americano. O outro estruturador era a casa de subúrbio, também produzida segundo métodos fordistas, como nas Levittowns. Em 1956, automóveis e subúrbios sacramentaram sua união através da Lei de Ajuda Federal à Autoestrada, defendida pelo lobby das montadoras de automóveis desde pelo menos a década de 1920. Com ela, implementou-se o maior programa de obras públicas da história americana e possivelmente

mundial, envolvendo US$41 bilhões, o que fez com que a participação da rede ferroviária no transporte interurbano de passageiros caísse de 34,9% do total para 0,3%.

No plano doméstico, o American way of life baseava-se em uma ideia de família nuclear vivendo em uma casa de subúrbio com jardim e churrasqueira no quintal, em que o marido, funcionário de uma grande e benevolente corporação, deveria proporcionar o sustento e a esposa deveria cuidar do lar. A televisão passava a ocupar centralidade e as sitcoms, comédias de costumes, ao mesmo tempo construíam e refletiam o novo modo de viver. Papai sabe tudo e I love Lucy transformaram-se em programas obrigatórios, e nem mesmo o espaço sideral e o Velho Oeste estiveram livres da exemplaridade da família americana, como atestam os seriados Perdidos no espaço e Bonanza. Neste cenário, o lazer tornava-se uma atividade essencialmente privada e familiar, a ser usufruído em frente à televisão ou nas visitas semanais aos shopping-centers que se construíam nas novas áreas suburbanas.

Ainda na década de 1950, porém, vozes críticas começaram a se fazer ouvir a este estilo de vida, marcado pela massificação e padronização cultural e pelo esvaziamento da vida pública. O sonho americano foi criticado tanto na academia, com o clássico de David Riesman, The lonely crowd, como na produção artística, cujo exemplo mais evidente é o da geração beatnik, com sua ácida crítica ao conformismo, e nos movimentos sociais dos negros por seus direitos civis, o maior segmento da sociedade que não havia sido convidado a desfrutar do sonho americano.

A década de 1960, por fim, marcaria o momento em que o American way perderia dois de seus mais importantes componentes, a inocência e o otimismo. Seu consenso básico de uma América pluralista e sem conflitos deu lugar a um quadro em que um presidente, John Kennedy, o principal líder negro, Martin Luther King Jr., e um candidato à presidência da República, Robert Kennedy, foram assassinados; em que a luta dos negros pelos direitos civis, em que pese seu sucesso do ponto de vista legislativo, degenerou em sangrentos conflitos raciais, na emergência do nacionalismo negro e na percepção de um segmento importante da população negra da impossibilidade de integração com o mundo branco; em que as tentativas de incorporar maiores parcelas da sociedade ao American way, materializadas na Grande Sociedade de Lyndon Johnson, naufragaram nestes mesmos conflitos raciais e na reação republicana conservadora; em que as mulheres passaram a questionar o lugar doméstico e sexual que lhes fora reservado, passando a disputar postos no mercado de trabalho com os homens e a dissociar o sexo da reprodução; em que a Guerra do Vietnã expôs, pela primeira vez nas televisões do país, as atrocidades praticadas

por soldados americanos nos campos asiáticos, levando a manifestações de massa contra a participação americana no conflito; em que a economia, que parecia fadada ao crescimento ininterrupto, dava seus primeiros sinais de crise com a queda do crescimento e o processo inflacionário; em que os valores do materialismo, consumismo e conformismo foram duramente criticados pela juventude, em movimentos como a Nova Esquerda e os hippies.

O convulsivo ano de 1968, emblematicamente, marcaria o momento em que os EUA estavam mais parecidos com o restante mundo, não tanto em função da aceitação por parte deste do American way of life – que em larga medida de fato ocorrera, principalmente no campo cultural e em certa medida no econômico –, mas porque a sociedade americana não mais permitia visões otimistas de uma América pluralista e harmoniosa.

Referências

FLINK, James. The Automobile Age. Cambridge e Londres: The MIT Press, 1993.

HALBERSTAM, David. The Fifties. Nova York: Fawcett Columbine, 1993.

LEARS, Jackson. Fables of Abundance. A Cultural History of Advertising in America. Nova York: BasicBooks, 1994.

MAY, Lary. The Big Tomorrow. Hollywood and the Politics of the American Way. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 2000.

NOVICK, Peter. That Noble Dream. The “Objectivity Question” and the American Historical Profession. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

PAMPLONA, Marco Antônio. Revendo o sonho americano: 1890-1972. São Paulo: Atual, 1995.

RIESMAN, David. The Lonely Crowd. A Study of the Changing American Character. Nova York: Doubleday, 1953.

SUGRUE, Thomas. The Origins of the Urban Crisis. Race and Inequality in Postwar Detroit. Princeton: Princeton University Press, 1996.

FLÁVIO LIMONIC

ANARQUISMO O termo anarquismo refere-se, genericamente, à recusa de toda forma de coerção estatal e social. A palavra anarchos, em grego, significa sem governo. Esta definição, baseada na ideia de “falta”/“ausência”, gera interpretações de cunho negativo que associam o anarquismo à “desordem”/ “caos”. Tal conotação um tanto popularizada do termo não encontra, entretanto, respaldo nos escritos anarquistas, pois estes propõem formas de ordenação social cuja peculiaridade reside na inexistência de formulações autoritárias. Nesse sentido, a revolução social preconizada pelos anarquistas não inclui a ditadura de classe, seja ela qual for, pois desta forma se incorreria no equívoco do autoritarismo. Sendo assim, são considerados contrarrevolucionários todos os partidos e as instituições que se baseiam na ideia de regulação das transformações sociais por intermédio de leis ou atos de governo, ambos

compreendidos sob a medida comum do centralismo. A recorrência a quaisquer formas coercitivas e centralizadoras representaria, portanto, a traição do ideal revolucionário. Deste pensamento decorre a ideia de que a máquina do Estado não deve ser tomada, mas abolida.

O cerne da filosofia anarquista assenta-se sobre o pressuposto comum de que todo homem é, por natureza, um ser social. Ainda que não se proponha uma natureza essencialmente boa do homem, acredita-se que este reúne todas as qualidades que o tornam um ser capaz de viver em liberdade. Segundo Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), um dos principais teóricos anarquistas, "assim como o amor, a ideia de beleza, utilidade e verdade, a justiça existe em nós, como todos os nossos poderes e capacidades". Este senso de justiça, inerente a todo homem, fundamentaria a recusa da proposta anarquista à ideia de delegação do poder. Estabelece-se então o afastamento do ideal de representatividade, amplamente atrelado às formulações democráticas. O método da ação direta, ao fundamentar-se na participação espontânea do indivíduo, gozaria de plena legitimidade, não demandando a transferência de responsabilidades. Uma das peculiaridades do pensamento anarquista, se comparado a outras vertentes do pensamento de esquerda, é, portanto, a recusa da categoria povo-massa. A ideia de um conjunto de indivíduos soberanos, cada um dos quais decidindo sobre suas ações, fundamenta uma sociedade assentada sobre a negação de toda e qualquer ação coercitiva. A abrangência de tais proposições encobre, entretanto, a especificidade das práticas e das formulações teóricas reconhecidas como anarquistas. À concordância com relação ao fim último – a liberdade – não corresponde uma uniformidade de proposições dos meios mais adequados à obtenção dos objetivos.

As variadas percepções do termo liberdade geram práticas diferenciadas que incluem desde propostas pacifistas até a utilização da violência. Dentre as variadas correntes que integram o movimento anarquista, cinco delas merecem destaque. A primeira delas, o individualismo anarquista, baseia-se nos escritos de Max Stirner (1806-1856) e está fundamentada no ideal egoísta. Segundo tal concepção, o homem se realiza em conflito com a coletividade e com os outros indivíduos. Toda forma de reunião, classificada como "União dos Egoístas", justifica-se, portanto, pela necessidade de resolver problemas de interesse comum. As demais vertentes do movimento anarquista assentam-se sobre pressupostos radicalmente diversos que são moldados pelas aspirações de justiça, igualdade e fraternidade. O mutualismo, inspirado nos escritos do francês Pierre-Joseph Proudhon, preconiza uma sociedade fundamentada em grandes federações de comunas e cooperativas operárias em que os indivíduos e pequenos grupos dispõem (e não possuem) de seus próprios meios de produção.

Este autor defende ainda a criação de um Banco Popular que possibilitaria uma distribuição mais justa da renda ao propiciar créditos gratuitos aos trabalhadores. Com o intuito de combater os males da centralização estatal, Proudhon defendia, depois do anarquismo, o federalismo como a "segunda melhor forma de sociedade". A esta corrente seguem-se outras que, entretanto, não estabelecem uma ruptura total com o pensamento de Proudhon, pois enfatizavam também o federalismo e as associações operárias como unidades de estruturação social.

O coletivismo, cujo principal mentor é o russo Mikhail Bakunin (1814-1876), procura adaptar o anarquismo a uma nova sociedade cada vez mais industrializada, moldando os critérios de distribuição da riqueza de acordo com a dedicação de cada um ao trabalho, elemento considerado chave para o desenvolvimento da consciência do homem. Entretanto, os anarcocomunistas, reunidos em torno da figura de P. Kropotkin (1842-1921), estabeleceram uma crítica ao sistema de salários e à comuna local, fundamentando-se no pressuposto de que a riqueza deve ser distribuída conforme a necessidade e, não, segundo o trabalho. De acordo com Kropotkin: "De cada um de acordo com seus meios; a cada um de acordo com suas necessidades." A corrente anarcossindicalista, que ganha força considerável ao longo do século XX, valoriza o sindicato revolucionário como instrumento que serve tanto à luta quanto à estruturação da futura sociedade livre.

Ao longo do século XX, as manifestações anarquistas mostraram-se em toda sua diversidade. Afirmando-se de um modo geral como crítica contundente à sociedade burguesa, suas práticas incluíram tanto ações individuais – que muitas vezes desembocaram em ações terroristas – quanto formulações coletivas – que abarcaram os anarquismos comunitários, coletivistas comunistas. Seria inútil, portanto, buscar uma forma pura do modelo anarquista. Suas aparições mais expressivas reuniram-se, entretanto, em torno da corrente anarcossindicalista. O recurso à greve geral constituiu o principal instrumento estratégico revolucionário destes grupos libertários que concebiam a sociedade como fundamentalmente polarizada entre produtores e parasitas. Ao sindicato – órgão que reunia em si a categoria dos produtores – caberia a tarefa histórica de reverter a disposição do quadro social. A introdução da Confederação Geral dos Sindicatos como unidade essencial de articulação do cenário social constituiria o elemento-chave necessário à instauração de uma ordem libertária. Por intermédio das organizações sindicais, dever-se-ia lutar pelo boicote econômico e não, como afirmava a perspectiva marxista, pelos interesses da classe proletária. Sendo assim, os meios de produção deveriam ser realocados para os sindicatos e não para o Estado. Aí reside o cerne da divergência entre anarquistas e marxistas, que encontra sua expressão mais evidente na disputa entre Bakunin

e Karl Marx (1818-1883) na Primeira Internacional.
Na Itália antes do fascismo, a União Anarquista da Itália contava com cerca de 35 mil membros. Na Espanha, o anarquismo constituiu uma força revolucionária de peso. Em 1908, formou-se em Barcelona o grupo Solidariedad Obrera, que configurou uma clara tentativa de organização dos operários em bases anarquistas. A eclosão da chamada Semana Trágica, em 1909, gerou repressão a diversos setores da sociedade civil e acarretou a suspensão das bases deste movimento anarquista, o que não comprometeu, entretanto, o enraizamento que já assumira o sindicalismo revolucionário e libertário espanhol. Em 1911, foi fundada a Confederación Nacional de Trabajo (CNT) – organização inspirada na CGT (Confédération Générale du Travail) –, que começa a operar na legalidade três anos após seu surgimento. A influência deste órgão sobre os trabalhadores rurais da Andaluzia acarretara, principalmente entre 1917 e 1923, a organização de greves eficazes e em larga escala. Sua ampla articulação em território nacional indica a amplitude e o amadurecimento do ideário anarquista, cujas raízes encontram-se no século XIX. A importância política de grupos anarquistas não se estendeu, entretanto, para além da fase final da Guerra Civil Espanhola (1936-1939).
Na Rússia, somente após a derrocada da monarquia, em 1917, é que se configurou a reunião de grupos anarquistas em uma federação. Os anarquistas integraram a Revolução de Outubro e, para muitos deles, a conclamação bolchevique “Todo o poder para os sovietes” pareceu sintonizada com seus ideais. Sendo assim, o ideário anarquista exerceu, ainda que de maneira pouco uniforme, considerável influência sobre alguns sovietes. Foi alvo, entretanto, de repressão governamental. No X Congresso do Partido Comunista realizado em 1921, Lenin (1870-1924) condenou o desvio anarcossindicalista identificado dentre alguns membros do partido.
No Brasil, o I Congresso Operário, realizado em 1906 no Rio de Janeiro, constitui um marco de ascensão do ideário anarquista no seio do movimento operário. A partir de então, o anarquismo afirma-se como vertente-chave no que diz respeito à orientação das lutas e às reivindicações trabalhistas no Rio e em São Paulo. Neste mesmo ano, são registradas várias greves no Rio, a formação da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) e a publicação, entre 1906 e 1907, do jornal A Voz do Trabalhador. Ao longo dos anos subsequentes, inúmeras publicações anarquistas, de frequência semanal ou quinzenal, foram editadas e fadadas ao fracasso. Também se realizaram congressos operários (1906, 1913 e 1920) de orientação claramente anarquista, além de reivindicações e episódios grevistas orientados pela atuação sindical. Ao criticarem a opção socialista pela atuação partidária, os anarquistas buscavam construir, pela ação

direta, uma transformação da ordem social que não se pautasse nas práticas da política convencional. Optaram, por isso, pelo sindicato de resistência, órgão entendido como mais propício aos debates e à formulação de consciências operárias. Os dez anos compreendidos entre 1906 e 1916 são considerados os mais significativos em termos de organização sindical brasileira. Neste período, teria florescido com maior vigor o ideário anarquista instigado pela forte imigração de espanhóis e italianos no início do século. Embora no caso brasileiro o anarquismo neste início de século não tenha constituído uma ameaça real à ordem estatal, sua importância não deve ser minimizada, pois foi de grande relevância na construção da identidade de uma classe então incipiente: o operariado.

As experiências anarquistas de fins do século XIX e início do século XX estiveram, portanto, essencialmente reunidas em torno do anarcossindicalismo e de seu método da ação direta. A retomada mais visível do ideário anarquista deu-se, posteriormente, a partir do término da Primeira Guerra Mundial. A perplexidade diante dos horrores da guerra propiciou a proliferação, por todo o mundo, de movimentos assentados sobre ideais pacifistas. E é justamente segundo esta linha que ocorre, fundamentalmente, o desenvolvimento do ideário anarquista na segunda metade do século XX. Numa clara manifestação de repúdio aos efeitos devastadores da progressiva militarização dos Estados, os anarquistas reuniram-se neste momento fundamentalmente em torno da ideia de não violência.

Leon Tolstoi (1828-1910), romancista russo, foi relembrado como aquele que denunciou o Estado como locus da “violência organizada” – e este foi o teor das críticas que inspiraram o surgimento de formas de resistência pacífica pela sociedade civil. Segundo Gene Sharp (1971), a não violência pode manifestar-se a partir de três categorias principais: protesto, não cooperação e intervenção. Tais métodos, dinamizados pela rejeição aos mecanismos coercitivos do Estado, fundamentaram o surgimento de uma nova forma de atuação política cuja expressão mais significativa deu-se na Índia, durante o domínio britânico no entreguerras. O método da “desobediência civil” de Gandhi (1869-1948) constituiu-se em poderosa arma de resistência e o cerne do chamado anarco-pacifismo, que reside justamente na defesa da “revolução não violenta”. Ainda como ilustração desta ideia cumpre ressaltar os esforços de Martin Luther King (1929-1968) – à frente da National Association for the Advancement of Colored People – contra a segregação e a violação dos direitos dos negros na região sul dos EUA. A composição do anarquismo com elementos de religiosidade oriental, fundados no pacifismo, norteou inúmeros movimentos de negação da ordem estabelecida. Pode-se dizer, portanto, que os métodos anarquistas foram, em

grande medida, alterados radicalmente. O objetivo final de construção de uma sociedade livre da opressão continua, entretanto, inquestionável.

O ressurgimento expressivo das ideias anarquistas na década de 1960 teve grande penetração, sobretudo entre grupos jovens. O movimento dos hippies foi certamente o que atingiu maior repercussão. A influência anarquista na segunda metade do século XX não está, entretanto, circunscrita a ele. Atualmente, constata-se a presença de elementos anarquistas em movimentos pelo reconhecimento de identidades (movimento negro, feminista e gay são os de maior destaque), pela defesa da ecologia, pela defesa da paz e pelo autogerenciamento dos trabalhadores. Nem todos utilizam métodos pacifistas, e o recurso à ação direta, alternativa anarquista clássica, ainda se faz presente. Num outro extremo da cena política contemporânea, localizam-se grupos mobilizados pelo anarquismo individualista, que pregam ações individuais, não necessariamente articuladas entre si. Esta tendência está na base da Nova Direita Libertária.

Ao final do século XX, o movimento anarco-punk no Brasil era o que parecia mais explicitamente vinculado a pregações anarquistas. Embora não se apresentasse de forma homogeneizada, havendo facções internas, encontrava-se unido pelo proclamado ódio às instituições burguesas e à sua maneira coercitiva de imposição ideológica. Em claro repúdio aos meios de comunicação burgueses, os anarco-punks buscavam divulgar suas ações e difundir seus ideais libertários a partir de formas de expressão artísticas. Além disso, contavam com a internet e com as zines (informativos de impressão pouco custosa) para veicular temas relativos ao anarquismo e à chamada contracultura punk. Alguns grupos mostravam-se sectários, não admitindo concessões ao “sistema burguês”. Outros mostravam-se menos intransigentes. O Movimento Anarco-Punk da Bahia, por exemplo, proclamava-se compromissado com a causa social e interessado em tornar seus instrumentos de comunicação acessíveis à causa popular. Articulavam-se com entidades de defesa dos direitos humanos e movimentos populares, buscando evitar, em suas próprias palavras, “o sectarismo e o extremismo que só levam ao isolamento e à esterilidade política”.

Dada a multiplicidade das formas que o anarquismo assumiu ao longo de sua trajetória, torna-se inviável identificar um “anarquismo puro”. As diversas vertentes unem-se abstratamente em torno de um ideal libertário, mas a diversidade das apropriações possíveis de tal ideal fundamenta desde ações terroristas até, no extremo oposto, o repúdio a elas e a recorrência ao pacifismo.

Tendo o século XX testemunhado, de um modo geral, o acirramento dos mecanismos coercitivos do Estado e a naturalização de sua forma de organização do espaço/poder político, as diversas facções do anarquismo localizavam-se na

“contramão” do quadro político dominante, visto que, embora o mundo apresentasse composições políticas um tanto heterogêneas, abrangendo uma vasta gama de posicionamentos ideológicos, todas estão centradas na aceitação e reprodução de um paradigma comum: o Estado. Neste sentido, o anarquismo constitui a crítica mais radical ao status quo na medida em que se recusa a aceitar não só o conteúdo, mas também a forma sobre a qual a sociedade está estruturada.

Referências

GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
JOLL, James. Anarquistas e anarquismos. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1977. “Anarquismo” In: Marxismo y Democracia, Enciclopedia de conceptos básicos. Ediciones Rioduero, de EDICA, S.A. Madri, 1975.

ANGLO-RUSSO (ACORDO) Compromisso diplomático concluído em 31 de agosto de 1907. Não continha qualquer obrigação de caráter militar: o documento referia-se à Pérsia (atual Irã), Afeganistão e Tibet, onde ocorriam disputas imperialistas entre a Inglaterra e a Rússia. Essa aproximação anglo-russa explica-se pelas crescentes contradições entre os dois signatários e a Alemanha. Ficou decidido que o norte da Pérsia ficaria sob influência russa, e o sul sob controle inglês; entre as duas zonas haveria uma área considerada neutra. Declarava-se que o Afeganistão estaria “fora da esfera de influência russa”, mas o governo britânico deveria comprometer-se em não ocupar qualquer parte de seu território. Quanto ao Tibet, os governos russo e britânico reconheciam ser área neutra. Desta forma, resolvia-se o problema das fronteiras indianas entre as duas potências imperiais e consolidava-se o caminho na direção da Tríplice Entente.

Referências

DROZ, Jacques. Histoire diplomatique de 1648 a 1919. Paris: Libraire Dalloz, 1959.
POTEMIN, V.P. Historia de la diplomacia, t. II. México: Editorial Grijalbo, 1967.

RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO

ANTIGUIDADE E CONSERVADORISMO Numa cidade como Roma, das mais visitadas do mundo, a Piazza Augusto Imperatore não é, certamente, dos pontos turísticos mais visitados. Não obstante, é perfeito para se compreender a relação que a ditadura fascista criou com o passado antigo daquele país. Espaço público à beira do Rio Tibre, em seu centro jaz o mausoléu do Imperador

Augusto, imensa estrutura circular. Em ruínas até os anos 1930, então, e sob ordem pessoal do Duce, foi restaurado, e neste processo um grande altar de mármore, o Ara Pacis, foi encontrado e reconstruído. A sistematização urbana deste logradouro – a cargo do expoente da arquitetura fascista Vittorio Morpurgo – celebra a conexão dos dois líderes e entre os dois regimes. O estilo arquitetônico do edifício evoca a Roma Antiga em estilo modernista: linhas limpas e despojadas, sustentadas por imensa colunata, e ornado com mosaicos de típico feitio fascista, mas claramente evocativos dos tempos imperiais. Augusto e Mussolini, este continuidade daquele, apesar dos quase dois milênios que os separam, relação bem marcada em uma inscrição que ladeia a praça: Neste lugar onde o espírito de Augusto paira pelos ares, o Mausoléu do Imperador e os membros espalhados do Altar da Paz foram extraídos da terra secular. Reconstruído por Mussolini, o velho comandante que lhe reviveu o brilho. Foi construído este edifício para ajustar e enriquecer os costumes da humanidade no ano de 1940. Para as lideranças fascistas, a Antiguidade Romana não era um passado distante, e sim uma realidade presente e referida com frequência. Desde quando a História tomou forma como disciplina científica, pelos idos do século XIX, a Antiguidade tem sido representada de forma, digamos, acabada. Acabada em vários sentidos: como os documentos dos venerandos autores antigos já eram sobejamente conhecidos (e o tempo se encarregara de separar o joio do trigo, preservando para a posteridade o que de melhor tinham produzido), seus relatos eram apreciados como bafejos solidificados da verdade; a arqueologia clássica, em sua fase heroica, parecia confirmar tudo o que diziam (veja-se o notável exemplo de Schliemann, que com a Ilíada em punho encontou os restos soterrados de Troia). Por tudo isso, parecia não restar muito mais a ser acrescentado a essa velha narrativa. Foi sob este olhar que o século XX acostumou-se a perceber a História Antiga, numa perspectiva museológica – preservação das relíquias, visita ao museu como parte integrante da formação do cidadão – e não inquisitiva, problematizante. Obliterou contradições e idiossincrasias, e afirmou esta narrativa da Antiguidade como a narrativa única e verossímil, e não mais uma dentre outras possíveis e historicamente situáveis, um debate muito bem situado por Martin Bernal em seu livro Black Athena, de 1987: conquanto um quarto do vocabulário grego tivesse origem semítica (fenícia, canaanita) e outro tanto deitasse raízes no antigo idioma egípcio, os historiadores não relacionavam a Grécia com os povos que a circundavam e que, obviamente, a influenciaram; fechavam os olhos, inclusive, para os próprios textos helênicos – os quais declaravam sua dívida para com os egípcios – e optaram por evocar um suposto “milagre grego” que viscejara, exuberante, na ponta sul da Europa – situação geográfica por demais conveniente ao século da

expansão imperial europeia, quando suas bandeiras nacionais tremulavam de Québec a Hong Kong, de Sydney a Lagos. Neste contexto, a História foi escrita como história da Europa, a partir da Europa, tendo os homens brancos como seus agentes, e eventuais contribuições de gentes não caucasianas seriam, na melhor das hipóteses, periféricas; o critério da raça foi, portanto, determinante para a construção do conceito de História Universal, arrumada em ordem contínua, progressiva, liderada por homens brancos. Todos os fatos, da Antiguidade ao mundo contemporâneo, alinhados como o produto do seu esforço; a cultura humana, ordenada em linha reta, que recebera alguma influência mesopotâmica, egípcia ou hebraica logo em seu início, mas que florescera verdadeiramente a partir do mundo grego, e deste para os romanos. Fragilmente mantida durante o medievo (sem surpresa, chamado Idade das Trevas), a tocha foi reacesa com vigor durante o Renascimento, brilhando desde então graças aos europeus. Esta narrativa é amplamente questionada pela historiografia atual, e discute-se até mesmo esta proposta autovia que une a Grécia diretamente ao Ocidente. Parte significativa do patrimônio cultural clássico se perdeu nas crises do fim do mundo antigo, e foi no Oriente onde este legado resistiu: em Bizâncio, onde o grego era a língua nativa e os intelectuais continuaram lendo, copiando e comentando obras da Antiguidade; e principalmente no Império Islâmico, onde a intelectualidade construiu amplos espaços de discussão nos quais os clássicos gregos eram lidos no original, traduzidos e comentados. Neste que já foi chamado o Renascimento Islâmico, a obra de “Aristútalis”, Aristóteles, foi particularmente importante, e o pensamento de expressão árabe debruçava-se majoritariamente sobre categorias por ele erigidas. Foram precisamente os árabes os introdutores ao Ocidente do pensamento grego. A conquista da Sicília e dos emirados hispânicos tornou acessível a filosofia islâmica de base aristotélica, e suas argumentações racionalistas marcaram todo o pensamento empírico-racionalista que caracteriza o Ocidente. Notavelmente, a dívida para com este corpus intelectual mouro é amplamente desconhecida, preferindo-se manter o traçado proposto no século XIX que liga o Ocidente diretamente à Antiguidade, sem intervenções de semitas não brancos. Sobre estas fundações excludentes foi erigido o edifício da cultura ocidental, e a Antiguidade tem-se prestado aos mais diversos papéis pelo pensamento reacionário. Nos EUA, por exemplo, a partir dos anos 1980, elevaram-se apelos à pureza, autenticidade e primazia da cultura greco-romana em contraposição ao multiculturalismo que se instaurava: em seu livro The closing of American Mind (1987), o filósofo classicista Allan Bloom defendeu que a entrada da cultura popular, em especial do cinema, na educação superior daquele país empobrecia as almas dos estudantes, sintoma de profunda desordem

política, e contra tais efeitos maléficos propugnava o retorno aos clássicos e aos valores a eles relacionados (disciplina, segurança, verdade, tradicionalismo). Em menos de uma década, outro autor, Bernard Knox, no prefácio ao seu livro Backing into future: the classical tradition and its Renewal, denunciava os planos de “multiculturalistas”, “feministas” e “politicamente corretos” para solapar as bases da tradição cultural ocidental ao abandonar a leitura reverente dos clássicos antigos. Décadas antes de tais diatribes neo-conservadoras, os movimentos de extrema-direita europeus – o nacional-socialismo alemão e, muito especialmente, o fascismo italiano – tomaram para si esse patrimônio do passado antigo e utilizaram-no na elaboração de suas crenças. Na Itália este movimento foi particularmente forte. O reino italiano, unificado em 1870, buscou na tradição romana o seu mito fundador – afinal de contas, somente durante o Império a península estivera politicamente reunida pela última vez. Junto aos antigos césares, encontrou seu sentido de unidade e nacionalidade, fabricando continuidade entre tempos tão distantes e instilando uma consciência histórica crucial para a formação tanto da imagem conhecida da Antiga Roma e do Estado recém-unificado. Esta consciência tirou proveito dos vestígios materiais que marcam a paisagem e a cultura italianas, mas não se limitou a eles: transformou-os e, amiúde, desprezou-os, uma seleção que privilegiava os interesses hodiernos. Esta postura não apenas foi mantida durante o regime ditatorial, a partir de 1922, mas ampliada. Mussolini era um cultor das glórias imperiais pretéritas, e o fascismo afirmou ser, sempre, a continuidade da grandiosa Roma imperial, anseio expresso materialmente através da reestruturação da capital italiana: no afã de salientar os vestígios imperiais, vastas porções do patrimônio histórico medieval e mesmo renascentista romano foram derrubadas, criando a imagem que se tem hoje da Cidade Eterna: o fórum, aberto e com colunas eretas; o Teatro de Marcelo, com seus contornos livres. E, claro, a Piazza Augusto Imperatore, reveladora, talvez como nenhuma outra intervenção urbana, desse intento fascista. Em suma, mais do que uma realidade distante, a Antiguidade tem sido fértil campo teórico e político para os movimentos reacionários desde o século passado.

Referências

BERNAL, Martin. Black Athena: The Afroasiatic Roots of Classical civilization. Londres: Free Association Books, 1987.

RI JÚNIOR, Arno Dal; ORO, Ari Pedro (orgs.). Islamismo e Humanismo latino: diálogos e desafios. Petrópolis: Vozes, 2004.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da *et al.* (orgs). Impérios na história. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

SILVA, Glaydson José da. História antiga e usos do passado. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

WYKE, Maria. Projecting the past: Ancient Rome, History and Cinema. Nova York: Routledge, 1997.

JOSÉ MARIA GOMES DE SOUZA NETO

ANTISSEMITISMO Termo criado pelo publicista alemão Wilhelm Marr, em 1879, para designar um novo tipo de antijudaísmo que tomou forma na Alemanha, na França, na Rússia e em outros países da Europa, no final do século XIX. O termo semita tem origem nos estudos bíblicos de finais do século XVIII, tendo sido logo em seguida adotado pela linguística e pela etnologia para indicar as diferenças de caráter e de espírito entre os povos ditos semitas e os arianos. Aos semitas estavam associadas invariavelmente características negativas e aos arianos, traços positivos. O aparecimento da expressão semita aponta para uma visão secularizada do judeu, não mais definido por sua religião e, sim, por seu pertencimento a uma determinada raça ou nação. É justamente esta concepção secularizada, pretensamente científica do judeu, que irá marcar a criação do conceito de antissemitismo. Neste sentido, pode-se compreender o antissemitismo como um antijudaísmo secularizado, no qual os preconceitos de caráter religioso e econômico, embora não completamente ausentes, cedem lugar a um preconceito racial fundamentado em teorias pseudocientíficas.

A maior parte dos historiadores concorda em datar o aparecimento do antissemitismo no final do século XIX, quando surge na Alemanha um movimento antissemita organizado em partidos políticos e associações de classe, cujo principal objetivo era reverter o processo de emancipação política e de integração dos judeus. De acordo com Volkov (1990), esse antissemitismo político, característico do último quartel do século XIX, deve ser compreendido como uma resposta às insatisfações geradas pela modernidade e, no caso específico alemão, como um instrumento de integração e de construção de uma identidade nacional após a unificação em 1870. Neste contexto, o antissemitismo funcionaria como uma espécie de código cultural, isto é, como um símbolo de pertencimento a determinado sistema de ideias e a determinadas normas sociais, políticas e morais.

São inúmeras as controvérsias a respeito das possíveis interpretações do fenômeno antissemita. Uma das mais acaloradas diz respeito às suas possíveis continuidades e descontinuidades ao longo da História. Alguns historiadores defendem a tese de uma continuidade ininterrupta desde a Antiguidade até o genocídio nazista, ignorando as especificidades do antissemitismo de finais do século XIX e início do século XX. A maior parte dos historiadores, contudo, prefere outra periodização, segundo a qual a permanência do antissemitismo se manifesta apenas a partir da década de 1870. Esta permanência se expressava não somente por meio de organizações e líderes antissemitas, mas, sobretudo, no conteúdo da propaganda contra os judeus.

Embora reconhecendo as várias afinidades existentes entre o antissemitismo de finais do século XIX e o nazista, muitos historiadores sustentam a tese da descontinuidade da história do antissemitismo alemão. Neste sentido, argumenta-se que as diversas crises pelas quais a sociedade alemã passou no período entreguerras teriam modificado sensivelmente o caráter do fenômeno antissemita, distanciando-o de seu antecessor. A ascensão de Hitler ao poder, por exemplo, teria representado um novo momento na história do antissemitismo, ao torná-lo doutrina oficial do Estado e ao disponibilizar os meios para a concretização da solução final.

Referências

ARENDT, Hannah. O anti-semitismo como instrumento de poder. São Paulo: Documentário, 1975.

BENZ, Wolfgang; BERGMANN, Werner. Vorurteil und Völkermord. Entwicklungslinien des Antisemitismus. Herder: Freiburg, 1997.

NIPPERDEY, T.; RÜRUP, R. Antisemitismu. In: CONZE, W.; KOSELLECK, R. Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland. Stuttgart: Klett-Cota, 1984.

VOLKOV, Shulamit. Jüdisches Leben im 19. und 20. Jahrhundert. Munique: C.H. Beck, 1990.

_____. Das Jüdische Projekt der Moderne. Zehn Essays. Munique: C.H. Beck, 1997.

ANZAC CORPO MILITAR AUSTRALIANO E NEOZELANDÊS (AUSTRALIAN AND NEW ZELAND ARMY CORPS), que desembarcou na Península de Galipoli, na Turquia, no curso da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Enfrentando a tenaz resistência turca, sem um efetivo apoio logístico, os cerca de 70 mil Anzacs, como ficaram conhecidos os soldados que participaram da operação, encontraram muitas dificuldades para cumprir o objetivo inicial traçado pela Entente de abrir a “porta dos fundos” das potências centrais. A batalha de atrito que se seguiu ao desembarque acarretou a baixa de dez mil soldados, número que se ampliou nos meses seguintes. Posteriormente, essas tropas foram utilizadas na Palestina e no front ocidental – Arras e Messines –, contribuindo também para conter a ofensiva alemã em 1918. Na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a expressão foi retomada, designando um esquadrão naval norte-americano que atuou na área do Pacífico, contando com efetivos da Austrália e da Nova Zelândia.

Conhecida como ANZAC DAY, a data do desembarque de Galipoli, 25 de abril de 1915, passou a ser comemorada a partir de 1916 no Egito e na Grã-Bretanha, acabando por ser transformada em marco de memória, principalmente na Austrália, onde ganhou uma projeção particular em torno da identidade nacional, tornando-se uma referência para artistas, escritores e historiadores. Entre os

últimos, destacou-se Charles Bean (1879-1968), oficial que participou do desembarque em Galipoli e posteriormente escreveu seis volumes da obra Official History of Australia in the War of 1914-1918, atuando também na construção do Memorial da Guerra australiano, representações que enaltecem o esforço de guerra do país, conferindo à participação do ANZAC um lugar privilegiado.

Referências

BARNETT, Correlli. The Great War. Londres: Penguin Books, 2000.
GILBERT, Martin. The First World War: A Complete History. Nova York: Henry Holt and Company, 1994.
ROBBINS, Keith. The First World War. Oxford: Oxford University Press, 2002.
WINTER, Jay. Sites of Memory, Sites of Mournig. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

APRA (ALIANÇA POPULAR REVOLUCIONÁRIA AMERICANA) Criada em 1924 pelo político peruano Victor Haya de la Torre (1895-1979), quando se encontrava exilado no México. De início, a APRA era claramente marxista e internacionalista. De acordo com o próprio Haya de la Torre, era a adequação do pensamento de Karl Marx à América Latina. Em 1931, a APRA foi transformada no Partido Aprista Peruano, mantendo-se Haya de la Torre como líder vitalício. No entanto, foi mantido na ilegalidade pelos militares peruanos até 1945. Viveu um curto período de redemocratização após a Segunda Guerra Mundial e foi posto na ilegalidade em 1948, permanecendo nesta condição até 1956. Haya de la Torre afirmava que o Estado Aprista deveria basear-se em um capitalismo de Estado. Tal declaração é de 1931, quando rompeu com a Komintern. Ele defendia a formação única de trabalhadores e de intelectuais, apoiando a luta armada para conquista do poder. Além disso, denunciava os monopólios internacionais e o imperialismo norte-americano, afirmava ser feudal a sociedade peruana e que os grandes proprietários rurais eram os maiores responsáveis pela opressão rural, inclusive sobre os quéchuas e aimarás.

Os dirigentes apristas muito valorizaram a Indo-América. Por suas concepções internacionalistas, o aprismo alcançou outros países – como Colômbia, Equador, Paraguai e Bolívia –, mas o partido foi considerado fora da lei e muitos dos seus dirigentes acabaram presos ou exilados. Assim aconteceu em 1931, 1945 e 1948. Em 1956, foi autorizado a sair da clandestinidade, contudo com reduzida influência política. Somente em 1985 emergiria com força na cena política peruana com a eleição do presidente aprista Alán García, que teve de enfrentar o difícil problema da dívida externa que assolava em meados dos anos de 1980 todos os países da América Latina. Como pretendeu restringir a 10% o uso do

PIB no pagamento da dívida externa, o governo dos EUA suspendeu a ajuda financeira ao Peru, enfraquecendo as bases políticas de Alán García, que fez uma tentativa frustrada de nacionalizar o sistema bancário do país. Uma frente de oposição se formou sob a liderança de Mario Vargas Llosa. A inflação em 1989 chegaria a 3.000%, sendo este ano marcado por greves e por atentados do Sendero Luminoso. Em 1990, Alberto Fujimori, do movimento independente Câmbio 90, venceu as eleições e anunciou um receituário modernizante neoliberal como forma de vencer a crise do país, rompendo com décadas de conquistas políticas do aprismo.

Referências

BERARDO, João Batista. Guerrilhas e guerrilheiros no drama da América Latina. São Paulo: Edições Populares, 1981.

HYAMS, Edward. Dicionário das revoluções modernas. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1973.

RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO

ARDITI BATALHÕES DO EXÉRCITO ITALIANO que desempenharam funções especiais na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Vestindo camisas pretas, aspecto que lhes dava uma posição elitista em meio às tropas, tinham como lema a divisa “me ne frego” (“não me importo”), tomada como marca de coragem diante das perigosas missões a que eram destinados. Com a desmobilização, foi formada a Associação Nacional dos Arditi de Itália, uma das muitas agremiações de ex-combatentes que surgiram no pós-guerra. Agrupando tendências políticas diversificadas, um setor do movimento se engajou no movimento fascista, enquanto outro integrou a organização nacionalista comandada pelo poeta-soldado Gabriele d’Annunzio, considerado um herói de guerra pelos italianos. D’Annunzio questionava abertamente as determinações do Tratado de Versalhes quanto às reivindicações territoriais italianas, tomando, em 1919, a cidade de Fiume, situada no nordeste da Ístria, habitada basicamente por italianos. O ritual organizado por d’Annunzio na cidade, em grande escala a partir da simbologia arditi (bandeiras, divisas, hinos) viria a influenciar decisivamente Mussolini na formação dos Esquadrões Fascistas.

Referências

MILZA, Pierre. Mussolini. Paris: Fayard, 1999.

POLLARD, John. The Fascist Experience in Italy. Londres e Nova York: Routlegde, 1998.

SPINOSA, Antonio. Mussolini: Il fascino di un dittatore. Milão: Mondadori, 1992.

ARISTOTELISMO ARISTÓTELES (384-322 A.C.) é, sem dúvida, um dos filósofos mais presentes no século XX, seja pelas profundas transformações ocorridas nos estudos de suas obras e na interpretação de seu pensamento, seja pela influência direta na formação e discussão das principais correntes de filosofia contemporâneas, entre as quais a fenomenologia, a filosofia analítica, o pragmatismo, o neotomismo e a nova retórica, para citar apenas algumas das correntes em que as fontes aristotélicas das questões e dos métodos são evidentes. Do século XVII ao XVIII, o pensamento de Aristóteles havia sido interpretado pela Segunda Escolástica Tomista – a base filosófica da Contrarreforma – dentro de um sistema de questões e respostas em que o filósofo tornara-se um dos pilares da filosofia cristã e do ensino universitário europeu, mas também o alvo predileto da filosofia moderna que se pretendia não dogmática. O Iluminismo, a Nova Ciência, a Filosofia Crítica só salvavam em Aristóteles a sua lógica. No Brasil, esta influência exerceu-se por vias jesuíticas sobre a formação da maioria dos cursos de filosofia (segundo um programa denominado Ratio Studiorum) até o século XX, inclusive na fundação da Universidade do Brasil. Tratava-se de um Aristóteles latinizado, cujas expressões traduzidas em conceitos-chave marcaram os principais problemas da metafísica: as quatro causas, a substância, a equivocidade e analogia do ser, a filosofia primeira entendida como teologia *etc.* A partir do final do século XIX, na Alemanha, Aristóteles começa a ser estudado fora do contexto católico-tomista, e menos intermediado pelo latim. Para isso, contribuíram a edição de suas obras completas por I. Bekker e todo o empenho da ciência filológica e do espírito helenizante do Idealismo Alemão. Já G.W.F. Hegel (1770-1831) observava um caráter mais especulativo e menos dogmático nos textos do filósofo, nas suas “Preleções sobre a história da Filosofia (1805-1830)”. Uma polêmica entre o filósofo de inspiração escolástica Franz Brentano (1838-1917) e o filólogo e historiador da filosofia Eduard Zeller (1814-1908), que contestava a atribuição a Aristóteles das teses da criação e imortalidade pessoal da alma, é um dos exemplos que marcarão o despertar das discussões interpretativas do aristotelismo no século XX.

Revirando as bases da interpretação escolar, a obra de Werner Jaeger (1888-1961) de 1923, Aristóteles: bases para a história do seu desenvolvimento intelectual, minará a ideia mesma de um sistema dogmático fechado, abrindo as vias para o redimensionamento de todas as principais questões do filósofo, posto que se provava uma transformação das suas concepções ao longo de diversos momentos de investigação, interpretados segundo uma proximidade maior ou menor da teoria platônica das ideias. Destaca-se nesta via o trabalho de P. Aubenque, O problema do ser em Aristóteles (1962), que levanta a tese de as

investigações ontológicas dos livros da Metafísica serem essencialmente aporemáticas, desenvolvendo e aprofundando as questões fundamentais da plurivocidade do ser e da determinação de um primado do ente como ente, sem alcançar respostas conclusivas, ficando muito longe de uma doutrina completa e de um sistema integrador de todos os campos de investigação do real.

Outra referência nas transformações dos estudos aristotélicos passa a ser o problema da determinação de uma metodologia aristotélica, a partir da obra de Jean-Marie Le Blond, Lógica e método em Aristóteles, de 1939. A obra acendeu nova polêmica com a perspectiva tradicional, representada por A. Mansion, de Louvain, por separar os diversos métodos de investigação nos diferentes domínios dos escritos do filósofo (éticos, físicos, biológicos etc.) problematizando a perspectiva que se tinha até então de uma exclusividade dos métodos científicos indutivo e dedutivo, tais como foram expostos nas obras: Primeiros Analíticos e Segundos Analíticos, do Organon. De grande importância para estes estudos foram os Simpósios Aristotélicos, iniciados em Oxford por I. Düring em 1957, principalmente a partir do segundo em 1960, com o tema "Aristóteles e os Problemas de Método", ocorrido em Louvain (tradicional centro de estudos neotomistas), onde foram apresentadas duas célebres conferências: "Sobre a noção aristotélica de aporia", de P. Aubenque, e "Tithenai ta phainomena" (Estabelecer o que se mostra), de G.E.L. Owen, estudiosos oriundos de duas das grandes correntes de filosofia no século XX, a fenomenologia e a filosofia analítica da linguagem. Vale lembrar que os estudos sobre a Metafísica, principalmente a partir da obra de F. Brentano – Das diversas determinações do ente em Aristóteles (1862) –, estão na origem da Fenomenologia de Edmund Husserl (1859-1938) e no projeto de Martin Heidegger (1889-1976) para uma ontologia como desconstrução da metafísica, na qual é decisiva sua interpretação da teoria aristotélica da verdade em Ser e tempo (1927), §44, e em Da essência da Verdade (1943), buscando o fundamento da noção tradicional de adequação na livre manifestação prévia da coisa mesma, em seu aparecer como fenômeno.

Por outro lado, os estudos sobre racionalidade e linguagem do Estagirita influenciaram decisivamente o desenvolvimento das pesquisas acerca da linguagem ordinária realizadas pelos alunos oxonianos de Ludwig Wittgenstein (1889-1951), sobretudo no campo da semântica e da pragmática: principalmente Austin, com sua teoria dos atos de fala, inspirada na Retórica de Aristóteles, cujos discípulos mantêm a tradição anglo-saxônica de estudos peripatéticos: G.E.L. Owen, J. Ackrill, J. Barnes; também é um oxoniano aristotélico Gilbert Ryle (1900-1976), o impulsionador das investigações filosóficas da mente (cf. O conceito de mente, 1949), entre outros: Strawson, Kripke *etc.* Igualmente

importante no campo da lógica simbólica é a reinterpretação da teoria dos silogismos feita por Stanislaw Lukasiewicz (1886-1939) em A silogística de Aristóteles do ponto de vista da moderna lógica formal (1951) e toda a problematização da lógica modal, do silogismo prático e da intencionalidade retomada por E. Anscombe, em Intenção (1957).

Também inspirada pelas obras de Aristóteles foi toda a retomada das investigações éticas e da filosofia prática nas décadas de 1960 e 1970, sobretudo nas discussões suscitadas pelo neopragmatismo norte-americano, sob influência das teorias críticas da sociedade formuladas na Escola de Frankfurt. Fazem parte desta tendência, na Alemanha, filósofos como K. O. Apel (Transformação da Filosofia, 1973) e J. Habermas (Teoria do agir comunicativo, 1981), e também filósofos de linhagem hermenêutico-fenomenológica como H. Gadamer (Verdade e Método, 1960) e H. Arendt (A condição humana, 1958), que trabalharam especialmente a ética do discurso. Do lado anglo-americano temos: A. McIntyre (Depois da Virtude, 1981) contrapondo-se à teoria política de Rawls, o economista A. Sen (Igualdade de quê?, 1982) e H. Jonas, que trata dos recentes problemas com o meio ambiente, entre os pragmatistas que defendem posições da ética aristotélica. Mais preocupados com o funcionamento da efetividade mesma do discurso do que com seus efeitos ético-políticos, também temos a nova abordagem da Retórica e dos Tópicos de Aristóteles pela Nova Retórica de C. Perelman (Tratado da Argumentação, 1958) e, entre os alunos de Aubenque, as análises das estratégias argumentativas de fundação da verdade na linguagem, do ponto de vista de uma disputa sofística pela consolidação da palavra como sentido, por M. Narcy e B. Cassin (A decisão do sentido, O livro Gamma da metafísica de Aristóteles, 1989).

Por último, é preciso lembrar que a hegemonia da interpretação neotomista foi abalada, mas os centros de filosofia de Louvain e das universidades italianas continuam produzindo poderosos filósofos e historiadores da filosofia sempre afiados no conhecimento e na reflexão dos pensamentos aristotélicos e de suas interpretações contemporâneas. Entre eles, L. Couloubaritsis, que trouxe de volta à cena filosófica a Física de Aristóteles; G. Reale, um dos maiores pensadores contemporâneos da história da filosofia antiga e o também historiador da filosofia E. Berti (As razões de Aristóteles, 1989).

Referências

AUBENQUE, Pierre; BRUNSCHWIG, Jacques. Études aristoteliciennes. Paris: Vrin, 1985.

BERTI, Enrico. Aristóteles no século XX. São Paulo: Loyola, 1997.

REALE, Giovanni. Introduzione a Aristotele. Roma: Laterza, 1974.

ATLETISMO Hoje identificado como um dos esportes mais “nobres” e mais acompanhados pelo público por ocasião da realização dos Jogos Olímpicos, o termo “atletismo” não designava um esporte específico em sua origem inglesa. Na verdade, representava, nos primórdios da organização do campo esportivo, uma filosofia de vida que compreendia a prática de atividades físicas como fundamental para a “saúde” física e mental.

Vale destacar que, no Brasil, no século XIX, o próprio conceito de “atleta” tinha um sentido bastante diferenciado. Hoje, ao pronunciar a palavra “atleta”, algumas imagens nos vêm à cabeça. Talvez um competidor em modalidades esportivas, possivelmente forte, dotado de grande musculatura. Ou pessoas que têm uma prática esportiva regular e gozam de “boa saúde”. Pois no século passado, “athleta” estava ligado ao sentido de lutador e guerreiro, sendo comum utilizar o termo para designar o indivíduo que fosse um questionador implacável. Curioso identificar que existiam alguns jornais denominados “O Athleta”, alguns dos quais dedicados a criticar a monarquia, tendo um denotado caráter de denúncia.

O termo “atleta” somente passa a designar os envolvidos com as modalidades esportivas nos primeiros anos do século XX, quando houve uma mudança de sentidos que estabelece uma ligação direta entre esporte e atividade física. Até então, os envolvidos nos mais diferentes âmbitos com as práticas esportivas (seja como dirigentes de clubes, público assíduo ou praticante) eram chamados de sportsman.

Vale observar que durante muito tempo não era utilizado o termo sportswoman. Quando tal termo começou a ser utilizado, foi para designar as mulheres que marcavam presença nas arquibancadas das competições, pois a prática do esporte era compreendida como uma prática masculina, mesmo que às mulheres fosse permitido (e por elas solicitado) algumas possibilidades de participação.

No Brasil, o atletismo como esporte surgiu no quartel final do século XIX, tomando o lugar de preferência com o público de outra atividade que surgira alguns anos antes: a patinação. As competições de “corridas a pé”, primórdios do atletismo, eram sempre cercadas de grande público. O programa de competições era bastante diversificado e curioso, havendo corridas de diferentes distâncias, divididas por faixas etárias, e outras com implementos, como corridas de pernas de pau e corridas do saco.

Nos dias de hoje, mais do que um esporte organizado, chama a atenção o hábito de correr, presente em muitos países. Por trás dessa popularização, podemos situar o nome de Kenneth Cooper, norte-americano que, durante muitos anos, estudou os benefícios da corrida para a prevenção de doenças cardiovasculares.

O hábito de correr se incorporou à realidade de muitas cidades pelo mundo,

gerando uma série de reivindicações da população para a construção de espaços adequados para a prática, bem como um mercado de consumo ao seu redor, onde podem ser encontrados tênis específicos, roupas consideradas apropriadas (tanto do ponto de vista técnico, como estético) e implementos diversos (relógios com marca-passos e cronômetros próprios, frequencímetros etc.). É mais uma das marcas do estilo de vida "esportivo" bastante comum no final do século XX.

Referências

KRUGER, Arnd. "The history of middle and long distance running in the ninettenth and twentieth century". In: KRUGER, Arnd, TEJA, Arnd (eds.). La comune eredità dello sport in Europa: atti del1o Seminario Europeo di Storia dello Sport. Roma: Scuola dello Sport, 1997. p. 117-124.

MARINHO, Inezil Penna. Contribuições para a história da Educação Física no Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

MELO, Victor Andrade de. Cidade "Sportiva": o turfe e o remo no Rio de Janeiro (1849-1903). Rio de Janeiro: UGF, 1999. Tese de Doutorado em Educação Física.

SCHERMANN, Adolpho. Os desportos em todo mundo. Rio de Janeiro: AABB, 1954.

AUTOMÓVEL Os primeiros trabalhos visando criar veículos automotivos datam do século XVIII, sendo feitos simultaneamente por várias pessoas e em diversos países. No entanto, credita-se ao francês Nicolas Cugnot (1725-1804), em 1769, o primeiro veículo a andar por meio de sua própria energia: tratava-se de um trator de três rodas movido a vapor destinado a arrastar canhão. Várias experiências (com a pólvora), aperfeiçoamentos (tornos, máquinas de usinar peças móveis) e o surgimento dos novos combustíveis (líquido e gasoso), neste mesmo período, foram fundamentais para o avanço da tecnologia automobilística. Em 1860, o francês Etienne Lenois construiu o primeiro motor de combustão interna; dois anos mais tarde, outro francês, Alphone Beau de Rochas (1815-1893), publicou a análise termodinâmica do novo motor, teorizando o ciclo de quatro tempos. Entretanto, somente em 1876 os alemães Nikolaus August Otto (1832-1891) e Eugen Langen (1833-1895) aplicaram este princípio, vendendo aproximadamente 35 mil motores por todo o mundo. Em 1885, o alemão Karl Benz (1844-1929) colocou pela primeira vez na estrada um veículo equipado com motor de combustão interna. Depois deste feito, foi considerado o "Pai do Automóvel". O seu automóvel era de três rodas, o motor ficava na traseira, logo atrás do banco único, era de um cilindro a quatro tempos (250 rpm) e alcançava a velocidade de dez quilômetros por hora. Em fevereiro de 1896, foi vendido nos EUA o primeiro veículo movido a gasolina: um automóvel Duryea, que alcançaria a velocidade 32 quilômetros por hora, fabricado pelos irmãos Charles E. Duryea (1961-1938) e J. Frank Duryea (1869-

1967).
Sendo uma das maiores atividades empresariais do século XX, a indústria automobilística passou por diversas transformações na sua forma de organização da produção. O veículo, inicialmente construído em moldes artesanais, passou, a partir de 1915 – com Henry Ford (1863-1947) nos EUA – a ser produzido em massa, alterando toda a estrutura de relações entre patrão/empregado, tempo/custo e qualidade/viabilidade. Fundamentado em larga escala nas ideias de Frederick Taylor (1856-1915), a produção passou a ser simplificada ao máximo, tornando as operações únicas e repetitivas. A velocidade da linha de produção passou a ser regulada pela máquina, enquadrando completamente a ação humana no tempo mecânico. É importante lembrar que, para a viabilidade deste modelo de produção, era necessário que as empresas tivessem um grande número de funcionários permanentemente vinculados a uma linha de montagem – a famosa "esteira" de produção, imortalizada por Chaplin em Tempos Modernos (1936). Malgrado esta significativa transformação, este processo não demoraria muito a entrar em crise. Em 1950, o engenheiro Eiji Toyoda e seu gênio da produção Ohno Taiichi (1912-1990), depois de uma longa pesquisa, chegaram à conclusão de que o sistema de Henry Ford não funcionaria no Japão do chamado "Milagre", passando então a desenvolver um sistema que atendesse às suas especificidades, o Sistema de Produção Toyota (Toyotismo ou Produção Enxuta), um método que revolucionaria toda a estrutura industrial, principalmente pela sua eficácia (rapidez, menores custos, menos desperdícios). A indústria se fortaleceu com estoques menos volumosos, capazes de fácil distribuição, com grandes vantagens de estocagem e correção em falhas no processo produtivo no momento que apareciam (just-in-time) – e não ao final da cadeia produtiva. Em contrapartida aos ganhos de produtividade, as relações de trabalho passaram a ser marcadas por vínculos precários para uma grande maioria, vinculada às diretrizes gerenciais impostas por uma elite técnico-administrativa, constituída no núcleo duro da nova empresa toyotista.
Utilizado como veículo de paz ou arma de guerra, o automóvel tornou-se o senhor das distâncias; construiu e destruiu cidades, modificando toda a paisagem urbana; fez do petróleo um dos maiores negócios do século; grandes impérios e fortunas foram construídos e, de uma maneira ainda mais significativa, alterou o hábito de bilhões de pessoas, subvertendo as noções de tempo e aproximando regiões longínquas. Fundamentalmente, com enorme rapidez, a construção de estradas e rodovias veio efetivar tais mudanças, não esquecendo que simultaneamente ocorria uma transformação significativa na construção civil e doméstica: estacionamentos e garagens passaram a ser partes fundamentais nas várias modalidades de construção urbana, ao passo que as autoestradas

ganhavam expressão nos novos planos urbanísticos. No caso específico do Brasil, essa mudança se deu a partir do governo (1956-1960) de Juscelino Kubitschek (1902-1976), quando a indústria automobilística foi instalada no país. No Brasil, em 1950, desembarcaram no porto de Santos (São Paulo) os 30 primeiros modelos de um tipo de carro que se tornaria o mais popular de todos os tempos: Fusca. Apesar de inicialmente importado e muitos estranharem um carro tão pequeno e com o motor na traseira (diferentemente dos modelos Ford), o seu número de admiradores cresceu vertiginosamente, assumindo desta forma um papel fundamental na dinâmica da indústria nacional, principalmente quando, em 1957, passou a ser produzido no país, proporcionando um grande salto do setor automobilístico brasileiro. Neste mesmo ano, a sua produção inicial foi de duas mil unidades. Um número ainda tímido, porém significativo para os primeiros passos deste tipo de indústria. Diante deste quadro inicial da indústria brasileira, foi criada em 1960 a revista Quatro Rodas, servindo para consolidar o enlace entre automóvel e propaganda/publicidade, até então tênue no panorama nacional. Dirigida a um público específico (consumidores de carros), a revista procurava apresentar hábitos da vida motorizada norte-americana, tendo como exemplo os drive-ins e as férias familiares motorizadas, ajudando a consolidar a cultura do consumo do automóvel.

Ponto fundamental para dimensionar o papel do automóvel no século XX reside na análise do valor subjetivo a ele atribuído pela sociedade de consumo, que tornou o automóvel um dos principais expoentes de representação de status e poder, marcadamente cultuado em mídia, como revistas, jornais e televisão. Com a modernização, a máquina passou a ter papel central em toda a sociedade e contou de maneira decisiva com a propaganda, projetando valores voltados para a ascensão social, padrões de felicidade e beleza em um tipo de sociedade marcada pelo efêmero. Dessa forma, constituiu-se toda uma estrutura material vendida como única possibilidade de “felicidade”. Todavia, o desejo eternamente insatisfeito rumo à realização dessa “felicidade” causou um grande mal-estar naqueles que não alcançaram este estereótipo, os chamados “consumidores falhos”. Indubitavelmente, o automóvel tornar-se-ia um objeto fundamental no sistema de transporte do século XX, definindo o perfil de consumo de uma série de produtos correlatos e cunhando um vocabulário novo para várias situações cotidianas. O mundo do automóvel não seria mais aquele da locomotiva no século XIX e a sua velocidade/efemeridade como estilo não poderia deixar de ser objeto de dominação, acomodação ou críticas.

Referências

ARBEX, José; TOGNOLI, Cláudio Júlio. Mundo pós-moderno. São Paulo: Ed. Scipione, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1991.
SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Mutações do trabalho. Rio de Janeiro: Editora SENAC Nacional, 1999.
WOMACK, James P. A máquina que mudou o mundo. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 1992.

BALFOUR, DECLARAÇÃO DE Promessa feita por escrito, em 2 de novembro de 1917, por Arthur James Balfour (1848-1930), primeiro-ministro britânico, a Lord Rothschild, presidente da Federação Sionista Britânica. Firmava o compromisso de a Grã-Bretanha apoiar “o estabelecimento de um lar nacional judeu na Palestina”. Depois da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a declaração de Balfour foi confirmada pelos Aliados, o que possibilitou à Grã-Bretanha lançar as bases de seu mandato sobre a Palestina. Isso causará problemas graves nas suas relações diplomáticas com os líderes da Revolta Árabe.

Referências

COOK, Chris. Diccionario de terminos historicos. Madri: Alianza Editorial, 1959.
DROZ, Jacques. Histoire Diplomatique de 1648 a 1919. Paris: Librairie Dalloz, 1959.

Rubim Santos Leão de Aquino

BANHOS DE MAR Nada mais comum nos dias de hoje do que observar homens e mulheres desfilarem seus corpos seminus pelas praias. As cidades próximas ao litoral têm sua rotina sensivelmente modificada quando ocorre um dia ensolarado, com as praias ocupando um importante espaço social de referência e de socialização. Esse hábito tão aceito no final do século XX, contudo, deve ser compreendido no âmbito de uma série de mudanças de sentidos e significados ao redor do mar, perceptíveis desde o século XIX.

Até aquele século, a relação dos habitantes era de distância em relação ao mar. Por trás dessa separação, encontrava-se um forte discurso religioso, que induzia a uma repulsa e medo, cuja preocupação central era mesmo o pudor e o erotismo. Todavia, as preocupações com o saneamento das cidades e com a saúde da população, em função do rápido processo de urbanização e industrialização, acabaram rompendo tal influência e indicaram o mar como uma alternativa terapêutica, um remédio que deveria ser tomado seguindo um rígido receituário.

No Brasil, em consonância com o mundo europeu, o hábito do uso do mar como preocupação com a saúde surge em meados do século XIX, no mesmo contexto de preocupações com o saneamento. Já em 1850, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro o indicava como estratégia para evitar as constantes epidemias.

Mesmo com tal indicação, as preocupações com o pudor, tanto no Brasil quanto

na Europa, foram sempre constantes. Por exemplo, as preocupações com o vestuário adequado, principalmente com o feminino. As mulheres utilizavam uma vestimenta bastante pesada, que lhes cobria integralmente o corpo, inclusive com chapéus e sapatos, não permitindo perceber nenhum detalhe das suas curvas. Ainda assim não deveriam vir de suas residências com esse traje "ousado", mas, sim, trocá-los nas casas de banhos que se organizaram na margem das praias. Além disso, não deveriam tomar banhos de mar junto com os homens. Havia inicialmente horários específicos para homens e para mulheres. E qualquer "inovação mais ousada", mesmo que lograsse alguma aceitação popular, recebia logo restrições dos responsáveis pelos "bons costumes".

Mesmo com tantas roupas, se comparadas aos trajes que hoje são vistos na praia, os banhos de mar significaram uma grande distensão nos costumes das cidades, despertando a sensualidade e o erotismo. Por isso, a ação de controle dos banhos foi muito intensa e rigorosa. O aspecto médico e o jurídico se articulavam para estabelecer o controle moral necessário.

Paulatinamente, essa prática foi se tornando popular, gerando inclusive um mercado ao seu redor: os aluguéis de casas próximas do mar tornaram-se mais caros; empresas de transporte urbano promoviam excursões para praias mais distantes; hotéis utilizavam o mar como estratégia de promoção; muitos produtos ligados aos banhos passaram a ser vendidos.

Conforme os costumes das cidades foram se flexibilizando, os banhos de mar tornaram-se cada vez mais difundidos e geraram novas formas de sociabilidade. Aos poucos já não se ia à praia somente por preocupações médicas, mas como forma de lazer em si, como local de encontros e/ou prática de atividades físicas, cada vez também mais populares. Com isso, torna-se mais aceito um novo padrão estético corpóreo e os homens já se apresentam em roupas menores, expondo seus músculos.

No Rio de Janeiro, tal difusão pronunciada se dá já no final do século XIX, estando articulada com o desenvolvimento de um novo estilo de vida para a cidade, de caráter urbano, onde se destacam as preocupações com a modernização e o progresso. Nesse momento, pode-se observar uma permissividade e um estímulo maior ao convívio social.

Os banhos de mar passam a ser temas de crônicas de Machado de Assis, Artur Azevedo, Raul Pompeia, entre outros importantes literatos da cidade, alguns defendendo, outros criticando, muitos ironizando. No teatro, Moreira Sampaio incorpora na peça O Rio Nu esses avanços nos costumes. Nos jornais, eram frequentes os debates sobre a juventude que ocupava as praias.

Com isso, estabelece-se na cidade até mesmo um critério de pudor, por localização geográfica. As famílias mais respeitosas buscavam as praias mais

afastadas, como Copacabana e Leme, enquanto nas praias do centro (do Russell e de Santa Luzia/Boqueirão), frequentavam os mais avançados e mais chiques. Nessas praias, a exposição corporal era maior e as modas eram lançadas, como vestuários mais justos ou de menor tamanho.

Tais mudanças, em certo sentido lentas no século XIX, vão se desenvolver com mais força somente no século XX. Cada vez mais as praias deixam de ser reconhecidas por seu caráter terapêutico e passam a ser encaradas como uma forma de lazer e encontro. Com os costumes cada vez mais distendidos, a vestimenta decresce e surgem o maiô, o maiô de duas peças e finalmente o "escandaloso" biquíni, com versões diferentes e muitas vezes menores a cada temporada.

A praia passa a ser um local para lançar modas e ponto de referência da juventude e da população como um todo. As modas não se restringem somente ao vestuário, mas também à estética corporal, à alimentação e à linguagem. Muitas cidades, como o Rio de Janeiro, passam a ter as praias como referência não só nacional, mas também para o âmbito internacional. Ir à praia torna-se uma das principais diversões e movimenta pessoas de todos os lados das cidades, de várias faixas etárias, de diferentes sexos e escolhas sexuais, de diversas classes sociais: enfim, uma das práticas de lazer mais democráticas (a despeito de existirem iniciativas e tentativas de controle, como aumentar a dificuldade de transporte).

No final do século XX, com o crescimento das cidades, as praias passaram a ser também um grande problema. No Rio de Janeiro, por exemplo, o litoral tem sido alterado desde o início do século, em função da necessidade de expansão e urbanização da cidade. Uma grande extensão do litoral foi aterrada, dando lugar ao porto e às avenidas. As praias da Baía de Guanabara paulatinamente tornaram-se poluídas e impróprias para o uso. Houve um deslocamento da ocupação para praias antes bem pouco conhecidas, como Copacabana e Barra da Tijuca. Com o deslocar da ocupação para esses espaços, mesmo essas praias encontram-se poluídas e a população acaba perdendo um dos seus principais espaços de lazer.

Referências

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. A vocação do prazer – a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

CORBIN, Alain. O território do vazio. A praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MELO, Victor Andrade de. Cidade "Sportiva": o turfe e o remo no Rio de Janeiro (1849-1903). Rio de Janeiro: UGF, 1999. Tese de Doutorado em Educação Física.

VIGARELLO, Georges. O limpo e o sujo. A higiene do corpo desde a idade média. Lisboa: Fragmentos, 1988.

BIG STICK Denominação aplicada à política externa anunciada pelo presidente norte-americano Theodore Roosevelt (1858-1919) em dezembro de 1904, afirmando o papel dos EUA em intervir na política interna de qualquer nação do hemisfério ocidental, demarcando suas áreas de influência em contraposição à influência europeia – particularmente britânica – no Novo Mundo. Tal política representava uma ampliação territorial da aplicação da Doutrina Monroe de começos do século XIX e a contenção da interferência de potências europeias em assuntos dos países americanos.

A política do big stick baseou-se em intervenções armadas em países do Caribe e da América Central, visando assegurar vantagens, sobretudo econômicas, ao capital norte-americano, o que na prática tornou muitos países da região simples colônias informais dos EUA. Essas diretrizes vigoraram até 1933, quando se inaugurou a Política da Boa Vizinhança. Até então, já haviam ocorrido cerca de 50 intervenções militares norte-americanas na Colômbia, em Cuba, na Nicarágua, no México, no Haiti, em São Domingos. Paradoxalmente, os governos norte-americanos sustentaram uma política interna em torno do mito da democracia americana, mas à custa de ações armadas externas, que ajudaram a consolidar as ditaduras mais sangrentas da América Latina.

Em Português, o termo big stick pode ser traduzido como “grande vara”, “grande porrete”, “grande bastão”. A denominação está ligada ao discurso de Theodore Roosevelt anunciado ao Congresso norte-americano em dezembro de 1904, em que citaria um adágio: “Fale de forma mansa, mas carregue sempre um porrete que você irá longe.”

Referências

AQUINO, Rubim Santos Leão de *et al.* História das sociedades americanas. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

POTEMKIN, V.P. Historia de la diplomacia, t. II. México: Editorial Grijalbo, 1967.

SCHOULTZ, Lars. Estados Unidos: poder e submissão, uma história da política norte-americana em relação à América Latina. São Paulo: EDUSC, 1999.

RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO

BIOGEOGRAFIA A distribuição dos seres sobre a face da terra sempre intrigou os estudiosos das Ciências Biológicas, que buscaram explicação sobre que organismo vive, onde e por quê. A resposta para essa pergunta não é tão simples quanto a mera constatação de que organismos vivem em regiões diferentes. A diversidade biológica dos seres – além de possuir uma aparente

estrutura hierárquica em seu desenvolvimento no tempo e na forma – apresenta também uma estrutura de distribuição no espaço. O estudo da distribuição dos organismos no espaço é a parte da Biologia relacionada com a Biogeografia (grego bios = vida, geo = terra, graphia = descrição). No entanto, mais de uma maneira de se entender a biogeografia já foi proposta e, de fato, o assunto é amplo, estendendo-se em áreas tão diversas como Ecologia, Geologia, Geografia, Filogenia *etc.* Seria ingênuo atrelar a distribuição dos seres somente a um desses parâmetros, ignorando-se os demais. A compreensão sobre a distribuição dos organismos foi enfocada em duas frentes.

A Biogeografia Ecológica considera a distribuição de determinados organismos como uma relação de causa/consequência com parâmetros físicos atuais, basicamente concentrando-se na faixa mais recente de tempo. Esse tipo de enfoque trata a Biogeografia quase como uma ciência subsidiária da própria Ecologia. No entanto, suas explicações são incompletas por ignorar fatores históricos envolvidos nas distribuições. Por exemplo, nas florestas tropicais sul-americanas e do Sudeste Asiático, cujas características físicas são semelhantes, a constituição dos organismos pode ser bastante diferente devido aos fatores históricos, i.e., os grupos ancestrais que ocupavam aquelas áreas tiveram histórias evolutivas diferentes e, portanto, deixaram linhagens descendentes obrigatoriamente diferentes. A outra abordagem é a Biogeografia Histórica, que enfoca justamente as razões do tempo passado para a existência de um organismo em determinada região, levando-se em conta fatores como a história geológica e a filogenia do grupo maior a que pertence esse organismo. Fatores físicos podem atuar diretamente em eventos de extinção e, nesses casos, recursos metodológicos foram criados para se considerar também esses processos. No entanto, interações entre organismos são negligenciadas, muito embora possam ter sua importância causal em um processo histórico de distribuição.

A Biogeografia Histórica passou por duas fases de desenvolvimento: a narrativa e a analítica. Para a fase narrativa, que pode ser sintetizada majoritariamente dentro de uma escola biogeográfica chamada “dispersionista”, há nomes famosos, tais como: Carollus Linnaeus (1707-1778), Charles Robert Darwin (1809-1882) e Alfred Russel Wallace (1823-1913), entre outros. Foram utilizadas várias pressuposições para a elaboração das explicações sobre as distribuições dos seres. Entre essas pressuposições, que agiram como fatores limitadores do desenvolvimento da Biogeografia, havia o conceito da existência de um centro de origem do qual um grupo emergiria e, a partir daí, dispersar-se-ia para todas as regiões na qual fosse hoje encontrado. É desnecessário dizer a forte influência religiosa nesse tipo de interpretação, ainda que inconsciente na compreensão de alguns autores, em que o conceito de centro de origem pode ser

facilmente associado ao Jardim do Éden. Embora o Dispersionismo explique qualquer distribuição dos seres que possa ser averiguada atualmente, o seu modelo é considerado anticientífico do ponto de vista popperiano porque produz uma hipótese que nunca poderá ser falseada.

Durante o século XX, houve uma proliferação de escolas de Biogeografia com o enfoque analítico, em uma adição de conhecimentos até aos métodos atualmente utilizados. A Biogeografia Filogenética, criada por Willi Hennig (1913-1976) em 1950, tinha sua filosofia baseada no Dispersionismo, porém, introduzia o uso de hipóteses filogenéticas para reconhecimento do centro de origem que, no caso, seria a área ocupada pelo grupo que representasse o ramo mais basal da filogenia. Os ramos apicais subsequentes da hipótese filogenética forneceriam as evidências da dispersão pelas áreas que seus táxons ocupassem. Embora pouco inovadora do ponto de vista filosófico, a escola foi importante por associar o uso de hipóteses filogenéticas em análises biogeográficas.

Uma contribuição fundamental para a compreensão da Biogeografia apareceu na década de 1950, dada pelo botânico italiano radicado na Venezuela, Leon Croizat (1894-1982). Iniciando com estudos da distribuição das plantas, Croizat notou que alguns padrões de distribuições, denominadas por ele “traçados”, eram recorrentes para vários grupos entre determinadas regiões, como, por exemplo, grupos diferentes de plantas da África que tinham aparentados na América do Sul. A possibilidade de a dispersão ocorrer recorrentemente entre duas regiões pareceu improvável ao autor, que preferiu explicar a distribuição como resultado da evolução da Terra e sua biota ocorrendo juntas, i.e., fatores geológicos determinariam a presença de diferentes grupos de organismos. A teoria criada por Croizat levou o nome de Panbiogeografia e foi robustecida com propostas sobre a mobilidade dos continentes, iniciada por Alfred Lothar Wegener (1880-1930) em 1915, culminando com a aceitação gradual da Teoria da Tectônica de Placas durante todo o restante do século XX.

A ligação definitiva da evolução da vida com a da Terra não passava da busca de traços recorrentes, ignorando-se a informação biológica histórica que era encontrada em hipóteses filogenéticas. A informação taxonômica utilizada por Croizat era anacrônica em relação ao requinte de informação que se conseguiria em análises que lhe eram contemporâneas, como as análises da Sistemática Filogenética. E foi justamente graças à junção das teorias da Sistemática Filogenética (ou Cladística) e da Panbiogeografia que foi criada, entre meados da década de 1970 e começo da década de 1980, a Biogeografia de Vicariância (ou ainda conhecida como Biogeografia Cladística), produto do trabalho de três zoólogos norte-americanos: Donn E. Rosen (1929-1986), Gareth J. Nelson (*1937) e Norman I. Platnick (*1951). A base da Biogeografia Cladística está no

estudo das relações entre as áreas de endemismo (= áreas de distribuição ocupadas por determinado táxon) quando as mesmas são sobrepostas em hipóteses filogenéticas, i.e., os grupos da hipótese filogenética são substituídos pelas áreas que eles ocupam. A análise se dá basicamente na busca de padrões recorrentes destas relações quando sobrepostas em filogenias de grupos diferentes e, por fim, correlaciona-se estes padrões com a própria história da Terra em busca de evidências geológicas que corroborem o resultado da análise. Em síntese, os padrões recorrentes de distribuição em táxons diferentes seriam um indicativo de uma história biogeográfica comum.

Assim, diferentemente da ideia dispersionista, as relações de distribuição recorrentes indicariam separações de linhagens no espaço e no tempo (= vicariância). Por exemplo, o fato de haver um grupo de peixes pulmonados na América do Sul, cujo grupo-irmão está na África, e esse padrão ser também encontrado em outros grupos para os quais se sabe a filogenia (como, por exemplo, determinados grupos de besouros aquáticos e hidras de rios), significa que os ancestrais de todos esses grupos ocupavam a porção de Gondwana, que era então constituída pelos Continentes Africano e Sul-americano e que todos sofreram vicariância na separação dos continentes, produzindo as linhagens irmãs atuais. No entanto, as análises mostram que nem todos os padrões podem ser explicados exclusivamente por questões históricas de vicariância. Nesses casos, ocorre também abordar a questão com pressuposições ad hoc de eventos de extinção de linhagens em determinadas regiões, ou pela dispersão de linhagens de uma região para outra.

Atualmente, observa-se uma proliferação de metodologias de Biogeografia Cladística, teoricamente buscando a conjunção dos princípios filogenéticos e geológicos. Entre esses diferentes tipos de análises, há a Análise de Componentes, a Análise de Parcimônia de Brooks, a Análise de Enunciados de Três Áreas, a Análise de Subárvores sem Paralogia e finalmente o Método Integrado. A escolha de qualquer um dos métodos implica a restrição das possibilidades de resultados, posto que todos têm algoritmos de resolução bastante diferente, ainda que respeitando a teoria vicariante. Em geral, há vantagens e desvantagens para cada um destes métodos. Como no caso do campo das Inferências Filogenéticas, os métodos em Biogeografia constituem ainda uma questão bastante aberta e efervescente dentro da Biologia Comparada atual.

Referências

CROIZAT, Leon. Space, Time, Form: the Biological Synthesis. Caracas: Publicado pelo autor, 1964.

HENNIG, Willi. Grundzüge einer Theorie der phylogenetischen Systematik. Berlim: Deutscher Zentralverlag, 1950.

HULL, David L. Science as process. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

NELSON, Gareth J.; PLATNICK, Norman I. Systematics and Biogeography: Cladistics and Vicariance. Nova York: Columbia University Press, 1981.

BOLCHEVIQUES O Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) – do qual bolcheviques e mencheviques constituíram as duas principais correntes até configurarem duas organizações partidárias distintas – foi fundado numa pequena reunião clandestina realizada em Minsk, em 1898. Estavam presentes apenas oito pessoas, o que não impediu que o evento passasse à História como o primeiro congresso do partido. Pouco depois, todos os participantes estavam presos. A formação do POSDR representava uma tentativa de conferir unidade nacional a um amplo leque de organizações de esquerda (predominantemente clandestinas) que estavam envolvidas na luta pela derrubada do czarismo. Estes grupos possuíam formatos organizativos e programas políticos diversos, mas predominava entre eles o objetivo de, após uma longa transição, atingir o socialismo. Muitos eram remanescentes de uma geração anterior de militantes, pertencentes ao movimento narodnik (populista), constituído basicamente de intelectuais. Uma grande parcela dos narodniks pregava a derrubada do czar com o uso da violência, principalmente por meio de ataques terroristas desfechados contra figuras destacadas do regime autocrático czarista. Foram derrotados e dispersados pelos órgãos repressivos do Estado. Muitos foram executados, dentre eles Alexander Ulianov, irmão mais velho de Lenin. Após a derrota dos narodniks, o marxismo ganhou grande impulso entre os oposicionistas russos e foi com base em proposições marxistas que se constituiu o núcleo que buscaria unificar e dirigir o conjunto dos grupos. Este núcleo, no início do século XX, estava reunido em torno de um jornal clandestino, preparado no exílio, em Londres: o Iskra (centelha). A redação do Iskra era composta por seis militantes marxistas russos de diferentes gerações: G. Plekhanov, Vera Zassulitch, I. Martov, P. Axelrod, Potresov e V. I. Lenin. No período que antecede imediatamente à realização do segundo congresso do POSDR, Leon Trotsky se somaria a estes, sem desfrutar, contudo, do status de membro oficial da redação com direito a voto. Este grupo viria a protagonizar as divisões internas que dariam origem aos agrupamentos bolchevique e menchevique.

O primeiro congresso do POSDR nada produzira de concreto no que diz respeito à almejada unificação dos grupos revolucionários. O segundo congresso seria, portanto, o marco inicial na organização do partido. O encontro realizou-se em julho de 1903, em Bruxelas, sob a expectativa de que a redação do Iskra continuaria a dirigir o movimento a partir do exílio. Ao final do congresso,

contudo, o POSDR estava dividido em duas grandes alas que viriam a se tornar dois partidos. O eixo principal da divisão não se deu em torno de aspectos programáticos. À parte questões menores referentes à nova composição da redação do Iskra, a divisão se deu efetivamente em torno da concepção da organização partidária proposta por Lenin ao congresso. A proposição estabelecia como critério para aceitação de um membro no partido sua participação em alguma das instâncias da vida orgânica partidária, e não apenas a simples aceitação do programa do POSDR. Tal concepção foi atacada por Martov e Axelrod (Plekhanov, naquele momento, apoiou Lenin), como excludente e autoritária, conferindo demasiado poder às estruturas de direção. Trotsky seguiu no congresso a mesma posição dos mencheviques. Por motivos de outra natureza, a oposição à proposição de Lenin foi também adotada pelo Bund, a liga socialista judaica. Esta organização pretendia para si mesma um status de autonomia no interior do partido incompatível com a proposta de Lenin. A posição do Bund foi decisiva para a derrota da cláusula restritiva defendida por Lenin. O Bund, contudo, não possuía qualquer disposição de basear sua atuação nas diretrizes do partido e terminou por se retirar do Congresso. Desta forma, a maioria passou a caber ao grupo de Lenin, que obteve maioria na eleição da direção partidária. Surgiam aí as designações bolchevique (partidário da maioria) e menchevique (partidário da minoria).

O período seguinte foi marcado por uma efetiva divisão em termos de funcionamento, acompanhada de um crescente sectarismo, mas também pela ausência de uma demarcação clara dos contornos programáticos que caracterizavam cada facção. Após o congresso, Plekhanov, que era o editor do Iskra, se distanciou de Lenin e empreendeu uma reaproximação com os mencheviques, o que lhes possibilitou assumir o controle da mais importante publicação do partido. Neste mesmo período, Lenin consolidou, por intermédio da organização da facção bolchevique, suas inovadoras concepções sobre o partido, que apontavam para a constituição de uma “elite” política, uma vanguarda capaz de impor a dinâmica revolucionária ao conjunto do proletariado. Em grande medida, a teoria de Lenin significava uma ruptura com o esquematismo fatalista que caracterizava a II Internacional, na medida em que enfatizava, para além de supostos determinantes das “necessidades históricas”, a importância da intervenção consciente dos sujeitos históricos na construção do futuro. Tais concepções, como se verá mais adiante, estarão indissoluvelmente ligadas à estratégia de transição ao socialismo proposta pelos bolcheviques.

A Revolução de 1905 e, especialmente, o período que lhe segue concentraram os elementos necessários para que se explicitassem duas concepções radicalmente distintas do processo de transição preconizadas pelas duas facções. A revolução

compreendeu, na verdade, um vasto leque de movimentos contra a autocracia e em defesa de reformas democráticas que se estendeu até o início de 1906. Algumas tímidas reformas em direção a uma monarquia constitucional foram obtidas. Mesmo estas seriam solapadas nos anos seguintes, após o declínio dos movimentos sociais. Durante a Revolução de 1905, surgiram espontaneamente organismos políticos autônomos que marcariam definitivamente a forma de organização dos trabalhadores russos: os sovietes (conselhos) de representantes dos operários, soldados e camponeses. Os mencheviques de imediato apoiaram o novo instrumento, enquanto os bolcheviques, receosos de que estes pudessem substituir o papel do partido, somente neles ingressarão com muita relutância. Criou-se, naquele período, o cenário das principais divergências.

Que tipo de revolução se pretendia para a Rússia? Os bolcheviques, sob a direção de Lenin, contrapunham à lógica "ortodoxa" dos mencheviques, para quem a revolução proletária-socialista deveria ser precedida de uma revolução democrática sob a direção da burguesia, uma concepção bastante inovadora: efetivamente, as tarefas da revolução na Rússia seriam de caráter democrático e limitadas aos marcos do horizonte político da burguesia. Esta, contudo, devido ao crônico atraso do capitalismo russo, bem como aos antagonismos que já se verificavam entre seus interesses e os do proletariado industrial, seria incapaz de dirigir sua própria revolução. Caberia, portanto, ao proletariado, em especial ao seu "destacamento avançado", que era o próprio Partido Bolchevique, dirigir a revolução burguesa e implementar seu programa. Desta lógica derivava a defesa de uma aliança prioritária com o campesinato empobrecido, interessado em sepultar o quase milenar poder da aristocracia rural russa. Do mesmo modo, recusava-se qualquer aliança mais significativa com os segmentos burgueses liberais, reunidos em torno do partido Cadete (Constitucionalista Democrático). Os mencheviques propunham uma política de alianças quase que simetricamente oposta à dos bolcheviques: prioridade aos liberais e pouca atenção ao campesinato. O papel específico do partido (enfatizado pelos bolcheviques) e o do conjunto da classe operária (à qual os mencheviques tendiam a conferir maior prioridade) eram um foco de tensão talvez ainda mais candente que a política de alianças. Na realidade, no esquema teórico de Lenin, o partido de vanguarda cumpria um papel absolutamente decisivo. Ele deveria tomar para si a tarefa de implementar um programa que, segundo os preceitos clássicos do marxismo, cumpriria a toda uma classe social, a burguesia, e posteriormente levar a revolução a um desdobramento socialista.

Começavam também a se estabelecerem as divergências teóricas sobre os limites da utilização, após a tomada do poder, dos mecanismos do terror de Estado. Lenin e os bolcheviques defendiam que a "ditadura do povo", que se seguiria à

revolução, corresponderia a um oposto simétrico da ditadura contra o povo exercida pelo regime czarista. No IV Congresso, Lenin, condenando a violência da repressão czarista, afirmou que esta mesma violência, se empregada pelos trabalhadores contra seus opressores, é perfeitamente legítima. Os mencheviques adotaram uma posição mais matizada sobre a questão (o que não impediu, contudo, que, após a revolução de fevereiro de 1917, amplos setores mencheviques apoiassem a adoção de duras medidas repressivas contra os bolcheviques). Teoricamente, as duas correntes pertenciam ainda a um mesmo partido. Na prática, porém, já se comportavam como duas organizações distintas. Durante a tentativa de reunificação que tem lugar no IV e no V Congressos do POSDR (realizados, respectivamente, em 1906 e 1907), tais diferenças se explicitam e consolida-se o caminho da separação. Nenhuma das teses, bolchevique e menchevique, lograra obter sucesso na Revolução de 1905 e o período que se segue é de profundo descenso do movimento operário. As condições para um novo ímpeto revolucionário foram propiciadas pela Primeira Guerra Mundial, em função, principalmente, da grave crise econômica decorrente do esforço de guerra e das perdas humanas verificadas pelo exército russo. A adesão dos partidos operários ocidentais à política de guerra de seus respectivos governos, rompendo o elo internacionalista que havia sido a pedra de toque do movimento socialista até então, foi repudiada tanto por bolcheviques como pelos segmentos majoritários dos Mencheviques.

Em fevereiro de 1917, a primeira Revolução Russa, realizada com base na força do proletariado organizado dos grandes centros urbanos, mas dirigida pelos partidos liberais burgueses, pareceu seguir o roteiro preconizado pelos mencheviques, com a substituição da velha autocracia por um governo burguês, de matiz liberal. As convulsões, contudo, não cessaram, o Governo Provisório recusou-se a retirar a Rússia da guerra, em função dos acordos assumidos com seus aliados na luta contra a Alemanha e os trabalhadores seguiam organizados no interior dos sovietes, então recriados. Em abril, Lenin apresentou ao comitê central bolchevique uma proposta de ação que promovia uma importante mudança no antigo programa do partido: não se tratava mais de lutar pelo poder para levar a cabo o programa democrático da burguesia: a situação propiciava um avanço no sentido da construção do socialismo. Consciente ou inconscientemente, Lenin retomava uma proposição estratégica concebida por Trotsky e pelo militante russo-germânico Parvus, logo após a Revolução de 1905, e por eles batizada de “revolução permanente”. De acordo com essa leitura, o atraso relativo da Rússia em comparação com os países capitalistas da Europa Ocidental não apenas impunha que o proletariado assumisse a vanguarda da luta anticzarista como, ao fazê-lo, tornava inevitável que o processo

revolucionário transcendesse os limites programáticos da burguesia e avançasse rumo ao socialismo. Não por acaso, ao propor que os bolcheviques trabalhassem para que a revolução caminhasse neste sentido, Lenin foi acusado por seus companheiros de aderir às proposições trotskystas.

Em meados de 1917, Trotsky ingressou nas fileiras bolcheviques. Ele criticara duramente a concepção de partido elaborada por Lenin, chegando mesmo a formular, em 1904, uma análise profética, segundo a qual o partido de tipo leninista tendia a substituir a classe que pretendia representar e a ser, ele mesmo, substituído pela figura de um dirigente onipotente. Naquele momento, contudo, as antigas divergências foram postas de lado. Com o tempo, Trotsky passaria a defender a concepção leninista de partido. Em outubro de 1917 (novembro, segundo o novo calendário), na ausência de Lenin, que voltara à clandestinidade devido à perseguição que lhe fazia o Governo Provisório, Trotsky, então presidente do soviete de Petrogrado, dirigiu o processo de tomada do poder pelos bolcheviques. Mais tarde, após a morte de Lenin, seria o principal adversário da política de Stalin para o partido, a URSS e a Internacional Comunista.

No poder, os bolcheviques dirigiram o monumental esforço de construção do socialismo na mais atrasada das grandes potências europeias. Lenin assumiu, após a revolução e até sua morte em 1924, o comando do governo soviético. A pedra de toque do modelo político implantado pelos bolcheviques era a noção de que o Estado soviético representava politicamente os interesses da classe operária, mediados pela ação do partido. Progressivamente, os bolcheviques afastaram da legalidade os demais partidos, primeiro os burgueses, depois os socialistas, até chegarem, em 1921, à condição (a princípio tida como temporária) de partido único. Em seguida, suprimiu-se o direito de se organizar frações internas ao partido. Em 1918, os bolcheviques passaram a se denominar Partido Comunista Russo (Bolcheviques). Após outras mudanças, adotaram em 1952 o título de Partido Comunista da União Soviética. O modelo organizativo dos bolcheviques, bem como a concepção de transição ao socialismo por eles aplicada na Rússia, baseada numa estratégia insurrecional militar dirigida pelo partido, seriam amplamente copiados por muitos movimentos socialistas radicais. Inicialmente apresentada como apropriada apenas às condições específicas da Rússia czarista, a estrutura quase militar do Partido Bolchevique seria depois imposta a todos aqueles partidos que desejassem ingressar na III Internacional (Komintern), criada sob sua direção, a partir da adoção das chamadas “21 condições” no II Congresso daquele órgão em 1921. A herança bolchevique esteve presente de forma intensa ao longo dos 74 anos da história soviética e influenciou decisivamente movimentos sociais e revoluções que tiveram lugar durante todo o século passado. Foi reivindicada pela ideologia

oficial do stalinismo, pelo maoísmo, pela IV Internacional criada por Trotsky em 1938, pela Cuba de Fidel Castro e por incontáveis movimentos e partidos políticos em todo o mundo. Pode-se dizer, inclusive, que os ecos do bolchevismo fazem-se sentir ainda hoje, embora sua recepção por parte de movimentos contestadores já não seja mais caracterizada pela postura canonizadora que se observou logo após a Revolução Russa e durante a longa noite do stalinismo.

Referências

DEUTSCHER, Isaac. Trotsky: o profeta armado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HOBSBAWM, Eric (org.). História do marxismo, vol. 3. O marxismo na época da II Internacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

BORRACHA/ELASTÔMERO BORRACHA OU ELASTÔMERO é um material fascinante por ter a habilidade de sofrer deformabilidade superior a 700% de seu comprimento inicial e ter completa retração, uma vez cessada a força deformante. Da mesma forma, é possível apertá-la, torcê-la ou deformá-la facilmente em qualquer direção e outra vez ela tomará sua forma original, inalterada. Este fenômeno passou a ser conhecido como elasticidade. Isto é, um material só pode ser considerado borracha ou elastômero se retornar à sua forma inicial no alívio da deformação. Mas a borracha tem outras propriedades tão importantes quanto as descritas. Ela é flexível a baixas temperaturas, é impermeável a gases e à água, é isolante elétrico e tem excelente resistência à abrasão – superior ao aço ou a qualquer outro metal. Não é afetada pela corrosão e pode ser aderida firmemente tanto a tecidos como ao aço. A borracha é considerada um material de importância estratégica, devido ao papel que desempenha, tendo nos pneumáticos o melhor exemplo. Apesar do grande desenvolvimento na produção de borrachas sintéticas, cerca de 35% da borracha utilizada no mundo é natural, obtida da seringueira (Hevea brasiliensis), sendo a Malásia o maior produtor ao final do século XX. A borracha natural é o polímero cis1,4-poli-isopreno.

A palavra borracha provém do português, pois era o nome dado ao odre de couro usado para o transporte de vinho e água, que depois passou a ser feito de látex natural. É interessante registrar que a palavra borracha não guarda qualquer semelhança com as denominações correspondentes em outros idiomas: em francês, é caoutchouc, proveniente da palavra indígena caa – de madeira e o-chu de escorrer ou gotejar; em espanhol, é caucho; em inglês, é rubber, derivada do verbo “to rub”, que significa friccionar, pois o produto era usado como apagador do grafite do lápis; em italiano, é gomma e, em alemão, é Gummi, nomes

relacionados com as gomas vegetais que se assemelham em aspecto ao coágulo do látex natural. A borracha foi conhecida no século XV após a segunda viagem de Cristóvão Colombo (1450-1506) à América (1493-1496). Os nativos usavam a borracha sob a forma de bolas, em jogos. A bola era feita da seiva branco-leitosa (látex) que fluía de algumas árvores quando se lhes cortava a casca. Quando seco, este material se coagulava, transformando-se numa forte goma elástica.

Numerosas espécies botânicas no Brasil produzem borracha, tendo como principais as seguintes: a seringueira (Hevea brasiliensis), a maniçoba, o caucho e a mangabeira. Entretanto, a única espécie de interesse econômico é a seringueira, não só pelo volume produzido, mas principalmente pela qualidade do material obtido. As primeiras referências escritas sobre a borracha natural foram encontradas em trabalhos publicados no século XVIII pelo francês Charles-Marie de La Condamine (1701-1774), quando visitou a América do Sul entre 1736 e 1746. Em seu relatório, sugeria com extraordinária previsão que o material poderia ser usado para confecção de encerados, luvas, roupas de mergulhadores, garrafas e outros artigos úteis. Apontou também a principal dificuldade no caminho da exploração europeia: o látex não se conservava, pois coagulava após a sangria e, consequentemente, não poderia ser enviado. Após coagulação, o material apresentava-se rígido, não sendo possível processá-lo pelos métodos conhecidos na época. Após a descoberta de solventes que tornaram a goma coagulada em líquida novamente, várias experiências de impermeabilização de tecidos foram realizadas e, em 1803, foi erigida a primeira fábrica de borracha em Paris, produzindo principalmente ligas e suspensórios. Estes produtos sofriam duas grandes desvantagens: em tempo quente, o material tornava-se pegajoso e, em tempo frio, tornava-se rígido. Estes problemas só foram resolvidos quando o norte-americano Charles Goodyear (1800-1860) descobriu em 1839 o processo conhecido como vulcanização. No entanto, desde 1830, o inglês Thomas Hancock (1786-1865) tinha inventado o processo de mastigação para triturar a borracha bruta e reduzi-la a uma condição mais maleável, permitindo a incorporação de aditivos, como o enxofre, que é o responsável pela vulcanização. Estas descobertas foram responsáveis pelo grande desenvolvimento tecnológico na área de artefatos de borracha.

Até o final do século XIX, praticamente todo suprimento mundial de látex era oriundo do Brasil, centralizado na Amazônia, sendo o Acre o estado que produzia a borracha de melhor qualidade. Foi o governo britânico, na Índia, quem primeiro concebeu a ideia do cultivo de Hevea brasiliensis na Ásia, e foi um aventureiro britânico, Henry Wickeham, quem dirigiu em 1876 o contrabando de 70 mil sementes para fora do Brasil, começando assim os jardins

clonais de seringueiras, oriundos do plantio por enxertia de borbulha, responsável pela grande produção de látex de borracha natural e pelo preço deste produto no mercado internacional ao final do século XX. Com a necessidade cada vez maior de borracha, por volta de 1910 o preço deste material estava bem alto, o que serviu como incentivo ao início de sua produção sinteticamente, visto que já havia vários desenvolvimentos na área química. Em 1909, foi obtida a primeira patente mundial para a borracha sintética, com a síntese do isopreno. A partir desta data, outros materiais com propriedades elásticas foram sintetizados, mas nenhum ainda podia ser comparado em propriedades e preço à borracha natural. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Alemanha fabricou a borracha metílica a partir de dimetilbutadieno, com uma produção em torno de 150 toneladas mensais, mas com custo superior ao da borracha natural. O grande desenvolvimento na área de elastômeros sintéticos começou por volta de 1929, com a descoberta de catalisadores, sendo produzidas as seguintes borrachas: SBR e NBR. Entre 1934 e o romper da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), foram construídas cinco grandes fábricas na Alemanha. Outros países da Europa e a América do Norte também apresentaram grande desenvolvimento na síntese de novos elastômeros, sendo até hoje onde se encontra o maior número de diferentes borrachas sintéticas.

O Brasil produz os seguintes elastômeros sintéticos: BR, SBR, NBR e EPDM. No caso das borrachas ou elastômeros diênicos, além das denominações científicas, é comum, industrialmente, serem empregadas siglas referentes aos monômeros e à natureza elastomérica do produto. Exemplo: IR (isoprene rubber, borracha de poli-isopreno), BR (butadiene rubber, borracha de polibutadieno), CR (chloroprene rubber, borracha de policloropreno), IIR (isoprene isobutilene rubber, borracha de copolímero de isobutileno e isopreno), SBR (styrene butadiene rubber, borracha de copolímero de butadieno e estireno), NBR (acrylonitrile butadiene rubber, borracha de copolímero de butadieno e acrilonitrila) *etc.* Por extensão, é comum denominar-se NR (natural rubber) a borracha natural proveniente da seringueira (Hevea brasiliensis). Deve-se observar que o termo borracha (rubber) e elastômero (elastomer) são equivalentes. Nas borrachas não diênicas, são ainda empregadas algumas siglas: CSM (chloro sulfonated methylene elastomer, elastômero de polietileno clorossulfonado), EOT (elastômero de polisulfeto orgânico), EPDM (ethylene propylene diene methylene elastomer, elastômero de copolímero de etileno, propileno e dieno não conjugado), FPM (fluorinated propylene methylene elastomer, elastômero de copolímero de fluoreto de vinilideno e hexaflúor propileno), MQ (elastômero de polissiloxano), SBS (styrene butadiene styrene block copolymer, elastômero de copolímero em bloco de estireno e butadieno),

PUR (poliurethane rubber, borracha de poliuretano) e TPR (thermoplastic rubber, borracha termoplástica).

Os artefatos de borracha são feitos a partir de uma composição que tem como componente principal a borracha ou o elastômero. Uma composição moldável de borracha é complexa. A massa é comumente designada composição vulcanizável e sempre contém, além do elastômero, alguns aditivos em pequena quantidade (sistema de aceleração, agentes de vulcanização, sistema de proteção), ou em quantidades maiores (sistema de plastificação, sistema de cargas). As composições elastoméricas são preparadas em misturadores abertos de cilindros ou em misturadores fechados do tipo Banbury. A massa homogeneizada é submetida à moldagem, sob calor e pressão. Nesse estágio, ocorre a reação de vulcanização, passando o polímero do estado termoplástico ao estado termorrígido, ou vulcanizado. Nessa condição, o polímero, que era solúvel e fusível, passa a material insolúvel e infusível devido à reticulação molecular.

Referências

BRYDSON, J.A. “Rubbery materials and their compounds”. Applied Science. Londres: Elsevier, 1988.

MANO, E.B.; MENDES, L.C. Introdução a polímeros. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 1999.

REGINA CÉLIA REIS NUNES

BOXERS, REVOLTA DOS Na virada para o século XX, a China estava absolutamente assaltada pelos interesses estrangeiros: comércio, sistema bancário e agricultura de 13 de suas 18 províncias encontravam-se sob o domínio dos EUA, da Rússia, do Japão, da Itália, da Alemanha, da França, da Grã-Bretanha, de Portugal e da Áustria-Hungria. Todas essas potências imperialistas tinham suas respectivas missões diplomáticas concentradas em Beijing desde o tratado assinado em 1860, que também possibilitou a ação de missões cristãs. Havia um estado de insatisfação difusa da população chinesa frente a uma dinastia – Manchu – que se limitava a apenas gerenciar seus próprios interesses. Além da subordinação econômica, havia ainda a insatisfação com a religião trazida pelos “estrangeiros”, que eram quotidianamente hostilizados. O ano de 1900 potencializou muito esse estado de insatisfação: a população sentia que as perdas de suas colheitas e a fome generalizada poderiam ser um sinal de perturbação trazida pelos deuses estrangeiros ao seu modo de vida; mais concretamente, somava-se a isso o fato de colheitas e armazéns serem policiados por tropas estrangeiras provinciais, que dificultavam o acesso à distribuição de alimentos para uma população faminta –, o que era uma obrigação antiga dos imperadores quando houvesse períodos de crise na produção agrícola. A fome só não parecia atingir a mesa dos estrangeiros

assentados em Pequim.
Assim, entre 20 de junho e 14 de agosto de 1900, uma revolta popular foi desencadeada pela sociedade secreta dos “Punhos Honrados e Harmoniosos”, popularmente conhecidos como “sociedade dos boxers”, que mantinha ligações com uma tendência da corte Manchu, que era favorável à resistência contra a dominação estrangeira. Um atentado foi, então, perpetrado contra o ministro da embaixada alemã, Clemens von Kettler, a 19 de junho de 1900. A partir daí, uma revolta popular espalhou-se por diversas cidades, provocando a morte de 200 estrangeiros, aproximadamente. Em Beijing, as sedes das embaixadas se viram cercadas e com pouco efetivo militar para resistir por longo tempo – o grosso das tropas estava policiando as colheitas e estradas de ferro que lhes davam acesso. Dentro da corte Manchu, não houve consenso se o Exército imperial deveria ou não dar apoio direto aos revoltosos, o que poderia provocar uma guerra de feições internacionais dentro do território chinês. Em 14 de agosto de 1900, uma força expedicionária formada por seis nações (britânicos, franceses, alemães, russos, japoneses e norte-americanos) chegaria a Beijing e protegeria as delegações diplomáticas, enquanto uma expedição punitiva alemã voltar-se-ia para fora da capital e provocaria uma razia como forma de vingança pela morte do ministro alemão. Em 1901, as potências estrangeiras imporiam duras penas ao decadente governo imperial no Protocolo de Beijing: a China seria obrigada a pagar 67 milhões de libras esterlinas anuais por 39 anos. Tal pena, dura demais para uma população já espoliada, serviu para alimentar um nacionalismo antiestrangeiro – e, depois, anti-imperial – entre os chineses, que desembocaria na proclamação da república e da independência em 1912, sob a liderança de Sun Yat-Sen (Sun Yixian).

Referências

HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos, 1875-1914. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos, 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
REMOND, René. O século XIX, 1815-1914. São Paulo: Cultrix, 1993.

BRASIL-ESTADOS UNIDOS (RELAÇÕES BILATERAIS) As relações bilaterais entre Brasil e EUA no século XX passaram por diferentes situações e atitudes por parte dos respectivos governos, da aproximação à indiferença, da desconfiança à aliança militar, da cooperação à competição, nas diversas fases de desenvolvimento de um relacionamento que remonta ao período anterior à independência do Brasil. Na esfera da sociedade e da economia, essas relações tornaram-se crescentemente intensas, sobretudo nas áreas cultural e dos

investimentos privados, à medida que o Brasil se inseria cada vez mais nos circuitos internacionais. Os EUA – como primeira potência hemisférica em todo o período e principal potência planetária desde o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) – estiveram presentes em todos os lances importantes da diplomacia brasileira no século XX, assim como ocuparam grande parte da interface externa do Brasil nos campos econômico, científico, cultural e tecnológico no último meio século. As relações foram (ainda são) marcadas por uma evidente assimetria nos planos econômico, tecnológico e militar, ainda que o Brasil tenha buscado introduzir, no setor diplomático, maior equilíbrio político, com base na reciprocidade e na igualdade de tratamento, objetivos difíceis de serem alcançados (mesmo por potências mais avançadas), em vista dos evidentes diferenciais de potencial estratégico e de exercício de poder entre os EUA e os demais países, para não mencionar a própria postura unilateralista americana no tocante à política externa, o que torna a paridade almejada um exercício geralmente retórico.

A República brasileira introduziu princípios alternativos de política externa, como o pan-americanismo, área na qual o Império manteve relativo isolamento das repúblicas do hemisfério. Nos episódios iniciais de afirmação da República, o relacionamento começa sob bons auspícios: por ocasião das intervenções estrangeiras durante a Revolta da Armada (1893-1894), os EUA vêm em auxílio do novo regime, contra as inclinações monarquistas de algumas potências europeias. Na vertente comercial, um primeiro sucesso é registrado com a assinatura do acordo comercial de 1891, garantindo o acesso do café e do açúcar em condições favorecidas no mercado norte-americano, com a contrapartida da redução das tarifas brasileiras aplicadas a manufaturas e farinhas dos EUA. Esse acordo não vigorou por muito tempo, uma vez que, em 1895, a tarifa McKinley, introduzida sob a pressão de lobbies setoriais, tornou insubsistentes os regimes preferenciais negociados anteriormente, reforçando o impulso em favor do protecionismo. Os desníveis de desenvolvimento entre os dois países já eram evidentes entre o final do século XIX – quando se assistiu a uma primeira tentativa de integração comercial hemisférica patrocinada pelos EUA – e o início do século XX. A partir de 1902, o Barão do Rio Branco (1845-1912), armado de uma concepção diplomática baseada no equilíbrio de poderes (competição com a Argentina pela hegemonia regional), opera uma política de aproximação com os EUA. O Presidente Theodore Roosevelt (1858-1919) proclama, logo em seguida, o seu corolário à Doutrina Monroe (1823), com o objetivo de justificar o papel de polícia que os EUA pretendiam impor, mediante intervenções armadas, a seu entorno geográfico imediato (Caribe e América Central).

Nos próximos anos e décadas, o Brasil e a Argentina passam a competir entre si

para estabelecer com os EUA uma “relação especial”, que sempre se revelou ilusória, esperando igualmente corresponder, na América do Sul, a um “padrão de civilização” que os EUA e as potências europeias pretendiam ostentar com exclusividade. Pelo resto da República Velha (1889-1930), as relações bilaterais serão distantes, operando-se, contudo, a gradual substituição de hegemonias na esfera financeira e dos investimentos, a partir do momento em que os EUA se convertem em exportadores de capitais, inclusive para o Brasil, que passa do domínio da libra ao do dólar. Credores norte-americanos participam do esquema financeiro do primeiro plano de apoio ao café (1906), que constitui um exemplo de política anticíclica para resolver uma crise motivada pelo excesso de reserva. Essa política de retenção de estoques para sustentação dos preços externos do café despertou a ira de importadores e grupos de consumidores dos EUA, que exigiram de seu governo ações concretas contra a política oficial brasileira a pretexto de práticas anticoncorrenciais.

A República dos “bacharéis” busca inserir o Brasil no “concerto das nações”, mediante o envolvimento na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e na ulterior experiência da Liga das Nações, motivo de uma das grandes frustrações na história da diplomacia brasileira. Os EUA, que tinham patrocinado o surgimento da Liga, mantêm-se contudo fora dela, tendo o Brasil abandonado o órgão em 1926. Tanto por parte das grandes potências europeias como no caso dos EUA, o Brasil se vê diante de posturas externas que vão do desprezo e da soberbia ao que mais tarde se chamaria de benign neglect. O período de Franklin D. Roosevelt (1933-1945) – que coincide, grosso modo, com a era Getúlio Vargas (1930-1945) – modificará em parte a postura isolacionista de seus predecessores, buscando uma nova relação com os vizinhos da América Latina, mas também ele coincide com a crise econômica, o fechamento dos mercados e a ruptura dos equilíbrios internacionais. Os EUA emergem como a potência militar incontrastável após a Segunda Guerra Mundial e o Brasil fará as apostas corretas ao se aliar aos esforços de guerra e consolidar seu alinhamento ideológico desde o início da Guerra Fria.

Desde a Conferência de Bretton Woods (1944), o Brasil participa da construção de uma nova ordem econômica mundial dominada pelos princípios do liberalismo de tipo norte-americano. A “opção americana” da era da bipolaridade não impede a emergência de uma diplomacia do “desenvolvimento” no Brasil. Não obstante a Doutrina de Segurança Nacional, o pan-americanismo justifica os esforços da diplomacia para a “exploração” da carta de cooperação com a principal potência hemisférica e ocidental. É nesse quadro de barganhas políticas e de interesse econômico bem direcionado que o Brasil empreenderá sua primeira iniciativa multilateral regional, a Operação Pan-Americana, proposta

pelo governo de Juscelino Kubitschek (1902-1976) em 1958 e da qual resultará, numa primeira etapa, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e, mais adiante, a Aliança para o Progresso.

A prática da política externa independente, nos conturbados anos Jânio Quadros/João Goulart (1961-1964), representa uma espécie de parênteses inovador num continuum diplomático dominado pelo conflito Leste-Oeste. O impacto da Revolução Cubana e o processo de descolonização tinham trazido o neutralismo e o não alinhamento ao primeiro plano do cenário internacional, ao lado da competição cada vez mais acirrada entre as duas superpotências pela preeminência tecnológica e pela influência política junto às jovens nações independentes. Não surpreende, assim, que a diplomacia brasileira comece a repensar seus fundamentos e a revisar suas linhas de atuação, em especial no que se refere ao tradicional apoio emprestado ao colonialismo português na África e a recusa do relacionamento econômico-comercial com os países socialistas. A aliança preferencial com os EUA é pensada mais em termos de vantagens econômicas a serem negociadas do que em função do xadrez geopolítico da Guerra Fria. Essa situação de ambiguidade durou pouco, uma vez que já em 1964 se opera uma volta ao alinhamento.

Entretanto, o reenquadramento do Brasil no "conflito ideológico global" representa mais uma espécie de "pedágio" a pagar pelo apoio dado pelos EUA no momento do golpe militar contra o regime populista, do que propriamente uma operação de reconversão ideológica da diplomacia brasileira. Em todo caso, observa-se um curto período de "alinhamento político", durante o qual o Brasil adere estritamente aos cânones oficiais do pan-americanismo, tal como definidos em Washington: ocorre, numa sequência de poucos meses, a ruptura de relações diplomáticas com Cuba e com a maior parte dos países socialistas, assim como a participação na força de intervenção por ocasião da crise da República Dominicana. A política multilateral, de modo geral, passa por uma "reversão de expectativas", para frustração da nova geração de diplomatas que tinha sido educada nos anos da política externa independente. No plano econômico, a volta à ortodoxia na gestão da política econômica permite um tratamento mais benigno da questão da dívida externa, seja no plano bilateral, seja nos foros multilaterais do Clube de Paris, ou nas instituições financeiras internacionais, como o FMI. É sintomático que a única assembleia conjunta das organizações de Bretton Woods a realizar-se no Brasil tenha tido por cenário o Rio de Janeiro da primeira era militar, em 1967, quando se negocia a instituição de uma nova liquidez para o sistema financeiro internacional, o Direito Especial de Saque do FMI. Mas a postura de princípio favorável a uma política exterior de tipo "tradicional", ou a aceitação indiscutida de regras diplomáticas marcadas pelo

“alinhamento incondicional” às teses do principal parceiro ocidental, vinha tendo cada vez menos vigência, mesmo no regime dos militares adeptos da doutrina da segurança nacional. Basicamente, essas atitudes se manifestaram nos primeiros anos do pós-guerra e no seguimento imediato do movimento militar de 1964, para serem logo em seguida substituídas por atitudes mais pragmáticas.

A partir de 1967, inicia-se uma fase de “revisão ideológica” e de busca de autonomia tecnológica. A atitude “contemplativa” em relação aos EUA cede lugar a uma diplomacia profissionalizada, preocupada com a adaptação dos instrumentos de ação a um mundo em mutação, e instrumentalizada para a consecução dos objetivos nacionais de crescimento econômico. Praticou-se uma “diplomacia do desenvolvimento”, consubstanciada na busca da autonomia tecnológica, inclusive em energia nuclear, com a afirmação marcada da ação do Estado nos planos interno e externo, mesmo à custa de conflitos com os EUA (denúncia, em 1977, do acordo militar de 1952, por motivo de interferência nos “assuntos internos” do país, de fato, na questão dos direitos humanos). Observa-se, no período, a confirmação da fragilidade econômica do Brasil, por não terem sido eliminados os constrangimentos da balança de pagamentos que marcaram historicamente o processo de desenvolvimento brasileiro. No seguimento das crises do petróleo, em 1973 e 1979, e da dívida externa, em 1982, Brasil e EUA aprofundam seus desacordos políticos, tendo em vista a postura da diplomacia brasileira percebida como excessivamente “terceiro-mundista” pelos EUA: intensificação das relações comerciais com países árabes considerados radicais, como Líbia e Iraque, voto “antissionista” na ONU, coordenação com outros devedores para um tratamento político da questão da dívida etc., além da busca continuada de autonomia tecnológica, sobretudo na área nuclear e na missilística.

Os elementos mais significativos da postura internacional do Brasil na fase da redemocratização são caracterizados pelos processos de autonomia internacional e afirmação da vocação regional, com o início da integração sub-regional no Mercosul e de construção de um espaço econômico na América do Sul. Faz-se também, na década de 1990, a opção por uma maior inserção internacional e a aceitação consciente da interdependência – em contraste com a experiência anterior de busca da autonomia nacional –, com a continuidade da abertura econômica e da liberalização comercial, no quadro de processos de reconversão produtiva e de adaptação aos desafios da globalização. A “carta americana” ainda é importante, mas já não é essencial nesse período e a diplomacia passa a apresentar múltiplas facetas, que não exclusivamente a de tipo bilateral tradicional: são a regional, a multilateral (principalmente no âmbito da OMC) e a presidencial.

A manutenção de boas relações com os EUA não impede a existência de conflitos tópicos entre os dois países, geralmente a respeito de questões comerciais (protecionismo no acesso de determinados produtos brasileiros ao mercado norte-americano, como aço e suco de laranja, diferenças de opinião no que se refere a patentes industriais, acusações de pirataria ou de reservas de mercado, como no caso da informática), ou então em função de problemas mais gerais da agenda multilateral (desarmamento, proliferação e não proliferação de armas de destruição em massa, reforma de instituições do sistema da ONU etc.). Depois de recusar-se, durante quase 30 anos, a aderir ao tratado de não proliferação nuclear (TNP, de 1968), considerado como discriminatório e desequilibrado, o Brasil realiza, em 1996, essa mudança paradigmática em sua política externa e nuclear, o que elimina determinadas preocupações dos EUA em relação ao regime de controle de tecnologia de mísseis (foro informal ao qual o Brasil é aceito como membro logo depois).

No final da década de 1990, em grande medida graças ao exercício da diplomacia presidencial, o relacionamento com os EUA torna-se mais maduro e isento de preconceitos ideológicos e de ilusões quanto a qualquer tipo de "relação especial". Mencione-se, por exemplo, a questão nem sempre bem colocada da "opção" entre uma "política externa tradicional" – por definição "alinhada" – e uma "política externa independente", problema dramatizado por anos de enfrentamento bipolar no cenário geopolítico global. Superado, contudo, o invólucro "ideológico" da postura externa do Brasil nesse período, e mesmo os diversos "rótulos" com os quais se procurou classificar a diplomacia da era "militar", assume importância primordial atualmente a questão do desenvolvimento econômico, verdadeiro leitmotiv da diplomacia brasileira contemporânea. O Mercosul e a formação de um espaço econômico integrado na América do Sul são vistos, na agenda diplomática do início do século XXI, como alavancas do processo de desenvolvimento brasileiro, que poderia vir a ser perturbado pelo projeto de uma área de livre comércio hemisférica, a ALCA, patrocinada pelos EUA, em moldes similares aos da primeira tentativa efetuada na conferência americana de 1889-1890.

Depois de 11 de setembro de 2001, no imediato seguimento dos atentados terroristas contra os EUA, quando não se tinha ainda concebido uma estratégia integrada de resposta a esses bárbaros ataques, o governo brasileiro tomou a iniciativa de coordenar um movimento de solidariedade continental para com os EUA, chegando inclusive a mobilizar o que muitos consideraram um "vetusto" instrumento da Guerra Fria, o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, de 1947), como forma de demonstrar o compromisso comum dos países americanos com o repúdio aos atos terroristas e em favor da adoção de

medidas conjuntas para prevenir e evitar esse tipo de ação inaceitável no contexto do mundo civilizado. Não obstante essa demonstração de solidariedade, o Brasil também considerou que a eliminação efetiva das ameaças terroristas no mundo moderno passa por um comprometimento sério com os possíveis focos de instabilidade política e econômica em diversos cantos do planeta, sobretudo aqueles que se manifestam a partir de sérios desequilíbrios sociais ou regionais, de situações de grave privação dos mais elementares direitos humanos e da falta de condições mínimas de existência digna, em oposição a uma abordagem puramente militar das questões de segurança e da estabilidade.

Referências

ALMEIDA, Paulo R. O estudo das relações internacionais do Brasil. São Paulo: Unimarco, 1999.

ALMEIDA, Paulo R. Os primeiros anos do século XXI: o Brasil e as relações internacionais contemporâneas. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

McCANN Jr, Frank D. Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MONIZ BANDEIRA, L.A. Presença dos EUA no Brasil. São Paulo: Editora SENAC-São Paulo, 1998.

MONIZ BANDEIRA, L.A. Rivalidade emergente. São Paulo: Editora SENAC-São Paulo, 1999.

MOURA, Gerson. Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BREST-LITOVSK (ACORDO) Acordo firmado em Brest-Litovsk, na Polônia, em 3 de março de 1918. Embora o acordo tenha sido proposto em dezembro de 1917, a conclusão desse compromisso diplomático foi retardada pelas divisões de opinião no interior do governo bolchevique, em que se opunham o grupo liderado por Leon Trotsky àquele que defendia os pontos de vista de Lenin. Para este e seus seguidores, impunha-se assinar imediatamente a paz com a Alemanha e seus aliados para salvar a Revolução Russa. No entanto, Trotsky afirmava que a conclusão da paz com o governo do Kaiser seria uma traição à revolução socialista em gestação na Alemanha; por isso, defendia “nem paz, nem guerra”, acreditando protelar o estado de beligerância germano-soviético. Considerando que a suspensão das hostilidades desde dezembro de 1917 estava se prolongando muito sem haver um posicionamento claro dos bolcheviques, os alemães lançaram uma violenta ofensiva militar em solo russo, o que fez a opinião dos correligionários do partido comunista pender para Lenin, que pragmaticamente via no contexto anunciado pelos alemães o quanto seria perigosa a sustentação da tese da internacionalização da revolução. Assim, foi assinado um acordo de paz em Brest-Litovsk, envolvendo diversos compromissos diplomáticos: o tratado entre os soviéticos e a Alemanha, a Áustria-Hungria, a Bulgária e a Turquia Otomana; tratados complementares entre os soviéticos e cada um dos

Estados componentes das Potências Centrais; o protocolo sobre direitos aduaneiros e tarifas sobre artigos diversos. No geral, o governo russo reconhecia a independência da Finlândia, Polônia, Estônia, Letônia, Lituânia e Ucrânia; entregava Batum, Ardagã e Kars à Turquia Otomana; desmobilizava seus exércitos; seus navios de guerra permaneceriam imobilizados nos portos russos e reconhecia a perda dos territórios que estavam ocupados pelos exércitos da Alemanha. Lenin ordenara que a delegação russa aceitasse todos os termos do acordo, o que implicaria um aumento do território da Alemanha, a perda de metade do território russo na Europa e de 75% de suas indústrias pesadas, além de ter de pagar 6 bilhões em marcos-ouro em reparações. Os Aliados anulariam os termos do acordo em 11 de novembro de 1918, depois da derrota alemã. No entanto, a Rússia somente recuperaria a Ucrânia e suas fronteiras asiáticas depois de sua Guerra Civil (1918-1921), tendo sido excluída dos planos de indenização do Tratado de Versalhes (28 de junho de 1919). Em médio prazo, pode-se entender que, abrindo mão de extensos territórios (com suas populações e patrimônio), o governo bolchevique tentou salvaguardar a construção do primeiro Estado socialista do mundo.

Referências

POTEMKIN, V.P. Historia de la diplomacia, t. III. México: Editorial Grijalbo, 1968.
THEIMER, Walter. Diccionario de politica mundial. Buenos Aires: Miguel A. Collia, 1958.

RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO

BRIAND-KELLOGG (PACTO) Assinado em 27 de agosto de 1928, consistia em um acordo que previa a ilegalidade da guerra como mecanismo de resolução de diferenças entre países, admitindo apenas a utilização de meios pacíficos para a superação das crises internacionais. Referendado por 15 países, o pacto foi estabelecido a partir do projeto do secretário de Estado norte-americano Frank B. Kellogg, milionário do setor de alimentos, e do ministro do Exterior francês, Aristide Briand, chegando a ser ratificado por 63 países em 1939, um pouco antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial. Os críticos apontaram a fragilidade das determinações, principalmente a partir da ausência de qualquer mecanismo de pressão mais direta contra os países que viessem a violar suas determinações, como ocorreu diante das pretensões expansionistas da Itália, da Alemanha e do Japão. Por outro lado, apontou-se também a falta de coordenação com as cláusulas que admitiam sanções aos países que viessem a infligir os princípios da Liga das Nações. Neste sentido, já no início da década de 1930, utilizou-se a expressão “Paz por Encantamento” para caracterizar seu espírito. Embora seja inegável a falência de seus propósitos, muitos dos preceitos do

pacto seriam integrados posteriormente à Carta das Nações Unidas.

Referências

BOBBIT, Philip. A guerra e a paz na história moderna. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2003.
GILBERT, Martin. The European Powers, 1900-1945. Londres: Phoenix Press, 2002.
OVERY, Richard. The Road to War. Nova York: Penguin Books. 1999.

CAMPESINATO E REVOLUÇÃO NO MÉXICO O século XX mexicano começa (ou continua) com lutas internas estimuladas pela incapacidade de o governo organizar e levar em consideração todas as nações dentro de seu projeto liberal de formação do Estado-Nação. O Estado mexicano demonstrou uma constante incapacidade de resolver assuntos de caráter econômico, político, social e cultural que permitissem a participação multicultural de seus povos, sem reduzi-los a meras expressões folclóricas. Se o ideal liberal de acabar com as formas de organização social e política do antigo regime parecia pretender tirar o país do atraso, não se deve ignorar o fato de que foi apropriado em larga medida por uma elite agrária, que pretendia avançar sobre terras indígenas antes protegidas parcialmente pelo antigo sistema colonial. Nesse sentido, malgrado uma retórica integrativa, o projeto liberal de modernização do Estado no México tinha outra face: insensibilidade às culturas locais (particularmente as indígenas) e exclusão social. Devido a esta face mais hostil, os setores ditos "atrasados" reagirão contra o processo de exclusão do projeto modernizador de Estado a partir de dispositivos tradicionais de sociabilidade: laços de parentesco, compadrio, vida comunal, recriação de autoridades locais, conservação dos "usos e costumes". Portanto, podemos dizer que os levantes rurais em bases tradicionais foram condicionados em grande parte pelo caráter elitista das reformas liberais no México. Eis o paradoxo da formação do Estado-Nação mexicano.

Desde as primeiras leis de desamortização do final do período colonial até as leis de colonização e terrenos baldios, buscou-se no México desvincular a terra e a água de seus lastros tradicionais e criar a propriedade privada de tipo liberal. Tal pretensão chocava-se com os direitos consolidados pela tradição nas comunidades indígenas e camponesas. Na prática, tal projeto liberal representava desvincular propriedades comunais para concentrar terra e água nas mãos dos "novos" fazendeiros. Durante o regime de Porfirio Díaz, 1877-1880 e 1884-1911, acordos políticos entre o governo federal e os grupos oligárquicos das regiões e/ou estados formaram a nova classe política que deu continuidade à consolidação de um Estado federal mexicano, deixando de fora os grupos majoritários de cada estado, sobretudo onde estavam situados os indígenas e suas terras. A perda do controle sobre a terra e a água não só implicava a separação dos trabalhadores rurais de seus meios de produção, mas também o desenraizamento e a perda de identidade de muitos grupos indígenas e mestiços.

Portanto, Porfirio Díaz irrompeu uma luta frontal contra os povos indígenas e, apesar de já serem ancestrais as lutas indígenas por terra e água contra a má administração de funcionários (indígenas ou mestiços), ou contra o aumento dos impostos, as ações de seu governo – com apoio estratégico dos governos estaduais – acabaram por incrementar a luta de castas em Yucatán e Chiapas, a extinção dos apaches, a guerra de apropriação do fértil Vale do Yaqui (Sonora) e o genocídio em Tomochic (Chihuahua). As campanhas de extermínio contra os indígenas iam desde as formas mais abertas de genocídio (caçar os yaquis, apaches, comanches, ou pagar uma quantia em dinheiro por cada escalpo entregue às autoridades) até as formas indiretas, como o desenraizamento de comunidades (expulsão dos yaquis de suas terras e traslado para o Valle Nacional, ou o envio dos maias para trabalhar nas plantações cubanas). Os liberais mexicanos souberam encontrar no darwinismo social parte de sua explicação para levar adiante a luta de extermínio contra esses grupos culturais. O racismo que permeou a construção do ideal nacional "mexicano" permaneceu como um pesado lastro nas formas cotidianas de sociabilidade no México.

Em todas essas revoltas sociais do período porfirista, ninguém teve a magnitude de aderir a uma revolta nacional que invertesse substancialmente as condições de pobreza e submissão a que haviam sido reduzidos os grupos indígenas. Elementos tradicionais marcaram tais movimentos, que em sua origem buscavam restabelecer as antigas formas de organização da posse da terra, como no caso das guerras de castas, em que o sincretismo religioso e a presença ativa de sacerdotes marcaram as formas de divulgação da mensagem. Houve também casos de guerras lideradas por chefes indígenas que, inicialmente aceitando ser assimilados pelo governo, levantavam seu povo contra ele, uma vez que conseguiam certo poder em armas, como foi o caso dos yaquis e seu chefe José María Leyva (aliás, Cajeme). Em sua revolta contra o governo, Cajeme pretendia restabelecer a antiga ordem, ou seja, aquela que havia sido invertida com a aparição do Estado liberal, pensando numa forma de justiça mais próxima dos interesses do "povo", ou seja, algo mais concreto, mais tangível e imediato – e não algo distante que não reconhecia suas necessidades particulares e que havia violado o antigo princípio de autoridade estabelecido pelo rei espanhol. Nesse sentido, movimentos messiânicos e/ou milenaristas marcaram as diferentes ações dos povos indígenas no México. Por fim, a aplicação rígida e elitista do modelo liberal por parte de Porfirio Díaz e das elites regionais mexicanas teve um resultado violento: a Revolução Mexicana (1910). Este evento punha em relevo os grandes problemas nacionais que o México vinha arrastando desde sua independência.

Os primeiros anos da Revolução Mexicana foram marcados pela necessidade

imperiosa de reforma agrária, de moralização da política e de ampliação da participação civil no jogo parlamentar. O primeiro representante deste ideal foi Francisco Madero (1873-1913), sucessor de Porfirio Díaz, que contou inicialmente com o apoio de Emiliano Zapata (1879-1919). Este último conseguiu juntar ao seu redor um grupo de intelectuais que lhe permitiram dar coerência às necessidades dos camponeses e indígenas, primeiro no estado de Morelos e depois no resto do país. Durante a década zapatista da Revolução Mexicana, a população pobre assentada no campo (indígenas ou não) conseguiu expressividade política. O problema do acesso à terra e da devolução das terras comunais tomadas pelas haciendas marcou o campo das tensões políticas. Além da devolução das terras comunais, Zapata proporia a desapropriação (com indenização) de um terço das áreas de haciendas como efetiva condição para o exercício da liberdade política. Desde novembro de 1911, quando apresentara seu projeto para Madero, Zapata adotara o lema: Tierra y Liberdad. Com a Constituição de 1917, assumia-se oficialmente a necessidade da reforma agrária como parte central do assunto sobre a terra, assim como outras conquistas fundamentais para dar ao México uma face mais moderna. No entanto, o sonho zapatista foi enfraquecido com seu assassinato em 10 de abril de 1919. A extinção do braço revolucionário zapatista foi a condição para a institucionalização da revolução em torno de algumas demandas de grupos médios antes excluídos do processo político. Por isso, a reforma agrária começou tarde e ocorreu com Lázaro Cárdenas (1895-1970), quando efetivamente foram desapropriados terrenos de fazendas e de antigos proprietários.

Durante o regime Cárdenas, 1934-1940, pequenas propriedades inalienáveis foram designadas para produtores indígenas e camponeses. Ao mesmo tempo, foram estabelecidas certas instâncias que apoiaram com financiamentos a necessária mecanização rural, assim como instituições que controlavam e vigiavam o uso de determinados recursos, como a água. O novo dilema que se enfrentava no campo era conseguir um abastecimento completo e ter excedentes para a exportação e, assim, fazer o México passar de um produtor de matérias-primas e importador de bens de consumo para um produtor de bens de capital e consumo. Portanto, a produção agrícola deveria ser modernizada para se integrar no projeto de industrialização do país. O principal dispositivo administrativo utilizado no período foi a organização dos produtores em corporações nos meios rurais e urbanos. Assim, a Confederación Nacional Campesina (CNC), por exemplo, agrupou indistintamente os camponeses – termo genérico para designar a população assentada no campo que tinha sua principal atividade na agropecuária –, sem entender se eram indígenas com terra, ou sem ela, se

falavam ou não espanhol, se pertenciam a uma ou a outra etnia. Além disso, iniciou-se uma relação paternalista entre os membros da confederação e o governo federal, assim como entre os governos estaduais e os funcionários das secretarias dispostas a apoiar o desenvolvimento do campo. Assim, a divisão de terras transformou-se numa arma para o Estado federal e, a partir daí, ocorreu uma relação de real submissão pela sua distribuição. Depois, foi necessário organizar outros fatores, como o controle da água e o estabelecimento de instâncias de crédito rural para o apoio ao campo. O pasto comunitário foi a resposta à necessidade de terra, que ia em conjunto com as comissões da água e os bancos de crédito para o campo. Internacionalmente, o governo Cárdenas ficou marcado pela política de nacionalização dos serviços viários (1937) e das companhias de petróleo (1938). No entanto, o modelo corporativista iniciado em seu governo começou a dar sinais de declínio ao final da década de 1960.

Durante o chamado "milagre mexicano" (1940-1960), somente os grandes proprietários de terras tiveram acesso ao crédito e ao mercado de exportação e, por isso, conseguiram converter suas terras em espaços produtivos, enquanto o resto do campo mexicano estagnou na pobreza em plena era de "milagre". O chamado "milagre mexicano" manteve um produto interno bruto em crescimento, sustentado por uma agricultura de bens de consumo e matérias-primas, com incipiente industrialização e alta concentração de renda. Daí ao final do período, a crise social no campo era evidente: para os pequenos proprietários agrícolas não havia crédito, não havia acesso à água, a qualidade do solo era má, a produtividade ia decrescendo e a pobreza se fazia evidente. A inconformidade e as reclamações adquiriram uma nova dimensão nas comunidades indígenas devido à presença de professores rurais e de missionários, que assumiram tendências religiosas progressistas mais próximas da realidade social dos pobres do campo. A sociedade civil das décadas de 1960 e 1970 era muito diferente da sociedade emanada do porfirismo: mais de 60% da população era alfabetizada e estava assentada em espaços urbanos. Os membros da classe média urbana começaram a demandar a possibilidade de uma maior abertura política. O fechamento político do governo federal combinava mal com a sua incapacidade de suprir as necessidades econômicas da sociedade. Assim, apareceram vários movimentos de protesto civil, submetidos invariavelmente à repressão policial. Na arena internacional, não faltariam exemplos para ousadia e mobilização política: Revolução Cubana, Guerra do Vietnã, Primavera de Praga, Maio de 1968, Revolução Chilena *etc.* Assim, surgiram grupos como a "Liga 23 de Setembro", o Partido dos Pobres e o PROCUP nos centros urbanos mais importantes do México.

Na América Latina, a década de 1970 foi marcada pelo auge dos movimentos

armados que atacavam o exército e, sobretudo, os donos do capital. A resposta dos vários governos foi, invariavelmente, a repressão e a capacitação dos exércitos para lutas antiterroristas, contando com apoio logístico norte-americano. No México, as comunidades indígenas mantiveram-se no interior de seus "usos e costumes" para se organizar com o apoio de dois personagens importantes: o sacerdote do povo e o professor rural. A aparição de correntes renovadoras na Igreja Católica veio a dar um apoio real às comunidades indígenas. Jesuítas e padres partidários da Teologia da Liberação desenvolveram trabalhos pastorais nas próprias aldeias indígenas, como foram os casos dos Monsenhores Sergio Méndez Arceo e Samuel Ruiz, que chegaram a defender a luta armada como solução definitiva para forçar o cumprimento das necessidades básicas da população indígena. Assim, reapareceu o movimento armado rural com a tomada do povoado de Madera (Chihuahua) em 23 de setembro de 1970. Com tais ações, buscava-se uma resposta direta às condições de marginalidade, atraso e esquecimento das comunidades rurais. Movimentos como este deram início à formação do Exército de Liberação Nacional (ELN), liderado por intelectuais de classe média, por religiosos e, sobretudo, pelos membros de comunidades indígenas. Foram dois os seus setores de trabalho constante: o norte do país, principalmente Chihuahua e Nuevo León; e Chiapas, no sudeste. Nestas regiões, foi cultivada a ideia de organizar movimentos trabalhistas e camponeses para lutar pela transformação do México, baseando-se na justiça e igualdade de direitos e oportunidades. O ELN seria o seu ponto de coesão.

Na década de 1980, o governo federal mexicano, com apoio do governo norte-americano, logrou desmembrar vários desses movimentos. Por isso, muitos fizeram uma retirada estratégica dos enfrentamentos armados diretos, buscando recompor uma base política mais sólida em meio às comunidades camponesas (indígenas ou não). O Bispo Samuel Ruiz, por exemplo, manteve contato quase constante com as células revolucionárias do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) – um dos integrantes das forças do ELN. Os indígenas do norte e do sudeste do México incorporaram muitas das antigas células guerrilheiras em suas comunidades. Os guerrilheiros passaram a ter uma participação ativa nos trabalhos cotidianos das comunidades, inclusive formando cooperativas e sociedades de crédito para melhorar o aproveitamento de sua produção. No entanto, a presença desses grupos armados nas comunidades indígenas não significava completa coincidência de propósitos ou planos de futuro: antes deles, os religiosos progressistas haviam levado até elas formas concretas de sobrevivência diante da indiferença dos governos federal e estadual, e converteram-se em seus porta-vozes frente ao ataque dos grandes haciendados, usando discursos que coincidiam com as expectativas comunais de restaurar

antigos “usos e costumes”, incluindo medidas para a prática aberta de sua cultura, idioma, representações, relações sociais *etc*. Apenas superficialmente a retórica comunista dos grupos guerrilheiros coincidia com tais “expectativas comunais”. Os “intelectuais” guerrilheiros e as lideranças comunais viam-se reciprocamente como meios para enfrentar as instâncias de poderes, representadas pelos governos federal e estadual e pelos grandes proprietários. A nomeação de Samuel Ruiz como bispo de Chiapas permitiu a abertura da região para uma prática renovada de resistência.

A marginalização, o atraso e a repressão a grupos indígenas em contraste com a riqueza das terras tornaram Chiapas um laboratório político para diversos interesses: o Partido Revolucionário Institucional (PRI) praticou na região as suas primeiras leis e disposições políticas, convertendo-a no seu maior centro emissor de votos; para a Igreja, a região foi pasto para novas missões evangelizadoras; para os grupos guerrilheiros, era o lugar ideal para praticarem seus métodos e exercícios e prepararem-se para o enfrentamento; para os grandes proprietários, a qualidade do solo permitia o cultivo de produtos para a exportação, principalmente de café, e a criação de gado. Além disso, as lutas entre grupos indígenas da região foram uma constante: as concepções religiosas se converteram na causa aparente dos conflitos, pois, na realidade, a pouca terra a que tinham acesso e os escassos apoios institucionais eram os efetivos motivadores das tensões.

Entre os subgrupos sobreviventes do ELN, o EZLN tornou-se a organização mais acabada e com uma atividade de doutrinamento mais bem assentada em Chiapas, tanto que no final da década de 1980 desafiou o poder do Bispo Samuel Ruiz, com quem veio a romper relações. No entanto, a organização estava longe de ter coesão sob os pontos de vista tático e estratégico: líderes do ELN, entre os quais o “Subcomandante Marcos”, pregavam a necessidade de iniciar a luta armada e derrotar o governo federal, enquanto o “Comandante Rodrigo” pregava a necessidade de manter o trabalho de difusão de seu movimento entre as comunidades e esperar para mais adiante, pois não os considerava aptos ainda para a guerra. Nesta batalha interna de influência, ganhou o hábil “subcomandante”, chegando inclusive a ocupar um posto importante dentro da direção do ELN. Por fim, foi estabelecido o dia 1º de janeiro de 1994 como a data para o EZLN proclamar-se oficialmente em guerra aberta contra o exército mexicano e o governo federal. A escolha da data não foi gratuita: o governo do México tinha acabado de assinar os convênios comerciais para o estabelecimento do mercado comum norte-americano. Enquanto o discurso oficial era de triunfalismo – o México deixaria de ser subdesenvolvido para entrar finalmente no mundo rico –, a ação dos zapatistas fazia reaparecer na cena política

mexicana os “esquecidos”: as gerações de marginalizados rurais que os sucessivos projetos de modernização do Estado mexicano pretenderam conservar sem plenos direitos à sobrevivência física e cultural.

Referências

CRESPO, Horacio. Tierra y propiedad en el fin del porfiriato. México: Centro de Estudios Históricos del Agrarismo en Mexico/Universidad Autónoma del Estado de Morelos, 1982. 3 vols.

CUAUHTEMOC, Hernández Silva. Insurgencia y autonomía: historia de los pueblos yaquis, 1821-1910. México: CIESAS/Instituto Nacional Indigenista, 1996.

DÍAZ, Carlos Tello. La rebelión de las Cañadas: Origen y ascenso del EZLN. México: Ediciones Cal e Arena, 2000.

FAURÉ, Henri. “Race et Nation au Mexique: De l’Indépendence à la Révolution”. In: Annales HSS, julho-agosto, 1994(4): 951-976.

FLORESCANO, Enrique. Etnia, estado y nación. México: Taurus, 1996.

GUERRA, François Xavier. Mexico: del antiguo régimen a la revolución. México: Fóndo de Cultura Económica, 1988.

VILLORO, Luis. Estado plural, pluralidad de culturas. México: Paidós/UNAM, 1998.

CARTIER-BRESSON, ESCOLA FOTOGRÁFICA DE Centenas de fotógrafos se destacaram criativamente no século XX, porém devemos homenagear o mais representativo de todos, o inventor da simplicidade fotográfica, da discrição e da integridade profissional: Henri Cartier-Bresson, que nasceu em 22 de agosto de 1908 na Normandia francesa, e faleceu em 2004. De sólida e tradicional formação burguesa, desde cedo se interessou pelas artes e pela literatura. Em 1932, voltando de uma longa viagem à África, descobre a câmara fotográfica Leica e declara ter “encontrado o instrumento perfeito para o desenho acelerado e o exercício do olhar sobre a vida” (Montier, 1995, p. 20).

Cartier-Bresson frequentou artistas, poetas da vanguarda da época, como André Bréton, mentor do grupo surrealista, tornou-se amigo dos poetas André-Pierre de Mandiargues e Artaud, e dos pintores Matisse, Pierre Bonnard e Max Ernest. Porém, será no ateliê de André Lhote, pintor e teórico da composição, que desenvolverá o seu sistema gráfico: “Ele me ensinou a ler e a escrever, ou seja, a fotografar” (MONTIER, 1995, p. 10). Conheceu Paris e outras cidades da Europa na companhia desses artistas múltiplos, como um andarilho, sem residência fixa, silencioso com a sua Leica, e registrando sem parar. As suas primeiras imagens já revelam todo o seu sistema visual, toda a sua concepção fotográfica. São fotografias limpas, com poucos elementos, detalhadas nas sombras e fechadas no ser humano, sempre de forma digna, demonstrando um olhar relativamente humanista do mundo.

Em 1933, fascinado pelos filmes de Buñuel e pela complexidade cultural do

mundo hispânico, mistura de misticismo mórbido e de paganismo trágico, viajou para a Espanha, iniciando um ciclo de viagens ininterruptas. Em 1934, no México, acompanhou uma expedição etnográfica e expôs suas fotos um ano depois, no Pallacio de Bellas Artes, junto ao fotógrafo mexicano Manuel Alvarez Bravo. Nos EUA, fotografou o Harlen e expôs na Galeria Levy em Nova York com o fotógrafo Walker Evans, que estava preocupado visualmente com a miséria do povo norte-americano após a Grande Depressão. De volta a Paris, durante o Front Populaire em 1937, trabalha como fotógrafo para o jornal Ce Soir do Partido Comunista, fundado pelo poeta Louis Aragon. Logo depois, volta para uma Espanha em plena guerra civil (1936-1939), atuando como câmera do cineasta Jean Renoir, acompanhado pelos fotógrafos e amigos Robert Capa e David Chim Seymour, que conhecera antes de sua viagem ao México.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, Henri Cartier-Bresson engaja-se nas forças armadas em 1939, sob a patente de cabo, atuando nos serviços de documentação cinematográfica do Exército francês, mas é rapidamente capturado. Foram 35 meses de trabalhos forçados na Alemanha, duas tentativas de fuga, seguidas de longos períodos de solitária, e uma terceira tentativa bem-sucedida de fuga, a partir da qual se juntou a uma seção da resistência francesa, após um período de clandestinidade no sul da França na casa do amigo e pintor Matisse. Com o fim da guerra, decidiu viver exclusivamente da fotografia, afastando-se temporariamente do desenho, com uma imensa vontade de acompanhar o desenrolar da História sob pseudônimo de fotojornalista: “Eu me sentia próximo de André Bréton e de sua maneira de ser, quando declarou em algum lugar D’abord la vie” (MONTIER, op.cit., p. 120). Assim, funda a sua própria agência: a cooperativa de distribuição fotográfica Magnum Photos, com os amigos e fotógrafos Robert Capa, David Chim Seymour e Rodger, e mais uma vez parte pelo mundo à caça de imagens, de fatos e de homens dignos.

Em 1947, com os amigos e a Magnum Photos, Cartier-Bresson inicia outro ciclo de viagens: a Índia e a cremação de Gandhi, o Paquistão, a Birmânia, a Indonésia, a China e a vitória do exército de Mao. Para Ernest Haas, fotógrafo que se juntou à Magnum Photos no início da década de 1950, Capa, Chim e Bresson “abriram uma porta para uma nova liberdade criativa, sem esquecer os velhos princípios fundadores do mundo clássico: simplicidade, harmonia e proporção” (Cahiers de la Phtographie. n. 18, p. 110). Em 1952, como prefácio ao seu primeiro livro individual, Images à la Sauvete, escreve o que será considerado até hoje leitura obrigatória na formação dos jovens iniciantes: o texto L’Instant Décisif, em que nos explica toda a sua concepção, da captura da imagem à sua edição.

Henri Cartier-Bresson nunca procurou nas viagens um autoesquecimento, um

corte nas suas raízes francesas da Normandia, ou ainda não cair nas armadilhas do exotismo. As suas imagens são próximas no estilo, na composição e no enquadramento, presas a uma noção de tempo entre um instante de clic e outro, criando uma ética própria da noção de viagem ou do deslocamento fotográfico. Fotografar é realizar um compromisso, uma negociação sem fim entre a espera febril do instante seguinte e a paciência necessária. O instantâneo que define o clichê fotográfico não representa um dado técnico, mas a sua dimensão poética, já que do instante surge a emoção, função dessa convergência. Grandes fotógrafos atuais, que se apresentam como uma evolução da escola de Henri Cartier-Bresson, exploram – bem contrariamente às suas ideias – o exótico, o fato de ser um estrangeiro fora do ninho, para levar ao leitor dessas imagens a noção do distanciamento, da imensa distância que separa os mundos, ou simplesmente o sentimento de: que bom que eu não moro nesse lugar.

Referências

Coleção Cahiers de la Photographie. Publicada pela ACCP, sob a direção de Claude Nori. Recomendamos o n. 18, de 1985, uma edição especial sobre a fotografia de Cartier-Bresson, incluindo uma versão atualizada de seu texto L'Instant Décisif, e, também, o n. 9, de 1983, totalmente dedicado à fotografia social e em particular ao Grupo dos XV.

GALASSI, Peter. De l'Objectif Hasardeux au Hasard Objectif. Paris: Arthauld, 1991.

MONTIER, Jean-Pierre. L'Art sans Art d'Henri Cartier-Bresson. Paris: Flammarion, 1995.

SONTAG, Susan. Ensaios sobre fotografia. Lisboa: Dom Quixote, 1986.

CHORO Tipo de música popular de características modulantes, surgido no Rio de Janeiro na metade do século XIX, a partir da adaptação de danças europeias tais como polca, schotisch, mazurca e valsa. O termo choro é derivado da maneira chorosa com que esses músicos populares – os chorões – aplicavam suas modulações ao repertório que vinha da Europa, conferindo-lhe maior carga sentimental e malícia rítmica. O flautista Joaquim Antonio da Silva Callado (1848-1880) é considerado o primeiro chorão, e de sua geração fizeram parte nomes como a pianista e compositora Chiquinha Gonzaga (1847-1935) e o flautista e saxofonista Viriato Figueira (1851-1882). De uma geração um pouco mais nova vieram dois grandes compositores, Ernesto Nazareth (1863-1934) e Anacleto de Medeiros (1866-1907), que deram vários passos no sentido de libertar a música dos chorões das danças-matrizes.

Na passagem do século XIX para o XX já havia grande número de autores e executantes de choro e, aos poucos, o que era um fenômeno restrito ao Rio de Janeiro foi espalhando-se para o sul (São Paulo, Porto Alegre) e o norte (Recife). Nessa fase, as bandas de música tiveram importância no surgimento de grande

quantidade de chorões, pois os mestres musicalizavam os jovens já dentro da linguagem. A instrumentação utilizada era bastante diversificada, mas vale destacar o trio: violão, cavaquinho e um solista (trompete, clarinete, flauta). Por vezes, a estes se juntava um oficleide, instrumento de sopro grave, que tinha a função de executar os contrapontos, conhecidos como baixarias.

Em 1897, nasceu o mais importante autor do universo chorístico: Alfredo da Rocha Viana Filho, o Pixinguinha, flautista virtuoso desde a infância e que, ainda adolescente, começou a compor com tal nível de qualidade e inventiva que com pouco mais de 20 anos já tinha dado ao choro uma forma musical definida. Os exemplos mais perfeitos de choro como gênero musical estão na obra de Pixinguinha, e podemos citar Vou vivendo como um choro perfeito. Pixinguinha também foi um grande improvisador, característica cada vez mais comum entre os chorões.

Ao chegar a era do rádio, o choro passou a ser executado apenas com a formação dos “conjuntos regionais”, que continham dois ou três violões, cavaquinho, pandeiro e um solista. Esses regionais eram muito úteis nas estações de rádio, pois podiam acompanhar sem arranjo escrito. São ídolos da era do rádio: o flautista Benedito Lacerda (1903-1958), o sax/clarinetista Luís Americano (1900-1960), Jacob do Bandolim (1918-1969), o cavaquinista Waldir Azevedo (1923-1980), o clarinetista Abel Ferreira (1915-1980), a cantora Ademilde Fonseca (1921-2012) e o flautista Altamiro Carrilho (1924-2012), entre muitos outros. O maestro, pianista e compositor Radamés Gnattali (1906-1988) ajudou a adaptar procedimentos do jazz e da música de concerto dentro da linguagem do choro. Os seus seguidores, como Garoto (1915-1955), são apontados como os modernizadores do gênero.

Depois de um período de baixa, quando morreram os ídolos da era do rádio e a indústria fonográfica tradicional, parou-se de produzir discos, voltando o choro a ressurgir com força na década de 1970 com nomes como os bandolinistas Joel Nascimento (1937) e Déo Rian (1944) e o trombonista Zé da Velha (1942). Com este impulso, veio uma novíssima geração em que se destacaram o violonista Rafael Rabello (1962-1995) e o cavaquinista, produtor e pesquisador Henrique Cazes (1959). Embora não seja uma música de grandes vendagens comerciais, o choro se mantém em dinâmica evolução, atraindo as novas gerações e mais recentemente despertando interesse de músicos de outros países.

Referências

MELLO, Zuza Homem (org.). Enciclopédia de música popular brasileira. São Paulo: Publifolha, 2000.
OLIVEIRA FILHO, Arthur. Pioneiros do samba. Rio de Janeiro: MIS, 2001.

CICLISMO Os velocípedes, primórdios de nossas bicicletas, foram inventados em 1863, pelos irmãos Pierre e Ernest Michaud, logo se tornando uma forma de diversão apreciada pelas elites. Depois de um longo processo de evolução, passando inclusive por uma fase em que as rodas dianteiras eram de maior tamanho para facilitar o deslocamento, no final do século XIX as bicicletas começam a ganhar a forma atualmente conhecida. No início do século XX, as bicicletas eram um meio popular de transporte e lazer, sendo organizadas as primeiras competições, que marcam assim os primórdios do ciclismo.

Em muitos países, o ciclismo é um dos esportes mais apreciados, como na França, onde anualmente a população acompanha com interesse a realização do "Tour de France", a mais famosa competição mundial do esporte. Curiosamente, esse gosto pelo ciclismo nasceu de um profuso debate no quartel final do século XIX. Naquele momento, os franceses passaram a acreditar que sua população vivia um momento de grave degeneração, sendo necessária uma série de medidas para reverter o quadro e consolidar a recuperação. Entre as medidas, acreditava-se que a prática de atividades físicas seria de fundamental importância.

Nesse contexto, quando também surgiram os métodos de ginástica francês e natural de Hebért (de grande influência no Brasil do século XX), o ciclismo passou a ser encarado por alguns médicos como fundamental para melhorar as condições físicas do povo francês. Para outros, contudo, era um péssimo exercício, acarretando uma série de deformações na postura e muitos prejuízos musculares e orgânicos. Entre os que defendiam o ciclismo, havia ainda uma divisão: aqueles que preconizavam uma prática moderada e outros que acreditavam que o ideal seria a maior performance possível. Desse debate, por certo surgiu a projeção e o gosto do povo francês pelo ciclismo, depois exportado para muitas outras nações.

No Brasil, o ciclismo se desenvolveu no final do século XIX, com a importação das primeiras bicicletas. No Rio de Janeiro, desde 1894 passaram a ser importadas em escala comercial de Paris, embora desde 1870 já existissem em pequeno número. Os preços eram bastante elevados, sendo uma diversão somente possível aos mais abastados financeiramente.

Em São Paulo, alguns anos antes o ciclismo já começara a se desenvolver. O primeiro velódromo foi construído em algumas terras niveladas, próximas à Rua da Consolação. Mais do que um espaço somente para a prática das "corridas de velocípedes", era um verdadeiro complexo "sportivo", com quadras de tênis, tanques para banhos, além de raia para as corridas. Antes disso, as corridas eram realizadas nos hipódromos.

O esporte gozou de alguma popularidade e prestígio nessas cidades. No Rio de

Janeiro, foi de grande importância a criação do “Bellodromo Nacional”, que realizava as competições seguindo os modelos europeus, buscando reunir a nata da sociedade carioca. Os clubes de ciclismo organizavam suas competições seguindo os moldes do turfe, em páreos e com uma grande estrutura de apostas montadas.

Com as mudanças de sentidos e significados ao redor da prática esportiva e sua ligação com as preocupações ligadas à “saneabilidade” dos costumes, os clubes de ciclismo se viram obrigados a modificar seus discursos, eliminar as apostas e apresentar o ciclismo como mais um dos esportes importantes para a “saúde” da juventude. Houve, até mesmo, casos de velódromos e clubes de ciclismo fechados em decorrência da realização de apostas e em função dos tumultos constantes decorrentes da possibilidade de apostar.

O ciclismo é hoje um dos esportes no qual se pode observar maior influência do desenvolvimento tecnológico, sobretudo nas provas de circuito (no velódromo). Vale observar que, além das categorias de estrada (longas distâncias), de circuito e cross (circuito com pistas irregulares), recentemente se desenvolveu, no contexto do surgimento de esportes ligados à natureza, o mountain bike, realizado em ambientes rústicos e com elevações.

Em muitos países, as bicicletas são mais populares como meio de transporte do que como esporte, por serem consideradas ecologicamente corretas ou mais econômicas, pois permitem o deslocamento sem gasto de combustível.

No Brasil, o ciclismo como um esporte não ocupa espaço significativo na mídia, nem movimenta muito público ao redor de suas competições, embora sempre conte com um público fiel e participante. Como um meio de transporte, apenas recentemente as bicicletas têm sido vistas como alternativa, com algumas grandes cidades buscando aumentar sua rede de ciclovias. A construção de ciclovias tem sido apontada como uma das soluções para diminuir o tráfego, reduzir a poluição ambiental e sonora e criar hábitos de vida saudáveis entre a população – mas isso significa também promover mudanças culturais, o que demanda certo tempo e incentivo.

Assim, no Brasil as bicicletas funcionam mesmo como forma de lazer e de atividades físicas para uma parte da população. Assim como a corrida, é possível ver um número significativo de pessoas praticando o ciclismo em locais adequados, como na beira das praias, ou mesmo pelas ruas, dividindo o espaço com os carros. As bicicletas também são muito apreciadas como brincadeiras infantis, sendo para elas um desafio o aprendizado de seu uso.

Referências

ANTUNES, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. “Do velódromo ao Pacaembu: O movimento esportivo em São Paulo e a trajetória do futebol: de esporte de elite a paixão popular”. In: Cidade – Revista do

Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo, ano 5, n. 5. São Paulo, 1997.
BRUNO, Ernani da Silva. “Dança, jogo e esporte”. In: Histórias e tradições da cidade de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1984.
THOMPSON, Christopher S. “Regeneration, dégénérescence, and the medical debate about bicycling in fin-de-siècle France”. In: TERRET, Thierry (ed.). Sport and Health in History. Sankt Augustin: Academia-Verl/ISHPES, 1999. p. 339-345.

CIDADE/EXPERIÊNCIAS URBANAS A história do século XX é marcada por mudanças e transformações, entremeada por guerras e movimentos revolucionários, sendo que muitos desses fatos – marcos de tempos eleitos – contrastam com os tempos das permanências, da continuação e da memória, também presentes nessas histórias. Entre as transformações da contemporaneidade, algumas questões vêm nos impactando, entre as quais se destaca a chamada questão urbana, que tem levado pesquisadores a se debruçar sobre os estudos das cidades. As mudanças urbanas encontram-se caracterizadas por processos intensamente transformadores, que podem ser identificados, sob certo aspecto, como revoluções urbanas. Durante o século XX, a sociedade urbana aumentou em termos absolutos e relativos, sendo que alguns dos seus componentes se modificaram profundamente. No final do século XX, 75% a 80% da população mundial vivia em cidades, sendo que metade ocupava núcleos com mais de um milhão de habitantes. As cidades também passaram por um processo de alteração fundamental na natureza das suas atividades: se no início do século centravam-se nas atividades industriais, ao final dele cerca de 70% dos empregos nas cidades com mais de 100 mil habitantes encontravam-se ocupados no Terceiro Setor, além de nelas conviver uma multiplicidade de atividades ditas “informais” e outras que não ultrapassavam as estratégias de sobrevivência. Esses impactos transformadores permitem perceber que a cidade não é algo “congelado”, bloqueado, tal como uma imagem cartográfica, mas, sim, um elemento constitutivo da trama social, cultural e histórica, de seus fluxos e de sua dinâmica em permanente ação, interação, transformação e reconstrução.

Os estudos das cidades vêm acompanhando as significativas mudanças urbanas. Pode-se dizer que anteriormente a cidade era um elemento de delimitação espacial do objeto de estudo de urbanistas, historiadores e outros pesquisadores, era como um “palco”, não se constituía em si como objeto, questão e/ou problema. Já desde o final do século XIX e início do século XX, uma das primeiras vias a delinear a cidade foi a questão higiênico-sanitarista. O olhar médico, conjugado à ação/observação/transformação do engenheiro e a uma

política de intervenção de um Estado planejador/reformador, pretendia de todas as formas neutralizar o espaço. A cidade-questão também envolveu literatos, higienistas, filantropos, moralistas, utopistas, engenheiros e urbanistas – gradativamente criou-se um saber que legitimava as ações-intervenções urbanas. Desde as suas origens, os estudos sobre a cidade são experimentais, concebidos sob inspiração do modelo médico, mas eles são também uma arte. Isso significa que, se os princípios racionais de organização urbana podem ser considerados universais, a sua aplicação passa pela singularidade de cada cidade, mas sempre subentende um diagnóstico (com as típicas estratégias de dissecar, autopsiar, detectar patologias da cidade), acompanhado de prognósticos de ação, apresentando modelos e planos, procurando corrigir, extirpar, estigmatizar as experiências urbanas. Procurava-se, assim, dar ao espaço uma qualidade universal e manipulável, através da "racionalidade e objetividade" dos especialistas, que passou a ter função-chave na sua luta contra o "arcaico pela ordem e progresso", caminhando juntamente ao desejo já latente e generalizado de "ser moderno" em que a cidade aparecia como sinônimo de progresso em oposição ao campo. Nesse processo, a problemática da cidade foi delineada como questão – a chamada questão urbana –, encontrando-se atravessada pelos pressupostos da disciplina e da cidadania. Passando a cidade a ser reconhecida como espaço de tensões, constituiu-se nesse mesmo processo a questão social com a identificação do outro – o pobre, o trabalhador, o (i/e)migrante, a mulher, o negro. Dessa forma, deve-se estar atento a esse processo de constituição da cidade-questão para uma análise que procure recuperar todas as tensões desse processo e não reproduzir os discursos legitimadores dessas ações. Assim, pensar a noção de urbano e os adjetivos sobre a cidade como categorias instáveis permite recuperar essa historicidade da cidade, tornando-a questão-objeto de análise.

Contemporaneamente, pode-se perceber nas cidades muitas tensões que emergem vivenciadas de forma fragmentada e diversificada por seus habitantes, o que contrasta com as representações nos estudos urbanos, nos quais a cidade apresenta-se como unidade. As tensões urbanas vão surgindo como representações do espaço: suporte de memórias diferentes, contrastadas, múltiplas, convergentes ou não, mas que delineiam cenários em constante movimento, em que esquecimentos e lacunas constroem redes simbólicas de formas diferenciadas, discursos diversos que fazem da cidade lugar para viver, trabalhar, rezar, observar, divertir-se, misturando-se os laços comunitários e étnicos, criando espaços de sociabilidade e reciprocidade, no trabalho e no lazer, em meio às tensões historicamente verificáveis. As cidades constituem-se em territórios que condicionam múltiplas experiências pessoais e coletivas. Sob a

cidade fisicamente tangível, descortinam-se cidades análogas invisíveis (CALVINO, 1991), tecidos de memórias do passado, de impressões recolhidas ao longo das experiências urbanas (RAMA, 1985). Passando a cidade a ser vista também como espaço que em diferentes tempos foram se constituindo como escolhas coletivas. Nesse processo, a cidade aparece como construção problemática de algo a ser decifrado, contendo uma multiplicidade de histórias e memórias: a cidade dos antepassados, dos heróis e/ou dos vilões, dos donos do poder, de ontem e de hoje; ou, dependendo da fonte de informação, a cidade dos eruditos e dos historiadores, dos urbanistas, planejadores, tecnocratas, dos habitantes; a cidade sonhada, a cidade das guerras e revoluções; a cidade do homem da rua e daquele que, com suas mãos, a constrói (MENEZES, 1985).

A cidade vai se impondo como um documento a ser investigado em que a paisagem urbana é posta como um texto a ser decifrado, cabendo ao investigador entender o que significa esse emaranhado de tempos, espaços e memórias, recuperando as várias camadas e as relações entre elas, decifrando seus enigmas, como uma arqueologia social da cidade. O espaço urbano, no seu processo de transformação, pode ser simultaneamente registro e agente histórico. Nesse sentido, deve-se destacar a noção de territorialidade, identificando o espaço como experiência individual e coletiva, onde a rua, a praça, a praia, o bairro, os percursos estão plenos de lembranças, experiências e memórias. Espaços que, além de sua existência material, são também codificados por todo um conjunto de representações, numa dinâmica de múltiplos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (ROLNIK, 1992). Caberia destacar que a trama urbana constitui-se através de múltiplas ações de liberdade, reivindicações de autonomia, construções coletivas e defesas dos limites do privado, num processo em que de diferentes indivíduos produz-se uma cidade-sujeito. Na cidade estabelecem-se solidariedades, conflitos e tensões urbanas, que se constituem entre o aumento de mobilidade e os desejos de enraizamento, oposições entre planificação, programação, ordenamento num confronto infindável com a criação, identidade, movimentos que redimensionam o pulsar urbano num fluxo contínuo de tensões.

Referências

CALVINO, Ítalo. Cidades invisíveis. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. “O museu na cidade X a cidade no museu”. In: Cultura & Cidades, Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1985, v. 5, n. 8/9. p. 197-205.

RAMA, Angel. Cidade das letras. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ROLNIK, Raquel. “História Urbana: História na Cidade”. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio. Cidade e história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: Faculdade de Arquitetura, 1992.

MARIA IZILDA S. DE MATOS

CINEMA ALEMÃO Os anos entre 1919 e 1926 marcaram a explosão do Expressionismo no cinema alemão. Com o país empobrecido e dividido pela derrota na Primeira Guerra Mundial e pela revolução social entre 1919 e 1923, pintores, arquitetos, gravuristas e demais artistas plásticos renegam a representação naturalista e objetiva da realidade, tão próprias da visão inicial da fotografia e do cinema, e amplamente dominante nos EUA, optando por violentas distorções, com ângulos cortantes, o gigantismo e a deformação da escala, e pela ênfase no jogo do claro/escuro. Cineastas como Robert Wiene (O Gabinete do Dr. Galigari, 1919), Friedrich W. Murnau (Nosferatu, 1921) e Fritz Lang (Metrópolis, 1926) tornaram-se os principais representantes do Expressionismo. Seus filmes tornaram-se modelos e ícones do cinema mundial, dando por longo tempo larga primazia ao cinema alemão. A contribuição de artistas importantes como cenógrafos e desenhistas de formação expressionista (e mesmo futuristas e dadaístas), entre os quais Herman Warm, W. Riemann e W. Röhrig, saídos do movimento Blaue Ritter, utilizados por Robert Wiene e Fritz Lang – o que tornaria cenários e cartazes de seus filmes em peças eternas da arte da gravura e do cenário – une ideias de vanguarda com as novas possibilidades industriais do cinema, impondo uma concepção do cinema como arte. E arte de vanguarda, fato impensado na nova indústria na América.

Dois filmes tardios do Expressionismo, M, o vampiro de Dusseldorf, de Fritz Lang, em 1931, e o Anjo Azul, de Josef von Sternberg, em 1930, consolidaram uma estética expressionista, agora autonomizada em relação aos limites técnicos iniciais dos cinemas e dos quais o primeiro expressionismo fora fortemente devedor. A fotografia em preto e branco, as distorções de imagens como projeções oníricas, o efeito névoa/chuva, o overacting típico do cinema mudo – o período clássico do Expressionismo – tornam-se, agora, estilo.

O jogo de espelhos, o grande plano, as espirais, as escadas-metáforas marcam a descida ao submundo, como em M, em que a lei e a ordem são subvertidas às vésperas do nazismo tomar o poder. Em Anjo Azul, a montagem de Von Sternberg conduz o espectador a um jogo de luz e de embaçamentos, da fumaça de charutos, no qual Marlene Dietrich desenvolve coreografia profundamente estudada, cujo resultado é um fantástico efeito erótico.

Fugindo da crise econômica mundial e do nazismo, vários diretores, como Fritz Lang e Von Sternberg; técnicos, roteiristas, como Bertholt Brecht; e atores, como Marlene Dietrich e Peter Lorre; e técnicos como o fotógrafo (depois diretor) Karl Freund, foram para Hollywood, levando na bagagem a herança do Expressionismo. Assim, John Ford incorpora uma estética expressionista em The

Longue Voyage Home, de 1940, tal como Orson Wells, em Cidadão Kane, de 1941. É, porém, com John Huston, em Relíquia Macabra (The Maltese Falcon, de 1941), baseado em novela de Dashiel Hammett e estrelado por Humphrey Bogart e Peter Lorre, unindo a narrativa detetivesca e a estética do claro/escuro, que o Expressionismo adquire formas de gênero novo e tipicamente americano: o cinema noir.

Não foi somente o cinema noir americano que recolheu a influência fértil do Expressionismo alemão. Obras e diretores variados, em muitos países, recolheram traços e formas expressionistas. Ora é o tratamento que valoriza a temática e os personagens, ora são os jogos de luz e cor (mesmo o exagero na cor é considerado um recurso expressionista). De certa forma, o Expressionismo influenciou o neorrealismo italiano, no pós-Segunda Guerra Mundial, e o cinema novo brasileiro, no período desenvolvimentista. Alguns diretores, profundamente autorais, adotam aspectos expressionistas ou trabalham com citações que remetem ao Expressionismo, como em Rainer W. Fassbinder, com Lola, em 1981, e Querelle, em 1982; Ingmar Bergman, em O Ovo da Serpente, em 1978; Lars Von Trier, em Europa, em 1991, ou Ridley Scott, em Blade Runner, em 1982.

Referências

BRUNETTA, G.-P. Nacimento del relato cinematografico. Madri: Catedra, 1993.
FAULSTICH, W.; KORTE, H. (eds.). Fischer Filmgeschichte. Munique: Fischer Verlag, 1994.
REICHEL, Peter. La fascination du nazisme. Paris: Éditions O. Jacob, 1993.
RUSHING, Janice; FRENTZ, Thomas. Projecting the Shadow. Chicago: University Press, 1995.
TOULET, E. Cinématographie: invention du siècle. Paris: Gallimard, 1994.

CINEMA E ESTÉTICA EXPRESSIONISTA O movimento estético do Expressionismo possibilitou ao cinema alemão criar um estilo característico e inovador, capaz de consolidar sua reputação no mercado cinematográfico internacional, frente às produções norte-americanas, inglesas, francesas e italianas. Após ter marcado a pintura, a literatura, o teatro e a arquitetura, seria no cinema, um campo novo e suscetível a todas as formas de experimentação, que o Expressionismo desenvolveria sua mais forte expressão artística. Indubitavelmente, o Expressionismo foi o correspondente artístico da Alemanha destroçada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Afinal, os acontecimentos traumáticos dos horrores ocorridos nas trincheiras geraram um profundo descontentamento pela ideologia liberal e impulsionaram uma nova arte, que passou a refletir em suas obras o estado de espírito e as inquietações

emocionais que permeavam a sociedade alemã. Segundo Lotte Eisner, havia uma predisposição natural do espírito alemão ao Expressionismo, que poderia ser encontrada no seu fascínio pelo mágico, pelo místico, pelo telúrico, pelo onírico, pelo simbólico e pelo demoníaco. O termo “expressionismo” fora empregado por Herwarth Walden para designar todo estilo de arte moderna oposta à estética impressionista. Posteriormente, esse termo passou a classificar todo trabalho artístico que preconizava uma visão deformada do real de acordo com as normas subjetivas do artista, tendendo à instauração de um universo “diferente”, próximo da alucinação, no qual o expressionista passa a não ver, mas a ter visões. Assim, buscava-se dar prioridade sistemática às ideias e aos sentimentos mais singulares, com base nas impressões recebidas pelos sentidos. É este o postulado do Expressionismo: separar-se a qualquer preço da natureza, imergir no subjetivismo visionário e buscar isolar “a expressão mais expressiva” do mundo exterior, através de um filtro adulterador (ou corretor). Daí o emprego frequente de uma série de deformações e de manipulações, a recorrência a uma simbologia visual, um mergulho no obscuro e no indeterminado, o fascínio pelo desencadeamento das forças telúricas, o esmagamento dos personagens por seu ambiente ou pela fatalidade, tudo isso mesclado na liturgia rítmica do cinema mudo.

Portanto, segundo Luiz Nazário, a revolução do Expressionismo é exatamente esta: ele não aceita que a arte seja uma expressão da realidade visível; se a arte existe é para comunicar aos homens o incomunicável, a realidade que está além das aparências, os estados de alma que invadem, possuem e dominam os seres sem que sejam evidentes. A fonte de inspiração para o desenvolvimento do cinema expressionista alemão surgiu do teatro de Max Reinhardt, que segundo Lotte Eisner notabilizava-se pela estilização simbólica dos cenários, pela dramatização da atmosfera através do contraste de luzes e sombras, pelo jogo de interpretação intensamente estilizada dos atores e pela técnica de iluminação súbita de um personagem ou um objeto, a fim de concentrar aí a atenção do espectador, deixando neste exato instante todos os outros personagens e objetos mergulhados em trevas indefinidas. A estética expressionista no cinema alcançou o seu apogeu com o filme O Gabinete do Dr. Caligari (Das Cabinet des Dr. Caligari, 1919), de Robert Wiene. No entanto, essa obra, considerada o “filme-manifesto” do cinema expressionista, fora precedida por outras produções cinematográficas que já apresentavam traços característicos do Expressionismo: O Estudante de Praga (Der Student von Prag, 1913) e A Casa sem Portas ou A Casa sem Janelas (Das Haus ohne Tür ou Das Haus ohne Fenster, 1914), ambos realizados pelo dinamarquês Stellan Rye, a primeira versão de O Golem (Der Golem, 1914), produzida por Paul Wegener e Henrik Galeen, e ainda o filme

Homunculus (1916), de Otto Rippert.
O roteiro original de O Gabinete do Dr. Caligari buscava, na metáfora do psiquiatra louco que hipnotiza um paciente para cometer crimes, denunciar a onipotência de uma autoridade estatal que se manifestava através do serviço militar obrigatório e das declarações de guerra. Originalmente, Fritz Lang iria dirigir o filme. Porém, havia desaprovado a ideia original de uma visão inteiramente expressionista do mundo, sugerindo a Erich Pommer modificar o prólogo e o epílogo, a despeito da oposição dos seus autores Carl Mayer e Hans Janowitz, de modo a absolver o psiquiatra de sua loucura, entregando os espectadores de volta à realidade. Fritz Lang acabou não dirigindo o filme, mas sua sugestão foi mantida e, no final, o universo expressionista transformava-se na visão deformada de um louco, que o saber do especialista normaliza, voltando a dominar a situação. Assim, as instituições são preservadas: o mundo não era um hospício e louco era apenas aquele que assim o imaginava. Assim, a história fora reduzida às alucinações de um louco, ao contrário da intenção original de desmascarar, na pessoa do Dr. Caligari, diretor de um asilo de alienados e saltimbanco de feira, o absurdo de uma autoridade social.
Mesmo assim, O Gabinete do Dr. Caligari foi o mais perfeito exemplo de filme expressionista: a interpretação intensamente estilizada dos atores, expressa numa gesticulação desvairada, somada a sua pesada maquiagem e ao vestuário figurativo, fundem-se na estrutura do cenário, da decoração, da “mímica dos objetos” e do jogo de luzes e sombras da iluminação, o que fortalece a angústia numa intervenção altamente dramática, formando um conjunto plástico e deformado, como se, nas palavras de Herman Warm, “os filmes se tornassem desenhos vivos”. Esta estilização de todos os elementos dramáticos do filme passou a ser designada, desde então, por “caligarismo”, que significa o Expressionismo cinematográfico mais radical, levado às últimas consequências.
Depois do sucesso de Caligari, foi produzido um número significativo de filmes que enfatizavam o macabro e o fantástico, através de histórias sobre figuras do mal que controlavam os inocentes e os oprimidos, tais como: O Golem – Como Veio ao Mundo (Der Golem – Wie Er in die Welt Kam, 1920), dirigido por Paul Wegener e Carl Boese; A Morte Cansada (Der müde Tod, 1921), Dr. Mabuse, o Jogador (Dr. Mabuse, der Spieler, 1922) e Metrópolis (Metropolis, 1926), dirigidos por Fritz Lang; Nosferatu (Nosferatu eine Symphonie des Grauens, 1922) e Fausto (Faust, 1926), de F.W. Murnau; e O Gabinete das Figuras de Cera (Das Wachsfigurenkabinett, 1924), de Paul Leni.
A força do mal em O Golem é um boneco de barro; em Nosferatu é um vampiro; em Fausto é o demônio Mefisto; em O Gabinete das Figuras de Cera, um trio de personagens representa o mal: o sultão Harun al-Rachid; Ivã, o Terrível; e Jack,

o Estripador. Já nos filmes de Fritz Lang, as forças do mal são mais abstratas e metafóricas. Lang advoga justiça e igualdade para os seres humanos por meio de histórias em que os indivíduos têm de se empenhar para superar as forças caóticas e devastadoras do mal: o próprio “destino” é o antagonista de A Morte Cansada; o niilismo científico (na forma de um destrutivo doutor) é o desafio em Dr. Mabuse, o Jogador; e a cópia de Maria, um robô futurista, é a fonte de desordem e caos social em Metrópolis. Nos filmes expressionistas, escreveu Rudolf Kurtz, “a ação mais profunda se passa no escuro da alma”, sendo constante a presença de frustrações e agressões, de um pessimismo que rejeita, com horror, qualquer revolta contra a ordem estabelecida, e de sonhos com uma nova ordem e um homem forte. Siegfried Kracauer considera que durante esses anos de paralisia os alemães foram incapazes de entender que havia muitos tipos diferentes de sociedade, entre a anarquia e a ditadura. Escolhendo apenas entre desordem e ordem, eles obviamente ficaram com a última.

Com a ascensão do nazismo, o Expressionismo foi banido da Alemanha, por ser considerado uma forma de “arte degenerada” (Entartete Kunst). No entanto, para Siegfried Kracauer, as fantasias do cinema expressionista seriam, se não uma preparação, uma prefiguração do que seria a Alemanha de Hitler: “Como a Alemanha concretizou o que havia sido antecipado por seu cinema desde seus primórdios, importantes personagens cinematográficos se tornaram verdadeiros na vida real. Homunculus apareceram em carne e osso. Autonomeados Caligaris hipnotizaram a inumeráveis Césares para que cometessem assassinatos. Raivosos Mabuses cometeram fantásticos crimes impunemente, e loucos Ivãs perpetraram torturas inacreditáveis... Em Nuremberg, a decoração ornamental de Os Nibelungos apareceu numa escala gigantesca: um oceano de bandeiras e pessoas artisticamente dispostas... Era tudo como havia sido na tela. As obscuras premonições de um desastre final também se concretizaram”.

Referências

EISNER, Lotte H. A tela demoníaca. As Influências de Max Reinhardt e do Expressionismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Instituto Goethe, 1985.

KRACAUER, Siegfried. De Caligari a Hitler. Uma história psicológica do cinema alemão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

KURTZ, Rudolf. Expressionismus und Film. Zurique: Hans Rohr, 1965.

NAZÁRIO, Luiz. As sombras móveis. Atualidade do cinema mudo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

CINEMA E GUERRAS NO SÉCULO XX (ORIGENS) As guerras e o cinema criaram, desde o seu primeiro encontro, uma estreita relação,

transformando o tema bélico em espetáculo por excelência. Coube aos ingleses, logo no início da Primeira Guerra Mundial, instrumentalizar o cinema como arma de guerra, mais especificamente como propaganda de guerra. Logo em seguida, os alemães, instigados pelo General Luddendorf, procuraram criar as condições de combater a mesma guerra, fundando a UFA/Universum Film Aktiongesellchaft, a empresa cinematográfica que se tornaria célebre durante a República de Weimar (1919-1933) e o III Reich, produzindo grande quantidade de filmes de qualidade e, mais tarde, propaganda fascista. Assim, a guerra frequentou o cinema intensamente desde suas origens, ora sob a forma de cinejornal – poucas vezes diferenciado da propaganda política de cunho nacionalista – ora como ficção, celebrando o heroísmo nacional e a tragédia grandiosa da guerra. Algumas vezes, o cinema assumiu claramente um papel fortemente pacifista, de combate e denúncia contra a guerra, concebida como algo irracional. Em vários momentos da História, a estreita relação entre guerra e cinema fez com que o último fosse alvo de normatização do Estado, como no III Reich, na Rússia de Stalin ou conforme a prática da autocensura em Hollywood. Coube, contudo, ao cinema italiano inaugurar um gênero de filme histórico, do qual o filme de guerra emergiria com suas maiores características. Com grandes cenários – muitas vezes em ambientações naturais – rememorando o passado glorioso e guerreiro da antiga Roma –, desde suas origens o filme de guerra mostrou-se, conforme afirma Pierre Sorlin, um subtexto da cultura e da política contemporânea. Mesmo quando se ocupava de um glorioso passado – Roma Antiga ou as Guerras Napoleônicas – o cinema visava, através dos seus roteiros, justificar ou mobilizar a opinião pública em favor de determinada política do Estado-Nação. Assim, dois filmes históricos italianos, praticamente fundadores do gênero histórico no início do século, são feitos como ferramenta de legitimação da expansão imperialista italiana, desejosa de recriar no Mediterrâneo um Mare Nostrum do Império Romano, marcando a arrancada do gênero: Quo Vadis, dirigido por Enrico Guazzoni, em 1912 – no mesmo ano em que a Itália, ao vencer a Turquia, conquista a Líbia – e Cabiria, de Giovanni Pastrone, de 1914. Tratava-se, neste caso, de mostrar ao público – a opinião pública das democracias liberais – as glórias de Roma e o destino da península itálica em tornar-se o centro de um império. Ao mesmo tempo, do outro lado do Atlântico, os americanos assumem o novo gênero, dotando-o de seus traços fundamentais, tais como a fantasia e o gigantismo, como D.W. Griffith faz em Nascimento de uma Nação (The Birth of a Nation), de 1915. As cenas de guerra, no caso da Guerra de Secessão Americana, marcadas por forte realismo e narrativa historicizante, farão escola, abrindo caminho para inúmeros filmes de guerra, bem como para o gênero western, com suas cavalgadas heroicas. Boa

parte dos westerns americanos, por si só um gênero, acabará por constituir-se um subgênero do filme de guerra, opondo a cavalaria contra os índios e sendo, para a maioria do público americano, o único aprendizado histórico sobre a conquista do território no século XIX.

Guerra e Paz no Cinema. Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), como era de esperar, o cinema conheceu uma notável explosão de temas voltados para a guerra, construindo boa parte da memória coletiva do Ocidente sobre o evento. Alguns eram filmes de construção de memória da Grande Guerra, de seus aspectos mais cruéis e heroicos, particularmente no campo dos Aliados ocidentais que lutaram contra os impérios centrais. Entretanto, os mais importantes filmes do período surgiram como uma crítica dura, quase existencial, à guerra. Correspondendo bastante bem ao grande surto pacifista que sobreveio à guerra e à paz imperfeita de 1919, poderíamos destacar Nada de Novo Front, dirigido por Lewis Milestone, em 1930 (baseado na novela homônima antiguerra de Erich Maria Remarque), e Grande Illusion, de Jean Renoir, de 1937. Em ambos os casos, era evidente a campanha antiguerra dos cristãos, socialistas e liberais progressistas, expressa, por exemplo, no Pacto Briand-Kellog, de 1928, de banimento da guerra. Em ambos os filmes, histórias pessoais, questionamentos sobre o próprio destino entrelaçam-se com os fatos de guerra, inexoráveis, que arrastam a existência humana, tendo como pano de fundo uma recusa social generalizada contra a guerra. Mas mesmo num ambiente pacifista, como os anos 20 e 30, surgiram grandes filmes de elogio à guerra, cabendo à França – no apogeu de seu império e poderio, após a derrota da Alemanha na Grande Guerra – produzir sua epopeia histórica, transformando o passado em um episódio glorioso e o homem providencial num herói solitário, tocado pela genialidade e o divino, ou o sobrenatural, como é o personagem central, errático e errante, de Napoléon, de Abel Gance, de 1927. A Alemanha também produzirá sua versão mística, e mítica, da Guerra de 1914-1918, através da reconstrução de um passado glorioso e da consciência de ser a fonte da justiça num mundo povoado por injustos e traidores, como em Die Nibelungen: Sigfried Tod (A Morte de Siegfried, em 1924), de Fritz Lang, com roteiro de Thea Von Harbour, apresentando um herói justo, puro, imaculado, traído em sua confiança e credulidade, única forma de derrotá-lo. Siegfried fornece, mesmo que essa não tenha sido a intenção inicial, uma visão plástica, calcada nos mitos germânicos da terra, do sangue e da floresta, às esdrúxulas justificativas do Estado-Maior alemão para a derrota frente aos Aliados (a versão da “Punhalada pelas Costas”, ou Dolchstoss, embutida na lenda germânica da invulnerabilidade do corpo de Siegfried, com uma única exceção, que é delatada aos seus inimigos). Em ambos os filmes – marcados por grandes experimentos fotográficos e soluções visuais

de grande alcance – a guerra é sublinhada por certo encantamento, envolvida em brumas míticas e vista como um experimento que tempera na dor e na privação o caráter de um povo. Não se trata de um elogio óbvio. Ao contrário, a guerra é dura e cruel, porém necessária e capaz de corrigir injustiças e, com toda certeza, está escrita no destino dos povos. Da mesma forma, ambos os filmes não se remetem à Grande Guerra – a apenas uns poucos anos atrás – mas buscam em conflitos muito mais antigos uma metalinguagem que evite a obviedade e permita que o público realize associações e busque suas próprias conclusões, embora aprisionado em um universo imagético único, balizado pelos temas do sacrifício, do heroísmo e da traição. A Revolução Bolchevique, de 1917, trará um ingrediente novo para o cinema: de um lado, a elite soviética se interessa pelo cinema por seu imenso potencial pedagógico, em particular num país tão vasto e com uma grande população de analfabetos, como era o caso da jovem URSS. Nesse sentido, surgiram filmes como O Encouraçado Potemkim (Bronenosez Potemkim), de Sergei Eisenstein, de 1925; ou, em 1927, Outubro, que se propõe a ser uma verdadeira aula de história soviética, usando abundantemente recursos como a tipagem (em que burgueses são mostrados com caras de lobos). Por outro lado, a paz armada na Europa, cada vez mais tensa diante da ameaça geral de guerra, acaba incentivando o renascimento de um sentimento patriótico "soviético", como é o caso de Alexander Nevsky, do mesmo Eisenstein, de 1938. Neste caso, o cinema deveria inculcar um sentimento nacional, agora soviético, em uma população que, durante os últimos dez anos, fora educada contra o "nacionalismo burguês". Tanto em Alexander Nevsky quanto em Ivan, Eisenstein introduz o mesmo caráter místico, quase religioso, já existente nos filmes citados de Gance e de Lang. A guerra é por excelência uma experiência mística e sacral. Sem dúvida, foram os russos os primeiros a utilizar, em grande escala, o cinema como uma arma de propaganda, tanto em política interna quanto em política externa, cabendo ao Estado o planejamento e o financiamento de uma programação adequada aos interesses do Partido Comunista. Do outro lado do mundo, e no extremo do sistema político e social, os EUA não se mostravam muito diferentes no processo de colocar a indústria cinematográfica a serviço dos interesses do Estado. Em Hollywood, o grande cineasta Frank Capra dirige para a Marinha de Guerra um conjunto de filmes de cunho patriótico, nitidamente voltados contra o Japão, sob o título Por que lutamos? (Why we Fight?, 1942-1945). A Alemanha hitlerista dedicará grande esforço à produção cinematográfica de caráter nacionalista, ultrapatriótica e racista. Ao lado de uma imensa série de filmes antijudaicos, em sua totalidade grosseira e desdenhada até pela elite nazista – tais como Jude Süss, de Veit Harlan, e Der Ewige Junde, de F. Hippler, ambos de 1940, o III

Reich financiou um bom número de produções mais sofisticadas e, malgrado seu odioso conteúdo racista, de soluções formais magníficas e inovadoras, tais como O Triunfo da Vontade (Triumph des Willens), dirigido por Leni Riefenstahl, de 1935, repetidas no conjunto de seus trabalhos encomendados pelo Führer, com grande inventividade técnica. Neste caso, com Riefenstahl, o grande impulso tecnológico alemão no período de entreguerras (1919-1939) e o generoso financiamento do Estado permitirão o surgimento de especialistas, técnicos em iluminação e montagem, com soluções formais e inovações de linguagem, além dos fantásticos estúdios em Babelsberg, perto de Berlim, que acabarão por tornar tais obras um momento permanente da história do cinema. Alguns destes trabalhos assumiram claramente um papel de herança ideológica do III Reich, como Kolberg, filmado em 1944, com um superorçamento e desviando soldados da frente oriental para servirem como extras, e cuja estreia será feita em uma Berlim em ruínas. Kolberg deveria marcar, com a metáfora histórica da resistência, o renascimento futuro da Alemanha.

Referências

KRACAUER, S. De Galigari a Hitler. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
SORLIN, Pierre. The Film in History. Restaging the Past. Oxford: Basil Blackwell, 1980.
TOEPLITZ, Jerzy. Geschichte des Films. Berlim: Henschelverlag, 1968.

CINEMA NORTE-AMERICANO Foi na América, primeiro em Nova York e depois na Califórnia, que o cinema assumiria, decididamente, o caráter de indústria de entretenimento. Este ponto, comum a toda produção americana, não garantiria unidade estilística ou temática ao cinema americano, embora alguns elementos comuns estivessem presentes desde cedo no conjunto da produção. Assim, a produção americana apresentou uma larga diversificação, como as comédias malucas, com Mack Sennett, Harold Lloyd, o Gordo e o Magro, entre outros; os musicais da Metro; o filme noir; o drama e o drama épico, e, muito especialmente, o western, são gêneros em si, diversos e ricos, e todos profundamente americanos. Por mais diversificados, entretanto, que sejam tais gêneros, há entre eles algo em comum: uma linguagem claramente narrativa e naturalista, amarrada a uma concepção individualista e otimista do mundo e da vida, expressa numa perfeita distinção entre o bem e o mal, cuja melhor metáfora é o duelo ao amanhecer em Gunfight at the O.K. Corral (John Sturges, 1957). As origens de tal cinema estão profundamente enraizadas na obra de David W. Griffith (1875-1948). Dois dos seus principais filmes destacam-se como obras iniciadoras do cinema americano: O Nascimento de Uma Nação

(1915) e Intolerância (1916). Em ambos, o essencial do cinema já está presente: a grandiosidade dos cenários e a tentativa de reconstrução histórica; centenas de figurantes em cena; a ação intensa, inclusive a incrível corrida de cavalos em O Nascimento de uma Nação, e entre um trem e um automóvel e uma corrida de bigas, em Intolerância; a ação intensa, o conflito social e individual exposto, com uma solução individual, além do uso da montagem, dos close-ups, e da tipagem dos personagens. Desde O Nascimento de uma Nação, em 1915 – sintomaticamente exibido no lançamento da segunda Ku-Klux-Klan –, o cinema, pensando em representar a história, envolve-se em grande polêmica ideológica.

Em pouco tempo, um gênero leve, mas cheio de ação, dominará boa parte da produção americana, a chamada comédia maluca, com suas cenas de pastelão, corridas envolvendo a polícia ou os bombeiros, quedas e impagáveis equívocos, como nos filmes de Mack Sennett, Fatty Arbuckle, de O Gordo e o Magro e, particularmente, o genial Buster Keaton (1895-1966).

Com o advento das grandes companhias – United Artists, Paramount, MGM *etc.* – começou a constituir-se também um star system, a promoção intencional de um cast, o elenco, de artistas de grandes nomes, cinco no máximo por empresa, com poder de atrair público, independentemente dos roteiros ou diretores. Assim, dever-se-ia cuidar da imagem dos atores, sua aceitação e a adequação a determinados papéis. Surgirá uma imprensa especializada no tratamento dos atores, na construção de mitos e histórias de vida, com promoções comerciais e a criação de fãs-clubes. John Gilbert, Mary Pickford, Greta Garbo, Lilian Gish, Douglas Fairbanks, entre outros, formaram a primeira geração do star system.

A primeira grande mutação no cinema, e em sua linguagem, ocorre em 1927, com a introdução da sonorização pelos estúdios da Warner Bros. Co. Embora o sistema de gravação em celuloide já fosse conhecido (inventado por Lee De Forest, em 1907), só bem mais tarde foi comprado pela Warner Bros, que produz em 1926 o primeiro filme com trilha sonora (Don Juan, de Alan Crosland) e o primeiro filme com diálogos falados, com o lançamento de O Cantor de Jazz, do mesmo Alan Crosland, com Al Johnson (1886-1950). A introdução do som representou uma revolução na indústria cinematográfica, afastando inúmeros atores (inadaptados para os diálogos), forçando um acting mais naturalista e menos caricato e atingindo, principalmente, a comédia pastelão, que tão bem prescindia de diálogos. Por sua vez, o som permite o desenvolvimento de novos gêneros, como os grandes musicais, e o aprofundamento dos filmes policiais, com diálogos sutis e suspenses psicológicos. Consolidava-se, então, a linguagem formal do cinema, com a confluência de diversos procedimentos, da cenografia e do figurino até a produção do diálogo. Muitos, como, por exemplo, Charles Chaplin, lamentaram a perda da pureza das imagens, agora contaminadas pela

presença do som.
Os grandes diretores já estão presentes e, mesmo quando migram de um gênero para outro, deixam sua marca na produção cinematográfica americana. Surgem, principalmente a partir da década de 1930, os diretores que celebrizam os grandes gêneros, tais como John Ford (1894-1973), como artífice maior do western, com No Tempo das Diligências (1939), Vinhas da Ira (1940) ou Homem que matou o facínora (1962); Samuel Goldwyn (1882-1972), com O morro dos ventos uivantes (1939); Frank Capra, autor de um verdadeiro retrato dos EUA na época da Depressão, com Aconteceu naquela noite (1934); Michael Curtiz com Capitão Blood e Anjos de Cara Suja (1938); Cecil B. De Mille, que seguindo os passos de Griffith, dá estatuto de grandiosidade aos filmes históricos, com Cleópatra (1934) e Sansão e Dalila (1949), e John Huston, verdadeiro artesão do cinema noir, com Relíquia Macabra (1941) e O tesouro de Sierra Madre (1948).
Estes diretores, com seus filmes preciosos, malgrado toda a espantosa diversidade – expressa, por exemplo, no uso grandioso da luz em John Ford ou na instrumentalização psicologizante em John Huston – marcam o que muito genericamente chamou-se de cinema hollywoodiano, com a ênfase narrativa, o tempo linear, o recurso naturalista e o desenlace moralizante, com elogio à coragem e ao espírito empreendedor típicos do americano comum, personagem, por exemplo, heroicizado de Frank Capra.
Na década de 1930, sob o impacto da chegada de dezenas de realizadores, atores e técnicos fugidos do fascismo na Europa – como Fritz Lang, Peter Lorre, Marlene Dietrich, Bertolt Brecht, Karl Freund entre tantos outros –, surgem temáticas e técnicas novas, que vão enriquecer a experiência americana. O toque noir, vindo do Expressionismo alemão, a politização das temáticas, o drama interior e a abordagem psicologizante tornam-se corriqueiros no cinema americano. Velhas temáticas europeias, com toques do gótico e do grand-guignol, florescerão nas décadas de 1930 e de 1940, com produções que marcaram o filme de horror americano, em especial as produções da Universal, tais como Drácula, de Tod Browning, de 1931; Frankenstein, de James Whale, também em 1931, ou O médico e o monstro, de Rouben Mamoulian, e a Múmia, de Karl Freund, ambos de 1932, todos marcados pelo Expressionismo alemão. Atores como Boris Karloff ou Bela Lugosi tornar-se-iam sinônimos do novo horror americano. Tal conjunto de filmes bem traduz o espanto e o terror dos intelectuais ligados ao cinema, muitos de origem judaica, frente ao avanço do nazismo.
No período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, e de forma tardia em relação à Europa, o governo americano reconhece a importância política do

cinema. Assim, coube a Frank Capra, com Why we fight?, a produção oficial das razões americanas para o enfrentamento com o Japão. Já sob pressão do moralismo puritano da década de 1920 – tão bem criticado em uma das sequências de Griffith em Intolerância – a própria Hollywood havia se autorregulado, com a criação do chamado Código Hayes, uma série de limitações temáticas, formais e imagéticas. A guerra, como em todos os países envolvidos, gerou uma série de filmes edificantes, nos quais se destacava, entre os atos de bravura dos soldados americanos, a atuação dedicada e emancipada da mulher americana, como em Casablanca (Michael Curtiz, 1943) ou Um punhado de bravos (Objective Burma, Raoul Walsh, 1945).

Durante o período do macarthismo, a chamada "caça às bruxas", quando o anticomunismo tornou-se ideologia oficial das administrações Truman e Eisenhower (de 1945 até 1961), Hollywood foi duramente atingida, com o exílio de diretores, como Charles Chaplin e Stanley Kubrick, de grandes roteiristas, como Dalton Trumbo, a prisão de outros, como Dashiell Hammett, e o afastamento de nomes marcantes da indústria cinematográfica, como Lilian Hellman (roteirista de Júlia, Little Foxes, A Malvada etc). Porém, mesmo sob severa vigilância do Comitê de Atividades Antiamericanas, da autovigilância vigente nos estúdios, o cinema americano consegue manter sua criatividade crítica, utilizando a alegoria como forma crítica de encarar o presente. Coube, sem dúvida, a Nicholas Ray (1911-1979) a construção de uma vasta obra baseada na irredutibilidade do indivíduo frente ao poder e ao destino. É assim, em praticamente todos os seus filmes, que um homem, certo da justeza de sua luta, enfrenta o poder só e abandonado. Essa é a temática de John Guitar, de 1954, em pleno período de "caça às bruxas", como ainda na The True Story of Jesse James, de 1957, ou no drama social Rebelde Sem Causa, de 1955, culminando no Rei dos Reis, de 1961.

Restaurado o clima de liberdade de produção, em especial após a década de 1960, o cinema americano, embora umbilicalmente ligado ao American way of life, recupera o caráter crítico da sociedade americana, tal como John Ford sob o New Deal na Era Roosevelt. Novos diretores, com grandes filmes como Uma rajada de balas (Arthur Penn, 1967), Sem destino (Denis Hopper, 1969), Amargo Pesadelo (John Boorman, 1972), Nashville (Robert Altman, 1975), Taxi Driver (Martin Scorcese, 1976), o Franco-atirador (Michael Cimino, 1978), entre tantos outros, tais filmes marcam a crítica ao racismo e ao Apartheid praticado no Sul dos EUA, transformam a Guerra do Vietnã em síntese das contradições americanas, criticam o capitalismo americano, defendem o meio ambiente.

Foram tais homens que criaram imagens e tipos inesquecíveis para além das fronteiras americanas, como o detetive noir de John Huston, vivido por

Humphrey Bogart; o justiceiro matador de índios, com John Wayne, conduzido por John Ford; as mulheres fortes e, mesmo, levemente masculinizadas na sua relação com o poder, como Barbara Stanwick ou Joan Crawford; mas, também, as beldades atormentadas de John Huston, William Wyler e Michael Curtiz, expressão vivida por Beth Davis, em papéis várias vezes escritos por Lilian Hellman; o cientista louco, síntese da ausência de ética, com o fantástico Peter Sellers criado por Stanley Kubrick ou o adorável vagabundo de Charles Chaplin, entre tantos outros personagens que retratam a América.

Referências

BELLOUR, Raymond. Le Western. Paris: Gallimard, 1993.
BRUNETTA, G.-P. Nacimento del relato cinematografico. Madri: Catedra, 1993.
COHN, Gabriel (org.). Comunicação e Indústria Cultural. São Paulo: Editora Nacional, 1978.
RUSHING, Janice; FRENTZ, Thomas. Projecting the Shadow. Chicago: Chicago University Press, 1995.
TOULET, E. Cinématographie: invention du siècle. Paris: Gallimard, 1994.

CINEMA SOVIÉTICO E EISENSTEIN Antes da Revolução Russa (1917), não havia na Rússia um cinema nacional. Pensado no Ocidente como uma forma de lazer barata para a massa operária, o cinema apenas ganhou alguma popularidade nas classes médias por volta de 1914, mas não teria terreno muito fértil num país ainda marcado pela servidão e cuja população operária era diminuta e muito pobre. Tal como as primeiras indústrias que emergiram na Rússia czarista, as poucas e pequenas empresas de cinema eram dominadas por produções e capitais estrangeiros, marcadamente franceses, alemães e dinamarqueses. A primeira empresa russa de cinema foi fundada em 1908 e, até a revolução, não havia mais de 20 no total. Tais empresas não eram autônomas quanto aos meios técnicos, importando seus equipamentos da França e da Alemanha. Quando a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) iniciou, os filmes e equipamentos estrangeiros não puderam mais ser importados e, por conta disso, Nicolau II (1868-1918) estabeleceu o Comitê Skobelev para estimular a produção interna de filmes, particularmente voltados para propagandas favoráveis ao regime. Tal comitê teve pouco efeito imediato e, quando o czar renunciou, em março de 1917, o governo provisório de Kerensky (1881-1970) reorganizou as funções do Comitê Skobelev no sentido de desenvolver propagandas contra o czarismo. Em novembro, com a substituição do governo de Kerensky pelos bolcheviques, Lenin (1870-1924) transformou o Comitê Skobelev em Comitê de Cinema do Comissariado Popular de Educação. Os bolcheviques – um total de 200 mil membros para uma população de 160

milhões – tinham agora a missão de montar uma estrutura cinematográfica que pudesse falar em nome de uma nova "unidade", difícil de ser alcançada num país com uma população que falava mais de 100 línguas e, em sua maioria, analfabeta. Lenin viu no cinema a possibilidade de unificar seu imenso e disparatado país, louvando o seu poder como instrumento de propaganda e meio rápido e eficaz de comunicação com o povo. Ele sabia que os espectadores de cinema não precisavam de aprofundamento literário para entender as mensagens do filme e, por isso, deu grande prioridade para que houvesse um rápido desenvolvimento da indústria filmográfica e distribuição maciça de sua produção por todo o território. Em agosto de 1919, em plena Guerra Civil (1918-1921), ele nacionalizou todas as empresas existentes na Rússia e deixou a cargo de sua mulher, Nadezhda Krupskaya (1869-1939), a missão de conceber meios de desenvolvimento da indústria filmográfica. No entanto, o contexto de escassez e fuga de capitais durante a Guerra Civil não permitia fazer muito pelo cinema. Além de a maioria dos produtores ser estrangeira e ter deixado o país, o governo de Lenin sofreu um bloqueio econômico que somente seria atenuado durante a NEP. Entretanto, tal conjuntura não esmoreceu as iniciativas do Comitê de Cinema, cujo primeiro ato foi fundar uma escola profissional de cinema em Moscou para treinar diretores, técnicos e atores. O Vsesoyuznyi Gosudarstvenyi Institut Kinematografii (VGIK), ou Instituto de Cinematografia de Todos os Estados da União, foi a primeira escola no mundo a profissionalizar a prática do cinema, e teve de usar muita criatividade para improvisar treinos e desenvolver técnicas sem o suporte material adequado. Inicialmente, o VGIK treinou seus alunos na produção de agitki, reeditando cinejornais de agitação e propaganda (agitprop), que eram transportados para as províncias e exibidos com o intuito de se conseguir apoio para a revolução. Durante os anos da Guerra Civil, quase todos os filmes produzidos pelo governo eram agitki e os grandes diretores do cinema soviético foram treinados na sua produção, aprendendo a trabalhar com escassez de equipamentos e sem negativos ou celuloide. Os estudantes do VGIK aprenderam a fazer roteiros, dirigir e atuar em cenários imaginários, como se estivessem diante de câmeras. Assim, sobre papéis, aprenderam a juntar vários pedaços até completarem "filmes" inteiros, usando inicialmente os métodos criados por Lev Kuleshov (1899-1970). Durante a Guerra Civil, Kuleshov conseguiu uma cópia do filme de D.W.Griffith (1875-1948) Intolerância (1916) e projetou-o várias vezes para seus alunos até que estes tivessem toda a sua estrutura memorizada. A partir disso, deveriam recombinar suas partes e multiplicar sequências de edição em papel para exercitar novos sentidos em montagem. Ele defendia a ideia de que cada parte de um filme sempre tinha um duplo valor: aquele contido em si mesmo como imagem fotográfica da realidade;

aquele que adquire quando é colocado em justaposição com outras partes. O segundo valor – característico da montagem – concentraria o sentido da linguagem cinematográfica. Portanto, Kuleshov concebia a montagem como um processo expressivo pelo qual imagens diferentes poderiam ser ligadas num significado não literal ou simbólico. Ele é o teórico e professor de cinema que mais influenciou uma geração inteira de diretores soviéticos, entre os quais Sergei Eisenstein (1898-1948).

Sergei Eisenstein foi um gênio pioneiro na moderna arte do cinema, deixando um punhado de obras-primas memoráveis. Se Griffith elaborou sua narrativa de edição de forma intuitiva, Eisenstein foi um verdadeiro intelectual que formulou uma teoria moderna da edição baseada numa preocupação com a percepção psicológica e com a concepção dialética marxista da realidade. Por ascendência paterna, Sergei Eisenstein era neto de judeus, mas seu pai, o engenheiro civil Mikhail Eisenstein, casou-se com uma jovem cristã ortodoxa da alta burguesia russa. Sergei Eisenstein nasceu em Riga (Letônia), em 23 de janeiro de 1898, e começou seus estudos na mesma profissão paterna em 1916, no Instituto de Engenharia Civil. No entanto, abandonou o curso em 1918 para alistar-se no Exército Vermelho, ocupando-se de montagens teatrais. Em 1920, juntou-se ao Teatro Proletkult de Moscou, onde recebeu a influência do diretor Vsevolod Meyerhold (1874-1940) e dirigiu inúmeras peças ao estilo revolucionário futurista. Durante esta experiência, pôde utilizar sua inconclusa formação de engenheiro na concepção de figurino e cenário para inúmeros espetáculos, destacando-se também como codiretor de algumas peças. Foi nesse período que se interessou pelo kabuki japonês. Somente no inverno de 1922-1923 Sergei Eisenstein, então com 25 anos, começou seus estudos com Kuleshov, lançando seu primeiro manifesto teórico sobre a sétima arte, A Montagem de Atrações, publicado na revista Lef, que era editada por Vladimir Mayakovsky (1893-1930). Neste artigo, ele defendia que os espectadores deveriam ser tomados de surpresa por choques emocionais bem calculados, cujo objetivo seria causar agitação. Para tanto, algumas imagens deveriam ser escolhidas independentemente da ação e serem apresentadas, não em sequência cronológica, mas de um modo que pudesse criar um máximo de impacto psicológico. Deste modo, o diretor comunicaria suas ideias para o espectador, conduzindo-o de um estado psicológico anterior para o nascimento de uma nova consciência. Tais princípios básicos do patético na montagem guiaram toda a carreira de Eisenstein, mas não sem erros ou exageros, como ele mesmo reconheceria em seus escritos. Como adverte em seus textos sobre montagem, a escolha de como alcançar tais efeitos tem de ser cuidadosa: é preciso usar elementos concretos implícitos no plano de ação para que se perceba uma

relação de implicação orgânica e não de mera imposição extravagante de símbolos e ângulos de câmera. Assim, por exemplo, no filme Encouraçado Potemkin (1925), a primeira cena de implicação que introduz o tema do filme é o mar revolto batendo violentamente suas ondas num quebra-mar. Trata-se do prelúdio de uma questão: Por quanto tempo a fúria do mar (proletariado) poderia ser contida por artifícios de poder? Segundo ele, uma imagem deve personificar emocionalmente o tema do autor, mas a combinação deve ser feita de tal forma que o espectador participe do processo criativo e, portanto, o espetáculo não deve oferecer um impacto meramente alienante aos sentimentos. Nesse sentido, nos sentimentos e na consciência do espectador, deve-se formar a mesma imagem geral que inicialmente pairou na mente de seu criador. Daí que, em 1940, Eisenstein afirmasse que a força da montagem residia justamente no fato de incluir no processo criativo a razão e o sentimento do espectador, que deveria ser compelido a passar pela estrada criativa do autor e experimentar o mesmo processo dinâmico de surgimento e reunião da imagem (emocional). No entanto, este arrastar-se pelo ato criativo do autor não significava que o espectador estaria anulando a sua individualidade. Na verdade, segundo Eisenstein, o espectador cria também sua própria imagem ao interagir com a orientação plástica do autor, preservando a sua individualidade na forma de entender e sentir o tema, já que ele próprio seria uma síntese de experiências em que se entrelaçam seu caráter, hábitos e condição social. Portanto, a imaginação não produziria quadros completos e ao roteiro caberia apenas sugerir as representações decisivas que comunicassem a experiência da ação aos sentidos e, deste modo, conseguissem fazer com que as imagens (estruturas expressivas) trouxessem para o espectador as linhas-mestras da experiência emocional do autor. A forma de Eisenstein enxergar a poética da realidade e o seu compromisso teórico-ideológico de engajar seus espectadores no mesmo exercício intelectual foram várias vezes interpretados como elitismo e “excesso formalista” pela crítica stalinista.

Quando foi convidado para dirigir seu primeiro filme, A Greve (1924), Sergei Eisenstein sabia muito de produção teatral, mas pouco dos aspectos práticos da produção cinematográfica. No entanto, contou com a ajuda operacional do cinegrafista Eduard Tisse – um dos fundadores do VGIK –, começando uma longa parceria artística. O primeiro filme de Eisenstein mistura a forma do documentário com um estilo épico para tratar de um massacre perpetrado pela polícia czarista contra uma greve de operários em 1912. A Greve é também o primeiro filme revolucionário de massa da URSS, estando marcado por justaposições simbólicas ao estilo de Kuleshov. A principal delas é a conclusão, na qual Eisenstein faz um paralelismo entre o massacre de bois num matadouro e o massacre dos grevistas e suas famílias pela polícia czarista. Em função de seu

enorme sucesso, Eisenstein foi contratado pelo Comitê Executivo Central do PCUS para fazer um filme que celebrasse os 20 anos do “ensaio revolucionário” de 1905 contra o czarismo, cujos focos principais seriam o motim no encouraçado Potemkin e o massacre dos cidadãos do porto de Odessa pelas tropas czaristas. Neste filme, ele pôde desenvolver a técnica e a teoria da montagem para além do sentido de justaposição. Partindo das ideias de Kuleshov, Eisenstein acrescentou que o valor característico da linguagem cinematográfica, contido na montagem, é a colisão de partes opostas, seguindo nisso a visão marxista da história como choque de forças contrárias e síntese renovada. Encouraçado Potemkin receberia trilha sonora do compositor marxista alemão Edmund Meisel, aumentando o seu apelo artístico e, já em começos de 1926, foi exportado com grande sucesso, dando fama internacional – e indiretamente proteção – para Eisenstein num momento em que crescia a influência de Stalin (1879-1953) no PCUS. Em começos de 1928, meses antes de entrar em vigor o primeiro plano quinquenal da URSS, Eisenstein lançou Outubro, feito para comemorar os dez anos da Revolução Bolchevique. Para a sua realização, contou com enormes recursos: o Exército e a força naval soviética foram colocados à sua disposição como figurantes. Além de volumosas fontes da época, Eisenstein contou com o livro de John Reed (1887-1920) Os Dez Dias que Abalaram o Mundo (1919). O filme foi concluído em novembro de 1927 e tinha quatro horas de duração. No entanto, enquanto Eisenstein fazia o filme, Stalin tomou de Trotsky (1879-1940) o controle do Politburo e obrigou Eisenstein a reduzir o filme em um terço para eliminar referências ao exílio de Trotsky. Além da perda evidente de memória política que o filme sofreu, deve-se considerar também a perda estilística: conscientemente, Eisenstein tinha usado Outubro como um laboratório para experimentar a “montagem intelectual”, isto é, um tipo de edição voltada mais para estabelecer uma relação conceitual do que visual ou emocional entre as partes. Quando o filme foi finalmente liberado, os críticos stalinistas acusaram-no de “excessos formalistas”, o que era o mesmo que dizer “esteticista” e “elitista”. A mesma acusação recaiu sobre Eisenstein com o filme O Velho e o Novo (1929), pois a forma lírica com que tratou o processo de coletivização numa área rural afastada não agradou ao establishment stalinista. Para Stalin, Eisenstein tinha duas qualidades que odiava: era intelectual e “judeu”. No entanto, a sua fama internacional impedia que sofresse qualquer tipo de expurgo publicamente. Assim, Stalin agiu indiretamente, atrapalhando cada novo projeto de filme que Eisenstein recebia, embora não ignorasse a sua posição estratégica para criar uma imagem positiva da URSS no exterior, particularmente numa área em que lhe estava angariando prestígio político e artístico-cultural.

Depois de O Velho e o Novo, Eisenstein aproveitou sua viagem promocional por Paris e fez seu primeiro ensaio de contraponto entre imagem e música com o filme Romance Sentimental (1929). Em seguida, contratado pelos estúdios Paramount em 1930, ele partiu para Hollywood, onde trabalhou na adaptação das novelas L'Or, de Blaise Cendrars (1887-1961), e Uma Tragédia Americana (1925), de Theodore Dreiser (1871-1945). Eisenstein narrou a experiência desta última produção em seu artigo "Odolzhaites!" (julho de 1932), demonstrando as várias sutilezas para um roteiro de filme sonoro que expusesse adequadamente os "monólogos interiores" do protagonista (Clyde Griffiths) e, assim, intensificasse o seu dilema psicológico e a dimensão trágico-dramática da divergência entre seu sonho, os meios planejados para alcançá-lo, o seu arrependimento em usá-los e a ação que efetivamente aconteceu, criando uma situação ambígua sobre como definir a sua culpa na morte da namorada. Eisenstein percebeu claramente o quanto o conceito ideológico presente na produção de um filme interferia na abordagem do tema: os produtores do cinema norte-americano queriam um filme policial simples e compacto sobre um assassinato em que se definisse desde o começo a culpa de Clyde, mas Eisenstein não acreditava que a novela de Dreiser fosse tão simples assim e, por isso, desafiando os valores da sociedade norte-americana, apresentou um roteiro que dava fundamental atenção ao fato de que era a estrutura da sociedade que levava Clyde a planejar um assassinato como condição para seu sucesso. Por isso, o seu roteiro foi rejeitado. No entanto, a estada de Eisenstein em Hollywood permitiu que percebesse que o cinema sonoro tinha como matéria principal o monólogo e não o diálogo. Portanto, segundo sua avaliação, o monólogo interior seria o maior desafio para a observação e a invenção criativa de um filme sonoro.

Eisenstein quebrou seu contrato com os estúdios Paramount e partiu para o México com o objetivo de dirigir, em 1932, o filme Que viva Mexico!, financiado por capital coletado pelo novelista Upton Sinclair (1878-1968). No entanto, o filme nunca foi completado por Eisenstein devido às suas divergências com Sinclair. Alguns dos negativos do filme foram vendidos e liberados em três produções que não guardaram menor semelhança com o plano original de Eisenstein: Trovão sobre Méxivo (1932), quando Eisenstein ainda estava no país; Dia da Morte (1932/1934); Tempo no Sol (1939). Em 1933, ele voltou para Moscou e comprometeu-se com a produção de O Prado de Bezhin; porém, depois de várias semanas de preparação, foi ordenado que suspendesse a sua produção – mais uma vez, foi acusada de "formalista". Para escapar das restrições do sistema, Eisenstein resolveu "mostrar arrependimento" pelos "erros" de seus trabalhos. Em janeiro de 1935, durante o Congresso dos

Trabalhadores do Cinema Soviético, Eisenstein afirmou estar presenciando "desde os últimos anos" uma revolução temática e ideológica do cinema soviético devido à sonorização, fato que ele também não separava das mudanças históricas e tecnológicas daquele momento. No auge do cinema mudo – lembrava ele – o tema recorrente era o "herói de massa" e, por isso, todo o método de representação derivava amplamente disso. Assim, a epopeia e o lirismo – com seus protagonistas típicos e histórias que rejeitavam heróis individuais e os conceitos estritamente dramatúrgicos de representação – davam o tom expressivo para as montagens. Em decorrência disso, tornou-se inevitável o uso do princípio da montagem como guia da expressividade do cinema. Entretanto – notava ele – começavam a se distinguir no estágio sonoro do cinema os personagens-heróis individuais. O surgimento desta tendência no cinema soviético é percebido por Eisenstein como "historicamente lógica", já que se vivia uma fase de "bolchevização ainda mais distinta, uma fase de clareza ainda mais dirigida ideologicamente e essencialmente militante". Neste momento, Eisenstein vivia sob o impacto aparentemente promissor do segundo plano quinquenal, que fazia parte do processo de modernização autoritária stalinista, o que significava um completo rompimento com a "livre experimentação" do contexto da NEP em favor de um restritivo dirigismo burocrático. Assim, ele afirmava: "Não é por acaso que exatamente neste período, pela primeira vez em nossa cinematografia, começam a aparecer as primeiras imagens acabadas de personalidades, não apenas de quaisquer personalidades, mas das personalidades mais eminentes: os líderes comunistas e bolcheviques. Exatamente como do movimento revolucionário das massas emergiu o único partido revolucionário – o dos bolcheviques –, que dirige os elementos inconscientes da revolução e os leva em direção a metas revolucionárias conscientes, do mesmo modo as imagens cinematográficas dos atores principais dos nossos tempos começam, durante o atual período, a se cristalizar fora da qualidade de massa revolucionária geral do primeiro tipo de filme. E a clareza do slogan comunista ressoa mais definitivamente, substituindo o slogan revolucionário geral" (Eisenstein, 2002: 121). É possível que este tipo de declaração tenha aberto para Eisenstein a possibilidade de desenvolver o projeto para um épico medieval que contaria a história de Alexander Nevsky (1938), respeitando a política de Stalin de glorificar heróis russos da "unificação nacional". A história da revolução oficialmente contada durante os anos de governo Stalin sempre enfatizava a sua figura como decisiva no desenrolar dos eventos, colocando-se em pé de igualdade ao lado de Lenin – figura impossível de ser apagada da memória da revolução, diferentemente de outros "desviados" políticos, como Trotsky. No entanto, dentro dos limites da censura do sistema,

Eisenstein reconfigurou a história de Alexander Nevsky para que representasse, ao final, um majestoso triunfo do coletivismo sobre a figura individual do líder carismático.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com a ocupação nazista da frente ocidental soviética, Eisenstein entrou na empreitada de outro projeto épico, Ivan, o Terrível, figura histórica que tinha um apreço particular de Stalin. Desde outubro de 1941, ele e outros cineastas haviam migrado para Alma-Ata e se engajado, de acordo com suas palavras, em "disparar filmes contra o inimigo", aplicando por intermédio do cinema golpes tão duros quanto aqueles de um tanque ou avião e, assim, "preservar a cultura cinematográfica da onda de destruição nazista". Estando ele e seus companheiros longe da frente de guerra, tinham a missão de "analisar o passado para preparar o futuro". Como sensível sismógrafo da realidade, pensava ele, o cinema – a mais jovem das artes – deveria resistir à força desagregativa da guerra e recriar a unidade. Com este espírito, Eisenstein engajou-se no trabalho de Ivan, o Terrível em 1943, terminando a sua primeira parte em 1944. A segunda parte foi iniciada em 1946 – agora o momento era de reconstrução da URSS – e uma terceira parte foi vislumbrada, mas um ataque de angina interrompeu seu trabalho por vários meses. Quando pretendeu retomar os trabalhos, poucos dias depois de completar 50 anos, Eisenstein morreu em Moscou a 11 de fevereiro de 1948. A edição da segunda parte do filme foi concluída e liberada apenas em 1958, ou seja, quando havia alguma esperança de desestalinização na URSS.

Paralelamente aos trabalhos da primeira parte de Ivan, o Terrível, Eisenstein escreveu um artigo em que fazia um balanço da experiência do cinema soviético à luz do cinema norte-americano, centrando-se no caso de Griffith. Segundo Eisenstein, não seria possível separar o pensamento da montagem do pensamento como um todo. Assim, a estrutura refletida no conceito de montagem de Griffith seria aquela da sociedade burguesa, percebida como um contraste entre possuidores e despossuídos, mas que se refletia na consciência de Griffith de um modo não mais profundo do que a imagem de uma complicada corrida entre duas retas paralelas. Portanto, o conceito de montagem de Griffith seria a cópia de uma visão dualista de mundo em que duas retas paralelas (o pobre e o rico) correriam em direção a uma "reconciliação" no infinito – que é algo inacessível. Por outro lado, o conceito de montagem no cinema soviético teria uma compreensão do fenômeno mediante uma "imagem" totalmente diferente, proporcionada por uma visão de mundo tanto monística quanto dialética. Coerentemente com sua visão de montagem organicamente dialética, Eisenstein afirmava que seu microcosmo tinha de ser entendido como uma unidade que, devido à tensão interna das contradições, se dividia para reunir-se

numa nova unidade de um novo plano qualitativamente superior a conceber a imagem de um modo novo, tal como fizera na estruturação dos planos de conteúdo do filme Encouraçado Potemkin (1925).

Referências

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

EISENSTEIN, Sergei. A forma do filme. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

FULLER, William C. “The Great Fatherland War and Late Stalinism, 1941-1953”. In: Russia History. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 1997.

HUSBAND, William B. “The New Economic Policy (NEP) and the Revolutionary Experiment, 1921-1929”. In: Russia History. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 1997.

MITRY, Jean. “EISENSTEIN, Sergey”. In: CD-ROM Encyclopædia Britannica, 1994-2000.

ORLOVSKY, Daniel. “Russia in War and Revolution, 1914-1921”. In: Russia History. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 1997.

RADVANYI, Jean (ed.). “Cinéma et Culture Nationale en União Soviética”. In: SLOVO, v. 9. Paris: Publications Langues, 1988.

SIEGELBAUM, Lewis. “Building Stalinism, 1929-1941”. In: Russia History. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 1997.

CINEMA SOVIÉTICO E REALISMO SOCIALISTA Desde os primeiros momentos da Revolução Russa de 1917, percebeu-se, com Lenin e Trotsky à frente, a importância da cultura e da arte para a proclamada construção do socialismo. O Prolecult, órgão dedicado à agitação cultural e que entraria em operação entre 1917 e 1932, encarregava-se da discussão dos novos métodos a serem empregados na difusão cultural. Havia, entretanto, bom número de teorias e projetos diferentes em choque. Quando Lenin declarou que o cinema é, para nós, a mais importante das artes, pensava fundamentalmente em seu papel didático, num país, como a Rússia, de milhões de analfabetos. Assim, o cinema era visto pela liderança revolucionária como arma na construção da nova ordem, o meio mais eficaz de propaganda do socialismo. Para os intelectuais envolvidos no Prolecult, por sua vez, não se tratava somente de instrumentalizar o cinema; seguindo o poeta Mayakovsky, acreditavam que não se podia destruir a estátua do czar e substituí-la pela estátua do trabalhador. Era preciso pensar uma estátua diferente.

Como base de argumentação desses intelectuais de vanguarda, militantes da nova ordem, estava a crença futurista na necessidade de construir uma linguagem própria para o cinema, independente da literatura e do teatro, se possível destruindo a tradição narrativa e a cena única consagrada pelo teatro desde o Renascimento. Nas palavras de Marinetti, em 1915, “o cinema é uma arte em si”. O cinema, sendo essencialmente visual, deve completar a evolução

da pintura e destacar-se da realidade. Partindo de tais princípios, homens como Sergei Eisenstein (1898-1948) e Dziga Vertov (1896-1954) construíram uma nova teoria de cinema e um fazer fílmico revolucionário. O proposto agora, em total contraste com os ensinamentos do grande cinema americano de Griffith, e com o Expressionismo alemão, é que o cinema renegue a herança do teatro e construa uma linguagem própria. O chamado cubo cenográfico, herdado do teatro – espaço cênico do palco a ser preenchido pelos personagens – impunha a linearidade de sucessões de cenas narrativas. Caberá a Sergei Eisenstein superar o primado da cena, propondo a fragmentação do espaço cênico em planos diferenciados, tomadas de ângulos e escalas diferentes. Toda esta diversidade seria, então, reunida conforme um plano de direção que daria o sentido da obra: é a montagem. O corte determina inúmeras possibilidades, podendo ir da continuidade até violentas rupturas, com claras imposições. Aí residiria um efeito didático maior que qualquer história narrativa tradicional. Por exemplo: ao tomar uma sequência que deveria mostrar a exploração do trabalho pelo capitalista, poderia mostrar este – baixo, gordo – com seus lábios ávidos e superpostos à imagem de um lobo! Assim, o cinema rompe com a cena contínua e compacta do teatro, buscando uma linguagem própria, possibilitada pelos meios técnicos disponíveis e não limitada por convenções anteriores a sua própria constituição como atividade criativa. Explorando a fundo as disponibilidades técnicas do novo meio, rompendo com a continuidade teatro-cinema, a montagem torna-se a chave de uma nova linguagem fílmica.

O Encouraçado Potemkin, de 1925, realizado por Eisenstein, constituiu-se em verdadeiro manifesto do cinema de montagem, marcando as possibilidades múltiplas das novas ideias sobre o cinema. Aí, o ritmo e a mensagem do filme são viabilizados pelos cortes e pela subsequente montagem, escolhas críticas, autorais, do diretor em busca de um efeito determinado. Eisenstein introduz, ainda, duas novidades: de um lado, a tipagem, ou seja, a construção de tipos ideais facilmente apreendidos pelo público – como o capitalista gordo, flácido e pusilânime, e o proletário alto, seco, ágil e decidido – iluminando a antinomia explorador/explorado; por outro lado, usa amplamente não atores, pessoas comuns, buscadas na multidão; inicia-se aqui o uso de um recurso que será empregado, por exemplo, pelo neorrealismo italiano e o Cinema Novo brasileiro. Significativamente, é a multidão o personagem central da maioria dos filmes de Eisenstein, o herói coletivo que aprende e ensina simultaneamente a conquista da liberdade. Sua glorificação se dará na sequência da fuzilaria da escadaria de Odessa, fonte permanente de citações para produções posteriores. Em Outubro, de 1928, une-se claramente o didatismo e a nova linguagem, consolidando o trabalho de Eisenstein.

Outro grande cineasta do período foi Vsevold Pudovkin (1893-1953), tão convencido quanto Eisenstein de que a mensagem deveria ser resultado do corte e da montagem. A Mãe, de 1926, baseado na famosa novela de Máximo Gorki, será uma possibilidade genial de comprovar a virtuosidade da montagem: em sequência antológica, o gelo rompendo-se no Rio Neva alterna-se com a explosão do proletariado, ambos rios/ torrentes que se libertam.

O experimentalismo na URSS alcança alto grau de abstração com Dziga Vertov (1895-1954), em especial no filme Um Homem com uma Câmara, de 1929. Neste filme, Vertov aprofunda o subjetivismo inerente à montagem e rompe de vez com qualquer suporte não fílmico, como a literatura. O objetivo de Vertov era a construção de uma linguagem exclusivamente fílmica, dependente do olho mecânico da câmera, mais perfeito e rigoroso que os olhos humanos.

Aos poucos os problemas vão surgindo: a morte de Lenin, o banimento de Trotsky, a vitória de Stalin e a consolidação da burocracia do Partido Comunista sobre o aparelho do Estado e sobre a sociedade. Para a burocracia, apenas a primeira função do cinema na sociedade socialista – o seu didatismo – é importante, forçando o abandono do experimentalismo, das abstrações e das linguagens truncadas, em favor de um didatismo puro, cada vez mais naturalista e linear. Eisenstein dirá: “(...) estamos nos tornando clássicos”.

Os filmes de Georgi e Sergei Vassieliev, entre os quais Tchapaïev, de 1934, marcarão a passagem entre o cinema revolucionário e o didatismo do realismo soviético. Em Tchapaïev, dirigido por ambos, o objetivo é claramente propagandístico, com o axioma que a simplicidade e o realismo são mais diretos do que um sofisticado cinema de criação, para um público de trabalhadores.

Os dois últimos trabalhos de Eisenstein, Alexander Nevsky, de 1938, e Ivan, o terrível, realizado entre 1934 e 1944, marcam a crise do artista com a ditadura estalinista. Embora encomendadas pelo Estado soviético visando ao fortalecimento de uma consciência nacional na URSS – são os sinais anunciadores da Segunda Guerra Mundial – Eisenstein opta por uma reflexão sobre a legitimidade do poder e a solidão do indivíduo perante as imensas tarefas do Estado, temática bastante arriscada na Rússia de Stalin. Coreografia rigorosa, quase um ballet, a música de Sergei Prokofiev e a fotografia de Eduard Tissé comporão um mosaico operístico para ambos os filmes, com forte clima onírico. O poder soviético não mais louvará Sergei Eisenstein.

Referências

BELLOUR, Raymond. Le Western. Paris: Gallimard, 1993.
BRUNETTA, G.-P. Nacimento del relato cinematografico. Madri: Catedra, 1993.
REICHEL, Peter. La fascination du nazisme. Paris: Éditions O. Jacob, 1993.
RUSHING, Janice; FRENTZ, Thomas. Projecting the Shadow. Chicago: Chicago University Press, 1995.
TOULET, E. Cinématographie: invention du siècle. Paris: Gallimard, 1994.

CINEMA Coube a Thomas Edson (1847-1931), nos EUA, associado a W.K.L. Dickson (1860-1937) os primeiros experimentos, em 1894, com uma sucessão de imagens, que, acionadas, produziam uma sequência em movimento: era o princípio do cinema. Mas esse primeiro aparelho, o cinetoscópio, só permitia que uma pessoa por vez visse as imagens. O desafio era projetar essas imagens em uma tela, de modo que várias pessoas pudessem vê-las simultaneamente. Foi isso que fizeram, em 1895, pela primeira vez, em Paris, os irmãos Lumière Louis (1864-1948) e Auguste (1862-1954), abrindo caminho para a forma mais popular de diversão de todo o século XX e, ao mesmo tempo, de uma das mais lucrativas indústrias do moderno capitalismo. O primeiro filme, A Chegada do trem à Estação, dos próprios irmãos Lumière, durava apenas alguns minutos, mas foi o suficiente para garantir o êxito da iniciativa. Desde os seus primeiros momentos tornou-se clara a duplicidade do caráter da nova invenção: arte e indústria ao mesmo tempo e, pouco tempo, depois, com a Primeira Grande Guerra e a Revolução Russa, o seu potencial como instrumento político de convencimento das grandes massas na sociedade industrial moderna. Entre arte e indústria, o cinema surgiu como a mais poderosa diversão de massas do século, movimentando milhões e milhões de dólares, criando plateias e salas específicas, gerando uma imprensa própria e um circuito, star system, de astros como nunca existira. Da mesma forma, produziria grandes mudanças comportamentais, criando e influenciando modas, forma de agir e falar, além de ambientes e pontos de socialização básicos do século XX, como a sala de cinema, os drive-ins e as praças dos grandes shoppings-centers.

Coube aos EUA, já no início do século, criar os primeiros estilos, ou gêneros de fazer cinema, na verdade linguagens próprias de compor as imagens e projetá-las em uma tela, ao mesmo tempo em que, através de um sistema barato de exibição, o nikelodeon, transformaria o cinema em parte fundamental da vida cotidiana moderna.

Em seus primeiros anos, o cinema parecia enraizar-se profundamente na Alemanha e na França, como os grandes centros produtores. Em ambos os países, as formas mais típicas do cinema fizeram, quase simultaneamente, sua aparição, como arte, como indústria de entretenimento de massas e, mesmo, como pornografia. Em ambos os países, o cinema assumira, em especial, a condição de arte e, muitas vezes, de arte de vanguarda. O clima intelectual e artístico de ambos os países na Belle Époque, com uma vasta gama de experimentações artísticas, de busca de novos materiais e suportes para a

expressão humana, acaba por favorecer o novo invento, que assume rapidamente as diversas inovações do campo artístico, trazendo para a nova forma de expressão a marca dos estilos então em voga, como o Expressionismo, o Surrealismo, o Concretismo *etc.*

Na América, por sua vez, o cinema tornou-se, desde logo, um ramo da indústria, a chamada indústria do entretenimento, e que acabaria por tornar-se paradigma da indústria cultural, ao lado do rádio e da indústria fonográfica. O seu caráter industrial, na América, imporá uma forma única e tradicional, contrária à experimentação francesa e alemã, com as imagens em movimento, buscando na tradição narrativa e naturalista a forma básica de representação. Com a sua força e capacidade de ocupar os espaços existentes – e sustentado em uma ampla rede de teatros (quer dizer, cinemas) –, o estilo americano de fazer cinema, mais tarde dito hollywoodiano, tornar-se-ia dominante, chegando a ponto de provocar estranheza no público qualquer forma de representação não narrativa, linear e naturalista.

Coube a George Miliès (1861-1938) as primeiras experimentações e os truques no cinema, trazendo para a nova invenção uma larga tradição do ilusionismo e da magia. Foi esta experiência que o tornou autor do primeiro filme de ficção, Viagem à Lua (1902) e de inúmeros trabalhos de grande imaginação, com múltipla exposição do filme (do celuloide), uso de maquetes para produzir efeitos de escala *etc.* Por sua vez, Ferdinand Zecca (1864-1947), trabalhando para Charles Pathé, filma atualidades, cenas do cotidiano e procura nos noticiários criminais temas para seus filmes, além de retratar certo ambiente perverso do submundo social, conforme a ótica eugenista da época, como em Histoire d´un crime, de 1901, em que pela primeira vez uma história é contada, no cinema, em flash-back. Enquanto isso, nos EUA, Edwin Porter (1869-1941) lançava as bases do cinema comercial de grande escala, em especial com O Grande Assalto ao Trem, de 1903, em que, pela primeira vez, os princípios básicos do western, inclusive a cavalgada, serão exibidos. Desde logo, entretanto, destacou-se o nome de David Wark Griffith (1875-1948), que transforma uma quase brincadeira – como eram os filmes de Georges Miliès – numa grande e lucrativa indústria, envolvendo centenas de pessoas, técnicos os mais variados, uma imensa equipe de atores e vultosos recursos de investimento. Com os seus mais famosos filmes, Nascimento de Uma Nação (1915) e Intolerância (1916), nascia também o grande cinema.

Referências

BELLOUR, Raymond. Le Western. Paris: Gallimard, 1993.

BRUNETTA, G.-P. Nacimento del relato cinematografico. Madri: Catedra, 1993.

COHN, Gabriel (org.). Comunicação e indústria cultural. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

JAMESON, Fredric. As marcas do visível. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

RUSHING, Janice; FRENTZ, Thomas. Projecting the Shadow. Chicago: Chicago University Press, 1995.
TOULET, E. Cinématographie: invention du siècle. Paris: Gallimard, 1994.

CNA (CONGRESSO NACIONAL AFRICANO) Em 1912, foi fundada a primeira organização nacional de maioria negra da África do Sul, o South African Native National Congress. Em 1923, seria renomeada para Congresso Nacional Africano (CNA). No ano seguinte à formação do primeiro congresso, o governo de minoria branca lançaria a lei de terras que circunscreveria para si 87% das melhores terras da África do Sul para a agricultura e extrativismo, deixando para a grande maioria uma restrita faixa de território com fraco potencial para a agricultura. Em 1936, novas leis redefiniriam outras circunscrições de terras. Apesar de todas essas medidas que preludiaram a institucionalização do Apartheid em 1948, o CNA manteve até a década de 1940 uma postura de busca de reformas pela via institucional da representação política.

Esta postura passou a ser criticada como ineficaz por lideranças mais jovens, que formaram uma liga em 1944. Nelson Mandela (1918-2013) e Oliver Tambo (1917-1993) defendiam a necessidade da demonstração de força por parte da maioria negra. A institucionalização do Apartheid em 1948 – segregando, inclusive, espaços de convívio e lazer para brancos e negros – deu força à tendência de Mandela e Tambo, que passaram a definir o perfil do CNA. Além das simpatias ao comunismo, desde 1947 o CNA assumiria uma feição multirracial, passando a cooperar com o Congresso Indiano Sul-Africano. As campanhas conjuntas levadas em 1952 contra todas as formas de expressão do Apartheid fizeram com que o CNA adquirisse feições de partido de massa, contrastando com a imagem imperante da década de 1940, em que o partido era percebido pela população negra como distante de suas necessidades, cujas velhas lideranças pareciam excessivamente ligadas aos padrões culturais “brancos”. As campanhas do CNA renovado tiveram o seu ponto alto em 1960, quando a repressão policial levada a cabo em Sharpeville colocara-o, juntamente com sua dissidência (Congresso Pan-Africanista), fora da lei. O CNA foi banido da África do Sul em 8 de abril de 1960, montando suas bases de resistências em Zâmbia e Moçambique. Depois da expulsão do CNA, Nelson Mandela optou por ficar na ilegalidade, organizando ações terroristas contra propriedades do Estado com o Partido Comunista da África do Sul. A declaração da independência da África do Sul do domínio britânico em 1961 em nada alteraria a situação política do CNA e, assim, Mandela mantivera suas ações armadas até 1962, quanto então

foi preso.
O CNA só voltaria à legalidade em fevereiro de 1990, quando o então Presidente De Klerk tentaria organizar as bases de transição para um governo multirracial na África do Sul. Neste mesmo mês, Nelson Mandela foi libertado após 28 anos de cativeiro. A sua liderança e popularidade foram incontestáveis entre negros e brancos: em 1992, um referendum demonstraria que dois terços dos sul-africanos brancos eram favoráveis ao fim do regime de Apartheid; em 1993, o regime foi oficialmente abolido; em 1994, o CNA ganharia 60% dos votos populares, representando a derrota eleitoral do Partido Nacional (PN). Estabelecido no governo, o CNA abandonou suas ligações com o comunismo – numa década em que seu paradigma maior, a URSS, ruiu em dezembro de 1991 – e aceitou a necessidade do capitalismo e maiores investimentos estrangeiros.
No entanto, as viradas políticas ocorridas tão rapidamente na década de 1990 contra o regime de Apartheid e que favoreceram o crescimento do CNA como opção nacional de governo de transição devem também ser relacionadas com algumas escolhas pragmáticas: a eficiente campanha de desmoralização do regime de Apartheid no exterior provocou embargos econômicos que aumentaram o fardo social da manutenção de um pesado aparato repressivo por uma minoria branca que tinha crescimento demográfico declinante (em 1923, correspondia a 23% da população; em 1994, correspondia tão somente a 12,8%). Entretanto, a liderança moderada do CNA poderá sentir o peso das reivindicações de seus simpatizantes mais radicais que, vivendo na precariedade das favelas (townships), exigem melhorias econômicas mais imediatas.

Referências

JONGE, Klaas. África do Sul: apartheid e resistência. São Paulo: Cotez-EBOH, 1991.
PALMOWSKI, Jan. Oxford: Dictionary of Twentieth Century World History. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 1998.
SAMPSON, Anthony. O negro e o outro: magnatas, revolucionários e apartheid. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

COMUNISMO (ORIENTE E OCIDENTE) Depois da queda do Muro de Berlim, em 1989, grandes polêmicas travadas no interior do movimento comunista parecem ter ficado esmaecidas, como se todos os gatos fossem pardos na noite que desapareceu. Tal perspectiva é uma impressão datada e o futuro recolocará essas polêmicas no seu real contexto histórico. É o caso de um debate no interior da Internacional Comunista, na década de 1920, que apareceu como uma oposição entre Oriente e Ocidente, uma via oriental para a revolução e uma

via ocidental. Na verdade, tratava-se da oposição entre os que defendiam a tese do partido único da classe operária, fundamentados na concepção da existência de uma "aristocracia operária", e os que defendiam a frente única entre partidos operários e a possibilidade de pluralidade. Os primeiros acreditavam na eficiência de um ataque breve e fulminante de uma força política audaz que captasse o sentimento momentâneo das massas, sendo inspirados pela trajetória dos bolcheviques na Revolução Russa. Os outros viam a revolução como um processo longo e complexo, necessariamente apoiado por vastos extratos da classe operária que arrastassem atrás de si a sociedade civil.

Houve época em que Gramsci (1891-1937) apareceu como aquele que melhor entendeu a especificidade do Ocidente, embora este marxista tenha sido o último a se sensibilizar com a problemática na década de 1920. Com efeito, desde 1924, Gramsci estava convencido do acerto da tese da frente única operária – que implicava perceber a maior complexidade da sociedade civil no Ocidente e a duração mais longa do processo revolucionário –, mas só conseguiu ganhar o PCI para suas ideias em janeiro de 1926, no Congresso de Lyon. Sendo preso alguns meses depois, em outubro, é nos seus Quaderni, escritos na prisão, que ele vai formular uma engenhosa fórmula para descrever a diferença entre Oriente – onde haveria um Estado forte e uma sociedade civil primitiva e gelatinosa – e o Ocidente, em que mesmo estando o Estado cambaleante, haveria por trás dele, resistindo aos ataques da revolução, uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas, ou seja, uma sociedade civil forte. Frente ao caráter gelatinoso da sociedade civil do Oriente, foi possível aplicar a tática da "guerra de movimento", conforme a experiência dos bolcheviques na Revolução de Outubro de 1917, enquanto no Ocidente a tática adequada era a "guerra de posição", dado que aí a sociedade civil tinha poderosas superestruturas ideológicas, o que a tornava mais resistente aos efeitos das crises econômicas imediatas (Note sul Machiavelli). Entretanto, tendo que pagar um tributo para continuar a pertencer ao movimento comunista, então já dominado por Stalin (1879-1953), Gramsci creditava a Lenin (1870-1924) o acerto dessa tática específica para o Ocidente, atribuindo a proposta equivocada do "ataque frontal", ou seja, da "guerra de movimento", a Trotsky (que nesses debates esteve sempre ao lado das posições de Lenin) e a Rosa Luxemburgo – na verdade, a fonte de inspiração da concepção de frente única (Passato e Presente).

Não por acaso, Trotsky (1879-1940) e Rosa Luxemburgo (1870-1919) eram dois excluídos da história do comunismo pelo stalinismo. Porém, o exame acurado dos documentos dos diversos congressos da Internacional Comunista e de outros textos da primeira metade da década de 1920 demonstraria claramente que a tática de frente única proletária nasceu da experiência da facção luxemburguista

do Partido Comunista Alemão. Na verdade, os primeiros a pressentirem, no início da década de 1920, essa suposta diferença entre o Oriente – a Rússia, onde os bolcheviques tomaram o poder vitoriosa e rapidamente com uma insurreição – e o Ocidente – especificamente a Alemanha, país mais avançado economicamente da Europa, com um proletariado que constituía 68% da população – foram dois líderes da chamada "tendência comunista de esquerda", Gorter e Pannekoek. Eles consideravam que no Ocidente o longo amadurecimento da burguesia como classe e a verdadeira revolução cultural contra o antigo regime que precedeu a revolução política burguesa permitiram-na conformar uma cultura secular da qual sucessivamente se nutriram diversas tendências do movimento operário, desde os socialistas utópicos até os marxistas. Por outro lado, das últimas décadas do século XIX até 1914, as massas proletárias haviam conquistado vantagens econômicas e territórios culturais de que se vinham utilizando até essa data, pretendendo continuar a fazê-lo depois do fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Para Gorter e Pannekoek, as massas proletárias, imbuídas de um modo de vida burguês, delegavam poderes a chefes que, tanto no partido quanto no sindicato, eram oriundos da classe burguesa ou assumiam a ideologia burguesa. Se até então as divergências que haviam oposto marxistas dentro da social-democracia tinham sido tratadas como conflitos internos ao movimento proletário, a partir dessa concepção, os chamados "revisionismo" e "oportunismo" passaram a ser vistos como tendências burguesas dentro do movimento proletário – com seus seguidores constituindo a chamada "aristocracia operária". Concluíam os "comunistas de esquerda" que atuar em sindicatos e parlamentos era, por isso, inútil – a luta era uma longa batalha, porém, essencialmente ideológica.

Muito se escreveu sobre a influência de Gorter e Pannekoek sobre Lenin, já que pertenciam, no início da Primeira Guerra Mundial, ao grupo da "esquerda radical" de Bremen, o único que se juntou aos bolcheviques na Conferência de Zimmerwald em 1915, considerada o primeiro embrião da Internacional Comunista. Na verdade, em sua luta contra os mencheviques, Lenin havia atribuído as suas posições "erradas" a tendências pequeno-burguesas refratárias à rígida disciplina do partido de quadros do bolchevismo, mas somente até 1914, pois a partir de então começou a falar insistentemente de aristocracia operária. As consequências para o comunismo dessa concepção eram: toda divergência era tida como a presença de tendências burguesas dentro do movimento. Logo, só havia uma posição proletária e "correta": aquela dos vencedores de cada discussão. A tese da aristocracia operária era, portanto, a base para a prática do partido único. Tal posição se espelhou na forma pela qual se criou inicialmente o movimento comunista.

Em 1920, no II Congresso da Internacional Comunista, aprovou-se uma espécie de tábua dos "dez mandamentos" – eram as "21 condições de admissão dos partidos à IC" –, que propunham aos simpatizantes dos bolcheviques dentro de cada partido social-democrata que excluíssem, "sem discussão" e "no mais breve espaço de tempo", os "revisionistas" e os "oportunistas". Na quase totalidade dos casos, os futuros comunistas se excluíram sem discussão, formando em cada país um partido minoritário em face da social-democracia. Na mesma época, o dever dos comunistas – em geral minoritários em maior ou menor grau dentro do movimento operário – era o de "preparar a insurreição", seguindo a experiência dos bolcheviques russos entre fevereiro e outubro de 1917. Os delegados da Internacional Comunista impulsionaram situações de paroxismo, como no caso da chamada "ação de março" na Alemanha, em 1921, uma ação levada a cabo sem a classe operária alemã, embora em nome da própria classe operária.

É nesse contexto que a facção luxemburguista dentro do Partido Comunista Alemão, liderada por Paul Levi, começou a contrapor-se mais abertamente às diretrizes "dos russos". A inspiração vinha de longe, de uma de suas primeiras polêmicas com Lenin, quando ele publicou, em 1904, Um passo adiante, dois atrás, para justificar o rompimento entre mencheviques e bolcheviques. Em seu artigo de resposta, "Questões de organização da social-democracia russa", a facção luxemburguista atribuía o chamado "oportunismo" à própria essência da luta socialista e às suas contradições. Dizia ela que as massas proletárias só podiam adquirir consciência e convicção para derrubar o regime na prática de suas lutas cotidianas. Assim, lutavam por um objetivo colocado para além da ordem social existente, porém com as regras dessa ordem, daí a contradição inerente da luta socialista, que tinha de evitar a cada momento tornar-se uma seita ou um mero movimento de reformas burguesas. Neste caso, como se nota, o "oportunismo" era um fruto natural de um momento na marcha de tomada de consciência da classe operária, e não a presença de interesses da classe burguesa.

Dentro dessa mesma linha de pensamento, em uma série de artigos escritos na prisão em 1918, Rosa Luxemburgo ousou criticar algumas medidas tomadas pelos bolcheviques, como a dissolução da Assembleia Constituinte e a supressão das liberdades de imprensa e de associação, embora apoiasse a Revolução Russa de outubro de 1917. Dizia ela no artigo "A Revolução Russa" – que, no entanto, só foi publicado em 1921, depois de sua morte – que a liberdade apenas para os partidários do governo, por mais numerosos que fossem, não era liberdade; pelo contrário, a liberdade era, no mínimo, a dos que pensavam de modo diferente, visto que a opinião pública era uma das principais fontes a irrigar as instituições representativas em todas as ocasiões (e com maior razão num período revolucionário). Mas foi em seus últimos textos – preparados para o congresso

que fundou o Partido Comunista Alemão em janeiro de 1919 – que Rosa Luxemburgo expôs estas características diferentes do que propunha para uma revolução na Alemanha: em “O que pretende a Liga Spartacus?”, descartando implicitamente uma insurreição preparada por alguns, ela declarava que Spartacus só poderia tomar o poder se estivesse apoiado pela grande maioria do proletariado alemão, vale dizer, pela maioria da população e pelo conjunto dos partidos operários, inclusive os “oportunistas”.

Como se sabe, Rosa foi assassinada pelos “corpos francos” de direita, juntamente com Karl Liebknecht (1871-1919) e mais tarde Leo Jogiches, em seguida ao congresso, em janeiro de 1919. Apesar de sua figura ter conservado imenso prestígio, a facção que seguia suas ideias, liderada por Paul Levi, era minoritária dentro do comunismo alemão. Foi nessas condições – diante das novas diretrizes da Internacional Comunista, consubstanciadas não apenas nas “21 condições de admissão” ao comunismo, mas também na ideia de “preparar a insurreição” sob quaisquer condições – que Levi começou a sua análise crítica, acompanhada de propostas de unidade com o resto da classe operária (a bem dizer: a maioria ainda estava sob a égide de partidos “oportunistas”, como a social-democracia e os social-democratas independentes). A posição dos comunistas russos de “preparar a revolução” iria ser levada a uma situação quase caricatural no caso da chamada “ação de março” de 1921, vista como modo de “despertar a classe operária”, senão como forma de tirar a URSS de seu isolamento. Levi, então, não apenas publicou o velho artigo de Rosa Luxemburgo de 1918, criticando os bolcheviques, como também um panfleto – “Nossa via contra o putschismo” – ao qual deu ampla divulgação. Neste panfleto, reivindicava a herança teórica luxemburguista e criticava o autoritarismo dos delegados da Internacional Comunista. Tal ousadia custou-lhe caro: se até então, antes das críticas públicas, Lenin caminhava para aceitar sua avaliação sobre a “desastrada ação de março”, depois disso mereceu dele a expulsão do partido e o apodo de “galinha” que voava tão baixo quanto os “oportunistas”.

Entretanto, a linha da Internacional Comunista começava a mudar, sob a influência do próprio Lenin – nisso seguido de perto, em primeiro lugar, por Trotsky – na direção de uma maior flexibilidade. Inspirada em uma iniciativa do Partido Comunista Alemão, ainda sob a direção de Paul Levi – quando para resistir ao golpe de Estado direitista de Kapp, em 1920, os comunistas lançaram uma chamada “declaração de oposição leal” à social-democracia, que ocupava o governo –, a Internacional Comunista caminhou lentamente para a adoção da tática de frente única operária. A iniciativa se deu entre o III Congresso de 1921 e o I Pleno do Executivo de fevereiro de 1922. A nova tática era de difícil

aceitação: como fazer uma frente leal com aqueles mesmos “oportunistas” e inimigos de classe até então abominados? Para melhor convencer os recalcitrantes, a Internacional Comunista usou de um artifício manipulador da história, pretendendo que a inspiração para essa tática vinha da própria história dos bolcheviques e não do exemplo ocidental da experiência alemã. No entanto, como era de esperar, em dois anos, morto Lenin em 1924 e colocado o comunismo sob a liderança de Stalin, a tática da frente única, considerada um mero “penteado ocidental”, foi sub-repticiamente abandonada. No V Congresso, em junho de 1924, transformou-se em “frente única pela base”, ou seja, frente apenas com os militantes de base dos partidos “oportunistas” e à revelia de seus dirigentes. O seu objetivo agora não era propriamente a frente de partidos operários e, sim, o desmascaramento dos ditos oportunistas. E a tática da frente única operária desapareceu submersa na hostilidade entre os partidos operários, abrindo caminho à ascensão do nazismo.

Referências

ALMEIDA, Angela Mendes de. A República de Weimar e a ascensão do nazismo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GRAMSCI, Antonio. Maquiavel: a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GRAMSCI, Antonio. Passato e presente. Torino: Editori Riuniti, 1975.

LOUREIRO, Isabel M. Rosa Luxemburgo: os dilemas da ação revolucionária. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

LUXEMBURGO, Rosa. A recusa da alienação. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

LUXEMBURGO, Rosa. A Revolução Russa. Petrópolis: Vozes, 1991.

COPA DO MUNDO Ruas enfeitadas, festas por todos os lados, emoção à flor da pele, demonstrações de “patriotismo”: no Brasil e em muitos países, a cada quatro anos, vemos repetir-se a força de mobilização de uma Copa do Mundo de Futebol, cujas finais, que atualmente contam com 32 seleções nacionais, envolvem mais público, movimentam mais recursos e angariam mais prestígio do que os Jogos Olímpicos, outro grande evento esportivo que reúne mais de 20 modalidades.

As primeiras ideias de organizar uma competição mundial de futebol surgiram em 1905, em um cenário em que havia muitas iniciativas de criação de movimentos internacionais (escotismo, esperanto, Cruz Vermelha, jogos olímpicos, entre outros). As iniciativas, todavia, não chegaram a se concretizar por questões operacionais ou políticas, como a Primeira Guerra Mundial.

Somente a partir da década de 1920, quando a FIFA (Federação Internacional de

Futebol Association, órgão máximo da modalidade, criada em 1904) era dirigida por Jules Rimet, houve esforços mais sistemáticos no sentido de operacionalizar a proposta, que culminaram com a organização da primeira Copa do Mundo, em 1930, no Uruguai, graças em grande parte ao desempenho da diplomacia do país-sede.

Ao contrário dos Jogos Olímpicos, organizados por cidades, as Copas do Mundo sempre foram promovidas por países. Do primeiro torneio, apenas 14 equipes nacionais participaram, sendo nove do continente americano e cinco do europeu. Naquela ocasião, provavelmente não se imaginava que a competição iria crescer de tal forma que envolveria praticamente todos os países do mundo. Vale citar que a FIFA possui mais associados do que a Organização das Nações Unidas (ONU).

Também no Brasil, essa primeira edição não teve grande impacto, inclusive pelo fato de a equipe representativa ser fruto de uma cisão entre paulistas e cariocas. A seleção brasileira obteve um modesto sexto lugar. O Uruguai foi o campeão, o que não surpreendeu por sua condição de bicampeão olímpico (1924 e 1928) e país-sede.

A segunda edição do evento foi realizada em 1934, na Itália. A competição começava a tornar-se mais popular, tendo sido inscritas 32 seleções para 16 vagas, tornando necessária a organização de eliminatórias. Tal Copa coincide com o avanço do fascismo na Itália, bem como de regimes autoritários na Alemanha, na Espanha e Portugal. Foi concebida por Mussolini como uma forma de provar os supostos avanços possibilitados pelo novo regime. Até mesmo facilitou-se a naturalização de estrangeiros, a fim de fortalecer a seleção italiana. Curiosamente, um brasileiro, Anfilogino Guarisi, foi campeão jogando pela equipe da casa.

Os torcedores brasileiros somente se empolgaram com a Copa do Mundo a partir de 1938, realizada na França. Com os problemas de organização no futebol nacional bastante amenizados, em função da intervenção governamental (já em pleno Estado Novo), enviou-se uma equipe forte, que contou com grande apoio popular. O Brasil conquistou o terceiro lugar, tendo uma participação bastante destacada: perdeu a semifinal para a Itália, um jogo bastante controverso por problemas de arbitragem. Leônidas da Silva foi o artilheiro da competição.

Deve-se ter em conta que, no cenário brasileiro, o futebol começava a ser mais comumente mobilizado como elemento discursivo na construção de uma identidade nacional, inclusive por uma reabilitação dos fenômenos culturais considerados mestiços, momento que tem como uma importante marca a difusão das ideias de Gilberto Freyre.

Algo que contribuiu e foi mesmo fundamental para o crescimento da

popularidade do futebol e das Copas foi a atuação dos meios de comunicação. No Brasil, se em 1930 os torcedores tinham de esperar pelas notícias nas redações dos jornais, em 1938 já era possível acompanhar os jogos pelo rádio. Também se podia assistir posteriormente às partidas nos cinemas.

Em 1958, os jogos já podiam ser acompanhados pela televisão, sempre alguns dias depois de sua realização. Ao vivo, isso somente se tornou possível a partir da Copa de 1970. Nessa ocasião, fora introduzido o recurso do replay e, no decorrer do tempo, cada vez mais inovações tecnológicas marcariam as coberturas esportivas. A transmissão dos jogos tornou-se um verdadeiro espetáculo, transmitido por muitas emissoras de todo o mundo, que pagam direitos caríssimos e buscam a todo custo conquistar o público.

A Copa do Mundo é o evento líder mundial de audiência televisiva. Na última edição do evento, realizada no Brasil, em 2014, estima-se que houve cerca de 4,5 milhões de espectadores por partida, média superior à obtida na África do Sul. Vários recordes mundiais foram também quebrados nos outros meios de comunicação, inclusive na internet. Aproximadamente 1 bilhão de torcedores acompanharam on-line os jogos pelo site da FIFA

No Brasil, se em 1938 o interesse foi grande, a Copa do Mundo tornou-se mesmo uma febre quando o país organizou a edição de 1950, construindo para tal o que na época seria o maior estádio do mundo e que ainda hoje, já bastante modificado por reformas recentes é uma das grandes referências do futebol mundial: o Maracanã. Depois de duas goleadas na fase final, ninguém esperava que o Uruguai fosse sair vitorioso na partida decisiva contra a seleção brasileira. A derrota por 2 × 1 foi uma das maiores tristezas do esporte brasileiro, para alguns foi mesmo encarada como uma marca das debilidades da nação.

Na ocasião, a competição era retomada depois do fim da Segunda Grande Guerra, e o Brasil, com a organização do evento, vislumbrava demonstrar seu protagonismo no novo tabuleiro internacional. Essa postura tornou-se comum no decorrer do século, inclusive em função da Guerra Fria: os blocos socialista e capitalista transferiram parte de seus conflitos e enfrentamentos para as instalações e competições esportivas.

Depois do fracasso na Copa de 1950, repetido na edição de 1954, realizada na Suíça, o país finalmente sagrou-se campeão em 1958, na Suécia, em um torneio que ficou marcado pela aparição internacional de uma das maiores estrelas da história do futebol e do esporte do século: Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, na época com 17 anos.

A seleção brasileira voltaria a se sagrar campeã em 1962, na Copa do Chile, onde o grande destaque foi Garrincha, não se saindo bem em 1966, na Inglaterra, uma edição marcada pela violência e pela benevolência dos árbitros com a

equipe da casa, que se sagrou vitoriosa em uma final extremamente polêmica com o time nacional da Alemanha.
Em 1970, no México, a equipe nacional tornou-se a primeira tricampeã da competição, após uma fase da preparação marcada por conflitos internos, com o técnico João Saldanha sendo substituído por Zagalo, mas também por grandes investimentos no treinamento. Nunca antes uma seleção brasileira fora tão bem preparada, com tanta antecedência.
Muitos autores sugerem que esses investimentos estariam ligados à vontade dos militares, que comandavam o regime de exceção em vigor no país, de provarem o quanto eram adequadas suas propostas para o país. Além disso, estariam relacionados com uma estratégia de dispersão e distração da população brasileira. Tais hipóteses têm sido muito contestadas. Independentemente das polêmicas, não se pode negar a ampliação da atenção ao esporte a partir de então, bem como o forte clima de patriotismo que cercou a participação da seleção brasileira no México.
As Copas de 1974 (Alemanha), 1978 (Argentina, uma edição muito polêmica em função de o país-sede viver um período ditatorial, liderado por militares, que cometiam constantes desrespeitos aos direitos humanos), e 1982 (ao contrário da anterior, marcada pelo processo de redemocratização da Espanha) foram marcadas por muitas mudanças, uma tentativa de a FIFA se sintonizar com o novo cenário internacional, algo que imediatamente repercutiu no aumento do número de participantes nas finais do evento e numa maior atenção para as equipes asiáticas e africanas.
Além disso, melhor se estruturavam as estratégias de negócios ao redor do futebol. Em 1982, pela primeira vez foi introduzido o conceito de “patrocinador oficial”. Se as primeiras propagandas apareceram de forma muito embrionária já na Copa de 1934, a partir da Espanha essa relação comercial tornou-se cada vez mais intensa. Basta lembrar que, no Brasil, o personagem “Pacheco”, parte da propaganda de uma empresa de lâmina de barbear, tornou-se um dos mais populares até hoje.
Por trás dessas mudanças, deve-se citar o nome de João Havelange, que desde 1974 assumira a FIFA e veio a tornando uma das mais poderosas instituições do mundo. O dirigente tornou o futebol em um grande negócio global. As Copas do Mundo passaram a ser um dos principais palcos de lançamento de novidades, de estratégias comerciais e de badalação, a faceta mais conhecida de um dos esportes mais influentes e populares.
Se essas mudanças definitivamente projetaram o futebol, também trouxeram muitos problemas. Muitas têm sido as denúncias de que o aspecto esportivo está sendo abandonado em função dos lucros e do benefício dos investidores, para

além de problemas de falcatruas financeiras diversas.
A Copa do Mundo de 2014, realizada no Brasil, foi o momento auge desses problemas, uma expressão das ambiguidades que cercam o evento. Se de um lado alcançou popularidade e impacto jamais visto, foi marcada também por manifestações e insatisfação da população com os gastos públicos excessivos e com a interferência da FIFA na governança nacional. Se de um lado, observou-se um dos melhores resultados técnicos, foram também descobertas ilegalidades nos negócios que cercam a competição.
Somente no futuro será possível melhor precisar o impacto dessas ocorrências, mas provavelmente durante muitos anos ainda persistirá a articulação entre governos instituídos e mercado na promoção das Copas do Mundo. As próximas edições já têm sido marcadas por polêmicas em função das características autoritárias do governo de Putin (a Copa de 2018 está prevista para a Rússia) e da compra de votos na escolha da sede de 2022 (Qatar), denúncia ainda não confirmada, que está sendo apreciada pela FIFA, que também tem sido compelida a adotar posturas mais transparentes em função de escândalos financeiros que cercam o mundo futebolístico.

Referências

HELAL, Ronaldo, CABO, Álvaro do. Copas do Mundo: comunicação e identidade cultural no país do futebol. Rio de Janeiro: EdUerj, 2014.
HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de; MELO, Victor Andrade de (orgs.). O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.
MASCARENHAS, Gilmar, BIENENSTEIN, Glauco, SANCHEZ, Fernanda (orgs.). O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades. Rio de Janeiro: EdUerj, 2011.
PRIORE, Mary Del; MELO, Victor Andrade de (orgs.). História do Esporte no Brasil: da colônia aos dias atuais. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CRISTEROS, REVOLTA DOS Designação dada aos partidários do movimento contrário à secularização do México, instituída desde a Constituição de 1917, visto que afetava de certa forma a estrutura fundiária da qual a própria Igreja Católica fazia parte. Para os partidários da Revolução Mexicana de 1910, cristero tornou-se quase sinônimo de reacionarismo: o nome refere-se à imprecação Cristo Rei, grito de guerra do grupo de católicos militantes que, entre 1927 e 1929, se revoltaram contra o governo (1926-1929) de Plutarco Elías Calles (1877-1945), acusado de anticlerical. Calles e seus sucessores mostraram-se fracos frente à força, inserção e organização do movimento nas parcelas tradicionalistas da elite mexicana, que sempre foram contrárias às mudanças secularizantes advindas da revolução. Isso era particularmente sentido nos

estados de Colima, Jalisco, Morelos e Michoacán, de onde partiu o movimento contra Calles, obrigando-o a aceitar um acordo em que se conservava para a Igreja Católica a condução do ensino religioso em todas as escolas.

Referência

COOK, Chris. Diccionario de terminos historicos. Madri: Alianza Editorial, 1993.

RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO

CROMOSSOMOS, Alteração de A teoria de que os fatores hereditários residiam em regiões diferenciadas dos núcleos das células (as unidades que compõem o corpo de qualquer organismo vivo) foi lançada em 1902 por W. S. Sutton (1877-1916) e T. Boveri (1862-1915). Apesar de ter havido resistência inicial quanto à sua aceitação, nos 30 anos subsequentes uma grande massa de dados demonstrou que a hipótese era correta. Observações adequadas sobre os cromossomos humanos tiveram de aguardar mais duas décadas: somente em 1956 Jo Hin Tjio e Albert Levan, depois de desenvolverem uma técnica adequada para o espalhamento dessas estruturas em lâminas para observação microscópica, determinaram que o número de cromossomos, em nossa espécie, era de 46 e não de 48, como até então se pensava. O valor indicado relaciona-se com o número diploide, pois os cromossomos se distribuem aos pares, metade (23) tendo sido recebida da célula sexual materna, e a outra metade da paterna (as células sexuais apresentam o que se denomina um conjunto haploide de cromossomos). O segundo marco histórico ocorreu três anos depois (1959), com a associação entre as perturbações neste número normal e as condições patológicas específicas. Jérôme-Jean-Louis Lejeune (1926-1994) e colaboradores verificaram a ocorrência em dose tripla de um dos menores cromossomos do conjunto (o de número 21) com a síndrome de Down, que acarreta deficiência mental e outras malformações; enquanto C. E. Ford e colaboradores, bem como P. A. Jacobs e J. A. Strong demonstraram respectivamente que as síndromes de Klinefelter e de Turner estavam associadas às constituições XXY e XO, em vez das que ocorrem normalmente em homens (XY) e mulheres (XX) nos cromossomos que determinam o sexo. Essas alterações acarretam infantilismo sexual e outras anomalias.

Todas essas mudanças envolviam o número de cromossomos, mas não decorreu muito tempo para a descoberta de alterações na estrutura cromossômica, entre as quais as que determinam o chamado cromossomo Filadélfia (que se sabe, hoje, origina-se da troca de segmentos dos cromossomos 9 e 22 e está associado à leucemia mieloide crônica); e a perda de parte do cromossomo 5, que dá origem à síndrome do miado do gato, assim chamada pelo choro característico das

crianças que o possuem. Pacientes com esta síndrome podem apresentar, em frequência variada, nada menos que 50 sinais característicos, além de retardo mental. Às síndromes ou condições patológicas descritas somam-se muitas outras, havendo catálogos específicos que listam todos os tipos de variação encontrada e suas consequências. Descobertas paradigmáticas em citogenética humana envolveram: (1) a verificação de que grande parte dos abortos, em nossa espécie, está associada a alterações cromossômicas (um em cada dois abortos de primeiro trimestre apresenta alterações cromossômicas); (2) a associação entre determinadas entidades patológicas (síndrome de Bloom, anemia de Fanconi, ataxia telangiectasia, xeroderma pigmentosum) e instabilidade cromossômica generalizada; (3) a relação estreita existente entre alterações cromossômicas e câncer. Em muitas situações, o que ocorre é a transformação de um gene normal, relacionado com a multiplicação celular (proto-oncogene), que alterado transforma-se em um oncogene, o qual desregula esta multiplicação.

Todas essas descobertas só se tornaram possíveis pelo desenvolvimento, ao longo dos anos, de técnicas cada vez mais sofisticadas. Podem ser citadas, especificamente: (1) a diferenciação, por métodos diversos, das regiões cromossômicas por bandas transversais, permitindo a sua identificação de maneira precisa; e (2) o acoplamento com técnicas moleculares, que permitem a localização de sequências específicas de DNA ao longo do cromossomo, através de sondas fluorescentes. Desta maneira, pode-se “pintar” cromossomos ou segmentos específicos com diferentes cores; a técnica é ao mesmo tempo eficiente e estética.

As alterações cromossômicas estão também envolvidas com o processo de envelhecimento. Nas mulheres, há perda diferencial do cromossomo X nos tecidos em que a divisão celular continua durante toda a vida do indivíduo. Outro efeito dessas alterações envolve problemas reprodutivos: mulheres que apresentam um sítio frágil no cromossomo X interrompem a ovulação mais cedo; enquanto aquelas que têm filhos com trissomias (um dos cromossomos ocorre em dose tripla) chegam à menopausa mais cedo, provavelmente porque o número de ovócitos (os precursores dos óvulos, as células sexuais femininas) está diminuído. A qualidade do esperma também pode ser avaliada através de técnicas engenhosas que incluem a fusão de espermatozoides com ovócitos de um roedor (Cricetus ou hamster) e a utilização de sondas fluorescentes. Mas o estudo dos cromossomos humanos não serve apenas para a investigação de patologias, sendo também importante na análise de problemas evolutivos. Por exemplo, a dissecção citogenética molecular indicou nos mamíferos placentários um bloco de associação entre os atuais cromossomos 3 e 21 humanos, tendo sido reconstituído o segmento original, que ainda é encontrado em algumas espécies

de primatas e carnívoros, e estabelecidos os passos que resultaram na formação desses dois cromossomos em nossa espécie.

Referências

MÜLLER, S.; STANYON, R.; FINELLI, P.; ARCHIDIACONO, N.; WIENBERG, J. “Molecular cytogenetic dissection of human chromosomes 3 and 21 evolution”. In: Proceedings of the National Academy of Sciences. USA, 97: 206-211, 2000.

SLOTER, E.D.; LOWE, X.; MOORE, D.H.II.; NATH, J.; WYROBEK, A.J. “Multicolor FISH analysis of chromosomal breaks, duplications, deletions, and numerical abnormalities in the sperm of healthy men”. In: American Journal of Human Genetics, 67: 862-872, 2000.

THERMAN, E.; SUSMAN, M. Cromosomas Humanos. Estructura, Comportamiento y Efectos. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Genética, 1996.

UHRIG, S.; SCHUFFENHAUER, S.; FAUTH, C.; WIRTZ, A.; DAUMER-HAAS, C.; APACIK, C.; COHEN, M.; MÜLLER-NAVIA, J.; CREMER, T.; MURKEN, J.; SPEICHER, M.R. Multiplex-FISH for pre-and postnatal diagnostic applications. In: American Journal of Human Genetics, 65: 448-462, 1999.

FRANCISCO M. SALZANO

DIABETES (A REVOLUÇÃO DA INSULINA – 1921) De fato, o século XX foi o século das Revoluções. Talvez tenha sido o século que deu ao conceito seu uso mais amplo, plástico, utilizando-o das mais variadas formas e meios. As mudanças na noção de tempo e espaço trazidas por Albert Einstein, o nascimento do rádio, Freud e o inconsciente, o automóvel tomando conta da vida da sociedade, as rupturas trazidas pela música contemporânea, a luta pelos direitos da mulher, os estudos sobre o interior do átomo, a penicilina do Dr. Fleming, todos aconteceram antes do isolamento da insulina em 1921, por Banting e Best no Canadá, mas, sem dúvida, fazem parte do rol das grandes revoluções do início do admirável mundo novo ou do longo século XX, como já foi dito pelo historiador inglês Hobsbawm.

Segundo o professor e médico Joffre de Rezende, no livro Linguagem Médica, deve-se ao grego Araeteus a denominação diabetes que damos hoje à doença. Derivando do grego, a maioria dos autores que escrevem sobre diabetes atribuem a essa palavra o significado de sifão. A doença recebeu essa nomenclatura pela poliúria que a caracteriza, ou seja, pela eliminação constante de líquido que passa pelos rins sendo rapidamente eliminado pela urina e em grandes quantidades. Desde tenros tempos há uma clássica divisão entre dois tipos de diabetes: uma adjetiva de mellitus e a outra de insipidus. Geralmente utilizamos apenas diabetes para a de adjetivação mellitus, por ser mais frequente, e por ter como tratamento mais eficaz o uso da insulina (do latim insula, ilha). Enquanto o diabetes mellitus é diagnosticado quando o corpo não pode mais produzir suficiente quantidade do hormônio insulina ou não consegue utilizá-la de forma adequada, o diabetes insipidus, menos comum, caracteriza-se pela excreção de grandes quantidades de urina, geralmente bastante diluída, não se reduzindo mesmo quando a ingestão de líquidos diminui, o que demonstra uma incapacidade renal de concentrar a urina.

A International Diabetes Federation (FID), através da sexta edição do Atlas Mundial de Diabetes, declarou que até 2013 existiam aproximadamente 382 milhões de diabéticos espalhados pelo mundo. Não está claro para as pesquisas de uma forma geral, mas as estatísticas da FID mostram que há um maior número de ocorrência de casos em países com frágil economia onde a renda per capita é baixa e a pobreza e desigualdade são profundas. Na verdade, as perspectivas para um futuro próximo não se apresentam animadoras. Seguindo as mesmas escalas de padrões demográficos do nosso tempo presente, em menos

de uma década teremos mais de 592 milhões de pessoas afetadas, em sua maioria jovens, visto que é a faixa etária mais acometida pelo diabetes. Os dados são ainda mais preocupantes quando se estuda o número de mortes prematuras causadas pelo diabetes. No ano de 2013 mais da metade de todas as mortes causadas pelo diabetes em adultos teve como vítimas pessoas com menos de 60 anos e se deu em regiões de baixo índice de desenvolvimento. Em territórios como a África Subsaariana essa proporção chegou aos impressionantes 75%. Uma estimativa de diabéticos por região do mundo apresenta a seguinte configuração:

I. América Central e do Sul – 24 milhões
II. América do Norte e Caribe – 37 milhões
III. Europa – 56 milhões
IV. Oriente Médio e Norte da África – 35 milhões
V. África – 20 milhões
VI. Sudoeste Asiático – 72 milhões
VII. Pacífico Ocidental – 138 milhões

Esses dados mostram a força com a qual essa já considerada epidemia vem se espalhando pelo mundo, pedindo, em larga medida, ações urgentes que envolvam em conjunto atores políticos da sociedade civil, das instituições do Estado e da iniciativa privada.

A efetiva descoberta do diabetes, bem como seus primeiros tratamentos, remonta ao século XIX. Os estudos mais remotos foram realizados na Alemanha, em 1869, pelo jovem estudante Paul Langerhans, e em 1889 pelo polonês Oscar Minkowski. Muitos testes e experimentos com animais foram realizados em diversas universidades e em institutos de pesquisa, como na Universidade de Chicago ou na Universidade Rockfeller nos EUA, mas foi de fato no Canadá, na Universidade de Toronto, que o mais importante tratamento para o diabetes foi desenvolvido: a insulina.

A insulina consiste no isolamento de um dos hormônios fabricados pela célula do pâncreas. Foi sua descoberta que permitiu maior controle da doença, até então fatal. O primeiro caso, de que temos notícia, de uso da insulina foi Elizabeth Hughes Gossett (1907-1981), filha do político norte-americano Charles Evans Hughes. Elizabeth foi diagnosticada com diabetes aos 11 anos e se utilizava do tratamento mais comum, que era a dura e rigorosa dieta nutricional, a única forma aceita pela comunidade médica para combate do diabetes. Esse não era um método muito prático, visto que o rigor do controle alimentar, em especial numa fase fundamental como na infância, gerava graves consequências para os pacientes. No verão de 1922, Elizabeth encontrava-se bastante debilitada não só devido o diabetes, mas também pelos problemas derivados da dieta. Quando a

família soube da possibilidade de uma pesquisa que estava em fase final no Canadá que trazia uma nova possibilidade no tratamento do diabetes, prontamente levou Elizabeth ao encontro do professor Frederick Banting, iniciando o tratamento com uso de insulina.

O caso mais comum, o diabetes mellitus, é um distúrbio no metabolismo da glicose do organismo, no qual a glicose presente no sangue passa à urina sem ser aproveitada pelo corpo. Todos produzimos insulina, um hormônio proteico, através das células do pâncreas. Quem sofre de diabetes mellitus (melito, sacarino ou açucarado) não produz insulina. Com isso, o corpo não consegue absorver a glicose do sangue, as células não se “alimentam” e o nível de açúcar no sangue permanece constantemente alto. A insulina como medicamento, durante quase todo o século XX, foi obtida em forma cristalina do pâncreas de bovinos e suínos. Hoje em dia, quase toda insulina utilizada no combate ao diabetes é humana, a fim de evitar possíveis reações colaterais.

Muitos médicos e pesquisadores já haviam chegado à conclusão de que a solução do problema estaria no pâncreas. Em 1889, os pesquisadores Oskar Minkowski e Josef von Mehring descobriram a insulina no pâncreas de um cachorro. O ponto central agora era saber como isolar o hormônio que separa a insulina.

Alguns anos depois, em 1921, o já citado médico canadense e seu auxiliar, o estudante Charles Best, decidiram repetir o experimento, sacrificando um cachorro para analisar seu pâncreas. Eles cortaram a glândula em pedacinhos, congelaram numa solução com sal e a trituraram. Esse líquido foi filtrado, resultando no que conhecemos hoje como insulina. Ao ser diversas vezes testado em animais, teve sua eficiência comprovada. No ano seguinte, com o aprimoramento da técnica de coleta, a insulina passou a ser fabricada industrialmente. Esses pesquisadores foram indicados ao Prêmio Nobel devido sua descoberta ser considerada ainda hoje o método mais eficaz de controle do diabetes. Ainda assim, tanto em termos financeiros como humanos, ainda há muito a avançar. Segundo dados de 2013, o diabetes é o fator principal da morte de 5,1 milhões de pessoas e representa aproximadamente 11% do custo total com saúde em todo o mundo.

Referências

Atlas de la diabetes de la FID. 6ª Edición. 2013. In: www.idf.org/diabetesatlas/dowmnload-bok

MARCOVECCHIO, E. Dizionario etimologico storico dei termini medici. Firenze: Ed. Festina Lente, 1993.

REZENDE, Joffre M. de. Linguagem Médica, 3ª ed. Goiânia: AB Editora e Distribuidora de Livros Ltda., 2004.

TATTERSALL, Robert. Diabetes: the biography. USA: Oxford University Press, 2009.

DIREITO DE FAMÍLIA NO BRASIL O século XX foi o período em que ocorreram as maiores transformações no Direito de Família, o qual passou a encará-la de forma diferente, ou seja, não como uma instituição que merecia a proteção do Estado por perpetuar a raça humana e os valores da sociedade, mas como um meio de promoção da dignidade e do aperfeiçoamento de seus membros. Tal mudança de visão se deveu à atuação de diversos movimentos e organizações sociais, como o movimento feminista; as obras assistenciais a crianças e adolescentes; os movimentos relacionados com a liberação sexual, e outros, que pressionaram tribunais e legisladores a criarem regras legitimadoras de situações fáticas, antes consideradas verdadeiras ameaças à instituição família, fazendo, assim, com que a família se tornasse menos patrimonialista e mais sentimentalista.

O Código Civil Brasileiro (CCB), Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, primeiro diploma legal a regular a família de modo sistemático, baseando-se, predominantemente, nas normas do Direito Canônico e no Código Civil Francês de 1804 (Código Napoleônico), criou a figura da família legítima, como a única instituição capaz de assegurar a procriação e a transmissão de valores ético-sociais, que se originava do casamento indissolúvel, ressalvados os casos de anulação e desquite, sendo que este não habilitava as pessoas a se casar novamente; e tinha como figura central o "homem-marido-pai", que detinha o poder de representar e de dirigir a família, sem levar em consideração a opinião da mulher e dos filhos, tudo isso em nome da paz doméstica. Para privilegiar a procriação humana e a defesa da família legítima, o CCB dava tratamento distinto aos filhos conforme o tipo de relação entre os pais e se tinham vínculos biológicos ou não com estes. Assim sendo, os filhos derivados de uma relação conjugal tinham muito mais privilégios patrimoniais que os oriundos de relações extraconjugais (incestuosas e adulterinas), que geravam famílias ilegítimas; além disso, eram mais protegidos em seu patrimônio que os filhos adotivos, os quais, para obterem tal condição, que não os tornavam parentes dos demais membros da família, esbarravam em algumas restrições, como: a ineficácia da adoção após o adotante conceber outro filho e a elevada idade mínima para poder adotar (50 anos) e outras.

O instituto do casamento sofreu profundas modificações, entre as quais: a possibilidade de dissolvê-lo e de se realizar um após outro; e a impossibilidade da anulação do casamento pelo fato de a mulher já ter sido deflorada (art. 219, IV, CCB). Esta modificação, surgida com o advento da Constituição Brasileira

de 5 de outubro de 1988 (CB-1988), que tem como princípio fundamental a Dignidade da Pessoa Humana, não recepcionou o referido dispositivo legal porque, além de atentar contra a igualdade entre homens e mulheres (art. 5º, I e 226, §5º, CB-1988), atenta também contra aquele princípio fundamental, pelo fato de ser totalmente incompreensível que o defloramento da mulher antes do casamento seja capaz de dissolver uma família e abalar a reputação da mulher. Já a dissolução do casamento foi uma conquista muito sofrida, porque as Constituições Brasileiras de 1934, 1937, 1946, 1967 e 1969 a vedavam, mas após acaloradas discussões foi aprovada a Emenda Constitucional nº 9, de 28 de junho de 1977, que gerou a Lei nº 6.515, de 28 de junho de 1977 (Lei do Divórcio), que previu o divórcio após o desquite (atual, separação judicial), e a CB-1988 facilitou o divórcio, em seu art. 226, § 6º, possibilitando-o após dois anos de separação de fato, isto porque, obrigar duas pessoas a conviver em situação insustentável é extremamente prejudicial aos sentimentos e à dignidade dos membros da família.

O modo de se ver a família mudou muito também, com o reconhecimento por parte do Estado de outras modalidades de família, não fundadas no casamento, mas apenas no vínculo afetivo. O Poder Judiciário foi o primeiro a reconhecer a existência de uniões livres entre homens e mulheres, que eram sociedades de fato que poderiam gerar uma família, o que pode ser comprovado nas Súmulas 380 e 382 do Supremo Tribunal Federal, que respectivamente tratam da dissolução da união livre e a sua configuração. Mas, mesmo assim, as famílias originárias da união livre não tinham o devido tratamento, o que fez com que a Constituinte de 1988 desse proteção a essa família e ainda reconhecesse a existência da família monoparental (art. 226, § 4º, CB-1988), composta por homem ou mulher e seus filhos, que surgiu para proteger as famílias derivadas das “produções independentes”. Então, a CB-1988, ao proteger as famílias oriundas da união livre, inclusive mudando seu nome para união estável, gerou duas leis: a Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994, e a Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996, que apesar de serem de difícil interpretação devido à péssima redação, definem o instituto da união estável, o seu regime de bens, o modo facilitado de sua conversão em casamento (art. 226, § 3º, CB-1988), a sucessão por morte entre os companheiros e o direito a alimentos quando há a sua dissolução, o que não havia anteriormente.

O processo de democratização da família, que distribuiu o poder outrora concentrado na figura do homem-marido-pai, foi muito lento, e poder-se-ia dizer que se iniciou com o advento da Lei nº 4.121, de 22 de setembro de 1962 (Estatuto da Mulher Casada), que ascendeu a condição da mulher, de relativamente incapaz de praticar atos da vida civil e submissa a seu marido, para

ser colaboradora do mesmo na chefia da família. Mas progresso maior foi dado pela CB-1988 (art. 5º, I e art. 226, § 5º), que igualou homens e mulheres em direitos e obrigações, assim fazendo com que a mulher exerça junto com o marido a chefia da família, com poderes de representá-la, de administrar os bens, o pátrio poder sobre os filhos e outros. No que toca aos filhos, que antes se submetiam a processos autoritários de educação, entre os quais castigos corporais, e à autoridade do pai, a situação mudou, com o advento da CB-1988 (art. 227), que originou a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que possibilitou aos filhos opinarem e, até mesmo, contestarem o processo educacional a que estão sendo submetidos. Nota-se que tais conquistas foram fruto da luta do movimento feminista e das obras assistenciais a crianças e adolescentes.

Outra parte do Direito de Família que sofreu profundas modificações foi a filiação. No regime do CCB havia a já comentada distinção entre os filhos conforme o tipo de relação entre os pais, que foi abolida pela CB-1988 (art. 227, § 6º). Mas tal transformação foi gradual e envolve também possibilidade de reconhecer filhos incestuosos e adulterinos e a facilitação do processo de adoção. A primeira inovação foi o Decreto-Lei nº 4.737, de 24 de setembro de 1942, que admitiu a ação de investigação de paternidade e o reconhecimento da mesma de filhos havidos fora do casamento, após o desquite. Já a Lei nº 883, de 21 de outubro de 1949 colocou como requisito para o reconhecimento e a ação de investigação de paternidade a dissolução da sociedade conjugal, não só pelo desquite; mas, mesmo assim, colocava esses filhos em condição inferior aos filhos legítimos (oriundos do casamento), o que foi parcialmente corrigido pela Lei do Divórcio, que igualou os filhos em seu direito de herança. Porém, a CB-1988 igualou os filhos tanto no aspecto patrimonial como no aspecto extrapatrimonial, gerando o ECA e a Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, que respectivamente regulam os processos de adoção e de investigação de paternidade. No que toca à adoção, o ECA igualou os filhos adotados e os gerados pelos adotantes, e os colocou como parentes dos demais membros da família, assim como diminuiu o limite de idade mínima para o adotante (18 anos, em geral) e passou a priorizar a parte afetiva entre adotante e adotado, em detrimento da parte patrimonial, como critério de concessão da adoção. No que se refere à investigação de paternidade, a Lei nº 8.560/1992 deu amplos poderes para o juiz deflagrar a investigação, com intuito de se descobrir a paternidade daquela pessoa que necessita não só de amparo patrimonial como também de amparo afetivo para exercer sua cidadania com dignidade. Esse procedimento recebeu um reforço da Biologia, com o exame de DNA, que revela com precisão quase absoluta a paternidade; porém isso não exclui a utilização de outros meios

de prova pelo juiz, que serão avaliados conforme a sua livre convicção fundamentada na sentença, já que o exame detém um percentual mínimo de imprecisão. Um problema decorrente da descoberta dos exames de DNA foi a impossibilidade de rever decisões judiciais anteriores. E, além disso, o art. 495 do CPCB prevê que a ação rescisória só pode ser interposta dois anos após o trânsito em julgado da sentença definitiva, o que impossibilita o rompimento da coisa julgada após esse prazo, o que faz com que a pessoa tenha o seu direito material de saber quem é o seu verdadeiro pai, que é imprescindível à sua dignidade, prejudicado por uma regra processual infeliz, e que precisa ser reformulada.

Como vimos, tais modificações só foram implementadas com muita luta, organizada pelos movimentos sociais, que derrubaram institutos tradicionais, defendidos pelos setores conservadores da sociedade, aí incluindo a Igreja Católica e os setores evangélicos, organizados em fortes "bancadas" parlamentares.

As recentes manifestações do Papa Francisco, eleito em 2014, reabriram o debate entre os católicos sobre a condenação da homossexualidade e das demais consequências do reconhecimento de famílias homoafetivas.

Já antes disso, em 5 de maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal, respondendo à ADI 4277 (Ação Direta de Inconstitucionalidade), reconheceu a união de pessoas do mesmo sexo como "entidade familiar", conferindo às uniões homoafetivas os mesmos direitos que os vigentes para as uniões heterossexuais. Mesmo ainda sob forte resistência – em especial no nível local, pela ação de juízes e de cartórios – as uniões homoafetivas tornaram-se legais, gerando, contudo, fortes resistências setoriais. Da mesma forma, a legislação sobre os crimes e insultos homofóbicos continuam sofrendo fortíssima oposição, em especial dos setores evengélicos (que temem não poder mais pregar sobre o caráter "pecaminoso" da homossexualidade). Assim, o Projeto de Lei 122, que tramita no Congresso Nacional desde 2006, continua sem ser colocado em votação e chegou mesmo a encontrar resistência brutal na Comissão de Direitos Humanos, quando sob liderança de setores evangélicos. Devemos notar que os crimes contra gays e lésbicas, mesmo em grandes metrópoles como São Paulo, são surpreendentemente elevados, apresentando um crescimento de 31% entre 2012 e 2013. Mesmo a difícil questão da adoção de crianças por casais homoafetivos, a adoção homoparental, obteve, em 2014, importante vitória no Superior de Tribunal de Justiça, quando questionado sobre um caso no Rio Grande do Sul, criando o precedente para outras adoções por casais gays.

Por outro lado, a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), representou um importante avanço contra a violência

doméstica, em especial para mulheres que sofriam agressões seguidas de maridos e parceiros e se viam na condição de silêncio em virtude da existência de filhos ou de suas próprias condições de autonomia. A lei torna mais gravosas as penas contra os agressores e impede a transformação das mesmas em prestação de serviços, prevendo ainda a remoção do agressor do ambiente doméstico.

Referências

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; Ada Grinover Pellegrini; Dinamarco, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo. São Paulo: Malheiros Editores, 1998.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Comentários ao Código de Processo Civil (Lei 5869, de 11 de janeiro de 1973), vol. 5. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Direito Civil: Alguns aspectos da sua Evolução. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

TEPEDINO, Gustavo. Temas de Direito Civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

DITADURA (TEORIA) Atualmente, em toda a cultura ocidental, considerando seus variados desdobramentos, é consenso reconhecer um conteúdo negativo para a expressão ditadura, em diametral oposição à democracia, que congrega completamente o lado positivo. A começar pelos léxicos mais utilizados, que, além de consignarem como primeira acepção do termo “forma de governo em que todos os poderes se enfeixam nas mãos dum indivíduo, dum grupo, duma assembleia, dum partido, ou duma classe”, incluem em segundo sentido “qualquer regime de governo que cerceia ou suprime as liberdades individuais”. Em contrapartida, democracia aparece como “regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder”. Assim, há uma aplicação explícita dos termos ditadura e democracia como pares antitéticos, tal como ocorre a outros conceitos no âmbito da política: autoritarismo e participacionismo, individualismo e coletivismo, oligarquia e cidadania. Mas nem sempre foi assim; além disso, trata-se de um procedimento exorbitante olhar para o passado e aplicar o termo indiscriminadamente. O uso generalizado do par ditadura e democracia, a partir da modernidade, deve-se à preocupação do pensamento político comum em tornar popular conceitos que contribuam para a adoção de melhores sistemas de governos (embora o juízo de valor contido na afirmação provoque grandes diferenciações no tempo). É, pois, importante notar que só o acompanhamento da história própria do conceito permite relacionar criticamente os nexos entre o signo linguístico de ditadura e

os objetos políticos a serem designados por ele.

A questão relativa à limitação dos governos e ao impedimento de abusos sempre preocupou os pensadores, cujas interrogações básicas se constituíam em “quem governa?” e “como governa?”. Decorre daí que o descaso com a conceituação de ditadura ou sua “má interpretação” podem significar uma perda irreparável para o conjunto do pensamento político. Historicamente, nem tudo o que tem sido definido como “não democracia” é ditadura, e talvez a melhor expressão para contrapor o conteúdo de democracia, no sentido de governo do povo, seja autocracia, na medida em que esta palavra remete a governo que representa o seu próprio governante ou o grupo que o apoia. Generalizando, dir-se-ia: popularização (democracia) versus personalização (autocracia) do poder. Mas há que ter cuidados, pois nem toda a autocracia apresenta-se de forma ditatorial, podendo exercer-se sem a concentração dos poderes; nem toda ditadura mostra-se autocrática, já que pode estar baseada no apoio popular ou na declaração de representá-lo. Outros vocábulos indicam atributos do termo ditadura, tais como despotismo, tirania, autoritarismo, totalitarismo *etc.* Entretanto, é pertinente que se coloque, mais uma vez, a necessidade de considerar a historicidade de ditadura a fim de não substituir o entendimento teórico pela tecnicalidade das classificações.

Desfrutando de um sentido positivo, a ditadura nasceu em Roma, no século V a.C., e manteve-se inalterada até o século II a.C. Com a anuência do Senado, o cônsul atribuía poderes excepcionais a um líder para que ele pudesse solucionar graves crises civis ou militares. De acordo com a etimologia, o ditador (dictatore) fazia uso do direito de ditar (dictare) – impor ou prescrever – leis e medidas que tinham validade transitória, isto é, enquanto perdurasse o seu mandato, que correspondia a seis meses. Nenhum ditador poderia permanecer como tal se o cônsul que o nomeou fosse afastado de suas funções. A concentração do poder e seu caráter absoluto provisório estavam, portanto, regidos pela constituição e por ela eram avaliados após o término do intervalo ditatorial. Estava também garantida a sucessão institucional do poder. No século I a.C., a instituição teve alterada sua duração e atribuição, sobretudo por César, no sentido de permitir o seu aproveitamento para fins pessoais, o que corrompia substancialmente aquela forma de governo, visto que introduzia a variável arbitrariedade. A partir de então, até o Renascimento, a Europa foi governada por reinados ou impérios, tendo a ditadura voltado a ser aplicada apenas com o estabelecimento de governos republicanos, cuja manifestação mais conhecida foi a ditadura puritana de Oliver Cromwell, na Inglaterra. Todavia, tal como o republicanismo desse movimento se aproximava do absolutismo do período, o uso de termo ditadura mais parecia encobrir alguma modalidade de monarquia.

Diversos especialistas apresentam o período dito do “terror jacobino” (1793-1794), durante a Revolução Francesa, como a primeira ditadura moderna. Outros a caracterizaram ainda como o elemento de transição para uma nova forma. Na verdade, não é apenas a ditadura que se renova, mas todo o mundo da política conhece, então, novos significados, propósitos e rumos. Os Estados nacionais, centralizados e burocratizados, servirão como um terreno fértil para novas experiências ditatoriais e os governos, ao conviverem com sociedades de massas pautadas pela exigência da soberania popular, terão de criar novas formas de dominação. A ditadura moderna apresenta tênues pontos de similitude com a ditadura romana, isto é, mantém a concentração de poderes, mas rompe com o princípio da temporalidade e quebra a relação com as normas constitucionais, criando instituições próprias que avalizem o seu caráter durável e tornem normal o exercício do seu poder discricionário. Enquanto a ditadura romana se constituía em atos internos a um sistema de governo que permaneceria posteriormente inalterado, a ditadura moderna se caracteriza por criar um novo sistema de governo, um novo regime. Em resumo, são os seguintes os aspectos mais relevantes da ditadura moderna:

(1) Elas são o resultado da dupla revolução, a Francesa e a Industrial, que inauguraram o mundo moderno, trazendo consigo crises de destruição do Antigo Regime. O século XIX, marcado pela urbanização e pela disposição de grandes grupos populacionais em situação de participação política, colocará frente a frente os adeptos das mudanças e os sustentadores da permanência das tradições. Essas crises promoveram a formação de situações ditatoriais tanto para acelerar o processo de modernização quanto para impedi-lo. Outra diferenciação que se fixou no âmbito das ditaduras modernas tinha a oposição entre classes sociais como questão principal: ditaduras burguesas, como a imposta por Luiz Napoleão na França, representavam a burguesia, enquanto a Comuna de Paris de 1871 parecia significar a criação de um regime proletário. Nesse sentido, a ditadura ganhou centralidade no século XX, com as experiências ligadas ao fascismo e ao comunismo e a líderes como Mussolini, Hitler, Stalin, Salazar, Vargas *etc.*

(2) Embora se apresentem em certas oportunidades como pessoal e em outras como oligárquica, as ditaduras modernas estão sempre acima da lei numa clara disposição de enfeixar todo o poder político e de impedir que o governo sofra qualquer limitação. As eventuais leis então outorgadas podem servir como formas de ocultação do seu verdadeiro caráter arbitrário. Uma graduação no exercício da arbitrariedade, criando tipos diferentes de ditaduras entre si, umas mais outras menos amenas, não altera a ação imprevisível que lhes é fundamental.

(3) As ditaduras modernas, na medida em que se constituem regimes apoiados

na mobilização de massas da população, vivem a contradição básica de funcionar como uma “monarquia” que concentra e aciona o poder de cima para baixo, enquanto age como uma “república” que precisa da concordância popular para se manter no poder. Portanto, para as ditaduras modernas, não há possibilidade de legitimação coerente, implicando isto constante instabilidade do seu processo de sucessão. O ditador é, em grande medida, insubstituível e quanto mais desenvolve estratagemas para se manter no poder por meio de propaganda, que estreita a relação direta entre a sua atuação e a vontade popular forjada ou manipulada, mais dificulta o processo sucessório.

Retomando o que foi dito anteriormente, se o uso generalizado do termo ditadura para contrapor democracia, em qualquer época e de qualquer modo, não é pertinente, há, porém, certo cabimento se nos referimos a eventos sociais contemporâneos. Um número significativo de países em todo o mundo tem adotado, pelo menos formalmente, sistemas democráticos governamentais, num movimento que parece indicar universalização. Cogita-se sobre a possibilidade de encaminhar esse processo no sentido da recuperação de regras da democracia direta, na tentativa de fazer chegar a cada indivíduo, o mais proximamente possível, o poder político de decisão. No entanto, há outra forma de interpretar a direção que deve tomar o aprofundamento democrático: os sistemas políticos devem intensificar a adoção de direitos sociais, ultrapassando o campo de ação da política (os direitos do cidadão), a fim de serem liberalizados os demais status das pessoas. Desse modo, poderá ocorrer uma efetiva distribuição dos poderes contidos na sociedade civil. Os direitos da mulher, da criança, das minorias, do consumidor *etc.* relacionam-se com os direitos políticos e os auxiliam a se implantarem numa espécie de movimento entranhado de instituições. Caminhar no sentido inverso do aprofundamento da democracia social é aproximar-se de uma ditadura, agora concebida mais amplamente. Tendo como parâmetro a liberdade e como meta a igualdade de oportunidades sociais e econômicas, toda a autonomia dos cidadãos leva à democracia, enquanto qualquer sujeição labora pela ditadura.

Referências

BOBBIO, Norberto. Estado, gobierno y sociedad: por una teoria general de la política. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

BOBBIO, Norberto *et al.* (org.). Dicionário de Política. Brasília: Editora da UnB, 1986.

DAHRENDORF, R. O conflito social moderno: Um ensaio sobre a política da liberdade. Rio de Janeiro e São Paulo: Jorge Zahar/EDUSP, 1992.

DNA O termo andava na boca do povo ao final do século XX. Em jornais, revistas, programas e novelas de televisão, a palavra surgia principalmente com relação a uma aplicação específica do seu conhecimento: a determinação de paternidade. No entanto, nem sempre foi assim. A nossa história começa com um fisiologista e químico orgânico suíço, Friedrich Miescher (1844-1895), e com um material tão repugnante como pus. Foi a partir dele que Miescher extraiu núcleos de células, e deles uma substância especial a que denominou nucleína. Esses resultados foram publicados em 1871 e, anos após (1889), outro investigador batizou a porção não proteica do material nuclear de ácido nucleico. No início do século XX, especialmente devido aos esforços de Phoebus Aaron Levene (1869-1940), ficou caracterizada a existência de dois tipos de ácidos nucleicos, um no qual o açúcar é a ribose (ácido ribonucleico ou RNA) e outro no qual o açúcar é a 2-desoxirribose (ácido desoxirribonucleico ou DNA). Durante todo o início do século XX, havia dúvidas sobre qual seria a natureza do material genético. Observações decisivas de que ele é o DNA foram obtidas paulatinamente. A primeira descoberta importante deve-se ao médico londrino Frederick Griffith. Ele verificou, em 1927, o fenômeno da transformação em bactérias, mais especificamente em pneumococos, nas experiências com camundongos. Outra etapa decisiva deve-se aos esforços de Oswald Theodore Avery (1877-1955) e colaboradores nos EUA. Observaram eles que um preparado puro de DNA, extraído de pneumococos capsulados (isto é, envoltos em uma capa de polissacarídeos), era capaz de transmitir esta característica a outra linhagem, originalmente não capsulada. Como aconteceu com os trabalhos de Gregor Johann Mendel (1822-1884), padre austríaco que estabeleceu as bases da genética, a importância real do experimento de Avery e colaboradores não foi devidamente apreciada. Experiências posteriores apontavam sempre na mesma direção, e o convencimento final de que o DNA era o material genético veio através do modelo do norte-americano James D. Watson (*1928) e do inglês Francis H. Crick (1916-2004). A descoberta tem sido considerada por muitos como a mais significativa da história da biologia, tendo ambos recebido o Prêmio Nobel em 1962.

O DNA é formado por duas longas sequências lineares de unidades denominadas nucleotídeos. Cada nucleotídeo é composto por um grupo fosfato, um açúcar e uma base nitrogenada (base porque tem um pH, ou potencial de hidrogênio, alto; nitrogenada porque apresenta anéis de carbono e nitrogênio). Há quatro tipos de bases: citosina (C) e timina (T), com um simples anel, e adenina (A) e guanina (G), que contêm dois anéis de carbono e nitrogênio. São elas que fornecem a informação importante para a síntese das proteínas, as substâncias que compõem o nosso corpo, enquanto o açúcar e o fosfato são componentes invariáveis, com

função unicamente estrutural. A ordenação da molécula de DNA tem sido classicamente comparada a uma escada circular, na qual os corrimãos são formados por açúcar + fosfato e os degraus pelos pares de bases A-T ou C-G. Portanto, uma cadeia é complementar à outra. Assim, quando se conhece a sequência de bases de uma das cadeias, automaticamente tem-se a da outra. Por exemplo, a sequência ACTG em uma cadeia nos permite afirmar que na outra ela será TGAC. Para chegar-se à proteína, a partir do DNA, é necessária uma molécula adaptadora, o RNA. O RNA tem uma estrutura muito semelhante à do DNA, sendo também composto por nucleotídeos. A primeira diferença situa-se no açúcar (ribose em vez de desoxirribose); além disso, a base timina do DNA é substituída pela base uracila (U), há uma única cadeia de nucleotídeos, e esta cadeia é muitíssimo mais curta. Há três tipos de RNA. O RNA mensageiro carrega uma mensagem específica do DNA até o citoplasma (a parte não nuclear da célula). O RNA ribossômico liga-se às proteínas para compor os ribossomos: organelas do citoplasma nas quais acontece a síntese de proteínas. Já o RNA transportador carrega as unidades proteicas, os aminoácidos, no citoplasma; ali eles irão se reunir para formar uma nova cadeia proteica.

O progresso fantástico nos últimos anos do século XX das técnicas moleculares tem permitido o estudo da totalidade do DNA de diversos organismos, possibilitando também: (1) diagnóstico, prevenção e eventual tratamento (em fase ainda experimental) de doenças genéticas e não genéticas; (2) graças a manipulações diversas, a sua utilização em casos de problemas reprodutivos; (3) investigações judiciais relacionadas com problemas de identificação, como rastros deixados por criminosos e outros; e (4) transferência entre diferentes organismos.

Referências

FARAH, S.B. DNA: Segredos e mistérios. São Paulo: Sarvier, 1997.

HAUSMANN, R. História da biologia molecular. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Genética, 1997.

MAYER, E. The Growth of Biological Thought. Diversity, Evolution, and Inheritance. Cambridge e Massachusetts: Harvard University Press, 1982.

SALZANO, F.M. “Avanços e desafios na área da Genética”. In: KRIEGER, M.G.; ROCHA, M.A. (orgs.). Rumos da pesquisa: múltiplas trajetórias. Porto Alegre: Pró-Reitoria de Pesquisa, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998, p. 40-53.

FRANCISCO M. SALZANO

DODECAFONISMO O advento do dodecafonismo nos anos 1920, coroando algumas décadas de transição, tem sido saudado insistentemente como uma revolução na linguagem musical, paralela a outras revoluções do século XX. Assim, Pierre Boulez afirmou que, com o seu advento, a música saiu do mundo

de Newton para o de Einstein: o sistema tonal anteriormente vigente baseara-se na gravidade e na atração (isto é, em tendências dinâmicas resultantes da hierarquização dos 12 sons musicais, segundo a lógica das 12 tonalidades maiores e das 12 tonalidades menores), enquanto o novo sistema serial ou dodecafônico expressaria um universo em movimento perpétuo. Em 1937, Louis Danz declararia algo neste mesmo sentido, ou seja, vira no dodecafonismo uma mudança radical de paradigma: por um lado, dissera, a música "deixará de ser o que era, tendo-se transformado naquilo que será"; por outro lado, tal transformação poderia comparar-se à passagem da geometria euclidiana à matemática mais elevada de um Minkowsky ou de um Einstein. Dois dados contribuíram para gerar as convicções por trás de assertivas tão inequívocas e formadoras de uma versão canônica que se imporia de forma quase absoluta entre 1945 e 1985: Arnold Schoenberg (1874-1951), figura central no processo conducente ao serialismo ou dodecafonismo, foi um professor altamente apreciado por alunos fiéis de peso, como Alban Berg e Anton Webern; tanto ele quanto seus discípulos foram críticos, polemistas e teóricos talentosos e influentes na área do ensino e dos debates musicais, sendo sem sombra de dúvida os responsáveis pela noção de que o processo conducente ao dodecafonismo era a transição por excelência da velha à nova música.

No século XVII, o sistema modal cedeu lugar na música europeia ao sistema tonal, que dominaria o panorama musical no Ocidente por cerca de 250 anos. Na organização tonal, em vez dos muitos modos antes admitidos, impuseram-se apenas dois: o maior e o menor, cada um compreendendo 12 tonalidades. A sucessão dos sons musicais no tempo dava-se de duas maneiras concorrentes: a diatônica (que percorria exclusivamente os sons incluídos em uma dada tonalidade) e a cromática (que evoluía de meio em meio tom, sem respeitar as hierarquizações de sons estabelecidas pelas tonalidades). Embora ambas fossem utilizadas pelos compositores, as regras subordinavam o cromatismo à diatonia, no sentido de que mais cedo ou mais tarde se imporia o acorde considerado perfeito, formado pelo primeiro, terceiro e quinto graus de cada tonalidade. As tonalidades mantinham também relações definidas entre si e existiam formas especificadas para passar licitamente de uma a outra (modulação, enarmonia). Assim, todo o universo musical – com seus aspectos de melodia, harmonia (ou contraponto) e ritmo – estava dominado pela estrutura das 12 tonalidades sistêmicas. Em sua formação, cada novo compositor deveria assimilar durante seus estudos regras da teoria musical, da harmonia e da composição cujo alicerce era essa estruturação hierarquizada dos sons musicais, e agir de acordo com isso ao compor. No entanto, ao contrário do que pode parecer ao falar do assunto esquematicamente, ao se reduzir o sistema tonal a um mero esqueleto, o que se

tem efetivamente é uma organização muito maleável que admite e incorpora ao longo do tempo numerosas mudanças coletivas de tendência ou de escola, assim como decisões individuais de sucessivos músicos por vezes altamente originais.

Pode-se constatar retrospectivamente, entretanto, que no século XIX a rebelião romântica já havia levado tal sistema tonal aos seus limites: a partir, sobretudo, de 1850, em muitos casos o uso do cromatismo, da modulação e da enarmonia, para citar só um exemplo, o segundo ato de Tristão e Isolda de Wagner, havia tornado difícil (e às vezes até impossível) para o ouvinte e para o analista perceberem auditivamente a tônica (nota central de uma tonalidade). Em tal contexto, em Viena, em circunstâncias analisadas por Carl E. Schorske no tocante à primeira fase das transformações (a "emancipação da dissonância"), Arnold Schoenberg iniciou o processo de radical negação da tonalidade – por mais que ele mesmo sempre recusasse a expressão "atonalidade" – entre 1908 e 1912. Após a interrupção da Primeira Guerra Mundial, como compositor e como teórico da música, Arnold Schoenberg desenvolveu o sistema dodecafônico na década de 1920. O princípio central do novo sistema era a igualdade absoluta de todas as notas, negando-lhes qualquer prioridade hierárquica organizadora de seu conjunto. O compositor decide em qual sequência (por ele estabelecida) de 12 sons musicais – sequência variada e trabalhada de diversos modos, segundo regras estritas – baseará o seu processo de compor uma peça. Além disso, também em outros aspectos o sistema adotado e promovido tanto por discípulos de Schoenberg quanto por outros compositores (Igor Stravinsky em uma de suas fases, por exemplo) afastar-se-ia da forma anterior de compor, ao evitar a repetição ou a recorrência. Como teórico, Schoenberg gerou um novo vocabulário analítico: "ideia" em contraposição a "estilo", Grundgestalt, a já mencionada "emancipação da dissonância" *etc.*

Como era de esperar, transformações drásticas como essas não deixaram de provocar oposição e comentários sarcásticos desde a sua primeira fase. Assim, em 1908, quando ocorrera a estreia das Doze variações para piano de Alban Berg, um crítico anônimo escrevera a respeito da peça: "Nenhum tema, mas 12 variações sobre ele." Com o tempo, até por questões políticas, sendo Schoenberg percebido como um judeu "progressista" e que fora forçado a emigrar por causa do nazismo, uma quase unanimidade chegou a se estabelecer por quatro décadas (com clareza, só a partir de 1945): o dodecafonismo passou a ser visto como o fundamento por excelência da transição musical do século XX. Entretanto, desde meados da década de 1980, o panorama começou a mudar. Os fatores heterogêneos da mudança de percepção parecem ter sido, sobretudo, cinco. O primeiro consiste no pós-modernismo em sua "desconstrução" relativista, nem um pouco disposto a aceitar a autoridade absoluta de uma tendência ou versão,

seja ela qual for. Em segundo lugar, os revisionistas se perguntaram a respeito da legitimidade de se pensar um mainstream somente a partir de Schoenberg e sua escola: por que não admitir que o acesso ao extremamente variado mundo da música erudita do século XX se tenha dado não por um, mas por múltiplos caminhos concorrentes, como o próprio Schoenberg e outros como Varèse, Messiaen ou Stravinsky? Assim, o dodecafonismo deveria ser situado ao lado do politonalismo ou do pantonalismo, da música eletrônica, do minimalismo *etc.* O terceiro fator é uma pergunta: por que após tanto tempo Schoenberg (em especial no tocante a suas composições posteriores a 1911) continua decididamente impopular? Respondendo ironicamente às acusações de "formalismo" a ele dirigidas pela crítica stalinista na URSS, Serguei Prokofieff afirmara que "formalismo é a música que as pessoas não entendem em uma primeira audição". Contudo, no caso do dodecafonismo schoenberguiano, estamos já muito longe das primeiras audições e ele nada ganhou em popularidade entre os habitués das salas de concerto que não são todos capitalistas ou apologistas do capital, ao contrário de outras tendências do século que, em sua época, causaram escândalo. Sendo assim, a necessidade histórica da revolução dodecafônica (proclamada em altas vozes por Schoenberg e pelos discípulos de sua escola) não parece ser tão evidente. Em quarto lugar, as atitudes político-teóricas – que geraram, entre outras, a crítica altamente positiva de Theodor Adorno acerca de Schoenberg – e sua influência enfraqueceram-se consideravelmente, atingindo o seu ponto mais baixo por volta de 1991-1994, quando o lado politicamente positivo antes percebido na trajetória pessoal do compositor deixou de parecer relevante a muitos críticos para uma discussão de sua música. Por fim, um quinto argumento trata de mostrar que a autopromoção do sistema schoenberguiano esteve ligada a algo que, caso se quisesse usar um vocabulário como o de Foucault, seria um "saber do poder": o próprio sucesso de Schoenberg e de seus alunos como professores, teóricos, críticos e formadores de opinião acabou por criar um establishment dedicado a defender a centralidade do dodecafonismo na transição musical do século XX. Agora que o enfraquecimento das tendências pós-modernas já é evidente nos países centrais, como demonstrou Michael Bentley, será curioso verificar o que o século XXI trará de novo na apreciação da revolução dodecafônica.

Referências

BENTLEY, Michael. Modern Historiography: An Introduction. Londres e Nova York: Routledge, 1999.

CARNER, Mosco. "Music in the mainland of Europe: 1918-1939". In: COOPER, Martin (ed.). The New Oxford History of Music. 10. The Modern Age: 1890-1960. Londres: Oxford University Press, 1974. p. 340-362.

FRISCH, Walter (ed.). Schoenberg and His World. Princeton: Princeton University Press, 1999.

SCHORSKE, Carl E. Viena fin-de-siècle: política e cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

DOENÇAS HEREDITÁRIAS São aquelas causadas por fatores genéticos. Inicialmente podem ser distinguidos dois tipos de situações: (1) as enfermidades causadas por agentes mendelianos “clássicos”; e (2) aquelas de etiologia multifatorial. No primeiro caso, a herança segue os padrões estabelecidos desde os experimentos do abade Gregor Mendel (1822-1884), o fundador da genética. Se os genes (as unidades da herança biológica) se manifestam em dose simples, eles são denominados dominantes; caso se manifestem apenas em dose dupla, são designados recessivos. Por outro lado, se estão localizados nos cromossomos não sexuais, são denominados autossômicos; e se ocorrem nos cromossomos sexuais, são ligados ao sexo. Portanto, existem quatro categorias possíveis neste conjunto: autossômica dominante, autossômica recessiva, ligada ao sexo dominante e ligada ao sexo recessiva. Neste último caso, o padrão é diferente, se o gene está situado no cromossomo X ou Y. Como este último ocorre sempre em dose simples, não se aplica, aqui, a nomenclatura da dominância ou recessividade, e a característica transmite-se exclusivamente por via paterna. Este tipo de herança é denominado holândrico. Um grande número de condições patológicas (geralmente, as mais comuns) depende de fatores tanto genéticos como ambientais para se manifestar. Neste caso, o tipo de herança é denominado multifatorial. Esta dicotomia clássica é válida apenas em termos gerais. Na verdade, mesmo quando os agentes causais principais são simples, há uma série de fatores que influem na manifestação clínica, que envolvem: (1) problemas de limiar; (2) os chamados genes modificadores; (3) o ambiente celular, que em certas ocasiões condiciona a manifestação diferencial se o gene autossômico é transmitido por via materna ou paterna (impressão genômica ou imprinting); (4) falhas na divisão celular, ocasionando mosaicismos (a coexistência de constituições genéticas diferentes no mesmo indivíduo), ou a presença em dose dupla do cromossomo de um dos genitores (dissomia uniparental); e (5) perturbações na divisão do DNA, que causam aumento ou diminuição de repetições adjacentes (em tandem) ao longo das gerações. Após a montagem de certo número dessas repetições, pode-se desencadear um fenômeno patológico.

Existem também doenças causadas por alterações no DNA não nuclear, o DNA mitocondrial. Neste caso, a herança é exclusivamente materna, porque as mitocôndrias (organelas citoplasmáticas relacionadas com a respiração celular) só se transmitem, de uma geração a outra, através do óvulo. Os estudos moleculares e de ligação (exame se duas características transmitem-se preferencialmente em bloco) demonstraram que a heterogeneidade genética é a

regra nas doenças hereditárias. Isto é, condições clínicas aparentemente idênticas podem ter sido causadas por alterações diferentes no mesmo gene ou em outro. A recíproca também é verdadeira: a mesma mutação pode originar, em indivíduos diferentes, manifestações diversas.

A análise genética clássica geralmente desenvolveu-se por meio do enfoque “de cima para baixo”, isto é, partia-se das manifestações morfológicas ou clínicas para identificar-se a proteína alterada e, eventualmente, o gene. Hoje, pode-se fazer o caminho inverso, “de baixo para cima”. Isto é, após a identificação do gene e seu mapeamento nos cromossomos, parte-se, através da sequência nucleotídica obtida, para a estrutura proteica e a elucidação de sua função. O que a epilepsia, a enxaqueca, a surdez, a ataxia (falta de coordenação dos movimentos do corpo) episódica, a paralisia periódica, a hipertermia maligna e a miotonia (espasmos tônicos nos músculos, com rigidez temporária) generalizada têm em comum? Todas essas doenças neurológicas são causadas por mutações que envolvem genes responsáveis pelo funcionamento adequado de canais iônicos. As células mantêm gradientes de concentração para íons (átomos ou conjuntos de átomos eletricamente carregados) inorgânicos entre seu interior e exterior. Tipicamente, o íon potássio ocorre em maior concentração no citoplasma do que no fluido extracelular; enquanto os íons de sódio, cloreto e cálcio exibem distribuição oposta. A regulação deste transporte entre membranas é que está alterada nas doenças anteriormente mencionadas. Curiosamente, no verme Caenorhabditis elegans, uma variação genética que também influi em um canal iônico determina a preferência dos animais a uma vida solitária ou social.

Nos casos em que os problemas residem nas fibras elásticas do sistema muscular, tem-se avançado bastante na análise de como elas se formam e o que ocorre quando uma mutação altera este processo. Esses biopolímeros da matriz extracelular reúnem-se em mais de 15 diferentes proteínas ou glicoproteínas e apresentam-se em duas categorias morfológicas distintas: elastinas e fibrilinas. A primeira doença que forneceu uma informação significativa sobre a patogênese das fibras elásticas foi a síndrome de Marfan, que se caracteriza por membros extremamente longos, mãos como as patas de uma aranha (aracnodactilia), peito escavado, anormalidades oculares e cardiovasculares. Verificou-se que a síndrome é ocasionada por uma mutação no gene FBN1, localizado no cromossomo 15, e que altera a estrutura da fibrilina-1, que ocorre nos músculos oculares, e nos cardiovasculares e esqueletais, desta maneira, explicando a variedade de manifestações desta condição. Para os que preconizam intervenções precoces nos genomas de seres em potencial, estabelecendo ideais eugênicos, é importante salientar que há uma probabilidade de pelo menos 50% de que Abraham Lincoln (1809-1865) tenha sido portador desta síndrome. Pessoas com

problemas genéticos podem ter uma vida socialmente muito útil.

Referências

COOPER, E.C.; JAN, L.Y. “Ion channel genes and human neurologic disease: Recent progress, prospects, and challenges”. In: Proceedings of the National Academy of Sciences, EUA, 96: 4759-4766, 1999.

McKUSICK, V.A. “The defect in Marfan syndrome”. In: Nature, 352: 279-281, 1991.

URBÁN, Z.; BOYD, C.D. “Elastic fiber pathologies: Primary defects in assembly – and secondary disorders in transport and delivery”. In: American Journal of Human Genetics, 67: 4-7, 2000.

VOGEL, F.; MOTULSKY, A.G. Genética humana: problemas e abordagens. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

FRANCISCO M. SALZANO

DUMA Na Rússia czarista ao final do século XIX, um processo acelerado de industrialização levado a cabo particularmente por meio de investimentos estrangeiros – ingleses, franceses, alemães e belgas – provocou transformações sociais e econômicas, tanto no campo quanto na cidade. Havia, portanto, uma discrepância entre as transformações socioeconômicas e a capacidade de interferir em questões políticas por parte de vários setores da população. Assim, algumas demandas foram lançadas na arena política no sentido de se formar um poder representativo (legislativo), paralelo ao poder do czar Nicolau II (1868-1918). Entretanto, tais demandas eram ignoradas e os grupos organizados reprimidos.

Os excessivos gastos com a sustentação material, fiscal e humana da Guerra Russo-Japonesa entre 1904 e 1905 criaram uma situação de grande instabilidade política, que se intensificou com a derrota da Rússia. Vários motins urbanos – aos quais se somaram revoltas camponesas e no interior do exército – tornaram incerto o governo de Nicolau II. O elemento detonador dos motins foi a violenta repressão armada que o czar havia infringido contra um grupo de grevistas que organizaram uma marcha até o palácio de São Petersburgo, com o fim de entregar a Nicolau II uma petição que reivindicava melhores condições de trabalho, cantando o hino “Deus salve o czar”. Esta violenta ação contra os trabalhadores ficou conhecida como Domingo Sangrento (22 de janeiro de 1905). Depois deste evento, as demonstrações de força e organização de trabalhadores urbanos, soldados e camponeses obrigaram Nicolau II a transigir com as lideranças políticas: foi lançado o Manifesto de Outubro, em que o czar se comprometia a transformar a Rússia numa monarquia constitucional. A partir deste manifesto, iniciou-se a formação de conselhos de trabalhadores (sovietes) em várias regiões da Rússia e, cumprindo a sua promessa, o czar permitiu a formação da primeira assembleia legislativa russa, Duma, que durou de 10 de maio a 22 de julho de 1906. No entanto, ao mesmo tempo em que permitiu a

formação da Duma, o czar lançou decretos que colocavam a sua autoridade acima dela, sendo alvo de intensas críticas dos parlamentares. Reagindo a tais críticas, o czar dissolveu a primeira Duma e a substituiu por outra de caráter censitário, que vigorou entre 5 de março e 17 de maio de 1907. Paralelamente a isso, o czar manteve brutal repressão contra os camponeses revoltosos até 1907 e, com a reforma de posses de terras levada por seu Primeiro-ministro Stolypin (1862-1911) em 1906, minou provisoriamente a unidade da resistência camponesa ao transformar as antigas terras comunais em títulos de propriedade privada. Esta diferenciação econômica no campo passou a ter o seu correspondente político na Duma censitária, acirrando em ambas as esferas a luta de classes. Antes da Revolução Russa de 1917, seriam formadas mais duas outras Dumas: entre 1907 e 1912; e entre 1912 e 1917. Os anos correspondentes à terceira Duma foram aqueles em que o seu papel esteve mais presente na administração do czar, que havia dissolvido a segunda Duma para formar outra de maioria conservadora. Os anos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) tornaram o papel da Duma praticamente sem efeito, sendo boa parte das decisões tomadas pelo Conselho de Estado, ressurgindo na cena política o pragmatismo das decisões do czar, que minaria definitivamente a sua imagem popular de "administrador benevolente".

Durante os cinco primeiros anos de estruturação da ordem comunista (outubro de 1917-1922), o termo Duma cederia lugar para o Soviete Supremo e só voltaria ao vocabulário político russo com o fim do comunismo, em dezembro de 1991. Durante o governo de Boris Yeltsin (1991-2000), o termo passaria a ser empregado para se referir à assembleia russa eleita por voto popular em 12 dezembro de 1993, sendo formada por 450 membros. Entretanto, como no tempo de Nicolau II, mais uma vez o seu poder foi limitado por uma segunda câmara – neste caso, o Conselho da Federação, formado desde agosto de 1993 por dois representantes egressos das 89 regiões da Federação Russa.

A formação da Duma e do Conselho da Federação significava o fim do Congresso dos Deputados do Povo (CDP) e do Soviete Supremo da Rússia, conforme decreto 1.400 de Boris Yeltsin de 21 de setembro de 1993, que previa eleições parlamentares para o dia 12 de dezembro. Para conduzir as reformas neoliberais de seu governo com mais velocidade, Boris Yeltsin tinha feito um referendo em abril de 1993, tendo conseguido o seguinte resultado: 59% dos participantes expressaram confiança em Yeltsin; 53% confiavam em suas reformas econômicas; 32% aprovavam a antecipação da eleição presidencial e 43% eram favoráveis que o mesmo ocorresse em relação às eleições parlamentares. No entanto, menos da metade dos eleitores compareceu às urnas. Os índices de abril davam precária confiança a Yeltsin, que convocaria uma

assembleia constitucional em 5 de junho de 1993, na qual 433 dos 585 delegados aprovaram uma constituição que dava amplos poderes para o presidente, inclusive aquele de dissolver o parlamento. Tal fato acirrou os conflitos entre os corpos legislativos e o presidente, cujo desenlace foi o uso da força do Exército por Yeltsin contra os deputados resistentes à reforma e insulados na Casa Branca, não se privando inclusive de bombardear o prédio – imagens televisionadas para o mundo inteiro.

A dissolução do Parlamento Russo por Boris Yeltsin em setembro-outubro de 1993 e a organização do sistema representativo bicameral fizeram parte de seu plano de reforçar o Poder Executivo e, assim, conter as críticas que vinha recebendo dos antigos parlamentares – resultado do choque econômico neoliberal que aumentara a fratura social mais do que resolvera os velhos problemas da antiga ordem. Embora esse fato não tenha diminuído as oposições parlamentares aos projetos de Boris Yeltsin – o corpo legislativo formado em dezembro de 1993 contou com poucos simpáticos às suas reformas –, a efetividade da Duma em projetos políticos de relevância na última década do século XX foi dificultada pela multifragmentação dos partidos, o que impediria a formação de maiorias suficientemente fortes. Por conta disso, a autoridade de chefes políticos de feições carismáticas – como foi o caso de Boris Yeltsin – permaneceu pouco limitada.

Referências

McCAULEY, Martin. “From Perestroika towards a New Order”, 1985-1995. In: Russia History. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 1997.

ORLOVSKY, Daniel. “Russia in War and Revolution, 1914-1921”. In: Russia History. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 1997.

SHLAPENTOKH, Vladimir. “Russian Patience: a reasonable behavior and a social strategy”. In: Archives Européennes de Sociologie, t. 36, n. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 247-280.

ECOLOGISMO O termo “ecologia” foi empregado pela primeira vez pelo zoólogo alemão Ernst Haeckel (1866). Mesmo não estando ligada à ciência ecológica propriamente dita, sua filosofia criou um influente modelo. Discípulo do darwinismo, Haeckel acreditava que ele teria superado a religião cristã e defendeu, em um opúsculo para o grande público chamado O enigma da vida (1899), uma nova percepção da natureza como um organismo com propriedades imanentes e dinâmica própria em permanente crescimento, carregado de espiritualidade. Deus e natureza se identificavam como um único Ser. Os homens faziam parte desse organismo monista e perdiam muito de sua humanidade ao romper seus vínculos com ele. Ao unir determinismo natural com panteísmo religioso, Haeckel apresentava um modelo extremamente influente no pensamento ecológico contemporâneo e expressava um dos seus dilemas, o diálogo entre ciência e espiritualidade. Identificar este momento como a origem da ecologia é uma questão complexa. A ideia de que o Homem encontra seu Ser mais profundo no contato com a Natureza faz parte de um milenar acervo de mitos paradisíacos, bucólicos e agrários. Uma distinção importante estava na presença da ciência como interlocutora. Um dos elementos originais da filosofia ecológica, diferente do imaginário bucólico, é que a razão pode oferecer caminhos para um modo de vida espiritualizado próximo da natureza. Ao mesmo tempo, demonstra intensa desconfiança dos frutos dessa relação O significado e abrangência da interferência da razão humana na natureza é o que divide as diversas correntes do ecologismo moderno.

Muitas das práticas que hoje são identificadas como “comportamento ecológico ou verde” já existiam na virada do século XIX para o XX. O primeiro parque de preservação ambiental, o de Yellowstone nos EUA, foi criado em 1872. Ele foi um dos produtos iniciais de um movimento que tornou a vida na natureza um tema da cultura de massas nos EUA nas décadas seguintes. Organizações de escoteiros, passeios ao ar livre e vida nos ranchos eram práticas apresentadas por preservacionistas como John Muir, que as viam como alternativas à deterioração urbana da era industrial. A política desses movimentos era resguardar pedaços de terras considerados virgens (wilderness) como santuários de um Éden perdido. Povos não civilizados também deveriam ser objetos de preservação como exemplos do “homem natural”.

A lógica preservacionista caracterizou as políticas ecológicas nas décadas seguintes. As primeiras medidas de legislação ambiental denunciavam a

intervenção do “Homem” (uma entidade abstrata) na ordem natural das paisagens, com uma compreensão mais estética (classicista) da paisagem do que científica ou política. Nesse sentido, um dos primeiros eventos na área foi o Congresso Internacional para a Proteção da Paisagem (Paris, 1909). A percepção do ideal paisagístico baseado na harmonia, porém, era identificável com a teoria dos sistemas naturais como complexos equilibrados, cuja sobrevivência dependia da interação das partes componentes. Nos anos seguintes, denúncias sobre a extinção de espécies, os efeitos dos dejetos de óleo e o desgaste dos solos são incluídas como parte das ameaças a esse equilíbrio. Sob a inspiração do ecólogo suíço Paul Sarasin, realizou-se o primeiro Congresso Internacional para a Proteção da Natureza (Paris, 1923), que institucionalizou o movimento ecológico e o tornou tema frequente na imprensa.

Nas décadas de 1920 e 1930, o tema da floresta também foi amplamente adotado por movimentos nacionalistas de extrema-direita, como a ideologia völkich, na Alemanha. A pesquisa do folclore das florestas, os passeios ao ar livre e o culto aos valores da família camponesa já eram temas clássicos da cultura de Weimar em diversos campos do espectro político, que repudiavam a descaracterização e amoralidade da cidade grande, como no filme Aurora, de Friedrich Murnau (1927), em que uma vamp metropolitana seduz um camponês e o induz a matar a esposa. Os nazistas, posteriormente, desenvolveram sua apropriação da ecologia, estando entre os primeiros a testar tecnologias alternativas como o vento, o gás metano e a biodinâmica. Hitler, que era vegetariano, implantou políticas de reflorestamento e criou parques naturais. Fazia parte da ideologia nazista a crença da autenticidade dos povos das florestas não conspurcados pelo materialismo de cidades dominadas por judeus. A articulação de mitos silvestres com tecnologia de ponta retornaria muitas vezes no pensamento ecológico, às vezes em adversários radicais da direita.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o aspecto instrumentalista na abordagem da natureza predominou nas políticas internacionais. Este prisma pressupõe que os ecossistemas são importantes porque contribuem para o homem, a verdadeira fonte de valor. A natureza deve ser preservada porque é fundamental para o bem-estar de uma natureza humana superior. O objetivo seria continuar a luta pelo domínio da natureza com um grau maior de racionalidade nas práticas. A partir dos anos 1950, a promessa da “Revolução Verde” é difundida nos programas de modernização das potências ocidentais como a grande solução para a fome no Terceiro Mundo, com o incremento da agricultura mediante o uso racional dos solos e a tecnologia química. A preservação de santuários é substituída pela gerência de um ecossistema mundial. Essa perspectiva instrumental sofre um golpe com a publicação do livro Silent Spring,

de Rachel Carson, em 1962, que denunciava os terríveis efeitos ambientais do uso maciço de fertilizantes. Este foi um dos best-sellers que tornaram a ecologia tema popular nos anos 1960, seguido por outros como The population bomb (1968) e The end of affluence (1974), ambos de Paul Ehrlich. Tais obras trouxeram uma dimensão catastrófica para o pensamento ecológico, que alcançou grande respaldo diante do clima de apreensão gerado pela crise do petróleo (1973) e pelas imagens da fome no Terceiro Mundo (Biafra, 1967-1970 e Bangladesh, 1971-1972). A crença nos benefícios da manipulação ambiental começava a ceder ao medo do esgotamento dos recursos naturais e da degradação das metrópoles.

As abordagens catastróficas ainda receberam recepção cética até os anos 1980. Cientistas, políticos e imprensa se acusavam mutuamente quando a detecção de catástrofes ameaçadoras se tornara recorrente. Quando foram divulgadas notícias da existência de um enorme buraco na camada de ozônio sobre a Antártida, em 1985, houve forte pressão política para apresentá-lo como um fenômeno natural. O mesmo aconteceria durante um verão arrasador no Hemisfério Norte, em 1988, que incinerou parques nacionais e desequilibrou a agricultura nos EUA. Cientistas levantaram a hipótese de que o aumento progressivo da temperatura mundial causado pela poluição da atmosfera e o bloqueio dos raios solares (Efeito Estufa) estariam relacionados com a incidência de catástrofes ambientais. Após cobranças de uma posição mais explícita sobre o caso, jornais americanos desviaram o assunto ao descobrir uma teoria, a influência da corrente oceânica El Niño (depois refutada), que colocava o fenômeno como “natural”.

Essas resistências a críticas contra o modelo modernizador ocidental não impediram o forte deslocamento do pensamento ecológico para ângulos socialistas, anarquistas e reformistas. Muitas correntes da ideologia ecológica contemporânea passaram a se autodesignar uma cultura nova, mundializada, visando superar os conceitos de direita e de esquerda desgastados e formados em um contexto ultrapassado. Boa parte da crítica ecológica voltou-se contra o “industrialismo” em si, independentemente do modelo econômico que o organize. Essa tendência, às vezes denominada “ecologia ortodoxa”, defende uma mudança na base da concepção de natureza. Denunciando a herança do Racionalismo clássico e do Iluminismo como “antropocêntricas”, desloca-se o locus do valor para a própria natureza. O homem seria uma parte, como outras, de um organismo coletivo autorregulável, batizado de “Gaia” pelo biólogo John Lovelock, cujo equilíbrio é fundamental para o bem-estar do planeta. Diversas propostas nascem deste princípio, como a da reorganização da sociedade em pequenas biorregiões, seguindo fronteiras ecossistêmicas e não as do Estado-nação, com baixo consumo de recursos naturais, uma concepção de trabalho

voltada para a autossatisfação e, por fim, um modelo igualitarista de democracia direta (recuperando algo da pólis grega com tecnologia alternativa moderna). Estas propostas de inclinação anarquista são criticadas por outra tendência que mantém a perspectiva instrumental, mas reformada por um Estado consciente e forte para regulamentar a ação ambiental do grande capital. Essa visão reformista, que aceita o Estado-nação atual, conscientizado, como suficiente para deter a destruição ambiental, é utilizada pelos Partidos Verdes de maior sucesso eleitoral, principalmente na Europa. Denúncias recentes de colaboracionismo e conformismo dos Verdes têm gerado repúdio por correntes mais radicais que hiperbolizam a crítica ao antropocentrismo, defendendo a primazia da natureza sobre o homem e a ação violenta contra empresas e governos (“Ecoterrorismo”). A opção entre visões instrumentais e imanentes do valor da natureza continua no centro do pensamento ecológico e pode definir seus desenvolvimentos no futuro próximo.

Referências

ACOT, Pascal. História da ecologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.
EHRLICH, Paul R.; EHRLICH, Anne. The End of Affluence: A Blueprint for your Future. Nova York: Ballantine Books, 1974.
VINCENT, Andrew. “Ecologismo”. In: Ideologias políticas modernas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
WEINER, Jonathan. Os próximos cem anos. Rio de Janeiro: Elsevier, 1992.

ENERGIA NUCLEAR A utilização da energia nuclear consistiu em uma das questões mais debatidas na segunda metade do século XX. A discussão não se limitou apenas ao meio científico e acabou sendo amplamente abordada pela opinião pública. As primeiras descobertas sobre este tipo de energia datam do final do século XIX. Em 1895, Wilhelm Roentgen (1845-1923), ao estudar descargas elétricas em gases sob baixa pressão, descobriu um tipo de raio capaz de tornar fluorescente ou fosforescente certas substâncias. Devido à sua natureza desconhecida, estes foram batizados de raios X, os mesmos que anos mais tardes encontrariam aplicação na medicina. Em 1896, Antoine Henri Becquerel (1852-1908) descobriu outro tipo de raio penetrante, ao verificar que certos sais de urânio geravam emissões que impressionavam filmes fotográficos. Estas foram denominadas emissões radioativas ou radioatividade. A seguir, Pierre Curie (1859-1906) e Marie Curie (1867-1935) verificaram que a radioatividade era uma propriedade do elemento urânio. Estes também acabaram por descobrir dois outros elementos radioativos: o polônio e o rádio. Com base nesses estudos, verificou-se que a radioatividade é um fenômeno natural em que certos átomos

decompõem-se espontaneamente. Esta decomposição decorre da relação entre o número de nêutrons e prótons presentes no núcleo do átomo e acaba levando à formação de átomos menores ou partículas subatômicas, além de liberar uma grande quantidade de energia. Além dos efeitos químicos, um trágico grupo de efeitos da radioatividade passou a chamar a atenção dos pesquisadores: os efeitos fisiológicos. Verificou-se que os materiais radioativos causavam queimaduras na pele e, no início do século XX, Becquerel acabou sendo o primeiro caso de câncer de pulmão contraído pela radioatividade. Da mesma forma, diversos cientistas, entre eles Marie Curie (1867-1935), por desconhecerem estes efeitos, acabaram adoecendo e falecendo. As reações nucleares também abriram caminho para se concretizar um dos objetivos dos antigos alquimistas: a transmutação de um elemento em outro. Em 1919, Ernest Rutherford (1871-1937), ao bombardear átomos de nitrogênio com partículas alfa, conseguiu produzir átomos de oxigênio. Apesar de este processo ter se demonstrado inviável para transformar metais comuns em ouro, um caso particular abriu caminho para outras aplicações da energia nuclear: a fissão do urânio, alcançada em 1939, por Otto Hahn (1879-1968) e Fritz Strassmann (1902-1980), ao realizarem experimentos com o bombardeamento de nêutrons em átomos do isótopo 235 do urânio. Em uma simples comparação, a energia liberada na fissão de uma amostra de urânio 235 é um milhão de vezes superior à produzida pela mesma quantidade de petróleo.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) serviu como impulso para o emprego do processo de fissão do urânio na fabricação de uma bomba atômica. Nos EUA, a preocupação com a possibilidade de os alemães desenvolverem o armamento levou o então Presidente Franklin Roosevelt (1882-1945) a criar o Projeto Manhattan. Este projeto canalizou recursos e envolveu vários cientistas, entre os quais refugiados dos regimes nazista e fascista. Desta forma, em 2 de dezembro de 1942, Enrico Fermi (1901-1954) e seus colaboradores iniciaram a operação do primeiro reator nuclear na Universidade de Chicago. Para muitos pesquisadores, este feito representou o início da “era atômica”. Com o prosseguimento das pesquisas, foi realizado o primeiro teste com bomba atômica no deserto de Alamogordo (EUA) em 16 de julho de 1945. Após o teste, alguns cientistas, surpresos com o potencial destrutivo da bomba, desaconselharam seu uso. No mesmo ano, as explosões de duas bombas atômicas no Japão decretaram o término da Segunda Guerra Mundial. A onda de choque gerada, somada ao calor liberado e a emissão de raios gama, levou à morte de aproximadamente 80 mil pessoas em Hiroshima (6 de agosto) e 40 mil pessoas em Nagasaki (9 de agosto). Além das mortes instantâneas, as bombas acarretaram também efeitos de longa duração, pois muitos dos sobreviventes adquiriram câncer ou seus

descendentes nasceram com problemas de saúde decorrentes da radiação. Ao descobrir que alemães e norte-americanos buscavam a bomba, Stalin (1879-1953) investiu na construção da bomba atômica soviética. Foi retomado o projeto nuclear, iniciado antes da Segunda Guerra Mundial e suspenso devido à invasão nazista. Em 1949, os russos explodiram a sua primeira bomba atômica. A corrida nuclear impulsionou a Guerra Fria e, no início dos anos 1950, norte-americanos (1952) e soviéticos (1953) já testavam suas bombas de hidrogênio. Baseado na reação de fusão entre dois átomos de hidrogênio e a formação de um átomo de hélio, este armamento demonstrou uma potência destruidora superior ao da bomba atômica.

O “clube atômico” continuou a crescer, recebendo novos sócios com o decorrer da Guerra Fria: Inglaterra (1952), França (1960) e China (1964). No entanto, com o fim da Guerra Fria, as principais potências acenaram com o desarmamento e o final dos testes nucleares. Porém, no final do século XX, a humanidade ainda não estava livre da ameaça nuclear, pois a tecnologia nuclear passou para as mãos de outro grupo de países: Irã, Iraque, Israel, Índia e Paquistão. Paralelamente, o controle da velocidade da reação de fissão nuclear possibilitou o aproveitamento racional da energia liberada e sua conversão em energia elétrica. Surgiram, assim, as usinas nucleares. A segunda metade do século XX presenciou a expansão destas, principalmente em países europeus e nos EUA. As usinas nucleares representaram uma fonte poderosa de energia, pois não precisavam de condições geográficas, como as usinas hidrelétricas, e não liberavam gases causadores do efeito estufa, como as termelétricas. Porém, o risco de acidente e o lixo nuclear gerado são as desvantagens destas usinas.

O primeiro acidente que se tem notícia ocorreu na usina de Three-Mile Island (EUA): em 28 de março de 1979, uma falha no sistema de refrigeração acarretou a liberação de uma quantidade desconhecida de radioatividade. A rápida retirada da população evitou a ocorrência de vítimas fatais. O controle da situação evitou o derretimento do reator danificado. Coincidentemente, semanas antes estreara nos cinemas o filme Síndrome da China, em que o superaquecimento de um reator nuclear poderia perfurar a crosta terrestre e alcançar a China, do outro lado do planeta. Em 26 de abril 1986, na então cidade soviética de Chernobyl, a reação nuclear escapou ao controle dos operadores, levando ao incêndio no prédio do reator e à consequente liberação de material radioativo na atmosfera. O governo russo só admitiu o acidente 48 horas depois, visto que a radiação liberada acionou os alarmes de outra usina nuclear na Suécia, a cerca de 2 mil quilômetros de distância. A quantidade de radiação liberada neste acidente foi 200 vezes superior à das explosões de Hiroshima e Nagasaki juntas. O bloqueio das informações pelo governo soviético com o intuito de poupar seu prestígio

tecnológico retardou a ajuda internacional, e o incêndio só foi controlado uma semana depois. Além das inúmeras mortes no local, a nuvem radioativa espalhou-se pela Europa, contaminando plantações, animais e seres humanos. Nos dez anos seguintes, a radiação liberada no acidente foi responsável pela morte de pelo menos 10 mil pessoas e estima-se que, com o tempo, o câncer e as deformações genéticas façam mais de 100 mil vítimas.

No Brasil, a energia nuclear também foi alvo de investimentos, que culminaram com a implantação de um complexo nuclear em Angra dos Reis (RJ). Os dois primeiros reatores, Angra I e Angra II, começaram a funcionar em 1985 e 2000, respectivamente. A previsão é que o último reator (Angra III) comece a operar nos primeiros anos do século XXI e que, em conjunto, estes passem a contribuir com 4 % da energia gerada no Brasil. Em setembro de 1987, o Brasil entrou para a lista de acidentes nucleares: em Goiânia (GO), dois catadores de lixo encontraram uma cápsula contendo césio 137, abandonada em um hospital desativado, e venderam-na para um ferro-velho. O rompimento da blindagem protetora acarretou a liberação do material radioativo. Devido à sua intensa coloração, o césio 137 acabou tornando-se enfeite e brinquedo para crianças, contaminando centenas de pessoas e, já no primeiro mês após o acidente, registraram-se quatro mortes.

Na década de 1990, verificou-se que a maioria dos países estava abandonando os projetos nucleares, basicamente em função dos altos custos e da pressão dos ecologistas. Na Europa, após o acidente de Chernobyl, apenas três reatores novos foram inaugurados. Nos EUA, depois do acidente de Three-Mile Island, 21 dos 125 reatores foram desligados. Mesmo com todos estes esforços, chegou-se ao final do século XX com uma carga de 130 mil toneladas de lixo nuclear, que ainda continuará emitindo radiação por milhares de anos. Apesar desses fatos negativos, a energia nuclear está presente em nosso cotidiano em inúmeras outras aplicações. A radioatividade descoberta na virada do século XIX é utilizada na esterilização de materiais, em radiografias industriais, na datação de fósseis e artefatos históricos, em traçadores químicos e no diagnóstico e tratamento de diversas doenças.

Referências

CHASSOT, Attico. A ciência através dos tempos. São Paulo: Moderna, 1994.

HELENE, Maria Elisa Marcondes. A radioatividade e o lixo nuclear. São Paulo: Scipione, 1996.

HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PARKER, Steve. Marie Curie e a radioatividade. São Paulo: Scipione, 1996.

FÁBIO MERÇON

ENTENTE CORDIALE Foi resultado do acordo anglo-francês de 8 de abril de 1904, que constituiu uma das etapas da Tríplice Entente (1907). Intermediado por Théophile Delcassé, político e diplomata francês, estabeleceu concessões recíprocas sobre questões coloniais: a França renunciava a qualquer pretensão sobre o Egito, posto sob protetorado inglês; dividia-se o Sião (atual Tailândia) em duas zonas de influência; fixava-se o apoio inglês às pretensões coloniais francesas no Marrocos. Embora não contendo qualquer compromisso militar, representou mais um passo diplomático contra uma ameaça comum: a Alemanha.

Referências

AQUINO, Rubim Santos Leão de *et al.* História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
COOK, Chris. Diccionario de terminos historicos. Madri: Alianza Editorial, 1993.
DROZ, Jacques. Histoire Diplomatique de 1648 a 1919. Paris: Librairie Dalloz, 1959.
POTEMKIN, V.P. Historia de la Diplomacia, t. III. México: Editorial Grijalbo, 1968.
THEIMER, Walter. Diccionario de politica mundial. Buenos Aires: Miguel A.Collia Editor, 1958.

RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO

ESOTERISMO Atualmente, esoterismo tem sido um conceito associado ao universo da New Age, que pode ser definido, ainda, como neoesoterismo. Nesse sentido, o esotérico é aquele que participa de atividades relacionadas com a New Age. Os espaços onde esses serviços e atividades são oferecidos podem, também, ser designados como esotéricos, místicos, alternativos ou holísticos, os dois últimos mais vinculados à área de saúde. No mercado literário da New Age, o termo esoterismo tem sido usado tanto em livros de autoajuda quanto em livros de filosofias e religiosidades pertencentes à New Age. O termo é usado com o intuito de diferenciar o uso New Age de esoterismo do conceito usado pela antropologia da religião. No campo do estudo das religiões, esoterismo é um conceito que remete a sistemas iniciáticos, nos quais são realizados ritos iniciatórios e os elementos doutrinários estão restritos aos membros admitidos. Neste caso, o termo esotérico designa a parte pública dos cerimoniais de tais sistemas. Entendido como parte da antropologia da religião, o conceito de esoterismo deve ser diferenciado do conceito de ocultismo. O esoterismo consiste em sistemas de crenças religioso-filosóficas que estão apoiadas em técnicas e práticas ocultas. O ocultismo se refere àquilo que não é apreendido ou apreensível pela mente, que está além do conhecimento comum. São práticas, técnicas e procedimentos intencionais que fazem uso de poderes secretos ou desconhecidos da natureza ou do universo, poderes considerados incomensuráveis ou irreconhecíveis pela ciência moderna. Tais práticas, técnicas

e procedimentos buscam resultados empíricos, como a previsão do futuro e a alteração deste. São chamadas de ciências ou artes ocultas. Embora o esoterismo tenha sido incorporado pela New Age, as teorias e técnicas ocultas e esotéricas eram populares entre os povos da Antiguidade, como os egípcios e os mesopotâmios. Mesmo no Ocidente medieval estas práticas não desapareceram totalmente. Os escritores iluministas também demonstravam interesse pelos temas esotéricos, pois refletiam a esperança de uma renovação pessoal ou coletiva do homem. No século XIX, autores conhecidos passaram a se interessar pelo esoterismo, como Baudelaire e André Breton. Suas criações refletiam e exploravam concepções teosofistas dos séculos XVII e XVIII. O oculto se apresentava a eles como uma arma de rebelião contra a sociedade burguesa. Deste modo, rejeitaram a religião, a ética e as convenções sociais e estéticas de sua época, tornando-se, alguns, anticristãos e anticlericais. Os valores judaico-cristãos foram rejeitados, bem como os ideais greco-romanos e renascentistas. Nas tradições ocultistas, buscavam influências egípcias, persas, hindus e chinesas. Inspiraram-se, ainda, na arte do Extremo Oriente, da África e da Oceania. A busca pelo rompimento com a ideologia burguesa levou-os a aderirem ao comunismo. Foram influenciados, também, pelas teorias do inconsciente, pela alquimia e pelo satanismo. A influência do ocultismo representou, para a vanguarda literária e artística, sobretudo na França, um meio eficaz de crítica e rejeição aos valores culturais e religiosos ocidentais. Da mesma forma, a New Age procura, atualmente, em todos esses elementos, a mesma influência capaz de formular uma crítica à sociedade moderna contemporânea. Na New Age, o recurso às tradições orientais ou não ocidentais tem sido visto como recurso ao pré-moderno. A inclinação da New Age ao universo esotérico, e em grande medida mágico, tem sido também vista como um recurso ao pré-moderno, representando, assim, uma crítica não apenas à sociedade moderna atual, mas também à ciência.

A partir da década de 1960, o ocultismo e o esoterismo se tornaram novamente populares. Este foi o embrião do movimento New Age. Este período de sucesso, no entanto, foi precedido por publicações sobre o assunto a partir da década de 1940, no Ocidente. A popularidade dos temas esotéricos a partir deste período manteve-se entre as camadas médias das populações urbanas com alto grau de educação formal no Ocidente. Entre os conceitos mais comumente presentes nos sistemas esotéricos, percebe-se a ideia de uma renovação individual e do mundo, a sacralidade da natureza, o conceito de liberdade, o universalismo religioso e o progresso espiritual através de uma iniciação. É a iniciação que permite ao adepto a revelação dos segredos. Ao mesmo tempo, a iniciação confere um novo status: o do ingresso formal aos círculos mais restritos de conhecimento oculto.

A iniciação se apresenta, neste universo, também como uma forma de promover a almejada renovação pessoal e do mundo.

Referências

CARVALHO, José Jorge. “Antropologia e esoterismo: dois contradiscursos da modernidade”. In: Horizontes Antropológicos, ano 4, n. 8. Porto Alegre: Junho 1998.

ELIADE, Mircea. Ocultismo, bruxaria e correntes culturais. Belo Horizonte: Interlivros, 1979.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. “O circuito neo-esotérico na cidade de São Paulo”. In: A Nova Era no Mercosul. Petrópolis: Vozes, 1999.

TIRYAKIAN, Edward A. (ed.). On The Margin of The Visible. Nova York: John Wiley, 1974.

ANDRÉA B. OSÓRIO

ESPARTAQUISTAS Entre julho e agosto de 1918, a contraofensiva comandada pelo general francês Ferdinand Foch em Marne e Aisne, conjugada ao ataque a Amiens, determinou a inviabilidade de continuidade da Primeira Guerra Mundial para a Alemanha: as tropas germânicas se retiram para a linha Siegfried. Em 14 de agosto de 1918, o alto comando alemão, reunido no quartel-general de Spa, reconheceu a inutilidade de prosseguir o conflito. No mês seguinte, Hindenburg e Ludendorff propuseram um armistício imediato.

A frustração pela derrota na guerra, a crise econômica decorrente, a influência da ideologia marxista e o exemplo da vitória dos sovietes na Rússia detonaram uma série de levantes populares na Alemanha: rebelião da esquadra em Wilhelmshaven (outubro); sublevação da base naval de Kiel; formação de conselhos revolucionários de trabalhadores e soldados em Hamburgo, Hannover, Stuttgart e Munique (liderados pelo socialista revolucionário Kurt Eisner); proclamação da república na Baviera (novembro). A Revolução chegou até Berlim. O kaiser Guilherme II abdicou finalmente em 9 de novembro e seguiu rumo ao exílio na Holanda, colocando fim ao período da dinastia Hohenzollern no poder.

Phillipp Scheidemann e Karl Liebknecht, separadamente, proclamam a república na Alemanha. Scheidemann, representante moderado do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), queria evitar a radicalização do processo político; Liebknecht, ao contrário, declarou uma república socialista em Berlim.

O SPD, juntamente com o Zentrum (partido católico de centro), representava o mais importante partido político da República de Weimar (1919-33). O SPD foi formado a partir do Congresso de Gotha (1875), unindo o discurso democrático e socialista de Lassalle, e a teoria revolucionária marxista de August Bebel e Karl Liebknecht. Durante o Congresso de Erfurt (1891), o partido acolheu o marxismo ortodoxo. Entretanto, alguns membros, como Karl Kautsky e Eduard Bernstein, condenaram esta tendência: o primeiro por considerar precoce uma

revolução; o outro por defender uma visão idealista e reformista.
Antes da Primeira Guerra Mundial, o SPD já era o maior partido do Reichtag. Em 1914, o SPD aceitou a “União sagrada”, isto é, apoiava o nacionalismo alemão no conflito europeu. Rosa Luxemburgo, em um artigo que assinou como Junius, criticou o patriotismo da social-democracia como contrária à causa trabalhadora.
A posição do SPD favoreceu a criação de duas correntes dissidentes: o Partido Social-Democrata Independente da Alemanha (USPD) e a Liga dos Espartaquistas (Spartakusbund). Os partidários do SPD passaram a ser denominados de “majoritários”.
Os espartaquistas, liderados por Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, eram oriundos de um grupo radical dos “independentes”. O nome se refere ao periódico clandestino Spartacus (líder da revolta escrava em Roma no ano de 71 a.C.). Os espartaquistas se retiram do USPD após a convocação de eleições para a Assembleia Nacional. Posteriormente, em 30 de dezembro de 1918, a Liga Espartaquista daria origem ao Partido Comunista da Alemanha (KPD).
Friedrich Ebert, presidente do Partido Social-Democrata da Alemanha, assumiu como chanceler, apoiado pelo General Wilhelm Gröner, sucessor do General Erich von Ludendorff. O novo governo era integrado por três socialistas majoritários e três independentes. O radicalismo de esquerda se agrupava em torno da Liga Espartaquista, que propunha a ditadura do proletariado. Ebert e os militares fizeram um acordo para aniquilar os espartaquistas ligados a Liebknecht.
A Alemanha assinava o armistício de Rethondes (11 de novembro): o novo governo era autorizado a manter 5 mil metralhadoras com vistas a reprimir qualquer tentativa revolucionária. Em 15 de novembro, era assinado o Acordo Stinnes-Legien, que previa o reconhecimento da representatividade dos sindicatos e de vantagens sociais, que tinha por objetivo enfraquecer o discurso revolucionário espartaquista.
Entre 16 e 21 de dezembro de 1918, ocorria o Congresso dos Conselhos de Operários e de Soldados (Berlim). Foram eleitos 489 delegados, dos quais 289 social-democratas, 90 independentes e apenas 10 espartaquistas. A proposta de criação de uma Assembleia Nacional foi aprovada pela maioria de 344 deputados. Os espartaquistas não aceitavam tal proposta e então fundaram o Partido Comunista da Alemanha (KPD), advogando a luta revolucionária e elegendo um Comitê Diretor (Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo). A repressão do governo aos espartaquistas provocaria a demissão dos socialistas independentes (28 de dezembro), garantindo um gabinete exclusivamente composto por majoritários e presidido por Scheidemann.

Em janeiro ocorreu a chamada “Semana Vermelha”: greves gerais insurrecionais organizadas pelos comunistas ameaçam o governo. O movimento iniciado em Berlim se estendeu pela Baviera, Hamburgo, Munique, Saxônia, Sarre e Bremen (onde uma república soviética foi proclamada). A repressão era organizada por forças do Exército e de voluntários monárquicos, liderados pelo social-democrata Gustav Noske.

Em 15 de janeiro de 1919, Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo foram assassinados por Freikorps (brigadas paramilitares). Seus cadáveres foram abandonados nos esgotos de Berlim, simbolizando o fim do movimento espartaquista na Alemanha.

Referências

DUPEUX, Louis. História cultural da Alemanha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
ELIAS, Norbert. Os alemães. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
GAY, Peter. A cultura em Weimar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
HOBSBAWN, Eric J. A era dos extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou revolução? Lisboa: Estampa, 1970.
RICHARD, Lionel. A República de Weimar. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

ESPORTE Na definição do surgimento do esporte como uma manifestação cultural, situam-se duas grandes tendências. Na primeira delas, acredita-se que o esporte já existia na Antiguidade, sendo identificado em jogos praticados por chineses, egípcios e gregos, entre outros. Já na outra tendência, procura-se entendê-lo como um fenômeno da modernidade, que, mesmo apresentando similaridades técnicas com antigas práticas corporais, possui sentidos e significados completamente diferenciados daqueles jogos “pré-esportivos”. A despeito dessas diferenças de concepção, não há como negar que desde o final do século XVIII essa manifestação cultural apresenta características marcantes e observáveis até os dias de hoje: (1) uma organização em forma de clubes, federações, confederações e outras entidades; (2) possui um calendário próprio, já não mais sendo praticada estritamente de acordo com outros tempos sociais; (3) possui um corpo técnico especializado, cada vez maior, trabalhando em seu interior; e (4) gera um enorme mercado ao seu redor, que extrapola até mesmo o que a princípio poderia ser considerado específico da prática esportiva.

É importante entender o processo de organização do “esporte moderno” para que possamos compreender sua importância no século XX. No século XVIII, originou-se dos jogos populares que foram apreendidos pelas public schools inglesas (escolas responsáveis por formar os filhos dos membros da burguesia).

Tais jogos tiveram seus sentidos completamente modificados, passando a ser concebidos como estratégia “educacional”, de controle corporal e de preparação de lideranças. Ao mesmo tempo, entabularam-se iniciativas de controle das diversões das camadas populares, no sentido de introduzir uma nova cultura de vida necessária ao desenvolvimento do modelo fabril de produção. Para tal, consolidava-se uma aliança entre Estado, poder jurídico e religião, que passam a condenar e perseguir as práticas populares, entre as quais os antigos jogos (obviamente, não sem resistência daquelas camadas). O esporte, recém-sistematizado, passa então a ser oferecido como uma diversão “apropriada” à população, como forma de substituição dos antigos jogos populares condenados. A mesma população que vira a sua possibilidade de jogar subtraída e perseguida passa a ter o “direito” de acesso ao espetáculo esportivo, fundamentalmente como uma forma de consumo passivo, tanto no sentido da prática em si (não podia jogar, somente assistir), quanto no sentido de interferir no desenvolvimento do campo que se gestava (não tinha a possibilidade de participar da direção).

Nesse momento, o esporte já começa a ser concebido como um estilo de vida pelas elites, um sinal de status e distinção, afinal o acesso aos clubes era permitido somente para poucos. Ressalte-se que nesse momento ainda não estava definitivamente estabelecida uma relação entre o esporte e o exercício físico. Aliás, durante algum tempo, alguns até mesmo compreenderiam a intensa movimentação física como prejudicial à saúde. Não por acaso, em muitos países, inclusive no Brasil, o turfe esteve entre os primeiros esportes a se organizarem. O turfe era bastante adequado ao novo modelo de sociabilidade que estava em desenvolvimento. Os hipódromos, instalações para a prática das corridas de cavalos, permitem ver e ser visto, podendo ser divididas as arquibancadas de acordo com o poderio econômico. Era também adequado por estar mais próximo de uma realidade ainda mais rural do que urbana. No mais, quem faz a atividade física é um animal, conduzido por um homem normalmente oriundo das camadas populares (o jóquei). O acirrar da relação entre o esporte e o exercício físico se dá com o aumento das preocupações com a saneabilidade das cidades, que se desenvolveram em muitos países devido a desdobramentos do avanço da industrialização e da rápida urbanização, e com a saúde da população. Era necessário estabelecer novos parâmetros de convivência que permitissem às nações rumarem em “direção ao progresso”. Nesse sentido, cada vez mais se fazem necessárias estratégias de controle corporal e de preparação de um corpo saudável para a condução da nova perspectiva socioeconômica.

O esporte passa, então, a ser concebido também como estratégia de formação corporal; uma boa ferramenta para a preparação de corpos musculosos (que

passaram a ser considerados padrões de “saúde”), bem como para a difusão desse modelo, ao redor do qual seria gerado um verdadeiro estilo de vida. No Brasil, o esporte exemplar dessa mudança é o remo. No remo, já não é mais um animal que corre, mas, sim, um homem que conduz o barco com seus próprios braços. No turfe, o jóquei era fraco e pequeno, enquanto no remo eram homens fortes e “saudáveis”, constantemente retratados em posições que valorizassem seu físico. O remo era o esporte do mar, do moderno, do indivíduo audaz que enfrenta as ondas bravias. A partir do remo, os esportes em geral vão perdendo paulatinamente a característica de jogo de azar (uma influência do turfe) e adquirindo cada vez mais um caráter de escola de virtudes e caráter. É tão grande a mudança que muitos nem ao menos consideram o turfe um esporte, embora ele ainda hoje frequente as páginas esportivas de jornais. É importante perceber que, desde o início da organização do “campo esportivo” (pois estamos falando não de uma prática que se encerra em si, mas que, além de ter certa autonomia, tem influências para além de suas especificidades), estavam concebidas e implementadas estratégias de negócios. As elites, responsáveis pela condução do campo, obtinham lucros com as vendas de ingressos, com as apostas e loterias, com a venda de cavalos. Ao redor disso, ganhava-se dinheiro das mais diversas formas. Por exemplo, com a venda de material para a prática do turfe. A imprensa também lucrava, ao vender espaços para a propaganda dos clubes e ao aumentar sua vendagem em dias próximos às competições.

Com a vinculação do esporte à “saúde” (uma relação equivocadamente linear que permanece até os dias de hoje), muitos outros produtos passam a ser vendidos: tônicos, fortificantes, extratos. Cada vez mais o esporte é identificado como uma “forma de viver”, a qual os modernos adotam. No vestuário, por exemplo, vemos surgir e se popularizar o paletó-saco, o tênis, o short, todos, produtos decorrentes da prática esportiva. O esporte lança moda e influencia a vida das pessoas por todo o mundo. O mercado ao redor do campo não só faz uso das imagens esportivas para vender seus produtos como também, nesse processo, ajuda a reforçar sentidos e significados. Por certo, por tais características, o esporte também foi e continua sendo utilizado diversas vezes por regimes políticos e administrações governamentais como forma de investimento para encaminhar suas propostas de intervenção social e fundamentalmente como forma de propaganda de uma suposta eficácia administrativa. É importante perceber que, devido ao seu valor econômico e a sua adequação aos novos valores culturais em voga (dimensões que devem ser compreendidas de forma articulada), o esporte passa paulatinamente a ser uma das práticas culturais mais difundidas no século XX. Sem sombra de dúvida, pode-se afirmar que é a manifestação que consegue mobilizar o maior número de

pessoas, tendo grande interferência nos comportamentos, hábitos e costumes.
Não por acaso, ao final do século XX, o esporte é apontado pelos economistas como um dos maiores produtos de negócios e assiste-se à rápida profissionalização de sua administração. Percebe-se o auge de um longo processo. Para se ter uma ideia de seu potencial, Rudolph Murdoch (e sua News Corp., empresa do ramo do entretenimento) pagou US$4,4 bilhões para exibir os jogos da liga de futebol americano, e US$750 milhões para exibir os jogos da liga de beisebol. Além disso, tentou comprar o Manchester United, tradicional clube de futebol inglês, por US$1,03 bilhão, só não concretizando o negócio por intervenção contrária do governo da Grã-Bretanha. No Brasil, as indústrias de materiais esportivos movimentam, somente com as vendas, mais de R$8 bilhões. Somente no país, US$237 milhões foram gastos com o marketing esportivo, uma quantia, aliás, considerada muito pequena pelos especialistas, principalmente se comparada à de outros países como EUA, Alemanha e Japão. Enfim, o esporte não se trata, como nunca se tratou, de uma ingênua diversão. Mas, sim, de uma manifestação cultural poderosa, influente, que envolve emocionalmente um grande número de pessoas, e que hoje se apresenta definitivamente como uma eficaz forma de negócios, capaz de mexer com sonhos e difundir ideias, comportamentos e atitudes.

Referências

BOURDIEU, Pierre. “Como é possível ser esportivo?”. In: BOURDIEU, Pierre (org.). Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 136-163.
ELIAS, Norbert. A busca da excitação: desporto e lazer no processo civilizacional. Lisboa: Difel, 1992.
MELO, Victor Andrade de. Cidade “Sportiva”: o turfe e o remo no Rio de Janeiro (1849-1903). Rio de Janeiro: UGF, 1999. Tese de Doutorado em Educação Física.
MURAD, Maurício. “Esporte”. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira *et al.* (org.). Dicionário crítico do pensamento de direita. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

ESTÉTICA Estética é o ramo da filosofia que tem por objeto de estudo a beleza. A palavra remonta ao substantivo grego aísthesis, que significa originariamente “sensação” ou “percepção”. O sentido que hoje lhe damos, especificamente ligado à beleza, é recente: deriva do século XVIII, mais precisamente do filósofo alemão Alexander G. Baumgarten (1714-1762), a quem se atribui a criação do termo latinizado aesthetica, dedicando-lhe uma obra particular; daí em diante, a nova palavra foi progressivamente limitando-se ao circuito semântico do belo e das suas múltiplas implicações. A Estética concentra-se numa única pergunta, aliás, já formulada na Grécia Antiga por Sócrates: O que é o belo? Vê-se assim que, embora tenha sido oficializada no

Ocidente de forma tardia apenas no século XVIII, a Estética tem suas origens em tempos bem mais remotos. Na cultura ocidental, poderíamos retroceder até os registros escritos mais antigos, no caso, de Homero (século IX ou VIII a.C.). O problema não é somente grego, como é fácil entrever. Perguntar sobre o belo atende a uma necessidade essencial de cada homem. Daí o teor universal do fenômeno estético: é próprio do homem perceber a beleza nas coisas que o cercam. Como estas, por sua vez, derivam de duas fontes – a natureza e a arte –, é a partir delas que a experiência do belo precisa ser entendida.

Por causa da predominância que a arte vem assumindo em face da natureza desde o Romantismo, alguns filósofos tendem a identificar a Filosofia da Arte com a Estética. Foi o caso de J.C.F. von Schiller (1759-1805) – a própria Vorlesungen über die Ästhetik (Lições de Estética), de Hegel (1770-1831), até hoje a maior obra já dedicada ao tema, é, sobretudo, um livro de Filosofia da Arte. Não obstante, a diferença entre um e outro ramo da filosofia existe. A Estética refere-se ao que vem a ser o belo tanto na natureza quanto na arte, ocupando-se ainda com o modo pelo qual ele é percebido pelo homem. Já a Filosofia da Arte trabalha os fundamentos da arte, vendo-a em sua dinâmica incessante de complementação da natureza. Sobre esse aspecto, que se origina em basicamente todas as sociedades, pode-se dizer que nem todos os frutos da arte são necessariamente belos, uma vez que a noção de “artístico” pode atingir tanto a música e a pintura como a agricultura e a medicina.

Até a época de Baumgarten, a cultura ocidental assume uma postura prioritariamente objetiva diante da beleza: ela reage ao modo de ser dos entes; é uma qualidade das coisas, algo que estas manifestam em graus diversos, passando pelos extremos do horrível e do sublime, podendo ainda estar em situação de neutralidade estética. Qualificar as coisas como belas, feias ou neutras não é apenas um fenômeno comum a todas as culturas, trata-se também de uma prerrogativa exclusivamente humana em relação aos outros animais, como percebera o sábio helenista Panécio, ao que tudo indica de forma pioneira no mundo ocidental. Quanto ao que é a beleza, as respostas tendem a concentrar-se em torno da necessidade que temos de encontrar harmonia em nós mesmos e nas coisas que nos rodeiam. Em Platão (427-347 a.C.) e Aristóteles (384-322 a.C.), encontramos a fórmula básica, segundo a qual no composto belo as partes se acham ordenadas de modo proporcional. Veja-se que esse princípio é aplicável a toda e qualquer circunstância estética, independentemente do contexto cultural em tela. De fato, através dele pode-se falar da beleza de uma paisagem grega, de uma melodia gregoriana ou de uma pirâmide maia. Faltando a lei da proporcionalidade, não havendo boa relação entre as partes e o todo de um composto, o homem vê-se diante do disforme, ingressando assim na

categoria do feio, polo negativo do fenômeno estético. E isso não se limita, obviamente, à cultura ocidental. Tomando como exemplo as culturas indiana e chinesa, observa-se que seus parâmetros estéticos são fundamentalmente os mesmos em relação ao Ocidente (COOMARASWAMY, 1934, p. 3).

Historicamente, o nascimento da Estética como disciplina situa-se numa época em que o pensamento ocidental assimilava a emergência da subjetividade no plano filosófico. Havendo deslocado o centro de gravidade da filosofia do objeto para o sujeito, Descartes (1596-1650) abriria o caminho para Kant (1724-1804) estabelecer uma teoria estética fundamentada essencialmente no aspecto subjetivo. Diferentemente dos antigos, medievais e renascentistas, para Kant e seus seguidores já não importa tanto o teor qualitativo do objeto estético; interessa, isto sim, o que ocorre na mente do sujeito quando ele considera algo belo (KANT, 1998, §1). É bem verdade que o juízo estético depende em grande parte do gosto pessoal de cada um. Nesse aspecto, é preciso concordar com a postura subjetiva. Não há certo nem errado quanto a preferir esteticamente um templo hindu a uma igreja gótica ou vice-versa. Por outro lado, não se pode negar que o homem é naturalmente propenso a conceder validade universal às suas preferências e aversões estéticas particulares. Além do mais, a experiência estética promove circunstâncias que, por si mesmas, apontam para o consenso universal. É o que ocorre quando a natureza se vê de alguma forma ameaçada. É necessário que todos os homens prefiram esteticamente o corpo são ao disforme. Trata-se de um estímulo natural para que o homem prefira a saúde à enfermidade. Não fosse assim, a natureza estaria atuando contra si mesma, o que não pode ser aceito. Note-se, a propósito, que a experiência do belo é necessariamente gratuita. O objeto belo nos agrada, independentemente de quaisquer outros fatores aos quais ele porventura se ache vinculado.

Outro tópico fundamental da Estética diz respeito ao modo como o belo é percebido. Embora comece na sensibilidade, a experiência da beleza culmina no intelecto. E nesse processo de transmissão, os sentidos mais capacitados são os olhos e os ouvidos. Isso devido a fatores quantitativos e também qualitativos. Os olhos são responsáveis por, no mínimo, 80% das impressões sensórias que chegam ao intelecto; cerca de 10% cabem aos ouvidos e o restante é dividido entre os outros sentidos. Ademais, a visão e a audição constituem os órgãos sensórios mais ligados, respectivamente, à inteligência e à espiritualidade, faculdades especificamente humanas e que atuam de forma direta na experiência do belo. Dado o vínculo estreitíssimo entre a visão e o conhecimento, e considerando que perceber o belo implica conhecê-lo de algum modo, é de esperar que esse órgão desempenhe papel predominante no vocabulário que rege o fenômeno estético. Santo Tomás de Aquino (1224/25-1274), servindo-se da

metáfora, chega a concentrar na visualidade a experiência estética de forma integral: belas, segundo ele, são “as coisas que agradam quando vistas” (AQUINO, 1980, I, Q. 5, art. 4, ad primum). Não admira inclusive que a palavra “arte” costume trazer em si a conotação visual já implícita. É o que se evidencia, por exemplo, nos livros de História da Arte: em regra, as artes neles estudadas endereçam-se aos olhos; as artes auditivas (como a música e a literatura) ou híbridas (como o cinema, que tende a misturar elementos de praticamente todas as artes) precisam ser buscadas em livros específicos.

Disciplina bastante jovem no âmbito do pensamento ocidental, a Estética tem despertado na contemporaneidade o interesse dos autores mais diversos. Isso, por seu turno, tem dado origem a métodos múltiplos de abordagem. Assim, vemos em Charles Lalo uma estética sociológica, em Edgar De Bruyne uma estética neotomista, e em Heidegger (1889-1976) uma ontologia da obra de arte. Não obstante essa pluralidade de soluções, falta ainda à Estética um método ideal, dada a própria complexidade das questões suscitadas pela emergência da beleza. Disso se depreende que a Estética constitui hoje um problema em si mesmo. Uma constatação em perfeita sintonia com a célebre sentença socrática segundo a qual: “As coisas belas são difíceis” (PLATÃO, 1996, 304e).

Referências

COOMARASWAMY, Ananda. “The Theory of Art in Asia”. In: The Transformation of Nature in Art. Nova York: Dover, 1934.

KANT, Immanuel. Kritic der Urteilskraft. Darmstadt: Insel Verlag, 1998.

PLATÃO. Hippias majus. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

SANTO TOMÁS DE AQUINO. Summa Theologica. Porto Alegre e Caxias do Sul: Escola Superior São Lourenço de Brindes/Livraria Sulina/Universidade de Caxias do Sul, 1980.

JOÃO VICENTE GANZAROLLI DE OLIVEIRA

ESTRATÉGIA (ANTECEDENTES TEÓRICOS) Palavra de origem grega (strategia) que significa a parte da arte militar que trata das operações e dos movimentos de um exército até chegar à presença do inimigo. A estratégia está intimamente ligada à política, no sentido de arte ou ciência de governar. Em âmbito estratégico, a política estabelece os objetivos para atender aos interesses do Estado. Assim, caberia à estratégia o planejamento, a preparação e a aplicação dos meios de que dispõe o Estado para se atingir os objetivos estabelecidos pela política. A política é escrita com substantivos (coisas a fazer) e a estratégia com verbos (ações). Ao final do século XX, as principais escolas estratégicas no pensamento militar eram: a de ação direta, a de ação indireta e a de dissuasão. Tais estratégias relacionam-se diretamente com a forma pela qual a guerra se apresenta: regular (campo de batalha definido, meios convencionais ou

nucleares), irregular ou assimétrica (revolucionária, insurrecional ou de libertação), química, biológica, eletrônica e psicológica. Entretanto, nem sempre esses conceitos estiveram bem definidos: até o início do século XIX havia muita confusão entre política, estratégia e tática, sendo a estratégia encarada genericamente como a arte dos generais e tinha um sentido estritamente militar. Foi com o general prussiano Carl Philipp Gottlieb von Clausewitz (1780-1831) que a noção de estratégia ganhou maior sistematicidade, pois, a partir de suas experiência nas guerras napoleônicas, pôde estudar o fenômeno da guerra e suas implicações para a vida do Estado, subordinando as operações militares às diretrizes da política.

Clausewitz percebeu as mudanças ocorridas em âmbito militar desde a Revolução Francesa (1789), quando a guerra deixou de ser objeto de decisões fechadas de gabinetes e da capacidade do tesouro real em contratar mercenários (cuja maioria era composta de estrangeiros) para se transformar na guerra do povo em armas, ou seja, um assunto de toda a nação, uma questão de vida ou morte para o Estado, sendo necessário subordinar as operações militares aos objetivos estabelecidos pela política de um governo efetivamente centralizador. Nesses termos, a política teve de se adaptar pragmaticamente aos meios de guerra disponíveis para melhor decidir quais seriam os seus objetivos. Clausewitz distinguiu cinco elementos integrantes da estratégia: morais (qualidade das tropas, apoio nacional e objetivo de guerra), físicos (efetivos, equipamentos), matemáticos (forma geométrica das operações), geográficos (características geográficas das áreas-chave de operações para o alcance dos objetivos) e estatísticos (capacidade de mobilização e logística das operações). Ele defendia a estratégia de ação direta: “o objetivo político da guerra é destruir as forças militares do inimigo e conquistar seu território”, concentrando forças e lançando-as contra a massa principal do inimigo em seu ponto mais fraco (o centro de gravidade), valendo-se da concentração, mobilidade, velocidade, surpresa, ações diversionárias e divulgação de informações falsas para iludi-lo quanto ao ponto de aplicação do golpe, de tal modo que se pudesse chegar à decisão pela batalha em uma só ação e um só momento.

Antoine-Henri Jomini (1779-1869), general e membro de Estado-Maior, veterano de muitas campanhas napoleônicas (1798-1813), teórico da guerra moderna, considerava a estratégia “a arte de fazer guerra pela carta, compreendendo o conjunto do teatro de operações”. Sob a influência do Iluminismo de finais do século XVIII e do Cientificismo da primeira metade do século XIX, Jomini achava possível identificar “um princípio fundamental em todas as operações” que, se aplicado corretamente, levaria à vitória, independentemente das inovações tecnológicas. Sistematizou, assim, a estratégia

em quatro máximas: concentrar as forças do exército, manobrar para restringir a movimentação do inimigo, ameaçar as linhas de suprimento e comunicação do inimigo e, finalmente, atuar com o grosso das forças sobre seu ponto mais fraco a fim de submetê-lo. Elegeu 13 princípios estratégicos: a determinação do teatro de operações e dos vários planos factíveis; a determinação das zonas decisivas desses planos e a direção mais favorável de se operar; a escolha e o estabelecimento da base e da zona de operações; a determinação do objetivo, seja ofensivo ou defensivo; determinação das frentes e das linhas de ação operacionais e estratégicas; a escolha das linhas de ação que levam ao objetivo e à posição ocupada pelo inimigo; escolher as linhas de ação para a conquista dos objetivos e os vários planos de manobra e da ação necessários (principal e alternativos); as bases operacionais e as reservas estratégicas disponíveis; as manobras necessárias; os depósitos de suprimento e sua relação com o deslocamento e a manobra da tropa; os pontos fortificados, de refúgio e os obstáculos para a marcha das tropas, e o valor de cada um; pontos estratégicos que serão necessários guarnecer; movimentos de finta visando iludir o inimigo. Jomini formulou 12 condições essenciais para a formação de um exército perfeito, afirmando a necessidade do cultivo do espírito guerreiro do povo, da existência de um bom sistema de recrutamento, da qualidade do armamento, da formação de oficiais e praças, da qualidade do comando e do Estado-Maior, além de fazer considerações sobre a administração, a logística e a saúde. Com isso, queria tornar o soldado um profissional técnico especializado e completamente desligado do mundo civil, pretendendo, assim, romper com as formas de recrutamentos ainda remanescentes do Antigo Regime. Por isso mesmo, Jomini abordou sistematicamente os problemas de relacionamento entre os militares e o poder político, defendendo a especialização e profissionalização da arte da guerra, assim como a necessária autonomia na definição da estratégia e no comando das operações militares.

A Guerra Civil Americana (1861-1865) marcou a transição para uma nova era estratégica devido à adição de novos armamentos (metralhadora, o rifle de repetição), de meios de comunicação (telégrafo), do navio de guerra a vapor (“encouraçado” e “blindado”), à importância das ferrovias, da mobilização e do direcionamento de parte da produção industrial para o esforço de guerra. O período final da guerra mostrou que uma rede ferroviária bem desenvolvida facilitava na hora de mobilizar e concentrar tropas e recursos. Além disso, a ampliação do potencial das fortificações e do poder de fogo das armas influenciou as bases da estratégia – principalmente os vetores tempo e espaço do planejamento das operações militares. Durante o conflito, surgiriam alguns dos desafios estratégicos que se repetiriam na Primeira Guerra Mundial (1914-1918),

tais como: a busca da mobilidade; o desgaste provocado pela estratégia da exaustão; a busca de novas formas de ataque, privilegiando a manobra (guerra de movimento) e, em especial, as marchas de flanco; o desbordamento como meio de poupar a tropa de um ataque frontal a partir de uma posição defensiva bem fortificada, combinada com a mobilização gradativa e pontual (guerra de posição); a utilização dos recursos nacionais e da rede de estradas de ferro; a necessidade de um planejamento estratégico que se coadunasse com os meios e os objetivos políticos do governo.

Helmuth von Moltke (1800-1891) ampliou os conceitos de Clausewitz quando definiu estratégia como "a arte de aplicar os meios militares para alcançar os objetivos de guerra fixados pela política". A partir da constatação da paralisação do combate devido ao volume de fogo das novas armas, do aperfeiçoamento dos meios de transporte e das comunicações, além de extensas frentes, Moltke desenvolveu o conceito de desbordamento do inimigo com uma sequência estratégico-operacional contínua, que combinava mobilização, concentração, deslocamento e combate, assumindo a iniciativa desde o início, de modo a envolver o inimigo, parcial ou completamente, e destruir o seu exército numa batalha decisiva de aniquilamento ou cerco (estratégia de aniquilação). Outra contribuição sua foi na organização do Estado-Maior da Prússia, atribuindo-lhe funções relativas ao desenvolvimento do planejamento estratégico das operações, à logística e dos métodos operacionais, além da coordenação das operações em andamento, introduzindo a tática de missão – um método de comando que dava ênfase às iniciativas descentralizadas no interior de um plano estratégico geral. Já Alfred von Schlieffen (1833-1913), sucessor de Moltke na chefia do Estado-Maior alemão, preocupou-se em aperfeiçoar o poder de fogo (metralhadoras e artilharias) e os meios de comunicação (rádio e telefone), para tornar mais ágil e decisiva a manobra de suas forças. Defendia o pré-planejamento e o comando centralizado, e acreditava em certos princípios da guerra: a ofensiva, a massa, a manobra e a economia de forças. A conjuntura de finais do século XIX impunha ao Império Alemão a guerra em duas frentes e a necessidade de se elaborar um plano estratégico em que se conseguisse uma vitória rápida e decisiva em uma das frentes, de modo a permitir conseguir tempo e recursos para a batalha na outra frente. Tal linha estratégica chegou a influenciar as concepções teóricas da Blitzkrieg ou "guerra relâmpago" – combinação do rápido movimento de forças blindadas e motorizadas apoiadas por fogo aéreo intenso durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Hans Delbrück (1848-1929), historiador militar de origem alemã, desenvolveu sua obra a partir do estudo crítico e científico dos eventos militares antigos e modernos, procurando testar-lhes a coerência e eliminar de sua narrativa o que

havia de legendário, suprimindo as incoerências, os exageros e as imprecisões por meio de uma crítica precisa que o levou muitas vezes aos sítios históricos onde se realizaram as batalhas. Ao revisar a doutrina de Clausewitz, argumentou que a conduta de guerra e o planejamento estratégico deveriam ser flexíveis para possibilitar revisões, condicionadas às necessidades da política do Estado; caso contrário, poderiam levar ao desastre. Ao reconstituir historicamente algumas batalhas, buscou a continuidade da história militar a partir de três temas principais: a evolução dos modelos táticos dos persas até Napoleão Bonaparte (1769-1821); a inter-relação entre guerra e política; a divisão de toda a estratégia em duas formas básicas, quais sejam, a exaustão e a aniquilação. Na estratégia de exaustão, a aniquilação do inimigo é impossível, seja porque as tensões ou objetivos políticos eram pequenos, seja porque os meios militares eram inadequados. A batalha propriamente dita é apenas um dos meios de se alcançar os objetivos políticos da guerra, posto que o objetivo maior da exaustão seria atingido com a ocupação estratégica do território, com a destruição dos meios de sobrevivência, ou com o bloqueio do comércio. Por sua vez, a estratégia de aniquilação consistia em procurar a batalha decisiva e destruir o inimigo. Na teoria de Delbrück, a história exemplificaria que não poderia existir apenas um único tipo de teoria estratégica, uma vez que estaria intimamente ligada à política, à vida e à força do Estado.

A aplicação das ideias de Clausewitz e dos princípios de Jomini à estratégia naval foi feita por Alfred Thayer Mahan (1840-1914). O poder marítimo assumiu em sua obra duas conotações: o domínio do mar por meio da superioridade bélica naval e a combinação de comércio marítimo, posses no ultramar, construção naval e acesso privilegiado. A primeira era definida como Poder Naval e a segunda como Poder Marítimo propriamente dito – havendo a junção do poder naval com as atividades marítimas. O desenvolvimento do poder marítimo fundamentava-se nos seguintes fatores: posição geográfica, configuração física, extensão territorial, caráter nacional e instituições governamentais. Assim, Mahan definiu como requisitos básicos ao poderio estratégico de uma nação os seguintes fatores: produção, transporte, colônias e mercados. Para comprovar a sua teoria, fez uma análise das lutas de Inglaterra e França, entre 1688 a 1815, afirmando que o comando do mar pelo domínio naval, ou a falta dele, determinou o resultado. Mahan conferiu à concentração das forças uma posição central para o confronto com os inimigos, devendo-se operar a partir de linhas interiores com boa comunicação entre si – princípios que passaram a nortear as estratégias de Guerra Naval. Além disso, definiu como função primordial da força naval proteger o comércio marítimo e, consequentemente, obter o domínio do mar. Nesse sentido, qualquer ameaça que

pudesse interferir no comércio deveria ser neutralizada, levando à conclusão de que o principal objetivo da esquadra deveria ser destruir a esquadra inimiga e estabelecer o controle soberano sobre o mar. Daí o caráter ofensivo que deveria nortear as batalhas navais. Para a composição da frota de guerra, Mahan defendeu a construção de encouraçados de grande blindagem e capacidade de fogo, além de cruzadores e navios menores que pudessem desempenhar outras funções, como escolta, reconhecimento *etc.* Para Mahan, a utilização de bases navais era essencial para uma estratégia naval bem-sucedida e a necessidade de integração dos interesses do Estado ao poder marítimo, justificando a política imperialista adotada pelos EUA ao final do século XIX.

Por fim, cabe destacar as ideias de Julian S. Corbett (1854-1922), escritor naval inglês que discordava de Clausewitz na ideia da destruição completa do inimigo como objetivo principal da guerra. Na sua concepção, a política é sempre o objetivo, sendo a guerra o meio pelo qual se atinge tal objetivo. Definia a estratégia marítima como os princípios que regem a guerra cujo fator essencial é o mar e cuja função principal é determinar as relações entre o Exército e a Marinha em um plano de guerra. A estratégia naval, como parte da estratégia marítima, determinaria os movimentos da frota e que papel esta desempenharia em relação às forças terrestres. A sua teoria de guerra naval defendia que o domínio do mar poderia ser obtido diretamente ou indiretamente, e seu principal objetivo era impossibilitar a sua utilização pelo inimigo. O domínio do mar representava o controle das comunicações marítimas, sejam comerciais ou militares, mediante a captura ou a destruição dos navios inimigos; poderia ser geral ou local, permanente ou temporário, cada gradação com suas respectivas possibilidades e limitações. Com relação à utilização da frota, Corbett defendeu que a concentração ou a dispersão dependia dos objetivos estratégicos, da distribuição geográfica dos possíveis objetivos e das possibilidades de ação da frota inimiga. Nesse sentido, a distribuição da frota seria imposta pelas necessidades – em face das diversas combinações possíveis. Corbett definiu como métodos para conquistar o domínio do mar a batalha decisiva ou o bloqueio naval. Considerou que as disputas pelo domínio do mar ocorreriam por meio dos princípios da frota in potentia e de contra-ataques limitados. Como métodos para se exercer o domínio, definiu: a defesa contra invasão inimiga; o ataque e/ou defesa do comércio e o apoio às expedições militares. A sua visão estratégica influenciou a Marinha de Guerra do Brasil no conceito de controle de área marítima.

Referências

PARET, Peter (ed.). Makers of Modern Strategy: from Macchiavelli to the Nuclear Age. Princenton: Princenton University Press, 1986.

PROENÇA JR., Domício; DINIZ, Eugênio; RAZA, Salvador Ghelfi. Guia de Estudos estratégicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
RAPOSO FILHO, Amerino. Dimensões da estratégia: evolução do pensamento estratégico. Rio de Janeiro: Bibliex, 1990.

ESTRATÉGIA (SÉCULO XX) As inovações tecnológicas introduzidas a partir da segunda Revolução Industrial em meados do século XIX modificaram completamente a natureza da guerra e a evolução do pensamento militar, levando a estratégia a uma nova dimensão: a completa integração entre o poder civil e o militar. Ficou claro que a preparação e a conduta da guerra ocorreriam dentro do quadro da Guerra Total, ou seja, o planejamento militar integraria o planejamento nacional para a aplicação de todas as expressões (política, econômica, psicossocial, militar e técnico-científica) do poder nacional e, assim, atingir os objetivos de guerra. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) efetivou a aplicação em larga escala da nova estratégia, estando marcadamente presente em todos os momentos do conflito a influência da estratégia de ação direta preconizada for Carl von Clausewitz (1780-1831), que envolvia o uso das estratégias militares de movimento, estabilização, desgaste e aniquilação.
Após um início de guerra marcado pela estratégia de movimento por parte dos alemães – em que se procurava desequilibrar o inimigo a partir do norte, atravessando Bélgica e Luxemburgo –, os franceses responderam com as ofensivas a partir do sul (através da Alsácia-Lorena) para, por fim, penetrar na Alemanha. As consequências disso foram a guerra de posição (ou trincheiras) e a consolidação de uma nova forma de estratégia: a usura ou estabilização. A insistência pela busca da surpresa e, por seu intermédio, a desestabilização da frente de combate por meio de uma ruptura que permitisse espaço à mobilidade estratégica concorreram para que fossem introduzidos novos meios bélicos, tais como: os gases (Ypres, 1915) e o carro de combate (Cambrai, 1917). Este último permitiu uma penetração mais profunda e de surpresa nas linhas inimigas, abrindo várias possibilidades de combate, além da necessidade de maior planejamento para sua utilização. O avião foi inicialmente usado para reconhecimento, mas logo assumiu novas missões como caça e bombardeio. Neste contexto, embora ainda estivesse cercado de várias limitações, o submarino impôs uma nova forma de guerra naval e um novo tipo de bloqueio. A utilização de novos meios de comunicação, como o telégrafo sem fio e o rádio – que promoveram um aumento da velocidade das operações e melhor coordenação entre as unidades envolvidas em combate – e a utilização do

automóvel e do caminhão – complementando as ferrovias ao dar maior mobilidade estratégica às tropas e possibilidade de comando – geraram profundas modificações na condução das operações militares.

A grande massa de homens e equipamentos, os custos das operações, os vários teatros de operações e o estabelecimento de objetivos políticos e estratégicos levaram a considerações no sentido de uma maior necessidade de coordenação das operações militares e do esforço de guerra. As características de guerra total da Primeira Guerra Mundial – envolvendo coligações de nações, guerra continental e de âmbito mundial – revelaram-se de grande complexidade e levaram os Aliados a criar um comando unificado em 1918. As autoridades civis intervieram diretamente no estabelecimento dos objetivos estratégicos, para o desagrado dos militares que queriam poder dispor de total autonomia estratégica. A hegemonia da autoridade civil sobre a militar pode ser bem medida na França e na Grã-Bretanha pela participação de Georges Clemenceau (1841-1929) e Winston Churchill (1874-1965), respectivamente, na definição da grande estratégia de seus países. A guerra subordinou todas as expressões do poder nacional às suas necessidades, sendo tratada como uma questão de sobrevivência para os Estados. No entanto, a derrota das potências centrais pela estratégia de exaustão dos Aliados e os acordos de paz impostos aos derrotados mostraram a falta de visão estratégica das lideranças civis. Assim, conseguiram a guerra, mas perderam a chance de uma paz duradoura. A imposição de pesadas indenizações, as perdas territoriais e a falta de respeito à autodeterminação das potências centrais alimentaram o revanchismo político-militar do entreguerras.

Os principais líderes militares da guerra estavam influenciados pelas máximas clausewiztianas. O marechal francês Ferdinand Foch (1851-1929) – considerado um dos maiores responsáveis pela vitória aliada – pregava a ofensiva a qualquer custo com o máximo emprego dos meios materiais, devendo haver ações rápidas e velocidade no deslocamento para surpreender o adversário quanto ao momento e ponto de ataque. De certa forma, ele subestimava o poder das novas armas e da estratégia defensiva. Erich Ludendorff (1865-1937), por sua vez, defendia como nova estratégia a guerra total, que em seu entender significava a coesão anímica do povo, a utilização da guerra psicológica, econômica e militar, a concentração nas mãos do comandante em chefe não só do comando militar, mas também da política externa, econômica e do sistema de propaganda. Na estratégia militar, procurou o movimento por meio das “táticas de infiltração” e da constituição de novas unidades táticas, como “o grupo de infantaria”, que agregou maior poder de fogo através da inclusão de metralhadoras leves e pesadas, um maior número de morteiros e até peças de artilharia; preconizou também o reconhecimento aéreo, posicionou a artilharia mais próximo às linhas de frente, propôs a

utilização do bombardeio com granadas de gás e o uso intenso da dissimulação para iludir o inimigo quanto ao objetivo principal.

As possibilidades oferecidas pelo avião – grande velocidade, atuação em altitudes elevadas, poder de fogo, profundidade, ataques aos centros industriais, populacionais, transporte e comando do inimigo, apoio cerrado às forças terrestres e navais – evidenciaram um crescente emprego do poder aéreo em níveis tático e estratégico. O precursor dos estudos do emprego do poder aéreo para fins militares foi Giulio Douhet (1869-1930), que propôs o bombardeio maciço dos centros vitais do inimigo e defendeu a ofensiva aérea para quebrar o ânimo da população, ou seja, a sua vontade e capacidade de continuar a guerra. Para Douhet, somente a arma aérea decidiria a guerra do futuro, não havendo impedimentos ou obstáculos que pudessem deter o poder aéreo. William Mitchell (1879-1936) identificava-se com o pensamento estratégico-militar de Douhet, pois, ao analisar as finalidades mais importantes das campanhas – tempo (decisões rápidas versus operações prolongadas) e espaço (centros vitais versus massa principal dos exércitos) –, concluiu que a ação direta sobre os centros vitais do inimigo conferia um caráter completamente novo na forma de se fazer a guerra: mais do que o exército, poderia incapacitar o inimigo de planejamento e execução de campanhas de longa duração. Assim, propunha a cooperação das forças aéreas com as forças navais e terrestres para a destruição das forças inimigas. Por sua vez, Alexander P. Seversky (1894-1974) proporia a estruturação de uma força aérea independente das forças terrestres e navais, devendo ser dotada de aviões de grande raio de ação e contar com postos e bases de apoio nas principais rotas oceânicas (Atlântico, Pacífico e Ártico) e na costa. Por fim, em 1918, as possibilidades de integração do poder aéreo ao poder naval foram concretizadas pela Marinha britânica com o lançamento do primeiro navio-aeródromo: o HMS Argus.

Durante as décadas de 1920 e 1930, John Frederick Charles Fuller (1878-1966) defendeu a utilização de “tanks” blindados para romper o impasse estratégico proposto pela posição e superioridade de fogo de um sistema defensivo. A combinação de blindagem, velocidade e poder de fogo do carro de combate permitiria desbordar as defesas e penetrar em seus pontos fracos, com manobras de envolvimento simples ou duplo (“pinça”). A constituição de corpos blindados viria se juntar a poderosas forças aéreas e navais, que possibilitariam o emprego combinado em operações com os Aliados continentais. Basil Henry Liddell Hart (1895-1970), estrategista e militar inglês, influenciado pelos combates da Primeira Guerra Mundial, enfatizava a mobilidade e a surpresa e defendia a estratégia indireta, ou seja, provocar deslocamentos do inimigo para minar seus meios de resistência e, assim, evitar a confrontação direta. Ele entendia que a

verdadeira missão da estratégia era “distribuir os meios militares para atingir os fins políticos”. Portanto, não se tratava somente de ganhar batalhas decisivas, mas, sempre que possível, atingir os fins da política com manobras mais do que com confrontações diretas. Identificado com as concepções das operações blindadas de J.F.C. Fuller, mas divergindo quanto ao papel da infantaria, Liddell Hart propôs a organização de forças-tarefas e o emprego conjunto de infantarias de carros blindados para o cumprimento de certas missões, devendo contar também com o apoio da aviação nas operações. Além disso, apregoou o conceito de defesa móvel baseada em contra-ataque por forças blindadas. As suas ideias tiveram mais aceitação nos meios militares alemães do que na França ou na Grã-Bretanha, constituindo a base intelectual da Blitzkrieg.

Antes e durante a Revolução Russa, V.I. Lenin (1870-1924) transpôs para o movimento comunista as concepções clausewitzianas, surgindo, assim, a estratégia revolucionária. Lenin subordinou as proposições de Clausewitz à noção de luta de classes, invertendo o seu sentido ao afirmar que a política era a continuação da guerra por outros meios. Em sua doutrina da revolução permanente, o pressuposto fundamental era a conquista do poder por meio da rebelião das massas, visando a implantação de uma ditadura do proletariado que, para consolidar-se, necessitaria da internacionalização do movimento. Entretanto, as décadas posteriores do stalinismo representariam o enfraquecimento do princípio da internacionalização e uma excessiva simplificação teórica do marxismo.

A experiência da Segunda Guerra Mundial permitiu reavaliar os princípios de manobra e ofensiva, havendo a intensificação na utilização do poder aéreo, sem perda de importância para as forças terrestres e navais. Em nível estritamente militar, o conflito demonstrou que somente o emprego coordenado e integrado das Forças Armadas permitiria que os Estados atingissem seus objetivos estratégicos. Além disso, a guerra demonstrou também que o esforço bélico exigiria a utilização de todas as expressões do poder nacional. No decurso da guerra, as frotas navais constituíram-se basicamente de: navios-aeródromos de ataque e de escolta; encouraçados para as missões de superioridade naval e apoio às forças anfíbias; cruzadores, que eram mais rápidos para missões de reconhecimento, escolta e esclarecimento; submarinos, única nave de guerra que pode operar isolada por grandes períodos em mares que estejam dominados pelo inimigo; contratorpedeiros, fragatas e corvetas, que desempenhavam múltiplas funções; além de navios especializados, como os desenvolvidos para missões anfíbias, os auxiliares e de serviços. A estratégia naval visava obter o domínio do mar e o controle do tráfego marítimo. No entanto, mesmo em que pese os seus novos meios e missões, a sua estratégia não se alterou substancialmente no pós-

guerra. O almirante francês Raul Castex (1878-1968) defendeu que a estratégia naval era a arte de dispor e acionar os elementos de uma força naval para as ações marítimas com a utilização dos meios aéreos e em conexão com as suas bases, impedindo o inimigo de utilizá-lo. O domínio do mar deveria ser explorado com a projeção do poder marítimo em direção a terra, invadindo o território inimigo em operações combinadas com apoio aeronaval e desembarque de tropas para conquistar ou proteger objetivos estratégicos. Considerava que a geografia era essencial para a determinação da estratégia: a influência do mar e sua relação com a terra para o estudo geográfico do teatro de operações, da localização das posições e bases, e dos objetivos geográficos a serem conquistados. Castex teve grande influência na elaboração da estratégia naval, durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria.

Contudo, com o advento da arma de energia nuclear, com as disputas da Guerra Fria entre EUA e URSS e frente à possibilidade do holocausto nuclear, houve a necessidade de elaboração de estratégias específicas. A estratégia nuclear estava baseada em dois princípios fundamentais: a dissuasão e a mútua vulnerabilidade, o que levou à estabilidade estratégica pela constatação de que a utilização de armas nucleares em larga escala levaria não só à destruição mútua, mas também ao fim da própria humanidade. A dissuasão partia do princípio de que a grande superioridade numérica soviética no plano das forças terrestres levaria a OTAN a responder ao ataque com armas nucleares. Em vista disso, montou-se um dispositivo flexível de represália nuclear, baseado em vários vetores: mísseis lançados a partir de aviões, submarinos e de veículos de alta mobilidade. Inicialmente, seguindo as ideias de John Foster Dulles (1888-1959), o governo dos EUA previa um forte contra-ataque nuclear (retaliação maciça) como resposta a uma potencial agressão soviética. No entanto, particularmente depois da crise dos mísseis em 1962, manteve-se a tendência de resposta flexível de Robert S. MacNamara (1916-2009).

Os estrategistas norte-americanos e soviéticos convencionaram como dissuasão estratégica a capacidade de conter a ameaça nuclear inimiga pela possibilidade de contra-ataque igualmente arrasador. Estabelecida a dissuasão pela equivalência dos meios ofensivos em condições de lançamento, não compensaria o ataque surpresa devido à impossibilidade de se evitar uma resposta nuclear igualmente arrasadora. O resultado dessa estratégia, que exigia o equilíbrio entre os meios de ataque e defesa, foi o constante aperfeiçoamento tecnológico e o aumento do arsenal nuclear na tentativa de superar o rival, ou seja, a corrida armamentista. Nesse sentido, a estratégia de dissuasão praticamente paralisou o desencadeamento da guerra nuclear, porém, por outro lado, não reduziu a escalada atômica, pois não se permitia ao adversário a superioridade dos meios

de destruição, além de incentivar as ações secundárias: as guerras convencionais limitadas, guerrilhas e a guerra revolucionária. A estratégia nuclear também não limitou o avanço comunista em outros países, como a China, que preferiu a via indireta, como a estratégia da lassidão (terrorismo, propaganda, guerrilhas, negociações, pressões internacionais) defendida por Mao Zedong (Mao Tsé-Tung, 1893-1976), que era baseada em sua experiência da revolução das massas camponesas e inspirada na doutrina da ação indireta de Sun Tzu (século IV a.C.), em que o apoio da população, o conhecimento do terreno, os pequenos efetivos em ações descentralizadas e a alta mobilidade eram fundamentais para a concretização de seus objetivos.

A estratégia da dissuasão entre EUA e URSS não poderia apagar o temor de uma destruição mútua. Por isso, desde a década de 1970, iniciou-se a busca por uma estratégia de segurança que envolvesse um sistema defensivo confiável contra um ataque nuclear. Sucederam-se várias negociações entre as superpotências pela limitação de arsenais nucleares e de dispositivos defensivos antimísseis: SALT I (Strategic Arms Limitation Talks, 1970), ABM (Antiballistic Missile Treaty, 1972), SALT II (1979) e START (Strategic Arms Reduction Talks, 1991). Entretanto, negligenciando os apelos de civis favoráveis ao desarmamento nuclear e ao respeito dos direitos humanos, o governo (1980-1988) de Ronald Reagan (1911-2004) iniciou a nova década com a retomada da política de intimidamento (deterrence), lançando o projeto Iniciativa de Defesa Estratégica em 1983, que consistia na tentativa de superação da estratégia da dissuasão, uma vez que se tratava de uma forma de defesa ativa que se acrescentaria aos sistemas passivos baseados em abrigos protetores e na mobilidade das estações de lançamento.

A Iniciativa de Defesa Estratégica visava dotar o território norte-americano de sistemas antimíssil de identificação, rastreamento, interceptação e destruição de mísseis balísticos; de vigilância e rastreamento em suas diferentes fases de ascensão, navegação orbital ou reentrada na atmosfera; defesa antissatélite para assegurar aos EUA o livre acesso ao espaço; manutenção da própria capacidade dos sistemas via satélite, com o objetivo de criar um escudo protetor em torno do território norte-americano. Esta estratégia visava desestimular qualquer agressão aos EUA pela certeza de uma resposta arrasadora do agressor. Entre 1989 e 2000, durante o mandato presidencial de George Bush (*1924) e dos dois mandatos de Bill Clinton (*1946), o projeto não foi abandonado, mas seus recursos foram relativamente reduzidos, ganhando novamente vigor – e autonomia orçamentária – durante a administração de George Bush Jr.

No final de 1991, frente ao fim da União Soviética, a estratégia militar do fim da Guerra Fria retomou a perspectiva da guerra limitada, que podia ser

convencional e evoluir no sentido de um conflito nuclear, caracterizada pela assimetria entre os combatentes e a presença dos EUA como única potência mundial. Durante a década de 1990, embora a CEI mantivesse parte de seu arsenal nuclear, não podia manter o equilíbrio de forças estratégicas e, por isso, o problema saiu do âmbito da dissuasão para tornar-se para o governo norte-americano uma questão de controle do acesso a armamento, tecnologia e material atômico, químico e bacteriológico das ex-repúblicas soviéticas por parte de países do Terceiro Mundo considerados inimigos dos EUA, particularmente no Oriente Médio. Assim, do ponto de vista estratégico, a Guerra do Golfo (1991) não representaria uma novidade, mas a ratificação das "forças de intervenção rápida" e da campanha aeroestratégica dos EUA: levantamento e seleção dos alvos; bombardeio aéreo visando destruir o sistema de comunicações e controle, seguido da conquista do domínio do ar e, por último, a ofensiva terrestre no sentido clássico, com manobra de envolvimento de forças blindadas e aeromóveis, dispondo de armamento com alto poder de fogo em unidades táticas autônomas de alta mobilidade e flexibilidade. Além disso, a década de 1990 foi marcada pela busca de aperfeiçoamento nos processos de miniaturização de armas nucleares (armas táticas) para se atingir alvos estratégicos de difícil acesso em terras distantes ("bunkers", hangares subterrâneos, concentrações de tropas etc.). Diferentemente do que foi apregoado em mídia e nos pronunciamentos oficiais do governo dos EUA, os atentados de 11 de setembro de 2001 não representaram uma ruptura de paradigma estratégico, mas a ratificação de um processo que se consolidou durante a década de 1990. No primeiro trimestre de 2002, o secretário de Defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld, apresentou um plano de defesa orquestrado pelo Pentágono que abrangia os seguintes princípios gerais: desenvolvimento de forças especiais de defesa com grande habilidade de adaptação ao terreno e cultura regionais para identificar alvos e guiar ataques aéreos com precisão; a associação de armas convencionais com aquelas de alta tecnologia, aceitando-se os riscos de experimentar novas ideias e equipamentos, o que equivale, entre outras coisas, a investimentos na miniaturização de artefatos atômicos. Evidenciando uma interpretação da defesa nacional baseada no que se considerava ser as vulnerabilidades dos EUA, o Plano Rumsfeld abrangia uma estratégia de seis pontos: proteger o solo nacional e as bases militares no estrangeiro; projetar e sustentar poder em teatros distantes; negar asilo ao inimigo em qualquer parte do mundo; proteger os canais de informação; participação coordenada de todas as Forças Armadas; manter acesso ao espaço sem qualquer impedimento e proteger o sistema de defesa aeroespacial contra ataques inimigos.

No entanto, o sustento de “novos pontos estratégicos” dependeria de todas as expressões do poder nacional, da habilidade de entrosamento e comunicação entre as Forças Armadas, de coalizões úteis que não interferissem nos termos previamente estabelecidos para as missões, de ataques antecipados como forma de defesa, da combinação da ação de forças terrestres e forças especiais de reconhecimento com a campanha aeroespacial e, por fim, dependeria do apoio do povo. Assim, rejeitava-se o clássico modelo de dois teatros simultâneos de guerra, a estratégia baseada em tratados e a presença de um grande número de forças no teatro das operações. Se tais considerações fossem deslocadas para avaliar os efeitos estratégicos da guerra contra o Iraque em 1991, não perceberíamos nenhuma diferença de princípios.

Portanto, ao final do século XX, a integração dos meios de destruição em massa nos EUA exigia alto nível de sofisticação dos sistemas de comando, controle, comunicação e inteligência, sendo facilitada pelo emprego crescente da informática (associada às telecomunicações) e de forças especiais de elevado nível de treinamento como uma grande estrutura de apoio logístico a preceder as entradas de tropas e bombardeios aéreos e navais. Para confrontar tamanho poder, muitos governos de países emergentes do Terceiro Mundo vêm elaborando uma estratégia de resistência que parte do pressuposto de que, devido à assimetria dos meios, deve-se buscar prolongar, se necessário, conflitos de baixa intensidade, investindo mais em táticas de desgaste moral do que propriamente no desgaste material, o que envolve escolher formas de atuar que influam diretamente na opinião pública mundial, enfraquecendo a vontade de lutar do inimigo – tal como ocorrera durante a Guerra do Vietnã. Afinal, o fator econômico de um país é um dos principais meios de modernização de suas Forças Armadas e, como não existe ainda nenhum país ou bloco de países com poder econômico comparável àquele dos EUA, será pelo desgaste moral que muitos governos ou grupos de resistência poderão confrontar a sua hegemonia.

Referências

DEFARGES, Philippe Moreau. Problemas estratégicos contemporâneos. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.

MATTOS, Carlos de Meira. Estratégias militares dominantes. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986.

MATTOS, Carlos de Meira. Nova estratégia de defesa nuclear. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986.

PARET, Peter (ed.). Makers of Modern Strategy: from Macchiavelli to the Nuclear Age. Princenton: Princenton University Press, 1986.

PROENÇA JR., Domício; DINIZ, Eugênio; RAZA, Salvador Ghelfi. Guia de Estudos estratégicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

RAPOSO FILHO, Amerino. Dimensões da estratégia: evolução do pensamento estratégico. Rio de Janeiro: Bibliex, 1990.

ÉTICA Os debates sobre as questões morais ocupam um lugar de destaque no mundo de hoje. Os jornais diários, as revistas semanais, os livros, os filmes, os meios de comunicação em geral veiculam situações e problemas que atingem diretamente a dimensão ética da vida humana. Isso se deve às grandes transformações políticas, sociais, econômicas, culturais e científicas que impregnam atualmente toda a sociedade, estabelecendo discussões permanentes em torno de questões inovadoras e cada vez mais complexas. Também se deve, porém, a um vigoroso ressurgimento da reflexão filosófica sobre as ações concretas de indivíduos e grupos, sendo a ética uma das principais disciplinas da filosofia, um tema marcante em todos os sistemas tradicionais de pensamento. Problemas morais relacionados com aborto, eutanásia, condição da mulher na família e na sociedade, injusta repartição das riquezas entre pessoas e nações, desequilíbrio ecológico, intolerância diante de modos diversos de vida, corrupção entre agentes políticos e empresariais, potencial destrutivo da tecnologia moderna, entre outros, constituem indagações que certamente extrapolam os limites dos saberes especializados. Mas que acabam suscitando o reconhecimento por parte das teorias morais, tornando imperioso o relançamento do debate no seio da própria filosofia.

Quando se fala em reabilitação ou retomada da ética filosófica parte-se da constatação de certo declínio deste campo, e mesmo da filosofia prática em geral, em virtude do acentuado predomínio da chamada racionalidade instrumental em nossa cultura contemporânea. A situação provocou, por um período relativamente extenso, de fins do século XIX a meados do século XX, uma espécie de evacuação de problemas morais fundamentais, lançados ao âmbito das escolhas pessoais, das preferências subjetivas e, em contraposição, mas em curiosa harmonia, ao domínio das decisões autoritárias, do objetivismo asséptico. Desta forma, o relativismo e o perspectivismo, por um lado, o positivismo e o legalismo, por outro, irmanaram-se, de forma latente e paradoxal, na desqualificação da ética, fato que só contribuiu para o avanço do mais grosseiro individualismo e do mais cínico anti-humanismo. Entretanto, os problemas filosóficos não resolvidos, pela simples razão de persistirem como problemas, embora retomados à luz de transformações tanto teóricas quanto práticas, reclamam soluções críticas, sempre sujeitas, é claro, ao desacordo, em razão do falibilismo inerente a qualquer empreendimento intelectual.

Do que trata a Ética? De todas as disciplinas da filosofia, ela é certamente a mais concreta e a mais acessível, porque trata essencialmente da ação, sendo ela uma reflexão sobre um aspecto fundamental da ação humana que designamos habitualmente pelo termo moral. A moral diz respeito ao cuidado de tomar a boa decisão, de praticar a boa ação, apelando assim a uma distinção essencial, feita

pelos seres humanos, entre o bem e o mal, o justo e o injusto, o certo e o errado. Não resta dúvida de que a moralidade é um traço capital que diferencia o ser humano dos outros animais, podendo ser considerada uma das dimensões constitutivas de nossa humanidade. A ética lida, portanto, com perguntas do tipo: “O que devo fazer?”, “Como devemos viver?”, “O que torna uma ação correta?”, “Quais fins deveriam ser visados por nossas ações?”, e assim por diante. Tais questões constituem o material bruto sobre o qual se debruçaram pensadores de diversos matizes, de tal modo que a ética pode ser designada como uma reflexão filosófica ou uma teoria crítica sobre a moral. Indaga-se, contudo, se é preciso fazer uma diferença entre a ética e a moral. Certos filósofos tratam os dois termos como sinônimos. Outros privilegiam um, sem fornecer sentido preciso ao outro. Outros ainda, principalmente entre os autores contemporâneos, estabelecem uma distinção clara entre os dois, mas nem sempre sob a mesma ótica. Além de tudo, esses termos não são propriedade da filosofia e adquirem conotações variadas em outras áreas do conhecimento.

É comum recordar as origens grega e latina dos termos em questão. O termo “ética” deriva do grego ethos, que possui dois significados distintos, de acordo com a letra e breve ou longa utilizada na língua grega: por um lado, significa “hábito”, quando iniciado com a letra “épsilon” (e); por outro lado, significa “caráter”, quando iniciado com a letra “eta” (?). O vocábulo “moral”, por seu turno, deriva do latim mos, cujo plural mores significa “usos” ou “costumes”, significado que, de resto, não consegue traduzir a complexidade do termo grego originário. De qualquer modo, o “costume”, entendido como disposição habitual para agir de determinada maneira, resultante da repetição constante dos mesmos atos, ou como um espaço propriamente humano pelo qual o mundo torna-se habitável por ser abrigo seguro e permanente, embora não natural e sempre mutável, pretende representar a dimensão básica do homem como um ser de relação, que se constitui através da interação com os outros em meio a uma luta constante pelo próprio reconhecimento.

Para além da querela terminológica, portanto, a moralidade é um fato intransponível de nossa condição humana, podendo mesmo ser designada como um sistema de proteção de seres vulneráveis, individuados pela via da socialização. Ela introduz em nossas ações ideias associadas a uma ordem superior de exigências, como as de dignidade e de respeito, que funcionam como critérios de avaliação e que explicam os sentimentos consecutivos de remorso e de vergonha perante uma falta cometida, mas também de indignação diante de um tratamento injusto ou desigual. Neste sentido, a conduta moral consiste em estabelecer uma hierarquia entre nossos diversos valores morais a fim de encontrar uma solução para os conflitos que podem surgir da oposição entre tais

valores, que podem ser fins superiores (ou ideais de vida), propriedades de caráter (ou virtudes) e normas suscetíveis de respeito (ou deveres). Embora o mundo moderno seja considerado como palco de uma profunda crise de valores após o desmoronamento da ordem tradicional, fundada em bases metafísicas e religiosas, é notória a persistência do chamado senso moral, atestado pela reabilitação da ética filosófica e pelos debates morais incontornáveis de nossa época. Aqui reside, a meu ver, o principal dilema da ética moderna, que poderia inclusive explicar o interesse atual pelo tema.

O problema configurado na perda, ou pelo menos no descrédito amplo, de um fundamento transcendente e, por isso mesmo, absoluto, das regras morais, define o ponto de partida e os impasses da filosofia prática na modernidade. Os debates contemporâneos no campo da ética, com efeito, giram em torno dessa problemática central, a partir da qual perfilam diversas tendências que podem ser agrupadas, em regra geral, de acordo com a dupla herança kantiana e aristotélica, nas quais a moralidade é definida ora pelo ponto de vista deontológico do que se impõe como obrigatório, ora pela perspectiva teleológica do que é estimado bom. Contrapõem-se aqui o ideal de universalidade ao de particularidade, o objetivo de justificação teórica sistemática ao de sensibilidade por sabedorias e tradições locais, o individualismo metodológico à filiação comunitária do sentido e, last but not least, o ponto de vista da imparcialidade ao enraizamento na história. O que se nota, no fundo, é que a ética defronta-se ainda hoje com o problema clássico da mediação entre a universalidade da reflexão e a singularidade concreta da ação moral, que constitui um dos traços permanentes da controvérsia fundamental acerca da unidade da razão prática. Nesse sentido, o embate entre a perspectiva hegeliana da Sittlichkeit (moralidade objetiva ou "eticidade") e o enfoque kantiano da Moralität (moralidade subjetiva ou apenas "moralidade") ganha um contorno decisivo, pois as discussões contemporâneas no campo da filosofia moral giram ao redor desta polêmica que retoma a histórica problemática platônico-aristotélica sobre o ethos e sua ciência.

Na realidade, há um notável entrecruzamento das leituras, tornando perigosamente simplificadora qualquer tentativa de agrupamento em termos de tipologia. O panorama atual no campo da ética demonstra que o debate em torno da universalidade dos princípios morais, e consequentemente sobre a legitimidade da democracia, tem alcançado uma força impressionante, e nele se vislumbra um problema que tem sido objeto de discussão permanente ao longo da história da filosofia ocidental: a relação entre os princípios universais de justiça e as concepções particulares do bem. Tal problema é constitutivo da razão prática e define o campo de possibilidade da própria ética filosófica numa era pós-metafísica. Contudo, e em que pese a difícil conciliação, "justiça" e

“solidariedade” devem ser tomadas como princípios complementares que se referem à mesma e única raiz da moral, correspondendo aos aspectos igualmente importantes dos direitos dos indivíduos e do bem da comunidade, aos quais estão vinculadas as exigências do igual respeito pelas pessoas e da responsabilidade solidária relacionada com os outros.

Referências

APEL, K. O. Estudos de moral moderna. Petrópolis: Vozes, 1994.
ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
FREITAG, B. Itinerários de Antígona: a questão da moralidade. Campinas: Papirus, 1992.
HABERMAS, J. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
HÜHNE, L. M. (org.). Ética. Rio de Janeiro: Editora Uapê, 1997.
HUME, D. Uma investigação sobre os princípios da moral. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
KANT, I. Fundamentação da metafísica dos costumes. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
LIMA VAZ, H. C. de. Escritos de Filosofia II: ética e cultura. São Paulo: Loyola, 1988.
MACINTYRE, A. Justiça de quem? qual racionalidade?. São Paulo: Loyola, 1991.
OLIVEIRA, M. A. de. Ética e sociabilidade. São Paulo: Loyola, 1993.
PEGORARO, O. Ética é justiça. Petrópolis: Vozes, 1995.
TUGENDHAT, E. Lições sobre ética. Petrópolis: Vozes, 1996.

LUIZ BERNARDO LEITE ARAÚJO

ETNICIDADE E POLÍTICA RAÇA OU ETNIA? NACIONAL OU ESTRANGEIRO? Estas duas questões estão estreitamente imbricadas pela tensão entre “próximo” e “distante” no seio do Estado moderno. Apesar dos constantes apelos no mundo contemporâneo para uma conformidade entre os povos – como no caso do modelo canadense para uma política multicultural ou nas interfaces culturais traduzidas para os quebequenses como uma política intercultural –, as práticas destes exemplos demonstram, porém, a crença da ameaça e a ilusão de uma justaposição cultural entre as diferentes etnias. Em qualquer uma das hipóteses, apresenta-se a ideia de inventar um “sentimento de solidariedade” (no sentido de Max Weber em Economia e Sociedade) e, portanto, uma Nação. De acordo com tal perspectiva, haveria a substituição de um contrato social por um “contrato moral” seguramente conduzido pela democracia liberal. No entanto, se deixarmos de lado a proposição de Alberto Hirschman (em A retórica da intransigência) sobre a “tese da futilidade”, iniciada por Alexis de Tocqueville (1805-1859) e seguida por Gaetano Mosca (1858-1941) e Vilfredo Pareto (1848-1923) – respectivamente, reação contra o sufrágio universal da ordem jacobina, sociedades irremediavelmente divididas entre governantes e governados, e a “lei natural” ou “Lei de Pareto” sobre a espoliação econômica da maioria por uma minoria na democracia –, poderemos postular outra hermenêutica para justificar a relação entre etnicidade e política.

A sociedade estatal guarda em si a tensão entre o próximo e o distante, mesmo quando prevalece a “crença racional” de se alcançar uma sociedade igualitária, fraterna e livre para todos os cidadãos, pois pressupõe um espaço geográfico definido e uma única língua. Ora, é justamente a língua francesa, ou a francofonia, que estimula a ilusão de uma desejada autonomia em Québec, baseada na coexistência moral entre as diferentes etnias. Além disso, os exemplos constantes da literatura clássica mencionam diferentes países como Áustria, Canadá, EUA, França, entre outros, onde a língua, a religião e os costumes teriam sido instrumentos para a constituição de uma comunidade de “pretensa solidariedade nacional”. Além de exigir a existência de uma língua, o Estado moderno pressupõe, ainda, uma população homogênea; por conseguinte, a noção de raça é um instrumento de domínio para identificar o que se convencionou denominar politicamente de “Nação”. Isso significa a imposição de vontades das “raças nacionais” sobre os diferentes grupos étnicos, ou seja, aqueles exteriores a um “agrupamento nacional” e que, por isso, são definidos como “estrangeiros”. A sobredita “solidariedade nacional” pressuporia, portanto, a extinção dos “alienígenas”. No entanto, inúmeros exemplos contemporâneos das “minorias” étnicas, como os alsacianos, os bascos, os catalães, os curdos, os flamengos, os pieds noirs, entre tantos outros, indicam-nos a existência de possibilidades para a manutenção de vínculos culturais à revelia das discriminações raciais das elites políticas nacionais. É o caso, ainda, dos afro-americanos, dos afro-brasileiros, além das várias nações indígenas das Américas. Um exemplo notável e raramente mencionado na historiografia refere-se aos luso-galegos.

Na Gallaecia – enclave entre a Galícia e o norte de Portugal (regiões do Minho, Trás-os-Montes, Douro Litoral, Beira Alta e Beira Litoral) –, a existência da fronteira linguístico-política resultou em diferentes manifestações culturais para preservar, resistir e resgatar os luso-galegos. À medida que se constituíam os Estados ibéricos, a língua tornou-se um instrumento a “serviço da monarquia”. Em um primeiro momento, as nascentes rivalidades nacionais giravam em torno do castelhano e do português, principalmente durante a União Ibérica (1580-1640), pois a união das coroas assentou as bases de um processo de substituição linguística que se refletiu nos meios literários portugueses, em que a língua castelhana passou a ser indicativo de prestígio mesmo após a Restauração. Posteriormente, a reação da língua portuguesa constituiu-se a partir de uma peculiaridade: buscou-se no latim um meio “menos corrupto” e “melhor que o concorrente”. No entanto, a nova norma-padrão portuguesa afirmou-se no eixo centro-sul de Portugal, marginalizando as regiões Entre-Douro e Minho, além de Trás-os-Montes. Dessa forma, a discriminação das populações do norte refletiu-

se igualmente no vocábulo da região: o galego, que correspondia à antiga forma gramatical da língua portuguesa, ficou limitado à oralidade e foi considerado um desvio arcaico, rústico e dialetal da norma literária portuguesa. Assim, estava dado o passo para a marginalização e toda sorte de adjetivações pejorativas a despeito das "fronteiras políticas" tanto dos habitantes da Galícia quanto dos portugueses do norte (os luso-galegos).

Não obstante a questão étnica revelar-se em uma disputa linguística, resta-nos postular e indagar sobre o savoir-faire da polity entre as diferentes etnias. Inicialmente, se considerarmos a perspectiva recente do conceito etnicidade (1942), o desafio que se coloca para as polêmicas travadas na literatura em torno do termo impõe o fim de múltiplos obstáculos epistemológicos tanto para os autores essencialistas – que postulam "a crença na existência determinante das raças" –, quanto para aqueles de concepções modernistas e construtivistas – que acreditam na condição dos vínculos da industrialização para a manutenção da Nação e, portanto, para a preservação do Estado moderno. De agora em diante, deve-se buscar efetivamente a autenticidade de um consenso entre as diferentes etnias, o que implicará uma desterritorialização das "raças", ou seja, a atenuação dos ditames da posse ou propriedade do solo, além de uma equidade mundial na distribuição de riquezas. Para a preservação, porém, das identidades, entendemos que estas transformações do sistema político não poderão ser realizadas fora das práticas políticas de uma democracia direta, sem xenofobias e em conformidade com as especificidades de cada etnia.

Referências

CORREDOIRA, Fernando Vázquez. A construção da língua portuguesa frente ao castelhano: o galego como exemplo a contrário. Santiago de Compostela, Galiza e UE: Edicións Laiovento, 1998.

GAGNON, Alain-G. "Plaidoyer pour l'interculturalisme". In: Revue Possibles, Montreal (Québec): AGVM Marquis Inc., vol. 24, n. 4, Automne 2000, p. 11-25.

JUTEAU, Danielle. "Ethnicité, Nation et Sexe-Genre". In: Les Cahiers du GRES – Groupe de Recherche Ethnicité et Société, Centre d'études ethniques de l'Université de Montreal. Montreal: Université de Montreal, vol. 1, n. 1, Automne 2000, p.53-57.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Théories de l'éthnicité, suivi de LES GROUPES ETHNIQUES ET LEURS FRONTIÈRES de Fredrik BARTH, Tradução de Jacqueline Bardolph, Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart. Paris: Presses Universitaires de France, 1995 (para um estudo antropológico e sociológico do tema).

EVOLUÇÃO A evolução biológica consiste na mudança que ocorre em populações de seres vivos, ao longo das gerações. Mudanças que ocorrem em um indivíduo ao longo de sua vida não são chamadas de evolução, mas de desenvolvimento. Portanto, a melhor e mais simples definição de evolução é

“descendência com modificação”. Ideias evolucionistas têm estado presentes no estudo da natureza há vários séculos, mas foi no século XVIII que argumentos persuasivos foram propostos de modo a sustentar que as espécies de seres vivos mudam ao longo do tempo. Diversas observações levaram os naturalistas a argumentar que as espécies evoluem. Entre outras, foram particularmente importantes as seguintes: (1) é comum que espécies encontradas próximo umas das outras tenham elos mais estreitos – seja em termos de suas semelhanças ou de suas classificações biológicas – do que espécies separadas por barreiras geográficas (cordilheiras ou oceanos, por exemplo); (2) seres vivos em determinadas regiões frequentemente apresentam semelhanças marcantes com os fósseis (vestígios de espécies extintas) que habitaram aquele mesmo local no passado – às vezes é possível reconhecer formas intermediárias em camadas adjacentes do registro fóssil, refletindo mudanças ao longo do tempo; (3) estruturas superficialmente diferentes e que desempenham funções distintas, como a asa de um morcego e a nadadeira de uma foca, são compostas de um conjunto de ossos semelhante; e (4) há órgãos que estão presentes em determinados seres vivos, apesar de não exercerem nenhuma função (chamados de órgãos vestigiais) – um exemplo são os olhos vestigiais em espécies de peixes que habitam cavernas e são cegos.

Tais observações podem ser explicadas se aceitarmos que novas espécies se originam a partir de espécies preexistentes e que todos os seres vivos partilham ancestrais comuns. Espécies que habitam a mesma região são semelhantes porque descendem de um mesmo ancestral que lá vivia. A semelhança entre fósseis e as espécies vivas encontradas naquela região sugere que ambos descendem de um ancestral comum ou os primeiros são ancestrais das últimas. A semelhança entre os ossos da asa do morcego e da nadadeira da foca existe porque ambos descendem de um ancestral comum cujos ossos do braço estas espécies herdaram. A presença de olhos em peixes de cavernas pode ser explicada por eles serem descendentes de espécies que possuíam olhos funcionais. As mesmas observações não são explicadas de maneira igualmente satisfatória pelo criacionismo, segundo a qual Deus criou todas as formas vivas. Por que espécies teriam sido distribuídas pelo globo de modo que aquelas que parecem ser mais aparentadas estão em regiões mais próximas? Por que os fósseis seriam semelhantes às espécies vivas? Por que organismos seriam criados com características vestigiais? Sem a evolução, os padrões do mundo natural não fazem sentido. A beleza da evolução é que todas essas questões podem ser respondidas simplesmente invocando elos hereditários, que unem todos os seres vivos numa grande árvore da vida. Observações como essas levaram muitos naturalistas e filósofos da virada do século XVIII, como Johann Wolfgang von

Goethe (1749-1832), Lorenz Oken (1779-1831), Gottfried Reinhold Treviranus (1776-1837) e Jean-Baptiste-Pierre-Antoine de Monet (Chevalier de Lamarck, 1744-1829) a aceitarem a evolução. Um longo tempo transcorreu, no entanto, até que esta ideia fosse largamente aceita. Um obstáculo central foi a dificuldade de encontrar um mecanismo que explicasse como a evolução ocorre. Com os trabalhos de Charles Robert Darwin (1809-1882) e Alfred Russel Wallace (1823-1913), a seleção natural surgiu como um mecanismo capaz de explicar a evolução que, após algumas décadas tumultuadas, veio a ocupar um papel central na biologia.

Com a publicação de A origem das espécies em 1859, Darwin consolidou a teoria evolutiva e estabeleceu diversas ideias novas. As suas contribuições foram múltiplas: ele argumentou persuasivamente em favor da ocorrência da evolução, defendeu a ideia de que todos os seres vivos descendem de ancestrais comuns, sugeriu que a evolução é um processo gradual, propôs que a mudança evolutiva tinha como base mudanças na frequência de características presentes em populações, e, por fim, propôs a seleção natural como o mecanismo capaz de levar a essa mudança. Atualmente, não há dúvida de que a evolução ocorre. Além das observações oriundas da paleontologia, da anatomia e da distribuição geográfica dos seres vivos, a evolução também explica achados da biologia molecular: todos os seres vivos (caso os vírus não sejam considerados vivos) partilham um sistema genético baseado em moléculas de DNA. Com a evolução, podemos explicar esse achado como consequência do fato de todos os seres vivos partilharem um ancestral comum, do qual herdaram um sistema genético que usa o DNA. Avanços na geologia também reforçaram a teoria da evolução: sabemos hoje que a história da Terra é feita de uma série de eventos de fragmentação e fusão de placas, chamadas de placas litosféricas (o fenômeno de deriva continental). A distribuição de animais e plantas mostra que espécies que habitam regiões que já estiverem unidas são muitas vezes mais aparentadas entre si do que com aquelas que estiveram separadas há mais tempo. Esse padrão é explicado pela evolução de espécies à medida que os continentes se fragmentaram. Às vezes, usamos princípios evolutivos mesmo sem perceber. Em pesquisas médicas, por exemplo, coelhos e camundongos são usados para testar remédios. Esses organismos são usados porque partilham muitas de nossas características fisiológicas. Essas características partilhadas existem porque temos um ancestral comum, dos quais herdamos diversas características que controlam nossa fisiologia.

As implicações do trabalho de Darwin foram profundas. A revolução darwiniana tem sido colocada lado a lado com a revolução copernicana como uma mudança científica que simboliza uma alteração completa dos valores culturais. Nos dois

casos, aspectos fundamentais da visão de mundo judaico-cristã foram substituídos por novas interpretações do universo. A ideia de que o universo havia sido criado há alguns poucos milhares de anos foi substituída pela noção de uma escala temporal que chega hoje a cerca de quatro a cinco bilhões de anos. A ideia de um universo imutável, ou que sofria apenas mudanças ocasionais, associadas com intervenções do criador, deu lugar à visão de um universo no qual a mudança é a regra, ocorrendo o tempo todo. A ideia de um planejamento dos seres vivos por um criador foi eliminada. Intervenções sobrenaturais miraculosas, seja em termos da criação de leis universais, seja em termos de uma intervenção excepcional no curso dos fenômenos, foram postas de lado. Afirmou-se uma visão do ser humano como parte da natureza, um produto do mesmo processo evolutivo que originou todos os outros organismos, em lugar de sua imagem como a criação máxima de uma divindade que teria concedido à nossa espécie o direito de dominar o resto da natureza.

A evolução teve um papel central e unificador na biologia durante o século XX, organizando muitas das disciplinas que a compõem em torno de um eixo comum. Um bioquímico pode caracterizar as reações que ocorrem numa célula, mas é uma perspectiva evolutiva que permitirá compreender como os elementos que permitem seu funcionamento foram reunidos ao longo do tempo. O comportamento de um animal pode ser descrito, mas uma perspectiva evolutiva é necessária para compreender como ele se originou. A sequência completa do genoma humano nos fornece uma lista dos genes presentes em nossas células, mas respostas sobre como eles se originaram e como adquiriram sua função atual requerem uma abordagem evolutiva. A posição central da evolução na biologia foi expressa por um dos mais importantes geneticistas deste século XX, Theodosius Dobzhansky (1900-1975), quando ele afirmou: “Nada na biologia faz sentido, exceto à luz da evolução.” Vários ramos da biologia explicam como os organismos são; a evolução trata de como eles se tornaram o que são.

Referências

DARWIN, C. R. A origem das espécies. Belo Horizonte: Itatiaia/ EDUSP.

DAWKINS, R. A escalada do monte improvável. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

FUTUYMA, D. J. Biologia evolutiva. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Genética. 1992.

MAYR, E. O desenvolvimento do pensamento biológico: diversidade, evolução e herança. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1999.

CHARBEL NIÑO EL-HANI

EVOLUÇÃO, TEORIA SINTÉTICA DA Chamamos de teoria sintética da

evolução a síntese entre as diversas áreas das ciências biológicas – em especial a genética – e a teoria evolutiva. Ela representa a versão moderna da teoria evolutiva. As obras de Charles Darwin (1809–1882) e Alfred Russel Wallace (1823–1913) foram imensamente influentes ao estabelecer a teoria da evolução e propor a seleção natural como mecanismo capaz de explicar sua ocorrência. Mas para muitos cientistas no final do século XIX restavam dúvidas sobre o papel da seleção natural. Dois problemas eram particularmente sérios: a ausência de um mecanismo convincente de herança (essencial para a operação da seleção natural) e a aparente falta de direção do processo evolutivo, conforme proposto por Darwin. O darwinismo havia sido caracterizado, nas três primeiras décadas após a publicação de A origem das espécies (1859), por uma postura flexível em relação à possibilidade de outros mecanismos evolutivos. O próprio Darwin admitia que a herança de caracteres adquiridos poderia ter um papel no processo evolutivo. Auguste Weismann (1833–1914), no entanto, popularizou uma visão mais dogmática do darwinismo, afirmando que a herança de caracteres adquiridos pelo uso e desuso era impossível. Assim, ele passou a defender a exclusividade da seleção natural como mecanismo da evolução. O dogmatismo de Weismann é um elemento fundamental para compreender-se a crise do darwinismo no final do século XIX. Ele contribuiu para que muitos biólogos inclinados a admitir outros mecanismos evolutivos viessem a romper com a teoria da seleção natural.

Entre as teorias alternativas da evolução defendidas na virada do século XX, o neolamarckismo e a teoria da ortogênese foram apoiados por naturalistas que viam nelas a possibilidade de preservar um elemento de finalidade no processo evolutivo. Eles pretendiam superar o retrato darwinista da evolução como um processo ao acaso, de tentativa e erro. Em contraste, elaboraram uma descrição da evolução de acordo com a qual o processo seria ordenado e guiado para determinados propósitos por forças que afetavam a produção de novas variações. Os neolamarckistas sugeriam que a variação seria orientada pela atividade inteligente dos organismos individuais, enquanto os ortogeneticistas propunham que forças inerentes ao processo de desenvolvimento dos indivíduos orientariam o surgimento das variações. No final do século XIX, a popularidade da teoria da seleção natural diminuiu em tal medida que, por volta de 1900, seus adversários estavam convencidos de que ela jamais se recuperaria. No começo do século XX, a teoria da seleção natural era praticamente uma teoria refutada, como sugere o título de um livro escrito por Dennert em 1904, At the Deathbed of Darwinism. A ocorrência da evolução permaneceu sem ser questionada, mas mecanismos evolutivos alternativos à seleção natural gozavam de prestígio cada vez maior. Da década de 1890 até por volta de 1920, o evolucionismo teve, em

grande medida, um caráter antidarwinista. Bowler refere-se a esse período como o “eclipse do darwinismo”.

Quando o trabalho de Mendel (1822-1884) foi redescoberto em 1900, a sua contribuição potencial para a compreensão do mecanismo de seleção natural não foi apreciada de imediato. Em vez de ser a salvação do darwinismo, então em crise, o mendelismo foi apresentado como mais uma alternativa à teoria da seleção natural. Os primeiros mendelianos estudavam a herança de grandes diferenças entre espécies. Para eles a evolução não ocorria lentamente graças à seleção de formas sutilmente diferentes, mas pela ocorrência de grandes alterações que eram herdadas, como propunha a “teoria da mutação” do botânico holandês Hugo Marie de Vries (1848-1935). Os biometricistas opunham-se aos mendelianos: para eles, o que interessava eram as pequenas diferenças entre os indivíduos, que na época não pareciam ser explicadas pela visão mendeliana. Os biometricistas desenvolveram ferramentas estatísticas para compreender como essas variações sutis poderiam ser passadas entre gerações. O conflito entre biometricistas e mendelianos foi uma das principais razões pelas quais o mendelismo surgiu como uma alternativa ao darwinismo. Os geneticistas mendelianos estavam em franco embate com as ideias lamarckistas, mas também não conferiam praticamente qualquer papel à adaptação e à seleção natural. Quando o conceito de mutação foi introduzido para explicar o surgimento de novas características, muitos geneticistas concluíram que ele tornava a seleção natural desnecessária. Apenas no início da década de 1920, a polarização entre mendelismo e darwinismo começou a diminuir, e tiveram lugar os primeiros movimentos rumo a uma reconciliação dos vários ramos da biologia. O darwinismo ressurgiu então de seu eclipse, dando origem a uma nova abordagem, a teoria sintética da evolução. Para muitos autores foi essa teoria que conseguiu reunificar grande parte das ciências biológicas.

Durante algum tempo, houve debates importantes acerca de como a síntese evolutiva foi construída. Provine propôs que o avanço decisivo foi a criação da genética de populações como uma nova fundação para a seleção natural. Três pesquisadores tiveram papel destacado na história inicial da genética de populações: Ronald Aylmer Fisher (1890–1962) e John B. S. Haldane (1892–1964), na Inglaterra, e Sewall Wright (1889–1988) nos EUA. Ao longo da década de 1920, Fisher aplicou suas técnicas matemáticas ao estudo dos efeitos da seleção sobre populações geneticamente variáveis, culminando com a obra Genetical Theory of Natural Selection (1930). Ele construiu modelos matemáticos que descreviam como a frequência de genes mudava sob o efeito da ação da seleção natural e demonstrou que a variação estudada por biometricistas poderia ser conciliada com a genética mendeliana. Haldane publicou seu

primeiro artigo sobre genética de populações em 1924 e um importante levantamento de campo em 1932, The Causes of Evolution. Ele apresentou exemplos concretos para demonstrar que o processo de seleção natural poderia ter efeitos muito mais rápidos sobre as populações do que Fisher pensara. A abordagem de Sewall Wright, exposta em Evolution in Mendelian Populations (1931), incorporava o papel das interações gênicas como fonte adicional de variabilidade em pequenas populações endogâmicas. Wright também trouxe importantes contribuições ao estudo da subdivisão das populações e da herança de características quantitativas.

Em seu conjunto, tais obras demonstraram que a variação estudada por evolucionistas poderia ser explicada pela herança mendeliana e pela seleção natural. Nenhum mecanismo adicional, como a herança de caracteres adquiridos ou a ortogênese, seria necessário para explicar a evolução. No entanto, Ernst Mayr (1904-2005) defendeu a visão de que a síntese foi produzida através da integração da genética de populações e dos estudos dos naturalistas. A teoria sintética foi um produto da fusão do pensamento populacional dos naturalistas de campo com os tratamentos matemáticos da genética de populações. A obra Genetics and the Origin of Species, publicada por Theodosius Dobzhansky (1900-1975) em 1937, teve um papel fundamental na construção da síntese evolucionista, por ter apresentado a abordagem dos geneticistas de populações de maneira acessível aos naturalistas de campo. Esta obra suscitou uma explosão de atividade que completou a formulação da teoria sintética na década de 1940.

Referências

BOWLER, P. J. Evolution: The History of an Idea (Revised edition). Berkeley: University of California Press. 1989.

MAYR, E. Evolution and the Diversity of Life. Cambridge-MA: Harvard University Press. 1976.

MAYR, E.; Provine, W. B. The Evolutionary Synthesis: Perspectives on the Unification of Biology. Cambridge-MA: Harvard University Press. 1980.

PROVINE, W. B. The Origins of Theoretical Population Genetics. Chicago: The University of Chicago Press. 1971.

CHARBEL NIÑO EL-HANI

EXPRESSIONISMO Nome dado à tendência das artes na Alemanha do início do século XX, na qual os estados mentais tornaram-se os temas principais e são representados de forma tão veemente que a aparência habitual das coisas é distorcida, deformada, enfatizando-se a atitude emocional do artista para consigo e para com o mundo. O Expressionismo é um fenômeno europeu com dois polos distintos: o movimento francês dos Fauves (Feras) e o movimento alemão Die

Brücke (A ponte). Os dois movimentos formaram-se quase que ao mesmo tempo em 1905, desembocando no Cubismo na França – 1907, com Pablo Picasso (1881-1973) – e em Der Blauer Reiter (O cavaleiro azul) na Alemanha – 1911, com Vassili Kandinsky (1866-1944) –, sendo que este último virá em oposição ao intelectualismo do Cubismo de Picasso.

Os expressionistas terão como inspiração pintores do século XIX, tais como: Henri Toulouse-Lautrec (1864-1901), Paul Gauguin (1848-1903) e Vincent van Gogh (1853-1890). Os primeiros expoentes do Expressionismo serão dois pintores do final do século XIX: o norueguês Edvard Munch (1863-1944), cuja obra marcante é "O Grito" (1893); e o belga James Ensor (1860-1949), com a obra "Entrada de Cristo em Bruxelas" (1888/1889), que não foi tão reverenciado e conhecido quanto Munch. Tais obras demonstram a preocupação do Expressionismo com questões relativas ao mal-estar do indivíduo da modernidade, esboçando o que chamamos de uma arte engajada que tendeu a voltar-se para preocupações sobre a situação histórica e social dos homens em meio à expansão capitalista no mundo. Não por acaso, em sua postura crítica de afastamento dos efeitos da massificação do cotidiano, tanto os expressionistas alemães quanto os fauves adotaram como ponto de referência a "arte primitiva", buscando em símbolos da cultura africana tradicional referências de um trabalho humano em "estado puro", expressão plena de criatividade e originalidade, mas sem encará-los como marcos remotos de uma "sociedade mais autêntica". Com isso, acreditavam poder escapar tanto das contaminações dos interesses egoístas humanos da sociedade capitalista quanto de sua ideia de progresso calcada na permanente superação da mercadoria no tempo.

No Expressionismo, a questão da deformação ou distorção do objeto, que em alguns artistas chega a ser agressiva e ofensiva, não é uma deformação puramente ótica: é determinada por fatores subjetivos – a intencionalidade com que se exagera a realidade presente –, ou seja, deforma-se para chamar a atenção a um determinado aspecto, assunto ou tema, a partir do qual o artista pretendia comunicar-se com o público de maneira mais intensa e emocional, causando uma tensão interpretativa. A deliberada provocação de uma reação negativa do público frente às obras visava afastá-lo do ideal burguês de beleza. Por isso, em vez de exaltá-la, buscava-se ressaltar aquilo que para tal gosto seria considerado fealdade. Os artistas queriam justamente acabar com aquilo que consideravam ser a "hipocrisia das artes", ou seja, não queriam mais idealizar o "belo", mas, sim, chamar a atenção para a realidade da sociedade, que certamente não poderia ser restringida ao modo de vida burguês. Os expressionistas sentiam um forte respeito pelo sofrimento humano em geral, por todos os desfavorecidos da sociedade. Sendo assim, se recusavam a reproduzir o "irreal", chamando a

atenção para a realidade da maioria da população marginalizada na época: mendigos, prostitutas, aleijados, loucos, o universo artístico circense, os bares proletários *etc.* Por isso, as "artes clássicas" lhes pareciam hipócritas. Eles queriam enfrentar e mostrar os fatos nus e crus da existência humana e expressar a sua preocupação com esta porção rejeitada da sociedade. Portanto, por intermédio de sua arte, pretendiam não apenas criticar a sociedade – e em especial o modo de vida burguês –, mas também transformá-la numa sociedade mais criativa, elevando ao belo artístico aquilo que foi pervertido em feio.

Tornou-se quase uma questão de honra para os expressionistas não reproduzir qualquer coisa que lembrasse "boniteza" ou "polimento". Queriam chocar o burguês e seu mundo. Com tal proposta, surgiu em 1905, na cidade de Dresden (Alemanha), um movimento organizado de cunho expressionista, chamado Die Brücke (A ponte). Os seus fundadores foram: Ernst Ludwig Kirchener (1880-1938), Erich Heckel (1883-1970), Emil Nolde (1867-1956), Karl Schmidt-Rottluff (1884-1976), Otto Müller (1874-1930) e o escultor Ernst Barlach (1870-1938). Este movimento irá propor uma oposição frente ao Impressionismo e seus artistas, com exceção a Paul Cézanne (1839-1906), no qual eles reconheciam seu compromisso construtivo e quase filosófico. Os artistas Die Brücke irão contra a estética fenomenológica dos impressionistas, que para eles não tinha nenhum questionamento ou preocupação social. Outra preocupação interessante do movimento Die Brücke foi a utilização e valorização da gravura, como as técnicas da xilogravura e da litogravura, justamente por serem consideradas "menores" nos meios acadêmicos da época, se comparadas à pintura.

Em 1913, Die Brücke dissolveu-se e surgiu um novo grupo, Der Blauer Reiter (O cavalheiro azul), com Vassili Kandinsky, em que já se inicia a pesquisa da pintura não figurativa, levando ao desenvolvimento do Abstracionismo. Com o fim da Primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918), surgiu uma corrente artística alemã tipicamente expressionista, chamada Neue Sachlichkeit (Nova objetividade), que pretendia mostrar uma imagem crua da sociedade alemã do pós-guerra, sem a idealização romântica da "boa" pintura e literatura. A esta corrente pertenciam os seguintes artistas: Max Beckmann (1884-1950), Otto Dix (1891-1969) e George Grosz (1893-1959). Grosz, que foi desenhista e caricaturista, vai ser o mais engajado do grupo, um artista explicitamente político que se refugiou nos EUA em 1933, devido à ascensão política dos nazistas, tendo aproveitado o convite que recebera em 1932 da Liga de Estudantes de Arte de Nova York, e retornou a Berlim apenas em 1959, morrendo pouco tempo depois de sua chegada. Ele fez de sua obra um meio de denúncia contra os capitalistas, as classes dirigentes e as burocracias civil e militar, que considerava os responsáveis e exploradores da Primeira Guerra

Mundial e da derrota alemã. Por isso, não os poupou nas inúmeras formas satíricas em que os apresentou em seus quadros. Grosz denunciou também o autoritarismo político, a violência do poder e o embrutecimento do mundo. No entanto, enquanto esteve nos EUA, longe do estímulo constante da atmosfera de revolta política da Alemanha, abandonou a forma satírica e dedicou-se mais a paisagens românticas, caindo completamente no esquecimento depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Além de sua presença nas artes plásticas antes, durante e depois da Primeira Guerra Mundial, o Expressionismo também atingiu a arquitetura de uma forma singular. Em meio ao clima agitado do pós-guerra alemão, reunindo um grupo de arquitetos com a proposta de reconstrução nacional, os expressionistas na arquitetura se perceberam como representantes do espírito "construtivo" de uma nova Alemanha democrática. Assim, uniram-se e instituíram um Conselho de Trabalho para a Arte. Deste modo, formou-se o Grupo de Novembro (Novembergruppe). Este grupo será um núcleo de pesquisa e experimentação da construção civil, tendo como proposta pressionar o Estado e conseguir financiamento para projetos voltados para um urbanismo capaz de responder às exigências e necessidades de vida e de trabalho do povo, que não deveriam estar subordinados à lógica de lucro dos especuladores. O principal componente do grupo foi Bruno Taut (1880-1938), unindo-se a ele a maioria dos arquitetos "modernos", tais como: Walter Gropius (1883-1969), Hans Pölzig (1869-1936), Peter Beherens (1868-1940), Erich Mendelsohn (1887-1953) e Hans Scharoun (1893-1970). Entretanto, frente às condições da Alemanha do entreguerras, as ideias do grupo serão consideradas utópicas e fantasiosas para receberem incentivo estatal. Por conta disso, o Grupo de Novembro dissolveu-se rapidamente, e seus principais expoentes, como Walter Gropius e Bruno Taut, entregaram-se ao rigoroso racionalismo arquitetônico alemão do entreguerras.

Referências

ARGAN, Giulio Carlo. Arte moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GOMBRICH, Ernst Hans. A história da arte. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

HAUSER, Arnold. História social da arte e da literatura. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JANSON, H. W. História geral da arte: o mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FAI (FEDERAÇÃO ANARQUISTA IBÉRICA) A Federação Anarquista Ibérica nasceu em julho de 1927, no período da ditadura de José Antonio Primo de Rivera. Logo se tornou o mais influente setor político dentro da maior e mais representativa organização sindical espanhola, a Confederação Nacional do Trabalho (CNT). Se por um lado o pensamento marxista se mostrou predominante e impulsionava a organização dos partidos da Social-Democracia e da Segunda Internacional na grande maioria dos países europeus, na Espanha acontecia justamente o oposto: predominavam as correntes anarquistas. Dentro da CNT, coexistiram duas tendências ao longo da década de 1930, gerando polêmicas entre pensamentos e ações divergentes. O grupo dos sindicalistas, também chamado “trintista” (ou Grupo dos Trinta) era dirigido por Angel Pestaña, membro da velha guarda anarcossindicalista, e defendia uma intervenção política baseada na ação dos sindicatos. A partir desse entendimento, os sindicatos tornaram-se um lugar de enorme importância para o estabelecimento das relações entre anarquistas e trabalhadores. Os clubes operários, os ateneus libertários e diversas outras organizações propostas pelos sindicatos facilitavam a aproximação do movimento anarquista com os trabalhadores de diversas formas. Neles havia salas de recreações, espaços para festas e danças, bibliotecas e escolas. Eram lugares onde havia vida operária.

O grupo dirigente da CNT, encabeçado por Angel Pestaña, era cada vez mais questionado, fundamentalmente por dois motivos: o duro tratamento dispensado aos seus opositores e uma linha política de conciliação que não agradava muito aos militantes “cenetistas”, entre os quais alguns de seus aliados em momentos anteriores. A participação da Confederação Nacional do Trabalho nos Comitês Paritários, aparelhos governamentais que funcionavam como órgãos que arbitravam conflitos trabalhistas, foi um divisor de águas. Essas intensas e cada vez maiores polêmicas levariam Angel Pestaña e seu grupo, em julho de 1933, a formar o Partido Sindicalista. Surgiu, então, a partir de julho 1927, a Federação Anarquista Ibérica, a partir do grupo Solidários, dirigido por Juan Garcia Oliver, Francisco Ascaso; e o mais popular dirigente do movimento anarquista na Espanha, Buenaventura Durruti. A FAI reuniu os elementos mais ultrarradicais do movimento anarquista, os quais traziam consigo a certeza de que carregavam os princípios verdadeiros da doutrina anarquista.

Na FAI atuavam dois grupos. O primeiro era formado por militantes anarcossindicalistas, dissidentes da CNT e oriundos da ruptura com a política

“reformista” da ala sindicalista, e o segundo também por imigrantes anarquistas portugueses. Esta é a razão pela qual a organização possui um nome ligado à ideia peninsular. A FAI lembra em muitos aspectos a antiga organização orientada pelo dirigente anarquista russo M. Bakunin, Aliança Secreta. Preconizava um funcionamento clandestino como forma de preservar o espírito revolucionário. Entretanto, ao contrário de Bakunin, defendia a mais estreita relação possível com os sindicatos como forma de aumentar sua influência junto aos operários e camponeses espanhóis. O segundo grupo de militantes no interior da FAI era formado por membros radicais da CNT que não eram parte orgânica do funcionamento da organização, embora fossem simpatizantes da política “faísta”. Mesmo não sendo militantes filiados, eram reconhecidos pelos seus adversários como membros da FAI.

Organizando-se de forma clandestina e trabalhando para a conquista da hegemonia dentro da Confederação Nacional do Trabalho, os “faístas”, como eram chamados, passaram a se utilizar do método de lutas e rebeliões violentas, além de manifestar intenso repúdio às eleições e ações parlamentares. Foi justamente esse tipo de comportamento que dificultou qualquer possibilidade de entendimento político com os republicanos e socialistas, também opositores de Primo de Rivera. Com a queda da ditadura, a CNT saiu da clandestinidade e em junho de 1931, em Madri, organizou o seu III Congresso Nacional. A FAI era então uma organização muito pouco conhecida e também com pouca influência sobre os trabalhadores espanhóis. Essa situação logo foi mudando a partir das jornadas de julho daquele ano, com uma onda de greves por ela estimulada. Como tática, os militantes da FAI defenderam a prática da organização de revoltas e rebeliões de massa. Sua ideia básica era que, desta forma, as massas poderiam passar do aprendizado à ação concreta no sentido de construir o comunismo libertário. Os elementos que organizavam essas ações se dividiam entre os agrupamentos da FAI, que tinham a missão de realizar as agitações revolucionárias dentro dos sindicatos filiados à CNT; e os comitês de defesa, que teriam a missão de desenvolver as ações de apoio, inclusive logístico, nos momentos em que as revoltas eclodissem. A constituição da Alianza Obrera, formada por diversas organizações do movimento operário espanhol, e os acontecimentos da revolta nas Astúrias deixaram claro no slogan “L’Unión de los Hermanos Proletários” que os trabalhadores espanhóis precisavam estruturar uma frente única das organizações operárias para lutar contra seus inimigos da direita, que neste momento também passavam por aproximações políticas.

Com a declaração do golpe militar de julho de 1936 e o início da guerra civil, a Federação Anarquista Ibérica retomou um papel de destaque na organização de milícias operárias, sobre a bandeira conjunta de CNT-FAI. Não é sem muita

contradição que o movimento anarquista atravessou esse período. Polêmicas sobre a relação de seus membros com governos como na Catalunha, ou até mesmo sua participação direta no governo central do socialista Largo Caballero, dificultaram em alguns momentos sua unidade de ação. Foi justamente a dificuldade de resolução de suas polêmicas internas, ao lado de tantas outras, com socialistas, republicanos e comunistas, sobre a condução da luta antifascista, que levaram o movimento anarquista a uma perseguição implacável por parte dos agentes stalinistas da GPU (Polícia Política Soviética) em terras espanholas. Após o episódio da disputa em armas pela Central Telefônica no início de maio de 1937, entre stalinistas e anarquistas, a perseguição se radicalizou. Em 21 de setembro, tropas do governo ocupam a sede do Comitê de Defesa CNT-FAI, em Barcelona. Por fim, até fevereiro de 1937, a FAI, já bastante enfraquecida dentro da CNT, foi colocada na ilegalidade pelo governo central.

Referências

BROUÉ, P.; TÉRMINE, E. La Revolución y la Guerra de España. Paris: Biblioteca Actual, 1961.
JACKSON, Gabriel. La República Española y la Guerra Civil. Barcelona: Crítica, 1967.
JIMÉNEZ, José. La España Contemporánea III: De 1931 a nuestros dias. Madri: Istmo, 1991.

WASHINGTON LUÍS DE ASSIS PINHEIRO

FEBRE AMARELA Doença infecciosa aguda que se manifesta nas modalidades urbana e silvestre. Transmitida exclusivamente pela picada de um mosquito, afeta principalmente o fígado, sendo a própria febre e a icterícia os seus sintomas mais evidentes. Atualmente ocorre na Região Amazônica da América do Sul, continente de onde é originária, e também nas regiões tropicais da África. No entanto, durante vários séculos, a febre amarela assolou diversas regiões do mundo, dado o parco acúmulo de informações que havia sobre as suas causas, forma de transmissão e os meios possíveis de combatê-la. Já a partir do século XVI, à época das grandes navegações, a doença alcançou não só o continente africano, como também a América do Norte e a Europa. Somente na passagem do século XIX para o XX, Carlos J. Finlay (1833-1915), Walter Reed (1851-1902), James Carroll e outros cientistas conseguiram, graças a estudos realizados em Cuba, identificar o mosquito transmissor, permitindo assim a adoção de estratégias de combate e erradicação em vários países vitimados pela moléstia.

No Brasil, a primeira grande epidemia de febre amarela de que se tem notícia ocorreu no Rio de Janeiro, no verão de 1849-1850, devido às precárias condições de salubridade que marcaram a cidade fundamentalmente durante o século XIX,

período de crescente fluxo populacional e de grave crise habitacional. Segundo as estatísticas, num universo de 266 mil habitantes, mais de 90 mil contraíram a doença, dentre os quais registraram-se mais de 4 mil óbitos. A proporção da calamidade suscitou acalorados debates na comunidade científica da época, em razão não somente de profundas divergências concernentes à forma de transmissão e profilaxia da doença, como também no que tange à institucionalização de uma nova prática médica no país, que tinha como princípio básico o estabelecimento de uma política de prevenção por meio de um estreito controle sobre o meio social. No desdobramento desse processo, ainda em 1850, foi constituída pelo Ministério do Império a Comissão Central de Higiene, que deu origem, em seguida, à Junta Central de Higiene, responsável pela formulação de políticas de atuação governamental na área de Saúde Pública. Inaugurava-se, assim, um rigoroso conjunto de regras para a cidade e seus indivíduos. Dessa forma, de acordo com a ótica higienista, ao desarranjo urbano debitava-se diretamente o mau estado da saúde, tanto do corpo quanto do meio social.

Sob tal perspectiva, pode-se perceber uma significativa mudança de prisma dos higienistas a partir da década de 1870, quando a vitimização prioritária de imigrantes pelo “vômito preto”, que já constava nas estatísticas desde a década de 1850, passou a ser interpretada como obstáculo à realização do projeto dos grupos dominantes no poder, de promover o ideal de embranquecimento da população através da imigração europeia. Desde então, com a vinda de estrangeiros e intensa migração interna, agravaram-se as condições habitacionais da cidade, impingindo às autoridades uma pressão por reformas urbanas radicais com o intuito de conter as intermitentes ondas epidêmicas da febre. Por outro lado, o combate a doenças como varíola e tuberculose, que grassavam primordialmente sobre a arraia-miúda, era flagrantemente negligenciado. Sendo assim, não foi difícil que os cortiços – habitações coletivas de infraestrutura precária que abrigavam a população pobre da cidade – fossem elevados a símbolo máximo da insalubridade que se queria debelar. Datam daí os primeiros planos de transformação do espaço urbano, que atingiram o seu ápice três décadas mais tarde, com o “bota-abaixo” – política de demolição de cortiços e habitações irregulares do centro da cidade –, durante a administração do então Prefeito Pereira Passos, sob o governo (1902-1906) do Presidente Rodrigues Alves (1848-1919). Mais tarde, outras epidemias continuaram a fazer enormes estragos junto à população carioca, como em 1889 (com mais de 2 mil mortos), em 1891 e 1892 (com mais de 4 mil casos fatais), ou em 1902, para lembrar apenas de alguns casos.

Ao final do século XX, não se registravam casos de febre amarela urbana no

Brasil desde a erradicação do mosquito transmissor, o Aedes aegypti, na década de 1940, restringindo-se a manifestação da moléstia ao meio rural, onde mosquitos do gênero Haemagogus ou espécies silvestres do gênero Aedes podem ser combatidos com inseticidas. No entanto, desde a década de 1980, com a reintrodução do Aedes aegypti no Brasil e sua intensa proliferação pelos grandes centros urbanos – já como transmissor da dengue –, voltou a haver o risco de nova disseminação urbana da febre amarela, se vítimas da modalidade silvestre forem picadas pelo mosquito, o que consequentemente pode iniciar uma escala sucessiva de retransmissões em pessoas que não tenham sido vacinadas.

Referências

BENCHIMOL, Jaime L. Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e revolução pasteuriana. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2000.

BENCHIMOL, Jaime L. Pereira Passos: um Haussmann tropical. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

ANDRÉ VIANNA DANTAS

FEMINISMO O movimento feminista, ou feminismo, é definido como uma ação organizada de caráter coletivo que busca modificar a situação das mulheres na sociedade, eliminando as discriminações às quais foram sujeitas. Como movimento organizado, é a partir da ideia de igualdade que encontra terreno fértil para se desenvolver. Embora se possam apontar atores ou ideias consideradas feministas desde tempos remotos, como ação coletiva organizada o feminismo é um fenômeno recente. Foi-se estruturando como movimento ao longo do século XIX, na medida em que as diferenças de tratamento entre homens e mulheres se tornavam mais claras, tanto no mercado de trabalho quanto em outras esferas sociais. O feminismo busca, de modo geral, direitos civis iguais entre homens e mulheres e, nesse contexto, pode ser visto como uma extensão do movimento pelos direitos humanos. Além das lutas militantes, o feminismo se apresenta como um discurso que subverte o lugar da mulher na História.

A Revolução Francesa é o marco ocidental mais forte na luta por direitos iguais entre os homens. Embora muito tenha sido alcançado em termos de direitos civis através da ideologia de igualdade e liberdade, a questão da mulher ficou em segundo plano. As mulheres apenas conseguiram avanços em termos de direitos iguais quando lutaram, elas mesmas, por uma mudança. A busca por esses direitos tomava, nessa época, um caráter pró-liberal de busca de um “direito

natural” para as mulheres. O discurso da igualdade foi reapropriado, séculos mais tarde, pelas sufragistas, que buscavam a inserção da mulher na vida política e civil em condições de igualdade com o homem. Primeiro grupo feminista organizado, sua principal meta era a conquista do voto feminino. O sufragismo americano surgiu em um contexto em que as lutas civis pela conscientização da submissão dos negros naquela sociedade geraram uma conscientização, entre as mulheres, de sua própria condição de sujeição. Em 1848 foi organizada uma Convenção dos Direitos das Mulheres, que delimitou um dos marcos iniciais do movimento sufragista americano. Apesar disso, o voto feminino naquela sociedade só foi alcançado décadas mais tarde, em 1920.

Na Inglaterra, o primeiro grupo de mulheres sufragistas surgiu em 1865. Outras lutas se somaram à do voto feminino, como oportunidades de acesso à educação, ampliação do mercado de trabalho, salários e direitos trabalhistas iguais aos dos homens e proteção à maternidade. O direito ao voto feminino foi alcançado em 1928 naquele país. Alcançado o direito de voto, o movimento sufragista perdeu força e esvaziou-se.

A partir da década de 1920, especialmente na Europa, o feminismo passou a apresentar duas linhas distintas: sufragismo, que via a luta das mulheres como uma questão isolada do conjunto da sociedade, e cuja bandeira principal era a luta pelo voto feminino e pela presença feminina em instâncias outras que não a doméstica; socialismo, que via na revolução socialista o espaço de abertura para uma mudança mais significativa no status da mulher. Os socialistas foram os primeiros a assumir a defesa da mulher trabalhadora.

Após a conquista do direito ao voto, o movimento feminista viveu um segundo momento de sua história, no século XX. Simone de Beauvoir, escritora francesa, foi nesse sentido um marco, pois indicou que as desigualdades experimentadas entre homens e mulheres tinham origens culturais. Em O Segundo Sexo, escreveu: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, indicando que o feminino é uma construção social. A partir de Beauvoir, o movimento renasceu, especialmente nos EUA. Na década de 1960, autoras americanas como Betty Friedan, Juliet Mittchell e Kate Millet deram novo impulso ao feminismo.

A partir dos anos 1960, além das reivindicações voltadas para as questões da desigualdade entre homens e mulheres no exercício de direitos – políticos, civis e trabalhistas –, o feminismo passou a questionar as raízes culturais desta desigualdade. As atribuições biológicas aos papéis sociais foram questionadas e a crença na inferioridade “natural” da mulher foi denunciada. As visões de que a mulher destinava-se à esfera doméstica (interno/privado), e o homem à pública (externo/público), foram criticadas como uma predeterminação. Deste modo, a hierarquia entre os sexos foi desnaturalizada. Aquilo que é por natureza não

pode ser mudado: este era o tom de muitas críticas feministas, que buscavam entender a elaboração dos papéis sexuais como uma construção social, e não um dado natural biológico.

Na década de 1960, muitos movimentos sociais e de direitos civis levantaram a questão do individual como um espaço de poder. A relação desigual de poder na esfera da produção afeta o indivíduo, mas as relações de gênero e etnia também eram vistas como um espaço em que essas relações desiguais de poder eram exercidas. A partir deste novo contexto, o movimento feminista ampliou sua esfera de atuação e tornou-se, na década de 1970, um movimento de massa com forte influência da contracultura.

O movimento daquela época representa, em seus objetivos e atuação, uma continuidade das mobilizações feministas do passado, em duas vertentes distintas: a liberal e a marxista. As feministas liberais não questionavam o sistema social como totalidade. As assimetrias e desigualdades entre os sexos eram vistas como antinaturais e culturais. Centrou-se na luta pela igualdade entre os sexos, buscando conquistar direitos civis para as mulheres e eliminar todas as formas de discriminação sexual. Inicialmente, atuou como um grupo de pressão para a conquista de direitos civis. É uma vertente identificada com o individualismo contemporâneo ocidental, e cujo ideário estimula a realização pessoal e o sucesso, a conquista de liberdade e poderes. A vertente marxista via o sistema capitalista como um dos responsáveis pela opressão feminina no Ocidente. As feministas marxistas não apenas lutavam por direitos iguais entre homens e mulheres, mas também se inseriram na luta mais ampla contra o capitalismo. O trabalho doméstico era visto por essas feministas como improdutivo e desvalorizante, por isso pregaram a inserção da mulher no mercado de trabalho.

Pode-se falar, ainda, em uma divisão do pensamento feminista como “feminismo da igualdade” e “feminismo da diferença”. No primeiro caso, homens e mulheres são vistos como iguais e a luta feminista segue o objetivo de alcançar direitos iguais para ambos. O feminismo da diferença, por outro lado, se alimenta dos ideais modernos da pessoa, enxergando homens e mulheres como essencialmente diferentes. Esse tipo de pensamento feminista indica certo fracasso da ideologia da igualdade, embora seja fruto dela, pois enclausura os gêneros em universos separados e trabalha a partir de reivindicações identitárias. Em ambos os casos, o que é negado é a identidade da mulher conforme definida pelos homens e pela sociedade patriarcal.

Também na década de 1960, nos EUA, surgiu, a partir de grupos autônomos, quando participantes de diversos movimentos sociais americanos organizaram-se separadamente em reação à discriminação sexual e à dominação masculina, um

“movimento de liberação das mulheres”, ou Liberação Feminina, que buscava a ruptura com a tradição igualitária e emancipatória, dando origem, mais tarde, ao feminismo radical. Seu discurso tendia fortemente para a individuação, a diferença, a singularidade e a autonomia. Sua forma de ação consistia na formação de “coletivos de autoconsciência”. As origens da desigualdade entre os sexos eram vistas como residindo na ordem patriarcal. O patriarcado era visto como um tipo de supremacia e dominação masculina presente em todas as sociedades históricas e em todas as relações sociais. O sistema patriarcal exclui a mulher das instâncias de poder e desvaloriza os papéis e tarefas femininas.

Próximo ao pensamento da Liberação Feminina e surgido como um fruto desta corrente, o feminismo radical afirmava que a liberação da mulher só seria alcançada através da erradicação do patriarcado e seus efeitos. Buscava-se a abolição de todas as relações autoritárias e práticas opressoras em todas as instâncias da vida pública e privada. As radicais criaram, também, grupos de autoconsciência, com o objetivo de desnaturalizar e tornar visíveis a dinâmica e os efeitos do patriarcado sobre a mulher e sobre a sociedade. Buscavam, assim, uma “tomada de consciência de gênero”. Neste grupo, as feministas lésbicas tornaram-se fonte de ativismo, criatividade cultural e inovação teórica. A partir de meados da década de 1970, contudo, a diferença entre feminismo liberal e radical foi se tornando menos perceptível.

O feminismo atual revela-se como uma continuidade do feminismo da década de 1960. Embora as classificações anteriormente mencionadas sejam encontradas em diversos autores no tocante ao movimento feminista, Castells sugere uma nova tipologia para o movimento, dividindo-o em seis grandes grupos: direitos da mulher (liberal e socialista), feminismo cultural (autonomia cultural em uma comunidade feminina e contra o patriarcado), feminismo essencialista (espiritualismo e ecofeminismo, voltados para a liberdade matriarcal e pelo modo feminino de ser), feminismo lesbiano (pela abolição do gênero através do separatismo), identidades femininas específicas (étnicas, nacionais, autodefinidas – luta pelo multiculturalismo destituído de gênero) e feminismo pragmático (diversos grupos autodefinidos lutando pela sobrevivência e dignidade da mulher contra o capitalismo patriarcal).

Em cada país, o feminismo se desenvolveu em uma conjuntura própria, que levou à preponderância de uma ou outra corrente. Os principais temas de luta do feminismo são: sexualidade, violência contra a mulher, saúde, ideologia, formação profissional da mulher e sua inserção no mercado de trabalho. No que tange à sexualidade da mulher, é interessante notar que esta é definida na sua limitação, enquanto a sexualidade do homem é definida no desempenho. Ela é socialmente marcada por elementos como a virgindade, a castidade e a

passividade sexual, enquanto o homem tem uma maior liberdade nesse sentido. Seu direito à reprodução tem sido, também, frequentemente limitado, seja nas políticas governamentais para a reprodução, seja nas restrições a métodos anticoncepcionais. A violência contra a mulher é uma realidade em cuja raiz estão concepções que a colocam como um ser inferior. Tanto a violência física quanto a violência simbólica compartilham uma raiz comum, em que o corpo da mulher é coisificado e se torna, inclusive, objeto de consumo. Contra isso, o feminismo tem lutado a favor da autodeterminação, por parte da mulher, de sua própria sexualidade e da concepção. A luta pelo aborto é, também, uma luta feminista. Os obstáculos à ascensão profissional da mulher e as diferenças de níveis salariais entre homens e mulheres têm sido outro tópico da luta feminista.

Referências

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. “O que é feminismo?”. In: Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Abril Cultural/ Brasiliense, 1985.

CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura, vol. 2: O poder da identidade. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

GOLDENGERG, Mirian; TOSCANO, Moema. A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1992.

LIPOVETSKY, Gilles. A terceira mulher: permanência e revolução do feminino. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

ANDRÉA B. OSÓRIO

FIFA Entidade máxima do futebol mundial, com sede em Zurique, Suíça. A FIFA (Federação Internacional de Futebol Associado) foi fundada em 21 de maio de 1904. Entre os países fundadores, não contou com a presença da Inglaterra, país inventor do futebol e o primeiro a ter este esporte organizado e com federação própria: a Football Association Ltd. Mesmo sem contar com participação dos ingleses, Robert Guérin, presidente da Federação Francesa, convidou as diversas associações europeias de futebol para fundarem uma entidade internacional, que regulamentasse e organizasse esse esporte em âmbito mundial. Para tanto, contou nesse primeiro momento com os seguintes países: França, Bélgica, Holanda, Espanha, Suíça, Suécia e Dinamarca. A elaboração de seus primeiros estatutos, com Guérin como presidente, deu uma amostra do rigor com que a FIFA controlaria o futebol durante o século XX. As suas principais determinações foram: o reconhecimento mútuo e exclusivo das associações nacionais inscritas; a proibição de jogadores e clubes de disputarem partidas ou campeonatos organizados por outras associações; o reconhecimento das punições impostas pelas federações filiadas, a formulação das regras, tendo por base as elaboradas pela Football Association Ltd, o que demonstrava o grande

prestígio do futebol inglês. Como não era uma instituição com fins lucrativos, a FIFA exigia de seus associados uma taxa anual de 50 francos suíços. Aliás, segundo este estatuto somente a FIFA teria poder para organizar uma competição internacional de futebol. Estas primeiras resoluções tiveram caráter provisório, cujo intuito era atrair a filiação de outros países.

Em 1905, os ingleses filiam-se juntamente com países como Alemanha, Áustria, Itália e Hungria, País de Gales e Irlanda. Neste ano, a FIFA começou a demonstrar os primeiros sinais de força, que ficaram evidentes quando o "English Rambers" – clube inglês – tentou disputar algumas partidas sem autorização da Football Association. Como reação, a FIFA interveio, proibindo qualquer de seus membros a enfrentar esta equipe. Este procedimento tornou os laços entre a associação inglesa e a FIFA mais estreitos. O estreitamento destes laços ficou ainda mais claro em um congresso da instituição em 1906 (tais congressos eram realizados anualmente, segundo os estatutos). Nesse congresso, Robert Guérin desligou-se da presidência e, em seu lugar, foi eleito o inglês Daniel Burley Woolfall, ex-membro do conselho administrativo da Football Association. A principal característica de sua administração foi a implacável luta pela padronização das regras do futebol em âmbito internacional, uma marca que pode ser facilmente reconhecida em todos os congressos realizados sob sua administração. Esta luta acabou dando resultado, pois, ao estabelecer como se devia praticar o futebol no mundo, a FIFA criou uma base sólida para poder traçar as diretrizes de comando do futebol internacional. Além da padronização das regras do jogo, a administração inglesa obteve outros êxitos, tais como: a exclusividade na organização das partidas com fins lucrativos e a publicação do primeiro boletim oficial. Foi também neste período que a FIFA deu seus primeiros passos em direção a uma expansão mundial, com a filiação dos primeiros países não europeus: África do Sul (1910), Argentina (1912), Chile (1912) e EUA (1913). O advento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) não interrompeu por completo as atividades da FIFA, as quais, porém, tiveram um alcance mais limitado. As partidas internacionais continuaram a se realizar em campo neutro, mas os congressos anuais foram interrompidos. Quando finalmente a guerra chegou ao fim, morreu Daniel Burley Woolfall em 1918. A FIFA só não desapareceu por completo graças a Carl Anton Wilhelm Hirschman, que administrou com seus próprios recursos a entidade, mantendo contato com os demais integrantes. Após a morte de Woolfall, cinco presidentes estiveram à frente da FIFA: Jules Rimet (1921-1954), Arthur Drewry (1955-1961), Stanley Rous (1962-1973), João Havelange (1974-1998) e Joseph S. Blatter (1998-). Destes, dois merecem destaque: Jules Rimet e João Havelange.

Ao assumir a presidência da Federação Internacional, Jules Rimet encontrou

apenas 20 federações filiadas. Os ingleses haviam se retirado e países como Brasil e Uruguai nem sonhavam filiar-se. Ao deixar a presidência, o número de países inscritos havia aumentado para 185. Nos 33 anos em que esteve à frente da FIFA, Rimet organizou as primeiras Copas do Mundo, o que viria a se transformar, ao lado das Olimpíadas, na principal atividade desenvolvida pela instituição e fonte de rendimento. O futebol não seria mais o mesmo a partir da saída de Jules Rimet da presidência da FIFA. A realização das Copas do Mundo, das quais ele foi o principal idealizador, viabilizou uma notável ampliação dos poderes e recursos da FIFA. João Havelange partiria desta base e ampliaria o seu potencial: se até a chegada de Havelange a FIFA dependia exclusivamente da venda de ingressos da Copa do Mundo, o novo presidente faria do futebol um produto de massa a ser vendido, consumido e estetizado. Assim, a FIFA passou a funcionar como uma grande multinacional. Os lucros obtidos com o futebol tornaram a FIFA uma das empresas mais rentáveis do mundo. Em seu mandato, Havelange dobrou a quantidade de seleções nas Copas do Mundo, o que proporcionou um aumento espetacular de seus lucros: em 1978 e 1982, as Copas renderam, respectivamente, US$70 milhões e US$82 milhões. Após aumentar o número de seleções de 16 para 24, e depois para 32, houve um aumento para US$1 bilhão. Havelange recebeu amplo apoio de países da África, da Ásia e do Oriente Médio. Também foram fundamentais para a ampliação deste poder empresas como a Coca-Cola e a Adidas, que tiveram seus nomes ligados às Copas do Mundo. Em 1998, Joseph Blatter substituiu João Havelange no comando da Federação Internacional de Futebol. Sob seu comando estavam agrupadas cinco confederações: Confederação Sul-Americana (COMEBOL), Confederação Africana, Confederação Asiática (AFC), União Europeia de Futebol Associado (UEFA), Confederação Norte-Centro Americana e do Caribe (CONCACAF) e Confederação de Futebol da Oceania (OFC).

Referências

YALLOP, David A. Como eles roubaram o jogo. Rio de Janeiro: Record, 1998.
GALEANO, Eduardo. Futebol ao sol e à sombra. Porto Alegre: L&PM, 1995.

ANDRÉ RICARDO MACIEL BOTELHO

FORDISMO Constitui um conjunto de métodos de racionalização do gerenciamento da produção que combinava o taylorismo com uma preocupação especial sobre a garantia da capacidade de consumo dos trabalhadores. Assim, além da racionalização da produção ao modo taylorista, o empresário deveria se preocupar com a viabilização do consumo, o que significaria uma novidade para a concepção liberal, então corrente, de que a “mão invisível do mercado”

naturalmente regularia a oferta e a demanda. Garantir o consumo significaria promover minimamente o bem-estar dos trabalhadores, ou seja, os empresários também deveriam preocupar-se com as condições de vida de seus empregados, como usavam seu tempo livre e qual era o seu grau de instrução. Enfim, uma produção em massa demandava consumidores em massa viáveis tanto do ponto de vista econômico quanto cultural. Esta nova concepção para o gerenciamento da produção capitalista se deve ao empresário norte-americano Henry Ford (1863-1947) que, frente ao capitalismo monopolista e financeiro de início do século XX, percebeu a importância de se cuidar também da capacidade de consumo dos operários, para mantê-la sempre estável ao ritmo da produção em massa. Para tanto, criou em torno de suas empresas bairros operários com escolas e serviços médico-sanitários, chegando mesmo a planejar algumas atividades para a ocupação de seu tempo livre. No entanto, as ideias de Henry Ford não seriam imediatamente difundidas até a Grande Depressão de 1929, quando os problemas sociais típicos da pobreza eram ainda tratados como “caso de polícia”.

As ideias de Ford sobre a necessidade de um melhor gerenciamento da produção, combinado à garantia da capacidade de consumo do trabalhador, foi a base para a concepção do Estado de Bem-Estar Social. Na década de 1930, os princípios ensaiados por Ford em suas empresas seriam praticados em escala maior durante o New Deal e ganhariam a legitimidade acadêmica na teoria econômica de John Maynard Keynes (1883-1946). No entanto, a ideia de que era necessária maior intervenção do Estado na economia, para se evitarem as crises no sistema capitalista, não foi tão facilmente aceita pelos adeptos do que passou a ser chamado ortodoxia liberal. Chegaram até mesmo a acusar Keynes de desvio comunista. A crise econômica da década de 1930 e os efeitos imediatos da reconstrução do pós-Segunda Guerra Mundial apontaram para os riscos de uma economia conduzida aos moldes da ortodoxia liberal e, em face dos riscos de recrudescimento dos movimentos operários de caráter socialista (ou fascistas, como na Itália e na Alemanha no entreguerras), os países capitalistas tiveram de buscar alternativas próprias de autopreservação no contexto de Guerra Fria.

Adotado primeiramente na indústria de automóvel, o fordismo foi amplamente difundido para outros setores da produção, afetando todo o conjunto da sociedade e ajudando a construir um novo paradigma de civilização. Podemos sistematizar alguns princípios básicos da regulação do trabalho no fordismo: o parcelamento da produção em diferentes partes componentes (taylorismo); a adoção de uma linha de montagem mediante uma esteira rolante, ao longo da qual os trabalhadores realizariam a tarefa que lhes foi predeterminada; a padronização das peças e dos modelos, com controle de qualidade ao final da

cadeia de produção; bens produzidos em grandes lotes não personalizados e a baixo preço, nivelando forçosamente a demanda do consumidor, o que pressupunha que devia se manter estável; e, a exemplo do New Deal, a ideia da mão invisível que regulava a economia teve de ceder lugar a um Estado mais intervencionista e promotor do bem-estar social, o que implicava estímulo à produção a partir do aumento da capacidade de consumo da população, seja com melhorias salariais efetivas e fortalecimento dos sindicatos como principais intermediadores dos interesses trabalhistas, seja com a ampliação de uma base fiscal capaz de sustentar a seguridade social, de fornecer crédito e constituir infraestrutura para novos empreendimentos.

A regulação fordista da produção (dentro ou fora do mundo capitalista) criou uma situação comum de estranhamento em relação ao modus vivendi anterior nas populações de diferentes partes do mundo: as relações de trabalho que surgiam nas grandes linhas de produção exigiam uma familiarização do trabalhador com longas horas de trabalho puramente rotinizado, demandando pouco das tradicionais habilidades manuais e deixando o trabalhador com quase nenhum controle sobre projeto, ritmo e organização do trabalho produtivo. Se antes da Segunda Guerra Mundial era possível encontrar focos de resistência a tal forma de regulação do trabalho, depois da guerra a regulação fordista da produção prevaleceu, espalhando-se inclusive para países do Terceiro Mundo devido à transnacionalização de empresas dos países capitalistas centrais ou à nacionalização da economia associada a projetos de substituição de importações. Assim, tanto no Ocidente quanto no Oriente, a legitimação do poder do Estado passou a depender cada vez mais de sua capacidade de levar os benefícios do fordismo a todos e de encontrar meios de oferecer assistência médica, habitação e serviços educacionais adequados em larga escala, mas de modo humano e atencioso.

Nos países capitalistas centrais, muitos governos falharam em alcançar quantitativa e qualitativamente as metas da regulação fordista, mas as críticas que recaíam sobre eles centravam-se muito mais nos fracassos quantitativos. Por sua vez, os países do Terceiro Mundo recém-industrializados pelo efeito da transnacionalização tornaram-se a face mais crua desses fracassos, mas seus governos responderam às críticas de setores sociais organizados com violenta repressão. A justificativa de que haveria um “conluio comunista” por trás das críticas serviu bem aos propósitos de silenciar as vozes que se levantaram contra o establisment. Para os países do Terceiro Mundo, o sonho da modernização foi vendido com promessas de desenvolvimento, emancipação das necessidades e plena integração ao fordismo, mas promoveu na prática um aumento da concentração de renda numa elite nacional de colaboradores, que nada mais fazia

além de refletir em escala local o processo global de concentração de rendas nas mãos de poucas empresas transnacionais. Muitas culturas locais foram sacrificadas em troca de ganhos muito pequenos em termos de padrão de vida e de disponibilidade de serviços públicos, como a saúde e a educação. O modelo fordista de regulação do trabalho entraria em crise a partir da segunda metade da década de 1960.

A crise dos compromissos do Estado fordista foi se intensificando à medida que aumentaram os custos com programas de assistência social, enquanto a rigidez na produção – seja por pressões corporativas dos sindicatos nos países capitalistas centrais, onde definiam em larga escala a representatividade política, seja pelo centralismo burocrático na definição dos planos econômicos nos países socialistas – dificultava a expansão da base fiscal que sustentava todo o sistema. Além das questões de ordem política, a predominância de investimentos em capital fixo de larga escala e longo prazo impossibilitava uma flexibilidade de planejamento e presumia um crescimento estável em mercados invariantes de consumo. Para responder a seus déficits fiscais, os países capitalistas centrais do Ocidente buscaram inicialmente o mecanismo flexível que tinham à mão: a emissão monetária. Tal política de expansão artificial das rendas do Estado a partir da inflação chegou ao seu extremo com a crise do petróleo de 1973. O mundo capitalista se afogava em seus próprios créditos, estimulando uma forte política deflacionária entre 1973 e 1975, o que criou profunda crise fiscal e de legitimação, associada a aumento de desemprego. A falência técnica da cidade de Nova York em 1975 serviu como marco do problema para o mundo. As fábricas pesadas e de equipamentos viram-se com capacidade excedente inutilizável num contexto em que aumentara a concorrência internacional não apenas de novos centros com processos mais flexíveis de produção e gerenciamento – como o Toyotismo no Japão e nos Tigres Asiáticos –, mas também de países do Terceiro Mundo que, a exemplo do Brasil e do México, não ofereciam entraves à entrada de capital estrangeiro nem aumentavam os custos da produção com legislações trabalhistas mais rigorosas, ou com leis de preservação ambiental mais eficazes.

A facilidade da dispersão geográfica das empresas deu um poder maior de barganha aos empresários em relação às organizações sindicais dos países centrais, sendo possível afirmar que foi o próprio crescimento e a expansão do fordismo para os países periféricos que minaram as bases de sua sustentação política nos países centrais. No entanto, tal processo não pode ser entendido, se não considerarmos o intenso desenvolvimento das tecnologias de transporte e comunicação, a automação e a informatização, que possibilitaram agilidade no controle de fluxos de informação à longa distância em tempo real, fazendo com

que a dispersão geográfica de partes componentes da produção e do gerenciamento, antes concentradas verticalmente no espaço físico de uma fábrica, tornasse o custo do processo produtivo socialmente menor. A criação de conjuntos industriais novos (alguns de tecnologia de ponta) em áreas ou regiões até então carentes de tradições industriais fizera com que migrassem para os países centrais seus padrões regressivos de relações de trabalho, particularmente facilitado pelo fechamento de tradicionais centros fabris, pelo aumento do desemprego e pela ampliação do setor de serviços. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucros nos limites da regulação fordista da produção e consumo, os empresários souberam tirar proveito do enfraquecimento do poder sindical e do excedente de mão de obra para impor regimes de contratação de trabalho mais flexíveis, aumentando a subcontratação, o uso de autônomos e os contratos temporários.

Ao final do século XX, observamos uma correspondência direta entre a retração do poder sindical pautado na regulação fordista da produção e a flexibilização da economia capitalista, cuja consequência social marcante foi o “desemprego estrutural”, contrastando com as ideias de “pleno emprego” e de “exército de reserva de trabalho”, marcas típicas do fordismo que supunham – como foi com a reestruturação econômica dos EUA por Roosevelt (1882-1945) depois da crise de 1929 – que o desemprego fosse algo temporário. As relações de produção do final do século XX mudariam mais uma vez os sentimentos em relação à pobreza por parte da elite econômica: da mesma maneira que antes da concepção do Estado de Bem-Estar Social, a pobreza voltou a ser um “caso de polícia”, tendeu a ser fortemente criminalizada.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

FRIDMAN, Luís Carlos. Vertigens pós-modernas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1993.

KUMAR, Krishan. Da sociedade pós-industrial à sociedade pós-moderna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Mutações do mundo do trabalho. Rio de Janeiro: SENAC, 1999.

FOTOGRAFIA E HISTÓRIA Ao final do século XX, as pessoas em geral viviam tão imersas no universo das imagens analógicas e digitais, que não surpreende o fato de poucas se deterem para refletir em que grau esta imersão interferia em seus hábitos de percepção de outras formas de imagens. Olhar uma pintura ou uma alegoria numa página de revista ou jornal não era igual ou tinha

os mesmos efeitos para um público ainda não habituado à fotografia ou a imagens televisuais. Até mesmo a nossa forma de sonhar é afetada por um hábito imagético específico. No entanto, tal hábito tem tempo e espaço específicos: a fotografia foi inventada em 1836 e só passou a se difundir mais amplamente – tornar-se mais familiar – ao final da década de 1890.

Em duas áreas centrais, a fotografia passou a ser usada por especialistas do século XIX: a medicina e a arte militar. Para contrastarmos os efeitos da evolução de tal uso dos princípios fotográficos na medicina, basta pensarmos em seu desdobramento mais moderno, a ressonância magnética, em que a imagem construída passa a fazer parte dos instrumentos de diagnóstico dos médicos, torna-se uma intermediária abstrata que afasta o corpo do médico do corpo de seu paciente. Os princípios fotográficos possibilitaram, pois, o surgimento de uma prática médica do olhar a contrastar com uma prática médica tátil – o corpo como única prova real de um diagnóstico – e com uma prática médica descritiva, ou seja, aquela em que aprender uma doença e seus sintomas equivalia a ler uma descrição. Para a logística militar, a fotografia abriu a possibilidade de se fixarem pontos de observação que permitissem estabelecer sequências comparativas entre si, tal como na medicina. A ideia de conservar uma observação é a chave principal para a discussão a respeito dos usos possíveis da fotografia na história.

A fotografia guarda as ambiguidades de sua própria condição de produção e recepção: ela envolve a intenção de conteúdo de quem a produz e a escolha da forma expressiva mais adequada para representá-lo. No entanto, a intenção de conteúdo negocia com os constrangimentos às formas expressivas específicos da materialidade da fotografia. Nesse sentido, toda fotografia está sujeita a retoques, não é neutra e nem fala por si: por um lado, a intenção expressiva do fotógrafo propõe um caminho de recepção para seu conteúdo e, com isso, nada mais faz do que criar certo conteúdo; por outro lado, a intenção expressiva do fotógrafo também pressupõe um efeito emocional específico que se pretende alcançar em dado contexto, mas não há como controlar todos os seus efeitos, depois que a fotografia entra na cadeia de comunicação. Portanto, o conteúdo de uma foto sempre ultrapassa a intenção de conteúdo do fotógrafo. Por isso, quando a fotografia for usada como fonte histórica, um trabalho prévio de crítica será sempre necessário: deve-se ter clareza da intenção expressiva e do conteúdo intencionado, podendo-se combinar os dois aspectos durante a análise ou, ciente dos mesmos, centrar-se em questões que não faziam parte do plano intencional do fotógrafo. Todos esses aspectos têm um ponto em comum no que diz respeito à pesquisa histórica: as fotografias só se tornam visíveis porque uma pergunta passou a lançar luz sobre elas, e não será possível o seu uso na história sem que

tenham qualquer menção de data, local ou autor, ou seja, a imagem depende de alguma forma da referência escrita que a identifique.

Quando observamos arquivos particulares, públicos e pessoais de imagens é importante ter em mente que há momentos na fotografia e momentos de fotografia. Estes últimos significam uma escolha mais ou menos ritualizada do que se considera que seja oportuno registrar – e, portanto, o que também se silencia ao fazê-lo. Tal regra vale tanto para os registros da intimidade de uma família quanto para os registros de chefes de Estado. No entanto, depois de se perguntar por que este ou aquele momento foi "digno de registro", passa-se para perguntas ligadas ao momento na fotografia: o que está sendo registrado forma uma sequência com outros momentos de fotografia? O tempo e o lugar dos eventos registrados são os mesmos? Se a ocasião é semelhante a outras pela paridade dos rituais, é possível perceber comportamentos, enquadramentos ou poses estereotipados, ou algo que escape dos mesmos? Uma dada sequência foi feita ou proposta pelo/ao fotógrafo, ou foi um rearranjo posterior (arquivístico de família ou de outra instituição)? Sendo este o caso, as fotos são de um mesmo fotógrafo, ou é possível identificar uma sugestão temática que surja a partir da formação de uma sequência elaborada com fotos de vários fotógrafos? Quem faz a sequência segue alguma intenção expressiva encomendada por instâncias de autoridades (privada ou pública)? Tudo isso demonstra que se deve ter bem clara uma distinção: as sequências de fotografias produzidas por dada autoridade de acordo com determinada intenção de conteúdo não devem ser confundidas com as sequências produzidas pelas questões de pesquisa do historiador, que pode ou não estar levando em conta a intenção expressiva original – quando é possível identificá-la.

Um exemplo pode facilitar a compreensão. Nos arquivos fotográficos do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo, há sequências de fotos feitas pela instituição que visavam promover uma imagem específica de Getúlio Vargas. Várias formas expressivas foram elaboradas, cujo conteúdo era o estadista em vários eventos sociais previamente agendados e nos quais aparecia cercado por multidões. No entanto, isso não impede que, malgrado a intenção expressiva original – a promoção da figura do "pai dos pobres", como identificou Sabrina E. Medeiros –, esta não seja o objeto principal para outro historiador, que pode simplesmente estar fazendo outras perguntas às fotos, uma vez que seja possível situá-las adequadamente no espaço e no tempo, por exemplo: qual era a moda na época quanto a penteados masculinos ou femininos em determinados agrupamentos sociais? Como eram as casas em tal rua ou cidade neste momento? Por mais que se pudesse descer a minúcias em descrições verbais a partir de diários ou jornais de época, o registro imagético

analógico supera tal forma de descrição no que diz respeito à moda, aparência física e arquitetura.

Como qualquer outra fonte, um registro fotográfico nunca fala por si: vemos nele o que desejamos ver, ou aquilo que tiveram a intenção que víssemos. No entanto, conforme a maneira de provocar a atenção e os seus impactos nos meios de comunicação em dado contexto, muitos desses registros podem funcionar como ideias-força, tornando-se "imagens canônicas" – um registro tão forte ou "típico" que pode chegar a substituir o evento a que se reportava originalmente, ou mesmo servir como modelo expressivo a enquadrar previamente outros eventos, estereotipando-os desde o momento do clique fotográfico. É digno de nota que uma foto que circulou o mundo a representar a violência da Guerra Civil Espanhola (1936-1939) seja na verdade um registro originalmente jocoso: o soldado fotografado por Robert Capa (1913-1954) que aparece caindo de braços abertos – como se tivesse levado um tiro à queima-roupa – estava, na verdade, escorregando na lama. Logicamente, com a sua noção de imagem-ação, Capa sabia os impactos possíveis ao conservar aquela observação/cena num momento em que a guerra figurava nos principais meios de comunicação do mundo.

Um ponto final a ser levado em consideração sobre as fotografias é a reação emocional de quem faz as imagens, visto que compô-las significa em certa medida apoderar-se da presença daquele(s) ou daquilo que é retratado. A lente que conserva uma observação já é norteada por constrangimentos, sejam estes mais explícitos ou habituais, de forma que a foto também expressa uma visão de mundo ou algum tipo de programação social. Além disso, fazer uma foto é engajar-se num projeto mais ou menos consciente de poder – se entendermos por tal a capacidade de delimitar o campo de ação do outro (neste caso, refiro-me tanto ao ser ou objeto fotografado quanto ao receptor presumido) –, basta imaginarmos os constrangimentos pelos quais uma criança passa para ser fotografada ou, em outro plano, os impactos possíveis de uma foto flagrando um congressista dormindo na câmara dos deputados durante a votação de uma demanda qualquer de governo. Uma foto desse tipo poderia provocar nos outros congressistas uma atenção maior às suas atividades no congresso para não passarem pelo mesmo constrangimento de seu colega.

Referências

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. "História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema". In: Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 375-417.

JOLY, Martine. Introdução à análise da imagem. São Paulo: Papirus, 1996.

MEDEIROS, Sabrina Evangelista. "O Estado Novo: O Mito do Pai dos Pobres". In: História e Imagem. Rio de Janeiro: PPGHIS/TEMPO-UFRJ, 1998. p. 349-355.

SORLIN, Pierre. “Indispensáveis e Enganosas: as imagens, testemunhas da história”. In: Estudos Históricos, vol. 7. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1994(13): p. 81-95.

FOTOGRAFIA Uma das características do século XX foi o crescente acesso do indivíduo leigo em artes e no manuseio de pincéis à produção e posse de imagens: abriu-se a possibilidade em grande escala de preservar um passado, um ente querido, de recordar momentos vividos e admirados, de constatar um momento social ou longínquos hábitos e costumes, de denunciar um ato arbitrário, de representar e apresentar, no sentido comercial, um produto ou um avanço da ciência, de detalhar uma parcela do cosmos e do corpo humano. Se assistimos, durante o século XIX, à pintura se libertando da representação cotidiana do ser humano, fugindo da convivência do castelo, dos padres e dos condes, a fotografia no século XX transformou todo e qualquer indivíduo num criador, num “fazedor” de imagens, difundindo o sentimento de que durante uma ínfima fração de segundo qualquer um poderia ser artista no amplo sentido da palavra. Assim, com um pequeno rolo de filme sensível à luz e revelado em menos de uma hora, muitos indivíduos puderam fazer o seu recorte da realidade, emoldurar e construir o seu álbum ou arquivo, preservar socialmente parcelas de sentimentos e impressões de um mundo individual, familiar ou coletivo.

A análise histórica da fotografia atual não pode ser dissociada da ideia da miniaturização, da leveza e da relativa simplicidade do equipamento fotográfico. Assim como o Ford T deu início à verdadeira indústria moderna com a ideia da linha de montagem, ou as rotativas permitiram a aceleração da produção de jornais e periódicos, a máquina fotográfica Leica (Leitz Weztlar) iniciou uma nova era na fotografia, provocando mudanças radicais na arte e na maneira de fotografar, ganhando a velocidade das ruas na busca do instantâneo. Ao perder o peso e o tripé, a máquina fotográfica permitiu ao fotógrafo uma margem maior de movimento e manipulação rápida, transformando-se numa verdadeira caneta de imagens com poder de contar uma história, narrar um acontecimento e resguardar um momento. Simples e silenciosa, a Leica era capaz de fazer escorregar o olhar, fugir da imagem fixa para resguardar pequenos instantes de grandes momentos. Assim, imaginamos que não teríamos Robert Capa (1913-1954), que concretizou a invenção do correspondente de guerra e a noção da imagem-ação; ou Don McCullin (1935-) e a imagem-choque; ou Eugene Smith (1918-1978) e a imagem-denúncia, íntegra e participativa; ou André Kertèsz (1894-1985) e a invenção do instantâneo de rua; ou William Klein (1928-) e a diminuição constante da distância fotógrafo-objeto; ou Robert Frank (1924-)

com o seu enquadramento rigoroso e o respeito pela pauta; ou ainda a alegria de Elliot Erwitt (1928-), que transformou o detalhe normalmente cômico no ponto central da ação.

Na década de 1920, o filósofo Walter Benjamin (1892-1940), em seu ensaio A Obra de Arte na Era de sua Reprodutividade, afirma que a obra de arte é única, composta de um único exemplar, enquanto a fotografia, capaz de ser reproduzida um número infinito de vezes, não pode ser considerada arte, embora pudesse ser um meio de popularização da arte. O movimento surrealista, longe da discussão de ser ou não a fotografia uma arte, transforma-a num elemento de criação; seria um suporte como o tecido de uma tela de um ato criativo. A fotografia "Violon d'Ingres" de Man Ray (1890-1976) e o dorso nu da dançarina Kiki de Montparnasse transformado num violoncelo representam essa época. Nascido na Filadélfia em 1890, radicado em Paris a partir de 1921, membro do grupo Dada, Man Ray participa da evolução e da criação do grupo surrealista. A fotografia não seria a mesma sem os seus experimentos e invenções, tais como: a fotografia sem câmera, a "rayogravura", ou a impressão por contato no papel fotográfico sensível; a captura do "silêncio interior" na confecção do retrato; a moda como uma escultura viva impressa fotograficamente e a intervenção para transformar e produzir algo totalmente diferente do original fotográfico.

Na segunda metade do século XX, a máquina fotográfica transformou-se num item básico de consumo, como qualquer eletrodoméstico. Possuir uma máquina (de retrato) para registrar as grandes datas da família torna-se uma obrigação familiar. Paralelamente a essa banalidade, assistiremos à procura cada vez maior pela imagem fotográfica, como uma necessidade vital e indispensável, seja de um fato acontecido ou de um produto de consumo, um momento social ou uma informação cultural. Dois fatores são importantes para compreendermos esse novo mundo composto, produzido e movido por imagens: a Segunda Guerra Mundial e a reconstrução do Japão no pós-guerra. Como a guerra envolveu praticamente todos os continentes, inovando e utilizando recursos tecnológicos nunca pensados, como a estrutura do átomo ou as imagens por rádio ao término do conflito, tornou-se impossível manter o hábito de somente escutar a notícia: ela deveria ser também vista e contada sob forma de reportagem fotográfica.

Portanto, assistiremos sentados em nossa sala de estar a uma verdadeira invasão de imagens pelos jornais, tabloides e revistas sobre fatos, acontecimentos e a vida cotidiana; assim como os mistérios da natureza, da ciência e os detalhes dos esportes, os escândalos e a vida idealizada ou atribulada dos artistas; ou ainda os produtos de consumo por meio dos panfletos na nossa caixa de correio ou como parte imprescindível nas publicações, não sendo mais desenhados, mas representados fotograficamente como um alimento de nossos desejos e ilusões.

Sobre esse novo “mundo das revistas”, destacaremos três fotógrafos.
Endre Friedmann ou Robert Capa, nascido em Budapest em 1913, que atuou quando jovem como laboratorista na primeira agência de produção e venda de fotografias, a Dephot, fundada por Erich Salomon (1896-1944). Durante a Guerra Civil Espanhola, em 1937, realizou a sua imagem-símbolo, capturada no instante preciso da “morte” de um soldado republicano. Desenvolve, a partir de então, seja na China em 1938, no desembarque no Dia D em 1944, ou na Ásia, até a sua morte na Indochina francesa em 1954, um sistema simples de procura do instante, a ideia da imagem-ação, de se aproximar sempre do fato para estar no meio da ação, sem medo da improvisação ou dos pequenos defeitos no enquadramento e na definição da imagem.
Arthur H. Fellig, ou simplesmente Weegee (1899-1968), é um personagem da noite nova-iorquina, saído de um romance policial. Esperto e rápido, instala um rádio-escuta da polícia e um laboratório fotográfico dentro do seu automóvel. Assim, antes da chegada da imprensa ou até mesmo da polícia, Weegee já estava no editor do jornal vendendo o seu trabalho: são imagens noturnas, algumas vezes violentas, ocorrências policiais, um mergulho no submundo pobre e rico de Nova York. Sem dúvida, devemos a ele a ideia básica da fotografia de tabloide, de linguagem simples e direta, de choque e pura emoção, que até hoje é produzida e renasce a cada dia na figura recente dos paparazzi.
Richard Avedon (1923-2004), fotógrafo exclusivo da revista Harper’s Bazaar em 1944 e da revista Vogue a partir de 1965, introduz na fotografia de moda e nos retratos de celebridades a noção de “verdade”, criando situações de vida em lugares públicos, uma sensação de fotojornalismo ou de imagens ao vivo com movimentos espontâneos para os seus modelos. Inova nos ângulos de visão e na técnica de iluminação, acentuando os traços de seus personagens e as deformações das lentes grandes angulares.
Tendo como base a cópia do produto e redescobrindo novos caminhos a partir da tradicional “cadeia Ford de montagem”, o Japão irá simplificar, popularizar e tornar acessível a máquina fotográfica, fazendo dela um item obrigatório de consumo familiar mesmo para as camadas mais pobres da população. Com o Japão, a máquina fotográfica irá incorporar o fotômetro (o instrumento que mede a intensidade de luz) e a visão reflex (ver por intermédio da lente), adicionará os plásticos nas partes mecânicas e abolirá os cristais com a descoberta das resinas sintéticas que possibilitaram o surgimento das câmeras autofocus. Será na questão qualidade/preço que residirá a sua proposta inicial: produzir muito e de maneira simples para vender barato.
No último quarto do século XX, a fotografia se lança numa nova aventura e transformação. Com a invasão domiciliar do videoteipe na televisão e das

transmissões ao vivo, ela não mais “conta” a notícia, obrigação da televisão, mas revela um detalhe ou o drama contido nos fatos. A televisão ao vivo, via satélite, encerra o ciclo das grandes revistas hebdomadárias de imagens e reportagens, mas ao mesmo tempo será incapaz de fixar, de deixar uma lembrança viva desse fato, devido à avalanche cotidiana de imagens que impõe ao telespectador.

Impulsionada pela digitalização dos dados contidos no negativo fotográfico, pela numerização dos pigmentos colorizados e sensíveis à luz, pela velocidade cada vez maior e individual na busca da informação e, finalmente, pelo recurso do microcomputador, a fotografia foi lançada num processo de diferenciação quanto ao seu uso: a fotografia de informação coletiva e/ou familiar, e a fotografia como consulta histórica, antropológica e social. Se, por um lado, a fotografia começa a adquirir a noção de ser algo descartável e reciclável, presa dentro de um computador e eliminável para liberar espaço de memória para uma nova imagem; por outro lado, a fotografia dita “tradicional”, à base dos antigos sais de prata sensíveis à luz, ganha espaço ampliado como fonte de consulta e como documento histórico, antropológico e social. Daí, a criação de centros de referência e de estudos em universidades; o aumento de bolsas, prêmios e financiamentos em institutos, organizações e fundações voltadas especificamente para a ampliação das coleções privadas e dos grandes museus; assim como a constância de exposições de fotografias antigas e o número crescente de editoras especializadas em sua publicação. Trata-se de uma diferenciação que, como o choque provocado pelo movimento surrealista, liberta a fotografia de ser uma suposta cópia do real, de ser capaz somente de reproduzir fatos sociais e familiares, de estar presa ao passado, para se tornar definitivamente uma reflexão sobre o real, sobre a vida presente.

Referências

BARTHES, Roland. A câmera clara. Edição Brasil.
BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutividade. Edição Brasil.
BRAUNE, Fernando. O surrealismo e a estática fotográfica. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2000.
GURAN, Milton. Linguagem fotográfica e informação. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

FRONTEIRA E IMPERIALISMO NOS ESTADOS UNIDOS A simbologia em torno da ideia de Fronteira exerceu papel significativo nas representações da expansão territorial norte-americana e em sua política externa a partir do final do século XIX. Um dos mitos fundadores da nação norte-americana foi a Doutrina Monroe, que desde o início do século expressava o repúdio à interferência europeia nas Américas, baseada na excepcionalidade das instituições e história

americanas. O crescente papel dos EUA como potência expansionista trazia à tona difíceis contradições. O mesmo pode ser dito da complicada relação entre uma comunidade nacional fundada na promessa de “oportunidades” para todos, que exercia sistematicamente a segregação e o extermínio de não brancos. Em sua narrativa da conquista do Oeste, Theodore Roosevelt colocou a guerra entre raças como motor das sociedades. A disposição para o combate e a virilidade eram garantias da saúde de uma nação. Nesse sentido, a luta de conquista e extermínio contra os índios peles-vermelhas fora o grande dínamo do empreendimento americano. Na verdade, seria apenas mais um exemplo de uma lei universal pela qual somente as raças de mesma sensibilidade e com o mesmo nível de civilização poderiam conviver pacificamente. Nessa concepção, o encontro da civilização com a barbárie gera luta de morte inevitável, com o necessário triunfo da raça mais adiantada. O fim da Fronteira, porém, estaria colocando o dinamismo americano em risco, além do fato de que as novas elites industriais demonstravam pouca disposição para a aventura.

Na década de 1890, os primeiros passos foram dados para a articulação da nova identidade americana pós-Fronteira. Os setores políticos mais atentos ao movimento expansionista das potências europeias cobravam a participação dos EUA nas disputas entre as grandes nações, utilizando profecias malthusianas sobre a carência de terra para alimentar uma explosão populacional e defendendo a restrição imigratória (ambas questionadas por anti-imperialistas). O século XIX teria sido pacífico, enquanto foi um resquício de um mundo com terra abundante. Agora, a diminuição de terras virgens prenunciava um catastrófico “mundo fechado”. A guerra contra a Espanha pela independência de Cuba e das Filipinas (1898) representou um momento de afirmação dos grupos belicistas liderados por Roosevelt. Roosevelt organizou um esquadrão de combatentes, os Rough Riders, para lutar em Cuba, cuja meticulosa composição absorvia os principais mitos da Fronteira: miscigenação excluindo os negros; homens acostumados a viver na fazenda e na planície, com a pele queimada pelo sol; porte físico e expressões desafiadoras. O novo soldado americano da Fronteira internacional era um típico homem do ermo (backwoodsman). A imprensa americana, que acompanhou intensamente a guerra, representava os espanhóis como típicos selvagens da Fronteira: uso de táticas de guerrilha traiçoeiras; campos de prisioneiros pintados como “paliçadas”; violência contra a população civil no estilo dos ataques contra povoados do Oeste. Os mesmos quadros foram usados quando explodiu, nas Filipinas, a revolta de Aguinaldo (um aliado inicial) contra o controle americano. Este cenário era perfeitamente coerente com a afirmação de Roosevelt de que a expansão imperial americana era a continuação necessária da conquista do Oeste.

A interpretação de Roosevelt desses acontecimentos, porém, alterou significativos aspectos da tese da Fronteira desenvolvida na mesma época por Frederick Jackson Turner, visando legitimar os mecanismos de expansão utilizados. Originalmente, a tese de Turner considerava a Fronteira uma experiência democratizante, fruto do espírito peregrino de todas as classes sociais americanas e marcada pelo autonomismo individualista. Na concepção de Roosevelt, tal experiência só foi possível porque os colonizadores eram membros de uma cultura política evoluída e civilizada. Somente os mais preparados podiam enfrentar as condições da wilderness (as terras intocadas pela civilização) e cultivá-la, motivo pelo qual os negros, com a rara exceção daqueles que se mostraram decididos o suficiente para realizar o ideal do self-made man, não eram parte da mistura (melting-pot) de raças da Fronteira. Nas condições mais difíceis ainda da Fronteira internacional, o número dos habilitados era naturalmente menor. Isso indicava que a expansão internacional não deveria ser um movimento de massas, como a do Oeste, e, sim, uma operação de elites, as mesmas novas elites que os campos de caça e os batalhões Rough Riders estavam treinando. Essa nova elite incorporava a virilidade e o senso prático do homem da Fronteira, acrescentado com preparo técnico e administrativo, para a criação do novo império. Estava implícito nesta verticalização que o democratismo imperante na Fronteira interna teria de ser ocasionalmente limitado por necessidades pragmáticas na externa.

A política externa americana atravessou a primeira metade do século XX envolvida em debates sobre o não intervencionismo nas guerras mundiais e sobre seu papel histórico como adversária do imperialismo europeu. O pós-Segunda Guerra Mundial, porém, significou a afirmação do papel americano como potência mundial. A eleição de John F. Kennedy para a presidência, em 1960, teve como bandeira a abertura de uma “Nova Fronteira”. Kennedy absorveu em sua campanha presidencial uma menção ao Velho Oeste que era mais característica da retórica dos republicanos. Mas o fez por um viés que atualizou imagens rooseveltianas para o contexto dos EUA como superpotência. Os EUA deveriam, nesta atualização, utilizar plenamente seus infindáveis recursos de economia de abundância para agir mais decisivamente no combate ao comunismo em expansão. A Nova Fronteira apresentava um novo sentido para a tradicional ideia de abundância, não mais de território e terra livre, mas de infinitas possibilidades de crescimento oferecidas por uma economia plenamente modernizada. A conquista desse potencial após a guerra foi apresentada como uma prova de que os EUA continuavam uma nação excepcional e que seu modelo de organização, o consenso liberal modernizador, continuava mantendo-a como parâmetro a ser seguido pelas nações emergentes. A teleologia do Oeste

é atualizada pela da Modernização. Nesse sentido, a chegada do homem à Lua (1969) era um triunfo do modelo americano na última Fronteira, mas expresso como uma conquista da humanidade, fechada em consenso em torno da ideia de progresso e desenvolvimento tecnológico ilimitado.

A Guerra do Vietnã trará de volta as imagens da luta contra a barbárie, em que o Terceiro Mundo é o novo Oeste Selvagem, onde os valores e homens americanos serão colocados à prova. Mas a guerra contrainsurrecional seguirá a versão rooseveltiana de administração técnica com espírito missionário. A cobertura da imprensa e os comentários militares sobre a "guerra irregular" dos Vietcongues recuperam as imagens da "guerra selvagem". A "paliçada" foi usada para caracterizar a técnica vietcongue de reunir os camponeses para isolá-los da influência americana. Os ataques de surpresa dos guerrilheiros, como os da Ofensiva do Tet (1968), eram descritos com imagens de fortes e cavalarias cercados. O Terceiro Mundo – selvas, rios caudalosos, desertos – era a nova wilderness que a civilização precisava cultivar.

A principal consequência da identificação dessas regiões como um mundo pré-civilizado foi a pressuposição da ausência de cultura política nos nativos. O individualismo democrático era tomado como matriz do político e critério de seleção para os povos ou indivíduos passíveis de diálogo. Na luta entre civilização e barbárie, a tutela ou o extermínio dos povos incultivados seriam os únicos caminhos. Porém, nos regimes liberais de Kennedy e Lyndon Johnson, que propunham uma reforma das relações raciais dentro dos EUA, o extermínio de raças inferiores não era viável. Os técnicos da Casa Branca deveriam planejar a reorganização racional das sociedades caóticas do Terceiro Mundo. Com isso, retomavam uma das teses clássicas sobre o caráter americano: o talento das raças de língua inglesa para a administração, que as teria tornado grandes organizadoras de impérios. A crença na necessidade de tutela dos povos politicamente atrasados levou ao crescimento da escalada intervencionista na guerra, por causa da desconfiança de que o governo aliado do Vietnã do Sul não estivesse habilitado para ter sucesso na contenção insurrecional. O mesmo desprezo pela capacidade de organização dos "selvagens" minimizou uma avaliação realista da capacidade de resistência guerrilheira e superestimou o impacto da superioridade tecnológica militar americana, com os trágicos resultados conhecidos.

Referências

GERSTLE, Gary. "Theodore Roosevelt and the Divided Character of American Nationalism". In: The Journal of American History, vol. 86, n. 3, dezembro 1999, p. 1280-1307.

ROOSEVELT, Theodore. The Winning of the West (a modern abridgement with introduction by Christopher Lasch). Nova York: Fawcett Publications, 1964.

SLOTKIN, Richard. Gunfighter Nation. The Myth of the Frontier in Twentieth-Century America. Nova

York: Harper Perennial, 1993.
WROBEL, David M. The End of American Exceptionalism. Frontier Anxiety from the Old West to the New Deal. Lawrence: University Press of Kansas, 1993.

FÁBIO MURUCI DOS SANTOS

FRONTEIRA NOS ESTADOS UNIDOS, MITO DA A ideia de uma "Fronteira" como experiência histórica criadora do caráter nacional americano já havia recebido várias versões no início do século XX. No período colonial, a vinda para a América foi representada como busca da nova terra da promissão. O novo continente aparecia, no imaginário puritano, como o jardim, uma promessa de abundância se fosse cultivado pelo trabalho árduo e pela disciplina e retidão moral. No século XIX, diversas representações de cunho romântico ressaltaram a abundância territorial e a disponibilidade de terra, a free land, como um presente divino a ser ocupado pelo povo mais empreendedor e moral. O gigantismo das florestas e montanhas realçava a solidão do homem, a pureza da paisagem anterior ao pecado original e o desejo de integração do espírito com o universo. Esses sentimentos de busca religiosa ou transcendental pela natureza, onde Deus deixava seus sinais mais evidentes, apareciam unidos com a crença de que os norte-americanos representavam o elemento civilizador daquelas terras bárbaras. Tais imagens alimentaram o discurso do "Destino Manifesto", pelo qual a colonização do Oeste se apresentava como inescapável missão para que os americanos completassem sua epopeia em direção à nova terra prometida. Esse imaginário foi fundamental para mobilizar os espíritos para a guerra contra o México pela posse dos territórios de fronteira (1846-1848), assim como para a longa luta contra as tribos indígenas das planícies.

Todo esse secular arcabouço de representações missionárias era fortalecido pela cultura "agrarianista" de republicanos líderes da independência americana, particularmente Thomas Jefferson, que viam a abundância de terra não cultivada e selvagem, a wilderness, como fonte dos traços americanos peculiares, particularmente o individualismo democrático de agricultores que tinham de fazer a si mesmos no ambiente hostil, fazendeiros autonomistas e autoconfiantes, adversários da intervenção governamental e dos especuladores improdutivos. A promessa americana era a de que o "jardim" evitaria a necessidade das classes e da desigualdade que dividiam os homens na Europa. A industrialização e a urbanização posteriores à Guerra de Secessão (1861-1865), porém, colocaram difíceis questões sobre o lugar das utopias agrárias republicanas na nova sociedade, questões que atravessaram todo o século XX. A América industrializada negava muitos dos sonhos jeffersonianos de uma arcádia agrária,

ordenada, individualista, democrática, formada por homens cultivados. O processo de proletarização rápido e maciço da década de 1890 e a crescente concentração de renda pelos magnatas da grande indústria, como Andrew Carnegie e John Rockfeller, causaram conflitos sociais de diversos tipos. A onda de imigrantes europeus e asiáticos na virada do século trouxe preocupações com relação à homogeneidade racial do país. Este quadro de crise coincidiu com o reconhecimento governamental de que as fronteiras nacionais estavam definitivamente consolidadas e de que não havia mais significativo movimento de colonização no Oeste (o que não era totalmente verdade). O século XIX terminou com a crise do ideal da Fronteira.

As duas respostas mais influentes que tentaram recuperar o significado da Fronteira para o caráter americano foram as do historiador Frederick Jackson Turner e a do escritor, militar e Presidente Theodore Roosevelt. Em sua conferência de 1893, O significado da fronteira na história americana, Turner, nascido no Meio-Oeste, defendeu que a Fronteira era a chave da explicação histórica das instituições e valores americanos. Confrontando a escola historiográfica conhecida como germ theory, afirmou que a sociedade americana não era apenas uma ramificação do tronco racial anglo-saxão, ou teutônico, cujas instituições teriam origem medieval, e, sim, uma experiência nova e única de organização. Para Turner, o Oeste impunha, aos que nele quisessem sobreviver, o desenvolvimento de novos padrões de inventividade e individualismo. O típico frontiersman era um mestre na adaptação ao ambiente, desenvolvendo grande habilidade para soluções práticas e acuidade para resolver as situações desafiadoras colocadas por um ambiente em permanente mutação. Por contar exclusivamente consigo mesmo, resistia, às vezes chegando à histeria, contra intervenções governamentais ou tutelas de qualquer espécie. Assim, diferente do camponês europeu, era avesso ao senhorialismo e progressista nas técnicas e modos de organização social. O preço por essas habilidades práticas seria alguma perda de refinamento cultural e talento artístico, compensada, porém, pelos ganhos no setor considerado o mais importante da vida social, a política. Contra as teorias racialistas, Turner defendeu uma perspectiva “ambientalista” como chave para o “excepcionalismo” americano. Seu artigo termina expressando a preocupação de que o fim da Fronteira significasse uma ameaça à democracia americana.

Roosevelt expressou os mesmos temores, com respostas diferentes. Originário da alta sociedade do Leste, voltou suas críticas para o comportamento da elite de sua época, formada, a seu ver, por barões do alto capital que teriam trocado o sentido de missão tradicional das elites americanas pelo modo de vida materialista e excessivamente refinado da América “civilizada”. A futilidade

urbana seria característica dos povos satisfeitos com seu progresso e, por isso, decadentes, a exemplo do Império Romano. Convicto defensor de ideias darwinistas, insistia que somente povos viris, masculinos e energéticos no seu modo de viver poderiam sobreviver na luta pela vida. Um dos exemplos de decadência seria o desinteresse das mulheres americanas das cidades em ter muitos filhos, o que denominava como “suicídio racial”. Como exemplo inverso, Roosevelt apresentou fotos de sua numerosa família em revistas populares. Usou a si mesmo como exemplo de virilidade ao viver longos períodos em ranchos, levando uma vida de autêntico frontiersman, e participando de expedições exploratórias arriscadas na África e no interior do Brasil, com o Marechal Rondon (1913-1914). Incentivou a criação em todo o país de clubes de caça para que membros da elite aprimorassem suas habilidades darwinistas, buscando preservar os valores americanos pela recuperação imaginária da experiência da Fronteira.

Essas ideias alcançaram grande difusão popular no início do século XX, resultando em um revival de interesse pela vida nos limites da civilização no público urbano. O descontentamento com a massificação, o monopolismo e a presença de imigrantes nas cidades trouxe simpatia por personagens até então desprezadas: o ermo; a floresta; o índio. Os tradicionais inimigos do colonizador passam a representar as reservas de um modo de vida bucólico, autêntico e espiritualizado. Essa existência é representada pelo contato com a wilderness propiciado pelos parques nacionais, como Yosemite, Yellowstone e Adirondack. Ideias trancendentalistas sobre o contato com o Espírito Divino no bosque são apropriadas pelos defensores da política de preservação dos parques nacionais, como John Muir, alcançando enorme popularidade. Organizações de escoteiros, como os “The Boy Scouts”, alcançam níveis de organização de massa e livros de história natural se transformam em best-sellers. Entrou em moda a publicidade em torno dos “homens selvagens”, aventureiros (honestos ou não) que passam longos períodos nas florestas contando apenas com seus próprios corpos e demonstrando uma nova concepção darwinista pela qual o homem só comprova sua real capacidade para o progresso e superioridade sobre os animais, quando sobrevive sem os apetrechos e tecnologias da civilização. É o momento do enorme sucesso de Tarzan dos Gorilas, de Edgar Rice Burroughs (1914). Burroughs foi leitor de Roosevelt e de teóricos do arianismo e adepto do darwinismo social. Em seus romances de fantasia, explorou o tema da guerra final entre as raças, utilizando cenários de ficção científica para dramatizar os lemas utilizados por defensores da eugenia e da restrição imigratória que admirava. Seus cavaleiros espaciais reuniam valores e habilidades típicos da Fronteira. Outro sucesso foram os romances de Jack London, como O lobo do

mar, onde homens encontram sua selvageria particular na luta contra catástrofes naturais. Junto com a nova voga de novelas e filmes western, essas obras familiarizaram o grande público com a ideia de que a Fronteira não se limita ao Velho Oeste, podendo estar em qualquer ambiente em que os valores do individualismo, da virilidade das raças fortes e da luta da civilização contra a selvageria estejam presentes.

Referências

FICHOU, Jean-Pierre. A civilização americana. Campinas: Papirus, 1990.
HARTSHORNE, Thomas L. The Distorted Image. Changing Conceptions of the American Character since Turner. Cleveland: The Press of Case Western Reserve University, 1968.
NASH, Roderick. Wilderness and the American Mind. New Haven e Londres: Yale University Press, 1982.
SMITH, Henry Nash. Virgin Land: The American West as Symbol and Myth. Cambridge: Harvard University Press, 1978.

FÁBIO MURUCI DOS SANTOS

FUTEBOL, ORIGENS DO Dentre todos os esportes, o futebol é aquele que mais se destaca no mundo. Sem medo, podemos afirmar que esse esporte foi o que mais se destacou ao longo de todo o século XX e, por isso, rompeu o novo milênio consagrado como sendo a principal modalidade esportiva da contemporaneidade. Seja pelo número de praticantes, pelos montantes financeiros movimentados e, fundamentalmente, pelo grau de paixão que mobiliza, o futebol é, sem dúvida, um esporte diferenciado. Afinal, nenhuma outra modalidade esportiva conseguiu se expandir tão amplamente e se tornar tão popular quanto o futebol.

Para alguns estudiosos a prática do futebol, mesmo que noutros moldes, remonta a antiguidade. Nesse sentido, estes estudos insistem em aproximar o futebol moderno a práticas que, em larga escala, tem pouca, em alguns casos nenhuma, relação com o "nosso" futebol. Para citar algumas, temos: o Tsu-chu (China – século III a.C.), o Kemari (Japão – século II), o Epyskiros (Grécia – século IV a.C.), o Harpastum (Itália – século XIV) e, por fim, o Calcio (Itália – século XIV). Apesar dos esforços em aproximar o futebol de todas estas matrizes, foi mesmo na Inglaterra do século XIX que encontramos a prática que deu origem ao futebol que conhecemos.

Praticado inicialmente nas escolas inglesas como parte do processo pedagógico, em meados do século XIX, o futebol rapidamente se tornou popular e transcendeu os muros escolares. Fora do ambiente escolar o esporte tomou forma e se desenvolveu. Clubes foram montados e, como consequência do cenário futebolístico que se gestava naquele momento, um processo de institucionalização foi iniciado. No entanto, foi com a criação da Football

Association, em 1863, que o futebol assume plenamente o seu caráter moderno e coloca definitivamente uma nova roupagem. Regras foram criadas, e a partir delas, novos procedimentos passaram a organizar a modalidade.

Não temos controle absoluto sobre o que efetivamente tornou o futebol o maior esporte do planeta. No entanto, podemos apontar para algumas características que nos ajudam a entender o processo. Começando pela facilidade da prática que possui poucas exigências e apetrechos para o jogo, temos ainda a possibilidade de membros dos mais diversos nichos sociais conseguirem ocupar, também, as mais diversas posições dentro o esporte (atleta/espectador/técnico/dirigente), o futebol, por tudo isso e muito mais, se tornou o esporte mais praticado e popular do mundo.

Com a importância e domínio, incontestável, da Inglaterra nesse período, o futebol acabou sendo mais um, dentre tantos outros, produto exportado pelos ingleses. Ademais, na esteira da crescente mercantilização, em especial do mundo ocidental, e da predominância dos símbolos ingleses como um dos grandes representantes dos novos tempos, posição que dividia com a França, elites fora da Europa passaram a reconhecer aqueles produtos e práticas, símbolos e modos de vida, como sendo os padrões a serem seguidos em seus países.

Sobre esse aspecto, como seria de se esperar, mesmo com toda a força das práticas que vinham de fora, quando chegavam ao seu destino, elas eram reelaboradas e ressignificadas a partir das mais diversas demandas e interesses internos. Assim, de forma alguma, podemos falar de uma cópia ipsis litteris de um modelo.

Num primeiro momento, assim indicam os primeiros estudos sobre o futebol no Brasil, esse esporte teria chegado em terras tupiniquins através do Jovem Charles Müller que, depois de encerrar seus estudos na Inglaterra, em 1894, retornara a São Paulo trazendo, dentro de suas bagagens, bolas, regras e uniformes para a prática de um novo esporte, o futebol. Nesse contexto, Müller acabou se tornando o responsável não só pela organização inicial do futebol em São Paulo, mas, também, na ausência de estudos mais aprofundados, pela introdução do futebol no Brasil.

É comum, por todo o Brasil, nessas análises, nomes serem ressaltados como sendo os responsáveis pela introdução do esporte em seus estados. Os casos de Oscar Cox, no Rio de Janeiro, José Ferreira Junior (Zuza Ferreira), na Bahia, Johannes Minerman e Richard Woelckers, no Rio Grande do Sul e Guilherme de Aquino Fonseca, em Pernambuco, são a confirmação da aparente necessidade de se construir um mito fundador para o futebol.

No entanto, de forma alguma negando a importância destes personagens, a

consolidação do mito fundador acabou negligenciando outras matrizes de chegada do futebol no Brasil que, sem dúvida, nos possibilitaria um olhar mais adequado sobre este esporte. Sobre isso, podemos apontar para pelo menos outros três espaços que registram partidas de futebol anteriores ao mito fundador: as escolas, as fábricas e os portos.

Presente na nova historiografia sobre o futebol, as escolas, especialmente as jesuítas, tem papel importante na introdução do futebol no Brasil e, em especial, no gosto dos jovens brasileiros. Com uma ligação aproximada com os sistemas educacionais ingleses, o futebol foi inserido nas escolas brasileiras dentro das estratégias pedagógicas. O Colégio São Luiz, em São Paulo, e o Colégio Anchieta, no Rio de Janeiro, registram a introdução da modalidade em seus quadros pedagógicos em 1880 e 1886, respectivamente.

Seguindo, basicamente, o mesmo roteiro, ou seja, o intercâmbio com a Europa, as fábricas também teriam sido uma porta de entrada do futebol anterior a experiência de Charles Müller. Normalmente, trabalhadores ingleses que viam ao Brasil trabalhar nas fábricas tinham por costume, em seus horários vagos, praticar o futebol. Desse modo, diante de um esporte que necessita de um grupo de pessoas para a prática, o futebol das fábricas acabou ajudando a difundir o esporte pela população local.

Os portos foram também uma importante porta de entrada para o jogo da bola. Na verdade, mais do que isso, os portos eram as grandes portas de entrada para o que vinha da Europa, ou seja, para o que havia de “novo” no “velho” continente. Era comum, no contexto especifico do futebol, marinheiros praticarem o esporte pelos portos do Brasil em seus momentos de folga e, com isso, acabaram também divulgando a nova modalidade pelo país.

Como vimos, temos diversas matrizes que iniciaram o processo de inserção do futebol no Brasil. No entanto, durante muito tempo, acreditou-se que as histórias do futebol das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo davam conta de explicar a chegada do futebol em nosso território. Com isso, a estreita relação que estas capitais tinham com a Europa acabou se tornando também únicas no processo de inserção do esporte. Assim, com um olhar focado apenas nas duas principais capitais brasileiras, Rio de Janeiro e São Paulo, deixamos de fora outras portas de entrada, bem como outras experiências que colaboram para tornar o cenário ainda mais complexo.

Nesse caso, destacamos o Rio Grande do Sul como um exemplo emblemático. Devido a sua proximidade com a região do prata, em especial com a Argentina e com Uruguai, as cidades de Rio Grande e Pelotas, que contavam com importantes portos, sofreram muito mais influências dos vizinhos latinos do que da Europa, como aconteceu nos casos do Rio de Janeiro e São Paulo. Mais

interessante ainda é descobrir que a capital gaúcha, Porto Alegre, não foi a pioneira no esporte. Nesse caso, foram as cidades portuárias as determinantes para a chegada do esporte, bem como a sua divulgação e propagação, dentro do estado, incluindo a capital, Porto Alegre.

Enfim, apesar de todas as controvérsias ou, diria, pela existência das mesmas, podemos dizer que as múltiplas origens do futebol tornam sua história ainda mais interessante. No caso do Brasil, país onde o futebol tem uma enorme importância, especialmente por ser uma marca simbólica que revela parte da identidade do brasileiro, as experiências devem ser vistas com menos linearidades e regionalismos. Com isso, teremos possibilidades ainda maiores para compreender o processo em sua plenitude.

Assistimos, nas últimas décadas, o futebol se distanciar ainda mais dos outros esporte. Mobilizando cada vez mais pessoas e recursos financeiros, o futebol se tornou um dos mais importantes produtos dos nossos tempos. Não a toa, a FIFA (Federation International Football Association) é uma das instituições mais ricas do mundo, bem como uma das mais influentes. Vale destacar, sobre este aspecto, que a FIFA possui, ainda hoje, mais países filiados do que a ONU.

Espaço de lazer, mas, também de trabalho, de divertimento e de lutas, o futebol é palco para os mais diversos significados. Sendo constantemente reelaborado e reapropriado esse esporte ainda continua em expansão. E, nessa nova conjuntura, seremos, pela segunda vez, em 2014, a primeira foi em 1950, sede de uma Copa do Mundo e, na esteira do maior evento esportivo do planeta, o Brasil se colocará na maior vitrine dos nossos tempos. Com isso, inseridos num tempo em que tudo vira espetáculo, o maior torneio de futebol do planeta, que já vem proporcionando debates intensos sobre a sua organização, coloca o Brasil num debate que transcendem, em larga escala, o cenário esportivo. Por fim, temos pouco do futebol dos nossos antepassados, no entanto, com um poder de adaptação incomparável, o futebol segue sendo o maior esporte do planeta.

Referências

GIULIANOTTI, Richard. Sociologia do futebol, dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C.; SANTOS, Ricardo Pinto (orgs.). Memorial social dos esportes. Rio de Janeiro: Mauad/Tempo Presente, 2006.

SANTOS, Ricardo Pinto. Entre rivais, futebol, racismo e modernidade no Rio de Janeiro e em Buenos Aires (1897-1924). Rio de Janeiro: Mauad X editora, 2012.

MELO, Victor Andrade de; DEL PRIORE, Mary (orgs.). História do esporte no Brasil: do império aos dias atuais. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GENÉTICA E DOENÇA A associação entre hereditariedade e doença remonta a tempos que antecedem a Era Cristã e pode ser claramente inferida com a leitura dos escritos de médicos e filósofos gregos que, além de reconhecerem a herança de características normais e patológicas ("... o sêmen é produzido pela totalidade do corpo; o saudável, pelas partes saudáveis, o doente, pelas partes doentes..." Hipócrates, 460-377 a.C.), chegaram a propor medidas eugênicas ("... crianças de casais das castas superiores deveriam ser cuidadosamente educadas, enquanto aquelas filhas de casais das castas inferiores deveriam ser abandonadas..." Platão, 427-347 a.C.) e a identificar o papel do ambiente no desenvolvimento de um caráter ("...mais do que pela natural predisposição, a maioria das pessoas se torna capaz pelo exercício..." Demócrito, 460-370 a.C.). A literatura da Idade Média é discreta em relação ao tema da hereditariedade. Nela, a influência de Aristóteles (384-322 a.C.) ainda se faz sentir e pode ser identificada no trabalho do médico espanhol Mercado (1605) – De Morbis Hereditariis –, que ensaia a observação de fenômenos naturais a partir de pontos de vista empíricos, embora já assinale, mesmo que de forma tênue, uma emancipação conceitual.

No decorrer do século XVIII e início do século XIX, alguns registros na literatura médica mostram que diversos aspectos da relação entre hereditariedade e doença já eram do conhecimento de alguns cientistas. Entre estes, destaca-se Marpertius, que em 1753 procedeu ao registro por quatro gerações de uma genealogia na qual a polidactilia era manifestada, tendo concluído que o caráter era transmitido tanto pelo pai quanto pela mãe. Todavia, o mais proeminente de todos os pesquisadores dessa época foi Joseph Adams (1756-1818), médico inglês que publicou em 1814 A Treatise on the Supposed Hereditary Properties of Diseases. Nesse tratado, estavam claramente identificadas as diferenças entre condições dominantes e recessivas, a relação entre doença e consanguinidade, a idade tardia de manifestação de algumas doenças hereditárias, a influência do meio no desenvolvimento das heredopatias, a heterogeneidade genética e até mesmo a redução da capacidade reprodutiva entre pessoas com doenças hereditárias. Neste aspecto, considerava que, dada essa redução, as doenças genéticas iriam, no decorrer das gerações, desaparecer, a menos que de tempo em tempo aparecessem crianças afetadas, filhas de pais sadios. Esta última assertiva revela a extrema acuidade de Adams em antever a ocorrência de novas mutações. Em que pese o mérito dessas observações, sua sugestão para o

estabelecimento de um registro oficial das famílias portadoras de doenças hereditárias mereceu censura por caracterizar uma eugenia negativa. Ainda no século XIX, Nasse (1820) relatou aspectos relacionados com a herança da hemofilia que, com fidelidade, antecipavam os critérios da herança recessiva ligada ao X: “(...) em todas as famílias em que a tendência ao sangramento é observada, os afetados são do sexo masculino (...) as mulheres transmitem a tendência a despeito de serem casadas com homens normais (...) de seus pais para seus filhos homens e nunca para suas filhas.” Aqui se faz necessário lembrar que o reconhecimento dos riscos de desenvolvimento desta doença, na prole masculina, data de tempos muito mais remotos, o que pode ser constatado na leitura do Talmud, que isenta da necessidade de circuncisão os irmãos de indivíduos com história de hemorragias.

O fim do século XIX, mais precisamente o ano de 1857, registra o começo da genética como ciência. Foi nesta data que teve início o trabalho de Gregor Johann Mendel (1822-1884) “Experiências com Hibridização de Plantas”. As conclusões a que Mendel chegou, conhecidas hoje como Primeira e Segunda Leis de Mendel, têm como base física o comportamento cromossômico na meiose conforme sugerido, ainda em 1902, por Walter S. Sutton (1877-1916) e Theodor H. Boveri (1862-1915), e comprovado em 1910 por Thomas Hunt Morgan (1866-1945). As observações desses três pesquisadores constituem, em seu conjunto, a Teoria Cromossômica da Herança, comprovada em 1916 por Calvin B. Bridges (1889-1938), discípulo de Morgan.

A primeira descrição da ocorrência de um padrão mendeliano na herança de um caráter patológico no homem ocorreu em 1902, com a publicação do trabalho “The incidence of Alkaptonuria: A Study in Chemical Individuality”, de autoria de Sir Archibald E. Garrod. A descrição dos padrões de transmissão da alcaptonuria feita por Garrod, neste trabalho, já apresenta todos os critérios atualmente considerados como de reconhecimento da herança autossômica recessiva, incluindo a relação entre consanguinidade e o aparecimento do caráter, sua distribuição em irmandades e ausência nos pais. Garrod foi muito além! Foi ele o primeiro a reconhecer o princípio básico da ação gênica ao propor que os genes especificam reações químicas. A relação um gene ? uma proteína (modificada depois para um gene ? uma cadeia polipeptídica) só viria a ser estabelecida 30 anos depois por G. Beadle (1903-1989) e E. Tatum (1909-1975).

A partir da década de 1950, o conhecimento sobre as relações entre genética e doença avançou a passos largos. A determinação do número correto de cromossomos humanos em 1956, a descoberta da trissomia do cromossomo 21 como determinante da síndrome de Down e o estabelecimento da relação entre desordens da diferenciação sexual e anomalias dos cromossomos sexuais

introduziram definitivamente a citogenética na prática médica. No campo da Genética Molecular, a compreensão da estrutura do DNA (J. Watson & F. Crick, 1953), identificado como molécula da hereditariedade desde 1944 por Avery, Mac Leod e McCarty, e a decifração do código genético, em 1961, foram fundamentais para o conhecimento da natureza das mutações gênicas – fonte primária da variação genética normal e patológica. A anemia falciforme foi a primeira doença identificada como decorrente da substituição de um só nucleotídeo no DNA, conhecimento que gerou uma nova classe de heredopatias – as doenças moleculares.

Na década de 1970, a descoberta das enzimas de restrição, que permitiram a manipulação do DNA, e o desenvolvimento da reação da polimerase em cadeia (PCR), que propiciou sua amplificação, aliados ao desenvolvimento subsequente de novas técnicas de biologia molecular, ampliaram substancialmente o conhecimento das causas das doenças genéticas, introduziram novas práticas preventivas, revolucionaram os métodos diagnósticos e abriram as portas para a Terapia Gênica. Da maior importância foi a descoberta de que o processo de transformação maligna estava associado a mutações em genes envolvidos com o controle da proliferação e diferenciação celular, ou em genes comprometidos com o reparo do DNA. Assim, a descoberta dos oncogenes, dos mutantes de genes supressores de tumor e dos genes mutadores levou à certeza de que o câncer é sempre uma doença genética – hereditária em uma pequena proporção dos casos. Além disso, introduziu novas práticas profiláticas, enriqueceu o campo da medicina preditiva e acenou para a cura desta doença graças à terapia gênica. Atualmente estão listadas por V. McKusick 8.374 patologias condicionadas por genes dominantes ou recessivos, com loci estabelecidos em cromossomos autossômicos, que apresentam um padrão mendeliano de transmissão (doenças monogênicas). As desordens condicionadas por genes dominantes ou recessivos com loci estabelecidos no cromossomo X são, segundo esse autor, em número de 453 e apresentam padrão de distribuição muito peculiar nas genealogias em que ocorrem por ter a mulher dois cromossomos X e o homem um cromossomo X e um cromossomo Y. Ao lado das doenças monogênicas, diversas patologias foram identificadas como de condicionamento poligênico. O desenvolvimento de tais patologias depende de uma constelação gênica que, em interação com fatores ambientais, leva à expressão de um fenótipo alterado. À luz do conhecimento atual, portanto, a relação entre genética e doença é o resultado de mutações envolvendo um, ou mais de um, par de genes, ou de aberrações cromossômicas que alteram o número ou a estrutura cromossômica característica da espécie. Em qualquer dos casos, a manifestação do fenótipo alterado é sempre o resultado da interação

entre o genótipo e o ambiente.

Referências

CERQUEIRA, Eneida M.M. “Câncer e genética”. In: Cancerologia atual: um enfoque multidisciplinar. São Paulo: Ed. Roca, 2000.

SNUSTAD, D. Peter; SIMMONS, Michael J. Principles of Genetics. Nova York: John Wiley & Sons, Inc., 2000.

STRACHAN, Tom; READ, Andrew. Human Molecular Genetics 2. Nova York: Wiley-Liss, 1999.

VOGEL, Friedrich; MOTULSKY, Arno G. Human Genetics: Problems and Approaches. Heildberg: Springer-Verlag, 1997.

ENEIDA DE MORAES MARCÍLIO CERQUEIRA

GENÉTICA MOLECULAR Ramo da genética que estuda os processos moleculares envolvidos na hereditariedade, a estrutura do gene e os mecanismos de expressão da informação genética. Os avanços no campo da genética molecular constituem uma das maiores conquistas da ciência moderna, tornando possível o desenvolvimento das biotecnologias e suas aplicações em áreas de grande interesse para a humanidade, como, por exemplo, a medicina e a agricultura. Em meados do século XX, foram estabelecidas as bases da genética molecular, quando James D. Watson (*1928) e Francis H. C. Crick (1916-2004) revelaram a estrutura da molécula do ácido desoxirribonucleico, o DNA, fundamentados em estudos anteriores, como aqueles de Chargaff em 1950 – demonstrando a proporcionalidade existente entre os nucleotídeos (adenina/timina e guanina/citosina) – e aqueles de Rosalind Franklin (1920-1958) e R. G. Gosling, assim como Maurice Wilkins (1916-2004), A. R. Stokes e H. R. Wilson, que analisaram a molécula de DNA a partir da difração de raios X. Dados obtidos por outros pesquisadores, como Griffith em 1927 e Oswald T. Avery (1877-1955) em 1944, por Avery, McLeod (1909-1972) e Maclyn McCarty (*1911) em 1944, por McCarty, Taylor e Avery em 1946 e por Alfred Day Hershey (1908-1997) e Martha Chase em 1952, determinaram de modo inquestionável o papel do DNA como molécula informacional da vida, ou seja, a molécula portadora da informação genética. Esta definição do papel crucial do DNA nos sistemas vivos vem acompanhada de importantes conclusões: o DNA, molécula informacional por excelência, além de abrigar a informação genética, replica-se de modo semiconservativo, o que permite a fidelidade na transmissão da informação e também a possibilidade de sofrer alterações ou mutações, fonte primária de variação biológica e matéria-prima do processo evolutivo.

Ao longo da década de 1960, os esforços dos pesquisadores se concentraram na decifração do código genético, entendido como a correspondência entre os códons (trincas de nucleotídeos) e os aminoácidos de uma cadeia polipeptídica.

Entre as 64 combinações possíveis de três nucleotídeos, 61 trincas mostraram correspondência com os 20 aminoácidos, e três sequências (UAA, UGA e UAG) foram identificadas como “sem sentido” e indicam a finalização da síntese proteica. A própria estrutura da molécula de DNA sugere o meio pelo qual a informação é passada para outra geração, mas não indica de que modo o DNA determina a sequência dos aminoácidos de uma proteína. Esta informação surgiu a partir dos trabalhos de Matthaei e Marshall W. Nirenberg (1927-2010) em 1961, Leder e Niremberg em 1964, e Har Gobind Khorana (*1922) em 1966. Um importante conceito que emerge da totalidade desses estudos é o conceito de gene.

Os genes foram primordialmente reconhecidos como “fatores mendelianos”, relacionados com erros metabólicos, enzimas, cadeias polipeptídicas e, atualmente, são interpretados como sequências nucleotídeas interrompidas por íntrons (sequências intervenientes). Os termos íntrons (para essas sequências intercalares) e éxons (para aquelas que são expressas) foram sugeridos por Walter Gilbert (*1932) em 1978, mas o Prêmio Nobel de Fisiologia de 1993 pela descoberta dos genes interrompidos foi dado a Phillip A. Sharp (*1944) e Richard J. Roberts (*1943), que trabalharam de modo independente em diferentes instituições. É importante ressaltar que as sequências interrompidas se combinam de modo alternativo e se expressam em interação com o meio ambiente; esta ideia de interação que envolve os genes e as condições ambientais em que se expressam já tinha sido claramente demonstrada por François Jacob (1920-2013) e Jacques Monod (1910-1976) em 1961, ao descreverem o óperon lac, em Escherichia coli, um exemplo de regulação coordenada de genes vizinhos, cada um responsável por determinada etapa em uma via metabólica, expressos ou inibidos em conjunto, em determinadas condições ambientais, como, por exemplo, em presença ou ausência de glicose na célula.

Muitos outros trabalhos foram realizados desde então, de modo que as interações de sequências no genoma e as estabelecidas entre as informações e o meio ambiente configuram-se como o interesse maior da genética molecular, especialmente no momento atual. Os estudos referidos foram desenvolvidos na sua maior parte em instituições como a Universidade de Cambridge, o Instituto Pasteur, o Cold Spring Harbor Laboratory (EUA), o Instituto Rockfeller de Nova York e o Instituto Nacional de Saúde (NIH/EUA). Neste último, foi criado o Projeto Genoma Humano em 1990, sob a administração de Bernardine Healy, coordenado inicialmente por James D. Watson e mais tarde por Francis Collins. Surge então a genômica, uma subdisciplina de genética que se ocupa do mapeamento, do sequenciamento e da análise funcional dos genomas. O consórcio público liderado pelo NIH e uma empresa privada, a CELERA,

divulgaram, em fevereiro de 2001, os resultados desse empreendimento.

Os progressos da genética molecular passaram a constituir o lastro teórico e metodológico de grande parte da pesquisa biológica no mundo, o que vem resultando em aplicações que, se por um lado abrem novas perspectivas para o estabelecimento de melhores condições de vida, por outro, trazem novos questionamentos científicos e éticos. A criação de organismos transgênicos é um exemplo dessa situação. Organismos transgênicos, produzidos a partir da inserção de genes extrínsecos (oriundos de outra espécie), através do uso de variadas técnicas de manipulação genética, podem se constituir em modelos para estudos de desordens genéticas, possibilitam a produção de novos fármacos, de alimentos modificados para se tornarem mais nutritivos, de espécies resistentes a pragas e até de organismos capazes de degradar resíduos industriais. No entanto, do ponto de vista conceitual e teórico, essas possibilidades podem trazer consigo consequências até o momento imprevisíveis no âmbito individual da espécie e do meio ambiente.

Portanto, é imperativo considerar as interfaces entre as diversas ciências e a incompletude de qualquer abordagem isolada para a elucidação dos processos de desenvolvimento e de integração dos sistemas vivos. O Projeto Genoma Humano define os seus novos rumos ao constatar que a simples descrição de sequências nucleotídeas está longe de responder aos grandes questionamentos sobre a vida; é como se todas as letras do livro da vida fossem conhecidas, assim como a ordem em que as letras aparecem, mas o significado de cada palavra é desconhecido. A busca da compreensão do proteoma, que corresponde ao conjunto de proteínas de determinado organismo, formadas a partir das informações contidas no seu genoma, constitui agora o grande desafio, com base no reconhecimento da importância das interações do material genético com o meio em que se expressa, contribuindo para a desmistificação do poder absoluto dos genes, em cuja crença se justificou o determinismo genético. Os avanços científicos na área da genética molecular exigem ainda uma importante reflexão da comunidade científica sobre a necessidade de uma regulamentação rigorosa, baseada em princípios científicos e éticos, com o objetivo de que sejam estabelecidos critérios para a avaliação da pertinência e segurança de novas tecnologias e seus produtos, no momento em que a humanidade se depara com uma possibilidade inusitada: a manipulação e até mesmo a criação da vida, prerrogativas antes atribuídas exclusivamente ao Criador.

Referências

HAUSMANN, Rudolf. História da biologia molecular. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Genética, 1997.

LEWIN, Benjamin. Genes VII. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

LODISH, Harvey; BALTIMORE, David; BERK, Arnold; ZIPURSKY, S. Lawrence; MATSUDAIRA, Paul;

DARNELL, James. Molecular Cell Biology. Nova York: Scientific American Books, 1995.
SNUSTAD, D. Peter; SIMMONS, Michael J. Principles of Genetics. Nova York: John Wiley & Sons Inc., 2000.

LÍLIA MARIA DE AZEVEDO MOREIRA

GENÉTICA A genética pode ser considerada essencialmente uma ciência do século XX. É verdade que suas bases foram estabelecidas pelo padre austríaco Gregor Johann Mendel (1822-1884) graças a um trabalho até hoje considerado modelo de obra científica, “Experiências sobre híbridos vegetais”, apresentado nas sessões de 8 de fevereiro e 8 de março de 1865 e publicado nos Anais da Sociedade dos Naturalistas de Brünn, em 1866. Mas essas experiências permaneceram ignoradas até o início do século XX. Classicamente, três cientistas são indicados como os redescobridores dos trabalhos de Mendel. Em um período muito curto de tempo, no início do ano de 1900, os botânicos Hugo de Vries (1848-1935), Carl Correns (1864-1933) e Erich von Tschermak (1871-1962) verificaram que os resultados que vinham obtendo em seus experimentos já tinham sido alcançados por Mendel. Dos três, o mais eminente foi De Vries. Ele será sempre lembrado porque: (1) independentemente de Mendel, desenvolveu a ideia da necessidade de dissecar as diferenças entre indivíduos em caracteres unitários; (2) foi o primeiro a demonstrar a operação do que foi depois denominado as Leis de Mendel em uma variedade de espécies de plantas; e (3) desenvolveu o conceito da mutabilidade das unidades genéticas. Correns também realizou experimentos importantes em milho, feijão, ervilha, lírio e outras plantas, que forneceram importantes subsídios sobre os mecanismos da transmissão biológica, inclusive a herança citoplasmática. William Bateson (1861-1926) viajava em um trem para apresentar uma conferência em Londres, em 8 de maio de 1900, quando tomou conhecimento do trabalho de Mendel. Ele imediatamente reconheceu a importância da pesquisa, alterando o texto da conferência para mencioná-la. Posteriormente, foi Bateson um dos líderes da corrente defensora das investigações e conceitos de Mendel, contra ataques desencadeados pelos biometristas ingleses Francis Galton (1822-1911), Karl Pearson (1857-1936) e W.F.R. Weldon (1860-1906). A evidência de que tanto

caracteres quantitativos quanto qualitativos tinham herança mendeliana foi apresentada pela primeira vez pelo sueco H. Nilsson-Ehle (1873-1949). Outros personagens importantes para a genética do início do século XX foram o francês Lucien Cuénot (1866-1951), o norte-americano William E. Castle (1867-1962) e o dinamarquês Wilhelm L. Johannsen (1857-1927). Thomas Hunt Morgan (1866-1945) foi um dos principais responsáveis pelo estabelecimento da genética em bases firmes, com o estudo, dele e de seus colaboradores, da mosca das frutas Drosophila melanogaster. Três de suas contribuições básicas foram: (1) a primeira mutação gênica observada em Drosophila ("white", olho branco ao invés da cor normal, vermelho); (2) explicação da herança ligada ao sexo; e (3) o princípio da ligação e do sobrecruzamento (ou seja, os genes que se localizam em um mesmo cromossomo podem se transmitir em bloco, ao contrário do que havia sido verificado por Mendel com marcadores situados em diferentes cromossomos, a não ser que haja troca, isto é, sobrecruzamento, entre cromossomos homólogos – os derivados respectivamente dos genitores materno e paterno). Foi o grupo de Morgan – especialmente Calvin B. Bridges (1889-1938) e Alfred H. Sturtevant (1891-1970) – que também estabeleceu o primeiro mapa genético em um organismo animal. No que se refere à genética humana, o primeiro marco histórico foi fornecido por Archibald E. Garrod (1857-1936) em 1902, que não só caracterizou uma doença metabólica (a alcaptonuria), causada pela deficiência de uma enzima (a oxidase do ácido homogentísico), como esclareceu que sua herança era determinada por um gene autossômico recessivo. Ele indicou que tal doença deveria ser exemplo de um conjunto de condições posteriormente denominadas "erros inatos do metabolismo", que contribuíram para o desenvolvimento da relação um gene/uma enzima.

Outros marcos na história da genética humana foram as descobertas dos sistemas sanguíneos ABO, em 1900, e do sistema Rh em 1940. Ao longo dos anos (principalmente até a década de 1970), diversos outros sistemas foram descobertos, em grande parte devido aos esforços de Karl Landsteiner (1868-1943), Alexander S. Wiener (1907-1978), Philip Levine (1900-1987) e colaboradores nos EUA; enquanto na Inglaterra os nomes de R. R. Race, Ruth Sanger e Arthur E. Mourant devem ser mencionados. Na verdade, a descoberta do sistema Rh, e com ela a da doença hemolítica do recém-nascido devido à incompatibilidade entre mãe e feto quanto a substâncias sanguíneas determinadas pelo Rh, constitui-se até hoje na principal contribuição da genética ao tratamento de uma doença.

A interação entre a genética e os estudos evolucionários desenvolveu-se de maneira especialmente frutífera na primeira metade do século XX. Os fundamentos para a compreensão de como os genes (as unidades da herança

biológica, termo criado por Johannsen em 1909) comportam-se em nível populacional foram lançados por um estatístico inglês, G.H. Hardy (1877-1947), e um médico alemão, W. Weinberg (1862-1937). Posteriormente, Ronald A. Fisher (1890-1962), J. B. S. Haldane (1892-1964), Sewall Wright (1889-1988), Theodosius Dobzhansky (1900-1975), Ernst Mayr (1904-2005), G. Ledyard Stebbins (1906-2000) e George G. Simpson (1902-1984) estabeleceram as bases matemático-estatísticas e empíricas para o desenvolvimento da chamada teoria sintética da evolução, que amalgamou os paradigmas mendelianos e darwinistas em um único corpo de doutrina. A história mais recente da genética se entrelaça de maneira íntima com a da biologia molecular.

Referências

FREIRE-MAIA, N. Gregor Mendel: vida e obra. São Paulo: T.A. Queiroz, Editor, 1995.
GARDNER, E.F. History of Biology. Minneapolis: Burgess, 1965.
MAYR, E. The Growth of Biological Thought. Cambridge: Harvard University Press, 1982.
STURTEVANT, A.H. A History of Genetics. Nova York: Harper and Row, 1965.

FRANCISCO M. SALZANO

GEOPOLÍTICA DA ÁSIA ORIENTAL Ao término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o equilíbrio geoestratégico mundial, em especial no Extremo Oriente, havia sido claramente alterado. A desaparição momentânea da Alemanha e da Rússia – agora, URSS – do cenário mundial, bem como as consequências da Revolução Republicana de 1911 na China, permitindo a completa fragmentação política do país, havia criado imensos vazios de poder no Extremo Oriente. Assim, as duas potências continentais por excelência na Ásia Oriental – Rússia e China – deixavam de representar um fator importante de poder na região. A principal potência a lucrar com o novo cenário mundial foi o Japão. Inicialmente aliado às potências marítimas (EUA e Grã-Bretanha), o Japão havia se apoderado das ilhas alemãs no Pacífico e de suas possessões na China, expandindo grandemente sua frota, abrindo caminho simultaneamente para as possibilidades de expansão naval e terrestre no Oriente. Tais condições colocavam em risco as posições das potências ocidentais no Extremo Oriente: Holanda, Grã-Bretanha e EUA precisavam desenvolver um imenso esforço de construção naval para proteger suas longínquas possessões (Índias holandesas, mais tarde Indonésia, no caso da Holanda; Hong Kong e Cingapura, no caso da Grã-Bretanha; e as Filipinas, no caso dos EUA), enquanto o Japão mantinha sua frota concentrada na sua área de atuação restrita ao Pacífico e aos mares costeiros, em especial no Mar do Japão, Mar Amarelo e no Mar Meridional da China. Assim, constituía-se uma situação de forte tensão e desequilíbrio em toda

a região, com as frotas ocidentais inferiorizadas frente ao Micado. Sem dúvida, tal situação fora acelerada pela atuação britânica ao favorecer o Japão na sua disputa com a Rússia no início do século XX. Para os britânicos – concorrentes dos russos no Mediterrâneo (pressão sobre a Turquia), na Ásia Central (pressão sobre o Irã) e no Subcontinente Indiano (pressão sobre o Tibet/Afeganistão) –, a possibilidade de aliar-se a um poder em ascensão no Extremo Oriente concorrente dos russos era uma forma de aliviar a pressão nas demais regiões citadas. A principal ferramenta dos interesses britânicos no Extremo Oriente foi a Aliança Naval Anglo-Japonesa (1902) – dirigida principalmente contra os russos – e que havia garantido ampla liberdade de ação para os japoneses no Extremo Oriente. A guerra movida pelos japoneses contra a Rússia imperial (1904-1905) foi uma clara decorrência da liberdade de ação adquirida pelo Japão a partir da aliança britânica, possibilitando a confirmação do Japão como grande potência no Extremo Oriente, abrindo caminho para a consolidação do império continental nipônico na Manchúria e na Coreia. Contudo, a expansão japonesa – decorrente da rivalidade russo-britânica – preocupava largamente os EUA, ciosos das necessidades de defesa das Filipinas e das ilhas do Pacífico – adquiridas em 1898 em decorrência da Guerra Hispano-Americana – e da imperiosidade de manter a Política de Portas Abertas – de direitos iguais para todas as nações – na exploração do comércio da China. A rápida intervenção norte-americana, como mediador do conflito nipo-russo, levou à assinatura do Tratado de Portsmouth (5/9/1905), limitando os ganhos nipônicos na guerra e causando claro mal-estar em Tóquio, o que foi ponto de partida para a crescente rivalidade nipo-americana. Da mesma forma, a liquidação do poderio russo no Oriente e a guerra civil na China colocaram Japão e EUA face a face como as duas únicas potências relevantes no Pacífico.

Entre 1905 e 1920, o Japão perseguirá coerentemente dois vetores básicos de expansão: um continental, voltado para a ocupação da Manchúria, Coreia, ilhas do Mar de Okhotsk – e daí em direção à China do Norte e às Províncias Marítimas do Império Russo –; e outro marítimo, dirigido para o sul, com apoio na Ilha de Formosa – adquirida da China em 1895 pelo Tratado de Shimonoseki –, e interessado em obter uma posição no chamado Mediterrâneo Asiático – mares que banham os ricos arquipélagos da Insulíndia –, em especial nas Índias Holandesas. Em face da pressão japonesa, os EUA, que então haviam promovido a abertura do Canal do Panamá (15/8/1914) – garantindo a conexão Atlântico/Pacífico –, convocaram uma conferência na cidade de Washington (inverno de 1921-1922), objetivando discutir o controle dos armamentos navais e a expansão das frotas. Participaram desta conferência os EUA, a Grã-Bretanha, o Japão, a França e a Itália. As condições estratégicas em todos os mares foram

amplamente destacadas. Em razão de seus interesses no Atlântico e no Pacífico, as potências anglo-saxônicas exigiam a superioridade naval, provocando amplo mal-estar japonês e francês. Após longo debate, os participantes aceitaram um virtual congelamento do status quo. Além disso, concordaram em diminuir o ritmo de construção de navios porta-aviões, e os EUA aceitaram não fortificar a Ilha de Guam e o arquipélago das Aleutas como manifestação de sua política não ofensiva em relação ao Japão. No seu conjunto, a Conferência Naval de Washington representou a completa hegemonia japonesa no Pacífico Ocidental e aumentou a vulnerabilidade das Filipinas, de Cingapura, da Indochina e das Índias Holandesas, sem, contudo, satisfazer completamente o interesse expansivo nipônico. No entanto, como saldo positivo para a política externa dos EUA, o governo norte-americano conseguiu afastar a Grã-Bretanha de sua aliança com o Japão, mantendo este isolado no Pacífico Ocidental, o que teoricamente deveria ser o suficiente para desencorajar qualquer aventura ofensiva japonesa. Entretanto, mesmo com tal configuração das forças regionais, a fraqueza da posição norte-americana residia em dois pontos: por um lado, na exigência de constância do poderio ocidental na própria Europa, onde Grã-Bretanha, França e Holanda deveriam manter sua autonomia e capacidade de incrementar o poderio naval no Pacífico; por outro lado, a emergência de um poder continental na Ásia Oriental capaz de contrabalançar a hegemonia nipônica no Pacífico Ocidental. A expansão do III Reich na Europa, somada à supressão da capacidade bélica da França e da Holanda no Extremo Oriente, abriu caminho para a consolidação de um império naval japonês no Pacífico. Além disso, a guerra civil na China entre o Kuomintang e o Partido Comunista favoreceu também a liberdade de ação do Micado. Nestas condições, o acordo foi denunciado em 1934 por iniciativa japonesa, que desta forma readquiriu a plena liberdade de ação na região, abrindo caminho para o enfrentamento direto com os EUA. A estratégia japonesa durante a Segunda Guerra Mundial deveria repetir – em escala bastante ampliada – as iniciativas japonesas da Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), com um ataque naval surpresa sobre os portos e as bases russas no Mar do Japão, em especial Port Arthur, o que abriria caminho para a liquidação do poder russo na Coreia e na Manchúria (Batalha de Mukden) e, enfim, destruiria a frota russa do Báltico, tal como ocorrera na Batalha de Tsushima (entre 27 e 29 de maio de 1905). Assim, conforme o articulador da estratégia japonesa (o Almirante Tojo Hideki), a Rússia seria obrigada a negociar em situação de desvantagem, tal como sucedera no Acordo de Portsmouth, que havia consolidado o poder nipônico no Extremo Oriente. A vitória de Tojo ensinou aos japoneses os méritos do ataque surpresa e da ofensiva numa guerra em que o inimigo é obrigado a estender ao máximo suas linhas de ação. Tal

pensamento estratégico foi retomado a partir do chamado Memorando Tanaka (general e primeiro-ministro entre 1925-1929), em que se desenha claramente os objetivos japoneses na Ásia Oriental.

Uma Nova Ordem no Oriente foi capitaneada pelo primeiro-ministro japonês Konoe Fumimaro, que permanecera no cargo entre 1937-1941, contando com o apoio de militares, nacionalistas e imperialistas. Para alcançar seus objetivos, os japoneses deveriam neutralizar a URSS – um inimigo poderoso e atento – e concluir a guerra contra a China para, só então, voltar-se contra os EUA. Para os estrategistas japoneses, era clara a impossibilidade de travar duas guerras simultâneas, ou mesmo sucessivas, com grandes potências continentais – China e Rússia –, pois poderiam engolfar o melhor das tropas japonesas e, usando uma tática de profundidade de território, negar ao Japão uma batalha decisiva que pudesse encerrar de vez o conflito. Assim, enquanto estivessem envolvidos na guerra com a China e sob risco frente aos russos, os japoneses não poderiam enfrentar o poder naval dos EUA. Para neutralizar estrategicamente a URSS, o Japão assinou com o governo soviético um Pacto de Não Agressão (1941), que seria respeitado até 1945, quando a URSS declarou guerra ao Japão. Mesmo com todo os esforços de mobilização geral do país, o Japão não alcançou nenhuma vitória definitiva na Guerra Sino-Japonesa (1937-1945), já que sua interferência em solo chinês estimulou a formação de uma frente de unidade nacional entre os comunistas e o Kuomintang, sendo apoiada pelos EUA. Em tais condições, o Japão concluiu pela necessidade de uma ação ofensiva surpresa baseada em dois grandes eixos: por um lado, a ruptura das vias de acesso dos ocidentais à China através da Birmânia e da Indochina e, por outro lado, a destruição da força ofensiva anglo-americana no Pacífico. Só assim, o Japão poderia encerrar o conflito com a China – isolada de seus aliados ocidentais – e anular a pressão norte-americana (bloqueio econômico declarado pelos EUA desde 1939). Tratava-se, pois, de evitar que uma potência naval pobre em recursos naturais (e, portanto, dependente do comércio marítimo) tivesse de enfrentar uma longa guerra de desgaste no continente, à qual se juntaria a ameaça de outra potência naval (EUA). Assim, explica-se claramente o aparente descaso do Japão em aproveitar a invasão da URSS pelo III Reich para desferir um ataque contra os russos. O envolvimento do Japão em mais uma guerra continental, num país que usaria o seu vasto território para esgotar o atacante, daria ampla liberdade de ação aos EUA e tornaria o Japão suscetível à pressão naval (e econômica) norte-americana. A incapacidade japonesa de destruir a maior parte do poder ofensivo norte-americano no Pacífico – os porta-aviões que escaparam do ataque a Pearl Harbour (7/12/1941) – selou claramente o fracasso estratégico dos planos nipônicos. Daí em diante, o destino da guerra dependeria da vontade política e

da capacidade econômica dos EUA.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a desaparição do Japão como poder militar e político no Extremo Oriente deveria – como garantia para os EUA – ser acompanhada pela ascensão de um poder continental que servisse de garantia permanente para a segurança dos EUA frente a uma possível ressurgência do Japão ou aumento de poder da URSS. Tal papel deveria ser de uma grande China unificada, nacionalista e pró-ocidental. No entanto, a vitória da Revolução Chinesa em 1949 e a subsequente aliança da China Popular com a URSS levaram a um total colapso das posições norte-americanas na Ásia Oriental Continental. Assim, em substituição à estratégia de uma aliança continental-naval (China + EUA) no Oriente, os EUA, a partir de 1949, montaram uma política de controle das fímbrias da Ásia Oriental a partir da Coreia do Sul, do Japão, de Okinawa, de Formosa, do Vietnã, das Filipinas e da Indonésia, estendendo a política de contenção praticada na Europa e no Oriente Médio até os confins da Ásia. A Guerra da Coreia (1950-1953), a Guerra do Vietnã (1965-1975) e os movimentos anticomunistas na Indonésia, nas Filipinas e em Cingapura foram partes fundamentais da política de contenção em relação às potências continentais comunistas. Em 1969, a emergência do Conflito Sino-Soviético abriria, pela primeira vez, desde 1949, a oportunidade para os EUA retornarem ao jogo político na Ásia Oriental. Assim, sob inspiração de Henry Kissinger durante a administração Nixon (1969-1974), os EUA repetiram na Ásia Oriental uma manobra típica do classicismo diplomático britânico na Europa: a divisão das potências continentais visando manter a hegemonia da potência naval presente na região. No entanto, ao final da Guerra Fria (1991), com o fim da rivalidade sino-soviética – substituído por uma firme colaboração econômica e estratégica, inclusive no interior do grupo denominado BRICS –, a tendência a um maior entendimento entre as potências continentais eurasianas – aprofundada pela presença norte-americana na Ásia Central e no reforço da aliança nipo-americana – poderá levar a uma ampla reorganização geoestratégica na região, com a China Popular desempenhando, desta vez, o papel de centro de tensões na região. Os Estados Unidos, por sua vez, não conseguem decidir entre qual seria o setor central de sua estratégia: o Oriente Médio e a Ásia central (como durante a Administração George Bush) ou buscar maior enfrentamento com a China, identificada – na Administração Obama – como o maior desafio estratégico atual para os Estados Unidos.

Referências

BARNETT, Thomas. The Pentagon’s New Map. Nova York: Berkley Books, 2004.

MAHAN, Alfred T. The Influence of Sea Power upon History. Princeton: University Press (1890), 1973.

MARTIN, Bernard. Deutschaland und Japan im Zweiten Weltkrieg, 1940-1945. Hamburgo: Nikol, 2001.

SPYKMAN, Nicholas J. EUA frente al Mundo. Mexico: Fóndo de Cultura, 1944.

VON LOHAUSEN, Jordis. Mut zur Macht. Denken in Kontinenten. K. Vowinckel: Berg am See, 1979.

GEOPOLÍTICA NORTE-AMERICANA PARA A AMÉRICA LATINA Em 1823, a Doutrina Monroe já dava a ideia da perspectiva norte-americana sobre a América Latina: “A América para os americanos”. Com isso, afirmava-se que a Europa não deveria tentar restabelecer os velhos laços de dependência política com suas ex-colônias. Inicialmente, o expansionismo norte-americano deixou suas marcas sobre o México, que perdeu uma série de territórios ao longo do século XIX: o Texas (1845), a Califórnia (1848), o Novo México (1848) e o Arizona (1853). Em 1898, os EUA aumentaram a sua presença no Caribe por meio de acordos que davam controle sobre Cuba e Porto Rico. O Canal do Panamá (concluído em 1914) foi outro aspecto importante da preocupação geopolítica norte-americana na região. Para controlar e assegurar a ligação entre os Oceanos Atlântico e Pacífico, os EUA conseguiram o Tratado de Hay-Bunau-Varilla (1903). Ao controlar a chamada Zona do Canal, os EUA poderiam deslocar-se facilmente não só pela região, mas também para qualquer parte do mundo. Assim, os EUA configuraram-se como grande potência regional na virada para o século XX, delineando uma perspectiva geopolítica de longa duração, em que a América Latina seria posta como sua base de operação em termos econômicos, políticos e securitários.

Durante a Guerra Fria, a “ameaça comunista” tornou-se a principal preocupação dos norte-americanos na região, já que a base socioeconômica latino-americana era campo propício para a expansão de ideias marxistas. As Américas Central e Insular (Caribe e Antilhas), como “periferia imediata” dos EUA, sentiram com mais intensidade os efeitos do Big Stick do pragmatismo geopolítico norte-americano, particularmente depois da Revolução Cubana, que derrubou em 1959 uma violenta ditadura pró-americana. O caráter nacionalista e antiamericano da revolução levou os EUA a pressionar o novo governo, que reagiu buscando alinhamento junto à URSS. Deste modo, mesmo sob todas as pressões econômicas, políticas e militares, Cuba tornou-se o primeiro país socialista da América Latina. No entanto, para conter o “mau exemplo” cubano, os norte-americanos tomaram toda uma série de medidas, desde a ajuda econômica (Aliança para o Progresso de 1961) até a assessoria militar (intervenção militar em alguns casos), passando pelo apoio político a governos anticomunistas ditatoriais. Os principais exemplos de intervenção militar norte-americana foram a Guatemala (1954), a Ilha de Granada (1983) e o Panamá (1989). Na América

do Sul, a “periferia distante”, o apoio aos governos anticomunistas ocorreu principalmente no Brasil (1964-1984), no Chile (1973-1990) e no Paraguai. A “ajuda indireta” norte-americana na América Central ocorreu mediante financiamentos de grupos contrarrevolucionários: os Contras na Nicarágua (1979-1990), que receberam substanciais recursos financeiros e bélicos para combater a Revolução Sandinista, e a Guerrilha Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), que enfrentou grupos de direita em El Salvador entre 1980 e 1992.

Com o fim da Guerra Fria, a questão ideológica deslocou-se para o âmbito econômico através da globalização. O “perigo do comunismo” não existia mais – ou não estava mais nos discursos das oposições políticas de esquerda do continente. A configuração do mundo em blocos econômicos levou as elites latino-americanas a reavaliarem o seu tradicional papel de subserviência aos interesses norte-americanos e buscarem novas saídas para as mazelas do continente. Além disso, o novo contexto político-econômico mundial de grande competitividade e a exclusão não garantiam mais a velha “cooperação” econômica dos EUA tecida nos termos da “ameaça comunista”. Notadamente, a criação do NAFTA (Acordo de Livre-Comércio do Atlântico Norte) em 1988 já demonstrava um nível maior de fechamento protecionista dos EUA em relação à economia latino-americana. Por isso, a formação do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) em 1991 baseou-se justamente na tentativa de enfrentar o protecionismo da América do Norte. A visão de longo prazo dos governos brasileiro e argentino demonstrou a necessidade de uma nova inserção de sua parte do continente na economia mundial. No entanto, a formação da ALCA (Área de Livre-Comércio das Américas) em 1994, sob a tutela dos EUA e visando integrar a economia do continente até 2004, assinalou uma nova fase de tentativas dos EUA de manterem a sua posição hegemônica e protecionista sobre o continente no que se refere ao aspecto econômico. Por outro lado, a União Europeia demonstrava um grande interesse em estabelecer relações econômicas mais fortes com a América Latina, notadamente com o MERCOSUL, o que não passou despercebido pelo governo dos EUA, o que poderá ser uma fonte potencial de conflito de hegemonias entre os pares do Atlântico Norte, particularmente depois das demonstrações de flagrante unilateralismo da administração de George W. Bush. Como podemos observar, a América Latina continuará a ser uma importante peça no jogo geopolítico norte-americano e, novidade para o século XXI, da União Europeia.

Referências

CASANOVA, Pablo Gonzalez (ed.) America Latina: historia de medio siglo. México: Siglo Veintiuno Editores, v. 2, 1981.

COLLIER, Simon *et al.* The Cambridge encyclopedia of Latin America and the Caribbean. Nova York: Cambridge University Press, second edition, 1992.
OLIVEIRA, Márcio Piñon. “América Latina: legado socioespacial e globalização”. In: Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: EDUFF, 1998.
PENNAFORTE, Charles. Depois do muro – o mundo pós-Guerra Fria. Rio de Janeiro: Editora Ao Livro Técnico, 1998.

GEOPOLÍTICA Segundo Everardo Backheuser (1877-1951): “Geopolítica é a política feita em decorrência das condições geográficas”, sendo que a política consiste no estabelecimento (fixação) de objetivos, na orientação da preparação e aplicação do poder para a sua conquista e manutenção (trata-se de “o que fazer”). Estratégia é a aplicação do poder para a conquista e manutenção dos objetivos estabelecidos (fixados) pela política (trata-se de “como fazer”), diferentemente da geoestratégia, entendida como a aplicação do poder para a conquista e manutenção dos objetivos estabelecidos pela política, quando em decorrência das condições geográficas. Frente à aplicação do poder nacional com base nas condições geográficas, deve-se considerar: o acesso à totalidade das bacias hidrográficas; a posse de uma saída para o mar; a multiplicação das saídas marítimas ou a tendência à expansão do litoral; o acesso às costas opostas e às grandes rotas de suprimento; o estabelecimento de bases aéreas. Para o estudo das tendências geopolíticas dos Estados, devem ser considerados os seguintes aspectos: a forma do território (compacta, alongada, recortada ou fragmentada); a sua latitude, maritimidade ou continentalidade; a situação das fronteiras em relação aos países vizinhos, considerando se são naturais (rios, mares, montanhas etc.), artificiais ou antropogeográficas (linguísticas, étnicas, religiosas etc.); as características predominantes do relevo e a distribuição de seus efeitos no território; o grau de desenvolvimento econômico e humano; a massa crítica (nacional e/ou internacional); o desenvolvimento tecnológico-militar. As principais escolas geopolíticas são a determinista, a possibilista e a integralizada. A escola determinista defende que o ambiente físico é determinante no desenvolvimento da atividade humana. A escola possibilista defende que o ambiente não é determinante, pois o homem é livre na escolha da atividade que irá desenvolver. Já a escola integralizada procura uma solução conciliatória entre as duas escolas, considerando ainda o espaço aéreo e os progressos científicos e tecnológicos. Vejamos, agora, estas tendências segundo suas principais referências teóricas.
O geógrafo alemão Friedrick Ratzel (1844-1904) foi o precursor da geopolítica,

defendendo que o Estado era um organismo biológico dinâmico, tendo sempre vinculados o solo e o homem. Como um organismo, o Estado desenvolver-se-ia segundo flutuações históricas, ampliando ou reduzindo o seu território (espaço vital). Vinculando o homem ao território, Ratzel defendia que o tamanho e a posição deste último influiriam no destino político de cada nação. Assim, lançou as bases de sua teoria do espaço vital na qual relacionou as leis do crescimento espacial (dos espaços crescentes ou do expansionismo), cujos pressupostos podem ser resumidos da seguinte forma: (1) a necessidade de espaço cresce com a cultura (kultur) do Estado; (2) o crescimento dos Estados segue outros sintomas de desenvolvimento (ideias, produção comercial, atividade missionária); (3) o crescimento dos Estados se processa pela amalgamação e absorção de unidades menores, em regra, uma após as outras; (4) a fronteira é o órgão periférico do Estado e, como tal, é o indício do crescimento da força e das modificações deste organismo; (5) em seu crescimento, os Estados tendem a absorver valiosos setores geográficos (litorais, leitos de rios, planícies, regiões ricas em recursos); (6) o primeiro impulso para o crescimento territorial chega ao Estado primitivo de fora (de uma civilização superior); e (7) a tendência de anexar territórios (e ulteriormente assimilá-los) cresce à proporção que novas aquisições são feitas – realizadas estas, aumenta-se a intensidade dos novos impulsos de conquista.

Juan Rudolf Kjëllen (1864-1922), por sua vez, ao incorporar a renovação da ciência política em seus estudos e introduzir o conceito de nacionalismo como uma de suas formas de expressão, imaginou quatro elementos como formadores do Estado: território, economia, sociedade e governo. Assim, definiu que a geopolítica teria como objeto de investigação a relação entre território e organização política. Com base nisso, dividiu a geopolítica em três ramos: a topopolítica (de topoi, lugar, em grego, ou seja, política influenciada pela situação geográfica ou topografia), morfopolítica (política do espaço ocupado pelo país) e fisiopolítica (influência do que o território encerra em riquezas naturais). Para o estudo do território, estabeleceu quatro aspectos: posição, forma e tamanho; situação em relação ao mar e aos outros Estados (centros de poder); mudanças na situação internacional em virtude do aumento ou diminuição do poder de um ou vários Estados vizinhos; a história do seu passado geográfico e seu objetivo na política externa.

Ao fazer um estudo histórico do Estado, tendo como base as principais potências de seu tempo (Grã-Bretanha, França, Alemanha, Áustria-Hungria, Rússia, Itália, Japão e EUA), Kjëllen verificou que, inicialmente, exercia uma função estritamente jurídica, mas logo seria ampliada para intervenções econômicas e sociais. Partindo das ideias de Ratzel, Kjëllen formulou a Teoria Organicista do

Estado, entendendo-o como um fenômeno biológico que nasce, cresce, envelhece e morre, usando várias metáforas do corpo para pensar a correlação entre suas partes, por exemplo: o território era o corpo; a capital e os centros administrativos eram corações e pulmão; as estradas e rios eram veias e artérias; as áreas produtivas eram os membros. Defendeu que um Estado, por estar sujeito às leis do crescimento e a uma política de poder e expansão territorial, só seria capaz de implementá-la se fosse possuidor de um grande poder real, cujas condições eram: grande espaço, liberdade de movimento e coesão interna. Para Kjellen, Estados fortes de território pequeno tinham o imperativo político de ampliá-lo, seja pela colonização, união ou conquista. Na política internacional, os pequenos Estados seriam repelidos para a periferia, mantidos em áreas marginais ou simplesmente desapareceriam. Assim, quanto mais o mundo se organizasse, mais os vastos espaços, como os Estados grandes, fariam sentir sua influência; e quanto maior fosse o seu desenvolvimento, menor a importância dos pequenos. A sua teoria atenua, pois, a ideia de conflito interno e naturaliza a guerra como condição para a expansão externa (crescimento) dos Estados (organismos).

Seguindo outro enfoque, o almirante norte-americano Alfred Thayer Mahan (1840-1914) sistematizou suas ideias geopolíticas em sua Teoria do Poder Marítimo. Pesquisando e comparando o desenvolvimento do poder marítimo de grandes potências, concluiu que o controle dos mares para fins comerciais e/ou militares foi sempre decisivo em todas as guerras desde o século XVII. A fim de comprovar a sua teoria, fez uma análise histórica das lutas da Inglaterra contra a França e a Holanda entre os séculos XVII e XIX. Nesse sentido, afirmava a primazia do poder marítimo sobre o poder terrestre, considerando que este encontrava obstáculos geográficos que a unidade e a mobilidade dos mares superavam. O poder marítimo assumiu em sua obra duas conotações: o domínio do mar por meio da superioridade bélica naval e a combinação de comércio marítimo, posses no ultramar, construção naval e acesso privilegiado. A primeira era definida como poder naval, que com a segunda formaria o poder marítimo. Os seguintes fatores determinariam o desenvolvimento do poder marítimo: posição geográfica, configuração física, extensão territorial, caráter nacional e instituições governamentais. Assim, Mahan definiu como requisitos básicos ao poderio estratégico de uma nação os seguintes fatores: produção, transporte, colônias e domínio de mercados.

Na configuração de cenários geopolíticos, uma especial atenção deve ser dada ao geógrafo inglês Halford John Mackinder (1861-1947), cuja teoria geopolítica do pivô geográfico da história, mais conhecida como Teoria do Poder Terrestre, dividia o mundo em três grandes áreas: ilha-mundo (Europa, Ásia e África),

abrigando a maior parte do poder da terra; ilhas do exterior (Américas e Austrália); e massa líquida (oceanos). Mackinder identificou uma área-pivô, o Heartland, de máxima significação estratégica: corresponderia à região eurasiana (Europa Oriental, Rússia, Casaquistão, Irã, Paquistão etc.), ao crescente interior ou marginal, em meia-lua em torno da área pivô, abrangendo a Alemanha, a Áustria, a Turquia, a Índia e a China; e, finalmente, a um crescente exterior ou insular, compreendendo Grã-Bretanha, sul da África, Austrália, EUA, Canadá e Japão.

Mackinder estava convencido de que a Europa Oriental era a região-chave na política terrestre e que as duas nações europeias em melhores condições de dominar a região seriam a Alemanha e a Rússia, não isoladamente, mas aliadas, ou mediante o controle de uma sobre a outra, de modo que reunissem os recursos e as condições necessárias para obter o controle mundial. Por ocasião da Conferência de Paz de Versalhes, ele advertiu a Grã-Bretanha quanto à ameaça representada pela Alemanha, em virtude da força de sua posição geopolítica, quando apresentou a seguinte hipótese: “Quem dominar a Europa Oriental, controlará o coração continental. Quem dominar o coração continental, controlará a ilha mundial. Quem dominar a ilha mundial, controlará o mundo.” Nesse sentido, dever-se-ia impossibilitar uma aliança potencial ou predomínio entre Rússia e Alemanha através da criação de um cordão de isolamento constituído de Estados-tampões na Europa Oriental. A sua proposta foi acolhida ao final da Conferência de Versalhes. Posteriormente, ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Mackinder revisou o conceito de “Heartland”, ressituando-o entre Missouri (EUA) e Jenissei (URSS), região de grandes recursos naturais, populacionais e de amplas defesas naturais (Oceano Ártico, as montanhas e as áridas mesetas da Ásia Central), que passou a denominar Lenalândia. Havia uma abertura nessa “fortaleza” que ia do Báltico ao Mar Negro, defendida pelo então Exército Vermelho soviético, de modo que impossibilitasse uma invasão alemã.

Mackinder definiu também um segundo conceito, Midland Ocean (Atlântico Norte), cujas ideias essenciais eram: uma cabeça de ponte na França, um aeródromo entrincheirado na Grã-Bretanha e uma reserva de recursos humanos, naturais e industriais nos EUA e no Canadá. Completando o seu modelo geopolítico, Mackinder acrescentou três novas referências: as regiões desérticas que contornam a Lenalândia e o Midland Ocean – com grandes extensões de terras e reduzida população – seriam objetos de novas rotas comerciais aéreas e terrestres que, superando as dificuldades impostas pela geografia, possibilitariam o intercâmbio entre as principais comunidades humanas; as selvas tropicais, à margem do Atlântico Sul, na África e na América do Sul, teriam um imenso

potencial agrícola a ser explorado; por último, as terras das monções asiáticas, da Índia e da China alcançariam prosperidade à medida que Japão e Alemanha fossem pacificados pela civilização. Mackinder vislumbrou na possibilidade de realização deste cenário a condição de se alcançar um mundo equilibrado, livre e feliz.

O general alemão Karl E. Nikolas Haushofer (1869-1946) apresentou seu pensamento geopolítico com base em cinco pontos principais: autarquia, espaço vital, panregiões, poder terrestre versus poder marítimo e fronteiras. Para alcançar a autarquia – entendida no sentido de autossuficiência tanto em recursos naturais quanto em poder econômico-militar –, o território estatal deveria estar em posição geográfica favorável, além de possuir um grande espaço físico e diversidade climática. O espaço vital era compreendido como o direito de uma nação ampliar seu território para atender às necessidades de sua população e cultura. As panregiões seriam áreas supercontinentais que permitiriam a realização do ideal de autarquia. Segundo seu modelo, haveria três panregiões: a Pan-América, liderada pelos EUA; a Euráfrica, liderada pela Alemanha; e a Pan-Ásia, liderada pelo Japão. Posteriormente, baseado na configuração dos poderes internacionais no entreguerras, Haushofer dividiu a Pan-Ásia em Pan-Rússia – constituída, então, pela URSS e pela Índia, com a liderança da primeira – e em Esfera de Coprosperidade da Ásia Oriental, com a liderança do Japão. Inspirado nas teorias de Mackinder, Haushofer tinha por base o conjunto Eurásia-África como ilha-mundo, em torno da qual se desenvolveriam os demais continentes, considerados como “ilhas menores”. Haushofer pensava que a Alemanha (com poder terrestre de mais fácil acesso ao mar) poderia dominar o Heartland em parceria com a URSS e, num segundo momento, poderia expandir-se para o crescente interior (Grã-Bretanha e Japão) e, posteriormente, reforçada pelo poder marítimo anglo-japonês, poderia lançar-se à conquista do crescente exterior (Américas, África Negra e Austrália), abarcando o mundo inteiro. Haushofer concebia as fronteiras tal como Ratzel: paradas temporárias na expansão territorial que expressariam as condições do poder político num determinado momento. As suas teorias ganharam corpo prático com a política externa expansionista da Alemanha nazista.

Considerando o fator emocional humano em seus cálculos geopolíticos, o general italiano Giulio Douhet (1869-1930) defendeu a importância do bombardeio maciço dos centros vitais do inimigo e a ofensiva aérea para quebrar o ânimo da população, ou seja, a sua vontade e capacidade de continuar a guerra. Para Douhet, somente a arma aérea decidiria a guerra do futuro, não havendo impedimentos ou obstáculos que pudessem deter o poder aéreo. Alexander P. Seversky (1894-1974), piloto naval russo, naturalizado norte-americano,

retomou os temas fundamentais de Douhet e propôs a estruturação de uma força aérea independente das forças terrestres e navais, devendo ser dotada de aviões de grande raio de ação e contar com postos e bases de apoio nas principais rotas oceânicas (Atlântico, Pacífico e Ártico) e na costa.

A Segunda Guerra Mundial demonstrou o emprego prático de planos estratégicos baseados nas teorias geopolíticas citadas anteriormente, como podemos observar, por exemplo, no movimento expansionista alemão que, inicialmente, buscou aplicar a teoria de Haushofer (dominar a panregião Euráfrica em aliança com o Império Britânico); posteriormente, com o fracasso desta política, dirigiu-se a leste a fim de dominar o Heartland, tal como imaginara Mackinder, fracassando igualmente. Inspirado nas teorias de Mahan e Douhet, o esforço britânico ocorreu no sentido da manutenção da supremacia aeronaval e da construção de armamentos que a viabilizassem. No entanto, o advento da arma nuclear alteraria profundamente os estudos geopolíticos, levando-os a uma nova dimensão de belicosidade nas relações internacionais.

Referências

CASTRO, Therezinha. Geopolítica, princípios, meios e fins. Rio de Janeiro: Bibliex, 1994.

LELLOUCHE, Pierre. Le Nouveau Monde: de l'ordre de Yalta au désordre des nations. Paris: Bernard Grasset, 1992.

MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. Geopolítica: introdução ao estudo. Rio de Janeiro: Departamento de Estudos da ESG, 2002. [LS 838/02; DAInt]

MATTOS, Carlos de Meira. Geopolítica e modernidade – geopolítica brasileira. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.

TOSTA, Octávio. Teorias geopolíticas. Rio de Janeiro: Bibliex, 1984.

VESENTINI, José William. Novas geopolíticas. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

GEOPOLÍTICA DA ÁFRICA (ATÉ 1945) Em três ocasiões, durante o século XX, a África tornar-se-ia cenário de grandes rivalidades geoestratégicas entre as grandes potências mundiais: (1) no início do século, com o auge dos conflitos interimperialistas europeus; (2) na década de 1970, com a extensão da rivalidade soviético-americana; e (3) no final do século, com a chamada Guerra contra o Terrorismo, levada a cabo pelos Estados Unidos. O desenho político do mapa africano, no alvorecer do século XX, está praticamente definido a partir das rivalidades interimperialistas desenvolvidas entre Grã-Bretanha, França, Itália, Alemanha e Portugal, os principais jogadores no cenário diplomático continental. Excetuando-se a Libéria – criada a partir de 1821 pela American Colonization Society, visando estabelecer na África ex-escravos negros americanos – e o milenar reino da Etiópia (ou Abissínia), todo o continente havia

sido repartido entre as principais potências europeias. A mais antiga presença branca no continente era a portuguesa, até o século XIX, restrita a algumas feitorias e presídios no litoral da Guiné, de Angola e de Moçambique, e limitava-se a praticar um comércio aleatório, além do tráfico negreiro. A partir do final do século, sobretudo depois da derrota francesa frente aos alemães em 1871, a França – principalmente sob a influência de Jules Ferry (1832-1893), grande incentivador das conquistas coloniais e ministro da Terceira República francesa durante longo tempo – passa a desenvolver um amplo projeto de poder que se realizaria na África (e também na Ásia). Em grande parte, e com apoio interessado de Bismarck, que visava desviar a atenção francesa das questões europeias, tratava-se de compensar a perda da Alsácia-Lorena e da humilhação sofrida, construindo-se um império que devolvesse ao país sua noção de orgulho nacional. Seu ponto de partida seria a Argélia, onde desde 1830 a França tinha interesses especiais.

O eixo estratégico inicial da penetração francesa na África se dá no sentido Argélia/Senegal, procurando reunir as possessões mediterrâneas da França aos seus fortes estabelecidos no litoral do Senegal, submetendo ao seu domínio os vastos territórios da chamada África Ocidental, como o Saara – que será futuramente anexado à Argélia francesa –, a Mauritânia e o Mali. Alguns enfrentamentos com ingleses – estabelecidos junto ao Rio Gâmbia – e com portugueses – estabelecidos em Guiné-Bissau – marcarão os primeiros choques interimperialistas na região ocidental da África. Aos poucos, a exploração de fibras e óleos vegetais, no momento do arranque da Revolução Industrial no país, e a implantação do sistema de plantations, com culturas de amendoim e cacau, compensavam amplamente os esforços desenvolvidos pelo Estado francês para ocupar a região. A conquista do confrontante atlântico da África pela França implicava, contudo, tensões crescentes em duas direções: em face ao Marrocos, que acabava envolvido pela África Ocidental Francesa, e em direção ao Nilo, através dos Rios Volta e do Níger até o Lago Tchad (hoje Burkina Fasso, Níger e Tchad). O envolvimento do Marrocos, um reino autônomo só nominal e formalmente sujeito ao ImpérioTurco, colocava a França diretamente em choque com a Alemanha imperial, que via uma última esperança de estabelecer uma colônia própria em um importante país mediterrâneo. Da mesma forma, o ímpeto em direção ao Nilo colocava os franceses numa situação de enfrentamento direto com os ingleses, fortemente estabelecidos em torno do Canal de Suez. Tal situação era típica do final do século XIX e representava bem o isolamento francês em face da Alemanha e da Grã-Bretanha, após a derrota de 1871.

Os ingleses haviam estabelecido suas bases de ocupação da África a partir de

três pontos estratégicos: o próprio Canal de Suez (ocupado pelos ingleses desde 1888, quando, pela Convenção de Constantinopla, do mesmo ano, são estabelecidas suas regras de operacionalização), que facilitando a chamada rota curta para as Índias, através do Mar Vermelho e do Oceano Índico, abria, assim, o Egito e todo o Nilo à dominação britânica; um segundo ponto da penetração britânica foi a área entre o Golfo de Benin e o Rio Níger, onde se estabeleceram desde 1880 e de onde partiriam para a dominação da área tropical africana; por fim, um terceiro ponto de apoio formou-se em torno da Cidade do Cabo, onde os ingleses haviam se estabelecido em 1795, parte fundamental da chamada longa rota para as Índias (Atlântico/Cidade do Cabo/Cingapura). A razão inicial de os britânicos interessarem-se pela África prendia-se ao controle e à segurança das rotas para as Índias. Assim, o Canal de Suez, de um lado, e a Cidade do Cabo, de outro (ao lado de várias ilhas do Atlântico e pontos-chaves no litoral africano), representavam parte fundamental das estratégicas rotas de acesso às Índias, centro nevrálgico de todo o Império Britânico.

O projeto britânico de ocupação da África mostrava-se, assim, bem mais orgânico e coerente do que o avanço francês e integrava-se, plenamente, em um projeto imperial de mais longo alcance, valorizando Alexandria, Suez e a Somália como pontos de apoio e acesso ao Império das Índias. Assim, no quadro mais geral da política colonial britânica a África ocupava importante papel na estratégia de ocupação das fímbrias da Ilha do Mundo, conforme a geopolítica de Mackinder (e mais tarde retomada por Nicholas Spykman). Qualquer hegemonia estranha no continente negro poderia representar um risco para outras áreas vitais do império, como o Golfo Pérsico, Aden, as Índias, Cingapura e Hong-Kong.

Como potencial econômico em si mesmo, somente após 1880 o imperialismo europeu, em seu conjunto, começa realmente a se interessar pelos recursos naturais da África, pondo em prática uma política que transcenderia a exploração predatória do litoral. Assim, a primeira vaga imperialista, francesa e britânica, explicava-se bem mais pelas noções de prestígio, orgulho nacional e de imperiosidades geoestratégicas (argumento da Escola Geopolítica de Mackinder/Spykman ou da Escola Histórica Alemã, com Wolfgang Mommsen). Somente depois daquela data os interesses econômicos, em matérias-primas e de mercados – além da alocação de excessos populacionais e empregos remunerativos para amplas camadas sociais ociosas na metrópole – passam a caracterizar o imperialismo em seu classicismo (argumento da escola marxista, com Hobson/Lenin/Hobsbawm). Deve-se, desta forma, procurar certa reconciliação entre os argumentos de ambas as vertentes explicativas, evitando excluir, in limine, qualquer das explicações apresentadas. Dependendo da fase

expansiva do imperialismo na África e de sua localização geográfica, os argumentos geopolíticos e os argumentos puramente econômicos podem ser, ambos, plenamente cabíveis.

De qualquer forma, com a crescente expansão industrial europeia, a rivalidade franco-britânica amplia-se rapidamente a partir de 1880.

Os franceses aceleram sua expansão em direção ao sul, redirecionando o eixo Argélia/Senegal em dois vetores: de um lado, para o sul rumo à África Equatorial, buscando a Bacia do Rio Congo, principalmente pela ação do Coronel Brazza (1852-1905), onde criaram a África Equatorial Francesa (com o Gabão e o Congo) em 1910. Por outro lado, tomariam a direção para o leste, buscando, a partir do Mali, atravessar o Níger e Tchad, então denominado de Sudão Francês. Daí atingiriam o Nilo, no Sudão propriamente dito, pretendendo a junção com a colônia francesa de Djibouti, entre o Mar Vermelho e o Oceano Índico, onde já possui algumas ilhas e o imenso território da Ilha de Madagascar, ocupado desde 1885. O projeto equatorial francês não encontrará maior resistência, atingindo rapidamente a Bacia do Congo e a foz do mesmo rio, na altura de Cabinda, estancando apenas em face da imensa colônia belga do Congo. Será o Congresso de Berlim, em 1884-1885, que estabelecerá os limites no sul da expansão imperial francesa na África. Nas suas resoluções, o Congresso de Berlim reconhecia o Estado do Congo, governado autonomamente por Leopoldo II, rei da Bélgica – imenso território de floresta equatorial englobando a Bacia do Congo até a Região dos Grandes Lagos (Vitória, Tanganica e Malawi) e a colônia portuguesa de Angola (com o enclave de Cabinda contornando a foz do Rio Congo), rico em ouro, diamantes, cobre, fibras vegetais, peles, marfim *etc.* A pequena Bélgica e seu ambicioso rei só conseguiram manter o controle sobre uma região tão ampla e rica como a Bacia do Congo (englobando as terras altas de Ruanda e Burundi) em virtude das rivalidades europeias, em razão das quais nenhum dos concorrentes europeus confiava nos demais, em especial nos interesses dos alemães em estabelecer-se na região. Em troca do reconhecimento do Estado do Congo, sob controle de Leopoldo II, os belgas tiveram de aceitar a política de “portas abertas”, admitindo a navegação e o comércio internacional no Rio Congo para todas as nações europeias. Da mesma forma, os capitais franceses e belgas associar-se-iam rapidamente com o intuito de explorar as riquezas minerais do país, conformando, um pouco mais tarde, a empresa Union Minière, que exerceria o verdadeiro controle sobre o cobre, o ouro e os diamantes do Congo.

Na direção leste, contudo, a expansão francesa deparou-se com a forte projeção de força do Império Britânico, que fazia a subida do Rio Nilo, estabelecendo uma longa linha férrea paralela ao rio como principal ferramenta de dominação

do rico e estratégico Vale do Nilo. Ambas as frentes imperialistas se encontrariam na junção dos dois Nilos, em Fachoda, no Sudão. Estavam em jogo, em 1898, dois ambiciosos projetos geopolíticos: a travessia francesa da África no sentido Atlântico/Índico ou a travessia britânica da África no sentido Alexandria/Cidade do Cabo, através de uma longa ferrovia, que deveria ligar o Cairo à Cidade do Cabo, idealizada por Cecil Rhodes (1853-1902). Os dois países, levados à beira de um conflito, resolveram negociar uma partilha do continente em áreas de interesses, em grande parte em função da postura pacificadora do ministro francês Delcassé (1898-1905). As negociações franco-britânicas conduziriam à formação da Entente Cordiale, em 1904, um amplo acordo de cooperação entre a França e a Inglaterra, que definiriam as relações internacionais na Europa até depois da Segunda Guerra Mundial (ao menos até o afastamento da Inglaterra do Mercado Comum Europeu por Charles De Gaulle nos anos 1960).

A Grã-Bretanha pôde, assim, consolidar seu projeto de criação de um imenso eixo vertical que cortava o continente africano no sentido norte/sul, acompanhando a linha do Nilo e dos Grandes Lagos, através do Condomínio Anglo-Egípcio sobre o Sudão, estabelecido em 1898. Abriam-se, assim, os acessos às terras altas, povoadas por pastores e camponeses do Quênia, daí voltando-se para a ocupação de Zanzibar, Uganda e da Niassalândia (atual Malawi). Toda a região fazia parte de um próspero sultanato marítimo centrado em Omã – na costa da Arábia –, de onde o sultão controlava uma imensa rede de comerciantes árabes que haviam se estabelecido nas margens do Índico, sujeitando todo o comércio entre o Mar Vermelho, o Golfo Pérsico e a África Oriental. A miscigenação racial e cultural entre árabes e bantus daria origem a uma civilização centrada no idioma swahili, no comércio marítimo – inclusive de escravos – e na religião islâmica. Para os ingleses era fundamental aniquilar qualquer poder naval autônomo na área do Oceano Índico, claramente em virtude da busca de segurança para o fluxo comercial com as Índias. Entre 1885 e 1898, toda a área entre o litoral índico e os Grandes Lagos, no interior do continente, seria posta sob domínio britânico, que buscaria valorizar a região, introduzindo a propriedade privada, com grandes plantações de café, cana-de-açúcar, algodão e chá, com um típico sistema de plantation, o que ocasionou grande dano aos sistemas tradicionais de pastoreio nativo em áreas coletivas tribais.

Completando a projeção de força britânica sobre o continente, os ingleses, sob a inspiração do milionário aventureiro Cecil Rhodes, buscariam expandir sua colônia da Cidade do Cabo em direção às Repúblicas Boers do Transvaal e Orange, originando a Guerra dos Boers (1899-1902), o que permitiu a ocupação

de todo o sul da África, com suas fabulosas minas de ouro e diamantes, além das vastas planícies aráveis. Em seguida, os ingleses partiram para o Vale do Rio Zambeze, procurando atingir os Grandes Lagos pelo sul, ocupando os planaltos da Botswana, Rodésia (hoje, Zimbabwe) e de Zâmbia, realizando, enfim, a junção com a frente norte já estabelecida em Zanzibar e no Quênia. Os três vastos países passaram a ser administrados pela Companhia Britânica da África do Sul, fundada por Cecil Rhodes e voltada para a exploração de diamantes, ouro, cobre – este último supervalorizado com a expansão da indústria elétrica e de motores –, além de outros minerais estratégicos.

A realização do projeto britânico, idealizado por Rhodes, de criar um domínio tão extenso, do Cairo até a Cidade do Cabo, acabaria por frustrar outro projeto geoestratégico, desta feita formulado por Portugal, interessado em unir – através da savana centro-africana e do Vale do Rio Zambese – suas colônias de Angola e Moçambique, colocando em comunicação o Atlântico diretamente com o Índico. Contudo, as condições financeiras de Portugal, bem como suas sucessivas crises políticas no início do século XX, impediram a concretização do projeto luso. A bem da verdade, Portugal não possuía quaisquer condições de reação contra os ingleses, dependendo dos mesmos para financiar sua presença na África, nem de evitar que os alemães ocupassem Angola e Moçambique. Durante bom tempo, os alemães almejaram expandir suas colônias da Namíbia, então o Sudoeste Africano Alemão, com a anexação de Angola, além de estender a colônia de Tanganica – atual Tanzânia – com anexação de Moçambique. Somente o medo dos ingleses em permitir um aumento da presença germânica na África – já desafiadora através do projeto alemão de construção de uma frota de alto-mar pelo Almirante Tirpitz, em 1912 – impediu a transferência das colônias portuguesas. A Alemanha foi, ainda, frustrada em seus intentos expansionistas no Marrocos pela ação dos franceses, em íntima aliança com a Inglaterra. Considerado como um alvo inicialmente fácil, o Marrocos acabou por gerar duas crises sucessivas entre alemães e franceses. Desde o Incidente de Fachoda, em 1898, entre ingleses e franceses, estes teriam conseguido colocar o Marrocos em sua área de interesses, compensando a Espanha – também interessada no país – com o domínio de uma longa franja atlântica do litoral ocidental africano, o Saara Ocidental (anexado pelo Marrocos em 1975). Os alemães não reconhecem, contudo, a soberania francesa sobre o Marrocos, causando uma grave crise europeia entre 1905 e 1906 (Primeira Crise do Marrocos ou Crise de Tanger). Pela Conferência de Algeciras, em 1906, na qual a Entente Cordiale de 1904 – a nova aliança franco-britânica – daria mostras de funcionar perfeitamente, a França viu seus direitos exclusivos sobre o país reconhecidos. Contudo, em 1911, a Alemanha voltaria a exigir uma participação na exploração do Marrocos,

enviando uma canhoneira para Agadir (Crise de Agadir ou Segunda Crise do Marrocos), o que acaba sendo resolvido com a cessão de um território francês junto ao Congo para os alemães. A Alemanha, por fim, perderá todas as suas colônias africanas (e nos demais continentes) nas estipulações do Tratado de Versalhes, ao final da Primeira Guerra Mundial.

Outro país que teve seus planos frustrados, em razão das atividades da Entente Cordiale na África, foi a Itália. O projeto estratégico italiano visava, sob a grandiloquência da recriação do domínio romano sobre o Mediterrâneo, estabelecer um Mare Nostro na região, estabelecendo pontos de apoio por todo o Mediterrâneo e adjacências. Contava com a fragilidade do Império Turco para ocupar suas províncias africanas, como a Tunísia e a Líbia – as então províncias otomanas da Cirenaica e Tripolitânia –, além dos arquipélagos gregos sob ocupação turca (Creta, Dodecanesos). Contavam, ainda, em estabelecer-se em um rico e populoso país, a Etiópia (ou Abissínia), pois, na região denominada Chifre da África, na confluência entre o Mar Vermelho, o Golfo Pérsico e o Oceano Índico, já ocupavam a Eritreia e a Somália. Contudo, a invasão lançada contra os etíopes redunda em amplo fracasso, sendo os italianos derrotados na Batalha de Ádua, em 1896 – primeira grande derrota de um país europeu frente a um povo de raça negra. Contrariados e humilhados no Chifre da África, os italianos lançaram tentativas de ocupar a Tunísia, onde seriam expulsos pelos franceses. Por fim, assinaram com a França o Tratado Secreto de 1900, no qual renunciam aos territórios tunisianos em troca da Cirenaica e Tripolitânia (hoje Líbia). Em 1911, aproveitando-se da debilidade turca, lançaram uma ofensiva no norte da África (Guerra Ítalo-Turca, 1911), apropriando-se de amplas regiões entre a Tunísia e o Egito. Mais tarde, já sob o regime fascista de Mussolini, os italianos renovaram o projeto de um império africano, lançando um brutal e fulminante ataque contra a Etiópia, finalmente conquistada em 1936 (Conquista da Etiópia, 1935-1936). A Itália perderia, ao final da Segunda Guerra Mundial, todas as suas colônias africanas, ensejando nos desertos da Líbia uma das mais fulgurantes campanhas militares da Segunda Guerra Mundial.

A penetração ocidental e a partilha da África não seriam processos históricos jogados exclusivamente pelas potências europeias. As forças políticas locais, organizadas de formas extremamente diferenciadas – da organização tribal dos hotentotes do Sudoeste Africano Alemão até o Império do Negus da Etiópia – reagiram, na medida dos seus meios, contra a conquista europeia. Desde o final do século XIX até a década de 1970 (ou mesmo até os anos 1990, se considerarmos o regime de Apartheid uma decorrência do colonialismo ocidental) as populações africanas lutaram intensamente contra a dominação colonial. Os ingleses, para consolidarem seu domínio sobre o continente, tiveram

de enfrentar duas grandes revoltas: no Sudão, organizada por Mohammad Ahmed, a Revolta do Mahdi, entre 1881-1883, que foi capaz de impor duras derrotas às tropas coloniais britânicas, e na África do Sul, a Guerra dos Zulus, em 1879, num conflito em que a população bantu, original do país, resistiu longamente contra a presença branca. Em Madagascar, uma ampla resistência nacional foi organizada contra os franceses entre 1894 e 1897, com levantes sucessivos nos anos de 1905, 1915 e 1929. Os alemães, por sua vez, tiveram de enfrentar um amplo levante em sua colônia do Sudoeste Africano, a Revolta dos Hereros e Hotentotes, sufocada com um massacre contra as populações tribais. Por toda a África, nas colônias portuguesas, no Congo Belga, no Quênia ou no Tchad, populações nativas foram expulsas de suas terras, obrigadas a formas de trabalho compulsório em grandes plantações e em obras públicas de interesse colonial, como fortes, portos e ferrovias. Além disso, os missionários cristãos impunham normas e idiomas ocidentais, aceleravam a desintegração das hierarquias tradicionais de linhagens, como no caso de Ruanda, da Costa do Marfim ou da Rodésia, com consequências futuras terríveis para o destino do continente.

Referências

FERRO, Marc. História das colonizações. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
FRÉMOUX, Jacques. Les Empires Coloniaux dans le processus de mondialisation. Paris: Maisonneuve, 2002.
HOBSBAWM, Eric. A era dos impérios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
MOMMSEN, Wolfgang. La época del imperialismo. Madri: Siglo XXI, 1971.
OLIVIER, Roland. A experiência africana. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

GINÁSTICA Foi no século XVIII que surgiram as primeiras iniciativas de, a partir do conhecimento científico, melhor compreender os benefícios e normatizar a prática da ginástica, costume já observado entre os gregos na Antiguidade. No século XIX, essas iniciativas ganharam um vulto maior, no contexto do crescimento das preocupações com as consequências e necessidades geradas a partir do rápido processo de industrialização e de urbanização. Nesse momento se originaram várias escolas nacionais de ginástica em diversos países (Alemanha, Suécia, Dinamarca e, já na virada do século, França e Estados Unidos).

A despeito da importância de tais iniciativas, pode-se afirmar que é no século XX que a ginástica recebe uma atenção maior por parte da população e dos organismos governamentais. Por trás desse desenvolvimento, pode-se situar: (1)

um avanço do rigor das concepções teóricas das propostas de ginástica; (2) uma melhor preparação dos professores/instrutores responsáveis pelo ministrar das aulas; (3) a compreensão de sua utilidade como elemento de prevenção de várias doenças, inclusive as cardiovasculares, um dos maiores problemas do século; e (4) a identificação de sua contribuição para a construção de um corpo muscularmente “delineado”, uma das preocupações em um fim de século em que a imagem ganha enorme valor.

Ao contrário da valorização dos corpos gordos, típicos do Renascimento, no decorrer do século XX progressivamente são valorizados os corpos bem torneados (com musculatura forte e bem definida) ou os corpos magros. A obesidade, um grave problema no fim do século XX em razão das consequências para o sistema cardiovascular, passa a ser não só um problema de saúde, mas fundamentalmente de estética. Ela apresenta também uma faceta paradoxal impressionante, na medida em que, se grande é o número de obesos, normalmente devido ao consumo desequilibrado de nutrientes, ainda maior é o número de desnutridos, pessoas que não têm acesso à ingestão mínima alimentar diária necessária. Ao mesmo tempo, muitos podem comer e não comem, para se enquadrarem em uma verdadeira ditadura corporal imposta.

Para entender a ligação da ginástica com os cuidados relacionados com a saúde e a estética, basta lembrar que, no início deste século, ela era eminentemente uma estratégia concebida para as escolas, de forma a desenvolver hábitos higiênicos entre os jovens, embora já existissem salas onde era oferecida a prática para o grande público. Também os clubes, notadamente os de remo, começaram a oferecer aulas de ginástica para seus associados.

No decorrer do século, esse quadro foi se modificando. Com o crescimento da aceitação e da valorização do esporte, a ginástica paulatinamente começou a perder espaço nas escolas, que incorporaram a prática esportiva como principal estratégia pedagógica. De outro lado, a ginástica cada vez mais ganhou espaço no âmbito não escolar e as antigas modestas salas de ginásticas deram lugar a verdadeiros complexos de atividades físicas, com infraestrutura cada vez melhor, inclusive equipamentos cada vez mais avançados.

Obviamente que por trás desse desenvolvimento encontra-se também um enorme mercado de consumo, em que determinado modelo de corpo (difundido constantemente pela mídia) induz à compra não só da atividade física em si, mas também de roupas, implementos e aparelhos diversos (bicicleta ergométrica, caneleiras etc.), vitaminas e alimentação específica (produtos ditos “energéticos”, por exemplo), cremes e produtos de beleza, entre outros.

Com isso, observa-se o surgimento constante e rápido de formas supostamente “novas” de praticar a ginástica. Na verdade, pouco há de diferente nessas

práticas, mas, sim, variações em si de um tema básico, tendo em vista criar novas formas de consumo. São pequenas alterações ou novas estratégias desenvolvidas a partir de constatações antigas. A ginástica aeróbica, por exemplo, uma moda durante alguns anos, nada mais era do que o aperfeiçoamento de princípios que os antigos métodos já preconizavam, como a preocupação com o sistema aeróbico (basta ver as sugestões do método francês) e a utilização de músicas (já proposta pela calistenia, de origem norte-americana, no início do século). A própria ginástica aeróbica gerou um sem-número de "outras" modalidades, sempre apresentadas sob o rótulo da novidade.

A novidade do final do século XX parece ser mesmo a popularização de formas "suaves" e "alternativas" de atividade física, muitas originárias ou baseadas em princípios da sociedade oriental: o tai-chi chuan, o ioga, entre outros. Por certo já se gerou um mercado ao redor dessas práticas, que vende uma filosofia própria, uma forma de alimentação específica, roupas consideradas adequadas, enfim, um comportamento esperado. Ao redor dessas atividades surgem também descaracterizações, frutos de distorções de seus sentidos originais e/ou misturas com práticas típicas do mundo ocidental. Esse é o caso, por exemplo, de "power ioga".

No fim de século XX, as preocupações com o corpo extravasam a prática da ginástica e preocupações com a alimentação. Uma grande variedade de cirurgias plásticas (injeção de silicone, lipoaspiração, entre outras) oferece ao indivíduo a possibilidade de ter um corpo bastante próximo do que deseja, independentemente de seu suor e esforço em academias. Além disso, uma série de produtos alimentares promete milagres para a manutenção da estética corporal aceita. Basta ver a rápida difusão e valorização de adoçantes, produtos com o rótulo diet e light e a popularização perigosa de remédios para emagrecer.

A despeito dessas alternativas, parte significativa da população, principalmente aquela ligada à classe média e à classe alta, permanece praticando a ginástica ou pelo menos frequentando as academias, sem dúvida uma forma de status e distinção e de encontro de um grupo social de convívio.

Referências

LACERDA, Yara. O alternativo e o suave na Educação Física. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

MARINHO, Inezil Penna. Sistemas e métodos em Educação Física. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional, 1957.

NOVAES, Jefferson da Silva. Ginástica em academias no Rio de Janeiro: uma pesquisa histórico-descritiva. Rio de Janeiro: Sprint, 1991.

SOARES, Carmen Lúcia Soares. Educação Física: raízes europeias e Brasil. Campinas: Autores Associados, 1994.

GOSPLAN (COMITÊ ESTATAL DE PLANEJAMENTO) Órgão do Conselho de Ministros da URSS responsável pelo planejamento de longo e curto prazo no país e pela verificação do cumprimento dos planos. Numa economia de planejamento central como a soviética, esta era uma tarefa fundamental para o bom funcionamento do sistema. O Gosplan estabelecia planos de diferentes durações (quinquenal, anual, trimestral etc.). Os principais eram o quinquenal e o anual: o primeiro estabelecia as diretrizes de longo prazo para o país, enquanto o anual tinha caráter mais operacional. É importante notar que, na URSS, o planejamento não tinha caráter meramente de previsão ou indicativo como nos países capitalistas. As diretrizes do plano tinham caráter mandatório e deveriam ser obedecidas pelas empresas.

Para se entender o processo de formulação dos planos, podemos tomar o exemplo de um plano anual típico. De posse das informações enviadas pelos ministérios sobre a realização do plano anterior e a capacidade produtiva das empresas, o Gosplan elaborava um plano-rascunho que consistia em seus objetivos principais e nas "cifras de controle", que eram alvos preliminares a serem alcançados pelas empresas do país. Essas "cifras de controle" eram repassadas aos escalões inferiores por intermédio dos ministérios. As empresas enviavam, então, um feedback sobre se teriam realmente capacidade de cumprir as metas ou propunham alterações naqueles números. De posse das novas informações, que chegavam até ele também intermediadas pelos ministérios, o Gosplan elaborava a versão final do plano, que era, então, repassada aos escalões inferiores para cumprimento.

É importante notar que o gigantismo da tarefa de planejar a produção de uma economia complexa era mitigado por alguns fatores. Primeiramente, o Gosplan não determinava diretamente a fabricação e distribuição dos milhões de diferentes artigos produzidos no país. Se, de maneira geral, o planejamento era executado pelo Gosplan, a distribuição de produtos e insumos entre as empresas era organizada pelo Gossnab (Comitê de Suprimento Estatal), enquanto o comércio varejista das lojas oficiais ficava sob responsabilidade do Mintorg (Ministério do Comércio). Além disso, o Comitê de Planejamento Estatal determinava o volume de produção apenas de forma agregada. Ele não cuidava diretamente da produção de todos os artigos. O Gosplan se concentrava em grupos agregados dos principais produtos e repassava instruções de como estes grupos deveriam ser desagregados (e estabelecidos planos de produção e distribuição) pelo Gossnab, ministérios *etc.* Assim, por exemplo, no início da década de 1980, o Gosplan trabalhava com 2 mil grupos agregados de produtos, o Gossnab dividia esses grupos agregados em 15 mil subgrupos que, por sua vez, eram novamente subdivididos em outros 50 mil pelos ministérios. Além disso,

quando chegava o momento da efetiva distribuição por atacado, os departamentos e seções responsáveis do Gossnab, ao designar as empresas fornecedoras e as receptoras, detalhavam ainda mais a nomenclatura de produtos (em 10 a 15 subitens). O centro se concentrava, então, nos agregados de produtos mais importantes e deixava para as outras instâncias (principalmente ministérios e instituições governamentais republicanas e, mesmo, municipais) a tarefa de como atingir as quotas de produção por meio das empresas sob sua jurisdição. Por exemplo, um ministério poderia receber do centro a quantidade de diferentes tipos de aço a serem fabricados, mas caberia ao ministério decidir por quais fábricas estes tipos de aço seriam produzidos, em que quantidade cada uma os produziria *etc.* É importante notar que, além do Gosplan "central", ligado diretamente ao Conselho de Ministros, existiam também os Gosplans de cada república constitutiva da URSS, que atuavam em coordenação com o órgão central.

O Gosplan foi criado em 1921, dois meses depois da adoção do Plano para a Eletrificação da Rússia (plano Goelro). Após o período anárquico da guerra civil, o plano Goelro era visto como uma primeira etapa para um futuro plano mais geral da economia. Entretanto, dentro das condições da NEP (Nova Política Econômica), com sua abertura ao funcionamento de mercado em certos setores da economia, nos primeiros anos o Gosplan realizou mais estudos de previsão ou planos meramente indicativos. Foi com a adoção dos primeiros planos quinquenais a partir de 1927-1928 que o papel do Gosplan se tornou crucial e as diretrizes dos planos estabelecidos por ele passaram a ter caráter obrigatório para as empresas. Este papel fundamental do Comitê Estatal de Planejamento foi mantido, então, por quase todo o período da história da URSS até a perestroika, apesar das reformas de Krushchev e de Kosygin (respectivamente na segunda metade da década de 1950 e da de 1960). Com o início da perestroika, em meados dos anos 1980, uma série de críticas ao burocratismo do planejamento central soviético fez com que as reformas de Gorbachev trouxessem, em seu bojo, o espírito de gradualmente ir transformando o planejamento central de rigidamente obrigatório a meramente indicativo, com as empresas tendo maior flexibilidade para decidir sobre sua produção. A desintegração da União Soviética, em 1991, levaria também à extinção do Gosplan.

Referências

ELLMAN, Michael. Planejamento socialista. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

WILCZYNSKI, J. A economia do socialismo. São Paulo: Vértice, 1987.

GRANDE DEPRESSÃO Mais de 70 anos após a data que é geralmente apontada como a que marca o seu início – a quebra da Bolsa de Nova York em 1929 –, as causas da Grande Depressão continuam sendo alvo de controvérsias. Por quase 12 anos, a economia norte-americana viveu um período de queda de investimentos, produção e emprego que, por sua longevidade e intensidade, é único na história dos Estados Unidos. O desemprego, que em 1929 afligia 3% da força de trabalho, passou para 6,3% em 1930 e atingiu a marca de 30,5%, ou seja, quase 12 milhões de trabalhadores, em 1933, ano em que Franklin D. Roosevelt (1882-1945) assumiu a presidência da República e lançou o New Deal. Ainda em 1940, o desemprego atingia 15% dos trabalhadores, e só veio a cair a níveis anteriores aos de 1929 a partir da entrada do país na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Por outro lado, a Depressão não se restringiu aos Estados Unidos, mas teve efeitos imediatos e profundos em praticamente todos os países capitalistas, tendo contribuído inclusive para a ascensão ao poder de Adolf Hitler (1889-1945) na Alemanha. Como explicar, pois, tal cataclisma, se ainda em dezembro de 1928 o Presidente John Calvin Coolidge (1872-1933) havia profetizado anos de paz e prosperidade?

As diferentes explicações refletem, evidentemente, as distintas escolas do pensamento econômico e giram em torno de erros na gestão da política monetária pelo Federal Reserve Board no pós-1929, que, ao reduzir o meio circulante, teriam levado a uma contração geral da economia, e de inadequações da política de comércio exterior que, ao elevar as alíquotas de importação com a tarifa Hawley-Smoot, de 1930, teriam levado a uma queda generalizada do comércio internacional; da teoria dos ciclos econômicos de longa, média e curta duração; da fragilidade do padrão-ouro como mecanismo de regulação das moedas nacionais e dos mercados internacionais; dos desequilíbrios econômico-financeiros entre os diferentes países advindos do Tratado de Versalhes; da relutância dos Estados Unidos em assumir seu papel como potência hegemônica internacional no lugar da Inglaterra após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e, por fim, dos desequilíbrios da própria economia americana, expressos, por exemplo, na crescente concentração da renda, ao mesmo tempo em que a produtividade do trabalho crescia de forma constante, e na superprodução de produtos agrícolas. As interpretações se dividem, pois, entre as que percebem as raízes da Depressão em um complexo conjunto de fatores internacionais e as que as localizam em desequilíbrios da economia norte-americana, que depois repercutiriam pelo mundo; entre as que entendem que existiu um fator predominante para o desencadeamento do processo e as que entendem que houve um amplo leque de desequilíbrios que o ensejaram; entre as que veem em 1929 o momento inicial da crise e as que nele percebem apenas um de seus

momentos, embora de fundamental importância.
Uma visão abrangente das razões da amplitude da Grande Depressão deve levar em conta elementos advindos de diferentes interpretações. Assim, por exemplo, os problemas políticos e econômicos da Alemanha do Tratado de Versalhes tornaram-na extremamente dependente dos investimentos e empréstimos dos Estados Unidos, razão pela qual o repatriamento de capitais americanos após 1929 levou-a a ficar numa posição de extrema vulnerabilidade. Por outro lado, o retraimento do comércio internacional teve um profundo impacto sobre várias economias, particularmente as voltadas para a agroexportação, como o Brasil. No entanto, as raízes da maior crise econômica do século XX parecem encontrar-se em contradições vividas na própria economia norte-americana e que, a partir dela, contaminaram o resto do mundo capitalista.
Da virada do século XIX até as três primeiras décadas do século XX, foram presenciadas mudanças importantes no perfil da economia e da sociedade norte-americanas, como a consolidação dos grandes conglomerados econômico-financeiros, a generalização das relações de assalariamento e a expansão da produção em massa. Tais modificações, no entanto, não se fizeram acompanhar pela construção de mecanismos institucionais que garantissem a sustentabilidade do novo desenho econômico-social no longo prazo. Herbert David Croly (1869-1930), um dos principais intelectuais do Movimento Progressista, diante do espetáculo da crescente concentração do poder das grandes corporações, defendia, já na década de 1910, o fortalecimento institucional do Estado e do movimento sindical com vistas à construção de um novo equilíbrio de forças capaz de redistribuir a renda nacional e o poder político.
A produção fordista em massa, surgida na indústria automotiva, ocuparia um lugar central neste cenário. A disponibilização no mercado de um número crescente de bens produzidos por uma forma de organização da produção que exponencializava a produtividade do trabalho vinha colocar a questão da construção de mecanismos que propiciassem renda para um número crescente de indivíduos para que estes se transformassem em consumidores. É importante ressaltar que o fordismo disponibilizava um bem – o automóvel – para o consumo familiar e não para o consumo industrial de insumos e bens de produção, característico do século XIX. Nesse sentido, ele representou uma mudança importante na economia americana, estabelecendo um novo setor extremamente sensível ao poder de compra das famílias. Por outro lado, o mundo dos pequenos artesãos, comerciantes e profissionais liberais, ou seja, a chamada antiga classe média, deu crescentemente lugar ao mundo dos trabalhadores industriais, que viviam única e exclusivamente de seus salários, como os agentes do consumo. Neste cenário em que o consumo dos assalariados

ganhava importância, a resposta dada pelo próprio Henry Ford (1863-1947) para garantir renda aos trabalhadores foi a introdução do chamado “dia de US$5” (o dobro do salário diário que um trabalhador qualificado então recebia), que transferia parcelas dos ganhos de produtividade do trabalho aos salários e incorporava os trabalhadores da Ford Motor Company ao mundo do consumo. No entanto, ainda que a linha fordista de montagem tivesse sido rapidamente incorporada por outros setores industriais, a transposição dos salários mais altos, como os pagos por Ford para o conjunto da economia norte-americana, revelou-se muito mais problemática, devido à ausência de mecanismos institucionais que regulassem a concorrência entre as diferentes empresas dentro de um mesmo setor industrial. Desta forma, os salários permaneciam sempre como uma importante variável de ajuste em suas estratégias concorrenciais e mesmo o “dia de US$5” cedo iria revelar-se apenas uma peça de propaganda de Ford. Já em 1918, o poder de compra dos US$5 estava reduzido pela inflação ao equivalente a US$2,14 de 1914. Em 1919, os US$5 foram elevados para US$6, equivalendo a um poder de compra de US$3,36 de 1914. Por outro lado, salários/hora relativamente elevados, como os da indústria automotiva, não significavam necessariamente rendas anuais altas. A indústria automotiva caracterizava-se nas primeiras décadas do século XX por uma alta sazonalidade da produção, o que acarretava longos períodos de desemprego. Assim, em 1925, um ano considerado bom, o tempo médio de emprego de um trabalhador automotivo foi de 46 semanas, ou seja, ele passou em média um mês e meio desempregado, sem quaisquer rendimentos.

Na década de 1920, Herbert Hoover (1874-1964), primeiro como secretário de Comércio e depois como presidente da República, buscaria dar resposta ao problema da concorrência destrutiva entre as empresas mediante o incentivo à formação de associações empresariais com o objetivo de regular horas, salários e preços em seus setores, sem a interferência do Estado. No entanto, seu novo individualismo acabaria por revelar-se inadequado justamente pela incapacidade dos capitais individuais de traçar e respeitar uma estratégia coletiva e pela ausência de mecanismos que os constrangessem a agir de forma concertada. O Estado não estava institucionalmente aparelhado para fazê-lo e os sindicatos, em boa medida dominados pelas próprias empresas, além de parcelados em habilidades profissionais e fracionados por disputas étnicas sob a liderança da American Federation of Labor, tinham visto seus recursos políticos adquiridos ao longo da Grande Guerra praticamente evaporar-se diante da reação republicana da década. Mais do que isto, a política de repressão aos sindicatos ainda era a estratégia dominante em vários setores industriais. Neste quadro, entre 1923 e 1929, a produtividade do trabalhador norte-americano cresceu 32%,

enquanto os salários tiveram ganhos reais de apenas 8%. Em 1929, as 200 maiores corporações norte-americanas controlavam cerca de metade da produção industrial do país, e as 0,1% famílias mais ricas possuíam uma renda agregada equivalente à das 42% mais pobres. Em números absolutos, aproximadamente 24 mil famílias possuíam uma renda combinada equivalente à das 11,5 milhões mais pobres. Em consequência, na década de 1920, os americanos maiores de 18 anos consumiam, em média, menos de uma muda nova de roupa por ano e, já em 1927, portanto dois anos antes da quebra da Bolsa de Nova York, foram produzidos nos Estados Unidos quase 700 mil carros a menos do que em 1926. A partir de então, a indústria automotiva iria criar uma série de mecanismos para estimular as vendas: do incentivo à retirada de carros antigos de circulação ao aumento expressivo dos gastos em propaganda, das vendas a crédito à generalização dos modelos anuais.

À concentração da renda vinha somar-se, portanto, a incapacidade dos mecanismos institucionais então existentes de fazer face à situação. O novo individualismo de Hoover, por identificar em agentes privados os responsáveis pela implementação de acordos setoriais capazes de retirar os salários das estratégias competitivas das grandes empresas, revelou-se pouco adequado para propiciar o crescimento da demanda a partir da elevação do poder de compra da classe trabalhadora. A Grande Depressão pode ser percebida, assim, como expressão da inadequação das instituições americanas para regular a nova economia urbano-industrial, oligopolizada e voltada para um mercado de massas. Para superá-la, o New Deal teve de romper com as concepções jeffersonianas de Estado e mercado, implementando uma cada vez maior regulação estatal da economia e contribuindo para o fortalecimento do movimento sindical e, portanto, da contratação coletiva do trabalho, tal como defendia Herbert David Croly desde a década de 1910. Na década de 1950, o Estado, o movimento sindical e as grandes corporações seriam os responsáveis por um novo pacto social nos Estados Unidos, baseado na regulação keynesiana da economia, na incorporação de ganhos de produtividade do trabalho aos salários e na aceitação, por parte da classe trabalhadora, da ordem capitalista. Diferentemente da década de 1920, portanto, a partir da década de 1930 e, principalmente, da de 1950, não apenas as empresas, mas também o Estado e o trabalho organizado formavam as bases do longo período de crescimento que se prolongou até final dos anos 1960.

Nos diferentes países atingidos pela Grande Depressão, o enfrentamento da crise encontrou caminhos distintos. No Brasil, país que até então se inseria no mercado internacional com um produto de sobremesa, o café, ela ensejou a implementação de políticas que minimizassem a dependência brasileira de

importações de produtos industrializados, lançando as bases do Estado desenvolvimentista e das políticas de substituição de importações; na Alemanha, os nazistas implementaram decididamente, bem antes dos norte-americanos, políticas econômicas de corte keynesiano. Do ponto de vista político e econômico, portanto, a Grande Depressão evidenciou a profunda crise do liberalismo, abrindo caminho para regimes que propugnavam a intervenção do Estado na economia, tanto de corte autoritário, como o nazismo alemão, como de corte liberal-democrático, como o New Deal norte-americano. Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), uma nova ordem econômica implantou-se no cenário internacional, fundada nos acordos de Bretton-Woods e na hegemonia norte-americana e que, ao lado das políticas keynesianas de regulação dos mercados e do fortalecimento do poder sindical, garantiria o longo período de crescimento do mundo capitalista até o início dos anos 1970.

É difícil mensurar o impacto humano da Depressão nos EUA, país em que ela teve mais longa duração. As suas maiores vítimas foram os jovens, as mulheres, os idosos e as minorias étnicas e raciais, que viviam em lares sem água corrente ou banheiro (30% dos lares americanos), sem chuveiros ou banheiras (40%) e sem aquecimento central (60%). Em alguns lugares, como Detroit no ano de 1933, quando o desemprego chegou a 50% da força de trabalho, houve fome generalizada. As favelas, as filas de sopa sob o rigoroso frio do inverno, os vendedores de maçãs, as cenas de pobreza rural, as migrações internas, até mesmo desastres naturais, como as grandes tempestades de areia de Oklahoma, Kansas, Colorado e Texas, tornaram-se, todos, imagens marcantes de um período que, embora relativamente recente, parece distante em função da pujança da economia americana do pós-guerra.

Referências

BRUCHEY, Stuart. Enterprise. The dynamic economy of a free people. Cambridge e Londres: Harvard University Press, 1990.

EICHENGREEN, Barry. Golden fetters. The gold standard and the Great Depression, 1919-1939. Nova York e Oxford: Oxford University Press, 1992.

FRASER, Steve; GERSTLE, Gary (eds.) The rise and fall of the New Deal order, 1930-1988. Princeton: Princeton University Press, 1989.

KINDLEBERGER, Charles. The world in Depression, 1929-1939. Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press, 1986.

McELVAINE, Robert. The Great Depression: America, 1929-1941. Nova York: Times Books, 1984.

FLÁVIO LIMONIC

GRANDE GUERRA DE 1914-1918 E O BRASIL Ao iniciarem-se as hostilidades em 1914, no que se chamaria posteriormente de a Grande Guerra, o

Brasil se declarou neutro e assim permaneceu durante os três primeiros anos do conflito. De uma maneira geral, com pequenos incidentes pontuais, as potências em guerra respeitaram a neutralidade brasileira, no entanto a partir da declaração alemã de guerra submarina irrestrita contra o tráfego marítimo aliado a partir de 31 de janeiro de 1917, a situação dos países neutros que mantinham comércio com os seus parceiros em luta tornou-se vulnerável. Apesar do protesto brasileiro, a manutenção do bloqueio irrestrito submarino permaneceu.

No dia 5 de abril de 1917 o vapor nacional Paraná pertencente à Companhia de Comércio e Navegação foi torpedeado por um submarino alemão a 10 milhas do cabo Barfleur na costa ocidental francesa. Desse torpedeamento vieram a falecer três foguistas brasileiros que não tiveram tempo de abandonar o navio. Seguiu-se então uma nota de protesto do governo de Venceslau Braz e o rompimento das relações diplomáticas e comerciais com o Império alemão.

Em abril daquele ano, os Estados Unidos da América declararam guerra à Alemanha, em razão do afundamento de dois de seus navios mercantes. Imediatamente em razão dos laços culturais e claras simpatias pelos franceses e em especial pelos interesses comerciais que mantínhamos com os Estados Unidos da América, a opinião pública brasileira logo se posicionou favoravelmente aos aliados, no entanto a neutralidade no conflito permaneceu.

Seguiram-se mais dois ataques a navios mercantes nacionais, o Tijucas e o Lapa, o primeiro próximo a Brest na costa francesa e o segundo a 140 milhas do Cabo Trafalgar, não havendo perdas humanas. Imediatamente foram utilizados 45 navios mercantes alemães que se encontravam surtos em portos nacionais e já haviam sido confiscados anteriormente. A partir daquele momento o Brasil passou a ser francamente favorável aos aliados.

No dia 18 de outubro de 1917 ocorreu o mais grave incidente envolvendo um submarino alemão e um navio mercante brasileiro, o Macau. A 200 milhas do Cabo Finisterre esse navio foi detido pelo U-93 que determinou o aprisionamento do Capitão-de-Longo-Curso Saturnino Furtado de Mendonça, comandante do Macau, e de seu despenseiro a bordo do submarino. Em seguida o navio foi torpedeado e nunca mais se soube desses prisioneiros. Protestos foram realizados em diversas cidades brasileiras e no dia 26 de outubro o Brasil “reconhecia e proclamava o estado de guerra iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil”.

Imediatamente a Marinha do Brasil iniciou o patrulhamento da costa brasileira. Dos 45 navios alemães apresados, cerca de 30 foram cedidos à França, enquanto 15 permaneceram a serviço da Marinha Mercante nacional. Com a declaração de guerra à Alemanha, foram recrudescidas as ações submarinas contra os navios brasileiros. Dois navios, o Guaíba e o Acari foram torpedeados próximos a Ilha

de São Vicente na costa africana no dia 02 de novembro, no entanto conseguiram encalhar, sendo salva a carga. Dois tripulantes, no entanto, morreram no torpedeamento. No dia 2 de janeiro foi a vez do Taquari que foi atacado por tiros de canhão provindos de submarino alemão. O navio se encontrava próximo à costa inglesa. Na refrega morreram oito tripulantes.

Premido cada vez mais por pressões de políticos e de campanhas jornalísticas, o governo de Venceslau Braz autorizou ao ministro Olinto de Magalhães, representante brasileiro na Conferência Interaliada em Paris, no final do mês de novembro, que oferecesse algumas contribuições mais efetivas ao esforço de guerra brasileiro com os aliados. Quatro foram as contribuições oferecidas. A primeira seria o envio de um grupo de oficiais do Exército para participarem como comandantes de pequenas unidades do Exército francês na frente ocidental. Nesse grupo se destacou o tenente José Pessoa que viria anos depois, já como general, a criar a Academia Militar das Agulhas Negras. A segunda contribuição foi o envio de um grupo de oficiais aviadores navais para serem treinados na Royal Air Force e depois do treinamento participarem de missões de patrulha. O terceiro oferecimento foi o envio de uma missão médica composta de 85 médicos, além de pessoal auxiliar, sob a chefia do professor Nabuco de Gouveia que recebeu a patente de coronel, para cooperar com os serviços médicos franceses. E por fim a quarta e maior contribuição foi o envio de uma divisão naval para operar onde o Almirantado britânico considerasse necessário.

Essa divisão naval, composta de oito navios (dois cruzadores, quatro destroiers, um navio tender e um rebocador), partiu do Rio de janeiro, em maio de 1918, com paradas em Salvador, Recife e Natal, antes de cruzarem o Atlântico em direção a Freetown na Sierra Leoa. Essa divisão foi comandada pelo contra-almirante Pedro Max Fernando de Frontin, com um total de cerca de 1.500 componentes, a maioria de jovens marinheiros e oficiais brasileiros. Foi determinado que a divisão operasse sob o controle operacional da Marinha britânica em um triângulo com os vértices em Gibraltar, Dakar e Cabo Verde.

A divisão sofreu diversas intercorrências durante a comissão como dificuldades de manutenção e logística; falta de adestramento das tripulações em razão dos aperfeiçoamentos advindos da própria guerra; escassez de combustível que se baseava no carvão; danos constantes nos navios provocados por carvão nacional de baixa qualidade que avariava os dutos das caldeiras e condensadores e talvez a pior de todas as dificuldades, o surto de gripe espanhola que ceifou a vida de 156 tripulantes, tendo sido a divisão brasileira a que mais sofreu o efeito da gripe em toda a guerra. Essa divisão operou em teatro de guerra por cerca de três meses e meio. Com o término da guerra essa divisão foi convidada para

participar das festividades dos países vitoriosos, sendo visitados diversos portos aliados, só regressando ao Brasil em 9 de junho de 1919. Terminava assim a participação brasileira na Grande Guerra de 1914 a 1918.

Como compensação financeira por ter participado do conflito o Brasil incorporou definitivamente muitos dos navios alemães apresados nos portos nacionais e recebeu uma indenização por um carregamento de café apresado pelo governo alemão. Por ter participado como país vencedor na guerra, o Brasil foi convidado para as discussões no Tratado de Versailles.

Referências

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves. "Venturas e desventuras de uma experiência singular: a Divisão Naval Brasileira na África em 1918". Revista do Instituto de Geografia e Historia Militar do Brasil, v. 66, p. 25-35, 2006.

GAMA, Arthur Oscar Saldanha. A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Capemi, 1982.

MARTINS, Helio Leôncio. A Participação da Marinha Brasileira na Primeira Guerra Mundial. História Naval Brasileira. v.5, t.Ib, Rio de Janeiro: SDM, 1997, p. 259-278.

SCHUCK-PAIM, Cynthia; SHANKS, G. Dennis; ALMEIDA, FRANCISCO Eduardo Alves; ALONSO, Wladimir J. Exceptionally high mortality rate of the 1918 influenza pandemic in the Brazilian naval fleet. Influenza and Other Respiratory Viruses (print), v. 7, p. 27-34, 2013.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. O Brasil na Primeira Guerra Mundial. Rio de Janeiro: IHGB, 1990.

GRIPE ESPANHOLA (1918-1919) Ver Primeira Guerra Mundial.

GUERRA DE SINAIS Remontando à Antiguidade, as mais antigas referências de utilização de escrita cifrada para fins militares aparecem nas narrativas dos conflitos travados entre gregos e persas no século V a.C., por Heródoto. Após um período de retraimento na Idade Média, a criptografia floresceu com o advento das monarquias modernas, uma vez que mecanismos para ocultar mensagens passaram a ser bastante requisitados por diplomatas e chefes militares. Nesse sentido, León Batista Alberti, sábio florentino do Renascimento, propôs a utilização de um sistema elaborado a partir de numerosos alfabetos cifrados, ideia retomada por Blaise de Vigenère, erudito francês que atuou como diplomata em diversos países ao longo do século XVII, criando um sistema de criptografia a ser utilizado por quase todas as potências europeias da Idade Moderna. No fim do século XIX, a revolução dos sistemas de transmissão possibilitou um avanço expressivo da linguagem cifrada, com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) criando condições para o momento inaugural do duelo entre codificadores e decodificadores, materializado no episódio conhecido como Telegrama Zimmerman. Desvendado em 1917, tratava-se de uma mensagem cifrada enviada pelo ministro do Exterior da Alemanha, Arthur

Zimmerman, ao governo mexicano, propondo a abertura de uma frente de guerra na América, com o objetivo de impedir que os EUA voltassem suas energias para o conflito na Europa. A mensagem foi interceptada pelo Capitão Reginald Hall, diretor de Informações Navais do almirantado, responsável pelo setor de criptografia inglês, conhecido como Sala 40. A divulgação do telegrama foi um dos fatores decisivos para a entrada dos EUA na guerra, definindo o rumo do conflito em favor da Entente e projetando a importância da criptografia na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Após a guerra, de fato, os progressos obtidos por criptógrafos foram bastante expressivos, tornando qualquer avanço de interesse imediato dos círculos militares. Foi o que ocorreu no início da década de 1920, quando a Marinha alemã interessou-se por uma máquina decodificadora patenteada pelo inventor holandês Hugo Koch e desenvolvida em escala comercial por Arthur Serbies para atender às necessidades de sigilo do mercado financeiro. Adquirindo os direitos sobre o mecanismo, já denominado por alguns como “enigma”, o ministério de Defesa da Alemanha promoveu algumas adaptações no projeto original e passou a utilizá-lo em suas comunicações, elaborando um modelo portátil, altamente operacional para fins militares. Para os alemães a segurança do sistema era total e o processo de decodificação, absolutamente indecifrável, baseava-se em uma operação aparentemente simples: quando o operador da máquina apertava determinada letra no teclado, um impulso eletrônico acionava um sistema de rotores e chaves, projetando uma letra diferente no display, o que possibilitava apenas ao operador de outra máquina similar – conhecedor do código utilizado – efetuar a operação inversa, decodificando a mensagem. Paralelamente, entretanto, mal começara a aplicação militar da “enigma”, outros países vinham colhendo informações sobre o funcionamento da máquina, com destaque na Europa Ocidental para a iniciativa do Capitão Gustavo Bertrand, integrante do serviço de inteligência do Exército francês. Na verdade, Bertrand conseguiu uma série de informações sigilosas a respeito da “enigma”, sem que o setor de criptografia dos franceses conseguisse desvendar de forma cabal as chaves da decodificação. Só mesmo por meio de contatos com a Inteligência polonesa, entretanto, foram possíveis maiores avanços no conhecimento do sistema de cifras utilizado pelos alemães. Afinal, pressionada por dois vizinhos poderosos – Alemanha e URSS –, a Polônia desenvolveu um complexo de inteligência militar que contava com alguns dos mais brilhantes criptógrafos do mundo, contando com a genialidade de jovens talentos matemáticos da universidade de Poznan, entre eles Marian Rejewsky. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial em setembro de 1939, tinha início a chamada Guerra dos Sinais, com muitas destas informações sendo transferidas para o setor da criptografia inglesa em Bletchley Park, denominada

Station X, que acelerou os esforços para desvendar as regras de funcionamento da máquina criptográfica que os alemães julgavam indecifrável. Percebendo o potencial do trunfo que tinha nas mãos, Winston Churchill reuniu cerca de 8 mil pessoas na tarefa, entre matemáticos brilhantes (destaque para Alain Turing, pai da inteligência artificial), latinistas eruditos, egiptólogos, campeões de xadrez e de palavras cruzadas. Para que tal processo fosse finalizado, seria necessário obter ainda os livros de códigos e mesmo alguns modelos das próprias máquinas, o que a evolução da guerra também possibilitou. Nesse sentido, muitas das chaves da "enigma" foram quebradas pelos ingleses ao longo da guerra, com um sistema denominado – também em código – Ultra, o que possibilitou a leitura de mensagens alemãs utilizadas pelo Exército Wermacht, pela Kriegsmarine, pela Luftwaffe e pelo Ministério do Exterior, contabilizando cerca de 40 mil mensagens por mês. Muitas foram decisivas em momentos cruciais da guerra como a Batalha do Atlântico, a Batalha de El Alamein e no projeto de despistamento do desembarque do Dia D, a denominada Operação Fortitude.

Como outros países do Eixo acabaram utilizando modelos de decodificação similares, em pouco tempo foi possível ler também as mensagens das tropas italianas, assim como das japonesas. Estas últimas, conhecidas como Purple, interessavam particularmente aos oficiais norte-americanos que atuavam na área do Pacífico, o que contribuiu para o desenvolvimento de um sistema de decodificação semelhante ao Ultra inglês, denominado Magic pela Inteligência dos EUA. Ainda antes do ataque à base de Pearl Harbor (7 de dezembro de 1941), os oficiais americanos já conheciam muitas chaves da codificação japonesa, embora os maiores resultados tenham sido alcançados a partir da Batalha de Midway (4 de junho de 1942). A partir deste momento, os analistas procuravam acelerar o processo de codificação, uma vez que consideravam seus próprios mecanismos de decodificação usuais muito lentos diante das necessidades da guerra. Nesse sentido, índios navajos foram utilizados como operadores de rádios, possibilitando transmissões diretamente com a base do idioma nativo – tido como impenetrável –, adaptado à terminologia militar, o que favoreceu decisivamente o sistema de comunicações norte-americano durante toda a campanha do Pacífico. Com o término da Segunda Guerra Mundial, a Station X foi desmobilizada, com suas atividades sendo mantidas em segredo até a década de 1960, quando um historiador que atuou no projeto descreveu suas atividades, obrigando que a história do conflito fosse reescrita. Durante a Guerra Fria, muitos dos sistemas de decodificação foram utilizados no desenvolvimento do sistema lógico, sendo que muitos dos próprios criptógrafos que participaram da Guerra dos Sinais foram cooptados para este fim.

Referências

BUDIANSKY, Stephen. Battle of Wits. Londres: Penguin Books, 2000.
LEWIN, Ronald. Ultra Goes to War: The Secret Story. Londres: Penguin Books. 2001.
SINGH, Simon. Histoire des Codes Secrets. Paris: JC Lattès, 1999.
TUCHMAN, Barbara W. O Telegrama Zimmermann. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1981.

GUERRA DOS BOERS (1899-1902) Até o último terço do século XIX, a região do Transvaal, norte da África do Sul, era considerada tão somente um lugar de limitado potencial agrícola pelos britânicos, cujo domínio da Colônia do Cabo no extremo-sul se consolidara em 1806, ao aproveitarem a fragilidade do governo holandês com a invasão dos Países Baixos pelas tropas napoleônicas. Assim, os britânicos conseguiram uma posição estratégica importante para o seu posterior domínio sobre a Índia. A ocupação britânica acarretaria uma série de mudanças nas instituições políticas dos Afrikaans do Cabo: o fim da segregação racial, a intensificação da catequese dos nativos e a proibição da escravidão em 1833. Tais mudanças provocaram o êxodo de muitos Afrikaans para o norte (Transvaal) e para o leste (Orange) da região do Cabo, entre 1835 e 1837 – uma verdadeira jornada de desbravamento e repovoamento que muito desagradou a etnia zulu. Nas terras zulus, formaram-se, então, duas repúblicas calvinistas aos moldes de suas similares dos Países Baixos. O Transvaal foi predominantemente ocupado por fazendeiros (boers) descendentes de europeus, chamados de Afrikaans (Afrikaners em inglês), termo cujo sentido original diferenciava o nascido na África do Sul do europeu estrangeiro e da população negra. Embora fossem de ascendência francesa e alemã, a grande maioria dos Afrikaans era de origem holandesa. O interesse britânico por essas regiões do êxodo Afrikaans iniciou-se em 1867, quando foram descobertas as primeiras minas de diamante em Kimberley, zona fronteiriça entre a Colônia do Cabo e as repúblicas do Transvaal e Orange. Por fim, Kimberley seria anexada pelo governo do Cabo. Posteriormente, entre 1877 e 1881, as tentativas de anexar ao Império Britânico novas parcelas de terras pertencentes aos boers no Transvaal acirraram a construção de uma identidade Afrikaans, centrada no cultivo de sua língua e da fé reformada calvinista. Os britânicos e os zulus seriam derrotados e expulsos do Transvaal em 1881. Consolidou-se, assim, um nacionalismo reativo ao domínio britânico e contra a etnia zulu.

Em 1883, o chefe da primeira resistência boers, Paul Kruger (1825-1904), tornou-se presidente do Transvaal e, no ano seguinte, teve que lidar com os problemas relativos à descoberta de ouro em Witwatersrand. Em 1886, iniciou uma corrida maciça pelo ouro da região, que causou um grande descompasso

demográfico dos boers em relação ao resto da população, uma vez que estes passaram a ser minoria na região: dez anos depois, havia cerca de 7 mil boers num total de 50 mil habitantes brancos. Tal circunstância geraria um problema de representação política e, para atenuar seus efeitos, Paul Kruger excluiria do direito de voto o estrangeiro (uitlander) que não tivesse residência por pelo menos 14 anos no Transvaal. Além disso, impostos altos e taxas aduaneiras foram estabelecidos como uma forma de transferir parte da riqueza explorada pelos "estrangeiros" para os "antigos donos da terra". Os investidores e trabalhadores britânicos se sentiram prejudicados com todas essas medidas e isso acabou por desencadear uma nova situação de tensão com o governo britânico do Cabo. Pretextando a morte por espancamento de um operário inglês em Johannesburgo no ano de 1898, o primeiro-ministro do Cabo, Alfred Miner, enviaria tropas para as fronteiras do Transvaal. Paul Kruger tentaria uma saída diplomática na convenção de Bloemfontein. No entanto, o governo britânico seria relutante. Por fim, Kruger ordenou a retirada imediata das tropas britânicas e, diante da negativa, a Guerra dos Boers estourou. As lutas iniciaram-se em 11 de outubro de 1899. O Estado Livre de Orange e os boers da cidade do Cabo (maioria na população) aderiram rapidamente à luta ao lado das forças de Kruger.

Os fazendeiros Afrikaans, ou boers, demonstraram forte resistência e infligiram uma série de derrotas aos exércitos britânicos até início de 1900. As autoridades britânicas entregariam, então, o comando dos exércitos de reação a Lord Roberts (1832-1914) e Lord Kitchener (1850-1916), que provocaram uma virada no campo de batalha e derrotaram os boers em várias frentes, marchando em direção à Pretória. Os exércitos britânicos conseguiram anexar o Estado Livre de Orange em maio de 1900, sendo a vez do Transvaal quatro meses depois, o que provocou a fuga de Paul Kruger para a Europa através do território moçambicano. Os boers organizariam uma guerrilha sob a liderança de Louis Botha (1862-1919) e Chistiaan de Wet (1854-1922), que passaram a promover ações armadas não somente contra as guarnições e bairros britânicos no Transvaal, mas também contra a população civil do Cabo. A intenção era desestruturar a confiança britânica.

À medida que os eventos se sucediam, a guerra ganhava feições de "limpeza étnica" – desta vez, não do europeu contra o bantu, mas dos "brancos" entre si. A reação britânica aos ataques a civis pelos Afrikaans deixaria pouco a dever às razias alemãs na Europa durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A guerra era total: fazendas e gados Afrikaans foram queimados para destruir qualquer meio de resistência. Em novembro de 1900, Kitchener substituiria Roberts no comando e organizaria uma rede de fortificações para restringir a

liberdade de movimento dos líderes da resistência. Todos os civis suspeitos de colaborar com a resistência Afrikaan foram postos em campos de concentração: cerca de 120 mil mulheres e crianças e 32 mil homens foram capturados. Nas condições insalubres destes campos, uma em cada dez pessoas morreria de fome ou doença. O líder da resistência Afrikaan, Louis Botha, decidiu barganhar a paz enquanto podia demonstrar alguma força e, assim, o Tratado de Vereeniging foi assinado a 31 de maio de 1902. A experiência contra a guerrilha demonstrou a fraqueza do exército britânico, que precisou de 500 mil soldados para derrubar dois pequenos comandos mal equipados de boers que jamais ultrapassaram em campo a média de 35 mil soldados. O saldo da guerra não foi muito favorável ao Império Britânico: embora tenha anexado os territórios da República do Transvaal e do Estado Livre de Orange, os seus habitantes puderam ter representantes de seus interesses na administração e, portanto, a Coroa Britânica apenas manteve um domínio direto no Sul. A participação Afrikaan no governo da África do Sul como um todo só ocorreria em 1911, quando foi criada a União Sul-Africana.

Ao longo do século XX, particularmente após a independência da África do Sul do domínio britânico em 1961, a memória da resistência Afrikaan seria cultuada nas escolas (para negros e para brancos). Nas lutas de independência que dariam origem à República da África do Sul, a recente memória das atrocidades cometidas pelos alemães contra as minorias durante o III Reich retemperou o culto da resistência Afrikaan ao se estabelecer paralelismos entre os campos alemães e aqueles dos britânicos durante a Guerra dos Boers, assim como a prática das razias contra a população civil e suas propriedades. Na África do Sul, como na Índia, a imagem heroica britânica da Segunda Guerra Mundial não teria, pois, o mesmo eco. Logicamente, no governo pós-independência da África do Sul nada foi dito contra a manutenção do regime de Apartheid, institucionalizado sob o domínio britânico desde 1948.

Referências

HOBSBWAM, Eric. The Age of Empire, 1875-1914. Londres: Abacus, 1999.

PALMOWSKI, Jan. Dictionary of Twentieth Century World History. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 1998.

REMOND, René. O Século XIX, 1815-1914. São Paulo: Cultrix, 1993.

TODOROV, Tzvetan. Em face ao extremo. São Paulo: Papirus, 1995.

GUERRA ÍTALO-TURCA Ocorrida entre 1911 e 1912, no contexto da Partilha da África entre as sociedades europeias, deve ser entendida à luz da

rivalidade franco-alemã e da política das alianças. Visando tirar a França do isolamento internacional e quebrar a coesão da Tríplice Aliança, o diplomata francês Paul Cambon (1843-1923) e Theophile Gautier (1852-1923), incansáveis no trabalho de conter a Alemanha, concluíram acordos diplomáticos com a Itália, que ambicionavam conquistar a Tripolitânia e Cirenaica, províncias do Império Otomano (aliado da Alemanha). Em 1900, um acordo secreto ítalo-francês estabeleceu que a Itália não criaria obstáculos à ação francesa no Marrocos, e a França concordava que a Itália se expandisse no Marrocos. Em 1902, um acordo político franco-italiano estabeleceu a neutralidade da Itália, no caso de um conflito franco-alemão. Aproveitando-se do envolvimento alemão, contra a França apoiada pela Grã-Bretanha, na segunda crise marroquina (1911) e do fato de a Turquia participar de guerras nos Bálcãs (1912-1913) contra uma ampla aliança de Estados (Sérvia, Bulgária, Grécia e Montenegro), a Itália declarou guerra ao sultão e ocupou, sem muita dificuldade, a Tripolitânia e a Cirenaica, unificadas com o nome de Líbia. Desempenhou um papel relevante nas intenções bélicas italianas à crença, bastante popular no país, de que o norte da África era uma área natural de expansão explosiva da demografia italiana. A exportação do excedente populacional deveria, ainda, diminuir sensivelmente as lutas sociais e o "banditismo" que assolavam principalmente o sul do país, a chamada "Questão do Mezzogiorno".

Embora a ocupação das regiões litorâneas, bastante próximas da costa meridional da Itália tenha sido feita sem grandes dificuldades, a conquista do interior do país, ocupada por tribos árabes sob a liderança dos Senussi, lançou mão de um elevado número de tropas italianas e causou dezenas de baixas inesperadas. A guerra teve, ainda, desdobramentos navais, com a frota italiana ocupando várias ilhas do Mar Egeu, o arquipélago do Dodecaneso, que passaram para domínio italiano.

Durante a campanha, a Itália utilizou, pela primeira vez, a aviação militar como arma estratégica, seguindo os ensinamentos do teórico do poder aéreo Giulio Douhet (1869-1930). Para esse estrategista, a aviação revolucionava o alcance de fogo, então limitado ao fogo de artilharia, e mudava radicalmente os conceitos de "frente" e de "retaguarda", além de tornar indistinguíveis os conceitos de alvo civil e militar. Inaugurava-se, desta forma, uma nova forma de combate, que seria doravante de suma importância nas guerras vindouras.

Referências

CLARK, Christopher. Os sonâmbulos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

COOK, Chris. Diccionario de terminos historicos. Madri: Alianza Editorial, 1993.

POTEMKIN, V.P. Historia de la diplomacia, vol. II. México: Editorial Grijalbo, 1967.

RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO

GUERRA NAVAL É a parte da guerra constituída por ações militares realizadas predominantemente em áreas marítimas e/ou águas interiores. Consiste no emprego violento do poder naval para a obtenção de objetivos políticos do Estado, ou para contribuir para sua obtenção. É realizada por meio de campanhas navais, cada qual dirigida a um objetivo estratégico de alto nível, em geral relacionado diretamente com um dos objetivos políticos. As campanhas navais compreendem, normalmente, um conjunto de operações navais – ações que visam à conquista de posições ou situações julgadas necessárias ao êxito da campanha – realizadas de acordo com um planejamento que leva em consideração: a importância do mar, tanto para quem realiza a campanha quanto para o inimigo; a situação estratégica; as possibilidades do inimigo; a disponibilidade de meios e os objetivos políticos e estratégicos visados. Na Marinha brasileira, as operações navais são classificadas de acordo com os meios navais empregados ou o caráter geral de seus propósitos. Assim, temos, entre outras, operações anfíbias (desembarque de tropas em terra hostil), operações antissubmarino (realizadas em oposição à ação de submarinos) e operações de ataque (realizadas para destruir ou neutralizar um objetivo).

Referências

Ministério da Marinha. Doutrina básica da Marinha, 1997.

BOOTH, Ken. As marinhas e a política externa. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979.

JOSÉ AUGUSTO ABREU DE MOURA

GUERRA RUSSO-JAPONESA (1904-1905) Depois da vitória contra a China, em 1895, o Japão emerge no cenário internacional como uma potência regional no Extremo Oriente. A displicência e a ignorância acerca do povo japonês, em grande parte fruto da distância geográfica, da barreira do idioma e mesmo de uma visão racista, fizeram com que o avanço e o triunfo do Japão sobre a velha China fossem surpreendentes tanto para americanos quanto para europeus, que se viram obrigados a considerar o Império do Sol Nascente para além da admiração da arte e da estética japonesa, tornando a modernização japonesa a grande surpresa no cenário mundial no início do século XX. A vitória militar sobre a China, no final do século XIX, um império em desordem e já em fase de partilha pelas potências ocidentais, não foi considerada, pelas potências europeias, um fato capaz de alterar profundamente a geopolítica da Ásia Oriental e do Pacífico. Mas, o fortalecimento do Japão e sua projeção sobre o continente

– em especial sobre a Coreia, começou a preocupar Moscou, e mais tarde, Washington. Acentuava-se, assim, a crescente rivalidade nipo-russa na passagem do século XIX para o XX. Da mesma forma, o velho Império Russo apresentava um panorama interno sociopolítico conturbado que exibia, sobretudo, uma sociedade que clamava transformações, principalmente no tocante a estabelecer uma representação popular em toda a Rússia, bem como a criar um Estado de direito seguindo o modelo europeu.

Não obstante os problemas internos, a Rússia tinha grandes interesses na Ásia, assim como o Japão, e buscava decididamente expandir-se à custa da China, principalmente na Manchúria e na Coreia. No entanto, para a consolidação de seus planos, a Rússia contava apenas com o porto de Vladivostok, além de outros pequenos portos situados mais ao norte, como acesso para o Pacífico. No entanto, todos se tornavam impraticáveis durante o inverno. Neste contexto, Port Arthur, localizado no extremo sul da Manchúria, e a estrada de ferro Transiberiana formavam as bases centrais para a expansão da esquadra russa no Oriente. No início da rivalidade nipo-russa, o Japão teria ficado satisfeito com um acordo que lhe desse a Coreia como “esfera de influência”, enquanto a Manchúria permaneceria sob controle russo. A Rússia, entretanto, estava determinada a obter uma posição dominante no Extremo Oriente, não abriria a possibilidade para negociações. Logo, em 1902, prevendo a hostilidade russa, o Japão assina um tratado de aliança com a Grã-Bretanha, que, por sua vez, estava em conflito com os russos na Ásia Central. Em fevereiro de 1904 a situação começa a se agravar, as relações diplomáticas são rompidas e a delegação japonesa que estava em território russo retorna ao seu país. Os japoneses já compreendiam, então, que o conflito era inevitável. Estrategicamente desejavam que o conflito fosse curto e violento; que as negociações deveriam ser feitas logo no início do conflito, para que a Rússia não conseguisse pôr em ação toda a sua panóplia de guerra. Como uma forma de defesa, o Japão parte para o ataque e inicia a guerra, aproveitando-se da desestruturação russa, que, por seu turno, não apresentava uma estrutura bélica montada no Oriente (sua principal linha de defesa era na Europa, contra Alemanha e Áustria-Hungria, e a grande frota russa ficava no Mar Negro e no Mar Báltico, nas bordas da Europa). Tanto a sua frota quanto a estrada de ferro Transiberiana, bases centrais desta estrutura bélica no Oriente, não estavam completamente prontas para o combate e apoio, respectivamente, num teatro de operações tão distante dos centros de comando europeus. Neste sentido, a frota japonesa tinha inicialmente como principal missão retalhar ao máximo a pequena frota russa existente no Oriente, assim como evitar que os reforços vindos do Báltico se juntassem aos inimigos, de forma a mudar os rumos iniciais do conflito. Haja vista que o poder bélico russo,

quando mobilizado em sua totalidade, era esmagadoramente superior ao dos japoneses.

Não obstante a inferioridade numérica, as tropas japonesas apresentavam um aspecto de extrema relevância para o combate: todos os seus combatentes consideravam uma honra lutar e mesmo morrer pelo imperador. No entanto, do lado russo, apesar de equipamentos e adestramento equivalentes, apresentavam um escalão superior formado por oficiais despreparados e uma administração incapaz de conduzir os russos à vitória no front. Nesse sentido, a coragem da infantaria associada à grande tradição russa tinha de suprir a falta de uma boa linha de comando.

A primeira grande batalha desta guerra se deu ao longo do Rio Yalu, que separa a Coreia do Sul da Manchúria, o mesmo rio que foi palco, dez anos antes, da mais importante vitória japonesa sobre a China, na Guerra Sino-Japonesa. Porém, foi somente contra os russos que este rio assumiu um papel emblemático na geopolítica mundial, pois foi na Batalha de Yalu que pela primeira vez tropas asiáticas venceram um exército ocidental, usando táticas e armas deste último. A batalha foi na verdade um grande aviso ao mundo ocidental, que sempre negligenciou o potencial técnico, a capacidade organizativa e a coragem dos povos orientais.

A Batalha de Yalu pôs frente a frente as tropas japonesas, vindas da Coreia, e as tropas russas, que protegiam o sul da Manchúria. De uma maneira peremptória a vitória do General Kuroki, comandante do exército nipônico, produziu dois grandes resultados junto aos países envolvidos. Por um lado, o Japão passou a receber empréstimos de guerra vindos do exterior e, o que foi mais decisivo, o exército ficou ainda mais confiante em sua vitória. Por outro lado, a situação da Rússia era completamente diferente, a derrota se associava aos problemas internos e a oposição ao conflito passou a crescer vertiginosamente, com duras críticas ao governo do czar.

As tropas russas tiveram grandes oportunidades para reverter os resultados da guerra. Nesse sentido, a batalha por Port Arthur foi a mais importante e emblemática dessas possibilidades. Nesta batalha as tropas japonesas sofreram grandes baixas e permaneceram completamente passivas frente ao ataque russo. Porém, por outro lado, em um erro de comando, os russos deixaram que as tropas nipônicas se restabelecessem e conseguissem alcançar o seu objetivo final, o controle do porto. As tropas russas serão envolvidas e derrotadas na histórica batalha de Mukden, em fevereiro de 1905, e na célebre batalha naval de Tshushima a frota russa, depois de uma longuíssima viagem desde o Báltico, será derrotada pela força naval japonesa. Ambas as batalhas desempenham um papel central nos estudos bélicos do século XX. Em primeiro lugar, tratava-se,

diferentemente da Guerra Sino-Japonesa de 1895, de um embate entre uma potência ocidental de primeira linha, o Império Russo, e um país asiático, onde este último desfere um golpe avassalador sobre os europeus. Em segundo lugar, as táticas navais japonesas, os ataques surpresa e as manobras de envolvimento, inauguram uma forte busca de superioridade militar naval entre as grandes potências ocidentais.

Derrota após derrota, as notícias chegadas do front iam contribuindo imensamente para o agravamento da desestabilização interna russa; a opinião pública se encontrava indignada com os resultados da guerra e, sobretudo, começava a fazer uma dura crítica à humilhação das suas tropas. A partir dessa péssima situação interna, o governo russo tomou a decisão de manter as suas melhores tropas na própria Rússia temendo revoltas contra o Estado, o que acentuou a fraqueza estratégica russa no Oriente. Malgrado a situação auspiciosa, o Japão também já apresentava os desgastes da guerra e, como resultado, estava fortemente inclinado à negociação para o fim do combate. Quando Theodore Roosevelt, presidente dos Estados Unidos, assume o papel de mediador e sugere aos beligerantes uma negociação para a paz, ambos os lados concordam e prontamente enviam delegações a Portsmouth, nos EUA, com a finalidade de preparar os termos de um acordo de paz, através do Tratado de Portsmouth, mediado pelos Estados Unidos. Sob esse aspecto, o acordo serviu simplesmente para finalizar a guerra, pois ambos os lados saíram insatisfeitos. O Japão, que almejava uma grande indenização russa, conseguiu na verdade ratificar o seu controle na Coreia, a retirada das tropas russas de Port Arthur, da Manchúria meridional e do sul da Ilha da Sacalina – o Japão, apesar da insatisfação e revolta popular, aceita ficar sem a indenização, pois esses termos são colocados em face da perspectiva da manutenção da guerra e, sobretudo, da suspensão da ajuda financeira americana. Enquanto isso, os russos, ao retornarem com suas tropas desgastadas e, sobretudo, com o moral baixo, conseguem assim agravar ainda mais a situação interna do país. Por fim, podemos dizer que o conflito russo-japonês serviu, naquele período, para dar uma nova forma ao mapa geopolítico do Extremo Oriente. Além de ter se tornado um marco da derrota ocidental frente a um país oriental, a vitória japonesa serviu fundamentalmente para o fechamento do Extremo Oriente aos russos, bem como fez com que os interesses russos voltassem a ter como foco central a própria Europa, agravando desta forma a crise com a Áustria-Hungria e a sua própria situação interna.

Referências

CLARK, Christopher. Os sonâmbulos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GRENVILLE, J. S. A History of the World in the 20th Century. Harvard University Press, 2000.

HAUSHOFER, ESCOLA GEOPOLÍTICA DE Karl E. Nikolas Haushofer nasceu em Munique, em 27 de agosto de 1869. Morreu em 1946. Realizou seus estudos no Ginásio Humanista e na Escola Militar. Ingressou no Exército como oficial de artilharia. Posteriormente, cursou a Academia de Guerra, a Universidade de Munique, a Escola de Estado-Maior; foi professor na Academia de Guerra (ensinando a disciplina de História Militar) e na Escola de Estado-Maior. Prestou serviços ao governo da Alemanha no Japão, no início de 1909, onde permaneceu dois anos como observador do Exército alemão junto ao Exército real japonês. Ao regressar à Alemanha, lecionou na Escola de Estado-Maior. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) comandou um regimento, uma brigada de artilharia e uma divisão de reserva da Baviera. No ano de 1919, depois de, por vontade própria, passar para a reserva no posto de major-general, habilitou-se a livre-docente na Universidade de Munique, onde exerceu as funções de professor de Geografia, de Geopolítica e Reitor. Também organizou e dirigiu o Instituto de Geopolítica e a revista Zeitschrift fur Geopolitik. Foi presidente da Academia Alemã de Munique, membro da Sociedade Livre de Munique, membro honorário da Sociedade de Geografia de Frankfurt e Hannover, membro da Sociedade de Antropologia e Etnologia e Seleção da Baviera, da Sociedade de Alemães no Estrangeiro e membro do Conselho Japonês-Alemão.

Haushofer produziu mais de 30 importantes obras, das quais podem ser destacadas as seguintes: (1) Daí Nihon (O grande Japão, ou O Japão Maior) – Berlim, 1913; (2) Deutscher Anteil an der geographischen Erschlieflung Japans (Contribuição alemã na descoberta geográfica do Japão") – Munique, 1914; (3) Das Japanische Reich ("O Império Japonês) – Viena, 1920; (4) Japan und die Japaner (O Japão e os Japoneses) – Leipzig, 1923; (5) Geopolitik der Selbstbestimmung in Sud-Ost-Asien (Geopolítica da Liberdade na Ásia Sudoeste) – Munique-Berlim, 1923; (6) Geopolitik des Pazifischen Ozeans (Geopolítica do Oceano Pacífico) – Berlim, 1925; (7) Geopolitik und politische Erdkunde (Geopolítica e Geografia Política) – Munique, 1925; (8) Der Rhein (O Reno) – 1927; (9) Bausteine zur Geopolitik (Fundamentos da Geopolítica) – Berlim, 1928; (10) Grenzen in ibrer geographischen und politischen Bedeutung (A Significação Geográfica e Política das Fronteiras) – Berlim, 1928; (11) Japans Reichserneuerung (Renovação do Império Japonês) – Berlim, 1930; (12) Geopolitik der Pan-Ideen (A Pan-ideia na Geopolítica) – Berlim, 1930; (13)

Japans Werdegang als Weltmacht und Empire (Desenvolvimento do Japão como Potência Mundial e Império) – 1933; (14) Napoleon I (Napoleão I) – 1933; (15) Weltpolitik von Heute (Política Mundial do Presente) – Berlim, 1934 (em 1937 e 1940 apareceram edições revistas e aumentadas); (16) Deutsche Kulturpolitik in indopazifischen Raun (Política Cultural alemã na Área Indo-Pacífica) – 1939; (17) Japan baut sein Reich (O Japão constrói seu Império) – 1941.

Além da derrota alemã na Primeira Guerra Mundial e dos dois anos de experiência no Extremo Oriente, tiveram grande influência na formação geopolítica de Haushofer os conceitos antropogeográficos de Ratzel (1844-1904), os estudos de Rudolph Kjellen (1864-1922) e os trabalhos de dois eminentes geógrafos ingleses: James Fairgrieve e Halford Mackinder (1861-1947). Haushofer considerou tão importante a obra de Fairgrieve – denominada Geography and World Power – que mandou traduzi-la para o alemão e ele mesmo tratou de ampliá-la. A concepção de Mackinder foi por ele adotada integralmente. O domínio do Heartland pela Alemanha passou a ser a preocupação central de Haushofer. Não se sabe exatamente até que ponto os conhecimentos de Haushofer influenciaram as ideias de Adolf Hitler (1889-1945). O fato é que o Estado-Maior alemão “simpatizava indubitavelmente com a ampla tese de Haushofer” e, certamente, o Capítulo XIV do Mein Kampf contém muitos pontos de vista do mestre alemão. A verdade fundamental e incontestável é que Haushofer, em certos casos diretamente e em outros de modo indireto, coordenou, integrou e racionalizou todo o campo da Geografia comparada para uso do Führer.

Em 1931, antes, portanto, da constituição do III Reich, foi fundada a Associação de Estudo de Geopolítica (Arbeitsgemeinschaft für Geopolitik). Com a ascensão de Hitler ao poder, a Associação de Geopolítica foi transformada no Instituto de Geopolítica de Munique. A publicação mensal Zeitschrift für Geopolitik (Revista de Geopolítica), também fundada e dirigida por Haushofer, passou a ser uma espécie de órgão oficial do Instituto. Esta entidade valia-se de toda a estrutura alemã para a produção dos seus trabalhos, que focaram em cinco pontos principais: Autarquia; Lebensraum (Espaço Vital); Panregiões; Poder terrestre versus Poder Marítimo; Fronteiras. O Lebensraum seria o direito de uma nação ampliar o espaço para sua população. “Além do simples espaço, o Lebensraum levava em conta todos os recursos naturais e humanos a serem encontrados em qualquer área reivindicada por um Estado como seu espaço vital. A base para isso seria um fato e uma teoria. O fato: o crescimento de modo distinto dos Estados. A teoria veria o Estado como um organismo submetido às leis biológicas.”

A pan-ideia de Haushofer – que tinha como base a ideologia – integrava-se ao

conceito de panregião, áreas supercontinentais que permitiriam a realização do ideal de autarquia. O mundo foi dividido, inicialmente, em três grandes panregiões: a pan-América, a pan-Ásia e a Euráfrica. Cada uma delas teria uma grande potência como um "líder". Para a Alemanha nazista dominar o Heartland, a conquista da URSS seria o modo mais adequado. Sobre o conceito poder terrestre versus poder marítimo, Haushofer também salienta que "as bases do poder marítimo já não estão seguras, pois um Estado com o controle da massa continental atrás dessas bases poderia capturá-las por um ataque terrestre". Admite, por outro lado, que o domínio do mundo por uma potência marítima não pode ser eterno. Esse domínio pode acabar de repente como consequência de uma redução de poder ou em virtude do deslocamento de uma comunicação vital à sua existência, como foi o caso de Veneza e Gênova. As fronteiras, para os discípulos de Haushofer, são apenas uma parada temporária de uma nação em sua marcha para novas conquistas. Ele explica: "As fronteiras são simplesmente a expressão das condições de poder político em um momento considerado." Muitos dos ensinamentos de Haushofer foram deformados pelo nazismo. Tal fato criou incompatibilidades entre o próprio Haushofer e os principais chefes nazistas. O seu filho Albrecht, um dos principais redatores da Zeitschrift für Geopolitik, foi preso em 1944 e, posteriormente, fuzilado por ter participado de um movimento contra Hitler. O próprio Haushofer foi preso duas vezes no ano de 1944 e posto em liberdade por ter sido considerado inocente. Teve morte natural em 13 de março de 1946.

Referências

LACOSTE, Yves. Questions de Géopolitique. Paris: Biblio, 1988.
MEIRA MATTOS, Carlos. Geopolítica e modernidade. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.
VESENTINI, J. W. Novas geopolíticas. São Paulo: Contexto, 2000.

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS (HQ) A história em quadrinhos tem sido definida como uma composição de dois códigos de signos gráficos – a imagem iconográfica e a linguagem escrita –, articulados por uma sequência narrativa contínua. Porém, não se pode esquecer que lhe foi incorporado atualmente mais um elemento gráfico que proporciona a dinamização da leitura: os balões. Enquanto técnica narrativa, a história em quadrinhos é um processo longamente amadurecido, cujo percurso foi marcado pela imagem contando histórias. Embora encontremos no processo civilizatório, desde os tempos pré-históricos, várias manifestações desse gênero narrativo, o suporte narrativo específico da história em quadrinhos só aparece no final do século XIX, graças às inovações

técnicas de impressão – linotipos, rotativas, estereotipias em zinco –, constituindo-se, assim, um típico produto da cultura de massa ou especificamente da cultura jornalística.

Há intensa polêmica em torno do marco inicial da história em quadrinhos: por um lado, propõe-se a publicação do Yellow Kid, criado pelo norte-americano Richard F. Outcault para o New York World, cujo ano de surgimento foi 1896; por outro, Marco A. Lucchetti e Rubens F. Lucchetti estabelecem a tira Os Sobrinhos do Capitão (The Katzenjammer Kids), criada por Rudolph Dirks (1877-1968) e publicada no New York American Journal em 12 de dezembro de 1897. Todavia, Moacy Cirne lembra-nos que os quadrinhos, como discurso narrativo entre os ocidentais, nasceram na Alemanha em 1865, com Max und Moritz de W. Busch. No Brasil, haveria ainda a referência de As Aventuras de Nhô Quim, de Ângelo Agostini, surgido em 1869. Moacy Cirne reitera que essas histórias são marcadas por uma virtualidade gráfica que seria mais quadrinizante, na medida em que, como linguagem definida – articulação de signos gráficos, visuais e verbais fundada numa narrativa visual –, a história em quadrinhos somente aparece na primeira década do século XX, com a publicação em 1905 de Little Nemo in Slumberland, de Winsor McCay. Nesse mesmo ano, idealizada por Manuel Bonfim e Renato de Castro para O Malho, é editada a revista Tico-Tico, marco da história em quadrinhos no Brasil.

Consideradas por Will Eisner, talvez seu principal mestre, como “a mídia do mundo moderno”, as histórias em quadrinhos representam uma das fontes mais profícuas para estudarmos os costumes e as ideias de nossa época. A HQ marcou indelevelmente a história do século XX, exercendo ou sofrendo influências tanto nos meios de comunicação de massa – cinema, televisão, publicidade *etc.* – quanto nas artes em geral, como, por exemplo, na obra de Roy Lichtenstein, um dos principais expoentes da pop art. Para além de sua dimensão de divertimento de massa, a HQ também passa a ser utilizada, ao longo de sua história, como suporte para outros objetivos – comerciais e/ou políticos –, demonstrando sua profunda significação sociocultural pela intensa capacidade de influenciar seus leitores em suas percepções sensoriais e visões de mundo. Deste modo, o universo dos quadrinhos carrega consigo as contradições sociais, políticas e ideológicas da contemporaneidade.

A título de exemplo sobre a possibilidade de se utilizar a HQ como fonte para percebermos as disputas político-ideológicas no século XX, podemos mencionar alguns fatos marcantes da própria história da HQ. Depois de servir de meio de comunicação eficaz para promoções de campanhas do governo norte-americano durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) – Mandrake, Tarzã e Fantasma, por exemplo, prontificaram-se na luta contra os nazistas e os japoneses –, a HQ

sofreu durante os anos 1950 intensa campanha de censura, liderada pelo médico psiquiatra Frederic Wertham, em virtude de seu suposto incentivo à delinquência juvenil. Certamente, influenciada pelo clima instaurado pelo macarthismo na política norte-americana, essa campanha atingiu seu ápice com a instalação do Comic Code, em 1954, por sugestão do Senador Robert C. Hendrickson da Subcomissão do Senado. Contraditoriamente, isso possibilitou a expansão de experiências próprias de quadrinhos em outros países da Europa e no Brasil por conta do arrefecimento de sua exportação pelos syndicates norte-americanos que, desde os anos 1930, monopolizavam o cenário de quadrinhos no mundo ocidental. Entretanto, em contrapartida, os quadrinhos também trouxeram consigo, em seu conteúdo, diversas tendências libertárias ao longo de sua história. Lembremos a presença de mulheres como personagens principais em séries significativas da história da HQ: Paulette de Georges Wolinski e Georges Pichard, Barbarella de Jean-Claude Forest, ou Valentina de Guido Crepax, que significaram uma resposta às conquistas feministas dos anos 1960. Além disso, deve-se considerar a produção quadrinística underground norte-americana, que se apresentava como verdadeiro antídoto ao modelo do American way of life, através da contestação e da rebeldia juvenis presentes nas obras de Gilbert Shelton e Robert Crumb.

Entre as obras-primas da HQ do século XX, Art Spiegelman proporciona-nos uma visão do imaginário coletivo sobre a história social contemporânea, quando elabora em seu livro Maus uma crítica radical às condições de vida dos judeus nos campos de concentração nazistas durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Realizada entre 1978 e 1991, essa obra representa, iconograficamente, os personagens da história de sua família judia na Polônia por meio de metáforas em que são utilizados animais para expressar as diversas nacionalidades: os ratos são os judeus; os gatos, os nazistas; os porcos, os poloneses; os cachorros, os norte-americanos; o único sapo que aparece na história é um francês, amigo de seu pai, Vladek, em Auschwitz. A sua obra explicita o grau de sofisticação e complexidade a que chegou a HQ contemporânea, tanto pela dimensão existencial de questões contemporâneas quanto pelo apuro técnico de seus desenhos. Recentemente, o desenhista espanhol Francisco Ibáñez, com seu humor corrosivo, publicou um álbum de Mortadela e Salaminho (Mortadelo y Filemón), intitulado El Tirano, no qual faz uma alusão indireta ao caso Pinochet, causando polêmica em sua divulgação no Chile.

Esses exemplos evidenciam que, em virtude de sua riqueza e diversidade, a história da HQ constitui um grande desafio para os pesquisadores que trabalham na perspectiva do diálogo entre a história e a comunicação contemporâneas, na medida em que o recorte utilizado pelo pesquisador pode acabar por reforçar

determinado ponto de vista hegemônico, principalmente norte-americano, em detrimento de outras possibilidades de leitura. Por outro lado, não se pode estabelecer uma análise sofisticada da história da HQ levando-se em conta apenas a dimensão político-ideológica, pois, antes de tudo, sua dimensão estética é fundamental para a compreensão de sua interação com os outros meios de comunicação e as artes em geral.

Referências

CIRNE, Moacy. História e crítica dos quadrinhos brasileiros. Rio de Janeiro: Europa/FUNARTE, 1990.
EISNER, Will. Quadrinhos e arte sequencial. São Paulo e Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1989.
LUYTEN, Sônia M. Bibe (org.) História em quadrinhos: leitura crítica. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.
QUELLA-GUYOT, Didier. A história em quadrinhos. São Paulo: Unimarco Editora/Edições Loyola, 1994.

ANTÔNIO FERNANDO DE ARAÚJO SÁ

HUNGRIA (INTERVENÇÕES MILITARES) Até finais da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Hungria integrava o Império Austro-Húngaro, governado pela dinastia dos Habsburgo. A desagregação desse império consumou-se com a criação da República da Hungria, liderada provisoriamente pelo Conde Mihály Károlyi (1875-1955), que se tornou primeiro-ministro em 31 de outubro de 1918, além de ser líder do Partido da Independência desde 1913. Mihály Károlyi assumiu o cargo de presidente logo em seguida e se manteve no poder até 21 de março de 1919, quando foi deposto por Béla Kun (1886-1941), depois da humilhante perda da Transilvânia para a Romênia. Entre 1916 e 1918, Béla Kun fora prisioneiro de guerra na Rússia, sendo libertado durante o governo bolchevique, com o qual estabeleceu contatos com algumas lideranças e, por fim, abraçou o ideário comunista do regime então recém-instalado em solo russo. Béla Kun fundou na Hungria o jornal Vöros Ujság (Notícias Vermelhas) e organizou a oposição contra Mihály Károlyi. A conjuntura de crise de fome, de grave epidemia de gripe, de desmobilização do Exército e as exigências de entrega de parte do território húngaro aos vencedores favoreceu a ascensão dos comunistas, que se apoiavam principalmente nos sindicatos dos mineiros, dos metalúrgicos e da indústria bélica. Além disso, os camponeses, que formavam a maioria da população, não estavam satisfeitos com o não cumprimento da promessa de reforma agrária.

No entanto, deposto Mihály Károlyi e proclamada a República Bolchevista Húngara, o regime de Béla Kun entrou rapidamente em colapso, ao tentar combinar o prolongamento da guerra pelos territórios fronteiriços ocupados por romenos e tchecos, com reformas que interferiam na propriedade e organização da produção no campo e na cidade, o que fez crescer a inflação, a escassez de

alimentos e o descontentamento dos trabalhadores. Assim, em 4 agosto de 1919, sob o peso do exército nacionalista liderado por Nikolaus Horthy (1868-1957) e das tropas romenas, o governo de Béla Kun foi deposto. Béla Kun partiria em exílio para Viena e, depois, para Moscou, onde se tornou presidente do Komintern, mas foi atingido em 1938 pelas purgas do governo de Stalin (1879-1953) e levado para os campos de trabalho forçado que compunham o complexo prisional soviético, onde pereceu sob maus-tratos.

Nikolaus Horthy foi declarado oficialmente regente da Hungria em janeiro de 1920, mantendo-se no cargo até 1944. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), manteve posição ambígua entre as forças do Eixo e as Aliadas. Inicialmente, frente ao rápido avanço das tropas nazistas e fascistas em 1939-1940, juntou-se aos exércitos de ocupação da Iugoslávia em 11 de abril de 1941. Com a mudança dos ventos da guerra, tentou uma paz em separado com as potências aliadas em 1944, mas não lhe foi dado crédito e a Hungria sofreu uma intervenção militar das tropas nazistas como forma de retaliação. Horthy foi mantido prisioneiro até 1945, sendo libertado depois da entrada das tropas soviéticas no país. Horthy morreria exilado em Portugal. Após a Segunda Guerra Mundial, já sob os efeitos anunciados da Guerra Fria (1947-1991), foi proclamada a República Popular da Hungria em 1949.

Referências

DUROSELLE, J.-B. Histoire Diplomatique de 1919 à nos jours. Paris: Librairie Dalloz, 1957.

MOURRE, Michel. 25 ans d'Histoire Universelle, 1945-1970. Paris: Éditions Universitaires, 1971.

POTEMKIN, V.P. Historia de la diplomacia, t. III. México: Editorial Grijalbo, 1968.

RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO

IMPERIALISMO E IMPÉRIO (TEORIA) Existem várias definições para Império, que pode ser uma forma de governo monárquico que tem por chefe um imperador; todo Estado muito importante, qualquer que seja a forma de governo que adotou; Estado, Nação ou povo que exerce sua autoridade sobre povos conquistados; autoridade soberana de uma sociedade; Estado ou nação que tem autoridade sobre povos vassalos; o conjunto de Estados vassalos de uma potência qualquer. Imperialismo pode ser definido como ação de um Estado, nação ou povo de impor o seu domínio ou controle direto ou indireto sobre outro Estado, nação ou povo. O imperialismo se caracteriza por uma ação de poder, contrária à vontade do Estado, nação ou povo sobre o qual incide. É, em geral, considerado moralmente reprovável, e o termo se aplica com sentido crítico à política do país.

Outra definição de imperialismo seria a política que tem por fim a formação ou a manutenção de impérios, representando, muitas vezes, politicamente, uma tentativa de unir diferentes nacionalidades ou grupos étnicos sob a direção de um governo que, pela extensão de seu território e riqueza, forma um grande poder. Ideologicamente, significa uma tentativa de justificar a expansão imperial.

Morghentau definiu imperialismo como a política que tem por objetivo a destruição do status quo, a inversão das relações de poder entre dois ou mais Estados e do processo dinâmico de sua formação. Qualquer outra política destinada à manutenção, defesa e consolidação de um império já existente ou de ajuste de interesses conflitantes escapa à denominação, desde que deixe inalterada a relação de força entre os membros de determinada comunidade internacional. Para Schumpeter, o imperialismo resulta de um complexo de causas em que atuam, em diferentes graus, as pressões econômicas, a agressividade humana, a busca de segurança, a ambição de poder e prestígio, emoções nacionalistas, o humanitarismo e diferentes fatores.

A origem dos impérios deve ser procurada, geralmente, na conquista; sua manutenção, no exercício de um poder dominador; e sua justificativa, na capacidade real ou alegada do grupo conquistador sobre os Estados, nações ou povos conquistados.

A teoria política (Gumplowicz, Spengler) explica o imperialismo pela própria natureza do Estado moderno: a luta dos grandes Estados pela hegemonia seria a força motriz da história universal. Hegel explica o imperialismo pela tendência expansionista das grandes nações e atribui a cada uma das nações determinado

papel na evolução histórica da humanidade, o imperialismo religioso da Espanha do século XVI, o imperialismo racista da Alemanha do século XX, o pan-eslavismo russo, as doutrinas da superioridade anglo-saxônica *etc*.

Em termos históricos, o imperialismo é observável desde a Antiguidade, na Ásia com os chineses; no Oriente Médio dos babilônicos aos persas; no Mediterrâneo, com os gregos e romanos, e na América pré-colombiana podemos citar os astecas. Durante a Idade Média, na Europa aspirava-se à ideia de unidade a partir da reconstituição do Império Romano, seja pelo papa ou pelos reis guerreiros, como Constantino ou Carlos Magno.

Entre os séculos XVI e XVIII, a competição entre as nações europeias – principalmente Portugal, Espanha, Holanda, França e Grã-Bretanha – levou a formações imperiais em que o caráter colonial foi mais acentuado, e grandes territórios nas Américas, na África e na Ásia foram conquistados. No século XIX, o dinamismo econômico provocado pela revolução industrial, pela expansão financeira e a necessidade crescente de matérias-primas e mercados deu ao imperialismo do século XIX um novo caráter, buscando legitimidade na superioridade racial, na difusão do Cristianismo, na difusão da civilização à barbárie e nas teorias de poder que sustentavam que a riqueza e a segurança da nação estariam garantidas com a posse de colônias e de territórios estratégicos.

A Revolução Industrial e o advento do capitalismo monopolista, que tornaram a Grã-Bretanha um modelo de império, levaram outros países a empreendimentos imperialistas como Bélgica, Alemanha, Itália, Estados Unidos e Japão, que vieram se juntar às antigas potências coloniais – Portugal, Espanha e Holanda – e deram um novo impulso conquistador à França e à Rússia.

O imperialismo exercido pelas nações mais desenvolvidas resolveu grande parte dos problemas relativos a locais seguros para a exportação do excedente de capitais, do aumento de mercados consumidores, do fornecimento de matérias-primas e de regiões aptas a receber o excedente populacional, o que levou à diminuição dos graves problemas sociais internos, além de permitir exportar as tensões e direcionar o sentimento nacionalista a empreendimentos de conquista a fim de unir a nação em torno do objetivo de engrandecer a pátria, mas também gerou um estado de tensão permanente entre as principais potências, devido à partilha desigual dos territórios e zonas de influência. Essas tensões romperam o equilíbrio europeu, levando à corrida armamentista e a crises internacionais impossíveis de serem solucionadas pela via diplomática, que vieram por provocar a Primeira Guerra Mundial.

A interpretação econômica do imperialismo tem em Marx, Hobson e Lenin seus maiores expoentes. O argumento básico é que a indústria europeia, em 1870, se expandira a ponto de ter necessidade de ampliar sua área de mercado, a

possibilidade de acesso a matéria-prima mais barata e as oportunidades de investimentos para absorver o excedente de capital que se acumulava com rapidez. Tanto para Marx quanto para Lenin, a expansão imperialista era o resultado inevitável da expansão capitalista e uma resposta necessária às contradições internacionais geradas pelo capitalismo. Para Hobson, os Estados mais avançados tornaram-se potências imperialistas devido à tendência de sua economia para a superprodução, ao excesso de capitais em busca de aplicações lucrativas e à influência dos capitalistas na condução da política externa de seus governos nacionais, levando-os à proteção, intervenção ou anexação de países e territórios em que os investimentos haviam sido feitos a fim de garantir a exploração e a lucratividade. Lenin afirma que o imperialismo é a fase do desenvolvimento do capitalismo correspondente à dominação dos monopólios e do capital financeiro, o que levou ao aumento da importância da exportação de capitais e à partilha do mercado internacional pelos trustes internacionais e do território mundial pelos países capitalistas mais importantes. Lenin define o imperialismo a partir de cinco traços fundamentais seguintes: (1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; (2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira; (3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; (4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; e (5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. Mas os lucros e as vantagens obtidas com o imperialismo já eram contestados por autores liberais como Adam Smith e David Ricardo, quando afirmaram que só um pequeno grupo seria beneficiado, e nunca a nação como um todo; mesmo políticos liberais criticavam a política expansionista, argumentando contra o aumento dos gastos militares, as vidas humanas perdidas, a necessidade de grandes investimentos de longo prazo para tornar os territórios adquiridos lucrativos, dotá-los de uma estrutura administrativa controlável e capaz de arcar com os custos de sua própria defesa.

O fim da Primeira Guerra Mundial parecia também o início da decadência do imperialismo, com impérios sendo dissolvidos, povos ganhando independência ou, pelo menos, igualdade político-administrativa, e o desaparecimento dos privilégios econômicos estabelecidos por ocasião da conquista. A situação seria modificada com a ascensão do fascismo e do nazismo que glorificava as nações corajosas que procuravam por meio da guerra e da conquista impor seu domínio sobre os mais fracos, buscando em relação a outros impérios não mais o

equilíbrio do poder, mas o domínio mundial sob sua liderança. A aliança entre Alemanha, Itália e Japão, para a imposição de uma nova ordem mundial, levou à Segunda Guerra Mundial e à derrota desse modelo de imperialismo autoritário e racista.

O declínio do imperialismo fez com que a maioria dos povos coloniais conquistasse sua liberdade já sob a tutela da Organização das Nações Unidas, ainda que existam territórios com um status especial (por exemplo, como os mantidos por Inglaterra, França, EUA, China etc.), em que subsista em sua forma comercial e financeira – quando se usa a coerção e não a concorrência para se obter de outros povos privilégios e vantagens especiais – um novo tipo de imperialismo.

Durante a Guerra Fria, verificamos a substituição do imperialismo clássico – ou seja, na forma de expansão territorial – pelo ideológico, de um lado o mundo liberal-capitalista liderado pelos Estados Unidos e detentor da hegemonia mundial; e do outro, seu contestador, o mundo socialista liderado pela União Soviética. A disputa ideológica se dava em todos os níveis da existência humana e tinha como objetivos a derrota do adversário e a supremacia unipolar; ainda que as superpotências não se confrontassem diretamente, foram realizadas ações de caráter imperialista a partir de considerações geopolíticas e estratégicas. utilizando-se de todos os meios, formas de pressão e de intervenção a fim de superar o rival.

A derrota da União Soviética e a superação da alternativa que representava desencadearam a Nova Ordem Mundial – caracterizada pela instabilidade internacional –, que, segundo Hardt e Negri, levou a um novo tipo de império, em que, apesar da preponderância econômica, da superioridade militar e da influência norte-americana, não há um centro nem um território definido, pois trata-se de uma rede de poder constituída por alguns Estados-nação que controlam os principais organismos monetário-financeiros internacionais (a OCDE), pelas organizações multilaterais, alianças internacionais, as empresas transnacionais, as grandes metrópoles mundiais, ONGs, instituições religiosas e pela mídia. No entanto, essa unidade imperial pós-moderna é contestada por alguns políticos e intelectuais, de todo o mundo, que veem na política externa norte-americana do governo George W. Bush (2001-2009), sob a justificativa da guerra contra o terror, a adoção de antigas práticas imperialistas, a partir da constatação do surgimento de um novo adversário que elevou ao nível de confronto o desafio à hegemonia dos Estados Unidos e que é promovido por grupos terroristas inspirados em fundamentalismos com aspirações imperiais. A necessidade de uma clara defesa das ações unilaterais da Era Bush, e sua política de supremacia global, tiveram amplo impacto sobre o debate em torno do

imperialismo. Tal debate acabou por refletir-se na própria historiografia, com a emergência de autores “revisionistas”, propondo a uma análise positiva do imperialismo. O Historiador britânico Niall Ferguson (nascido em 1964), será um dos mais importantes e conceituados dos autores desta corrente revisionista.

Referências

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. Caos e governabilidade no moderno sistema mundial. Rio de Janeiro: Contraponto; UFRJ, 2001.
DOYLE. Michael W. Empires. Ithaca: Cornell University Press, 1986.
DUROSELLE, Jean-Baptiste. Todo império perecerá. Brasília: Universidade de Brasília, 1992.
FERGUSON, Niall. Empire. Londres: Allen Lane, 2002.
HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. O império. Rio de Janeiro: Record, 2001.
HOBSBAWN, Eric. A era dos impérios (1875-1914). São Paulo: Paz e Terra, 2003.
_____. A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

IMUNOLOGIA Desde os primórdios da medicina, observou-se que as doenças sempre foram pontos desfavoráveis às condições da vida humana. Outra importante observação foi que algumas pessoas ficavam doentes, enquanto outras não. Desta forma, o ser humano passou a perceber que cada organismo respondia de forma diferente a uma mesma situação. Um ponto curioso quanto às investigações científicas sobre as doenças pode ser bem exemplificado pelo sentido original que se dava à malária: como o reconhecimento de que as doenças infectocontagiosas eram causadas pela ação de micro-organismos somente adveio na segunda metade do século XIX, presumia-se que a malária estava ligada a uma região próxima a pântanos, cujo ar seria ruim para a saúde. Em oposição ao mal arium, os pacientes deveriam buscar bons ares para evitar ou combater suas enfermidades. Na Europa, muitas pessoas passaram a usar incensos como meio de afastar o “mal ar”. Posteriormente, verificou-se também que o organismo humano possuía algum tipo de mecanismo que o protegia contra dada moléstia ou impedia que tivesse um desfecho mais grave. Atualmente, sabemos que o organismo humano possui vários sistemas fisiológicos que são vitais para a manutenção e preservação da vida, como o locomotor, o nervoso e o imunológico. O responsável pela defesa do organismo contra doenças infectocontagiosas é o sistema imunológico ou imune, sendo a Imunologia a ciência que estuda o sistema imunológico.

Basicamente, o sistema imune é dividido em imunidade celular e humoral. A imunidade humoral é aquela mediada por anticorpos e pelo sistema complemento, enquanto a imunidade celular é aquela em que predomina a ação de linfócitos e macrófagos, importantes células de defesa. Para entendermos o

que vem a ser anticorpos, faz-se necessária a compreensão de antígeno, que é qualquer substância que produz uma resposta imunológica detectável. Os anticorpos são proteínas produzidas como resultado de um estímulo provocado por um antígeno. E o sistema complemento, ou simplesmente complemento, é uma série de proteínas seriais que são mediadoras da resposta imune do organismo, ou seja, a relação antígeno/anticorpo. A resposta imune pode ser inata ou adquirida, sendo a resposta inata, como o próprio nome nos relata, aquela que o indivíduo possui ao nascer, enquanto a resposta adquirida é a imunidade que o indivíduo ganha no decorrer de sua existência mediante contatos com doenças diretamente no ambiente ou através da prática indutiva da vacina.

Uma importante reação imune é a resposta alérgica ou de hipersensibilidade. Ela ocorre quando há o contato de alguma substância que possa induzir uma resposta de hipersensibilidade. Neste caso, a substância alérgena entra em contato com o sistema imunológico e provoca uma resposta exacerbada, mediada por imunoglobulinas e mediadores químicos. Na espécie humana, o principal mediador é a histamina. Em um indivíduo alérgico, o contato com a substância desencadeadora (frutos do mar, poeira, picada de insetos, dentre diversas outras substâncias) promove a liberação desses mediadores químicos, o que pode até mesmo levar à morte. Por exemplo, num indivíduo alérgico a frutos do mar, a ingestão de camarão pode promover um edema de glote que pode ser fatal.

Diversos mecanismos imunológicos naturais ocorrem a todo momento para salvaguardar as funções fisiológicas do organismo. Entretanto, nem sempre o organismo humano está apto para “batalhar” nessa guerra biológica contra os micro-organismos invasores, necessitando de um auxílio externo para a sua imunização. O principal meio de se imunizar – preparar o sistema imune para determinado agente – é a vacina. A vacina como conhecemos atualmente é derivada de um experimento relacionado com a varíola bovina, ou melhor, a vaccinia, enfermidade específica dos bovinos. Notou-se que as pessoas que lidavam diretamente com o gado não contraíam a forma humana da doença, ou a contraíam de uma forma branda. Assim, foi feita uma solução contendo o vírus da varíola bovina e a inocularam em humanos. Após essa inoculação, administrou-se a forma humana da vacina, provocando uma varíola amena – bem diferente da letal.

Além das vacinas, a Imunologia também nos auxilia no que tange aos transplantes e rejeição. Cada ser humano é único, não somente pelo seu aspecto genético envolvendo o DNA, mas também imunologicamente. Essa diferença imunológica é o que denominamos complexo principal de histocompatibilidade (CPH). Isto quer dizer que há um conjunto de proteínas altamente específicas

que determinam a individualidade de cada ser humano. Assim, o complexo principal de histocompatibilidade humano identifica estruturas entre espécies e, evidentemente, entre indivíduos. Quanto aos transplantes, o principal risco certamente é o de rejeição. Ela ocorre em razão de uma incompatibilidade entre as proteínas do CPH dos dois indivíduos, em que aquele que recebeu o transplante tem seu sistema imune trabalhando para expulsar a estrutura que fora transplantada, já que a reconheceu como estranha (non-self). Ciente disso, a medicina busca estruturas a serem transplantadas (órgãos, ossos, pele etc.) que possuam as proteínas do CPH mais similares possíveis, ou mesmo utilizando a genética para a produção de estruturas de animais que possam ser transplantadas em humanos.

O campo da Imunologia é bastante amplo, já que com a descoberta de novos agentes (vírus, bactérias etc.) faz-se necessário o desenvolvimento de nova tecnologia, tanto para o diagnóstico quanto para o tratamento ou erradicação do micro-organismo. Fato comprovado pelo advento da AIDS (ou SIDA), em que novas tecnologias foram e são desenvolvidas. Isto demonstra que cada avanço científico no campo da saúde representa um passo dado para uma melhor compreensão do organismo humano, sendo a Imunologia uma importante ferramenta nessa caminhada.

Referências

CECIL. Tratado de medicina interna. Rio de Janeiro: Editora Guanabara-Koogan, 2001.

JAWETZ, E.; MELNICK, J.L.; ADELBERG, E.A.; BROOKS, G.F.; BUTEL, J.S.; ORNSTON, L.N. Microbiologia médica. Rio de Janeiro: Editora Guanabara-Koogan, 1991.

ROITT, I.; BROSTOFF, J. Imunologia. São Paulo: Editora Manole Ltda., 1999.

INFERÊNCIAS FILOGENÉTICAS Desde há muito tempo, com o estabelecimento da Teoria da Evolução de Charles Darwin (1809-1882) e Alfred Russel Wallace (1823-1913), reconhece-se que os atributos dos seres vivos não estão distribuídos ao acaso no sistema biológico, mas em um padrão hierarquicamente ordenado na diversidade, tanto na forma quanto no tempo e no espaço. A partir deste conhecimento, a tarefa da Sistemática tem sido a identificação desses padrões de ordem natural, conhecidos como filogenias. O termo filogenia vem do grego phyle (tribo, raça) e geneia (origem), significando a origem das linhagens e suas relações. Assumindo-se que estas origens estejam relacionadas com a evolução dos grupos, o estudo da filogenia é produto da biologia comparada ou sistemática. Imaginando-se que a vida surgiu uma única vez sobre a face da Terra, toda a diversidade de formas que se observa, sejam

elas viventes ou fósseis, estaria relacionada com uma história evolutiva derivada desta vida primordial. A Biologia Comparada utiliza os padrões remanescentes dos seres, tais como a sua morfologia, ecologia, código genético etc., para inferir qual foi essa pretensa árvore evolutiva. Portanto, as árvores propostas são inferências filogenéticas, ou seja, são hipóteses de parentesco obtidas de análises dos dados que buscam refletir uma filogenia real.

Ideias sobre filogenias são bastante antigas e baseadas em preceitos transformistas. A forma dessa transformação foi, no entanto, compreendida de maneira diferente por vários pesquisadores. O enciclopedista francês Georges-Louis Leclerc (Conde de Buffon, 1707-1788) acreditava na transformação de linhagens pela degeneração das mesmas a partir de uma espécie original. Uma contribuição importantíssima para a história dos estudos de filogenia foi a de Jean-Baptiste-Pierre-Antoine de Monet (Chevalier de Lamarck, 1744-1829), proponente da teoria lamarckista e que representou a transformação dos grupos em um diagrama de árvore em sua Philosophie Zoologique (1809), padrão posteriormente consagrado pelos evolucionistas para representar as relações entre os seres. Após Lamarck, ainda restrito à escola francesa, Étienne Geoffroy Saint-Hilaire (1772-1844) foi consagrado como o primeiro cientista na busca de um padrão básico (ou "arquétipo"), conectando animais viventes e fósseis, similar ao que Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) fez para as plantas. Estas ideias de comparação levaram à criação do conceito de homologia, central na biologia comparada, proposto por Richard Owen (1804-1892). Charles Robert Darwin, por sua vez, argumentava que parte das similaridades entre os organismos estava relacionada com pressões de seleção sofridas em sua história, deixando como herança marcas de similaridade e transformação; ele foi também o primeiro a ressaltar que as classificações deveriam ser baseadas em uma "genealogia" – palavra adotada por ele para exprimir as relações entre os grupos de organismos. Darwin foi mais além, definindo dois tipos de similaridade: as reais homologias e as eventuais analogias, sendo trabalho do sistemata saber distinguir entre os dois tipos. O embriologista e zoólogo alemão Ernst Heinrich Haeckel (1834-1919) foi quem primeiro adotou a proposta darwinista de classificações atreladas às hipóteses filogenéticas, bem como a utilizar o termo "filogenia".

Padrões biológicos frutos da evolução podem ser percebidos e interpretados de várias maneiras diferentes, o que leva à existência de diversas metodologias concorrentes relacionadas com sua análise. Em inferências filogenéticas, essas metodologias de análise dos padrões hierárquicos dos sistemas biológicos estão ligadas a preceitos básicos de teorias, conhecidas como diferentes escolas de sistemática, cada qual com desenvolvimentos epistemológicos diferentes. O

grande desenvolvimento das escolas de sistemática ocorreu durante o século XX. Após os adventos da Teoria da Evolução e do Neodarwinismo (ou Teoria Sintética da Evolução), os agrupamentos sistemáticos passaram a tentar englobar também o fator tempo, em maior ou menor grau, dado pelas relações filogenéticas entre os diferentes grupos. Para tanto, lançou-se mão do estudo sobre as similaridades dos organismos, fundado no estudo da anatomia comparada proposta por Lamarck e Georges Leopold Chrétien Frédéric Dagobert Cuvier (1769-1832). Assim, hipóteses filogenéticas (hierarquização dos organismos em grupos cada vez mais inclusivos) são baseadas na compreensão de similaridades explícitas ou implícitas que os organismos possuem.

A escola de sistemática dominante no início do século XX veio sendo tratada informalmente até as décadas de 1940 e 1950, quando arregimentou seu corpo teórico. Ela foi celebrizada em 1940 como “nova sistemática” por Julian Sorell Huxley (1887-1975), porém ficou mais conhecida como escola gradista ou gradismo (ou ainda evolutiva e neodarwinista). Os seus grandes nomes foram o paleontólogo norte-americano George Gaylord Simpson (1902-1984) e o zoólogo alemão, radicado nos EUA, Ernst Mayr (1904-2005). A proposta do gradismo era conciliar o conhecimento recém-adquirido do neodarwinismo à sistemática. No entanto, um importante aspecto dessa escola é que, paradoxalmente, os procedimentos gradistas permitiam uma relativa desvinculação entre suas hipóteses filogenéticas (demonstradas por diagramas evolutivos denominados dendrogramas) e a classificação derivada dos mesmos. Esse frouxo rigor metodológico, ligado a seu alto grau de subjetividade na construção das classificações/dendrogramas, causou um desagrado na comunidade de sistematas e estudiosos de evolução, culminando com o surgimento de duas novas escolas de sistemática em meados do século XX.

A primeira destas escolas, a numérica (ou fenética, como denominada por Mayr), desenvolveu-se dentro de um ambiente de forte apelo à matematização da Biologia, como ocorria na área de Ecologia nas décadas de 1940 e 1950. Esta condição influenciou os fundadores da fenética, o britânico Peter H. A. Sneath (*1923) e o austríaco Robert R. Sokal (1926-2012), inspirados no botânico Michel Adanson (1727-1806), que em meados do século XVIII empregara métodos quantitativos para classificar famílias de plantas africanas. Desta forma, foram desenvolvidos algoritmos matemáticos para cálculo da similaridade total entre os grupos, expressando suas relações em um diagrama denominado fenograma. Vale notar que os proponentes da escola consideraram inicialmente que o resultado da análise fenética seria independente da expressão de uma filogenia, posição esta revista em uma segunda instância. A segunda escola

trabalhou com os diferentes tipos de similaridade que poderiam ser utilizados para proposição dos agrupamentos, aceitando somente grupos que fossem baseados em “novidades evolutivas” comuns a seus integrantes (denominadas sinapomorfias), uma vez que estas seriam o testemunho da evolução a partir de um ancestral comum. Esta é a filosofia principal da escola da sistemática filogenética, fundada pelo entomólogo alemão Willi Hennig (1913-1976) em 1950, ainda sobre um corpo de ideias e modelos neodarwinistas.

Uma derivação da filogenética henniguiana foi denominada cladística de padrões (o termo “Cladística” foi também cunhado por Mayr e é às vezes utilizado como sinônimo de sistemática filogenética), responsável por um grande impulso na teoria e métodos da sistemática filogenética, com a introdução de algoritmos matemáticos e análises computacionais, desenvolvimento sobre a utilização da parcimônia (princípio básico da ciência que prioriza as explicações científicas com o menor número de hipóteses ad hoc, por considerá-las as mais robustas) e incremento de diversas outras metodologias. Um segundo desdobramento recente da cladística foi a Análise de Enunciados de Três Itens, criada em 1991 por Gareth J. Nelson (*1937) e Norman I. Platnick (*1951), na qual o princípio básico é a decomposição de uma análise maior em análises de subgrupos três a três – chamados enunciados, em que há sempre dois grupos mais próximos contra um terceiro. A composição de todas as possibilidades de enunciados resulta em um arranjo final incluindo todos os grupos envolvidos e baseia a hipótese filogenética a ser adotada. Por último, houve a proposição de modelos probabilísticos de evolução denominados análises de máxima verossimilhança, restritas à análise de DNA. Concluindo, há vários métodos concorrentes para inferências e o assunto ainda é uma questão bastante aberta.

Referências

HENNIG, Willi. Grundzüge einer Theorie der phylogenetischen Systematik. Berlim: Deutscher Zentralverlag, 1950.

HULL, David L. Science as Process. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

MAYR, Ernst. Systematics and the Origin of Species. Cambridge: Cambridge University Press, 1942.

SOKAL, Robert R.; SNEATH, Peter H.A. The principles of Numerical Taxonomy. São Francisco: W.H. Freeman, 1963.

IRA (IRISH REPUBLICAN ARMY – EXÉRCITO REPUBLICANO IRLANDÊS) Grupo terrorista irlandês católico que promovia campanhas terroristas contra o governo britânico com a finalidade de separar a Irlanda da Home Rule britânica, formando assim uma grande república irlandesa. A origem

do IRA remonta à Irmandade Republicana Irlandesa, popularmente conhecida como Fenians, fundada em Dublin e Nova York em 1858. Os Fenians foram reprimidos em 1867, mas diversos membros da irmandade republicana participaram do levante da Ilha de Páscoa entre 24 de abril e 1º de maio de 1916. Em 1919, o IRA seria reconhecido pelo Sinn Féin como o braço armado da República Irlandesa – sendo incluídos os recrutas dos Voluntários Irlandeses – para lutar na Guerra de Independência (1919-1921). O seu primeiro comandante foi Michael Collins (1890-1922), que havia sido clérigo em Londres em 1906 e retornara para a Irlanda durante o levante da Ilha de Páscoa, introduzindo a técnica da guerrilha. Em 6 de dezembro de 1921, foi assinado o Tratado Anglo-Irlandês que reconhecia a autonomia da Irlanda dentro da Home Rule e, portanto, a soberania não plena de seu Parlamento (Dáil Éireann) – instituído desde 1919 –, mas as seis regiões da Irlanda do Norte (ou Ulster) de maioria protestante permaneceriam sob administração direta britânica. Em função dos termos do tratado, surgiram duas facções principais entre os militantes nacionalistas irlandeses: uma favorável e outra contra os termos do acordo, sendo lideradas respectivamente por Michael Collins e Éamon De Valera (1882-1975). Membros do IRA começaram uma guerra civil (1922-1923), havendo igualmente recorrentes ações terroristas contra os governos britânico e irlandês. Michael Collins era favorável aos termos do tratado porque acreditava que os ganhos iriam ser progressivos e o passo principal já fora dado com a formação de um Estado Livre. Ele tinha assumido o cargo de comandante em chefe do Exército Nacional, sendo assassinado em uma emboscada em 22 de agosto de 1922. Por sua vez, De Valera, presidente do Sinn Féin desde outubro de 1917, acreditava que a obtenção de qualquer acordo que prezasse menos do que uma República Independente representaria um retrocesso. Esses eventos que marcaram a existência do IRA nas primeiras décadas do século XX deram o tom geral dos focos de tensão na Irlanda e em relação ao governo britânico.

Frente aos desgastes da guerra civil, De Valera chamaria as partes em contenda para pôr um fim aos conflitos e suspenderia as atividades do IRA em 1923. Por fim, acabaria por seguir a tendência da independência progressiva, enquanto se manteve no cargo de primeiro-ministro nos anos de 1930 e 1940. Em 16 de maio de 1926, De Valera e os outros membros do Sinn Féin fundaram um novo partido republicano para atuar dentro dos limites legais da Home Rule Britânica, chamado Fianna Fáil (Soldados do destino). Mas não seria fácil acomodar os militantes nacionalistas, entre os quais antigos membros do IRA, em tal establishment. Em 11 de agosto de 1927, o Fianna Fáil aceitou fazer parte do Dáil Éireann. Em 9 de março de 1932, foi formado o primeiro governo de maioria Fianna Fáil, com De Valera assumindo pela primeira vez o cargo de

primeiro-ministro da Irlanda, mantendo-se ininterruptamente neste cargo até 1948, durante o qual aboliu o juramento de aliança com a Grã-Bretanha, foi escrita (e adotada em 29 de dezembro de 1937) uma nova Constituição para a República – removendo todas as referências à Coroa Britânica e mantendo a figura do rei apenas para os negócios estrangeiros – e foi assinado um acordo de neutralidade durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que permitiu o retorno do controle direto dos portos irlandeses para a república a partir do acordo anglo-irlandês de abril de 1938. A plataforma política do partido acabou levando à independência definitiva em 1949, concretizando a existência de uma República da Irlanda no Sul. Agora, mais do que antes, grupos armados extremistas veriam Ulster como um enclave protestante britânico, que deveria ser abolido para se formar a grande Irlanda, uma contraface à Grã-Bretanha.

As acomodações políticas do período pós-guerra civil tiveram sabor de traição para muitos membros que participaram da guerra de independência e foram posteriormente aprisionados como foras da lei. O IRA foi posto na ilegalidade pelo governo irlandês em dois estágios: em 1931 e 1936. Em 1939, o IRA foi responsável por várias explosões de bombas na Inglaterra e, durante a Segunda Guerra Mundial, vários de seus membros foram mantidos presos sem julgamento tanto na Irlanda quando na Grã-Bretanha. Em 1956, lançou-se uma campanha contra as forças de segurança da Irlanda do Norte e, seis anos depois, o IRA parecia ter sido derrotado. Entretanto, desde os conflitos dos anos de 1920, o IRA foi se afirmando como a força paramilitar mais forte de libertação da Ilha da Irlanda, recobrando as suas forças na segunda metade dos anos de 1960, quando se intensificaram os movimentos pelos direitos civis dos católicos na Irlanda do Norte, particularmente durante a guerra civil de 1968, quando membros do IRA se posicionaram como protetores dos lares católicos contra ataques de milícias protestantes legalistas. Como tiveram pouco êxito nesta tarefa, foi necessária a intervenção do Exército britânico em 1972, que retirou a autonomia de Ulster e o governo britânico passou a atuar diretamente nas funções políticas e administrativas.

A guerra civil causou nova cisão de opinião no interior do IRA sobre o melhor modo de participar das campanhas pelos direitos civis católicos em Ulster. Em dezembro de 1969, o Conselho Militar do IRA mostrou-se favorável em reconhecer os parlamentos de Dublin, Londres e Stormont – este último sempre foco de tensão porque os católicos diziam que a maioria protestante era conseguida por meios fraudulentos. No entanto, tal posição entrava em choque com a linha dura do IRA, contrária a participar de qualquer instituição e favorável a continuar usando a violência direta como arma política. As divergências internas levaram à formação do Provisional IRA, o mesmo

acontecendo com seu braço político, que se tornou Provisional Sinn Féin em janeiro de 1970. O Provisional IRA ou Provos, como era também chamado, passou a definir o perfil do IRA, que se posicionava não como grupo terrorista, mas como "protetores da liberdade irlandesa". Além de contarem com o Sinn Féin, as atividades de seus membros incluíram sequestros, atentados a bomba, assaltos, extorsões *etc.* Em 1974, os seus atentados chegaram a fazer um total de 214 vítimas entre os soldados das forças britânicas de segurança, os alvos mais visados pelo IRA a partir de 1972. Em 1976, foi assassinado o embaixador britânico em Dublin.

As forças de segurança britânicas que passaram a atuar continuamente em Ulster a partir de 1972 acabaram por colocar sob suspeita a comunidade católica como um todo, gerando mais ressentimento e focos possíveis de violência. No entanto, o prejuízo para católicos e protestantes deve também ser considerado por outro viés: as ações terroristas do IRA visavam também causar danos materiais periódicos à Irlanda do Norte, como em Belfast, de modo que forçasse o governo britânico a ter gastos excessivos com a manutenção da Irlanda do Norte e, assim, desistir de manter seu domínio administrativo sob a região. A população local passou a conviver com forças de repressão de ambos os lados, restringindo a sua liberdade de expressão: o governo britânico intensificou as buscas aos suspeitos de envolvimentos em ataques, além de aumentar significativamente a repressão aos que se qualificavam como nacionalistas (protestantes ou católicos); pessoas favoráveis a soluções negociadas poderiam ser acusadas de traição tanto por milicianos católicos quanto protestantes. Tais formas de nivelamento político são típicas em grupos que vivem um medo intenso de aniquilação.

A partir de 1979, sob o governo conservador da Primeira-Ministra Margareth Thatcher (1925-2013), os membros do IRA passaram a ser tratados como prisioneiros comuns, perdendo, pois, a alcunha de prisioneiros políticos. Por meio de sucessivas greves de fome e ataques na Irlanda do Norte e na Grã-Bretanha – como o assassinato do Almirante Louis Mountbatten, em 1979, e o ataque ao gabinete britânico em Brighton em 1984 –, o governo britânico aos poucos foi obrigado a se abrir para negociações. Em 1988, emergiu uma liderança importante para as negociações de desarmamento do IRA, Gerry Adams (*1948). Foi por seu intermédio que tanto o IRA quanto o Sinn Féin conseguiram a simpatia de uma parte maior da população irlandesa em favor da unificação do país em uma só República. Adams foi responsável pelo diálogo interno do grupo e do partido, pela sua unidade e pela sua representação junto ao governo britânico. Em 1994, foi endossado um cessar-fogo, desde que começassem as reformas em direção a um sistema multipartidário livre na Irlanda do Norte.

No entanto, protelações para a efetivação das reivindicações fizeram com que fossem retomados os ataques terroristas em fevereiro de 1996, que atingiram shoppings e metrôs. Uma nova barganha para cessar-fogo foi iniciada em julho de 1997. Em abril de 1998, foi assinado um acordo de paz entre católicos e protestantes em Ulster. Este episódio ficou conhecido como The Good Friday Agreement (acontecido na Sexta-Feira Santa), quando o Sinn Féin se juntou aos outros partidos da Irlanda do Norte, havendo a presença de representantes da Irlanda e da Grã-Bretanha. No entanto, um impasse se formou porque os partidos protestantes não queriam formar um governo com o Sinn Féin enquanto o IRA não depusesse completamente as suas armas. Em 1999, as negociações acertadas no ano anterior foram aos poucos sendo cobradas por ambas as partes. Em novembro foi assinado um acordo em que o IRA e as milícias protestantes comprometiam-se com o desarmamento. David Trimble, chefe da nova Assembleia de Ulster – representada pelo Ulster Unionist Party, pelo Social Democratic and Labor Party, pelo Democratic Unionist Party e pelo Sinn Féin –, ficou à frente do diálogo. O parlamento britânico aprovou, então, a devolução dos poderes políticos à Irlanda do Norte, que formaria uma coalizão de católicos e protestantes, e a Irlanda retirou de sua Constituição qualquer cláusula de reivindicação de soberania sobre Ulster. Em meio a outras determinações, esperava-se o desarmamento gradual do IRA até junho de 2001. Em fevereiro de 2000, o governo de Ulster foi anulado devido às relutâncias do IRA em depor as armas, mas em maio o governo foi recobrado diante do recuo do IRA. Frente à adesão eleitoral ao Sinn Féin de menos de 7% entre os norte-irlandeses, a tendência que se anunciava em 2000 era um processo de normalização democrática da vida política de católicos e protestantes em Ulster mediada pelo Labor Party. Resta saber se os membros do IRA, diante de um enfraquecimento político da representação de seus interesses por intermédio do Sinn Féin, vão manter um compromisso duradouro de paz que possibilite a reconstrução da economia da região.

Referências

BELL, J. Bowyer. The Secret Army: The IRA. Londres: Books Publishers 1997.
COOGAN, Tim Pat. The IRA: a History. Londres: Palgrave Macmillan, 2002.
TAYLOR, Peter. Behind the Mask: The IRA and Sinn Féin. Londres: TV Paper Books, 1997.

ISLAMISMO Os termos Islamismo e Islã (ou Islam) são usados para denominar o sistema religioso baseado na revelação profética recebida por Maomé e codificada no texto do Alcorão. Na virada para o século XXI, havia

cerca de 1 bilhão de muçulmanos concentrados em uma faixa de países que se estendia da Indonésia ao Marrocos. O centro demográfico do mundo islâmico está no subcontinente indiano (Índia, Paquistão e Bangladesh), com 272 milhões de muçulmanos, e no Sudeste Asiático, onde a Indonésia conta 140 milhões de muçulmanos. Os movimentos migratórios da segunda metade do século XX criaram expressivas comunidades muçulmanas nos EUA (6 milhões), França (5 milhões) e Alemanha (2,5 milhões), países nos quais o Islam constitui a segunda maior comunidade religiosa. No Brasil, havia cerca de 1 milhão de muçulmanos ao final do século XX. O Islam se divide em duas grandes comunidades sectárias: Sunismo, que deriva suas doutrinas e rituais do texto corânico e das tradições relativas à vida do Profeta (sunna); Xiismo, que baseia o seu sistema doutrinário e ritual no texto corânico e na mensagem esotérica dos Imams, que são os descendentes de Maomé pela linha de Ali e Hussein. No Sunismo, a interpretação e a aplicação das doutrinas religiosas são controladas por um grupo de especialistas religiosos (‘alim, pl. ‘ulama) organizados em funções rituais, doutrinais e jurídicas; já no Xiismo a hierarquia religiosa é dominada pelos detentores do título de ayatollah ou de marja‘ (fonte de imitação), que possuem funções jurídicas e religiosas. Cerca de 85% dos muçulmanos são sunitas; os 15% restantes se distribuem nas diversas seitas xiitas. Os xiitas constituem a comunidade religiosa mais numerosa no Irã (98%), Iraque (61%), Azerbaijão, Bahrain e Líbano. Tanto o Sunismo quanto o Xiismo possuem correntes místicas que são conhecidas coletivamente como Sufismo (tasauwwf), o qual é organizado em confrarias lideradas por um guia espiritual (shaykh, murshid).

Além de constituir um fenômeno religioso global que continua a se difundir através de migrações e de conversões de populações não muçulmanas, o Islam entrou para o horizonte político do século XX com o surgimento do chamado “fundamentalismo islâmico” ou Islam político. Este fenômeno faz parte de um contexto mais amplo de reforma religiosa e transformações sociais no contexto do surgimento dos Estados modernos nas sociedades muçulmanas. Em 1927, Hassan al-Banna (1906-1949), professor secundário em Ismailiya no Egito, fundou a Irmandade Muçulmana (al-Ikhwan al-Muslimun), a organização que estabeleceu as bases doutrinais e institucionais para o Islam político no século XX. Desiludido com a subserviência da monarquia egípcia e dos gabinetes liberais aos interesses coloniais britânicos, al-Banna desenvolveu a noção de “Estado Islâmico” como a precondição para a criação de uma sociedade livre, justa e moralmente correta com a aplicação da lei islâmica (shari‘a). A Irmandade Muçulmana foi o primeiro grupo islâmico a ter como objetivo o controle do Estado. Os ideais da Irmandade atraíram adeptos entre as classes médias letradas, em particular os burocratas e os profissionais liberais, cujos

membros tinham acesso ao texto do Alcorão, mas não compartilhavam mais da visão de mundo das autoridades religiosas tradicionais. Pouco tempo após a sua fundação, a Irmandade Muçulmana difundiu-se para outros países árabes por intermédio de alunos que vinham estudar na universidade religiosa de al-Azhar no Cairo. Apesar de compartilharem princípios ideológicos pan-islâmicos, os ramos egípcio, sírio ou palestino da Irmandade nunca tiveram uma liderança comum, ou se articularam em ações coordenadas, mostrando que os objetivos do Islam político eram delimitados pelos Estados nacionais.

A falta de canais de expressão política e social sob o nasserismo levou à crescente radicalização dos ideais da Irmandade, que tiveram expressão nos escritos de Sayyid Qutb (1906-1966) na década de 1960. Segundo Qutb, os costumes que não possuíssem base no texto corânico também deveriam ser combatidos junto com o Estado laico, de modo a promover a islamização da vida social. Assim, os elementos da herança cultural do Egito, mesmo aqueles com caráter religioso, como as festas dos santos (mawlid), eram considerados por ele como provas de que a sociedade estava contaminada pela descrença (kufr). Para Qutb, até mesmo a definição do Islam deveria ser voltada para este projeto político, uma vez que ele consagrou a jihad – definida por ele como a luta contra os "inimigos" da sociedade islâmica – como um dos "pilares" da fé dos muçulmanos. Qutb foi preso em 1965 e executado em 1966 devido à sua oposição ao regime nasserista. As ideias de Qutb dividiram a Irmandade Muçulmana após a morte de Nasser (1918-1970), quando Anuar Sadat (1918-1981) passou discretamente a incentivar grupos islâmicos para combater a herança socialista de Nasser. No entanto, o caráter ditatorial dos governos árabes, as derrotas militares para Israel, a estagnação econômica e o aumento das diferenças sociais fizeram com que as ideias de Qutb continuassem a atrair adeptos dentro e fora do Egito. A dinâmica de radicalização dos grupos islâmicos esteve presente em praticamente todas as sociedades muçulmanas durante as décadas de 1970 e 1980. Além disso, a Revolução Iraniana de 1979 e a jihad islâmica contra a invasão soviética do Afeganistão entre 1979 e 1989 internacionalizaram a luta dos movimentos islâmicos em termos de horizontes ideológicos e objetivos políticos.

No Irã, os líderes religiosos xiitas canalizaram o descontentamento de vários setores da população em relação ao caráter repressivo e corrupto do governo de Mohamed Reza Pahlevi (1919-1980), articulando uma vasta base social de oposição ao governo que permitiu a Revolução Islâmica de 1979. Uma vez deposto o Shah, a liderança carismática do Ayatollah Khomeini (1902-1989) garantiu a eliminação dos grupos rivais na luta pelo controle do Estado e a instalação de uma república islâmica no Irã. Embora o governo do Ayatollah

Khomeini tenha instaurado a lei islâmica como mecanismo de islamização da sociedade, o seu projeto político era claramente voltado para a criação de um Estado moderno. O sistema político adotado pela Revolução Iraniana foi a república, uma forma de governo que não possuía antecedentes na tradição islâmica, e as mulheres tiveram seus direitos políticos garantidos, rompendo com concepções tradicionais de gênero e poder. Além disso, o processo revolucionário terminou por institucionalizar o primado da política sobre a religião na lógica do Estado, ao definir o conceito da "regência do jurisconsulto" (velayat-e faqih) na constituição iraniana como sendo ligado à defesa dos valores da revolução e não das doutrinas do Xiismo.

Apesar das tentativas do Ayatollah Khomeini de exportar o modelo e os ideais da Revolução Iraniana, as diferenças culturais e sociológicas, as barreiras confessionais e a influência de regimes islâmicos conservadores como a Arábia Saudita impediram a sua reprodução no mundo sunita. No entanto, não se deve ignorar que o desafio que a oposição religiosa colocou aos regimes autoritários no mundo muçulmano levou alguns governos a liberalizarem seus sistemas políticos durante a década de 1990, permitindo a incorporação de alguns grupos islâmicos no jogo eleitoral e a sua consequente institucionalização em partidos religiosos, como foi o caso do Hezbollah no Líbano e da Irmandade Muçulmana na Jordânia. A vitória do FIS nas eleições de 1991 na Argélia e a sua subsequente transformação em grupo armado na guerra civil, que sobreveio ao golpe militar de 1992, mostram bem a relação entre a radicalização violenta dos grupos islâmicos e o fechamento dos canais de expressão política.

Durante a década de 1990, o projeto de islamização da sociedade pela conquista do Estado declinou como fator de mobilização popular, dando lugar à ênfase na reforma moral do indivíduo como base para a criação de uma sociedade islâmica. A mudança da política para a moral e do Estado para o indivíduo como instrumentos de islamização da sociedade está relacionada com a crescente mobilidade social nas sociedades muçulmanas, a produção intelectual oriunda das diásporas islâmicas na Europa e nos EUA, a difusão e popularização do projeto de "sociedade islâmica" dentro de um discurso de "autenticidade cultural" e sua cooptação pelas lideranças religiosas tradicionais, como os ulama e os shaykhs sufis, os quais pensam a sociedade através da moral individual. Paralelamente, o Irã entrou em seu período "pós-revolucionário", com graves contradições sociais e crise econômica, fatores estes que levaram ao abandono da retórica revolucionária pelo pragmatismo da tecnocracia, consagrando o mérito e a competência individual como fonte de prestígio social.

A institucionalização do Islam como o quadro normativo da sociedade iraniana levou a uma secularização prática de valores religiosos através da sua

incorporação no sistema de regras da ética social, resultando em uma crescente autonomia moral do indivíduo em relação às autoridades religiosas. Esses desenvolvimentos recentes criaram um pluralismo de opções, trajetórias e demandas dentro do universo religioso do Islam, cuja expressão ideológica pode ser encontrada na crescente popularidade dos intelectuais do pluralismo islâmico – como o iraniano Abdulkarim Soroush ou o sírio Muhammad Shahrour – e na expressão política dos partidos islâmicos ligados à sociedade civil, como o AK (pureza) na Turquia. Assim, na década de 1990, a reforma islâmica atingiu setores mais amplos da sociedade, gerando processos de pluralização das identidades e de incorporação cultural de valores religiosos. No entanto, isso não levou ao desaparecimento do Islam político, que se transformou em um fenômeno globalizado com a identificação de grupos violentos, como Al-Qaeda, com o combate à hegemonia imperial norte-americana.

Referências

EICKELMAN, Dale; PISCATORI, James. Muslim Politics. Princeton: Princeton University Press, 1996.
EICKELMAN, Dale; SALVATORE, Armando. Public Islam and the Common Good. Leiden: Brill, 2003.
HEFNER, Robert. Civil Islam: Muslims and Democratization in Indonesia. Princeton: Princeton University Press, 2000.
MOTTAHEDEH, Roy. The Mantle of the Prophet: Religion and Politics in Iran. Nova York: Oneworld, 2000.
ROY, Olivier; KHOSROKHAVAR, Farhad. Iran: Comment Sortir d'une Révolution Religieuse. Paris: Seuil, 1999.

PAULO GABRIEL HILU DA ROCHA PINTO

IUGOSLÁVIA, Formação da Após os terríveis anos de enfrentamento entre, por um lado, as potências centrais Alemanha e Áustria-Hungria e, por outro lado, as potências aliadas – França, EUA, Rússia e Inglaterra –, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) terminou com a derrota completa das potências centrais. O Império Austro-Húngaro foi dissolvido e os povos servo-croatas foram libertados do domínio dos Habsburgos. É neste momento que os sérvios – que haviam sofrido duramente a guerra e surgiam como paladinos da liberdade eslava – apelariam para a formação de uma unidade territorial entre todos os eslavos a partir da Sérvia, constituindo a união dos povos eslavos das terras do sul, que em língua servo-croata significa Iugoslávia – nome que o país receberia em 1928 com o estabelecimento da ditadura de Alexandre I. Entretanto, a formação do novo reino, inicialmente chamado de Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, encontrou inúmeras dificuldades, particularmente depois de uma constituição centralizadora ter sido aprovada em 1921 por maioria sérvia.

Na política interna dos Bálcãs, não era fácil reunir mais de sete nacionalidades

diferentes e situações socioeconômicas fortemente diferenciadas. Tratava-se de compor um país com duas nacionalidades bastante ocidentalizadas, como a Eslovênia e a Croácia, com outras três nitidamente mais tradicionais: Montenegro, Macedônia e Sérvia. A Bósnia era um caso especial: não era bem uma nacionalidade, posto que os bósnios eram (e ainda são) servo-croatas e sua especificidade residia na religião que professavam (43,7% dos bósnios, embora de etnia e língua servo-croata, eram muçulmanos sunitas, enquanto sérvios ortodoxos formavam 31% da população e croatas católicos, cerca de 17%). Assim, entre católicos croatas e ortodoxos sérvios, os muçulmanos formavam a maior das minorias, queriam ser respeitados e ter suas tradições reconhecidas.

Com a formação do reino, a Eslovênia e a Croácia rapidamente evoluíram na direção de uma economia industrial moderna, com grande diversificação econômica; enquanto isso, a Bósnia e a Macedônia, como a própria Sérvia, permaneceriam ligadas a uma economia fortemente agrária e camponesa. As duas primeiras, em virtude de sua longa permanência sob domínio habsburgo, utilizavam o alemão como segundo idioma, mantinham-se vinculadas ao catolicismo romano e utilizavam o alfabeto latino como forma de expressão do servo-croata. A linha divisória entre estas duas realidades formava uma fronteira esvanecida por entre centenas de vilas e lugarejos da Bósnia, preço pago por ter permanecido durante séculos na fronteira de três civilizações: a eslavo-ortodoxa, a austro-católica e a turco-muçulmana.

Em política externa, o novo reino encontraria inúmeros inimigos: húngaros e austríacos, inconformados com a derrota de 1918; a Itália, que rejeitava a ideia de outro grande Estado no Mar Adriático, até então concebido como um “mar italiano”; os búlgaros, que reclamavam a Macedônia; por fim, a Albânia, que queria a província de Kosovo.

Entre 1918 e 1941, a unidade iugoslava se confrontou internamente com resistência da Croácia. A população local não se conformava com o predomínio sérvio – etnia mais numerosa do reino – na representatividade política, particularmente depois que o Rei Alexandre I (1888-1934) dissolveu o Parlamento em 1928, instaurando a ditadura. Como reação, um terrorista croata assassinou o rei, abrindo grave crise institucional. O sucessor Pedro II (1923-1970), em virtude de sua menoridade, ficou sob a tutela de um regente, o príncipe Paulo (1893-1976), que também governou autoritariamente, anulando a autonomia que as diversas etnias possuíam no interior do reino. A oposição croata se avolumou cada vez mais.

Em 1941, as pressões externas sobre a Iugoslávia se condensaram em grave risco à soberania nacional: a Alemanha (que havia englobado a Áustria desde março de 1938, o Anschluss) e a Itália, após a derrota da França, pareciam ser as

vitoriosas da Segunda Guerra Mundial; a Hungria, inimiga dos eslavos, aliara-se aos alemães, bem como a Bulgária, impingindo um forte cerco aos iugoslavos. Então, contra a opinião pública, o regente Paulo assinou um acordo com Hitler, estabelecendo a Iugoslávia como um satélite da Alemanha nazista. A partir daí, ocorreu uma violenta reação popular contra a política pró-nazista do regente. Nas ruas de Belgrado, a população exigia a renúncia. O regente foi deposto por uma junta de militares nacionalistas, que assinou um pacto de amizade com a URSS. Hitler responderia com um ataque maciço contra os iugoslavos: tropas italianas, húngaras, búlgaras e 15 divisões alemãs invadiriam o país em abril de 1941. Apesar da resistência heroica do povo, o governo capitulou e o Rei Pedro II fugiu para Londres. O saldo inicial foi de 334 mil iugoslavos mortos. Entretanto, era apenas a fase inicial de um terrível período de luta.

Confrontados com forte animosidade popular, os alemães decidiram pela simples extinção do país dos eslavos do sul: a Eslovênia, católica e industrializada, já fortemente germanizada (quando do domínio austríaco até 1918) foi anexada ao III Reich; a Voivodina, no norte do país, foi entregue à Hungria; a Macedônia passou para o domínio búlgaro; Montenegro e Kosovo foram presenteados à Itália; a Sérvia foi transformada em território sob ocupação militar alemã. A Croácia – onde inúmeros grupos aderiram aos alemães na luta contra os servo-croatas – foi o único território autônomo mantido pelos nazistas, formando um reino oficialmente independente e governado por um príncipe italiano escolhido por Benito Mussolini (1883-1945). No cenário político da Croácia, destacou-se a organização paramilitar de extrema-direita Ustache, fundada em 1929 e liderada pelo fascista croata Ante Pavelic (1889-1959). O território croata foi ampliado com a anexação da Bósnia, onde os guardas fascistas ustachi, apoiados pelas SS nazistas, colocaram em prática um amplo programa de limpeza étnica: as igrejas sérvio-ortodoxas foram queimadas; as escolas fechadas; mulheres e crianças foram mortas aos milhares.

No entanto, eslavos de todas as etnias não se deixaram abater: insurgiram poderosas guerrilhas contra os alemães e o Estado fantoche de Ante Pavelic. Os partidários do rei exilado em Londres reuniram-se em torno de antigos oficiais do derrotado Exército iugoslavo, formando a guerrilha chetniki, liderada por um general monarquista de nome Draja Mihailovic (1893-1946). Entretanto, muitos desconfiaram da monarquia e de sua pusilanimidade frente aos nazistas e resolveram aderir à guerrilha organizada pelo Partido Comunista, liderada pelo croata Josip Broz (1892-1980), de codinome Tito. No entanto, as potências ocidentais somente reconheceram a Mihailovic como líder da resistência, dirigindo para o movimento chetniki todo o auxílio, inclusive em armamentos. A URSS, envolvida no front principal contra os nazistas na Europa Central, não

mobilizou o seu efetivo militar para o Sul, ficando a luta de resistência dos partisans comunistas por sua própria conta. Em pouco tempo, os chetnikis passaram a atacar os partisans de Tito e mesmo a colaborar com os ustachi fascistas. Assim, paralelamente à guerra contra os invasores nazistas, travava-se uma guerra revolucionária interna entre comunistas e monarquistas.

A resposta alemã à resistência foi brutal: centenas de pessoas foram enforcadas nos postes de Belgrado e, para cada soldado alemão morto, os nazistas fuzilavam 100 sérvios. Quando os nacionalistas atacaram um comboio alemão em 1941, numa localidade próxima de Kragujevac, matando 26 soldados, os alemães fuzilam 2.600 sérvios. Como não havia, na pequena vila, homens suficientes para completar os 2.600 reféns, os alemães invadiram as escolas da vizinhança, prendendo crianças para compor o número necessário. Para se certificar de que não haveria sobreviventes, tratores foram enviados para passar por cima dos corpos. Na Croácia, a limpeza étnica prosseguiu com o confinamento de milhares de sérvios em campos de extermínio – e cerca de 55 mil judeus foram assassinados. Um número incalculável de ciganos e muçulmanos foi internado e morto em campos, e as mesquitas destes últimos foram destruídas.

No entanto, a guerrilha partisan de Tito mostrou seu valor e tornou-se o interlocutor dos Aliados para a Iugoslávia. Para evitar a derrota, os alemães tiveram de manter mais de uma dezena de divisões no país, o que representou uma imensa colaboração iugoslava aos Aliados, diminuindo a capacidade de o governo alemão concentrar tropas na frente russa ou italiana. Assim, quase sem ajuda externa, Tito libertaria a Iugoslávia em 1944, derrotando o invasor nazista. Com a vitória dos Aliados e a formação da Iugoslávia socialista com Tito em 31 de janeiro de 1946, quando se proclamou a República Popular Federativa da Iugoslávia, centenas de pessoas foram condenadas por crimes de guerra. Neste mesmo ano, após inúmeras diligências, Andrija Artukovic, líder croata da Ustache, seria devolvido à Iugoslávia pelo governo dos EUA e condenado à morte pelo assassinato de 900 mil nacionalistas. Ante Pavelic refugiar-se-ia na Argentina e depois receberia a proteção do ditador Franco (1892-1975) da Espanha, não sendo levado a julgamento.

No entanto, para a Iugoslávia, os efeitos da Segunda Guerra devem ser postos em lentes de longo alcance: ao dividir um povo irmão, abriram-se feridas que seriam difíceis de sarar até o fim do século XX, deixando nos corações e mentes de seus povos muitos ressentimentos prontos para aflorar ao toque afetivo e interessado da memória.

Referências

ACHCAR, Gilbert. “Les Nations Unies au fil des objectifs américans”. In: Le Monde Diplomatique, out. 1995.

CLARK, Jonathan. “Virage américain en Bosnie”. In: Le Monde Diplomatique, out.1995.
DIZDAREVIC, Svedor. “Bosnie: la paix sans la démocratie”. In: Le Monde Diplomatique, jan. 1996.
WAR REPORT, Londres, n. 37, out. 1995.

IWW (INDUSTRIAL WORKERS OF THE WORLD) Organização sindical norte-americana fundada em 1905, o IWW agrupava em suas bases uma heterogênea composição de mineiros, trabalhadores sem qualificações e rurais, muitos dos quais imigrantes ou americanos de primeira geração. O que os unia era a oposição ao tipo de sindicalismo praticado pela American Federation of Labor (AFL) que, fundada em 1886, propugnava um sindicalismo de trabalhadores brancos e qualificados organizados por categorias profissionais e rejeitava mudanças profundas na ordem social vigente. O IWW, pelo contrário, buscando trazer para suas fileiras as mulheres e os negros, defendia um sindicalismo revolucionário e de massas, que lutasse pelo fim da ordem capitalista. Com sua fundação, tem início a forte tensão entre o chamado sindicalismo profissional da AFL e o sindicalismo industrial, que buscava agrupar todos os trabalhadores de uma dada indústria no mesmo sindicato. Nos anos 1930, quando a organização fordista da produção já estava amplamente consolidada, o sindicalismo industrial esteve na base da criação do Congress of Industrial Organizations (CIO) que, no entanto, diferentemente do IWW, possuía em sua origem uma agenda de reformas social-democratas, buscando estreita colaboração com o New Deal.

A criação do IWW, inicialmente articulado ao Partido Socialista, vinha oferecer aos trabalhadores americanos uma alternativa política ao Movimento Progressista. Da agenda progressista, os wooblies, como eram chamados os militantes do IWW, estavam distantes: ao princípio da conciliação de classes, eles opunham a guerra de classes; ao americanismo, o internacionalismo e a solidariedade de classe; à centralidade do Estado, uma visão antiestatal anarcossindicalista. Em verdade, entre 1905 e 1908, duas correntes aninhadas no seio do IWW disputaram a hegemonia da organização com enfoques distintos quanto à questão do Estado: de um lado, a que defendia, além da ação sindical, a ação política institucionalizada, com a participação em eleições através do PS; de outro, a que defendia a ação direta nos locais de trabalho, greves gerais, a rejeição à política institucionalizada e a própria revolução. Em 1908, a segunda corrente passou a predominar e, paulatinamente, o IWW foi se afastando dos socialistas. Na ocasião, o mineiro William D. Haywood, o Big Bill Haywood, principal liderança do IWW, chegou a afirmar que, no momento em que havia se

disposto a destruir o sistema capitalista, tornara-se um conspirador contra o governo dos Estados Unidos. Em 1912, a distância entre os wooblies e os socialistas se aprofundaria em razão de uma moção aprovada na Convenção do PS que proibia atos de sabotagem na luta sindical. Pouco depois, Haywood acabaria por perder o cargo que ainda detinha na Executiva Nacional do partido.

A partir de 1912, o IWW conheceu um período de acelerado crescimento, liderando greves históricas na Califórnia, na Pensilvânia e em Massachusetts. Tal crescimento, no entanto, respondido com vigor pelo patronato, coincidiu com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, que viria a alterar radicalmente o cenário político do país. Com a guerra, à americanização proposta pelos progressistas viria juntar-se o recrudescimento do sentimento nativista, que culminaria com leis restritivas à imigração em 1924. Em 1917, o Congresso americano aprovaria o Espionage Act, logo suplementado pelo Sedition Act, que proibiam qualquer obstáculo ao esforço de guerra, o que incluía ações internas consideradas subversivas. O anarquismo, o socialismo e o comunismo, principalmente a partir da Revolução Russa de 1917, passavam a ser vistos, pelo Estado americano, como ideologias estrangeiras defendidas por imigrantes incapazes de americanizar-se, processo que levaria, já na década de 1920, à execução dos militantes anarquistas Sacco e Vanzetti. A partir destas leis, quase toda a esquerda norte-americana foi reprimida. Ao PS, por exemplo, de nada adiantou ter-se afastado do IWW e optado pela via institucional: por sua oposição à participação americana no conflito, seu constante candidato à presidência, Eugene Debs, foi preso na Penitenciária Federal de Atlanta, de onde disputou as eleições de 1920, recebendo quase 1 milhão de votos. Já o IWW teve vários de seus militantes presos ou deportados, tendo sido completamente desarticulado.

Os destinos do PS e do IWW vêm questionar a tese, hegemônica na historiografia americana até pelo menos os anos 1970, mas ainda hoje por muitos aceita, acerca do caráter inerentemente conservador do movimento sindical americano. Para tal historiografia, a excepcionalidade da experiência histórica dos Estados Unidos, marcada pela ausência de um passado feudal e pela abertura da fronteira – tanto geográfica quanto social – ao talento individual, teria tido o efeito de minar a solidariedade de classe dos trabalhadores e torná-los social e politicamente conservadores. A trajetória do PS e do IWW demonstrou pelo contrário, que segmentos importantes do movimento operário americano de início do século XX foram nitidamente anticapitalistas, como diversos de seus pares europeus, ainda que muitas vezes traçando a origem de suas agendas políticas não no pensamento marxista, mas na tradição republicana americana. Mais do que isto, a historiografia recente tem revelado que mesmo para o perfil conservador da AFL em muito contribuiu a ação

repressiva do Estado sobre o movimento sindical em fins do século XIX, principalmente pela ação do Poder Judiciário. Neste sentido, a hegemonia conservadora no seio do movimento sindical americano, amplamente consolidada após a Segunda Guerra e, principalmente, após 1955, quando a AFL e o CIO iriam fundir-se em uma única central sindical, não prescindiu, para sua construção, de uma forte coerção estatal sobre organizações de trabalhadores.

Referências

DUBOFSKY, Melvyn. We shall be all: a history of the Industrial Workers of the World. Nova York: Quadrangle Books, 1969.

FORBATH, William. Law and the shaping of the American labor movement. Cambridge e Londres: Harvard University Press, 1991.

GERSTLE, Gary. “Ideas of the American labor movement, 1880-1950”. In: COCLANIS, Peter e BRUCHEY, Stuart (eds.). Ideas, ideologies and social movements: the United States experience since 1800. University of South Carolina Press, 1999.

HIGHAM, John. Strangers in the land. Patterns of American nativism, 1860-1925. Nova York: Atheneum, 1965 (a primeira edição é de 1955).

LICHTENSTEIN, Nelson; HARRIS, Howell. Industrial democracy in America: The ambiguous promise. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

McCARTIN, Joseph. Labor’s Great War. The struggle for industrial democracy in the origins of modern American labor relations, 1912-1921. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1997.

PRESTON JR., William. Aliens and dissenters: federal supression of radicals, 1903-1933. Nova York: Harper & Row, Publishers, 1963.

FLÁVIO LIMONIC

JAZZ Mais do que um ritmo musical, o jazz tornou-se, ao lado do cinema de Hollywood, uma das maiores expressões culturais da modernidade norte-americana em particular, e ocidental em geral. Sua origem rural-popular, seu desenvolvimento a partir de diversas influências culturais, unindo musicalidades africanas, europeias e americanas, e sua capacidade de aglutinar e fazer parte ao mesmo tempo do apelo da música comercial e das transformações da vanguarda da arte contemporânea, transformaram o jazz naquilo que podemos chamar de fenômeno histórico "total". Nascido no final do século XIX e existindo ao longo de todo o século XX, sua criação, execução e divulgação influíram na vida econômica, social, política e cultural dos EUA e do resto do mundo em momentos de destaque da História.

Do ponto de vista musical, o jazz é analisado pelas suas diversas contribuições melódicas, harmônicas, rítmicas e de execução, pela especificidade de seus instrumentos, suas orquestras e grupos musicais (trios, quartetos, bandas etc.) e pelos seus estilos que, mesmo sendo frutos da mesma matriz, criavam diferenças marcantes para o público em geral: blues, ragtime, dixeland, swing, be-bop, cool jazz, freejazz, fusion, avant-garde, todos representaram um determinado momento de renovação do ritmo de sua relação com o público, as gravadoras e a sociedade. Já do ponto de vista historiográfico (que será aqui priorizado), o jazz é entendido como um processo social amplo, uma produção cultural maturada e desenvolvida por determinado grupo de agentes em determinado tempo e espaço. Ele tem sua origem na complexidade de uma extensa população que, mesmo segregada e miserável, não abriu mão de fazer parte das inovações que a modernidade industrial trazia em seu bojo. Apesar de, nos ditos de Eric Hobsbawm, não se inserir no universo simbólico ou discursivo dessa modernidade – não há nos temas clássicos do jazz elementos como alusão às máquinas, sequências mecânicas, eletricidade *etc.* – o gênero musical e sua linguagem transportou os EUA dos anos 1920, 1930, 1940 e 1950 para um sentimento de cosmopolitismo e de liberdade (de expressão, do corpo e da mente) nunca experimentado antes na história do país. A "era do swing" nos anos 1930, por exemplo, detonou em toda uma geração uma ideia de bem-estar e sociabilidade, que dificilmente outro meio criaria nos anos conturbados pós-depressão de 1929. Ou seja, ao escrever sobre o jazz do ponto de vista historiográfico, deve-se deixar claro que sua complexidade musical não é o tema central, mas, sim, uma das suas faces que aparecem ao longo de sua própria

história. A relação desta música – impossível de ser apreendida como fato objetivo e racional em razão do alto grau de singularidade, fugacidade e improvisação que lhe é peculiar – com as instâncias materiais da sociedade moderna é que aparecem como objeto de estudo para o historiador social. A expansão tecnológica do entretenimento norte-americano por meio dos rádios, da indústria cinematográfica, das gravadoras, das fábricas de discos, dos empresários *etc.* é ligada ao jazz assim como o seu desenvolvimento e aprimoramento musical têm relação direta com essa expansão.

Por ter suas origens ligadas a condições históricas bem demarcadas na comunidade negra norte-americana na virada do século XIX para o XX, o jazz torna-se um dos fatores centrais para o entendimento dessa história. Mesmo sendo impossível precisar o início exato de uma música nascida da mistura de diversas matrizes culturais, é possível que se determine aonde e como essas matrizes culturais se misturaram e qual a população responsável por tal mistura e resultado final. No sul dos EUA, uma legião de ex-escravos e seus descendentes permaneciam fiéis a alguns princípios básicos das diversas culturas africanas, como a oralidade, a forte religiosidade permeada pelos cantos e danças, os ritmos e as batidas musicais e as tradições da coletividade e da improvisação. Esses princípios, dentro de uma população que ficou durante décadas proibida de realizar qualquer atividade musical autônoma em cativeiro, explodem após a abolição da escravidão e passam a fazer parte de todas as suas manifestações populares. Cantados em plantações, moradias e cerimônias, os hinos religiosos (hoje conhecidos como Gospel), as black work songs, os cânticos sobre a terra natal e sua condição escrava (sorrow songs) e outras manifestações cantadas pelos ex-escravos e seus descendentes na América deram início ao processo de assimilação das melodias e dos ritmos africanos, por parte de uma população que já se encontrava em pleno processo de miscigenação cultural (ao contrário da miscigenação racial entre brancos e negros, a assimilação dos primeiros em relação à produção cultural dos segundos foi uma constante na história americana). Além disso, o fim recente da guerra civil possibilitou uma grande disponibilidade de instrumentos musicais na região (refugos das bandas militares em campanha). Baterias e metais eram em sua maioria obtidos desse modo pela população negra e, no final da década de 1880, praticamente todo o sul dos EUA tinha bandas negras de metais ou grupos de dança. A liberdade de tocar suas influências musicais com instrumentos oriundos de outras bases culturais (caso dos metais) já demonstrava o alto grau de novidade que o ritmo traria, desde seu berço.

Vários pesquisadores remetem as bases musicais do jazz a três tradições europeias que se sobrepuseram sobre as iniciativas afro-americanas: as tradições

hispânica, francesa e anglo-saxã. Localizado em uma região de intenso movimento populacional e cultural, o sul dos EUA foi, ao contrário do norte, a região mais permeável pela influência cultural dos povos europeus. Franceses e espanhóis colonizaram parcialmente a região do delta do Mississippi durante longo tempo, além de manterem as Ilhas do Caribe como suas posses ao longo de todo século XIX. E a base anglo-saxã foi assimilada na própria forma cantada da língua inglesa, falada pelos descendentes de escravos. O fluxo populacional na região era intenso e essas matrizes foram a origem de ritmos latino-americanos, caribenhos, franceses *etc.*

Na história do jazz, a cidade que melhor resumiu esse processo de libertação da cultura afro-americana e sua apropriação por parte de outras influências foi New Orleans. Berço do jazz mais clássico, a cidade ocupou, entre 1895 e 1917, o primeiro posto da produção jazzística dos EUA. Com especificidades locais, como a tolerância racial e a convivência de diferentes povos que chegavam a seu porto, a cidade criava as condições necessárias para que as músicas de origem africana passassem a ser filtradas pela sofisticação dos ritmos franceses, operetas italianas e batidas caribenhas. Além disso, New Orleans tinha diversas festividades públicas e desfiles (caso do Carnaval, o mardi gras que é comemorado até hoje) que, ao longo do ano, contava com bandas, fanfarras, confrarias *etc.*

Entre os diversos fragmentos musicais que foram compondo o quadro de origem do jazz moderno, os primeiros ritmos que marcaram o início de tudo foram o ragtime e o blues. Desenvolvidos nas cidades do sul como St. Louis, Baltimore, Memphis, Atlanta etc., esses ritmos ocuparam a cena musical dos EUA entre os últimos anos de 1890 e 1910. Apesar de serem estilos distintos – o ragtime é alegre e expansivo, enquanto o blues é ralentado e reflexivo – ambos formavam o ambiente em que, junto com as bandas militares e de festividades, acabam por formatar o jazz “primitivo”. Cada musicalidade trazia uma influência: o ragtime, de músicos como Scott Joplin, introduzia o uso do piano e o ritmo sincopado; o blues, cantado principalmente por Robert Johnson, Bessie Smith, Billie Holliday (essa foi não só uma das maiores cantoras de blues como também da história do jazz), entre muitos outros, ratificava a temática negra das composições e as melodias com raízes africanas e religiosas; e as bandas forneciam as orquestrações com metais e outros instrumentos. Assim, por volta de 1910-1920, o jazz já adquiria a face do ritmo que dominaria a música americana pelo menos por quatro décadas.

Apesar do início marcadamente vinculado a New Orleans, o jazz percorreu outros caminhos em sua história. Em termos gerais, sua trajetória fez o percurso New Orleans, Chicago, Kansas City, Nova York e regiões da Costa Oeste, como

a Califórnia. Cada “período de ouro” foi relacionado com uma escola e um local específico. Assim, se New Orleans foi o berço do dixeland e do blues, Chicago presenciou os melhores anos de Louis Armstrong, Kansas City tinha nos anos 1940 Count Basie e Charlie Parker na mesma cidade, e a Costa Oeste trazia Chet Baker, Dave Brubeck e Stan Getz desenvolvendo o cool jazz na década de 1950.
Além de ter sido o berço da fusão cultural que deu origem ao jazz, New Orleans forneceu os primeiros grupos de sucesso no gênero. Inicialmente tocado em festividades e eventos sociais em geral por trabalhadores e músicos diletantes, rapidamente o jazz passa a apresentar todo seu potencial comercial. O primeiro músico dessa época a fazer sucesso foi Buddy Bolden (1877-1931), um barbeiro, cornetista, cuja banda já misturava o som do blues aos metais. A mais famosa das bandas de New Orleans foi a Dixeland Jass Band (Jass ainda era escrito assim), que entre 1917-1918 fizera apresentações de sucesso em Nova York. Sua formação tornou-se básica desse estilo: corneta (ou trompete), trombone, clarineta, guitarra, baixo e bateria (pianos eram raros devido a dificuldade de transporte). Algumas ainda contavam com banjos e tubas. É dessa fase um dos primeiros virtuoses e improvisadores do jazz: o clarinetista Sidney Bechet (1857-1959).
A primeira das cidades a fazer parte da história do jazz pós-New Orleans foi Chicago. A cidade na década de 1920 foi palco para a ascensão do músico mais influente da história do jazz: Louis Armstrong. Nascido em New Orleans, o músico muda-se para Chicago em 1922, a chamado de King Oliver, líder de uma das bandas mais famosas da cidade, a Oliver’s creole Jazz Band. Assim como Louis, a maioria dos músicos talentosos e os trabalhadores do sul dos EUA mudavam-se para o norte, devido ao boom industrial causado no país pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Chicago tornava-se a cidade do jazz e Louis Armstrong contribuía para isso. Com um breve intervalo se apresentando em Nova York, entre 1924-1925, Louis tocou no Roseland Ballroom, participando de uma das primeiras Big Bands do jazz (a de Fletcher Anderson), e fez gravações com Sidney Bechet e Bessie Smith. Em 1925 ele retorna a Chicago e inicia uma série de gravações com seus próprios conjuntos, o Hot Five e o Hot Seven, que seriam definitivas para a sonoridade moderna do jazz. Entre 1925 e 1928, Louis gravaria 65 discos, emplacando sucesso e clássicos como “West end blues” e “Heebie Jeebes” (em que o músico inaugura seu scat singing). Mas a maior influência de Louis Armstrong foi no seu toque de trompete, cuja improvisação e técnica apurada deixaram um legado para todos os instrumentistas (não só trompetistas) das futuras gerações.
Após esse momento de consolidação do jazz, veio a fase do grande sucesso popular e comercial. Ironicamente, apenas quando músicos brancos tomam a

frente das big bands nos anos 1930 é que o jazz toma conta do mercado fonográfico norte-americano. Desde os anos 1920 músicos brancos como o trompetista Bix Beiderbeck (um dos maiores músicos da sua época, morto aos 27 anos) e as bandas de Jean Goldkette e Paul Whiteman já tocavam um jazz de primeira qualidade, atestando que, apesar da origem afro-americana, o gênero não era exclusivo dos negros. A tolerância racial, porém, não existia em outros planos na mesma generosidade que existia na música. Apesar de Duke Ellington – sem dúvida o maior criador musical da história do jazz – já estar desenvolvendo suas músicas com sua Big Band desde os idos de 1923 no Cotton Club do Harlem, o ritmo que seria batizado nos anos 1930 de swing só ganha força quando Benny Goodman, líder da mais famosa big band dos anos 1930, aparece na mídia. Apesar de sua inventividade e qualidade indiscutível, Ellington só seria reconhecido em sua plenitude anos depois, nos década de 1940. Sendo negro e não escondendo o background afro-americano de sua música, Ellington viu seu trabalho, o mais puro jazz, ser batizado pejorativamente de Jungle Music ao mesmo tempo em que viu Benny Goodman ser aclamado por todo o país como o “Rei do swing”.

O sucesso avassalador das big bands e do swing nos anos 1930 mostrava uma das faces da história americana naquele momento. Vivendo os refluxos da brutal Depressão de 1929, o jazz e o swing surgiam como catalisadores de uma geração de jovens desiludidos com o país. Adentravam os lares de classe média pelo rádio, e a dança e o ritmo frenético davam alegria a uma combalida sociedade. Além disso, os músicos dessa época contavam com um grande momento da música popular norte-americana: existia muito material de qualidade para se tocar e cantar e ocorriam as expansões vertiginosas do rádio (transmitindo shows ao vivo, direto dos grandes centros) e do cinema. As casas de show multiplicavam-se e grandes nomes se firmavam na cena. Deste período, além de Goodman e Ellington, o maior líder de big bands era Chick Webb (cuja cantora era ninguém menos que Ella Fitzgerald) que, assim como Ellington, tinha negros em sua banda e tocava no Harlem. O desafio entre as bandas de Webb e Goodman (ocorrido no Savoy, em 1938) chegou a arrastar 9 mil pessoas ao Harlem para assisti-lo. Para se ter uma ideia do impacto causado pelo swing na indústria fonográfica norte-americana, se em 1932 ela vendia 10 milhões de discos, em 1939 esse número passou a 50 milhões de discos vendidos por ano.

Em relação ao sucesso do swing – e do jazz, consequentemente – estar vinculado ao sucesso de brancos na liderança das bandas (caso não só de Benny Goodman, como de Glen Miller, Artie Shaw e Tommie Dorsey), a questão não era de difícil resposta. Naquele período, segundo músicos e estudiosos, o público consumidor era formado em sua maioria por brancos de classe média, assim como eram

brancos os donos das gravadoras, os divulgadores, empresários *etc*. Não era surpresa, portanto, que o "Rei do swing" e do jazz fosse branco e descendente de judeus. Mas foi o próprio "rei" Benny Goodman que, após alguma relutância, resolve quebrar uma série de preconceitos e se apresentar ao vivo com músicos negros ainda nos anos 1930. Seu famoso quarteto contava com o baterista Gene Krupa e dois grandes músicos negros, o pianista Teddy Wilson e o vibrafonista Lionel Hampton.

A "era do swing" ainda adentraria a década de 1940. Com o início da participação dos EUA na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), vários músicos de jazz foram convocados, inclusive líderes de banda, caso de Glen Miller, que morreu sobrevoando o Canal da Mancha, e Tommie Dorsey. Benny Goodman, Duke Elington, Count Basie e outros que não foram para combate tocavam nas bases, gravavam músicas para levantar o moral da tropa e exerciam outras atividades ligadas à guerra, como programas de rádio para vender bônus. O swing ainda era a grande música do país e, naquele período de intolerância racial e política no mundo, o jazz passava a alimentar o imaginário norte-americano como símbolo maior de sua democracia e liberdade (era multirracial, era alegre e era consumido por todos no país).

A história do jazz, porém, não ocorreu em ciclos ou eras estanques. Ao mesmo tempo em que o swing dominava o mercado fonográfico e o gosto popular, sua fórmula já parecia esgotada musicalmente no final dos anos 1930 para muitos músicos e produtores do jazz. Em outros locais fora dos salões de baile de Nova York e Los Angeles, o gênero passava por profundas transformações, mesmo com nomes como Ellington e Louis Armstrong mantendo seus trabalhos qualitativamente mais fortes e pulsantes do que nunca.

No início da década de 1940, porém, a "nova Meca" do jazz seria Kansas City, onde durante a década de 1940 diversos músicos praticavam um jazz mais fiel aos princípios do blues e da improvisação. Count Basie, líder de uma das maiores bandas da época, já trazia um estilo distinto das demais big bands populares devido sua base rítmica inovadora e inconfundível. Mas o maior nome da geração de Kansas City foi, sem dúvida, Charlie Parker. Apesar de ter tido sua grande "revelação" do que viria a ser conhecido como be-bop (ou apenas bop) em uma jam session no Harlem (NY), foi em Kansas City que Bird (apelido de Parker) tocou seus grandes trabalhos. Trazendo em seu fraseado uma influência e domínio completo do velho blues local, o saxofonista revolucionaria, ao lado de outros músicos desse período, o jazz feito até então.

O be-bop ganhou força na segunda metade da década de 1940 de forma, para muitos, surpreendente. Tocado e cultivado ao largo do sucesso popular do swing – a chamada "tirania do gosto popular" – o be-bop surge da motivação de jovens

músicos de jazz adeptos de riscos e inovações na forma do gênero. Eles passavam a tocar mais para si mesmos do que para grandes bandas e orquestras uma música feita não para dançar, mas para se ouvir. Caracterizado por uma sofisticação harmônica e complexidade rítmica inovadora, o novo gênero fora cultivado em alguns locais fora do circuito comercial. Dentre esses locais de experimentação, sem dúvida os mais famosos foram em Nova York. Primeiro o Mintons Playhouse, localizado no Harlem, onde tocaram juntos músicos do porte de Thelonius Monk, Dizzie Gilespsie e o próprio Parker, entre outros, e após esse período, os bares da Rua 52, área que ficou famosa na época pelas inúmeras jam sessions que aconteciam sem parar ao longo da madrugada. Esse momento, entre 1945 e 1955, é o período mais fecundo e produtivo do jazz não como sucesso de público, ao contrário, mas como "obra-de-arte". O be-bop e suas derivações complexas espantavam o grande público, mas arregimentavam cada vez mais fãs intelectualizados, acadêmicos e músicos em geral. Assim, a década de 1950 iniciou-se sob a égide da inovação e do apuro técnico. A maioria dos grandes nomes do jazz surgia em orquestras, quartetos, jam sessions *etc.* Além dos já citados Parker, Gilespsie e Thelonius Monk, músicos do quilate de Miles Davis, Sonny Rollins, John Coltrane, Bud Powell, Cannobal Aderley, Bill Evans, Max Roach, Art Blake, Dexter Gordon, Charles Mingus, Herbie Hancok, Dave Brubeck e muitos outros surgiam nesse momento e produziam discos e músicas que se tornaram clássicos, sendo que, muitas vezes, esses nomes tocavam juntos em suas gravações.

A introdução do saxofone de Parker nos idos de 1940 fez com que, a partir desse momento, existissem dois tipos de jazz: o "clássico", com raízes nos trabalhos de Louis Armstrong, Count Basie e Duke Ellington (todos vivos e ativos como nunca na década de 1950), e o moderno, fruto das inovações do be-bop. Algumas dessas inovações criavam suas próprias escolas e diferenciavam-se da musicalidade tão marcante de Parker ou Gilespsie. Miles Davis, em seu disco Birth of Cool (1955), aparece com inovações e improvisações em escalas musicais, criando o que viria a ser chamado de cool jazz. Ao lado de inovadores da Costa Oeste, como Dave Brubeck e Paul Desmond, Chet Baker, Gerry Mulligan e Stan Getz, a suavidade e o apuro melódico do cool jazz voltavam a seduzir compradores de disco e gravadoras que, com as inovações do be-bop, haviam se afastado.

Mas essa aproximação foi por pouco tempo. Os caminhos do jazz na segunda metade dos anos 1950 não seriam necessariamente em direção ao comercialismo. Em 1955, Charlie Parker morre com 34 anos, deixando um vácuo na cena jazzística dos EUA. Ao mesmo tempo, o jazz já não era um produto exclusivo do país. Com a ocupação americana em regiões europeias

após a Segunda Guerra Mundial e as constantes turnês de músicos famosos, países como a França e a Inglaterra passam a consumir e tocar jazz com frequência, provocando um pequeno êxodo de músicos norte-americanos para o continente. A expansão do jazz nessa época atingiria até mesmo o Brasil, onde os influxos do ritmo na musicalidade brasileira podem ser vistos nas sofisticadas harmonias e melodias desenvolvidas pela Bossa Nova dos primeiros anos (1958-1962). Já não sendo mais apenas um produto para as massas do país, os músicos norte-americanos ousavam cada vez mais.

Mesmo com o sucesso do cool jazz ou de músicos como Brubeck (cujo disco Time Out de 1959 foi um dos mais vendidos da história do gênero), os nomes desse período que se estende até meados dos anos 1960 são grandes inovadores como John Coltrane, Charles Mingus e Ornete Colleman. Os estilos traziam nomes que já demonstravam a complexificação do gênero: freejazz ou avant-garde. Também em 1959 Coltrane lança o disco Giant Steps, e Colleman lança Shape Jazz to Come. Ambos ratificam o direcionamento tomado pela maioria dos músicos durante o final dos anos 1940: o virtuosismo, a técnica apurada, a busca pela forma “pura” do jazz eram as metas em composições que, sem dúvida, não colaboravam para a divulgação do gênero, mas o levavam a limites de composição e execução inéditos até então.

Em 1963, os Beatles explodem nos EUA. O Rock´n Roll, ritmo que vinha crescendo desde final da década de 1950, passava a ocupar o lugar do jazz como voz dos anseios e simbologias dos jovens da época. Assim como o swing foi a válvula de escape de uma juventude reprimida nos anos 1930, o rock fazia agora esse papel. Somado à inviabilidade comercial em larga escala dos novos rumos do jazz, o sucesso das bandas e cantores de rock dos anos 1960 transformava o gênero que outrora representava a cultura popular do país. Mais uma vez, Miles Davis surgia com uma nova direção: o fusion. Em 1969 ele lança o disco Bitches Brew, inaugurando ao lado de músicos talentosos, como Chick Corea e Herbie Hancock, um estilo que uniria os improvisos e as harmonias do jazz à energia e intensidade do rock. Outras bandas seguiram esse filão, sendo que a mais famosa delas foi a Weather Report, fundada em 1970 por Joe Zawinul e Wayne Shorter.

Após o fusion, talvez o último degrau que o jazz atingiu rumo a sua ruptura com os rígidos padrões formais da era do swing e músicas populares em geral, o gênero começa a arrefecer seu ímpeto de ruptura e volta-se para suas raízes. Nos anos 1970 e 1980, muitas das bandas que surgiam viam como tarefa a manutenção do gênero, e nomes de outras épocas que permaneciam na ativa tratavam de preservá-lo. O baterista Art Blake e seu grupo The Jazz Messengers revelaram nomes como os irmãos Marsalis (Winston e Brandford), e seus discos a partir de 1979 retomavam a tradição do be-bop que, se em 1944 foi a ruptura

total com tudo que vinha sendo feito antes, em 1955 já fazia parte da corrente principal do jazz, como os trabalhos de Armstrong ou Ellington. Nos anos 1980 e 1990, os músicos de jazz abriram cada vez mais suas influências, mesmo que com a intenção de atingir uma forma apurada do gênero. Instrumentos eletrônicos, hip-hop, acid jazz, músicas latinas, todos os novos elementos que surgiram como base para jazzistas, continuam compondo a história de um gênero musical que, mesmo com todas suas idas e vindas, cristalizou-se como a verdadeira expressão cultural dos EUA no século XX, ao menos no que diz respeito a sua música popular.

Referências

BURNS, Ken (dir.). Documentário: "A História do Jazz". Estados Unidos, 2000.
HOBSBAWN, Eric. História social do jazz. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
"Jazz". In: The Columbia Encyclopedia. Nova York: Columbia, 2001.

JOGOS DE GUERRA É a simulação de aspectos selecionados de uma situação que configura um problema militar a ser resolvido de acordo com o critério dos jogadores e segundo a observância de uma sistemática preestabelecida. Essa definição sintetiza um momento em que os aspectos militares eram os mais enfatizados. Hoje, os cenários mais complexos e as variáveis políticas, econômicas e culturais têm um papel mais acentuado. A utilização do jogo espraia-se por outros setores de atividade. Não há certeza sobre quando surgiram os jogos de guerra. O uso de pequenos objetos em alguma representação do terreno talvez tenha surgido junto com a própria necessidade de o homem entender a guerra. Arqueologistas encontraram miniaturas de soldados que representavam conjuntos de antigos exércitos dos sumérios e egípcios. As incertezas sobre a origem dos jogos de guerra não impedem que possam alguns autores creditar a Sun Tzu (século IV a.C.) – cujo clássico A arte da guerra é uma permanente fonte de inspiração aos estudiosos de estratégia – a criação de um jogo conhecido como "Wei Hai". Esta expressão significa "cerco". Desse modo, o jogo de guerra teria surgido há mais de 5 mil anos. Posteriormente, os japoneses desenvolveram um modelo semelhante, ao qual denominaram "GO". Na Índia, quase no mesmo período, apareceu um jogo chamado "Chaturanga". Este não tinha simples pedras polidas como peças, mas, sim, a reprodução de soldados, elefantes e cavalaria. Essas peças eram movidas sobre um tabuleiro de acordo com um conjunto de regras fixas. Porém, o resultado dos movimentos era obtido por meio do lançamento de dados pelos jogadores. Alguns estudiosos do tema têm consenso sobre a ideia de que o xadrez moderno seria uma evolução do

“Chaturanga”. Com o passar dos tempos, o xadrez foi trazido para a Europa pelos árabes no século IX. Muitas lendas de As mil e uma noites têm como principal argumento o xadrez. Este jogo foi seguindo o seu próprio caminho e, hoje, é dos mais conhecidos e praticados. Porém, como jogo de guerra, requeria um elevado grau de abstração e, assim, buscaram-se novos caminhos para representar as ações militares.

A procura por modelos mais próximos dos detalhes e das peculiaridades da arte da guerra levou a inovações, cujo marco histórico foi o jogo inventado na cidade alemã de Ulm por Christofer Weikhman, em 1664. O jogo foi desenvolvido com base no xadrez, mas possuía 30 peças. Foi denominado de Koenigspiel (Jogo do rei). As peças foram batizadas com os títulos dos políticos e militares da época e era atribuído um movimento peculiar a cada um. C.L. Helwigs, também de origem alemã, inventou em 1780 um jogo com algumas inovações. A principal foi o uso do conceito de agregação, quando uma simples peça representava uma unidade de combate inteira. Criou ainda a figura do árbitro para dirigir e controlar o jogo. Introduziu pontos multicoloridos no tabuleiro para designar diversos tipos de terreno. Na mesma época, atribui-se ao escocês John Clerck (autor de An Essay on Naval Tactics, Systematic and Historical), o desenvolvimento de um modelo para simular as interações entre os navios a vela nos combates. O jogo não tinha como propósito apenas reprisar eventos históricos, mas testar novas formas mais eficazes de emprego dos meios navais. Embora seja difícil classificar o seu modelo como um jogo de guerra, ele serviu para dar base a outros desenvolvimentos com vistas a estudar as manobras no campo de batalha.

Na Prússia, nas últimas décadas do século XVIII, tornou-se usual considerar a guerra como uma ciência exata, centrada particularmente na geometria. Não é sem razão que se visualiza o verdadeiro jogo de guerra no “Kriegspiel”, criado ao início do século XIX, em 1811, pelo Barão von Reisswitz, que era um conselheiro civil (Herr Kriegs-und-Domanenrath) na corte prussiana em Breslau. O seu modelo abandonou o tabuleiro similar ao de xadrez. O terreno era modelado em areia. As unidades de tropa eram representadas por blocos de madeira e os seus movimentos não estavam restritos aos quadrados de um tabuleiro de xadrez. O conde teve contato com um oficial prussiano, von Reich, que se interessou pelo jogo. O oficial era o capitão dos cadetes na guarnição de Berlim e, em 1811, foi o responsável pela instrução dos Príncipes Friedrich e Wilhelm (este se tornou mais tarde o Kaiser Wilhelm I). Eles conseguiram que o jogo fosse demonstrado na corte em Berlim. Após alguns contratempos, a apresentação ocorreu e o Rei Friedrich Wilhelm III ficou tão fascinado pelo jogo quanto seus filhos.

Em 1824, o tenente de artilharia da guarda prussiana George Heinrich Rudolf Joham von Reisswitz introduziu uma versão revisada do jogo desenvolvido por seu pai. A principal mudança foi a substituição do tabuleiro de areia por mapas com detalhes topográficos na escala de 1:8000 (aproximadamente 8 polegadas por uma milha). Outra alteração foi que as interações passaram a ter seus resultados calculados e, assim, eram quantificados os efeitos dos combates. A história dos jogos de guerra teve em 1824 um trabalho publicado pelo Tenente von Reisswitz, que contou com a colaboração de outros oficiais, denominado Anleitung zur Darstelling militarische manover mit dem Apparat des Kriegsspiels (Instruções para a representação de manobras militares sob a forma de Jogos de Guerra). O movimento no mapa levava em consideração os aspectos de tempo e distância. Os intervalos para as jogadas foram denominados movimentos. Nesse intervalo, o jogador realizava todas as ações possíveis no tempo previsto dentro de uma aproximação com a realidade. Os dados eram lançados para decidir o efeito dos disparos e também os resultados dos combates corpo a corpo. A inveja e os detratores não permitiram o desenvolvimento das pesquisas do Tenente von Reisswitz, que foi transferido para longe da corte – um forte na cidade de Torgau em área de fronteira. Tragicamente, em 1827, ele deu termo à vida, deprimido pela injustiça.

As forças de oposição não conseguiram impedir o crescimento da popularidade do jogo de guerra. Helmuth von Moltke, em 1828, já era um entusiasmado utilizador das facilidades do “Kriegsspiel”. O desenvolvimento prosseguiu dentro da Prússia, principalmente. As discussões sobre o modelo, tal como hoje, eram sobre os resultados do combate. Grande foi a contribuição para esse tema do capitão do Exército prussiano Nauman, em 1877, com o seu trabalho Das Regiment Kriegsspiel. Os resultados obtidos pela Prússia nas guerras contra a Áustria, em 1866, e, em 1870-1871, contra a França, contribuíram para levar o foco sobre as atividades germânicas no campo militar, aí incluído o “Kriegsspiel”. Ao jogo foi atribuída uma parcela do sucesso. Data da mesma época outra contribuição que nasceu do debate sobre a necessidade da rigidez ou não das regras e do papel do árbitro e sua influência. Os conceitos então surgidos permanecem até hoje na classificação dos jogos de guerra em “rígidos” e “livres”.

Ao final do século XIX e início do XX, os jogos de guerra desenvolvidos para atender aos aspectos profissionais militares evoluíram na qualidade das cartas. Tal fato e o trabalho com diferentes escalas foram pontos importantes para expandir os jogos do nível tático para as esferas mais elevadas das operações militares e da estratégia. Os jogos passaram a ser um modelo para o estudo e a pesquisa dos problemas militares, assim como ferramentas de planejamento. Na

sua origem, os jogos eram mais usados para adestramento e instrumento educacional. Alfred Graf von Schlieffen conduziu as Forças Armadas germânicas no período de 1892 a 1906, valendo-se dos jogos de guerra como elemento de planejamento, em conjunto com outros tipos de exercícios. Verifica-se, mais uma vez, a liderança dos germânicos no tema. No período entreguerras, os alemães passaram a usar os jogos de guerra para as ações político-militares, com a participação de diplomatas. O Almirante Karl Doenitz, comandante da força de submarinos da Alemanha, valeu-se dessas técnicas para estabelecer os seus conceitos de atuação em "matilha" para os "U-boats". Durante a Segunda Guerra Mundial, alemães, japoneses, ingleses e norte-americanos intensificaram o uso de técnicas de simulação, com a finalidade de avaliar os resultados de futuras operações. A Marinha japonesa, por seu turno, realizou inúmeros exercícios antes de decidir pelo ataque a Pearl Harbour. Tal fato permitiu a reformulação de alguns procedimentos táticos, dentre os quais os atinentes aos aviões-torpedeiros, que obtiveram grande sucesso no ataque.

No que concerne aos EUA, nada mais elucidativo do que a transcrição a seguir, tradução de um trecho da palestra proferida pelo Almirante C. W. Nimitz no Naval War College em 1960: "A Guerra com o Japão havia sido simulada nas salas de aula de jogo desta escola por tantas pessoas, em tantas formas diferentes, que nada do que ocorreu durante a campanha no Pacífico constituiu surpresa, absolutamente nada, exceto as táticas 'Kamikase' utilizadas em seu final, as quais não tínhamos visualizado". Outro exemplo histórico marcante foi o dos jogos efetuados pelos japoneses para testar o planejamento das operações em Midway. Muitos comentários são feitos até hoje pelas mudanças introduzidas nos resultados dos dados e a "ressuscitação" dos navios-aeródromos avariados durante a simulação dos engajamentos. Tão importante quanto isso foi o fato de o jogo ter apontado a possibilidade de ocorrer uma ação naval vinda do norte. O resultado real hoje faz parte dos fatos históricos.

Referências

BOUTHOL, Gaston. Tratado de polemologia. Madri: Ediciones Ejercito, 1988.
CORVISIER, André. Armées et Sociétés. Paris: PUF, 1976.

JOGOS OLÍMPICOS O renascimento dos Jogos Olímpicos deve-se à ação fundamental de Pierre de Coubertin, nobre francês que acreditava ser o investimento educacional um fator preponderante para a renovação da sociedade. Coubertin acreditava que o esporte pudesse ser um dos elementos centrais desse processo educacional, desenvolvendo espírito de iniciativa, capacidade de

organização e integração dos grupos. Nesse sentido, buscou resgatar os Jogos Olímpicos da Grécia Antiga, compreendendo-os a partir de um movimento internacional de paz e fraternidade que pudesse modificar os rumos da humanidade: o Olimpismo. Anteriormente a Coubertin, outras iniciativas existiram no sentido de resgatar a experiência dos jogos gregos, bem como muitos foram os nomes que se envolveram com a ideia de recuperação dos modernos Jogos Olímpicos. Mas, inegavelmente, o nome do aristocrata francês é de grande importância por ter sido o formulador de ideias que até os dias de hoje, pelo menos no discurso e nas representações, ainda acompanham o Movimento Olímpico. Não por acaso, no interior do Movimento existe uma Academia Olímpica, supostamente responsável por desenvolver e chamar a atenção para a filosofia olímpica.

Concebeu Coubertin o Olimpismo como um movimento cultural de caráter internacional, em que as competições esportivas deveriam ser apenas uma de suas facetas. Concretamente, os Jogos Olímpicos, realizados por uma cidade diferente a cada quatro anos, tornaram-se progressivamente a única face do movimento conhecida pelo grande público. Podemos situar como embrionária a fase que vai da realização dos primeiros Jogos (Grécia – 1896) até os Jogos de Berlim (1936). Nessa fase, havia muito improviso, tanto no que se refere às instalações quanto na forma de participação de equipes. Algumas edições foram bastante desorganizadas e/ou aconteceram paralelamente a outros eventos. Havia muita polêmica quanto à realização das provas, muito variáveis a cada edição, e quanto aos resultados finais, mesmo que Coubertin afirmasse que o mais importante era o ato de competir, independentemente do resultado. Não deixa de ser curioso o fato de o lema olímpico, estabelecido nesses anos iniciais, afirmar exatamente o contrário: “mais rápido, mais alto, mais forte” (citius, altius, fortius).

Nessa primeira fase, além do lema, outros símbolos olímpicos foram estabelecidos: o hino, a bandeira, a pira, o juramento, a cerimônia da tocha, a volta olímpica, a forma de premiação; todos fundamentais para criar a “mística” dos jogos. Vale destacar também a primeira participação feminina, nas competições de tênis e golfe, nos Jogos de Paris (1900), a despeito de forte oposição de Coubertin. A edição de Berlim (1936), conhecida como Jogos do Nazismo, marca com clareza o início da utilização dos jogos com fins políticos. Já houvera um antecedente: em 1920 (na Antuérpia) não foram aceitas as inscrições de atletas alemães, em decorrência da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Todavia, nunca de forma tão explícita os jogos estiveram relacionados com os interesses específicos de um regime: Adolf Hitler os organizara com o maior empenho para demonstrar a supremacia da raça ariana,

tanto na organização em si, quanto nas provas. Só não contava que um negro norte-americano, Jesse Olwens (1913-1980), se transformasse no grande herói daquela edição. Por mais que Coubertin desejasse que, como na Grécia, a realização dos jogos interrompesse qualquer forma de conflito e estivesse acima de qualquer problema político, isso efetivamente nunca ocorreu. Na verdade, mesmo essa ideia de Coubertin acerca da Grécia Antiga era uma representação e/ou uma alteração para ajustar a História aos seus discursos. A continuidade dos estudos arqueológicos naquele país demonstrou que houve uma série de equívocos ou desconhecimentos de Coubertin acerca daquele período da história grega.

Concretamente, problemas políticos voltaram a interferir na realização dos jogos em muitas outras edições, das mais diferentes formas. Além do fato de que duas guerras mundiais interromperam a realização da competição, protestos políticos foram constantes, destacadamente: no México (1968), cuja face mais notável foi o gesto dos atletas norte-americanos Tommie Smith e John Carlos (uma saudação típica do grupo de protesto Panteras Negras); o assassinato de atletas israelenses na edição de Munique (1972); boicotes diversos, em virtude de problemas com o Apartheid (nações africanas em 1976; depois a própria África do Sul foi banida), ou em decorrência da Guerra Fria (liderado pelos Estados Unidos em Moscou – 1982, e depois pela URSS em Los Angeles – 1984). A despeito dos problemas, dos percalços e das incoerências com o discurso da filosofia olímpica, os Jogos Olímpicos prosperaram e transformaram-se em um dos maiores eventos do século, só perdendo em popularidade e em movimentação financeira para outra competição esportiva: a Copa do Mundo de Futebol. Já não existe nem sombra dos improvisos e das precariedades das primeiras edições. As vilas olímpicas, por exemplo, criadas em 1924 (Paris), de modestos alojamentos tornaram-se confortáveis instalações, oferecendo aos atletas de todo o mundo o máximo de conforto possível. Aliás, o número de atletas passou de 311 (em Atenas – 1896) para mais de 10.600, dos quais cerca de um terço de mulheres (Sidney – 2000).

As instalações onde são realizadas as competições também avançaram muito e nos dias de hoje os jogos são palcos para lançar o que há de mais avançado no que se refere ao esporte, inovações que muitas vezes deixam os palcos de competições e se incorporam à vida cotidiana. Já nas eleições que decidiram a escolha de Sidney, na Austrália (2000) para sede dos jogos, foram marcantes o aspecto específico da evolução tecnológica das instalações, notadamente das piscinas, o que possibilitou um grande número de quebras de recordes. Por trás desse avanço, sem sombra de dúvida está a imensa movimentação financeira que existe ao redor da realização dos jogos. Se até Moscou (1980) o orçamento

necessário à organização era quase exclusivamente uma incumbência das cidades-sede, o que inclusive trouxe graves problemas financeiros para Montreal (sede dos jogos de 1976), a partir de Los Angeles (1984) a iniciativa privada passou a patrocinar parte bastante significativa dos custos, possibilitando que os jogos possam até mesmo dar lucros para as cidades organizadoras.

Se o enorme aporte de patrocínios permitiu uma melhor organização, de outro lado trouxe sérios problemas para a filosofia olímpica. Estima-se que a edição de Atlanta (1996) tenha sido praticamente "comprada" pela Coca-Cola (cuja sede central fica naquela cidade), para a revolta de muitos que acreditavam que os 100 anos da realização dos jogos deveriam ser comemorados na Grécia, em virtude do simbolismo da ocasião. Em 1999, um escândalo ligado à compra de votos para escolha da sede dos jogos também abalou o Comitê Olímpico Internacional. Isso sem falar na influência dos patrocinadores, principalmente ligados aos meios de comunicação, na própria dinâmica de realização das competições. Enfim, o excesso de comercialismo tem levantado uma série de polêmicas e debates acerca dos Jogos Olímpicos e de sua função social.

Nos últimos anos, até mesmo em virtude da visibilidade dos jogos, às denúncias de comercialização excessiva do esporte acresceram-se outras oriundas de movimentos sociais diversos, principalmente de grupos ecológicos. A origem das reclamações dos ecologistas eram os Jogos Olímpicos de Inverno, realizados desde 1924 (em sede diferente dos Jogos de Verão) e menos populares no Brasil por questões óbvias ligadas ao clima. Os ecologistas afirmavam que aqueles jogos eram extremamente prejudiciais ao meio ambiente. O Movimento Olímpico não perdeu tempo e incluiu em suas exigências para aceitação das candidaturas de sedes uma série de rígidas regras ligadas à preservação do meio ambiente. Os jogos de Sidney (2000) ficaram conhecidos como os mais ecologicamente corretos, pois foi tomada uma série de medidas de prevenção à deterioração do meio ambiente, bem como recuperação e preservação. Os jogos de Sidney foram apresentados como os "mais politicamente corretos", pois além das preocupações com os aspectos ecológicos, havia uma série de iniciativas de inclusão das minorias sociais. Para tal, entre outras ações, foram bastante valorizados os Jogos Paraolímpicos, realizados desde 1948 para portadores de necessidades especiais. Na verdade, foram meras medidas superficiais, mais destinadas a construir uma boa imagem do Movimento Olímpico do que ter uma atuação efetiva na resolução dos problemas de desequilíbrio social.

Há também a realização dos "Gay Games", criados em 1982 por Tom Waddell para envolver gays, lésbicas e bissexuais. Na primeira edição, realizada em San Francisco, deveria se chamar "Olympic Gay Games", mas o Comitê Olímpico Norte-Americano impediu a utilização do termo "Olympic". Tal competição

permanece sendo realizada com frequência. Curiosamente, a influência dos jogos é de tal porte que muitas vezes passou a ser sinônimo de competição. Muitas escolas organizam suas “Olimpíadas Escolares”, o que, aliás, é um equívoco, pois Olimpíada é o período de quatro anos entre a realização de Jogos Olímpicos. Vemos até mesmo a realização de “Olimpíadas de Matemática” ou “Olimpíadas de Dança de Salão”, na verdade um pequeno retrato do processo de esportivização da sociedade como um todo.

Referências

LANCELLOTTI, Sílvio. Olimpíadas 100 anos. São Paulo: Abril, 1996.

MANGAN, James Anthony. “Coubertin and cotton European realism and Idealism in the making of modern European masculinity”. In: KRUGER, Arnd, TEJA, Arnd (eds.). La comune eredità dello sport in Europa: atti del 1o Seminario Europeo di Storia dello Sport. Roma: Scuola dello Sport, 1997. p. 238-241.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. “Olimpíadas e política”. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira *et al.* (org.). Dicionário crítico do pensamento de direita. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

WACKER, Christian. “The early olympic games in antiquity: a historical fake?” In: Encontro de História do Esporte, Lazer e Educação Física, 5. Maceió: Coletânea, 1997. p. 164-168.

JUDAÍSMO A visão do judaísmo sob a ótica do “tempo presente” passa necessariamente pela sua visão histórica, como aqui se vai demonstrar, assim como a compreensão do significado do judaísmo deve passar necessariamente pela compreensão do significado de judaísmo, ou seja, da palavra “judaísmo”. Não existe obviedade nem unanimidade quanto a isso, mas o que o bom senso e as referências autorizadas parecem indicar é que o termo é abrangente, o que esgota as interpretações simplistas de que significa, excludentemente, ou “a religião dos judeus”, ou “a cultura dos judeus”, ou “a tradição dos judeus”, ou “o acervo histórico dos judeus”, ou, isoladamente, qualquer dos aspectos que compõem aquilo que a própria etimologia de “-ismo” define como “o conjunto das características comuns a certo povo ou civilização”. De fato, “judaísmo” não se refere apenas a um sistema de ideias, ou crenças, ou comportamentos, ou criações culturais, aspecto isolado, mas a uma totalizante e orgânica interação entre os indivíduos (os judeus), o grupo (o povo judeu), e suas concepções, criações e comportamentos, desenvolvidos ao longo de sua história. Que “judaísmo” seja um conceito plural é fácil de entender. Difícil é compreender essa interação específica e singular entre seus componentes e definidores, tanto mais se se tentar comparar o modelo com qualquer outro de categoria análoga.

Em geral, para não dizer sempre, indivíduos formam grupo, sociedade, cultura, civilização, que vão se montando e configurando através dos processos e eventos relacionais que, a posteriori, chamamos “história”. O que há de singular no caso

dos judeus e do judaísmo é que o modelo básico dessa configuração não vem em consequência da história dos judeus, mas a história dos judeus, em sua essência significativa, é que é consequência dele. E, corolário dessa singularidade, se o modelo é ponto de partida, origem, gênese, então seus componentes são estruturais, ou seja, compõem a própria estrutura de formação desse óntos, dessa entidade – e terão de ser indissolúveis na configuração da entidade, para que ela se preserve e guarde sua identidade. O instinto quase biológico de preservação e a efetiva vontade de preservar a "entidade" através da "história" criam a necessidade conceitual de preservar esses elementos que a definem e da qual são partes inseparáveis. A "entidade" judaica se forma, em sua gênese, da estruturação desses elementos, e se transforma, na história, para adaptá-los às mudanças sem desfigurar a essência. Para ser o mesmo, em circunstâncias cambiantes, é preciso mudar.

O único relato descritivo dessa formação inicial vem de um texto que não foi escrito com a intenção de ser um registro histórico aos moldes dos que hoje os historiadores aceitam como tal. A vertente "histórica" da Bíblia não visa essencialmente contar a verdade dos fatos, mas configurar uma entidade e propiciar uma identidade. Isso não lhe tira a autoridade ou a credibilidade. Fatos ou alegorias, eis onde os judeus encontram a memória de sua origem, que vai orientá-los no decorrer de sua história. Em tais elementos, identificam aquilo que os plasmou como grupo e os transformou num povo, ou seja, a base humana com a qual, e para a qual, se construiu o judaísmo. Como comenta Paul Johnson em sua História dos judeus, os judeus procuraram ser aquilo que acreditaram ser. É nesse autorreconhecimento que se baseiam – e é dele que se alimentam – suas crenças, ideias, comportamentos, criações, e o rumo e atitudes que imprimem – como ação e como reação ao meio – às suas vidas individuais e coletiva. Tal rumo se transforma em história e realimenta, por sua vez, o processo de autorreconhecimento e uma renovada busca de afirmação de identidade. Por isso, compreender o judaísmo em tempo presente é reconhecer nele, basicamente, a mesma entidade de integração dos mesmos elementos que a construíram em sua gênese, transformados em função da necessidade de preservá-los frente às mudanças a que teve de se adaptar. E isso pressupõe a não aplicação dos modelos habituais, por não aplicáveis ab initio. Os elementos de sua gênese e estrutura, mesmo transformados na forma, continuam a ser formadores do conteúdo, que são:

(1) A pertinência ao grupo e a identidade coletiva: os ex-escravos, ao ganharem a liberdade, ou seja, a opção de decidir seu caminho e seus compromissos, se autorreconhecem como grupo e assumem a identidade de grupo. A entidade coletiva é constituída em uma decisão a partir da qual conduzirão sua história –

não é consequência de uma aglutinação através do processo histórico. Daí sua resistência conceitual à própria dispersão que a história traz. As gerações dispersas dos ex-escravos reexercem sua opção de se reconhecerem no grupo e de serem pertinentes a ele – como aparece no texto da Hagadá, lida todo ano na noite da Páscoa: "Todo judeu deve considerar-se como tendo, ele mesmo, sido libertado do Egito". Se não houver essa opção, se o indivíduo se afasta do grupo, está se afastando do judaísmo. O culto judaico pressupõe o grupo (no mínimo dez pessoas), os judeus se unem em congregações, em comunidades. Sinagoga (beit knesset) significa "casa de reunião", e não "de oração". Em toda a extensão de uma dispersão de 20 séculos, os judeus criaram instituições comuns em âmbito mundial que consolidam a estrutura de grupo.

(2) O conteúdo de crenças e comportamentos: a decisão de pertencer a um grupo e assumir uma identidade coletiva requer que se definam os parâmetros dessa identidade. Assim como o grupo não se formou através da História, mas foi o ponto de partida dela, esses parâmetros são gênese e formadores – estruturam a identidade. Ao aceitá-los a priori por decisão consciente e explícita, o grupo está associando esses parâmetros a seu óntos. O momento da formação de um grupo associado a uma identidade é relatado como uma resposta consciente do grupo à proposta de um código de crença e comportamento que o identificaria: "Faremos (o que for necessário para sermos esse grupo) e ouviremos (os conceitos e as regras dessa crença e desse comportamento)". Essa simbiose conceitual é ainda o cerne da estrutura do judaísmo no tempo presente. Os judeus, o povo judeu e o conteúdo de crença e comportamento definido ab initio são inseparáveis em sua essência, qualquer que seja o nível, a variação ou a nuança da expressão concreta (ritos, filosofias, interpretações, vertentes, denominações, costumes, visões ideológicas ou políticas etc.) dessa relação de pertinência. A religião é ao mesmo tempo conceito de divindade e da relação Homem-Deus, ritual e símbolos, e código de comportamento ético – ou seja, das relações entre o homem e a natureza e entre os homens. Tudo isso é transcendentalizado e perpetuado pela atribuição de origem divina, e codificado em 613 regras explícitas e num sem-número de interpretações e exegeses dessas regras (Mishná + Guemará + Talmud e inúmeras coletâneas de exegese subsequentes). A religião dos judeus não é dogmática, é um código de atitudes inspirado nos preceitos divinos, mas endossado e concretizado pelo livre-arbítrio. Seu substrato moral e ético é regulamentado em princípios e regras de interpretação aberta e, por isso, adaptado às realidades. Essa religião, filosofia, ética, moral e criação cultural compõem o conteúdo identificador do grupo e interagem com ele na formatação do judaísmo. O chamado "judaísmo laico" é este mesmo judaísmo, despido do conceito da autoria divina e transcendental. É esta mesma substância, com outros

nomes e outras motivações. A religião judaica está presente no suposto laicismo judaico, e vice-versa; assim como todas as vertentes ritualísticas partem do mesmo ponto e para ele convergem. Desta forma, para ele também converge a própria história dos judeus.

(3) A convergência e o destino comum: o terceiro elemento formador e estrutural do judaísmo é a percepção de um destino comum, expresso na "terra prometida". A terra prometida é o terreno físico para o exercício do judaísmo, o lugar em que o grupo irá radicar seus fundamentos, criar sua cultura, construir seu futuro com base na identidade que a opção volitiva iria reiterar a cada momento de sua história. É aquilo que o moderno direito de autodeterminação dos povos veio definir como "Estado-nação". A "terra prometida" é elemento formador inicial porque é explicitamente nela que o judaísmo – o povo judeu e seu conteúdo concepcional, devocional e comportamental – irá se integrar e se tornar entidade. Ela tem coordenadas geográficas, não é "uma", mas "a" terra prometida. Foi lá que as tribos se transformaram em reinos unificados, que a fé se transformou em comportamento, que os primeiros textos de registro, memória e lei foram escritos. Foi de lá que os judeus foram expulsos e voltaram mais de uma vez. Para lá sonharam voltar e o sonho se transformou em elemento integrador ao longo de séculos e de continentes. O exílio de 20 séculos fez transformar-se em sucedâneo de terra prometida a própria religião, a família judia, a congregação, a comunidade, a tradição, a cultura, a tensão do retorno. Os judeus dispersos voltam-se para Sion ao rezar, desenhando com seus corpos um círculo que tem Jerusalém como centro. A centralidade de Sion mantém o povo judeu como um só povo, e o próprio judaísmo dentro dos parâmetros de seus elementos formadores e estruturais. O "sionismo" conceitual, antes e além de ser "movimento" e de quaisquer conotações políticas e polêmicas que irá suscitar, é uma expressão contemporânea, em linguagem moderna, da opção integradora do judaísmo, parte essencial de seu próprio ser.

O século XX marca esse povo de 3.500 anos de vida e 2 mil de dispersão com dois eventos cruciais para sua inserção no mundo e para sua identidade conceitual e histórica: o Holocausto e o Estado de Israel. O Holocausto é a antítese paroxística da convivência entre as diferenças – e, portanto, da preservação da identidade – pela ideologização da intolerância, associada à visão totalitária do poder. Demonstrou que é possível criar um sistema baseado em supostas razões e ideias para rejeitar e eliminar o diferente por ele indesejado. Os 6 milhões de judeus mortos não foram vítimas do espasmódico e mitológico ódio que os assolara durante toda a dispersão, mas de um programa metódico de quem se arroga o direito de realizar seleção de espécies segundo seu próprio critério. Como esse critério é função de ideologias, todos são vítimas potenciais

dele, e essa é a lição do Holocausto a toda a humanidade. Daí, esquecê-lo é desservir a humanidade.

O Estado de Israel é a tradução contemporânea da estrutural e histórica centralidade de Sion e da presença virtual da terra prometida no judaísmo, associadas aos parâmetros do moderno Estado-nação. Israel é ao mesmo tempo estado de seus cidadãos e estado de todo o povo judeu. O conceito de autodeterminação dos povos, que nascera no raiar do século XIX, deu à visão do "retorno" a categoria de "direito", reconhecível universalmente. Compreender essa realidade é fundamental para compreender a verdadeira natureza do conflito árabe-israelense: a aceitação ou negação de um estado "judaico" (não no sentido religioso) em Sion como o único estado possível para o povo judeu.

Referências

BARYLCO, Jaime. Introduccion al judaismo. Buenos Aires: Fleishman & Fischbein.

GOLDBERG, David J.; RAYNER, John D. Os judeus e o judaísmo. Rio de Janeiro: Xenon, 1989.

JOHNSON, Paul. História dos judeus. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

SELTZER, Robert M. Jewish People, Jewish Thought. Nova York: MacMillan Publishing Co., Inc., 1980.

KOLKHOZES Os kolkhozes foram, durante grande parte da história da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a forma predominante de propriedade rural. Kolkhoz é a abreviação do russo kollektivnoye khozyaynstvo (fazenda coletiva). Nesta forma de organização, uma unidade agrícola de grande extensão, cuja propriedade é do Estado, é ocupada por um número determinado de camponeses, em regime de cooperação, que devem entregar ao Estado uma cota previamente estabelecida da produção. Desde que esta meta fosse atingida, os camponeses possuíam relativa liberdade para determinar a forma de distribuição da renda obtida. Também lhes era permitida, especialmente a partir da década de 1960, a produção em caráter privado em pequenos lotes de terra. O resultado desta produção, bem como a produção coletiva que excedesse a cota, era comercializado no mercado do kolkhoze. O Estado mantinha o controle sobre os kolkhozes através da indicação de seus dirigentes. O equipamento pesado para a produção (como tratores) era fornecido aos agricultores pelo Estado, mediante um pagamento em espécie (produtos).

Os kolkhozes foram concebidos, originalmente, como um mecanismo de organização dos camponeses para a produção ao qual a adesão deveria ser voluntária. No final da década de 1920, porém, teve início, na URSS, aquilo que foi definido por Stalin como a “revolução a partir de cima”. Decidido a acelerar o esforço de industrialização do país, previsto no primeiro Plano Quinquenal, o Estado soviético viu-se às voltas com a constante insuficiência do fornecimento de alimentos para a cidade. A forma pela qual a “ruptura” entre cidade e campo deveria ser solucionada foi objeto de intensa disputa política no interior do Partido Comunista. O agrupamento de Bukharin defendia um prolongamento e aprofundamento das concessões à iniciativa privada que caracterizavam a NEP (Nova Política Econômica). Stalin esteve ao seu lado até 1927, quando Trotsky, principal opositor de tais concessões, foi excluído do partido. A partir de 1928, Stalin inicia uma virada em sua política que, após a derrota do grupo de Bukharin, resultará num processo de coletivização acelerada, baseado na violência contra os produtores rurais privados (aceleração e violência que foram duramente criticadas até mesmo por Trotsky, do exílio).

Numa ruptura radical com a situação observada na década de 1920, já nos primeiros anos da década de 1930 a agricultura soviética era baseada predominantemente na propriedade coletiva da terra, na forma de kolkhozes ou de fazendas diretamente administradas pelo Estado. Em 1949, teve início uma

ampliação do número de famílias estabelecidas em cada Kolkhoz. Inicialmente definido em 75 famílias, este número chegaria a 340 em 1960. Após o fim da URSS, em 1991, iniciou-se um processo de privatização das fazendas coletivas. No entanto, uma parcela significativa do número total de fazendas (43%, segundo a Columbia Encyclopedia) optou por permanecer como propriedade do Estado em 1992.

Referências

LEWIN, Moshe. Russian Peasants and Soviet Power: a study of collectivization. Nova York: The Norton Library, 1975.
NOVE, Alec. An Economic History of USSR. Londres: Allen Lane/The Penguin Press, 1969.

KOMINTERN (INTERNACIONAL COMUNISTA OU TERCEIRA INTERNACIONAL – 1919-1943) Organização criada sob convocação do Partido Bolchevique russo num momento em que se esperava a eclosão de uma Revolução Mundial a partir da guerra civil em vários países, como ocorrera no caso russo. Estiveram presentes em sua criação grupos simpáticos à experiência que então se desenvolvia, calcada ainda na organização de conselhos populares sob comando dos bolcheviques, que contaram inicialmente com o apoio dos anarquistas, que viam nesta experiência um primeiro passo para a dissolução do Estado, embora tenham se afastado quando a Internacional passou a adotar uma linha mais rígida no interior da organização. As diretrizes que passaram a nortear a organização foram uma reação contra a social-democracia europeia, devido ao apoio dos PSDs à mobilização de seus países para a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Se no primeiro momento, ante a esperança de um rápido avanço das revoluções na Europa, o Komintern teve uma organização bastante frouxa, já a partir do II Congresso da Internacional (1920) começa a se definir um modelo mais centralizado, entendendo-se o Komintern como o Partido Mundial da Revolução e devendo estar os interesses nacionais de cada partido-membro (seção) subordinados aos objetivos gerais da causa internacional. No IV Congresso (1922), pela primeira vez se intervém diretamente na composição da direção interna de um partido-membro, o que a partir de então se tornará comum.

A direção do Komintern passaria progressivamente para o controle dos comunistas russos, que procuravam manter nos partidos “singulares” dirigentes fiéis à linha dominante em Moscou. A partir da segunda metade da década de 1920, esse fenômeno se torna mais agudo com a “bolchevização dos partidos”, termo difícil de definir mas que poderíamos traduzir como a assunção de uma

posição calcada no embate classista direto – polarizando a burguesia e o proletariado, sem alianças transitivas – e o endurecimento quanto a qualquer divergência dentro dos partidos. Tal processo se iniciou nos quadros do PC russo e alcançou os partidos-membros, muito embora Bukharin tentasse descentralizar o Komintern entre 1926 e 1928, sendo então afastado. A partir de 1929, será praticamente impossível a um dirigente de partido-membro estar à frente de sua organização sem gozar da plena confiança dos dirigentes do Komintern, que neste momento são, em sua maioria, integrantes de importantes postos do PC russo. O predomínio russo era evidente, fosse porque de fato o Partido Bolchevique controlasse os principais organismos do Komintern (como o Presidium e o Comitê Executivo), fosse principalmente pelo prestígio de que gozava o "primeiro país socialista do mundo" junto às demais seções ou, em termos mais simples, por terem os russos os recursos que afinal faziam toda aquela máquina funcionar. Apesar destes fatores, não devemos compreender a Internacional Comunista como mera extensão do Partido Bolchevique Russo. Ainda que com graus limitados de autonomia, em muitos momentos os PCs locais buscavam soluções próprias para problemas nacionais. Foi assim no caso chinês, em que uma estratégia particular foi sendo gestada após a invasão japonesa de 1931. Ocorreu o mesmo no Brasil, em que os dirigentes nacionais rejeitaram a avaliação de delegados do Komintern, que definiam índios e negros como nacionalidades autônomas. Da mesma forma, a mudança mais significativa na política do Komintern foi desenvolvida a partir da junção de interesses da diplomacia soviética e das necessidades das seções.

O Komintern adotara no IV Congresso a tática de frente única pela base, aceitando participar de alianças com os trabalhadores social-democratas, de eleições e mesmo dos detestados parlamentos burgueses. Entretanto, tal política acabou não sendo efetivada posto que, à medida que avançava o processo de bolchevização e se adotava no VI Congresso (1928) a tática de luta direta de classes, os PCs locais iam ficando cada vez mais isolados nas diversas sociedades em que deviam atuar. Todavia, com a ascensão dos nazistas ao poder em 1933, o temor de uma agressão contra a URSS, que já existia desde a eclosão da crise de 1929, agravou-se ante o rearmamento alemão, levando setores do PC russo a enfrentar o perigo fascista. Por outro lado, algumas seções, especialmente a francesa, por temor do avanço fascista, começaram a coligar-se a socialistas e demais grupos antifascistas. Assim, o VII Congresso (1935), em que o líder búlgaro Dimitrov era um expoente na defesa das frentes antifascistas, aprovou resoluções bastante importantes: aceitava-se a tática de frente popular antifascista que permitia inclusive acordos com as cúpulas social-democratas. Além disso, reconhecia-se a dificuldade de impor uma política única que

abrangesse áreas tão distintas como Brasil, China e África do Sul. É certo que esta política de maior autonomização para as seções encontraria limites claros: embora fosse extinta a figura do delegado do Komintern, que tanto desgosto causara a muitos líderes de seção, a intervenção nos partidos-membros era realizada em muitos casos pela própria polícia secreta soviética, a temível GPU. Além disso, a própria política de frente popular era freada pelo Komintern quando não convinha ao que se julgava ser interesse soviético. Entretanto, também é verdade que, no caso do Brasil, quando chegaram ao país os dirigentes vindos de Moscou, já encontraram a sua frente popular, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), perfeitamente estruturada.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) colocou os soviéticos e o Komintern em posição mais cautelosa, e a autonomia das seções foi extremamente limitada, como mostra a dissolução do PC polonês durante a invasão alemã em 1939. Com a invasão nazista do território russo (junho de 1941), a nova palavra de ordem era a da união nacional contra o fascismo para ajudar na vitória sobre os nazistas. Tal proposta criava situações constrangedoras, como a proposição de construir na Espanha – dominada pela ditadura de Franco, que fora vitorioso na Guerra Civil Espanhola (1936-1939) – um governo de união nacional, incluindo mesmo militares franquistas, desde que não germanófilos. Quando em 1943 anuncia-se a dissolução do Komintern, tal fato atende à necessidade soviética de ganhar a confiança dos aliados ocidentais na guerra contra o nazismo. Entretanto, isso demonstra também que já não era mais possível manter uma organização centralizadora que controlasse áreas tão diferentes no mapa mundial. Além do mais, muitos partidos comunistas que lideravam a resistência antifascista já não tinham mais aquele caráter de seita maçônica dos primeiros tempos, embora ainda fossem mantidos os laços entre os PCs locais e o PC russo, que seria por muito tempo a referência obrigatória para as antigas seções.

Referências

DELGADO, Antonio Castro. O Komintern sem máscara. Rio de Janeiro: Tribuna da Imprensa, s/d.

HOBSBAWM, Erich. História geral do marxismo, V-VI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ORLOVSKY, Daniel. “Russia in War and Revolution, 1914-1921”. In: Russia: a History. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 1997.

SEGRILLO, Angelo. O fim da URSS e a nova Rússia: de Gorbachev ao pós-Yeltsin. Petrópolis: Vozes, 2000.

SIEGELBAUM, Lewis. “Building Stalinism, 1929-1941”. In: Russia: a History. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 1997.

VIANA, Marli. Revolucionários de 35. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

KU KLUX KLAN (KKK) Sociedade secreta norte-americana criada nos Estados do Sul após a Guerra de Secessão (1861-1865). A sua origem proveio de um círculo (kuklos) de jovens de Polanski, no Tenessee, em 1866. Os seus integrantes usavam máscaras e túnicas brancas que ocultavam a identidade e serviam para atemorizar tantos os negros quanto os brancos favoráveis à igualdade de direitos. A KKK ganhou maior força em Nashville (Tenessee) em 1867. Visando garantir a hegemonia dos brancos e impedir a Reconstrução, a KKK recorreu a enforcamentos, tiroteios, incêndios e outros atos terroristas criminosos. Rapidamente alastrou-se por outros Estados, com uma hierarquia criada para dominar o chamado Império Invisível do Sul. Este seria controlado pelos Grandes Titãs, Grandes Ciclopes e Grandes Dragões. As Leis de Força de 1870 e a Lei específica sobre a KKK em 1871 autorizaram a usar até força militar contra a organização, que acabou cessando sua violenta atuação na década de 1870. Todavia, em 1915, foi reorganizada em Atlanta (estado da Geórgia), usando práticas terroristas contra negros, judeus, católicos e, posteriormente, comunistas. Os dois últimos alvos estavam diretamente relacionados com o crescente influxo de imigrantes europeus após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), particularmente irlandeses e italianos. Na década de 1960, a KKK tornou-se bastante ativa contra a aplicação das leis assegurando direitos civis aos negros, criando o seu próprio “movimento pelos direitos dos brancos”, bastante atuante em Louisiana. Continuou em atividade nas décadas de 1980 e 1990, quando apoiou candidaturas estaduais e federais, embora seus êxitos políticos fossem mais comuns nas esferas municipais.

Referência

COOK, Chris. Diccionario de terminos historicos. Madri: Alianza Editorial, 1993.

RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO

KULAK Palavra russa que tinha inicialmente o significado de pessoa miserável. Ironicamente, na segunda metade do século XIX, o termo abarcava os “camponeses particulares enriquecidos”, mas havia nisso um preconceito tanto dos nobres russos quanto dos camponeses comunais, ao se referirem aos russos não nobres que se tornaram proprietários de terras e/ou enriqueceram depois das reformas agrárias de 1861, organizando a produção fora dos marcos tradicionais do domínio nobre ou da comuna rural. Os kulaks tornaram-se integrantes de uma burguesia agrária, mas a sua identificação como classe em termos modernos adveio com as reformas de 1906 do Primeiro-ministro Piotr Stolypin (1862-1911), que solapou definitivamente as terras comunais camponesas e acirrou os conflitos de classe no campo. A partir daí, o termo kulak ampliou seu sentido:

em vez de portar a carga negativa que a nobreza e os camponeses do século XIX nele depositavam ao se referirem aos “arrivistas sociais” das velhas tradições, o termo cada vez mais se referiria ao inimigo de classe nos marcos das relações sociais de produção do capitalismo.

Além disso, à medida que na Rússia foram sendo introduzidas reformas que colocavam as propriedades nos marcos das relações capitalistas de produção, o termo kulak seria incorporado à retórica política dos comunistas para se referir aos “inimigos de classe” da Revolução Russa: agiotas, comerciantes, banqueiros, empresários e proprietários rurais. Houve uma espécie de “kulakização” das relações sociais, mas o termo continuou particularmente marcante na referência aos “camponeses enriquecidos que especulavam com os preços dos alimentos”, usados como bode expiatório dos crônicos problemas de produção, abastecimento e distribuição de alimentos que se seguiram aos anos da guerra civil (1918-1921), da NEP (1921-1929) e do Stalinismo. Quando se iniciou o processo de coletivização forçada de terras em 1929, muitas pessoas resistentes a isso foram acusadas de “egoísmo kulak” e deportadas para campos de trabalho forçado.

Referências

FIGES, Orlando. A tragédia de um povo: a revolução russa, 1891-1924. Rio de Janeiro: Record, 1999.

WELTER, G. Histoire de Russie: des origines à nos jours. Paris: Payot, 1949.

RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO

LASER Acrônimo de light amplification by stimulated emission of radiation (amplificação de luz por emissão estimulada de radiação), o laser repousa sobre a emissão estimulada descoberta por Einstein (1879-1955), em 1917. Átomos são formados por um núcleo positivo e elétrons que ocupam órbitas (ou níveis) de energia bem definidas. Quando um átomo é excitado, seus elétrons são promovidos para níveis de energia mais altos, dos quais podem decair emitindo energia sob a forma de radiação eletromagnética de frequência f = E/h, em que E é a diferença de energia da transição e h é a constante de Plank. A radiação eletromagnética de uma dada frequência existe em múltiplos de pacotes mínimos de energia nesta frequência chamados fótons, que correspondem, grosso modo, a partículas de luz. Diz-se que a radiação é quantizada, ou discretizada, em termos de fótons, tal qual o dinheiro transacionado entre duas pessoas é algum múltiplo do centavo. Quanto maior o número de fótons presentes no campo de radiação, maior será sua intensidade. Além do número de fótons, o campo é caracterizado por sua fase, frequência, polarização, direção e região de propagação. Fazendo uma analogia com ondas na superfície da água, a fase corresponde à posição das cristas das ondas com relação a certa referência. A frequência é inversamente proporcional ao comprimento de onda – a distância entre duas cristas consecutivas. É ela que define a cor da luz. Ondas de rádio e televisão, micro-ondas, radiações infravermelho e ultravioleta, raios X e gama são exemplos de radiação eletromagnética distintas da luz visível apenas por suas frequências. A polarização corresponde à direção de vibração da onda, que é sempre perpendicular à sua direção de propagação (nas ondas do mar, a polarização é vertical). Na interação da radiação com a matéria, há três processos básicos, a saber: absorção, quando um átomo é excitado através da absorção de um fóton; emissão espontânea, quando um átomo já excitado emite um fóton; e emissão estimulada, quando um átomo excitado, na presença de um campo, emite um fóton neste mesmo campo. Em condições normais, o processo de emissão dominante é espontâneo, em que os fótons são emitidos em direções arbitrárias, independentemente de quaisquer condições externas. Se, por outro lado, os átomos estiverem “iluminados” por um campo externo de frequência igual à de sua transição, eles podem ser estimulados a emitir fótons idênticos ao daquele campo, resultando em sua amplificação. Quando o número de átomos excitados numa amostra for maior que o número de átomos não excitados, diz-se que ocorre a inversão de população. Nesse caso, o meio é um amplificador óptico ou

meio de ganho em que a radiação emitida por um átomo induz outros átomos a emitirem, num processo em cadeia. Se os ganhos com a amplificação forem maiores do que as perdas com absorção e emissão para fora do material, ocorre a oscilação laser.

Para a construção do laser, os elementos mais importantes são o meio de ganho, o bombeio e a cavidade. O primeiro é o meio em que estão os átomos, podendo ser sólido (como nos lasers de rubi, diodo, titânio-safira e neodímio: YAG), líquido (como nos lasers de corante), ou gasoso (como nos lasers de hélio-neônio e argônio). O bombeio promove a inversão de população excitando os átomos por diferentes meios, tais como descargas luminosas ou elétricas, colisões com outros átomos, além de outros processos mais complicados. A cavidade é formada por dois ou mais espelhos orientados de forma a direcionar a luz num circuito fechado que inclui o meio amplificador. Um desses espelhos, chamado acoplador de saída, é semitransparente, o que possibilita um pequeno vazamento de luz para o exterior, constituindo o feixe de laser propriamente dito. A reflexão do campo nos espelhos ajuda a evitar que os fótons abandonem a cavidade, mantendo alto seu número e fazendo-os interagir muitas vezes com o meio de ganho, o que favorece a emissão estimulada. O laser canaliza a energia desordenada empregada no bombeio numa forma mais ordenada, seu feixe de saída. Quando a radiação do laser se encontra na região do espectro eletromagnético correspondente às micro-ondas, ele é chamado de maser, como no caso do maser de amônia, de fato o primeiro a ser construído, em 1953, por Charles Hard Townes (*1915) e que lhe rendeu o Prêmio Nobel de 1964. O primeiro laser propriamente dito, operando com luz visível, foi construído em 1960 por Theodore Harold Maiman (1927-2007), que usou um cristal de rubi como meio de ganho, operando em regime pulsado sendo bombeado por lâmpada de flash. O primeiro a operar em regime contínuo foi o laser de hélio-neônio, em 1960, construído por A. Javan e colegas.

O laser é capaz de produzir um feixe monocromático, colimado (com direção de propagação bem definida), grande intensidade, estável e coerente, ou seja, capaz de manter suas características de interferência por grandes distâncias e longos tempos. Lasers pulsados em tempos muito curtos conseguem produzir intensidades de luz muitas ordens de grandeza mais brilhante que o sol. Essas propriedades – aliadas a preços que variam de dezenas (no caso de alguns lasers de diodo) a centenas de milhares de dólares – explicam a incrível variedade de aplicações deste instrumento nas ciências, artes, medicina, indústria, metrologia e comunicações. Por ser monocromático (cor única, frequência precisamente definida), o laser permite que se estude a matéria de maneira bastante específica, selecionando sua interação com certos átomos e não com outros. Por isso, o laser

tem sido uma ferramenta do dia a dia nos laboratórios de física e química fundamental, auxiliando no avanço da compreensão de reações químicas, colisões atômicas e comportamento da matéria em diversos estados e condições. Ele também pode atuar como ferramenta ou catalisador, provocando reações, acelerando ou resfriando átomos. A sua principal aplicação em laboratório de física fundamental é em espectroscopia, em que se pode medir a energia (ou frequência) que um átomo ou molécula absorve radiação. Alguns destes níveis de energia podem ser previstos pelas teorias da física e comparados às medidas experimentais, testando, assim, teorias fundamentais como a mecânica quântica, por exemplo.

Uma fantástica aplicação de laser nas artes e no estudo de desgaste de materiais é a holografia. Como toda onda, a luz sofre os fenômenos de difração e interferência. Tais fenômenos são derivados das relações entre as fases nas diversas frentes de onda. Por serem bastante desordenadas, as fontes convencionais de luz térmica, como as lâmpadas incandescentes, não são capazes de manter tais relações estáveis, exceto por curtíssimos intervalos de tempo e distâncias. Dessa forma, tais fenômenos só são observáveis em situações muito especiais em que as distâncias envolvidas são muito pequenas, como na formação de cores em bolhas de sabão. Por ser uma fonte de luz muito mais ordenada, o laser é capaz de manter essas relações de fase estáveis por distâncias muito maiores, da ordem de vários metros, facilitando a observação desses fenômenos. Filmes fotográficos consistem numa película de material fotossensível que registra apenas a intensidade incidente, perdendo toda informação relacionada com a fase do campo e resultando numa imagem bidimensional. Fazendo-se com que parte do feixe de um laser reflita em um objeto antes de impressionar o filme, enquanto outra é dirigida diretamente para o filme, este registrará a figura de interferência das duas frentes de onda que, além da intensidade, carrega informação sobre suas fases, compondo o holograma. Essa informação será reconstituída pela difração da luz quando o filme for iluminado por um laser após a revelação, resultando numa imagem tridimensional. Para tanto, é necessário que o filme possua uma granulação fina o suficiente para registrar a figura de interferência, que apresenta detalhes da ordem do comprimento de onda da luz utilizada, que é de décimos de milésimos de milímetros para a luz visível. Com filmes espessos, é possível dispensar o laser na etapa de reconstrução, mas não na de gravação da imagem holográfica.

A pinça óptica constitui-se numa das mais novas aplicações de laser para estudos de biofísica em nível celular e baseia-se na força exercida por um feixe de laser ao ter sua direção desviada. Ao mudar de direção devido à refração por objetos transparentes, um feixe de luz exerce uma força de reação sobre o meio

refringente. Embora elas sejam, em geral, desprezíveis, essas forças podem ser muito importantes quando os objetos possuem dimensões microscópicas. Utilizando-se as propriedades de propagação e focalização do laser, é possível construir pinças ópticas, que consistem em dirigir essas forças para o ponto de foco do feixe. Com isso, é possível prender objetos – microesferas de vidro, pequenas células (como os espermatozoides) e organelas celulares –, como se o feixe de laser formasse uma pinça de luz, e manipulá-los de uma maneira até então inconcebível. Utiliza-se para isto lasers que emitam radiação numa frequência em que estes objetos sejam transparentes e, desta forma, evita-se uma queima ou morte de objetos "vivos". Em outro uso, esta força da radiação pode também ser utilizada para desacelerar átomos, trazendo-os a baixíssimas velocidades ou temperaturas, ou ainda acelerar partículas umas contra as outras a velocidades próximas à velocidade da luz para gerar fusão nuclear durante colisões.

Por ser uma forma de radiação bastante organizada, os feixes de laser podem ser usados para concentrar grandes quantidades de energia, proporcionando ferramentas úteis, como instrumentos de corte na metalurgia. Na medicina e na odontologia, eles podem ser utilizados para cortes precisos (por exemplo, em oftalmologia), como estimulantes para cauterização, como meio de diagnósticos, ou de ativação de substâncias ativas, como no caso da fototerapia dinâmica, em que a transição molecular seletiva induzida pela absorção do laser é utilizada para ativar substâncias quimioterápicas apenas na região de interesse para o tratamento de tumores cancerosos. Aplicações interessantes, como instrumento de medição, advêm do conhecimento bastante preciso do comprimento de onda de alguns lasers, associado ao valor bem caracterizado da velocidade da luz. Esta combinação permite construir instrumentos de medida de distâncias remotas, como o LIDAR, ou radar a laser, e medições em escalas micrométricas. O uso de lasers estabilizados em transições atômicas ultraprecisas fornecem excelentes padrões de tempo e frequência.

Talvez o uso mais disseminado e explorado comercialmente do laser no fim do século XX seja seu uso em comunicações por fibra óptica e em discos ópticos compactos, chamados CD-ROM. As fibras ópticas permitem a propagação de feixe de laser por enormes distâncias sem atenuação ou deformação pronunciadas. Assim, pulsos de luz laser, ligados e desligados, podem representar dígitos binários (bit) que são transmitidos por enormes distâncias em cabos de fibras ópticas. Como cabem inúmeros canais de transmissão de diferentes frequências em uma única fibra, a capacidade de transmissão de dados por fibras é enorme. Esta é uma área de contínuo interesse em pesquisa, pois a quantidade de informação trocada na telefonia e na rede mundial de

computadores cresce de maneira extraordinária. O seu uso em CD-ROM advém da possibilidade de focalizar precisamente um feixe de laser fazendo-o incidir sobre uma região pequeníssima de um disco óptico que foi previamente modificado (escrito), contendo pontos refletores e não refletores. A reflexão ou não do laser representa a lógica binária, bit 1 ou 0. Quanto mais compactados estão estes pontos numa superfície de um disco, maior a capacidade de armazenamento de informação deste. O uso do laser de diodo, que é barato, trouxe enormes benefícios para a gravação de música e filmes num meio que é seguro, compacto e barato. Como se vê, o laser é um dos exemplos mais impressionantes de ferramenta tecnológica desenvolvida a partir de princípios de ciência básica e criatividade experimental, resultando em um instrumento revolucionário que hoje é presente em nosso cotidiano, seja no carro, no hospital, no teatro e cinema ou num simples telefonema.

Referências

Ferramentas de busca na internet (CADÊ, GOOGLE, YAHOO, etc.)
História do laser na página da WEB dos laboratórios Bell: <http://www.bell-labs.com>

LUÍS GUILHERME LUTTERBACH
CLÁUDIO LENZ CESAR

LAWRENCE DA ARÁBIA (E O COLAPSO DO IMPÉRIO TURCO-OTOMANO) Após os canhões da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) silenciarem, um jovem transformou-se em celebridade na Inglaterra. Seu nome: T. E. Lawrence. Tratava-se de um culto arqueólogo e coronel do Exército britânico cujo envolvimento na conflagração foi determinante para a derrota do Império Turco-Otomano. Sobre sangue e cadáveres inimigos, os turcos-otomanos – autodefinidos como guerreiros da fé muçulmana – construíram um império que alcançava o Golfo Pérsico e a Península Balcânica. Seus tentáculos ainda se estendiam até a região do Maghreb, no norte da África. Das terras da Anatólia oriental, passando pela conquista de Constantinopla (1453) até o esfacelamento do império no final da Primeira Grande Guerra – restando a Turquia graças aos esforços militares de Mustapha Kemal Atatürk – os turcos percorreram um longo caminho, que fascina os estudantes de História.

Desde os tempos de Lorde Palmerston, ministro das Relações Exteriores (1830-1834; 1836-1841 e 1846-1851) e primeiro-ministro (1855-1858 e 1859-1865) da Inglaterra, Constantinopla (atual Istambul) figurava nos interesses geopolíticos dos britânicos. Posicionada no Estreito de Dardanelos, a região controlava a ligação entre Europa e Ásia, no eixo leste-oeste, bem como a conexão entre o Mediterrâneo e o Mar Negro, no eixo norte-sul. Temia-se que o controle russo do

estreito impedisse que navios ingleses o utilizassem. Não apenas isso. A Rússia tzarista teria livre acesso ao Mediterrâneo. Ainda havia o velho fantasma, a assombrar os britânicos, de que os russos tentassem conquistar a Índia, principal colônia da Inglaterra, cruzando o Afeganistão. Por isso a política externa inglesa, no século XIX, centrou-se no apoio à Ásia muçulmana, de modo a construir um "gigantesco para-choque", nas palavras de David Fromkin, entre a Rússia, de um lado, e Egito e Índia, de outro.

Não era o petróleo que comandava as cartadas no tabuleiro geopolítico asiático. O óleo negro da região só assumiria importância, de fato, no entreguerras. No penúltimo ano da Primeira Guerra Mundial, segundo Fromkin, os Estados Unidos produziam 140 vezes mais petróleo do que a Pérsia, único país da Ásia cuja produção era digna de nota.

No final dos anos 1800, após o processo unificacionista, a Alemanha passou a ter um papel político mais expressivo no concerto das nações. Seu crescimento econômico e industrial, a superar as estatísticas das Ilhas Britânicas, foi fundamental para isso. Procurando sobrepujar a questão do envolvimento tardio nas disputas imperialistas, a Ásia entrou no radar alemão. Assim, no tocante às ameaças aos interesses da Inglaterra, os alemães substituíram os russos. Com a possibilidade de um conflito, o II Reich construiu uma relação de maior proximidade com a Sublime Porta (termo aplicado, entre 1718 e 1922, ao Império Turco), responsabilizando-se, inclusive, pelo treinamento do exército otomano. Assim, os Jovens Turcos, grupo militar liderado por Enver Pasha, que assumiu o controle da Turquia imperial, em 1908, entrou na Primeira Grande Guerra ao lado da Tríplice Aliança – Alemanha, Áustria-Hungria e Itália (sublinhe-se que os italianos se manteriam neutros até 1915, quando se envolveram na conflagração integrados à Tríplice Entente – Inglaterra, França e Rússia).

Em abril de 1915, o exército britânico, adensado pelas forças ANZAC (australianas e neozelandesas) tentaram conquistar a Turquia imperial através da Península de Galípoli. Foram arrasados. Naquela altura, o exército otomano era comandado pelo general alemão Liman von Sanders. As cenas de horror vistas na frente ocidental foram repetidas nas praias de Galípoli: corpos, o líquido vermelho a mesclar-se com areia e os gritos desesperados dos combatentes. Ficou claro que o Império Otomano precisava ser destruído por dentro. Aí T. E. Lawrence entraria em ação. Este "inglês aparentemente insignificante", na provocação de Adrian Greaves, foi essencial na derrota turca.

Thomas Edward Lawrence nasceu em 16 de agosto de 1888, em Tremadoc, Reino Unido. Era o segundo filho (de um total de cinco) de Thomas Chapman e Sarah Maddern. Na juventude desenvolveu uma paixão pelos mundos antigo e

medieval (tinha fascinação por castelos e fortificações). Tal paixão foi alimentada por seu ingresso, aos 19 anos, no Jesus College, em Oxford. Detentor de um intelecto privilegiado, leu Clausewitz, os despachos de Napoleão e outros textos de história e teoria militar. Em outubro de 1914, quatro meses após o assassinato de Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austríaco, acontecimento deflagrador do conflito que viria a ser mundial, Lawrence já tinha sido incorporado pela seção geográfica do Ministério da Guerra, em Londres.

Foi enviado ao Oriente Médio. Aí aprendeu os dialetos usados pelas tribos árabes e, por meio de sua sensibilidade e articulação política, conseguiu uni-las, ainda que temporariamente, contra os turcos-otomanos. Enfrentou várias dificuldades para realizar esse objetivo; dentre elas, as desconfianças dos grupamentos árabes (passou a vestir-se como eles). Além disso, teve que contemporizar as rixas entre tais grupos. Participou das batalhas contra os turcos, destacando-se a célebre conquista de Áqaba, na Jordânia. Sofreu ferimentos e, aparentemente, foi estuprado por três turcos. Lawrence, sozinho, não conseguiu unificar os árabes. Sua façanha somente se tornou realidade graças ao esforço de Faisal, importante chefe árabe, que governaria o Iraque entre 1921 e 1933. Em função da fama internacional de Lawrence, o papel de Faisal na Revolta Árabe recebeu pouca atenção dos historiadores. Tal lacuna foi preenchida com a recente publicação do livro Faisal I of Iraq, de Ali A. Allawi. De qualquer maneira, certo é que, sem o empenho mútuo das duas personagens sociais, o General Edmund Allenby não teria conquistado a Palestina e corroído o Império Otomano.

A fama de Lawrence deve-se a Lowell Thomas, um showman norte-americano, que visava algo que pudesse lhe dar reconhecimento público e dinheiro. Thomas foi ao Oriente Médio, durante a guerra, onde conheceu Lawrence, com suas vestes árabes. O estadunidense decidiu organizar um espetáculo (“A última cruzada”), em que T. E. Lawrence era representado, por meio de fotografias e uma palestra, como o grande responsável pela Revolta Árabe e destruição do Império Turco. O espetáculo foi lançado em Nova York e Londres, depois ganhou o mundo. Na capital inglesa, foi assistido por mais de um milhão de pessoas, inclusive o próprio Lawrence. Mais tarde, Thomas escreveu um livro intitulado: “Com Lawrence na Arábia”, que, com muitas inverdades, expunha um relato dinâmico da vida de T. E. Lawrence. Sua autobiografia – publicada no ano de sua morte (1935), decorrente de uma queda de moto – também corroborou sua fama. Denomina-se “Os sete pilares da sabedoria”. O filme Lawrence da Arábia (Lawrence of Arabia, 1962) igualmente contribuiu para sua celebrização.

Lawrence sonhou com terras orientais governadas, após o conflito de 1914,

pelos próprios árabes. Porém, seu desejo foi engolfado pelas ambições imperialistas da França e da Inglaterra. Tais ambições foram traduzidas nos Acordos Sikes-Picot (1916), que previam o controle por estes países de áreas antes integradas à Turquia imperial. O ódio e frustração de Lawrence não escaparam das lentes de Lean. A intervenção de empresas estrangeiras na estrutura política da região (afora as ações militares norte-americanas – Afeganistão, em 2001, e Iraque, 2003, são exemplos emblemáticos) mostra que o sonho de Lawrence ainda não se realizou; pelo menos não plenamente.

Referências

ALLAWI, Ali A. Faisal I of Iraq. New Haven: Yale University Press, 2014.

ANDERSON, Scott. Lawrence in Arabia: war, deceit, imperial folly and the making of the modern Middle East. New York e London: Doubleday, 2013.

FROMKIN, David. Paz e guerra no Oriente Médio: a queda do Império Otomano e a criação do Oriente Médio moderno. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

GREAVES, Adrian. Lawrence da Arábia: a miragem de uma guerra do deserto. Lisboa: Edições 70, 2007.

LENINISMO Assim como o termo “marxismo” não era aceito por Marx, a expressão “leninismo” não pertencia ao vocabulário de Vladimir Ilich Ulianov, o Lenin, líder da revolução de 7 de novembro de 1917 e fundador do Estado soviético. O uso da palavra só se generalizou após a morte de Lenin, em janeiro de 1924. O leninismo surgiu na forma de uma doutrina que sintetizava e articulava os elementos considerados mais importantes do pensamento e da ação de Lenin. O primeiro desses elementos era a concepção do partido como organização política acentuadamente centralizada, regida pelo chamado “centralismo democrático”, princípio segundo o qual a direção abria períodos de discussão interna e, após a tomada de decisão, impunha o cumprimento do que havia sido decidido pela maioria. Essa organização deveria ser integrada por revolucionários profissionalizados, dedicados à atividade partidária em tempo integral, tecnicamente bem preparados, imbuídos de convicções ideológicas firmes, guiados por uma teoria consequente. Com isso, o partido tornar-se-ia a “vanguarda da classe operária” e impediria que os trabalhadores – entregues à dinâmica própria das reivindicações de seu movimento espontâneo – permanecessem no nível de uma consciência sindicalista, corporativa, elevando-os, assim, ao nível da “consciência de classe”. A teoria leninista do partido foi elaborada nas duras condições da repressão czarista, na Rússia, quando o partido só podia atuar na clandestinidade. Posteriormente, com a criação da Internacional Comunista, difundiu-se em escala mundial, sendo adotada pelos

partidos comunistas. Os seus fundamentos foram desenvolvidos nos livros Que fazer?(1902) e Um Passo à Frente, Dois Passos para Trás (1904).

Enquanto os mencheviques sublinhavam o atraso econômico da Rússia para recomendar o apoio à burguesia no encaminhamento de uma revolução burguesa, os bolcheviques, liderados por Lenin, insistiam na tese de que mesmo para a realização de uma revolução limitada aos marcos de um programa democrático-burguês era fundamental que o proletariado, através da sua vanguarda, assumisse a direção do processo histórico. A concepção do partido se liga a um segundo elemento essencial do leninismo: a teoria do Estado. Lenin permaneceu fiel à ideia de Marx de que o Estado como instituição se extinguiria no comunismo, como se pode ver no livro O Estado e a Revolução de 1917. No entanto, não deixou de sublinhar que, enquanto durasse a transição, os proletários precisariam defender suas conquistas, reorganizar a economia, promover o aumento da produção, e esse programa exigia um Estado forte, que seria a “ditadura do proletariado”. Segundo Lenin, essa ditadura seria muito mais efetivamente democrática do que o Estado burguês, já que, em qualquer das suas formas, o domínio da burguesia preserva a exploração capitalista e limita a institucionalização democrática a aspectos meramente formais.

Um terceiro elemento constitutivo do leninismo pode ser identificado na teoria do imperialismo. Para Lenin, a fusão do capital bancário com o capital industrial, a formação de grandes monopólios e o domínio do capital financeiro sobre o mercado mundial criaram uma situação na qual a ruptura revolucionária da ordem capitalista não ocorreria num dos países mais industrializados e, sim, no “elo mais fraco” da corrente formada pelas economias nacionais interligadas. O “elo mais fraco”, na Europa abalada pela Primeira Guerra Mundial, era a Rússia. Lenin, então, tomou as iniciativas necessárias para derrubar o governo russo insurrecionalmente: colocou a revolução na ordem do dia, como descreveu o jovem Lukács. E quando seu partido tomou o poder, Lenin, na opinião elogiosa do jovem Gramsci, fez uma revolução que não esperou a industrialização e a ampla mobilização do proletariado, quer dizer, fez uma revolução contra a lógica do capital, de Marx. De maneira geral, o leninismo representou uma reação contra a orientação política da social-democracia, que enveredava, de modo cada vez mais evidente, pelo caminho da realização de reformas muito limitadas, alheias ao propósito revolucionário de superar o capitalismo, contentando-se muitas vezes em gerenciá-lo. O esforço no sentido de constituir uma alternativa radical, “à esquerda”, levava os leninistas a desprezar as “democracias burguesas”, sustentando que a “democracia proletária”, que estaria sendo implementada na União Soviética, era – conforme palavras de Lenin – um milhão de vezes mais democrática do que as outras.

Por fim, um quarto elemento se acha na perspectiva filosófica de Lenin. Em 1908, o líder dos bolcheviques lançou o livro Materialismo e Empirocriticismo, no qual polemizava com um companheiro de partido (Bogdanov) e, reconhecendo-se pouco preparado para discussões filosóficas, sustentava posições próximas àquelas do "materialismo vulgar", mecanicista, que 60 anos antes havia sido criticado por Marx nas Teses sobre Feuerbach. O mais grave é que, quando o leninismo se tornou a doutrina oficial do Estado soviético e do movimento comunista mundial, foi o livro de 1908 que foi consagrado como texto básico e foram bastante desconsideradas as anotações agudamente dialéticas feitas por Lenin em 1914, nos Cadernos Filosóficos, quando ele, em meio à crise desencadeada pelo início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), confrontado com uma situação mais contraditória do que poderia ter previsto, mergulhou no estudo do teórico das contradições (Hegel), superando as limitações do livro anterior.

Referências

BOBBIO, Norberto *et al.* (org.). Dicionário de política. Brasília: UnB, 1995.

ORLOVSKY, Daniel. "Russia in War and Revolution, 1914-1921". In: Russia History. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 1997.

LOGÍSTICA O barão suíço Antoine Henry de Jomini – oficial de Estado-Maior de Napoleão – definia logística como a arte prática de movimentar exércitos. Neste conceito, ele incluía as ações necessárias para garantir a chegada sucessiva de comboios de suprimentos e o estabelecimento e a organização das linhas de comunicações. Em outras palavras, logística pode ser definida como a arte prática de movimentar exércitos e mantê-los abastecidos.

O significado do termo é relativamente moderno, embora alguns autores procurem identificar suas origens na Grécia Antiga e em Roma, relacionando-o com a palavra grega logistikos (habilidade no cálculo) ou com a palavra latina logista (administrador romano ou bizantino), respectivamente. Ambas as palavras relacionam-se com a matemática e o cálculo e não têm significado no campo militar. Somente no final do século XVIII e início do século XIX vamos encontrar nos compêndios militares a palavra logística com o significado que ela possui hoje em dia.

O termo deriva diretamente da expressão em francês maréchal ou maréchal-général des logis, algo que pode ser traduzido como "chefe geral de abastecimento". Este cargo foi estabelecido durante o reinado de Luís XIV, e seu titular era responsável por alojar a tropa e, posteriormente, pela administração,

movimentação e montagem de acampamentos. Em situações específicas, o maréchal-général tornou-se um chefe de Estado-Maior com grandes atribuições administrativas que não incluíam sob sua responsabilidade uma série de serviços e funções de abastecimento. Com a Revolução Francesa, o título de maréchal dès logis desapareceu, preservando-se, porém, a palavra logística.

Nos primeiros sistemas logísticos estabelecidos na Antiguidade, para organizações de grande porte, os exércitos levavam consigo seu armamento e equipamento e procuravam extrair do campo da região onde operavam o alimento para a tropa e para os animais. Quando o suprimento local não era suficiente, a solução era estabelecer uma série de depósitos ao longo da rota de avanço para evitar solução de continuidade no abastecimento. Os romanos foram os primeiros a estabelecer um sistema logístico flexível que incorporava esses dois métodos. O sistema logístico romano beneficiava-se da excelente malha de estradas, ao longo das quais eram instalados depósitos fortificados.

Os exércitos feudais e medievais eram menos eficientes com relação ao aspecto logístico, devido aos avanços tecnológicos incorporados aos armamentos. As pesadas armaduras precisavam de manutenção e reparos, competência essa que cabia aos armeiros. Por outro lado, a introdução da pólvora e do canhão aumentou o número e peso do armamento utilizado, exigindo, consequentemente, incremento na quantidade e no tamanho dos meios utilizados para o transporte deste material.

A partir do período que vai de 1560 a 1660, conhecido como período da "revolução militar", cuja característica foi o sensível crescimento dos exércitos da Europa, evidenciou-se a necessidade de se estabelecerem métodos para mantê-los abastecidos durante os deslocamentos. Em território amigo isso se dava por intermédio de fornecedores que seguiam na esteira dos exércitos, ou pelo estabelecimento de entrepostos posicionados ao longo de rotas tradicionais, ou, ainda, com o apoio da população de cidades e povoados que provia abrigo e comida. Por outro lado, nenhum sistema logístico da época permitia sustentar um exército de tão grandes proporções, quando engajado em operações dentro de território inimigo. Até então, não se fizera sentir a necessidade de tal sistema. Afinal, desde tempos imemoriais, a falta de um sistema logístico não se constituía em empecilho tendo em vista que as tropas carregavam consigo todo o material necessário e, em geral, viviam de pilhagem. Na prática, a única forma de um exército do século XVII garantir seu abastecimento era manter-se em constante movimento, procurando áreas de onde poderia obter o seu sustento. Nessa época, os rios eram fundamentais para o transporte de suprimentos mais pesados. O domínio dos rios e a negação de seu uso ao inimigo eram importantes considerações no planejamento de campanha. Este padrão perdurou por cerca de

200 anos. O próprio sistema logístico napoleônico mesclava estes métodos e era empregado com flexibilidade para fazer frente às necessidades e problemas de determinada campanha.

Entre a Batalha de Waterloo e a Primeira Guerra Mundial, vários avanços tecnológicos tiveram importante impacto na logística. O crescimento da malha ferroviária, o surgimento do navio a vapor e do motor de combustão interna proporcionaram novos meios e métodos para apoiar e abastecer exércitos. A par disso, a extraordinária evolução das tecnologias de comunicações – telégrafo, telefone e rádio – permitiram aos comandantes meios rápidos para transmitirem suas necessidades logísticas diretamente aos responsáveis para provê-las.

A Guerra Franco-Prussiana é o perfeito exemplo do efeito decisivo, do ponto de vista logístico, de uma malha ferroviária bem organizada. Por outro lado, a Guerra Russo-Japonesa demonstrou de forma cabal tanto o valor do uso tático do telefone e do rádio quanto a impossibilidade estratégica de se conduzir a guerra em um teatro de operações afastado – extensas linhas de comunicações – sem o apoio de um moderno sistema de ferrovias.

No início do século XX, os sistemas logísticos permaneceram basicamente inalterados, operando da forma tradicional. Na Primeira Guerra Mundial, o apoio às tropas foi operacionalizado de acordo com a sistemática existente, em que pese o sensível aumento no consumo de munição, que evidenciou suas deficiências. Somente a partir da Segunda Guerra Mundial os exércitos passaram a atingir um nível de quase autossustentação.

Do ponto de vista logístico, a grande diferença entre o período que vai desde a Antiguidade até o início do século XX e o período que se inicia na Primeira Guerra Mundial reside no fato de que, no primeiro, o principal item de abastecimento era comida, sendo, portanto, perfeitamente possível subsistir com recursos obtidos no território inimigo. Já o segundo período caracterizou-se por um impressionante aumento no consumo de munição – registre-se que até 1870 este item correspondia a apenas 1% de todo o suprimento – e combustíveis, itens estes que só podiam ser obtidos por meio de reabastecimento contínuo provenientes de bases localizadas na retaguarda.

As dificuldades para sanar os problemas surgidos com essa mudança na composição de itens de maior consumo foram significativas e anos se passaram antes de se encontrarem soluções apropriadas.

O fundamental com relação ao aspecto logístico é a determinação da chamada “distância crítica”, ou seja, a distância máxima que um exército pode operar afastado de sua base, de forma a contar com um apoio eficaz e eficiente que lhe proporcione máximo poder de combate.

Referências

CREVELD, Martin van. Supplying War: Logistics from Wallenstein to Patton. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
THORPE, George C. Pure logistics: the science of war preparation. EUA: NDU Press, 1986.

MACKINDER, ESCOLA GEOPOLÍTICA DE HALFORD John Mackinder nasceu em 15 de fevereiro de 1861, em Gainsborough, na Inglaterra, e morreu em 6 de março de 1947. Foi destacado geógrafo e professor da mesma matéria durante 25 anos na Universidade de Londres, além de ter exercido os cargos de reitor do University College of Reading e de diretor da Escola de Economia e Ciências Políticas de Londres. Em 1919, viveu na URSS como comissário britânico junto à Rússia Meridional. Ao voltar à Grã-Bretanha, em 1920, foi nomeado Cavaleiro. Presidiu alguns anos mais tarde o Imperial Economic Committee e desempenhou, até 1922, as funções de membro do Parlamento. Utilizava a geografia para entender os acontecimentos políticos internacionais. As suas revolucionárias concepções geográficas nem sempre foram bem recebidas. Para muitos, não eram adequadas para trabalhos acadêmicos. De acordo com sua visão global do mundo, havia uma nítida interdependência nos acontecimentos físicos, econômicos e militares que se processam na superfície do globo, o que mostrava que “estamos agora pela primeira vez diante de um sistema fechado. Cada choque, cada desastre repercute agora nas regiões antípodas e delas pode voltar aos pontos de origem”. As suas concepções geopolíticas fundamentaram-se nos conhecimentos que possuía de geografia, de história e de política, e estão expostas nos dois famosos trabalhos: The Geographical Pivot of History (O Pivô Geográfico da História), divulgado em 1904; e no Democratic Ideals and Reality (Ideais Democráticos e Realidade), publicado em 1919 e reeditado integralmente em 1943. Além dessas obras, Mackinder escreveu: (1) Britain and the British (A Grã-Bretanha e os Britânicos, 1902), importante obra sobre geografia regional, considerada como clássica da série The Regions of the World; (2) Elementary Studies in Geography (Estudos Elementares de Geografia), de que foram publicadas 18 edições; e (3) The Round World and the Winning of the Peace (O Mundo Redondo e a Conquista da Paz), apresentado em forma ligeiramente distinta na revista Foreign Affairs de julho de 1943 (p. 595-605).

A teoria de Mackinder sobre o pivô geográfico da história fundamenta-se numa apreciação global do mundo, na qual observa que: 9/12 do nosso planeta compõe-se de água e apenas os restantes 3/12 abarcam terras emersas. Desses 3/12, correspondentes às terras emersas, 2/12 formam o Antigo Continente (Europa, Ásia e África), cujo conjunto, chamado por Mackinder de Ilha do Mundo ou Ilha Mundial, abriga a maior parte do poder da Terra. As restantes

terras emersas (Américas e Austrália), denominadas Ilhas do Exterior, representam apenas 1/12 da superfície do globo. O mapa na projeção de Mercator caracteriza a seguinte visão de Mackinder: a área pivô; um crescente interior ou marginal (em meia-lua, em torno da "área pivô" e abrangendo a Alemanha, a Áustria, a Turquia, a Índia e a China); um crescente exterior ou insular (numa meia-lua externa, compreendendo Inglaterra, África do Sul, Austrália, EUA, Canadá e Japão).

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Mackinder continuou a considerar a Rússia como o pivô do mundo, chamando-a de Heartland. As ideias geostratégicas de Mackinder resumem-se nesta sintética afirmação feita durante os trabalhos da Conferência da Paz em 1919: "Enquanto os nossos estadistas estão em conversação com o inimigo derrotado, algum querubim alado deveria sussurrar-lhes de tempos em tempos: quem dominar a Europa Oriental controlará o coração continental; quem dominar o coração continental controlará a Ilha Mundial; quem dominar a Ilha Mundial controlará o mundo". Em 1947, enquanto as forças aliadas completavam a destruição da Alemanha nazista, Halford Mackinder publicou o artigo intitulado The Round World and the Winning of Peace. Esse trabalho tratava de estratégia e tinha por propósito reexaminar o conceito de Heartland no mundo pós-guerra. Considerou a região entre o Missouri e o Jenissei (com suas grandes rotas de estradas para aeronaves comerciais entre Chicago/Nova York e Londres/Moscou) o fulcro do poder mundial. Completando seu "esquema do mundo esférico", Mackinder acrescentou outros três novos conceitos.

No primeiro, focaliza a "faixa de regiões desérticas" que, contornando a unidade constituída pelo Heartland e pela bacia do Midland Ocean, forma um conjunto praticamente contínuo que cobre cerca de 12 milhões de milhas quadradas equivalentes à quarta parte das terras emersas. Observa que nessa vasta extensão desértica vive uma população de menos de 30 milhões de habitantes, correspondente a 1/17 da população mundial. Afirma que os aviões voarão ao longo de muitas das rotas nesse cinturão de desertos e que nele certamente serão construídas importantes rodovias, embora continue, por muito tempo ainda, impedindo o intercâmbio entre as principais comunidades humanas. O segundo conceito refere-se às florestas tropicais existentes em ambas as margens do Atlântico Sul, na América do Sul e na África, observando que: "Se estas regiões florestais fossem cultivadas e habitadas com uma densidade de população correspondente à da Java tropical, poderiam sustentar um bilhão de criaturas – naturalmente considerando-se que a ciência médica está capacitada a tornar o trópico tão adequado à aplicação da energia humana quanto o são as zonas temperadas". De acordo com o seu terceiro e último conceito, "o bilhão de

indivíduos da antiga civilização oriental que habitam as terras monçônicas da Índia e da China deverão alcançar prosperidade, à proporção que a Alemanha e o Japão forem sendo pacificados pela civilização. Então, aquele bilhão de orientais equilibrará o outro bilhão de indivíduos que vivem entre o Missouri e o Jenessei. Dessa forma haverá um mundo equilibrado em seres humanos. E também feliz, porque equilibrado, será livre".

Referências

LACOSTE, Yves. Questions de Géopolitique. Paris: Biblio, 1988.
MEIRA MATTOS, Carlos. Geopolítica e Modernidade. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.
VESENTINI, J. W. Novas Geopolíticas. São Paulo: Contexto, 2000.

MAÇONARIA Muitas especulações e teorias vêm sendo formuladas quanto ao funcionamento e aos fins desta instituição secular. Derivada das antigas guildas dos pedreiros construtores, a maçonaria, ao contrário do que se especula, não é uma religião ou seita religiosa. O fato de seus integrantes deverem acreditar num ser supremo não confere à maçonaria um caráter religioso. O ser supremo é entendido como o princípio criador que move o universo, por isso também é chamado de grande arquiteto do universo. Tal denominação independe da crença pessoal de cada membro, mas um dos requisitos para a admissão na Ordem Maçônica é a crença em um ser superior, independentemente de que ele seja denominado por Deus, Alá ou Jeová *etc.* Porém, a estrutura maçônica tal como se conhece até hoje remonta o início do século XVIII.

No final da Idade Média, algumas guildas de artesãos eram responsáveis pela manutenção física de determinados conjuntos prediais da Igreja, inclusive estabelecendo contato com oficinas de pintores e encomendando obras para adorná-los, mas com o aumento de sabotagens, entre outros motivos, fazia-se necessária a presença somente dos membros de uma mesma guilda nos canteiros de obras, sendo o controle feito por meio de senhas e sinais secretos. Com o passar do tempo, as guildas de construtores foram agregando pessoas de outras formações, como pintores e arquitetos, muitos dos quais associavam uma formação filosófica, mística e experimentalista – pessoas que caberiam no termo genérico artifex, a contrastar com o saber produzido nas universidades da época, que estava fechado em ciclos repetitivos de glosadores. Desta forma, as sociedades secretas medievais começaram a adquirir uma atmosfera filosófica, mas contrastando com as formas institucionalizadas de saber, o que não deixou de atrair a desconfiança dos poderes estabelecidos. As hierarquias que surgiriam no interior das maçonarias têm muito a dever a este universo das corporações de

ofício, quando havia a distinção entre aprendizes (os iniciantes) e mestres (os iniciados) nas formas de saber e práticas de seu ofício. As relações entre aprendizes e mestres eram baseadas no respeito à hierarquia e fidelidade ao corpo de que faziam parte. Do mesmo modo que cada oficina tinha um repertório próprio de aprendizados, rituais, modelos a serem seguidos, formas de socializações e calendários de festas comuns, os mesmos princípios foram passados para as regras de convívio das maçonarias. As sociedades secretas que dariam origem à maçonaria passaram por muitas transformações e podemos dizer que, entre o final do século XVII e início do XVIII, se afastaram completamente do universo das corporações de ofício, que também já estavam desaparecendo da paisagem urbana do século XVIII, adquirindo um ar de república de philosophes, bem ao gosto iluminista. Nestes termos, seria fundada na Inglaterra em 1717 a Grande Loja Inglesa e, a partir daí, o mesmo modelo se difundiu para a Europa continental e para o Novo Mundo.

Muitas personalidades do cenário mundial fizeram parte de ordens maçônicas, como Mozart, membros da família Stuarts e políticos como George Washington. No Novo Mundo, a maçonaria ganhou importância especial durante os movimentos de independência, como nos EUA e no Brasil, por exemplo. No Brasil, a Maçonaria teve início oficialmente no Rio de Janeiro, com a criação do órgão máximo maçônico, o Grande Oriente Brasílico (atualmente Grande Oriente do Brasil) ou simplesmente GOB. O GOB foi criado em meados de 1822, tendo como importantes membros fundadores José Bonifácio, D. Pedro I e outros articuladores da Independência do Brasil. Em diversos momentos decisivos da história do Brasil, os maçons e a Maçonaria estiveram presentes, como na abolição da escravatura, na Proclamação da República e em áreas novas de investimentos, como aquelas patrocinadas pelo ilustre maçom Barão de Mauá.

No início do século XX, vários maçons tiveram uma grande preocupação com a juventude e foram criadas organizações para jovens. Houve um grande movimento de criação dessas organizações nos EUA, com o surgimento da Ordem DeMolay e, posteriormente, da Ordem dos Cavaleiros de Pitágoras, ambas exclusivamente para rapazes. Mas as moças não foram esquecidas, sendo brindadas com a Ordem Internacional das Filhas de Jó, Ordem do Arco-Íris para Moças e a Ordem do Triângulo. Também houve a criação de uma instituição para mulheres adultas e maçons, a Ordem da Estrela do Oriente. No Brasil também houve essa preocupação: em meados da década de 1960, o GOB criou um movimento feminino adulto, chamado Fraternidade Feminina Cruzeiro do Sul. E, no Rio de Janeiro, neste mesmo período, foi idealizada pelo maçom Adison do Amaral uma instituição para jovens de ambos os sexos, a Ação

Paramaçônica Juvenil, que somente teve a sua regulamentação final aprovada pelo GOB em abril de 1983, constituindo a Ação Paramaçônica Juvenil do Grande Oriente do Brasil, ou simplesmente APJ-GOB. Várias organizações paramaçônicas foram trazidas para o Brasil pelas Grandes Lojas, uma potência maçônica independente proveniente do GOB: a Ordem DeMolay no começo da década de 1980; a Ordem Internacional das Filhas de Jó e a Ordem da Estrela do Oriente na década de 1990. Em suma, a maçonaria brasileira tem atualmente sua preocupação voltada para a sociedade através de instituições paramaçônicas, como a APJ-GOB e Ordem DeMolay, por exemplo, deixando de lado aquela postura obscura de sociedade secreta medieval, uma denominação bastante curiosa, já que o termo "maçonaria" não existia antes de 1700. As suas atenções estão voltadas para a transformação da sociedade, sabedora que somente assim poderá transformar o homem.

Referências

http://www.apjuop.cjb.net
http://www.goerj.com.br
http://www.maconariadobrasil.org.br

MACROMOLÉCULAS Como o próprio nome indica, macromoléculas são moléculas gigantescas, cujo peso molecular pode atingir valores ilimitados – embora suas dimensões sejam tão pequenas que não podem ser vistas em microscópios óticos. Porém, podem ser avaliadas por outros métodos instrumentais. O peso molecular é dado em valores adimensionais, que indicam quantas vezes o peso da molécula é maior do que o peso de um átomo de hidrogênio. A designação macromolécula se contrapõe ao termo micromolécula, isto é, as moléculas pequenas dos numerosos compostos comumente encontrados nos trabalhos de química, cujo peso molecular é inferior a 1.000. Até a década de 1920, acreditava-se que alguns materiais que se comportavam de forma totalmente diferente das moléculas pequenas já conhecidas eram agregados de moléculas, cujas pequenas dimensões permitiam a sua inclusão entre os coloides. Foram os memoráveis trabalhos de Hermann Staudinger (1881-1965) na Alemanha, corroborados por investigações de outros pesquisadores, que comprovaram ser a natureza química dessas moléculas semelhante àquela das moléculas pequenas. Quando a cadeia apresenta repetição de segmentos químicos, o termo genérico macromolécula passa a ser substituído pelo termo específico polímero, que significa "muitas partes". Devido à importância de seu trabalho, Staudinger é considerado o pai dos polímeros. Desde então, tem sido

extraordinário o desenvolvimento dos materiais poliméricos. Quando as moléculas se tornam muito grandes, com numerosos átomos interligados e pesos moleculares superiores a 1.000, as suas propriedades ganham características próprias, gerais, muito mais dominantes do que aquelas que decorrem da natureza química dos átomos ou dos grupamentos funcionais presentes. Essas propriedades resultam de interações envolvendo segmentos intramoleculares e intermoleculares. Uma grande parte dos produtos encontrados na natureza é constituída de macromoléculas. Por exemplo, a madeira, a borracha, a lã e muitos outros. Estes produtos têm sido empregados pelo homem desde o início dos tempos, buscando alimento, abrigo e conforto para si e seus dependentes.

Em 1926, Hermann Staudinger foi chamado para trabalhar na Universidade Albert Ludwig de Freiburg, onde fundou em 1940 o Instituto de Química Macromolecular. Até 1929, data em que foram finalmente aceitos pelos pesquisadores da época os conceitos de Staudinger, eram conhecidos apenas os seguintes polímeros: amido, algodão, juta e outras fibras vegetais, borracha, seda, lã, gelatina, couro, alginatos e outros polissacarídeos extraídos de algas marinhas, alguns polímeros vinílicos, diversos polímeros derivados da celulose, e a resina fenólica. Alguns desses materiais eram aplicados como alimentos, outros como fibras, plásticos e borrachas, e ainda outros na preparação de tintas e de adesivos.

Referências

MANO, E.B. Polímeros como materiais de engenharia. São Paulo: Edgard Blücher, 2000.

MANO, E.B.; MENDES, L.C. Identificação de plásticos, borrachas e fibras. São Paulo: Edgard Blücher, 2000.

MANO, E.B.; MENDES, L.C. Introdução a polímeros. São Paulo: Edgard Blücher, 1999.

MANGÁ O termo mangá foi criado por Katsushika Hokusai (1760-1849), artista famoso por suas xilogravuras que lançou um trabalho chamado Hokusai Mangá, retratando pessoas e cenas do cotidiano. Essa obra pode ser encarada como a precursora da forma narrativa das histórias em quadrinhos no Japão. No entanto, um marco de estilo para o século XX foi a publicação do mangá Shin Takarajima, em 1946, pelo artista Osamu Tezuka, considerado o “deus do mangá” por este e outros trabalhos, alguns deles com suas versões animadas exibidas no Brasil e em muitos países do mundo, como “A Princesa e o Cavaleiro” (Ribbon no Kishi), “Kimba, o leão branco” (Jungle Taitei) e “Astro Boy” (Tetsuwan Atomu). Foi o traço simples de Osamu Tezuka que determinou o estilo de desenho do mangá: uso intenso de tinta nanquim e retículas, traço

estilizado, caracterizado pela narrativa cinematográfica, personagens de olhos grandes e expressivos, nariz e lábios finos, cabelos de recortes originais e rosto alongado; as onomatopeias são embutidas na composição do desenho e as cenas de fundo são bem detalhadas, com efeitos visuais que dão ideia de movimentação.

A explosão dos quadrinhos japoneses ocorreu em grande parte graças ao trabalho de reconstrução do país depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando os trabalhadores japoneses enfrentavam jornadas de trabalho de 12 a 16 horas por dia, não restando muito tempo nem possibilidades de lazer. A falta de recursos popularizou o consumo de mangás alugados até as décadas de 1960 e 1970, quando a lenta recuperação da economia japonesa deu aos consumidores a possibilidade de comprar seus mangás – e as casas de aluguel deram lugar às livrarias. Mas a explosão propriamente dita aconteceu na década de 1980, quando algumas publicações, como a Shonen Jump, da editora Shueisha, destinada ao público jovem masculino, alcançou a tiragem de 5 milhões de exemplares e o posto de revista semanal mais vendida em todo o mundo. Títulos famosos mundialmente, como Dragon Ball, foram originalmente publicados na Shonen Jump.

O mercado japonês de quadrinhos é muito segmentado. Existem publicações específicas para crianças, jovens e adultos. Mas a principal separação acontece entre o mangá feito especialmente para meninos (Shonen Mangá) – recheado de temas de luta, aventuras, pouco romance, traço carregado e forte como em Dragon Ball – e o mangá para meninas (Shoujo Mangá), com temas mais românticos, leves e traço delicado, como Sailor Moon. As revistas são muito baratas, editadas em volumes com cerca de 500 páginas, em preto e branco e em papel jornal. A maioria desses contos mais tarde ganha uma edição própria encadernada, menor e de papel de melhor qualidade, chamada de tanko bon (livro de bolso). As editoras se mantêm em contato constante com o público e, caso alguma série não esteja obtendo o retorno esperado, é imediatamente cortada e substituída por outra. Já as séries de sucesso ganham uma versão em desenho animado e posterior lançamento de produtos, que vão desde tempero para macarrão até bonecos dos personagens.

No Brasil, a publicação de diversos títulos de mangá cresceu marcadamente na década de 1990. Mesmo com a exigência dos editores japoneses para que a ordem de quadrinização oriental (da direita para esquerda) seja mantida, a aceitação do público é tão boa que mangás como Dragon Ball de Akira Toriyama e Evangelion de Yoshiyuki Sadamoto destacaram-se entre as revistas mais vendidas do país, ao final do século XX. Esse sucesso de vendas dos mangás no Brasil abriu um mercado de quadrinhos até então hegemonizado pelas histórias

em quadrinhos norte-americanas. Mas esse estilo de desenho também pode ser visto em obras nacionais como Holy Avenger de Érica Awano e Marcelo Cassaro, ou em fanzines trazendo quadrinhos de produção artesanal feitos por fãs de mangá e anime.

Referências

NAGADO, Alexandre. “O bê-a-bá do mangá”. In: Omelete, 19 de abril de 2002. (www.omelete.com.br/games/artigos/base_para_ artigos.asp?artigo=748)

PEREIRA, José Roberto. “O que é quadrinho japonês, tio?”. In: Japan Fury. São Paulo: Nova Sampa Diretriz Editora. n. 1.

PEREIRA, José Roberto. “Quem começou o olho grande?”. In: Japan Fury. São Paulo: Nova Sampa Diretriz Editora. n. 4.

SILVA, Sérgio Peixoto. “Fanzines japoneses”. In: Animax. São Paulo: Editora Magnum. Ano 2, n. 47.

CLÁUDIA SANTIAGO FRAGA PORTILHO

MÃO NEGRA Denominação dada a uma sociedade secreta da Sérvia, organizada em Belgrado em 1911, que visava trabalhar pela criação da Grande Sérvia. Segundo suas expectativas, à Sérvia seriam incorporados territórios do Império Turco Otomano e do Império Austro-Húngaro, onde viviam populações sérvias. O seu verdadeiro nome era Ujedinjenje ili Smrt, que significa Unidade ou Morte. O seu principal dirigente foi o Coronel Dragutin Dimitrievic, conhecido como o Apis. Muitos de seus integrantes eram militares, mas o militante mais famoso foi o estudante Gavrilo Princip, que matou em Sarajevo, a 28 de junho de 1914, o Arquiduque Francisco Ferdinando da Áustria, que era herdeiro do trono austro-húngaro. Um dos mais importantes debates contemporâneos se trava sobre as relações entre a “Mão Negra” e as autoridades ultranacionalistas sérvias, em especial as forças armadas. A principal acusação da Áustria-Hungria contra o Estado Sérvio residia exatamente na tolerância de Belgrado com as atividades da sociedade secreta (e não só atividades de propaganda, como também fornecimento de armas, explosivos e de treinamento militar para seus membros), decorrendo daí a responsabilidade, não só moral, da Sérvia no assassinato do herdeiro do trono austro-húngaro e de sua esposa. Em visões revisionistas atuais, Viena não estaria, dessa forma, exagerando ao exigir de Belgrado uma investigação própria, conduzida por austríacos, em território sérvio, para definir o grau de enraizamento da “Mão Negra” no aparelho de Estado sérvio. Além disso, Viena tinha informações, vagas mas insistentes, do envolvimento direto e prévio do governo de Nicola Pasic (1845-1926), primeiro-ministro sérvio e líder do Partido Radical do Povo ultranacionalista e claramente antiaustríaco, no financiamento e apoio logístico aos militantes da “Mão Negra”. De qualquer forma, o ultimato dado pelo Império Austro-Húngaro, em julho de

1914, exigindo (entre outros pontos) a total desmobilização e proibição da “Mão Negra” foi o estopim da “Grande Guerra” de 1914-1918. Em 1917, a sociedade foi dissolvida pelas próprias autoridades da Sérvia.

Referências

CLARK, Christopher. Os sonâmbulos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
COOK, Chris. Diccionario de terminos historicos. Madri: Alianza Editorial, 1993.

RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO

MARKETING E MARCAS Em meados do século XIX, no Centro-Oeste dos EUA, surgiu a primeira marca moderna. Harley Procter, para diferenciar o sabão que vendia – em tudo igual aos seus concorrentes, uma commodity –, após investigar como e por que os consumidores compravam, decidiu adotar algumas novidades, então revolucionárias, que hoje chamamos estratégias de marketing. Deu um nome – Ivory – ao produto, colocou-o numa embalagem e, com base numa análise química, descobriu que seu sabão tinha um grau de pureza de 99,44% (como, aliás, ocorria com a maioria). Finalmente, passou a divulgar as proezas higiênicas do Ivory Soap tanto para a limpeza de mãos quanto dos pratos, associando isso ao seu grau de pureza. Mr. Harley havia definido um claro posicionamento, exclusivo e diferenciado, para seu sabão. Nascia uma marca poderosa, a primeira com conceito de brand, que, além de indicar “origem”, significava um “sinal de qualidade” e um fator de diferenciação. O sabão Ivory existe até hoje e Mr. Harley fundou a Procter & Gamble, uma das maiores corporações do mundo. De lá para cá, as marcas assumiram progressivamente um novo papel, alcançando status de trustmark, ou seja, de “marca” de absoluta confiança, gerando uma relação de “cumplicidade” com os seus consumidores.

Os princípios e os conceitos do marketing tradicional descrevem a natureza do produto, o comportamento do consumidor e a atividade competitiva do mercado. Eles são aplicados na criação de novos produtos, no planejamento de linhas e marcas de produtos, no desenvolvimento das comunicações e na resposta à concorrência. O marketing tradicional focaliza principalmente as características funcionais e os benefícios do produto. Estes profissionais de marketing pressupõem que os clientes avaliam as características funcionais de acordo com seu grau de importância, avaliam a presença das características do produto e escolhem aquele que tenha maior utilidade geral (definida como a soma das características ponderadas). Tudo aquilo que não se encaixa nesse esquema recebe o rótulo de efeito “imagem” ou “marca”, sem que haja uma compreensão

conceitual do termo.
No século XX, os economistas, pesquisadores do processo de decisão e profissionais de marketing encararam o processo de tomada de decisão do consumidor como a solução direta do problema deles. Geralmente, este processo de decisão pressupunha as seguintes etapas: (1) reconhecimento da necessidade; (2) busca de informação; (3) avaliação das alternativas; e (4) compra e consumo. Neste caso, os consumidores são considerados processadores racionais de informação. As características e/ou benefícios (como linhas) e as várias marcas (como colunas) transformam-se numa matriz de dados de um sistema de processamento de informações que realizará várias operações, por exemplo: ponderar as características e os benefícios, avaliar a presença desses em todas as marcas, calcular a utilidade geral das marcas, compará-las com um padrão (a necessidade de determinada marca) e usar a fórmula para tomar uma decisão. O destaque dado às marcas na década de 1990 mudou esta visão.
Certamente, os estrategistas de marca não encararam os produtos apenas com base em suas características funcionais e nos benefícios, mas a maioria dos teóricos considerou que as marcas eram somente identificadores que mostravam a propriedade e garantiam a qualidade. Conclui-se que essa visão de marca não contém a sua essência: uma fonte rica de associações sensoriais, afetivas e cognitivas que geram experiências memoráveis e compensadoras. As associações de ideias vinculadas às marcas tanto podem ser hard, isto é, percepções específicas de atributos tangíveis (velocidade, preço baixo, atenção para o consumidor, tempo de existência do negócio), quanto podem ser soft ou emocionais (entusiasmo, confiança, diversão, tédio, masculinidade ou inovação). As imagens das marcas também têm um forte componente não verbal. Nas muitas marcas que se tornaram eficazes, os significados exclusivos que estão associados a elas há muito tempo podem ser automaticamente acionados pela memória tão logo apareçam. O uso de uma “metáfora visual” bem escolhida pode captar, por associações de ideias, valores desejáveis de se ter associados à marca. Tais associações ancoram-se no conjunto dos valores das pessoas, em seu “acervo cultural”, registrando o que “sei” e o que “acredito” ser a verdade e o mérito de cada marca.
Tendo fixado-se como crença e adquirido um valor, a marca passa a oferecer satisfações e compensações ao consumidor, refletindo o que “gosto” e o que “preciso”. Desse modo, ao manifestar sua “cultura” a respeito das marcas, o consumidor projeta sua personalidade, demonstrando “como sou”. É assim que a marca funciona holisticamente, possibilitando ao indivíduo autoafirmar sua identidade (“o que sou”) e, simultaneamente, integrar-se na sociedade (“a qual pertenço”), passando a definir, consciente e inconscientemente, suas atitudes e

comportamentos de consumo (“o que quero” e “o que faço”). O feedback de relações/experiências positivas com a marca gera cumplicidade, tornando o consumidor um “advogado da causa”, pois suas crenças e valores ficam confirmados e comprovados, agregando valor ao próprio consumidor, por estabelecer um sentimento de gratificação e, consequentemente, autoestima. A marca possui um valor positivo quando o consumidor tem a percepção de que obtém um ganho entre o que paga e o que recebe em troca. É o que se denomina alto valor agregado por baixo preço relativo. Esse valor agregado percebido da marca compõe-se principalmente das crenças e dos valores do consumidor a respeito de suas características, benefícios e imagem, comparados com seus concorrentes diretos ou indiretos.

Referências

BIEL, A. L.C. “Como a imagem da marca direciona o brand equity”. In: Mercado Global, n. 90/2º Trimestre. São Paulo, 1993.

RUSSO, E.P. “O poder das marcas (ou a marca do poder)”. In: Mercado Global, n. 102/2º trimestre. São Paulo, 1997.

SCHIMITT, B.H. Marketing experimental. São Paulo: Nobel, 2000.

MARXISMO no Brasil Tratar do marxismo implica reconhecer, preliminarmente, que sua riqueza consiste na estreita vinculação entre um conjunto de ideias destinadas a possibilitar uma melhor compreensão do mundo e uma proposta de mudá-lo. Assim, podem ser entendidas como marxistas as formulações teóricas e as análises sociais empreendidas tendo por base os escritos de Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895), como também as organizações coletivas por elas inspiradas. Este é, portanto, um campo amplo, em que divergências e heterogeneidades devem ser reconhecidas. Abordaremos aqui apenas a dimensão das formulações teóricas e analíticas e, mais especificamente, as leituras e apropriações, pelo pensamento social brasileiro, das ideias de Marx e Engels, bem como dos marxistas mais importantes do século XX. As primeiras referências às ideias de Marx e Engels entre nós datam da década de 1870. Porém, até o início do século XX, os leitores dos clássicos do marxismo deveriam ser muito poucos – e ainda mais raros eram os que tiveram acesso a seus textos originais e não a artigos e extratos publicados na imprensa estrangeira ou a comentaristas, em geral também não traduzidos. É somente após a Revolução Russa (1917), com o debate por ela provocado entre as forças de esquerda aqui atuantes e círculos políticos e intelectuais mais amplos, que o interesse pelas obras de Marx e pelo pensamento socialista em geral ultrapassou

a barreira restrita do meio partidário sindical e de alguns pensadores isolados.
Decisivo para a difusão do marxismo no Brasil foi o surgimento do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922. Não apenas no debate político em sentido estrito, mas também na “batalha das ideias”, o partido orientado pelas ideias de Marx e Engels e derivado do modelo soviético da III Internacional teve papel de destaque. Foi assim que, em 1923, o farmacêutico e propagandista comunista Otávio Brandão publicou no jornal sindical A Voz Cosmopolita a primeira tradução brasileira de um livro de Marx e Engels, justamente o Manifesto Comunista, que no ano seguinte ganharia sua primeira edição em folheto, com 3 mil exemplares (quase todos apreendidos pela polícia). Nas décadas de 1930 a 1950, ainda que enfrentando fases de clandestinidade e aberta repressão, os comunistas foram responsáveis pela tradução e difusão de Marx, Engels, Lenin (1870-1924), Stalin (1879-1953) e Trotsky (1879-1940) – este último pelos dissidentes – através de editoras direta ou indiretamente ligadas ao PCB, como Alba, Soviet, Marenglen, Minha Livraria, Calvino Filho, Caramuru, Selma, Vitória, Horizonte e Unitas (esta última vinculada aos trotskistas).
Ainda assim, foi apenas na década de 1960 que se completou este primeiro ciclo de tradução dos clássicos, com a publicação integral de O Capital em português e a tradução de alguns dos mais importantes autores do marxismo do século XX, notadamente Antonio Gramsci (1891-1937) e George Lukács (1885-1971). Tais traduções – em grande parte movidas pelo esforço de militantes comunistas interessados em ampliar o debate da esquerda para além dos limites impostos por décadas de stalinismo nas fileiras do PCB – já não foram produto de editoras partidárias e, sim, do trabalho de um comunista que tocava seu negócio editorial independentemente do partido: Ênio Silveira (1925-1996), proprietário da editora Civilização Brasileira. Por outras editoras, também “comerciais”, como a Zahar Editores, traduziram-se na mesma época outras obras fundamentais para a discussão no campo do marxismo, como algumas da “Escola de Frankfurt”, em especial Herbert Marcuse (1898-1979), inspirador de debates em todo o mundo no agitado 1968, e as obras de Louis Althusser e do estruturalismo marxista francês. Entre as esquerdas, àquela época já bastante fragmentadas em diversas organizações e inspirações marxistas, passaram a circular também – com a autoridade teórica de revolucionários vitoriosos – os textos de Mao Zedong (1893-1976) e Che Guevara (1928-1967).
A maior circulação de clássicos marxistas nos anos 1950 e 1960 refletia – apesar do retrocesso político de 1964 e mesmo contra ele – uma paulatina difusão dos conceitos fundamentais e das referências básicas do marxismo entre autores brasileiros. Otávio Brandão, o mesmo comunista que traduzira o Manifesto alguns anos antes, firmou-se como intelectual representativo das propostas do

PCB – apesar de seu posterior afastamento e tardia reintegração ao partido – com a publicação, em 1926, de Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de S. Paulo e a guerra de classes no Brasil. Como se tratava não apenas de uma proposta de intervenção, mas de obra com pretensões analíticas, é possível atribuir-lhe um caráter pioneiro na utilização do referencial marxista. Em 1933, com a publicação de Evolução política do Brasil, de Caio Prado Jr. (1907-1990), o marxismo firmar-se-ia como uma referência para análises da realidade brasileira.

Até os anos 1950, entretanto, os próprios comunistas reconheciam que eram poucas as interpretações do Brasil a partir do marxismo. Na esteira das revisões posteriores a 1956 (quando da divulgação dos crimes de Stalin), intelectuais ligados ao PCB, entre eles o fundador Astrogildo Pereira, denunciaram a escassez de reflexões sobre o Brasil, contrastante com a avalanche de traduções na linha do marxismo-leninismo dos tempos de Stalin. De seu esforço surgiu a revista Estudos Sociais, que, entre 1958 e 1964, publicaria artigos sobre a realidade brasileira a partir do marxismo, de autoria de vários intelectuais como o próprio Astrogildo, Leandro Konder, Maurício Vinhas, Jacob Gorender, Alberto Passos Guimarães e Rui Facó, entre muitos outros. Obras posteriores destes autores podem ser encontradas em esboço naquela revista. É também datada dos anos 1950 e inícios da década seguinte a efervescência intelectual em torno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) que, em especial no Rio de Janeiro, reuniu ampla gama de intelectuais superficialmente identificados por um discurso nacionalista e um acordo com as políticas desenvolvimentistas. Entre as matrizes que compunham o ISEB, havia espaço para o marxismo, principalmente no campo de suas iniciativas de discussão da história do Brasil, tendo à frente Nelson Werneck Sodré.

Tais marcos cronológicos (anos 1950 e 1960) poderiam ser usados para definir o surgimento de um marxismo “acadêmico” nas universidades brasileiras. Inicialmente através da “escola sociológica paulista”, que teve em Florestan Fernandes e Otávio Ianni, da Universidade de São Paulo (USP), dois de seus principais expoentes, e em Antonio Cândido, que migrara da área de sociologia para a de literatura, uma referência. Embora ecléticos em seu uso de referências marxistas combinadas a uma matriz weberiana de análise social, deve-se a este grupo a sistematização de estudos acadêmicos sobre variados temas da realidade nacional, como a escravidão e a situação dos negros na sociedade brasileira contemporânea, o movimento operário e a política “populista”. A geração posterior formada pela USP manteria o ecletismo, mas reafirmaria a referência marxista, como no grupo reunido em torno de José Giannotti, que incluía Fernando Henrique Cardoso, para discutir O Capital.

Na área universitária, apesar de momentos de maior espaço nas discussões e de refluxo evidente, marcado por diferentes matrizes e modismos – a teoria crítica, o althusserianismo, a nova esquerda inglesa, entre outras –, o marxismo atravessaria as décadas seguintes como interlocutor fundamental. O mesmo se poderia dizer das análises sobre o Brasil produzidas no interior do debate das esquerdas políticas, em especial no contexto de luta contra a ditadura e nos primeiros anos da transição democrática, quando novas vozes políticas surgiram – o novo sindicalismo e o Partido dos Trabalhadores (PT), por exemplo –, tendo no marxismo uma das várias referências de que lançaram mão para enfrentar o debate sobre temas como democracia, socialismo e autonomia operária.

Os anos que se seguiram à queda do Muro de Berlim, em 1989, e à ascensão política das propostas neoliberais no Brasil introduziram uma séria crise, que tem resultado no abandono relativamente fácil da referência marxista, tanto por parte dos intelectuais "acadêmicos" quanto por parte dos militantes. A vitalidade da interpretação marxista do Brasil decerto ainda não foi levada ao esgotamento completo e a permanência das questões fundamentais que justificaram seu surgimento como proposta política mantém a atualidade do conteúdo crítico e do potencial transformador do marxismo.

Referências

KONDER, Leandro. A derrota da dialética. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

MATTOS, Marcelo Badaró. "O Manifesto Comunista no Brasil". In: Varia Historia, n. 22. Belo Horizonte, janeiro de 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão *et al.* História do marxismo no Brasil, vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RUBIN, Antonio A. C. Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil. Salvador: UFBA, 1995.

MARCELO BADARÓ MATTOS

MARXISMO OCIDENTAL No início do século XX, o debate no interior do campo socialista girava em torno do economicismo da II Internacional (1889). Os rumos do pensamento marxista asseguravam que a superação do capitalismo viria de forma linear e progressiva pelas próprias contradições econômicas existentes em seu interior. Estas não só provocariam sucessivas crises econômicas como também intensificariam a exploração do proletariado, contribuindo para a sua crescente busca de organização e participação políticas. Estes fatores conjugados imporiam mudanças na direção dos governos das sociedades capitalistas. Neste contexto de debates, Eduard Bernstein (1850-1932), autor de Socialismo Evolucionista, desenvolveu a teoria da gradual transformação do capitalismo em socialismo, acabando por abandonar a ideia da necessidade de uma revolução. É dele o seguinte pensamento revisionista: "O

movimento é tudo, a meta final, nada.” Apesar de antagônico ao pensamento revisionista, o reformismo de Karl Kautsky (1854-1938) não abria mão da plena e completa democracia capitalista como primeira e mais importante arma do proletariado, sem a qual o socialismo seria impossível. O reformismo reafirmou o importante papel das alianças políticas por parte da social-democracia de modo a sustentar o poder burguês, defendendo a via pacífica em oposição à ideia de socialismo revolucionário.

No entanto, a Revolução Bolchevique de outubro de 1917 representou um divisor de águas para o movimento socialista internacional, não apenas devido à questão da adesão dos partidos socialistas à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), mas sobretudo pela polêmica contra o economicismo na medida em que a crise do liberalismo já dava sinais de sua presença sem que o socialismo despontasse no horizonte. Além de Lenin (1870-1924), outros pensadores opuseram-se à II Internacional: Rosa Luxemburgo (1870-1919) escreveu Reforma ou Revolução (1900) contra o revisionismo da teoria marxista de Bernstein, acusando-o de renunciar à transformação social. Ela contrapunha-se ao economicismo, afirmando que as crises do capitalismo eram inerentes ao sistema e, portanto, não representavam um fator excepcional na medida em que a contradição fundamental entre capital e trabalho não era um obstáculo para o capitalismo, mas, ao contrário, uma necessidade para sua reprodução. Rosa não era contrária às reformas, porém afirmava que o fim último destas deveria ser a ruptura, ou seja, a revolução. Por isso, polemizou com Lenin (1870-1924) sobre a questão do partido revolucionário, pois resistia à concepção do partido como formulador e dirigente, como cabeça do movimento revolucionário, o que, segundo ela, impunha dificuldades à organização das massas. Segundo Rosa, as massas são o grande sujeito do projeto revolucionário, ainda que o partido tenha um peso importante, e defendia a greve geral como movimento de massas em que a luta de classes se apresentava externamente. Os elementos da consciência e da organização deveriam estar presentes nas massas e não somente no partido.

Gramsci (1891-1937), em La rivoluzione contro il capitale, afirmava que a Revolução Bolchevique de outubro de 1917, condenada pelos reformistas, era a mais clara demonstração de que os rumos do socialismo estavam equivocados, pois a vitória bolchevique contrariava a teoria da necessidade da formação de uma burguesia antes que o proletariado pudesse atingir sua emancipação política, ou seja, sua revolução, conforme a leitura de O Capital de Marx (1818-1883) feita pela social-democracia da II Internacional. Para Gramsci, que valorizava a ação (virtù), os bolcheviques não renegavam Marx, pelo contrário, davam uma nova vida às suas ideias. A seu ver, o economicismo fortemente arraigado a um equivocado senso determinista e evolucionista empobrecia a visão tático-

estratégica da social-democracia e, por isso, o seu fim jamais seria o socialismo, mas sim o aprofundamento da dominação capitalista.

A partir do fracasso da revolução socialista na Itália da década de 1920, Gramsci passou a observar como o Estado ampliado nas sociedades de tipo ocidental cria raízes por dentro da sociedade civil através de aparelhos privados de hegemonia, fazendo com que o seu domínio não se estabeleça somente pela força-coerção, mas sobretudo pelo consenso obtido junto às classes subalternas, ao contrário do que ocorria nas sociedades de tipo oriental. Este fato exigia uma mudança de tática por parte dos socialistas, ou seja, a passagem da guerra de movimento à guerra de posição. Assim, antes de um assalto direto ao poder, era necessária uma reforma ético-moral que pudesse criar uma consciência nacional-popular, ou seja, a elevação das massas do senso comum ao bom senso. A revolução em Gramsci é, portanto, o desenvolvimento de uma contra-hegemonia de valores, dando importância à organização espontânea das classes subalternas, porém não abrindo mão do papel educador, organizador, intelectual-vanguardista do partido revolucionário. A hegemonia tornar-se-ia um conceito importante no campo socialista e nas ciências sociais a partir da década de 1960, sendo retomado pelo eurocomunismo em novas bases na década de 1970.

Contrário ao economicismo e ao humanismo teórico, Althusser (1918-1990) também analisou a ideologia e o domínio do Estado na sociedade capitalista unindo o marxismo como teoria aos elementos conceituais do estruturalismo. Ele ressaltava a necessidade de uma análise da persistência de estruturas profundas que se escondiam por baixo de todas as culturas humanas e deixavam pequeno espaço para mudanças históricas ou para as iniciativas individuais. Um aspecto central de sua análise foi a dissociação entre a esfera econômico-material e a esfera da subjetividade humana. Althusser explorou, assim, a dicotomia objetividade/subjetividade, na qual o objeto real e o objeto do conhecimento eram duas coisas distintas e, portanto, o objeto tratado na teoria não era o objeto real, mas o objeto do conhecimento, sendo este uma produção exclusiva da subjetividade, apesar de reconhecer que o pensamento não era pura subjetividade. A ontologia do ser social de Georg Lukács (1885-1971) afirmava, por sua vez, a determinação da consciência pelo ser, confirmando a predominância da reprodução material, ou seja, da esfera econômica, sobre a totalidade social. No entanto, a ontologia de Lukács tinha como mediação a cotidianidade com suas múltiplas e variáveis determinações, dando à sua percepção da determinação da esfera material sobre o pensamento um caráter menos mecanicista.

Entretanto, o marxismo ocidental no século XX não se limitou ao debate com a social-democracia. A criação do Instituto de Pesquisa Social da Universidade de

Frankfurt, em 1923, inaugurou a fase da retomada da teoria marxista como teoria crítica e social. Contando com membros como M. Horkheimer (1895-1973), H. Marcuse (1898-1979), T. Adorno (1903-1969) e W. Benjamin (1892-1940), o instituto tinha como alvo a sociedade de massas e o centro de suas preocupações era a reprodução da formação social capitalista, dando início a um projeto singular de sua negação. O contexto de sua produção teórica passou a ser a análise da razão, da ética e da cultura, tornando estas noções os objetos fundamentais de investigação em uma formação social que era centrada na mercantilização de coisas, pessoas e ideias. Consolidou-se, pois, a crítica à indústria cultural e ao consumismo a partir da concepção de Fetiche da Mercadoria de Marx. Na sua segunda geração, após 1949, quando o instituto tornou-se a Escola de Frankfurt, surgiram nomes como Jürgen Habermas. No entanto, as gerações posteriores abandonaram a teoria marxista. O mesmo pode-se dizer do marxismo analítico, que reúne diversos intelectuais contemporâneos, como G. Cohen, J. Elster e A. Giddens, que isolam e operam com alguns conceitos marxistas, mas não localizados teoricamente no campo do marxismo por rejeitarem o materialismo histórico e recusarem o coletivismo metodológico.

O marxismo britânico, por sua vez, constituiu uma corrente historiográfica voltada para a história da formação da sociedade capitalista contemporânea e da classe operária inglesa, desde a sua gênese até a formação da consciência de classe, focalizando sua análise particularmente nas tradições e identidades culturais da classe operária, que poderiam servir tanto como impeditivo quanto como caminho para a formação de sua consciência. Os seus principais nomes foram E. Hobsbawn (1917-2012) e E. P. Thompson (1924-1993). Posteriormente, esta corrente veio a ser conhecida como uma história dos de baixo (history from bottom). Nas últimas décadas do século XX, os marxistas britânicos destacaram-se como críticos do socialismo soviético (fundando a New Left Review), como ativistas de movimentos pacifistas durante a Guerra Fria e como simpatizantes dos movimentos em defesa da ecologia e das posições do eurocomunismo.

Referências

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
FREITAG, Barbara. A teoria crítica: ontem e hoje. São Paulo: Brasiliense, 1986.
HOBSBAWN, Eric (org.). A história do marxismo. São Paulo: Paz e Terra, 1985/1986.
MERQUIOR, José Guilherme. O marxismo ocidental. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

JOSÉ CARLOS LIMA DE SOUZA

MECÂNICA QUÂNTICA Corpo teórico desenvolvido ao longo das primeiras

décadas do século XX visando descrever o comportamento dos sistemas físicos, em particular o átomo e as partículas elementares. É considerada por muitos o modelo mais bem elaborado e de maior sucesso da história da ciência. É consenso que a mecânica quântica teve início com a hipótese apresentada pelo físico alemão Max Planck (1858-1947) em fins de 1900, segundo o qual a energia de um sistema não podia aumentar ou diminuir continuamente, mas apenas em "pacotes" de valores bem definidos, múltiplos inteiros de uma constante h (hoje conhecida justamente como constante de Planck). A estes "pacotes" deu o nome de quanta, plural para quantum – quantidade, em latim. No entanto, Planck nunca acreditou que sua hipótese fosse algo mais que um artifício matemático para ajustar a teoria aos resultados experimentais da época. No entanto, os trabalhos subsequentes de Albert Einstein (1879-1955) e Louis-Victor de Broglie (1892-1987) mostraram, respectivamente, que tanto a radiação (inclusive a luz) ao interagir com a matéria se manifestava como uma partícula (a que chamou fóton) – e não como uma onda, como se acreditava até então – quanto as próprias partículas que constituem a matéria (prótons, elétrons etc.) apresentam reciprocamente comportamentos ondulatórios. A partir daí, um modelo de como os sistemas físicos se comportam levando em conta essas características foi aos poucos sendo desenvolvido por dezenas de físicos, tendo fundamental importância os trabalhos de Erwin Schrödinger (1887-1961), Werner Heisenberg (1901-1976), Niels Bohr (1885-1962), Max Born (1882-1970) e P. A. M. Dirac (1902-1984).

Mas não é difícil perceber que este comportamento não pode mais apresentar aquele tipo de previsão determinista a que a física estava acostumada. Por exemplo, sabe-se que mesmo nos melhores espelhos nem toda a luz que incide é refletida; uma parte, por menor que seja, sempre é absorvida. De acordo com a teoria clássica da radiação, não haveria qualquer problema nisso, mas a hipótese quântica pressupõe que os fótons, como entidades individuais, devem ou ser refletidos ou ser absorvidos, individualmente. Aqui está a chave da questão: suponha que o espelho reflita 95% da radiação que recebe; isso significa dizer que 19 em cada 20 fótons são refletidos e apenas um é absorvido. Porém, não é possível prever o que acontece com cada fóton; por isso, tudo o que se pode fazer é uma análise probabilística: pode-se prever que cada fóton terá 95% de chance de ser refletido e 5% de chance de ser absorvido pelo espelho, nada mais do que isso. Os cientistas da geração mais antiga – como Planck, Einstein e Schrödinger – vão se sentir incomodados com isso.

Planck chega a afirmar que uma nova teoria científica se sobrepõe às antigas não porque seja melhor para se entender o mundo, mas porque as pessoas que acreditavam nas antigas finalmente morrem. Einstein vai proclamar que "Deus

não joga dados com o Universo” e irá buscar infrutiferamente vários experimentos mentais para mostrar em quê a interpretação probabilística da mecânica quântica poderia falhar. Schrödinger elaborará a sua célebre experiência mental do “gato de Schrödinger” para evidenciar o quão esdrúxulas são as conclusões a que se chega quando se levam os postulados quânticos às últimas consequências. De qualquer forma, o fato é que com o tempo o formalismo quântico foi se estabelecendo e ficando mais e mais elaborado à medida que os físicos aplicavam-no a diferentes problemas. Com a mecânica quântica, desenvolveram-se toda a teoria atômica moderna e os novos sistemas e campos de estudo, da física de partículas ao laser, dos semicondutores e supercondutores à física nuclear e à ciência dos materiais.

O princípio básico da mecânica quântica é que o estado de um sistema qualquer pode ser descrito por uma função matemática. Esta função comporta-se como uma onda cuja amplitude está associada às probabilidades de, ao fazer uma medição ou obrigar o sistema a proceder a um evento, encontrar o sistema neste ou naquele estado possível (autoestado). Esses autoestados estão de certa forma “combinados” na função matemática que descreve o sistema. Não é possível definir um estado específico para o sistema antes de efetuar a medição de um evento ocorrer com o sistema; porém, quando isso ocorre, o sistema, por assim dizer, “escolhe” manifestar-se num autoestado específico e obtém-se um dos resultados possíveis – por exemplo, o fóton é refletido pelo espelho –, o que sugere algumas implicações filosóficas no tocante à questão do que é real. Para Niels Bohr e os seguidores de sua “interpretação de Copenhague” – a mais comumente aceita na comunidade dos físicos –, não há uma “realidade” anterior à interação do sistema com o instrumento de medição. Como o olhar do observador é necessariamente mediado pelo instrumento de medição, será justamente esta interação do observador com os sistemas que criará os resultados que observamos no mundo “real”. Portanto, o que importa é o que observamos.

Na mecânica quântica, as grandezas físicas (atributos dos sistemas) são chamadas de observáveis e representadas por operadores matemáticos que agem sobre a função de onda que representa o estado do sistema, gerando assim o resultado de uma medição correspondente àquela grandeza. Curiosamente, o ato de realizar a medição de uma determinada grandeza interfere no sistema de tal maneira que, eventualmente, o observador se vê impedido de obter informação sobre outra grandeza do sistema. O princípio da incerteza de Heisenberg determina as limitações intrínsecas impostas pela natureza para a exatidão com que se podem medir pares de grandezas correlacionadas – assim, por exemplo, quando se monta um experimento para determinar com grande exatidão a velocidade de uma partícula, pouco se poderá saber sobre a sua posição, e vice-

versa. Sendo a mecânica quântica a mais bem-sucedida teoria em toda a história da física, é natural que seus desdobramentos metafísicos se tornem motivo de debate.

Muitos cientistas descontentes com a “interpretação de Copenhague” propuseram interpretações alternativas que evitam o elemento de “escolha”. David Bohm sugere o modelo de “ondas-piloto”, remetendo às “variáveis escondidas” de Einstein, segundo o qual há fatores incognoscíveis no sistema que determinam a escolha por um ou outro autoestado quando uma medição é realizada. Hugh Everett propôs uma hipótese aparentemente fantástica, porém igualmente possível: a dos “universos múltiplos”, segundo a qual a cada momento que a Natureza é obrigada a “tomar uma decisão” e fazer com que determinado sistema “caia” num autoestado específico, e não em outro, na verdade novos universos são criados, e em cada um o sistema passa a assumir um autoestado distinto, dando conta de todas as possibilidades. Não se pode perceber isso porque sempre se vive em apenas um destes possíveis universos, por exemplo, naquele em que o fóton foi refletido pelo espelho. Evidentemente, é tudo uma questão de interpretação e preferência filosófica, quando não estética, uma vez que na prática todas as interpretações concordam quando se trata de prever os resultados dos experimentos – aquilo que se pode observar no final das contas.

Outra questão, esta de natureza mais física, é que aparentemente a mecânica quântica e a teoria da relatividade apresentam incompatibilidades. A começar, o tempo não é uma grandeza observável na estrutura formal da mecânica quântica e, sim, uma grandeza paramétrica, enquanto na teoria da relatividade é não apenas uma grandeza física mensurável, mas também é alçada ao mesmo status que o espaço. Em particular, a teoria da relatividade prevê que nenhum sinal pode ser transmitido com velocidade superior à velocidade da luz no vácuo – cerca de 300 mil quilômetros por segundo, bastante rápido, mas certamente não uma velocidade infinita. Einstein, percebendo o fato, elaborou, em colaboração com seus colegas Boris Podolsky e Nathan Rosen (1909-1995), o paradoxo hoje conhecido pelas iniciais de seus sobrenomes (EPR). Ele faz uso de uma característica peculiar de um processo de criação de partículas: pode-se fazer com que, por exemplo, dois fótons sejam criados de tal forma que suas polarizações – a direção na qual seus campos elétricos vibram – sejam perpendiculares entre si. Não se pode dizer qual é a polarização de cada um, mas se sabe pelo seu processo de criação que são perpendiculares.

No experimento EPR, dois desses fótons são criados e enviados em direções distintas, de tal forma que, quando estão a uma grande distância um do outro, um deles atinge um polarizador, isto é, um instrumento que detecta qual a

polarização do fóton. Segundo os postulados da mecânica quântica, a medição da polarização de um dos fótons faria com que o outro fóton instantaneamente passasse a manifestar a polarização perpendicular àquela do primeiro fóton. Mas como o segundo fóton poderia ter "sabido" instantaneamente do experimento realizado no primeiro? A explicação parece ser ainda mais surpreendente: sistemas interligados podem violar a localidade. John Stewart Bell elaborou o hoje conhecido teorema de Bell, mostrando como isso poderia ser testado variando as direções dos polarizadores associados a um e outro fóton do par, o que foi dramaticamente conseguido por Alain Aspect em 1982 na Universidade de Paris. O experimento foi repetido desde então diversas vezes, com distintas configurações, e parece dar ganho de causa à previsão quântica. Não parece ser à toa que Bohr teria dito, a respeito da mecânica quântica, que quem nunca se assustou com ela não pode tê-la compreendido.

Referências

EISENBERG, Robert; RESNICK, Robert. Física quântica: átomos, moléculas, sólidos, núcleos e partículas. Rio de Janeiro: Elsevier, 1988.

GRIBBIN, John. À procura do gato de Schrödinger: a física quântica e sua influência no mundo actual. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

HERBERT, Nick. A realidade quântica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

LINDLEY, David. New Scientist's Guide to the Quantum World. Londres: New Scientist, 1998.

ROBERTO A. PIMENTEL JR.

MEDICINA VETERINÁRIA Parte da ciência da área médica, a medicina veterinária se ocupa das doenças dos animais, em particular dos animais domésticos. Na atualidade, é também da área agropecuária, tendo em vista a produção de proteína animal (alimentos de origem animal). Neste primeiro aspecto, figura como ciência da saúde, seus aspectos médicos de saúde pública, incluindo as zoonoses, e, no segundo, como zootécnica. A sua história no mundo é mais longa do que se tem realmente ideia. No Brasil, a medicina veterinária é uma ciência nova, em fase de consolidação, com um longo caminho a percorrer. A palavra "veterinário" não existia no vocabulário inglês até 1748, quando, então, foi traduzido um tratado intitulado Artis Veterinariae, escrito por Vegesius Renatus, romano do século V a.C. Os leigos que curavam animais eram denominados Ferers. Na Idade Média, chamava-se Ferrarius as pessoas que forjavam e aplicavam as ferraduras nos equinos.

O exercício da arts veterinária pode ser confundido com o início da civilização humana, ocorrendo, provavelmente, no processo de domesticação animal. Observam-se relatos sobre a arte de curar animais desde as mais remotas civilizações, como no Egito Antigo (4000 a.C.), na Ásia, na África e na Índia

Oriental (2000 a.C.). Na Europa, os primeiros registros sobre a prática da medicina animal originaram-se na Grécia, no século VI a.C. Estes profissionais tinham prestígio e cargos públicos em muitas cidades. Eram chamados hipiatras. O termo hipiatra vem do grego e significa hippos (cavalo) e iatreia (medicina), ou seja, medicina que tratava dos cavalos. Nota-se que a utilização de equinos está diretamente ligada ao surgimento da preocupação em tratar de animais, tendo em vista a importância simbólica e econômica deste animal ao longo da história.

A medicina veterinária moderna foi organizada cientificamente a partir do surgimento da "Primeira Escola de Medicina Veterinária" em Lyon-França, criada pelo hipologista e advogado Claude Bougerlat, através do Édito Real assinado pelo Rei Luís XV (1710-1774) em 4 de agosto de 1761. A primeira turma de médicos veterinários foi formada em 1762, com oito alunos. Ainda neste século foi aberta a segunda Escola de Medicina Veterinária do mundo em Alfort, Paris. A partir daí, com o aumento da consciência sobre a importância social e econômica desta atividade, foram abertas novas escolas, que se espalharam principalmente pela Europa. No final do século XVIII já existiam 17 escolas em funcionamento. No Brasil, o cenário cultural, literário e científico teve impulso significativo com a transferência da Corte Portuguesa em 1808. Porém, nas comunidades indígenas existentes no Brasil desde os primórdios da colonização, já existiam pessoas com dons especiais, os chamados "curandeiros", que tratavam enfermos humanos e animais.

O interesse pela institucionalização do ensino das ciências agrárias no Brasil só foi despertado quando o Imperador D. Pedro II (1825-1891), ao viajar para a França em 1875, visitou a Escola de Veterinária de Alfort. Ao chegar ao Brasil, ele tentou criar condições para fundar uma entidade semelhante. Mas foi somente no século XX que surgiram as duas primeiras instituições brasileiras de ensino de veterinária: a Escola de Veterinária do Exército, decretada em 6 de janeiro de 1910 e aberta em 17 de julho de 1914; e a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, decretada em 20 de outubro de 1910 e aberta em 4 de julho de 1913, ambas na cidade do Rio de Janeiro. No dia 1º de julho de 1914, eram inaugurados oficialmente os cursos de Agronomia e Veterinária e, em 13 de novembro de 1915, Dionysio Meilli foi o primeiro a receber o grau de médico veterinário no Brasil. Como ele já possuía o diploma de Medicina e Farmácia da Bahia, ele não precisou cursar todos os anos. A formatura da primeira turma de Medicina Veterinária ocorreu em 1917. A primeira médica veterinária brasileira foi a Dra. Nair Eugênia Lobo, da turma de 1929, pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária, hoje UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Os primeiros trabalhos brasileiros sobre patologia

comparada (animal e humana) foram realizados em 1917 pelo Capitão-médico João Moniz Barreto de Aragão, fundador da Escola de Veterinária do Exército, no Rio de Janeiro, e cognominado “Patrono da Veterinária Militar Brasileira”. A partir de 9 de setembro de 1933, pelo decreto n. 23.133, do então Presidente da República Getúlio Vargas (1882-1954), foi regulamentada a atividade e definidas as áreas de atuação do médico veterinário que, para exercer a profissão, precisava ter o diploma registrado no Ministério de Agricultura, órgão federal igualmente responsável pela fiscalização do exercício profissional. O dia 9 de setembro passou a ser comemorado em todo o Brasil como o Dia do Médico Veterinário.

Na data de 23 de outubro de 1968, entra em vigor uma lei que determina a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária, transferindo para a própria classe a função fiscalizadora do exercício profissional. O símbolo da medicina veterinária no Brasil foi escolhido em 1994 por uma comissão julgadora integrada por membros do Conselho Federal de Medicina Veterinária. A proposta vencedora foi respaldada por princípios históricos, culturais e mitológicos. O símbolo reúne a serpente e o bastão, símbolos de Esculápio – deus da arte de curar da Grécia Antiga – e a letra “V”. Este conjunto é emoldurado por um hexágono irregular. A serpente representa a prudência, a vigilância, a sabedoria, a vitalidade, o poder de regeneração e preservação da saúde. O bastão (originalmente, um galho de árvore com algumas folhas) significaria os efeitos da vida eterna, poder de ressurreição e o auxílio e suporte da assistência dada pelo médico aos seus pacientes. A sua origem vegetal representaria as forças da natureza e as virtudes curativas das plantas. Quanto às cores em sua representação gráfica, domina o verde, cor tradicionalmente usada nos símbolos da medicina humana e veterinária – significa a vida vegetal, a juventude e a saúde. A cor branca, sendo a união de todas as outras, significa integração, luta pela vida e pela paz.

No início do século XX, quando a medicina veterinária deu os primeiros passos, os horizontes eram sombrios. Hoje, a situação é bem diferente. Essa ciência vem ganhando fôlego através da modernização de diferentes áreas de atuação, tais como: na prática da clínica e da cirurgia, em todas as suas modalidades; assistência técnica e sanitária dos animais; defesa sanitária; inspeção e fiscalização sob o ponto de vista sanitário; peritagem sobre animais; ensino; criação e reprodução animal; zoonoses e saúde pública. Porém, desde a década de 1980, as instituições de ensino público passam por sérios problemas, agravados pelo sucateamento das universidades e pela falta de investimentos. Por esta dura realidade passam outras áreas biomédicas. No entanto, a medicina veterinária, com criatividade, vem mostrando sua importância para a sociedade.

Atualmente, além da atuação no ensino, em clínicas e no campo, é possível notar a presença do médico veterinário participando em maior escala nos estabelecimentos industriais e comerciais, centros de pesquisa e tecnologia e órgãos públicos, principalmente aqueles ligados à saúde pública. E este desempenho tem um enorme significado profissional.

É crescente a procura por uma vaga no curso de medicina veterinária, porém a dimensão e importância desta complexa ciência ainda são pouco conhecidas. Não raro, os jovens que sonham em ser um médico veterinário se surpreendem com o nível de exigência e com as dificuldades que enfrentam durante o curso. Nem de longe imaginam as múltiplas aplicações da ciência veterinária. No início desta ciência no Brasil, a medicina veterinária era muito mais ligada aos animais domésticos de grande porte, no que se refere à clínica e cirurgia, reprodução e produção. Isto porque o Brasil era um país predominantemente rural. Com a mudança nas características culturais e econômicas do Brasil, a criação de animais também se modificou. O homem seguiu para a cidade, levando consigo o hábito de domesticar animais. Contudo, neste momento, o animal passou a desempenhar outra função: a de companhia. Com tais mudanças, a clínica de pequenos animais foi se desenvolvendo para garantir saúde ao animal e salubridade às casas. Nesse sentido, é bastante emblemático o desenvolvimento tecnológico para o aprimoramento de rações especiais para animais de pequeno porte, principalmente os cães e gatos, por serem os animais de companhia mais difundidos. Tal aprimoramento se volta tanto para obter uma melhoria do ponto de vista nutricional quanto para criar novas frentes de consumo, com o desenvolvimento de diferentes sabores, formatos, cores e finalidades, além de diversos tipos de acessórios com o intuito de se melhorar as condições de vida destes animais.

A exemplo da medicina humana, a veterinária vem unindo conhecimentos e comparando-os para buscar seu próprio caminho e sua modernização, de acordo com os padrões socioeconômicos do país. Como resultado, há várias especializações surgindo, baseadas em intensa pesquisa e aprimoramento dos estudos através de cursos de mestrado, doutorado, residência e estágios. Isso tem ajudado a aumentar a base científica no Brasil, independentemente dos padrões externos. Ao final do século XX, além de uma medicina veterinária moderna, ao menos para os padrões brasileiros, a profissão está cada vez mais direcionada para a produção animal devido à sua grande importância econômica, para a saúde pública e também para a saúde animal. No entanto, apesar de atualmente ser cada vez maior a preocupação com o bem-estar animal, este processo esbarra em aspectos complexos que envolvem as práticas dos próprios centros de pesquisa, como a utilização de cobaias animais para a pesquisa científica e o

ensino, que envolvem o periódico sacrifício e descarte da vida animal. Algumas pesquisas visam o conhecimento pelo conhecimento, pura e simplesmente, através da reprodução de experiências prévias, ou seja, pesquisas comprovadas teoricamente e reproduzidas por diversas vezes na prática. Muitos médicos veterinários sonham em um dia encontrar alternativas para que o desenvolvimento científico continue sem que haja necessidade de sacrificar tantas vidas, através de maiores investimentos em técnicas que mimetizem organismos vivos, ou mesmo experimentos mais organizados em que se utilizem cada vez menos animais.

Atualmente, com uma consciência internacional de preservação da natureza e respeito aos seres vivos, a preocupação com as condições em que os animais são utilizados para a pesquisa tem aumentado. Desta forma, comissões de ética têm sido organizadas em grandes instituições de ensino e pesquisa, empenhadas na revisão e avaliação ética do uso de animais, criando leis e decretos que protejam o uso excessivo e/ou abusivo de animais. Ainda dentro desta ideia, foram estabelecidos os direitos dos animais, além do desenvolvimento de várias instituições de proteção animal que trabalham incansavelmente para pôr estes direitos em prática. Contudo, infelizmente, nem todas estas iniciativas são merecedoras de crédito. Quanto à questão de produção animal com o intuito de se obter proteína animal para a alimentação humana, pode-se acrescentar que as necessidades do desenvolvimento desta área são crescentes devido principalmente ao fato da impossibilidade de se frear o crescimento populacional. Porém, estes produtos devem ser produzidos respeitando-se em primeiro lugar o meio ambiente e o “bem estar animal”, admitindo-se atualmente sacrifício e tratamento humanitários destes animais.

A questão da ética na medicina veterinária não diz respeito apenas à prática da experimentação animal, mas, sim, a todas às suas áreas de atuação e deve ser sempre preservada e praticada por seus profissionais. Finalmente, a prática dessa ciência envolve, acima de tudo, respeito e cuidado para com os animais e acredita-se que a sociedade também tem seu papel nessa questão, tal como nos diz Jane Goodall (*1934) em seu livro Uma Janela para a Vida: “Combater a crueldade de qualquer forma ou tipo contra os seres não humanos nos coloca em conflito com aquele lamentável traço de desumanidade que se esconde dentro de todos nós. Se ao menos conseguíssemos superar a crueldade com compaixão, estaríamos bem situados no caminho de criar uma ética nova e sem fronteiras – uma ética que respeitaria todos os seres vivos. Poderíamos chegar a uma nova era na evolução humana – a realização, finalmente, de nossa qualidade mais excepcional e singular: a humanidade”.

Refêrencias

GOODALL, J. Uma janela para a vida: 30 anos com os chimpanzés da Tanzânia. São Paulo: Jorge Zahar, 1991.
HATSCHBACH, P. I. Síntese histórica da medicina veterinária. Disponível na Internet: Acessado em 8 de jan. 2002.
RODRIGUES, B. A.; RODRIGUES, J.L. “Histórico, avanços e aspectos éticos das biotécnicas de reprodução”. In: Revista Brasileira de Reprodução Animal, v. 24, n. 1, p. 10-17, jan./mar. 2000.

MENCHEVIQUES Os mencheviques constituíram uma facção do Partido Operário Social Democrata Russo, a partir de 1903, quando o segundo congresso daquela organização foi palco de uma cisão que deu origem a dois agrupamentos distintos. A polêmica que originou a divisão surgiu a partir da proposta de organização partidária apresentada por Lenin, segundo a qual somente seriam considerados membros efetivos aqueles militantes que participassem de alguma das organizações partidárias. P. Axelrod e I. O. Martov se opuseram à proposição de Lenin, bem como Vera Zassulitch. No Congresso, apesar de conseguirem impedir a aprovação das teses de Lenin sobre o partido, foram por ele derrotados na composição da direção partidária. A eleição do órgão dirigente do partido originou os termos “bolchevique” (partidários da maioria) e “menchevique” (partidários da minoria). Os mencheviques optaram por compor um organismo à parte do que havia saído vitorioso no Congresso. Para tanto, contaram com o apoio fundamental do pioneiro do marxismo russo, G. Plekhanov. Plekhanov, editor do Iskra, principal órgão de imprensa do POSDR, apoiara a proposta de Lenin no Congresso. Porém, após a divisão, optou por reaproximar-se daqueles que, como ele, compunham a geração mais antiga do marxismo russo ainda em atividade: Axelrod e Zassulitch. A presença desta geração de militantes seria decisiva para as posições adotadas pelos mencheviques no debate sobre os caminhos da revolução na Rússia. A introdução do marxismo entre as organizações revolucionárias russas, da qual Plekhanov foi o pioneiro, esteve ligada à derrota do movimento narodnik e ao balanço político de seus objetivos e de seus métodos. Os narodniks pouco ou nada se preocuparam em promover a organização dos trabalhadores. Buscaram assumir, na verdade, o papel de vanguarda política que, através de ações sensacionais, muitas vezes de cunho terrorista, lograria acuar os próceres do regime autocrático e despertar as massas rumo a uma insurreição armada.

O centro da crítica dos marxistas aos populistas (narodniks) russos constituía exatamente em ressaltar o descaso para com os trabalhadores, seu estado de consciência e organização. Esta incompreensão fundamental estaria, para os

marxistas, na raiz do isolamento político dos narodniks e da definitiva derrota que estes haviam sofrido diante dos órgãos repressivos do czarismo. Tanto Plekhanov como Zassulitch eram oriundos do movimento narodnik, embora o primeiro tenha sido vinculado a uma corrente avessa às ações terroristas. Dele haviam se distanciado com a disposição de empreender uma política simetricamente oposta à dos populistas: atuar de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas na Rússia, um país onde ainda eram amplamente predominantes as relações de produção não capitalistas. Em tais circunstâncias, caberia à burguesia a tarefa de dirigir a luta pela derrubada da autocracia czarista e os limites programáticos desta luta estariam delimitados pelo horizonte liberal e democrático. Esta primeira geração de marxistas esteve perfeitamente adequada aos preceitos da ortodoxia então vigente no movimento operário internacional, com base nas formulações da II Internacional, que considerava que as diversas nações passariam por fases de desenvolvimento econômico e social similares, cabendo aos trabalhadores cumprir as tarefas específicas que o estágio de desenvolvimento de seu país impunha. Esta concepção evolucionista do processo de transição ao socialismo serviu de base ao conjunto das polêmicas que viriam a ser travadas entre mencheviques e bolcheviques, inclusive no que diz respeito à decisiva questão do partido. Os mencheviques, em especial Plekhanov, identificaram no partido de vanguarda preconizado por Lenin a presença de fortes elementos da tradição populista.

No debate que se seguiu à derrota da revolução de 1905, durante a tentativa de reunificação das facções que se verificou nos Congressos de 1906 e 1907, os mencheviques ancoraram firmemente suas proposições acerca da estratégia, da política de alianças e sobre o partido na defesa desta linha ortodoxa e na crítica da “heterodoxia populista” de Lenin e dos bolcheviques. Enquanto estes afirmavam que a burguesia russa seria incapaz de dirigir sua própria revolução, Plekhanov, Martov, Martinov e os demais mencheviques apostavam na capacidade de liderança dos agrupamentos liberais burgueses, na primeira fase da revolução. Segundo esta lógica, após a derrubada do czarismo, o POSDR não deveria participar do governo: deveria adotar já a postura de oposição para, na medida em que se desenvolvessem as condições políticas e econômicas, preparar a revolução seguinte, esta, sim, socialista. Nesta perspectiva, somente com o advento do capitalismo em sua forma plena e por intermédio dos órgãos de poder político que eram considerados correspondentes a esta fase do desenvolvimento histórico, em especial o parlamento e os sindicatos, é que a classe trabalhadora poderia adquirir o nível de consciência e os laços de solidariedade necessários para empreender a construção de seu projeto de sociedade. Nesta formulação, não havia espaço para um partido que acelerasse, de forma “artificial”, o

processo de transição. A classe era, portanto, o foco principal de atenção de mencheviques como Axelrod que, no quarto congresso (1906), advertiu duramente os bolcheviques contra a tentativa de substituir as tarefas de toda uma classe social pela ação de um partido composto por uma elite militante. Esta concepção sobre os respectivos papéis do partido e da classe trabalhadora permitira que, ao longo das lutas de 1905, os mencheviques desempenhassem, ao contrário dos bolcheviques, um destacado papel no principal organismo político criado pelos trabalhadores revolucionários: os sovietes. As posições de Rosa Luxemburgo, militante revolucionária polonesa que participou do quinto congresso (1907), guardavam certamente proximidades com a advertência de Axelrod. Contudo, sua visão do processo de transição ao socialismo na Rússia transcendia até mesmo a estratégia proposta por Lenin, de revolução burguesa sob a hegemonia do proletariado. Rosa, envolvida há algum tempo numa polêmica com a ortodoxia alemã, já acreditava, como também Trotsky, que a Revolução Russa se revestiria de um caráter socialista.

No período que se segue, ambas as facções apostam no aprofundamento do cisma e consolidam suas respectivas estruturas partidárias. Em 1912, os mencheviques assumem definitivamente a condição de partido autônomo. Quando eclode a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os mencheviques opõem-se majoritariamente à política dos partidos social-democratas ocidentais, que votaram os créditos de guerra, em seus respectivos parlamentos, aderindo desta forma ao empreendimento imperialista das burguesias nacionais e provocando uma cisão de vastas proporções no seio do movimento operário internacional. Plekhanov (cuja ascendência política sobre os mencheviques declinara significativamente desde 1905) adota uma postura diferenciada da maioria de seu partido: apoia a entrada da Rússia na guerra, ao lado da França e da Inglaterra, contra a Alemanha. Mais tarde, Vera Zassulitch fará o mesmo. Martov permanecerá, até o fim da guerra, em 1918, fiel aos princípios internacionalistas que, até então, haviam sido considerados intocáveis pela social-democracia europeia. O mesmo caminho foi seguido pelos bolcheviques e também por Trotsky.

Após a Revolução de fevereiro de 1917, quando o Czar Nicolau II foi derrubado e compôs-se um governo provisório de maioria democrático-burguesa, os mencheviques adotaram certas alterações na sua política anterior que terminariam por levá-los ao isolamento no interior do movimento operário. O setor majoritário do partido passou a apoiar a permanência da Rússia na guerra, numa atitude que se combina com outra alteração importante: os mencheviques decidem participar, como minoria, do governo provisório. O governo provisório comprometera-se com as potências aliadas a manter a Rússia na guerra. A

guerra, com suas nefastas consequências em termos econômicos e de perda de vidas humanas, era o principal fator de descontentamento entre a população e havia sido o elemento que propiciara a derrubada do czar. Assim, a defesa de sua continuidade teve um impacto devastador sobre a influência menchevique junto aos sovietes. A tomada do poder pelos bolcheviques e o fechamento da Assembleia Nacional Constituinte receberam a oposição dos mencheviques, incluindo Martov. No ano seguinte, já durante a guerra civil, o próprio Martov, reconquistando a maioria partidária que perdera após fevereiro de 1917, apoiou o governo bolchevique em sua luta contra os russos brancos. A política bolchevique de partido único, porém, terminaria por encerrar definitivamente a história dos mencheviques como agrupamento político de relevância para a política russa.

Referências

DEUTSCHER, Isaac. Trotsky: o profeta armado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HOBSBAWM, Eric (org.) História do marxismo, vol. 3: O marxismo na época da Segunda Internacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MESSIANISMO O termo “messianismo” vem do hebraico mashiach, que significa “ungido”, o Messias. O rei ungido da casa de David, de Belém, que será enviado por Deus para dar início à redenção final no fim dos dias. Cristão vem do grego christos, que é a tradução neotestamentária de mashiach e significa o mesmo. No Novo Testamento, o termo cristão denota o gentio que acreditava em Yeshua (Jesus), de modo que do ponto de vista das Escrituras “judeu cristão” é uma contradição. Todavia, este conflito – entre ser messiânico e ser judeu – é ignorado pelo judeu messiânico, uma corrente que acredita que o crente judeu em Yeshua não precisa renunciar ao seu judaísmo para ser messiânico, ou renunciar à sua fé messiânica para ser judeu. Assim, quando alguém se intitula judeu e messiânico ao mesmo tempo, está se identificando tanto com a comunidade judaica como com a Igreja, “Comunidade Messiânica de Deus”. Queiroz adverte que a ideia messiânica não é peculiar ao judaísmo, pois, antes de Israel, dos babilônios, dos egípcios, a religião de Zoroastro tinha mitos tipicamente messiânicos. Mas foi na antiga religião judaica que a noção adquiriu sua definição plena, pois o conceito messiânico aparece pela primeira vez no Livro I de Samuel, sugerindo que o Messias era o ungido do Senhor e que seu papel era político. A mesma autora refere que foi na religião israelita, interpretando acontecimentos históricos, que o conceito se formou em seu primeiro significado na luta do povo de Israel contra seus vizinhos e adquirindo

sua conotação definitiva quando do cativeiro em Babilônia. A preocupação dos pré-cristãos era diagnosticar se os personagens se aproximavam das descrições bíblicas, a fim de separar Messias verdadeiros de pseudomessias. Assim, o conceito definiu, dentro da religião judaica, que o Messias é o personagem concebido como um guia divino que deve conduzir o povo eleito, destruindo as forças do mal e estabelecendo um reino terreno glorioso para os justos. Os justos juntar-se-ão ao Messias numa nova ordem mundial, o olam ha-bá, em que a inclinação para o mal será destruída. O conceito teológico se transformou em conceito histórico em razão do crescente desenvolvimento dos estudos históricos e principalmente da história das religiões, passando a designar categorias específicas de líderes religiosos que teriam existido lendária ou realmente no passado. Max Weber e Paul Alphandery definiram o Messias como alguém enviado por uma divindade para trazer a vitória do Bem sobre o Mal, ou para corrigir as imperfeições do mundo, permitindo o advento do paraíso terrestre. O Messias seria um líder religioso e social, essencialmente carismático, ou seja, um indivíduo possuidor de forças sobrenaturais. Para Max Weber, o messianismo se afirma como uma força prática, e não como uma crença passiva conformista, pois o homem deve trabalhar para sanar as dificuldades, e o Messias está dentro da classe dos profetas, mas o profeta com destino político a cumprir na religião do povo judeu, lugar de sua origem. A definição weberiana de salvador vem da ideia de que alguém virá um dia, um herói ou Deus, para colocar seus adeptos em primeiro lugar. O líder messiânico é o intermediário entre Deus e os homens. Assim, a lenda messiânica se formava em torno de um personagem imaginário, mítico, investido do papel de salvador e um personagem histórico. Figuras reais de príncipes e cavaleiros, em cuja morte não se acreditou e cujo retorno era esperado, podiam, como os santos ou Cristo, ser objeto de espera messiânica, ou ser reencarnados pelos líderes de determinadas seitas medievais. Na Idade Média, o líder messiânico anunciando o fim dos tempos profetizava a vinda do Messias, chamada de Milênio, por se julgar que duraria mil anos, quando os homens se encontrariam com a eternidade e a verdadeira felicidade, é o Milenarismo. As Cruzadas, por exemplo, fizeram surgir sua leva própria de messiânicos na Europa, ao mesmo tempo em que David Alroy liderava um movimento messiânico no Curdistão, um mágico habilidoso que se declarou Messias, prometendo conduzir seus seguidores a Jerusalém. Estudos históricos e antropológicos constatam personagens semelhantes ao líder messiânico na mitologia de vários grupos primitivos que não pertenciam ao passado da religião cristã, mas às crenças pagãs. Como o messianismo não é crença passiva e inerte de resignação e conformismo, leva os homens a se organizarem em busca de um futuro melhor. Esse anseio leva ao “movimento” que visa transformar a vida na

Terra, e esse grupo forma um “movimento messiânico” que reconhece um messias como líder. Esses movimentos destacam-se por abarcar questões político-sociais, como também mostram que estimulam o nacionalismo e a revolução. Assim, doutrinas políticas e filosóficas podem encerrar ideias milenaristas não religiosas, que, em determinadas situações, levaram indivíduos a se reunirem e realizá-las, e se um líder surgir com características carismáticas poderá se tornar um Messias leigo, destinado por seus dons a conduzir os homens na realização das mudanças anunciadas por suas crenças. Portanto, o comunismo, o fascismo, o hitlerismo poderão ser considerados como a laicização de movimentos messiânicos. Também, as tradições místicas judaicas deram ímpeto ao messianismo, lançando a ideia de que o holocausto e o Estado de Israel despertam a esperança messiânica entre os sionistas religiosos, mas não surgiu ainda nenhuma figura individual como líder sionista messiânico contemporâneo.

Por volta de 1971, começou nos EUA o Movimento da Nova Era, que nos termos das ciências sociais é um movimento milenarista que busca organizar a ordem social através de meios religiosos. Enfatiza o misticismo universal, tentando ressacralizar a humanidade e o cosmos, e enfatiza a transformação espiritual do eu e da sociedade. A Nova Era está sendo empregada para abordar problemas sociais contemporâneos globais, como a paz e a fome no mundo, quer ser uma comunidade universal de crentes sem importar a tradição religiosa particular de seus membros. Durante a década de 1990, muitas pessoas se afiliaram a tradições milenaristas. No Japão, destaca-se o movimento messiânico “Verdade Suprema”, uma seita religiosa localizada no cerne da rede de negócios, organizações políticas e paramilitares, cujo objetivo era sobreviver ao apocalipse iminente e salvar o Japão e o mundo da guerra de extermínio que resultaria da concorrência entre as corporações japonesas e o imperialismo norte-americano em busca do estabelecimento de uma nova ordem mundial e um governo mundial unido. Seu líder, Asahara, e os poucos eleitos que sobrevivessem à batalha contra as forças do mal – o governo mundial unido controlado pelas multinacionais e seus agentes diretos: os imperialistas norte-americanos e a polícia japonesa – liderariam um contra-Estado mantido pela meditação e eletrônica, política informacional e guerra tecnológica (CASTELLS, 1999).

No Brasil, os movimentos messiânicos existiram tanto entre a população indígena quanto entre as populações rústicas, de cultura tradicional do homem do campo. Esses movimentos brasileiros inserem-se no contexto de transformações sociais, políticas e econômicas que tiveram seu princípio antes da República, mas nesta encontram sua mais completa manifestação. Esses fenômenos estão ligados a crises no mandonismo tradicional no contexto de uma

situação de crise agrícola, em que os baixos níveis de vida, a seca e a luta armada entre os donos das terras (coronéis) provocam um constante estado de angústia social. São antirrepublicanos e, em geral, as cidades são percebidas como prefigurações de um reino milenarista, lugares privilegiados, gerando tensões entre seus líderes e as autoridades locais e sacerdotes. Ao desencantamento com o mundo tradicional encontram um único caminho que lhes é dado, o da religião. Entre os movimentos tidos como messiânicos no Brasil, destacam-se o de Antônio Conselheiro, no Ceará, em Canudos, por volta de 1817; outro, em Juazeiro no interior do Ceará, por volta de 1872, seu líder Padre Cícero, investido da condição de profeta e apóstolo; no Rio Grande do Sul, em Sapiranga, os Mukers, em 1872, tendo como líderes o casal João Jorge e Jacobina Maurer. Entre 1910-1915, surge um movimento messiânico nos territórios atuais de Santa Catarina e Paraná, que provocou a disputa entre esses territórios na região que ficou conhecida como Contestado. Tanto no Brasil como na América Latina, é possível constatar pontos comuns entre os projetos políticos, as ideologias propostas e a religiosidade de massas que apoiavam esses movimentos que vinculam anseios de justiça com sentimento religioso das classes populares. Em alguns casos latino-americanos, à margem do populismo, os líderes (Madero, Haya de la Torre, Perón) são convertidos numa espécie de Messias que vem salvar as massas da miséria e das dificuldades da vida. No caso argentino, Evita Perón passa a ser praticamente canonizada pelo povo, após sua morte, e o mesmo acontece com outros tantos líderes que encarnam anseios de justiça do povo, como o Sendero Luminoso, que encerra um messianismo político-religioso (PARKER, 1995).

Referências

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FAUSTO, Boris (org.). “História Geral da Civilização Brasileira”, t. III. In: O Brasil Republicano: sociedades e instituições, 1889-1930. São Paulo: Bertrand Brasil, 1990.

PARKER, Cristián. Religião popular e modernização capitalista: outra lógica na América Latina. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O messianismo no Brasil e no mundo. São Paulo: Dominus/Editora da USP, 1965.

MIGRAÇÕES CAMPONESAS Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a População, o número de migrantes no mundo oscilava entre 130 e 150 milhões ao final do século XX, representando 2,3% da população mundial. Desse montante, os camponeses sem terra e trabalhadores rurais constituíam a maioria, cuja mobilidade geográfica estava associada fundamentalmente à

expulsão. Esta ocorria tanto de forma espontânea, quando se esgotavam os fatores de reprodução da força de trabalho, quanto por indução dos governos, como forma de aliviar tensões e manter os trabalhadores disponíveis como força de trabalho, dando respostas à lógica do sistema capitalista de exploração da força de trabalho. No entanto, noções como mobilidade da força de trabalho, exército industrial de reserva e disponibilidade da força de trabalho já não são suficientes para explicar o mundo do migrante camponês. Isto se deve ao fato de que muitos deles não formam mais simples "reservas" disponíveis para o interesse do capital, mas grandes massas que jamais encontrarão ocupação devido ao modelo econômico que passou a imperar no mundo entre as décadas de 1980 e 1990. Por isso, a noção de exclusão passou a ser mais determinante do que "reserva de trabalho" para se entender a sua condição social. Nos países periféricos e dependentes, como aqueles da América Latina, a exclusão é mais evidente: ou o migrante camponês se transforma em produtor, vendedor e consumidor de mercadorias, ou é expulso da terra.

Podemos dizer que os fatores que levam à migração camponesa são estruturais na medida em que existe uma política econômica de estagnação que não oferece para a grande massa no campo as condições de sobrevivência, quer pela introdução de técnicas na produção agrícola, principalmente em países que passaram pela chamada Revolução Verde, dispensando mão de obra, quer pela transformação da terra em reserva de valor, tirando dela sua função social. Além dos fatores estruturais, fatores conjunturais são responsáveis pelas migrações camponesas, estando ligados a intempéries naturais, políticas ou econômicas, tais como: enchentes, escassez de água, erosão dos solos, mudanças climáticas, guerras civis, opressão dos latifundiários e descaso da justiça e políticas econômicas recessivas. Os migrantes que são expulsos em função de catástrofes naturais são chamados de migrantes ambientais.

Por vezes, alguns migrantes camponeses deixam o seu país de origem e vão para outro país com melhores condições econômicas e sociais. Na África, tais deslocamentos estiveram marcadamente associados a partir da década de 1960 a guerras civis e à consequente estagnação das economias de seus países. Na Ásia, indonésios se dirigiram durante a década de 1990 para a Malásia, novo Tigre Asiático com economia em expansão. Por sua vez, a Europa Ocidental recebeu milhões de imigrantes do norte e sul da África e da Turquia, nas décadas de 1960 e 1970. Esse movimento sofreu retração ao final da década de1970, sendo retomado na década de 1980. Os países do Oriente Médio, principalmente os produtores de petróleo do Golfo Pérsico, abriram suas portas à imigração a partir da década de 1970, para que pudessem implementar os grandes polos petrolíferos. Muitos trabalhadores vieram das áreas rurais do sul da Ásia, norte

da África e de outros países árabes. Durante as décadas de 1980 e 1990, os EUA e o Canadá tentaram fechar as suas portas à imigração de mexicanos, porto-riquenhos, haitianos e cubanos.

As migrações de natureza política, como guerras civis e conflitos étnicos, foram responsáveis pelos grandes contingentes de deslocamentos camponeses na África e na Ásia durante a década de 1990. Nesse tipo de deslocamento, há as migrações por coerção e as que resultam de fugas. Muitos se tornaram migrantes ilegais e acabaram por viver em campos de refugiados sem qualquer segurança política ou judicial. Outros tantos foram submetidos ao trabalho informal e desregulamentado com baixo salário. Os exemplos se multiplicam por diversos países: na Somália, Etiópia, Eritreia e no Sudão, a população foi comprimida entre a fome, a escassez de recursos e o terrorismo político; em Ruanda, as migrações de hutus para a República Democrática do Congo e para a Tanzânia transformaram-se numa séria questão de equilíbrio diplomático, envolvendo também Uganda; Angola e Moçambique viviam um problema de reacomodação de sua população refugiada depois de mais de duas décadas de guerra civil, que tornaram o simples ato de plantar uma atitude perigosa em face das incontáveis minas espalhadas por todo seu território; no Oriente Médio, as organizações clânicas de curdos compunham a maior etnia sem Estado do mundo, com cerca de 26,3 milhões de pessoas espalhadas pelos territórios da Turquia, do Iraque, do Irã, da Síria e da Armênia, sendo em todos eles tratados como minorias sem direitos políticos e linguísticos; no Afeganistão, desde a guerra contra a invasão soviética em 1979 e as posteriores disputas políticas internas, houve o deslocamento de grande parcela de sua população para o Paquistão e o Irã – e já em 1999 constituía o maior contingente de refugiados do mundo (cerca de 2,5 milhões); na região palestina, árabes-palestinos viviam a insegurança da condição de minoria ou de refugiados desde a criação do Estado de Israel (1947).

As migrações camponesas podem ser definitivas ou temporárias. As primeiras podem ter como causa a concentração da propriedade no campo, a valorização da terra e sua especulação imobiliária e financeira, assim como a mecanização da agricultura. Um bom exemplo dessas circunstâncias foi a ocupação da fronteira agrícola da Amazônia nas décadas de 1960 e 1970 através de um intenso fluxo migratório, provocado tanto pela mecanização da agricultura, pela alta dos preços e pela concentração da terra no sul do país – onde foi introduzida a monocultura de exportação da soja – quanto pela precária condição de trabalho no agreste e sertão do Nordeste. A fronteira agrícola da Amazônia tornou-se uma área com graves conflitos pela posse da terra, evidenciando a tensão entre dois tipos de propriedade: o grande latifúndio de gado e a propriedade familiar (marcadamente ligada ao extrativismo vegetal). Por isso, o número de

trabalhadores assassinados por questões de posse da terra aumentou na região. Em 1988, teve ressonância mundial o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, cuja história seria contada no filme Amazônia em Chamas (The Burning Season, EUA: 1996).

As migrações temporárias ou sazonais dependem da época do ano. Na Europa, montanha e planície se revezam entre o verão e o inverno. No pantanal mato-grossense do Brasil, a população que vive em torno da criação de gado alterna seus deslocamentos conforme os períodos de cheia e de vazante. Os braceros, trabalhadores rurais mexicanos, migram para a Flórida durante o período de colheita nas plantações de laranja, retornando ao México. Os seus deslocamentos são rigorosamente vigiados pelo sistema de passe para evitar que dali passem definitivamente para solo norte-americano. O nomadismo também é uma forma de migração temporária, mas por tempo indeterminado: pode ter como causa a aridez de uma região, fazendo com que a população vá em busca de pastos para o gado, como acontece na África do norte e subsaariana e na Ásia Central.

Entre as formas de migração interna, destaca-se como questão social ainda não resolvida o êxodo rural, que tem sido bastante expressivo nos países periféricos, embora o seu ritmo tenha diminuído durante a década de 1990. Desde a década de 1950, a aceleração da industrialização e a precarização das relações de trabalho no campo haviam provocado, particularmente na América Latina, uma explosão desordenada da população urbana. No entanto, a população do êxodo rural foi incorporada ao mercado de trabalho urbano em posições subalternas e, por conta disso, passou a morar nos espaços menos valorizados e precariamente urbanizados. A cidade grande constituiu uma atração para o camponês migrante que não encontrava trabalho no campo, mas as dificuldades de conseguir formas de empregos que ajudassem a sua integração social nas cidades levaram à sua degradação social, psicológica e cultural, assim como a uma perda de identidade que empurrou muitos para práticas rotineiras de violência e alcoolismo. Há ainda o caso dos boias-frias do Brasil, que são trabalhadores que habitam áreas suburbanas ou rururbanas e participam de deslocamentos periódicos para áreas agrícolas nos momentos de colheita ou de plantio. Eles são o próprio limiar entre dois mundos que empregam de modo subalterno a sua força de trabalho.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Centro de Estudos Migratórios – Migrantes: Êxodo Forçado. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.

OCDE, Tendances des migrations internationales: rapports annuels du SOPEMI (Système d'Observation Permanente des Migrations). Paris: OCDE, s/d.

SIMON, G. Géodynamique des migrations internationales dans de monde. Paris: PUF, 1995.

LÚCIA MARIA DE BAÈRE NAEGELI

MODERNISMO Trata-se da expressão intelectual e artística da modernidade. A sua base expressiva era o fluxo e a mudança, a efemeridade e a fragmentação, tendo em vista o desejo ou a frustração na busca da liberdade humana de suas necessidades. Por isso, a posição dos artistas frente à modernidade foi de aceitação, contestação, dominação ou circulação. O Modernismo foi tanto um protesto contra as promessas descumpridas e as esperanças frustradas da modernidade quanto um testemunho da seriedade com que tais promessas e esperanças foram tratadas. Seguindo a visão de Baudelaire (1821-1867), pode-se assinalar uma tensão interna que define a ambiguidade do Modernismo: a relação dialética entre lidar com o efêmero da modernidade e a busca do eterno nas artes.

Antes da experiência da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a reação dos artistas era predominantemente de não aceitação das condições da vida moderna, reagindo contra a efemeridade das novas condições de produção (máquina, fábrica e urbanização), circulação (novos sistemas de transportes e comunicação) e consumo (mercados de massa, moda de massa e publicidade). Como manifestação cultural da modernidade, o Modernismo tentou absorver, codificar e refletir sobre essas rápidas mudanças, assim como sugeriu caminhos para modificá-las ou sustentá-las. Por isso, o tipo de arte produzido neste período celebrava ideais universais, mesmo em meio a múltiplas perspectivas; exprimia alienação, opunha-se a todo senso de hierarquia e criticava o consumismo e os estilos de vida “burgueses”.

No entanto, a sensibilidade relacionada com a efemeridade significava também confiar na natureza progressiva da história e que, portanto, o aparecimento do novo tornaria o existente redundante, devendo-se romper sempre com o legado ou o herdado. Todos deveriam estar, então, imbuídos de um espírito pioneiro, olhando sempre com aversão a condição presente das artes. Não deveria haver passado, porque não deveria haver cânones a estabelecer planos expressivos, e, autonomamente, os artistas acreditavam estar livres para experimentar novos recursos, teorizar a seu respeito, mas ao mesmo tempo atribuir um sentido histórico mais profundo para as realizações artísticas, como se pudessem revelar algo da realidade e falar mais realisticamente dela para ela mesma. Daí, um elemento importante do Modernismo – e que ironicamente o inseria na durabilidade – era a sua própria noção de representação como precursora de visões de um mundo por vir, um esquema preliminar de um modelo universal de amanhã – apocalíptico ou paradisíaco, conforme a sensibilidade e contexto de cada artista. Portanto, os modernistas seguiram inicialmente o modelo dos

movimentos revolucionários, preferindo agir coletivamente, criando e coordenando irmandades com seus próprios manifestos artísticos que expunham programas comuns. Neste período, o Modernismo estava bem ao lado de um espírito democratizador e do universalismo progressista.

Todo o tom presente no Modernismo durante a Primeira Guerra Mundial apenas ratificou uma sensação anterior de desordem e desespero e, por isso, o mundo não parecia mais ser representável por uma linguagem simples, como demonstrava a multifragmentação da perspectiva no Cubismo: a compreensão do mundo só era possível através de múltiplas perspectivas. Nesse sentido, uma visão única ou um ponto único de fuga para o olhar parecia limitador, hierarquizante e autoritário. No entanto, mais uma vez o tom muda quando o Modernismo assume a modernização como força estetizante e não sente culpa de impor a sua visão da realidade para uma sociedade sentida como relutante ou indiferente. O trauma da Primeira Guerra Mundial produziu respostas políticas e intelectuais que abriram caminho para considerações em torno da durabilidade. Assim, a busca da forma perfeita e estável para moldar o corpo social parecia ser uma resposta contra a insegurança. Neste contexto, a razão tocou o mito e perdeu seu ímpeto reflexivo, criando um campo farto para o autoritarismo. Uma perspectiva tão unidimensional dos potenciais da modernidade estava propensa à perversão e ao abuso.

A busca pelo Modernismo entreguerras de uma “verdade eterna” consolidava uma situação propícia para que vários outros mitos se alojassem em seu interior: máquina viva, militarismo, velocidade e aceleração são vistos com admiração pelo artista-guerreiro que pretendia dominar e ordenar a multidão incapaz de se organizar por conta própria. A arquitetura aceitou de bom grado este sonho modernista da “máquina viva” do progresso tecnológico, definindo perigosamente o campo do “puro” e do “impuro” para cada projeto de ordenação da sociedade, cujos ecos mais extremos foram os campos de extermínios da Alemanha. A estetização modernista da política criou mitos todo-abrangentes e representou o lado mais brutal do Modernismo.

Os desfechos do Modernismo carregaram a sua própria ambiguidade de vanguarda cultural: como avant garde, devia provocar ruptura, escândalo, choque no espectador, colocando a realidade social num molde ou prisma imprevisto para revelar sobre ela mais do que poderia fazer por conta própria; mas depois do choque, esperava-se o reconhecimento pela revelação trazida à tona para aquele olhar até então distraído. Se depois do escândalo segue-se o aplauso, o outsider torna-se estabelecido e o potencial reflexivo da obra modernista decai para a condição de signo de consumo e distinção social. Foi como infalível símbolo de prestígio e como estratificador social que a arte

modernista passou a ser consumida por muitos indivíduos e regimes políticos. Durante o período heroico dos futuristas no entreguerras, por exemplo, o Modernismo revelou a sua face de dominação sobre os fetiches da modernização. Entretanto, depois deste período de efervescência mitológica, adveio o momento de circulação em seus efeitos. As imagens do holocausto tinham provocado desconfianças a respeito de qualquer postura de dominação.

Os receios em relação aos efeitos da intervenção de um projeto político-estético todo-abrangente sobre a sociedade tornaram-se a marca do período pós-guerra e, como expressão cultural deste momento, surgiu um tipo de linguagem estética que transigiu com um tecnocentrismo racionalista de viés positivista que pretendeu "se limpar" dos "efeitos desastrosos" da expressividade heroica do entreguerras. Assim, poder-se-ia festejar o progresso tecnológico e o planejamento racional – sob condições padronizadas de conhecimento e de produção – como ferramentas "neutras" que falariam por si, posto que não se misturariam com a "política" e, assim, seriam evitados os demônios do passado recente (o nazismo) e aqueles do presente contínuo (o comunismo). O Abstrato-Expressionismo demonstrou justamente esta tendência de despolitização e de alienação do Modernismo, particularmente nos EUA. No entanto, a sua alienação e a fragmentação discursiva foram também expressões de uma ansiedade específica da era nuclear, em que a suposta neutralidade tecnocientítica dos administradores parecia cada vez mais ceder lugar à busca de tecnologias de destruição em massa com "finalidades políticas".

Esta fase tardia do Modernismo é algumas vezes confundida com o Pós-Modernismo devido à profusão com que a produção artística modernista tornou-se "peça de decoração", símbolo de distinção social e meio de fácil consumo para uma elite pouco crítica e muito mais interessada em demarcar fronteiras de identidade. Entretanto, embora tenha parado de chocar e se mantido mais na durabilidade do que na efemeridade, a arte modernista do período tardio não tinha ainda rompido com a lógica da representação: para ela, havia uma "verdade externa" à obra de arte que precisava de algum modo ser captada pelo artista, que buscaria a sua expressão mais perfeita; enfim, havia ainda a sensação de que existia uma "verdade" temporariamente desfigurada ou escondida pelas convenções existentes à espera da revelação do artista. Portanto, mesmo na fase final do Modernismo, o artista continuava ontologicamente livre e, por princípio, não haveria um mundo exterior a impor-lhe leis expressivas, ou seja, não havia nenhuma submissão a priori, adaptação ou variação a partir de leis e significados recebidos, posto que sua obra continuava sendo uma invenção soberana, sem modelo, exigente em ruptura, embora o seu potencial de escandalizar tenha se enfraquecido pelas demandas fugazes do mercado de artes. No final das contas,

pode-se afirmar que foi o próprio “desencaixe” do indivíduo provocado pela modernidade – fundamental para libertar a consciência do artista das diferentes formas de heteronomias (Deus, hierarquias hereditárias, tradições da comunidade etc.) – que trouxe para o Modernismo um risco muito grande de alienação e perda de capacidade reflexiva em sua fase tardia: o mundo que desarraigou as identidades herdadas e tornou a construção da identidade uma tarefa de indivíduos desarraigados foi o mesmo que provocou uma demanda imprevista por símbolos portáteis – de preferências compráveis – que pudessem restaurar alguma forma de “reencaixe”. Ironicamente, pode-se dizer que a modernidade foi pós-moderna em suas consequências e que sua expressão cultural não poderia deixar de representar tais contradições.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
BOURDIEU, Pierre. Distinction: a social critique of the judgement of taste. Londres: Routledge, 1998.
HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1993.
JAMESON, Fredric. Pós-modernismo: lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

MOVIMENTO PROGRESSISTA A virada do século XIX para o XX representou um momento de profundas transformações na sociedade norte-americana. Dois fenômenos, em parte interligados, vinham colocar em xeque uma América que se via, em grande medida, como branca, anglo-saxã e protestante, além de eminentemente rural: de um lado, consolidava-se o processo de concentração do capital nos grandes conglomerados econômico-financeiros, generalizando as relações de assalariamento; de outro, a população urbanizava-se rapidamente, passando de 39% do total em 1900 para 56% em 1930, processo para o qual contribuiu decisivamente a entrada maciça de imigrantes no país. Entre 1880 e 1920, 23 milhões de pessoas chegaram aos EUA, para uma população de 76 milhões em 1900. Tais transformações acarretaram o fenômeno, novo para os padrões americanos, da pobreza urbana e branca de massas, com a consequente intensificação do conflito social e a construção de partidos e organizações de classe. As últimas décadas do século XIX, principalmente, presenciaram um forte crescimento da insatisfação operária, que acabaria por resultar em confrontos, frequentemente violentos, entre organizações sindicais e forças armadas, tanto privadas quanto estatais. O célebre massacre de Haymarket, em 1886 em Chicago, assim como a não menos célebre greve ferroviária da Pullman, em 1894, foram dois dos mais conhecidos, mas de forma

alguma os únicos destes conflitos. Nas primeiras décadas do século XX, o Industrial Workers of the World viria questionar abertamente a ordem capitalista, liderando greves e movimentos de massa. Neste cenário, um número crescente de reformadores de classe média, líderes empresariais e sindicais, profissionais liberais e membros do clero, buscaram dar soluções não só ao aguçamento do conflito social como também a outros fenômenos relacionados com a sensação de perda da harmonia social causada pelo chamado industrialismo, como as corruptas máquinas políticas urbanas voltadas para os imigrantes e o problema da habitação operária, com seus cortiços e doenças morais e sociais, como a sífilis e o antipatriotismo. Para fazer face a estas questões, surgiu o movimento progressista, cuja atuação pode ser delimitada entre os primeiros anos do século XX e os imediatamente posteriores ao fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

A natureza desse movimento é alvo de intensos debates na historiografia norte-americana. De forma esquemática, podem ser identificadas pelo menos cinco tendências principais. A primeira percebe tal movimento como hegemonizado por membros da velha classe média americana, como jornalistas, profissionais liberais, ministros de igrejas e pequenos proprietários, temerosos da perda de seu status social diante do poder das grandes corporações e máquinas políticas urbanas. Nesse sentido, ele seria um movimento essencialmente reativo e moralista. Uma segunda corrente, caracterizada como organizacional, percebe na base social do movimento, ao contrário, a nova classe média oriunda do processo de industrialização e que buscava implementar, na esfera pública, os métodos de organização derivados do mundo empresarial, a fim de tornar o Estado mais eficiente e racional. Uma terceira visão entende o progressivismo como uma estratégia das grandes corporações, que teriam buscado, por meio da regulação estatal da economia, construir um ambiente institucional adequado à expansão capitalista, particularmente pela disciplinarização da concorrência destrutiva entre os capitais. Uma quarta visão, bastante minoritária, nega a própria existência do movimento progressista, pela ausência de um programa consistente, de uma base social identificável e de uma agenda de reformas coerente. Uma quinta visão, ora em diante desenvolvida, percebe o movimento progressista como um amplo conjunto de iniciativas, tomadas por diferentes atores sociais, para construir alternativas à sua inserção na nova sociedade urbano-industrial que então se consolidava. Consequentemente, em seu seio aninhavam-se diferentes projetos e concepções de sociedade, algumas das quais poderiam ser consideradas regressivas nos dias de hoje, e as diferentes reformas então implementadas surgiram como resultado das coalizões que os diferentes atores conseguiram construir e das sucessivas correlações de forças que tiveram

de enfrentar. Tal característica do movimento explica o caráter aparentemente contraditório de muitas das reformas então implementadas, como as leis de bem-estar voltadas para os trabalhadores e a Lei Seca que os atingia duramente, assim como uma profunda regressão nos direitos civis e políticos dos negros no Sul concomitante à criação de mecanismos de democracia direta, como o referendo e o recall. No entanto, para além de todas as dissensões, alguns temas em comum podem ser identificados entre as diversas agendas progressistas: a defesa da americanização dos imigrantes e a incorporação destes ao projeto societário norte-americano, em que valores como o individualismo e a mobilidade social eram centrais, com a decorrente estrangeirização do conflito social; consequentemente, a defesa do princípio da harmonia social e da conciliação de classes, expresso principalmente por intelectuais como Herbert Croly em seu clássico A promessa da vida americana, e o papel do Estado na regulação dos grandes conglomerados.

A questão dos conglomerados era central para o movimento progressista, dado que o padrão de industrialização até então empreendido, por eles liderado, era percebido como o problema fundamental a ser superado de forma a resgatar a harmonia social da América. De início, duas posições poderiam ser identificadas no seio do movimento, cristalizadas nas eleições presidenciais de 1912 em duas candidaturas: a Nova Liberdade de Woodrow Wilson, do Partido Democrata, defendia a quebra do poder dos conglomerados pelo Estado e a volta ao mundo dos pequenos negócios, e o Novo Nacionalismo de Theodore Roosevelt, do então recém-formado Partido Progressista, defendia a existência dos conglomerados por seus efeitos benéficos sobre a eficiência produtiva e a concorrência intercapitalista, cabendo ao Estado regulá-los e impedir a formação de monopólios. Vitorioso nas eleições, Wilson acabaria por fazer um governo mais identificado ao Novo Nacionalismo do que à Nova Liberdade. A partir de então, com o importante interregno dos anos 1920, em que se buscou construir um Novo Individualismo, o Estado norte-americano passaria a ter um papel ativo na regulação da economia. Consequentemente, a era progressista testemunhou o nascimento de uma nova burocracia e um novo corpo administrativo do Estado, em que o Poder Executivo assumiria importância crescente e passaria a exercer funções até então sob domínio exclusivo dos poderes Judiciário e Legislativo, principalmente através de agências administrativas.

A expansão do Estado americano e a publicização de interesses que até então eram percebidos como eminentemente privados resultaram em um duplo movimento. Inúmeras agências regulatórias então criadas, nas quais a ideia de um Estado pairando acima dos interesses privados e de um saber técnico neutro deveriam assumir formato institucional, acabaram por ser controladas pelos

setores econômicos que deveriam, justamente, regular. Em outras áreas, no entanto, a esfera pública expandiu-se, como no que se refere à mediação do conflito distributivo, principalmente durante a Grande Guerra, momento em que, pela primeira vez na história americana, o movimento sindical teve reconhecida sua legitimidade como ator coletivo, com a criação de uma agência tripartite que envolvia Estado, patrões e empregados para resolver conflitos entre os últimos.

As mudanças relativas ao papel do Estado durante a era progressista acabariam por se refletir profundamente no caráter do liberalismo norte-americano. Diante da incapacidade tanto de um Estado nacional com poucos recursos políticos quanto do liberalismo econômico em reproduzir uma sociedade liberal, ou seja, quando a livre empresa transformou-se em conglomerado e monopólio e os indivíduos viram sua capacidade de ação transformar-se em farsa diante do poder das grandes corporações, os liberais americanos passaram a perceber no Estado o fiador da liberdade e da dignidade do indivíduo. A partir de então, e pelo menos até a década de 1970, passando por momentos importantes como o New Deal, o liberalismo norte-americano seria marcado pela constante defesa da regulação estatal na vida econômica e social dos EUA.

Referências

GERSTLE, Gary. “The Protean character of American liberalism”. In: The American Historical Review, v. 99, n. 4, outubro de 1994.

LIMONCIC, Flávio. “A promessa da vida americana: Herbert Croly, as ‘discriminações construtivas’ e a questão do Estado norte-americano”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2000.

PEGRAM, Thomas. Partisans and progressives: private interests and public policy in Illinois, 1870-1922. Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 1992.

SCHNEIROV, Richard; STROMQUIST, Shelton; SALVATORE, Nick (eds.). The Pullman strike and the crisis of the 1890s: Essays on labor and politics. Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 1999.

FLÁVIO LIMONIC

MULHER MUÇULMANA As regras do Alcorão para a mulher determinam o recato, separando-a do olhar profano, já que as mulheres exprimiriam o desejo. Assim, ela devia cobrir-se, ter pudor, como é estipulado na vigésima quarta Surata do Alcorão: “Dizei aos crentes que recatem seus olhares e conservem seus pudores, porque isso é mais plausível para eles; Deus está bem inteirado de quanto fazem. Dizei às crentes que recatem seus olhares, conservem seus pudores e não mostrem seus atrativos, além dos que normalmente aparecem; que cubram o peito com seus véus.” O véu é um dos delimitadores culturais aos quais a mulher muçulmana está submetida. Ele é o próprio símbolo de sua condição reclusa, visto que, antes de casar-se, a mulher só deveria se mostrar aos

pais e aos irmãos, ou seja, aos homens para os quais o sexo é tabu.
Um dos principais meios de controle sobre o universo feminino é a vigília masculina sobre sua virgindade. No entanto, elementos mais específicos evidenciam o tratamento da mulher como menor no universo islâmico: o direito de repúdio e cancelamento do contrato nupcial por parte do marido caso considere a mulher de alguma forma incapaz, particularmente no concernente à fecundidade; a poligamia, que concede ao homem o direito de ter até quatro esposas, devendo sustentá-las de forma igual; a precedência jurídica do marido sobre a criação e o sustento dos filhos, assim como na prestação de testemunhos em tribunais; em caso de divisões de bens com irmãos, a parte que cabe à mulher é menor, visto que deverá ser sustentada pelo marido – ter o braço masculino que a conduza, sendo encaradas com certo desdém as experiências femininas na busca de maior autonomia econômica e jurídica. No entanto, todas essas prescrições foram reinterpretadas e amenizadas ao longo do século XX em função dos efeitos da modernização ocidental e das experiências de busca de autonomia jurídica e política nas lutas feministas. As lutas de independência das ex-colônias islamizadas europeias entre os anos 1920 e 1940 tiveram participação efetiva de mulheres, inclusive em guerrilhas urbanas. Tais experiências quebraram ostensivamente as regras do recato, do silêncio e da reclusão doméstica prescritas para as mulheres. Afinal, guerra e trabalho fora do lar compunham o universo masculino.
Antes das reformas políticas e institucionais intentadas por Mustafá Kemal Atatürk (1881-1938) na Turquia ao longo da década de 1920, dificilmente as mulheres tinham acesso ao ensino regular fora de casa, restringindo-se a sua formação ao que era necessário para ler o Alcorão. O acesso de mulheres às universidades na Turquia levou a um relativo retardamento da idade de casamento, que ocorria geralmente aos 15 anos, assim como mudanças no uso das vestes, que também se ocidentalizaram. Esse mesmo processo de ocidentalização da condição feminina ocorreu durante a ditadura pró-americana de Mohamed Reza Pahlev (1919-1980) no Irã e a ditadura pró-soviética de Nasser (1918-1970) no Egito. Os anos subsequentes à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) testemunharam um aumento nos movimentos de emancipação feminina no Islã. A grande questão nestes processos de “modernização” dizia respeito ao status da mulher, ao seu direito de voto, à construção de uma identidade desatrelada da autoridade do pai, do irmão ou do marido. A educação e o trabalho fora do lar foram decisivos nas mudanças que afetaram o papel da mulher no mundo islâmico. Ao final do século XX, uma parcela maior de mulheres já conseguia acesso às escolas e às universidades, embora figurassem ainda longe do equivalente masculino. Com a crescente globalização da

economia e a precariedade de manter a subsistência do lar somente com o trabalho extradoméstico masculino, algumas regras do Alcorão tiveram de ceder às circunstâncias dos novos tempos e reconhecer o papel ativo da mulher na economia fora do lar. Assim, alguns traços comuns do universo feminino em alguns locais, como o uso do véu, caíram em desuso. Além disso, outras características que definiam a desigualdade com o universo masculino, como a poligamia ou o concubinato, tornaram-se objetos de discussão. Isto afetaria a própria imagem da família de longa prole, abrindo-se para as mulheres islâmicas a possibilidade do uso de anticoncepcionais e, consequentemente, o acesso a profissões liberais que exigiriam menor tempo ao lar, ao marido e aos filhos.

Entretanto, as mudanças não aconteceram de forma igual e em algumas partes do mundo islâmico pôde-se mesmo observar alguns retrocessos a partir da década de 1970: em algumas partes do Afeganistão, as mulheres mantinham todo o corpo coberto sob a burka, conforme o costume de algumas tribos pushtuns resistentes ao processo de ocidentalização; as iranianas deixavam apenas o rosto visível desde a Revolução Islâmica de começos de 1979; as mulheres sauditas geralmente cobriam parcialmente os rostos com lenços coloridos. Trata-se de diversas leituras do Islã adaptadas às várias tradições locais e aos contextos políticos. Na década de 1990, as leituras fundamentalistas do Alcorão tiveram o mesmo efeito na Península Arábica, na Argélia, no Marrocos e no Sudão. O problema não se restringiu mais ao modo de uso das vestes tradicionais, pois em alguns países com relativa liberdade, como o Egito, as mulheres as usavam facultativamente. As leituras fundamentalistas negavam completamente qualquer equivalência jurídica, social e política entre homens e mulheres. Estima-se que no Afeganistão, antes da ascensão dos Talibans, 40% dos cargos públicos eram ocupados por mulheres. O posicionamento tradicionalista, entretanto, não era exclusividade dos fundamentalistas.

Ao final do século XX, a experiência discriminatória de minorias argelinas islamizadas migradas para a França criou uma espécie de fechamento na tradição como meio de reação à “fortaleza Europa” que se montou contra os imigrantes das ex-colônias, do Terceiro Mundo em geral e do Leste Europeu. Assim, não foi estranho encontrar grupos de mulheres organizadas em meados da década de 1990 a reivindicar o direito de uso do véu nas escolas laicas francesas, encarando as sucessivas negativas do governo francês como uma espécie de desrespeito ou agressão à sua cultura. No entanto, embora a legislação francesa não tolerasse a poligamia, as mulheres não colocaram este assunto em pauta. Portanto, há uma seleção claramente circunstanciada pelo meio político, cultural, social e jurídico na definição do que se considera uma agressão ou desrespeito cultural e, por conseguinte, na sua delimitação como objeto de debate e manifestação política.

Na França, as mulheres argelinas viveriam uma situação de equivalência com o universo masculino bem maior do que em seu país de origem e o uso do véu revelava menos uma postura de submissão ao estilo pré-moderno de vida do que uma busca reativa de positivação de sua identidade em um meio considerado como potencialmente aniquilador de sua identidade.

Estes novos fechamentos em tradições recompostas que marcaram o final do século XX são tipicamente pós-modernos. Com o fim do regime Taliban em novembro de 2001, podemos observar reações absolutamente distintas no Afeganistão: enquanto em Cabul as mulheres tadjiques comemoravam o fim do uso da burka, as mulheres fundamentalistas do partido paquistanês Jamiat-Ulema-e-Islami (JUI) defendiam o uso da burka e as tradições pushtuns. Em uma entrevista apresentada ao Corriere della Sera de 18 de novembro de 2001, uma ativista do JUI assim manifestou as suas opiniões: “[A burka] é sinal de respeito da parte dos homens, serve para defender-nos dos olhares indiscretos, para proteger [as mulheres] de um excesso de responsabilidade. Não queremos nos tornar como vocês ocidentais, cheias de trabalho, constrangidas a sustentarem-se sozinhas, a cuidar da família e dos filhos.” Não se trata de um discurso desarticulado ou desconexo, pelo contrário, revela uma situação que deve ser muito bem refletida em âmbito mundial: os processos de modernização vividos pelos países muçulmanos foram autoritários e agressivos, sem que houvesse como contraparte uma segura garantia de que as condições de vida não se deteriorariam ou que grupos inteiros não seriam ameaçados pela aniquilação. As inseguranças existenciais geradas pelo processo de modernização criaram o campo propício para reações “neotribalistas”, que nada mais são do que buscas alternativas da sensação de controle sobre a existência não mais na longa escala da modernidade.

Referências

AMSTRONG, Karen. Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BURGUIÈRE, A.; KLAPISCH-ZULER, C.; SEGALEN, M.; ZONABEND, F. (ed.). Histoire de la Famille, vol. 3: Le Choc des Modernités. Paris: Armand Colin, 1986.

CUTULI, Maria Grazia. Entrevista in Corriere della Sera, 19 de novembro de 2001.

DUBY, G.; PERROT, M. (org.). História das mulheres no Ocidente. vol. 5: O século XX. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

HOURANI, A. Uma história dos povos árabes. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

SAID, E. W. Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ANDRÉA ÁLVARES DA CUNHA

NACIONALISMO ÁRABE A aspiração de identidade nacional manifestou-se ao longo do século XIX entre os povos que viviam subordinados havia séculos aos impérios europeus de então: o Império Austro-Húngaro e o Império Otomano, cujo desmembramento só se efetivou de forma definitiva ao final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Na América de colonizações inglesa e ibérica, os movimentos separatistas originaram novos países com entidades nacionais diversas: os Estados Unidos do Norte e os novos Estados da América Central e do Sul. Por outro lado, impérios de características mundiais, o britânico e o francês, chegaram ao fim, nos anos que se seguiram ao término da Segunda Guerra. Mundial. A construção desses impérios ligara-se à expansão das navegações transoceânicas dos séculos XV, XVI e XVII, de que resultaram o descobrimento e a ocupação pelos comerciantes e navegadores europeus de terras e mares até então, em parte, desconhecidos. Tais fatos, que geraram novas nações e a construção de novos Estados, fizeram o papel de boomerang do imperialismo e imprimiram cunho próprio à segunda metade do século XX.

Marcada pela internacionalização de seus problemas, a história dos tempos modernos ganha vulto ao ser encarada sob o ângulo das questões mundiais envolvendo os aspectos nacionais que lhe são inerentes. Assim, o século XX deve ser compreendido em função do seu caráter eminentemente internacional. A Primeira Guerra Mundial, apesar de ter sido travada em solo europeu, provocou a explosão, no interior dos países beligerantes, de reivindicações nacionais dentro do Império Austro-Húngaro e do Império Otomano e, por extensão, despertou aspirações de independência no seio dos impérios britânico, francês, holandês, na Ásia, na África e na América. Na Europa, o mapa foi refeito com a redução da Áustria a um pequeno país, a emergência da Hungria, o nascimento da Tchecoslováquia a partir da reunião de tchecos, eslovenos e eslovacos num só país de duvidosa identidade nacional, além da consolidação, de curta duração, aliás, da Iugoslávia. Consagra-se a existência da Bulgária e da Romênia, além da Macedônia e da Grécia, todos remanescentes de situações anteriores do Império Turco, ao longo dos quatro séculos de conflitos e crises internas e externas que envolveram o mundo otomano e a Europa em prol da emancipação desses povos. Foram povos militarmente ocupados ao longo dos séculos, ora por campanhas bem-sucedidas, ora por derrotas turcas frente aos exércitos europeus.

No aglomerado de problemas aparentemente insolúveis a que se resumira no século XIX o Império Turco, em face do movimento de emancipação das nacionalidades oprimidas pela ocupação estrangeira, coube aos gregos serem os primeiros a obter a sua independência (1822-1831). Por outro lado, a partir daí, multiplicam-se as crises internacionais no tocante à questão do controle dos Estreitos Dardanelos e Bósforo, do Mar Cáspio e do Mediterrâneo Oriental, julgada então de importância estratégica primordial para os chamados interesses britânicos na defesa das rotas da Índia e, para a França, na posição tradicionalmente autoproclamada de defensora e protetora dos Lugares Santos na Palestina. Tal pretensão foi contestada pelo Império Russo, que proclamava seus direitos tradicionais no tocante à Igreja Ortodoxa. O século XIX foi o momento em que se manifestam os primeiros movimentos nacionalistas antiturcos, assim como o século XX foi o momento em que ganham ressonância mundial os movimentos nacionais árabes. Tais levantes foram dirigidos no início do século contra o Império Otomano e, no final, com caráter marcadamente social e político, contra Israel e os EUA, este último na qualidade de potência capitalista hegemônica.

No interior do Império Otomano e ao longo das sucessivas crises que abalaram as defesas diplomáticas e militares turcas, tomou vulto o problema das comunidades árabes e arabizadas ali residentes. Mas foi, sobretudo, ao longo do século XX, na sua segunda metade, que as noções de Oriente Médio e mundo árabe adquiriram maior importância nas relações internacionais. Os problemas da região ocupada, tradicionalmente, por populações arabizadas, quer pela língua quer pela religião, bem como pelos costumes, adquiriram maior complexidade. Tais populações tornaram-se mais aguerridas ao ocuparem países variados, entre o Mediterrâneo oriental, o Mar Negro meridional e o Oceano Índico, até o Marrocos às margens do Atlântico africano, passando pelo Magrebe, Mediterrâneo ocidental, e o Vale do Nilo, das cercanias do Golfo Pérsico à Líbia; da Península da Arábia ao planalto do Irã, à Ásia Menor e ao Afeganistão. Na Antiguidade, foi o berço de grandes civilizações: o Egito faraônico, a Assíria, a Babilônia, a Pérsia, a Fenícia. Na história moderna, foi terra de passagem por se encontrar na encruzilhada das rotas que ligavam o Oriente e o Ocidente. Da mesma forma, em termos de geopolítica, a região entre a Turquia atual, o norte do Iraque, a Pérsia ou Irã, e daí até o Afeganistão tornou-se uma barreira do Império Britânico contra o expansionismo russo em direção às Índias e às águas quentes do Mar da Arábia, bem como durante a Guerra Fria exerceu o papel de barreira e contenção contra a URSS.

Nos tempos da expansão árabe, dos primeiros muçulmanos (século VII), estenderam-se para o Mediterrâneo ocidental em direção à Península Ibérica, que

foi ocupada até o final do século XV. A emergência dos povos árabes no cenário internacional foi o fato que imprimiu uma relevância especial ao século XX. O século anterior distinguira-se pela significação dos nacionalismos na América bem como pelos movimentos de unificação territorial na Alemanha, no Império Austríaco, na Itália. De certa forma, influenciou, mesmo com moderação, rebeliões nativistas de cunho religioso tradicionalista no Egito da dinastia de Mohamed Ali, ainda nas primeiras décadas do século XIX, bem como no Sudão nilótico nas duas últimas décadas do mesmo século. Mas foi ao longo da Primeira Guerra Mundial que ganhou vulto o moderno movimento nacionalista egípcio, avolumando-se para ganhar corpo e abranger, em etapas diversas, o conjunto do universo árabe. No entanto, há uma tradição, alimentada pela historiografia francesa, que faz remontar a Mohamed Ali, camponês da Albânia do final do século XVIII, que se tornou paxá do Egito, a idealização de criar um Estado árabe unificado, moderno e dinâmico, inspirado na cultura francesa levada ao Egito pela expedição de Napoleão Bonaparte. Homem rude e analfabeto, coube-lhe apontar para a possibilidade de ser erguido um Estado árabe ocidentalizado.

Soldado do Império Otomano, Mohamed Ali chegou ao Egito, ainda jovem, para lutar no exército contra Napoleão, organizou um exército moderno, destruiu o poder da casta militar dirigente de então, os mamelucos, foi nomeado paxá pelo Império Otomano, e realizou uma profunda obra de modernização do país. Auxiliado por seu filho Ibrahim, conduziu o exército a todas as partes do Império Otomano onde o árabe era falado. Conquistou o Sudão ao sul (nilótico) – “dar el-sudan” (país dos negros), conquistou a Grande Síria, pacificou os wahhabitas da Arábia central insurrecta. Por duas vezes, ameaçou entrar em Constantinopla, à frente de seus exércitos conquistou as tribos nilóticas com o objetivo de controlar o curso superior do Nilo e suas caravanas, aí fundando Cartum, em 1822. Embora não conseguindo chegar a Constantinopla e refazer o Império Turco, ele, no entanto, fundou uma dinastia e lançou as bases, no Egito, para a construção de um Estado moderno. O último descendente de Monhamed Ali foi o Rei Faruk, derrubado em 1952 pelo movimento nacionalista de Gamal Abdul Nasser.

A sucessão de Mohamed Ali (1847-1882) deu continuidade à obra de modernização do país: obras públicas, estradas de ferro, abertura do Suez, serviços postais, irrigação, instauração da propriedade privada sobre a terra, daí se originando uma classe de ricos latifundiários vinculada ao setor financeiro e industrial, nacionalização dos altos postos do Exército, tornando-se o Egito no século XX, ao início da guerra de 1914-1918, o principal país do mundo árabe. Do ponto de vista econômico, acentua-se a tendência monocultora da economia

egípcia, destacando-se o algodão como principal produto. Crescem os investimentos estrangeiros no país (serviços públicos, bancos, indústrias de consumo). A abertura do Canal de Suez (1869), obra de capitais internacionais liderados pela Inglaterra (Disraeli), trouxe novas possibilidades de projeção internacional para o país que já se destacara pelas campanhas militares de seus exércitos por onde o árabe fosse falado, favorecendo a divulgação de certo caráter civilizatório dos feitos militares de Mohamed Ali e seu filho Ibrahim (abertura de escolas, obras públicas, saneamento etc.). Tais feitos, no entanto, não chegaram a encobrir o desastre financeiro que abalou a economia e o prestígio da dinastia de Mohamed Ali, ocasionando a bancarrota em face do endividamento externo do Egito, o controle inglês sobre sua alfândega, a perda do controle financeiro sobre o Canal de Suez, com a venda das ações egípcias para o governo inglês, redundando na ocupação do próprio Egito pela Inglaterra (1882).

A modernização operada no período mudou, no entanto, a face do país e colocou o Egito como o primeiro dos países árabes, aquele que aspiraria a uma liderança nos movimentos contra a dominação estrangeira. Na mesma época, provocava comoção internacional a perda da província meridional, o Sudão, em virtude da revolta mahdista que levara ao massacre das tropas inglesas e à morte de um herói nacional, o General Gordon, em Cartum, cujo desaparecimento comoveu a opinião pública europeia e consagrou a perda do Sudão pelo Egito (1881). A partir de então e até o final do século, quando ele organiza a campanha militar sob o comando inglês do General Kitchener e com o auxílio de tropas egípcias, o Sudão continuou entregue à própria sorte. A reconquista (1899) resultou na pacificação da província e na criação de um regime dual de governo: o condomínio anglo-egípcio sobre o Sudão, o que perdurou até 195l, sendo extinto ao cabo de uma longa crise envolvendo a Inglaterra e o movimento nacionalista egípcio em ascensão. A partir do final do século, acentua-se o declínio do poder nacional egípcio, ao lado da progressiva queda de sua economia, cujo caráter monocultor torna-se mais evidente. É o momento em que se amplia a participação de investimentos estrangeiros no país (serviços públicos, bancos, indústrias de consumo). São extintas as corporações e se libera a mão de obra para o mercado de trabalho, enquanto a concorrência estrangeira precipita o fim do artesanato local. No início do século XX, o Egito nada mais é do que uma reserva do capitalismo britânico, enquanto sua população crescia, e acentuavam-se as condições de miséria de seu povo.

A Síria e o Líbano (do hebraico Leban, branco, província turca criada em 1861) conheceram um notável desenvolvimento intelectual ao final do século XIX sob a influência da administração iniciada por Ibrahim, paxá que favorecera a

abertura de escolas estrangeiras, americanas e francesas, a instalação de tipografia em Beirute, assim como a fixação de universidades de outras nacionalidades e seitas cristãs, já a partir de 1866. As inúmeras escolas estrangeiras que ali passaram a operar certamente contribuíram para acolher alunos de várias partes do mundo árabe e favorecer a difusão de línguas estrangeiras, além de incentivar o renascimento da própria língua árabe, cuja difusão se fez mais intensa nos diferentes cantos do Império Otomano. Da mesma forma, foi valorizado o estudo do passado árabe e de sua cultura, assim como a redescoberta desse passado, o que, sem dúvida, contribuiu para o nascimento de uma consciência coletiva árabe. Mesmo antes de ter início o século XX, já o nascimento de um nacionalismo árabe deixa transparecer perspectivas diversas: (l) o renascimento promovido pelos cristãos libaneses manifesta-se como um movimento cultural; em 1880, organizava-se em Beirute uma sociedade nacionalista, antiotomana, que reunia cristãos, muçulmanos e drusos, exigindo o árabe como língua oficial, a liberdade de expressão e autonomia para a Síria e o Líbano: perseguições movidas pela repressão otomana levaram à destruição da sociedade e à fuga de seus líderes para o Egito; (2) o nacionalismo que se desenvolveu no Egito, na mesma época, tinha cunho religioso e assumia o caráter de movimento pan-islâmico, sob a direção de Jamalud-Din al-Afghani, sem a inclusão de cristãos e com características chauvinistas. De maneira geral, excluindo certo chauvinismo egípcio, é inegável que o nacionalismo árabe assume feições mais ecléticas do ponto de vista religioso, de modo que abrangesse maronitas, gregos orientais e católicos, muçulmanos, drusos, metualis. No Egito, foram editados os primeiros jornais e revistas do país, cabendo-lhe exercer uma influência notável no restante do mundo árabe, ao mesmo tempo em que se preservava a língua clássica, modernizada segundo exigências de novos conceitos e conhecimentos trazidos pela ciência e pela tecnologia do Ocidente.

Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, o nacionalismo árabe e suas diversas organizações ganhavam vulto na opinião pública. No Egito, destacava-se uma ala de esquerda liberal, tendo à frente Mustafá Kemal, jornalista de formação francesa, formando um segmento ocidentalizante. No sentido conservador, destacava-se o Partido da Nação (hizb al-Umma), antiotomano, favorável à colaboração com os ingleses, tendo à frente grupos sírios e a figura de Saad Zaghlul que, mais tarde, constituirá o WAFD. Após a morte de Kemal (1908), seus herdeiros mais radicais associam-se a Zaghlul, criando uma frente nacionalista. No Império Otomano, uma ala liberal, o movimento Jovem Turco, restaurava a constituição que fora suspensa e decretava a igualdade de todos os povos dentro do império, oferecendo aos árabes participação no governo. Um

desses deputados em Constantinopla foi Abdala, da família hachemita, do Hedjaz, que se tornaria, depois da Guerra Mundial de 1914-1918, rei da Jordânia.
A agitação dos árabes no mundo otomano tende a crescer e a se tornar diferenciada. Os grupos sírios moviam-se através do mundo árabe, pela Mesopotâmia e pelo Hedjaz, santuário de peregrinação muçulmana. Enquanto a guerra se alastrava pela Europa (1914-1918), ganhava corpo a ideia de uma revolta árabe dentro do Império Otomano, este aliado dos Impérios Centrais (Alemanha e Áustria-Hungria). Já era patente a rivalidade entre as famílias reinantes da Arábia, e entre elas e os turcos. Mobilizadas pelos serviços secretos aliados para uma ação militar contra o Império Otomano, conseguiram essas forças o apoio dos chefes árabes, hachemitas e sauditas, contra turcos e alemães, que poderiam ameaçar a livre passagem do Suez e pôr em perigo a segurança da rota da Índia, conforme alegavam os britânicos. A participação dos chefes árabes na estratégia da Guerra no Oriente Médio foi parte dessa política e resultou de uma intrincada rede de relações, na medida em que se prolongava a guerra europeia e surgiam novos problemas de ordem estratégica para as nações beligerantes. Por um lado, questões de estratégia do Império Britânico e, por outro, a adesão do Império Otomano à Guerra Alemã e Europeia, o que torna premente para os países aliados (Grã-Bretanha, França, Império Russo) neutralizar qualquer tentativa de ação militar otomana na Ásia Menor e no Mediterrâneo oriental e suas rotas. A participação dos árabes em geral, apesar de suas dissensões internas, no tocante à mobilização contra os otomanos, na Arábia, na Mesopotâmia, na Ásia Menor, no Egito, foi eficiente, fortemente ajudada pela entrada dos EUA no conflito e a saída da Rússia, enfraquecendo o vigor guerreiro dos otomanos e o apelo de guerra santa que não foi correspondido por seus súditos. Tanto a diplomacia britânica quanto a francesa se distinguiram pela imprecisão com que assumiram compromissos com os chefes árabes dispostos a não participarem na guerra santa – a jihad – do califa muçulmano e sultão do império, os quais prometiam a criação de um reino árabe na Arábia, concomitantemente, aos sauditas e aos hachemitas, inimigos e rivais por tradição e herança. Ao movimento sionista, os ingleses prometeram um lar nacional na Palestina, que havia sido prometida aos irmãos hachemitas, fiéis aliados e brilhantes soldados, guardiães dos lugares santos, aspirantes à Palestina, à Transjordânia e à Síria. Terminada a guerra na Europa, verifica-se que outro mundo emergira, bem diverso daquele presente no início. Com o desaparecimento do Império Otomano, é uma nova república turca que aparece no cenário político europeu, assim como o desmantelamento do Império Austro-Húngaro reconstituiu nacionalidades européias em conflito latente. Quanto à

Turquia e ao que restou do velho império dos otomanos, após lutas internas profundas, foi proclamada a república (1923) e abolido o califado (1924). O terreno no Oriente Próximo, posteriormente Oriente Médio, ficou desimpedido para reivindicações de hachemitas e sauditas, sem contar o velho Egito, de lembranças faraônicas.

O mapa do mundo árabe será o mapa do novo Oriente Médio, onde se debatem interesses os mais diversos e poderosos, desde o movimento sionista internacional e o desejo de sobrevivência de comunidades árabes em busca de fixar raízes no seu lar nacional, até interesses milionários de petroleiros, comerciantes e financistas dos antigos e novos senhores da região, em busca de poder e de dominação.

Após a "descolonização", entre 1945 e 1960, no Oriente Médio, emergiram novos e poderosos líderes nacionalistas, com destaque especial para Gamal Abdel Nasser (1918-1970), no Egito. A oposição das ex-potências coloniais, em especial França e Inglaterra, buscaram a inviabilização de tais lideranças, com uma sucessão de intervenções, diretas ou encobertas, para a derrubada dos regimes nacionalistas árabes e de cultura islâmica, como na invasão anglo-franco-israelense do Egito, em 1956, ou a deposição de Mohamed Mossadegh (1882-1967), no Irã, em 1953, a partir de um complô anglo-americano contrário à política de nacionalização do petróleo iraniano. A destruição dos líderes pan-arabistas, ou nacionalistas muçulmanos, dirigida em grande parte pelas potências ocidentais (em aliança com os setores mais conservadores e corruptos das velhas monarquias árabes) abrirão caminho para novas lideranças, de cunho ultrafundamentalistas, que verão no Ocidente o "Grande Satã", o inimigo hereditário do Islã.

Referências

FAVROD, Charles. "Les Arabes". In: EDMA, Encyclopédie du Monde Actuel. Paris: 1975.

HOSKINS, Halford L.The Middle East: Problem Area in World Politics. Nova York: The MacMillan Company, 1954.

LEWIS, Bernard. O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

LINHARES, Maria Yedda Leite. "O Oriente Médio e o Mundo Árabe". In: Coleção Tudo é História. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LINHARES, Maria Yedda Leite. As relações anglo-egípcias e o Sudão (março de 1950-novembro de 1954), tese de concurso de Livre Docência, História Moderna e Contemporânea, Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, 1953.

NAGUIB, Mohamed. Egypt's Destiny: a Personal Statement. Nova York: Doubleday & Company Inc., 1955.

NEP (NOVA POLÍTICA ECONÔMICA) Constituiu uma fase transitória de política econômica atuante na formação do Estado Soviético Socialista depois da Guerra Civil (1918-1921) na Rússia. Foi defendida pelo líder máximo da Revolução Russa, Vladimir Ilich Lenin (1870-1924), que justificou suas medidas durante o II Congresso Pan-Russo dos Sovietes, afirmando: “A miséria e a ruína são tão grandes que não somos capazes de restabelecer rapidamente a grande indústria estatal e socialista. Para isso é preciso importantes reservas de cereais e de combustíveis nos centros industriais; para isso é preciso substituir as velhas máquinas por outras novas (...). A experiência demonstrou que isso não se pode fazer de repente e sabemos que mesmo os países mais ricos e mais adiantados só realizaram tal coisa em um tempo relativamente longo. É por isso que é necessário favorecer, em uma certa medida, o renascimento da pequena indústria, que é capaz de prestar ajuda imediata aos camponeses e de ajudá-los a desenvolver suas forças produtivas.” Além disso, reforçava sua argumentação dizendo: “É preciso aumentar a produção custe o que custar, tudo o mais a isso se subordinando.” Tudo pela produção passou a ser a nova palavra de ordem. Lenin sabia que os obstáculos a transpor seriam imensos – mais difíceis que as lutas militares, para as quais o entusiasmo de um momento muitas vezes bastava. A luta a ser travada pressupunha obstinação, capacidade de organização e conhecimentos técnicos. Não se tratava de um recuo ideológico na direção do capitalismo, mas, sim, de uma manobra tática, pois Lenin imaginava que o setor socializado acabaria por esmagar o setor privado. A NEP significou uma economia híbrida de comunismo e capitalismo que durou de 1921 a 1929. As suas características principais eram: (1) o Estado soviético conservaria o controle do comércio exterior, dos transportes, dos bancos e da grande e média indústria; (2) à iniciativa privada concederia quase toda a agricultura, o comércio interno e a pequena indústria.

A situação da agricultura russa em 1921 era péssima, havendo más colheitas, devastações provocadas pela guerra, desorganização em consequência das reformas, descontentamento devido às requisições feitas pelo Estado, ausência de uma produção adequadamente planejada para um consumo em escala industrial e diminuição das áreas cultiváveis. Em consequência disso, houve a queda da produção e uma ruptura entre as cidades e os campos. Por isso, Lenin considerou que a revolução estava em perigo e que devia fazer concessões aos camponeses a fim de fazê-los se interessar pelo aumento da produção. Assim, o clima de medo e desconfiança gerado durante a guerra civil deveria ser superado

naquele elemento que mais gerara desgastes entre o centro e os lugares: as requisições forçadas de alimento foram suprimidas e se instituiu o imposto alimentar – a princípio in natura, depois em moeda. Seguiu-se também o restabelecimento da liberdade de comércio do trigo e de outros cereais – com isso, visava-se restabelecer a troca entre a produção agrícola e a produção industrial (entre cidade e campo, entre camponês e operário) –; permitiu-se o emprego de trabalhadores assalariados pelos kulaks; admitiu-se o arrendamento de lotes de terras que não podiam naquele momento ser cultivados sob iniciativa direta do Estado. Paralelamente a essas concessões à iniciativa privada, desenvolveram-se formas socialistas de cultivo da terra: os kolkhozes e os sovkhozes, que a partir de 1928 começaram a pesar na balança econômica. A NEP começou, então, a produzir seus frutos: a produção agrícola aumentou. Todavia, ainda não era satisfatória: persistia um déficit de 40 milhões de quintais em relação aos níveis atingidos em 1913; a população aumentava em ritmo acelerado (3 milhões por ano) – se as colheitas já eram insuficientes em 1913, quanto mais nesse período em que se verificava o crescimento demográfico; a partir de 1927, a produção agrícola manteve-se em níveis mais ou menos estáveis e, o que é pior, inferiores aos de 1913; o aumento da população rural cada vez mais provocava a diminuição dos cereais que deveriam ser remetidos para os centros urbanos, onde a população aumentava sob os efeitos mais imediatos da desmobilização militar do pós-Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e pós-guerra civil.

Mais desastrosa era a situação da indústria em 1921: a produção da grande indústria era quase sete vezes menor do que a de 1913; a maioria das fábricas estava parada; as minas estavam inundadas ou desmoronadas; havia grande escassez de combustível; os transportes estavam desarticulados; a igualdade de salários, decretada em 1918, provocou a deserção de muitos operários qualificados para outros setores da economia; muitos especialistas experimentados haviam morrido ou emigrado durante a guerra, de modo que faltava mão de obra especializada. Diante de tão grave situação, impunha-se o rápido soerguimento da indústria. Por isso, numerosas concessões foram feitas para atrair investimentos privados para o setor industrial: os artesãos poderiam vender livremente o que produzissem; arrendaram-se usinas a investidores particulares; empresas com menos de 20 trabalhadores retornariam à iniciativa privada; criaram-se companhias mistas com capitais soviéticos e estrangeiros; o Estado contraiu empréstimos no exterior ou no próprio país; assinaram-se tratados com a Alemanha e o Japão; suprimiu-se a igualdade de salário e se restabeleceu a obrigatoriedade do pagamento de salários em dinheiro. A produção industrial começou, então, a sair da completa estagnação.

Durante os anos da NEP, a relativa liberalização econômica não foi acompanhada pela liberalização política. A experiência de Estado que surgira na Rússia revolucionária era única em um mundo de elites econômicas hostis ao seu exemplo. Lenin interpretara a NEP como algo transitório em face do contexto de reconstrução nacional pós-guerra civil, como algo que serviria para estimular as lutas de classe no campo e na cidade. No entanto, se tal luta chegou a ter algum eco do ponto de visto do exercício de uma prática política fora de dispositivos tradicionais, o seu impacto não elevou a economia aos níveis anteriores à Primeira Guerra Mundial, e preconceitos tradicionais contra os kulaks ganhariam novas dimensões. O desenvolvimento de uma classe rural de camponeses abastados e de uma burguesia cujo papel na vida econômica se tornava cada vez mais importante alimentava ressentimentos dos trabalhadores (rurais e urbanos) que ajudaram a fazer a revolução e se sentiam esquecidos durante os anos da NEP. Em meios a este clima, cresceu a influência de Joseph Stalin (1879-1953), secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) desde 1922, que se refletiria em uma progressiva guinada na orientação da política econômica, até o abandono completo da NEP e a efetivação do primeiro plano quinquenal em 1929.

Referências

FIGES, Orlando. A tragédia de um povo: a Revolução Russa, 1891-1924. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

MOOREHEAD, Alan. A Revolução Russa. São Paulo: IBRASA, 1960.

VÁSQUEZ de PRADA, V. Historia Económica Mundial, vol. III. Madri: Ediciones Rialp, 1964.

WELTER, G. Histoire de Russie: des origines à nos jours. Paris: Payot, 1949.

RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO

OIT (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO) Criada em 1919, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) representava ao final do século XX o órgão mais expressivo de regulamentação do trabalho em escala internacional. Tendo em vista que, com a globalização das economias, as relações de empregabilidade e ofício tornaram-se cada vez mais "mundializadas", a existência de uma instituição voltada para o estudo da inserção do indivíduo na economia é um diferencial expressivo das relações sociais de trabalho no século XX. Foi por intermédio da Conferência de Paz e do Tratado de Versalhes ao final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que a OIT foi efetivada, fazendo posteriormente parte do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU). No entanto, as ideias projetadas na OIT já vinham sendo gestadas desde meados do século XIX. A sua consolidação, porém, pode ser datada a partir de 1901, com a criação da Associação Internacional para a Proteção Legal dos Trabalhadores. Essa associação seria finalmente incorporada à OIT em 1919.

A luta por condições humanamente aceitáveis de trabalho ainda é prerrogativa e motivação da existência da OIT. As más condições de trabalho foram acentuadas ao final da Primeira Guerra Mundial, quando as necessidades de reorganização da produção, do abastecimento e da recuperação econômica fizeram da Conferência de Paz de 1919 um meio de mobilização também para a criação de diretrizes específicas para a regulamentação do universo do trabalho. O trabalho no sentido mais humanitário do programa da OIT era prioridade num contexto de produção industrial de larga escala, que inventou um novo lugar social para o trabalhador. Embora não fosse exclusivamente organizada para "âmbito urbano-industrial", a OIT àquela altura deveria criar valores éticos, estabelecer normas para a exploração do trabalho industrial (não somente no sentido moral, mas também em termos econômicos) e administrar os critérios de distribuição de mão de obra dentro do cenário de recuperação econômica do pós-guerra. Sem dúvida, o trabalhador rural tendia a ficar em segundo plano no acompanhamento intensivo do trabalho, embora grande parte da produção contasse com o abastecimento do setor primário. Como as diretrizes traçadas pela OIT caracterizavam uma preocupação demasiada com os trabalhadores das indústrias, a França considerou importante a interferência direta da OIT também nas instâncias de trabalho do campo. Assim, havia orientações especialmente destinadas aos trabalhadores rurais no ano seguinte à sua fundação.

A OIT deveria conciliar índices de produtividade máxima com um mínimo possível de tensão social. Conflitos sociais deveriam ser evitados e o trabalhador deveria ser uma parte bem regulada da produção, estabelecendo uma relação de conformidade com a sua unidade produtiva. Nesse sentido, a OIT possibilitava o enquadramento de exigências sociais que garantiam a homogeneidade do sistema de relações de trabalho e não interferiam na concorrência. Não resta dúvida que também a sindicalização dos trabalhadores tinha sido acelerada, fundamentalmente, na sociedade norte-americana, onde as associações de tipo trade union eram cada vez mais comuns. Isso interferia significativamente no planejamento da OIT, que abrigava as conquistas barganhadas pelos sindicatos. As primeiras frases da constituição da OIT já exprimiam as considerações sobre a "manutenção da paz pela justiça social". Desde o momento da redação da sua constituição, a estrutura um tanto quanto sindicalista e as influências do regime de trabalho em vigor nos EUA já podiam ser percebidas. Prova disso é o fato de a comissão de redação da constituição da OIT ter estado sob o comando do diretor da American Federation of Labor (AFL).

Em 1919, cada um dos Estados-membros da OIT enviou representantes para a reunião que deveria decidir as diretrizes a serem tomadas a respeito do desemprego, das jornadas de trabalho na indústria, do trabalho noturno, das proteções à gravidez e ao trabalho feminino, do trabalho infantil, dentre outras. Todas eram prerrogativas no debate para se alcançar a forma de "trabalho humanamente aceitável" e passaram a fazer parte de uma lista de recomendações que somente seriam postas em prática com a criação dos primeiros convênios entre empresas, representantes de países e a OIT. Seria designada uma secretaria especial para o estabelecimento desses convênios, chamada Oficina Internacional do Trabalho, designada pelo Conselho Executivo da OIT. O conselho, encarregado de distribuir as tarefas e criar os programas, era formado por três categorias. A participação das categorias "empregado" e "empregador" era distribuída igualmente no conselho, dividindo estes dois 50% da representação total, que era, por sua vez, dividida com os representantes dos governos participantes, que tinham os outros 50% da representação.

As decisões tomadas no entreguerras talvez tivessem contribuído para o estabelecimento de metas decisivas para o bem-estar no trabalho, se não fosse o momento de crise gerado pela Grande Depressão de 1929. As negociações entre todas as partes ficaram muito mais difíceis, além de o desemprego se apresentar como uma realidade expressiva nesta conjuntura. Os EUA, que tinham se filiado à OIT como novo membro da Sociedade das Nações, tentavam estabelecer um programa de valorização do trabalho em escala nacional, sem dar conta de abrigar as barganhas de ambas as classes no Conselho da OIT. Não resta dúvida

de que as dificuldades de continuidade nas ações da OIT eram enormes no entreguerras, principalmente na Europa. Essa situação se agravou ainda mais quando as preparações para a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) colocaram em campos opostos muitos dos países-membros. É certo que durante a Segunda Guerra Mundial as expectativas eram muito menores em relação a um controle geral das condições de trabalho. Ainda assim, as reuniões ganharam continuidade e a Conferência Internacional do Trabalho na Filadélfia teve um efeito maior do que o esperado, quando participaram representantes de 41 países. As atividades da OIT durante a Segunda Guerra Mundial renderam a Declaração da Filadélfia que, anexada à constituição inicial, completou as diretrizes traçadas anteriormente com a criação de garantias à sindicalização e aos seguros por acidentes de trabalho. Comumente, estas conquistas acabaram aparecendo como efeito gerado pelos acordos do pós-guerra e como resposta da vitória das democracias sobre os governos totalitários. Na verdade, apesar da coincidência de datas e da influência decisiva dos acontecimentos, as atividades da OIT foram paralelamente mantidas e garantidas por uma comissão jurídica autônoma, que estabelecia e controlava a aplicabilidade das decisões.

Os anos que sucederam a Segunda Guerra Mundial foram de grande significado para a OIT, que se tornou aos poucos uma instituição mundial. Segundo seus próprios dados, a participação dos países em desenvolvimento aumentou – entre os quais se incluía o Brasil –, que acabaram por ser maioria nas cadeiras do Conselho da OIT. A OIT criaria o Instituto de Estudos do Trabalho em 1960, com sede em Genebra, e o Centro Internacional de Aperfeiçoamento Profissional e Técnico em 1965, com sede em Turim. Entre os anos de 1973 e 1980, os EUA provocariam uma crise financeira mundial, retirando-se da OIT. Da sua reintegração à OIT, já durante o governo de Ronald Reagan, o que se teve como resultado mais alarmante foi a interferência que a OIT fez junto ao Solidariedad em nome dos direitos humanos. Na verdade, pela propagação do neoliberalismo e de suas relações de trabalho (enfocadas através da liberdade individual), a OIT foi instrumento daqueles que acreditavam ser o projeto socialista dos países do Pacto de Varsóvia um mal a ser abolido. O pânico anticomunista foi espelhado maciçamente diante da conjuntura em que os direitos humanos foram propagandeados como mecanismo de interferência política e estratégica.

Ao final da Guerra Fria, se a sua consolidação ainda não era completa devido à aceitabilidade parcial de suas ações, a OIT era, porém, a autoridade moral das relações de trabalho. Mas muitas interrogações podem ser feitas aos seus membros do ponto de vista do emprego, ou melhor, da falta dele. O que se poderia esperar de uma configuração econômica mundial muito mais calcada na desregulamentação do trabalho e na ampliação do setor informal? Formas

arcaicas e modernas de relações de trabalho podiam estar inseridas em sistemas altamente sofisticados de exploração econômica. Em linhas gerais, as maiores discussões promovidas por políticos, acadêmicos ou juristas ligados à OIT referiam-se justamente à prostituição, ao trabalho infantil ou ao trabalho feminino em alguns países. Em finais da década de 1990, a OIT desenvolveu e publicou estudos que abrangiam desde a exploração do trabalho infantil nas minas de diamante na África do Sul até a prostituição como uma das principais profissões no Leste Asiático (e talvez também no Leste Europeu, entre 1996 e 2000). Muitos dados levantados pela OIT sobre a Indonésia, a Malásia e a Tailândia revelavam ser de 2% a 14% os índices da prostituição como atividade econômica em meados da década de 1980, incluindo a prostituição infantil. O trabalho infantil em condições subumanas atingiu cerca de 250 milhões de crianças entre 5 e 14 anos nos anos 1990. Nos EUA, calculava-se cerca de 15 mortes por semana em decorrência da violência no trabalho – índice que era mais baixo do que em outros países.

As considerações sobre o mundo do trabalho fin de siècle feitas pela OIT incluíam não somente estudos que revelavam dados do atraso em relação aos direitos humanos, mas também sobre as mudanças na configuração do setor informal. Os mecanismos de controle de todas as diretrizes traçadas pela OIT eram anteriormente facilitados pelas organizações sindicais, que pouco valem num mundo em que as relações de produção estão marcadamente desregulamentadas. Portanto, o acompanhamento pela OIT das mudanças nas relações de trabalho e a cobrança de condições ideais para seu exercício tornaram-se extremamente difíceis. Em 1999, quando a OIT completou 80 anos, o drama do desemprego estrutural fazia lembrar com nostalgia o tempo de sua fundação, quando a regulamentação do mundo do trabalho era algo a ser instituído.

Referências

“Activities of the ILO” 1996-97. International Labour Review. Genebra: 1998.

“Galley slaves”. In: The Unesco Courier. Paris: jul/ago. 1998.

“Job Violence: a global survey”. In: Business Week. Nova York: agosto 17, 1998.

“Millions of tiny hands”. In: The World Today; Londres: jun, 1998.

“World labor situation”. In: Monthly Labor Review. Washington: maio, 1998.

FORRESTER, Viviane. O horror econômico. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

PERROT, Anne. Les Nouvelles Théories du Marché du Travail. Paris: Ed. La Decouverte, 1992.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Silva. Mutações do trabalho. Rio de Janeiro: Senac, 1999.

OPERÁRIOS E POLÍTICA A participação dos operários na vida política dos

Estados Nacionais, a formulação dos projetos políticos identificados com a classe operária e a ação política operária são fenômenos que remetem ao século XIX na Europa e nos EUA. Para efetuarmos uma análise dos operários na política do século XX, é necessário recuar no tempo, pelo menos até a década de 1880. Data desta época a fundação da II Internacional – Associação Internacional dos Trabalhadores (1889-1914) – organização no interior da qual travou-se o debate e sedimentaram-se as posições a respeito das alternativas de superação da ordem capitalista a partir do horizonte socialista: por um lado, a proposta de conquista gradual do poder pelos partidos socialistas, então denominados social-democratas, através da ampliação da participação político-eleitoral dos trabalhadores e da eleição de maiorias parlamentares socialistas que, através de reformas legais, pudessem fomentar as mudanças em direção à sociedade igualitária; por outro lado, a posição da tomada insurrecional do poder pela revolução proletária, comandada pelo partido socialista de novo tipo, identificado como vanguarda da classe operária.

A primeira proposta parecia destinada ao sucesso na virada do século XIX para o século XX. Fez grande diferença a conquista do direito de voto pela classe operária, sacramentado nos períodos revolucionários franceses, consagrado em lei nos EUA ainda nas primeiras décadas do século XIX e duramente conquistado na Inglaterra em 1867 (após o vendaval do movimento “cartista” nas décadas anteriores) e na autoritária Alemanha em 1871. O “voto universal” abriu espaço para os partidos da classe operária, como o Partido Social-Democrata dos Trabalhadores Alemães (SPD) – denominação adquirida em 1890 pelo Partido Operário Socialista, fundado em 1875 –, que conquistara 19,7% dos votos em 1890 e alcançou a votação de 34,6% dos alemães em 1912. Por esta época, o SPD possuía cerca de 2 milhões de filiados. A força do SPD baseava-se, sobretudo, em sua posição dominante no movimento sindical alemão. Dos mais de 8,5 milhões de trabalhadores industriais alemães na primeira década do século XX, cerca de 2,4 milhões encontravam-se filiados às Uniões Sindicais Livres, ligadas ao SPD. Na França, a Seção Francesa da Internacional obteve 16,8% dos votos em 1914, apesar do número pouco significativo de filiados ao partido (cerca de 80 mil) e da posição antipartidária do sindicalismo ligado à Central Geral do Trabalho (CGT). Mesmo nos EUA, em que os partidos de base operária tinham notórias dificuldades, o candidato socialista à presidência, em 1912, obteve quase um milhão de votos. Em 1907, no congresso de Stutgard da II Internacional, ganharia algum destaque a posição ainda minoritária dos “revolucionários” que, em contraponto aos “reformistas”, defendiam o partido como agrupamento de vanguarda, pronto para impulsionar a tomada do poder pelas massas operárias. Era o modelo proposto pela fração dos

bolcheviques no Partido Social-Democrata dos Trabalhadores Russos, liderada por Lenin (1870-1924) e impactada pela dimensão do movimento revolucionário russo de 1905.

Os acontecimentos dos anos seguintes alteraram significativamente este painel. Os votos dos social-democratas alemães (e também dos franceses) favoráveis aos créditos de guerra selaram o fim da II Internacional. A guerra, apoiada pelos social-democratas, era a primeira prova de que os partidos de base operária poderiam aderir a projetos políticos nacionalistas comprometidos com a conservação da ordem. No entanto, foi também a Primeira Grande Guerra (1914-1918) o evento decisivo para o desencadeamento da revolução na Rússia, levando ao poder os bolcheviques, que deram origem ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e procuraram exportar o modelo do partido e do movimento revolucionários, através da III Internacional, também conhecida como Komintern.

Na conjuntura do entreguerras, foi determinante o fracasso da revolução nos países industrializados da Europa Ocidental, apesar do processo revolucionário abortado – em grande parte pela ação do SPD – na Alemanha de 1918 e 1919 e de processos semelhantes em outros países ao fim da guerra. Deste quadro emergiu a conformação dos partidos comunistas no Ocidente, concebidos não apenas como vanguardas revolucionárias dos países em que se inseriam, mas também como bases internacionais de apoio ao PCUS, diante da nova formulação do “socialismo num só país”. Por outro lado, a conjuntura do entreguerras foi caracterizada também pela ascensão dos grupos e projetos políticos fascistas em diversas regiões da Europa. Nos casos mais radicais do fascismo italiano e do nazismo alemão, o vácuo aberto pelo fracasso das alternativas socialista e social-democrata e pela repressão sistemática e violenta aos comunistas criou condições para um fenômeno imprevisto pela perspectiva revolucionária clássica, de um operariado mobilizado politicamente por propostas reacionárias.

Com o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o quadro da participação política dos operários se alterou significativamente. Em primeiro lugar, pela formação de um bloco de países alinhados com a URSS no Leste Europeu e a difusão de lutas de libertação nacional na África e na Ásia, muitas das quais assumindo a proposta socialista, ainda que em jornadas revolucionárias de pequena ou inexistente participação operária. Este processo acabou por desaguar na chamada Guerra Fria, dado de contexto nada desprezível para o entendimento do maior espaço conquistado pelos partidos trabalhistas, socialistas e social-democratas na Europa Ocidental nas três décadas que se seguiram ao término do conflito mundial. No poder, sozinha ou em governos de

coalizão com o Centro, a alternativa social-democrata foi responsável pelo alargamento das coberturas públicas em áreas de seguridade, saúde, educação e regulação do trabalho, o que caracterizou o Estado de Bem-Estar Social. O acesso de amplas massas de trabalhadores ao pleno emprego, ao consumo no mercado de massas e às garantias de proteção social chegou a ser associado a uma diluição das contradições de classe nas sociedades de capitalismo avançado. Acontecimentos como a greve de maio de 1968 na França e a intensa jornada de lutas no período subsequente em toda a Europa Ocidental, quando o movimento operário colocou em xeque os limites da exploração industrial na matriz fordista/taylorista, iriam derrubar tal tese.

A solução neoliberal da crise capitalista, evidenciada a partir de meados dos anos 1970, encontrou espaço justamente pela falência da ilusão social-democrata com as possibilidades de indefinida maximização de ganhos materiais dos trabalhadores no quadro da acumulação capitalista. O abalo na fidelidade do voto operário a estes partidos da esquerda reformista era o sinal mais claro deste desgaste. Na Inglaterra, por exemplo, onde o Partido Trabalhista havia alcançado a maioria em várias eleições parlamentares do pós-guerra, a ascensão de Margaret Thatcher (1925-2013) se fez com significativo percentual de votos operários. Em 1983, apenas 35% dos operários especializados votaram no Partido Trabalhista, representando uma diminuição de mais de um quarto dos votos em relação à década anterior. Mesmo entre os sindicalistas britânicos, somente 39% votaram no partido que fundaram, o que representava queda equivalente. O caráter eminentemente antissindical das propostas e práticas neoliberais ajudou a reduzir o peso político dos trabalhadores nos anos seguintes. O fim dos regimes autoproclamados socialistas do Leste Europeu agravou a crise de horizontes políticos dos partidos e movimentos sociais com base na classe trabalhadora. A conversão à idolatria do mercado, embora com discursos críticos e sugestões regulacionistas em relação à matriz neoliberal, foi o movimento mais comum dos partidos reformistas. Divisões (novas e antigas) e um esforço profundo de redimensionar a alternativa da transformação radical, sem perder de vista a centralidade do trabalho e a necessidade da superação capitalista, marcaram o debate recente dos grupos revolucionários. Embora seja arriscada qualquer avaliação sobre o futuro da política em bases de classe, é possível afirmar que a alternativa da barbárie social foi contida pelas lutas políticas dos operários dos últimos dois séculos. A efetiva existência da classe trabalhadora, apesar dos muitos arautos de seu fim e a permanência reatualizada – pelo desemprego estrutural, pela precariedade do trabalho, pela globalização da pobreza *etc*. – das contradições fundamentais do capitalismo indicam que tais lutas mantêm-se atuais e necessárias.

Referências

ABENDROTH, Wolfgang. A história do movimento trabalhista europeu. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
HOBSBAWM, Eric. Estratégias para uma esquerda racional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
NORIEL, Gerard. Les ouvriers dans la société française. Paris: Seuil, 1986.
SAVAGE, Mike; MILES, Andrew. The remaking of the british working class 1840-1940. Londres: Routledge, 1994.

MARCELO BADARÓ MATTOS

OPUS DEI A Societas Sacerdotalis Sanctae Crucis (Opus Dei), também conhecida na Espanha como a Obra, originou-se como instituto secular sem fins religiosos, sendo fundada em 2 de outubro de 1928 pelo sacerdote aragonês Josemaria Escrivá de Balaguer. Inicialmente, as suas práticas não eram reconhecidas pela Santa Sé, embora seus membros estivessem dedicados inteiramente a uma intensa vida espiritual em suas profissões afins ou na sua ocupação secular. Eram e ainda são recrutados em sua grande maioria entre famílias abastadas ou de forte sentimento católico, esforçando-se para ampliar os ideais cristãos nos seus núcleos. Uma vez adotada a opção de fazer parte dos quadros da Opus Dei, os seus membros desfrutam de relativa liberdade em suas atividades seculares, sejam elas sociais, econômicas ou financeiras. Originalmente, o seu trabalho apostólico centrava-se na “busca da perfeição cristã” pela implantação dos ideais cristãos na vida familiar e no exercício da profissão de seus membros. A partir de 1930, a organização passou a ter uma dupla ramificação, contando a partir de então com o trabalho apostólico feminino. Na década de 1930, a sua expansão foi lenta e, com o agravamento da Guerra Civil Espanhola e a intensidade do anticlericalismo de boa parte da esquerda espanhola, criou-se uma completa animosidade entre setores influentes dentro da Igreja Católica e os defensores da II República Espanhola. Os setores mais conservadores presumiam que o conflito era inevitável e, portanto, devia-se adotar uma ruptura agressiva com relação à república. Dessa insegurança dos setores católicos partilhavam também os burgueses e, especialmente no campo, os proprietários rurais, temerosos de que a república ameaçasse a propriedade da terra. Assim, optaram por uma nova organização política que surgiu em abril de 1931: a Acción Nacional. Os partidários dessa organização leiga tinham como caixa de ressonância a Ação Católica e o importante jornal madrilenho El Debate. A Acción Nacional passou a se chamar Acción Popular a partir de 1932, e, um ano depois, tornar-se-ia o núcleo de um novo partido de massa católico-conservador: a Confederación Española de Derechas Autónomas (CEDA). Nesse clima de extrema beligerância entre Igreja e republicanos de esquerda,

transcorreu a década de 1930. Entretanto, ao final dos anos 1940, houve uma reconfiguração da organização: em 1947, o Decretum Laudis já erigia a Opus Dei como instituto secular previsto no direito da Igreja; em junho de 1950, o Papa Pio XII aprovou definitivamente a Opus Dei. Assim, a organização criava sua vida autônoma dentro da Igreja, tendo como passo seguinte sua projeção para fora da mesma.

No biênio 1955-1956, o modelo de autarquia franquista entrou em crise e o governo teve de reconfigurar seus quadros para buscar uma saída. As forças tradicionais que apoiavam o franquismo não estavam em condições de liderar essa nova etapa e, assim, foi da Opus Dei que saíram os quadros especializados no campo econômico e financeiro de que o Estado franquista necessitava. Em 1957, ocorreram as grandes mudanças governamentais que tornaram a Opus Dei hegemônica no governo Franco, quando esta conseguiu as duas principais pastas ministeriais com Alberto Ullastres (Comércio) e Mariano Navarro Rubio (Fazenda), que puseram fim ao modelo franquista de autarquia, considerando imprescindível um processo de liberalização política interior e abertura econômica imediata ao exterior. Assim, o Plano de Estabilización instaurou uma dupla disputa de interesses no interior do regime franquista: propagandistas, militares, falangistas e carlistas, que haviam vencido a Guerra Civil Espanhola, eram contrários ao fim da autarquia; uma ala renovada da Falange e a Opus Dei eram favoráveis ao plano. Posteriormente, ao final da década de 1960, uma segunda contradição aflorou no seio do franquismo: altos quadros da Falange e da Opus Dei viram-se envolvidos no uso fraudulento de recursos estatais para a exportação em benefício da Maquinaria Têxtil del Norte de España S.A. (Matesa). Porém, a Opus Dei já despontava como força política hegemônica no governo Franco e, por isso, a Falange foi a principal atingida pelo escândalo. Após o indulto outorgado por Franco aos culpados do “caso Matesa”, a Opus Dei continuou a projetar o capitalismo espanhol, gerando uma estrutura econômica de tipo liberal, cuja vítima principal foi o próprio regime franquista. Com o fim do franquismo, os quadros de tecnocratas da Opus Dei pulverizaram-se em diferentes partidos de direita. Os seus maiores êxitos vieram do exterior, principalmente após a morte de seu fundador Escrivá de Balaguer em 1975, que seria beatificado em 1992, dando maior projeção à organização. No momento da morte de Escrivá de Balaguer, a Opus Dei possuía 60 mil adeptos inscritos e uma história de mistério, sabotagens, pragmatismo e oportunismo.

Referências

ESCRIVÁ DE BALAGUER, Jose. La Construcción Apostólica ‘Provida de Mater Eclesia’ y el Opus Dei. Madri, 1949.

PORTILLO, A. de. Enc. Catt 11:869 – 870. J. Herranz, What is Opus Dei? “Opus Dei”. In: New Catholic Enciclopedia, vol.10: Washington: The Catholic University of America, Reprinted 198.

ORIENTALISMO A designação mais amplamente aceita para o termo é acadêmica. Antropólogos, sociólogos, historiadores, filósofos que escrevam ou pesquisem sobre o Oriente são orientalistas e o que fazem é orientalismo, que se configura como um estilo de pensamento cuja base está dada pela distinção ontológica e epistemológica feita entre “o Oriente” e “o Ocidente”. Poetas, romancistas, filósofos, teóricos políticos, economistas e administradores imperiais acataram tal distinção básica para a elaboração de teorias, épicos, romances, descrições sociais e relatos políticos acerca do Oriente. Assim, orientalismo pode ser entendido, em especial com Edward Said, como um campo de especialização que se refere a vários domínios que se sobrepõem: a relação histórica e cultural entre Europa e Ásia, de 4 mil anos de história; a disciplina científica do Ocidente, segundo a qual, desde o início do século XIX, um indivíduo se tornava especialista no estudo de diversas culturas e tradições orientais; e as conjecturas ideológicas, imagens e fantasias acerca de uma região importante e politicamente urgente denominada Oriente. O orientalismo deve ser entendido como parte da história política e ideológica de nossa época. O ocaso dos grandes impérios europeus, seguido de sua substituição pela hegemonia econômica e cultural dos EUA, o desgaste inexorável do Estado-Nação e das fronteiras geopolíticas tradicionais, as migrações globais em larga escala, a criação das chamadas sociedades multiculturais, a intrépida e galopante exploração de grupos étnicos no Ocidente bem como nas sociedades chamadas periféricas, o poder inquebrantável das novas corporações transnacionais são processos que vieram se desenvolvendo desde os anos 1960 e produziram verdadeira revolução nas noções, até então dominantes, de espaço, poder, linguagem e identidade.

A partir da década de 1970, abre-se um amplo debate sobre as perspectivas da produção intelectual e artística. Ganha fôlego a questão da periferia colonial e das estratégias discursivas que informam o poder discriminatório metropolitano. Estudantes, migrados para o campo das ciências humanas e cujos estudos foram realizados em Viena, Paris, Londres ou Nova York, por exemplo, voltam-se para sua cultura de origem, convidando seus leitores a livrarem-se das amarras que os acorrentam ao pensamento greco-latino vigente no Ocidente e que forneceu ao mundo uma visão consolidada do mundo “desconhecido”, visão essa em que o denominador comum, intocável e absoluto são os pressupostos da cultura ocidental, o que configuram como orientalismo.

Não se trata de uma leitura ingênua, seja idílica seja política, da cultura de origem, mas da procura de uma leitura genuína. Na vida das nações que lutaram para se desvencilhar do imperialismo, por meio das lutas pela independência, a cultura adquiriu uma importância inédita e inequívoca: liga-se à identidade comum de forma vital. Torna-se importante evocar que o imperialismo não apenas representava exploração da força de trabalho barata, consecução de matérias-primas e mercados pela extorsão, como também desvio de línguas, hábitos e costumes, mediante a presença imposta, seja de exércitos estrangeiros seja de funcionários/administradores representantes das metrópoles, como consta em filmes como Passagem para a Índia e Indochina, por exemplo.

Tanto os estudos culturais como o pós-colonialismo foram correntes que, na contramão do orientalismo, indicaram uma direção mais avançada das questões de "método" teórico predominantes numa fase anterior da teoria literária. A partir daí, problematiza-se a "cultura" em si: a obra de arte isolada cede espaço às áreas da linguagem, do estilo de vida, do valor social e da identidade grupal. Desta feita, as conexões com as questões do poder político global são inevitáveis. Recuperam-se as culturas excluídas; descentralizam-se e desconstroem-se categorias e identidades com uma rapidez incomum em um contexto de racismo, conflitos étnicos e dominação neocolonial. O "outro" não é mais um conceito teórico, são grupos e povos excluídos da história, impelidos à escravidão, ao insulto, à mistificação e ao genocídio. Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente, de Edward Said, é considerada a obra inicial da teoria pós-colonial.

Referências

EAGLETON, Terry. Teoria da literatura: uma introdução. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). Pós-modernismo e política. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

SAID, Edward. Cultura e imperialismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAID, Edward. Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ELI NAPOLEÃO DE LIMA

ORIENTE MÉDIO, Conflitos no Região situada na Ásia que abrangia ao final do século XX os seguintes países: Turquia, Síria, Chipre, Líbano, Israel, Jordânia, Egito (Península do Sinai), Arábia Saudita, Iêmen, Oman, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Kuwait, Iraque, Irã e Afeganistão. A população é majoritariamente árabe e de religião islâmica, em função da expansão do Império Árabe a partir do século VII. O Oriente Médio foi o berço das três

religiões monoteístas do mundo: judaísmo, cristianismo e islamismo. Esta última surgiu no século VII na Península Arábica com Mohamed (Maomé), que pretendeu unificar as tribos nômades da Península Arábica a partir de uma única identidade religiosa. As circunstâncias tornaram-no chefe religioso e político, organizador da comunidade muçulmana, conhecida como umma.

Durante vários séculos, o Oriente Médio foi alvo de disputas por vários impérios devido às suas características estratégicas para as caravanas comerciais, à proximidade com a Índia, ao petróleo, à ligação entre o Mediterrâneo e o Pacífico *etc.* Em 70 d.C., o Império Romano (ou Bizantino) assaltou, destruiu e tomou posse da cidade de Jerusalém, fincando suas próprias bases de governo na Palestina, o que provocou o movimento conhecido por Diáspora Judaica. Posteriormente à dominação do Império Romano, viu-se a formação do Império Árabe Islâmico, que arabizou e islamizou – processos de aculturação e conversão religiosa, respectivamente, que podem ocorrer de forma junta ou separada – as regiões conquistadas. No caso da Síria, por exemplo, os dois processos ocorreram juntos, mas na Turquia somente ocorreu a incorporação dos preceitos religiosos, enquanto no Líbano há um grande numero de árabes que não são necessariamente muçulmanos. A divisão dos califados, durante o século XII, possibilitaria a ruína do Império Árabe sob a invasão dos mongóis em meados do século XIII, sendo estes sucedidos pelo Império Otomano em meados do século XIV como polo político do Oriente Médio. Este último teve o seu auge no século XVIII e chegou ao fim durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

O Império Otomano abrangeu, entre outras regiões, a maioria dos países árabes, agindo com certa tolerância com os grupos heterogêneos conquistados. Os seus grandes adversários a partir da segunda metade do século XIX foram a França, a Grã-Bretanha e o Império Russo, interessados nas terras do Oriente, principalmente no tocante ao petróleo. Para minar o Império Otomano, essas potências utilizaram a política de incentivo a rebeliões de grupos religiosos e/ou étnicos descontentes, praticando a máxima política corrente na época: dividir para imperar. O Império Russo, por exemplo, fomentava a independência das províncias turcas, cuja maioria era eslava, como a Bulgária. A religião também vai ser usada como pretexto para a atuação da França e da Rússia dentro do território otomano, a primeira defendendo as minorias católicas, principalmente nos Bálcãs, e a segunda os russos ortodoxos, embora não se encontrassem em qualquer perigo aparente. O Império Britânico, por sua vez, tentava controlar as rotas de acesso às suas áreas de controle na Ásia Central, assim como impedir o avanço de outras potências. O Movimento Sionista de criação de um Estado Judaico, idealizado no fim do século XVIII, começou a ganhar força nesse

período, ao mesmo tempo em que influenciou de maneira decisiva os movimentos nacionais árabes que buscavam autonomia. Inserido no contexto de formação dos Estados-Nação oitocentistas, o Movimento Sionista alimentará reativamente o nacionalismo árabe-palestino.

Com a extinção do Império Otomano ao final da Primeira Guerra Mundial, a Península Arábica estava dividida em cinco reinos autônomos, cujo mais influente era aquele de Nedjed, liderado por Abd al-Aziz Bin Saud (1880-1953), da dinastia Wahhabi, que seguia antigos costumes das tribos de Saud e tinha uma leitura mais rígida do Alcorão. Durante a guerra, Abd al-Aziz Bin Saud conquistou a província turca de Al Hasa e, em 1915, foi reconhecido pelos britânicos como emir de Nedjed e Al Hasa. Observando os êxitos militares de Bin Saud contra a dominação otomana, Hussein Bin Ali (1853?-1931), membro da família Hashemita e prefeito de Meca sob a dominação otomana desde 1908, negociou com os britânicos, em julho de 1915, apoio militar para que também libertasse o centro-oeste da península do jugo otomano, mas em troca deveria permitir a formação de um “lar judeu” na Palestina. Assim, financiados pelos britânicos e liderados por Faisal I (1883-1933) – filho de Hussein Bin Ali –, 70 mil homens iniciaram, em junho de 1916, a Revolta Árabe e Bin Ali foi proclamado rei de Hedjaz. Em novembro, estendeu o seu título para toda a península, rivalizando desta vez com Bin Saud. Os britânicos sustentariam com armas todos os movimentos de independência no interior do Império Otomano até o fim da Primeira Guerra Mundial. Por isso, ao final do conflito mundial, tanto Bin Saud quanto Bin Ali tinham recursos razoáveis para manterem suas rivalidades regionais. Uma sangrenta guerra civil entre as tribos de Nedjed e Hedjaz ocorreu até 1925. Bin Saud anexaria o principado de Azir em 1923 e a cidade sagrada de Meca em 1925. Depois desta última perda, Bin Ali abdicou e partiu para o exílio. Pelo Tratado de Jeddah, em 1927, as potências ocidentais reconhecem Abd al-Aziz Bin Saud como rei de Nedjed, Azir e Hedjaz. Ao fazerem isso, davam anuência diplomática para a formação de um Estado – proclamado Arábia Saudita em 1932 – cuja religião oficial seria o Wahhabismo, que pela força dos petrodólares começaria a exportar seus princípios puritanos do Islã para todo o mundo muçulmano a partir dos anos 1970 – compreendendo nisso as escolas religiosas do Paquistão na década de 1990, de onde emergiram os milicianos Talibans que tomariam o poder no Afeganistão em 1996.

Os vencedores da Primeira Guerra Mundial teriam como prêmio a divisão do Império Otomano em 1917, ratificada pelo acordo secreto anglo-francês Sykes-Picot de maio de 1916, estabelecendo como áreas de domínio para a França as regiões que correspondem à Síria e ao Líbano, e para a Grã-Bretanha as regiões da Palestina, Iraque e Kuwait. Antes da derrota para Abd al-Aziz Bin Saud,

caberia a Hussein o domínio de Meca. A Turquia, liderada por Mustafá Kemal (1881-1938), tornar-se-ia uma República Nacional Independente em 1923. O lar nacional judaico foi estabelecido com a Declaração de Balfour em 2 de novembro de 1917. Inicialmente, alguns líderes árabes concordaram, mas a maioria da população árabe que vivia na Palestina não viu com bons olhos tal acordo, em função da crescente entrada de judeus fugidos de perseguições antissemitas na Europa Oriental. A reação árabe veio na forma de revoltas contra a minoria judaica, que não tardou em defender-se com a formação de milícias secretas. Os ocupantes britânicos também sofreriam ataques dos árabes-palestinos em função da tolerância às imigrações judaicas. A partir daí, as potências ocidentais mantiveram uma política dualista na região, ora favorecendo judeus, ora favorecendo árabes, mas sem grandes definições até a criação definitiva do Estado de Israel em 1948. A fragmentação da região em vários interesses políticos e econômicos, com epicentro no domínio do petróleo, impediria a criação de um grande Estado Árabe durante o século XX.

Os nacionalismos árabes no entreguerras ameaçaram o domínio britânico e, como no caso da Arábia Saudita, o Iraque formou-se como Estado independente em 1932, mas os britânicos mantiveram controle exclusivo sobre a exportação do petróleo até o começo de 1958, quando um golpe republicano de militares nacionalistas derrubou a monarquia Hashemita e impediu o processo de unificação com a monarquia pró-ocidental da Jordânia (também do tronco Hashemita), mediada pelos britânicos. A proximidade da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e uma possível aliança de lideranças locais com as forças do Eixo fizeram com que a política de graduais concessões fossem aceleradas e transformadas em independências em alguns países, mas com limites bem demarcados conforme a geopolítica da guerra: em 1941, o Iraque foi invadido por forças aliadas (britânicos e russos) após um golpe de Estado pró-nazista, o mesmo ocorrendo com o Irã pelas alegadas “inclinações pró-nazistas” de seu governo, embora se mantivesse neutro nas contendas. A França encontrava-se na mesma situação britânica e, preocupada com o crescimento do nacionalismo anticolonialista e com uma potencial busca de apoio entre as forças do Eixo, concedeu autonomia plena ao Líbano, em 1944, por pressão da elite cristã maronita, grupo favorecido durante o mandato francês e que era a principal base de apoio francesa contra o nacionalismo árabe das massas islamizadas. No entanto, as tropas francesas só deixariam o país em 1947. O mandato francês sobre a Síria terminaria em 1946, mas o país só conseguiu estabelecer um regime constitucional em 1954 e viu crescer em sua arena política, tal como acontecia com o Iraque, a influência do Partido Ba’ath.

Os movimentos nacionalistas do Oriente Médio surgiram em função do contato

dessa região com as potências europeias. A influência do Ocidente ajudara a minar o Império Otomano: as elites – particularmente a elite militar – deste império tiveram acesso à educação europeia e contato com a concepção de nacionalidade que nasceu no seio da concepção de Estado-Nação europeu. Durante as décadas de 1920 e 1930, o nacionalismo de Mustafá Kemal baseou-se na modernização ocidentalizante do Estado Turco, usando-a contra uma potencial fragmentação política de seu território aos moldes daquela ocorrida com o antigo Império Otomano. Mesmo na Arábia Saudita, sob influência marcante do Wahhabismo, tendências modernizantes buscaram formas de tornar o Islã compatível com a modernidade, embora sem permitir a formação de instituições políticas ocidentais, leia-se parlamentos, como ocorrera com outros Estados. Outro exemplo marcante foi o Irã, onde o General Reza Khan derrubou o último sultão, coroando-se xá em 1926 com o nome de Reza Shah Pahlev (1878-1944). Ele iniciou um processo de secularização da política semelhante à turca, mas uma modernização violenta com a abrangência daquela que ocorreu na Turquia durante o governo de Mustafá Kemal tomaria forma cabal no Irã a partir da Revolução Branca de 1963, levada por seu filho Mohamed Reza Pahlev (1919-1980). Em função de sua alegada posição pró-nazista durante a Segunda Guerra Mundial, Reza Shah Pahlev fora forçado pelos britânicos em 1941 a abdicar do trono em favor de seu filho Mohamed. Este manteria por toda a sua gestão uma correspondência direta com os interesses britânicos e norte-americanos e, por isso, receberia o seu apoio logístico e militar em um golpe de Estado contra o Primeiro-ministro Mohamed Mussadeq (1880-1967), em cujo mandato (1951-1953) tentou nacionalizar a economia do país aos moldes egípcios, o que o tinha forçado a um rompimento diplomático com a Grã-Bretanha e a uma aproximação com a URSS.

O pós-Segunda Guerra Mundial trouxe muitos desdobramentos para o Oriente Médio. A ideia do sionismo ganharia força em função da brutalidade do holocausto. Novas potências, como os EUA e a URSS, emergiram no cenário internacional e agiram contra o colonialismo anglo-francês no Oriente Médio, tendo em vista a consolidação de suas áreas de influência. A Faixa de Gaza tornou-se um território contestado pelo Egito e por Israel desde que a Organização das Nações Unidas (ONU), sem consulta aos árabes-palestinos, resolveu dividir, em 1947, a Palestina em dois Estados: um judeu e outro árabe. Em 14 de maio de 1948, os judeus proclamariam o Estado de Israel, fazendo com que forças militares egípcias, sírias, libanesas, iraquianas e transjordanianas iniciassem uma guerra. A guerra duraria até janeiro de 1949, saindo Israel como o grande Estado vencedor. Após a guerra de independência, o Estado de Israel foi oficializado. A formação do Estado de Israel foi sentida como uma

humilhação para os árabes, que buscaram reverter a situação nas guerras posteriores de 1956, 1967 e 1973. A possível formação de um Estado Árabe seguindo a divisão proposta pela ONU não saiu do papel. O apoio militar e econômico norte-americano tornou o pequeno Estado Judeu poderoso o suficiente para resistir a ações terroristas de grupos descontentes com seu domínio na região.

As diferenças de formas de governo e orientação política, de tendência religiosa, e a posição estratégica de cada país do Oriente Médio no cenário mundial impediriam a formação de uma unidade árabe ou muçulmana mesmo contra a presença objetiva de um inimigo, o Estado de Israel. O governo laico, republicano e de orientação socialista do presidente egípcio Gamal Abd al-Nasser (1918-1970) tentou nos anos 1950 uma malograda unificação dos interesses árabes em uma política de não alinhamento às contendas da Guerra Fria (1947-1991), tendo por base o pan-arabismo – crença na distinção linguística, histórica e cultural árabe. A falta de unidade do mundo árabe pôde ser bem medida quando Nasser realizou a barragem de Assuã e proclamou a nacionalização do Canal de Suez em 1956, o que acarretou conflitos com as principais potências europeias e com os EUA, sem que isso provocasse qualquer choque de nacionalismo pan-arabista no Oriente Médio. Os interesses sobre o petróleo ganhariam posição de destaque na economia dos países do Oriente Médio, gerando divergências e crises de hegemonias na região. Com a morte de Nasser, Anuar Sadat (1918-1981) assumiria a presidência do Egito em 1970 e, depois da derrota egípcia na Guerra do Yom Kippur em 1973, afastar-se-ia de qualquer pretensão de formar uma liderança egípcia no Oriente Médio e percebeu a inutilidade de uma guerra direta com Israel. Assim, afastou-se da órbita soviética, estabeleceu acordos com Israel em 1977 e permitiu a ingerência norte-americana em assuntos internos, o que atraiu para si descontentamentos difusos de todo o mundo árabe. Além disso, tiraria o apoio financeiro à OLP, alimentando a reação da linha anti-Israel da Síria, do Iraque e da Líbia.

Durante a Guerra Fria, pode-se afirmar genericamente que o Oriente Médio ficou dividido entre países que aceitavam a ingerência norte-americana e aqueles que tentavam manter uma política independente de aproximação com a URSS. O sucessor de Anuar Sadat, o General Hosni Mubarak (reeleito presidente em 1987, 1993 e 1999), manteria sua política de distensão com Israel e ampliaria as facilidades para a entrada de empresas estrangeiras. Para a diplomacia israelense, o Egito estava neutralizado, sendo afastada a hipótese de nova guerra com Israel, mesmo sob a pressão dos Estados árabes vizinhos contrários a qualquer aproximação ao governo israelense. No entanto, internamente, Mubarak sofreria desgastes periódicos ao seu governo devido à ação de grupos fundamentalistas

islâmicos, que fizeram muitas de suas vítimas entre turistas ocidentais e cristãos coptas (minoria religiosa no Egito). O aumento da ação terrorista fez Mubarak fechar o cerco sobre qualquer ação de crítica ao seu governo, restringindo a liberdade de expressão e fechando vários jornais. Em março de 1999, os extremistas da Gammaat-i-Islami anunciariam o fim da campanha de terror contra o governo, a que Mubarak respondeu concedendo a liberdade para cerca de mil ativistas do grupo. No entanto, julgaria 107 membros da Jihad islâmica e condenaria 9 deles à morte em abril. Por fim, em setembro de 1999, Mubarak foi confirmado na presidência em referendum, tendo 94% das preferências de voto. No mês seguinte, iniciaria os planos de privatização das empresas públicas do Egito, seguindo o receituário neoliberal do FMI.

Em plano geral, é possível afirmar que, entre finais da década de 1970 e inícios de 1980, movimentos fundamentalistas contrários a uma aproximação com o Ocidente ganharam força entre grupos sociais marginalizados no interior de cada país do Oriente Médio, principalmente nas fronteiras do Líbano, da Síria e da Jordânia, onde a população árabe-palestina sofria constantes retaliações do governo israelense. Com base em reações contrárias ao Ocidente e contra a ditadura secular pró-americana de Reza Pahlev, emergira na cena política da região a Revolução Islâmica Xiita do Irã no começo de 1979, o que trouxe inquietação aos países vizinhos, cujas lideranças eram sunitas e/ou secularizantes. Assim, cada país tratou de limitar os efeitos da revolução islâmica no interior de seus territórios. O Iraque aproveitaria a desarticulação momentânea das Forças Armadas do Irã para invadir seu território, contando com o apoio militar da Arábia Saudita, enquanto o Irã receberia apoio da Síria, rival do Iraque pela hegemonia árabe, da Líbia governada pelo fervor religioso de Kadhafi, da Coreia do Norte, eventualmente de Israel – mostrado em ataques à usina atômica iraquiana –, do contrabando de armas chinesas e norte-americanas. Mais uma vez, uma voz particular não conseguiria convergir os fragmentários interesses da região. Na década de 1990, o exemplo marcante foi a Guerra do Golfo, em que todos os países da região se voltaram contra o Iraque, com exceção do Irã, sem oposição aparente à intervenção norte-americana. A Arábia Saudita ofereceria bases de ação para os EUA em territórios próximos à cidade sagrada de Meca, embora isso provocasse a hostilidade de grupos muçulmanos radicais da região.

Em inícios dos anos 1980, o governo israelense, considerando que a OLP era a responsável pelos ataques contra o norte de Israel procedentes do Líbano – em guerra civil desde abril de 1975 –, ordenou que seu exército invadisse este país em junho de 1982, contando com o apoio das milícias de minorias cristãs. A invasão causou a morte de inúmeros palestinos (árabes, não árabes, judeus e

cristãos), colocando em dúvida o caráter defensivo da ação israelense. Frente à demonstração de força da invasão israelense no Líbano e à ausência de sua antiga base no Egito, a OLP foi forçada a pedir abrigo na Tunísia e a mudar sua estratégia de ação. Progressivamente, a liderança de Yasser Arafat no interior da organização migraria para uma solução diplomática com o Estado de Israel sobre a questão palestina, renunciando oficialmente aos atos terroristas, malgrado não pudesse controlá-los totalmente, visto que a proliferação de movimentos islâmicos fundamentalistas ultrapassava largamente o campo de ação das principais lideranças da OLP, situação que se tornou tanto mais difícil no final dos anos 1990. Extremistas árabes-palestinos e judeus-palestinos têm dificultado as saídas diplomáticas para o problema e podem empurrar lideranças políticas de ambos os lados para ações extremas. Em 2001, o líder político do Likud, Ariel Sharon, foi eleito para o cargo de primeiro-ministro de Israel e não demonstrava qualquer preocupação com o cumprimento dos acordos de paz firmados pelas lideranças trabalhistas durante a década anterior.

Ao final da década de 1990, o Oriente Médio demonstrava a mesma tendência geral para a fragmentação territorial dos interesses, sendo que cada governo estabelecido tinha de ajustar difíceis contas com diferentes facções fundamentalistas internas (cristãs, islâmicas ou judaicas) úteis outrora, mas que facilmente escapavam ao controle e estorvavam seus interesses. O conflito entre árabes e israelenses continuou sem solução, causando mortes e mais vozes peremptórias de ambos os lados que pregavam o ódio e o extermínio como únicas respostas. Desde 25 de fevereiro de 1994, quando Baruch Goldstein, seguidor de Meir Kahane, disparou contra 29 palestinos que oravam na Caverna dos Patriarcas (Hebron) – como vingança pelo massacre de 59 judeus por palestinos em 24 de agosto de 1929 –, o grupo Hamas jurou que dali para a frente seria vida por vida. Outro caso exemplar de ato extremista em Israel foi o assassinato do líder trabalhista Ytzhak Rabin (1922-1995) – eleito em 1992 para um segundo mandato como primeiro-ministro –, perpetrado por um jovem fundamentalista judeu em 4 de novembro de 1995, ou seja, quase um ano depois de ter sido premiado, ao lado de Yasser Arafat e Shimon Peres, com o Nobel da Paz. O Afeganistão, por sua vez, foi dominado pela milícia Taliban entre 1996 e 2001, sendo o resultado de um erro diplomático das potências ocidentais em 1992, que não souberam estabelecer um governo de transição depois de mais de uma década de guerra civil durante e após a invasão soviética de 1979.

Referências

AMSTRONG, Karen. Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BOCCO, R.; DESTREMEAU, B.; HANNOYER, J. Palestine, Palestiniens, Territoire National, Espaces Communautaires. Beirute: CERMOC, 1997.

BRENER, Jayme. Ferida aberta: O Oriente Médio e a nova ordem mundial. São Paulo: Atual, 1993.
CATTAN, Henry. Palestina, los árabes e Israel. México: Siglo XXI, 1974
HOURANI, Albert. Uma História dos Povos Árabes. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
TSCHIRGI, Dan. “Des islamistes aux zapatistes: la révolte des ‘marginaux de la terre’”. In: Le Monde Diplomatique, janeiro de 2000: p. 16-17.
YAZBEK, Mustafá. O movimento palestino. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

ORIGEM DA VIDA O que é a vida? Inicialmente é necessário esclarecer que ela só é possível mediante uma estrutura organizada ou sistema, que deve ter pelo menos três propriedades fundamentais: (1) autorreprodução (isto é, deve ser capaz de se autoduplicar); (2) mutabilidade (deve haver a possibilidade de alteração no material genético, sem a qual é impossível a evolução); e (3) metabolismo (conjunto de processos através do qual se efetua a nutrição, com o fornecimento de energia). A ideia de que seres vivos bem organizados podiam surgir espontaneamente da matéria não orgânica era prevalecente entre os filósofos gregos e foi perpetuada sem grandes questionamentos até o século XVII. O primeiro a pôr em dúvida seriamente essas crenças foi Francesco Redi (1621-1697), que graças a engenhosos experimentos demonstrou que moscas não surgiam espontaneamente da carne apodrecida. Apesar desses resultados, a controvérsia sobre a geração espontânea continuou, e foi só com os estudos de Louis Pasteur (1822-1895) que esta ideia caiu em descrédito.

Aparentemente, não foi acidental que a era moderna dos estudos sobre a origem da vida iniciou-se com as pesquisas de A.I. Oparin (1894-1980) na URSS, que possuía uma política ativamente antirreligiosa, nem que essas pesquisas fossem complementadas por J. B. S. Haldane (1892-1964), notório materialista. Segundo eles, a atmosfera da Terra deveria ter sido, no passado, diferente da atual. Ela não deveria conter oxigênio, mas, sim, hidrogênio e outros compostos redutores, como o metano e a amônia. Neste ambiente, a matéria orgânica teria se formado espontaneamente, sob a influência da luz do sol, dos relâmpagos e de altas temperaturas. A confirmação experimental dessas ideias ocorreu em 1953, quando Stanley L. Miller, trabalhando com Harold C. Urey (1893-1981), demonstrou que quantidades surpreendentemente grandes de compostos químicos (incluindo diversos aminoácidos e açúcares) formavam-se quando uma descarga elétrica passava através de uma atmosfera do tipo proposto por Oparin e Haldane. Estes experimentos desencadearam outros, que vêm esclarecendo aspectos importantes do problema.

John D. Bernal (1901-1971) sugeriu que três estágios básicos teriam ocorrido no

processo de origem da vida: (1) dos átomos aos monômeros; (2) dos monômeros aos polímeros; e (3) da molécula à célula. Dois eventos fundamentais teriam sido o surgimento de organismos separados e o aparecimento da fotossíntese (síntese de compostos químicos efetuada com o auxílio da energia radiante, especialmente a luz; no processo há liberação de oxigênio, contribuindo para a alteração da composição inicial da atmosfera). Quando se examina a química dos processos vitais, verifica-se que apenas 29 moléculas são necessárias para o mínimo essencial. Elas incluem a glicose como maior fonte de energia, lipídios (gorduras) como uma forma de guardar esta energia, fosfatídios para que os lipídios possam circular em meio aquoso, os 20 aminoácidos que formam as proteínas e, entre elas, as enzimas, bem como cinco bases nitrogenadas (adenina, guanina, citosina, uracilo e timina), ribose e sua derivada, a desoxirribose, e mais ácido fosfórico, todos responsáveis pela formação dos ácidos ribonucleico (RNA) e desoxirribonucleico (DNA), necessários à reprodução. O primeiro evento em todo o processo deve ter sido o acoplamento da quimiossíntese ao transporte eletrônico, com os polifosfatos agindo como os portadores primitivos de energia.

Quais foram os próximos passos nestes primeiros estágios de origem da vida? A. G. Cairns-Smith sugeriu que inicialmente deveriam existir apenas genes nus, constituídos por algum primeiro material genético desconhecido (semelhante ao RNA?), que evoluíram na direção do controle de seu ambiente imediato, especificando produtos (fenótipos) cada vez mais elaborados. Posteriormente, um novo tipo de gene poderia se formar, que só pudesse funcionar dentro de um fenótipo já bastante sofisticado (talvez o DNA), mas que fosse mais eficaz do que os genes originais. Os novos genes gradualmente assumiriam o controle do fenótipo, que se converteria ao seu uso exclusivo. Eventualmente, os genes originais seriam eliminados. Carl R. Woese, norte-americano que por várias décadas tem investigado esses processos, sugeriu que o ancestral universal para toda a vida atual teria se originado de um processo de “aquecimento-resfriamento”. O modelo iniciar-se-ia quando as “temperaturas genéticas” fossem muito altas, as entidades celulares muito simples e os sistemas de processamento da informação muito ineficientes. Em tais condições, tanto a taxa de mutação quanto os níveis de transferência gênica lateral seriam muito elevados. À medida que estruturas e processos biológicos cada vez mais complexos evoluíram, a taxa de mudança diminuiu, e a dinâmica evolucionária tornou-se aquela característica das células modernas. Os diversos subsistemas das células “cristalizaram”, isto é, tornaram-se refratários à transferência gênica lateral. Organismos, como os conhecemos hoje, não existiriam nesses estágios iniciais. A árvore filogenética universal, portanto, não seria organísmica em sua

base, nem o ancestral universal uma entidade individualmente distinta. Apesar deste começo simples, a organização da matéria viva atual é extremamente complexa. Tem havido tentativas para estabelecer-se o número mínimo de genes que seria necessário e suficiente para sustentar o funcionamento de uma célula em condições ideais. O valor alcançado situar-se-ia entre 150 e 250, com extenso deslocamento de funções ao longo da evolução.

Referências

KOONIN, E.V. “How many genes can make a cell? The minimal-gene-set concept”. In: Annual Review of Genomics and Human Genetics, 1: 99-116, 2000.

SALZANO, F.M. Biologia, cultura e evolução. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993.

SALZANO, F.M. Evolução do mundo e do homem: liberdade ou organização? Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.

WOESE, C. “The universal ancestor”. In: Proceedings of the National Academy of Sciences, Estados Unidos, 95: 6854-6859, 1998.

FRANCISCO M. SALZANO

PALEONTOLOGIA A palavra “paleontologia” é formada pela junção dos radicais palaio (do grego, palaiós = antigo, de muitos anos), onto (do grego, ón, óntos = o ser), e logía (do grego, Logía = ciência, estudo). A introdução desta expressão é atribuída ao geólogo francês Henri-Marie Ducrotay de Blainville (1777-1850), que a empregou em 1830 (em francês, paléontologie) para o estudo de organismos preservados nas rochas. Como definição moderna, pode-se dizer que a paleontologia é a parte das ciências naturais que estuda todas as evidências da vida preservadas no passado geológico da Terra. Estas evidências, diretas ou indiretas, ficaram registradas em rochas que compõem a crosta terrestre, e que recebem o nome de fósseis (do francês fossile, e este, do latim fossilis = escavado, desenterrado). O registro mais antigo desta palavra é atribuído a Georg Bauer (1494-1555), que no século XVI a utilizava para minerais e organismos petrificados. Desde Carolus Linnaeus (1707-1778), o termo fóssil é restrito a evidências de atividade orgânica preservada nas rochas. Por definição, para que um resto ou vestígio de organismo seja considerado fóssil, este precisa ter sido coletado em rochas de épocas anteriores à atual. O início comumente fixado para o Holoceno, como é chamada a época atual, é de 12 mil anos, estabelecendo assim como o objeto da paleontologia todos os organismos que viveram antes deste tempo. Comumente a paleontologia é confundida com a arqueologia, mas esta última difere por incorporar a cultura em seus estudos, realizando assim pesquisas da espécie humana como produtora de cultura. A paleontologia, como diversos outros ramos das ciências da Terra, vale-se de inúmeros conceitos e conhecimentos de outras áreas, tais como: geologia, biologia, química, física e matemática. Pode ser dividida em diversas áreas, entre as quais destacam-se: a micropaleontologia (estudo dos microfósseis); a paleoicnologia (pesquisa de impressões, traços e pistas); a paleobotânica (estudo dos vegetais fósseis); a paleontologia de vertebrados e a paleontologia de invertebrados (respectivamente, estudo de vertebrados e invertebrados fósseis).

O primeiro registro da ocorrência de fósseis no Brasil data de 1817, quando o geógrafo e padre português Manuel A. de Casal relatou a descoberta de mamíferos pleistocênicos na Bahia. Os primeiros fósseis brasileiros a serem ilustrados apareceram no livro intitulado Reise in Brasilien (Viagem pelo Brasil, 1823-1831), de autoria dos naturalistas alemães Johann B. von Spix (1781-1826) e Karl F. P. von Martius (1794-1868), em que um peixe fóssil procedente da Bacia do Araripe (Nordeste do Brasil, CE) e uma mandíbula e ossos isolados

atribuídos a um mastodonte (Pleistoceno, BA) foram figurados. A participação estrangeira no início das pesquisas paleontológicas brasileiras foi bastante marcante. Um dos pioneiros foi o dinamarquês Peter Wilhelm Lund (1801-1880), por muitos considerado o “pai da paleontologia brasileira”, que realizou várias coletas de restos de mamíferos fósseis das grutas calcárias de Minas Gerais. Também destacam-se os trabalhos do botânico inglês George Gardner (1812-1848), que coletou peixes fósseis da Bacia do Araripe, posteriormente estudados pelo suíço naturalizado americano Jean Louis Rodolphe Agassiz (1807-1873). Antes disso, D. João VI criou o Museu Nacional no Rio de Janeiro em 1818, que teve papel importante nesta fase inicial da paleontologia no Brasil. Um de seus diretores, Frederico C. L. Burlamaqui, realizou pesquisas sobre mamíferos do Pleistoceno, podendo ser considerado possivelmente o primeiro paleontólogo brasileiro. Agassiz também se destacou por ter organizado a expedição Thayer (1865), que trouxe ao Brasil o pesquisador canadense Charles Frederick Hartt (1840-1878). A seguir, tendo Hartt no comando, foram organizadas as expedições Morgan (1870-1871), das quais participou o cientista norte-americano Orville A. Derby (1851-1915). Posteriormente, foi organizada a Comissão Geológica do Império (1875), com Hartt em sua direção, que resultou em diversas publicações sobre a paleontologia nacional, destacando-se o estudo dos invertebrados paleozoicos e terciários da Amazônia por pesquisadores norte-americanos. Extintas por falta de verbas (1878), as coleções foram transferidas para o Museu Nacional, juntamente com Hartt (que faleceu logo em seguida) e Derby. Paralelamente, foi criado o Museu Paraense Goeldi (Belém, 1889), que tem contribuído para o estudo dos fósseis situados na Região Norte do país.

No século XX, ainda sob forte influência estrangeira, a paleontologia brasileira floresceu, tendo Derby à frente. Além do Museu Nacional, este pesquisador trabalhou no Instituto Geográfico e Geológico da Província de São Paulo (IG) e, posteriormente, chefiou o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, criado em 1907 (atual Departamento Nacional de Produção Mineral/DNPM), estabelecendo as condições necessárias para que diversos pesquisadores nacionais pudessem estudar fósseis. Por esta dedicada atividade, talvez devesse ser conferido a Derby o título de “pai da paleontologia do Brasil”. Outro marco na paleontologia nacional foi a vinda, na década de 1940, ao DNPM, do paleo-herpetólogo brasileiro Llewellyn I. Price (1905-1980). Tendo estudado nos EUA sob orientação do célebre pesquisador Alfred S. Romer, Price atuou na formação de importantes coleções de vertebrados fósseis e auxiliou o ingresso de diversos pesquisadores neste ramo científico, tais como Carlos de Paula Couto (MN), um dos mais ativos pesquisadores de mamíferos fósseis que atuaram no país. Juntamente com Paulo Erichsen de Oliveira (pesquisador de

paleoinvertebrados), Elias Dolianiti (renomado paleobotânico) e Rubens da Silva Santos (paleoictiólogo), Price transformou o DNPM no mais importante centro de pesquisa paleontológico do país até a década de 1980. Tal posição foi reforçada com a vinda para esta instituição do austríaco Friedrich W. Sommer, um dos responsáveis pela introdução das pesquisas de micropaleontologia no país, tendo atuado na formação direta de importantes pesquisadores, como Norma Maria da Costa Cruz (DNPM/CPRM), Frederico W. Lange (Petrobras) e Roberto L. Daemon (Petrobras).

Outros pesquisadores que influenciaram o desenvolvimento da paleontologia no Brasil no século XX são: Friedrich von Huene, que realizou diversas expedições para a procura de vertebrados em terrenos triássicos (Formação Santa Maria, 225 milhões de anos) e cretáceos (Grupo Bauru, ca. 80 milhões de anos); Wilhelm O. Kegel (DNPM) e Karl Beurlen (DNPM/ UFPE), que realizaram grandes contribuições aos estudos geológicos e de invertebrados fósseis; Cândido S. Ferreira (MN), que desenvolveu pesquisas na Formação Pirabas (Oligoceno-Mioceno, 25 milhões de anos); Josué C. Mendes (USP), pesquisador de invertebrados fósseis, que publicou os primeiros livros-texto dedicados à paleontologia para cursos de graduação e pós-graduação; e Iraja D. Pinto (UFRGS), que desenvolveu os estudos paleontológicos na UFRGS. Destaque também cabe a Sérgio Mezzalira (IG), que estudou moluscos fósseis; Mário C. Barberena (UFRGS), que formou equipe para pesquisas de vertebrados triássicos; e Diógenes de A. Campos (Museu de Ciências da Terra-DNPM), que trabalhou na integração da geologia e paleontologia. Dos diversos depósitos fossilíferos existentes no Brasil, a Formação Santana (Membro Romualdo, 110 milhões de anos) ocupa uma posição singular devido à quantidade e preservação excepcional de seus fósseis, sobretudo os restos de tecido mole (músculos e vasos sanguíneos de peixes, pterossauros e dinossauros), que lhe deu destaque em nível mundial, fazendo surgir no local o Museu de Paleontologia de Santana do Cariri (CE).

Entre as diversas teorias e descobertas surgidas no século XX, duas merecem destaque pelo efeito que tiveram nas pesquisas paleontológicas (como também em diversas outras áreas das ciências naturais): a tectônica de placas e a sistemática filogenética. A suposição que os continentes se movem e no passado geológico da Terra estiveram unidos não é tão nova como se imagina. Diversos pesquisadores e filósofos já notaram as feições semelhantes das costas do Oceano Atlântico desde o século XVII, sendo que, já no século XIX, o geólogo austríaco Eduard Suess (1831-1914) reuniu parte dos continentes situados ao sul do equador com base nas semelhanças de seus contornos. Porém, a teoria da migração dos continentes (atualmente conhecida como tectônica de placas)

ganhou mais atenção no início do século XX, com a apresentação das propostas do meteorologista alemão Alfred Wegener (1880-1930).
Com base nos contornos dos continentes e aliados a evidências geológicas e paleontológicas, Wegener propôs que todas as massas continentais estavam reunidas em um supercontinente, o Pangea, que há cerca de 200 milhões de anos começou a se fragmentar em duas partes, que grosso modo reuniam as porções continentais atualmente situadas acima (Laurásia) e abaixo (Gondwana) do equador. Este processo continuou ao longo do tempo, havendo a formação dos oceanos, até se chegar à configuração atual. Esta teoria foi muito contestada pelos geofísicos, uma vez que não existia nenhum mecanismo que pudesse explicar as forças internas necessárias para a movimentação dos continentes. Entre as evidências paleontológicas encontradas no Brasil e utilizadas como suportes para esta teoria estão os vegetais do grupo das glossopterídeas, endêmicas dos continentes que formavam o Gondwana, e na ocorrência de vertebrados aquáticos (os mesossauros) em rochas permianas do Sul do Brasil e na África. A estes junta-se a semelhança das faunas triássicas do Brasil e da Argentina com as encontradas na região sul do continente africano. Apesar destas (e outras) evidências, esta teoria foi apenas confirmada nas décadas de 1960 e 1970, com o estudo da crosta oceânica, quando ficou comprovado que a superfície da Terra é formada por placas que se movimentam devido a forças geradas no interior do planeta. A comprovação da teoria da tectônica de placas teve um profundo impacto no estabelecimento dos estudos da distribuição das faunas e floras do passado com reflexo nas atuais.
Outras ideias que tiveram grande influência nos estudos paleontológicos são as propostas apresentadas, na década de 1960, pelo entomólogo alemão Willi Hennig (1913-1976). Atualmente reunidas nos termos cladismo ou sistemática filogenética, estas podem ser resumidas da seguinte forma: (1) existe uma história única da evolução da vida na Terra, que se dá por descendência genealógica (as relações de “sangue” de Darwin); (2) a maneira de recuperar a história evolutiva dos organismos é feita mediante o estabelecimento de grupos naturais (=monofiléticos), que incluem o ancestral e todos os seus descendentes; (3) a única maneira de reconhecer os grupos monofiléticos é através das características únicas que são compartilhadas (=sinapomorfias) pelos membros (e apenas por estes) deste grupo; (4) as classificações taxonômicas devem refletir a história evolutiva dos grupos e necessariamente têm de ser baseadas em grupos monofiléticos, sendo eliminados os grupos não naturais (=parafiléticos). Como resultado, houve uma grande reformulação da classificação dos grupos fósseis e recentes, além da extinção, na prática, das categorias tradicionais de classe, família e outras, conforme introduzidas por Linnaeus. Um exemplo dessas

mudanças foi a reclassificação do grupo Aves dentro de um agrupamento maior denominado de Reptilia, que foi feito a partir da constatação de que as aves são descendentes de dinossauros carnívoros (Dromeosauridae), sendo, portanto, apenas um grupo específico de répteis.

Apesar da relevante produção científica de pesquisadores do Brasil, até o final do século XX havia ainda uma carência geral de livros representativos da paleontologia desenvolvida no país. Pode-se ter uma visão geral do atual estágio do conhecimento paleontológico no Brasil por publicações de cunho popular (MAISEY, 1991; CARTELLE, 1994; KELLNER et al., 1999) e através de um livro-texto recém-editado (CARVALHO, 2000) – este último complementado por trabalhos mais específicos, sobretudo com relação aos répteis fósseis (KELLNER, 1998). A paleontologia tem sido desenvolvida em diversos centros do país, em especial nas universidades e nos museus, destacando-se o Museu Nacional/UFRJ, UFRGS, UERJ, UFMG, USP, UNESP e alguns órgãos federais, como o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) e o CENPES da Petrobras.

Referências

CARTELLE, C. Tempo passado mamíferos do pleistoceno em Minas Gerais. Belo Horizonte: Palco, 1994.

CARVALHO, I. S. (org.) Paleontologia. Rio de Janeiro: Interciência, 2000.

KELLNER, A. W. A.; SCHWANKE, C.; CAMPOS, D. A. O Brasil no tempo dos dinossauros. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Série Livros n. 7, 1999.

KELLNER, A.W.A. “Panorama e perspectiva do estudo de répteis fósseis no Brasil”. In: Anais da Academia Brasileira de Ciência, 70(3): 647-676. Rio de Janeiro, 1998.

MAISEY, J. G. (ed.) Santana Fossils: An Illustrated Atlas. Nova Jersey: T. F. H. Publications/Neptune, 1991.

PANAMÁ, CANAL DO No início do século XX, o Panamá era parte da Colômbia, e nele a francesa Companhia Universal do Canal havia iniciado desde 1880 a construção de um canal interoceânico. O responsável pela construção fora Ferdinand de Lesseps (1805-1894), engenheiro francês que havia dirigido as obras do Canal de Suez. Com a interrupção dos trabalhos em 1899, devido à falência fraudulenta da companhia francesa, os EUA procuraram continuar a construção do canal. Por essa época, o almirante Alfred Thayer Mahan publicara The Influence of Sea Power Upon History (1660-1873), defendendo a ideia de que o poderio de uma nação estava diretamente correlacionado com seu poder naval. Os dirigentes norte-americanos governavam territórios banhados pelos Oceanos Atlântico e Pacífico, o que implicava a manutenção de uma esquadra dividida e, consequentemente, enfraquecida. Caso pudesse facilitar o rápido

deslocamento de suas embarcações de um oceano a outro, o problema estaria resolvido. Isso explica o interesse em controlar o canal que seria aberto no istmo do Panamá. Com esse objetivo, assinou o Tratado Hay-Pauncefote (1901) com a Inglaterra, revogando o Tratado Clayton-Bulver (1850), que havia estabelecido que a construção de um canal na América Central deveria ser empreendida pelos dois países em conjunto. O afastamento inglês foi possível porque o governo de Londres enfrentava inúmeras dificuldades, como a Guerra dos Boers na África e a Guerra dos Boxers na China. Novo tratado – Herrán-Hay (1903) – foi concluído com a Colômbia, concedendo aos EUA uma faixa de terra no istmo do Panamá para a construção do canal interoceânico. Essa concessão teria o prazo de 100 anos.

Entretanto, o Senado colombiano negou-se a ratificar o tratado, alegando serem excessivas as concessões favorecendo os EUA. Na época, Theodore Roosevelt (1858-1919) governava os EUA e defendia a política do Big Stick, a qual foi acionada para atender interesses norte-americanos. Frente à resistência do Senado colombiano, uma conspiração foi articulada no Panamá a fim de separá-lo da Colômbia, tendo como figura de proa Philippe Bunau-Varilla, dirigente da Nouvelle Compagnie du Canal de Panamá. Os conspiradores receberam uma ajuda financeira de US$100 mil fornecida pelo banqueiro John P. Morgan. É interessante notar que a revolta panamenha foi inadvertidamente noticiada pelo New York Times antes de ser iniciada. A manobra norte-americana também envolveu o governador colombiano no Panamá, que consentiu em ser preso. Houve ainda a suspeita retirada de navios de guerra colombianos, facilitando assim que a esquadra norte-americana pudesse fazer manobras que impedissem o desembarque de tropas colombianas enviadas para sufocar a rebelião.

Em 3 de novembro de 1903, foi proclamada a independência do Panamá, reconhecida pelos EUA três dias depois. Washington concluiria o Tratado Hay-Bunau-Varilla, e Bunau-Varilla seria nomeado embaixador em Washington. Apesar de ter sido notificado para aguardar instruções, assinou por sua própria conta o tratado que concedia aos EUA a propriedade plena e perpétua sobre uma faixa de terra de 16 quilômetros de largura através do istmo do Panamá. Assim, era dado aos EUA o direito de garantir a segurança da Zona do Canal, assim como o direito de intervir militarmente na República do Panamá quando julgasse necessário, o que aconteceu várias vezes: 1908, 1912, 1918 e 1941. Desse modo, o território panamenho ficava dividido por uma zona colonial norte-americana. Bunau-Varilla recebeu US$40 mil e nunca mais voltou ao Panamá. Os ressentimentos colombianos foram atenuados mediante o pagamento de uma indenização de US$25 milhões, fixada no Tratado Thompson-Urrutía (1921). Anteriormente, fora prometida à Junta Governativa do Panamá a compensação

de US$10 milhões e a prestação anual de US$250 mil pelo uso do canal.
As obras de construção do canal terminaram em agosto de 1914, quando foi oficialmente inaugurado. Custaram US$366 milhões, sendo que o canal assegurou um lucro de US$678 milhões aos norte-americanos até 1970. Na Zona do Canal, ergueram-se inúmeras fortificações dos EUA, como a Base Naval Rodman, os Fortes Clayton, Amador, Kobbe, Davis, Sherman e Gullick, e as bases aéreas de Albrook e Howard. Em Forte Gullick, funcionou a Escola Militar das Américas. Nela havia cursos em espanhol e português para militares brasileiros e hispano-americanos. Estes cursos versavam sobre contrainsurgência, ação cívico-social e práticas de interrogatório, envolvendo o emprego da tortura. Também em Forte Gullick estavam aquarteladas as Forças Especiais ou Boinas Verdes, tropa norte-americana de elite.
A Zona do Canal funcionou como importante núcleo de preparação de militares sob as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional. Entretanto, cresceram manifestações panamenhas de nacionalismo, multiplicando-se atritos com tropas norte-americanas, como ocorreu em 1964, quando 21 estudantes foram assassinados ao tentar içar a bandeira panamenha na Zona do Canal. Entre 1968 e 1981, depois de um golpe militar, emergira na cena política do Panamá Omar Torrijos Herrera, general que comandava a Guarda Nacional e que levou adiante tenaz campanha visando acabar com o colonialismo norte-americano. Antes dessas reações, algumas concessões haviam sido feitas para atenuar a pressão nacionalista panamenha: em 1939, o governo norte-americano concordara em renunciar a novas intervenções no Panamá e, em 1955, elevara a US$1,93 milhão a anuidade sobre o canal. No entanto, Torrijos Herrera, de grande força carismática, lutou para conseguir força diplomática e resolver a questão da reintegração do canal ao Panamá: visitou a Cuba socialista, obteve o apoio dos presidentes da Venezuela, da Colômbia, do México e da Costa Rica. Em consequência, o governo (1977-1981) Jimmy Carter concordou em assinar, em Washington, um novo tratado e um pacto de neutralidade, concluídos em 7 de setembro de 1977. Somente em 1979, o Senado dos EUA ratificaria os dois compromissos diplomáticos. O Pacto de Neutralidade fixou a permanente neutralidade do canal. Já o chamado Tratado Torrijos-Carter obrigava os EUA a reconhecer a soberania panamenha sobre a Zona do Canal até 31 de dezembro de 1999, o que efetivamente aconteceu no início dos anos 2000. Antes disso, haveria uma administração conjunta sobre a região. Em 1981, Torrijos morreu em suspeito acidente aéreo.
Em 1983, o ex-chefe do serviço secreto e colaborador da CIA, General Manuel Antônio Noriega, subiu ao poder no Panamá e pretendeu mostrar-se como o sucessor dos projetos nacionalistas de Torrijos. Durante o governo de Noriega,

ocorreram campanhas difamatórias no exterior e no interior, três anulações de eleições presidenciais (1985, 1988 e 1989) e sucessivos incidentes entre panamenhos e norte-americanos na Zona do Canal. Em 20 de dezembro de 1989, na chamada Operação Justa Causa, tropas dos EUA invadiram o Panamá, sequestraram Noriega e levaram-no para a Flórida, onde foi condenado, em 1992, a 40 anos de prisão sob a acusação de lavagem de dinheiro do tráfico de drogas colombiano. A operação foi justificada como uma forma de combate ao narcotráfico, tratado como uma questão de segurança interna dos EUA. No entanto, passada a operação, o narcotráfico não deixou de se intensificar em ambos os países.

Referências

LEVI, Enrique Jaramillo. Una explosión en América: el Canal de Panamá. México: Siglo XXI Editores, 1976.

MOURRE, Michel. 25 ans d'Histoire Universelle, 1945-1970. Paris: Éditions Universitaires, 1971.

THEIMER, Walter. Diccionario de Politica Mundial. Buenos Aires: Miguel A.Collia Editor, 1958.

RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO

PAN-AMERICANISMO A ideia de que as Américas compõem uma unidade histórica e política foi construída de formas diferentes durante os séculos XIX e XX. A base das divergências sobre esta identidade comum e suas implicações para as relações entre os Estados americanos estavam nas diferentes interpretações da chamada Doutrina Monroe. Defendido pelo presidente norte-americano James Monroe, em 1823, este princípio estabelecia que a América pós-colonial era um universo político e institucional diverso do europeu, baseada no liberalismo econômico e na liberdade política e religiosa, e que, fundamentada nessa singularidade, não aceitaria qualquer tentativa de recolonização ambicionada pelos países europeus reunidos na Santa Aliança (1815). Tal afirmação da originalidade do Novo Mundo independente já havia sido destacada por Thomas Jefferson e Benjamin Franklin, que ressaltaram a abundância de terra livre e a singularidade das relações sociais, livres do peso do feudalismo e do absolutismo. Como consequência, o discurso de Monroe previa que os EUA agiriam contra qualquer tipo de interferência ou expansão imperial da Europa em países americanos. A declaração apresentava um conjunto de princípios, não um programa definido, evitando potenciais confrontos com a França e a Inglaterra. O significado exato dessa proposta de autonomia continental e as ambiguidades intrínsecas à ideia de um "imperialismo para combater impérios" geraram boa parte das discussões que compuseram a história do pan-americanismo.

Até o final do século XIX, os EUA não haviam alcançado o status de potência necessário para ocupar a posição de defensor do continente. As relações com a América Latina eram instáveis, principalmente durante a guerra com o México (1846-1848), sendo interpretada como resultado de interferências inglesas no país. Nas décadas de 1870 e 1880, porém, um primeiro surto de entusiasmo pan-americanista se difundiu nas Américas. Alguns países solicitaram ajuda norte-americana contra intervenções europeias. O alto prestígio que as ideias positivistas alcançaram nesse período na América Latina – junto com a propaganda de elites e intelectuais liberais em defesa da modernização econômica, exemplificada no Brasil por André Rebouças – alimentou o entusiasmo pelos recentes sucessos da industrialização norte-americana, que pareciam oferecer um modelo de civilização moderna diferente da pesada organização latino-americana, estatista e conservadora. Nos EUA, por outro lado, o crescimento econômico tornava viável a disputa com os europeus pela exploração do mercado latino-americano. Pairava no ar a desconfiança em relação a uma Europa imperialista que recortava velozmente a África e a Ásia. Nessa época, tornou-se frequente o lema de que, se os norte-americanos não tomassem seu espaço no Sul, os europeus o fariam. Na verdade, o exemplo vinha da própria Europa, em que a unificação alemã (Zollverein) contribuiu fortemente para o rápido crescimento econômico da Alemanha. Assim, o pan-americanismo podia ser apresentado como uma resposta ao entusiasmo de muitos latino-americanos pelo pangermanismo. O mundo aparecia, nas declarações norte-americanas, crescentemente fechado em rivalidades de blocos imperiais.

A primeira conferência pan-americana foi realizada em Washington (1889-1890), em grande parte pelo incentivo do secretário de Estado James Blaine (1830-1893), que via um sistema interamericano como um suporte para a futura supremacia hemisférica dos EUA e para uma comunidade de interesses voltada para o incremento econômico. Nesse primeiro encontro, foram estabelecidas práticas que se tornariam referências para os encontros seguintes. Blaine reuniu os delegados para um longo passeio de trem, atravessando os EUA de leste a oeste para fazer propaganda do desenvolvimento industrial. Seguindo essa atmosfera pan-americanista, o ditador Porfírio Díaz criou uma guarda exclusivamente branca para o Palácio Nacional na Conferência do México (1901) e o governo brasileiro edificou o Palácio Monroe na recém-aberta Avenida Central (1906). Cada nova conferência apresentava-se como uma espécie de vitrine do modelo civilizador dominante local. Tornou-se comum a participação de figuras eminentes das letras e dos negócios e, posteriormente, de figuras de grande popularidade. Algumas propostas retornaram em vários encontros, entre elas, aquela da construção de uma ferrovia pan-americana,

planejada até a década de 1930 e jamais realizada. Algumas desavenças duradouras também já estavam presentes. Blaine defendeu a união alfandegária dos países americanos, o que foi veementemente recusado pela Argentina, que argumentava que tal medida restringiria o comércio latino-americano aos EUA, fechando o caminho, então mais significativo, para a Europa. No campo das relações internacionais, uma das propostas norte-americanas era a arbitragem internacional dos conflitos, novamente bloqueada pelos argentinos. Os EUA defenderam esta ideia até 1933, sem sucesso. As ligações tradicionais da economia e da vida cultural latino-americana com a Europa foram um constante bloqueio para os projetos pan-americanistas norte-americanos, até que pudessem disputar a hegemonia econômica no continente no início de século XX.

O período entre as décadas de 1890 e 1920 registra uma queda nas expectativas pan-americanistas à medida que os EUA afirmavam a sua posição de tutoria sobre a América Latina, particularmente a partir da presidência de Theodore Roosevelt (1901-1909), suscitando uma série de releituras da Doutrina Monroe. Entre os pontos de maior conflito, estava o direito de os países credores usarem a força para receberem suas dívidas (que tinha um exemplo no bombardeio da Venezuela pelos ingleses em 1902) e o direito de intervenção no caso de prejuízos aos cidadãos norte-americanos causados por conflitos civis. Essas exigências de indenização exorbitantes foram denunciadas por Eduardo Prado como um dos mecanismos do imperialismo norte-americano em seu livro A ilusão americana, de 1893. Os argentinos lideraram o repúdio através das doutrinas apresentadas por Carlos Calvo (Doutrina Calvo, 1868-96), que defendia a aplicação das leis nacionais aos estrangeiros, e por Luís Drago (Doutrina Drago, 1902) que recusava a cobrança de dívidas de Estados pela força. Ambas tornaram-se um baluarte do autonomismo dos Estados latino-americanos. No Brasil, a política externa dirigida pelo Barão do Rio Branco (1845-1912) buscou aproveitar a resistência argentina para fortalecer a aproximação com os EUA. Essa posição recebeu críticas de Oliveira Lima, que defendia um pan-americanismo multilateral, argumentando que a união das Américas já era um projeto de Simon Bolívar (1783-1830) e não uma missão exclusivamente norte-americana.

Contra essas resistências, Theodore Roosevelt defendia uma política de afirmação dos interesses norte-americanos na América Latina (política do Big Stick) e, antes mesmo de ser presidente, organizou um esquadrão para lutar contra os espanhóis na guerra de independência de Cuba (1898), que resultou em uma série de direitos de protetorado dos EUA (Emenda Platt, 1901) e em uma base militar permanente na ilha (Guantánamo). Outro momento dramático de sua política foi a construção do Canal do Panamá, apresentado como um grande

projeto de desenvolvimento pan-americano, mas que acabou gerando uma insurreição pela independência do Panamá contra o controle colombiano, incentivada pelos EUA (1901). Esses episódios despertaram repúdio por toda a América Latina. Nesse clima tenso, Theodore Roosevelt apresentou ao Congresso dos EUA, em 1904, o que ficou conhecido como "Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe", apresentada aos brasileiros em sua visita de 1913. Nele a América foi reafirmada como uma civilização em que o militarismo fanático e a disputa por territórios entre povos civilizados e bárbaros, característicos do Velho Mundo, não poderiam existir. Ali existiriam condições propícias para a colaboração já que, mesmo os territórios semiocupados e promissores, como o sertão e a Amazônia brasileiras, estavam delimitados por fronteiras precisas. Esta estrutura ordenada de Estados seria fundamental para conter as ambições expansionistas europeias, que seriam açuladas se as crises internas de um país abrissem uma brecha nas suas defesas. Neste caso, se um país não conseguisse manter a ordem e os padrões mínimos de civilização, incluindo o respeito pelos processos eleitorais democráticos, caberia aos EUA liderarem uma coalizão de países para interferir, sem ambições territorialistas.

Na América Latina, tornou-se maior a percepção de que os EUA eram uma ameaça imperialista em si mesma. Os episódios de Cuba e Panamá despertaram movimentos de resistência, acirrados por uma série de "intervenções" (denominação consagrada até hoje), principalmente na Nicarágua. Em 1900, o uruguaio José Enrique Rodó publicou o influente livro Ariel, posicionando-se contra o entusiasmo americanista da geração anterior e defendendo os laços de raça e tradição da América Latina, tendo a herança ibérica como o seu traço singularizador ameaçado pela igualização. Após louvar as conquistas norte-americanas no desenvolvimento do federalismo, na manutenção da democracia e na valorização do trabalho manual, perguntava se a obsessão norte-americana com o crescimento material não escondia uma ausência de objetivos últimos e de capacidade de fruição da vida. Portanto, o dinamismo non-stop que entusiasmara alguns reformistas da década de 1870 alimentava agora dúvidas sobre os limites de ação do rolo compressor norte-americano em direção ao Sul. Rodó propôs que o diálogo entre as singularidades de cada continente seria uma forma mais rica de solidariedade interamericana do que a adoção do modelo norte-americano como mecanismo de regeneração de países atrasados. Essas ideias, talvez mais radicalizadas, incentivaram movimentos pan-hispanistas nas décadas seguintes, que defendiam a herança ética e religiosa ibérica como fonte de resistência contra a influência do materialismo individualista dos EUA. O pan-americanismo perdeu sua força diplomática na medida em que foi percebido como mais um instrumento de expansão imperialista, só recuperando sua

influência com a Política da Boa Vizinhança de Franklin Roosevelt (1882-1945) na década de 1940, como tentativa de integrar as Américas em uma barreira contra o nazismo.

Referências

FAGG, John Edwin. Panamericanism. Malabar: Robert E. Krieger Publishing Company, 1982.
LIMA, Oliveira. Pan-americanismo: Monroe, Bolívar, Roosevelt. Brasília e Rio de Janeiro: Senado Federal; MEC/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.
RODÓ, José Enrique. Ariel. Campinas: Unicamp, 1991.
ROOSEVELT, Theodore. Internacionalismo americano (discurso do coronel Roosevelt no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 24 de outubro de 1913). Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1913.
SMITH, Robert Freeman. "Latin America, the United States and the European Powers, 1830-1930". In: BETHEL, Leslie (ed.). The Cambridge History of Latin America, vol. IV – c. 1870 to 1930. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

FÁBIO MURUCI DOS SANTOS

PAN-ESLAVISMO Doutrina desenvolvida ao longo do século XIX e início do século XX baseada na exaltação do passado comum dos eslavos e na necessidade de estabelecer sua unificação política num grande Estado, para assim proteger os eslavos do domínio de povos não eslavos. Embora tenha raízes nos século XVII e XVIII, Jan Horkel (filólogo polonês) é o primeiro a empregar o termo em 1826. Ao longo do século XIX, pensadores e políticos russos usaram seus princípios como justificativa para se expandir pelos Bálcãs. Afirmava-se então que a Rússia – habitada "pelos mais fortes eslavos" – deveria proteger todos os povos eslavos e libertar aqueles que estivessem sob domínio otomano. A exaltação desse tipo de ideia para justificar ações imperialistas, tal como ocorrera também com o pangermanismo, contribuiu para o desembocar do mundo na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a URSS procurou reativar a doutrina visando fortalecer seu predomínio na Europa Oriental.

Referências

AQUINO, Rubim Santos Leão de Aquino *et al.* História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais. Rio de Janeiro: Moderna, 2000.
THEIMER, Walter. Diccionario de Politica Mundial. Buenos Aires: Miguel A.Collia Editor, 1958.

RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO

PARAGUAI (GOVERNOS MILITARES) Desde a proclamação de sua independência em 1811, a história do Paraguai tem sido marcada por breves períodos de agitação seguidos de longos espaços de governos autoritários.

Durante os primeiros 60 anos de governo independente, os paraguaios tiveram três governantes: J. Gaspar Rodrígues de Francia (1814-1840), Carlos Antônio López (1842-1862) e Francisco Solano López (1862-1870). Por outro lado, entre 1870 e 1950, num período de 80 anos, teve 50 governantes, sendo que somente seis completaram seus governos. Os outros foram depostos ou não conseguiram concluir o mandato. O Paraguai sofreu diversas ameaças à sua integridade territorial, política e econômica ao longo da sua história. Marcante é que cada vez que um governante autoritário – Francia, os López, Estigarribia, Morínigo e Strossner – exerceu o poder de Estado, a nação prosperou. Por sua vez, quando governantes dirigiram o país com vistas à abertura, o Estado não prosperou e reinou a anarquia (1870-1936). A presente história do Paraguai começa em 1537, quando o capitão Juan Salazar fundou o porto e a fortaleza de Nossa Senhora de Assunção. Em 1541, Assunção já era convertida em cidade. Antes de ser colonizado pelos espanhóis, o território que hoje compõe o Paraguai era habitado por tribos guaranis, com as quais os jesuítas, a pedido do governador Arias de Saavedra, realizaram uma experiência original de governo teocrático sobre a base de comunidade de bens e de rígido disciplinamento da vida individual e social entre 1609 e 1767. Desde 1776, o Paraguai passou a pertencer ao recém-criado vice-reinado do Rio da Prata com capital em Buenos Aires. Depois da Revolução de Maio de 1810, entretanto, ocorrida em Buenos Aires, também a Província do Paraguai levantou-se contra o domínio espanhol e em seguida defendeu sua independência da Argentina. O congresso reunido no dia 12 de outubro de 1813 proclamou a primeira República desta parte da América Hispânica.

No movimento revolucionário destacou-se J. G. T. Rodríguez de Francia, que foi proclamado ditador supremo por outro congresso, em 1814. Assim, inicia-se uma sequência de ditaduras muito presentes na história do Paraguai independente. A razão do absolutismo de Francia foi que somente assim o Paraguai poderia defender-se de Buenos Aires. Francia governou absoluto o Paraguai até sua morte, em 1840. No seu governo, não aceitou rivais e opositores, tampouco partidários. Vivia recluso e não admitia no Exército mais do que graus inferiores. Empobreceu toda a classe comercial com multas e confiscos. Extinguiu toda a relação com o mundo exterior. Rodeou o Paraguai com muralhas impenetráveis. Com Francia, o Paraguai se converteu numa nação caracterizada por um incipiente nacionalismo de Estado e um governo paternalista, prosperando pausadamente, apesar de não ser ainda reconhecido como Estado independente. Rodríguez de Francia morreu em 1840 sem deixar nenhuma disposição sobre sua sucessão. Os militares tomaram o poder e, depois de um breve período de anarquia, o congresso restabeleceu o poder, em 1841, ao

General Mariano R. Alonso e ao professor de Filosofia Carlos Antonio López. O último era sobrinho de Francia e logo ofuscou o seu companheiro de poder, passando a governar da mesma forma que o seu tio. C. A. López foi designado presidente da República, conforme a primeira constituição promulgada em 1844, que criava um Poder Executivo forte, quando não arbitrário. Soberano, governou também até sua morte, em 1862. Não era possível imaginar uma oposição, e muitos setores da sociedade enquadravam-se em alguma forma de regulação estatal. Fortaleceu-se a defesa nacional, estimulou-se o desenvolvimento social e econômico. Quando da sua morte, o país era uma nação unificada, militarmente forte e próspera e profundamente consciente de sua vulnerabilidade regional, apesar dos tratados de amizade e navegação com seus vizinhos. Durante o mandato, C. A. López entrou em duas campanhas militares, vitoriosas, contra o ditador argentino Rosas (1845 e 1849), sendo que, ao final, a Argentina e o mundo reconheceram a independência paraguaia.

Apesar de a Constituição estipular que o governo não seria patrimônio de uma família, o Congresso elegeu, por unanimidade, Francisco Solano López sucessor de seu pai em 1862. Este herdou uma monarquia estatal poderosa e, solidamente respaldado pelo Exército, pela polícia e pelas massas, decidiu fazer do Paraguai uma grande potência da região do Prata. Na tentativa de alcançar um caminho para o mar, desencadeou a guerra contra o Brasil, a Argentina e o Uruguai (Guerra da Tríplice Aliança, 1865-1870). López morreu em 1870 e o Paraguai perdeu cerca de 70% de sua população e boa parte do seu território. Das consequências econômicas e políticas da guerra, o país se recuperaria somente no século XIX. Com a morte de Francisco Solano López encerra-se o que poderíamos chamar de primeiro capítulo de seguidos regimes ditatoriais. Trata-se de um período caracterizado por governos autoritários, pelo paternalismo e pela onipotência do Estado. Com o Paraguai aniquilado, uma convenção constituinte promulgou a Constituição de 1870, de caráter democrático e liberal. Instaurou-se um período de instabilidade política, de contínuas revoluções e crônicas dificuldades econômicas num país que necessitava cicatrizar suas feridas. Em 1887, foram organizados os dois tradicionais partidos paraguaios: o Liberal e o Colorado. Este, tradicional, dizia-se herdeiro político de Solano López e ridicularizava aquele de “legionários” paraguaios, liberais cultos que teriam abandonado o país antes da guerra e colaborado com os Aliados. Na realidade, ambos foram, desde o seu início, partidos personalistas, caracterizados pela violência, pelo oportunismo e pela manipulação eleitoral. Por longo tempo, a política se converteu num pleito entre os que estão no poder e os que não estão. Desta forma, seguiram-se no poder durante 30 anos, de 1874 a 1904, presidentes do Partido Colorado, fundado pelo herói de guerra General Bernardino

Caballero. Depois disso, os liberais tomaram o poder até 1936. Esse período de grande instabilidade política foi caracterizado pela interferência exterior: os colorados foram apoiados pelo Brasil, e os liberais pela Argentina. Os dois países tentaram exercer influência sobre a política interna paraguaia para o seu favorecimento. Trata-se de um período de colapso econômico e de fraudes financeiras. Devido à abertura política desse período, calcula-se que em 1935 as 19 maiores empresas possuíam em conjunto mais que a metade do território do país. Cada ano, o país se endividava mais e corporações capitalistas estrangeiras começavam a dominar setores importantes da indústria manufatureira e de processamento, transporte e de produção agrícola.

De 1932 a 1935 o Paraguai teve de defender, vitoriosamente, o Chaco, na terrível Guerra do Chaco com a Bolívia, na qual o Paraguai perdeu no total 50 mil homens e a Bolívia 80 mil. Para o Paraguai, porém, ela serviu para melhorar a autoestima depois da guerra perdida contra a Tríplice Aliança, além de ficar com a maior parte do Chaco. Essa nova força política acabou por derrubar do poder o Presidente Ayala, com o movimento "Febrerista" de 1936. O Coronel Rafael Franco assumiu a presidência, anulou a Constituição de 1870, proibiu-se toda atividade política e a organização de qualquer atividade sindicalista e de grupos que não fossem de interesse do Estado. Além disso, criou-se um Departamento de Trabalho e, para reanimar a agricultura, cerca de 10 mil famílias receberam títulos de terras. Alguns militares, entretanto, que a princípio foram partidários de Franco, tiraram-no do poder em 1937, por ter violado as velhas regras do jogo e por ser demasiadamente radical. Assim, a Revolução de Fevereiro terminou, Franco foi afastado e exilado e reimplantou-se a Constituição de 1870.

Para as eleições de 1939 os liberais procuraram uma figura prestigiosa, o General Félix Estigarribia, herói da Guerra do Chaco. Tendo chegado ao poder pelo voto liberal e por estar cercado de forças violentamente opostas, dentro e fora do partido, Estigarribia formou logo um governo apolítico e sancionou uma nova Constituição (1940) de caráter autoritário. Governou pouco, pois morreu num acidente aéreo ainda em 1940. Assim, chegou ao poder o General Higinio Moríngio, que se cercou de militares, dissolveu a legislatura e exilou opositores. Assim assumiu o controle completo do Estado. Os sindicatos passaram a ser controlados pelo Estado e todas as organizações sociais, grupos estudantis e de entretenimento ficaram sujeitos à supervisão estatal. Moríngio governou sem Congresso, e os partidos tiveram pouca representação. Em 1946, o ditador procurou dirigir o país com um governo de coalizão, formado por independentes, colorados e febreristas. Entretanto, sua tentativa falhou e, em 1947, estourou uma guerra civil. Durante o seu governo (1940-1948), atravessando a Segunda Guerra Mundial contra as potências do Eixo, o país experimentou um perceptível

crescimento econômico, mas as divergências políticas derrubaram mais um governante que optou pelo poder absoluto. Depois de Moríngio, instaura-se novamente uma fase transitória até que Frederico Chaves é levado ao poder como presidente constitucional, em 1953. Contudo, ele exerceu suas funções somente por um ano, pois um novo golpe militar o destituiria do poder: o comandante-chefe das Forças Armadas, Alfredo Strossner, apoiado por um setor do Partido Colorado.

Respaldado por ampla e privilegiada maioria dos militares e pela polícia secreta, Strossner silenciou quase todos que ousaram criticar seu governo dentro do país e sufocou mais de duas dezenas de levantes internos. Também enfrentou ataques organizados por exilados. Ele eliminou muitos líderes tradicionais do Partido Colorado e os que manteve foram-lhe realmente leais. O sistema constitucional é dirigido pelo partido e a garantia provém das Forças Armadas. Assim foi reeleito de cinco em cinco anos até 1963, governando com total poder ditatorial, apesar de estar em vigor uma Constituição de caráter democrático. Nesse ano não poderia se reeleger, pois uma cláusula o impedia de governar depois de dois governos constituintes seguidos. Mesmo assim, candidatou-se e venceu novamente. Essas eleições caracterizaram a primeira participação de mulheres (710 mil pessoas). A nova Constituição de 1967 permitiu mais uma candidatura a Strossner para as eleições do ano seguinte. Nesse ano permitiu-se o acesso de um candidato da oposição para concorrer com o ditador. Este venceu mais uma vez, mas os opositores foram premiados com 20 cadeiras no Congresso, composto por 60. Nesse período a Igreja Católica, antes fiel ao regime de Strossner, passou a exercer uma veemente crítica ao descumprimento dos direitos humanos. Enquanto a política interna permanecia na inércia, o governo tentava concretizar a política industrial externa (acordo com a Bolívia sobre fornecimento de gás e petróleo e com a Argentina e o Brasil sobre a construção de usinas hidroelétricas no Rio Paraná). Conflitos sobre a sétima candidatura de Strossner levaram a uma divisão do partido, mas, mesmo assim, o ditador foi mais uma vez reeleito em fevereiro de 1988. Porém, em fevereiro de 1989, Strossner foi destituído do poder após um sangrento golpe militar. Depois de 34 anos, derrubado pelo usual golpe militar, Strossner deixou o poder e o Paraguai. O General Andrés Rodríguez, um dos responsáveis pelo golpe, foi levado ao poder por meio de eleições parlamentares e presidenciais em maio de 1989. Depois das primeiras reformas, foram permitidas a participação dos partidos de oposição e a liberdade de imprensa. Em 1991 foi convocada uma assembleia nacional para a elaboração de uma nova Constituição democrática, que entrou em vigor em 1992. As primeiras eleições presidenciais democráticas deram como vencedor J. C. Wasmosy Monti, do Partido Colorado. A última tentativa de

golpe militar deu-se em 1996 pelo General C. Oviedo, mas esta fracassou por pressões dos países do Mercosul.

Referências

CARDOZO, Efraim. Breve historia del Paraguay. Buenos Aires, 1965.

FLECHA, Victor-jacinto. Déficit de hegemonía y autoritarismo militar en el Paraguay contemporáneo (1937-1947). El empate catastrófico. Asunción, 1990.

RIQUELME, Marcial A. Stronismo, Golpe Militar y Apertura Tutelada. Asunción, 1992.

ROETT, Ricardo; CARRIÓN MENÉNDEZ, Amparo. “El Paraguay autoritário: la tradición personalista”. In: “Mundo Nuevo”. Revista de Estudios Latinoamericanos. Caracas, Ano II, N. 3, janeiro-março, 1979.

PARTIDOS POLÍTICOS Partidos políticos são instituições de representação que surgem no século XVIII, quando a nobreza e a nascente burguesia inglesa tinham como objetivo conter o absolutismo da monarquia, por meio do Parlamento. A solução teórica havia sido dada pelo filósofo político Locke que, ao definir o Poder Legislativo como a primeira lei da sociedade política, indicou o Parlamento como principal sede do poder e da autoridade do Estado. Inaugurava-se assim a concepção de governo representativo, segundo a qual o povo elege os representantes pelo voto, e este consentimento expresso da maioria será a condição de legitimidade do governo. A noção de que os representantes devem espelhar a pluralidade de interesses vigentes na sociedade constitui fundamento da representação moderna que se preserva, a despeito das transformações no tempo, até a atualidade. Contudo, as instituições e os princípios do governo representativo não constituíram meras abstrações, mas, sim, ideias que se traduziram em práticas e instituições concretas. Assim, o Parlamento e os partidos eram bastante diferentes da noção que deles hoje temos, e houve época em que coexistiram diferentes tipos de partidos. Na origem que remonta ao tempo de Burke, os partidos não eram organizados no sentido moderno, mas um conjunto de pessoas que se uniam em associações temporárias, em função de interesses locais e temas controversos.

Partidos Liberais. No século XIX, as sociedades mais avançadas se organizavam politicamente para enfrentar as transformações econômicas e culturais que ocorriam como consequência da Revolução Industrial. Logo, o poder transformou-se em objeto de aspiração não apenas por parte da burguesia em ascensão, mas também por parte da classe operária, que se expandia e se organizava em associações e sindicatos. A proposta que o confronto político do século XIX produziu teoricamente, no âmbito do liberalismo, foi uma concepção de governo em que as elites administram seus interesses e controlam a

participação popular: permite-se a expressão de opiniões, porém o espaço das decisões é reservado aos representantes, na condição de membros do governo no Parlamento. A fórmula de governo representativo apoia-se então no sufrágio universal, como extensão do direito de representação a todos. Note-se, porém, que o sufrágio universal só será plenamente adotado, de fato, no pós-guerra. De acordo com esta concepção de governo, os partidos adquirem – na prática – o perfil de máquinas partidárias, ou seja, operam exclusivamente em função de processos eleitorais competitivos entre elites, com o propósito de eleger seus candidatos no Parlamento. Em suma, reduzem-se a meros instrumentos de governabilidade em um Parlamento distante do princípio integrador da pluralidade de interesses que a representação moderna enunciara. Não obstante, em pleno contexto de disputa de hegemonia entre as potências dominantes que caracterizou a Guerra Fria, os ideólogos do liberalismo apropriaram-se das noções de representação e de democracia. Disseminaram as experiências de governos liberais como se fossem democracias representativas e, nesses sistemas, reconheciam como partidos democráticos apenas aqueles que se restringiam a operar como tais máquinas, em competição por cargos no governo. Por oposição, rotularam de autoritários os governos e as instituições que não adotavam os pressupostos liberais nem se alinhavam à política norte-americana, inclusive os partidos socialistas, críticos radicais do capitalismo. A despeito da influência hegemônica deste discurso, em algumas sociedades mais plurais, porém, os partidos no pós-guerra passaram a ser considerados instrumentos indispensáveis do governo justamente por sua condição de única organização capaz de traduzir, em fato, a ideia do governo majoritário. O Parlamento nesses contextos transformava-se em palco para o exercício do confronto e da conciliação – pedra angular de um governo plural. Preservadas as funções eleitorais anteriormente descritas, os partidos definiam-se como instituições mediadoras entre a sociedade e o Estado, canais de expressão e instrumentos de opinião pública, cujo objetivo último era efetivamente integrar os indivíduos e os grupos na ordem política, assegurando-lhes os direitos de cidadania.

Partidos de Esquerda. A concepção de partidos socialistas inscreve-se na teoria da revolução do século XIX, que refutava os pressupostos liberais e apontava a impossibilidade de se alcançar a liberdade e a igualdade no capitalismo em razão da natureza irreconciliável de seus conflitos de classe. Suas lideranças advogavam a necessidade de emancipação da classe operária em um movimento internacional, organizado com o objetivo de derrubar o Estado burguês. Só na conjuntura de derrotas do movimento operário e prenúncio da guerra no início do século XX, os partidos socialistas ou socialdemocratas europeus defendem uma política de gradualismo, que significava, numa etapa pré-revolucionária,

adotar a estratégia eleitoral no Parlamento sem abandonar a luta econômica e a ação sindical. Lideranças do movimento operário, os partidos tinham a função de mobilizar, disciplinar e conscientizar os trabalhadores. Para algumas correntes, deveriam ainda assegurar a participação rotativa de seus membros na direção da organização. Após um período de profunda repressão a todo o movimento socialista, o pós-guerra, nos países capitalistas, consolidou uma forte tradição de partidos de massa, que atuaram estreitamente vinculados ao movimento sindical e defenderam uma política de participação dos trabalhadores no poder. No Parlamento, seus representantes identificavam-se aos interesses de classe e expressavam as demandas sociais no plano do governo. Os partidos socialdemocratas distinguiam-se, no campo da esquerda, dos partidos comunistas, que se alinharam à liderança da URSS e defenderam a concepção de governo de partido único. A forma de organização interna dos partidos passou a ser uma linha divisória entre socialistas e comunistas, como bem observou Martins. A despeito de sérias divergências e de contextos históricos radicalmente distintos, o que uniu os diferentes partidos de esquerda foi a adesão à causa da emancipação dos trabalhadores e a crítica à alienação produzida pelo capitalismo. O resultado nestas três décadas, que coincidiram com os anos dourados do capitalismo, foi um período marcado por extraordinários avanços nas formas de solidariedade da organização internacional dos trabalhadores e, principalmente em países europeus, pela conquista de políticas sociais de seguridade social, protetoras das condições de saúde, educação e habitação.

Partidos Contemporâneos. A derrota do modelo econômico soviético e a crise do Leste Europeu que culminou com a dissolução da URSS nos anos 1980 puseram fim à Guerra Fria, anulando o projeto coletivo socialista e enfraquecendo ainda mais os sindicatos já abatidos pela crise generalizada de emprego. A consequente consolidação do capitalismo financeiro contemporâneo beneficiado pela pujança do fluxo de capitais transnacionais confirmou a hegemonia das ideias e instituições liberais que propagam a supremacia do mercado. Por outro lado, o extraordinário avanço das tecnologias de comunicação e de transporte transformou radicalmente o padrão de relações sociais nas últimas duas décadas do século XX. Não elevou, porém, o grau de qualidade de vida da maioria da população, em grande parte submetida à corrupção, à burocracia e à hegemonia dos interesses privados sob governos que aprofundam o fosso de históricas desigualdades. Nesse contexto, os partidos – de esquerda, em especial – sofreram um abalo profundo em suas identidades, agravado pela presença avassaladora da mídia na política. Na década de 1980, novos partidos, de que nos falam Kay e Merkl, surgem em defesa da representação como espaço agregador das vontades coletivas e articulador de suas diferenças. Advogam uma

cultura política baseada na incorporação das novas identidades políticas – que não se definem pela inserção no processo produtivo, mas são os resultados de sua fragmentação: as minorias étnicas, de gênero *etc*. Dão prosseguimento, assim, à defesa do direito de representação a todos e à luta pela conquista da ampla cidadania política que a modernidade há muito promete.

Referências

BURKE, Edmund. Reflections of revolution in France. Nova York: The Bobbs-Merrill, l965.
LAWSON, Kay; MERKL, Peter (eds.). When parties fail. Emerging alternative organizations. Princeton: Princeton University Press, 1988.
LOCKE, John. O segundo tratado sobre o Governo. São Paulo: Abril, 1973.
MARTINS, Carlos Estevam. O circuito do poder. São Paulo: Entrelinhas, 1994.

PATENTES, LEIS DE O sistema de proteção à propriedade intelectual (PPI), da qual fazem parte as leis de patentes, firma-se no plano jurídico internacional com a Convenção de Paris, em 1883, que regulamentou pela primeira vez o tema em âmbito internacional. Tendo fundado a União Geral para Proteção da Propriedade Industrial, a convenção contou com 11 países signatários originais, entre eles o Brasil, e foi o primeiro ato internacional de caráter realmente multilateral. Ela subsiste em suas bases até hoje e surgiu da necessidade de harmonizar os diversos sistemas legais nos quais a proteção ora era plena, ora era propositadamente limitada pela política industrial do país. A Convenção de Paris formula, então, três princípios fundamentais, ainda vigentes: o primeiro é o do tratamento nacional, ou seja, desobriga os signatários a conferir em todo o mundo o mesmo tipo de proteção – não padronizando, portanto, os sistemas nacionais de propriedade intelectual; o segundo diz respeito à equidade de direito, isto é, uma vez que um Estado conceda patentes, cidadãos nacionais e estrangeiros devem receber o mesmo tratamento jurídico; o terceiro princípio corresponde ao direito de o Estado não conferir patentes a produtos que julgue estratégicos, como medicamentos, por exemplo. Ao longo de sua história, todos os oito acordos que validaram ou reformularam o acordo original sobre propriedade intelectual sempre obtiveram a participação do Brasil, como a Convenção de Berna, de 1886, sobre o direito autoral e o copyright. Segundo os princípios consagrados por esses tratados, as patentes tornam-se instrumentos do desenvolvimento tecnológico e industrial dos Estados signatários. Elas pretendem beneficiar tanto o autor de uma invenção quanto a sociedade, a partir da concessão de um monopólio temporário de produção e exploração comercial da inovação. Em contrapartida, cada Estado tem o direito de exigir a descrição

completa do invento – contribuindo para a acumulação de conhecimentos capazes de gerar novas invenções no futuro e sua produção local, de modo que fortaleça a base industrial do país concedente. Por fim, o inventor que receber uma patente passaria a ter um prazo de um ano para registrá-la nos demais países de seu interesse, passando sua invenção a ser de domínio público nos países não procurados.

O objetivo das leis de patentes é assegurar, dentro de uma lógica de inovação e produção comercial, que todo esse processo possa ter prosseguimento sem que o esforço de inovação seja indevidamente apropriado por aqueles que não o realizaram. A sua lógica é que a certeza de proteção da informação e a possibilidade de apropriação dos resultados pelo empresário motivem-no a continuar a investir em pesquisa e desenvolvimento, a fim de produzir novas invenções. Esse sistema, porém, encobre um paradoxo: se a existência de patentes incentiva o surgimento da inovação através da proteção, os poderes monopolísticos por ela concedidos podem bloquear sua difusão, prejudicando a sociedade que ela também pretendia beneficiar. Inversamente, a inexistência de leis de patentes estimularia a difusão de uma inovação preexistente, mas não apresentaria incentivos para o surgimento de outras invenções. De qualquer forma, as patentes garantem ao mercado uma dose de segurança, garantindo que os investimentos movidos pelo inovador possam retornar dentro de um prazo determinado. As patentes constituem uma importante fonte pública de informação tecnológica. Como um segredo industrial, seu proprietário tem a garantia de que não será diretamente copiado. Além disso, a emergência de uma economia baseada no conhecimento, em que o peso da informação e da ciência é cada vez maior, favorece a defesa, por grupos empresariais hegemônicos, de mecanismos específicos de controle do tráfego de informações.

A partir da década de 1970, o advento de novas tecnologias da comunicação, que culminou na “revolução multimídia”, promoveu alterações fundamentais nas fronteiras do conhecimento, confundindo saberes cotidianos e conhecimentos institucionalizados. Essas tecnologias ampliam o potencial de apropriação de conhecimentos, ocorrendo, assim, uma movimentação entre as fronteiras do público e do privado. O conhecimento, que antes era público, pode agora vir a ser privado, do mesmo modo que conhecimentos, antes privados, podem se difundir, tornando-se públicos. Dessa forma, se as tecnologias da comunicação facilitam o acesso às informações, a manutenção e exclusividade no uso de uma inovação se tornam mais dependentes da imposição de obstruções artificiais ao seu acesso. A existência dessas tecnologias exige cada vez mais que os países assegurem condições de segurança aos investidores. Torna-se necessário, portanto, a redução do risco de apropriação indébita de conhecimentos privados

e a manutenção do processo inovador – através da aquisição ou reforma do sistema de proteção à propriedade intelectual, cujo principal mecanismo são as patentes.

Diante de novos paradigmas tecnológicos – novos campos da ciência, como a biotecnologia, e o advento da "revolução multimídia" –, um consórcio de países ricos, tendo os EUA na liderança, promove uma ofensiva revisora que pretende reformar os princípios elementares da PPI vigentes desde a Convenção de Paris. O objetivo é impedir que países subdesenvolvidos se beneficiem das alternativas de difusão do conhecimento abertas pelo fluxo de informações, apropriando-se indevidamente de saberes patrocinados nos países mais ricos. O ciclo revisor se encerra em 1994, com o fim da Rodada Uruguai do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), que se converteria no ano seguinte em Organização Mundial do Comércio (OMC). Em fóruns multilaterais de negociação, em rodadas bilaterais ou através de sanções unilaterais promovidas sobretudo pelos EUA, uma forte pressão desaba sobre os países subdesenvolvidos, estes interessados na manutenção das condições vigentes de apropriação do conhecimento. A ofensiva revisora, num intervalo relativamente curto, logrou, no entanto, modificar o modelo de legislação patentária e impôs aos países pobres novas leis de patentes, mais rígidas na contenção dos fluxos de informação. O Brasil, sendo integrante do grupo visado, também sucumbiu às pressões internacionais e aprovou, em 1996, uma nova lei de patentes que estabeleceu mecanismos restritivos às apropriações de oportunidade, limitando processos de difusão tecnológica.

Referências

ALBUQUERQUE, Eduardo Motta e. "Patentes de Invenção de Residentes no Brasil (1980-1995): uma Investigação sobre o Papel dos Direitos de Propriedade Intelectual na Construção de um Sistema Nacional de Inovação". Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: FEA-UFRJ, 1998.

CRUZ FILHO, Murilo. "A Norma do Novo: Gênese, Fundamentação e Dissolução do Sistema de Patentes na Modernidade". Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Coppe-UFRJ, 1995.

DAVID, Paul. "Knowledge, Property and the Dynamics of Technological Change". In: World Bank Conference on Development Economics, 1992.

TACHINARDI, Maria Helena. A Guerra das Patentes: o Conflito Brasil x EUA sobre Propriedade Industrial. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PENTECOSTALISMO O pentecostalismo é um movimento que surgiu no interior do campo religioso de tradição protestante, nos EUA, junto com o século XX. A sua aparição pública se deu em uma escola bíblica, em Topeka, no Kansas, justamente durante uma vigília de oração e preces, na passagem do ano de 1900 para 1901. Naquele primeiro dia do ano e do novo século, um dos

estudantes em êxtase começou, em meio a manifestações de entusiasmo e emoção, a se expressar em sons ininteligíveis (glossolalia), fenômeno identificado por Charles Parham (1873-1929), diretor da escola, como “língua estranha”, um sinal de que se tratava de um batismo com o Espírito Santo.

Porém, como nenhum movimento religioso surge do dia para a noite, de modo semelhante, a chegada do pentecostalismo já estava sendo anunciada séculos antes, por experiências místicas e ondas de reavivamento religioso, que varreram os EUA e a Inglaterra, desde o início do século XVIII. Também, experiências como essas aconteceram em muitas comunidades cristãs, já nos dois primeiros séculos da Era Cristã. Por isso mesmo, o nome “pentecostal” está ligado a outro evento, semelhante ao de Topeka, registrado na Bíblia, que ocorreu no quinquagésimo dia (pentekoste hemera) após a páscoa judaica. Nesse dia, os apóstolos e primeiros cristãos, ainda abalados e retraídos por causa da morte de seu líder, receberam um charisma, ou seja, uma dádiva divina, que lhes deu um entusiasmo fora do comum, atribuído à presença do Espírito Santo entre eles, que lhes permitia, além de pregar a fé com fervor, realizar milagres, curas e exorcismos. Para os pentecostais do século XX aquele primeiro evento era a chegada das “primeiras chuvas”, que agora complementadas pelas “chuvas tardias” marcariam o início do fim da história e a volta de Jesus à terra, para realizar o juízo final e instalar o seu milênio. Os pontos básicos desse pentecostalismo eram: Jesus cura, salva, batiza com o Espírito Santo e voltará em glória.

Rapidamente, o movimento pentecostal se espalhou, primeiro por toda a América do Norte, depois para o mundo todo. Isso porque, havia entre os protestantes de então um forte anseio por um avivamento religioso de abrangência mundial. No Chile, por exemplo, esse desejo era tão intenso entre os metodistas de Valparaiso e Santiago, que bastou a chegada àquele país de um impresso sobre o batismo com o Espírito Santo para que se desencadeasse um movimento pentecostal autóctone, em 1909. O centro geográfico dessa expansão mundial, entretanto, foi um antigo templo metodista, destinado aos negros, situado em Los Angeles, em Azuza Street, onde se estabeleceu, em 1906, um pregador pentecostal, William Seymour (1870-1922), filho de antigos escravos negros. Ali nasceu a Missão de Fé Apostólica, que entre 1906-1909 atraiu interessados e curiosos de todo o país e até do exterior. Muitos deles levaram a nova mensagem pentecostal para a África, América do Sul, Índia, China, Europa e outros lugares. Como resultado dessa explosão pentecostal, algumas igrejas locais e pastores protestantes tradicionais aderiram às novas práticas e à teologia, instalando-se então o conflito e as tensões nesse campo religioso, com o surgimento de diversas igrejas e denominações pentecostais. Houve, também,

protestantes que não aderiram, mas que se tornaram pentecostais na prática e na forma de pensar, dentro de suas respectivas fronteiras religiosas. Estes receberam o nome de “carismáticos” e, hoje, calcula-se que mais de 560 milhões de protestantes no mundo todo podem ser classificados como pentecostais ou carismáticos. No Brasil, cerca de 80% dos protestantes ou evangélicos são pentecostais, os quais têm uma forte visibilidade na mídia, tendência iniciada nos EUA com os chamados “televangelistas”. No entanto, a expansão pentecostal não ficou limitada às fronteiras protestantes. Nos anos 1960, experiências pentecostais surgiram entre católicos norte-americanos, atingindo inicialmente leigos católicos, estudantes e professores, da Universidade Dusquene, em Pittsburgh, e rapidamente se espalharam por outras cidades e países. Auxiliou no surgimento e expansão da Renovação Carismática Católica o clima de mudanças inaugurado pelo Concílio Vaticano II, que abriu espaço para novas experiências litúrgicas e de expressão da fé cristã católica.

No Brasil, o pentecostalismo protestante chegou a São Paulo e ao Paraná, em 1910, trazido por um italiano, que vivia em Chicago, cujo pastor havia aderido ao pentecostalismo em Azuza Street. Seu nome era Luigi Francescon (1866-1964) e fundou a Congregação Cristã no Brasil. No ano seguinte, dois pentecostais suecos, Berg e Vingren, também vindos de Chicago, promoveram uma cisão na Igreja Batista, em Belém, no Pará, dando origem a uma igreja pentecostal, Missão Fé Apostólica, que alguns anos depois adotou o nome de Igreja da Assembleia de Deus, hoje a maior denominação pentecostal brasileira. Nas décadas seguintes surgiram algumas poucas igrejas pentecostais novas no Brasil. Podemos citar duas delas: Igreja Adventista da Promessa e Igreja de Cristo, ambas no nordeste do país. Porém, a partir dos anos 1950, houve uma enorme expansão pentecostal baseada nas curas e nos milagres, e dessa explosão nasceram algumas denominações como: Igreja Pentecostal “O Brasil para Cristo” (1956); Igreja do Evangelho Quadrangular ou Cruzada Nacional de Evangelização (1953), Igreja Pentecostal “Deus é Amor” (1962) e centenas de microdenominações.

Nos anos 1970 um novo boom desse movimento, considerado por alguns uma “terceira onda pentecostal”, que resultou no aparecimento de novas igrejas no Brasil, agora atreladas ao uso da mídia, especialmente da televisão e do rádio, mais adaptadas à vida urbana. Entre outras podemos citar: Igreja Universal do Reino de Deus (1977), Igreja Internacional da Graça de Deus (1980), Igreja Renascer em Cristo (1986) e Comunidade Evangélica Sara a Nossa Terra (1976). Todas elas valorizam, umas mais e outras menos, a pregação da prosperidade material como resultado da adesão à igreja cristã, a prática do exorcismo e a ênfase nos milagres de cura e reorganização afetiva da vida dos convertidos.

Porém, são pouco enfáticos no falar em línguas e no rigor quanto aos usos e costumes. Há, todavia, diferenças na classificação dessas igrejas, pois elas são consideradas “neopentecostais” por alguns, “pentecostais autônomas” ou “agências de cura divina” por outros. O crescimento explosivo dessas igrejas trouxe como consequência, para dentro do campo religioso, a concorrência acirrada, a ênfase na arrecadação de dinheiro, o emprego de estratégias de marketing para se atingir os objetivos e um envolvimento político, o qual se expressa na formação de uma “bancada evangélica”, um grupo de políticos que atuam politicamente como representantes dos interesses de suas respectivas igrejas. Com isso tornou-se inviável o ecumenismo tradicional e o diálogo inter-religioso no Brasil. Como resultado disso, neste final de século, tem-se assistido a uma autêntica “guerra religiosa”, na qual o catolicismo e os cultos afro-brasileiros são os inimigos da fé cristã, os quais precisam ser derrotados pelo movimento pentecostal.

Referências

BURGESS, Stanley M.; McGEE, Gary B. (eds.) Dictionary of pentecostal and charismatic movements, Grand Rapids. Michigan: Zondervan Publishing House, 1995.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal. Petrópolis e São Paulo: Vozes/Simpósio-Unesp, 1997.

MARIANO, Ricardo. Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 1999.

PRANDI, Reginaldo. Um sopro do Espírito. São Paulo: Edusp-Fapesp, 1997.

PLÁSTICO Material macromolecular que pode ser moldado por ação isolada ou conjunta de calor e pressão. As composições moldáveis empregadas na fabricação de plásticos necessitam de um polímero como componente principal. As unidades básicas dos polímeros são formadas principalmente de carbono e hidrogênio, embora outros elementos inorgânicos possam também ser encontrados, como oxigênio, cloro, flúor e silício. Inicialmente, os plásticos foram produzidos por modificação química de macromoléculas existentes na natureza, como a celulose. Como exemplos, nitrato e acetato de celulose que, por produzirem materiais muito rígidos, eram processados na presença de substâncias de baixo peso molecular, posteriormente conhecidas como plastificantes. O primeiro plástico produzido foi uma resina preparada pela reação entre fenol e formaldeído e comercializada em 1910. Embora a síntese de plásticos seja mais difícil do que a modificação de produtos naturais, existe um número muito grande de produtos sintéticos. A reação de polimerização permite que plásticos possam ser preparados partindo de uma simples unidade

monomérica, para formar um homopolímero, ou de dois ou mais diferentes monômeros, para formar um copolímero. Nos copolímeros, os componentes podem ser organizados individualmente, em arranjos alternados ou estatísticos, levando a mudanças específicas de propriedades. É também possível alterar as propriedades de um plástico misturando polímeros diferentes.

A síntese de polímeros pode ser feita através de polimerização por condensação e envolve uma reação química entre monômeros de mesma espécie ou de espécies diferentes, produzindo um polímero com eliminação de produtos de peso molecular baixo, como água, amônia, ácido clorídrico e álcool. A polimerização por condensação é uma reação em etapas que ocorre em diversos estágios. Os intermediários podem ser estocados por algum tempo e a reação contínua, posteriormente, sob condições adequadas. Outro método de preparação de polímeros envolve a reação de dois compostos bifuncionais e o crescimento da cadeia ocorre pela adição sequencial de moléculas de monômeros aos terminais da cadeia em crescimento. Nenhum subproduto é produzido dessa reação. Dependendo das características de fusibilidade, os polímeros podem ser classificados em termoplásticos e termorrígidos. Os polímeros termoplásticos fundem por aquecimento e solidificam por resfriamento, em um processo reversível, enquanto os polímeros termorrígidos, por aquecimento ou outra forma de tratamento, adquirem uma estrutura reticulada, com ligações cruzadas, tornando-se infusíveis.

Os processos mais importantes de moldagem que empregam aquecimento e pressão são a compressão, a injeção, a calandragem e a extrusão. A compressão consiste em comprimir o material, amolecido ou fundido por aquecimento, dentro da cavidade de um molde que depois é resfriado, adquirindo a sua forma. Por esse processo, podem ser obtidos pneumáticos, solados, peças imitando louça, placas laminadas de papel. Na moldagem por injeção, o polímero é aquecido e forçado a passar através de um orifício para dentro de um molde onde é resfriado. Muitas peças pequenas são obtidas por esse processo, como utensílios domésticos, brinquedos e bijuterias. O processo de calandragem permite a obtenção contínua de lâminas de plástico, cuja espessura é continuamente mantida. A composição polimérica moldável passa entre rolos dispostos adequadamente. Esse processo permite obter cortinas para banheiro, passadeiras, esteiras transportadoras, pisos antiderrapantes. A extrusão consiste em passar a massa polimérica moldável através de matriz com perfil desejado e que por resfriamento vai solidificando. O plástico extrusado pode ser enrolado em bobinas, cortado em peças de dimensões especificadas, ou cortado em grânulos regulares. O processo permite a fabricação de tarugos, tubos, lâminas, filmes planos ou inflados.

Os polímeros geralmente necessitam da adição de estabilizadores para evitar os efeitos do calor, oxigênio e/ou radiação ultravioleta. Dependendo do uso a que se destina, são usados aditivos que modificam as propriedades, a processabilidade ou a aparência do material moldado. Três tipos de aditivos são usados: aditivos funcionais, cargas inertes e reforçadoras. Os aditivos funcionais são os antioxidantes, estabilizadores de radiação ultravioleta, os agentes antiaderentes, antiestático, antifadiga, antifúngico, entre outros. As cargas inertes são adicionadas à composição polimérica com o objetivo de reduzir o custo, enquanto as cargas reforçadoras são utilizadas para melhorar o desempenho mecânico do material.

A maior parte dos polímeros industriais é destinada ao mercado de plásticos. Os polímeros mais utilizados como plásticos são: poliolefinas, usadas como plástico de embalagem, revestimento de cabos e tubos de aço, tanque de gasolina, corda, aparelhos para a indústria química, compartimentos de motores de carro, componentes de máquina de lavar, carcaça de eletrodomésticos, sacaria, carpetes, filmes e frascos para embalagens de produtos alimentícios, farmacêuticos e químicos; polímeros vinílicos, usados em revestimento de fios e cabos, tubulações para água e esgoto, forração de móveis, calçados, bolsas, pisos; poliestireno, usado em utensílios domésticos rígidos, embalagens para alimentos e cosméticos; poliacrilonitrila, usada como embalagens para produto alimentício, vitaminas, chocolate, biscoitos; poli metacrilato de metila, usado como painéis, letreiros, vidraças, fibras óticas; poliacetal, usado como partes de carro, equipamentos de escritório, componentes de precisão, bobinas, equipamentos de telefone; polímeros fluorados, usados como válvulas, torneiras, gaxetas, engrenagens, revestimentos antiaderentes para panelas, placas, filamentos para componentes elétricos e eletrônicos; poliamidas, usadas como pentes, bobinas, componentes de automóveis, partes de refrigeradores, refletores, câmeras e telefones, filmes para embalagens; poliésteres termoplásticos, usados como componentes de microcomputador, partes de câmera, projetores, lentes, binóculos, microscópios, réguas, sinais de tráfico, substrato para filmes fotográfico, máquinas para fazer café; polímeros contendo enxofre, usados como isolantes, condensadores, componentes para baterias alcalinas, utensílios para micro-ondas, interiores de aviões, visores para astronautas; poliamidas, usadas como conectores eletrônicos, anéis de pistão, selo para diferentes estágios de compressão em aviões; poliuretanos, usados como amortecedores, diafragmas e válvulas de equipamentos industriais, solados, material esportivo, blocos e folhas de espuma flexível; silicones, usados como componentes elétricos de encaixe, gaxeta de vedação, material isolante de cabos; resina fenol-formaldeído, usada como engrenagens, pastilhas de freio, compensado naval, laminados para

revestimento de móveis, peças elétricas moldadas; resina ureia-formaldeído, usada como caixa de interruptor, assento de vaso sanitário, tampas de rosca para cosméticos; resina melamínica, usada como adesivos para madeira, peças imitando pratos, travessas, peças de banheiro, tintas, vernizes, recipientes para forno de micro-ondas; resina de poliéster insaturado, usada como compósitos com fibra de vidro, telhas, cascos de barco, carrocerias de carro, piscinas, painéis, luminárias; resina epoxídica, usada como transformador, circuitos, condensadores, substrato para circuitos impressos de computadores, radares e televisores.

Referências

ANDRADE, C. T.; COUTINHO, F. B.; DIAS, M. L.; LUCAS, E. F.; OLIVEIRA, C. M. F.; TABAK, D. Dicionário de polímeros. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.

DOMININGHAUS, H. Plastics for Engineers. Munique: Hanser Publishers, 1993.

MANO, E. B.; MENDES, L. C. Introdução a Polímeros. São Paulo: Edgard Blücher, 1999.

MARK, H. F.; BIKALES, N. M.; OVERBERG, C. G.; MENGES, G. Encyclopedia of Polymer Science and Engineering. Nova York: John Wiley & Sons, 1990.

PODER NAVAL É o componente do poder militar do Estado, capaz de atuar no mar e em águas interiores, na superfície, e abaixo dela, bem como em áreas terrestres próximas e no espaço aéreo sobrejacente, ambos de interesse para as operações navais. O poder naval compreende os meios de operação e de apoio navais, aeronavais e de fuzileiros navais, suas bases e estruturas de comando e controle, logística e administrativa, bem como as forças e meios de apoio pertencentes a outras organizações, quando mobilizados. Em termos de Guerra Naval, ainda que as campanhas e operações navais assumam as características inerentes a cada conflito, as tarefas do poder naval não variam muito e, para a Marinha brasileira, são as seguintes: (1) controle de áreas marítimas importantes para prover segurança às atividades civis e permitir ações militares; (2) negação do uso do mar ao inimigo, dificultando-lhe o estabelecimento ou a exploração do controle de áreas marítimas; (3) projeção de poder sobre terra, que abrange desde o bombardeio por artilharia, mísseis ou aeronaves embarcadas até o desembarque de tropas contra objetivos em terra; e (4) contribuição para a dissuasão, em que a ameaça representada pelas forças navais é usada para influir nas ações e decisões do inimigo.

Em virtude da liberdade dos mares, o poder naval tem maiores possibilidades de ser empregado em apoio à política externa do Estado que o poder terrestre (um exército pode ameaçar um país vizinho concentrando tropas na fronteira – um

país que dispõe de uma Marinha é potencialmente um vizinho de todos os países que possuem litoral), seja em situações de guerra, crise e normalidade, o que é maximizado pelas seguintes características que lhe são inerentes: potencial de acesso (capacidade de se fazer presente em grande número de áreas devido à indivisibilidade dos mares); mobilidade (capacidade de deslocar-se prontamente a grandes distâncias, em condições de emprego imediato, implicitamente, convergir de vários pontos para a área de interesse); versatilidade (capacidade de executar tarefas de natureza social, humanitária, política ou militar e, nestas, com grande variedade de sistemas de armas); permanência (capacidade de operar continuamente e com independência, por longos períodos, em áreas distantes e de grandes dimensões); autocontrole (capacidade de graduar a intensidade de suas ações e reações, em atendimento à orientação política do estado naquele momento).

Referências

BOOTH, Ken. As marinhas e a política externa. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979.
MINISTÉRIO DA MARINHA, Doutrina básica da Marinha, 1997.

JOSÉ AUGUSTO ABREU DE MOURA

POLÍTICA DE PORTAS ABERTAS Denominação a partir da proclamação feita por John Hay, setembro de 1899, a respeito de diretrizes a serem adotadas pelas potências imperialistas que atuavam na partilha da China. Hay era secretário de Estado dos EUA e, em nota diplomática, reconhecia a existência de áreas de influência na China submetidas a potências estrangeiras e a igualdade de oportunidades para todas as potências (Grã-Bretanha, França, Itália, Alemanha, Rússia e Japão). A Política de Portas Abertas, como também é conhecida, visava realmente salvaguardar interesses norte-americanos na partilha da China. Na prática, a Política de Portas Abertas permaneceu ignorada e foi completamente descartada depois da Revolta dos Boxers.

Referências

POTEMKIN, V.P. Historia de la diplomacia. México: Editorial Grijalbo, 1967.
THEIMER, Walter. Diccionario de Politica Mundial. Buenos Aires: Miguel A. Collia, 1958.

RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO

POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA ATÉ 1939 O senso comum normalmente trata a política externa norte-americana fazendo referência aos interesses econômicos (“capitalistas”) e políticos (“dominação” global). Há

também aqueles, mais apurados, que se referem aos interesses estratégicos da potência que se tornou dominante no século XX. No entanto, sem de forma alguma esvaziar a importância dos “interesses” na formulação e implementação da política externa norte-americana, uma forma pouco usual e muito rica de interpretação do tema é aquela por meio das “ideias”. Por meio de categorias cognitivas que se repetem na História, em forma de tradução e de tradição, e acabam por construir um arcabouço de opções que dialogam com as circunstâncias e são selecionadas pelo tempo. Uma delas é essencial para a política externa norte-americana até 1939: a ideia de “missão”. Como forma de contrapor os desígnios árduos da concepção calvinista, a “experiência” do início da República americana surgiu de uma confrontação com a história. Em O Federalista (1787-1788), Alexander Hamilton (1755/57-1804) cita o empirista escocês David Hume (1711-1776): “A experiência deve guiar o trabalho.” Ao mesmo tempo, a “experiência” era considerada “única” e uma esperança para a humanidade. “A causa da América é em grande medida a causa de toda a humanidade”, escreveu Thomas Paine (1737-1809). A importância dada ao caráter “único” desta experiência, aliada à sua própria sobrevivência, fez nascer a ideia de “missão”, a concepção de um mundo de liberdade, paz e prosperidade construído sobre a dura realidade da vida. Tratava-se de algo que os norte-americanos deveriam ensinar a todos os povos, uma ideia frequente na história da política externa norte-americana e um adversário constante do “isolamento”.

O primeiro discurso importante surge com a Doutrina Monroe (1823), que declarou a oposição dos EUA a qualquer colonização europeia nas Américas. Em troca, os americanos se manteriam distantes dos assuntos da Europa – o que já vinham fazendo com a política deliberada, como bem salientou Morgenthau, de isolamento. Quase 70 anos depois, já era a hora do primeiro grande ato, que inaugurou a ação dos EUA como global player do sistema político internacional: a guerra contra a Espanha e a intervenção em Cuba (1898). Foi a primeira vez na história dos EUA, como nação independente, que o país se viu em um conflito armado contra uma nação europeia. Vale perceber que em 1897 o então Presidente William McKinley (1843-1901), estudando a situação, utilizou o termo “intervenção humanitária”. Na mensagem anual daquele ano, McKinley enfatizou: “Intervenção em termos humanitários tem (...) recebido as minhas mais ansiosas considerações”. A ideia de “missão” está amplamente presente no discurso com relação à ação em Cuba: “Em nome da humanidade, da civilização, a guerra em Cuba deve cessar”, disse o presidente na declaração de guerra. A intervenção não se limitou a Cuba. Depois de Porto Rico, que também era um protetorado espanhol, as Filipinas foram o alvo seguinte. Os EUA intervinham “para salvar o povo filipino da desordem política”, até que os próprios

estivessem capazes de se “autogovernar”. Fato é que a aquisição das Filipinas colocou os EUA no epicentro de uma área onde potências europeias lutavam por mercados, esferas de influência e possessões territoriais. Para não ficar de fora da partilha da Ásia, em setembro de 1899, o Secretário de Estado John Milton Hay (1838-1905) publicou o memorando que dava início à Política de Portas Abertas no Pacífico: “Que todas as portas estejam abertas nas respectivas esferas e também que todos os portos estejam livres”. Os EUA queriam tornar a “experiência” americana um consenso na região do Pacífico. Isso até os avanços russos na Manchúria, que foram reclamados pelos japoneses aos norte-americanos, que não intervieram. McKinley foi assassinado por um anarquista em 1901 e Theodore Roosevelt (1858-1919), vice-presidente, tomou posse. Theodore Roosevelt, um herói da guerra em Cuba, implementou a fase do big stick. Os objetivos de Roosevelt foram prioritariamente estratégicos. Ele atuou pela manutenção do equilíbrio de poder na Ásia ao mediar o conflito entre Rússia e Japão, o que lhe valeu um Prêmio Nobel da Paz, e batalhou ferozmente pela construção do Canal do Panamá, como um “dever” americano para com a humanidade: “A execução de tal projeto, em seu tamanho e incalculáveis possibilidades, é um bem para este país e para todas as nações da humanidade”, discursou o presidente. A ideia era montar uma rede de segurança eficiente contra possíveis inimigos. O seu sucessor, William Howard Taft (1857-1930), tentou retomar a “Política de Portas Abertas” na Ásia e se mostrou equivocado: Taft fez uma intervenção arriscada na questão das ferrovias na Manchúria, dividida entre Rússia e Japão, que resultou na união destes dois países contra os interesses norte-americanos na região; agiu de forma semelhante no Caribe, mas uma guerra na América Central era proporcionalmente muito menos significativa do que uma guerra contra o Japão em território chinês. Os EUA intervieram também em Honduras e na Nicarágua para garantir os seus interesses comerciais na região, mas como uma “missão” em prol da estabilidade política e econômica destes países. Por fim, Woodrow Wilson (1856-1924) assumiu a presidência dos EUA em 1912. Tratava-se do primeiro presidente democrata do século XX a novamente atuar na cena da política externa norte-americana. O último democrata do século XIX fora Grover Cleveland (1837-1908), eleito para novo mandato presidencial em 1892.

O primeiro problema no campo da política externa veio do México, quando um levante explodiu contra o regime de Porfírio Díaz (1830-1915), no poder desde 1876. Wilson exigiu a resolução do conflito, eleições livres e a palavra do General Victoriano Huerta (1854-1916), que depôs Díaz, de que não seria candidato à presidência. Já mostrava ao mundo a firmeza e a intransigência de suas convicções. O pior ainda estava por vir, quando, em 1914, tem início na

Europa a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O primeiro passo de Wilson em favor da neutralidade não funcionou. A controvérsia dos empréstimos às nações beligerantes colocou os EUA ao lado da França e da Grã-Bretanha. Em 1915, a Alemanha impôs um bloqueio submarino na Europa e, em 10 de fevereiro do mesmo ano, o navio britânico Lusitania foi atacado, causando a morte de 128 norte-americanos. Os EUA discutiam a proibição do embarque de seus cidadãos em navios que passassem pela zona de guerra, mas Wilson liderou uma campanha que foi muito bem resumida em um editorial do jornal New York Times: “Quem defende tal resolução defende o autoritarismo germânico contra os direitos e a honra americana.” Quando outro navio, o Laconia, foi atacado e duas mulheres norte-americanas morreram no incidente, o espírito missionário de Wilson se acendeu. Os primeiros soldados norte-americanos chegaram à França em junho de 1917, segundo o presidente, para lutar “pela democracia, pelo direito daqueles que se submetem a uma autoridade de ter voz em seus governos, pelos direitos e liberdade de nações menores, pelo domínio universal do direito, pelo encontro de povos livres que trará paz e segurança a todas as nações e fará do mundo finalmente um lugar livre”. A guerra de Wilson era a guerra de todas as guerras, a última das guerras. Nesse sentido, feliz seriam os norte-americanos se pudessem dar seu sangue pela liberdade do mundo. A “missão” tomava ares de cruzada, não só para levar os EUA à guerra, mas também para fazer a paz. A ideia da Liga das Nações já estava nos planos de Wilson, mas não sem obstáculos. A Liga foi derrotada pelos receios franceses em relação aos alemães e pela reação conservadora nos EUA. O Tratado de Versalhes foi uma paz imposta, não negociada, jogando a culpa da guerra sobre a Alemanha. Assim, foram retiradas todas as possessões coloniais deste país, foram feitos reajustes territoriais em todas as suas fronteiras e foram-lhe impostas indenizações significativas. Depois do fracasso do Tratado, a última esperança de Wilson era a criação da Liga das Nações. No entanto, em casa, o presidente foi intransigente e não aceitou negociar com o Congresso. Já se instauravam as bases que levariam ao fim da “era progressista” e ao início da “restauração conservadora”, que retomaria o “isolamento” e se manteria no poder até 1931. Nas eleições de 1920, o candidato democrata, James Cox (1870-1957), favorável à Liga e ao tratado, foi derrotado por uma maioria esmagadora pelo republicano Warren Harding (1865-1923), contrário às duas causas. O povo norte-americano queria um presidente tão diferente de Wilson quanto possível. A “grande causa” era grande demais. Os norte-americanos queriam se isolar do mundo, mas só até a próxima batalha.

Referências

HOFSTADER, Richard. The American Political Tradition. Nova York: Vintage Books, 1974.

M. SCHLESINGER JR, Arthur. Os ciclos da história americana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
MORGENTHAU, Hans J. American Foreign Policy. Londres: Methuen & Co., 1952.
WHITCOMB, Roger S. The American Approach to Foreign Affairs: An Uncertain Tradition. Londres: Praeger, 1998.

PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1914-1918) Antecedentes: Primeiro conflito a envolver uma mobilização de recursos militares, econômicos e sociais em escala global, a Grande Guerra – expressão utilizada até 1939, quando passou a ser denominada Primeira Guerra Mundial em virtude da emergência de uma "segunda" Guerra Mundial em 1930 – é considerada, por muitos historiadores (entre os quais Eric Hobsbawm, 1917-2012), o marco inaugural do século XX.

Suas origens, embora complexas, encontram-se intrinsecamente relacionadas com o amplo leque de rivalidades nacionalistas e imperialistas que demarcaram as relações internacionais europeias a partir do final do século XIX, além da forma persistentemente aristocrática, com forte apego ao jogo político internacional secreto por parte dos governos europeus através da qual as elites dirigentes europeias conduziam as relações internacionais (Arno Mayer; Chr. Clark), Somava-se a isso a intensa corrida armamentista em curso no continente, mm especial a corrida armamentista, em termos de forças terrestres, entre a Rússia czarista e a o Império Austro-húngaro e a Alemanha, de um lado, e a Alemanha e França, de outro, causava sobressaltos constantes. Em termos navais ocorria uma intensa campanha pela criação de poder naval de alto-mar, na Alemanha (Projeto do Almirante Alfred von Tirpitz (1849-1930), e a suspeita, por parte da Grã-Bretanha, de perder, por tal razão, sua primazia naval e colonial em razão do projeto alemão. A construção de uma superpotência continental, somando a sua força terrestre a um novo poder naval, afrontava diretamente a tradicional política externa britânica de "balance of power", um equilíbrio de poder, onde nenhuma nação europeia continental pudesse competir em iguais condições com a Grã-Bretanha (Jean-Baptiste Duroselle, 1917-1994).

Entre os antagonismos determinantes para a espiral de tensões que culminaram na eclosão do conflito, encontram-se, entre os mais importantes, o espírito revanchista francês – resultado da recusa em aceitar anexação da Alsácia-Lorena pelo Império Alemão, em 1871 – e as questões balcânicas, envolvendo as minorias nacionais submetidas ao domínio do Império Austro-Húngaro e as pretensões geopolíticas da Rússia na região. Assim, a Sérvia, amiga e aliada da

Rússia, praticava uma política externa de expansão que implicava, necessariamente, na dissolução do Império Austro-húngaro, com a perda territorial de parte substancial da monarquia dos Habsburgo (disputa pela Bósnia-Herzegovina e além disso a Croácia e Eslovênia, partes históricas do Império Austríaco, deveriam formar com a Sérvia, conforme o projeto pan-eslavista, uma nova nação, a grande pátria dos eslavos do Sul, que viria a ser, depois de 1919, a Iugoslávia). Evidentemente, tais tensões colocavam em risco imediato as relações de Viena com Moscou, protetora dos eslavos do sul. Além disso, os russos avançavam rapidamente contra o Império Turco-Otomano, ora buscando conquistar territórios – no Cáucaso e nos Estreitos do Bósforo e dos Dardanelos – ora apoiando coligações de nações eslavas e ortodoxas dos Balcãs (Sérvia, Bulgária, Grécia e Montenegro) contra os otomanos. A dissolução do Império Otomano, por sua vez, ameaçava os interesses britânicos no Mar Mediterrâneo (proteção do Canal de Suez e portanto o acesso ás Índias) e, também, ameaçava interesses alemães, expressos na construção da ambiciosa estrada de ferro Berlin-Bagdá (a questão chamada “Bagdahbahn”).

A este quadro de rivalidades somavam-se as inquietações manifestadas pelos ingleses diante da emergência econômica e militar da Alemanha, em especial a possibilidade da frota de alto-mar alemã, em construção, vir a desafiar o poderio colonial britânico e sua supremacia comercial. Todas estas questões contribuíram decisivamente para a formação de um “sistema” de alianças militares que viria a ser apontado, por muitos historiadores (em especial Pierre Renouvin), como um verdadeiro gatilho para a Grande Guerra. Assim, posicionavam-se a Tríplice Aliança, formada pela Alemanha, Itália e Império Austro-Húngaro e a Tríplice Entente, com Grã-Bretanha, França e Rússia czarista. Tais “sistemas de alianças”, a chamada “paz armada”, assumiram um papel decisivo na corrida armamentista que precedeu o conflito e quando este foi deslanchado, funcionaram como um gatinho de envolvimento de um Estado atrás do outro no conflito, em virtude dos “compromissos” assumidos. Por outro lado, o teor dos compromissos militares firmados pelos países beligerantes – uma série de acordos derivados, nos quais as grandes potências se obrigavam a intervir em defesa de seus pequenos clientes - seria crucial para transformar qualquer tensão localizada em um conflito de proporções europeias, alcançando, consequentemente, em virtude dos grandes impérios mundiais, uma amplitude mundial. Tais compromissos envolviam noções de “honra”, “prestígio” e de “interesse” que claramente pertenciam uma época, e um grupo social, aristocrático, convencido que a guerra e a morte em massa eram menos importantes que os compromissos derivados de tais noções (Arno Mayer). Na verdade, os grandes corpos dirigentes, em todos os países europeus (mesmo na

“burguesa” Grã-Bretanha ou na “republicana” França), como diplomatas e líderes militares, pensavam a guerra como um fenômeno prestigioso e capaz de forjar grandes nações, não sendo, em si mesma, um mal, o que fez de tais lideranças uma espécie de “sonâmbulos” (Chr. Clark) caminhando diretamente para o desastre.

Tal quadro de rivalidades e tensões seria precipitado pelo assassinato do herdeiro do trono austríaco, Francisco Ferdinando (28 de junho de 1914) por um estudante sérvio, membro de uma organização terrorista denominada Mão Negra, na qual estava envolvido o próprio governo da Sérvia (ou ao menos, comprovadamente, vários de seus funcionários e militares). O episódio, em si isolado, foi capaz, pelas razões acima, a levar o Império Austro-Húngaro a declarar guerra à Sérvia (28 de julho de 1914), disparando os mecanismos das múltiplas alianças existentes que redundariam numa brutal guerra mundial e de longa duração.

Evolução militar (1914-1917): No plano das ações bélicas, no front ocidental, as primeiras manobras acabaram sendo marcadas pela ineficácia das estratégias ofensivas, tanto do lado alemão (Plano Schlieffen) como do lado francês (Plano XVII). Para os alemães, a invasão da Bélgica capacitaria o gigantesco esquema militar concebidos anos antes a deslanchar uma rápida incursão pelo norte da França, ação que possibilitaria – de acordo com as previsões do Estado-Maior alemão – o êxito no território francês antes que os contingentes russos pudessem ser satisfatoriamente mobilizados. Tais projeções, entretanto, em pouco tempo mostrar-se-iam frustradas, esbarrando em uma série de contratempos, os quais culminaram na obstinada resistência francesa arregimentada na Batalha do Marne (setembro de 1914), estancando o avanço alemão. Paralelamente, no front oriental, onde as tropas russas começaram sua ofensiva em agosto, importantes embates favoreceram a máquina de guerra alemã, ganhando destaque a vitória conduzida por Hindenburg e Ludendorff em Tannenberg, impondo o recuo do exército do czar.

Diante destes impasses, notadamente na linha de frente franco-alemã, projetou-se o início de uma guerra de posições a partir da constituição de uma linha de trincheiras, responsável pela crescente degradação dos valores morais determinantes para impulsionar milhares de soldados para o campo de batalha. Estabelecido o equilíbrio, em pouco tempo ficaria demonstrada a superioridade das estratégias defensivas em relação às ações ofensivas. Impunha-se um tipo de conflito – denominado pelos alemães materialschlacht (batalha dos materiais) – caracterizado por reduzidos avanços territoriais e um elevadíssimo número de baixas. Apenas nos primeiros três meses de guerra, os alemães já haviam sofrido cerca de 677 mil baixas, enquanto entre ingleses e franceses elas chegavam a

940 mil. A Batalha de Ypres, em outubro de 1914, que ficaria conhecida na Alemanha como o Massacre dos Inocentes (Kindermord bei Ypern), lançara os soldados no que Ernest Junger denominou Furacão de Aço, alusão à capacidade de destruição sem precedentes apresentada pelos exércitos modernos. Dois anos mais tarde, aquela que já era denominada a “Guerra da Artilharia” demonstraria sua dimensão total em Verdun, deixando o saldo de um milhão de baixas de ambos os lados, sem que os alemães conseguissem furar a linha defensiva organizada pelos franceses.

Ainda em novembro de 1914, o Império Otomano aderiu ao bloco dos Impérios Centrais, o mesmo ocorrendo com a Bulgária em setembro de 1915. Por sua vez, a Entente obteve o apoio da Itália em 1915 e da Romênia em 1916. As novas forças em campo ampliaram os teatros de operação, notadamente o norte da Itália – onde os austríacos impuseram às tropas italianas uma humilhante derrota em Caporetto (outubro de 1917) – e o Oriente Médio, onde os ingleses aproveitaram a evolução do conflito para apoiar os líderes árabes contra a dominação otomana.

As inovações tecnológicas: A Primeira Guerra Mundial traduziu no campo de batalha a transformação vivenciada pela sociedade industrial, projetando não só uma infinidade de novos armamentos como também alterando significativamente as estratégias de combate. Como não ocorrera com qualquer um dos conflitos que a precedeu, a Grande Guerra foi decisivamente determinada pelos armamentos com que foi travada. Mais do que alterar as concepções táticas, tais armas redimensionaram a concepção que os tradicionais senhores da guerra tinham a respeito do combate, como bem expressou Lorde Kitchener diante do impasse estabelecido pela letargia das trincheiras: “Não sei o que fazer, isto não é guerra.” Entre todas as inovações, a artilharia se destacou (em 1915, os ingleses apresentaram o tanque Mark I), embora a utilização de armas químicas tenha sido marcante não só para os soldados do front como também para os civis na retaguarda. Em abril de 1915, sob a supervisão direta de Fritz Haber – diretor do Instituto Kaiser Guilherme de Físico-Química – o gás cloro foi utilizado pelo exército alemão contra uma coluna francesa entrincheirada em Ypres. A partir daí, praticamente todos os países beligerantes passaram a utilizar armas químicas no campo de combate. Paralelamente, uma das grandes novidades da guerra foi a utilização de aeroplanos na frente de batalha – a rigor, utilizados pela primeira vez, pelos italianos contra os líbios, em 1911. No momento inicial, os aviões foram utilizados para balizar a artilharia e garantir a eficiência dos disparos. Em seguida, passaram a ser empregados diretamente contra as linhas inimigas e, em um plano psicológico, contra centros urbanos inimigos.

Em termos de guerra marítima, as ofensivas submarinas empreendidas pela Marinha alemã contribuíram para afetar o comércio europeu, prejudicando substancialmente o abastecimento de ingleses e franceses, assim como os interesses dos fornecedores, notadamente os produtores e comerciantes norte-americanos.

O front interno: Em um primeiro momento, as perspectivas abertas pelo conflito persuadiram a opinião pública em geral de que os confrontos seriam breves – cerca de algumas semanas –- o que contribuiu para a intensa adesão popular à convocação militar, assim como a elaboração de um discurso capaz de superar as clivagens ideológicas e sociais, em torno da denominada União Sagrada para os franceses (Union Sacrée) ou da Trégua dos Partidos, para os alemães (Burgfrieden). Prenunciava-se a onipotência do Estado na condução da economia de guerra e no controle da sociedade civil em todas as suas dimensões, estabelecendo um modelo clássico de guerra total.

Diante do prolongamento do conflito, a carência de mão de obra promoveu a mobilização maciça dos não combatentes. Neste sentido, as mulheres assumiram um papel fundamental, ocupando muitas das posições tradicionalmente conferidas aos homens no espaço industrial. Paralelamente, contou-se também com o trabalho de contingentes coloniais e prisioneiros de guerra, estes últimos alocados em tarefas nos territórios ocupados militarmente. Diversas leis foram aprovadas com o objetivo de reduzir o nível de qualificação para o trabalhador fabril, ameaçando diretamente o operário qualificado que, legalmente, tinha esses empregos reservados para si. Por outro lado, os governos procuraram limitar as atividades sindicais, sendo criada a noção de “empresa auxiliar”, a qual colocava os trabalhadores diretamente sob o controle militar. Com isso, os industriais ampliavam seus ganhos (pedidos garantidos pelo Estado, fornecimento de matérias-primas, pagamentos adiantados), além de manter os trabalhadores sob forte restrição, diluindo as reivindicações sociais a partir de um discurso em torno do sacrifício nacional.

Transcorridos dois anos do conflito, entretanto, os esforços empreendidos em nome da economia de guerra começaram a fazer germinar entre os civis uma série de manifestações em torno do pacifismo, não obstante as iniciativas governamentais voltadas para a propaganda dos valores militares. Na Alemanha, onde o planejamento estatal assumiu proporções inéditas – chegando a inspirar Lenin logo em seguida no denominado Comunismo de guerra – milhares de trabalhadores passaram a questionar abertamente os rumos da economia, postura que acabou sendo repetida – de acordo com as variáveis nacionais – em praticamente todos os países beligerantes nos anos seguintes. Simultaneamente, no front, a indefinição da guerra deu ensejo para um sem-número de revoltas,

destacando-se as mutinieres que explodiram no exército francês em maio de 1917, o descontentamento dos marinheiros alemães ainda no mesmo ano, seguido das deserções em massa vivenciadas pelo comando militar italiano após a derrota em Caporetto.

A virada da maré: Se os anos de 1915-1916 ainda demarcaram uma preponderância militar dos Impérios Centrais, 1917 ficaria conhecido como o ano da virada, principalmente a partir do momento em que os interesses comerciais norte-americanos viram-se diretamente prejudicados pela guerra submarina alemã. Em abril, os EUA declararam guerra à Alemanha, sendo seguidos por Cuba, Panamá, Guatemala, Honduras, China, Portugal, Grécia e Brasil. Por outro lado, com o êxito da Revolução Bolchevique, em outubro de 1917, a Rússia finalmente mostrou-se disposta a abandonar suas operações bélicas, condição materializada na assinatura do Armistício em separado com os alemães em Brest-Litovsk (dezembro de 1917), seguida do acordo de paz de Brest-Litovsk em março de 1918.

Liberadas do front oriental, as forças alemãs voltaram-se para uma grande e decisiva ofensiva no flanco francês. Apoiado por mais de um milhão de soldados americanos, o Comando Aliado conseguiu lançar uma vigorosa contraofensiva em julho de 1918. Já em setembro, diante da esmagadora superioridade dos opositores, as tropas alemãs começaram a recuar. Pouco a pouco, as forças que compunham o bloco dos Impérios Centrais demonstraram sinais de fragilidade; o Império Otomano foi derrotado pelos ingleses; os búlgaros renderam-se a uma coligação militar franco-sérvia; o Império Austro-Húngaro capitulou diante dos italianos.

Anunciada a derrocada de sua rede de alianças, para o governo republicano alemão que assumira o poder após a abdicação do Kaiser, chegara a hora de firmar um Armistício dentro das condições mais favoráveis possíveis. Nesse sentido, a proposta norte-americana – os denominados Quatorze Pontos de Wilson – foi considerada bastante satisfatória, modelando as perspectivas alemãs para a reestruturação da ordem mundial do pós-guerra. Afinal, o programa do presidente norte-americano postulava alguns casos mais específicos envolvendo a reordenação das fronteiras no imediato pós-guerra, embora estivesse centrado no denominado direito de autodeterminação dos povos e na criação de uma organização internacional – a Liga das Nações – capaz de garantir a manutenção da paz no mundo.

O fim do conflito: Finalizado o conflito, cuja escalada de violência atingiu a cifra de mais de 10 milhões de mortos – os quais se somariam às vítimas da chamada “Gripe Espanhola” (pandemia do vírus “influenza” que se estendeu entre 1918 e 1919 por todo o mundo, estimando-se as vítimas em cerca de 40

milhões de mortos) – foi estabelecida uma nova ordem mundial bem distante das expectativas alemãs. Encaminhada a Conferência de Paz (após a assinatura do armistício pelos alemães em novembro de 1918), em Paris (1919), a maior parte das posições definidas pelo líder norte-americano foi abandonada por pressão da opinião pública e dos governos aliados. Diante da pressão dos ingleses (representados por David Lloyd George, 1863-1945) e dos franceses (representados por George Clemenceau, 1841-1929), os países vencedores impuseram uma série de tratados em separado aos aliados da Alemanha, dos quais os representantes dos países derrotados não obtiveram sequer o direito de participação: Versalhes para a Alemanha; Tratado de Saint-Germain-en-Laye para a Áustria – que tinha seu império dissolvido e perdia inúmeros territórios para a Tchecoslováquia e a Itália; Tratado de Neuilly para a Bulgária – que perdia territórios para a Grécia; Tratado de Trianon para a Hungria – privada de territórios e população em favor da Romênia e da Tchecoslováquia e o Tratado de Sèvres para o Império Otomano, que ficava privado dos seus territórios árabes (Hejaz, Transjordânia, Palestina, Iraque, Líbano e Síria), além de ter seu território continental partilhado por italianos e gregos. Tais arranjos territoriais e demográficos provocaram inúmeros conflitos e serão, em boa parte, elementos centrais do desencadear da Segunda Guerra Mundial, o caso dos chamados "alemães dos Sudetos, entregues à Tchecoslováquia, a anexação da Áustria pelo Terceiro Reich (o chamado "Anschluss"), por exemplo.

Quer seja pelo tratamento dispensado especificamente aos alemães – considerados os únicos culpados pela eclosão do conflito, e consequentemente sobrecarregados por uma dívida de guerra que chegou a fantástica cifra de 24 bilhões de libras esterlinas – mas também pelos rumos assumidos pelo reordenamento do mapa colonial e o mapa da própria Europa, favorecendo os interesses dos países aliados, lançavam-se as bases que contribuíram para a ascensão das forças políticas identificadas com o espírito de revanche, um dos principais legados do conflito para as próximas décadas. Na Alemanha, os militares derrotados, imediatamente após o término do conflito, engendrariam o mito da "punhalada pelas costas", culpabilizando os civis por terem se rendido às exigências dos inimigos (em especial os comunistas, os socialdemocratas e os judeus), enquanto o exército ainda pretendia continuar lutando. Tal mito de uma derrota "interna", através da traição de tais seguimentos ditos "anti-germânicos", será fartamente explorado pelo nazismo, desde a fundação do Partido Nacional-Socialista em 1920. No livro de Adolf Hitler, Mein Kampf (Minha Luta), de 1925, o mito da "Punhalada pelas Costas" ("Dolchstosslegende"), formulado pela primeira vez em 1918, culpabilizando a Revolução Socialista em Berlim pela paralisação da luta pelos exércitos alemães, desempenhara um papel central

na mobilização dos alemães. O general Wilhelm Luddendorf (1865-1937), um dos comandantes alemães mais importantes (e mais tarde aliado de Hitler), iniciou sua propagandização, excluindo o Estado-Maior alemão e a si mesmo da responsabilidade pela derrota, afirmando que a Alemanha não fora vencida no campo de batalha.

Mais tarde, em depoimento no Reichstag (Congresso Nacional alemão), o general Paul von Hindenburg (1847-1934) – comandante alemão e mais tarde presidente da República de Weimar que chamaria Hitler ao poder - acusaria os sociais-democratas e os comunistas pela derrota da Alemanha, o que viria a se tornar um lugar comum, atraindo o ódio popular contra os "culpados" internos pela derrota.

O Tratado de Versalhes, convocado para resolver todas as questões decorrentes da guerra, e que teria os "Quatorze Pontos da Paz de Wilson" como base, acabou por se transformar numa pesada imposição aos países derrotados. Grandes perdas territoriais foram impostas à Alemanha. Além da devolução da Alsácia e Lorena (conquistadas na Guerra de 1870), a Alemanha perdia vastos territórios para a Polônia (Silésia, partes da Prússia e do Brandenburgo), criando um "corredor" entre duas porções do país (a ligação entre a Alemanha e os territórios da Prússia Oriental), e a cidade de Dantzig era colocada sob administração internacional) e os territórios do Memel eram entregues à Lituânia. O Império colonial alemão foi dividido entre a Grã Bretanha (os territórios africanos), o Japão (Micronésia e Polinésia), Austrália (Nova Guiné-Papua), Nova Zelândia (Samoa) e África do Sul (Namíbia). Além disso, o Sarre e o Schleswig ficariam sob administração estrangeira até um plebiscito decidir os destinos de tais territórios (que poderiam ser entregues à França e Dinamarca, respectivamente). Além disso, a Alemanha era obrigada a se desarmar, entregando sua frota de alto-mar (6 cruzadores, 10 encouraçados, 8 cruzadores leves, 50 destroieres) e de submarinos, além de desmontar a nascente aviação militar e limitar as tropas de terra a 100 mil homens (algo claramente incapaz de qualquer capacidade de defesa do país) – além de entregar 5000 locomotivas e 150 mil vagões de trens e 5 mil caminhões. Os alemães deveriam, ainda, indenizar a França e a Bélgica por todos os danos materiais, e pela reconstrução, dos territórios ocupados e destruídos pela guerra, incluindo a indenização e pensões de cidadãos franceses e belgas mortos e feridos. Os representantes da Grã-Bretanha e da Austrália (que ao lado da Nova Zelândia, Canadá, África do Sul e Índia, como "domínios britânicos", haviam lutado ao lado da Inglaterra), exigem a extensão das indenizações, incluindo o pagamento de todos os prejuízos decorrentes dos afundamentos dos navios mercantes e de suas tripulações. Lloyd George, o primeiro-ministro britânico (embora tenha tentado

minorar os termos brutais do acordo), acaba cedendo sob a pressão dos parlamentares conservadores britânicos e do “premier” francês, Georges Clemenceau (partidário de paz severa e vingativa). Os britânicos, com Winston Churchill à frente, temiam que uma paz por demais “vingativa” levasse a Alemanha à uma revolução “bolchevique” e uma aliança com a nova Rússia Soviética. Por tal razão, defendiam uma paz “justa”. Mas, a maioria dos representantes em Versalhes, não acolheu a moderação dos dirigentes britânicos.

A França era a parte mais exigente e dura nas negociações de Versalhes. Atingida e ocupada pelas forças alemãs em 1870 e (em parte do seu território) em 1914-1918, queria impor uma paz que implicasse na impossibilidade de qualquer outro ataque alemão, chegando a propor o desmembramento do país e a formação de pequenos estados alemães junto à sua fronteira renana. Da mesma forma, sem ter mais a aliança estratégica da Rússia na fronteira oriental, a França defendia uma Polônia forte e populosa, com territórios antes alemães e russos, capaz de manter a Alemanha numa situação de “cerco”, obrigada a defender, com pouquíssimos recursos, duas frentes militares. Para maior afronta dos alemães, a Polônia era dotada de uma saída para o Mar Báltico, o que dividia o território alemão (a Prússia era separada da Prússia Oriental) por um “corredor”, no qual os alemães seriam “humilhados” pelos poloneses. A importante antiga cidade hanseática de Dantzig era colocada sob administração da Liga das Nações, sem possibilidade de união com a Alemanha.

Na verdade, a França e a Bélgica haviam sofrido pesadíssimas perdas humanas e matérias durante a guerra. Cerca de 300 mil residências particulares haviam sido destruídas, além 6000 fábricas, 2000 cervejarias, 112 entradas de minas foram dinamitadas, mil pontes destruídas e 1600 quilômetros de linhas ferras arrancadas pelas tropas alemãs. O gado fora morto e confiscado, as terras aráveis destruídas, e havia um trabalho hercúleo de limpeza de campos de batalha (250 milhões de metros cúbicos de trincheiras tiveram que ser preenchidos, limpos e bombas e minas desarmadas). Entende-se, de certa forma, a ânsia francesa de vingança e a exigência de pagamento de tais despesas (mais as pensões de mortos e feridos) exigidas da Alemanha.

Para garantir tais pagamentos, os aliados impuseram à Alemanha vencida, uma polêmica e dramática cláusula de culpabilidade direta e única na “guerra de agressão” movida, pelos alemães, contra os aliados. Pelo Artigo 231 do Tratado de Versalhes, a Alemanha reconhecia que: “Os governos aliados e associados afirmam, e a Alemanha aceita a responsabilidade da Alemanha e seus aliados, por haverem causado todas as perdas e danos a que foram sujeitos os governos aliados e seus associados, e seus nacionais, em consequência da guerra provocada pela agressão da Alemanha e de seus aliados”. Como os “aliados” da

Alemanha, o Império Austro-húngaro e o Império Otomano, deixavam de existir a partir de 1919, cabia unicamente à Alemanha as responsabilidades decorrentes do Artigo 231. Na sua formulação original tratava-se de um arranjo para garantir as indenizações, mas, imediatamente, converteu-se numa condenação moral e ética contra a nação alemã. Evidentemente, a Alemanha Imperial tivera uma imensa responsabilidade no deslanchar da guerra, em especial por apoiar os aristocratas militaristas austríacos na sua decisão de atacar a Sérvia (o "cheque em branco" passado pelo Kaiser alemão ao Imperador austríaco). Contudo, a atuação da Sérvia, apoiando e fomentando o nacionalismo pan-eslavista e sustentando organizações secretas terroristas (como a "Mão Negra", ver verbete), não poderiam ser absolvidas no processo de aprofundamento da crise que levaria à declaração de guerra em julho de 1914. Da mesma forma, a conduta da elite política russa e francesa, ambas interessadas em um ajuste de contas decisivo com a Alemanha (em especial a francesa, com sua elite política revanchista e chauvinista), eram também responsáveis pela guerra. Mesmo os britânicos, em especial os setores coloniais e a Marinha Real, criaram condições para gerar um clima favorável a guerra. Neste contexto, o debate sobre a "culpabilidade" da guerra - uma imensa polêmica política e historiográfica – mantém-se, até hoje, como um tema aberto. Historiadores como Pierre Renouvin (1893-1974) e Fritz Fisher (1908-1999), de ambos os lados do Reno, destacam o nacionalismo exaltado dos alemães, seus planos de guerra e busca "de um lugar ao sol", como decisivos na declaração de guerra. Outros, como Arno Mayer (nascido em 1926) e Christopher Clark (nascido em 1960) admitem que as elites políticas, diplomáticas e militares europeias, em Londres, Paris, Moscou, Berlin, Viena e Belgrado compartilham, todas, responsabilidade igual pelo deslanchar do terrível conflito.

De qualquer forma, a tese da "culpabilidade" alemã causou consternação na Alemanha e preparou o terreno para um violento e agressivo "revisionismo" do "Diktat" de Versalhes, permitindo que políticos oportunistas, militaristas e nacionalistas, como Adolf Hitler, tivessem desde 1919 um público atento e cativa para suas ideias de agressão.

Os efeitos duradouros. Em um sentido mais amplo, muitos dos efeitos da Primeira Guerra Mundial perdurariam por todo o século XX, não só aqueles relacionados com as experiências tecnológicas engendradas a partir das exigências impostas pelo campo de batalha ou aqueles relacionados com as projeções geopolíticas em torno das potências europeias, dos EUA e do Japão, mas também a partir de uma consciência da sociedade civil demarcada daí em diante por uma cultura militar. Esta seria representada no pós-guerra por inúmeros lugares de memória – cemitérios militares, monumentos aos mortos,

datas comemorativas – assim como associações de ex-combatentes, muitas das quais reuniriam os futuros integrantes dos movimentos ditos totalitários. Uma das mais fortes consequências da guerra, em especial para as gerações posteriores, foi seu desembocar na chamada “brutalização” da sociedade. O termo, cunhado pelo historiador George Mosse (1918-1999), implicava na percepção da emergência de uma cultura que valoriza a guerra e celebra a morte, em especial a partir da experiência da luta nas trincheiras ou das lutas terríveis nos campos da Europa Oriental. Assim, grupos de “veteranos”, de escritores e artistas – como Ernst Jünger (1895-1998) ou Gabriele D´Annunzio (1863-1938) - e que tiveram participação ativa na guerra, de setores militares e afins, como os “Corpos Francos” (“Freikorps”, na Alemanha; os primeiros “Fasci di Combatimmento” na Itália e os vários grupos paramilitares na Europa Central), assumiram uma ética e um moral belicista, militarizada, num culto artificial à camaradagem “das trincheiras” e de uma virilidade garantida numa brutal recusava ao humanismo (e muitas vezes ao próprio cristianismo) que facilitaria muito a experiência concentracionária e exterminacionsita da Segunda Guerra Mundial.

Referências

BROWN, MALCOM. The Western Front. Londres: Pan Books, 2001.

CLARK, Christopher. Os sonâmbulos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

DUFOUR, JEAN-LOUIS. Vaïsse, Maurice. La Guerre au XX Siècle. Paris: Hachette, 1993.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. Tout Empire Périra. Paris: Armand Colin, 1992.

ELLIS JOHN. Eye-Deep in Hell. The Western Front 1914-1918. Londres: Penguin Books, 2002.

FISHER, Fritz. Der Krieg der Illusionen. Munique: Fisher Verlag, 1969.

GILBERT, MARTIN. The First World War: A Complete History. Nova York: Henry Holt, 1994.

KEEGAN, JOHN. The First World War. Londres: Pilmico, 1998.

MAYER, Arno. The Persistence of the Old Regime: Europe to the Great War. Nova York: Pantheon Books, 1981.

MIQUEL, PIERRE. Les Poilus. Paris: Plon, 2000.

MOSSE, George. De la Grande Guerre au Totalitarisme. Paris: Pluriel, 1999.

RENOUVIN, Pierre. Les Origines immédiates de la guerre (28 juin-4 août 1914). Paris: Hachette, 1925.

PROTESTANTISMO O protestantismo foi, ao lado do catolicismo romano e do ortodoxo, um dos três principais ramos do cristianismo no século XX. Reunindo diversas confissões e denominações, como as luteranas, reformadas, anglicanas e pentecostais, bem como grupos independentes, as igrejas protestantes, a despeito de crenças básicas comuns, possuem estrutura, liturgia,

costumes, doutrinas, teologias e posturas políticas diferentes, além de estarem presentes em todos os continentes. O protestantismo, portanto, não se organiza de forma homogênea, mas intimamente relacionado com as particularidades histórico-culturais das áreas nas quais está inserido. Durante o século XX, o protestantismo ampliou sua área de influência, estabelecendo-se e/ou consolidando-se em diversas localidades da Ásia, África e América Latina. Este processo ocorreu principalmente por intermédio de missionários e pela fundação de escolas, hospitais e seminários. No início do século, visando o crescimento e a cooperação interdenominacional na ação missionária mundial, em especial para a tradução da Bíblia, foram realizadas assembleias internacionais, como a Conferência Mundial Missionária, em 1910, e criadas associações, como a International Foreign Mission Association (1917) e o International Missionary Council (1921). Neste período, os missionários provinham, principalmente, dos EUA, da Inglaterra e da Alemanha, países que financiavam as novas comunidades. Com os movimentos de descolonização dos países afro-asiáticos, o trabalho missionário ganhou um novo caráter, concentrando-se, sobretudo, na ação social. Em fins da década de 1970, contudo, a ênfase recaiu novamente na pregação religiosa. Este fenômeno está relacionado com o crescimento das lideranças protestantes autóctones no chamado Terceiro Mundo e a expansão dos movimentos carismático e evangélico no seio das denominações protestantes. Foram destas regiões e grupos religiosos que saiu a maioria dos missionários que atuaram nas últimas três décadas do século. As atividades missionárias, portanto, foram estratégias que asseguraram o crescimento numérico das igrejas protestantes na Ásia, África e América durante o século XX, regiões nas quais o Protestantismo ganhou visibilidade e alcançou reconhecimento social, não obstante a secularização e o declínio no número de fiéis verificado nos EUA, no Canadá e nos países da Europa Ocidental.

O crescimento do protestantismo está ainda relacionado com outros fatores, como a ação das igrejas pentecostais e neopentecostais, e com o surgimento de diversas comunidades independentes a partir da década de 1960, sobretudo nos EUA, na América Latina, no Leste e Sudoeste Asiático e no Sul da África e do Pacífico. Esses grupos religiosos dão ênfase à experiência em detrimento da doutrina; utilizam-se dos mais modernos recursos multimídia, ainda que preguem a glossolalia e a ação miraculosa e profética do Espírito Santo nos homens; realizam cultos informais, dando destaque para a música, mormente com ritmos e letras populares; na grande maioria dos casos formam megaigrejas, com atividades em todos os dias da semana; possuem uma estrutura organizacional centralizadora, reafirmando a prática da fé de forma individualizante, distanciando-se, cada vez mais, das experiências comunitárias.

Estas, dentre outras características, tornam tais grupos religiosos mais adaptados às particularidades culturais locais e ao cotidiano do homem moderno.

A formação e o crescimento de três movimentos interdenominacionais internacionais – o fundamentalismo, o evangelicalismo (termo proveniente do inglês evangelical) e o movimento carismático – destacaram-se como parte do processo de expansão do protestantismo no século XX. O fundamentalismo surgiu como uma reação ao protestantismo liberal e, entre outros pontos, proclama a inerrância da Bíblia e a interpreta de forma literal; posiciona-se contra o aborto; sustenta o ensino religioso nas escolas e defende a organização de organismos paramilitares. O evangelicalismo partilha das crenças básicas dos fundamentalistas, ainda que com menor radicalismo, já que aceita as contribuições da crítica histórica e filológica na interpretação da Bíblia; crê na transformação da sociedade por meio da conversão de seus membros ao cristianismo e aprova o diálogo ecumênico. Quanto ao movimento carismático, trata-se da adoção, por parte dos grupos protestantes históricos, de crenças e formas de culto empregadas pelas igrejas pentecostais e neopentecostais. Estes movimentos supradenominacionais estimularam o surgimento de organizações paraeclesiásticas, como a Associação de Homens de Negócios do Evangelho Pleno (ADHONEP) e a Aliança Bíblica Universitária (ABU). Empregando a mídia desde a década de 1940, criaram uma verdadeira indústria cultural que engloba a organização de grandes eventos, como cruzadas evangelísticas e passeatas, programas de rádio e televisão, editoras, gravadoras, produtoras de vídeos e filmes e, mais recentemente, sites na Internet.

A despeito da grande fragmentação, ainda crescente no protestantismo, e as divisões confessionais, durante o século XX foram fundadas associações intradenominacionais e ecumênicas. A partir da já citada Conferência Missionária Mundial, foram dados os primeiros passos para a aproximação entre as igrejas. Assim, foram realizadas novas conferências mundiais e organizados dois movimentos – Fé e Constituição, Vida e Trabalho – que funcionaram como vanguardas para a unidade do Cristianismo. Pela fusão desses movimentos, constituiu-se formalmente, em 1948, o Conselho Mundial de Igrejas (CMI). O objetivo do CMI não é a formação de uma “superigreja” mundial, uniformizando a liturgia e a doutrina dos grupos cristãos, mas fortalecer a comunhão entre as igrejas; estimular o crescimento da consciência ecumênica; estabelecer relações entre as denominações e com os movimentos ecumênicos; motivar a cooperação entre os cristãos no campo educacional, assistencial e na evangelização. Atualmente, 300 igrejas cristãs, incluindo as ortodoxas, presentes em 100 países, participam do CMI. Cabe ressaltar que a Igreja Católica Romana, ainda que não seja membro do conselho, desde a década de 1960 tem aprofundado o diálogo

ecumênico com os protestantes. Por outro lado, nem todos os movimentos e grupos protestantes participam do CMI. Os fundamentalistas, por exemplo, criaram, também em 1948, o Concílio Internacional das Igrejas Cristãs, que reúne 45 denominações de 18 países.

O protestantismo, no decorrer do século XX, não ficou imune às questões políticas presentes nas sociedades. Os conflitos de caráter religioso, como os que opõem irlandeses católicos a ingleses protestantes, ainda persistem. Em alguns períodos, grupos protestantes sofreram perseguições e/ou restrições sob governos totalitários e comunistas, como na Alemanha nazista, na Espanha sob Franco, nos países da chamada "Cortina de Ferro" *etc.* As igrejas protestantes demonstraram não só uma grande capacidade de resistência como, em muitos casos, tiveram um papel crucial na luta contra o totalitarismo e a injustiça. Nesse sentido, há que destacar a ação do movimento Igreja Confessional em oposição ao governo nazista; a luta contra o segregacionismo racial nos EUA; a instauração do diálogo entre marxismo e cristianismo desde fins da década de 1950, primeiro na antiga Tchecoslováquia e, depois, nos EUA e, principalmente, na América Latina. Entretanto, há vários seguimentos protestantes, em especial os pentecostais e neopentecostais, ou os influenciados pelos movimentos carismático, evangelicalista e fundamentalista, que longe de se oporem aos Estados totalitários e denunciarem as injustiças, ou possuem uma postura declaradamente conservadora ou buscam apresentar-se como neutros em questões políticas.

A produção teológica protestante desenvolveu-se, no século XX, intimamente vinculada às demandas da sociedade. Os teólogos do período elaboraram suas teses em harmonia com sua práxis, seja no campo pastoral ou educacional, na ação social e missionária, na luta contra o totalitarismo ou na promoção do ecumenismo. Influenciada, sobretudo, pelo existencialismo e marxismo, e os avanços nos campos da antropologia, arqueologia, filologia e história bíblica, a teologia protestante deste século nasceu em oposição ao liberalismo teológico, tem consciência de ser temporal, possui grande variedade doutrinal e não se pretende universal. Dentre as principais correntes teológicas encontram-se a neo-ortodoxia ou a teologia dialética, que retoma os princípios da Reforma e as Escrituras como base de suas reflexões, dando ênfase à experiência religiosa; o existencialismo teológico, que propõe a desmitologização das Escrituras e sua interpretação existencial; a teologia da libertação, que utiliza o instrumental teórico marxista para propor uma nova leitura da Bíblia, denunciar as mazelas sociais, e propagar uma salvação histórica; a teologia da esperança, que reflete sobre a esperança, incluindo a escatológica, e seu impacto no mundo secularizado. Há que sublinhar, também, as novas propostas de exegese e

hermenêutica das Escrituras, que partem de teólogos procedentes de grupos marginais, como mulheres, homossexuais e negros, e questionam conceitos solidificados, como os de patriarcalismo, elitismo e racismo. Gostaríamos ainda de destacar o crescente papel de liderança ocupado pelas mulheres nas igrejas protestantes, atuando não só como missionárias ou professoras, mas também na produção teológica, na administração das comunidades, no serviço assistencial, como diaconisas e, a partir da década de 1920, como pastoras e até no cargo episcopal. Também há que realçar a acolhida dada pelas igrejas protestantes aos homossexuais, principalmente as norte-americanas e europeias, não só como membros das comunidades, mas integrando tais grupos ao corpo eclesiástico. Concluindo, o protestantismo durante o século XX continuou a expandir-se; fragmentou-se, mas construiu laços de união supradenominacionais; adaptou-se e exerceu uma profunda influência na sociedade, na política e na cultura contemporâneas.

Referências

MAFRA, C. Os evangélicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MENDONÇA, A. G. Protestantes, pentecostais e ecumênicos: o campo religioso e seus personagens. São Bernardo do Campo: Unesp, 1997.

ROSINO, G. A. Teologia do século XX. São Paulo: Loyola, 1998.

WALDO, C.; RICHARD, S. Pentecostalismo e futuro das igrejas cristãs. Petrópolis: Vozes, 1999.

ANDREIA CRISTINA LOPES FRAZÃO DA SILVA

PSICANÁLISE NO BRASIL A psicanálise pode ter sua data de nascimento firmada em 1900, com a publicação do livro seminal, de Sigmund Freud, Interpretação dos sonhos. Entretanto, desde o ano anterior – 1899 – um brasileiro, o Professor Juliano Moreira, da Faculdade de Medicina da Bahia, já falava em Freud para os que frequentavam os seus cursos de neuropsiquiatria. Estes seus passos iniciais ganham maior repercussão com a sua transferência para o Rio de Janeiro, onde passou a ocupar o cargo de diretor do Hospital Nacional de Alienados, ampliando o número de alunos nos quais despertaria o interesse pelas ideias freudianas. O primeiro texto redigido, na língua portuguesa, sobre psicanálise é a tese de Genserico de Souza Pinto, em 1914, que tem o título “Psicanálise e sexualidade nas neuroses”. Datam deste período as primeiras tentativas de tratamento analítico feitas pelo próprio Genserico Pinto e por Juliano Moreira. Em 1919, Franco da Rocha, catedrático de psiquiatria da Faculdade de Medicina de São Paulo, em aula sobre “Do delírio em geral”, pôs em destaque a contribuição das ideias de Freud para a compreensão destes fenômenos e, neste mesmo ano, publica um artigo sobre “A

Doutrina de Freud” na principal revista literária da época, a Revista do Brasil. Neste mesmo ano, dois psiquiatras cariocas, e irmãos, Medeiros e Albuquerque e Maurício de Medeiros, fazem conferências de grande repercussão no meio médico sobre a psicanálise.

Em 1926, um paulista, Durval Marcondes, publica um artigo de psicanálise aplicada, versando sobre “O Simbolismo estético na literatura”, formulando princípios para a crítica literária calcados nas contribuições psicanalíticas. Já Arthur Ramos, médico radicado no Rio de Janeiro, publica, neste ano, e envia a Freud um exemplar de sua tese “Primitivo e Loucura”, na qual aborda a questão da linguagem e do pensamento dos, então, chamados alienados. Freud agradece e elogia o seu estudo. Neste mesmo ano, em Recife, o psiquiatra Ulisses Pernambucano escreve “A necessidade de compreender os doentes”, apoiado na utilização da psicanálise para a apreensão do que se passa na alma do homem. Merece destaque, neste período de desbravamento e conquista de novos territórios, o papel desempenhado por Durval Marcondes. A história da aproximação de Durval Marcondes com a psicanálise inicia com a leitura de artigo do Professor Franco da Rocha “O delírio em geral”, no qual este ressaltava a importância das ideias psicanalíticas para a compreensão do delírio, dos sonhos e da criação artística. Durval busca o professor e o acolhimento recebido define um percurso, estimulando seus estudos de psicanálise e, quando se forma, em 1924, inicia a aplicação do método psicanalítico em sua clínica. Suas publicações, a fundação da pioneira Revista Brasileira de Psychanalyse, o empenho em trazer um analista didata para fundar um Instituto de Formação em São Paulo, a vinda de Adelheid Koch, a fundação da SBPSP, são realizações de uma história que os psicanalistas herdaram. Nas palavras de Marialzira Perestrello, a mais completa historiadora do movimento psicanalítico brasileiro, até o momento, Durval Marcondes foi o único precursor que se tornou pioneiro, pois de “psicanalista silvestre” – ou seja, sem qualquer formação a não ser o estudo da obra de Freud – tornou-se, mais tarde, o organizador, o incentivador do primeiro movimento psicanalítico brasileiro e teve a humildade de se submeter a uma formação analítica, apesar de toda a sua bagagem de conhecimentos. Em 1927, é fundada, em São Paulo, a Sociedade Brasileira de Psicanálise, tendo como presidente Franco da Rocha e como secretário Durval Marcondes. Objetivava difundir a psicanálise e, inicialmente, não estava voltada para a formação de analistas. No ano seguinte, Durval Marcondes funda uma sucursal desta sociedade no Rio de Janeiro, e a presidência é entregue a Juliano Moreira, tendo como secretário Porto-Carrero. Em 1928, Durval Marcondes funda a Revista Brasileira de Psychanalyse, que teve apenas um número. É importante destacar que, ao longo da década de 1920, é intenso o interesse da vanguarda

cultural brasileira em psicanálise. Esta influência se manifesta nas revistas culturais, nos romances e ensaios de figuras exponenciais na vanguarda literária, como Mário de Andrade, no ideário da Semana de Arte Moderna (1922), ápice desta turbulência renovadora nas artes brasileiras.

Nas duas décadas seguintes, por já existir uma demanda, decorrente da penetração das ideias psicanalíticas, e um anseio de qualificação de psicanalistas, como preconizado por Freud, os esforços se voltaram para a institucionalização e para viabilizar a vinda de psicanalistas com o credenciamento exigido para formar psicanalistas em nosso país. Em 1936, chega, a São Paulo, a primeira psicanalista com estas qualificações, a Dra. Adelheid Koch, formada no Instituto de Berlim. Após um período de adaptação, inicia sua pioneira prática analítica em julho de 1937 e, em 1944, é constituído o Grupo Psicanalítico de São Paulo. Este, em 1951, é reconhecido como filial da International Psychoanalytical Association (IPA) e passa a se denominar Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP). No Rio de Janeiro, em 1953, é reconhecido o Grupo de Estudos constituído pelo psicanalista alemão Werner Kemper. Em 1955 este grupo é reconhecido, pela IPA, como Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro. Em 1957 a IPA reconhece um segundo Grupo de Estudos no Rio de Janeiro, composto de analistas já qualificados na Asociación Psicoanalitica Argentina, na British Society, na Brasileira de São Paulo e, alguns deles, ex-analisandos de um psicanalista inglês que migrou para a cidade, Mark Burke. Em 1959 o grupo é reconhecido como Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro. Em Porto Alegre, o Grupo de Estudos Psicanalíticos foi reconhecido pela IPA em 1961; em 1963, obteve sua filiação como Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.

A Associação Brasileira de Psicanálise foi fundada em 1967 com o propósito de congregar e articular as ações destas quatro sociedades psicanalíticas brasileiras vinculadas à IPA. Na atualidade são oito sociedades e três grupos de estudo componentes, além de oito núcleos psicanalíticos, espalhados em 16 cidades brasileiras, reunindo 992 psicanalistas e 813 psicanalistas em formação em seus institutos. Nestas sociedades e grupos de estudo são estudadas, e influenciam a prática clínica, as ideias de vários autores que desenvolveram a teoria e a prática psicanalítica, a partir das formulações do próprio Freud, em várias direções, tais como: Melanie Klein, Fairbain, Bion, Kohut, Winnicott, André Green. Na década de 1970 houve uma expansão maciça de todas as escolas de psicoterapia, com raízes no reconhecimento dos cursos universitários de psicologia. Estes profissionais foram, pouco a pouco, intitulando-se psicanalistas, aproveitando o campo aberto pela falta de regulação ou regulamentação da prática profissional. Por outro lado, esta expansão encontrou um leito fértil em várias das tendências

do freudismo, como o lacanismo, e se implantou vigorosamente na universidade, principalmente nos departamentos de psicologia. Em 1975, na cidade de Campinas, foi fundado o primeiro grupo lacaniano no Brasil, o Centro de Estudos Freudianos. Seus fundadores são Durval Checchinato, Luís Nogueira, Jacques Laberge e Ivan Corrêa. No Rio de Janeiro, Magno Machado Dias, com Betty Milan, na condição de ex-analisandos de Lacan, fundaram, em 1975, o Colégio Freudiano do Rio de Janeiro, que foi o núcleo inicial de todos os grupos lacanianos formados depois, na cidade, por cisões sucessivas. Em 1995, foi fundada a Escola Brasileira de Psicanálise, em São Paulo e no Rio de Janeiro, vinculada à Association Mondiale de Psychanalyse (AMP) de Jacques-Alain Miller. Estima-se a existência de 4 mil psicanalistas no Brasil, filiados a instituições das mais diversas origens e seguindo, praticamente, todas as linhas teóricas e concepções de desenvolvimento psíquico desenvolvidas a partir das ideias de Sigmund Freud.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICANÁLISE. Rio de Janeiro: Folder Institucional, Edição. ABP, 1998.

NOSEK, L. *et al.* Álbum de família. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

PERESTRELLO, M. “Primeiros encontros com a psicanálise: os precursores no Brasil, 1899-1937”. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, v. 35: 195-208, 1986.

PERESTRELLO, M. Encontros: Psicanálise. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

PERESTRELLO, M. História da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. Dicionário de psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

PSICANÁLISE O termo psicanálise foi introduzido por Freud num texto de 1896, A Hereditariedade e a Etiologia das Neuroses, publicado inicialmente em francês. Podemos, porém, considerar como seu “nascimento” a publicação do livro Interpretação dos sonhos, em 1900, embora a edição já estivesse pronta em 1899. Nas palavras do próprio Sigmund Freud a psicanálise é o nome de (1) um procedimento para a investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo; (2) um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos; e (3) uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas, e que gradualmente se acumula numa nova disciplina científica.

Faz parte da sua pré-história o uso da hipnose e a busca da catarse, que ocorria quando o caminho à consciência se abria e havia uma descarga normal de um afeto reprimido que, até então, estivesse inconsciente. Os estudos de Breuer e

Freud sobre a histeria estabeleciam a origem dos sintomas na dissociação que se instaurava por ocasião de um trauma psíquico, caracterizado como um evento no qual um processo mental com carga emocional intensa era impedido de ser trazido à consciência, fazendo com que o afeto fosse desviado e buscasse outra via de expressão, geralmente motora. A hipnose, ao ampliar a área abrangida pela consciência, possibilitava que o fato rechaçado voltasse a integrá-la, reintegrando-se ao ciclo de pensamentos, com o natural e consequente arrefecimento. Freud, por julgar precários e instáveis os resultados obtidos com o uso da hipnose, buscou uma nova técnica de acesso ao trauma, calcada na sua compreensão de que, psicologicamente, este era afastado da consciência. Essa busca o conduziu à pressão associativa, inicialmente acompanhada da ação de pressionar a testa da paciente, procurando fazer a paciente recordar o que ela vivia como proibido. Havia uma força, nas pacientes, que se opunha ao recordar.

A evolução de sua pesquisa o convenceu de que estimular o paciente para que falasse livremente trazia melhores resultados, pois a natural força do complexo de ideias e afetos que constituíam o trauma faria com que este, com a compreensão e remoção das resistências que impediam o seu acesso à consciência, fosse removido. Este falar livremente, procurando evitar qualquer censura, comunicando o que se passava na consciência, não retendo da comunicação nenhuma ideia, mesmo que sinta ser ela muito desagradável, absurda ou sem importância, é a associação livre, que passou a ser introduzida como regra fundamental. A sua contrapartida é a atenção flutuante. Esta faz com que o analista se entregue à sua própria atividade mental inconsciente, evitando, tanto quanto possível, a reflexão e a construção de expectativas conscientes, não tentando fixar particularmente coisa alguma que ouvisse e, por esses meios, apreender o curso do inconsciente do paciente com o seu próprio inconsciente.

Estes novos instrumentos permitem ampliar os conhecimentos e o gradual descolamento da concepção de um conflito entre o esquecer e o recordar, para aquele entre forças instintivas e as que se opõem a elas, as repressoras. O que se torna proeminente é a teoria sexual, com as descobertas sobre a sexualidade infantil, o complexo de Édipo e a transferência – esta caracterizada como uma relação emocional especial que se estabelece entre o paciente e o psicanalista, através de fantasias e conflitos que se repetiam a seu respeito e, às quais, lhe competia a apreensão e interpretação e que se constitui, ao ser revelada para o paciente, no mais poderoso instrumento terapêutico. A essência do tratamento passa a ser o desvendamento da realidade psíquica, o tornar consciente o inconsciente, que se efetiva através das interpretações do analista. Para este desvelamento, um dos acessos privilegiados vem a ser o que Freud chamou a via régia para o inconsciente, ou seja, a interpretação dos sonhos, obtida com a

participação ativa do paciente através das associações que são despertadas, nele, pelo conteúdo manifesto do sonho, que irão permitir o acesso aos conteúdos latentes, inconscientes. Os pilares fundamentais da psicanálise são a suposição de existirem processos mentais inconscientes, o reconhecimento da teoria da resistência e das defesas, a transferência e a relevância da sexualidade e do complexo de Édipo.

Nos dez anos iniciais, a psicanálise teve como único representante seu próprio criador, Sigmund Freud. Nos dez anos seguintes sofreu forte expansão externa, chegando além das fronteiras da Europa, com uma implantação extensa e popular nos EUA. Em 1910, Freud patrocinou a criação da International Psychoanalytical Association (IPA) com os objetivos de integrar as sociedades psicanalíticas então existentes, normatizar a formação de futuros analistas e evitar distorções e descaminhos na psicanálise, com a expansão de sua prática. Esta associação, sediada em Londres, conta atualmente com 10 mil associados espalhados em 33 países; deste total 992 são brasileiros.

As primeiras dissidências no movimento psicanalítico foram as de Alfred Adler e C. G. Jung, em 1911 e 1913, que, por discordâncias com o corpo teórico da psicanálise, deram origem a duas outras escolas fora do campo da psicanálise (psicologia individual e psicologia analítica, respectivamente). As cisões ocorridas nos últimos 50 anos já retratam crises de crescimento e desenvolvimento, com a impossibilidade de a psicanálise e o freudismo serem representados unicamente pela IPA, com seu modelo de formação, apesar de sua legitimidade e poder. Na década de 1950, há a dissidência de Jacques Lacan, a qual se reveste de características especiais, pois ele estabeleceu mudanças nos padrões de formação exigidos pela IPA, que culminaram com sua exclusão; sua postura, a partir deste ponto, foi manter a crítica à IPA, por não considerá-la mais "freudiana". Criou a École Freudienne de Paris (EFP) e, após sua morte, em 1981, têm sido crescentes as divisões e fragmentações dentro dos grupos lacanianos, dando origem a uma miríade de correntes, grupos e tendências. Segundo Roudinesco, o legitimismo lacaniano é encarnado, na França, por Jacques-Alain Miller, executor testamentário e genro de Lacan, além de dirigir a Association Mondiale de Psychanalyse.

Quanto ao psicanalista, Freud inicialmente pensava que bastava interpretar os próprios sonhos para que se estivesse habilitado para exercer o ofício. Logo após, por volta de 1910, ao constatar os descaminhos possíveis, ampliou as exigências e colocou como requisito fundamental o ter sido analisado. Atualmente, dependendo da instituição a que se filie o candidato à analista, as exigências são variadas. No caso das instituições filiadas à International Psychoanalytical Association, no Brasil representadas pela Associação Brasileira

de Psicanálise, esta formação dura, em média, cerca de sete anos e requer análise pessoal, tratamento de dois pacientes supervisionados por analista mais experiente e cursos teóricos abrangendo a obra freudiana e textos de vários de seus seguidores, que constituíram linhas de desenvolvimento consistentes da psicanálise.

Na atualidade, uma das linhas de desenvolvimento mais promissoras caracteriza como essência do tratamento a identificação e o manejo: (1) dos sentimentos do paciente em relação ao analista e ao seu tratamento; (2) dos sentimentos que são despertados no analista por aquele paciente, em cada momento do seu tratamento; e (3) das dificuldades e forças, nos pacientes, que se opõem ao tratamento, que são as ferramentas básicas para sua compreensão e atendimento, capacitando-o a lidar com suas angústias mais profundas e a construir uma vida com menores limitações. O que se busca é o desenvolvimento emocional e o psicanalista se volta para as matrizes, para as emoções, vistas efetivamente como os elos, como a matéria conectiva de que são feitas as relações íntimas humanas.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICANÁLISE. Rio de Janeiro: Folder Institucional, Edição. ABP, 1998.

ETCHEGOYEN, H. Fundamentos da técnica psicanalítica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

FREUD, S. A história do movimento psicanalítico. SE 14:16, 1914.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. Dicionário de psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

PSICOLOGIA Na modernidade do seu advento, a psicologia teve muitas dificuldades para se estabelecer como ciência, dada a amplitude do seu objeto de estudo, o homem. Dizer que a psicologia estuda o homem é traçar uma coincidência absoluta entre ela e as demais ciências humanas, de modo que a sua especificidade não fica assinalada. Na busca de uma definição mais apurada sobre o objeto de investigação da psicologia, estabelece-se que os fenômenos psicológicos seriam seu alvo de preocupação. Os fenômenos psicológicos são os “(...) processos que acontecem em nosso mundo interno e que são construídos durante a nossa vida. São processos contínuos, que nos permitem pensar e sentir o mundo, nos comportarmos das mais diferentes formas, nos adaptarmos à realidade e transformá-la. Esses processos constituem a nossa subjetividade”. (BOCK, 1993, p.23). A concepção de fenômeno psicológico refinou a especificidade do objeto de estudo da psicologia, mas não foi suficiente para unificar as diferentes escolas psicológicas, dado o fato de que a abordagem destes fenômenos depende da concepção de homem adotada por cada uma das

abordagens.
O processo de estabelecimento da psicologia como ciência foi iniciado por Wilhelm Wundt (1832-1926) e sua concepção de paralelismo psicofísico, segundo a qual aos fenômenos orgânicos correspondem fenômenos mentais. O foco de preocupação era a mente ou consciência do indivíduo e para investigá-la fazia-se uso do método da introspeção no qual o experimentador pergunta ao sujeito os caminhos percorridos, no seu interior, por uma estimulação sensorial (uma picada de agulha, por exemplo). Este tipo de investigação atraiu muitos estudiosos e em meados do século XIX podemos situar o estabelecimento de pelo menos três escolas em psicologia: o funcionalismo de William James (1842-1910), o estruturalismo de Edward Titchner (1867-1927) e o associacionismo de Edward L. Thorndike (1874-1949). Em linhas gerais podemos dizer que para a escola funcionalista, genuinamente americana, importa investigar a ação humana e suas causas ("o que fazem os homens" e "por que o fazem"). Tal conhecimento seria obtido via o estudo da consciência, uma vez que o homem faz uso dela para adaptar-se ao meio. O estruturalismo também pesquisou a consciência, ou melhor, os estados elementares da consciência que são as estruturas do sistema nervoso central. Já o associacionismo destacou-se por ter formulado a primeira teoria de aprendizagem em psicologia, segundo a qual a aprendizagem se dá por um processo de associação das ideias (das mais simples às mais complexas). Também devemos a esta escola a formulação da lei do efeito para quem todo o comportamento de um organismo vivo tende a se repetir, se nós o recompensarmos (efeito) assim que ele o emitir. Essa lei influenciou diretamente a psicologia comportamentalista do século XX. Associacionismo, estruturalismo e funcionalismo, representantes do movimento inaugural da psicologia científica no século XIX, deram lugar ao behaviorismo ou teoria S-R (estímulo-resposta), a Gestalt e a psicanálise, consideradas, por autores como Hilton Japiassu (1975, 1983) as três mais importantes abordagens psicológicas no século XX. Desenvolveremos cada uma dessas principais tendências a partir da apresentação de alguns de seus conceitos básicos.
Classicamente, o behaviorismo ficou conhecido pela proposta feita em 1913 pelo americano John B. Watson (1878-1958), para quem a esta área da psicologia cabe o estudo do comportamento observado por dois ou mais observadores. O behaviorismo de Watson apareceu em oposição ao estruturalismo de Titcher, que pautava a investigação da consciência na introspecção. Assumindo uma posição ambientalista, Watson deteve-se no estudo da relação do comportamento com o meio ambiente e estabeleceu a teoria S-R, na qual o estímulo (S) e a resposta (R) são as unidades básicas da descrição e o ponto de partida para uma ciência do comportamento. Na teoria S-R, o homem é estudado como produto do processo

de aprendizagem das associações estabelecidas durante sua vida entre estímulos (do meio) e respostas (manifestações comportamentais).

B. F. Skinner (1904-1990), outro representante significativo do behaviorismo, formulou a análise experimental do comportamento (AEC), que segundo Penna (1982) consiste numa perspectiva científica em torno da previsão e controle do comportamento humano. O principal conceito da AEC é o de comportamento operante, ou seja, todos os movimentos de um organismo que têm um efeito sobre o mundo ou fazem algo ao mundo em redor. O condicionamento do comportamento operante, ou seja, a aprendizagem dos comportamentos e sua manifestação, é propiciado pela ação do organismo sobre o meio e o efeito resultante no sentido de satisfazer-lhe alguma necessidade. Esse tipo de condicionamento está fundamentado na lei do efeito de Thorndike, anteriormente mencionada. Sobressai-se também a noção de reforço que é o responsável pela ação (reincidente) do organismo sobre o meio. Assim, operamos sobre o mundo em função das consequências que nossa ação cria. É justamente em torno da noção de reforço que Skinner formulou sua contribuição mais significativa para o trabalho com o comportamento, a saber, os programas ou esquemas de reforçamento. Graças a eles, a eliminação dos comportamentos indesejados e o fortalecimento daqueles considerados adequados são possíveis.

Outra escola paradigmática da psicologia no século XX é a gestalt ou gestaltismo, teoria elaborada por Max Wertheimer (1880-1943), Wolfgang Kohler (1887-1967) e Kurt Koffka (1886-1941) a partir de 1912 na Europa. A base da teoria repousa nos estudos psicofísicos sobre a relação entre a forma (de figuras, objetos) e sua percepção. A percepção é um dos temas centrais dessa escola, o que torna inevitável o seu confronto com o behaviorismo, pois para a gestalt, entre o estímulo que o meio fornece e a resposta do indivíduo, encontra-se o processo de percepção. Na visão dos gestaltistas, o comportamento deveria ser estudado nos seus aspectos mais globais, levando em consideração as condições que alteram a percepção do estímulo. O behaviorismo, por sua vez, estuda o comportamento pela relação estímulo-resposta desprezando os conteúdos de consciência, dada a dificuldade de controlar suas variáveis. A psicologia da gestalt, também conhecida como escola de Berlim, tem como base de sua teoria a noção de estrutura entendida como conjunto não somativo de partes cujas funções dependem da posição que elas ocupam na própria totalidade. Diretamente vinculada à noção de estrutura temos o equilíbrio, que é a tendência da estrutura. Assim, “(...) no plano perceptivo, uma estrutura será sempre vista em função do modo que melhor permita sua apreensão regularizada e equilibrada” (PENNA, op. cit. p. 166). O conceito de equilíbrio, por sua vez, está intimamente vinculado ao de pregnância ou boa forma. Uma estrutura

pregnante apresenta-se com equilíbrio, simetria, estabilidade e simplicidade. Para os gestaltistas, o comportamento é determinado pela percepção do estímulo e, portanto, estará submetido à lei da boa forma. Dada a negação de sensações prévias à percepção, os gestaltistas concebem o córtex cerebral como um campo atingido pelos estímulos na condição de formas organizadas. Mudanças bruscas em uma estrutura correspondem ao conceito de insight que pode acontecer, por exemplo, quando estamos olhando para uma figura, aparentemente sem sentido, e de repente, sem que tenhamos feito qualquer esforço, a relação figura-fundo elucida-se, há uma compreensão imediata, uma espécie de entendimento interno. É esta relação entre o todo e a parte que especifica a aprendizagem na psicologia da gestalt e a distingue, por exemplo, do associacionismo e do behaviorismo que acreditam no aprendizado por relação entre os objetos mais simples e os mais complexos. Por fim, podemos dizer que a gestalt nega a fragmentação das ações e dos processos humanos e postula a necessidade de compreendermos os indivíduos como totalidades.

A terceira das mais importantes tendências teóricas da psicologia no século XX nasce com o médico vienense Sigmund Freud (1856-1939). Em Penna (1982), encontramos uma conceituação do próprio Freud sobre o que é a psicanálise: “(1) um método de investigação de processos mentais que de outro modo seriam quase inacessíveis; (2) um método baseado nessa investigação para o tratamento de desordens neuróticas; (3) uma série de concepções psicológicas adquiridas por esse meio e que se vão juntando umas às outras para formarem, progressivamente, uma nova disciplina científica.” (p. 85) Trabalhando com uma noção de sujeito como ser alienado de si mesmo, em contraposição à filosofia moderna ocidental pautada na valorização do sujeito consciente, a psicanálise coloca as fantasias, os sonhos, os esquecimentos como problemas científicos e procede à investigação do discurso do inconsciente. Como Freud realiza a descoberta do inconsciente? Quando em seu trabalho terapêutico com os pacientes deixa de direcionar a fala destes e, ao ouvir seus discursos desordenados, observa que muitas vezes eles ficam embaraçados com algumas ideias ou imagens que lhes ocorrem. A esta força psíquica que se opunha a tornar consciente um pensamento Freud denominou resistência. E ao processo psíquico que visa encobrir, fazer desaparecer da consciência uma ideia ou representação insuportável que está na origem do sintoma ele denomina repressão. O lugar destes conteúdos psíquicos é o inconsciente.

A primeira teoria sobre a estrutura do aparelho psíquico data de 1900, e refere-se à existência de três instâncias: o inconsciente, constituído por conteúdos reprimidos, isolados dos sistemas pré-consciente/consciente pela ação de censuras internas; o pré-consciente, onde permanecem conteúdos acessíveis à

consciência; o consciente, que recebe ao mesmo tempo as informações do mundo exterior e as do mundo interno.

Outra descoberta original do pensamento freudiano refere-se à relação entre sexualidade e vida psíquica, uma vez que as experiências de caráter traumático são em sua grande maioria referentes a conflitos de ordem sexual originados na vida infantil. O Dr. Freud acaba por postular a existência da sexualidade infantil, bem como as fases do seu desenvolvimento até a vida adulta: oral, anal, fálica e genital. No decorrer destas fases, vários processos e ocorrências sucedem-se, com destaque para o complexo de Édipo, estruturante da personalidade do indivíduo.

Entre 1920 e 1923, Freud reelabora a teoria do aparelho psíquico e passa a trabalhar com os conceitos de id, ego e superego. O id comporta as pulsões de vida (pulsões sexuais e de autoconservação) e de morte (pulsão agressiva ou destrutiva, dirigida para si ou para o mundo). O ego é o sistema que estabelece o equilíbrio entre as exigências do id, as exigências da realidade e do superego. Está pautado no princípio da realidade. O superego origina-se com o complexo de Édipo via internalização das proibições, dos limites e da autoridade.

Em linhas gerais podemos dizer que a psicologia no século XX esteve marcada por uma efervescência no campo das ideias, tendo em vista a construção das mais diversas teorias sobre os elementos que participam do processo de constituição da subjetividade humana. Seja estudando o comportamento, a percepção ou o inconsciente, o que caracteriza esse momento é o esforço das abordagens em compreender como cada um de nós, perpassados por componentes biológicos e culturais, chegamos a nos constituir como sujeitos.

Referências

BOCK, A M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 1993.

JAPIASSU, Hilton. O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

_____. A psicologia dos psicólogos. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

PENNA, A.G. Introdução à história da psicologia contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

JAILEILA DE ARAÚJO MENEZES

QUATORZE PONTOS DE WILSON Programa de paz proposto pelo Presidente Woodrow Wilson (1856-1924), dos EUA, em 8 de janeiro de 1918. Foi aceito pelo governo alemão, pondo fim à Primeira Guerra Mundial, 1914-1918. Os Quatorze Pontos eram, entre outros, a renúncia à diplomacia secreta; eliminação das barreiras econômicas entre os países; liberdade dos mares; redução geral dos armamentos; solução imparcial das reivindicações coloniais; retirada das tropas alemãs e de seus aliados que invadiram a Rússia; restauração da independência da Bélgica; restituição da Alsácia e da Lorena à França, que seria desocupada pelos alemães; reajustamento das fronteiras italianas; criação de uma Polônia independente, com livre acesso ao mar; desenvolvimento autônomo para as nacionalidades existentes no Império da Áustria-Hungria; a Romênia, o Montenegro e a Sérvia seriam liberadas das forças de ocupação, tendo a Sérvia acesso ao mar; livre navegação pelos Estreitos de Dardanelos e autodeterminação aos povos não turcos do Império Otomano; criação de uma Sociedade das Nações para garantir a independência dos Estados. A maioria dos Quatorze Pontos foi desvirtuada ou não cumprida na Conferência de Paris (1919-1920). A sua formulação contribuiu imensamente para a organização da Liga das Nações (ou Sociedade das Nações), o primeiro esforço concreto para a construção de um organismo internacional de cooperação (e coerção) para garantir a paz internacional. Tais esforços do presidente norte-americano lhe valeram o Prêmio Nobel da Paz de 1919, sem contudo garantir um consenso no interior dos Estados Unidos sobre o tratado de paz ou sobre a criação da Liga das Nações. A política pacifista e cooperativista de Wilson inaugura, na prática, como política pública e direito internacional, o chamado internacionalismo progressista em Relações Internacionais e suas proposições – que foram muito mal recebidas pela França (que queria completa indenização pelas perdas infligidas pela Grande Guerra ao seu território) e por parte da opinião pública britânica (interessada nas indenizações a serem pagas pela Alemanha), não obtiveram apoio durante as negociações do Tratado de Versalhes por parte das nações vencedoras. Também o Congresso Nacional dos Estados Unidos recusaram a proposição de participar de um acordo mundial – a Sociedade das Nações – que poderiam vir a implicar o país na política europeia. Em especial, o Artigo X, da criação da Sociedade das Nações, que estabelecia a possibilidade de declaração de guerra ou de punição militar de uma nação pela Liga, teve uma imensa oposição do Partido Republicano, que temia que sua ratificação

implicasse diminuição, ou mesmo perda, do poder do Congresso Nacional em declarar guerra. A oposição interna americana, a chamada “Paz de Wilson”, foi o último grande movimento popular da política “Isolacionista” norte-americana, superada mais tarde pelas exigências da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria. Assim, com a oposição dos republicanos, dos descendentes de alemães e de irlandeses (contrários à política inglesa), formou-se no interior do Congresso Nacional americano uma poderosa oposição. Durante a campanha para a ratificação do Tratado de Versalhes e da criação da Liga das Nações, Wilson sofreu um colapso físico e não pode mais defender suas ideias. O Tratado e a Liga nunca foram aprovados pelos Estados Unidos. Muitos historiadores, e contemporâneos de Wilson (como Lorde John Keynes), o consideravam mal informado e por demais idealista em relação à política europeia, tendo cometido inúmeros erros na avaliação das relações internacionais da época e na aceitação de demandas de pequenas nacionalidades contra a Alemanha, a Áustria e a Rússia Soviética. Contudo, a aprovação do Tratado de Versalhes, no seu formato final de 1919, e em especial a cláusula da culpabilidade única da Alemanha na irrupção da Grande Guerra, bem como arranjos de fronteira e de reassentamento de populações (como nas fronteiras da Alemanha com a Polônia, a Tchecoslováquia e a França) originaram um amargo ressentimento na Alemanha contra do “Diktat” de Versalhes (no sentido de uma imposição e não uma negociação entre nações livres e soberanas) e foi, assim, um dos elementos centrais na propaganda nazista e nas reinvindicações de Hitler, que acabam por levar às origens da Segunda Guerra Mundial.

Na sua integralidade os “Quatorze Pontos da Paz de Wilson” deveriam estabelecer:

1. Inaugurar pactos de paz, depois dos quais não deverá haver acordos diplomáticos secretos, mas sim diplomacia franca e sob os olhos públicos.
2. Liberdade absoluta de navegação nos mares e águas fora do território nacional, tanto na paz quanto na guerra, com exceção dos mares fechados completamente ou em parte por ação internacional em cumprimento de pactos internacionais.
3. Abolição, na medida do possível, de todas as barreiras econômicas entre os países e o estabelecimento de uma igualdade das condições de comércio entre todas as nações que consentem com a paz e com a associação multilateral.
4. Garantias adequadas da redução dos armamentos nacionais até o menor nível necessário para garantir a segurança nacional.
5. Reajuste livre, aberto e absolutamente imparcial da política colonialista, baseado na observação estrita do princípio de que a soberania dos interesses das populações colonizadas deve ter o mesmo peso dos pedidos equiparáveis das

nações colonizadoras.
6. Retirada dos Exércitos do território russo e solução de todas as questões envolvendo a Rússia, visando assegurar melhor cooperação com outras nações do mundo. O tratamento dispensado à Rússia por suas nações irmãs será o teste de sua boa vontade, da compreensão de suas necessidades como distintas de seus próprios interesses e de sua simpatia inteligente e altruísta.
7. Bélgica, o mundo inteiro concordará, precisa ser restaurada, sem qualquer tentativa de limitar sua soberania a qual ela tem direito assim como as outras nações livres.
8. Todo território francês deve ser libertado e as partes invadidas restauradas. O mal feito à França pela Prússia, em 1871, na questão da Alsácia e Lorena, deve ser desfeito para que a paz possa ser garantida mais uma vez, no interesse de todos.
9. Reajuste das fronteiras italianas, respeitando linhas reconhecidas de nacionalidade.
10. Reconhecimento do direito ao desenvolvimento autônomo dos povos da Áustria-Hungria, cujo lugar entre as nações queremos ver assegurado e salvaguardado;
11. Retirada das tropas estrangeiras da Romênia, da Sérvia e de Montenegro, restauração dos territórios invadidos e o direito de acesso ao mar para a Sérvia.
12. Reconhecimento da autonomia da parte da Turquia dentro do Império Otomano e a abertura permanente do estreito de Dardanelos como passagem livre aos navios e ao comércio de todas as nações, sob garantias internacionais.
13. Independência da Polônia, incluindo os territórios habitados por população polonesa, que devem ter acesso seguro e livre ao mar.
14. Criação de uma associação geral sob pactos específicos para o propósito de fornecer garantias mútuas de independência política e integridade territorial dos grandes e pequenos Estados.

Referências

DROZ, Jacques. Histoire Diplomatique de 1648 a 1919. Paris: Librairie Dalloz, 1959.
Gerstle, Gary (2008). John Milton Cooper Jr. (ed.) Reconsidering Woodrow Wilson: Progressivism, Internationalism, War, and Peace. Washington D.C.: Woodrow Wilson International Center For Scholars. p. 93–94.
MELLO, Rubens Ferreira de. Textos de Direito Internacional e de História diplomática de 1815 a 1949. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco, 1950.

RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO

QUESTÃO DO ORIENTE Construído entre os séculos XIV e XVI através de

inúmeras conquistas territoriais numa área que chegou a se estender da Hungria ao Golfo Pérsico, do Danúbio ao Saara e do Maghreb ao Cáucaso, o Império Otomano começou a perder, a partir de meados do século XVIII, sua capacidade de agir como potência, experimentando crescentes dificuldades para resistir às investidas de Estados vizinhos e controlar as rebeliões coloniais. Na ótica dos diplomatas europeus, o longo declínio daquele que chamavam de Grande Turco e as rivalidades entre as potências pelo controle de partes de seu território, até sua dissolução entre 1918 e 1923, constituiu a Questão do Oriente. Essa expressão foi usada pela primeira vez no Congresso de Verona (1822), quando a Quádrupla Aliança (Áustria, Inglaterra, Prússia e Rússia) se reuniu para discutir, dentre outros pontos, os destinos do sultanato frente às revoltas pela independência na Sérvia (1804-1813) e na Grécia (1821) e à ameaça de guerra com a Rússia. Porém, foi somente na segunda metade do século XIX, quando aumentou a presença das potências europeias no espaço turco e ampliaram-se as lutas nacionais nos Bálcãs, que o termo se tornou um chavão na imprensa, nos livros de referência e até em obras literárias, transformando-se, em seguida, em conceito da história diplomática.

Periodizações. A determinação dos marcos temporais depende de uma definição prévia do significado da questão, algo que nunca foi consenso. Alguns, pautados pela ênfase na decadência militar turca, veem suas primeiras manifestações no assédio malsucedido a Viena (1529), na Batalha de Lepanto (1571), na retirada da Pérsia (1607), na tomada do porto de Azov (Mar Negro) pelos cossacos do Don (1637) ou no segundo fracasso diante de Viena (1683). Outros, valorizando a ação europeia, tomam a expedição napoleônica ao Egito (1798) como ponto de partida. A maioria, porém, data seu começo nos séculos XVII e XVIII, quando perdas territoriais otomanas foram consagradas em tratados firmados com o Império Russo e o Império Habsburgo. A dúvida está em qual tratado privilegiar: aquele de Sitvatorok (1606) estabelecia limites entre o Império Turco e o Sacro Império Romano-Germânico, e foi a primeira vez que Istambul assinou um acordo em pé de igualdade, chamando o monarca Habsburgo de sultão na versão em turco do documento; aquele de Karlowitz (1699), mediado por Inglaterra e Holanda, transferiu parte da Hungria para a Áustria, o porto de Azov para a Rússia, parte da Ucrânia para a Polônia e a Moreia para Veneza – trata-se do primeiro grande recuo turco –; com o Tratado de Passarowitz (1718), o sultanato cedeu o resto da Hungria e partes da Sérvia para a Áustria, mas recuperou a Moreia; o Tratado de Kutchuk-Kainardji (1774) permitiu a navegação russa no Mar Negro e nos Estreitos de Bósforo e Dardanelos, além de ter dado ao czar o direito de proteger os súditos e os lugares cristãos do Império Turco; o Tratado de Jassy (1792), assinado após a anexação da Crimeia (1783), acatou o domínio

russo do norte do Mar Negro. Esses dois últimos levaram os diplomatas e a maioria dos historiadores a considerarem 1774 como o início efetivo do problema, dando ênfase à questão dos estreitos.

Escopo Geográfico. Durante o século XIX, dependendo de cada potência, ora trabalhava-se com todo o espaço turco (na Europa, Ásia e África), acentuando uma ou outra parte, ora apenas com os Bálcãs. Para as elites ocidentais, sobretudo a britânica, preocupada com o acesso a seus domínios na Índia, a Rússia era a grande vilã, pois seria obstinadamente expansionista desde o século XVIII. Vicejava na Europa a ideia de que os conflitos nos Bálcãs e no levante eram incentivados por conspiradores czaristas. Entre a Guerra da Criméia (1853-6), as revoltas balcânicas (1875-77) e a Guerra Russo-Turca (1877-8), ficou claro que o Império Turco, incapaz de se defender em virtude de profundas crises internas, virara um gigantesco butim. O Congresso de Berlim (1878), convocado para estabelecer uma paz duradoura entre russos e otomanos, retalhou a Turquia da Europa. Bulgária, Sérvia, Montenegro e Romênia mantiveram-se independentes. Boa parte do Cáucaso e da Bessarábia passou para a Rússia. A Bósnia e a Herzegovina passaram para a Áustria, motivando três meses de uma revolta eslava, reprimida por Viena com um exército de 200 mil homens. A Inglaterra assenhoreou-se de Chipre, ilha estratégica para a defesa do Canal de Suez e dos estreitos. A França, derrotada há pouco pela Alemanha, agarrou-se a seus objetivos no levante (alegando proteger os cristãos) e na África do Norte. Logo depois, os britânicos – tidos como os maiores defensores do sultanato e principais responsáveis pela saúde de suas finanças – tomaram o Egito (1882). No começo do século XX, Istambul já não controlava nenhuma área europeia de maioria cristã, mas conservava o domínio formal da Anatólia, do levante e da Mesopotâmia. Agora, o Ocidente temia que os Bálcãs fossem conquistados pela Rússia.

Desdobramentos. A ação cada vez mais ampla das potências imperialistas em seus espaços e a derrota na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) selaram o destino do Grande Turco. Entre os Congressos de Versalhes (1918) e de Lausanne (1923), seus domínios asiáticos foram retalhados. A Península Arábica passou ao controle da elite saudita. As demais regiões foram submetidas ao sistema de mandatos da Liga das Nações, instituto que assegurou a presença neocolonial de burocratas e empresários europeus no levante (França e Inglaterra) e na Mesopotâmia (Inglaterra). O nascimento da república turca (1923) assinalou o fim da Questão do Oriente tal como foi discutida no século XIX. Contudo, o termo continuou em uso, exprimindo percepções de política mundial de diplomatas e intelectuais das grandes potências. Na década de 1930, o termo passou a enquadrar os problemas do Oriente Médio, a ação italiana na

Etiópia e na Líbia, as revoltas na Síria e na Mesopotâmia, ou mesmo para caracterizar os resultados do expansionismo nipônico no Sudeste Asiático. Para este último caso, alguns passaram a falar em “questão do Extremo-Oriente”, outros em “nova questão do Oriente”. Seja como for, também agora as periodizações eram variadas. Ora o marco inicial remontava a Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), ora a Guerra Russo-Nipônica (1904-1905), ora a ocupação da Manchúria pelo Japão (1931-1932). A derrota do Império do Sol Nascente na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) marcou-lhe o ponto final. Nas décadas de 1950 e 1960, a ascensão da China, as lutas anticoloniais e o avanço do “terceiro-mundismo” na Ásia motivaram a retomada do termo, cujo emprego chegou ao auge durante a Guerra do Vietnã. No último terço do século XX, jornalistas e diplomatas voltaram a usá-lo de modo cada vez mais impreciso para tratar dos desafios do Japão e dos Tigres Asiáticos à hegemonia política e econômica das potências da OTAN no processo de globalização. Em suma, de tão batido, o termo perdeu qualquer consistência conceitual, pouco servindo ao vocabulário da história das relações internacionais.

Comentários Historiográficos. No século XIX, escritores e políticos de vários países elaboraram um objeto de reflexão e ação que chamaram de Questão do Oriente. Os historiadores de um modo geral aceitaram aquelas formulações. Não discutiram sua essência etnocêntrica (a convicção de que a Europa devia resolver os problemas do Oriente, embora boa parte deles só tivesse sentido do ponto de vista ocidental) e teleológica (a crença na decadência inexorável do Império Turco), não dando muita atenção às polêmicas que marcaram sua construção. Ainda hoje, o modo usual de expor o assunto denota essa herança. Para uns, a questão se expressou em “reaberturas” periódicas. Para outros, implicou “diversas tentativas de solução” pelos europeus. Além disso, ao especificar metas permanentes de cada Estado, muitos historiadores reforçaram estereótipos nacionais forjados nos conflitos interimperialistas e nas lutas de libertação colonial. Assim, a célebre frase do Czar Nicolau II (1868-1918), chamando o Império Turco de “o homem doente da Europa”, foi cristalizada como diagnóstico indiscutível. A Rússia foi considerada intrinsecamente expansionista, e a Áustria como um bastião de proteção da Europa contra o afã conquistador do czarismo. A França, em que pesem suas ações imperialistas, foi tida como a grande protetora dos cristãos orientais e a Grã-Bretanha, velha rival de russos e franceses, como a mais empenhada em evitar a dissolução do Império Otomano. A partir da década de 1970, a análise crítica do orientalismo permitiu uma apreciação mais circunstanciada do tema. A ideia-chave de que, desde o século XVIII, o Império Turco entrou em “grave crise interna” porque foi incapaz de responder aos “desafios da modernidade ocidental” (Catherine

Jaouen), isto é, por não saber resistir aos ideais da Revolução Francesa e ao avanço das aspirações nacionalistas, teve seu viés etnocêntrico e evolucionista desmascarado. Ela despreza as razões específicas da revolta dos povos coloniais, vistos como marionetes dos europeus, e supõe que o concerto de Estados Nacionais é a consagração da história da humanidade. Por outro lado, há historiadores que, opondo-se à opinião secular dos europeus, veem no multiculturalismo – desigual, é verdade – otomano um modelo de gestão de relações étnico-nacionais que deveria ser imediatamente reavaliado. Seja como for, a análise da fórmula Questão do Oriente ensina muito mais sobre as percepções ocidentais do que sobre a história dos povos asiáticos.

Referências

DOLLOT, Louis. Histoire Diplomatique. Paris: PUF, 1961.
LEWIS, Bernard. O Oriente Médio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
MacFIE, A.L. The Eastern Question, 1774-1923. Londres: Longman, 1996.
MANTRAN, Robert. “Question d’Orient”. In: Encyclopaedia Universalis, v. 12. Paris: 1968. p. 221-226.

JOSÉ HENRIQUE ROLLO GONÇALVES

QUESTÃO DOS ESTREITOS Em quase todos os mares encontram-se estreitos de grande importância militar e comercial. Alguns, contudo, são particularmente notáveis, porque não podem ser evitados no trânsito de um mar a outro ou de uma parte a outra do mesmo mar. Neste caso, estão aqueles de Kersch (Azov), Gibraltar (Mediterrâneo), Otranto (Adriático), Sund, Grande Belt e Pequeno Belt (Báltico), Bab-el-Mandeb (Vermelho), Ormuz (Golfo Pérsico), Dardanelos e Bósforo (Negro). Entre meados dos séculos XVIII e XX, as contendas entre os Estados pelo controle desses espaços levaram à progressiva construção de um conjunto de normas internacionais para disciplinar as condições de acesso e uso de suas águas e margens. No entanto, apesar da variedade das querelas jurídicas e das guerras, a historiografia diplomática reservou o uso da expressão questão dos estreitos para demarcar, especificamente, a longa disputa travada pelas potências europeias em torno do domínio de Bósforo e Dardanelos entre 1774 e 1936, ou seja, entre o Tratado de Kutchuk-Kainarjdi (assinado pela Rússia e a Turquia) e a Convenção de Montreaux sobre os Direitos do Mar. Esses marcos temporais valorizam apenas os aspectos jurídicos do tema. Por isso, podem dar a entender, equivocadamente, que não houve nenhum problema antes de 1774 ou que as decisões de Montreaux foram acatadas por todos os Estados, encerrando as divergências. Todavia, longe de acabar, a disputa pelos estreitos da Turquia foi acentuada devido ao crescente papel do Oriente Médio nos conflitos internacionais, à

projeção mundial da URSS, à ascensão dos fascismos, à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), aos processos de descolonização e à Guerra Fria, desdobrando-se em vários aspectos marcantes até o final do século XX.

O valor estratégico dos estreitos turcos que separam a Europa da Ásia Menor remonta à Antiguidade. No entanto, a formulação da questão dos estreitos remonta às ideias que as elites dirigentes da Europa Ocidental desenvolveram sobre o declínio do Império Otomano e o avanço territorial do Estado russo a partir do reinado (1762-1796) de Catarina II. De acordo com a ótica historiográfica predominante – que reitera as percepções tradicionais das chancelarias ocidentais –, duas chaves mestras explicariam o vigoroso expansionismo russo na região: (1) o projeto czarista de apoderar-se de Constantinopla, a "segunda Roma", de acordo com a Igreja Ortodoxa; (2) a necessidade de alcançar mares de águas quentes para ampliar sua presença militar, o comércio e a pesca. Este segundo motivo teria um similar nos estreitos da Dinamarca, onde a Rússia também queria livre passagem para seus barcos. O Tratado de Kutchuk-Kainarjdi (22/7/1774) definiu, pela primeira vez, condições para a presença russa no Mar Negro e para a navegação nos estreitos turcos. Segundo seus termos, barcos russos poderiam singrar livremente o Mar Negro e, sendo mercantes, passar ao Mediterrâneo. Entretanto, um acordo bilateral assinado entre casas dinásticas não seria suficiente para selar a guerra, pois não seria aceito sem contestação pelas outras potências europeias igualmente em expansão imperial.

Em 1807, barcos militares britânicos, desafiando as proibições, penetraram em Dardanelos, mas foram repelidos pelos otomanos, que contaram com ajuda francesa. Em 1809, a Inglaterra – cada vez mais preocupada com a segurança de seus domínios na Índia – aproveitou o clima de tensão entre os turcos e a Rússia, conseguindo arrancar de Istambul uma proibição generalizada do uso dos estreitos por barcos estrangeiros. Contudo, São Petersburgo obteve dois êxitos diplomáticos: com o Acordo de Adrianópolis (1829), conseguiu a abertura dos estreitos para os Estados em paz com Istambul; com o Tratado de Unkiar-Skelessi (1833), conseguiu que fossem vedados aos países de fora do Mar Negro, dando em troca apoio ao sultão contra as tropas egípcias de Mehemet Ali. As pressões europeias, em particular da Inglaterra, levaram os otomanos a participar de uma Convenção dos Estreitos em Londres (1841). Dela resultou um acordo multilateral entre a Turquia, a Grã-Bretanha, a França, a Prússia, a Rússia e a Áustria, determinando que Bósforo e Dardanelos fossem fechados em tempos de paz aos navios de guerra, tendo os mercantes passagem livre. Outra cláusula que efetivamente internacionalizou a questão estabelecia que qualquer mudança devia ser realizada por uma conferência europeia e não mais por acordos

isolados ou por decisão exclusiva do governo otomano. A Conferência de Paris, convocada no fim da Guerra da Criméia (1856), determinou a livre navegação no Danúbio e proibiu fortificações nas margens do Mar Negro. Isso não só dificultava a ação militar russa, mas também enfraquecia a capacidade defensiva dos turcos, tornando-os cada vez mais dependentes da ajuda dos Estados ocidentais. Quanto aos estreitos, foram renovados em linhas gerais os termos da Convenção de Londres.

A criação de um regime dos estreitos não representou o fim das opções militares. A região foi foco de grande tensão durante a Guerra Russo-Turca de 1877-1878. Em 1895-1896, os russos teriam cogitado implementar um plano de Nelidov (embaixador russo na Turquia) para tomar o Bósforo, mas abandonaram a ideia, temendo represálias inglesas. Durante a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), quando barcos estacionados no Mar Negro não puderam sair para auxiliar a frota de Vladivostok, a questão foi novamente discutida. Daí que, na Conferência de Buchlau (1908), ao aceitar que a Áustria anexasse a Bósnia-Herzegovina, a diplomacia do czar pediu em troca o apoio de Viena para a proposta de que suas embarcações de guerra pudessem cruzar os estreitos. As demais potências, no entanto, não concordaram com essa ideia. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o peso estratégico da área chegou ao auge. Em agosto de 1914, ferindo as decisões de 1841 e 1856, dois cruzadores alemães, com autorização da Turquia, refugiaram-se em suas águas.

Entre 19 de fevereiro de 1915 e 9 de janeiro de 1916, oficiais britânicos, tropas da Commonwealth e das colônias francesas na África moveram por mar e por terra a malograda Campanha de Gallipoli, tentando chegar a Istambul, assenhorear-se dos estreitos, garantir o abastecimento da Rússia e forçar os Estados neutros dos Bálcãs a se posicionarem ao lado dos Aliados. Com ajuda alemã, os turcos rechaçaram as várias tentativas de desembarque. Por outro lado, em 1915, tanto os alemães quanto os Aliados tentaram explorar as velhas ambições da Rússia na região. Os primeiros propuseram-lhe Istambul e os estreitos em troca da paz. Os britânicos e os franceses teriam sugerido algo parecido, mas com o objetivo de manter os russos na guerra a seu lado. O conteúdo preciso dessas promessas e a disposição de cumpri-las são matérias para especulações, pois o fato é que essa possível guinada de 180 graus na política externa inglesa, obcecada há mais de um século com o imperialismo russo, não se consumou. De resto, no final de 1917, retirando-se da guerra, os bolcheviques denunciaram os acordos secretos do regime czarista. Terminada a Grande Guerra, as elites europeias passaram a formular a questão a partir da convicção de que haveria continuidade entre os motivos expansionistas do império czarista e a logística militar da República Russa, mesmo que as notícias

vindas de lá sugerissem que as políticas externas elaboradas no segredo dos gabinetes e as ambições imperiais fossem vistas pelos novos dirigentes e pelas massas como típicas de uma época que deveria ser superada radicalmente. Tais elites também achavam que o Império Turco decadente era incapaz de se defender das ameaças russas e de evitar, com suas próprias forças, sua desintegração.

No âmbito do Direito Internacional, as decisões da Convenção de Londres valeram até agosto de 1920, quando o Tratado de Sèvres, imposto aos turcos por seus vencedores, pôs os estreitos sob a autoridade da Liga das Nações, que permitiu a passagem livre de qualquer tipo de navio. Os nacionalistas turcos, porém, rejeitaram firmemente os termos do acordo. Três anos depois, alguns meses antes de proclamarem a República (29 de outubro de 1923), nos debates que antecederam a assinatura do Tratado de Lausanne (24 de julho de 1923), que substituiu o de Sèvres, eles sustentaram que os estreitos deviam ser fechados a todos os navios de guerra, menos aos seus. No entanto, essa posição desagradava a URSS – que preferia tratar do problema tendo por eixo os direitos dos países ribeirinhos do Mar Negro – e contrariava a Grã-Bretanha, que defendia a livre passagem para todos os tipos de barcos, exceção feita àqueles dos países em eventual guerra com a Turquia. Na época, especulou-se que os ingleses queriam tão somente garantir o acesso aos portos do Cáucaso, especialmente Batum (Geórgia), por onde era escoado o petróleo explorado em Baku (Azerbaijão). Sem desdenhar dessa questão, a historiografia contemporânea atentou para a grande dimensão geográfica das ações britânicas, já que o Mar Negro era uma das vias para a Índia, a Mesopotâmia e a Pérsia, zonas de influência de Londres. Ficou estabelecido que navios mercantes poderiam passar à vontade, mas as embarcações militares – que não poderiam cruzá-los em tempos de guerra – ficavam limitadas a um máximo de 10 mil toneladas, exceção feita aos turcos. Nessa ocasião, foi criada uma Comissão Internacional dos Estreitos, composta por Turquia (que detinha a presidência), França, Grã-Bretanha, Itália, Japão, Bulgária, Grécia e Romênia, para administrá-los em nome da Liga das Nações. Os soviéticos foram excluídos pelos aliados das demais discussões feitas em Lausanne e, por isso, não firmaram inicialmente o tratado, alegando que suas margens no Mar Negro ficavam desprotegidas. Contudo, assinaram o tratado em Constantinopla (1º de agosto de 1923) por entenderem que, do ponto de vista diplomático, significaria um reconhecimento de jure da URSS (fundada em 30 de dezembro de 1922) pelas demais potências. Internamente, a URSS não ratificou o tratado e, a partir de 1924, também contestou a passagem nos estreitos dinamarqueses de barcos militares de países de fora do Báltico.

As relações entre Istambul/Ankara (capital depois de 14 de outubro de 1923) e

Moscou nas décadas de 1920 e 1930 foram tensas, mas jamais rompidas. Pelo tratado de amizade de 16 de maio de 1921, partes da Anatólia foram cedidas aos turcos. Os dois países também se comprometeram a não intervir em questões internas recíprocas. Em 13 outubro de 1921, a Turquia reconheceu a República Soviética da Armênia. Em dezembro de 1921, Mikhail Fronze, uma alta patente do Exército Vermelho, visitou Ankara, onde declarou ao líder nacionalista Mustafá Kemal (1881-1938): "As vozes que, no passado, impulsionaram nossos povos para a conquista de Constantinopla, dos estreitos e da Anatólia foram silenciadas para sempre" (cf. MIQUEL). Em 17 de dezembro de 1925, um novo tratado (reforçado em 17 de dezembro de 1929) falou de colaboração política e econômica. Ele foi negociado no auge do contencioso em que, por decisão da Liga das Nações, a região de Mossul, rica em lençóis petrolíferos, reivindicada pela Turquia, passou ao pleno domínio do Iraque (16 de dezembro de 1925). Essas promessas de cooperação não eram suficientes para criar uma parceria diplomática. Ademais, enquanto endossava o pedido turco de uma revisão do Tratado de Lausanne, a URSS ampliava suas instalações militares no Mar Negro, o que reproduzia as velhas desconfianças. A atitude turca diante da URSS era, em diversos aspectos, bastante ambígua. Desde sua implantação, o regime kemalista dera constantes provas de fidelidade aos ideais contrarrevolucionários europeus, perseguindo os comunistas do país. Entre fevereiro de 1929 e novembro de 1932, deu asilo a Leon Trotsky (1879-1940), que ficou no arquipélago dos príncipes, no Mar de Mármara, o que não deixava de ser um desafio aberto a Moscou. No entanto, Ankara mantinha sempre aberto um canal de negociações com a URSS, aproximando-se dela para reduzir o avanço das potências no Oriente Médio. Tudo isso confundia as chancelarias ocidentais, que tentavam fazer da República Turca um bastião médio-oriental contra o bolchevismo, mas não podiam esperar que ela – modernizadora (isto é, europeizadora) em matéria de economia, costumes e leis – aderisse aos interesses dos mesmos Estados que pouco tempo antes lhe haviam infligido tratados humilhantes e apoiado (1920-1922) a proposta da Grécia de encampar vastas áreas da Anatólia.

Em 11 de abril de 1936, diante das conquistas italianas na Etiópia, a Turquia pediu aos signatários do Tratado de Lausanne que lhe autorizassem a fortificar os estreitos. Alarmadas com a remilitarização da Alemanha e temendo que o governo de Mustafá Kemal se aproximasse dos nazistas, a Grã-Bretanha e a França, que firmaram em maio de 1935 um pacto de assistência mútua com a URSS, admitiram apoiar algumas das reclamações soviéticas e rever cláusulas do tratado, como queria o governo turco. Em 22/6/1936, foi aberta em Montreaux (França), sob os auspícios da Liga das Nações, uma conferência para

discutir problemas dos mares e estabelecer um novo regime de estreitos. Durante os debates, a Turquia demandou o controle dos estreitos, considerados essenciais para sua segurança nacional. Para a URSS, o Mar Negro exigia um regime especial, que contemplasse os interesses específicos dos Estados ribeirinhos. Para a Grã-Bretanha, sendo os estreitos parte do alto-mar, estavam sujeitos às regras definidas para os demais mares e oceanos, que garantiam direitos e deveres iguais para todos os Estados no tocante à navegação. Quanto ao tamanho das frotas que podiam navegar no Mar Negro, os britânicos achavam que devia ser proporcional ao tamanho dos litorais de cada Estado. A Convenção dos Direitos do Mar (20 de julho de 1936), assinada sem a presença italiana, transferiu o domínio dos estreitos para o Estado turco, abolindo a Comissão Internacional. Foi decidido que navios de guerra só poderiam entrar depois de pedirem autorização (com antecedência de 8 a 15 dias) à Turquia, podendo permanecer até 21 dias no Mar Negro (caso não fossem dos países ribeirinhos). As embarcações deveriam ter no máximo dez toneladas, canhões que não ultrapassassem oito polegadas e frotas que não podiam passar de nove barcos. Em tempos de paz, os navios mercantes, desde que não fossem barrados pelas estações sanitárias nas entradas, deviam “gozar de completa liberdade de trânsito e navegação nos estreitos, de dia ou de noite, sob qualquer bandeira e com qualquer tipo de carga, sem qualquer formalidade” (apud OSMANCZYK). As decisões da Conferência de Montreaux, superando a época dos tratados parciais, definiram patamares de discussão em âmbito planetário, permitindo que a opção pela solução militar cedesse lugar à negociação diplomática. Elas ainda são as principais normas referentes ao assunto.

A permissão dada a Ankara para militarizar os estreitos “foi o sinal anunciador da passagem da Turquia ao campo ocidental contra a URSS” (cf. YERASIMOS). Esta não aceitou as condições estabelecidas pelas grandes potências em Montreaux, porém seus conflitos internos e os anos de guerra contra o Eixo forçaram-na a reduzir suas pressões por mudanças. Já Ankara, mesmo mantendo-se fora da Segunda Guerra Mundial, firmou tratados de amizade e cooperação com a França e a Inglaterra (em 23 de junho de 1939 e 19 de outubro de 1939), garantindo sua proteção militar e obtendo da primeira a região de Alexandreta, disputada com a Síria. Nessa mesma época, Stalin (1879-1953) e Molotov (1890-1986), ainda sob os efeitos de concordância do Pacto Germano-Soviético (23 de agosto de 1939), propuseram à Turquia modificações no estatuto dos estreitos e sugeriram que eles fossem fechados aos navios aliados. Os turcos não aceitaram, mas cerraram o Dardanelos, como previsto em Montreaux, embora tenham surgido denúncias em 1944 de que barcos alemães cruzaram do Mar Negro ao Egeu. Em 22 de fevereiro de 1945, depois de saber

que somente os países beligerantes seriam convidados a participar da Conferência de São Francisco, marcada para o término das hostilidades, o Presidente Ismet Inönü (1884-1973) declarou guerra à Alemanha, e os navios aliados puderam atravessar os estreitos para abastecer a URSS. Um pouco antes, na Conferência de Yalta (4-11/2/1945), Stalin retomara as antigas reivindicações, alegando que o controle dos estreitos deixava a Turquia "com as mãos na garganta da Rússia" (cf. ARMS). Churchill (1874-1965) e Roosevelt (1882-1945) concordaram em discutir a questão, sem considerar a posição de Ankara, que não queria negociar tamanho trunfo estratégico.

Os fatos subsequentes estiveram intimamente relacionados com os processos globais que desencadearam a Guerra Fria. No que tange à Turquia, que não dera apoio explícito nem ao Eixo nem aos Aliados, as similaridades entre seu regime autoritário e alguns aspectos do fascismo na Itália eram notórias. O Partido Popular Republicano, fundado por Mustafá Kemal, único em atividade entre 1931 e 1945, falava em colaboração entre as classes nos quadros de uma organização sociopolítica de tipo corporativista, voltada para a acelerada modernização do país. Seus líderes eram os próprios governantes. A derrota dos fascistas e o relacionamento cada vez maior com os Aliados encorajaram os liberais turcos e alguns dissidentes do regime – contrários ao excessivo dirigismo estatal da economia e defensores da democracia nos moldes europeus – a fundar o Partido Democrático em 7 de janeiro de 1946. Desta data até março de 1950, quando as urnas puseram os democratas no poder, os dois grupos buscaram barganhar com as potências ocidentais ajuda militar e econômica tanto para manter os soviéticos afastados quanto para evitar que o país caísse em uma forte instabilidade político-institucional. Nesse período, a Turquia estava cercada por diversos conflitos. Na Grécia, estourara a guerra civil, vista em parte como resultado da ação dos comunistas na região. Em 1945, surgira no Azerbaijão iraniano uma república pró-soviética. Também no Irã nascera a República Curda de Mahabad com apoio da URSS. Duramente combatidas por Teerã, desapareceram em dezembro de 1946, mas deixaram o governo turco temendo que processos similares ocorressem em seu território. Por outro lado, a guerra mostrara de uma vez por todas o quanto era fundamental controlar a produção e a distribuição do petróleo, o que levava o Oriente Médio ao centro das considerações geopolíticas que comandavam a reordenação da política mundial.

Independentemente das reais intenções de Moscou, suas vitórias contra os nazistas e a ocupação de quase toda a Europa Oriental por suas tropas soviéticas reforçaram a percepção, que logo se tornou dominante entre as elites dirigentes ocidentais, de que a URSS herdara o afã imperialista da Velha Rússia e estava buscando consolidar um entorno de países títeres para se proteger. Em março de

1945, o chanceler Molotov denunciou o tratado de amizade russo-turca (1925), que devia expirar em novembro. Em junho, demandou a revisão das fronteiras, exigindo os distritos armênios de Kars e Ardahan, cedidos à Turquia pelo Tratado de 1921. Em agosto, durante a Conferência de Potsdam, Stalin obteve da Grã-Bretanha e dos EUA a promessa de que o regime dos estreitos seria revisto, mas sua ideia de que isso deveria ser feito apenas pelos países ribeirinhos do Mar Negro não contou nem com a simpatia das potências nem com a dos turcos. Na realidade, considerando que a Turquia, apesar de neutra, vendeu cromo aos nazistas durante a guerra e evitara qualquer contato com Moscou, e que os governos da Bulgária e da Romênia haviam apoiado a ofensiva alemã contra a URSS, era muito pouco plausível uma iniciativa conjunta dos Estados do Mar Negro. Em Potsdam, a Grã-Bretanha e os EUA recusaram a proposta soviética de instalar uma base militar para guarnecer Dardanelos, em Dedeagatch (Alexandrópolis), na Grécia, sustentando que a defesa dos estreitos cabia à Turquia. Caso esta não pudesse, devia recorrer ao Conselho de Segurança da ONU, formado em 26 de julho de 1945. Em 2 de novembro de 1945, o presidente norte-americano Harry Truman (1884-1972) sugeriu, apoiado por Londres, acesso ilimitado aos estreitos pelos países do Mar Negro. Mas Ankara desconsiderou a questão, dizendo que isso faria a URSS se tornar uma potência também no Mediterrâneo. A postergação da discussão do problema deixou no ar a possibilidade de uma solução militar para o impasse.

Em fevereiro de 1946, o governo da Grã-Bretanha, que tinha centenas de tropas no Oriente Médio, falou de suas obrigações com a defesa da Turquia. Em junho, os EUA enviaram a Istambul uma pequena frota militar, iniciativa vista pela URSS como um ato de provocação. Em 7 de agosto de 1946, Moscou enviou nota a Ankara propondo a revisão da Convenção de 1936 e a defesa conjunta dos estreitos. Em 19 de agosto, antes da resposta turca, os EUA comunicaram sua discordância. Três dias depois, dizendo não querer a presença de tropas soviéticas em seu território, a Turquia rejeitou a nota. Em troca, Washington, Londres e Ankara propuseram (9 de outubro de 1946) uma nova conferência para os estreitos, mas a ideia foi desqualificada poucos dias depois pelo próprio governo de Ismet Inönü. A tensão se acentuou no começo de 1947. A URSS deslocou tropas para a fronteira turca, ao mesmo tempo em que a Grã-Bretanha retirava soldados e equipamentos da Grécia e da Palestina, incendiada pelos conflitos entre árabes e judeus nos anos que antecederam a criação do Estado de Israel. Esses episódios aumentaram o temor de uma iminente intervenção soviética numa região considerada desprotegida e serviram de pretexto para o envio de tropas dos EUA aos estreitos. Em 12 de março de 1947, Truman declarou ao Congresso norte-americano que era hora de combater o “terror e a

opressão” que se tentava impor aos “povos livres por agressão direta ou indireta”, perturbando a paz mundial e ameaçando a segurança dos EUA. Os norte-americanos, que se mantiveram relativamente distantes do Mediterrâneo oriental até um passado recente, deviam, segundo ele, substituir a Grã-Bretanha, que já não podia garantir sua defesa. Apesar da resistência de alguns congressistas e burocratas, que defendiam posições mais ou menos isolacionistas, ele obteve créditos da ordem de US$400 milhões para mandar soldados e agentes civis para a Grécia e a Turquia. Em julho, chegaram em Istambul os primeiros assessores norte-americanos. Em outubro, a Doutrina Truman foi estendida ao Irã.

A partir de então, o problema dos estreitos adquiriu novo aspecto. Ankara, que por duas décadas buscara manter sua autonomia diante dos confrontos entre as potências, negociando com todas e tentando conservar sua soberania sobre os estreitos, aderiu plenamente ao bloco ocidental. Tanto para a oposição quanto para os setores da população identificados com os ideais nacionalistas e modernizadores da elite dirigente, não havia diferença de natureza entre ideologia comunista e ideologia justificativa do expansionismo russo. Em 12 de julho de 1947, a Turquia participou da Conferência de Paris, que instituiu as regras da ajuda econômica norte-americana definida pelo Plano Marshall. O envolvimento com o Ocidente custou ao país certa perda de prestígio no seio do mundo islâmico. Em outubro de 1949, ao negociar com Israel, a Turquia reconheceu de facto o novo Estado do Oriente Médio. Na mesma época, solicitou a condição de membro fundador do Conselho da Europa. Em 1951, sob protestos da URSS e da Bulgária (com quem tinha problemas de limites na Trácia) e sem o apoio de alguns governos europeus – que não lhe consideravam herdeira das mesmas tradições políticas e culturais –, a Turquia pediu admissão na OTAN, tornando-se membro pleno em 18 de fevereiro de 1952. Em julho, foi criado o Comando da Europa do Sudeste, cujo quartel foi instalado em Ismirna (Izmir), no Egeu. A assinatura do Pacto de Bagdá (5 de abril de 1955) com o Iraque e a Grã-Bretanha, logo acrescido do Paquistão (23 de setembro) e do Irã (12 de outubro), tendo por objetivo o combate ao comunismo, permitiu que a Turquia retomasse conexões com alguns países do Oriente Médio, embora sob a tutela das potências ocidentais, o que lhe valeu a incisiva oposição dos nacionalistas pan-árabes, sobretudo o presidente egípcio Gamal Abdel Nasser (1918-1970) e seus aliados. A adesão ao Ocidente implicou também a transformação da Turquia em um palco bastante provável para guerras futuras. Neste sentido, os estreitos deixaram de ser os principais motivos para a longa relação inamistosa com a Rússia/URSS para se tornarem partes de um conjunto bem mais amplo de tensões permanentes nos anos da Guerra Fria.

A noção de questão dos estreitos tradicionalmente empregada pela historiografia diplomática baseia-se nas etapas da criação de normas internacionais de acesso àquelas zonas marítimas. A vigência histórica do fenômeno seria, nessa perspectiva, um resíduo da Questão do Oriente, que após o fim do Império Turco em 1923 teria permanecido à espera de uma solução. Daí a importância concedida à Convenção dos Direitos do Mar de 1936 e a insistência em assinalar o fato de que as regras nela estabelecidas continuam valendo. Na realidade, a questão dos estreitos – formulada e conduzida sob o prisma dos interesses dos impérios europeus nos séculos XVIII e XIX – mudou de amplitude no decorrer do século XX. Foram muitas as razões dessa mudança: o Sultanato Otomano e a Rússia czarista desapareceram; a Grã-Bretanha perdeu desde a década de 1930 espaços cada vez maiores na sua zona de influência no Oriente Médio; a Turquia, a Grécia e as monarquias balcânicas passaram a influir nas disputas entre as potências pelo controle do Mediterrâneo; a expansão da indústria e do comércio de petróleo aumentou a importância econômica dos estreitos; por fim, a presença cada vez maior dos EUA no Mar Egeu e na Ásia Menor após 1945 não representou apenas a substituição progressiva da Grã-Bretanha no comando das operações contra a URSS e os movimentos revolucionários na região, mas também fez com que a antiga questão dos estreitos se tornasse parte de um conflito de proporções mundiais. A sua condução, embora conservando aspectos da elaboração tradicional, precisou incorporar uma geografia política planetária inteiramente nova. De resto, por estar relacionada com o domínio do espaço geográfico em um mundo organizado a partir de Estados e empresas transnacionais em busca de territórios para estabelecerem hegemonias, a questão tende a vigorar enquanto não surgirem estruturas de relações internacionais radicalmente diferentes.

Referências

ANDERSEN, Roy *et al.* Politics and Change in the Middle East. Englewood Cliffs e New Jersey: Prentice Hall, 1993.

ARMS, Thomas. Encyclopedia of Cold War. Nova York: Facts On File, 1994.

LERICOLAIS, Gilles. “La catastrophe du Bosphore”. In: Pour la Science, n. 284, junho de 2001, p. 30-37.

MANTRAN, Robert. Histoire de la Turquie. Paris: PUF, 1968.

MIQUEL, Pierre. Histoire du Monde Contemporain. Paris: Fayard, 1999.

OSMANCZYK, Edmund Jan. The Encyclopedia of the United Nations and International Agreements. Filadélfia e Londres: Taylor and Francis, 1985.

VAÏSSE, Maurice. Les Relations Internationales depuis 1945. Paris: Armand Collin, 1994.

YERASIMOS, Stephane. “Bosphore (Detroit du)”. In: LACOSTE, Yves (ed.), Dictionnaire de Geopolitique. Paris: Flammarion, 1993. p. 307.

JOSÉ HENRIQUE ROLLO GONÇALVES

RELIGIÃO A palavra religião vem do latim religio, todavia existem dúvidas a respeito de sua origem. Lactâncio derivou-a de re-ligare, “religar”, sugerindo o laço entre o homem e a divindade, ligar o homem a Deus. Cícero pensava que a origem teria sido re-legere, o que poderia significar “reler”, ler de novo, aprofundar (significaria o recolhimento), ou então, “reunir”, “recolher”, conforme o sentido original de “legere”, “colher”, tornar a escolher Deus, perdido pelo pecado. Ainda no latim medieval, religião significava a comunidade de adeptos de determinada espiritualidade, seria, portanto, união, reunião, unidade, comunidade. Construir uma definição universal de religião é algo problemático, pois não há unanimidade entre os autores ao definir religião, devido às práticas e crenças que se apresentam como religião serem muito diversas, e dificilmente se descobriria um denominador comum. Todavia, Max Weber afirma que a aparição e o desenvolvimento das grandes religiões universais estão associadas à aparição e ao desenvolvimento da cidade, sendo que a oposição entre cidade e campo marca uma ruptura na história da religião, pois as transformações econômicas e sociais correlatas à urbanização favorecem a “racionalização” e a “moralização” das necessidades religiosas. Dreher observa que a religião mudou ao longo da História, bem como a ideia de religião. Explica que a religião nas sociedades pré-modernas, de um modo geral, permeava toda a vida social, pois não havia separação entre religião e mundo. Tudo era feito com rituais religiosos, pois para o conhecimento mítico tudo é deus e tudo o que se move depende da atividade das forças divinas. Nesse sentido, é a filosofia moderna que vai afirmar que o mundo natural move-se por forças próprias, e é com o início da filosofia que surge também o problema de Deus. A passagem do mito à filosofia comporta um novo conhecimento e uma nova metodologia que põem sob julgamento o saber do passado, incluindo as míticas verdades sobre os deuses. A filosofia vai romper com a mitologia e a religião grega afirmando uma nova compreensão de mundo, à margem e contra as crenças populares. Assim, o saber religioso e o saber filosófico, nas sociedades pré-modernas, se polarizam e se excluem. A religião mitológica é rejeitada e os novos intelectuais (sofistas) ridicularizam as crenças populares e, frente à religião, assumem uma postura agnóstica, ou de perplexidade, pois não conseguem conciliar a nova concepção filosófica de mundo com a religião tradicional (STACCONE). Com a queda do Império Romano, a ordem econômica e política foi destroçada pelos bárbaros, que não possuíam projetos capazes de reconstruir uma sociedade com bases

novas, e só a Igreja Católica conservava quase intacta a sua organização, sem contudo dispor de forças suficientes para reestruturar a vida social, política e econômica de seus fiéis. Com a decadência da cultura greco-romana e com a precariedade da sobrevivência humana, não havia lugar para a reflexão filosófica. Do século V ao VIII, a investigação filosófica apagou-se por completo. Os laços com o passado não se perderam graças à atividade cultural promovida pela Igreja Católica nos mosteiros e nos palácios episcopais. Renasce aos poucos o gosto pelo debate das ideias, ressurgindo o interesse pela filosofia. Mas essa filosofia já não era mais autônoma, e, sim, subsidiada pela teologia, o que vai gerar muitas controvérsias. Mas no século XIV a filosofia escolástica entra em declínio junto com o império e a Igreja Católica, isto é, com as instituições organizadoras da vida social, política e ideológica do homem medieval, e surge, assim, uma racionalidade nova, prática e terrestre, voltada para atividades utilitaristas: é a filosofia moderna. A primeira manifestação pós-medieval de uma racionalidade tendenciosamente laica é o humanismo, um fenômeno cultural que marca a supremacia dos intelectuais leigos sobre os clérigos. Em seguida, o Renascimento marcava o rompimento com o velho mundo feudal e criava a audaciosa segurança de um novo método de investigação e conhecimento, apoiado unicamente na razão e na experimentação científica. É com René Descartes (1596-1650) que surge uma problemática nova e original: a validade do conhecimento humano, definindo o objeto da investigação, distinguindo o objeto da filosofia do objeto da teologia. Na filosofia de Descartes encontra-se a raiz do ateísmo moderno, pois a ênfase é dada ao reconhecimento da razão humana como única fonte de conhecimento e saber. A partir daí, os filósofos iluministas rejeitam qualquer fé religiosa apoiada na revelação, mas aceitam a existência de Deus que se manifesta e se faz conhecer na natureza. Elaboram um conceito de religião e de Deus, com base na razão, dando origem a uma filosofia religiosa – o deísmo – que corresponde ao conceito de religião natural e racional. Os deístas sustentam a tese de que Deus não intervém na criação, não há revelação sobrenatural. O pensamento deísta entra em crise no século XVIII, quando as novas descobertas científicas, sobretudo no campo da biologia e da física, destroem a concepção fixista e mecanicista de mundo. Dreher menciona que a Igreja antes da Reforma não tem membros, ela é questão do imperador, do rei, e por causa do imperador ou do rei, questão do povo. Religião é parte da sociedade, não faz parte da dimensão da escolha, não conhece o conceito moderno de “conversão”. Religião é nessa situação parte integrante da cultura, todos partilham da mesma visão de mundo. Somente com a Reforma religiosa do século XVI vamos entender o cristianismo como ideia de adesão a uma comunidade de fé. Na modernidade a cultura se

seculariza, a religião deixa de ser fundamento da sociedade, ela se polariza para as esferas mais privadas e mais públicas da ordem institucional, isso acontece na classe alta e nas elites intelectuais. Para a ampla maioria – setores populares e classes intermediárias – o religioso se produz no espaço familiar, mas não se torna totalmente privado. O fundamento da sociedade passa a ser o Estado e o mercado que cumpre certas funções ideológicas e renasce para grupos cada vez mais plurais, surgindo na modernidade uma sociedade habitada por crentes. Assim, a religião deixa de ser uma questão social para ser uma questão pessoal, passa a ser uma questão de opção. Na pós-modernidade, a religião traz embutida em si a ideia do cristão sem comunidade, o homem em busca de um Deus interior, procurando a religião dentro de si mesmo. Fala de um Deus que é "energia", "força". A reflexão sobre Deus e religião é constante na obra de Hegel. Seu interesse pela religião tem origem no Iluminismo alemão. Na sua juventude escreve sobre a polêmica iluminista contra a superstição religiosa medieval. Na maturidade desenvolve o processo dialético da religião, que implica o reconhecimento de si. Para ele, a religião é um momento de passagem, e sua verdade deve ser suprassumida num conhecimento superior, que é a filosofia. Para Marx a origem da religião está ligada à atividade da consciência do homem, nos tempos remotos. Corresponde, portanto, a um estágio irracional da relação homem-natureza que a racionalização e o conhecimento científico farão desaparecer. Segundo Marx, o homem é um "ser social" histórico e a alienação está vinculada à sua atividade material e, por isso, a compreensão do sistema de produção é fundamental, porque é dele que se origina e se manifesta a alienação econômica, que por sua vez gera as alienações da consciência, tanto políticas, como religiosas. Assim, para Marx, a alienação religiosa esvazia o homem de sua essência humana. Deus, produto da fantasia do homem, apropria-se do seu criador e passa a dominá-lo. Neste ponto, Max Weber concorda com Marx. Para ele a religião cumpre uma função de conservação da ordem social, contribuindo para a "legitimação" do poder sobre os "dominados". As ilusões religiosas tinham a finalidade de mascarar as irracionalidades do sistema de produção e desapareceriam quando os homens estabelecessem relações racionais com outros homens e sanassem as desigualdades sociais. Para Marx, portanto, a religião é um elemento do mundo da ideologia, produto da atividade da consciência dos homens em determinadas formas históricas de existência, não pode ser entendida se for desligada dos modos de produção, pois a essência da religião está no mundo material dos homens. Para Gramsci, a religião é um problema prático, que deve ser avaliado no plano da influência ideológico-política exercida pela realidade sobre as massas. Interessa-lhe da religião a sua dimensão histórica real, como concepção de mundo e da fé que fundamenta

comportamentos ético-políticos com repercussão na sociedade. A partir de 1918, a religião passa a ser vista como força material, como força ideológica organizada, que age na sociedade e tem capacidade de despertar e organizar as massas trabalhadoras, sobretudo camponesas. Essa nova avaliação nasce da reflexão do fenômeno religioso e o papel da Igreja Católica italiana como aparelho ideológico, sobretudo entre as massas católicas. Por sua heterogeneidade ideológica e social, Gramsci considera que a religião se assemelha ao senso comum e ao folclore, que lhe fornecem grande parte de sua sedimentação ideológica. Os efeitos do processo religioso são produzidos, reproduzidos e transformados historicamente. Assim, cabe observar as condições históricas (movimentos, classes, ideologias, instituições) necessárias para a existência de práticas e discursos religiosos particulares. Especialmente nas sociedades pós-industriais, muitos autores buscam a conexão entre religião e poder. Nos últimos anos, a religião tornou-se, em grande medida, objeto de estudo das ciências sociais, pois diversas formas de religiosidade e movimentos religiosos são protagonistas e constituem uma variável importante para compreender as características e as mudanças da sociedade.

Referências

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. Trad. Sergio Micelli. São Paulo: Perspectiva, 1998.
DREHER, Martin Norberto. A Igreja latino-americana no contexto mundial. São Leopoldo: Sinodal, 1999.
KONINGS, Johan; ZILLES, Urbano. Religião e cristianismo: manual de cultura religiosa. Porto Alegre: Vozes/EST, 1982.
STACCONE, Giuseppe. Filosofia da religião: o pensamento do homem ocidental e o problema de Deus. Petrópolis: Vozes, 1989.

RELIGIOSIDADE POPULAR Conhecida inicialmente como religião folk, com conceitos associados ao folk-urbano e às tradições populares, de um lado, e, de outro, à doutrina eclesiástica, levou muito tempo para que a religiosidade popular se desvinculasse das conotações negativas com as quais os cientistas sociais e a hierarquia cristã a caracterizaram. Estudiosos do tema começam a aceitar que a religiosidade popular não é homogênea, fixa e estável, mas complexa. Acredita-se que a religiosidade popular existe em sociedades estratificadas, em que persistem as desigualdades no acesso ao conhecimento e ao poder, e passa a ser um elemento ideológico crucial na relação entre estruturas simbólicas e poder. Todavia, o seu conceito não pode ser generalizado. Alguns autores argumentam que na religião folk os deuses não são universais, enquanto nas religiões universais são supranacionais. Caracterizam a religiosidade popular

como as crenças dos povos analfabetos que ocupam um estrado dentro da religião. Seria considerada também, por alguns autores, como a religiosidade praticada pelas pessoas comuns, desviando-se da religião oficial. Para os marxistas, o catolicismo popular apoiava as desigualdades sociais existentes, ou distraía o povo da necessidade de mudança, sobretudo, mediante as relações sociais clientelistas que a população mantém com os santos. Os estudos marxistas mais recentes analisam a religiosidade popular como uma via para expressar seus protestos sociais. Mas a religiosidade popular pode ser entendida como práticas religiosas tradicionais do povo, fundamentalmente expressas no culto aos santos populares e na participação das festas dos padroeiros. Enquanto alguns autores advertem que a religiosidade popular perpetua uma falsa consciência sobre a natureza da sociedade de classes, outros alegam que expressa sentimentos de opressão e inclusive leva à rebelião. Para Parker, trabalhar com religiosidade popular significa dedicar-se ao estudo de certas manifestações religiosas do povo, em especial aquelas que se referem à vida cotidiana e à visão de mundo. Ao analisar a religião popular adverte que a tendência é de classificá-la como religiosidade tradicional, supersticiosa, pagã, em relação à religião oficial, esta julgada a priori como autêntica e verdadeira. O mesmo autor refere ainda que geralmente religiosidade é entendida como a média de “sentimento” religioso de determinada população, o que se torna indefinido, uma vez que esse conceito se baseia em estudos quantitativos, realizados na base de um conceito subjetivo como o de “sentimento religioso”. O conceito de religiosidade denota um conjunto de crenças, rituais e práticas religiosas que será desviado dos padrões estabelecidos pela ortodoxia oficial. O adjetivo popular do conceito não se relaciona explicitamente com a estrutura social e cultural de determinada sociedade; porém, denota uma realidade genérica difundida pela população, ou seja, refere-se ao que é vulgarizado e generalizado. Assim, as religiões populares são manifestações coletivas que exprimem a seu modo, de forma particular e espontânea, as angústias, as esperanças e os anseios que não encontram respostas adequadas na religião oficial, ou nas expressões religiosas da elite e das classes dominantes. Em Mazzolo, vemos que alguns dos estudos sobre religiosidade popular abarcam os conceitos de práticas, crenças e estilos de expressão religiosa informais, extraoficiais, que carecem da sanção formal das estruturas das igrejas dominantes. Trata-se de uma inter-relação entre distintos níveis, um dominante e outro popular, que se influem mutuamente. Existe uma estratificação cultural, e às classes privilegiadas e hegemônicas corresponde uma cultura oficial, e às classes subalternas e dominadas corresponde uma cultura popular. Porém, uma vez que todos os homens são sujeitos de cultura, sempre há uma produção

cultural e religiosa própria. É importante observar que a cultura popular se apropria de muitos elementos da cultura dominante, mas não devemos esquecer que é uma cultura subalterna. Por outro lado, muitos elementos populares passam a fazer parte de uma cultura oficial. É difícil fixar o limite entre o que é religião popular como expressão das classes ou de grupos subalternos na sociedade e a religião popular como expressão das manifestações médias da maioria do público crente, numa sociedade de massa. Já a diferença entre a religião oficial-institucional e de inspiração sacerdotal e a religião popular é mais precisa. Parker também menciona que a religião popular pode ser compreendida como "contracultura da mentalidade de modernidade que difunde a cultura dominante do capitalismo transnacional". Ela afirma a mulher e o feminino, através da centralidade da figura da Virgem Maria, na qual se encontra a visão popular da mãe, tão importante na constituição da rede de relações familiares e sociais da cultura popular. Mas abarca também outros agentes mediadores, predominantemente mulheres: curandeiras, benzedeiras, parteiras, rezadeiras *etc.* A religião popular valoriza a figura do santo como catalisador de sentimentos e desejos, acredita que as forças vitais estão em Deus, na Virgem, nos santos, no Espírito Santo, nos espíritos do bem, no poder de cura, em contraposição ao mundo dominado pelo intelectualismo. Valoriza o festivo e carnavalesco, frente ao formalismo e ao racionalismo da cultura dominante, e afirma o transcendente. Na América Latina, as pesquisas se concentraram, até a década de 1960, em torno dos aspectos mais espetaculares e extraordinários da religiosidade das massas: santuários populares, peregrinações, devoções e movimentos de protestos religiosos, com acentuado interesse nas expressões folclóricas, místicas e extravagantes, formas espontâneas de uma religiosidade que se expandiu nos meios pobres, principalmente rurais. O cristianismo que penetrou na América Latina com a conquista e provocou um profundo impacto cultural na sociedade pré-colombiana manteve a raiz indígena, que está presente muitas vezes de forma opaca e outras vezes mais aberta na cultura mestiça das classes subalternas, inclusive nas grandes cidades latino-americanas. Assim, o catolicismo popular na América Latina se manifesta em diversos modelos religiosos: tradicional, folclórico, rural e urbano e com expressões católicas mais renovadas e próximas à pastoral da Igreja. Os estudos (Parker) sobre religiões populares na América Latina apontam para um paradoxo: à medida que a urbanização social e a cultura de massas avançam, a magia e as superstições se revitalizam e crescem o pentecostalismo, os cultos afro-americanos e as expressões mágico-religiosas no catolicismo popular, especialmente no Brasil. Mas em alguns setores das massas, o catolicismo popular se manifesta somente nas grandes peregrinações e nos santuários e não na prática dominical semanal.

Os pentecostalismos têm sua origem no metodismo norte-americano, e são classificados por Parker como uma das novas religiões populares urbanas, como também os novos cultos afro-americanos, que são exclusivamente urbanos e predominam mais no século XX. Nestes cultos, seu caráter popular é questionado porque inclui também as classes médias e altas. No século XX, cresceram também inúmeras alternativas religiosas, que penetraram nas culturas populares e indígenas, como as seitas de tipo sincrético-orientalistas, outras de ordem do espiritualismo e ocultismo, e as religiões universais de origem asiática. A partir da Conferência Geral Latino-Americana dos Bispos Católicos, realizada em Puebla (1979), o tema religiosidade popular foi valorizado, reafirmado pela Conferência Latino-Americana dos Bispos em Santo Domingo (1992). Parker demonstra que a urbanização e a heterogeneidade de classes tendem a gerar representações culturais e religiosas também heterogêneas, e as dificuldades sociais extremas (desemprego, miséria) geram um sentimento religioso caracterizado por forte sentido de dependência dos poderes sobrenaturais. Assim, a religiosidade popular nas massas urbanas se transforma em estratégia simbólica de sobrevivência. Segundo Azzi, o catolicismo popular no Brasil tem duas fases distintas: até o século XIX, dominaram expressões tradicionais de fé, cuja origem remonta à vida católica lusitana da Idade Média. O período imperial é caracterizado pelo confrontamento entre o catolicismo tradicional (luso-brasileiro, leigo, medieval, social e familiar) e o catolicismo renovado (romano, clerical tridentino, individual e sacramental). A partir do século XIX, o povo, além das práticas tradicionais (procissões, promessas, romarias), passa a dotar outras práticas e devoções introduzidas pelos bispos reformadores (celebração do mês de maio como mês de Maria, o dia de Cristo Rei, a entronização do quadro do Coração de Jesus nas casas de famílias etc.), caracterizadas por Parker como uma das formas de legitimar a religiosidade dos governos oligárquicos, apelando para o sentimento religioso das massas populares. Da mesma forma que governos do século XX, em toda a América Latina, manipularam ideologicamente as religiões populares para legitimar seu discurso.

Referências

AZZI, Riolando. O catolicismo popular no Brasil: aspectos históricos. Petrópolis: Vozes, 1978.

MASSOLO, Maria. “El estudio de la religiosidad popular en Latinoamérica y Europa: perspectivas recientes”. In: El estudio científico de la religión a fines del siglo XX. Buenos Aires: Centro Editorial de América Latina, 1994.

PARKER, Cristián. Religião popular e modernização capitalista: outra lógica na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1995.

REMO O remo é um dos esportes mais importantes do século XX, por ter sido o primeiro a estabelecer definitivamente a ligação entre o esporte, a atividade física e as preocupações com a saúde (física e moral). Foi o esporte mais popular do início do século, no Brasil e no mundo, tendo grande influência nos costumes e hábitos da população, principalmente dos membros das elites.

Se o turfe estabeleceu pioneiramente os parâmetros do que deveria ser a organização esportiva, o remo a reformulou e a aperfeiçoou. No Brasil, é marcante sua influência em todos os âmbitos: na organização em si (competições bem organizadas, com muito público, com apoio de empresas, sem apostas), nas iniciativas de popularização da prática (utilização de recursos da mídia da época, ligação e pedido de reconhecimento de organizações governamentais), nos discursos (saúde, moral, progresso). Não por acaso, muitos clubes de remo começaram a oferecer aulas de ginástica, assim como algumas sociedades ginásticas criaram setores para treinar e disputar as regatas. Era importante apresentar o remo não como uma prática ingênua, mas como um esporte engajado na "modernização" da sociedade: um centro de atividade física e saúde, local de preparação dos jovens que conduziriam a nação à glória e ao progresso.

As imagens do remo, no Brasil, foram pioneiras no que se refere à exposição corporal. Os homens sempre se apresentavam em roupas justas, de pequeno tamanho (para a época), ressaltando sua forte musculatura e uma postura máscula, desafiadora. As imagens da competição sempre procuravam mostrar um grande número de pessoas ao redor do mar. O remo marca bem uma nova forma de convívio mais mundano no qual o lazer passa a ser encarado como estilo de vida para as elites.

O remo chegou a ser um esporte muito popular, mobilizando bastante público ao redor das competições, mais acessíveis do que o turfe por realizarem-se nas praias e rios. Mas essa popularidade não significou acesso igual a todos. Havia arquibancadas e barcos fundeados oferecidos especificamente aos economicamente mais abastados. Além disso, somente esses podiam fazer parte dos clubes e disputar as competições. Ao grande público restava assistir e torcer.

No Brasil e em muitos países do mundo, o remo só perde popularidade quando outro esporte começa a se organizar: o futebol, que iria permitir uma participação mais ativa e direta da população, estando também mais adequado a alguns de seus padrões de interesse das camadas populares.

Referências

CROTTY, Martin. "Separate and distinct"? The manual labour question in the nineteenth-century Victorian rowing. International Journal of History of Sport, Essex, v.15, n.2, p.152-163, agosto/1998.

LICHT, Henrique. O remo através dos tempos. Porto Alegre: Corag, 1986.

MENDONÇA, Alberto B. História do sport náutico no Brazil. Rio de Janeiro: Federação Brasileira de Sociedades de Remo, 1909.

SEVCENKO, Nicolau. “A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio”. In: História da vida privada no Brasil, v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 513-519.

RESINA O termo resina é utilizado para designar diferentes materiais. O conceito básico de resina diz respeito à secreção viscosa que exsuda do caule e de outros órgãos de certas plantas e que contém substâncias odoríferas, antissépticas etc., que cicatrizam rapidamente qualquer ferida em tais órgãos, assumindo aspecto vítreo. A resina é uma substância viscosa, odorífera, combustível, insolúvel em água e solúvel em álcool. Por exemplo, da resina do pinheiro das Landes obtém-se por destilação um óleo volátil denominado terebintina e uma fração não volátil denominada colofônia, ou breu. Existem também resinas de origem animal, como as lacas produzidas por um tipo de inseto, a cochonilha. As resinas podem ser classificadas quanto à origem botânica, constituição química, cor, densidade, propriedades médicas, entre outras. Uma das classificações divide as resinas em: resinas fósseis (por exemplo, âmbar); resinas semifósseis (por exemplo, Potoma Lobau); resinas animais (por exemplo, goma-laca); resinas duras recentes (por exemplo, colofônia); gomas-resina (por exemplo, goma-laca vegetal); óleos resinas e bálsamos (por exemplo, terebintina). Devido à semelhança de algumas de suas características físicas, certos produtos sintéticos também passaram a receber a denominação de resinas. Assim, são denominados resinas os materiais poliméricos solúveis e fusíveis, de peso molecular intermediário a alto, que amolecem gradualmente por aquecimento, permanecem insolúveis em água e solúveis em alguns solventes orgânicos. Para diferenciar esses dois tipos de materiais naturais e sintéticos, ambos denominados resinas, aqueles que originalmente receberam essa denominação são chamados de resinas naturais, e aqueles obtidos por meio de polimerização por adição ou por policondensação de substâncias de baixo peso molecular são denominados resinas sintéticas.

As resinas sintéticas surgiram no início do século XX. Diversos exemplos podem ser citados: resina de polietileno, obtida pela poliadição de moléculas de etileno, utilizada na fabricação de utensílios domésticos e embalagens de produtos alimentícios; resina de polipropileno, obtida pela poliadição de moléculas de propileno, empregada na fabricação de peças de automóveis, brinquedos e recipientes para uso em forno de micro-ondas; resina acrílica, obtida por poliadição de nitrila e ésteres acrílicos, utilizada na indústria de objetos plásticos e na fabricação de fibras (por exemplo, poli[metacrilato de metila], poli[acrilato de metila] e poliacrilonitrila); resina epoxídica ou resina

epóxi, formada pela policondensação de epicloridrina e um composto di-hidroxilado, frequentemente o 2,2’-bis(p-hidroxifenil)propano, denominado de Bisfenol-A, utilizada na preparação de tintas e revestimentos e na fabricação de adesivos; resina fenólica ou resina fenol-formaldeído, obtida por processo de policondensação de fenóis e formaldeído, utilizada na fabricação de engrenagens, pastilhas de freio e laminados para revestimento de móveis; resina ureica ou resina ureia-formaldeído, resultante da policondensação da ureia com o formaldeído, de grande resistência e variada aplicação como, por exemplo, na fabricação de compensado para móveis e adesivos para madeira; resina melamínica, obtida pela policondensação de melamina e formaldeído, catalisada por ácido ou base, empregada na fabricação de pratos, travessas, adesivos para madeira e recipientes para uso em forno de micro-ondas; resina ABS, obtida pela copolimerização de acrilonitrila, butadieno e estireno, muito utilizada na confecção de freios; resina SAN, produzida pela copolimerização de estireno e acrilonitrila, é uma resina termoplástica utilizada na confecção de eletrodomésticos.

Em geral, as resinas são classificadas em naturais e sintéticas, como aqui apresentado, tendo como uma das características principais sua insolubilidade em água. Porém, diversos materiais poliméricos, solúveis em água, de origem natural ou sintética, são também denominados resinas. Nesse caso, são as resinas hidrossolúveis. Essa classe de resinas pode ser subdividida em não iônica, aniônica, catiônica ou anfotérica, de acordo com seu comportamento em solução. Como exemplos de resinas hidrossolúveis naturais podem ser citados: o amido, presente no milho, batata e outras plantas, o qual pode ser disperso ou inchado em água e é usado em adesivos e alimentos; as pectinas, obtidas de diversas frutas e vegetais, muito usadas no preparo de geleias; os polissacarídeos, obtidos de sementes e exsudatos de árvores, extensivamente usados como espessantes em formulações de cosméticos e produtos farmacêuticos; e as gomas naturais (guar, arábica, ágar, alginatos, carragenana etc.). Resinas naturais podem ser quimicamente modificadas e um exemplo clássico e interessante é o da celulose, que é insolúvel em água, porém, após tratamento químico, torna-se hidrossolúvel e tem grande aplicação industrial. Dentre os derivados da celulose, podem ser citados: a carboximetilcelulose (CMC), a metilcelulose (MC) e a hidroxietilcelulose (HEC), que formam soluções aquosas pseudoplásticas. O poli(álcool vinílico), a poliacrilamida, a poli(vinil pirrolidona), o poli(óxido de etileno), a poli(etileno imina) e o poli(éter metil vinílico) são exemplos de resinas hidrossolúveis sintéticas que encontram aplicações no preparo de filmes e revestimentos, no tratamento de água de processo e rejeitos, na manufatura de papel, na clarificação de bebidas, na

solubilização de corantes, em laquês de cabelo, como floculantes, entre outras.
O termo resina também é definido como polímero reticulado, geralmente sob forma esférica, obtido por polimerização em suspensão. A resina assim definida pode ser macroporosa ou microporosa. A resina macroporosa, também denominada macrorreticular, possui estrutura morfológica heterogênea, que apresenta poros no estado seco e aspecto visual opaco. A resina microporosa, também denominada microrreticular ou do tipo gel, possui estrutura morfológica homogênea, não apresenta poros no estado seco e seu aspecto visual é transparente. Copolímeros à base de estireno e divinilbenzeno constituem um exemplo típico dessas resinas e encontram aplicação como recheio de colunas de cromatografia de exclusão por tamanho, entre outras. Além disso, deve-se considerar a existência da resina trocadora, termo que diz respeito a um polímero capaz de retirar íons de uma solução aquosa, desionizando-a ou substituindo determinados íons por outros. A resina trocadora pode ser catiônica, quando fixa cátions, ou aniônica, quando fixa ânions. A resina trocadora, também denominada resina de troca iônica, pode ser definida de forma geral como uma resina com grupos iônicos fixos na cadeia, com capacidade de troca de seus contraíons por íons contidos em uma solução. O termo resina também é utilizado para designar uma fração do petróleo que é insolúvel em acetato de etila e solúvel em hidrocarbonetos, como o pentano, o heptano, o benzeno e o tolueno. A resina de petróleo é constituída de macromoléculas que contêm núcleos policondensados com peso molecular da ordem de 5 mil. O Brasil produz vários tipos de resinas naturais e sintéticas, hidrossolúveis ou não. Entre as resinas naturais, encontram-se as borrachas, em que a hévea é a principal, e as gomas não elásticas, como a balata e maçaranduba. Entre as resinas sintéticas, a família das poliolefinas (polietilenos e polipropileno) é uma das mais importantes.

Referências

ANDRADE, Cristina. T.; COUTINHO, Fernanda M. B.; DIAS, Marcos L.; LUCAS, Elizabete F.; OLIVEIRA, Clara Marize F.; TABAK, David. Dicionário de polímeros. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.
MACEDO, Horácio. Dicionário de física. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.
MANO, Eloísa B.; MENDES, Luiz C. Introdução a polímeros. São Paulo: Edgar Blücher, 2000.
WAGNER, Frank A. “Resins, Natural” e “Resins, Water-Soluble”. In: Encyclopedia of Chemical and Technology. Nova York: Interscience Publishers, v. 17, 1971.

ELIZABETE F. LUCAS

REVOLUÇÃO DE 1930 A chamada Revolução de 1930 – que não passou de um golpe de Estado, assim concebido desde o início de sua preparação – resultou da crise dos anos 1920. Uma crise de hegemonia dos grupos oligárquicos dominantes durante a I República Brasileira, em particular, uma crise de

hegemonia dos setores oligárquicos ligados à produção e comercialização do café – segundo alguns autores, a burguesia cafeeira. O golpe de outubro de 1930 foi promovido por uma parte do Exército, sob o comando do então Tenente-coronel Pedro Aurélio Góis Monteiro – que, de legalista, se transformara em "revolucionário" de última hora, quando, diante da gravidade da crise que abalava a I República, percebera a impossibilidade de manter o funcionamento do pacto oligárquico então em vigor. Se a chefia militar do golpe foi delegada a Góis Monteiro, a direção política do movimento coube às lideranças dos grupos oligárquicos, insatisfeitos com o funcionamento excludente do pacto oligárquico vigente durante a I República. Entre elas, Getúlio Vargas foi a figura de proa, mas a articulação do movimento ficaria nas mãos de Osvaldo Aranha, contando este com a colaboração ativa de Virgílio de Melo Franco – jovem representante dos setores "revolucionários" da oligarquia mineira – e de outros políticos ligados às dissidências oligárquicas principalmente do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. Aos "tenentes" caberia um papel subalterno na condução do movimento armado, enquanto outros setores significativos da vida nacional ficaram limitados a emprestar, em maior ou menor medida, o seu apoio moral, concretizado através da formação de uma opinião pública claramente favorável aos vitoriosos de outubro de 1930. Com a vitória da "revolução", o povo saiu às ruas nas principais cidades do país para saudar os "revolucionários" e, em especial, sua liderança maior – Getúlio Vargas. Poucos, naquele momento, atentaram para o fato de Vargas e seus principais colaboradores serem políticos de longa data, comprometidos com os interesses das oligarquias dos seus estados de origem e os respectivos PRs (Partidos Republicanos), em particular, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais.

O novo grupo no poder, liderado por Vargas, viria a perceber rapidamente que o liberalismo – sob cujas bandeiras se dera o golpe – não poderia constituir instrumento válido para garantir a superação da grave crise econômica que o país atravessava, numa conjuntura internacional caracterizada pela Grande Depressão. Segundo os novos donos do poder, era necessário um governo centralizador e com força suficiente para superar a crise que o país atravessava. No contexto histórico do início dos anos 1930 e numa economia do tipo agroexportador como a brasileira, tal objetivo só poderia ser alcançado com a intensificação do processo de industrialização – único caminho capaz de assegurar o desenvolvimento nacional. O período varguista, de 1930-1945, viria a constituir uma nova fase da expansão capitalista do país baseada na industrialização. Ao novo grupo no poder caberia compatibilizar os interesses dos setores tradicionais com os de uma política voltada para a industrialização. Política esta que não só correspondia aos anseios da burguesia industrial – cuja

força e importância já não eram desprezíveis –, como assegurou ao empresariado industrial a possibilidade de influir, através de diversificados meios institucionais, nas medidas governamentais do período que se inaugura com a Revolução de 1930. Finalmente, a burguesia industrial se tornaria a principal beneficiária da política governamental dos anos 1930-1945.

O grupo varguista, que conquistara o poder em outubro de 1930, para cumprir as metas de tirar o país da crise e assegurar o desenvolvimento da nação via processo de industrialização, seria compelido a afastar-se paulatinamente dos setores oligárquicos que inicialmente representava, evitando, contudo, o rompimento definitivo. Ao mesmo tempo, a política industrializante viria a atrair, de forma crescente, os setores empresariais, sem que estes, contudo, exercessem um controle efetivo sobre o aparelho de Estado e suas políticas, pelo menos, no período inicial, que se seguiu à vitória da "revolução". Nesse contexto, caracterizado pela ausência momentânea de forças sociais hegemônicas no poder central, o Estado não seria neutro nem disporia de uma autonomia tal que lhe permitisse implementar políticas independentes das forças sociais presentes. Nos anos que se seguiram ao golpe de 1930, sairia reforçada a posição dos setores "relativamente independentes das flutuações da opinião pública", como é o caso da "burocracia (civil e militar)" (GRAMSCI, 1978, p. 54-55). Iria sendo formada uma burocracia civil e militar, com relativa autonomia frente a todos os setores então presentes na sociedade brasileira, mas inclinada a favorecer de forma crescente os interesses do empresariado industrial, visando garantir, por meio da industrialização, o desenvolvimento nacional. Tivemos um período de importantes transformações, em que o Estado Novo foi um marco: um momento de vitória e consolidação dos interesses burgueses, mas também o início de uma nova etapa na implementação do projeto industrializante.

A formação da burocracia civil e militar, durante os anos 1930, revela que estava em curso o processo de constituição de um novo sistema de dominação, autoritário e centralizador, distinto do existente durante a República Velha – oligárquico e regionalista. Ao lado da paulatina desarticulação do pacto oligárquico, era montado um esquema de poder que viria a favorecer crescentemente a burguesia industrial. Tal processo teria lugar com a ampliação e reorganização da burocracia civil anteriormente existente e, também, com a reestruturação das Forças Armadas – surgia um novo modelo de burocracia militar, devidamente capacitado e orientado no sentido de assegurar o sucesso das metas de caráter industrializante adotadas pelo novo grupo no poder.

Referências

A Revolução de 30: seminário internacional. Brasília: UnB, 1983.

A Revolução de 30: textos e documentos, 2 vols. Brasília: UnB, 1982.
DINIZ, Eli. Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930: historiografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1970.
GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
LOVE, Joseph L. O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930. São Paulo: Perspectiva, 1975.
MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
PRESTES, Anita Leocádia. Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura? São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ANITA LEOCÁDIA PRESTES

REVOLUÇÃO RUSSA A Revolução Russa de 1917, ou Revolução Soviética, foi a primeira revolução socialista a conquistar o poder por tempo duradouro, construindo uma sociedade alternativa ao capitalismo, que polarizou a vida política planetária ao longo de quase todo o século XX. Após o fracasso do "Ensaio Geral de 1905", a conjuntura criada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) permitiu aos socialistas russos a retomada do processo revolucionário. De formação social híbrida, a Rússia czarista possuía algumas indústrias modernas nas cidades, enquanto a maior parte da economia e da sociedade era extremamente arcaica. Despreparada para a guerra de 1914, as derrotas militares precipitaram uma conjuntura revolucionária. Na Rússia czarista, existiam cinco agrupamentos socioideológicos, alguns dos quais partidos que expressavam projetos políticos antagônicos dentro da sociedade. O primeiro deles, de extrema-direita, era o grupo dos Cem Negros, formação paramilitar de suporte ao absolutismo. O segundo, o Partido Constitucional-Democrático ("Cadetes", de KD), representava a burguesia liberal e era parlamentarista. O terceiro, oriundo da tradição populista (narodniks) do século XIX, priorizava a questão agrária e era representado pelo Partido Social-Revolucionário (SR). O quarto, de origem marxista, era constituído pelo Partido Operário Social-Democrata da Rússia, fundado em 1898. Em 1903, cindiu-se em duas alas, os mencheviques (de "minoria"), partidários de uma revolução democrático-burguesa, e os bolcheviques (de "maioria"), defensores de uma revolução socialista. O quinto era constituído pelos grupos anarquistas, fortemente atuantes no século XIX.

No início de 1917, no auge da guerra, os Sovietes (assembleias de soldados, operários e camponeses) foram reconstituídos e o Czar Nicolau II renunciou em março (fevereiro, segundo o antigo calendário). Em plena efervescência sociopolítica, os sovietes se afirmaram, enquanto a Duma (parlamento) era reconstituída e rapidamente articulava um governo provisório, estabelecendo-se

uma dualidade de poderes. Tendo Kerenski como a principal personalidade a liderá-lo, o governo provisório, sob pressão das potências da Entente, manteve a Rússia na guerra. Essa decisão provocou um rápido desgaste do governo, pois a população havia chegado ao limite de sua resistência, o exército desintegrava-se frente à ofensiva alemã e muitos soldados desertavam, engrossando a fileira dos que ocupavam as propriedades rurais, promovendo uma reforma agrária de fato (inspirada pelos SR). Como em larga medida a Revolução de Fevereiro foi espontânea, reinava certa indefinição e perplexidade em meio ao caos de um país envolvido numa guerra desastrosa. Neste contexto, Lenin (Vladimir Ilich Ulianov), líder bolchevique, retornou de seu exílio na Suíça. Em face das indefinições existentes em seu partido, lançou as Teses de Abril, em que pregava o aprofundamento do processo revolucionário em direção ao socialismo, logrando convencer seu partido, cuja influência não cessava de crescer. A expansão das atividades das formações de esquerda e o enfraquecimento do governo provisório levaram Kerenski a lançar uma onda de repressão em julho, que resultou na fuga e clandestinidade de Lenin e na prisão de Trotsky, que aderira ao Partido Bolchevique em maio.

A tentativa de contenção do movimento revolucionário fracassou na medida em que as ocupações aumentavam no campo e a repressão não conseguia detê-las. No campo militar, os desastres se sucediam e o exército alemão avançava rumo ao interior da Rússia, agravando uma situação já próxima da ruptura. Nesta conjuntura, ocorreu o levante direitista do General Kornilov, que reuniu forças nos países bálticos e marchou sobre Petrogrado com a finalidade de implantar uma ditadura militar. Frente à vacilação do governo provisório, os bolcheviques mobilizaram milícias operárias e unidades militares simpatizantes dos sovietes. Assim, o putsch kornilovista foi esmagado e os bolcheviques passaram a hegemonizar os sovietes, nos quais eram até então um partido minoritário. Numa posição cada vez difícil, e percebendo o avanço da esquerda, o governo provisório de Kerenski fez um último esforço contra os partidos esquerdistas e os sovietes. Esta pressão foi respondida pelos bolcheviques com a mobilização da Guarda Vermelha e o apelo à população, com as palavras de ordem: “Paz, Pão e Terra”. Em 25 de outubro (7 de novembro pelo calendário ocidental), foi tomado o Palácio de Inverno em Petrogrado. Kerenski fugiu e o governo provisório desintegrou-se. No mesmo dia, reuniu-se o II Congresso dos sovietes de todas as Rússias, que firmou o Decreto da Paz, outro para a reforma agrária e um terceiro que conferia a este congresso poderes administrativos. A Assembleia Constituinte não chegou a ser convocada, sendo formalmente dissolvida, visto que, na perspectiva dos bolcheviques e da ala esquerda dos sociais-revolucionários que a eles se aliaram, representava tendências difusas.

A tomada do poder não foi uma tarefa difícil, com os revolucionários assumindo o controle das principais cidades e algumas regiões do campo. Além disso, grande parte do país estava ocupada pelos alemães e nas regiões periféricas organizava-se a contrarrevolução (de várias tendências) apoiada pelas potências da Entente, que logo enviaram apoio econômico e tropas. Já no inverno de 1917-1918, iniciava-se a Guerra Civil e a intervenção internacional contra a Revolução Soviética, que era considerada uma espécie de Comuna de Paris ampliada que deveria ser imediatamente esmagada. Tentando jogar com as rivalidades interimperialistas, quando a revolução era ainda extremamente frágil, o poder soviético buscou um acordo de paz com a Alemanha por meio de negociações levadas a cabo em Brest-Litovsk, o que foi conseguido a um grande custo em março de 1918. Simultaneamente, como parte do projeto revolucionário e da necessidade gerada pela difícil situação, o poder soviético procedeu à nacionalização dos bancos, das indústrias e do grande comércio, ao repúdio da dívida externa e à reforma agrária (esta segundo a linha dos sociais-revolucionários). Em face da gravíssima situação econômica e militar, o novo regime lançou o comunismo de guerra, um conjunto de medidas de militarização da produção e da administração, com o fim de fazer frente à Guerra Civil. Ao mesmo tempo, em reação à pressão do capitalismo internacional, proclamava que a revolução era apenas o início de um movimento destinado a varrer a Europa e o mundo. Tais declarações provocavam certo temor na medida em que no ano final da Primeira Guerra Mundial sucediam-se greves e motins nos países beligerantes. Neste contexto, em 1919 (ano do máximo isolamento internacional e das maiores dificuldades), foi criada em Moscou (para onde a capital foi transferida) a III Internacional, ou Internacional Comunista (Komintern), destinada a substituir a II Internacional e a fomentar a revolução no mundo.

Em 1921, a contrarrevolução foi derrotada, instituiu-se a Nova Política Econômica (NEP) em substituição ao comunismo de guerra e, no ano seguinte, foi criada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Durante a década de 1920, travou-se uma luta pelo poder, que acabou sendo vencida pelo grupo stalinista. Este promoveu a industrialização e a coletivização da agricultura através dos Planos Quinquenais de desenvolvimento e definiu os marcos do “socialismo num só país”. Apoiada numa burocracia coercitiva, em meio a grandezas e misérias, a Revolução Soviética transformou o país na segunda potência do mundo, elevou o nível de vida da população, derrotou o nazifascismo na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e polarizou a política internacional durante o século XX.

Referências

DEUTSCHER, Isaac. A revolução inacabada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

REED, John. Dez anos que abalaram o mundo. São Paulo: Global, 1978.
TROTSKY, Leon. História da Revolução Russa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 3 vols.
VIZENTINI, Paulo Fagundes (org.). A revolução soviética, 1905-45: o socialismo num só país. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

REVOLUÇÃO, CONCEITO DE Olhar para o céu, observar o movimento astronômico de seus corpos e explicá-lo foram ações repetidas pelo homem em diferentes sociedades ao longo do tempo. As primeiras ações intelectivas de explicar as coisas do Céu estavam, pois, ligadas a uma concepção cíclica do universo que se refletia na compreensão das coisas da Terra. No entanto, a não ser através da força da magia dominada por alguns iniciados em seus mistérios, os movimentos de recomeços cíclicos do céu eram coisas que escapavam à vontade da maioria das pessoas, pareciam imponderáveis, impessoais, estranhos a qualquer interferência, mas ao mesmo tempo tão aparentemente regulares que era inconcebível, antes da laicização do mundo, imaginar que não houvesse alguma vontade sobre-humana a ditar-lhes um plano de ação e com a qual a vontade humana pudesse se comunicar de alguma forma. Assim, os movimentos cíclicos do céu teriam uma causa transcendente que ditaria o sentido dos movimentos de cada novo início. A ideia de um movimento em direção a um novo início é o núcleo significativo e mais abrangente da noção de revolução, que se transformou em âmbito estritamente humano nos séculos XIX e XX, à medida que o movimento da laicização das coisas da Terra significou a laicização das coisas do Céu – e, em certo sentido, o seu silenciamento. Neste movimento, as revoluções celestes perderam sua causa transcendente, ou esta simplesmente passou a ser concebida ceticamente como oculta ou desconhecida para a razão humana e, por isso mesmo, nenhum efeito prático poderia ser tirado dela para a vida cotidiana. No entanto, mais do que a “morte de Deus” ou sua definitiva ocultação para a razão humana, a laicização significou a transferência da revolução celeste para as coisas humanas, o que coincidiu com o desenrolar da modernidade histórica. Certamente, isso não ocorreria sem gerar ambiguidades, já que tal transferência acentuou o conflito entre a eternidade celeste e a efemeridade humana, entre a necessidade e a contingência, entre o destino e a vontade, entre a heteronomia e a autonomia, entre o fatalismo e o mito prometeico. Aliás, as teorias de Karl Marx (1818-1883) sobre a transformação social não escaparam de tal ambiguidade, pois supunham uma relação dialética entre vontade subjetiva e processo histórico. Em termos socioeconômicos e político-institucionais, a ambiguidade da modernidade que

perpassa o tema da revolução expressou-se na tensão entre o desejo de igualdade e a hierarquia tecnicamente necessária nas sociedades industriais, entre a emancipação individual e a submissão às necessidades da produção e do trabalho especializados, entre a tendência à universalidade e os limites do nacionalismo. É nesse meio caminho entre autonomia e heterodeterminção que o tema da revolução pôde ser experimentado em múltiplas dimensões ao longo do século XX. Portanto, se o sentido do leninismo dado à revolução tornou-se hegemônico nos debates da esquerda, depois do advento da Revolução Russa, não pode ser o único possível e – para dar conta das transformações de paradigmas nos vários campos da ação humana – o melhor seria operar com o núcleo significativo mais abrangente do termo, novo início, mas de um modo renovado, já que, como valor e como problema, a modernidade habituou-nos com o impelir para o futuro, como uma sucessão permanente de novos inícios cada vez menos tributários do passado como meio de legitimação das ações humanas.

O tema da revolução no contexto da modernidade novecentista pode ser encarado como uma sobreposição das imagens-conceito do círculo e da flecha. A partir de tal artifício analítico, os novos inícios humanos em assuntos políticos, econômicos, científicos, artísticos ou comportamentais podem ser tratados ao mesmo tempo como necessidade histórica e contingência disruptiva. Isoladamente, uma e outra imagem-conceito não são iguais em suas implicações analíticas: o novo início a partir da imagem do ciclo contém implícita a ideia de que seu movimento tem o sentido de restaurar uma ordem preestabelecida que havia sido perturbada e, portanto, há nela uma configuração de mal-estar frente a uma situação de instabilidade e insegurança que deve ser corrigida – aqui não se elimina a ideia de progresso, uma vez que o novo início significa um aperfeiçoamento em relação às causas da desagregação do ciclo anterior –; o novo início a partir da imagem da flecha contém implícita a ideia de que seu movimento tem o sentido de construir uma nova ordem, sem qualquer referência de autoridade ao passado (tradição). Nesse sentido, seja como movimento da flecha, seja como movimento do ciclo, o novo início é sempre presente, variando quanto à combinação de elementos no horizonte de expectativa (passado reinventado/recomposto ou futuro idealizado), quando os sujeitos históricos defrontam-se com novas experiências que desafiam paradigmas até então correntes na sociedade. Sobrepondo ambos os movimentos, temos a espiral da modernidade, o que significa que cada novo início tem o presente como passado do futuro, mas está cheio de segundas intenções eternizadoras de sua obra disruptiva, posto que implica redução da ansiedade frente às inseguranças de potenciais novas apostas de futuro. Do ponto de vista da ação política, a revolução terá um potencial implícito, de igual medida, tanto para a

emancipação quanto para o terror, tanto para a consecução de um processo de transformação ou mudança de paradigma quanto para sua seletiva interrupção. Isso porque cada construção de novo início tende à homogeneidade para reduzir vozes dissonantes que possam deslegitimar todo o seu movimento. Num mundo laicizado, não são mais legítimos para o exercício da razão os artifícios mágicos ou teológicos, mas não é menos provável que a legitimidade de uma revolução na espiral da modernidade possa ser construída sob outros abrigos metafísicos. Portanto, explicar as transformações que podem ocorrer nos diferentes campos da ação humana é uma das tarefas mais difíceis, porque liminar, para consciência humana.

Teorizar a transformação e estar atuante sobre ela é o núcleo dilemático da práxis marxista. No entanto, justamente por haver uma conjunção de ideias e ação, deve-se recobrar a atenção em relação aos riscos de estetização da revolução. Afinal, o diagnóstico da crise é feito nos termos de quem faz a crítica, que é também quem programa a sua superação. Ora, isso está longe de ser um problema exclusivo do marxismo ou de qualquer projeto socialista de sociedade ou transformação social. Mais do que qualquer outro período, o século XX viveu em diferentes instâncias o paroxismo dos riscos de estetização dos movimentos de revolução: em nome da legitimação de paradigmas de bem ou belo – e sua ritualização em diferentes nichos sociais –, muitas experiências humanas foram simplificadas. Assim, não surpreende que, no campo das polarizações socioeconômicas e político-ideológicas que se seguiram à Revolução Russa, os valores ligados à igualdade, liberdade e fraternidade tenham sido desvirtuados ou enfraquecidos em suas potencialidades: a igualdade passou a rimar com uniformidade; a flor da fraternidade passou a exalar unidade forçada; o prumo da liberdade se reduziu à variedade de opções no consumo. Em seu sentido mais abrangente, revolução no século XX significou um exercício quase habitual de ruptura de paradigmas e proposição de novos inícios nos mais diferentes campos da atuação humana. Um paradigma pode ser entendido como um repertório modelar de problemas e soluções desenvolvidos no interior de um agrupamento social. No entanto, quando determinadas anomalias ou violações repetitivas de expectativas de uma comunidade tornam impossível o ajuste das experiências a um paradigma, vive-se um momento de crise e do emergir de proposições para a sua superação. Nesse sentido, a revolução nunca é um mero incremento ao que já era conhecido, pois significa o início de um processo de legitimação de um novo paradigma e a reconstrução significativa dos fatos anteriores, o que não ocorre de um dia para outro e, menos ainda, é a obra de um só homem. Independentemente de seu caráter, tal processo é fruto da forma que as experiências são compartilhadas e ritualizadas em dado grupo. Daí, inserido

plenamente em sua tragédia cultural, o século XX tornou evidente a condição liminar entre teorizar a transformação e configurar o seu campo de experiências. Por isso, as características dos grupos que criam e utilizam novos paradigmas devem ser bem conhecidas para se entender a força ou limite de suas revoluções. Reconhecer isso não deve nos levar a uma apatia relativista, mas, sim, firmar um novo compromisso humanista que conceba as coisas humanas de um modo diferente dos sonhos metafísicos de perfeição e completude – aprendidos outrora com as coisas do céu.

A consciência da estrutura lógica da revolução é uma conquista do século XX, pois foi nele que pudemos viver intensamente os intervalos cada vez mais curtos entre os ciclos de crise e a crítica de paradigmas. Além da maior velocidade de inserção de novidades em matéria de moda e bens de consumo, a expectativa do novo tornou-se lugar-comum nos vocabulários científico, político e artístico-cultural. No entanto, não se pode ignorar o fato de que a periodicidade do "novo" também tem o efeito de criar demandas cada vez maiores de programação da mudança. Portanto, como ponto de tensão dialética entre vontade e processo, a experiência das revoluções no século XX deve alertar nossa consciência para o fato de que a imperfeição, a finitude e a incompletude são os alimentos da criatividade humana – que resiste à durabilidade de qualquer programa que não mais responda às experiências e expectativas dos grupos. Em seus vários ciclos de crise/crítica, o século XX ensinou-nos a olhar tanto para o centro de um paradigma quanto para aquilo que foi deixado esquecido em suas bordas. Exercitando a consciência neste jogo de perspectiva, um bem, uma solução, um mal ou um problema deixa de ser figurado como inevitável (destino) e, por isso mesmo, passa a ficar sujeito a novo giro revolucionário, independentemente dos adjetivos que o movimento possa ter e dos meios acionados para sua consecução. Assim, poderemos levar como aprendizado para o século XXI que as diferentes experiências de revolução podem ser menos estetizadas e mais reflexivas.

Referências

ARENDT, Hannah. Sobre a revolução. Lisboa: Moraes Editores, 1971.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ELIADE, Mircea. Mito e realidade. São Paulo: Perspectiva, 1991.

HABERMAS, Jürgen. Pensamento pós-metafísico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

KUHN, Thomas. La estrutura de las revoluciones cientificas. Madri: Fundo de Cultura Económica, 1975.

MARRAMAO, Giacomo. Céu e Terra. São Paulo: UNESP, 1997.

RHYTHM-AND-BLUES (R&B) É o termo popularmente conhecido para designar um tipo de música ligada à cultura negra nos EUA, estando associada à história da segregação racial naquele país. A partir da década de 1920, a indústria fonográfica começou a desenvolver-se nos EUA e, já em 10 de agosto de 1920, a Okeh Record Company (uma filial da Columbia) gravou pela primeira vez um blues cantado. A cantora era Mamie Smith, e a música Crazy Blues era de Perry Bradford. Nesta época, o blues era uma música feita somente por artistas negros. O disco vendeu 10 mil exemplares durante aquele mês e, até outubro, venderia 75 mil cópias somente no Harlem (bairro negro de Nova York), revelando o grande mercado que o blues poderia conquistar. A partir disso, o produtor de Crazy Blues, Ralph Peer, criaria o rótulo Race, batizando assim esta fatia do mercado, ou seja, o público negro, que crescia como mercado consumidor, à medida que os EUA se industrializavam. Até o final da década de 1940, toda música negra, independentemente de seus vários estilos, seria rotulada como Race Music. No início da década de 1950, firmaram-se os jovens brancos como mercado consumidor dos discos de blues e, assim, o termo Race passaria a ser substituído por Rhythm-and-Blues. Segundo Steve Chapple e Reebee Garofalo, o termo R&B fora generalizado pela indústria fonográfica a partir de 1949, pois as companhias queriam arrumar uma palavra mais agradável para aquele nicho musical, que passava a ser consumido cada vez mais por brancos. O rótulo mudou, mas a segregação permaneceu, pois o termo R&B continuava a representar a música negra dos mais variados estilos – Jazz, Country, Gospel, Blues –, ou seja, não era uma subdivisão baseada em tipologias musicais, mas, sim, na cor.

Durante toda a história da música nos EUA, as grandes companhias sempre trataram este mercado de forma secundária. Em sua maioria, os artistas negros foram explorados, mal pagos e copiados por artistas brancos por meio de regravações. De certo modo, a partir da década de 1950, as regravações eram uma forma encontrada pelas gravadoras de compensar a entrada do R&B no mercado da música pop, que era predominantemente “branco” e era o principal nicho em termos de audiência e importância para as gravadoras. Quando uma música do “setor R&B” atingia o topo da parada pop em vendagem, ela era classificada, em termos de mercado, como um Cross Over. Portanto, podemos primeiramente definir o R&B como um “rótulo industrial” baseado na segregação racial da música nos EUA, definindo suas “próprias” paradas de sucesso, de vendagem, revistas especializadas, enfim, o seu “nicho cultural” de mercado. Devido a essa rotulação generalizante e racista, o universo de significados contidos no termo Rhythm-and-Blues é enorme, pois limita em um só conceito toda música produzida pela cultura negra norte-americana. Embora

tenham sido criados outros rótulos como o Soul na década de 1960 e, mais recentemente, tenha surgido o RAP – que na verdade são mais movimentos culturais do que propriamente rótulos industriais –, o termo R&B ainda permanece dentro da indústria fonográfica com esta função de segregação racial.
No entanto, ao contrário de sua definição como "rótulo de mercado", o R&B pode ser entendido de forma mais correta como um momento específico da história da música negra nos EUA, ligado à urbanização do blues. O blues – que surgiu no ambiente social da escravidão colonial – era uma música rural entoada nas lavouras de algodão do sul. A sua adaptação ao universo social urbano pós-abolição cantaria em novo ritmo as esperanças e agruras de muitos bluesmen que migraram para as grandes cidades em busca de melhores oportunidades de vida. Este fluxo migratório manteve-se progressivo desde o início do século XX e, neste ponto, a cidade de Chicago merece especial destaque devido à quantidade de bluesmen que concentrou. Grandes nomes como Big Bill Broonzy (filho de escravos na região do Delta do Mississippi), Tampa Red (que veio da Flórida para Chicago em 1925), Sonny Boy Williamson (vindo de Jackson, Tennessee, na década de 1930), assim como Blind Boy Fuller, Little Brother Montgomery, Willie Dixon, Muddy Waters, Howlin Wolf, entre muitos outros, migraram para Chicago, formando a tradição musical que hoje é chamada Chicago Blues. Se Nova Orleans é tida como o berço do jazz, Chicago tornou-se o berço do blues urbano na década de 1920. Esses músicos migrantes chegaram em Chicago tocando o country blues e tal forma evoluiria naturalmente com as influências da grande cidade. No início da década de 1940, já era possível identificar um blues híbrido, marcado por novos ritmos "swingados", em que estariam incluídas algumas inovações musicais, tais como Boogie-Woogie e Rolling-Bass Piano, que o tornavam mais acelerado e pulsante.
O blues híbrido seria batizado primeiramente de Bluebird Beat (batida bluebird), por causa da gravação de muitos desses artistas pela gravadora RCA Victor, detentora do selo Bluebird, iniciado em 1933, objetivando o mercado Race. O Bluebird Beat seria rebatizado de Chicago Blues, tendo como um dos principais responsáveis o produtor branco Lester Melrose, que durante o período de 1934 a 1951 gravaria para a RCA e para a Columbia praticamente 90% dos principais artistas de blues da Cena de Chicago. A guitarra elétrica começaria a aparecer também na década de 1940 e daria ao blues novos horizontes sonoros com Muddy Watters, B.B. King, John Lee Hooker e muitos outros que, influenciados pelos estilos de violão de Robert Johnson, Blind Lemon, Charley Patton, e T-Bone Walker, formaram os seus próprios, dando uma nova roupagem ao blues. E é este Blues acelerado e eletrificado com ritmo, como diz o próprio termo, que podemos mais corretamente chamar de Rhythm-and-Blues.

Poderíamos dizer que Chicago foi o epicentro do Rhythm-and-Blues em razão de sua influência na música popular norte-americana, mas o processo da urbanização do blues foi geral em todas as grandes cidades que receberam o fluxo migratório das populações negras do sul em direção ao norte. Cidades como Kansas, St. Louis, Memphis e muitas outras também desenvolveram diferentes estilos de blues, que também podem ser caracterizados como Rhythm-and-Blues. Esta forma musical iria revolucionar o mercado fonográfico a partir do início da década de 1950, quando o público jovem branco começou a consumir R&B. Isso criou, consequentemente, uma série de gravadoras independentes especializadas neste tipo de música, já que as grandes gravadoras a viam como um negócio secundário. Estaria preparado então o terreno para a maior explosão da indústria de bens culturais do século XX: o Rock'n Roll, quando jovens brancos começaram a tocar e a cantar Rhythm-and-Blues.

Referências

CHAPPLE, S.; GAROFALO, R. Rock & indústria: história e política da indústria musical. Lisboa: Editorial Caminho, 1977.

McCOURT, T. "Bright Light, Big City: a Brief History of Rhythms-and-Blues 1945-1957". In: American Popular Music: The age of Rock, vol. 2: Readings from the popular press: Timothy E. Sheurer, 1980.

SACCO-VANZETTI (CASO) Controvertido caso judicial norte-americano, que opôs a corte de Massachusetts a dois imigrantes anarquistas italianos acusados de roubo e assassinato. Bartolomeu Vanzetti e Nicolau Sacco foram presos no dia 5 de maio de 1920, suspeitos de participarem de um assalto no dia 15 de abril do mesmo ano em South Braintree, localidade próxima a Boston. No assalto, foram mortos Frederick Parmenter, pagador de uma fábrica de sapatos, que transportava US$16 mil, e Alessandro Beradelli, guarda que o acompanhava. Os criminosos foram vistos fugindo em um carro com mais dois ou três comparsas. A polícia ligou este crime, de características bastante corriqueiras no período, a uma tentativa de assalto, ocorrida meses antes, em Bridgewater. Em ambos, testemunhas indicavam que os criminosos eram morenos e aparentavam ser estrangeiros, provavelmente italianos. Partindo de uma dedução simples, e marcada pela conjuntura político-social da época, a polícia dirigiu suas investigações para um italiano, de nome Mike Boda, que, além de sua nacionalidade e de exercer atividades radicais, possuía um carro da marca Hudson Overland, uma das possíveis marcas do automóvel utilizado na fuga dos assaltantes. No dia 17 de abril, Boda, que tinha álibi para não ser incriminado diretamente, levou seu Overland para reparos em uma garagem. A polícia, seguindo suas suspeitas, instruiu o dono da garagem a informar quando alguém fosse buscá-lo. No dia 5 de maio, Sacco e Vanzetti, juntos com Boda e outro italiano de nome Riccardo Orciani, foram buscar o carro na oficina. O proprietário da oficina deu uma desculpa para não entregar imediatamente o veículo e avisou prontamente a polícia. Sacco e Vanzetti foram detidos no bonde, quando deixavam a oficina. Ambos foram presos e portavam armas de fogo e, ao serem interrogados, mentiram sobre o que estavam fazendo e foram vagos sobre suas atividades políticas. Apenas no dia seguinte foram inquiridos sobre os dois delitos e, após a análise de seus álibis, Vanzetti foi indiciado nos dois crimes, e Sacco apenas no de South Braintree, começando assim o processo que ficou conhecido mundialmente pelo nome dos dois acusados. O caso coincide com um dos mais duros e repressivos períodos da história dos EUA. Os “loucos anos 20”, ou os anos da “geração perdida”, foram antecedidos pela época do Red Scare (Pânico Vermelho). Esse período, que coincide com o pós-Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e o início da experiência bolchevique, foi marcado pela perseguição às organizações de esquerda e aos seus militantes. Foi também um momento em que a questão dos imigrantes e das etnias gerou um grande

sentimento xenófobo e endurecimento legal, com as consequentes delimitações de cotas para imigrantes.
“Sacco e Vanzetti se ajustavam perfeitamente ao tipo de pessoa que os americanos estavam preparados para condenar” (Arthur Schlesinger). Anarquistas e estrangeiros, ateus e contrários ao militarismo, eles eram realmente perfeitos para, neste ambiente de medo da Revolução Russa associado às crescentes greves, serem vítimas de uma onda de temor e repressão política, facilitada pela criação de mecanismos de exceção comuns a períodos de ansiedade. Embora não tivessem nenhum antecedente criminal, só o fato de serem anarquistas e estrangeiros já os incriminava. Nicolau Sacco e Bartolomeu Vanzetti chegaram aos EUA, vindos o primeiro do sul e o segundo do norte da Itália, em 1908. Sacco trabalhava em uma fábrica de sapatos na época em que foi preso, enquanto Vanzetti trabalhava como vendedor de peixe. Os dois militavam no movimento anarquista e simpatizavam com a corrente liderada por Luigi Galliani, figura muito influente entre os anarquistas italianos que viviam naquele país. Galliani, que a esta altura já havia sido expulso dos EUA, defendia a violência revolucionária como legítima resposta à violência do Estado. O ambiente de medo e repressão política contra os radicais havia subido de temperatura com o atentado ao secretário de Justiça de Woodrow Wilson, A. Michel Palmer. Foi neste contexto que o militante anarquista Andrea Salsedo se “suicidou”, embora estivesse sob a custódia da polícia de Nova York. Quando foram detidos, Sacco e Vanzetti estavam, decerto, sob o impacto da morte de Salsedo, o que os levou a serem tão evasivos em seus primeiros depoimentos. Mais tarde, no julgamento, o fato de terem mentido foi usado pela promotoria como prova de uma espécie de “consciência de culpa”. Certamente eles tinham consciência “da culpa” de serem anarquistas e imigrantes italianos, o que, naquelas circunstâncias, não permitiu que se sentissem seguros ao serem abordados pela polícia.
O julgamento do caso de South Braintree começou no dia 31 de maio de 1921. Nesta altura, Vanzetti já havia sido condenado pelo crime de Bridgewater, em um julgamento extremamente duro. O juiz do caso South Braintree foi Webster Thayer, representante da elite de Massachusetts, e o promotor Frederick Katzmann. Ambos haviam participado do julgamento de Bridgewater, o que anunciava o quanto seria difícil a absolvição dos dois anarquistas. O advogado de Sacco foi F. Moore, conhecido por defender radicais, e o de Vanzetti foi J. McAnarney, em associação com Moore. A acusação baseou sua ação na tese da “consciência de culpa”, em uma série de frágeis testemunhos e no fato de o tipo de bala que atingiu uma das vítimas ser semelhante ao da arma de Sacco. Já a defesa, além de apresentar alguns álibis, optou por politizar o julgamento. Para

isso, baseou-se no fato de eles estarem sendo acusados por sua dupla situação de anarquistas e estrangeiros e não por evidências concretas. Após um longo debate, marcado por um comportamento, no mínimo, discutível e certamente prejudicial à defesa, do juiz Thayer, Sacco e Vanzetti foram considerados culpados no dia 14 de julho de 1921. A condenação deu início a uma longa batalha judicial pela reabertura do processo. Um novo advogado, William Thompson, levantou uma série de motivos para cancelar o veredicto do julgamento. Thompson, que não simpatizava com as ideias dos réus, mas que estava francamente convencido das irregularidades do processo, apontou o uso de testemunhas falsas, as atividades ilegais da polícia durante o processo, o desprezo pelos álibis da defesa, a inconsistência das provas de balística. Além disso, um português, Celestino Medeiros, que se encontrava preso, condenado à morte por outro crime, fez uma confissão de culpa relacionada com os eventos de South Braintree. Por outro lado, havia fortes evidências de que o crime teria sido praticado pela conhecida gangue de Joe Morelli. Segundo a defesa, todos estes indícios configuravam-se como motivos suficientes para a realização de um novo julgamento. Contudo, fracassando a tentativa de reabrir o processo, os dois foram sentenciados à morte. Um último esforço para salvá-los foi o encaminhamento de um pedido de clemência ao governador do Estado, Alvan T. Fuller. O governador constituiu um comitê, liderado por Lawrence Lowell, reitor de Harvard, que, abandonando todas as evidências favoráveis aos dois condenados, decidiu-se pela correção do julgamento. Sacco e Vanzetti foram executados, na cadeira elétrica, em 23 de agosto de 1927. Durante o período entre a condenação e a execução, o mundo assistiu a uma das mais impressionantes campanhas de solidariedade internacional do século XX. Intelectuais do mundo inteiro, como Albert Einstein, Thomas Mann, H. G. Weels, Dorothy Parquer, Dos Passos, Anatole France, J. Dewey, Felix Frankfurter, Upton Sinclair, Bernard Shaw e muitos outros, manifestaram seu repúdio e levantaram suas vozes pela absolvição e libertação dos dois anarquistas.

Em Portugal, Espanha, Bélgica, Argentina e França – onde a Liga dos Direitos Humanos recolheu 3 milhões de assinaturas – foram impressionantes as manifestações e os atos políticos de trabalhadores em prol da liberdade de Sacco e Vanzetti. Estudos sobre a memória e a história operária dos mais diversos países fazem referência às jornadas de solidariedade a Sacco e Vanzetti O caso repercutiu de tal forma que gerou uma infinidade de poemas, pinturas e peças de teatro. Nos anos 1970, o tema foi revisitado no filme Sacco e Vanzetti, de Giuliano Montaldo, premiado no festival de Cannes, e nas músicas para o mesmo filme, compostas por Ennio Morricone e Joan Baez. Também no Brasil,

as manifestações de solidariedade foram significativas. Já em 1922, a Federação Operária do Rio de Janeiro realizava comícios de protesto com a participação do Comitê Popular de Agitação Pró-Sacco e Vanzetti. No dia da execução, ocorreram paralisações e vários comícios em cidades brasileiras e, no dia seguinte, muitos jornais deram manchete e publicaram artigos sobre o "assassínio brutal consumado em nome dos ódios de uma justiça de classe que abalou a consciência do mundo" (A Manhã, 26 de agosto de 1927). O debate em torno do caso atravessou o século. No cinquentenário da execução, o governador de Massachusetts, M. Dukakis, proclamou o dia 23 de agosto como o dia da memória de Sacco e Vanzetti. Em meio a obras sobre os erros do processo e sua ligação à conjuntura política dos anos 1920, algumas teses revisionistas falam da possibilidade de Sacco ter realmente participado do assalto. Poucos são, entretanto, os que não reconhecem que a histeria política comprometeu o funcionamento do sistema legal norte-americano e induziu o processo, o julgamento e a execução de Sacco e Vanzetti, e que eles teriam morrido, ao fim e ao cabo, por serem anarquistas.

Referências

AVRICH, Paul. Sacco and Vanzetti: the anarchist background. Princeton: Princeton University Press, 1991.
CREAGH, Ronald. Sacco et Vanzetti. Paris: La Decouverte, 1984.
FRANKFURTER, Felix. The case of Sacco and Vanzetti: a critical analysis for lawyers and layman. Nova York: Universal Library, 1962 (1ª ed., 1927).
MOURA, Clóvis. Sacco e Vanzetti: o protesto brasileiro. São Paulo: Brasil Debates, 1979.

JOSÉ ANTÔNIO SOARES

SAMBA (1) Gênero de canção popular de ritmo basicamente 2-4 e andamento variado, surgido a partir do início do século XX, como aproveitamento consciente das possibilidades dos estribilhos cantados ao som de palmas e ritmo batucado, e aos quais seriam acrescentados uma ou mais partes, ou estâncias, de versos declamatórios. (2) Dança popular e música de compasso binário e ritmo sincopado, reveladores de sua ligação original com os ritmos batucados, acompanhados por palmas, dos bailes folclóricos denominados sambas. Palavra provavelmente procedente do quimbundo semba (umbigada), empregada para designar dança de roda (de coreografia semelhante à do batuque) popular em todo o Brasil, geralmente com dançarinos solistas, em que, como ponto de culminância, aparece quase sempre a umbigada. Os sambas mais conhecidos sãos os da Bahia, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Segundo Luís Câmara Cascudo, pode-se observar a influência da cidade no samba pelo fato de ele ser também dançado por par enlaçado. Quanto à

instrumentação, Mário de Andrade faz uma observação válida para as demais danças afro-brasileiras com predomínio de percussão: “Os instrumentos não obedecem a nenhum critério seletivo, sendo livre a contribuição dos tocadores.” No Rio de Janeiro, o samba era inicialmente dança de roda entre os habitantes dos morros. Foi daí que nasceu o samba urbano carioca, espalhado hoje por todo o Brasil. São seus instrumentos o tamborim, o violão, o pandeiro, o cavaquinho, a cuíca, o surdo, as caixas *etc.* Da mesma forma que o batuque, já desde o início do século XIX, a palavra samba estendeu-se como designação de qualquer tipo de baile popular.

O primeiro samba gravado, tido e reconhecido pela maioria dos pesquisadores de música popular, apesar de polêmicas paralelas tanto em relação à autoria exclusiva de seus dois autores quanto à prioridade de seu aparecimento público, intitulou-se Pelo telefone e foi assinado por Ernesto dos Santos e Mauro de Almeida, o cronista carnavalesco Peru dos Pés Frios. A primeira gravação do samba inaugural foi feita para a Casa Edison do Rio de Janeiro pelo cantor baiano, acompanhado pela Banda da Casa Edison, e obteve notoriedade pública no Carnaval de 1917. Embora considerado por estudiosos com alguma influência do maxixe, o samba obteve consagração nacional na década de 1920 com a obra de José Barbosa da Silva considerado o primeiro sambista a organizar o samba profissionalmente em torno tanto de sua obra, quanto de sua própria personalidade individual. Ainda influenciado pelo maxixe, mesmo no conjunto das composições de Sinhô, o samba só viria a tomar sua forma definitiva, em ritmo, com Ismael Silva e sua turma do Estácio (bairro boêmio e semiproletário carioca), ao final da década de 1920.

Outras qualificações do samba, usualmente corriqueiras: (1) Samba de breque, samba de ritmo acentuadamente sincopado, com paradas súbitas, chamadas breques (o inglês break, nome popularizado no Brasil para os freios de automóveis, que continuam chamados breques), dando tempo ao cantor para encaixar comentários, falados geralmente de caráter humorístico, alusivos ao tema. Variante do samba-choro, nasceu em meados da década de 1930; (2) Samba-canção, samba cuja ênfase musical recai sobre a melodia geralmente romântica e sentimental, contribuindo para amolecer o ritmo, que se torna mais contido. Modalidade surgida na década de 1920 e firmada na década de seguinte, o samba-canção teria seu apogeu na década de 1950. Cultivado inicialmente apenas por músicos do teatro de revista do Rio de Janeiro, teria passado a interessar aos compositores em geral a partir do sucesso Ai, io-iô (Henrique Vogeler, Marques Porto e letra de Luís Peixoto), música lançada no teatro e em disco pela cantora Araci Cortes, no início de 1929. Por serem os discos com sambas-canção lançados sempre fora do período carnavalesco (época reservada

às músicas de ritmo vivo), estes seriam também genericamente conhecidos como sambas de meio de ano; (3) Samba-choro, cuja melodia aproveita o fraseado instrumental do choro (um samba “com fraseado de flauta na voz”, na definição de Vasco Mariz em seu livro A Canção Brasileira, Rio de Janeiro, 1959) e o une ao batuque do samba. Surgiu no início da década de 1930, ao que tudo indica a partir da composição Amor em excesso (Gadé e Valfrido Silva), gravada em 1932, em disco cujo selo só trazia a indicação: choro; (4) Samba-enredo, modalidade de samba criado por compositores componentes de escolas de samba do Rio de Janeiro, a partir do fim dos anos 1930 e início da década 1940, cuja letra deve compreender o resumo poético do tema histórico, folclórico, literário, biográfico ou mesmo de criação livre, que for escolhido para enredo ou assunto da apresentação da escola de samba em seu desfile-espetáculo diante do público. Inicialmente cantado apenas durante os desfiles das escolas de samba na Praça Onze de Junho, no Rio de Janeiro, os sambas de enredo passaram a interessar também os cantores profissionais a partir da década de 1940, figurando como primeira gravação comercial de uma composição dessa modalidade o samba-enredo Natureza Bela!... (Odeon, n. 12.032-A, junho de 1942), cantado por Gilberto Alves. Natureza bela do meu Brasil (título tirado de seu primeiro verso) fora o samba de enredo da escola de samba Unidos da Tijuca, do Rio de Janeiro, em seu desfile do ano de 1936. Esse samba-enredo, de autoria do compositor popular Henrique Mesquita, aparece em sua gravação acrescido do nome de um parceiro: o compositor profissional Felisberto Martins; (5) Samba-exaltação, também chamado samba de exaltação, tem melodia extensa e letra de tema patriótico, cuja ênfase musical recai sobre o arranjo orquestral, que busca um caráter de grandiosidade, inclusive com recursos sinfônicos. Modalidade muito cultivada por compositores profissionais do teatro musicado e dos meios do rádio e do disco a partir do sucesso da composição Aquarela do Brasil (Ari Barroso), gravada em 1939 por Francisco Alves, quando o Estado Novo estava no auge. A música ocupava as duas faces do disco de 78 rpm Odeon nº 11.768 e trazia como indicação “Cena brasileira”, tendo o acompanhamento da Orquestra de Radamés Gnattalli, colaborador do autor na parte do arranjo; (6) Samba de partido, também chamado samba do partido-alto, gênero de samba surgido no início do século XX, conciliando formas antigas (o partido-alto baiano, por exemplo) e modernas do samba-dança-batuque, desde os versos improvisados à tendência de estruturação em forma fixa de canção, e que era cultivado inicialmente apenas por velhos conhecedores dos segredos do samba-dança mais antigo, o que explica o próprio nome de partido-alto (equivalente da expressão moderna “alto gabarito”). Inicialmente caracterizado por longas estrofes ou estâncias de seis e mais versos, apoiados em refrões curtos, o samba de partido-

alto ressurge a partir da década de 1940, cultivado pelos moradores dos morros cariocas ligados às escolas de samba, mas já agora não incluindo necessariamente a roda de dança e reduzido à improvisação individual, pelos participantes, de quadras cantadas em intervalos de estribilhos geralmente conhecidos de todos; e (7) Samba de quadra, também chamado de samba de terreiros, samba-canção ou de ritmo mais vivo, mas incluído necessariamente na categoria de samba de meio de ano, que os compositores de escola de samba criam para cantar fora do período de ensaio dos sambas-enredo e que é apresentado como diversão na própria quadra de ensaio ou terreiro, nas reuniões e encontros de sambistas, em almoços de confraternização, festas promovidas por aniversariantes da comunidade. Modernamente, ele também possui um caráter promocional comercial, em apresentações de teatro, na televisão ou nas chamadas noitadas de samba. Há várias indicações de utilização da palavra samba agregada a outras configurações, que, contudo não significam corruptelas de gênero musical mais permanente, tais como: samba de gafieira, samba raiado, sambalanço, sambão, sambolero *etc.*

Referências

MELLO, Zuza Homem (org.). Enciclopédia de música popular brasileira. São Paulo: Publifolha, 2000.
OLIVEIRA FILHO, Arthur. Pioneiros do Samba. Rio de Janeiro: MIS, 2001.

SATANISMO O satanismo, em suas dimensões modernas, está profundamente ligado às vicissitudes da sociedade burguesa. O triunfo da razão é anunciado no século XVII, quando as camadas dirigentes passam a descrer as bruxas e as práticas mágicas sob o influxo do racionalismo emergente. Singularmente, representa também a época em que surgem, no ambiente palaciano, os cultos satânicos: as missas negras. A transformação da aristocracia em elites urbanas implicará, ao nível do imaginário, dolorosa metamorfose, com a consequente perda de referenciais pela perda da identidade tradicional fundamentada no universo da vida no campo. Situação desestabilizadora e conflituosa que – em suas tentativas de superação – acarretará um reordenamento de crenças em que serão fundidas crenças tradicionais, junto com retalhos de uma cultura erudita, seja clerical ou laica. Deste modo, o final do antigo regime é marcado pela descrença e a ridicularização das “crendices populares” e um suposto risorgimento de tradições ocultas. O advento da burguesia ao poder e a separação entre a Igreja e o Estado constituirão para o príncipe das trevas o momento de sua reabilitação. Momento em que se rompe o equilíbrio “harmônico” entre Deus e o Diabo, levando os homens a uma rebelião contra a Igreja e a

reabilitação de Satã como um princípio de rebeldia, frente à tirania e ao obscurantismo representados pela ortodoxia cristã.
O Romantismo transformará Satã no símbolo do espírito livre, da vida alegre, representante de uma ordem natural, contrária à aversão ao mundo pregada pela Igreja. Satanás passa a encarnar a liberdade, o progresso, a ciência e a vida. Representando a revolta do homem, o Diabo é o patrono das paixões do recém-descoberto lado irracional da humanidade. No Caim de Byron, Lúcifer é grandioso, filho poético do agnosticismo, da rebeldia contra a moral tradicional. Lúcifer está com o homem, identifica-se com ele, ambos condenados ao suplício eterno pelo desejo de conhecer. Junto com Satã, a partir de 1850, o ocultismo experimenta um grande florescimento, derivado diretamente da exaustão do otimismo liberal. Ao movimento romântico, em seu mergulho na tradição e no folclore medievais e seu cortejamento da morte, somam-se o exótico e o misterioso que aportam à Europa o conhecimento e a estranheza do misticismo e das religiões orientais. É fundada na França a O.T.O., a Ordem do Templo do Oriente, da qual participa Alphonse Louis Constant (1810-1875), ou como era conhecido por seu nome esotérico Eliphas Levi, que editou o seu célebre Dogma e Ritual de Alta Magia, clássico que até hoje pontifica nos meios esotéricos. Sua atividade será retomada pelo marquês lombardo Stanilas de Guaita, que se erigindo em seu sucessor, reconstituiu em 1888 o Supremo Conselho da Ordem Cabalística da Rosa Cruz. Homem culto e erudito, tornou-se a principal figura do movimento ocultista, participando de todas as seitas e insistindo em uma orientação estritamente espiritual nas várias modalidades do esotérico. Rosa-Cruzes, teósofos e cabalistas representam, grosso modo, uma dimensão erudita dos movimentos ocultistas, na busca das maneiras de se chegar à purificação do homem. Paralelamente, desenvolver-se-á (às vezes de modo bastante imbricado) o seu lado “perverso”, da rebeldia contra o estabelecido e da busca solitária do poder: os cultos satânicos. A desilusão com a utopia burguesa e a visão pessimista do fin de siècle provocam um apelo ao diabolismo, a uma visão luciferina da vida, que, se entre poetas e romancistas tornou-se uma maneira de ser e de parecer, em outros círculos menos blasés, resultou em uma estreita união entre o folclore e o espiritualismo de sabor oriental.
Satanismo e ocultismo – se é que essas duas correntes podiam ser diferenciadas – exibem um extremo desdém pela história, repudiando a nascente noção de processo histórico pela vital necessidade de se acomodar a uma longa e imaginária tradição de “antiquíssima sabedoria” oculta. Assim, frente a uma história que se revelava madrasta, ao mostrar um presente “decadente” e um futuro incerto, os ocultistas a “rejeitavam”, recuperando uma tradição hermética de várias origens e de vários momentos históricos, frequentemente unida e

harmonizada com textos apócrifos e analogias, no mínimo bastante duvidosas. Desta maneira, se o ocultismo se desenvolve em solo francês, é na Inglaterra que vai amadurecer e separar-se do corpo esotérico a sua vertente satânica. Sua criação deve-se à sinistra e inquietante figura de Aleister Crowley, que se filia em 1898 à Hermetic Order of the Golden Down, fundada em 1887 sob a direção de Samuel L. Mathers, tendo entre seus filiados vários poetas e romancistas, como Yeats, Sax Rohmer, Bram Stoker e Bulwer Lytton. Crowley, após ser iniciado nos vários graus da ordem, reclama por fim o lugar de Mathers, em uma "batalha esotérica". A partir de então, a sorte da ordem é obscura. O que sabemos é que Mathers e a Aurora eclipsam-se, enquanto Crowley permanece em evidência, fundando a Astrum Argentinum em 1905, misturando as invocações egípcias da Golden Dawn, com a doutrina iogue do tantrismo. Intitulando-se "a Grande Besta", seu culto resultará em um viés marcadamente erótico e ligado ao consumo de drogas e à orgia sagrada. Expulso da Inglaterra em 1920, após apoiar os alemães na Primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918), irá fixar residência na Sicília, na abadia de Thelème, em Cefalu. No entanto, sua seita já havia transbordado os limites ingleses, penetrando na França, com lojas em Lyon e Paris, e mesmo, atravessando o Atlântico, tendo o próprio Crowley viajado para Nova York, para ali fundar uma sucursal americana.

Crowley irá separar de modo quase radical o satanismo do restante das seitas esotéricas. Abandonando a vertente que tentava resgatar o satanismo por seu lado benfazejo e natural, amordaçado e deturpado por uma perversão eclesiástica, erige-se em arquidiácono do Diabo, em que a selvageria e a violência espiritual e física são louvadas como as forças dominantes e verdadeiras da natureza. Violência que tinha um matiz altamente erótico e sexual e que o levava à execução de rituais orgiásticos, os quais frequentemente provocavam danos físicos em seus participantes. Rituais estes de extrema crueza e com matizes intensamente lúbricos, que terminaram com sua carreira, com a morte misteriosa do ator Raul Loveday, o que levou Mussolini a expulsá-lo da Itália, em face da repercussão do caso na imprensa britânica, em 1924. A partir de então, sua vida transforma-se em uma incessante fuga, motivada por diferentes ordens de expulsão, até a sua morte em Londres, em 1947. Seus seguidores ainda prosseguirão em Nova York, ao compasso da Grande Depressão, que uma vez mais remete as pessoas à busca de soluções imaginárias e individuais, para a ultrapassagem de uma realidade indesejada e que, aparentemente, não oferece possibilidades de solução ao nível racional. Uma vez mais, estamos frente a uma estranha combinação de uma elite entediada e desesperançada e, singularmente, com pretensões políticas – talvez pela própria

inexistência de um projeto coletivo – à procura de soluções individuais. São sintomas admiravelmente reveladores de uma crise moral e de consciência, que levava os homens a uma busca frenética de poder, numa tentativa de superar e fundamentar o seu próprio desespero. Seguem-se três décadas, quando as atenções estão voltadas para a Segunda Grande Guerra (1939-1945) e os conflitos políticos e armados gerados pela polarização Leste-Oeste e a consequente Guerra Fria, trazendo consigo uma redução da busca de soluções sobrenaturais.

Entretanto, a geração do sex, drugs and rock n'roll, trará em seu amadurecimento uma extraordinária revivescência do satanismo. Desde a tão famosa Era de Aquário (a partir da conjunção planetária de 5 de fevereiro de 1962), o ocultismo desenvolveu-se de uma maneira assombrosa. A falência do movimento hippie e das utopias estudantis provocará o surgimento ou revitalização de inúmeras seitas. Entre estas, The Process, oriunda do bairro de Mayfair, em Londres. Seu fundador, o ex-hippie Robert de Grimston, pregava o excesso sexual e considerava o casamento uma abominação. Suas lojas se multiplicaram rapidamente, na França, nos EUA e no México. As Ilhas Britânicas assistem a uma multiplicação de grupos satanistas. Igrejas foram atacadas, túmulos violados, rituais eram realizados em ruínas de igrejas e abadias.

Como desenvolvimento lógico deste processo, surge uma igreja diabólica: a Primeira Igreja de Satã, em San Francisco. Fundada por seu pastor, o ex-fotógrafo policial e ex-domador de leões (entre outras atividades) Anton Szandor La Vey, a mesma se tornou rapidamente conhecida e frequentada pela intelectualidade da costa oeste dos EUA, com suas orgias "bem-comportadas" e seus rituais movidos por uma parafernália de luzes, odores e sons. Argumentando que Satã não é um adversário de Deus, mas uma força oculta na natureza, defendia a aquisição e o controle de nossas forças psicológicas interiores pela livre admissão e aceitação de nossas paixões. Os sete pecados capitais do cristianismo, nesse sentido, deviam ser encorajados, pois são virtudes que levam à consumação de nossos desejos. La Vey era íntimo do casal Polansky-Tate, tendo servido de consultor e ator no filme O Bebê de Rosemary, em que desempenhou o papel do próprio Diabo (o que, de resto, era bastante conveniente). Segundo La Vey, a Idade Satânica começou em 1966, quando Deus foi declarado morto. Contando, em 1970, com 7 mil adeptos, sua importância é proclamada de um modo um tanto cínico e que não carece de um oportuno sentido pragmático: "Os povos, as organizações estão ganhando milhões de dólares conosco. O que fariam sem nós? Sem a Igreja de Satã, eles não teriam ninguém para odiar e pôr a culpa de todas coisas podres que

acontecem no mundo.” Contudo, o trágico fim da atriz Sharon Tate, amiga pessoal do “reverendo diabólico” e simpatizante do ocultismo – assassinada com seus convidados durante uma festa por membros de uma seita satânica estranha – aponta para uma nova possibilidade de configuração do satanismo, marcada pela ignorância esotérica e pelo barbarismo de seus atos.

Tratava-se de “A Família”, fundada em 1969 por Charles Manson, que dizia ter em seu corpo Cristo e Satã, sendo sua missão levar a cabo o final dos tempos. Manson, um semianalfabeto, não tinha qualquer relação com uma tradição esotérica, aprendendo o que sabia por meio de histórias em quadrinhos e filmes de terror classe B, fazendo parte, pois, do que poderíamos chamar de um “satanismo inculto”, que pregava e infelizmente praticava, sacrifícios humanos rituais. Na Europa, um pequeno grupo, os “Seekers of Mercy”, da pequena cidade de Helikon, na Suíça, foi dissolvido pela polícia após a morte misteriosa de uma jovem adepta. Na investigação posterior, encontrou-se na “Igreja” até uma câmara de torturas, extremamente bem aparelhada. No entanto, tais descaminhos representam uma raríssima exceção nas seitas ocultistas, seja pelos seus filiados, que constituem em geral as elites intelectuais e econômicas da sociedade, seja por sua vinculação a determinada tradição, que fornece o controle para os rituais por meio de uma aprendizagem e de um código ético aceito pelos praticantes, referendando, salvo “pequenos desvios”, as normas vigentes na sociedade ocidental. Essas seitas se multiplicam a partir do final da década de 1960, com a crescente importância do transcendental (e o consequente desinteresse e a negação do real), em face da sensação de estranheza, de alienação que sente o indivíduo em relação aos sistemas de valores presentes em uma sociedade de massa. As decisões políticas e econômicas são geradas no interior de uma máquina política por demais gigantesca para que possam ser realmente compreendidas. O homem moderno se enxerga como um instrumento da sociedade, à qual se vê submetido por um processo social hereditário, pagando o preço inevitável da submissão. Sobram aos homens pouquíssimas oportunidades de tomar decisões acerca de assuntos fundamentais para a sua vida. Encontramo-nos frente a um desenvolvimento constante das seitas esotéricas e do satanismo, que a crise de sobrevivência e de valores – em especial a assustadora crise de identidade – que aflige os homens, senão em escala mundial, ao menos em escala ocidental, proclama a necessidade da saída esotérica.

Acomodando-se ao status quo, o satanismo finalmente abandonou o seu estatuto de rebeldia, “marginalidade” e inconformismo, para adaptar-se aos padrões de uma sociedade de consumo: mercadorias esotéricas penetram em um circuito imaginário de recompensa e punição (para os que não as possuem), premiando

uma participação, que não percorre os difíceis caminhos da iniciação e do conhecimento, mas obedece de uma maneira cada vez mais flagrante às leis do mercado e do poder de compra. Práticas e cultos satânicos representam, assim, um "remédio possível", seja para os arquetípicos problemas amorosos, para a obtenção de riqueza, da tão almejada saúde e felicidade, para fins políticos ou, então, como uma forma de lazer que possa iluminar a monotonia de um cotidiano insípido e rejeitado. Solução ideal porquanto de foro íntimo, que apresenta fórmulas de superação ou escape de uma realidade social que nos possibilite enxergar, na turbulência do vivido, uma esperança de melhoria, e na escuridão do futuro, a sobrevivência de um mundo racional e progressista, que parece a todo momento na iminência de desmoronar.

Referências

ELIADE, Mircea. Ocultismo, brujería y modas culturales. Buenos Aires, 1977.
LYONS, Arthur. The Second Coming. The Cult of Devil Worship. Nova York, 1970.
RUSSEL, Jeffrey Burton. A history of witchcraft: sorcerers, heretics and pagans. Londres, 1985.

CARLOS ROBERTO F. NOGUEIRA

SELEÇÃO NATURAL Charles Robert Darwin (1809-1882) chamou de seleção natural o processo de "preservação das variações favoráveis e rejeição das variações prejudiciais". A seleção natural pode ser vista, metaforicamente, como uma "peneira" que faz uma triagem da variação existente na natureza. Esse processo leva a um aumento na frequência de organismos com atributos que contribuem para a sobrevivência e/ou procriação. A seleção natural ocorre quando três condições são satisfeitas: (1) há variação na população para determinadas características; (2) a variação naquelas características influencia a capacidade de sobrevivência e/ou reprodução de seus portadores; e (3) essas características são herdáveis. É importante ainda ter em mente que a seleção natural é um processo probabilístico, no sentido de que as variações favoráveis não garantem que seus portadores sobreviverão ou reproduzir-se-ão com sucesso, mas apenas aumentam as chances de que isso aconteça.

Darwin e Alfred Russel Wallace (1823-1913) propuseram a seleção natural como um mecanismo capaz de explicar a evolução. Eles chegaram a essa teoria revolucionária independentemente, combinando uma série de observações e ideias que, individualmente, causavam pouca controvérsia. Essas ideias e observações são apresentadas a seguir: (1) todas as espécies têm uma fertilidade tão grande que o número de indivíduos em suas populações tem o potencial de aumentar de maneira exponencial, caso todos os indivíduos consigam reproduzir-se com sucesso; (2) apesar desse imenso potencial, as populações

normalmente apresentam um tamanho estável, flutuando dentro de certo limite. Uma terceira observação, inspirada nas ideias do economista inglês Thomas Malthus (1766-1834), permite que os pontos 1 e 2 sejam explicados: (3) O aumento da disponibilidade dos recursos naturais não acompanha o crescimento populacional. Os três pontos levam à conclusão de que há competição na natureza: como são produzidos mais indivíduos do que o número que pode ser mantido pelos recursos disponíveis, uma luta árdua pela existência deve ocorrer entre os indivíduos de uma população. O resultado é a sobrevivência de apenas uma parte, com frequência uma parte muito pequena, dos indivíduos que nascem em cada geração. O que determina quais serão os prováveis sobreviventes nesta competição? Algumas observações adicionais iluminam essa questão: (4) as populações de organismos apresentam variabilidade; (5) parte dessa variação pode ser transmitida aos descendentes, ou seja, é herdável; (6) parte da variação nas populações ocorre em características que afetam as chances de sobrevivência e reprodução dos organismos. Darwin e Wallace compreenderam que, diante da limitação de recursos, aqueles seres com características que aumentam sua capacidade de sobrevivência e reprodução tendem a tornar-se mais frequentes na população. As características que conferem vantagens podem ser as mais diversas: resistência a doenças, maior eficiência na obtenção de alimentos, formas aprimoradas de evitar a predação ou capacidade de resistir a desafios ambientais, por exemplo. Se a característica vantajosa for herdável, ela será passada às novas gerações. Após um intervalo de tempo, a maior parte dos indivíduos da população possuirá a característica vantajosa. É este processo de sobrevivência e reprodução desiguais, juntamente com a herança das características que influem na sobrevivência, que constitui o processo de seleção natural.

A seleção natural ocupa uma posição central na biologia evolutiva, visto que nos oferece um mecanismo capaz de explicar como ocorre a evolução. A sua formulação por Darwin e Wallace foi fundamental para fortalecer a visão evolutiva do mundo. Porém, é importante compreender que evolução e seleção natural não são sinônimos: pode haver evolução sem seleção natural, e seleção natural sem evolução. Populações podem mudar ao longo do tempo por meio de processos aleatórios. Nesse caso, as mudanças que ocorrem não são explicadas pelos atributos dos organismos, mas simplesmente por quem “teve sorte” de contribuir com descendentes para a geração seguinte. Assim, ocorre evolução sem seleção natural. Por outro lado, se a seleção natural favorece organismos com determinada característica, e qualquer desvio desse padrão resulta numa redução do potencial reprodutivo, uma única forma da característica em questão tenderá a persistir na população. Nesse caso, a seleção está atuando, mas seu

efeito é de impedir mudanças evolutivas. Por fim, é importante lembrar que a evolução é um processo que ocorre em duas etapas: há a geração de variação e esta é, então, submetida à triagem no processo de seleção natural. A seleção natural sem a etapa anterior, a geração de variação, não levaria à mudança evolutiva.

A seleção natural explica as adaptações, aqueles casos em que as características de um organismo são adequadas para determinada tarefa que este realiza num certo ambiente. A camuflagem que existe em vários animais, por exemplo, faz com que eles sejam mais difíceis de detectar, aumentando assim sua eficiência de predação ou diminuindo suas chances de tornar-se presa. A explicação das características com base nas vantagens que elas trazem é chamada de adaptacionismo. O adaptacionismo, em suas versões mais extremas, entende a seleção natural como a grande força responsável pela mudança evolutiva. As alternativas ao adaptacionismo, que começaram a ser discutidas de maneira mais intensa a partir da década de 1970, retomando críticas anteriores, apresentadas por cientistas como D'Arcy Thompson, Schmalhausen e Waddington, enfatizam três aspectos da evolução: a existência de restrições à mudança evolutiva, uma visão hierárquica da evolução e uma ênfase sobre o papel do acaso. As restrições à evolução podem ser de natureza física, como foi enfatizado, por exemplo, por Brian Goodwin. Há certas formas de seres vivos que não encontramos na natureza pela simples razão de que há limites sobre o que é possível "montar" a partir de moléculas orgânicas e células. Segundo essa visão estruturalista, a diversidade natural seria em grande parte determinada pelos limites impostos por leis físicas, e não pelo que é favorecido pela seleção natural. As restrições podem também ser históricas, como tem sido enfatizado por Stephen Jay Gould (1941-2002) e por Richard Lewontin. Como as novas espécies são variações daquelas preexistentes, a diversidade em qualquer momento dependerá daquela que existiu anteriormente. Assim, não é apenas a seleção natural, mas também a diversidade que existiu no passado que explica a variação biológica que vemos hoje.

Uma visão hierárquica – que tem sido discutida por evolucionistas como, por exemplo, David Sloan Wilson e Stephen Jay Gould – considera que entidades acima da escala do organismo individual podem ser a unidade de seleção. Por exemplo, alguns autores argumentam que propriedades de uma espécie, como um todo, determinam sua probabilidade de persistir. Nesse caso, não seria a seleção natural atuando sobre os indivíduos que determinaria o curso do processo evolutivo: a espécie seria a unidade selecionada. Por fim, a supremacia da seleção natural foi questionada por pesquisadores que enfatizam o papel do acaso na história da vida, como o geneticista norte-americano Sewall Wright

(1889-1988). Aquilo que aconteceu não é inevitável nem se encontra predeterminado: é apenas o resultado da combinação de eventos de seleção e restrições que dificilmente se repetiria se a vida na Terra começasse de novo. Novamente, a diversidade de seres vivos não é explicada exclusivamente pela seleção: uma sutil mudança no que ocorreu no passado faria com que a história fosse diferente. Esses desafios colocam a evolução em xeque? Não. Como vimos, a seleção natural é fundamental para compreender a evolução, mas a evolução não se limita à seleção natural. Podemos estudar alternativas à seleção natural sem questionar a evolução. Os debates sobre mecanismos evolutivos refletem a complexidade dos fatores que moldam a mudança dos seres vivos e devem ser examinados à luz da teoria da evolução.

Referências

BOWLER, P. J. Evolution: The History of an Idea (Revised edition). Berkeley: University of California Press, 1989.

LEVINS, R.; LEWONTIN, R. The Dialectical Biologist. Cambridge-MA: Harvard University Press. 1985.

MAYR, E. O desenvolvimento do pensamento biológico: diversidade, evolução e herança. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1999.

MEYER, D.; EL-HANI, C.N. “Evolução”. In El-Hani, C.N.; Videira, A.A.P. O que é vida? Para entender a biologia do século xxi. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000. p. 153-185.

CHARBEL NIÑO EL-HANI

SEMANA DE ARTE MODERNA A Semana de Arte Moderna de 1922 representa o marco inaugural do movimento modernista brasileiro. A sua realização ocorreu no Teatro Municipal de São Paulo, nas noites dos dias 13, 15 e 17 de fevereiro. O evento abrangeu uma série de atrações, desde a apresentação de danças, declamação de poesias, leitura de manifestos, até a exposição de pinturas e esculturas no saguão do teatro. A concepção e a organização do evento couberam a um grupo de jovens artistas e escritores, residentes no Rio de Janeiro e em São Paulo, que se mostravam descontentes com os rumos da arte e das letras no Brasil. Entre os idealizadores e participantes da Semana, destacam-se os polígrafos Mário de Andrade e Oswald de Andrade, os poetas Manuel Bandeira e Guilherme de Almeida, as pintoras Anita Malfatti e Tarsila do Amaral, o pintor Di Cavalcanti, o crítico estreante Sérgio Milliet, o compositor Villa-Lobos, o escultor Victor Brecheret e o historiador Paulo Prado. A esses integrantes, soma-se a figura do renomado escritor Graça Aranha, que contava à época 53 anos e cujo prestígio intelectual contribuiu para a valorização do acontecimento.

A primeira noite da Semana de Arte Moderna, em 13 de fevereiro, atraiu um

grande público, que reagiu com espanto e repúdio às obras de Victor Brecheret e às telas de Anita Malfatti. Durante o espetáculo, foram proferidas as conferências de Ronald de Carvalho e Graça Aranha, ambas a respeito da dimensão estética do novo conceito de arte. A noite encerrou-se com a audição de três solos de piano de Ernani Braga e com a exibição de três danças africanas de Villa-Lobos. A segunda noite do evento, em 15 de fevereiro, despertou a hostilidade da plateia, que se manifestou com vaias e atitudes irônicas. Após o discurso de Menotti del Picchia, ilustrado com textos de Plínio Salgado e Oswald de Andrade, o público menoscabou os representantes modernistas, por meio de latidos e miados expressos em tom de pilhéria. Entre aqueles que desferiam gritos lancinantes contra os presentes no palco, estava o então estudante Antônio de Alcântara Machado, cuja adesão ao Modernismo ocorreria anos mais tarde. O festival prosseguiu com a crítica de Manuel Bandeira à métrica e à rima parnasianas, mediante a recitação do satírico poema Os sapos. No intervalo da apresentação, Mário de Andrade leu nas escadarias do teatro trechos de A escrava que não é Isaura. A última noite, em 17 de fevereiro, transcorreu com a presença de um número menor de espectadores, que se comportavam, porém, de forma mais comedida. O único momento de alvoroço da plateia aconteceu quando o maestro Villa-Lobos entrou em cena de casaca e chinelos. Tal irreverência gerou protesto e incompreensão entre os que assistiam ao concerto.

A finalidade precípua dos mentores da Semana de Arte Moderna foi o combate às formas tradicionais de composição, à herança passadista e às obras de talhe “academizante”, que se cristalizaram no país no final do século XIX e no início do século XX. Inspirados nas correntes de vanguarda da Europa, como o Futurismo do italiano Marinetti e o Dadaísmo do romeno Tristan Tzara, os modernistas procuravam desbaratar o ideal da arte pura e a posição elitista do intelectual brasileiro na sociedade. A ruptura iracunda com os cânones literários e com os padrões estilísticos convencionais era, pois, o imperativo da geração de 22. Em lugar dos modelos estabelecidos, os expoentes da Semana de Arte Moderna defendiam a liberdade de expressão, a adoção do verso livre, a aproximação com os temas da vida cotidiana e a introdução da fala própria do ser brasileiro, com vistas a superar os empecilhos impostos pelas regras gramaticais e ortográficas da língua portuguesa.

A compreensão do significado da Semana de Arte Moderna no primeiro quartel do século XX passa também pelo exame das transformações de ordem histórica, social e cultural ocorridas no Brasil e no mundo. Do ponto de vista internacional, a Europa atravessava nos primeiros decênios do século um período de acentuada euforia racionalista. O desenvolvimento tecnológico e o progresso científico

constituíam a pedra de toque do sistema econômico capitalista. Após uma fase de intensas mudanças, o advento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a eclosão da Revolução Russa de 1917 arrefeceram o otimismo irrestrito. Com a destruição dos países beligerantes, esboroaram-se no continente europeu algumas ilusões acerca da onipotência da razão. No âmbito artístico, a Europa acompanhou as alterações históricas com a irrupção de diversas correntes estéticas. Dentre elas, vale mencionar o Futurismo, o Expressionismo, o Cubismo, o Dadaísmo e o Surrealismo. Tais vanguardas visavam a interpretação da realidade sob novos ângulos e sob novas explorações pictóricas, rítmicas e sinópticas. Por um lado, tendências como o Futurismo exaltavam os valores da vida moderna e as conquistas hauridas da técnica. Por outro lado, tendências como o Dadaísmo apregoavam a ausência de perspectivas da humanidade diante da guerra. Já o Surrealismo afiançava a fuga da racionalidade, a penetração no mundo interior e a ênfase no inconsciente. Do ponto de vista nacional, São Paulo e Rio de Janeiro eram os centros urbanos mais avançados, que assistiam a uma incipiente industrialização e à emergência do proletariado. A classe proletária em São Paulo ganhava corpo também pelo fato de o país receber uma grande massa de imigrantes, especialmente de italianos, que ajudavam a fomentar as primeiras greves operárias. Em 1922, ocorre no Rio de Janeiro o incidente dos 18 do Forte de Copacabana, quando jovens oficiais militares indispõem-se contra o governo e contra a estrutura oligárquica da República Velha. No mesmo ano, é fundado o Partido Comunista Brasileiro. No plano artístico nacional, é possível identificar os sinais precursores que antecederam a Semana de Arte Moderna. Em 1912, Oswald de Andrade regressa da Europa, após travar contato com os espíritos inovadores que lançavam manifestos em prol do Futurismo. Em 1913, o pintor russo Lasar Segall faz uma mostra de quadros no Brasil. Em 1917, Oswald e Mário de Andrade conhecem-se no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. No mesmo ano, Anita Malfatti, após estudar na Alemanha, expõe pela segunda vez suas pinturas, drasticamente rejeitadas pelo escritor e editor Monteiro Lobato, em seu artigo polêmico Paranoia ou mistificação?. Em 1920, o grupo de modernistas descobre o escultor Victor Brecheret. No ano seguinte, Mário de Andrade publica Pauliceia Desvairada e ataca o ambiente literário oficial, mormente os artífices do Parnasianismo, como Olavo Bilac.

Após a rumorosa Semana de Arte Moderna, os seus membros foram-se ramificando e espargindo em torno de distintas vertentes de pensamento, no decorrer dos anos 1920. Os jovens artistas deram início à primeira fase do Modernismo, com a promoção de grupos, revistas, manifestos e viagens ao interior do Brasil. A revista Klaxon foi o primeiro periódico a circular, já no ano de 1922. A seguir, surgiu a revista Estética, no Rio de Janeiro, sob os auspícios

de Prudente de Moraes, neto, e Sérgio Buarque de Hollanda. Em 1924, Oswald de Andrade redigiu o manifesto Pau-Brasil. Dois anos depois, Cassiano Ricardo, Plínio Salgado e Menotti del Picchia criam as bases do Verde-Amarelismo, cuja marca era o nacionalismo primitivista e chauvinista. Em 1928, vem a lume a Revista de Antropofagia, dirigida por Raul Bopp e Antônio de Alcântara Machado. Assim sendo, “o brado coletivo principal”, tal como Mário de Andrade classificou a Semana de Arte Moderna, projetou o movimento modernista sobre o cenário artístico e cultural brasileiro, ao longo das décadas que se seguiram à sua realização.

Referências

ANDRADE, Mário de. O movimento modernista. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.
ANDRADE, Oswald de. Estética e política. São Paulo: Globo, 1992.
ARANHA, Graça. Obra completa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968.
BRITO, Mário da Silva. História do modernismo: Antecedentes da Semana de Arte Moderna. São Paulo: Saraiva, 1958.
NICOLA, José de. Literatura brasileira, das origens aos nossos dias. São Paulo: Scipione, 1991.

SHELL-SHOCK Termo cunhado em 1915 pelo Professor Charles Myers – editor do Britsh Journal of Psychology – para caracterizar um conjunto de distúrbios psicológicos provocados pelas condições das trincheiras durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), notadamente a utilização de expressiva carga de explosivos. Expostos diretamente ao peso de uma guerra tecnológica sem precedentes, vivenciando no campo de batalha o momento em que a capacidade de tiro dos exércitos modernos atingia uma nova dimensão, os soldados das primeiras linhas viram-se diante de bombardeamentos maciços ou esporádicos, responsáveis por sintomas como entorpecimento, perda de memória, e terríveis dores de cabeça, acompanhados invariavelmente de discursos incoerentes e comportamento agressivo, o que encaminhava o doente à reclusão. Denominado obusite pelos médicos franceses, os distúrbios começaram a chamar a atenção das autoridades militares já em 1915, tão logo os médicos apresentaram os primeiros diagnósticos, embora para muitos oficiais tais reações fossem identificadas como demonstrações de covardia ou mera simulação para escapar das obrigações militares. Grã-Bretanha e França foram os primeiros países a formar centros psiquiátricos especializados na análise deste problema específico, obtendo resultados expressivos em muitos dos casos. Para aqueles pacientes considerados incuráveis, entretanto, a regra era o encaminhamento para um asilo, o que vinha a representar uma verdadeira “morte social”, tal o

isolamento e a incapacidade de um convívio permanente com os familiares. Com o final da guerra, muitos progressos foram feitos no campo da psiquiatria militar, possibilitando uma série de importantes descobertas em relação aos sintomas e aos métodos de tratamento, tornando a expressão shell-shock cada vez menos comum, embora ainda tenha sido utilizada para caracterizar distúrbios semelhantes ocorridos na Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Referências

BROWN, Malcom. The Western Front. Londres: Pan Books, 2001.
ELLIS, John. Eye-Deep in Hell: The Western Front, 1914-1918. Londres: Penguin Books, 2002.
HOLDEN, Wendy. Shell Shock. Londres: Channel 4 Books, 1998.
MIQUEL, Pierre. Les Poilus. Paris: Plon, 2000.

SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO O termo sindicalismo revolucionário guarda em si uma aparente contradição: sindicalismo na história do movimento operário representa – via negociação de condições concretas das condições de trabalho – determinada associação com as formas de exploração capitalista, que a ideia de revolução procurou eliminar. No contexto de seu surgimento, no entanto, a conjugação de ambas as tendências existentes no interior do movimento operário realizou-se de forma pertinente ao cenário em que surgiu: a França na década de 1890. Ele existiu primordialmente em países com o desenvolvimento do capitalismo pouco intenso ou descontínuo e com a presença de processos manufatureiros e artesanais expostos à rápida industrialização. Encontram-se incluídos nesta descrição, além da própria França, a Itália, a Rússia, a Espanha e até mesmo o Brasil. Este último possuiu durante a República Velha (1889-1930) um movimento operário cujo polo mais dinâmico, basicamente centrado no Rio de Janeiro e em São Paulo, era hegemonizado por militantes anarcossindicalistas. A sua influência alcançou também várias economias capitalistas avançadas (EUA, Inglaterra, Alemanha e Austrália) que, das vésperas da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) ao encerramento da conflagração (momento que marca o início do declínio desta tendência política), assistiram à ocorrência de greves revolucionárias e à formação de organizações operárias que praticaram os seus princípios. Isso, contudo, não aponta para a existência de um movimento internacional organizado. O que se constata é que os apelos mais gerais desta tendência tocaram inúmeros militantes operários ao longo do tempo.

São variados os elementos que podem ser alinhados para a formação da corrente sindical-revolucionária no interior do movimento operário: a crise econômica do

período 1873-1895, associada às profundas transformações no processo produtivo (concentração industrial); a cessação dos efeitos da repressão à comuna de Paris (1871); o fortalecimento dos partidos políticos da classe operária conjugados ao reformismo como orientação política; o desgaste das práticas terroristas dos movimentos anarquistas (a "propaganda através da ação"); o surgimento de um novo influxo organizativo da classe operária com a realização de várias greves a partir da década de 1880; a reorganização internacional da classe operária, com a constituição da II Internacional; e, finalmente, o fortalecimento do socialismo como a ideologia predominante do movimento operário, fato extremamente importante para a realidade da classe operária francesa que, pela primeira vez, vivenciou esta associação. Neste país, a existência de diversas correntes políticas que se autoproclamavam "coletivistas" ou "revolucionárias" ("guesdistas" – marxistas –, "blanquistas", anarquistas e vários tipos de reformismos) marcaram a vida associativa anterior ao surgimento do sindicalismo revolucionário.

A constituição do sindicalismo revolucionário, como orientação política e ideológica da classe operária, foi consagrada pela criação, em 1895, da Confédération Générale du Travail (CGT), organismo formulador das principais ideias e práticas desta tendência. A CGT promoveu a fusão de duas das principais formas organizativas da classe operária francesa: a bolsa de trabalho (organizações municipais representativas de todas as categorias de trabalhadores que exercia, além disso, funções culturais e de alocação da força de trabalho no mercado) e as federações nacionais (por ofício). A "Carta de Amiens" (1906) demarcou e oficializou a atuação do sindicalismo revolucionário ao estabelecer que a ação sindical seria o único meio de manifestação do movimento operário. O sindicato revolucionário deveria se comportar de forma distinta dos partidos políticos e dos sindicatos a eles associados. Está incutida nessa visão uma crítica ao centralismo e à burocratização da vida associativa da classe operária predominante na época, o que teria desvirtuado as lutas trabalhistas para uma aceitação tácita e oportunista do capitalismo. O sindicato deveria tornar-se o eixo de funcionamento da sociedade, articulando a vida política com a econômica, fundindo-as numa única dinâmica. Esta seria uma forma de democracia direta efetivada pelos operários, que estariam tentando, assim, reconstituir o universo do poder político dos trabalhadores da manufatura no ambiente das novas e poderosas formas de acumulação capitalista. A conquista do poder deveria ocorrer pela greve geral, meio de derrubada tanto da propriedade privada quanto da máquina estatal que lhe sustenta.

O sindicalismo revolucionário é indiscutivelmente uma corrente socialista dentro do movimento operário. A sua marca central é, neste sentido, a fusão de três

ideologias (o marxismo, o anarquismo e o sindicalismo) numa proposta de atuação e reflexão absolutamente originais: o anarcossindicalismo. A formação deste ocorreu a partir da aproximação de militantes anarquistas aos sindicatos, o que produziu uma reinterpretação das três visões formadoras do movimento, com base na releitura específica propiciada pelo anarquismo.

O sindicalismo revolucionário está marcado, do ponto de vista conceitual, pela incapacidade de constituir um campo teórico próprio de entendimento sobre o advento do socialismo. Se, por um lado, o sindicalismo (no estilo trade-unionista inglês) expôs o forte potencial conservador do movimento operário, por outro lado, a busca de identidade a partir e com o anarquismo também não obteve êxito em dar coerência à proposta. Este último é marcado pela aversão a qualquer tipo de instituição que congregue uma ação coletiva dos indivíduos, o que é sempre tomado como a expressão de algum tipo de coerção. Conjuntamente com essas análises, aparece a principal consignação do marxismo, a alegação da existência no capitalismo da “luta de classes”, opondo frontalmente capitalistas e operários. Os anarcossindicalistas também defendiam o pacifismo, o antimilitarismo, a abstenção eleitoral dos operários e o anticolonialismo. Fernand Pelloutier (1867-1901), principal formulador das teses originais e grande organizador deste movimento, chegou a detalhar numericamente o volume de recursos monetários a serem poupados pelos trabalhadores para viabilizar o principal intento do sindicalismo revolucionário: o sucesso da greve geral. Não se trata de um confronto, uma guerra, mas uma recusa ao trabalho, de difícil combate pela burguesia. O conflito aberto seria, segundo o militante, inviável, devido às transformações tecnológicas aplicadas ao poder militar, ao desenvolvimento dos meios de comunicação e às reformas urbanas ocorridas nos anos anteriores. Além disso, as revoluções passadas só tiveram como vitoriosas a burguesia e as lideranças dos movimentos revolucionários; a classe operária tinha pagado com a vida de vários dos seus membros as insurgências violentas. A greve geral marcaria o início da nova sociedade, constituída não de classes, mas de produtores associados.

A Primeira Guerra Mundial assiste ao fim da grande influência do sindicalismo revolucionário sobre o movimento operário internacional. A eclosão do conflito foi, em primeiro lugar, uma forte derrota para o pacifismo, presente em todas as tendências políticas representativas da classe operária. Além disso, ocorreram ao longo da história da CGT inúmeras greves operárias parciais, sempre acompanhadas de forte repressão, o que provocou uma constante e incontornável tensão entre a proposta de greve geral revolucionária e a realidade concreta. Podemos apontar ainda três elementos centrais na crise do sindicalismo revolucionário: o primeiro foi o aprofundamento da concentração industrial e das

novas técnicas gerenciais utilizadas pelo patronato (tal como o taylorismo), o que provocou a "expropriação" do "saber operário" e vulnerabilizou o controle "artesanal" sobre o processo de produção; em segundo lugar, a ampliação da legislação social abalou fortemente a percepção do operariado quanto ao Estado ser apenas um agente opressor; finalmente, a Revolução Russa e o fortalecimento dos partidos comunistas nacionais criaram uma impactante divisão no seio do movimento operário internacional. Daí em diante, a principal cisão política e ideológica do movimento operário não seria mais entre políticos e sindicalistas ou revolucionários contra reformistas, mas entre duas concepções de revolução: a comunista, já efetuada, e a "sindicalista", ainda por ser realizada. A França assistiu, por conta deste novo contexto, a uma dupla divisão do seu movimento operário: em 1920, é fundado o Partido Comunista Francês, passando a concorrer com o Partido Socialista; em 1921 é formada a CGTU, de orientação comunista e opositora da CGT. Algo similar ocorreu em todas as nações cujas classes operárias desenvolveram-se com a presença do anarcossindicalismo.

A influência do sindicalismo revolucionário no século XX deu-se devido à sua forma de entabular uma visão específica do movimento operário como agente privilegiado de atuação em direção à construção do socialismo. Ele foi menos uma proposta universal do que a primeira experiência tipicamente "obreirista" de organização da classe operária. Podemos identificar, por exemplo, a presença destas mesmas posições na "oposição operária", tendência política liderada por Alexandra Kollontai (1872-1952), formada no interior do Partido Bolchevique após a Revolução Russa. Esta reclamava para a classe operária – em meio ao processo de ascensão do controle dos meios de produção por uma camada de dirigentes políticos oriundos de fora do mundo do trabalho, que ficou conhecida pelo nome de "burocracia" –, a condução dos destinos econômicos da construção do socialismo. Na mesma linha de abordagem podemos citar a visão elaborada por Paul Mattick no contexto da ampla intervenção do Estado na economia e na regulação do mundo do trabalho após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Estado de Bem-Estar Social. A sua análise – pautada na larga experiência como militante operário na Europa e nos EUA desde o início do século XX – ressaltava a pertinência da vinculação da ação especificamente operária com a construção do socialismo. O sindicalismo revolucionário, para o autor, representou esta associação através da manifestação da valorização da "espontaneidade" da ação da classe operária e da "gestão operária" do processo produtivo.

Referências

DROZ, Jacques (org.). História geral do socialismo, vol. 4. Lisboa: Livros Horizonte, 1972.

HOBSBAWM, Eric. Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
JENNINGS, Jeremy. “Fernand Pelloutier and Revolutionary Syndicalism”. In: (Site: ANARCHO-SYNDICALISM 101. [http://flag. blackened.net/huelga/texts/index.html).
MARTINET, Giles. Sete sindicalismos: Grã-Bretanha, República Federal Alemã, Suécia, Itália, França, Estados Unidos, Japão. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d.
MATTICK, Paul. Integración Capitalista y Ruptura Obrera. Barcelona: Editorial Laia, 1978.
PARIAS, Louis-Henri (ed.). História General del Trabajo. Barcelona: Grijalbo, 1965.

SINDICALISMO Compreendido genericamente como ação coletiva que visa a defesa dos interesses de trabalhadores assalariados, o sindicalismo nasce, por assim dizer, antes mesmo da formação dos primeiros sindicatos. As primeiras manifestações de revolta contra a máquina, ocorridas em tempos nos quais o modo capitalista de produção ainda não havia se tornado hegemônico nem mesmo na Inglaterra, já continham preocupações que posteriormente tornar-se-iam caras aos sindicatos de finais do século XIX – quando se difundem as organizações sindicais – e do século XX. Ao se revoltarem contra a tecnologia fabril, os luditas eram movidos pela mesma preocupação que hoje suscita debates nos meios sindicais do mundo inteiro, a saber, o desemprego. Desta maneira, se a origem do sindicato pode ser precisamente datada, coincidindo com a constituição da primeira entidade sindical, o mesmo não se pode dizer do sindicalismo, que pode ser definido como um conjunto de procedimentos que precede e, portanto, independe, em seus primórdios, da existência de sindicatos.
No entanto, tal como conhecemos hoje, o sindicalismo encontra-se estreitamente associado à presença de entidades sindicais. A partir das últimas décadas do século XIX, o sindicalismo deve ser entendido como um procedimento que parte de dentro dos sindicatos, organismos que se revestem da função primordial de defender os interesses dos trabalhadores por eles representados diante do Estado e do patronato. Todavia, a evolução do sindicalismo não constitui uma trajetória retilínea. São notáveis as mudanças observadas na forma de organização, de ação, bem como na amplitude dos objetivos traçados. Para entender a trajetória do sindicalismo no século XX é necessário, pois, situá-la dentro de um processo de transformação mais amplo. É preciso compreender as mudanças ocorridas na maneira como as classes trabalhadoras se inserem nas sociedades capitalistas ao longo do século XX e, fundamentalmente, a amplitude dos direitos políticos e sociais em cada momento histórico. Não obstante as evoluções do sindicalismo e do capitalismo não constituírem-se processos unívocos, dadas as particularidades de cada região, é possível vislumbrar uma evolução de certo modo comum,

marcada por conjunturas claramente delineadas.

Assim, na passagem do século XIX ao XX, momento em que os sindicatos saem da ilegalidade em alguns países, verifica-se ainda uma grande intolerância do patronato em relação aos mesmos e o caráter incipiente dos direitos políticos e sociais. Neste contexto, a ação sindical tende a pautar-se pela noção de superação do capitalismo, visto como um sistema no qual a obtenção de benefícios é obstada pela lógica perversa que tem no mercado o locus por excelência da solução de conflitos sociais. Ao Estado mínimo é destinada a função de garantir as condições para a continuidade da dominação e do desenvolvimento capitalista, o que supõe a quase ausência de benefícios sociais e trabalhistas. A violência é ainda recurso frequentemente utilizado tanto na ação sindical quanto na reação estatal. Contudo, a defesa de uma ação revolucionária no meio sindical, visando ao fim do capitalismo, já convive com posturas reformistas, que defendem uma atuação voltada para a conquista progressiva de reformas que beneficiem os trabalhadores. Habitam a cena sindical corrente como o "sindicalismo puro", que adota uma postura de tolerância, ou mesmo de aceitação, para com as relações capitalistas, reivindicando mudanças tópicas para os trabalhadores; a socialdemocracia, que defende, não obstante possuírem funções diferenciadas, que sindicatos e partidos políticos devem desempenhá-las mediante uma ação complementar no âmbito do aparato político "burguês"; e as correntes revolucionárias, como o "anarcossindicalismo" e o sindicalismo revolucionário, que rejeitam a negociação coletiva centralizada, vista como dispositivo próprio à manutenção da dominação capitalista, e atribuem à ação militante papel essencial.

A ruptura com o modo de produção capitalista está no horizonte das vertentes sindicais revolucionárias. O mito soreliano da greve geral revolucionária é parte desta visão de sindicalismo. Neste período, propagam-se as ideias de pensadores marxistas, tais como Rosa Luxemburgo (1870-1919), que se preocupou com a excessiva burocratização das organizações sindicais; Lenin (1870-1924), que criticou a rigorosa delimitação entre ação que visa aos fins econômicos e aquela propriamente política e postulou que os sindicatos no período pós-revolucionário atuassem como "escolas de comunismo", lideradas pelos quadros partidários. Na visão de Lenin, os sindicatos seriam, a bem dizer, "correias de transmissão do Partido Comunista para as massas". Tal fórmula seria aplicada por Stalin (1879-1953), que impôs aos sindicatos uma atuação como "agências do esforço de produção", modelo que posteriormente seria adotado em boa parte dos países comunistas do Leste Europeu. De sua parte, Gramsci (1891-1937) defendeu a presença de "conselhos de fábrica" contra a burocratização excessiva e o conservadorismo das organizações sindicais, que haviam se "divorciado das

massas”.

No entanto, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Revolução Russa (1917), a crise do entreguerras, a emergência dos regimes de inspiração fascista, entre outros fatores, somaram-se para produzir profundas mudanças nas sociedades capitalistas, com repercussões sobre o sindicalismo. Assim, da mesma forma que o Estado e o empresariado, diante do temor de uma ação revolucionária, tornaram-se mais sensíveis às demandas das classes trabalhadoras, a ação sindical desradicalizou-se. No entreguerras, a difusão do sufrágio universal, ao incluir no jogo político os partidos de esquerda, transformou o Parlamento em locus primordial da solução dos conflitos de interesses. Neste contexto, os partidos políticos de esquerda institucionalizaram-se e adquiriram a função de canalizar as demandas sindicais para o Parlamento. Por seu turno, nos países onde se estabeleceram regimes de inspiração fascista, o modo de intermediação de interesses privilegiado será o corporativismo, no qual o Estado controla a ação sindical ao mesmo tempo em que concede benefícios a fim de promover a paz social necessária à manutenção da economia capitalista num quadro de profunda crise econômica e política.

No pós-Segunda Guerra Mundial, os mercados de massa fordistas e as políticas de pleno emprego fortalecem o sindicalismo em boa parte dos países da Europa Ocidental. Neste contexto, os sindicatos dilatam seu poder de barganha e as classes trabalhadoras conquistam os benefícios do Estado de Bem-Estar Social. Em sociedades nas quais o movimento sindical revela-se altamente organizado e dispõe de grande centralização, desenvolve-se o chamado neocorporativismo, modelo que, tal como o corporativismo, retira do mercado o conflito capital/trabalho e, em certa medida, o transfere para o âmbito da burocracia estatal. À diferença do corporativismo, contudo, no neocorporativismo os sindicatos são mais autônomos e atuam em conexão com os partidos políticos, preservando grande parte da força política conquistada anteriormente.

Nas décadas mais recentes, a economia mundial passa por profundas transformações, em linhas gerais caracterizadas pelo declínio da capacidade regulatória dos Estados Nacionais, pela integração das economias nacionais em âmbito regional, pela globalização financeira, pelo aumento da importância do setor de serviços na absorção da força de trabalho. No que diz respeito às mudanças nos padrões de produção e nas relações de trabalho, verificam-se a fragmentação da produção, a crescente sofisticação das tecnologias utilizadas nas fábricas, a introdução de novas modalidades de relação entre administrações e trabalhadores, expressas na crise do modelo fordista-taylorista. No rastro dessas transformações, assiste-se ao aumento do desemprego e à progressiva precarização das formas de contratação de mão de obra. Essas mudanças,

verificadas sob a égide do ideário neoliberal, marcam profundamente o movimento sindical de vários países, chegando mesmo a subsidiar formulações que identificam um processo, por assim dizer, de declínio da importância do trabalho nas sociedades pós-industriais, cujos efeitos seriam de monta ainda inestimável. Tendo em vista que tais mudanças estão em curso, torna-se difícil aquilatar seus efeitos sobre o movimento sindical no longo prazo e precisar o lugar do trabalho diante desta nova configuração.

Na tentativa de solucionar a crise do sindicalismo, decorrente dos fatores assinalados, pelo menos dois caminhos têm sido apontados: por um lado, a sobrevivência dos sindicatos estaria condicionada à sua inserção dentro das empresas, a fim de acompanhar de perto o curso da reestruturação produtiva e apresentar alternativas à precarização das formas de contratação e às demissões, levando em conta as exigências de aumento da competitividade; por outro lado, postula-se para os sindicatos a ampliação dos temas abordados, para além do universo dos trabalhadores assalariados, formalmente representados pelas entidades de caráter sindical. Certo é que o sindicalismo, na passagem ao século XXI, encontra-se novamente às voltas com temas que já no século XIX dispunham de centralidade nos meios sindicais, como a redução da jornada de trabalho, o desemprego, bem como a própria modalidade de sua inserção e atuação no conjunto das sociedades nacionais e de suas interações para além das fronteiras nacionais.

Referências

BIHR, Alain. Du Grand Soir a L'Alternative: Le Mouvement Ouvier Européen en Crise. Paris: Le Éditions Ouvrières, 1991.

CASTEL, Robert . As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

HOBSBAWN, Eric. Mundos do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LUXEMBURGO, Rosa. Reforma, revisionismo, oportunismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

OFFE, Claus. Capitalismo desorganizado. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PRZEWORSKI, Adam. Capitalismo e socialdemocracia. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

VALÉRIA MARQUES LOBO

SINDICATO Desde a Revolução Industrial, quando nasce o operariado moderno, os trabalhadores desenvolveram uma série de experiências e formas organizativas das quais os sindicatos podem ser considerados uma das mais importantes. Ao longo de sua trajetória, os sindicatos se desenvolveram de maneira bastante diferenciada. Seja em termos da defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores, seja a partir da intervenção em processos políticos e sociais, como guerras e revoluções, não se pode fazer uma história do século XX sem que se leve em conta o papel deste importante ator. O desenvolvimento

histórico variado torna difícil estabelecer uma definição estrita de sindicato. Qualquer tarefa neste sentido deve incorporar ao menos duas perspectivas: uma que diz respeito ao papel que o sindicato desempenha como agente das reivindicações dos trabalhadores no que tange à melhoria de suas condições de vida e trabalho; outra que diz respeito à participação do sindicato em processos mais gerais de transformação social. Estas duas linhas refletem tanto as práticas empreendidas pelos sindicatos ao longo de sua história, como as formulações teóricas construídas acerca desse tipo de organização.

O sindicato surge no contexto europeu das transformações trazidas pela Revolução Industrial inglesa, que ampliou a capacidade produtiva dos setores capitalistas e obrigou um grande contingente de trabalhadores a se adaptar a novas condições de produção. Se para o patronato a implantação da produção baseada no maquinário garantia um aumento das possibilidades de lucro, para os trabalhadores impunha uma rotina de trabalho de longas jornadas, locais de trabalho e moradia insalubres e baixos salários. Não tardou para que, agrupados nos mesmos locais e vivendo as mesmas agruras, os trabalhadores se rebelassem contra aquelas condições que lhes eram adversas. Desta forma, perceberam que organizados poderiam dar respostas mais consistentes aos setores patronais. Avançaram da revolta individual para a organização e a ação de caráter coletivo. Com o intuito de responder à organização e à mobilização dos trabalhadores, governo e empresários, principalmente no caso da Inglaterra do século XVIII, passam a tratá-los duramente, submetendo-os à ilegalidade e à repressão. Com esse tipo de ação, restou aos trabalhadores atuar nas entidades mutuais, de ação limitada, mas aceitas como legais; ou nas sociedades secretas, as quais promoviam atos de violência e sabotagem. Preocupada com o recrudescimento de tais atividades, a classe dominante muda de estratégia, propondo a legalização dos sindicatos, visando com isso refrear o ímpeto dos movimentos de contestação.

Assim, em finais do primeiro terço do século XIX, as associações operárias deixaram de ser ilegais na Inglaterra. Com a lei votada em 1824 pelo Parlamento inglês, os trabalhadores passaram a dispor do direito à livre associação. A partir daí, as trade unions percorrem um trajeto de intenso crescimento em número e força, passando a intervir fortemente em defesa das reivindicações dos trabalhadores por salários e condições de trabalho. Este será um percurso que acaba por ser seguido em outros países, onde os trabalhadores lutavam por suas reivindicações e sempre encontraram duras resistências à sua organização. Por exemplo, os sindicatos somente serão reconhecidos na França em 1884 e na Alemanha em 1890.

No caso da experiência das trade unions, ficava assinalada a vertente de cunho

mais econômico, que orientava as ações daquele tipo de sindicalismo. Porém, deve-se lembrar também que existia outra enorme gama de posições no seio do movimento sindical. Em finais do século XIX, várias correntes de corte socialista, anarquista, comunista *etc.* vão disputar as linhas de orientação para a ação sindical. Nesse sentido, além da inserção de luta econômica do sindicalismo, estas tendências tenderão a capitaneá-lo em busca de uma inserção política geral que reivindicasse melhores salários, e que questionasse a base de sustentação do sistema capitalista. Um passo importante nesta direção foi a realização, em 1866, do Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, que contou com representantes de diversos países e das diversas correntes do movimento dos trabalhadores.

Se o século XIX viu a germinação das formas de organização sindical que seriam a base de seu desenvolvimento no século XX, o mesmo pode se dizer de sua inserção nos processos de lutas políticas mais gerais. Foi a partir de meados do século XIX que os trabalhadores e suas organizações se entregaram aos movimentos de caráter mais amplo, como o cartismo na Inglaterra (luta pela carta de direitos), as revoluções de 1848 que varreram França e Alemanha e a comuna de Paris em 1871. As duas faces constituidoras do movimento sindical que se desenvolvem no século XIX estarão presentes no sindicalismo do século XX. Porém, nesta passagem de século, uma mudança vai ocorrer na própria organização dos sindicatos: acompanhando o desenvolvimento capitalista, eles vão deixando de se organizar por profissão/ofício, para serem sindicatos de indústria. Desta forma, ampliava-se a base de representação que passou a organizar não apenas trabalhadores de determinada profissão, mas de toda uma indústria. Além disso, vai intensificar-se o debate acerca do que seria a principal tarefa do sindicalismo, alargando-se a distinção entre luta política e luta econômica. Concorreu para isso a vitória da Revolução Russa (1917).

Com nível de formação incipiente dado o grau de desenvolvimento industrial, e com práticas cerceadas pela repressão e infiltração de agentes czaristas, o sindicalismo russo acabava por ser um espaço limitado para os revolucionários que tinham como centro de ação as organizações clandestinas urbanas. Isso era reforçado pela visão de Lenin (1870-1924) de que os trabalhadores deixados à sua própria sorte desenvolveriam no máximo uma consciência econômica trade-unionista. Seria necessário o aporte do partido para que daí florescesse a consciência revolucionária e transformadora. Esta certa prioridade do partido será levada ao limite por Trotsky (1879-1940) no período pós-revolucionário. Segundo ele, os sindicatos deveriam ser transformados em agências do Estado. Stalin (1879-1953) acabou por radicalizar ainda mais este procedimento, transformando os sindicatos em meras correias de transmissão de políticas

emanadas do centro de poder soviético. Esta relação mais aproximada entre sindicato, partido e Estado e os dilemas por ela trazidos se desenvolveram também sob outras perspectivas, podendo ser verificada, por exemplo, no acordo empreendido na Inglaterra durante as duas guerras mundiais entre os sindicatos – capitaneados pelo Trade Union Congress (TUC) –, o governo e os empresários, no sentido de que os trabalhadores não fizessem greve, garantindo o esforço de guerra britânico.

À sua maneira, o autoritarismo também lidou como desenvolvimento do sindicalismo no século XX. Na Alemanha, o regime de Hitler (1889-1945) perseguiu as lideranças sindicais progressistas e impôs proibições à mobilização de trabalhadores que não fossem conclamadas pelos nazistas. Na Itália de Mussolini (1883-1945), não foi muito diferente. Embora os fascistas tenham tido uma posição ambígua frente ao movimento dos trabalhadores antes de assumirem o poder; uma vez no controle do Estado, trataram o sindicato de forma repressiva e buscaram atrelá-lo aos seus desígnios. Uma vertente que buscou uma autonomia total entre sindicato, partido e Estado é aquela composta pelo sindicalismo revolucionário e pelo sindicalismo anarquista, com forte influência em países como França, Itália e Espanha. Embora existam pontos de aproximação e distinção entre estas duas correntes, um elemento comum é aquele da priorização da ação direta e o rechaço de formas de luta política baseadas na organização partidária. Daí acentuarem fortemente a importância do instrumento da greve geral.

Outra grande contribuição do século XX à história do sindicalismo foi o desenvolvimento de associações internacionais. Neste período, foram criadas organizações, tais como: a Federação Sindical Mundial (FSM) e a Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL). A FSM, criada em 1945, incorporava grande parte dos setores atuantes no movimento sindical mundial. Porém, com o avanço da tensão Leste-Oeste, ocorre uma divisão que representa a cisão do movimento sindical em termos dos blocos formados no pós-Segunda Guerra Mundial. Criticando o que seria o atrelamento da FSM à URSS, um setor de seus setores rompe com ela e cria a CIOSL em 1949. O movimento sindical internacional vai acabar por reproduzir o clima da Guerra Fria. De qualquer forma, o período que se abre com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) começava o que se convencionou chamar de os 30 anos gloriosos. Eles marcaram um período no qual os trabalhadores dos países centrais conseguem estabelecer um patamar elevado de condições de vida e trabalho. Os sindicatos e os partidos de corte socialista-trabalhista conseguem estabelecer um conjunto de direitos que protegem os trabalhadores dentro e fora do mundo do trabalho. Entretanto, na virada das décadas de 1970 e 1980, este

arranjo se desfaz e os sindicatos passam a enfrentar a ameaça da deterioração das condições de contratação e trabalho, da falta de proteção social e do forte ataque por parte de governos e empresários, o que vem corroendo suas bases de sustentação e reduzindo o poder sindical.

Como no caso de seus pares europeus, o sindicalismo no Brasil manteve estreita relação com o desenvolvimento do capitalismo no país. O primeiro sopro organizativo dos trabalhadores em termos sindicais pode ser identificado na virada do século XIX para o século XX. Porém, a organização dos trabalhadores apresentava ainda as características das entidades mutualistas – as sociedades de socorro e auxílio mútuo serviam de instrumento para os trabalhadores frente à possibilidade de acidente de trabalho e desemprego. Eram bastante limitadas em termos reivindicativos. Seriam estas associações que antecederiam a formação das uniões operárias (sindicatos de ofício) e dos sindicatos. O avanço do processo de industrialização no início do século XX trouxe uma enorme massa de trabalhadores imigrantes (italianos, espanhóis, portugueses) não apenas para o trabalho na lavoura como no século anterior, mas em número cada vez maior para alimentar a incipiente indústria que se desenvolvia. Serão estes trabalhadores os responsáveis não só pela formação da primeira classe operária em nosso país, como também de suas primeiras formas organizativas. O movimento sindical de então tinha como tendência hegemônica o anarcossindicalismo. Porém, muitas outras poderiam ser encontradas, como por exemplo: no espectro revolucionário, os anarcocomunistas; no campo reformista, os socialistas; e com um cunho mais conservador, defendendo uma maior aproximação com o governo, o chamado sindicalismo amarelo.

Em 1906, sob a égide dos anarcossindicalistas, realiza-se o I Congresso Operário Brasileiro, considerado um marco da organização operária no período. Desse congresso se forma a Confederação Operária Brasileira (COB). Outros congressos operários serão realizados em 1913 e 1920. Embora bastante instável em termos de organização e mobilização, o movimento sindical em seus primórdios no Brasil demonstrou enorme capacidade de luta, realizando movimentos memoráveis. O ano de 1917 traz dois exemplos disso: o primeiro, o “comício monstro do Primeiro de Maio”, que reivindicava a redução do custo de vida e conclamava à paz na guerra contra a Alemanha; o segundo, a greve geral que, partindo de um movimento no Cotonifício Crespi em São Paulo, paralisou a cidade e se expandiu para outros estados. O governo e os empresários empreenderam diversas atividades para minar a força do movimento sindical do período. A repressão era um recurso imediato contra as mobilizações. Muitos dos líderes foram presos e uma parcela grande acabou sendo deportada para seus países de origem. Além disso, os problemas internos do movimento acabaram

por auxiliar seu combate.
A Revolução Russa teve um grande impacto sobre o sindicalismo brasileiro. No início, os anarquistas avaliavam que a Revolução Russa teria tonalidades anarquistas. Porém, ao perceberem seu real funcionamento, acabaram por desferir críticas contra a ditadura que lá se instalara. Um grupo de militantes anarquistas, liderado por Astrojildo Pereira, avaliou que a estratégia vitoriosa do Partido Bolchevique poderia ser um caminho para a revolução no Brasil. Este grupo se afastou dos antigos companheiros anarquistas e fundou o Partido Comunista em 1922. Os comunistas passarão a rivalizar com os anarquistas pelo direcionamento do movimento operário nacional.
Com a chamada Revolução de 1930, abre-se um longo período de novas experiências em termos sindicais no Brasil. A partir de então, baseando-se na forte intervenção do Estado, o sindicato perderá muito da liberdade e autonomia que apresentava no início do século. Entre 1930 e 1940, o governo de Getúlio Vargas (1882-1954) vai erigir todo um arcabouço corporativo que passa a nortear a estrutura e a vida dos sindicatos. Isso se fez com o apoio de setores do movimento que defendiam uma maior aproximação com o Estado e sob os escombros do sindicalismo autônomo que ainda existia. Diferentemente do período anterior, serão comunistas, socialistas, trabalhistas e ministerialistas, entre outros, que disputarão os destinos do sindicalismo. No entanto, mesmo com as limitações impostas pela estrutura corporativa varguista, o sindicalismo brasileiro não deixou de desenvolver-se no sentido de lutar pelas reivindicações dos trabalhadores, criando, inclusive, mecanismos por fora da estrutura sindical. Um bom exemplo foi o período 1945-1964, quando os trabalhadores, sob a liderança da aliança comunista-trabalhista, articularam sua organização nas empresas, nos sindicatos e nas intersindicais. Uma das mais marcantes intersindicais foi o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que buscou capitanear a luta sindical em nível nacional.
Toda esta experimentação foi atingida pelo Golpe Militar de 1964, que usou como um dos pretextos a ameaça da implantação de uma república sindicalista no Brasil. Diante da intervenção oficial nos sindicatos, impondo-lhes direções conservadoras, sobrou à militância um trabalho silencioso dentro das fábricas. Só de forma muito pontual, como, por exemplo, com os importantes movimentos grevistas de Osasco e Contagem em 1968, é que o sindicalismo pôde vir à tona. Esta realidade mudaria ao final da década de 1970. A partir dos metalúrgicos do chamado ABC paulista, eclode um forte movimento grevista em 1978, que se repetirá nos anos seguintes. Este movimento acaba por se espalhar por outras categorias e por outros estados da Federação. A luta sindical do período por melhores salários e por liberdades democráticas ajudou a minar as últimas

resistências de um regime militar já debilitado. Mesmo assim, ainda houve forças para reprimir movimentos e prender lideranças sindicais. No entanto, o ressurgimento do movimento sindical brasileiro, depois de quase duas décadas, era uma realidade inquestionável. Daí por diante, os sindicatos brasileiros retornaram não só às suas funções de defesa dos direitos dos trabalhadores, como também ao cenário político nacional.

Ao longo da década de 1980, foram criadas várias centrais sindicais, que representaram as várias tendências existentes, entre elas poderíamos citar a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), de que mais tarde originou-se a Força Sindical. Além desse grande salto organizativo, a década de 1980 pode ser caracterizada como aquela em que o sindicalismo brasileiro demonstrou seu ímpeto mobilizatório. Foi com essa força política acumulada que os sindicatos enfrentaram o duro processo de reestruturação econômica pelo qual o Brasil passou na década de 1990, e que teve a classe trabalhadora e suas organizações no rol dos mais atingidos. Embora tenha ocorrido um sensível influxo no movimento dos trabalhadores, a instituição sindical permaneceu como referência política essencial no país, servindo de contraponto ao agravamento das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores.

Referências

ABENDROTH, Wolfgang. A história social do movimento trabalhista europeu. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANTUNES, Ricardo. O que é sindicalismo. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BOITO Jr., Armando (org.). O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CÂNDIDO FILHO, José. O movimento operário: o sindicato, o partido. Petrópolis: Vozes, 1982.

FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito social. São Paulo: DIFEL, 1976.

RODRIGUES, Leôncio M. (org.). Sindicalismo e sociedade. São Paulo: DIFEL, 1968.

TELLES, Jover. O movimento sindical no Brasil. Rio de Janeiro: Vitória, 1962.

VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

JOSÉ RICARDO RAMALHO
MARCO AURÉLIO SANTANA

SINN FÉIN Movimento nacionalista irlandês, o Sinn Féin – expressão gaélica significa “nós mesmos” – foi organizado entre 1902 e 1908 por Arthur Griffith (1871-1922), criador também do primeiro jornal nacionalista irlandês, The United Irishman (1899). O movimento retomou a tradição dos fenianos (sociedade secreta revolucionária que lutava pela independência irlandesa, em meados do século XIX), com o objetivo de tornar a Irlanda um país totalmente independente da Grã-Bretanha, e não apenas politicamente autônomo. Para

tanto, ele buscava não só criar uma independência política e econômica, mas também promover um renascimento cultural irlandês e a retomada do uso da língua gaélica. Em 1905, o Sinn Féin se organizou como partido, mas até 1916 o seu trabalho continuou a ser majoritariamente cultural, ainda que tivesse conseguido algumas cadeiras em eleições municipais. Originalmente, o Sinn Féin não tinha orientação republicana e seu projeto político contentava-se com a formação de uma monarquia dual do tipo austro-húngaro. Em 1910, Shean MacDermott publicou um jornal quinzenal chamado Irish Freedom, mostrando que mudanças haviam ocorrido dentro do partido: evidentemente republicano, o jornal mostrava toda sua influência feniana com o slogan: Damn your concessions England, we want our country (Danem-se suas concessões, Inglaterra! Nós queremos nosso país).

Com o advento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o Sinn Féin ganhou força na Irlanda. Após o levante da Ilha de Páscoa em 1916, uma revolta armada organizada e liderada por vários membros do partido – especialmente Michael Collins (1890-1922) – foi duramente reprimida pelas forças britânicas, levando à radicalização do partido. A violenta repressão da insurreição por parte dos britânicos aumentou ainda mais a militância irlandesa, fazendo o povo se unir cada vez mais ao Sinn Féin. Com isso, o partido obteve uma grande vitória nas eleições de 1918, sob a liderança de Éamon De Valera (1882-1975), chegando a eleger 73 homens para as 105 cadeiras irlandesas no Parlamento britânico. Como mais uma forma de protesto contra a dominação britânica, os candidatos eleitos recusaram-se a ocupar suas funções em Westminster e criaram um parlamento próprio (Dáil Éireann) em Dublin, declarando a independência irlandesa em 1919. O governo britânico criou então uma milícia de desempregados veteranos da Primeira Guerra Mundial, conhecida como Black and Tans, para lutar contra os irlandeses revolucionários liderados por Michael Collins e, assim, restabelecer a Pax Britannica na ilha. Nesta mesma época, o Sinn Féin reconheceu o IRA (Irish Republican Army) como seu braço armado para lutar na Guerra de Independência (1919-1921).

Após dois anos de guerrilha, foi assinado um acordo entre o Sinn Féin e a Grã-Bretanha, em que o reino britânico reconhecia a criação do Estado Livre da Irlanda como membro do Commonwealth britânico, mas não contaria com a participação de Ulster – o norte irlandês –, que continuaria sob administração direta britânica, porque os protestantes eram maioria na região. No entanto, esse acordo foi rejeitado por grande parte dos militantes do partido, representados por De Valera, uma vez que este tratado excluía o norte irlandês do acordo e mantinha a Irlanda subordinada à coroa britânica. Em função dos termos do tratado, surgiram duas facções principais entre os militantes nacionalistas

irlandeses: uma favorável e outra contra o acordo, sendo lideradas respectivamente por Michael Collins e Éamon De Valera. Membros do IRA começaram uma guerra civil (1922-1923), havendo igualmente recorrentes ações terroristas contra os governos britânico e irlandês. Frente aos desgastes da guerra civil, De Valera chamaria as partes em contenda para pôr um fim aos conflitos e suspenderia as atividades do IRA em 1923. Apesar de terem aceitado a derrota em 1923, os militantes irlandeses insatisfeitos ainda manteriam a esperança de reunificar o país em plena soberania. Em 1926, De Valera criaria o seu partido, o Fianna Fáil (Soldados do destino), agrupando antigos membros do Sinn Féin contrários ao Tratado de Londres, mas ainda dispostos a tomar parte da vida parlamentar, o que acelerou o encerramento das atividades do Sinn Féin, que vinha se enfraquecendo desde o fim da guerra civil.

O Sinn Féin voltou com grande intensidade à cena política irlandesa em 1968, quando aumentaram os movimentos pelos direitos civis dos católicos na Irlanda do Norte, assumindo a frente da luta pela sua independência, juntamente com o IRA. Em janeiro de 1970, o partido dividiu-se em dois grupos: os “oficiais” e os “provisórios”. O Sinn Féin oficial deu origem ao Partido Trabalhista Irlandês, enquanto o Sinn Féin provisório continuou a apoiar o uso das práticas terroristas do IRA na Irlanda do Norte. A continuidade da guerra civil entre milícias católicas e protestantes levou a uma intervenção das forças britânicas de segurança em 1972. A administração de Ulster passou a estar sob intervenção britânica e os serviços britânicos de segurança passaram a ser parte permanente da vida política da Irlanda do Norte, suprimindo as liberdades democráticas.

Em 1982, o Sinn Féin provisório obteve bons resultados nas eleições para a assembleia regional de Ulster e, em 1986, terminou com seu boicote ao parlamento da República da Irlanda, completamente independente desde 1949. Com isso, surgiu uma nova cisão dentro do partido, nascendo então o Sinn Féin Republicano, que permaneceu fiel ao boicote e às ações terroristas do IRA. Em 1988, emergiu uma liderança importante para as negociações de desarmamento do IRA, Gerry Adams (*1948). Foi por seu intermédio que tanto o IRA quanto o Sinn Féin conseguiram a simpatia de uma parcela maior da população irlandesa em favor da unificação do país em uma única república. Adams foi responsável pelo diálogo interno do partido, pela sua unidade e pela sua representação junto ao governo britânico. Entre 1983 e 1992, conseguiu ser sucessivamente eleito como parlamentar pelo Sinn Féin e buscou uma mediação que pudesse costurar a ala mais radical com a ala mais moderada do partido. Ele conseguiu manter-se como porta-voz da comunidade católica nacionalista de Ulster e, em 17 de março de 1995, teve um encontro com o presidente norte-americano Bill Clinton, que se comprometeu em mediar o processo de paz.

Em 1994, foi endossado um cessar-fogo do IRA, desde que começassem as reformas em direção a um sistema multipartidário livre na Irlanda do Norte. O Sinn Féin e o IRA tiveram uma grande atuação nas discussões sobre os termos da soberania para a Irlanda do Norte. Entretanto, frente às postergações do governo britânico, o processo de paz foi colocado em risco, havendo a retomada de ações terroristas pelo IRA em fevereiro de 1996. Após nova trégua em julho de 1997, membros do Sinn Féin foram eleitos para o Parlamento e – frente a um acordo de desarmamento assinado entre o IRA e as milícias protestantes em novembro de 1999 – puderam tomar parte efetiva no governo de Ulster. Assim, o Parlamento de Ulster ficou composto pelo Ulster Unionist Party, pelo Social Democratic and Labor Party, pelo Democratic Unionist Party e pelo Sinn Féin. O Parlamento britânico aprovou a devolução completa dos poderes políticos à Irlanda do Norte – integrada à Commonwealth – e a República da Irlanda retirou de sua constituição qualquer cláusula de reivindicação de soberania sobre Ulster. Esperava-se em troca o desarmamento total do IRA até junho de 2001. Frente à adesão eleitoral ao Sinn Féin de menos de 7%, a tendência que se anunciava em 2000 era um processo de normalização democrática da vida política de católicos e protestantes em Ulster mediada pelo Labor Party.

Referências

(http://encyclopedia.com/articles/1924.html. 11/02/2001)
“Easter Rebellion”. In: Microsoft Encarta Encyclopedia 96.
“Fenians”. In: Microsoft Encarta Encyclopedia 96.
“Sinn Féin”. In: Encyclopedia.com.
“Sinn Féin”. In: Microsoft Encarta Encyclopedia 96.
DE VALERA, Eamon. In: “Encyclopedia.com”. (http://encyclopedia.com/articles/03608.html.11/02/2001)
Republican Sinn Féin. “A proud history gives confidence of victory”. In: Republican Sinn Fein: FREE Ireland. (http://freespeech. org/republicansf/1956.htm. 11/02/2001).

MAURÍCIO DA SILVA DRUMOND COSTA

SIONISMO Movimento que visa o estabelecimento de um Estado nacional judaico. Iniciado em fins do século XIX, alcançou seu ponto alto em 1948, com a criação do Estado de Israel na Palestina. Embora o nome do movimento derive da palavra Sion, a montanha onde está localizada o Templo de Jerusalém, o próprio termo só foi cunhado, em 1890, pelo filósofo judeu austríaco Nathan Birnbaum. Desde o início do exílio babilônico, no século VI a.C., os judeus associam a vinda do Messias ao retorno à chamada Terra Prometida. Ao longo dos séculos, judeus imigraram para a Palestina, juntando-se às pequenas comunidades judaicas localizadas em cidades como Safed e Jerusalém, para estudar e esperar o advento da Era Messiânica. No entanto, este movimento

sempre foi minoritário e de cunho basicamente religioso. Esta perspectiva começou a mudar em meados do século XIX, quando dois rabinos ortodoxos, Jehuda Alkalai e Zevi Hirsch Kalischer, adaptaram a tradicional crença na vinda do Messias para os tempos modernos, defendendo que os próprios judeus deveriam criar as bases materiais para que o Messias pudesse chegar. Em 1862, o judeu alemão socialista Moses Hess, inspirado pelo movimento nacionalista italiano, rejeitou a ideia de assimilação judaica na sociedade europeia em seu livro Roma e Jerusalém, insistindo que a essência do problema dos judeus era a falta de um lar nacional. Portanto, o sionismo tornou-se um movimento nacionalista laico e tinha suas raízes no processo mais amplo de surgimento dos nacionalismos na Europa do século XIX e na resposta aos partidos antissemitas, que em lugares como a França, a Alemanha e o Império Austro-Húngaro opunham-se à extensão de direitos de cidadania a judeus. Na Rússia, mesmo que a discussão sobre direitos de cidadania sequer tenha ocorrido neste momento, o antissemitismo ficou evidenciado a partir do assassinato do Czar Alexandre II em 1881, que detonou uma onda de protestos nacionalistas e ataques (pogroms) às vilas judaicas (shtetls).

Para escapar ao antissemitismo, um grande número de judeus russos emigrou para os EUA e para países como a Argentina e o Brasil; outros buscaram no fortalecimento de movimentos socialistas, nem sempre de cunho judaico, a solução para o fim do antissemitismo, entendendo que uma sociedade sem classes não teria motivos para ter preconceitos de qualquer natureza. Um pequeno grupo de judeus, no entanto, preferiu refugiar-se na Palestina, então sob domínio otomano, considerando que a única solução para o problema dos judeus seria a criação de um Estado nacional próprio. A viagem destes judeus foi encorajada financeiramente pelo Barão Rothschild, mas como o número de judeus foi pequeno, o movimento não prosperou. Em 1896, o jornalista Theodor Herzl publicou o livro O Estado Judeu, no qual são analisadas as causas do antissemitismo e é proposta a criação de um Estado judeu. A obra sionista deste judeu assimilado, húngaro de língua alemã, educado em Viena, advogado, dramaturgo e jornalista, era uma reação ao antissemitismo. O governo abertamente antissemita de Karl Lueger, prefeito de Viena, e o episódio da degradação do caso Dreyfus (1895) fizeram com que Herzl começasse a pensar numa solução para o problema judaico. Só que, a princípio, a ideia de morar na Palestina não seduziu ninguém. A maioria dos judeus, assimilados ou em processo de assimilação, não pretendia abrir mão de suas posições recém-conquistadas em seus países de origem, e os judeus socialistas não concordavam com a ideia de “desviar” a atenção dos judeus daquilo que seria a verdadeira origem de seus problemas: a sociedade capitalista. Portanto, ridicularizado pela

mídia e ignorado pela maioria dos judeus da Europa Ocidental, Herzl não conseguiu apoio material suficiente para levar adiante seu projeto. Mesmo assim, em 1897, organizou na Basileia o primeiro congresso sionista com a participação de 200 delegados, em que foi formulado o Programa de Basileia, que defendia a fundação de um lar nacional judaico na Palestina, garantido pelo direito público. Durante o congresso, foi criada a Organização Sionista Mundial, tendo Herzl como presidente; foi adotada uma bandeira nacional e foi escolhido um hino nacional (o Hatikvah).

Após o congresso, Herzl tentou obter do governo turco permissão para iniciar a colonização judaica na Palestina, e chegou a depositar, por sua própria conta, 3 milhões de francos em bancos turcos para estimular o sultão Abdul Hamid II a aceitar a sua ideia. Estes esforços, no entanto, de nada valeram. Não obstante, apesar do fracasso nas tentativas práticas, o número de adesões aos congressos sionistas – realizados periodicamente – aumentava. Como Herzl não conseguia obter avanços nas negociações com o sultão otomano, dirigiu seus esforços aos britânicos, que ofereceram a possibilidade de fomentar a colonização judaica em Uganda. A proposta, inicialmente aceita, foi rejeitada no VII Congresso Sionista em 1905, logo depois da morte de Herzl. A partir de então, o sionismo voltou-se exclusivamente para a Palestina como local de criação de um Estado judeu.

Este era, no entanto, um dos únicos pontos em comum entre os membros do movimento. O sionismo abarcava várias correntes, como, por exemplo, os sionistas culturais, lideradas pelo jornalista russo Ahad Ha-am (Um do Povo, pseudônimo de Ascher Ginzberg), que defendia a criação de um centro para o crescimento cultural e espiritual do povo judeu, com o renascimento laico da cultura judaica e através da língua hebraica; os sionistas religiosos, que viam na formação do Estado uma oportunidade de fortalecimento da religião judaica; os pragmáticos, que defendiam a colonização progressiva e imediata da Palestina para forçar o reconhecimento da comunidade internacional; e os sionistas socialistas, que pretendiam fundar uma sociedade sem classes na Palestina. Estes foram os responsáveis pela criação de um dos mais importantes experimentos sociais do século XX, o kibbutz, uma comunidade agrícola em que a propriedade e o trabalho são coletivos. É importante compreender, assim, que o movimento sionista abarca várias contradições. Embora tivesse um fundamento religioso, era um movimento laico, para o qual o judaísmo era apenas uma questão nacional; embora fosse elaborado por intelectuais da Europa Ocidental, assimilados à cultura europeia, ele foi realizado, principalmente nas primeiras grandes imigrações, por judeus pobres, russos e poloneses, cuja condição era suficientemente ruim para que pudessem abandonar tudo e ir morar no Oriente Médio.

O número de judeus na Palestina aumentou justamente com a imigração dos países da Europa Oriental: imigram 40 mil pessoas entre 1904 e 1914. Mesmo assim, até Primeira Guerra Mundial (1914-1918), não se pode dizer que o movimento sionista tenha alcançado grandes êxitos. As dificuldades na colonização da Palestina e os confrontos com as populações que lá já viviam faziam com que grande parte das tentativas fosse frustrada. Além do mais, o Império Otomano não via com bons olhos a imigração judaica em massa para a Palestina. Para eles, uma imigração de grande porte iria descaracterizar a região e provocar conflitos com os outros povos que lá habitavam e com o próprio governo. Foi somente em 1917 que as expectativas judaicas de formar um Estado judeu começaram a aumentar, quando Lord Balfour declarou que o império britânico "encara favoravelmente, com estima, o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu". De fato, visando a conseguir o apoio dos sionistas – que já somavam mais de 70 mil pessoas nesta época – para salvaguardar seus interesses na região, e devido a intensas negociações diplomáticas entre representantes sionistas e oficiais britânicos, os ingleses colocaram-se a favor das pretensões sionistas. No entanto, mesmo enfatizando a necessidade de respeito aos direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas locais, a Declaração Balfour não menciona especificamente a existência da comunidade árabe no local, causando grande insatisfação entre os membros desta.

A grande maioria dos sionistas tinha conhecimento da existência de uma população árabe na Palestina, embora muitos tenham adotado o slogan "uma terra sem povo para um povo sem terra". Mesmo assim, até meados do século XX, poucos viam a presença dos árabes como um obstáculo real aos objetivos sionistas; eles achavam que a comunidade local era relativamente pequena, e que os conflitos com judeus poderiam ser evitados. Consideravam, sobretudo, que o posterior desenvolvimento do país beneficiaria os dois povos. Estas esperanças, no entanto, não foram transformadas em realidade. Muitos sionistas não entenderam, nem foram capazes de aceitar, a profundidade das disputas entre eles e os árabes, sem reconhecer que se tratava de dois povos que consideravam ter legítimo direito a uma mesma região. Por causa do aumento do número de judeus na Palestina durante o mandato britânico (1921-1948), devido principalmente à perseguição nazista na Europa, a coexistência com os palestinos passou a ser crescentemente problemática, com o aumento dos conflitos entre os dois povos.

As perspectivas sionistas para tratar da relação com os palestinos eram basicamente três: a minimalista, a maximalista e a pragmática. A minimalista aceitava que a terra pertencia aos dois povos, não podendo, portanto, ser criado

um Estado de Israel sem o consentimento dos palestinos. Eles buscaram o diálogo com lideranças palestinas locais e rejeitaram as propostas de alguns sionistas de negociar com poderes internacionais ou com líderes de outras nações árabes. Para obter um acordo entre palestinos e sionistas, os minimalistas se dispunham a renunciar ao estabelecimento de um Estado judeu em prol da formação de um Estado binacional, com base na paridade social e política entre judeus e árabes. No extremo oposto estavam os maximalistas, que acreditavam que as disputas entre os dois povos deveriam ser resolvidas pela força. Eles rejeitavam o princípio de que os palestinos teriam os mesmos direitos dos judeus àquele território, e não viam qualquer necessidade de negociar com eles; esperavam conseguir criar o Estado a partir de negociações diplomáticas com potências estrangeiras ou mediante a luta armada. Os pragmáticos, que compreendiam a maioria do movimento sionista, estavam divididos entre subgrupos liberais e socialistas. Eles não acreditavam que seria possível evitar um conflito com os árabes, mas achavam que poderiam atenuá-lo assumindo posições moderadas. Como os minimalistas, viam com bons olhos as negociações com líderes palestinos e apoiavam o desenvolvimento de um país que beneficiasse igualmente todos seus habitantes. No entanto, eles não estavam dispostos a abrir mão dos objetivos sionistas – estabelecer um Estado judeu, de maioria judaica, na Palestina. Os pragmáticos socialistas advogavam o necessário respeito aos direitos dos palestinos, e por muito tempo acreditaram que o proletariado árabe e judeu tivesse interesses de classe comuns, em contraposição aos interesses da burguesia judaica e dos latifundiários árabes. Mesmo estes, no entanto, acabaram chegando à conclusão de que o fundamento da disputa entre sionistas e palestinos era nacional, e não de classes.

Entre os anos 1936 e 1947, as disputas em torno da região ficaram mais intensas. A oposição árabe passou a adotar soluções extremas, na medida em que crescia a comunidade judaica. Ao mesmo tempo, o movimento sionista vislumbrava a necessidade de aumentar a imigração e desenvolver a infraestrutura econômica do país, para salvar judeus europeus do nazismo. Tentando conciliar seus interesses no Oriente Médio e na Europa, o governo britânico mudou sua política em relação à Palestina às vésperas da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), restringindo a imigração judaica nos cinco anos seguintes. Essa atitude provocou a quebra das já difíceis relações entre britânicos e sionistas. Em 1942, líderes sionistas reunidos no Biltmore Hotel, em Nova York, defenderam a criação de um Estado judaico na parte ocidental da Palestina depois do fim da guerra. O “Programa de Biltmore” marcou uma grande mudança na política do movimento sionista, já que a ocorrência do Holocausto havia convencido a comunidade judaica mundial da necessidade de criação de um Estado judaico. Foi assim que

os choques entre britânicos, sionistas e palestinos levaram as Nações Unidas a recomendarem, em 29 de novembro de 1947, o estabelecimento de dois estados, um árabe e um judeu. Os sionistas aceitaram a resolução; os árabes a rejeitaram. No dia 14 de maio de 1948, com o fim do mandato britânico na Palestina, os sionistas declararam a independência do Estado de Israel.

Os propósitos do sionismo durante os primeiros anos de formação do Estado eram claros: consolidar e defender Israel, explicar e justificar sua existência. Esta não era, de forma alguma, uma tarefa fácil. Em primeiro lugar, por conta das contradições entre a criação do Estado de Israel e da Lei do Retorno – que garantia cidadania israelense a todos os judeus que desejassem imigrar para Israel – e a configuração do problema dos refugiados palestinos, que haviam saído, por diversas razões, de suas terras e agora eram impedidos de voltar pelas autoridades israelenses. A "questão palestina", como passou a ser chamada a partir de então, embora não tenha sido considerada fundamental no momento da criação do Estado, revelou ser de suma importância nas décadas que se seguiram. O relacionamento entre as autoridades israelenses e as lideranças sionistas também foi motivo de desavenças depois da criação do Estado. Enquanto o Primeiro-ministro Ben-Gurion insistia que as lideranças sionistas da diáspora não deveriam interferir nas decisões políticas israelenses e que, a partir de então, o único propósito do sionismo deveria ser o incentivo à aliá, ou seja, à imigração de indivíduos judeus para Israel, lideranças sionistas de outros países argumentavam que os ideais sionistas também deveriam ser orientados para a preservação da vida judaica na diáspora. O movimento sionista foi recorrentemente denunciado por grupos árabes como um "instrumento do imperialismo". Em 1975, as Nações Unidas votaram uma resolução na qual o sionismo foi equiparado a racismo, que depois foi rejeitada em 1991. De sua parte, os sionistas argumentaram que nunca rejeitaram o direito dos árabes à autodeterminação e que o objetivo principal do sionismo é a libertação nacional do povo judeu.

Depois de mais de 50 anos da fundação do Estado, o sionismo completa 100 anos de existência confrontando-se com vários dilemas. O primeiro deles diz respeito à sua existência: consolidado o Estado de Israel, haveria necessidade de um movimento sionista nos dias de hoje? Não são poucos os militantes que acreditam estar vivenciando, já há algum tempo, um movimento que se caracterizaria por questões diferentes daquelas que orientaram a formação do Estado, ainda mais porque, uma vez consolidado o Estado de Israel, o frágil consenso entre as distintas tendências sionistas tendeu a desaparecer. Pode-se dizer que, para além da concordância quanto à continuada existência do Estado, pouco há em comum entre os grupos sionistas. Entre os pontos de discordância,

devem-se destacar os debates acerca da natureza judaica do Estado de Israel. Israel deve ser um Estado judaico ou um Estado “comum”, com leis semelhantes às de qualquer outro país, onde os judeus não tenham quaisquer prerrogativas sobre os outros habitantes? O país deve continuar promovendo a imigração de judeus de todo o mundo à custa do seu próprio Estado de Bem-Estar Social e do possível aumento do desemprego entre a população jovem? Israel deve promulgar uma Constituição, deixando de adotar as leis religiosas judaicas que regem atualmente a vida civil? É legítimo que jovens israelenses sejam obrigados a servir ao Exército, mesmo discordando da política israelense em relação aos palestinos? E, enfim, é lícito manter a existência de diversas categorias de cidadãos israelenses, definidos a partir de suas etnias e religiões? Embora a sociedade israelense esteja longe de fornecer respostas concretas a estas perguntas, é certo que o futuro do Estado de Israel estará indelevelmente ligado a essas escolhas.

Referências

PINSKY, Jaime. Origens do nacionalismo judaico. São Paulo: Hucitec, 1978.

SOARES, Jurandir. Israel x Palestina: As raízes do ódio. Porto Alegre: Editora da Universidade do Rio Grande do Sul, 1991.

SORJ, Bila; FLINT, Guila. Israel terra em transe: democracia ou teocracia? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

STERNHELL, Zeev. Aux origines d’Israël. Entre nationalisme et socialisme. Paris: Fayard, 1996.

VIDAL, Dominique. Le péché original d’Israël. Paris: Les Éditions de l’Atelier, 1998.

SISTEMA ELEITORAL Uma das mais importantes instituições em operação nas democracias representativas contemporâneas é o que se denomina na literatura de ciência política “sistema eleitoral”. Entendido como mecanismo pelo qual se transforma o voto que os eleitores dão aos partidos e candidatos nos pleitos eleitorais em poder político (cadeiras parlamentares ou cargos executivos), tal instrumento pode produzir diferentes consequências e resultados, prejudicando ou favorecendo determinados segmentos sociais, dependendo do ambiente cultural, social e político do qual faz parte. Neste quadro, a compreensão da lógica de funcionamento de tal instituição é de importância fundamental para se averiguar as implicações que um tipo específico de sistema eleitoral acarreta para as disputas político-partidárias de um regime democrático.

É ponto comum também da literatura especializada nesta subárea da ciência política que se dedica ao estudo das instituições e dos processos eleitorais, classificar os mesmos sistemas eleitorais em três grandes categorias ou “tipos ideais”: primeiro, sistema majoritário; segundo, sistema proporcional; e, terceiro,

sistema misto. Cada uma dessas categorias tem por finalidade produzir uma configuração das preferências político-eleitorais mais compatível com os pressupostos subjacentes a cada uma das três modalidades de transformação de votos em poder político (mandatos parlamentares e executivos).

Os sistemas eleitorais majoritários, em geral, têm por finalidade e objetivo garantir que os candidatos que obtêm as maiores votações em suas circunscrições eleitorais (distrito eleitoral) vençam as eleições, mesmo no caso de não se atingir maioria absoluta. Ou seja, o candidato que obtiver maioria simples em determinado distrito eleitoral é o eleito, não precisando atingir uma maioria qualificada, do tipo 50% mais um. Três países adotam tal procedimento de conversão de votos em poder político em sua forma mais estrita, "pura", para eleições da Câmara Baixa (Câmara dos Deputados): Inglaterra, Nova Zelândia e Bardados.

Além do objetivo fundamental de garantir a eleição do(s) candidato(s) ou partido(s) com maior contingente de votos, os defensores dos sistemas representativos majoritários salientam adicionalmente a capacidade de tal sistema gerar governos de maiorias unipartidárias, o que permitiria aos mesmos governos implementar seus programas ideológicos de forma mais nítida, garantindo, assim, uma prestação de contas (accountability) mais eficaz dos representantes perante seus representados e a ideia de representação territorial. Neste caso, "além de representante de um partido, o deputado é visto como representante de determinada área geográfica (distrito pelo qual foi eleito)", razão pela qual o monitoramento da atividade parlamentar por parte dos representados seria mais facilitado, segundo a perspectiva dos advogados da representação majoritária.

É preciso destacar também que os sistemas representativos majoritários, apesar de ressaltarem o fato de que o candidato ou partido mais votado obtenha a vitória, subdividem-se em três subgrupos menores: "maioria simples", "sistemas de dois turnos" e "voto alternativo". No primeiro subgrupo, a regra é evidente: ganha quem consegue num pleito eleitoral o maior número de votos para o cargo em disputa. No segundo subgrupo, a lógica que o preside é a seguinte: no caso de nenhum candidato ou partido obter maioria absoluta, ou seja, mais de 50% dos votos, é realizada uma nova eleição para se atingir tal patamar de votos. No terceiro subgrupo, a dinâmica de funcionamento é: "o eleitor vota num candidato, mas indica na mesma cédula uma segunda, terceira ou quarta preferência, como alternativa, até esgotar o número de candidatos". Este processo é adotado para eleições da Câmara dos Representantes na Austrália.

Os sistemas representativos proporcionais objetivam precipuamente expressar as várias correntes de opiniões e ideias dispersas em dada sociedade e representar

de forma mais equânime e justa aquelas ideias e opiniões no Parlamento. Neste modelo de sistema eleitoral, as preferências do eleitorado, mesmo minoritárias, têm possibilidade de se manifestar no ambiente político-parlamentar. Para seus defensores, esta seria então sua virtude fundamental. “Os sistemas proporcionais procuram garantir um grau de correspondência entre votos e cadeiras recebidas pelos partidos em uma eleição.” Vários países do mundo utilizam este mecanismo: América Latina (Brasil, Argentina e Costa Rica); Europa (Dinamarca, Espanha e Suécia); África (Moçambique, Madagascar e África do Sul).

O sistema eleitoral proporcional também apresenta suas variantes e subdivisões. Pode de maneira esquemática enquadrar-se nestas duas subcategorias: “o sistema de voto único transferível” (STV – Single Transferable Vote) e “sistema proporcional de lista”. O STV objetiva apreender as várias opiniões espalhadas no mundo social, sem necessariamente o intermédio de um partido político responsável para canalizar e filtrar aquelas mesmas opiniões. A ampla liberdade de escolha assume um papel fundamental no STV. As opiniões individuais poderiam ser representadas sem obrigatoriamente estarem circunscritas aos limites geográficos dos distritos eleitorais. A Irlanda é o país que adota tal mecanismo em sua forma mais “pura”.

A representação proporcional de lista visa principalmente canalizar as preferências do eleitorado via partido político. A ideia básica reside no fato de que os partidos devem apresentar uma lista de candidatos para concorrer às eleições, procurando resguardar, na medida do possível, a maior proporcionalidade do resultado advindo do processo eleitoral: a distribuição dos cargos parlamentares ocorreria exclusivamente de acordo com os votos dados em cada uma das listas partidárias. O Brasil, a Costa Rica, a Suíça e a Noruega são alguns dos países que adotam o sistema proporcional de lista. Ressalte-se, ainda, que a equidade entre votos e cadeiras é diretamente afetada pela magnitude do distrito eleitoral (número de representantes eleitos por cada circunscrição eleitoral), pela fórmula eleitoral utilizada e pela cláusula de exclusão (mínimo de votos que um partido necessita para conseguir uma cadeira).

De acordo com a tipologia do cientista político Jairo Nicolau, estas fórmulas podem ser divididas em dois métodos: maiores médias e maiores sobras. “Os métodos de maiores médias dividem os votos recebidos pelos partidos por número em série. Feita a divisão, os partidos que obtêm resultados com maiores valores ocupam as cadeiras disputadas. Os métodos de maiores sobras operam em dois estágios. O primeiro é o cálculo de uma quota – os votos de cada partido serão divididos por ela. O segundo é a distribuição das cadeiras não ocupadas no

primeiro estágio, e que é feita segundo as maiores sobras de cada partido.”

Os sistemas eleitorais mistos podem ser identificados como aqueles que combinam e empregam procedimentos tanto do sistema majoritário quanto proporcional. Nesse tipo de sistema eleitoral, é facultado aos eleitores votar em candidatos que concorram num distrito de âmbito nacional (lista partidária) bem como em candidatos ou partidos concorrentes em âmbito regional ou local, diga-se, de acordo com o formato dos distritos eleitorais empregados por cada país. A Alemanha, a Coreia do Sul e o México são exemplos de alguns dos países que adotam sistemas majoritários.

Os sistemas mistos podem também ser agrupados em duas categorias: os sistemas de combinação e de correção. Nos primeiros, além da combinação de elementos majoritários e proporcionais é dada ênfase “ao percentual de cadeiras alocadas segundo cada regra (proporcional ou majoritária) e o número de cadeiras de cada eleitor (um ou dois)”. Nos sistemas de correção, a lógica é diminuir a desproporcionalidade causada pelos mecanismos majoritários no processo de conversão de votos em cadeiras, elegendo-se mais representantes pelo método proporcional.

Referências

GROFMAN, Bernard. Electoral Laws and their Political Consequences. Nova York: Agathon Press, 1986.

LIJPHART, Arendt. Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in Thirty-Six Countries. New Haven: Yale University Press, 1999.

NICOLAU, Jairo Marconi. Sistemas eleitorais: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.

TAVARES, José Antônio Giusti. Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas: teoria, instituições, estratégias. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

SISTEMÁTICA O termo “sistemática” deriva do grego systema, significando um arranjo ordenado das coisas. O princípio de uma sistematização dos objetos que nos cercam, vivos ou não, parece ser inerente. Por exemplo, ordenar plantas em comestíveis e não comestíveis ou animais em perigosos e dóceis é, em última instância, valer-se de características dos seres para agrupá-los ou, em outras palavras, sistematizá-los. De fato, a sistemática vem sendo compreendida como um ramo da biologia que trata desde a identificação e o reconhecimento dos seres até aspectos mais complexos, como sua evolução e filogenia. A utilização da ideia de sistemática no universo biológico remonta à época helênica, iniciando-se com Thales de Mileto e suas gerações de estudantes (Anaximandro e Anaxágoras), séculos VII-VI a.C., quando surgiram propostas de agrupamentos dos seres. O ponto de formalização do início da sistemática propriamente dita

aparece com Aristóteles (384-322 a.C.), autor de diversos nomes de agrupamentos dos seres. Um exemplo aristotélico seria o termo Coleoptera (do grego koleóptera), utilizado para denominar o agrupamento dos besouros, em que o parâmetro estabelecido pelo autor para criação do grupo seria a captação da “essência” dos seres ou, mais explicitamente, da determinação da qualidade pela qual um ser torna-se representante de um grupo maior – no caso, o primeiro par de asas córneas dos insetos, denominadas élitros, definiriam a essência dos coleópteros. Portanto, a sistemática biológica está relacionada com a análise das características dos seres, sejam estas morfológicas, fisiológicas, ecológicas, moleculares etc., e na tentativa de sistematização destas características dentro de um sistema regido por algum princípio. Devido à sua visão demoníaca de natureza, a Idade Média foi relativamente obscura para a Sistemática. Em seu renascimento, a Sistemática voltou a se basear na busca por uma essência transparecida em uma característica comum a todos os seres inclusos em determinado grupo, o que pode ser sintetizado como uma filosofia aristotélica essencialista. A compreensão atual da sistemática como a ciência que trata da classificação dos organismos está atrelada ao botânico sueco Carl von Linne (em latim denominado Carollus Linnaeus, 1707-1778) e seus compêndios sobre flora e fauna, sintetizados na série Systema Naturae (1735-1766) – a 10ª edição, de 1758, foi a primeira a incluir os animais. As obras de Linnaeus legaram ao mundo as classificações baseadas em caracteres, tendo como categorias taxonômicas reino, filo, classe, ordem, família, gênero e espécie – as duas últimas compondo o sistema binomial de nomenclatura. Na época de Linnaeus, a origem das espécies era considerada um ato singular da criação divina, sendo as mesmas imutáveis (fixismo) e, portanto, o trabalho do sistemata seria captar qual seria a essência divina atribuída para cada espécie, buscando sistematizar a criação divina. O paradigma fixista começou a ruir com a proposição de que espécies seriam passíveis de mudança, transformando-se umas nas outras, incorporando o parâmetro tempo na sistemática. Esse novo paradigma, denominado transformista, foi, por exemplo, a base da teoria lamarckista, proposta por Jean-Baptiste Pierre Antoine de Monet (Chevalier de Lamarck, 1744-1829).

No entanto, o surgimento do pensamento evolucionista no contexto da seleção natural está relacionado com Charles Robert Darwin (1809-1882), naturalista britânico que viajou a bordo do H. M. S. Beagle e que, em 1859, publicou seu clássico: A origem das espécies por meios de seleção natural. O estudo de Darwin inspirava-se nas modificações que o homem impusera em linhagens de animais domesticados por meio de cruzamentos diferenciados de linhagens, visando obter raças com características mais adequadas a determinado objetivo.

A correlação desta seleção artificial com as pressões seletivas naturais que ocorreriam sobre populações de organismos na natureza levou Darwin a propor a existência de uma predominância diferencial daquelas linhagens que fossem mais resistentes a essa seleção natural, com o estabelecimento de suas características em gerações subsequentes e o consequente desaparecimento daquelas linhagens ou indivíduos que fossem menos adaptados a essas mesmas pressões seletivas. Baseando-se nesse princípio – e diante da constatação de que regiões diferentes do globo que possuiriam distintas pressões de seleção efetivamente eram dotadas de espécies ligeiramente próximas, mas distintas –, Darwin concluiu que a origem da diversidade dos organismos estaria relacionada com o desenvolvimento diferencial de uma população ancestral. Assim, de maneira mais contundente até aquele momento na história da biologia, aparecia a ideia de que uma espécie poderia originar outra espécie. O impacto social desta teoria foi enorme pela possibilidade de origem do homem pela seleção de linhagens de primatas não humanos, muito embora ideias semelhantes, embora não tão elaboradas, já haviam sido propostas por Empédocles (ca. 450 a.C.). Vale notar que Alfred Russel Wallace (1823-1913), a partir de estudos conduzidos no Brasil e na região indo-malaia, chegou a conclusões semelhantes às de Darwin, sendo ambas as teorias apresentadas oralmente em 1858.

A partir da teoria da evolução de Darwin-Wallace, a ideia fixista/criacionista foi paulatinamente abandonada em todos os campos da biologia, inclusive na Sistemática. Na virada para o século XX, surgiram os estudos sobre herança de características fenotípicas realizados pelo monge e botânico austríaco Gregor Johann Mendel (1822-1884). Em um segundo momento, a compreensão simplificada dos fenômenos de herança propostos por Mendel foi bastante aprofundada com estudos sobre a existência de mutação, as relações de equilíbrio entre as frequências dos genes dos organismos e suas diferenciações sob diferentes pressões seletivas, levando à adaptação e, em última instância, evolução. Esta área da genética passou a ser conhecida como genética de populações e teve entre seus maiores nomes os britânicos John B.S. Haldane (1892-1964) e Ronald Aylmer Fisher (1890-1962), e o norte-americano Sewall Wright (1889-1988). Graças a ela surgiu a base de compreensão genética sobre o processo de seleção natural e a origem das novas espécies. Este advento foi tão importante para o estudo da evolução, que o movimento ganhou a alcunha de neodarwinismo (ou teoria sintética da evolução) e foi o pensamento dominante de toda a primeira metade do século XX.

No panorama da Sistemática, as modificações levaram à criação da “Nova Sistemática” (nome cunhado por Julian Sorell Huxley, 1887-1975), que buscava incorporar os conceitos sobre a existência de transformação evolutiva nos

organismos. Desta maneira, o objetivo se transferia de simplesmente “organizar os organismos imutáveis” para “organizar os organismos respeitando-se sua evolução”, ou seja, suas relações filogenéticas. Do ponto de vista filosófico, ao pensamento essencialista era adicionado o pensamento populacional. A partir de então, o enfoque passou a ser mais elaborado e diversificado na busca de métodos e filosofias, surgindo então as diferentes escolas de Sistemática, cujo principal objetivo era o de elucidar as relações de parentesco entre os grupos. Com esse arcabouço estruturado (ou seja, a ideia de que estudos comparados poderiam refletir as relações históricas entre os grupos de organismos), a Sistemática assumiu uma condição de metaciência, ou seja, uma ciência básica subjacente às outras da área das ciências biológicas. Em outras palavras, estudos diversos – como, por exemplo, embriologia, fisiologia ou epidemiologia – que comparassem diversas linhagens (fossem essas espécies, gêneros, famílias etc.) seriam, em última instância, estudos sistemáticos. Tal condição fez com que Gareth J. Nelson (*1937) dividisse as ciências biológicas em duas áreas maiores: a biologia organísmica (que trata dos estudos enfocando aspectos de um único organismo) e a biologia comparada, que é equivalente à própria Sistemática.

Existe uma interseção de ideias entre os termos “Sistemática” e “Taxonomia”. Taxonomia (do grego taxis = arranjo, nomos = regras, lei) foi primeiramente utilizado em 1813 pelo botânico suíço Augustin Pyrame de Candolle (1778-1841) para designar sua teoria de classificação das plantas. Alguns consideram a Taxonomia como o campo da ciência que trata da teoria e prática da classificação dos organismos, enquanto a Sistemática seria a ciência da diversidade dos organismos. Porém, na prática, o mais comum é que os dois termos sejam utilizados como sinônimos.

Referências

DARWIN, Charles R. On the origin of species. Cambridge: Harvard University Press, 1859.

HULL, David L. Science as process. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

LINNAEUS, Carolus. Systema Naturae per regna tria naturae, secundum classes, ordines, genera, species cum characteribus, differentiis, synonymis, locis, Editio Decima, Laurentii Salviae, 1758.

MAYR, Ernst. The growth of biological thought. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

SOCIALDEMOCRACIA A socialdemocracia é dos muitos movimentos políticos que marcou o século XX. As suas raízes, no entanto, estão fincadas no século XIX, mais precisamente nos movimentos revolucionários que sacudiram Paris, Berlim, Viena e Budapest nos primeiros meses de 1848. Foi então, no espaço político da futura Alemanha, que o debate teórico-ideológico e as ações

político-partidárias em torno da ideia da socialdemocracia tomaram maior vulto. Tratava-se de um movimento que, por um lado, buscava distância do "sectarismo" revolucionário, representado pelo anarquismo e pelo sindicalismo revolucionário, e de outros movimentos menos expressivos; e, por outro lado, se distinguia do reformismo, que incluía até ideais socialistas, mas discordava da via da ruptura institucional para atingi-los. Se o movimento social-democrata teve presença marcante em amplos territórios do centro e do Ocidente na Europa, foi mais uma vez com a socialdemocracia alemã que ele tomou a sua forma paradigmática.

O Partido Social-Democrata Alemão (Socialdemocratische Partei Deutschlands – SPD) é, na forma de partido, a agremiação política mais antiga na Alemanha. A sua origem remonta à data de 23 de maio de 1863, quando Ferdinand Lassalle (1825-1864) fundou em Leipzig a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (Allgemeine Deutsche Arbeiterverein). Por sua vez, no início daquela década, August Bebel (1840-1913) e Wilhelm Liebknecht (1826-1900) haviam intensificado suas ações no sentido de dar corpo partidário aos movimentos dos trabalhadores da região do sul da Alemanha, o que resultou na criação em 1869, em Eisenach, do Partido Social-Democrata dos Trabalhadores (Sozialdemokratischen Arbeiterpartei), que já nascia vinculado à Associação Internacional dos Trabalhadores, também chamada de I Internacional, fundada em Londres em 28 de setembro de 1864. Com isso, dois partidos de inspiração social-democrata passaram a disputar a atenção dos operários alemães. A unificação da Alemanha em 1871, sob a hegemonia prussiana, conduzida por Otto von Bismarck (1815-1898), forçou a superação das diferenças entre eles e levou à fusão dos dois partidos em 1875, em um congresso realizado em Gotha, cujo programa, formulado por Liebknecht, foi alvo de críticas contundentes de Karl Marx (1818-1883) e August Bebel. A nova agremiação política tomou o nome de Partido Socialista dos Trabalhadores (Sozialistische Arbeiter-Partei). Após ter passado por sérios reveses, em consequência da política antissocial-democrata de Bismarck, em seu congresso de 1890, em Halle, o partido passou a ter uma nova denominação: Partido Social-Democrata Alemão (Sozialdemokratische Partei Deutschlands – SPD). Já no ano seguinte, durante o congresso em Erfurt, embora Bebel se mantivesse na presidência do partido, sob a influência crescente de Karl Kautsky (1854-1938), teve início o afastamento dos social-democratas dos princípios fundamentais do pensamento de Marx.

Na primeira década do século XX, o SPD tornou-se o partido de maior representação no Parlamento alemão. Em 1914, apesar de suas teses internacionalistas, o partido decidiu por se alinhar em defesa da Alemanha, o que lhe custou séria crise interna. Dessa crise, a consequência mais relevante foi

talvez o surgimento da Liga Espartaquista (Spartakusbund, 1916), liderada por Rosa Luxemburgo (1870-1919) e Karl Liebknecht (1871-1919). A Liga serviu de base para a criação do Partido Comunista Alemão (Kommunistische Partei Deutschlands), em 1º de janeiro de 1919. Os últimos momentos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) pôs em evidência a figura do político social-democrata Friedrich Ebert (1871-1925), líder do grupo autodenominado Social-Democratas Majoritários (Mehrheits-Sozialdemokraten – MSPD), que viria a assumir a presidência da Alemanha entre 1919 e 1925, dando início assim ao ciclo da vida política da Alemanha conhecido pelo nome de República de Weimar. Em junho de 1933, usando de poderes especiais como chanceler, Adolf Hitler (1889-1945) proibiu o SPD. Os seus líderes mais importantes acabaram refugiando-se em vários países europeus, de onde só retornaram após o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Em outubro de 1945, o partido foi refundado, sob a liderança de Kurt Schumacher (1895-1952). Até a chamada Grande Coalizão (1966-1969), em que o SPD juntou-se aos democratas-cristãos e aos sociais-cristãos para formar um governo de ampla maioria em Bonn, os social-democratas estiveram na oposição. O fato mais importante ocorrido nesse período foi a aprovação do Programa de Godesberg (1959), que significou a renúncia enfática a qualquer orientação de cunho marxista. Em coalizão com os democratas-liberais, a socialdemocracia chegou ao poder na Alemanha em 22 de outubro de 1969, liderada por Willy Brandt (1913-1992). O SPD permaneceu no governo até 1982. Em outubro de 1998, o SPD assumiu mais uma vez o governo federal na Alemanha, sob a liderança do primeiro-ministro Gerhard Schröder (*1944), no qual se manteve até 2005. A socialdemocracia nos países europeus – vizinhos da Alemanha – sofreu notável influência dos acontecimentos da vida política alemã. Isso pode ser dito para o caso da Suíça, da Áustria, dos países do norte da Europa e ainda dos países da Europa Ocidental – mesmo aqueles mais distantes, como a Espanha, com o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE).

Os social-democratas estão reunidos em uma agremiação supranacional, o Partido Social-Democrata da Europa (PSE), que congrega 21 partidos dos 15 países comunitários. O PSE foi fundado em 1974 – com sede em Bruxelas – como o primeiro partido europeu. O seu programa tem como questões permanentes o combate ao desemprego, a transformação da sociedade industrial com base na prioridade dos interesses sociais e da preservação ambiental e a democratização das decisões no âmbito da União Europeia.

Até a Primeira Guerra Mundial, a socialdemocracia esteve organizada em uma agremiação internacional com sede em Bruxelas, a Internacional Socialista, também conhecida como a II Internacional, fundada em Paris em 1889. Os seus

membros americanos foram inicialmente os partidos socialistas da Argentina, dos EUA e do Uruguai. Terminada a Primeira Guerra Mundial, ela foi reorganizada em Berna em 1919. Em 1923, o seu nome foi mudado para Internacional Operária e Socialista. No início da Segunda Guerra Mundial, a Internacional foi novamente dissolvida. Neste último período, associou-se a ela o Partido Socialista do Chile. Em 1946, ela foi reorganizada pela terceira vez em Clacton-on-Sea na Grã-Bretanha, com o nome de Comitê da Conferência Socialista Internacional. Voltou ao seu nome histórico de Internacional Socialista (IS) em 1951. Naquele momento, ficou definido que seu principal objetivo era a unificação da política e das atividades dos partidos socialistas participantes da IS para a construção de uma comunidade socialista mundial. Até 1962, quando o Partido Socialista do Uruguai se retirou da Internacional, ela teve uma sede latino-americana em Montevidéu. De 1955 a 1961, o Secretariado Latino-Americano da IS realizou três conferências dos partidos socialistas da Argentina, do Chile e do Uruguai. Em 1972, a Internacional Socialista chegou a ter 57 partidos-membros; entre eles, nas Américas, além dos já nomeados, associaram-se ainda os partidos do Canadá e da Jamaica. A Internacional Socialista tem hoje o estatuto de uma organização não governamental (ONG) da ONU. Ela realiza um congresso internacional a cada três anos e publica periodicamente, em inglês, a revista Socialist Affairs e o Yearbook of International Socialist Labour Movement.

Referências

DRACHKOVITCH, M.M. “Socialdemocracy”. In: The revolutionary internationals 1864-1943. Londres: Oxford University Press, 1966.

OLZOG, G. Die politischen Parteien in der Bundesrepublik Deutschland. Munique: Günter Olzog Verlag, 1983.

OSMAÑCZYK, E.J. Encyclopedie Mondiale des Relations Internationales et de l’ONU. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1976.

PREZEWORSKI, A. Social democratic parties in Western Europe. Londres: Croom Helm, 1977.

ROVAN, J. Histoire de la socialdémocratie allemande. Paris: Seuil, 1979.

SOCIOLOGIA NORTE-AMERICANA Os EUA contribuíram de forma expressiva para o desenvolvimento da teoria sociológica no século XX, colocando em evidência o modelo empírico de pesquisa social. A sociologia norte-americana caracterizou-se por duas correntes distintas: uma que aborda o plano dito “macro”, e outra que aborda o plano dito “micro”. A primeira corrente valoriza a articulação sistêmica da sociedade, esforçando-se por transcender o individualismo, ou seja, diminui a capacidade criativa do indivíduo na vida

social, de maneira parcial ou até mesmo total. Por sua vez, a segunda corrente, conhecida de uma maneira geral como “sociologias interpretativas”, valoriza a ação e a interação social, focalizando a criatividade individual, a flexibilidade e a fluidez do mundo social, o qual é compreendido mediante o ponto de vista dos atores que atribuem sentido aos objetos e às ações sociais. A primeira corrente caracteriza-se pelo funcionalismo, que faz uma leitura da sociedade norte-americana, até então coesa e integrada, a partir do modelo de organização estabelecido pelo Estado. Dois autores renomados fazem parte deste grupo: Robert Merton (*1910) e Talcott Parsons (1902-1979).

Merton utiliza-se da “análise funcional” para compreender a dinâmica social. O termo “função”, adotado pelo autor, reflete o significado oriundo das ciências biológicas e usualmente incorporado às ciências sociais, ou seja, a função de um processo fisiológico é a correspondência entre este e as necessidades fisiológicas do organismo. Desta forma, na esfera social, os indivíduos estão integrados ao todo por meio de redes de relações sociais. Para Merton, as funções propiciam a adaptação ou o ajustamento de um sistema social e caracterizam-se de duas formas: como manifestas ou latentes. Em linhas gerais, as funções manifestas são aquelas que implicam motivos que podem ser articulados pelo agente, ou seja, ele pode colocar em palavras as suas intenções. Já as funções latentes são aquelas cujos agentes não veem, são desconhecidas e externas a ele; porém, perpetuam o ritual e têm como consequência a integração social, daí a sua importância específica para o sociólogo. Tome-se como exemplo um ritual: a “dança da chuva” dos índios de uma tribo qualquer. Neste caso, a função manisfesta seria fazer chover, mas, mesmo que nunca chova, eles continuarão a praticar o ritual, mantendo a coesão social sem que tomem consciência disso.

Talcott Parsons, sociólogo de Harvard, construiu uma vasta e complexa obra que hoje se apresenta como referência fundamental para a sociologia e que pode ser dividida em três partes. A primeira busca um processo de síntese que forneceria para as ciências sociais os primeiros elementos de uma linguagem conceitual unificada. O seu maior desejo era construir uma teoria social universal, tal como a física, que pudesse explicar todo e qualquer fenômeno social e predizer o comportamento do indivíduo e da sociedade. Ao enfatizar a normatização social, Parsons acaba criticando as teorias que não o fazem, pois para ele o sujeito se adequa às normas, internalizando-as de maneira a alcançar seus fins. O autor estabelece o conceito de “ato unidade” no intuito de criar futuramente um esquema analítico capaz de explicar tudo. Na segunda parte de sua obra, o conceito que emerge é o de “sistema social”, em que o indivíduo é um feixe de status e papéis com normas específicas. O voluntarismo da ação está justamente na interpretação própria que os indivíduos dão às normas existentes. Para ele, a

mudança social se dá quando há o desequilíbrio entre a motivação, os valores e as normas. Na terceira fase de sua obra, Parsons radicaliza sua perspectiva "funcionalista" ao propor o "esquema AGIL", pois nas fases anteriores seus mecanismos explicativos encontravam-se na articulação entre motivação, normas e valores, o que já não acontece neste momento. O "esquema AGIL" é um núcleo conceitual que corresponde a uma teoria dos sistemas em geral e estabelece quatro funções obrigatórias para a sua reprodução, quais sejam: adaptação do sistema ao seu meio através da economia; realização de metas através da política; integração através do sistema legal e da latência dos padrões que forneciam os valores gerais do sistema por meio da cultura. No entanto, cada uma dessas funções dividia-se em mais quatro iguais. Com isso, Parsons pensou ter atingido uma teoria universal em termos funcionais. Segundo a sua teoria da evolução, as modificações do sistema originavam-se de fases anteriores ao seu desenvolvimento, ou de fora, mediante seu meio, o que obrigava a mudanças na estrutura interna, fazendo desaparecer a vontade dos atores sociais. A segunda corrente dialoga com a primeira, na tentativa de responder às crises sucessivas que abalaram a ordem social norte-americana a partir da década de 1960. Neste momento, o funcionalismo – que até então representava o modelo de organização do Estado e que sempre considerou a questão do desvio como secundária – passou a ter sérias limitações para explicar, dentre outras questões, o boom dos movimentos sociais (negro, feminista etc.). Os compromissos de Parsons com o New Deal de F. D. Roosevelt (1882-1945) e o Estado de Bem-Estar Social e, principalmente, a apologia da sociedade norte-americana fizeram-no negar as limitações e os problemas gerados pela modernidade. Afinal, como explicar, no plano teórico, tensões constantes no seio de uma sociedade normatizada e harmônica? Eis que o olhar das ciências sociais norte-americanas se dirige à importância do ator social e às "sociologias interpretativas".

Em meados da década de 1920, a Universidade de Chicago, mediante o seu departamento de sociologia e antropologia, contribuiu para a proliferação dos métodos qualitativos e empíricos de pesquisa sociológica. A pesquisa empírica – que enfatizava o "trabalho de campo" juntamente com a interdisciplinaridade – conferia sucesso às pesquisas quando aplicadas ao estudo dos problemas sociais existentes em Chicago, tais como: migração, delinquência, pobreza, minorias, relações raciais, desemprego *etc*. Lecionando na Universidade de Chicago desde 1894, George Herbert Mead (1863-1931), psicólogo social e adepto do pragmatismo, contribuiu para a chamada Escola de Chicago – termo amplamente utilizado que designa um conjunto de pesquisas realizadas em Chicago a partir da perspectiva interacionista. Mead lecionou na Universidade de Chicago até morrer em 26 de abril de 1931, mas nunca publicou uma obra a respeito de suas

perspectivas teóricas. No entanto, após a sua morte, seus ex-alunos organizaram quatro obras baseadas em materiais de palestras, aulas, notas e manuscritos. Para Mead, adepto do comunitarismo protestante nos EUA, a integração da sociedade se dava mediante as interações sociais que possuíam clareza e simetria. A relação entre o indivíduo e a sociedade se constrói socialmente por meio da linguagem e do simbolismo, elementos pertencentes exclusivamente aos seres humanos. No entanto, apesar de o indivíduo ser dotado de importância criativa na vida social, seriam as interações sociais que levariam realmente a sociedade ao consenso, pois o indivíduo, ao interagir, perceberia a intenção dos atos dos outros e construiria a sua resposta em função desta intenção alheia; assim, da mesma forma que interagia com o outro, acabava continuamente interagindo consigo mesmo. O self corresponderia ao outro incorporado a si próprio, sendo este o conjunto de papéis sociais que internalizamos. Desta forma, o mundo para Mead fundar-se-ia em significados compartilhados por todos, em algo que é vivenciado por toda a sociedade de maneira consensual e integrativa.

Em 1937, Herbert Blumer, também membro da Universidade de Chicago, criou o termo “interacionismo simbólico” e sistematizou os seus pressupostos básicos, tentando ser fiel ao pensamento de Mead. Para Blumer, toda interação seria um recomeço da vida social, e o que interessava era a criatividade do sujeito e da ação, e não as normas sociais. O “interacionismo simbólico” sustentar-se-ia na análise de três premissas: a primeira seria que os seres humanos agiriam conforme o significado que as coisas teriam para si; a segunda seria que o significado das coisas derivaria da interação social e, por fim, que estes significados seriam manejados e modificados mediante um processo interpretativo pessoal. George Hebert Mead acreditava que as interações tinham um caráter universal; Blumer, por sua vez, enfatizava a singularidade destas ao propor o estudo das “microinterações” e defendia uma visão muito mais centrada na criatividade dos atores.

Outras correntes teóricas apresentaram certa influência metodológica da Escola de Chicago, apesar de não estarem diretamente ligadas a ela. É o caso da sociologia fenomenológica e da etnometodologia. Alfred Schutz, sociólogo e empresário alemão, emigrou da Alemanha para os EUA em fuga do nazismo e desenvolveu por lá a sociologia fenomenológica. Diferentemente dos autores citados, Schutz não partia da interação para analisar a sociedade e, sim, do indivíduo isolado, fazendo uma análise introspectiva da consciência deste na tentativa de descobrir quais as estruturas do mundo cotidiano que estão presentes no interior desta. Ele buscava o esvaziamento dos conteúdos definidos da consciência, a sua abstração, a fim de determinar os seus traços mais gerais. Schutz acreditava que o indivíduo era constituído por interesses pessoais, por

“estoques de conhecimento” e por “zonas de relevância”. Os “estoques de conhecimento” seriam formados mediante experiências próprias ou adquiridas, que seriam articuladas pelas “zonas de relevância” em função de cada situação específica, o que permitiria ao indivíduo interagir num mundo previamente constituído. Para Schutz, o mundo da vida cotidiana seria algo que existe e é intersubjetivo, porém o seu sentido não seria algo dado e, sim, elaborado pela consciência individual. Portanto, o fato social poderia ser fenomenologicamente interpretado. Em 1967, a etnometodologia teve suas bases metodológicas estabelecidas nos EUA por Harold Garfinkel. Tratava-se de uma teoria que visava compreender quais práticas e representações inseriam cotidianamente os indivíduos nos grupos sociais e de que maneira eles negociavam esta inserção, procurando entender como os indivíduos produziam sentido no mundo, se cada um deles possuía um interesse específico diferente dos demais. Sendo assim, concluiu que a ordem social existe para que os indivíduos possam, com estabilidade e segurança, atingir certos objetivos e viver em contato com os outros.

As teorias clássicas da sociologia norte-americana no século XX preocupavam-se tanto em compreender os mecanismos que levavam à integração social quanto em explicar aqueles que originavam as mudanças sociais, esforçando-se em caminhar lado a lado ao contexto histórico, político e cultural de seu país. Estes conjuntos teóricos não se resumiram à sua localização no tempo, afinal, continuaram contribuindo para o surgimento de novas perspectivas e exercendo influência sobre diversos trabalhos atuais.

Referências

BLUMER, Herbert. Symbolic Interactionism. Perspective and Method. Englewood Cliffs e New Jersey: Prentice Hall, 1979.

DOMINGUES, José Maurício. A sociologia de Talcott Parsons. Niterói: Editora da UFF, 2001.

DOMINGUES, José Maurício. Teorias sociológicas no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GARFINKEL, Harold. Studies in Ethnometodology. Englewood Cliffs e New Jersey: Prentice Hall, 1967.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MEAD, Georg H. Mind, Self and Society: From Stand Point of a Social Behaviorist. Chicago: The University of Chicago Press, 1962 [1934].

MERTON, Robert K. Sociologia: teoria e estrutura. São Paulo: Mestre Jou, 1970 [1968].

SCHUTZ, Alfred. Fenomenologia e relações sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1979 [1970].

SOVKHOZES Sovkhoz é a abreviação do russo sovetskoe khozyaynstvo (fazenda soviética). Foi, juntamente com o kolkhoz, a forma predominante de

unidade produtiva rural na URSS, a partir da década de 1930. Os sovkhozes eram fazendas cuja propriedade pertencia ao Estado, que também era responsável por sua administração, de forma direta (ao contrário dos kolkhozes, administrados em forma de cooperativa pelos camponeses). Estavam organizadas de forma a produzir em larga escala, segundo princípios semelhantes aos vigentes na produção industrial. Neste tipo de unidade agrícola, os trabalhadores recebiam salários. Podiam, contudo, cultivar individualmente pequenas extensões de terra em caráter privado.

O sovkhoz tinha sua estrutura baseada nas primeiras fazendas estatais estabelecidas pelo poder soviético após a Revolução de 1917. Seu número, porém, somente cresceu de forma significativa a partir do processo de coletivização forçada iniciado em 1928-1929, com a "revolução a partir de cima" preconizada por Stalin, quando milhões de camponeses foram forçados a abandonar as formas anteriores de organização da agrícola (em geral baseadas em formas privadas de produção). Na década de 1970, os sovkhozes superaram pela primeira vez os kolkhozes em termos de área ocupada. A privatização dos sovkhozes começou a ser estimulada pelo governo ainda durante o regime soviético, em 1990. Este processo se acelerou, contudo, após o colapso da URSS, em 1991. Apesar disso, mesmo no fim dos anos 1990 ainda existiam fazendas estatais deste tipo naquele país.

Referências

LEWIN, Moshe. Russian Peasants and Soviet Power: a study of collectivization. Nova York: The Norton Library, 1975.

NOVE, Alec. An Economic History of USSR. Londres: Allen Lane/The Penguin Press, 1969.

SUBMARINO Denominação dada aos navios capazes de operar imersos e deslocarem-se tripulados ou não. Os submarinos dotados de propulsão diesel-elétrica são denominados convencionais. Aos que utilizam a propulsão nuclear, são chamados de submarinos nucleares, ou por alguns de submarinos atômicos. Considerando a tarefa militar em que são empregados, os submarinos são divididos nas seguintes categorias: ataque, sejam de propulsão convencional ou nuclear, tendo como alvos unidades militares de superfície, outros submarinos e o tráfego marítimo, e podem ainda ser utilizados em operações especiais e em ações de minagem; outra categoria são os submarinos lançadores de mísseis balísticos.

As primeiras notícias de uso do submarino como arma militar surgiram na Guerra da Independência dos EUA (1776-1783). O Turtle tentou atacar o Eagle,

navio de guerra inglês que participava do bloqueio do porto de Nova York. O ataque não logrou sucesso. Na guerra civil nos EUA (1861-1865), o submarino voltou a ser empregado com finalidade militar. Pela primeira vez na História, um navio foi afundado pelo ataque de um submarino. Este meio, entretanto, pode ser reconhecido como um dos principais vetores militares do século XX. É no início dessa época que o submarino começa a tomar significativo papel na condução da guerra naval.

No início do século XX, houve uma revolução na Marinha com o surgimento de novos tipos de navios. Os encouraçados, os cruzadores de batalha e os contratorpedeiros constituíram uma concentração de poder naval muito superior ao que existia até então. O submarino, conforme o concebemos, surgiu também durante essa renovação de meios, mas, a não ser por um pequeno número de especialistas, a grande maioria dos oficiais não lhe atribuía maior importância, não avaliando corretamente as potencialidades de seu emprego. Entretanto, na Marinha britânica e na alemã, pensava-se que ele viria a ser uma excelente arma para observação, uma espécie de sentinela avançada das esquadras. Para o tipo de guerra que se esperava no Mar do Norte, esse papel era de grande importância, uma vez que o conhecimento antecipado dos movimentos do inimigo poderia ter caráter decisivo nos engajamentos posteriores. O submarino era também considerado uma boa arma para defesa costeira, fator muito importante, uma vez que ambos os lados consideravam alta a possibilidade de tentativa de desembarque do inimigo em seu litoral. Segundo o Almirante Jellicoe, a possibilidade de usar o submarino como arma ofensiva foi uma surpresa para os dois lados. Entretanto, a simples existência do submarino já tinha sido, em parte, causa de importante decisão estratégica da Royal Navy: o bloqueio a distância.

Ao ser iniciada a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), existia um número considerável de submarinos. A França, na vanguarda, possuía 80 unidades, seguida pela Grã-Bretanha com 55 e, por fim, pela Alemanha com 28 prontos e 16 em construção. Durante a guerra, os alemães e seus aliados utilizaram 419 unidades, das quais 186 foram destruídas. Dois dias depois do início das hostilidades, em 6 de agosto de 1914, dez submarinos alemães se fizeram ao mar em cruzeiro de guerra e tentaram torpedear encouraçados britânicos. O resultado foi decepcionante. Um submarino foi afundado por abalroamento proposital, outro perdido em condições desconhecidas e um avariado. Em 5 de setembro de 1914, o cruzador Pathfinder foi afundado por um submarino. Tal feito foi tomado como o primeiro de um navio de guerra a ter tal fim. Esta ação provocou o deslocamento da esquadra britânica de Scapa Flow, Ilhas Orkney, para Loch Ewe, na costa oeste da Escócia. Em 22 de setembro de 1914, foram torpedeados

e afundados pelo U-9, simultaneamente, três cruzadores-encouraçados de 12 mil toneladas: Aboukir, Cressy e Hogue. Isso teve enorme repercussão, pois um pequeno navio de 500 toneladas e tripulação de 23 homens afundara três grandes navios de guerra, com a perda de 1.115 tripulantes. Surgira, assim, uma nova arma na guerra naval. O governo britânico decidiu enviar as esquadras de encouraçados a Lough Swill, norte da Irlanda, até que se pudesse tornar Scapa Flow mais segura. Em 1915, o encouraçado Formidable foi o primeiro do tipo a ser afundado por um submarino. Nesse ano, em janeiro, os alemães iniciaram o ataque a navios mercantes, alguns sem aviso prévio.

Desde 1913, previa-se que os alemães poderiam usar submarinos contra o tráfego marítimo, porém tal ideia foi recebida no almirantado inglês com incredulidade, pois era “moralmente inaceitável”. Em maio de 1915, foi afundado ao sul da Irlanda o Lusitânia, navio de passageiros de 30 mil toneladas. Isto ocasionou a perda de 1.200 vidas. Houve uma série de protestos em todo o mundo. Durante quatro meses, a Alemanha recusou-se a responder. Nessa mesma época da guerra, os submarinos começaram a ser usados como lançadores de minas. Como contraponto, em julho de 1915, apareceram novas armas antissubmarino, tais como: as bombas de profundidade e os navios “Q” (ou navios-armadilha) – navios mercantes com armamento encoberto que tinham a finalidade de atrair e destruir os submarinos. A pouca disponibilidade de bombas de profundidade impediu o seu uso em grande escala, e os navios “Q”, embora fossem usados em número crescente, só afundaram 13 submarinos em toda a guerra.

Até o final de 1915, os resultados obtidos pelos submarinos não haviam sido satisfatórios. Foram afundados 166 navios mercantes e 168 pesqueiros, sendo que 20 submarinos haviam sido destruídos. De dezembro de 1915 a maio de 1916, a guerra submarina arrefeceu. Em 4 de maio de 1916, o Kaiser se comprometeu em fazer a guerra segundo as regras do direito internacional, isto é, os mercantes não seriam afundados sem aviso prévio, nem sem que as pessoas neles embarcadas fossem postas em segurança. Até o fim da guerra, os atrasos na construção de submarinos nunca mais foram compensados, prejudicando consideravelmente o seu emprego quando, mais tarde, em dezembro de 1916, foi decidido usá-los irrestritamente contra o tráfego marítimo. A partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os submarinos evoluíram radicalmente devido à aplicação nos novos projetos dos resultados obtidos em pesquisa e desenvolvimento, além das experiências realizadas para atender às crescentes necessidades da guerra submarina. Os submarinos que operaram nesse conflito, a exemplo daqueles da classe Fleet-Type da Marinha norte-americana, tinham as operações em imersão restritas devido à necessidade de carregar as baterias, o

que somente era possível navegando na superfície.
Para se contrapor aos navios e às aeronaves dotados de radar, a Marinha alemã desenvolveu o submarino da classe “XXI”. Embora não houvesse mais tempo para afetar o desfecho da Segunda Guerra Mundial, ele constituiu um marco notável na evolução da arma submarina, tornando-se o protótipo dos submarinos de ataque das Marinhas dos EUA e da URSS. A forma mais hidrodinâmica do casco, as baterias de maior capacidade e o advento do esnórquel resultaram em maiores raios de ação e velocidades em imersão, ampliando as possibilidades de evasão dos meios de detecção antissubmarino (AS). Churchill (1874-1965), na sua obra A Segunda Guerra Mundial, escreveu: “A única coisa que realmente assustou durante a guerra foi o perigo dos submarinos. A Batalha do Atlântico foi o fator dominante durante toda a guerra. Nunca, por um momento que fosse, podíamos esquecer que tudo o que se passava em qualquer outro lugar, na terra, no mar e no ar, dependia, em última análise, de seu resultado...”. Estas palavras, pronunciadas por um estadista com a experiência e a autoridade de Churchill, permitem visualizar o papel fundamental do submarino durante a Segunda Guerra Mundial.
Em 1935, o Almirante Doenitz, comandante de submarino na Primeira Guerra Mundial e conhecedor do alto valor estratégico dessa arma, foi designado para aprestar na Marinha alemã o renascimento da arma submarina do seu país. Com esta atribuição, empenhou-se de corpo e alma no treinamento das tripulações, procurando adestrá-las tanto quanto possível. Em setembro de 1939, os alemães só dispunham de 57 submarinos operativos e, apesar da prioridade dada à sua construção, a disponibilidade permaneceu excessivamente baixa durante os primeiros anos da Segunda Guerra Mundial, chegando a apenas 22 submarinos em fevereiro de 1941.
Durante toda a fase crítica da Batalha do Atlântico, o número de submarinos em operações foi surpreendentemente pequeno. Excessiva confiança fora depositada no ASDIC (Allied Submarine Detection Investigation Committee) (sonar inglês), desenvolvido depois da Primeira Guerra Mundial. Em 1937, foi declarado que “o submarino nunca mais poderá constituir o problema que foi em 1917”. A possibilidade do emprego do submarino na superfície, quando o ASDIC seria inútil, não foi devidamente considerada, como também não o foi o uso dos submarinos em grupo, empregando a tática de “matilha”, embora não fosse segredo que os alemães adestrassem seus submarinistas em exercícios desse gênero. Apesar do sucesso obtido pelos comboios na Primeira Guerra Mundial, as opiniões divergiam quanto ao uso limitado de navios-escolta. Havia duas linhas de ação para adotar-se na proteção antissubmarino.
No entanto, a partir de junho de 1942, navios e aviões aliados passaram a usar

um novo radar de onda centimétrica, que os alemães não conseguiam interceptar. O seu uso nos aviões, conjugado com possantes holofotes, demonstrou ser uma surpresa mortífera para os submarinos, especialmente no Golfo de Biscaia. O novo radar tornou inoperante a tática alemã de atacar à noite na superfície. Em imersão, sua baixa velocidade impedia seu emprego eficiente. Tornou-se necessário desenvolver um submarino veloz em imersão, pois os tipos usados até então desenvolviam apenas sete a oito nós, no máximo, e por tempo limitado. Data desta época a intensificação dos esforços no sentido de desenvolver um submarino convencional de alta velocidade, assim como um submarino movido a peróxido de hidrogênio. Apesar de 1942 ter registrado as perdas mais elevadas da guerra submarina, tornara-se patente que as medidas antissubmarino neutralizaram as possibilidades dos submarinos então existentes. Os meios de localização, por navios e aviões, haviam privado os submarinos das vantagens da ocultação e da surpresa. A essas medidas, os alemães procuraram responder com o estudo de um novo detector-radar, com a introdução de melhor armamento antiaéreo e com o desenvolvimento do torpedo acústico. Apesar de todas as medidas antissubmarino, o grande número de submarinos em operações elevou consideravelmente as perdas para os aliados em março de 1943, embora sofressem também perdas cada vez mais elevadas. Em apenas 20 dias, 97 mercantes foram afundados.

Em julho de 1943, foi aprovado o projeto dos novos submarinos tipos “XXI” e “XXIII”. Aqueles do tipo “XXI” desenvolveriam 17,5 nós em imersão; os do tipo “XXIII” eram pequenos submarinos costeiros. Enquanto isso, aceleravam-se também os projetos de construção dos submarinos Walter, tipo “XXVI”, dotados de turbinas acionadas a peróxido de hidrogênio, que viriam revolucionar a guerra submarina com seus 25 nós em imersão. Para continuação da campanha submarina, os alemães procuraram desenvolver os novos aperfeiçoamentos previstos, mas o novo detector-radar continuava em estudo, sem resultados práticos. Assim, o armamento antiaéreo fora reforçado: em julho de 1943, fora experimentado o esnórquel; em setembro de 1943, foram pela primeira vez usados torpedos acústicos. No final de 1944, o esnórquel estava instalado em todos os submarinos. Isto fez com que suas perdas baixassem substancialmente. A influência do radar e do avião foi quase eliminada. O esnórquel trouxe grandes dificuldades aos Aliados e, se não fosse a perda das bases no Golfo de Biscaia, seu uso poderia ter graves consequências.

Os Aliados previam, com angústia, uma violenta ofensiva com os submarinos dos novos tipos. Entretanto, os primeiros submarinos do tipo “XXIII” só foram usados em fevereiro de 1945, e aqueles do tipo “XXI” em finais de abril de 1945, muito tarde para influir na guerra. Aqueles do tipo “Walter” nunca foram

usados em operações de guerra. Sobre as possibilidades destes submarinos, convém citar uma apreciação a respeito contida nos documentos de Yalta: “(...) será muito difícil para as forças navais e aéreas aliadas o combate aos novos submarinos...”. O submarino do tipo “XXI” podia desenvolver 17,5 nós em imersão, lançar torpedos a 150 pés de profundidade e operar no Atlântico Sul, sem reabastecimento, durante três ou quatro semanas. Do relatório do comandante do primeiro desses submarinos a se tornar operativo, citam-se as seguintes palavras: “O primeiro contato com o inimigo foi com um grupo de caça e destruição. É óbvio que, com sua velocidade em imersão, o submarino nada tem a temer desses grupos. Ele é qualquer coisa de totalmente novo para o submarinista.” Ao término da guerra, 156 submarinos se renderam e 221 foram destruídos pela própria guarnição. Ao mesmo tempo, a Marinha dos EUA terminava com quase 200 submarinos do moderno tipo “FLEET” das classes Gato, Balao e Tench, e com alguns submarinos alemães tipo “XXI” capturados. É preciso não minimizar o importante papel desempenhado pelos submarinos dos EUA contra o tráfego marítimo japonês.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Marinha norte-americana, em busca de um submarino de melhor desempenho, desenvolveu, a partir da classe alemã “XXI”, o “Guppy”, equipado de esnórquel, sonar passivo de grande alcance de detecção, baterias com maior capacidade que a de seus antecessores, e uma superestrutura com forma mais hidrodinâmica. Esse submarino operava com maiores velocidades em imersão, por períodos relativamente mais longos que todos os submarinos que atuaram durante a Segunda Guerra Mundial. Ademais, as experiências obtidas com os “Fleet-Type” permitiram incorporar aperfeiçoamentos aos “Guppy”, em especial a forma hidrodinâmica da superestrutura (denominada vela), resultando em submarinos de ataque mais velozes e mais silenciosos, polivalentes, com melhores possibilidades de emprego contra alvos de superfície e alguma capacidade na guerra contra os próprios submarinos. Um grande salto tecnológico veio a ser concretizado com o advento do submarino Nautilus (SSN-571), incorporado à Marinha dos EUA em 1954. Esse submarino, dotado de propulsão nuclear e casco semelhante ao do Guppy, veio revolucionar a guerra submarina, sendo a sua importância relativa comparável apenas ao advento da máquina a vapor no século XIX. O Nautilus demonstrou a viabilidade e a eficiência do emprego da energia nuclear em sistemas de propulsão naval. O êxito desse projeto deu origem à construção de submarinos nucleares de diversos tipos e classes, combinando-se a evolução do sistema de propulsão com a melhor forma hidrodinâmica do casco. Ademais, além de torpedos, passaram a ser armados com mísseis de emprego tático e estratégico. Em vista dessa evolução, passaram a poder permanecer totalmente

submersos por várias semanas, desenvolvendo velocidades superiores àquelas dos submarinos convencionais e podendo atender a diversos tipos de tarefas.
Evidentemente, os aperfeiçoamentos obtidos pela construção naval alteraram a capacidade tática dos submarinos, conferindo a eles um grande valor estratégico e ampliando as suas possibilidades de emprego e sua eficácia. A forma do casco influi no rendimento da propulsão e no nível de ruídos provocados pelo deslocamento do submarino (ruídos de fluxo). Em imersão, a resistência ao avanço é igual à soma de uma resistência direta e de uma resistência de atrito, que varia na razão inversa da relação entre o comprimento total e a seção mestra do submarino. O valor ótimo dessa relação corresponde à forma de casco conhecida como gota d'água ou forma "albacore", que é a configuração hidrodinâmica que possibilita a melhor "performance" de deslocamento na massa líquida. Paralelamente, progressos sensíveis têm sido incorporados à metalurgia dos aços soldáveis de alto limite de elasticidade, cuja aplicação, nos cascos resistentes, tem possibilitado aumentar a cota máxima de operação, sem prejuízo dos demais parâmetros de construção. Exemplo mais recente desse tipo de submarino é o da classe "Alfa", da ex-URSS, cujo casco resistente é construído com titânio leve e, segundo se estima, pode operar até à profundidade de 3 mil pés (900 metros).
Apesar de várias tentativas já terem sido realizadas para se dotar o submarino de um único tipo de propulsão, considera-se que, até a virada para o século XXI, somente existiam em operação, com finalidades navais, os seguintes sistemas de propulsão de submarinos: sistema de propulsão diesel-elétrica (sistema convencional cuja planta propulsora permite a interligação dos motores diesel ao sistema elétrico de propulsão do submarino, condicionando-o, periodicamente, à necessidade de recarga das suas baterias); sistema de propulsão nuclear (movido por turbinas a vapor, acopladas a engrenagens redutoras e/ou a um sistema elétrico de propulsão, sendo o vapor gerado por troca de calor proveniente de um reator nuclear); e sistema alternativo de propulsão anaeróbia (à exceção da planta nuclear autêntica, possui um sistema propulsor independente do ar atmosférico para o seu funcionamento). Dentre os principais, constituem exemplos os seguintes sistemas anaeróbios: a célula de combustível; o motor "stirling"; e o motor diesel de circuito fechado. Embora ainda persistam as experiências com o emprego de alumínio, fibra de vidro e titânio para a construção de cascos resistentes para os submarinos, o progresso da metalurgia indica a tendência da utilização de aços especiais ainda por longo tempo.
A forma hidrodinâmica de casco do tipo "gota", por ser a configuração que possibilita os melhores desempenhos, passou a predominar a partir do início da década de 1970, sendo adotada mundialmente na construção de submarinos de

ataque. Verifica-se, atualmente, que os submarinos vêm se tornando mais velozes e silenciosos; todavia, em razão da contínua evolução dos meios antissubmarino, eles passam a necessitar cada vez mais que suas ações sejam realizadas dentro da maior discrição operativa possível. Essa necessidade, por sua vez, vem se refletindo no continuado aperfeiçoamento da arma submarina e, principalmente, no desenvolvimento de novas tecnologias a ela aplicadas. Na busca de formas ótimas para a navegação submarina, a disposição das hélices é um fator decisivo. A tendência atual é de se construir submarinos de uma só hélice de grande diâmetro que desenvolva baixas rotações e seja dotada de um maior número de pás, algo em torno de sete, porquanto um número maior exige sistemas de elevada potência e instalações de maiores dimensões.

A propulsão nuclear permitiu uma elevada velocidade máxima mantida em imersão, proporcionando ao submarino um raio de ação quase ilimitado, com restrições impostas, na prática, somente pela fadiga da tripulação e pela capacidade de armazenar alimentos e, em operações de guerra, pela disponibilidade de armamento. Os sistemas alternativos de propulsão anaeróbia vêm surgindo como uma ótima opção para o desenvolvimento de submarinos híbridos, especialmente para aqueles países que se veem impossibilitados de adquirir ou desenvolver submarinos nucleares. Embora não possam concorrer com esses em mobilidade, os submarinos híbridos serão, com toda certeza, excelentes plataformas para emprego em operações de ataque e na moderna guerra antissubmarino.

Referências

CLANCY, Tom. Submarine: A Guided Tour Inside a Nuclear Warship. Nova York: Berkley Books, 2002.

DAVID, Miller; JORDAN, John. Modern Submarine Warfare. Londres: Salamander, 1987

LUTTWAK, Edward; KOEHL, Stuart. The dictionary of moderne war. Nova York: Harper Collins, 1991.

PRESTON, Anthony. Submarines: The History and Evolution of Underwater Fighting Vessels. Octopus Books, 1975.

SHARPE, Richard. Jan’s Fighting Ships, 2001-2002. Coulsdon: Jane’s Information Group, 2001.

SYKES-PICOT (ACORDO) Compromisso diplomático secreto entre a França e a Inglaterra, concluído em maio de 1916 para a divisão do Império Otomano e o estabelecimento de protetorados sobre os países árabes. O acordo estabelecia que o Vale do Jordão, a Palestina, o sul da Mesopotâmia (Bagdá e Basra), o Golfo Pérsico, a Arábia e Hejaz ficariam sob protetorado britânico; enquanto a Síria, o Líbano, o sul da Anatólia e o norte da Mesopotâmia (Mosul) ficariam com a França. Além disso, o Egito deveria ser integrado à administração do

Império Britânico da Índia, enquanto a Rússia ficaria livre para tomar Armênia e o norte do Curdistão. Uma cópia do acordo guardada pela diplomacia russa no período foi publicada pelos bolcheviques depois da Revolução Russa, o que causou grande descontentamento internacional e o ressentimento dos árabes, particularmente ao considerarem que os britânicos deram apoio militar à Revolta Árabe contra o domínio otomano em junho de 1916. O Acordo, assim denominado em virtude dos nomes dos diplomatas francês (Picot) e britânico (Sykes), que o negociaram, traía o acordo anterior da Grã-Bretanha com a família do governante de Meca (Hussein bin Ali, 1854-1931), com o qual Londres negociara a criação de um grande reino árabe, e talvez a própria passagem do califado das mãos do sultão otomano de Istambul, para o novo governante árabe. Boa parte dessas decisões, abandonadas em negociações secretas, derivavam da ação de Lawrence da Arábia, coronel do serviço secreto britânico, que planejara a restauração dos árabes, num reino unificado e livre do domínio otomano (turco) e do Ocidente. O Acordo foi, em grande parte, o responsável pelas duras crises e guerras que depois da Grande Guerra (1914-18) abalaram, até os nossos dias, o Oriente Médio.

Referências

DROZ, Jacques. Histoire Diplomatique, 1648 a 1919. Paris: Librairie Dalloz, 1999.
POTEMKIN, V.P. Historia de la Diplomacia, vol. III. México: Editorial Grijalbo, 1969.
Scalercio, Márcio. Oriente Médio. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO

TEATRO O teatro no século XX está marcado por uma profunda descontinuidade (paradigmática) frente ao modelo de representação que se instaura com os "tempos modernos", notadamente a partir do século XVII. A articulação de uma sociedade aristocrática em que a burguesia ganha cada vez mais espaço no âmbito da produção cultural e econômica, reconduz ao teatro os princípios aristotélicos da mimese (imitação da ação humana) que não tinham penetrado na cena medieval. A partir do século XVII, o teatro produz sua própria leitura do paradigma da representação, que se oferece como a ordem simbólica na qual o pensamento opera: por mais que Molière subverta e brinque com os princípios do cartesianismo, são esses princípios que nortearão a produção artística, incluindo-se, aí, o teatro. É o paradigma da representação que articula a relação de efetividade entre as palavras e as coisas. Em termos teatrais, isso quer dizer que a cena teatral deve representar, no palco, a realidade a que se refere. O texto estabelece a mediação entre uma e outra (a realidade e a cena), assegurando, com os princípios de identidade e causalidade da lógica aristotélica, a verossimilhança e o reconhecimento da obra enquanto tal. A linguagem é pura transparência ao Ser (embora não esteja necessariamente excluída da dimensão ontológica) que, instaurado na ordem (imanente ou transcendente) do mundo ou da natureza, é representado no palco. Há, então, a retomada da fábula (parte da tragédia nomeada por Aristóteles como responsável pelo encadeamento da ação, segundo uma ordem baseada na causalidade necessária à produção de sentido) como eixo dessa dramaturgia.

No final do século XIX toda essa construção, juntamente com o paradigma da representação, começa a ruir. A lógica aristotélica, pela primeira vez desde que fora formulada, é deixada de lado e Frege lança as bases da lógica moderna. Nietzsche, Marx e Freud escrevem as fissuras do paradigma quando reconduzem ao pensamento dimensões que daí foram excluídas quando Descartes encadeara verdade e certeza num ponto de convergência (cogito), em que o sujeito se identificava à consciência. O trágico, o sonho e a praxis são reconduzidas à ordem da Razão, ao mesmo tempo em que indicam os limites dessa Razão. É a partir da dimensão trágica, escrita na tragédia grega, que se constituem os novos objetos responsáveis pela subversão do pensar: daí a arte se liberta como tal, permitindo ao teatro que se inscreva nesse campo (o campo da arte, e não o da representação mimética), estender-se e produzir-se segundo novas referências. Liberto dos fios aristotélicos trançados pela estética bem comportada da

representação, o teatro busca, na produção de uma linguagem própria, a constituição da teatralidade que marcará e definirá o teatro do século XX.

Há um corte que estrutura a arte do século XX. Arte que se produz na busca de referências internas a si mesma. Até esse momento a produção da obra de arte se pautava por uma articulação a um campo que lhe era exterior, a um objeto a ser representado; fosse a realidade, a natureza, os deuses, os mitos. Agora a arte se torna, de certa forma, seu próprio objeto. Há um retorno sobre si mesmo, e o que é esse "si mesmo" senão a linguagem? Há, então, um deslocamento do Ser à linguagem; e esse deslocamento, que provoca como que uma ontologia descentrada, é o ponto de sustentação de toda episteme do século XX. É nessa dimensão e segundo esses parâmetros que a arte pode produzir seus próprios pressupostos, vale dizer, sua própria linguagem, único lugar – o da linguagem – onde ela pode vir a ser o que é: arte. Se o teatro chama a si essa condição, a de arte, ele deve, então, também seguir esse percurso: produzir a linguagem que o constitui como tal. Gordon Craig é o primeiro a reivindicar essa inscrição, definindo o teatro como obra de arte e separando-o da mimese. A partir daí há uma pesquisa de linguagem em que o teatro pode se fazer não como adequação, mas como pura criação estética. Estamos na virada do século e as pesquisas de Craig e Apia apontam as perspectivas da cena teatral fora dos parâmetros da representação clássica. A linguagem tem outro estatuto, diferente daquele que a definia como transparência, e se instaura como um corpo. Trata-se exatamente disso na cena do século XX: o corpo da linguagem; a encarnação da palavra em volume, cor, textura, gesto, fala e som. Há uma escrita para além do texto a ser representado, há uma encenação a partir de um ponto privilegiado de leitura: o encenador. Essa leitura segundo a qual a peça é montada, apesar de ser regida pelo encenador, não é arbitrária, não depende de o encenador fazer qualquer coisa com qualquer texto. Quando se diz que se abre, no teatro do século XX, a "era do encenador", em que o texto não ocupará mais o centro da cena, não se está reconhecendo que a questão não é da predominância, ou não, do texto em si, mas de uma escrita – que alguns chamam de escritura – cênica que escapa ao limite do papel e se faz volume, carne e cor. Gordon Craig diz: "A arte do teatro não é nem o jogo de atores, nem a peça, nem a direção, nem a dança; é formada de elementos que as compõem: do gesto que é a alma do jogo; das palavras que são o corpo da peça; das linhas e das cores que são a existência mesma do cenário; do ritmo que é a essência da dança."

A cena é, então, o corpo da linguagem. Produz-se uma escrita do espaço. Apia dizia que "a arte da encenação é a arte de projetar no espaço aquilo que o dramaturgo só pode projetar no tempo". Volumes rítmicos são construídos e o corpo humano – o ator – é inserido numa ordem musical e arquitetônica em que

o palco italiano perde o monopólio da circunscrição espacial da cena. A intenção é apagar o teatro do teatro, no sentido da ocultação dos urdimentos e dos "truques" em que se criava a ilusão da cena. São desmanteladas as correspondências, cumplicidades e simulações que se estabeleciam entre a cena e a sala italiana. Suprime-se a velha e segura linha de demarcação que mantinha o espectador ao abrigo do espetáculo e o ator protegido das ondas de choque da realidade. Enquanto Apia e Craig libertam o teatro da literatura, Stanislavski, na Rússia, procura as bases da verdade da interpretação no processo de construção do personagem pelo ator a partir de um embate com uma nova estrutura de texto escrita por Tchecov; Meyerhold revoluciona o espaço cênico e estabelece a biomecânica como estrutura que suporta a interpretação; Piscator estende o registro da linguagem abrindo caminho para o teatro épico de Brecht, ao mesmo tempo em que Artaud transgride os limites ordinários da arte para realizar um tipo de criação que atualize a experiência ancestral do horror que brota das fontes vitais obstacularizadas pela sociedade burguesa. A cena transforma-se numa espécie de praxis cujo efeito crítico e revolucionário (Teatro Épico de Brecht), ou catártico (Teatro da Crueldade de Artaud), deve se produzir no espectador a ponto de sacudi-lo da perspectiva de puro observador para conduzi-lo a elemento ativo da encenação. O teatro é ato e seus efeitos devem ser imprevisíveis. Máscaras, marionetes, manequins, projeções e um acervo de gestos vindos do teatro oriental são evocados e dispostos na cena que deve sacudir não somente o espectador, mas a sociedade europeia que, no período de entreguerras, vive a efervescência das vésperas dos grandes acontecimentos. Eles vieram e não foram do jeito que se esperava. O horror da Segunda Guerra Mundial dispersou entre exílio, campos de prisioneiros e hospícios, os grandes criadores daqueles tempos. Mas a guerra passou e, nos anos 1950, tudo retorna. A efervescência dos palcos chega ao próprio texto teatral com os surrealistas, o teatro do absurdo e a obra de Samuel Beckett. Aí são tateados os limites da própria linguagem. Personagens não mais repousam em identidades seguras, o sentido não se articula em conclusão e a poesia sustenta a possibilidade da cena. E o que é a poesia senão a música e o murmúrio de palavras encarnadas?

O tempo e o espaço não seguem as linhas habituais da representação. Aprofunda-se o descentramento entre personagem, fala, gestos e atores. Não há mais porto seguro e os encenadores, notadamente a partir dos anos 1960, procuram cunhar encenações que tragam a marca indelével de cada um de seus estilos. A pesquisa cênica se conjuga com a criação de técnicas de interpretação, e uma visão global, não somente da peça a ser encenada, mas do próprio teatro, é o substrato de cada encenação. Seguindo Brecht, Artaud, os simbolistas ou realistas, os novos encenadores seguem as bases lançadas nos anos 1950. Peter

Brook, Eugênio Barba, Bob Wilson, Grotowski (talvez o mais radical de todos eles), Tadeus Kantor, o Living Theatre, Strehler, Heiner Müller, Peter Stein, Ariane Mnouchkine, devem ser pesquisados na perspectiva de diferentes estilos que não escapam, no entanto, a essa perspectiva do teatro entendido como obra de arte que não se contenta em ser uma forma de diversão que dispute com o cinema grandes plateias.

No Brasil, Nelson Rodrigues, na dramaturgia (notadamente depois da encenação de Vestido Noiva, dirigida por Ziembinski), e José Celso Martínez Correia, na encenação, marcaram, no teatro, os novos tempos. O Oficina surge nos anos 1960, no meio do teatro amador, em São Paulo; e já aparece às voltas com a censura. A subversão estética é lida como subversão política pela elite de uma cultura que não podia suportar o questionamento radical que o teatro, naqueles anos, propunha e promovia. Zé Celso percorre toda a estrada que a pesquisa teatral seguira na Europa: de Stanislavski a Grotowski, de Brecht a Artaud, mesclando-a com a comicidade de certa tradição brasileira dos comediantes populares. Duas montagens ficaram na história da encenação no Brasil: O Rei da Vela, de Oswaldo de Andrade, e Galileu Galilei, de Brecht. Esta última vista por 20 mil pessoas.

Clara de Góes

Telecomunicações De acordo com a União Internacional de Telecomunicações (UIT), “telecomunicação” é definida como qualquer transmissão, emissão ou recepção de símbolos, sinais, escrita, imagens e sons ou inteligência de qualquer natureza por fio, rádio, óptica ou qualquer sistema eletromagnético. A Lei Geral de Telecomunicações do Brasil (LGT), de 16 de julho de 1997, define telecomunicações como “a transmissão, emissão ou recepção por fio, radioeletricidade, meios ópticos ou qualquer outro processo eletromagnético, de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza” (art. 60, § 1º). O século XX, muitas vezes chamado de Século da Informação, não poderia receber esta qualificação sem o vertiginoso desenvolvimento tecnológico das telecomunicações.

A comunicação à distância entre os homens não só sempre existiu, mas também é uma ferramenta essencial para diversas atividades da natureza humana, sejam elas sociais, econômicas, políticas, religiosas ou mesmo filosóficas. Nas primeiras eras, quando incipientes tecnologias eram usadas em formas de telecomunicações, os homens se comunicavam por sons de tambores, sinais luminosos ou de fumaça. Esses tipos de telecomunicações, que não se utilizavam de processos eletromagnéticos, tinham, além da limitação da distância, a impossibilidade de flexibilizar os códigos de informações frente a mudanças repentinas que não coubessem no sistema estereotipado anteriormente

estabelecido. Os faróis, as bandeiras nos navios e as sinalizações no alto de edifícios ou montanhas trouxeram evolução tecnológica a esse tipo ainda limitado de telecomunicação, aumentando o número de "mensagens padronizadas" e o alcance da recepção da informação.

A primeira grande revolução nas telecomunicações só surgiu em meados do século XIX, com a introdução da telegrafia e, consequentemente, do código morse, pelo qual cada caracter é identificado por uma sequência de símbolos curtos e longos. Com esta revolução, perde sentido a noção de "mensagem padronizada". O homem pode enviar qualquer mensagem escrita, pode transmitir qualquer texto, pode comunicar-se instantaneamente com qualquer ponto que esteja conectado à sua rede telegráfica. No entanto, continuavam presentes certas limitações, visto que o alcance das mensagens estava restrito à existência de linhas físicas (ou cabos submarinos), à velocidade do telegrafista ou da máquina telegráfica e à inexistência de tecnologia para o envio (ou recepção) de sons e imagens. O envio de sons tornou-se possível em 1876, quando Alexander Graham Bell (1847-1922) inventou e patenteou o telefone (a patente do telefone foi registrada em 7 de março de 1876). Pela concepção original de Graham Bell, o telefone seria sempre "com fio"; as transmissões via rádio não estavam em suas cogitações.

O século XX, por sua vez, trouxe consigo transformações explosivas, rápidas e inacreditáveis nas telecomunicações. A primeira, logo em 1901, foi a invenção por G. Marconi (1874-1937) do telégrafo sem fio, o que eliminou a barreira da distância e a limitação de conexão física entre as entidades em comunicação. O telégrafo sem fio permitiu comunicação inclusive entre estações móveis (navios podem enviar seus pedidos de socorro por rádio!!!). Existem, contudo, registros de experiências de transmissão de sinais via rádio efetuadas com sucesso em São Paulo pelo Padre Landell de Moura em 1893 – portanto, alguns anos antes de Marconi. Segue-se ao telégrafo sem fio a comunicação telefônica por rádio e, a partir de 1920, a radiodifusão sonora, o que permite o envio de sons (voz, ruídos, música) para qualquer receptor de rádio. A escrita e os sons já são possíveis de serem transmitidos por fios e ondas radioelétricas. Esse tipo de tecnologia avança com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), permitindo a transmissão simultânea de vários sinais pelo mesmo condutor e a transmissão de imagens pela televisão. Completam-se assim, em meados do século XX, as possibilidades de transmissão e recepção de caracteres, sons e imagens sem limitação de distância ou obrigatoriedade da conexão física. Mais um avanço aparece a partir da década de 1960, que é a capacidade de transmitir informações em proporções cada vez maiores. Este avanço vem com a utilização de tecnologias de transmissão por micro-ondas (frequências altas, a partir de três GHz), seja por

meio terrestre – com torres colocadas a distâncias de algumas dezenas de quilômetros umas das outras –, seja por meio de satélites de comunicação, que possibilitaram a difusão mundial simultânea de informações. Logo em seguida, a partir da década de 1970, viabilizaram-se as transmissões por fibra óptica, inclusive transoceânicas, que têm capacidade praticamente ilimitada de transmissão de informações.

O advento, já no final do século XX, da telefonia celular e a popularização da Internet trazem aos indivíduos mais duas conquistas marcantes da tecnologia de telecomunicações: a mobilidade e a capacidade praticamente ilimitadas de receber e transmitir caracteres, sons e imagens com excelente qualidade. Complementando estas conquistas, aparecem equipamentos disponíveis ao público em geral que digitalizam, armazenam, codificam, copiam, reproduzem, reformatam e retransmitem informações com qualidade (gravadores, CD-roms, videocassetes, microcomputadores, copiadoras etc.). Todo este desenvolvimento seria inútil se não fosse utilizado para o benefício do cidadão e da sociedade. E é aí que entra o conceito do século XX como o Século da Informação. A informação é um bem que, ao contrário dos bens materiais, pode ser usada e compartilhada por mais de um indivíduo ou entidade sem perder o seu valor. Uma sociedade nunca poderá ser totalmente justa em relação à distribuição de bens materiais aos seus cidadãos, pois é praticamente impossível distribuir de maneira equitativa todos os bens materiais. A produção é intrinsecamente limitada e não seria imaginável que cada cidadão pudesse ter a propriedade de sua moradia idêntica àquela dos demais, de um meio de locomoção idêntico ao dos outros cidadãos. Para que isso fosse próximo do possível, viver-se-ia em uma sociedade minimalista em que todos teriam quase nada (inclusive vestimentas e alimentação). Como isso não ocorre, vive-se em uma sociedade intrinsecamente injusta em que uns teriam mais e outros menos, nem sempre de acordo com suas necessidades.

A única maneira de haver distribuição equitativa de bens materiais seria por produção ilimitada de bens, o que certamente não é viável. Já com relação à informação, a premissa anterior não é verdadeira. Como a informação pode ser reutilizada, distribuída e mesmo conhecida simultaneamente por uma infinidade de cidadãos, todos têm direito a ela da mesma maneira e no mesmo momento. Dentro do mais puro e sincero exercício de democracia e cidadania, deve haver a existência e distribuição ilimitada de informação, que, na verdade, é a riqueza da sociedade atual que passa para as gerações futuras. As telecomunicações estimulam esta disseminação e secundariamente beneficiam os demais setores da sociedade. Assim, ao final do século XX, as telecomunicações de alta flexibilidade predominaram em todos os setores econômicos da sociedade,

integrando socialmente os lugares aos efeitos de um espaço maior que os transcende. Enfim, cumpre notar que o seu impacto intrínseco sob o meio natural é menor – é o que se chama de “tecnologia limpa”.

Referências

BARTY-KING, Hugh. Girdle Round the Earth: The story of Cable and Wireless. Londres: Heinemann, 1979.

Diversos Autores. Telefone: ontem, hoje e amanhã. Publicado pela Telebrás. Brasília, 1979.

FARIA, Miguel Figueira de. Da TSF às comunicações globais. Lisboa: Departamento Central de Comunicação da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, 1994.

LUIZ FRANCISCO TENÓRIO PERRONE

TELEGRAMA ZIMMERMANN Telegrama cifrado enviado em janeiro de 1917 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, Arthur Zimmermann, ao embaixador alemão no México, von Eckhardt, em um contexto marcado pela implementação da guerra submarina sem restrições no Atlântico, operacionalizada pelo comando maior alemão a cargo de Hindemburg-Ludendorff. A mensagem propunha que o México fosse cooptado a firmar uma aliança com os alemães, uma vez que as ações submarinas em curso logo afetariam os interesses norte-americanos. Nesse sentido, caberia aos mexicanos apoiar a Alemanha em caso de um conflito aberto com os EUA, o que impediria o fluxo de tropas norte-americanas para o front europeu, fator fundamental para o esforço de guerra das tropas do Kaiser. Zimmermann instruía von Eckhardt a oferecer apoio ao governo mexicano para que este recuperasse os territórios perdidos para os EUA no século XIX – Texas, Arizona e Novo México –, além de propor uma aproximação militar entre México e Japão, formando uma sólida frente contra a força militar norte-americana. Sem poder contar com os cabos submarinos transatlânticos, cortados em função da guerra, a mensagem do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Alemanha foi transmitida via telegrama para Washington, de onde seria redirecionada para a Cidade do México. Embora a operação fosse ousada, os alemães acreditavam plenamente na inviolabilidade dos códigos utilizados em seus comunicados secretos. Desde outubro de 1914, entretanto, o setor de criptografia inglês – conhecido como Sala 40 – já havia obtido, por intermédio dos russos, o livro de código da Marinha alemã, sendo capaz de decifrar boa parte das mensagens secretas alemãs. A cargo de William Reginald Hall, diretor de Informações Navais do almirantado, a Sala 40 contava com 800 operadores de rádio e 80 criptógrafos, sendo capaz de decifrar o telegrama enviado por Zimmermann, informação que foi imediatamente repassada ao comando militar britânico. Em um contexto em que a guerra

submarina alemã ameaçava o abastecimento do país, na verdade, a interceptação da mensagem não podia ter vindo em um momento mais crítico para a Inglaterra, a esta altura consumindo gastos da ordem de 5,5 milhões de libras por dia no conflito. À medida que o telegrama foi tornado público, o jogo de forças travado nos EUA em torno da entrada do país no conflito começou a assumir contornos mais nítidos. A lembrança do transatlântico Lusitania, afundado pelos alemães em 1915, um episódio ainda hoje controverso, no qual morreram 128 civis americanos, contribuiu para o crescimento do clima favorável às hostilidades, em grande parte estimuladas pela imprensa. O neutralismo de determinadas forças políticas – como o Partido Democrata – e de algumas regiões do país – como o Oeste, que se julgava tão distante da guerra – foi rapidamente superado. Todas essas discussões foram travadas em meio à ofensiva submarina alemã. Estima-se que só em 1917 tenham sido infligidas à Marinha mercante norte-americana perdas de cerca de 847 mil toneladas, um duro revés para uma estrutura econômica que desde o início da guerra vinha abastecendo alguns países europeus. Em 2 de abril de 1917, quando Woodrow Wilson anunciou a declaração de guerra dos EUA à Alemanha, um dos aspectos fundamentais para a decisão do conflito em favor da Entente, ninguém podia duvidar da importância que a criptografia alcançara para o esforço da guerra moderna, sendo o Telegrama Zimmermann um dos marcos emblemáticos deste processo.

Referências

GILBERT, Martin. The First World War: A Complete History. Nova York: Henry Holt, 1994.
KEEGAN, John. The First World War. Londres: Pilmico, 1998.
SINGH, Simon. Histoire des Codes Secrets. Paris: JC Lattès, 1999.
TUCHMAN, Barbara W. O telegrama Zimmermann. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1981.

TEORIA DE CONJUNTOS A teoria de conjuntos tem duas datas de nascimento: a primeira nos trabalhos de Georg Cantor (1873-1897), quando este estudava os conjuntos de pontos em uma reta real; a segunda em 1908, devido ao surgimento dos paradoxos na teoria de conjuntos, com axiomatização de Ernest Zermelo. Quando estudou a reta real, Cantor examinou questões relacionadas com o infinito e a continuidade de uma reta. Até então, o infinito, na maioria das vezes, fora tratado como um infinito potencial, ou seja, dado um número, é possível sempre adicionar +1 e chegar ao próximo número. Além disso, Euclides – famoso matemático grego (século IV a.C.) – enunciou no seu livro Os Elementos um axioma (noção comum) que afirmava que “o todo é maior que as partes”. No entanto, tal axioma gerou alguns problemas. O físico e astrônomo

Galileu Galilei (1564-1642) observou que era possível fazer uma correspondência 1-1 entre números naturais e números pares naturais, ou seja, havia uma função 1-1 entre o conjunto dos naturais {0,1,2,3,4,..} e o conjunto dos pares {0, 2, 4, 6,..}, a saber, F(x)= 2x. Com isso, demonstrava que, paradoxalmente, o tamanho dos dois conjuntos era o mesmo, o que contrariava o axioma euclidiano.

Muitos outros casos similares ao citado ocorreram quando Cantor decidiu dar um tratamento às questões relativas ao infinito. Como Galileu, Cantor demonstrou que existe uma correspondência 1-1 entre os conjuntos dos números naturais e dos inteiros e entre o conjunto dos números naturais e dos racionais. Ainda segundo uma definição de seu livro Contribuições aos Fundamentos da Teoria de Números Transfinitos: “Se é possível colocar dois agregados (conjuntos), por alguma lei, em uma correspondência 1-1, então dizemos que ambos são equivalentes (tem o mesmo tamanho).” Essa definição mostrava que os conjuntos dos números naturais, inteiros e racionais tinham o mesmo tamanho, o que é pouco intuitivo, uma vez que parece que o conjunto dos números racionais é maior que conjunto dos inteiros e, por sua vez, estes dois parecem ser maiores do que o conjunto dos naturais. Cantor foi ainda mais longe: demonstrou que não é possível fazer uma correspondência 1-1 entre o conjunto dos números naturais e dos reais (união do conjunto dos números racionais e do conjunto dos números irracionais). Logo, o conjunto dos números reais não tem o mesmo tamanho que o conjunto dos números naturais. Porém, Cantor afirmou que se um agregado A é equivalente a uma parte de outro (subconjunto) B, mas se o inverso não ocorre, então A é menor que B. Cantor demonstrou também que o conjunto dos números naturais pode ser colocado em uma correspondência 1-1 com uma parte do conjunto dos números reais. Entretanto, o inverso não é possível, logo o conjunto dos naturais é menor que o conjunto dos reais. Tal resultado tem um grande valor filosófico, uma vez que provava haver no mínimo dois tipos de infinito: o infinito do conjunto dos números naturais, inteiros e racionais, que Cantor denominou ?0, e o infinito do conjunto dos números reais, denominado ?1. No entanto, ainda é controversa a questão de saber se o infinito do conjunto dos números reais se segue logo após o infinito do conjunto dos naturais, inteiros e racionais.

Continuando sua pesquisa sobre o infinito, Cantor provou o seguinte teorema: dado um agregado A, a potência deste agregado A (conjunto de todos os subconjuntos de A) é sempre maior que o próprio agregado. O teorema mostra que existem infinitos tipos de infinito, pois, dado um conjunto infinito A, a sua potência constituirá um infinito maior que o conjunto A, e a potência da potência de A (o conjunto de todos os subconjuntos dos subconjuntos de A) constituirá

um infinito maior que a potência de A, e assim por diante. Todavia, esse mesmo teorema causou alguns transtornos à teoria de conjuntos: se tomarmos o conjunto de todos os conjuntos, temos, por tal teorema, que a potência desse conjunto é maior que este próprio conjunto. Logo, o conjunto de todos os conjuntos não contém todos os conjuntos, a saber, sua potência. Além desse paradoxo, surgiram os paradoxos de Burali-Forti e de Russell, levando assim a teoria de conjuntos a um descrédito total. Contudo, em 1908, Enerst Zermelo, na tentativa de evitar tais paradoxos, axiomatizou a teoria de conjuntos, afirmando em Investigação dos Fundamentos da Teoria de Conjuntos que pretendia mostrar como a teoria criada por Cantor poderia ser reduzida a poucas definições e sete princípios ou axiomas. Zermelo introduziu o sinal Î(uma noção primitiva, isto é, não é definida em termos de outras noções) para a relação de pertinência. Então, a Î B, significa a pertence a B. Depois, Zermelo definiu a noção de subconjunto a partir daquela de pertinência, ou seja, AÍB (A é subconjunto de B) somente se todos os elementos que pertencem ao conjunto A também pertencerem ao conjunto B. Dadas tais definições, Zermelo postulou seus axiomas.

O primeiro é o axioma da extensionalidade, que afirma que um conjunto A é igual a um conjunto B se e somente se todos os elementos de A são elementos de B e vice-versa. Em outras palavras, um conjunto A é igual a um conjunto B se e somente se A é subconjunto de B, e B é subconjunto de A. O segundo axioma é o dos conjuntos elementares, que afirma existir um conjunto fictício, o conjunto vazio, que não contém elemento. E dado um objeto a, existe então {a}, o conjunto unitário de a. E, também, dados dois objetos a e b, existe o conjunto {a,b} – o conjunto par. Embora a noção intuitiva de conjuntos seja a de uma aglomeração de objetos, parecendo um despropósito falar de conjunto vazio ou mesmo unitário, a noção de ambos conjuntos é necessária à teoria de conjuntos para as definições dos números naturais. Por isso, mesmo com desconfiança, Zermelo não abre mão desses conjuntos.

O axioma da separação é o terceiro da lista de Zermelo e afirma que sempre que uma função proposicional F(x) é definida para todos os elementos de um conjunto M, M possui um subconjunto M', contendo como elementos precisamente os elementos x de M, para os quais F(x) é verdadeira; em outras palavras, este axioma afirma que dado um conjunto A, então existe um conjunto B que é seu subconjunto e cujos elementos satisfazem F(x). O axioma da separação foi introduzido por Zermelo para resolver os paradoxos da teoria de conjuntos (limitando o tamanho dos conjuntos), pois segue desse axioma o teorema que afirma que não existe o conjunto de todos os conjuntos.

Há ainda o axioma do conjunto potência, o axioma da união e o axioma da escolha, que não serão tratados neste texto. No entanto, trataremos do axioma da

infinitude, que afirma existir no domínio pelo menos um conjunto Z que contém o conjunto vazio como elemento e é constituído de tal forma que, para cada elemento "a" do mesmo domínio, existe um elemento correspondente {a}. Em outras palavras, existe o conjunto {Ø,{Ø},{{Ø}},{{{Ø}}},{{{{Ø}}}},..}. Tal conjunto é infinito. Zermelo necessita do axioma da infinitude, pois caso o domínio não fosse infinito, uma das propriedades dos números naturais não ocorreria, a saber, que todos os números naturais têm um sucessor. Vamos supor que o domínio fosse finito (com 10 indivíduos ou objetos). O número 10 não teria um sucessor, pois o número 11 não existiria.

Anos depois, a teoria de conjuntos de Zermelo recebeu outras contribuições, principalmente de Fraenkel e von Neumann. Muitas outras teorias de conjuntos foram criadas como, por exemplo, teorias de conjuntos não clássicas, que negam algum princípio da lógica clássica, entre as quais as teorias de conjuntos paraconsistentes e intuicionistas. A teoria de conjuntos é amplamente utilizada na computação (forneceu as bases do cálculo binário), bem como na robótica, confirmando-se como um dos maiores avanços da matemática no século XX.

Referências

CANTOR, Georg. Contributions to The Founding of Theory of Tansfinite Numbers. Nova York: Dover Publications, 1955.

FERREIRÓS, José. Labyrint of Thought: A History of Set Theory and its Role in Modern Mathematics. Erwin Hebert, Eberhard Knobloch and Erhard Scholz (eds.) Science Networks Historical Studies, v. 23. Berlin, 1999.

RUSSELL, Bertrand. Introduction to Mathematical Philosophy. Londres: George Allen and Unwin Ltd, 1953.

ZERMELO, Ernest. "Investigation in the Foundations of Set Theory I". In: From Frege to Gödel. Cambridge e Massachusetts: Havard University Press, 1981. p. 183-98.

TEORIA QUÂNTICA "A Natureza não dá saltos." A tentação de recorrer (quase que instintivamente) a essa máxima, quando se começa a escrever sobre a Mecânica Quântica, é frequente, mas pode ser tendenciosa, pois, embora se reconheça a relevância de discutir se os saltos existem ou não, ela tende a restringir o foco da abordagem à questão técnica da descontinuidade na Física, em detrimento de uma análise mais ampla do impacto revolucionário da Mecânica Quântica sobre a ciência, a tecnologia, a história das ideias e, em última análise, sobre o próprio homem. A dimensão mais imediata da revolução causada pela Teoria Quântica pode ser aferida pelo fato notável de que tanto os conceitos basilares (como o de energia, de massa, de causalidade, de localidade) quanto os paradigmas de átomo e de vazio foram diretamente afetados e revistos

à luz desta teoria. Obviamente, há outras dimensões, mas discutir todas está fora de propósito. Pretende-se apenas, ainda que resumidamente, mostrar que, de um ponto de vista internalista, a Teoria Quântica é fruto de um longo processo de ampliação das fronteiras da crise da Física clássica, que se seguiu ao famoso trabalho do físico alemão Max Planck (1858-1947) e, de um ponto de vista externalista, que ela e a Teoria da Relatividade de Einstein (1879-1955) estabelecem uma crise de paradigmas decisiva para a construção de uma nova Weltanschauung (visão de mundo), em substituição àquela mecanicista de Newton (1642-1727) e de Laplace (1749-1827).

O clima novecentista de fin de siècle invariavelmente levou alguns pensadores a se pronunciarem sobre o pouco que restava a fazer em suas áreas de conhecimento, conduzindo alguns apressados a decretarem o fim da história. Nesse sentido, é oportuno recordar que, em começos do século XX, a comunidade de físicos ouvia William Thomson (Lord Kelvin, 1824-1907) afirmar que a beleza e a clareza da descrição clássica da teoria do calor e da luz "encontravam-se obscurecidas por duas nuvens". Difícil era prever que exatamente da dissipação dessas nuvens resultaria um corte epistemológico notável, talvez só comparável, do ponto de vista da relação do homem com a natureza, à revolução copernicana. O homem, que já havia sido retirado do centro do universo e colocado diante de um infinito macroscópico, perdia agora seu caráter privilegiado de observador absoluto, filosoficamente determinado a ser determinista. Assim, sob o impacto da relatividade, o homem vislumbrava um microcosmo infinito e, por isso, o seu sujeito epistemológico entrou em crise, percebendo a sua incapacidade de separar claramente o sujeito e o objeto na investigação científica do microcosmo.

A ideia de quantum de energia foi introduzida na Física em 1900 por Planck, que estudava a emissão de energia pelos corpos negros (que emitem toda a energia que absorvem). Durante cerca de 50 anos, acumularam-se resultados que apontavam para uma série de regularidades e leis empíricas muito particulares nessa área. A tentativa de se explicar teoricamente esse fenômeno fracassou – fracasso que se convencionou chamar de "catástrofe do ultravioleta". O emprego da palavra catástrofe atesta o grau de perplexidade da comunidade científica ao verificar que, do ponto de vista teórico, a fabulosa estrutura da Física clássica que compreende a Mecânica de Newton, o Eletromagnetismo de James Maxwell (1831-1879) e a Física Estatística de Maxwell-Boltzmann previa que a densidade de energia emitida por um corpo negro cresce infinitamente, passando a divergir dos dados experimentais quando a frequência se aproxima do ultravioleta. Planck constatou que a melhor descrição dos dados era obtida com a hipótese de que a energia emitida ou absorvida pelo corpo negro sob forma de radiação é

quantizada, ou seja, é um múltiplo inteiro de certa quantidade ou quantum, e mais, que este quantum de energia é proporcional à frequência da radiação. A constante de proporcionalidade h, conhecida como constante de Planck, é a constante universal característica dos fenômenos quânticos, assim como a velocidade da luz é a constante característica da relatividade. Com essa hipótese, Planck reacende um velho debate sobre a natureza corpuscular ou ondulatória da luz, que envolveu durante séculos nomes como os de Isaac Newton, Jean-Baptiste Biot (1774-1862), R. G. Boscovich (1711-1787) e Laplace – defensores da visão corpuscular – e de Christiaan Huygens (1629-1695), Thomas Young (1773-1829), A. H. L. Fizeau (1819-1896) e J. B. L. Foucault (1819-1868), defensores da ondulatória. Esta última parecia ter recebido sua comprovação maior com a descoberta das ondas eletromagnéticas por Heinrich R. Hertz (1857-1894), previstas na grande síntese que foi a teoria eletromagnética de Maxwell. No entanto, Planck acreditava que a descontinuidade era inerente apenas aos processos de absorção e emissão da luz, e não uma característica intrínseca da natureza da luz. Ele próprio trabalhou cerca de 12 anos tentando encontrar alternativas à sua hipótese quântica.

A explicação de Einstein do efeito fotoelétrico, em 1905, baseada na hipótese de Planck, pressupõe que a luz é quantizada. Parece, então, que a luz apresenta um caráter dual: ora se manifesta como ondas, ora como partículas (os quanta de energia). Pela primeira vez na história da Física, a questão do Ser é colocada de forma tão peculiar. Este termo dualidade esconde, na verdade, o início de uma profunda crise epistemológica na ciência, capaz de abalar os alicerces do determinismo mecanicista no nível do microcosmo, cuja solução dependeu, crucialmente, das contribuições de Niels Bohr (1885-1962) e de Louis-Victor de Broglie (1892-1987). O primeiro compreendeu que a constante de Planck é fundamental para assegurar a estabilidade do átomo e da matéria. A partir dessa ideia, Bohr introduz um conjunto de três postulados sobre a estrutura atômica, que contradizem algumas leis do eletromagnetismo clássico e cuja compreensão levou algum tempo. De fato, ele define como órbita estacionária de um elétron no interior de um átomo aquela na qual, embora esteja acelerado, o elétron não emite energia eletromagnética. A energia emitida que se mede, segundo Bohr, é quantizada e depende da diferença de energia entre um par de órbitas. Desta forma, a constante fundamental h, introduzida no estudo de fenômenos luminosos, passa a ter um papel central também na descrição do átomo. O significado profundo desse trabalho de Bohr foi percebido por Broglie, que em sua tese de doutorado de 1924 amplia as fronteiras da crise, afirmando que, se a constante de Planck é em última análise responsável pela dualidade onda-partícula da luz, tal dualidade deve manifestar-se igualmente na matéria atômica.

De Broglie postula, assim, a existência de uma onda associada a cada partícula livre (e ondas são descritas por campos). É nesse sentido que ele generaliza a crise à qual se aludiu anteriormente. No entanto, restava saber como modificar as ideias de Louis de Broglie para descrever a dinâmica do microcosmo e, em particular, como aplicá-las a partículas submetidas à ação de campos, como no caso dos elétrons orbitais dos átomos, submetidos aos campos do núcleo.

A resposta a estas questões foi dada, em 1926, por Erwin Schrödinger (1887-1961), ao postular que a onda proposta por Broglie é solução de uma equação diferencial (equação de onda) fundamental, que hoje leva o seu nome. Entretanto, a consistência dessa ideia exige que a função de onda de Schrödinger seja necessariamente uma função matemática complexa. Ora, todas as grandezas físicas são descritas por números e funções reais. Portanto, qual o sentido físico dessa onda? A resposta mais aceita até hoje faz parte do que se convencionou chamar de interpretação de Copenhague, e foi dada por Max Born (1882-1970), podendo ser resumida da seguinte forma: a função de onda de Schrödinger é uma densidade de probabilidade, a partir da qual é possível calcular os valores médios das grandezas físicas, como posição, momento linear, momento angular, energia *etc*. Esse é um ponto crucial no que tange à questão do observador e de seus limites. Tratamentos estatísticos são frequentes em sistemas físicos com um número enorme de partículas ou em sistemas contínuos, como nas áreas da Teoria Cinética dos Gases, da Termodinâmica, da Física Estatística e da Hidrodinâmica. Tomam-se médias devido à dificuldade técnica de cálculo e isso nada tem a ver com o determinismo. Entretanto, na interpretação de Born, deve-se falar em descrição probabilística mesmo para um sistema de um único elétron. Embora a equação fundamental da Mecânica Quântica seja determinista, a evolução de qualquer sistema quântico só pode ser prevista probabilisticamente e, a priori, as possibilidades de evolução entre dois estados fixos são infinitas. “Deus não joga dados com o universo”, retruca Einstein, defendendo sua visão realista, ou seja, sua crença na existência de um mundo independente do observador. Werner Heisenberg (1901-1976), que construiu uma Mecânica Quântica formalmente equivalente à de Schrödinger, na qual as grandezas físicas observáveis correspondem a operadores matriciais, vai além: a Física só deve se preocupar com o que é observável, e a posição de um elétron, por exemplo, com base em seu famoso princípio da incerteza, não pode ser determinada com precisão absoluta. Os conceitos de trajetória e de uma órbita de Bohr não são importantes e devem, portanto, ser abandonados. Para ele as quantidades físicas observáveis estão associadas a duas órbitas de Bohr, ou seja, relacionam-se com as transições dos elétrons entre órbitas hipotéticas, impossíveis de serem aferidas. Foi esse raciocínio que o levou a representar matematicamente as

quantidades físicas por matrizes.

Por volta do início da década de 1930, o físico inglês P.A.M. Dirac (1902-1984) deu uma das maiores contribuições da Física do século XX, fundando as bases de uma descrição quântico-relativística do elétron. Do ponto de vista filosófico, é enorme o impacto das ideias de Dirac, pois ele é levado a redefinir o vácuo – consequência de seu esforço de compatibilizar a Mecânica Quântica com a Teoria da Relatividade. O paradigma de vazio pré-socrático é finalmente abandonado e o vácuo da teoria quântica passa a ser uma estrutura complexa. Do ponto de vista da prática, lançam-se as bases para o desenvolvimento da Eletrônica, da Física Nuclear e da Física do Estado Sólido, cujo impacto sobre a sociedade contemporânea é gigantesco. Basta lembrar-se de Hiroshima, da Guerra Fria e da revolução da mídia. Pode-se afirmar, com certeza, que todo o avanço das comunicações, que tem início com o rádio e ainda vai longe com o microcomputador, é fruto, em última análise, da Teoria Quântica da matéria e da luz. Esse fato é notável e remete à distinção entre técnica e tecnologia, pois é bom recordar que, enquanto se pôde construir belíssimas catedrais góticas sem que se tivesse uma teoria completa da Mecânica, não se pode construir um simples diodo ou um transistor de dimensões comparáveis à da ponta de uma caneta, sem o domínio da Mecânica Quântica.

Os princípios e as interpretações da Mecânica Quântica são ainda hoje motivos de pesquisas científicas e debates filosóficos. Do ponto de vista histórico, resta ainda uma grande questão, cuja resposta vai requerer um esforço intelectual multidisciplinar capaz de superar as fronteiras mais rígidas dos saberes acadêmicos. O desafio é compreender, a partir do cenário cultural europeu e do movimento das ideias das primeiras décadas do século XX, em que medida essa revolução na Física se relaciona com outras contemporâneas a ela, como o surrealismo e a psicanálise, no que se refere aos limites da mente e a um novo olhar do homem sobre o homem, que se afasta do determinismo e do cartesianismo, e acaba por contribuir para a formação do que Gaston Bachelard chamou de razão aberta em contraposição à razão cartesiana, por redimensionar o próprio homem e por lhe dar um lugar novo no mundo, talvez nem melhor, nem pior, mas diferente.

Referências

JAMMER, Max. “The Philosophy of Quantum Mechanics: The Interpretations of Quantum Mechanics”. In: Historical Perspective. Nova York: John Wiley, 1974.

JAMMER, Max. The Conceptual Development of Quantum Mechanics. Nova York: McGraw-Hill, 1966.

JAUCH, J.M. Are Quanta Real? A Galilean Dialogue. Bloomington: Indiana University Press, 1989.

KUHN, Thomas S. Black Body Theory and the Quantum Discontinuity, 1894-1912. Oxford: Clarendon Press, 1978.

TESTEMUNHAS DE JEOVÁ Membros de uma religião cristã que propagam ativamente sua fé a outros, dando grande destaque ao nome pessoal de Deus, Jeová. Baseiam suas crenças unicamente na Bíblia e veem no cristianismo do primeiro século o modelo de vida a ser seguido. Adotam uma posição neutra nos conflitos políticos, pois creem que Deus em breve intervirá nos assuntos humanos, criando condições para o surgimento de uma sociedade humana pacífica que abrangerá toda a Terra. Totalizam mais de 8 milhões, em 235 países. No Brasil, o número de fiéis ultrapassa os 800 mil.

Organização. As Testemunhas de Jeová acatam a orientação espiritual do Corpo Governante, um grupo multinacional de anciãos experientes, com escritório central localizado em Brooklyn, Nova York, nos EUA. Usam várias associações jurídicas, sem fins lucrativos, como a Watch Tower Bible and Tract Society of Pennsylvania, para efetuar sua obra de educação bíblica. No Brasil usam a Associação das Testemunhas Cristãs de Jeová e a Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados. Não há uma classe clerical entre elas. Todos os membros batizados são considerados ministros ordenados e participam ativamente na evangelização. As pessoas são batizadas apenas após um estudo sistemático da Bíblia por vários meses. Os membros mais experientes das mais de 113.823 congregações (ou núcleos de atividade) em todo o mundo são chamados de “anciãos” e coordenam as atividades locais. Os “anciãos” não são remunerados.

História. No início da década de 1870, Charles Taze Russell e um pequeno grupo de estudantes da Bíblia em Allegheny (hoje parte de Pittsburgh), Pensilvânia, nos EUA, deram início a um sério estudo da Bíblia. Ao concluírem por seus estudos que a segunda presença de Cristo seria invisível aos olhos humanos e resultaria na bênção de todas as famílias da Terra, passaram a fazer da propagação desse ensino o principal motivo da existência do grupo. Inicialmente eram conhecidos como Estudantes Internacionais da Bíblia. Em 1879 começaram a publicar a revista agora conhecida, em português, como A Sentinela. A página impressa tornou-se então o principal meio de divulgação de sua mensagem. Em 1912 prepararam uma combinação de filmes cinematográficos com apresentação de slides, sincronizada com som, intitulada Fotodrama da Criação – algo inovador na época –, que exibiram nos EUA e em toda a Europa. Na década de 1920 começaram a usar estações de rádio para divulgar sua mensagem. Chegaram a utilizar 408 delas em todo o mundo. Porém, descontinuaram o uso desse meio de divulgação no final da década de 1930. Em 1931 adotaram o nome Testemunhas de Jeová. Fundaram em 1943 a

Escola Bíblica de Gileade, em South Lansing, Nova York, para treinar missionários. Essa escola já preparou mais de 6.500 alunos, de 110 países, enviados como missionários a mais de 200 países e grupos de ilhas. Outro grande impulso na evangelização foi dado em 1943, com a criação da Escola do Ministério Teocrático em todas as congregações. Ela tem por objetivo tornar cada membro um evangelizador mais eficaz. Em 1963 o número de membros ultrapassou pela primeira vez a marca de um milhão, em 198 países. No Brasil suas atividades começaram no início da década de 1920. Naquela ocasião um grupo de oito jovens marinheiros brasileiros entrou em contato com os Estudantes Internacionais da Bíblia, em Nova York, EUA, enquanto o navio em que trabalhavam estava em manutenção. Obtiveram deles uma Bíblia em português e algumas publicações em espanhol. Imediatamente após retornarem ao Rio de Janeiro, começaram a divulgar a sua nova fé. Atualmente, a sede e a gráfica das Testemunhas de Jeová no Brasil ficam em Cesário Lange, a cerca de 150 quilômetros da cidade de São Paulo, onde cerca de 900 voluntários produzem publicações em português e em espanhol, enviadas a diversos países da América do Sul.

Serviços Religiosos. Os membros reúnem-se para seus serviços religiosos em auditórios chamados de “Salões do Reino”, onde não há símbolos religiosos tais como crucifixos ou imagens, não se faz coleta de dinheiro, nem há o pagamento de dízimos. Os que desejam fazer doações utilizam pequenas caixas localizadas geralmente num ponto discreto nos Salões do Reino. Cada congregação realiza cinco reuniões religiosas por semana, e em várias delas há a participação da assistência de forma bem similar à realizada numa sala de aula. Começam e terminam com oração, e muitas vezes incluem cânticos. Todos na assistência – mesmo os jovens – são encorajados a participar das considerações, que são conduzidas por “anciãos”, ou por seus assistentes, conhecidos como “servos ministeriais”. A reunião mais importante é a Comemoração da Morte de Cristo, celebrada apenas uma vez por ano, e à qual mais de 14,8 milhões de pessoas assistiram no ano de 2000. Realizam-se também três reuniões regionais por ano, chamadas de “assembleia de circuito”, “dia de assembleia especial” e “congresso de distrito”.

Evangelização. Seus membros conhecidos por sua evangelização de casa em casa, em que regularmente procuram alcançar todas as pessoas da vizinhança com sua mensagem. Durante o ano de 2000, foram gastas mais de 1,1 bilhão de horas nessa atividade. Se eles encontram alguém interessado, providenciam considerações adicionais, ou agendam um estudo bíblico semanal domiciliar. Mais de 4,7 milhões de estudos bíblicos por semana foram dirigidos no ano de 2000. Em resultado dessa atividade, cerca de 300 mil novos membros foram

batizados a cada ano, em média, nos últimos dez anos.
Impressão de Bíblias e Ajudas Bíblicas. Desde a década de 1870 as Testemunhas de Jeová já imprimiram mais de 100 milhões de cópias da Bíblia, em 34 idiomas. Em 1950 publicaram a Tradução do Novo Mundo das Escrituras Gregas Cristãs (o chamado Novo Testamento), em inglês. Em 1961 publicaram a tradução completa da Bíblia, intitulada Tradução do Novo Mundo das Escrituras Sagradas, atualmente disponível em 21 idiomas, e em fase de tradução para outros 11. A revista A Sentinela, sua principal ajuda para o estudo bíblico, tem a tiragem média quinzenal de 22 milhões de exemplares, o que faz dela a revista religiosa de maior circulação do mundo. Ela é publicada em 137 idiomas. Publicam também a revista Despertai! em 82 idiomas, com uma tiragem média quinzenal de 20 milhões de exemplares. O livro Conhecimento que conduz à vida eterna, um dos manuais usados em seu programa de estudos bíblicos domiciliares, acha-se disponível em 126 idiomas, desde o seu lançamento em 1995. No total, as Testemunhas de Jeová produzem publicações em 354 idiomas e para isso contam com o serviço de mais de mil tradutores em todo o mundo. Desde 1960 têm produzido publicações em braile. Para os surdos produzem vídeos em língua de sinais.
Principais Crenças. As Testemunhas de Jeová consideram a Bíblia a infalível e inspirada Palavra de Deus, mas entendem que certos trechos são simbólicos. Adoram a Jeová como o único Deus verdadeiro, o Criador de todas as coisas. Segundo seus membros, Jesus é o Filho de Deus, que veio à Terra desde os céus para dar sua vida humana perfeita como sacrifício resgatador. Não creem na Trindade. Creem que os mortos estão inconscientes e que as perspectivas de uma vida futura para eles estão relacionadas com a esperança da ressurreição. Sustentam que a adoração não deve enfatizar os meros rituais, mas caracterizar-se pelo amor a Deus e ao próximo, e pela obediência aos mandamentos bíblicos. Para elas o Reino de Deus é o governo celestial pelo qual Jesus ensinou seus seguidores a orar e que em breve se tornará o único governo sobre toda a Terra. Creem que além de Jesus – o principal governante –, 144 mil pessoas foram selecionadas na Terra para viverem no céu e integrarem esse governo. Mas não encaram essa como a única recompensa de vida apresentada na Bíblia. Aguardam o cumprimento do propósito de Deus de os humanos viverem para sempre num paraíso na Terra. Embora não pratiquem curas pela fé, entendem que a Bíblia proíbe as transfusões de sangue. No entanto, aceitam as alternativas médicas a essa terapia. Encaram o transplante ou a doação de órgãos como algo de decisão pessoal. Não usam fumo nem drogas viciadoras. Usam bebidas alcoólicas com moderação, evitando a embriaguez. Creem que as relações sexuais se limitam apenas às pessoas casadas entre si.

Face ao Nazismo. Além dos judeus e dos poloneses, diversas minorias também foram perseguidas na Alemanha nazista de Hitler, entre as quais o grupo religioso Testemunhas de Jeová. Seus membros começaram a ser perseguidos pelos nazistas logo que Hitler subiu ao poder na Alemanha, em 1933. Na época, o grupo religioso era pequeno na Alemanha, com cerca de 25 mil adeptos. Durante o regime nazista, cerca de 2 mil foram mortos, sendo mais de 250 executados. Seus membros foram perseguidos por se recusarem a participar do exército alemão e fazer a saudação "Heil Hitler", que indicava obediência inquestionável a Hitler. Foi o único grupo religioso que adotou uma postura firme e organizada contra o regime nazista, denunciando as atrocidades cometidas, tanto verbalmente como por meio de suas publicações, mesmo quando estas estavam proscritas. Nos campos nazistas, os grupos de prisioneiros eram identificados por triângulos de diferentes cores costurados em seus uniformes. O grupo religioso das Testemunhas de Jeová era identificado por um triângulo roxo. Diferentemente dos demais prisioneiros, que em sua maioria eram perseguidos e mortos por causa da sua origem racial, os membros das Testemunhas de Jeová tinham a opção de serem libertados da prisão ou do campo de concentração, bastando para isso assinar uma declaração renunciando à sua fé. Raríssimos assinaram tal documento. A GESTAPO e a SS não mediram esforços para exterminar o grupo, mas não lograram êxito.

Referências

CARNEIRO, Maria Luíza Tucá. Holocausto: crime contra a humanidade. São Paulo: Ática, 2000.

LANGE, Cesário. Anuário das Testemunhas de Jeová. São Paulo: Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, 1997.

LANGE, Cesário. Guia de Estudo do Documentário em Vídeo "As Testemunhas de Jeová Resistem ao Ataque Nazista". São Paulo: Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, 1997.

LANGE, Cesário. Quem são? Em que crêem? São Paulo: Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, 2000.

_____. Proclamadores do Reino de Deus. São Paulo: Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, 1993.

TIBET Território localizado na Ásia Central, o Tibet é uma região extremamente pobre e agitada por graves conflitos sociais, em grande parte decorrentes da ocupação chinesa a partir de 1959. Porém, não obstante a circunstância de completa privação e ostracismo geopolítico dentro do cenário mundial, este país, entre a Índia e China, fez parte, no início do século XX, da zona de interesses e disputas de duas grandes potências ocidentais, a Rússia e a Inglaterra. A relativa influência chinesa na região foi decrescendo a partir de

1900, devido, sobretudo, à ação de ambas as potências europeias interessadas em valer-se da importância estratégica que a posse do território garantiria sobre sua adversária. Para a Inglaterra era a chave de acesso para a Ásia Central russa, enquanto para os russos tratava-se do acesso – e ameaça – ao Império Britânico nas Índias. Na tentativa de substituir o controle chinês na região, ambos os países passaram a priorizar suas políticas expansionistas sobre o território, que, efetivamente, nada tinha de tão valioso para oferecer aos gigantes europeus, exemplificando bem uma nuance fundamental dos imperialismos clássicos: a ocupação de territórios em função de sua posição geopolítica.

Após uma frustrada negociação comercial entre a Inglaterra e autoridades chinesas do Tibet, em 1893, a posição assumida por aquele pequeno país começava a dar uma nova configuração aos planos estratégicos das duas potências europeias. Foi a partir da recusa veemente dos tibetanos em aceitar a negociação feita em seu nome pelos chineses, rompendo com as autoridades locais e tornando evidente a fragilidade da dominação chinesa na região, e mais ainda, mesmo que ilusoriamente, foi também a partir deste fato que os ingleses perceberam (ou imaginaram) que os russos já estariam em vantagem na corrida pelo controle da região.

Mesmo que o comércio com os tibetanos não tivesse grande significado para os europeus, o domínio da região por uma das duas potências se tornava fundamental para assegurar o controle da Ásia Central, em especial as passagens rumo ao Afeganistão, o que daria à potência dominante na região acesso à Pérsia e às reservas de petróleo do Oriente Médio, além, é claro, das Índias. O surgimento de um lama – chefe religioso e secular do Tibet – mongol chamado Dorjeff tornava, aos olhos dos ingleses, bastante concreta a chamada ameaça russa de dominação do Tibet. Foi por seu intermédio que se construiu toda uma história de relações entre Lhassa (capital do Tibet) e São Petersburgo. Em 1902, a situação se agravou quando funcionários tibetanos localizados na fronteira da Índia, região sob controle da Inglaterra, começam a causar inúmeros problemas aos ingleses, impondo acordos de demarcação de fronteiras e, principalmente, impedindo a passagem de comerciantes indianos em viagem para o Tibet. Estas e outras ações fizeram com que o novo vice-rei britânico, Lorde Curzon, concluísse que a Rússia realmente estava conseguindo o domínio da região. Em consequência destes episódios, o vice-rei julgou que sua autoridade estava sendo afrontada e que, certa forma, isto poderia fortalecer o avanço dos russos na região. Para conter esta possível vantagem russa, Curzon enviou duas cartas ao Dalai-Lama, seguidas de um telegrama a Londres, informando seu interesse em priorizar novas ações acerca do Tibet. Malgrado as suspeitas do vice-rei fossem efetivamente exageradas, determinou que o coronel Francis Younghusband

lidera-se uma missão à fronteira com o Tibet.
Por cinco meses a missão do Coronel Younghusband foi ignorada, e sem lograr nenhum avanço com chineses ou tibetanos retornou à Índia. Não obstante o insatisfatório resultado, Curzon continua com suas metas e pressiona Londres a autorizar o avanço de tropas dentro do território tibetano. Em outubro de 1903, mesmo relutantemente, a autorização chega e as tropas avançam sobre o Tibet. Os planos para demonstrar a superioridade do Império Britânico e, sobretudo, conter qualquer avanço dos russos estavam em andamento. O vice-rei e o gabinete em Londres estavam em desacordo com os objetivos e a amplitude da missão. Somente em março de 1904, após um general tibetano, liderando um exército de pastores-caçadores, exigir a retirada das tropas inglesas de seu território, foram alcançados os primeiros resultados, com a derrota e captura da força tibetana. Com esta atitude e depois do general tibetano matar um soldado inglês que tentava barrá-lo durante a operação, o comandante das tropas inglesas utiliza maciçamente a sua artilharia contra os soldados tibetanos. A diferença bélica era evidente e é confirmada com o resultado, quase 700 tibetanos mortos e nenhuma baixa inglesa. A ação britânica foi mantida, apesar das baixas, culminando num massacre com quase 3 mil mortos tibetanos e apenas 40 baixas entre os ingleses.
Após alcançar a capital, Lhasa, para surpresa das tropas inglesas nenhum russo foi encontrado e, mais do que isso, naquele momento via-se que toda a justificativa para invasão era inexistente. Por fim, foi assinada uma convenção anglo-tibetana, que basicamente colocava o Tibet sob o domínio inglês, causando grande insatisfação na Europa. Fica claro naquele momento que os temores de Curzon eram totalmente infundados e, em grande parte, mera desculpa para ocupar o país. Três anos depois da tomada da capital do Tibet e, já em 1907, sobretudo pelos resultados daquela operação, a Grã-Bretanha, graças à mediação francesa, assina um tratado anglo-russo pelo qual as disputas acerca do Tibet, Irã e Afeganistão ficaram resolvidas.
Em 1910 as tropas chinesas entram e ocupam o Tibet, levando à fuga do Dalai-Lama para a Índia. Três anos depois, os tibetanos conseguem expulsar os chineses e o Dalai-Lama consegue retornar ao seu povo, que permanece independente de 1913 a 1951. Neste ano, sob a impulsão da Revolução Comunista, os chineses retornam ao Tibet, exigindo a total submissão do lama. Após a expropriação dos monastérios budistas e a proibição de formação de novos monges, ao lado da reforma agrária, o lama refugia-se na Índia, de onde dirige um governo no exílio.

Referência

BALENCIE, Jean-Marc et alii. Mondes Rebelles. Paris: Michalon, 2002.

TRATADO DE VERSALHES (1919) Ver Quatorze Pontos de Wilson e Primeira Guerra Mundial.

TRIÊNIO VERMELHO RIO-PLATENSE Entre finais de 1918 e 1921, as repúblicas da Argentina, do Uruguai e, em menor medida, do Paraguai conheceram uma grande efervescência social, que se manifestava em greves, rebeliões, novas organizações populares e políticas, e o ressurgimento do associativismo operário, tanto "sindicalista" como libertário. Podemos encontrar as evidências para tal caracterização no número e na intensidade das greves, no crescimento das centrais sindicais, nas numerosas publicações operárias e culturais dos anarquistas, "sindicalistas" e anarco-bolcheviques, e na criação do Partido Socialista Internacional, mais tarde denominado Partido Comunista Argentino. Outras manifestações foram as revoltas sociais da "Semana de Janeiro" de 1919, do "Verão Vermelho" de 1919-1920, dos trabalhadores rurais do Pampa Úmido, as greves dos trabalhadores portuários e marítimos e, fechando esse triênio, as greves dos peões rurais nos confins da Patagônia. A história social argentina tem tratado o período isolando alguns acontecimentos, em especial os da "Semana Trágica", de janeiro de 1919, e os da "Patagônia Rebelde", de dezembro de 1921, os quais constituem, a nosso ver, só o início e o desfecho de um período de três anos que merece ser avaliado como um processo integrado. Com referência à "Semana de Janeiro", surgiu uma polêmica importante entre o sociólogo argentino Julio Godio e o historiador inglês David Rock, debate que se restringiu às causas que deram origem à "Semana de 1919" e não ao Triênio Vermelho no seu conjunto. Simplificando um pouco essa polêmica, poderíamos afirmar que Godio viu nos acontecimentos de 1919 as características de uma revolução operária consciente. Segundo o autor, ainda que os protagonistas dessa revolução tivessem dado provas de uma grande combatividade, não entenderam que a luta social e a luta nacional anti-imperialista tinham de ser unidas e, sobretudo, que tinha de ser fundado na região o partido revolucionário marxista-leninista. Rock devotou ao livro de Godio uma crítica ferrenha, chamando a atenção para uma questão central: a do impacto da crise econômica da guerra nas lutas operárias da época. Para ele, a chave da interpretação das greves deve ser procurada, em primeiro lugar, na luta pela recuperação do poder aquisitivo perdido entre 1913 e 1918. No caso específico da "Semana Trágica", Rock a vê mais como uma explosão caótica do povo do que uma ação consciente e organizada das massas dirigida a objetivos (pré)políticos. Também não considera que a Revolução Russa tivesse tido um

grande impacto na massa de trabalhadores do Rio da Prata, já que esse impacto ter-se-ia limitado a alguns intelectuais de esquerda. De nossa parte, embora o historiador inglês pareça estar com a razão em relação à importância das lutas pela recuperação salarial, fica difícil aceitar seus argumentos que tentam diminuir a influência de fatores como a combatividade dos anarquistas e "sindicalistas". Pareceria que uma série de fatores, tais como o empobrecimento no período bélico, o atraso notável em conceder à classe trabalhadora nativa e imigrante a sua cidadania social, e o fator que denominamos clima da época, se aliaram para produzir uma situação social que só no final do Triênio poderia ser contornada pelas classes dominantes e pelas lideranças políticas. Nesses movimentos paredistas, a reivindicação principal não era sempre de índole econômica, mas, muitas vezes, a conquista e a defesa do closed shop, ou seja, do poder associativo consistente em contratar somente operários filiados aos sindicatos específicos de Buenos Aires, Montevidéu, Rosário, Bahia Blanca e Assunção. Com referência aos sucessos da Patagônia Austral, na pesquisa de Osvaldo Bayer predominou o caráter de denúncia do massacre pelo qual ele responsabiliza tanto o governo radical como o Exército Argentino. O autor levou em conta a crise econômica do pós-guerra, decorrente da queda do preço da lã causada pela liberação dos estoques estratégicos, que se alastrou pela Patagônia a partir de 1920. Também não se esqueceu de salientar as diferenças ideológicas existentes entre as lideranças anarquistas e os peões rurais, na sua maioria chilenos. Mais problemático na obra de Bayer é a sua ênfase em descrever o movimento social como uma simples greve por questões basicamente econômicas. É verdade que os jornaleiros patagônicos não protagonizaram uma rebelião violenta e, na realidade, não houve uma resistência armada ao avanço das tropas militares. Contudo, o fato de tomar como reféns os latifundiários e seus administradores, bem como o fato de milhares de trabalhadores se deslocarem livremente pela estepe patagônica, poderia levar a supor que essa aurora dos rotos significava muito mais que fazer respeitar os acordos coletivos de trabalho. Na Argentina e no Uruguai, o período que se abre com o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e termina em dezembro de 1921 parece ser tanto uma reação de nativos e estrangeiros contra o empobrecimento causado pela dependência da economia regional do setor externo, como uma revolta de pequenos setores que quiseram transformar essa crise em uma revolução social. De acordo com as representações da época, grupos de militantes anarquistas, anarco-bolcheviques, "sindicalistas" e comunistas se prepararam para receber a revolução que batia nas portas e se colocar à frente de um processo que mudaria, parcial ou totalmente, as estruturas sociais. Ora, se, com anterioridade a 1919, a reação do Estado e das classes dominantes frente aos conflitos sociais ainda era a

repressão combinada com elementos de consenso, entre 1919 e 1921 a resposta fundamental foi a coerção estatal e paraestatal. A parcial democratização política operada nas primeiras décadas do século XX não se mostrou capaz, por si só, de conter o protesto social de 1919 a 1921, devido à ausência de uma legislação trabalhista relevante e porque grandes contingentes de trabalhadores continuavam sendo estrangeiros relegados aos últimos lugares do mercado de trabalho. O que finalmente acabou morigerando a situação social do Triênio Vermelho Rio-Platense foi a recuperação do crescimento econômico durante a década de 1920. Por outro lado – e justamente a causa de os trabalhadores não responderem às expectativas políticas do radicalismo – o diálogo encetado entre o governo radical e os "sindicalistas" foi interrompido em meados de 1921, restabelecendo-se a antiga brecha entre a esfera política e a trabalhista. Respostas históricas a essa brecha foram as intervenções dos militares na política argentina e uruguaia na década de 1930 e o fenômeno político-social do populismo peronista na década seguinte. Em conclusão, o termo Triênio Vermelho Rio-Platense nos parece útil para caraterizar o processo social do imediato pós-guerra no Rio da Prata; porém, não nos deve levar a interpretações de escassa evidência empírica. Buenos Aires, Rosário, Montevidéu ou Assunção não eram Petrogrado ou Moscou, nem Turim, Barcelona ou Berlim ou, numa outra perspectiva, o México Insurgente. Apesar disso, os que na região aderiram com palavras ou ações às ideias e às práticas da Revolução Russa, também não formavam uma minoria desprezível de intelectuais, mas, ao contrário, a maioria do movimento operário organizado da época. Todavia, claro está, este operariado aglutinava somente um setor minoritário da classe trabalhadora regional. A FORA e a FORU, ambas anarco-comunistas, só se afastaram da influência russa em agosto de 1921. Por sua parte, na União Sindical Argentina e na União Sindical Uruguaia, de "sindicalistas", anarco-bolcheviques, socialistas e comunistas, a Revolução Russa e a Komintern mantiveram um número importante de simpatizantes até a sua dissolução, em 1930.

Referências

BAYER, Osvaldo. Los Vengadores de la Patagonia Trágica. Buenos Aires: Galerna, 1972-1974. (3 vols.)
DOESWIJK, Andreas L. Entre camaleões e cristalizados: os anarco-bolcheviques rio-platenses, 1917-1930. Tese de Doutoramento, UNICAMP, 1998.
GODIO, Julio. La Semana Trágica de Enero de 1919. Buenos Aires: Granica, 1972.
ROCK, David. "La Semana Trágica y los usos de la historia". In: Desarrollo Económico n. 45, 1972.

ANDREAS L. DOESWIJK

TRÍPLICE ALIANÇA Aliança militar concluída em 20 de maio de 1882 entre

Alemanha, Áustria-Hungria e Itália. Válida por cinco anos, foi seis vezes renovada. Estabelecia que, no caso de a Itália ser atacada pela França, receberia a ajuda militar da Alemanha e da Áustria-Hungria; a Itália ficaria neutra caso a Alemanha atacasse a França ou a Áustria-Hungria atacasse a Rússia; caso a França atacasse a Alemanha, esta teria ajuda militar da Itália; por fim, se um dos três Estados fosse atacado por uma das duas potências, fariam frente comum contra a agressora. Peça-chave na política diplomática empreendida inicialmente por Otto von Bismarck (sob a forma da Liga dos Três Imperadores, que funcionou, mesmo sob crise, entre 1873 e 1887), reunia os três impérios "conservadores" da Europa Centro-Oriental: a Alemanha, a Áustria-Hungria e a Rússia Czarista. Em face da intensa rivalidade entre Rússia e Áustria, a Alemanha opta por seu parceiro "de sangue", a Áustria, abandonando Moscou, o que enfraquece sua posição diplomática e estratégica na Europa.

A diplomacia francesa, por sua vez, buscando quebrar o isolamento decorrente da derrota frente aos alemães em 1871, aproveita a oportunidade para aproximar-se dos russos, oferecendo acordos financeiros, missões militares e equipamento industrial, ferroviário e militar. A aliança que daí decorrerá, entre Paris e Moscou, atende a vários objetivos, desde a questão premente da estratégia militar europeia – obrigar a Alemanha a ter duas frentes de combate e assim aliviar a pressão militar sobre sua fronteira com a Alemanha – até a busca de mercados para o capital financeiro francês. A partir dos compromissos de cooperação assinados entre a França e a Grã-Bretanha, que poriam fim a uma longuíssima concorrência entre as duas potências, a "Entente Cordiale", assinada em 1904, por Londres e Paris, servirá de base para atrair os russos e completar o "anel" estratégico em torno da Alemanha.

Constituída a cooperação franco-russo, Paris esforçou-se, com sucesso, para acalmar as disputas entre Moscou e Londres, centradas principalmente na disputa interimperialista entre as duas potências no Irã (então, Pérsia) e na Índia Britânica (o chamado "Rajj", que englobava Índia, Paquistão, Sri Lanka, Bangladesh e Burma). Sob mediação da França todos esses atritos, denominados "O Grande Jogo", na Ásia, foram resolvidos, inclusive a questão do Tibet. Abria-se, assim, as condições para uma aliança entre Moscou-Londres-Paris (a Tríplice Entente).

A Alemanha buscou, então, um terceiro parceiro para reequilibrar a estratégia europeia e evitar o isolamento das potências centrais (Alemanha e Áustria-Hungria). Assim, buscou-se na Itália – em forte disputa colonial com a França em razão da ocupação por esta da Tunísia, que a Itália considerava uma área de interesse próprio – o último pé da Tríplice Aliança.

A Itália, após a conquista da Líbia, em 1911, e de várias ilhas no Mar Egeu,

consegue aproximar-se da Grã-Bretanha e, secretamente, acordar com os britânicos a partilha de territórios da Áustria-Hungria (no Tirol, na Croácia e na Eslovênia) e de territórios da Turquia Otomana, em caso de uma guerra europeia e da derrota das potências centrais. Assim, pelo Protocolo de Londres, assinado secretamente com os ingleses em 1915 (e ao qual aderiram França e Rússia), a Itália enfraquecia a Tríplice Aliança e obrigaria o Império Austro-húngaro a lutar em várias frentes simultâneas.

Referências

CLARK, Christopher. Os sonâmbulos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
DROZ, Jacques. Histoire Diplomatique de 1648 a 1919. Paris: Librairie Dalloz, 1959.
FISHER, Fritz. Der Krieg der Illusionen. Munique: Fisher Verlag, 1969.
POTEMIN, V.P. Historia de la diplomacia, vol.III. México: Editorial Grijalbo, 1968.

RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO

TRÍPLICE ENTENTE Denominação aplicada aos compromissos diplomáticos firmados entre França, Rússia e Grã-Bretanha em 1907. A aproximação entre estes Estados europeus visava criar uma união contra a Tríplice Aliança, sobretudo contra o poderio militar e econômico da Alemanha. Compreendia uma aliança militar e dois acordos que foram concluídos entre 1893 e 1907. No entanto, somente com o início das hostilidades da Primeira Guerra Mundial, em agosto de 1914, foi que a Tríplice Entente tornou-se efetivamente uma aliança militar.

Referências

DROZ, Jacques. Histoire Diplomatique de 1648 a 1919. Paris: Librairie Dalloz, 1959.
POTEMKIN, V.P. Histoire de la diplomacia, vol.III. México: Editoprial Grijalbo, 1968.

RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO

TROTSKISMO Termo derivado do nome de Lev Davidovich Bronstein, nascido em Yanovka (Ucrânia) em 7 de novembro de 1879 e assassinado em seu exílio no México em 21 de agosto de 1940. Tornou-se mais conhecido como Trotsky, nome que assumiu de seu carcereiro quando esteve preso na Sibéria em 1902. Durante a Revolução de 1905, foi eleito presidente do Soviete de Petrogrado. Foi após a derrota dessa revolução que ele elaborou sua Teoria da Revolução Permanente. Em maio de 1917, regressou à Rússia e ingressou no Partido Bolchevique, sendo eleito presidente do Soviete de Petrogrado e de seu Comitê Militar Revolucionário. A partir desse posto, dirigiu a insurreição de

outubro de 1917. No governo soviético, ocupou o comissariado do povo para as Relações Exteriores (1917-1918) e, depois, o comissariado para a guerra (1918-1925), organizando o Exército Vermelho. Em vida, o termo trotskismo foi diversas vezes repudiado por Trotsky, posto que havia sido cunhado e usado por seus detratores com o objetivo de estabelecer diferenças políticas entre ele e Lenin (1870-1924). Também foi difundido o termo marxismo-leninismo, que expressava a tentativa de o stalinismo revestir-se do manto legitimador da tradição revolucionária da direção do Estado soviético. Em contraponto à política de Stalin (1879-1953), os partidários de Trotsky intitulavam-se "bolcheviques leninistas" e, depois, "marxistas revolucionários". Após o seu assassinato, os seguidores de suas propostas políticas passaram a assumir esse qualificativo.

Desde o afastamento de Lenin do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em 1922 e, depois, com sua morte, abriu-se uma disputa pelo poder entre Stalin e Trotsky. Inicialmente, Stalin formou um triunvirato com Zinoviev (1883-1936) e Kamenev (1883-1936) para substituir Lenin. Nessa sucessão, Stalin lançou mão de intrigas políticas e difamação, apresentando Trotsky como concorrente em vez de colaborador de Lenin. Nessa empreitada, valeu-se do fato de Trotsky só ter ingressado no Partido Bolchevique em 1917. Assim, usando o aparato do Estado, Stalin financiou uma campanha cotidiana e sistemática de calúnias não só contra Trotsky, mas contra quase todos os membros do PCUS até 1917. Mesmo os dirigentes que haviam estado ao seu lado na disputa contra Trotsky foram massacrados. Após consolidar o seu poder pessoal na URSS e na Komintern, Stalin pôs-se a abater fisicamente não só todos os seus opositores políticos, mas também uma parcela da população que resistia à sua política para o Estado soviético. Depois de ter sido expulso do território soviético, Trotsky só podia garantir sua segurança com recursos próprios, ou por meio da ajuda de um punhado de camaradas politicamente debilitados e dispersos pelo mundo. Do exterior, Trotsky procurou analisar os rumos do Estado soviético e, assim, desenvolveu sua Teoria da Degeneração do Estado Operário, que forma com a Teoria da Revolução Permanente o núcleo teórico do Trotskismo.

A Teoria da Revolução Permanente é a contribuição intelectual mais original do pensamento marxista após Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895). Karl Marx havia concebido a Revolução Socialista como possível nos países mais avançados em seu desenvolvimento capitalista. No entanto, a Rússia era um dos países de desenvolvimento capitalista mais atrasado. O caráter que deveria assumir uma revolução na Rússia era uma questão que estava sendo intensamente debatida na Rússia pré-revolucionária. Seguindo o paradigma deixado por Marx de que um país de capitalismo tardio e atrasado não fornecia

as bases materiais necessárias para a revolução socialista, a maioria da social-democracia russa julgava ser impossível uma revolução socialista na Rússia antes de ocorrer uma revolução burguesa. Essa era a formulação básica dos mencheviques, tendo G.V. Plekhanov (1856-1918) como seu principal formulador. No entanto, a Teoria da Revolução Permanente afirmava que a Revolução Russa, para satisfazer as reivindicações democráticas de trabalhadores e camponeses, teria de caminhar rumo às medidas socialistas, visto que a burguesia russa não teria coragem de cumprir suas "bandeiras históricas" por temer os trabalhadores mais do que o czarismo. Trotsky argumentava que a Revolução Russa teria de ser apenas o primeiro momento da Revolução Mundial, pois esta forneceria à Rússia as bases materiais e as forças produtivas necessárias à planificação socialista. Daí advém outra marca do Trotskismo: a ênfase no internacionalismo.

Ao contrário da concepção de "socialismo num só país" de Stalin, os trotskistas afirmavam que a Revolução Socialista teria necessariamente um caráter internacional, que as forças produtivas desenvolvidas pelo capitalismo extrapolavam as fronteiras nacionais, unificando as forças produtivas em nível mundial. Portanto, o socialismo, que seria uma etapa superior de desenvolvimento social e econômico, não poderia ser completado senão em escala mundial. Deste modo, a posição ocupada pelas sociedades instauradas após as revoluções socialistas seria de "sociedades de transição ao socialismo" ou "Estados Operários". Esta transição só se completaria com a vitória da Revolução Socialista internacional. Nesse sentido, como o próprio Trotsky afirmava, "a teoria do socialismo num só país, germinada do esterco da reação contra a Revolução de Outubro, é a única teoria que se opõe de maneira totalmente coerente à teoria da revolução permanente". Após os acontecimentos políticos que levaram à queda do Muro de Berlim, ao fim da União Soviética e à criação da CEI, as palavras de Trotsky pareciam realizar uma profecia: "(...) A revolução socialista começa no âmbito nacional, mas nele não pode permanecer. A Revolução Proletária não pode ser mantida em limites nacionais senão sob a forma de um regime transitório, mesmo que este dure muito tempo, como o demonstra o exemplo da URSS. No caso de existir uma ditadura proletária isolada, as contradições internas e externas aumentam inevitavelmente ao mesmo passo que os êxitos. Se o Estado proletário continuar isolado, sucumbirá ao cabo vítima dessas contradições (...). A Revolução internacional, a despeito de seus recuos e refluxos provisórios, representa um processo permanente". Foi por sua crítica ao burocratismo de partido do Estado Soviético que o trotskismo tornou-se mais conhecido. Para os trotskistas, o estado operário instaurado pela Revolução de Outubro de 1917 sofreu um processo de degeneração burocrática

com o fim da democracia socialista dos sovietes. À luz da crítica trotskista, o stalinismo seria a expressão de uma burocracia parasitária e conservadora que conseguiu usurpar o poder político, estendendo seus métodos para toda a Internacional Comunista e partidos filiados. Depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), surgiram novos estados operários na Europa oriental e na China, que passaram seguir de perto o modelo burocrático stalinista.

Como movimento político organizado, o trotskismo começa com a formação da "oposição de esquerda" no PCUS em 1923. Em 1926, Trotsky uniu-se a outros dirigentes, como Zinoviev, e criou a Oposição Unificada. Esta passou a criticar internamente a política de estímulos ao fazendeiro rico (o kulak) e a burocratização do Estado; na política externa, o apoio a Jiang Jieshi (Chiang Kai-Shek, 1887-1975) levou à derrota da Revolução Socialista na China em 1927. Derrotado por Stalin, Trotsky foi expulso da URSS e passou a organizar a oposição nas fileiras da Internacional Comunista. Até 1933, a sua atenção voltou-se, sobretudo, para a política sectária da Internacional e do Partido Comunista Alemão, que tratavam a social-democracia alemã como social-fascismo. Os trotskistas insistiam que, frente a um inimigo como o nazismo, era fundamental a criação de uma Frente Única Operária. Em 1936-1938, criticaram a presença dos partidos comunistas nas chamadas frentes populares, afirmando que dar sustentação a governos conduzidos por forças políticas burguesas era sabotar e impedir o movimento revolucionário das massas. Trotsky responsabilizou a política stalinista pela vitória de Hitler (1889-1945) na Alemanha. Como consequência, decidiu não mais permanecer na Komintern, proclamando que esta não era mais recuperável para uma política revolucionária e, deste modo, lançou um apelo para a formação de uma nova Internacional.

Em 1938, contando com uma nova maré revolucionária que surgiria da nova guerra que se avizinhava, os trotskistas fundaram a IV Internacional. Entre os delegados presentes, esteve Mário Pedrosa. Foi aprovado o programa de transição, que propunha uma série de reivindicações que procuravam alcançar, a partir das reivindicações imediatas dos trabalhadores, a luta pelo socialismo: a escala móvel de horas de trabalho (que combateria o desemprego), a escala móvel de salários (para combater a inflação) e o controle operário das fábricas. Com a morte de Trotsky e o aquecer da Segunda Guerra Mundial, o pequeno agrupamento da IV Internacional ficou paralisado. Posteriormente, a vitória sobre o nazismo recobriu a direção stalinista de novo prestígio internacional. Os seus acordos com os governos dos EUA e da Grã-Bretanha permitiram a reconstrução da França e da Itália como Estados pró-capitalistas. Assim, o imediato arranjo de forças do pós-Segunda Guerra Mundial produziu uma conjuntura política extremamente desfavorável aos pequenos partidos trotskistas.

Tal isolamento político teve como principal resultado o fracionamento do movimento trotskista em 1953. Em 1963, ocorreu uma tentativa frustrada de reunificação das forças trotskistas. A partir daí, o movimento demonstrou uma forte tendência ao fracionamento.

No Brasil, o movimento trotskista iniciou-se antes da fundação da IV Internacional. Já em 1928, Mário Pedrosa entrou em contato na Europa com as teses da oposição de esquerda e, ao voltar para o Brasil, organizou com Lívio Xavier e outros membros do Partido Comunista do Brasil (PCB) um pequeno grupo que fundaria em 1931 a Liga Comunista Internacionalista. Em 1937, Hermínio Saccheta, dirigente do PCB, rompeu com a política stalinista e aproximou-se dos trotskistas, fundando o Partido Socialista Revolucionário (PSR). No entanto, devido à repressão constante do Estado Novo e à campanha caluniosa movida pela Internacional Comunista e pelo PCB, esses agrupamentos não conseguiram efetiva influência sobre o movimento operário. A partir de 1952, o trotskismo passou a ser representado no Brasil pelo Partido Operário Revolucionário (POR), ligado ao dirigente argentino J. Posadas. O POR teve como principal feito político a influência conseguida sobre as organizações camponesas em Pernambuco. O POR degenerou rapidamente após o golpe militar de 1964. No final da década de 1960, começaram a surgir as organizações trotskistas, que permanecem até os dias atuais. Desde 1966, o POR sofria um processo de crise que daria origem ao Grupo Primeiro de Maio e à Fração Bolchevique-Trotskista, que organizaram o jornal O Trabalho com os Lambertistas da Organização Socialista Internacionalista. Durante o ano de 1979, essa organização permaneceu contrária à proposta de criação de um Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, considerando que seria mais um partido a apoiar a transição política do General Figueiredo. Entretanto, no início de 1980, reformularam a sua posição e passaram a apoiar o PT, vendo em sua formação a possibilidade de os trabalhadores brasileiros terem um partido de massa independente da classe dominante.

No final da década de 1960, surgiu o Partido Operário Comunista (POC), que se aproximou do Secretariado Unificado da IV Internacional em 1972. Outro grupo trotskista conhecido é o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), cuja origem remonta ao grupo Ponto de Partida, formado por ex-militantes de organizações guerrilheiras que se ligaram ao trotskismo a partir de contatos com o dirigente argentino Nahuel Moreno. Posteriormente, em 1975, já sob a denominação de Liga Operária, incorporará um pequeno grupo da Fração Bolchevique-Trotskista. A partir de então, tornar-se-ia mais conhecida pelo nome de seu movimento a favor da criação de um partido socialista: a Convergência Socialista. Foi esta organização que apresentou no Congresso dos

Metalúrgicos de Lins em São Paulo (1979) uma moção pela criação do Partido dos Trabalhadores (PT). Foi a partir da aprovação dessa moção que Lula e seu grupo de sindicalistas assumiram a construção do PT. Expulsa do PT em 1992, a Convergência Socialista formou o PSTU ao juntar-se com o Partido da Libertação Proletária e outros militantes de esquerda.

Referências

ALEXANDER, Robert J. Trotskism In: Latin America. Stanford: Hoover Institutuions Press, 1973.
CAMPOS, José Roberto. O que é trotskismo. São Paulo: Brasiliense, 1981.
DEUTSCHER, Isaac. Trotsky: O profeta armado, desarmado, banido. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968. 3 vols.
HOBSBAWN, Eric (org). História do Marxismo, vols. II-X. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
MARIE, Jean-Jacques. O trotskismo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
TROTSKY, Leon. A revolução de 1905. São Paulo: Global, S/D.
TROTSKY, Leon. A revolução desfigurada. São Paulo: Global, 1981.
TROTSKY, Leon. A revolução permanente. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
TROTSKY, Leon. Stalin. São Paulo: IPÊ, 1947.

TURFE Um dos primeiros esportes a serem organizados, no Brasil e no mundo, o turfe lançou as bases da organização do campo, o que levou as práticas esportivas subsequentes a adotarem grande parte de seu modelo de competição. Como exemplo, basta ver que o remo, a natação, o atletismo, o ciclismo, entre outros, utilizaram os regulamentos como inspiração, a forma de disputa em páreos, a realização de apostas para manutenção das atividades e mesmo, no caso dos dois últimos citados, as instalações (hipódromos) para realização de suas primeiras atividades. O turfe foi bastante popular nos primórdios de sua organização, mobilizando público de todas as camadas sociais, divididos em locais diferentes pelas arquibancadas dos hipódromos. Seu prestígio e popularidade somente começaram a declinar quando se estabeleceu uma relação direta entre a prática esportiva, as atividades físicas e a saúde. Nesse contexto, o turfe chegou mesmo a ser perseguido por ser considerado um jogo de azar.

Além disso, deve-se considerar o declínio da importância do cavalo na sociedade urbana. Se no século XIX ele era fundamental como forma de transporte e para carregamento de produtos, a chegada da eletricidade o substituiu, a ele relegando, na cidade, um espaço único como forma de diversão. Quando as cidades começam a se modernizar e desenvolver uma cultura tipicamente urbana, os cavalos passam a ser símbolos muitas vezes incômodos de um passado rural. A despeito das críticas e perseguições, o esporte conseguiu se manter como prática aceita e frequentada por um público fiel, mesmo menor que

o anterior. Por trás de sua sobrevivência por certo se encontram os responsáveis pela manutenção dos clubes, membros eminentes da aristocracia e da burguesia. Até os dias de hoje, em muitos países do mundo, os clubes ligados ao turfe estão entre os mais rígidos no que se refere à aceitação em seu quadro de sócios.

Além do prestígio e influência das famílias ricas ao seu redor, contribuiu para a manutenção dos clubes a diversificação de suas atividades e estratégias de união de grupos. No Rio de Janeiro, por exemplo, até a década final do século XIX existiam cinco clubes dedicados a organizar corridas de cavalos. Na virada do século, somente tinham sobrevivido o Jockey Club e o Derby Club. Os dois se uniram, dando origem ao Jockey Club Brasileiro, único clube hoje dedicado ao turfe, cujas atividades são realizadas em um dos bairros mais valorizados da cidade, a Lagoa, onde seu hipódromo foi instalado na década de 1930. Mesmo que já não tenha tanta presença quanto no século XIX (quando inclusive teve influência nas roupas, na linguagem, na política e no cotidiano das cidades), o turfe preserva seu espaço, sendo frequentemente citado nos jornais, sendo ainda motivo de periódicos específicos, realizando com frequência suas atividades. No Rio de Janeiro, é possível relembrar um pouco do glamour ao redor dos eventos turfísticos por ocasião da realização do Grande Prêmio do Brasil, quando nas arquibancadas destinadas aos sócios e convidados pode-se assistir ao desfile de homens e mulheres em seus trajes elegantes, exercendo o exercício "descompromissado" de apostar em cavalos.

Referências

CARVALHO, Ney O.R. (org.). Jockey Club Brasileiro 130 anos: um século e meio de turfe. Rio de Janeiro: Imprinta Gráfica e Editora, 1998.

COSTA, Cássio. O turfe de outrora. Rio de Janeiro: Vida Turfista, 1961.

HUGGINS, Mike. "Lord Bentick, the Jockey Club and racing morality in mid-nineteenth century England: the 'running rein' derby revisited". In: International Journal of History of Sport, v. 13, n. 3. Londres: dezembro/1996. p. 432-444

PINFOLD, John. "Where the champion horses run: the origins of aintree racecourse and the grand national". In: International Journal of History of Sport, v.15, n. 2. Essex: agosto/1998. p. 137-151.

VACINA Introdução controlada de determinados antígenos num ser humano – ou em animal a ser protegido – que em resposta produz anticorpos específicos. Antígenos são substâncias estranhas que invadem o organismo. Geralmente são moléculas grandes da categoria das proteínas. Costumam estar na superfície de vírus ou no envoltório de bactérias, de protozoários ou fungos. Os anticorpos produzidos em resposta são proteínas muito específicas – cada antígeno causa a produção de determinado anticorpo –, chamadas quimicamente de imunoglobulinas (IG). Os anticorpos são produzidos por células personalizadas de nosso corpo, os linfócitos B, encontrados no sangue e na linfa e que se transformam em plasmócitos – células do tecido conjuntivo que continuam a produzir anticorpos que vão neutralizar os antígenos. Alguns linfócitos tornam-se células de memória, ou seja, receberam antígenos de uma infecção ou de uma aplicação de vacina anterior e retiveram a informação para a produção de anticorpos. Numa segunda invasão de antígenos, essa produção é reiniciada e acelerada.

O médico, em determinados casos, decide que seu cliente deve receber antígenos específicos sob a forma de uma vacina, que é, então, injetada ou ingerida. Estes antígenos são específicos contra determinada doença que o cliente ainda não tem, pelo menos perceptivelmente. Ele, então, começa a produzir anticorpos contra os agentes dessa enfermidade; assim, quando esses invasores realmente chegarem, os anticorpos já serão suficientemente numerosos para impedir a manifestação da doença. A vacina tem, portanto, um papel preventivo, dando uma imunidade ativa (é o organismo que produz os anticorpos) e duradoura. Muitas vacinas têm micro-organismos vivos (vírus, bactérias), porém atenuados ou enfraquecidos por meios físicos e/ou químicos. Elas contêm os antígenos, mas os micro-organismos perderam a capacidade de se reproduzir e não desencadeiam a doença. Outras vacinas têm micro-organismos mortos e há também vacinas que contêm apenas os antígenos isolados.

Na década de 1990, iniciaram-se experimentos com vacinas de DNA. Tal tipo de vacina contém um trecho de DNA de um micro-organismo patogênico, e este trecho é um gene responsável pela produção de um antígeno. Este pedaço de DNA, introduzido em células humanas, prende-se a um cromossomo e se reproduz junto com ele, provocando a produção contínua de moléculas do antígeno. Isso equivale a uma vacina permanente. No Brasil, foram testadas vacinas de DNA contra a tuberculose na Faculdade de Medicina da USP em

Ribeirão Preto – 1% do orçamento do Estado de São Paulo vai para pesquisas biomédicas – e, no Rio de Janeiro, a Fiocruz está associada a este empreendimento. Em Bethesda, Maryland (EUA), desenvolve-se pesquisas de vacina de DNA contra a malária. Na virada para o século XXI, foram experimentadas as primeiras vacinas comestíveis, principalmente para uso infantil. Uma vacina comestível ainda é relativamente fraca por causa da destruição de muitos antígenos pela digestão. Mas é uma vacina constante, quase permanente, porque é ingerida praticamente em ritmo diário, em longo prazo, aumentando a sua eficiência. Em 2000, no Brasil, foram testadas vacinas comestíveis em batata crua, alimentando camundongos e dando a eles uma imunidade ainda parcial contra a hepatite B, além de a Universidade do Norte Fluminense estar pesquisando antígenos contra a hepatite B contidos em células de alface.

Alguns micróbios são causadores preocupantes de diarreia infantil, responsáveis por 3 milhões de mortes anuais, principalmente no Terceiro Mundo. Os seus genes produtores de antígenos têm sido isolados e multiplicados dentro de bactérias inofensivas (Agrobacterium tumefasciens), que em laboratório introduzem esses genes em células vegetais. A partir desses genes, as plantas produzem seus respectivos antígenos, ou seja, os seus frutos e suas batatas são tecnicamente vacinas. Os antígenos em boa parte não são digeridos e despedaçados pelo estômago por causa da proteção das paredes das células vegetais. No intestino delgado, várias moléculas do antígeno são liberadas e absorvidas (por endocitose) por células “M” da parede do íleo, que é a terceira e última parte do intestino delgado. Estas células fornecem os antígenos a macrófagos e linfócitos, células que dão início à reação imunológica. No entanto, existem in natura antígenos violentos, fulminantes, tais como toxinas de algumas bactérias e peçonhas de cobras, que podem matar rapidamente um homem, sem que haja tempo para ele produzir anticorpos. Neste caso, injeta-se um soro, ou seja, uma solução de anticorpos – geralmente produzida a partir do sangue de um cavalo previamente imunizado. Soros antiofídicos, por exemplo, são normalmente produzidos pelo Instituto Butantã em São Paulo e pela Fiocruz no Rio de Janeiro. A ação do soro é rápida, curativa (terapêutica) e tem pouca durabilidade.

Antes da invenção da vacina, a varíola era uma doença devastadora, matando 30% dos doentes no século XVIII e desfigurando os sobreviventes, que ficavam com marcas sulcadas evidentes, principalmente no rosto. Atribui-se ao britânico Edward Jenner (1749-1823) a invenção/descoberta do princípio funcional da vacina: em seu diário, registrou em 14 de maio de 1796 a experiência da inoculação em seu filho do pus provocado pela varíola de vaca numa jovem

chamada Sarah Nelmes, observando que ele desenvolveu a doença de uma forma atenuada. Assim, concluiu que a pessoa inoculada por esta vacina (do latim, vacca) ficaria imunizada contra os efeitos mais graves da varíola humana. Antes da ação enérgica de Jenner, tal processo já era utilizado timidamente em alguns pontos da Grã-Bretanha e no resto da Europa, mas deve-se a Jenner a implantação generalizada da vacinação, que se tornou então mundial. Pela primeira vez, a Medicina criou um método para prevenir uma doença infecciosa, que foi considerada oficialmente erradicada ao final do século XX. Os estoques do vírus da varíola (pox vírus) guardados nos EUA e na Rússia deveriam ser destruídos em 30 de junho de 1999, mas a Organização Mundial da Saúde decidiu esperar até 2002. Depois dos atos terroristas de 2001, a vacinação, incluindo a do então Presidente George Bush, foi retomada e a destruição do vírus adiada.

Sempre houve no Brasil e no exterior certa desconfiança popular contra as vacinas. Mesmo atualmente, há quem discuta a periculosidade da vacinação contra a gripe. Sempre houve alguns acidentes e resultados ruins em relação às vacinas. Mas eles correspondem a uma minoria estatística e o saldo é esmagadoramente favorável à vacinação. Um bom exemplo de resistência ativa foi a revolta contra a vacina da varíola no Rio de Janeiro em 1904. Na primeira década do século XX, a Cidade do Rio de Janeiro sofreu as consequências de um saneamento intenso e imposto de cima para baixo, sendo associado a uma reurbanização higienista. Houve, então, a derrubada de cortiços e construções velhas e a abertura de ruas e avenidas mais largas. Tudo isso era feito de modo autoritário e, por vezes, violento. Rodrigues Alves (1848-1919) era então presidente da República (1902-1906), e a Cidade do Rio de Janeiro a capital que devia ser a vitrine do Brasil para o mundo. Pereira Passos era o dinâmico prefeito, Paulo de Frontin era o “mestre de obras” e Oswaldo Cruz era o responsável pela Saúde, com plenos poderes. Entre outras medidas impostas ao público sem a necessária preparação, estava a vacina obrigatória contra a varíola. Houve uma revolta da população – nem organizada nem ideológica – que espalhou o boato de que a vacina causava a varíola.

O caráter espontâneo e anárquico da revolta foi noticiado e aplaudido pela oposição e por parte da imprensa (Correio da Manhã e outras publicações), incluindo Rui Barbosa (1849-1923), que vociferava contra o despotismo sanitarista. Toda essa reação explodiu nos dias 14 e 15 de novembro de 1904 e a Escola Militar do Realengo apoiou-a, mas foi sufocada no dia seguinte. Saldo negativo da revolta: 30 mortos, dezenas de feridos e quase 1.000 pessoas presas, além de 454 deportados para o Acre. Saldo positivo da vacinação: o número de infecções por varíola caiu significativamente, deixando de caracterizar uma

epidemia.
A raiva ou hidrofobia é uma infecção grave causada por um vírus, geralmente trazido para o homem pela mordida de cães ou de morcegos (pouquíssimas espécies de morcegos são hematófagas). O vírus progride pelos nervos periféricos até o sistema nervoso central. Louis Pasteur (1822-1895), a partir de 1882 e principalmente em 1885, desenvolveu uma vacina cujos resultados foram considerados mágicos diante dos sintomas dramáticos dos doentes. Outra doença grave e comum era a poliomielite, tanto em crianças quanto em adultos. Por isso, não é totalmente correto usar o termo "paralisia infantil". Um exemplo notável é Franklin Delano Roosevelt (1882-1945), ex-presidente dos EUA, um dos grandes líderes aliados na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que ficou paraplégico aos 36 anos de idade. No entanto, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), com o sucesso da vacinação, era certo que o século XX terminaria com a quase completa erradicação da poliomielite. Em 1988, houve 35 mil casos em todo o mundo e, em 1998, com 82% das crianças vacinadas, houve 3.200 pessoas afetadas. O vírus está sendo contido ou eliminado do meio ambiente. A humanidade deve este sucesso principalmente aos norte-americanos Jonas Salk (1914-1995) e Albert Sabin (1906-1993).
Outra doença infecciosa grave é a febre amarela, atingindo principalmente fígado e rins, causada por um vírus trazido ao homem por um mosquito do gênero Aedes. Oswaldo Cruz (1872-1917) foi o principal responsável pela eliminação da doença no Rio de Janeiro, criando e ativando um exército de funcionários chamados de "mata-mosquitos". A sua ação mostrou bons resultados: dos incontáveis casos em 1905, baixou-se para 39 em 1906, 4 em 1907 e nenhum em 1908. Até a década de 1930, a atividade dos mata-mosquitos continuava, eliminando periodicamente os insetos em todas as residências da cidade. Em contrapartida, em 1793, houve uma violenta epidemia de febre amarela na Filadélfia, então capital dos EUA, matando cerca de 5 mil pessoas. A contenção da epidemia dependeu de causas naturais: a chegada do frio do inverno, que liquidou os vetores. A vacina desenvolvida pelo médico norte-americano Max Theiler (1899-1972), em 1939, contribuiu decisivamente para controlar a expansão da doença em nível mundial, tendo uma eficiência de 10 anos ou mais. No Rio de Janeiro, a febre amarela silvestre registrou 34 casos em 1998, 71 em 1999 (com 25 mortes) e, em janeiro de 2000, 10 casos. Ao final do século XX, os grandes desafios brasileiros eram a malária (causada por protozoários do gênero Plasmodium e trazidos pelo mosquito Anopheles), a doença de Chagas (causada pelo protozoário da espécie Trypanosoma cruzi e trazida pelo percevejo "barbeiro") e a esquistossomose (causada pelo verme platelminto da espécie Schistossoma mansoni, cujo hospedeiro intermediário é

um caramujo de água doce, gênero Biomphalaria). Milhões de brasileiros sofrem estas doenças, contra as quais ainda não há vacinas, mas em alguns países, entre os quais o próprio Brasil, têm sido feitos testes com resultados promissores.
Entre os problemas mundiais em médio e longo prazo, destacam-se três doenças infecciosas: AIDS, hepatite C e as encefalopatias espongiformes. Até novembro de 2000, haviam sido testadas 60 vacinas contra o HIV, mas sem sucesso. No entanto, alguns êxitos foram alcançados no prolongamento da vida dos infectados que, de condenados a uma morte dolorida e certa, passaram para condição de doentes crônicos devido ao sucesso das terapias com coquetéis de drogas. Além disso, a concentração de bons pesquisadores diante do problema da AIDS era animadora. A hepatite C, por sua vez, é causada por um vírus presente em 170 milhões de pessoas em nosso planeta, incluindo 1,6 milhão de brasileiros. Transmitida principalmente pelo sangue, permanece entre 20 e 30 anos numa fase assintomática e, depois, pode desenvolver cirrose hepática. Não há vacina até a data atual contra tal doença e verificou-se que seu vírus modifica as proteínas do seu envoltório quando atacado por anticorpos, tornando-se imperceptível para o sistema imunológico humano. A encefalopatia espongiforme bovina (mal da vaca louca) e também a forma humana da infecção – doença de Creutzfeldt-Jakob – são causadas por proteínas invasoras denominadas príons, com efeitos cerebrais devastadores. Até junho de 2000, havia um total de 75 casos humanos na Grã-Bretanha, havendo 69 mortes; em novembro do mesmo ano, apareceu na França o terceiro caso oficialmente noticiado de morte humana. Todas as autópsias anteriores confirmaram a presença de príons no cérebro. Trata-se de um desafio desconcertante para os médicos, visto que os príons são proteínas, portanto, estruturas mais simples que os retrovírus. Os príons são trazidos para o organismo pela ingestão de carne e derivados de vacas, ovelhas e outros animais infectados.

Referências

ABBAS, A.K. et alii. Cellular and Molecular Immunology. W.B. Saunders, 1997.
JUNQUEIRA, L.C.; CARNEIRO, J. Histologia básica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.
LANGRIDGE, W.H.R. “Edible Vaccines”. In: Scientific American, setembro de 2000. p. 48
Número especial da revista Scientific American: “Life, Death and the Immune System”, setembro de 1993.
OLIVEIRA, L.H.S. *et al.* Virologia humana. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1994.

VAMPIRO O vampiro ocupa um papel de destaque entre as representações de terror durante o século XX, angariando entusiastas por todo o mundo. Este mito, que ocupa um lugar de fascinação e medo no imaginário social, existiu nas mais

diversas e antigas culturas. Para darmos conta de suas inúmeras variações, podemos defini-lo de forma genérica como um ser que rouba a vida de outro para continuar vivo. Contudo, o mito do vampiro assumiu no século XX características bastante singulares que o distanciaram de suas formas mais antigas. A imagem-canônica, ou ideia-força, sobre as diferentes formas de vampiro do século XX tem como ponto de referência o romance Drácula de Bram Stocker (1847-1912), escrito em 1897. O vampiro no século XX se caracteriza essencialmente como um "morto-vivo", ligado ao mal, e é dotado de variados poderes sobrenaturais, marcado pela pecha de sugador de sangue, condição indispensável para a manutenção de sua existência.

Comparativamente a outros romances sobre vampiros do início do século XIX – como The Vampyre (1819), de John Polidori, e Varney, The Vampyre, de Rymer (editado em forma de série na década de 1840) –, Drácula apresenta diferenças bem definidas. As vítimas dos primeiros romances são mulheres frágeis e belas – muitas vezes órfãs –, não havendo qualquer menção à contaminação pelo ataque do vampiro. Contudo, no decorrer do século, tais questões passaram a assumir maior importância, sendo possível caracterizar Drácula como um ponto culminante. Os elementos que constituem a figura do vampiro, tal como são apresentados por Stocker, estão intimamente ligados aos medos sociais da Inglaterra entre finais do século XIX e início do século XX, expressando indiretamente uma sensação de fragilidade tanto do universo masculino quanto da própria estrutura social e política do Império Britânico. As prescrições sobre o corpo, particularmente no tocante a fluidos corpóreos, são marcantes no discurso médico da época e circunstanciado por epidemias de sífilis, vistas como fragilizadoras do corpo para o trabalho. Em Drácula, as mulheres vampirizadas representavam uma ameaça muito mais mortal que o próprio conde, que ainda conseguia manter alguma relação com a sociedade humana. Para que ocorra a contaminação, é necessário que, além da mordida, a vítima beba o sangue do vampiro. Contudo, apenas as mulheres são contaminadas e potencializadas como transmissoras do mal, o que tem uma relação direta com o medo da contaminação pela sífilis – um temor masculino transferido e alojado no corpo feminino –, enquanto os homens atacados pelo vampiro são mortos, mas com um detalhe interessante e que evidencia outro tabu da época: diante da presença do vampiro (necessariamente mais velho), há uma disfunção da identidade masculina e a inversão sexual, como acontece com Jonathan Haker, que apresenta um comportamento afeminado diante do monstro.

É possível perceber uma conexão entre o tema do vampiro e o imperialismo quando se observa a paridade sangue/sêmen associada a ele, que é um estrangeiro da Europa Oriental – o castelo de Drácula estaria localizado nos

montes Cárpatos, na Romênia. Diferentemente dos debates eugenistas que permearam alguns autores no Brasil e na América Latina, a miscigenação não era vista pelo projeto neocolonial inglês durante os séculos XIX e XX como uma opção de autoctonização da presença inglesa. O “sangue inglês” não deveria ser corrompido nos novos domínios para que as fronteiras entre civilização e barbárie não se desmanchassem: o branco deveria ser o portador da ordem, enquanto ao não branco cumpriria o papel daquele que necessitaria de tal ordem para sair, segundo jargão corrente na época, da “infância da humanidade”. Neste sentido, qualquer mácula equivaleria a uma diluição das capacidades da descendência dos colonizadores e do império, a sua barbarização. Ora, a presença de Drácula como estranho/alien/estrangeiro em Londres (centro) é sinal de um determinado temor que existia em toda a estrutura social e política do Império Britânico. Aliás, a própria Romênia de Drácula era uma espécie de fronteira meio apagada entre Oriente e Ocidente, ou como nos diz o próprio Stocker: “A impressão que tive era de que estávamos deixando o Ocidente e entrando no Oriente.”

Os vampiros seriam um tema largamente explorado pelo cinema. Possivelmente o primeiro filme sobre vampiros foi The Secret of House N5, produzido na Grã-Bretanha em 1912. Nos termos da história do cinema, Drácula se consolidou como o principal modelo de personagem-vampiro, especialmente a partir do filme Drácula produzido pela Universal Pictures em 1931, sob a direção de Tod Browning, com Bela Lugosi (1884-1956) no papel do personagem-título. Este filme terá uma importância fundamental, ligando fortemente a representação visual do vampiro ao Drácula de Bela Lugosi. Contudo, esta não foi a primeira versão cinematográfica de Drácula, sendo precedida de outras três. A primeira versão de Drácula para o cinema foi produzida na Rússia em 1920. No ano seguinte, cineastas húngaros irão produzir uma segunda versão de Drácula. Em março de 1922, estreou o filme Nosferatu eine Symphonie des Gauruens. Tratava-se da terceira adaptação de Drácula para o cinema, produzido na Alemanha durante o verão de 1921 pela recém-fundada Prana-Film, sendo dirigido por Friedrich Wilhelm Murnau (1889-1931). Como foi uma versão não autorizada, teve suas cópias retiradas de circuito graças a uma ação de Florence Stocker, viúva de Bram Stocker, junto à Sociedade Britânica de Autores. Apesar de a trama central de Nosferatu eine Symphonie des Gauruens ser a mesma de Drácula, alguns detalhes novos surgem para contemplar o contexto da República de Weimar, cuja experiência com uma guerra mundial de alto potencial de destruição em massa teve como resultado uma humilhante derrota para o Império Alemão, o que apenas serviu para intensificar o seu nonsense para a maioria dos civis, que direta ou indiretamente tiveram suas vidas afetadas por

ela. Assim, parece que, em Nosferatu, o vampiro representa a imagem da tirania que pode trazer a morte para um povo a partir da perda daquilo que pode renová-lo: os seus jovens. A valorização do amor talvez seja a alternativa para que o fórceps da guerra não aniquile a sociedade, daí o sacrifício de Ellen como meio para a destruição do mal.

Além do cinema, as histórias em quadrinhos também foram responsáveis pela popularização do mito do vampiro. Os primeiros vampiros apareceram dentro de títulos regulares de heróis. Contudo, não tardaram a surgir as primeiras histórias em quadrinhos de terror que tiveram, na primeira metade da década de 1950, o seu momento de maior expansão com o lançamento de centenas de títulos, destacando-se na sua produção as editoras norte-americanas EC Comics e Atlas Comics (futura Marvel Comics). Fenômeno da década, o Macarthismo não esteve menos presente no enquadramento das HQs, lançando-se em 1954 o código de ética dos quadrinhos, ou Comics Code. Este código foi bastante duro em relação às histórias de terror, especialmente aquelas sobre vampiros, mortos-vivos e lobisomens, que foram proibidas. No entanto, algumas publicações conseguiram burlar o código e foram bem-sucedidas, como Vampirella (1969), que trazia as histórias de uma vampira extraterrestre. O Comics Code somente foi alterado em 1971, permitindo o surgimento de uma nova geração de histórias em quadrinhos de terror nos EUA.

Apesar da proibição dos vampiros nas HQs até 1971, foram produzidas séries televisivas que marcariam época, como A Família Addams (1964) e Dark Shadows (1966-1971). A primeira, uma série humorística nos moldes de uma comédia de costumes, mostrava uma família de monstros – cuja matriarca era uma “vampiresa” chamada Mortícia – que estabelecia uma relação cômica de estranheza com a classe média norte-americana ao transformar o bizarro e o grotesco em norma de conduta. Dark Shadows foi uma série diária de suspense que girava em torno da personagem Victoria Winters, uma menina abandonada em um orfanato que recebe no seu vigésimo aniversário um convite para trabalhar como governanta na mansão da família Collins, no estado de Maine, o mesmo lugar de onde vinham os misteriosos donativos que ela recebeu ao longo de sua vida. Aos poucos, foram adicionados elementos sobrenaturais à trama, até que em 1967 foi introduzido, como uma forma de alavancar os baixos índices de audiência da série, um vampiro chamado Barnabas Collins, um ancestral da família Collins que teria sido vampirizado em 1795, após o ataque de um morcego ordenado por uma bruxa. É com este personagem que pela primeira vez um vampiro passa a ser tratado como alguém que sente desconforto por sua condição – aristocrata e imbuído de uma natureza assassina –, buscando escapar dela de alguma forma. O sucesso foi tamanho que este personagem figura ainda

como um dos vampiros mais conhecidos nos EUA, estimando-se que a série conseguiu obter 20 milhões de espectadores regulares.

Cabe ainda ressaltar que o lançamento do romance Entrevista com Vampiro (escrito em 1973 e publicado em 1976), de Anne Rice (*1941-), pode ser considerado um dos mais importantes marcos para a construção da visão contemporânea sobre o vampiro, afastando-se em larga medida do veio de Bram Stocker. Ao lado da obra Drácula, o livro de Anne Rice criou novas perspectivas para o vampiro que desembocaram em grandes produções em diversas frentes nos anos 1990. A sua estrutura narrativa é um bom exemplo disso: enquanto em Drácula a narração é dada como a junção de diversos fragmentos de textos escritos por mortais, que teriam sido reunidos pelo autor de modo a dar-lhes coerência, aqui, como o próprio nome já sugere, as palavras não são de um mortal, mas, sim, as memórias de Louis, um vampiro, sobre o drama de sua existência vampírica, particularmente de seu conflituoso relacionamento com Lestat de Lioncourt – personagem que se tornou mais popular que Louis, a ponto de ter a sua história contada em um outro romance, O Vampiro Lestat (1985), escrito como se o próprio Lestat estivesse contando sua história.

Em Entrevista com Vampiro, alguns pontos do enredo tornaram-se fundamentais nas futuras representações de vampiros: o primeiro deles é o sofrimento de Louis por ser um vampiro e reconhecer-se, em oposição à sua condição humana perdida, como um monstro sedento de sangue, que precisa matar para continuar a existir; um segundo ponto seria a introdução da ideia de uma sociedade vampírica que seria desconhecida pela sociedade humana, apesar de seus membros interagirem com ela. É interessante notarmos que essa sociedade vampírica é responsável inclusive pelo julgamento de seus membros, o que pressupõe a existência de um código de ética entre os vampiros que deveria ser respeitado, sob pena, em alguns casos, da destruição do membro.

Após uma confusa negociação sobre a posse dos direitos de adaptação deste romance para o cinema, a produtora Geffen Pictures iria lançar a versão em filme de Entrevista com Vampiro em 1994. É interessante pensarmos como, após 18 anos do lançamento do romance, este filme readaptou alguns dos seus elementos a temáticas presentes na década 1990. Um ponto facilmente identificável nesse sentido é a clara referência ao tema da AIDS e à relação homossexual entre Louis e Lestat. A contaminação da maldição vampírica ocorreria por meio de um “intercâmbio” com o sangue do vampiro.

Nos anos 1990, os vampiros voltaram à cena cultural com força total, destacando-se nessa nova onda principalmente duas abordagens: a relação entre vampirização e AIDS, e a apresentação do vampiro como um viscoso, dividindo com os seres humanos a maior parte de seus desejos e angústias, mas impedido

de se integrar completamente à humanidade devido à sua condição de imortal e potencial predador da própria espécie que lhe deu origem corpórea. O Role Playing Game (RPG) Vampiro: A Máscara (1991), de Mark Rein-Hagen, pode ser citado como referência para este tipo de eixo temático: trata-se de um jogo ambientado em um mundo punk-gótico em que os participantes interpretam personagens vampiros. O seu foco principal está no fato de o vampiro ter de lidar com o que resta de sua humanidade em tensão com sua natureza de predador. Destacam-se dois grupos de personagens antagônicos: a Camarilla, regrada por leis e tradições – como um pastiche de Estado –, e o Sabá, vampiros que abandonaram o vínculo com a humanidade e desprezam as leis da Camarilla. Outro exemplo deste eixo seria o seriado para a televisão Buffy: a Caça Vampiros (Buffy, the Vampire Slayer, de 1997), que narra as aventuras de Buffy, uma adolescente com força e agilidade sobre-humanas, escolhida para se tornar uma caçadora de vampiros. Neste seriado, é apresentado o personagem Angel (que se tornaria bastante popular, a ponto de ganhar um seriado próprio), um vampiro que por conta de uma maldição imposta por ciganos recupera sua alma. Ao se aproximar de Buffy para ajudá-la na luta contra os "vampiros maus", acaba tendo com esta um relacionamento amoroso, tornando-se um dos melhores exemplos de vampiro encarado como herói. Contudo, sua condição condena-o a uma existência de penúria eterna, impedindo-o de ter um único momento de prazer com sua amada, sob pena de novamente perder a sua alma.

O filme Blade (1998), baseado em um personagem homônimo de HQs surgido nos anos 1970, seria outro bom exemplo de vampiro viscoso: aqui, diferentemente das outras histórias, o herói foi uterinamente vampirizado, visto que sua mãe foi atacada enquanto estava grávida – destoando, inclusive, de sua versão original nos quadrinhos, em que o ataque sofrido por sua mãe garantiu para ele uma imunidade ao estado vampírico. Não há aqui diálogo possível ou aprofundamento de qualquer debate, o extermínio físico dos disseminadores da doença é apresentado como única solução para o problema. Emblematicamente, a sua principal aliada é uma médica hematologista que descobre um soro capaz de destruir os vampiros. A vampirização é, pois, apresentada como doença crônica e sexualmente transmissível que pode ser controlada, como diria a própria hematologista ao dirigir palavras de desacato contra o vilão da trama. No entanto, o sentido de controle para a doença neste filme é ambíguo: tratamento para as "vítimas inocentes" e extermínio para os "grupos de risco", ou seja, indivíduos pobres ou lumpesinados e estrangeiros advindos da periferia social e econômica da América Latina e da Ásia, suscetíveis a participar de estruturas mafiosas, sustentadas por uma elite indiferente ao seu infortúnio. Portanto, para o bem ou para o mal, parece que a imagem do vampiro continua servindo para

representar as fobias de uma época em termos ainda bastante maniqueístas, deixando de lado um aprofundamento da consciência sobre o que efetivamente funda a sensação de insegurança existencial.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
GAY, Peter. O cultivo do ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
KRACAUER, Siegfried. De Caligari a Hitler: uma história psicológica do cinema alemão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
LIMONCIC, Flávio. "Eugenia". In: Dicionário crítico do pensamento da direita. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.
MELTON, J. Gordon. O livro dos vampiros: a enciclopédia dos mortos-vivos. São Paulo: Makron Books, 1995.
NOGUEIRA, Carlos Roberto F. O diabo no imaginário cristão. Bauru: EDUSC, 2000.
WARWICK, Alexandra. "Vampires and the empire: fears and fiction of the 1890s". In: LEDGER, Sally; McCRACKEN, Scott. Cultural Politics at the Fin de Siècle. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

VÍRUS Desde meados do século XIX, houve um progresso médico-sanitário fundamental para o aumento da sobrevida da população humana, que culminou com o desenvolvimento e aprimoramento de ciências intimamente relacionadas com a medicina, como a epidemiologia, semiologia, imunologia e, sobretudo, a virologia. Entretanto, muitos avanços não possibilitaram melhor elucidação de moléstias relacionadas com vírus. As moléstias que basicamente acometem o ser humano dividem-se em dois grupos: Doença Crônica-Degenerativa (DCP) e Doença Infecciosa. No grupo das DCPs enquadram-se doenças como a diabetes, neoplasias e hipertensão arterial, sendo doenças que não possuem um agente etiológico determinado. Doenças infecciosas são aquelas que possuem um agente etiológico específico conhecido ou indeterminado. Tais agentes são os micro-organismos. Diversas patologias são causadas por micro-organismos como bactérias, helmintos e vírus. Daí ressalta-se a importância dos vírus e compreende-se o porquê dos grandes investimentos para melhor conhecer e combater esse tipo de micro-organismo que convive com a humanidade desde os seus primórdios.

Vários tipos de patologias relacionadas com vírus são descritas em relatos históricos de diversos povos – até mesmo bíblicos. Muitas patologias virais, como a gripe, que possui mais de 100 tipos diferentes que aumentam a cada ano, têm uma característica peculiar: foram transmitidas ao homem em decorrência da domesticação dos animais, sobretudo o porco no caso da gripe. O contato direto com uma nova espécie, tanto animal quanto vegetal, pode possibilitar a transmissão de micro-organismos desconhecidos, consequentemente os vírus.

Embora grande parcela da população pense o contrário, os vírus não acometem somente a espécie humana. Muitos vírus são específicos para certas espécies de animais e planta, podendo não ser transmissores de doenças para os seres humanos. O vírus da tulipa é utilizado há séculos para alterar a cor dessa planta. Há também vírus que são específicos para bactérias, como o bacteriófago.

Uma dúvida ainda persiste quanto à natureza dos vírus, a própria terminologia adotada, vírus, do latim, veneno, líquido viscoso. Os vírus são classificados como parasitas intracelulares obrigatórios (ou seja, como seres vivos), apesar de muitos membros da comunidade científica argumentarem que os vírus não são seres vivos, não cabendo nas características dos reinos Monera, Protista, Fungi, Plantae ou Animalia. A dúvida persiste porque não possuem a maquinaria celular que seria responsável tanto pela manutenção de sua vida quanto para se reproduzir. Entretanto, os vírus apresentam material genético próprio. Este material genético tem as mesmas bases nitrogenadas que os demais seres vivos: DNA e RNA. Porém, os vírus não possuem os dois tipos de ácidos nucleicos ao mesmo tempo.

Na década de 1930, cientistas alemães inventaram um meio de visualizarmos esses seres tão pequenos: a microscopia com elétrons, surgindo, pois, o microscópio eletrônico com um poder de aumento de aproximadamente 7 mil vezes. Com esse invento, houve a possibilidade de visualização das estruturas virais. Além de seu material genético, os vírus possuem um envoltório protetor, o capsídeo. O capsídeo possui diversas formas, representando várias conformações semelhantes a figuras geométricas, como pirâmides, paralelogramos ou icosaedros. O capsídeo atua como mecanismo de ataque à célula hospedeira por abrigar receptores celulares, e é de suma importância para proteção ao material genético, o RNA ou DNA. O DNA é o ácido desoxirribonucleico, uma molécula bastante estável, enquanto o RNA, ou ácido ribonucleico, é uma molécula bastante instável. Essa estabilidade ou instabilidade interfere na patogenicidade e “voracidade” dos vírus: os vírus que contêm DNA apresentam poucas mutações e os vírus que possuem RNA sofrem muitas mutações, impedindo uma eficaz reação imunológica. Isso interfere diretamente no modo como encaramos as doenças de vírus, seu tratamento e prevenção.

Um grande mal provocado por vírus que acomete a humanidade há muitos séculos é a varíola. A literatura chinesa traz relatos desde 1.000 a.C., sendo a varíola tida como uma praga de Idade Média, pois matava ou deixava sequelas. Quando os espanhóis invadiram o México em 1519, eram menos de 600 homens que traziam um tipo de vírus desconhecido no Novo Mundo, o que praticamente devastou a população asteca. O rei Montezuma atribuiu as doenças que

atingiram seu povo a um ataque sobrenatural. Apesar dos impactos não calculados da guerra bacteriológica entre ameríndios e europeus, tudo mudou de figura quando se descobriu que muitas doenças estavam relacionadas com determinados micro-organismos, surgindo a possibilidade para que seu manuseio se transformasse em armas biológicas. Em 1967, a Organização Mundial da Saúde decidiu eliminar a varíola e, graças a uma eficaz campanha de vacinação, conseguiu o desaparecimento do vírus em ambiente humano com a eliminação do último caso nos confins africanos em 1978. No entanto, o vírus é cultivado em laboratório e pode, num contexto de guerras assimétricas, servir de arma de guerra.

Outros vírus possuidores de DNA também convivem com a humanidade há muitos séculos. É o caso da influenza, que na Itália do século XV recebeu este nome devido ao pensamento dos italianos de que esta doença era decorrente da influência das estrelas e planetas. Outro caso célebre foi da epidemia de poliomielite, conhecida popularmente como paralisia infantil, ocorrida nos EUA no começo do século XX, o que chegou a acometer o então presidente americano F. D. Roosevelt (1882-1945) enquanto tomava banho. Graças à vacina desenvolvida pelo Dr. Salk foi possível salvar milhares de vidas, além de evitar várias sequelas. No Brasil, o Dr. Albert Sabin desenvolveu uma vacina em gotas, ao contrário da Salk que é injetável, que tem sua eficácia comprovada e é utilizada atualmente, recebendo popularmente o nome de “Zé Gotinha”. Sobre os efeitos das vacinas, há uma maior eficácia sobre vírus com DNA, já que sua molécula é estável, possuindo pouca ou nenhuma mutação, enquanto os vírus com RNA têm moléculas altamente instáveis e, portanto, propícias a muitas mutações. Isto posto, explica a grande dificuldade de encontrarmos vacinas eficientes para doenças relativamente simples como a gripe e complexas como a síndrome de imunodeficiência adquirida, a SIDA, mais conhecida pela sigla inglesa AIDS, já que ambas referem-se a vírus com RNA.

Muitas teorias quanto à origem do HIV e da AIDS foram formuladas, desde um vírus feito em laboratório por acidente ou como arma biológica. Mas há uma grande possibilidade de que muitos vírus tenham sido transmitidos ao ser humano por meio do contato com outras espécies, particularmente os macacos, posto que há grande semelhança entre o HIV e o SIV, o vírus da imunodeficiência símia. Porém, não podemos nos preocupar somente com doenças como a AIDS, mas com certas patologias que há muito não acometem os países desenvolvidos, sendo relatadas somente em países em desenvolvimento. Este é o caso do rotavírus, que possui sinais, sintomas e ciclo biológico similares aos da dengue (uma doença causada por uma bactéria). O rotavírus é endêmico de regiões com pouca ou nenhuma rede de esgoto. Há

também o hantavírus, que foi descoberto durante a Guerra da Coreia (1950-1953). Os seus sinais e sintomas são febre, hemorragia, nefropatia e é transmitido por urina de ratos nas plantações de arroz. Não há tratamento eficaz conhecido e seus surtos são imprevisíveis. O vírus do ebola, altamente letal, é um exemplo quanto à mudança no perfil das doenças virais. O vírus foi identificado há poucas décadas e seus casos eram isolados até o surto endêmico que houve na África em meados dos anos 1990, quando vários focos de guerra civil e a miséria empurraram massas inteiras da população para zonas florestais até então relativamente isoladas.

Na era em que estamos envoltos pela globalização, uma questão deve ser levantada quanto à diminuição das distâncias, posto que acarreta a possibilidade de haver uma epidemia por contato de pessoas de diferentes localidades que trocam vírus, bactérias e outros micro-organismos. Tal situação pode ser exemplificada com a epidemia de gripe espanhola que ocorreu na primeira metade do século XX pela transmissão do vírus nas frentes de guerra. Outro aspecto importante relaciona-se com o preço pago pelo progresso, como a destruição de florestas, matas e demais recantos antes inacessíveis ao homem. Não podemos esquecer de que animais e plantas podem abrigar vírus desconhecidos ao meio humano e que se tornam acessíveis a partir de um contato desequilibrado devido à destruição de seus ecossistemas originais. Por isso, é importante conhecermos o meio de contágio e como atuam os vírus para então podermos preparar vacinas e remédios contra esse micro-organismo. No entanto, fundamentalmente, não se pode esquecer de que os vírus possuem seu hábitat e nicho, ou seja, eles estão sujeitos às mesmas leis ecológicas que os seres humanos. Portanto, cada nicho ecológico é ocupado por um agente que se relaciona com todo o conjunto; ao destruirmos um elemento da cadeia, podemos estar destruindo a própria cadeia ecológica, com efeitos imprevisíveis para todos os seres vivos.

Referências

CECIL. Tratado de medicina interna. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2001.

JAWETZ, E; MELNICK, J.L.; ADELBERG, E.A.; BROOKS, G.F.; BUTEL, J.S.; ORNSTON, L.N. Microbiologia médica. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1991.

ROITT, I.; BROSTOFF, J. Imunologia. São Paulo: Manole, 1999.

ENCICLOPÉDIA DE GUERRAS
E REVOLUÇÕES
VOLUME I
FRANCISCO SILVA





Esta é uma edição atualizada e ampliada da obra original publicada em 2004. Em face da intensa procura e do grande interesse nas temáticas abordadas, os organizadores juntamente com os autores ampliaram e atualizaram os verbetes originais para apresentarem uma versão maior, mais elaborada e mais prática da Enciclopédia de Guerras e Revoluções dos Séculos XX e XXI. O termo "revolução" é utilizado na sua acepção original, de mudança, transformação, e abarcando vários campos, desde as ciências exatas, passando pelo campo comportamental, até as revoluções propriamente políticas. Trata-se, desta forma de uma obra de referência, um guia para iniciantes e para não especialistas, escrito por especialistas numa linguagem acessível e dotado de referências bibliográficas para avançar em futuras pesquisas. A obra está dividida em três volumes. O volume I 1901-1919 aborda a época dos Imperialismos e da Grande Guerra (1914-1919), as lutas pela hegemonia na Ásia e África, e os conflitos em torno de prestígio e poder - numa escala nunca vista até então - no próprio continente europeu, serão abordados como elementos centrais do desencadear da "Grande Guerra" e em seguida dos acordos e tratados de paz que possivelmente darão origem, em vinte anos, aos conflitos subsequentes. O volume II: 1919-1945 apresenta a época dos fascismos, das ditaduras e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Neste volume a ênfase dos autores recai sobre os tremendos impactos, e o custo humano, da Segunda Guerra Mundial, com seu lastro de mortes e destruições, com destaque no maior crime de toda a história: o Holocausto. O fenômeno dos fascismos, incluindo seu ápice de terror com o nazismo, será um ponto central de reflexão dos autores. Os tratados do pós-guerra, incluindo o rompimento entre as potências aliadas - URSS e EUA - apontarão para os conflitos futuros. Já o volume III: 1945-2014 evidencia a época da Guerra Fria (1945-1991) e da Nova Ordem Mundial. Os autores tratam neste volume o período da Guerra Fria, seus riscos incalculáveis, e as cruéis guerras ditas "de baixa intensidade", da emergência da moderna sociedade de massas no Ocidente, da Descolonização da Ásia e África e, por fim, da crise do chamado "socialismo realmente existente" e a emergência da Nova Ordem Mundial, com suas novas e tremendas ameaças, incluindo no novo terrorismo de massas. Tratam-se de obras completas que apresentam ideias, movimentos, fatos e personagens que moldaram o início do século, tanto no campo da política e da economia, quanto das artes e das ciências.


—epub—
Out/2016